ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

VIRGILIO CORRÊA FILHO e LUIZ DE ABREU MOREIRA

Secr.-Geral do C. N. G. — Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Dir. de Geografia

ORDENAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

DE

WILSON TAVORA MAIA

Inspetor Técnico

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

DYRNO PIRES FERREIRA

Superintendente do Serviço Gráfico

21 DE OUTUBRO DE 1957

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XIV VOLUME

RIO DE JANEIRO
1957

SUPERVISÃO DOS VERBETES

Clovis Penna Teixeira
Inspetor Regional do Amapá

Adão de Oliveira Medeiros
Inspetor Regional do Rio Branco

Romano Evangelista da Silva
Inspetor Regional do Acre

José Bezerra Duarte
Inspetor Regional de Rondônia

Francisco Valadares Filho
Inspetor Regional do Amazonas

Francisco Cronje da Silveira
Inspetor Regional do Pará

PREFÁCIO

INICIA-SE neste XIV volume a apresentação dos verbetes municipais, nos quais se procurou enquadrar, em síntese, os elementos necessários aos conhecimentos da vida e da estrutura dos municípios brasileiros.

Êste volume trata dos Estados do Amazonas e do Pará e dos Territórios do Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia. Aprecia, realmente, a região Norte do Brasil que se poderia melhor chamar a Amazônia ou ainda o Inferno Verde, pela exuberância de suas matas e pela potencialidade de suas terras irrigadas por êste verdadeiro mar doce, que se estende e se embrenha, numa penetração magnífica, pela região tórrida do Brasil.

Essa zona representa uma reserva econômica em potencial com perspectivas admiráveis a se projetar no futuro. É verdade que as condições agrestes do clima, a falta de densidade humana na sua demografia, as distâncias imensas que medeiam os centros populosos, as condições do solo que se exaure com imensa rapidez, as dificuldades de uma defesa sanitária suficiente, tudo isso conspira contra o progresso e o desenvolvimento do Norte brasileiro.

Aberta a clareira da mata, a fermentação da matéria orgânica depositada numa espêssa camada de húmus, exala cheiros vivos com o ataque solar e a primeira plantação aí floresce com sucesso impressionante. Mas as enxurradas levam êsses depósitos, e um areal sucede em pouco tempo à gigantesca mata que retinha os fertilizantes que serviram para o sucesso da primeira colheita.

Por outro lado, as terras caídas, resultantes do efeito dinâmico das águas sôbre as margens não defendidas do grande rio e dos seus notáveis afluentes, vai colaborando nas dificuldades do aproveitamento agrícola dessa região. Já é quase um lugar-comum classificar-se o Amazonas como o mais impatriótico dos rios, pois que ao se desmancharem essas terras caídas aumenta a descarga sólida que desemboca no Atlântico e vai até à Flórida, levada pelas correntes oceânicas para ser depositada nessa península americana.

O Amazonas tem um módulo impressionante para a medida de suas coisas; tudo por lá é grande. Grande na medida do volume de suas águas, grande é a sucuri-açú, que por vêzes vai a dezenas de metros, grande a formiga que chega a representar perigo à so-

brevivência do homem, grande os peixes, os saúrios, como os Caiman Niger, grande a variedade das aves, grandes são as possibilidades econômicas dessa terra, mas difíceis são os seus aproveitamentos em razão do vulto dos empreendimentos necessários a dominar a inconstância dos leitos, a fúria das águas, o traiçoeirismo dos animais selvagens e a agressão dos germes patológicos.

É verdade que a lenda nos revive a existência de tribos de anões no vale do Juruá e Gonçalves Dias a prestigia veiculando.

O próprio tipo brasileiro do Amazonas, que se vem formando com o entrelaçamento do emigrante nordestino e o índio, que se vem incorporando à civilização, se apresenta com estatura inferior à média geral do País. Mas o que é verdade é que se agigantam na bravura de sua cotidiana luta frente a agressão da natureza exuberante.

Quando Gonçalo Pizarro desceu a encosta dos Andes para a descoberta do Amazonas, descreveu a epopéia dramática dos pioneiros do sertão e, ao mandar Orelana com 50 companheiros num barco que construíram calefetando-o com a lã de suas vestimentas, buscar a jusante alimentos e meios de subsistência, perdeu-se dêle. Orelana não podendo voltar desceu o grande rio. Enquanto Gonçalo Pizarro, desiludido de esperá-lo, regressou ao Peru com a miséria dos seus andrajos e menos da metade de sua gente.

Orelana, no trajeto, foi descobrindo populações nativas que lhe encantaram pela novidade de seu sistema de vida e lhe permitiram atingir o Atlântico. Acontece que nos conta da existência de tribos femininas, guerreiras indômitas que lhe castigaram a viagem — origem do nome que deu ao grande rio e à notável região que atravessou.

Hoje não há nenhuma reminiscência dessas habitantes do vale, mas guardaram-se na fibra do amazonense essas qualidades de temperamento necessárias à sobrevivência na situação de luta permanente contra a natureza.

O seringueiro, postado em sua habitação paleolítica e deslocando-se na sua montaria, *a canoa, que lhe serve de condução, é o exemplo do heroísmo na luta permanente pela vida.*

Certo é que as facilidades dos piscosos rios, a caça abundante e a extraordinária adubação das matas, oferecem ao homem isolado nas margens dos igarapés, uma maior facilidade na obtenção dos alimentos. Isso o deixa contemplativo diante da grandeza do esfôrço necessário a qualquer atividade econômica que se integre na comunidade nacional. Vive como marginal, no ponto de vista econômico, em ciclos fechados. As pequenas povoações oferecem por isso motivos muito reduzidos para um florescimento muito lento.

O ciclo da borracha deu, entretanto, um impulso vigoroso na economia amazonense e gravou, principalmente, nas páginas da sua história, o heroísmo dos seringueiros.

A falta de ordenação, o espaçamento na coleta do látex, foi tornando econômicamente impossível à Amazônia concorrer com as plantações regulares, realizadas nas colônias do Extremo Oriente. Por outro lado, a política de valorização fomentou essas plantações estrangeiras que vieram destruir a principal fonte de riqueza em que se estribava a economia amazonense.

Êste fenômeno deveria ter servido de advertência à política de valorização cafeeira que faz com que o Brasil venha perdendo o seu monopólio nos mercados internacionais

quanto àquele produto. Não valeu, entretanto, a história da valorização da borracha como advertência na nossa política financeira e a idéia de viver o dia de hoje na ganância imediatista dos lucros rápidos, fizeram com que perdêssemos o domínio do mercado da borracha e agora estamos assistindo à debilidade de nossa posição no mercado internacional do café.

Mas deixemos o ciclo da borracha que nos deu momentos de euforia focalizados nos lendários gastos de Manaus onde o dinheiro corria em abundância e que permitiu a construção da encantadora cidade que domina a embocadura do rio Negro.

Hoje outro ciclo se nos entolha na economia da região. É a bacia petrolífera, que se perfura dando a contribuição energética necessária à obra ciclópica que se desenha como necessária, para o aproveitamento dêste potencial magnífico de riqueza, que é, sem dúvida, a Amazônia.

Os portuguêses reconheceram bem o seu valor quando procuraram localizar, as cidades que criaram, nos pontos estratégicos, para defender a propriedade destas terras e nos legar êsse tesouro de riqueza.

Riqueza certamente não aproveitada, nem mesmo possível de um aproveitamento global num prazo curto, mas riqueza fabulosa que permitirá uma enorme localização humana, quando se puder defender as terras das enxurradas que lhe desnudam a crosta, e oferecer condições de transporte que lhe atendam econômicamente ao escoamento de sua produção.

De fato, durante a estiagem, há, em certos rios navegáveis da bacia amazônica, diferenças enormes no volume de suas águas, afastando os barcos de maior calado da faina de seu trabalho.

O Acre, por exemplo, só é servido por uma navegação econômica durante seis meses por ano. Na estiagem a altura dágua no Juruá e no Purus chega, em certos pontos, a menos de dois pés, o que encarece, sobremaneira, o custo das utilidades transportadas. Nas cheias, ao contrário, permite uma navegação franca de 8 a 10 pés de calado. É verdade que existe, próximo à Lábrea, um boqueirão no vale do Purus, que a natureza reservou ao homem para um dia realizar um empreendimento e, substancialmente, melhorar os transportes por via líquida, para essa parte daquele território. Território que tantas esperanças tem congregado como fonte de riqueza nacional.

O Acre é a última incorporação territorial brasileira conseguida no Tratado de Petrópolis. Êle teve, no período áureo da borracha, um impulso de impressionante prosperidade.

A crise que adveio da concorrência internacional no mercado do látex causou profundo abalo na sua vitalidade econômica. Contudo seu progresso se tem manifestado nestes últimos anos com uma vivacidade digna de ser ressaltada.

Rondônia, o território que se localiza na bacia do Madeira, é, no momento, o que maiores perspectivas oferece como base civilizadora do interior da América Meridional. Desde Pôrto Velho até Guajará-Mirim, já no Mamoré, o rio Madeira apresenta uma série de quedas que oferecem um formidável potencial energético avaliado em milhões de c.v. Essa

energia será forçosamente a base de um centro industrial capaz de levar a civilização ao coração da América do Sul.

A navegação do Mamoré e de seu afluente Ichilo segue até penetrar na zona petrolífera da Bolívia.

Ainda hoje grande parte do escoamento da produção boliviana da fralda leste dos Andes se processa pelo Pôrto Grether e vai ser tributária da Estrada de Ferro Madeira—Mamoré.

Cabe aqui um parêntesis para lamentar um êrro que repetidamente cometemos: Quando uma cachoeira interrompe uma linha regular de navegação temos optado pela solução de vencer o empecilho por uma estrada de ferro. Assim fizemos para vencer o Tocantins, na Cachoeira de Itaboca, assim para contornar Paulo Afonso no São Francisco e assim para ligar os estirões navegáveis do Paraná interrompidos por Sete Quedas. Em nenhum dos casos o êxito correspondeu à expectativa. De fato, um sistema de transporte mais nobre não satisfaz, como ligação de dois sistemas mais pesados. As estradas de rodagem não satisfazem como ligações de trechos ferroviários, e as linhas de aviação não completam rodovias interrompidas.

Construímos com sacrifícios ingentes a Estrada de Ferro Madeira—Mamoré. Se, ao contrário, tivéssemos procurado o aproveitamento das escadinhas do Madeira, com a introdução de um sistema de eclusas, além de obtermos o caminho natural de escoamento da produção da vertente oriental dos Andes, teríamos um disponível energético para fomentar a industrialização do centro da América Meridional.

É êsse o ponto mais alto a focalizar no estudo da Amazônia.

Um centro industrial em Rondônia, alimentado pela energia dos desníveis do Madeira, oferecerá, para localização humana nas terras hoje pràticamente desertas da Bolívia e do Peru, o elemento de seu progresso. Além disso, dará, fatalmente, à gleba fértil do território de Rondônia, a expansão por todo o vale do alto Madeira. O Madre Dias leva a navegação até Pôrto Maldonado no Perú e estende-se mesmo até Manu. O Mamoré nos oferece uma navegação regular que atinge a confluência do Rio Grande com o Rio Ichilo e, por êsse último, vai até pôrto Grether já no extremo da faixa petrolífera da Bolívia. Pelo Bauré se navega até Huacaraje e Baures e pelo seu afluente San Martin até Pôrto Saucedo. O Paraguá se mantém navegável até Frey e Monte Cristo. Mas a montante de Pôrto Velho não são só cidades bolivianas e peruanas que se atinge numa expansão penetrante, pois, pelo rio Branco se atinge Oriente, pelo rio Cabixi vai-se até Pôrto Amarante, pelo Corumbiara até Pôrto Triunfo, pelo São Miguel ao Pôrto Treze de Maio, pelo Guaporé até Pôrto Telha e pelo Alegre até Piúva.

Os empecilhos do Madeira são, contudo, numerosos desde as cachoeiras de Santo Antônio, dos Macacos, do Salto do Teotônio, as cachoeiras de Morrinho, o Caldeirão do Inferno, Salto do Girau, Cachoeira de Paredão e várias outras, como as cachoeiras de Araras, Periquitos, Pau Grande e Guajará-Açu. São dezoito lances principais afora algumas corredeiras de menos destaque. Mas todos êsses saltos somam apenas um desnível de 62 metros ao todo, que poderiam ser vencidos por eclusas de 4 metros de altura.

Se isso é relativamente fácil nesse estirão do Madeira, já não se pode dizer o mesmo das demais obras necessárias à melhoria da navegação da bacia amazônica no estado atual de nossa economia. Essas dificuldades entretanto talvez tenham sido um fator de preservação para guarda dessas riquezas a serem exploradas no futuro em condições mais racionais.

As ocorrências de petróleo aproximam-se êsse futuro fazendo desde já se prever um centro de civilização no coração da Amazônia.

Por tôda a Amazônia não existem pràticamente estradas de rodagem dignas dêsse nome. Hoje nascem aqui e acolá algumas iniciativas dêste gênero, tôdas apresentando sucesso que tem ido além das expectativas de seus construtores. Além da Madeira—Mamoré existe uma estrada de ferro no Amapá indo de Macapá à Serra do Navio; outra no Pará, a antiga Estrada de Ferro Bragantina. Poder-se-ia também mencionar aquela construída para vencer a Cachoeira de Itaboca no Tocantins, cuja vida foi pràticamente efêmera.

É verdade que no princípio dêste século foi construída no Amapá uma Estrada de Ferro Mono Rail, que entretanto foi abandonada e hoje dela se tem apenas ligeiras informações. Contudo era de se focalizar menos pelo efeito econômico que não atingiu, mas pelo significado histórico de ser uma das poucas Estradas de Ferro em todo o mundo construída com um único trilho.

A navegação aérea tem tido um papel relevante na civilização da Amazônia. Ela estabelece principalmente os contatos humanos e elimina o dramático isolamento das populações, antes desassistidas, do interior.

Uma riqueza da Amazônia e que deu, durante muito tempo, a base da economia do Estado do Pará, é a floresta de castanheiros. É claro que tôda a economia extrativa define um grau de civilização muito baixo, mas os castanheiros do Pará elevam a qualidade humana dos seus exploradores pelo heroísmo de sua penetração na selva agreste.

A Amazônia é, por outro lado, a penetração do interior do Brasil pela sua Zona Norte. A navegação regular se faz pelo Madeira até Pôrto Velho, pelo Tocantins em condições econômicas até Tucurui, vencendo dramàticamente a cachoeira de Itaboca pelo Canal do Inferno e penetrando no Planalto Central de Goiás. Pelo rio Negro vai-se ao rio Branco e por aquêle se vai, também, às fronteiras do Norte do Brasil, extravasando-se dela ainda pelo Canal de Casiquiare para se entrosar no sistema fluvial do Orenoco, mas isso já em terras venezuelanas.

O Amazonas tem a sua grande riqueza extrativa florestal ao longo dos seus cursos dágua. Ela é vigorosa no Madeira, no Tapajós, no Xingu, no Purus e no Juruá, sendo de destacar a produção de madeira do Acre.

A borracha e a castanha-do-pará são realmente as duas mais fortes rubricas da economia amazônica, mas lá se pode mencionar com destaque a produção de guaraná, sôrva, timbó, piaçava, tucum, balata, juta, malva, pimenta e de cacau.

Boa Vista tem uma pecuária extensiva. A agricultura é pouco desenvolvida, marcando apenas algumas manchas nas proximidades da barranca do Amazonas e vai se apresentar na faixa litorânea do Pará, com uma intensidade digna de relêvo.

Vale também notar que a zona de pastagens e a agricultura do Amazonas se desenvolve na floresta equatorial latifoliada exatamente na zona em que predominam várzeas e igapós. Aproveita-se a baixa das águas para obter-se um resultado agrícola intenso pelos húmus depositados nas inundações.

Mas, no ponto de vista de reservas minerais, o Amazonas ainda é uma interrogação. A bacia carbonífera, que se imagina existir, ainda não foi descoberta, a bacia petrolífera apenas se apresenta com seus dois primeiros poços, o de Nova Olinda e o de Abacaxis, como uma esperança magnífica pela felicidade da amostra. O manganês do Amapá e as jazidas de ferro do mesmo território dizem das qualidades que apresenta para a formação de um futuro centro industrial.

Quanto ao ouro, êle aparece, aqui e acolá, do Oiapoque ao Araguari, pelas nascentes do rio Branco e no vale do Gurupi. Mas trata-se de ouro de aluvião, que tem sido até elemento perturbador na atividade produtora da Amazônia.

O Estado do Pará está fadado a ser um dia o escoadouro da produção do planalto central do Brasil, zona absolutamente marginal na economia brasileira. A zona do Tocantins e do Araguaia que se destaca pelas qualidades impressionantes de suas terras e pelas possibilidades enormes de sua mineração, principalmente no vale do Tocantins, são hoje, zonas francamente marginais em virtude das dificuldades de transporte que deixam essas zonas improdutivas.

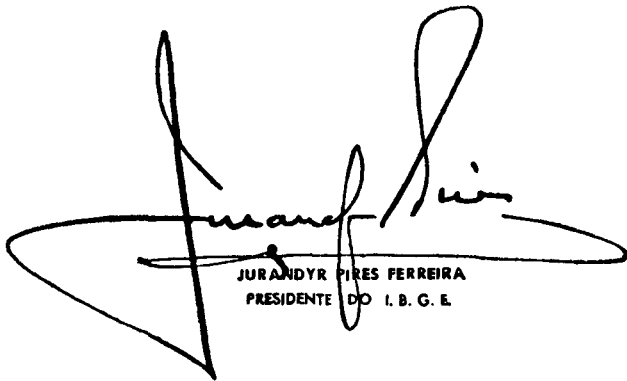
O aproveitamento da cachoeira de Itaboca podendo levar uma navegação regular a montante de Tucuruí em condições econômicas, levará para Belém do Pará a produção que se fomentará em todo o curso do Tocantins e do Araguaia. A obra de aproveitamento dêstes rios foi sonhada, e planejada no fim do século passado, como imprescindível para a ocupação humana no centro do Brasil. Hoje volta de novo à ordem do dia o problema de penetração por via do Tocantins como o único caminho seguro à integração econômica da região do planalto central na economia do Brasil.

O canal do Inferno, acesso racional para atingir Marabá, passa ao lado das quedas de Itaboca, grande potencial energético capaz de reter um núcleo de civilização a par de uma industrialização pilôto necessária a atender às populações a se fixarem no vale dos dois grandes rios confluentes. Só assim se poderia elevar o nível econômico das populações do planalto e ao mesmo tempo atender aos mínimos necessários às condições de dignidade humana, para retê-las aí, criando uma civilização interior com estabilidade nos valores econômicos da produção.

O Estado do Pará, por outro lado, como todos os Estados do Brasil, tem tido apenas uma civilização litorânea, conseqüente das dificuldades de transporte para a penetração em seu interior. A Amazônia, pode-se dizer que não foge também a esta regra, porque a sua navegação interior se faz pelo canal oceânico do Amazonas.

É de tal importância o vale do Amazonas que a Constituição de 46 reservou uma parte da receita nacional destinada à sua valorização.

Organizado que foi o plano da valorização econômica do Amazonas, à base de um programa de agricultura, pecuária, riquezas naturais, transporte, energia, colonização, saú-

de, ensino, crédito e comércio, embora só se tenha esboçado a sua atividade, já se sente o seu magnífico efeito.

O primeiro volume desta Enciclopédia tratou exatamente da Amazônia no ponto de vista geográfico; o presente volume analisa especìficamente cada Município e as condições de sua vitalidade. Daí a importância dêste volume que abrange exatamente a ação sôbre a Amazônia e oferece ao conhecimento dos estudiosos o esfôrço realizado para localização humana na grande região Norte e o desenvolvimento das células componentes do seu tecido estatal.

Completam êste volume os mapas de relêvo, de economia, de clima, de população, de vegetação, mapas que melhor estariam talvez no primeiro volume onde o panorama geográfico da região foi exaustivamente apreciado. Mas, neste volume êles nos dão uma idéia panorâmica da grande região Norte, destacando, com uma vivacidade chocante, a intensidade desta localização humana nas beiras das praias e o despovoamento impressionante do interior da Amazônia.

Dêsse despovoamento é que vai a alcunha de se chamar o Deserto Verde, comparação sugerida pela pujança de suas essências nas florestas virgens que lhe vestem a gleba, inabitada.

A Amazônia reflete a grandeza de uma natureza, fixando mais a extensão humilhadora da gleba ante a nulidade populacional de sua ocupação. Pode-se dizer que a Amazônia é uma reserva econômica para o futuro, pode-se dizer que a Amazônia é um tesouro em potencial no patrimônio do Brasil.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

Com o presente volume — XIV, o I.B.G.E. dá início à série de publicações de verbetes estatístico-descritivos municipais, contribuição dos órgãos do Conselho Nacional de Estatística à Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Em conjugação com a matéria do I volume, da responsabilidade do Conselho Nacional de Geografia, abre esta obra aos olhos dos estudiosos a intimidade das comunas da Grande Região Norte — a Amazônia.

* * *

Muito já se tem escrito e divulgado sôbre a Amazônia, que conta, presentemente, com elevado número de obras, cêrca de 2.000, além de monografias, artigos, reportagens, sueltos e outros.

Assim é que, há quatro séculos, vem o mundo tomando conhecimento dessa região ainda hoje cercada de particularidades que permanecem insondáveis.

Vários já a estudaram e a descreveram, embora por longo tempo ainda venha a preocupar, como objeto de prospecções científicas e indagações culturais, os que procurarão desvendar seus misteriosos recônditos.

Abrange a região Amazônica a totalidade de 118 municípios, assim distribuídos: 43 no Amazonas; 59 no Pará; 5 no Amapá; 2 em Rio Branco; 2 em Rondônia e 7 no Acre.

A sua densidade demográfica média é ainda hoje muito baixa, situando-se em menos de 1 habitante por quilômetro quadrado, o que vem demonstrar as dificuldades à vida e ao povoamento naquele rincão. Não obstante, a riqueza natural e o colorido de suas lendas continuam a dar-lhe hoje, como no passado, a convergência do interêsse dos estudiosos nacionais e a atração da curiosidade aventureira dos estrangeiros.

O conhecimento mais particularizado dessa vasta área do território nacional deve-se às explorações e monções que tiveram a marcar o seu início com a viagem do explorador espanhol Francisco de Orellana, em meados do Século XVI. Registra a história que Orellana, em busca do país da canela, como imaginava, saiu do Peru e descobriu a Amazônia, denominando ainda o rio em que navegava — das amazonas, dado o aguerrido encontro que tivera com mulheres guerreiras.

Foi a lenda em tôrno de riquezas fabulosas existentes na região a principal alavanca que impulsionou, daí por diante, aventureiros e descobridores da rica Amazônia.

Cada qual com seu intento mais ou menos paralelo — a conquista e exploração do Eldorado, muitas foram as expedições organizadas por peruanos, portuguêses, holandeses e outros, as quais contribuíram, grandemente, para o conhecimento da região, sua delimitação, povoamento e colonização, mercê da complexa e extensa rêde fluvial.

Após as naturais refregas, ocorrências características de empreendimentos dessa natureza, firmou-se, com a separação do jugo espanhol, o domínio português, que, auxiliado pelos próprios brasileiros, levou a cabo notável obra expansionista da gleba amazônica.

As congregações religiosas, particularmente os jesuítas, procurando atrair os silvícolas para a vida civilizada, defendendo-os do cativeiro, e, ainda, fundando aldeias, através dos tempos, prestaram inestimável serviço na obra de progresso da região.

A todos êsses desbravadores e outros grandes vultos que os seguiram, já com a responsabilidade de firmar tratados sôbre fronteiras e dirimir atritos, implantando uma política de bem-viver, em que se destacou a figura legendária de Alexandre de Gusmão — glória, honra e o reconhecimento de nossa terra.

Foram homens dessa têmpera dignos de ser ressaltados, capazes de conservar a integridade territorial, não obstante as lutas e adversidades, ao defenderem a vastidão dos lindes da desconhecida região, como legítimos patronos da imensa área constituída pela exuberante Amazônia.

Por largo tempo, vencidas as etapas fundamentais de sua civilização, passou a contribuir, destacadamente, para o enriquecimento pátrio, com o látex de seus seringais. Essa fase áurea da privilegiada região, marcando o chamado "ciclo da borracha," foi, infelizmente, cedo demais ultrapassada.

Seguindo-se a quase paralisação do surto vertiginoso dessa sua riqueza, muitos anos se passaram sem mutação, apoiando-se a economia regional não apenas na dádiva espontânea da natureza — a borracha, mas na indústria extrativa com velhas raízes ali. Ao lado do guaraná, resinas e sementes oleaginosas, encontrava-se na região rico potencial de madeiras, fibras vegetais, cacau e castanha, além de outros produtos, valendo ressaltar a indústria pastoril e a pesca.

Prosseguiu a Amazônia na procura do seu reerguimento econômico, com o extraordinário esfôrço e labor de seus filhos e o auxílio dos governos. E, nesta luta, ainda estão empenhados seus vaqueiros e pescadores, seus seringueiros e desbravadores, num quadro gigantesco de brasilidade.

Dentro em breve, certamente, poderá a Amazônia reassumir a posição de relêvo de que desfrutou, concorrendo, em escala ponderável, para a robustez da economia nacional, com o petróleo de seu subsolo.

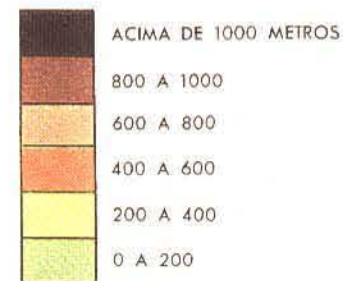
* * *

Que a par de tudo quanto já se divulgou sôbre o Inferno Verde ou o Eldorado Brasileiro, possam atender aos estudiosos e leitores da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros os subsídios que estão contidos nesta obra — retrato do Brasil —, como um fiel reflexo da atual posição sócio-econômica das células municipais da Grande Região Norte.

Por certo os estudiosos apreciarão o valor inestimável dessa contribuição que leva a pesquisa histórica, a apreciação geográfica e a tabulação estatística ao detalhe menor, à conformação de célula primária da nossa divisão política.

Na sistematização dos dados históricos, serão encontradas as constantes da formação e manutenção da unidade nacional, milagre da nossa gente; na apresentação igualmente metodizada dos demais elementos está a avaliação dos recursos, do povoamento, da potencialidade, do trabalho, das manifestações de cultura de cada município, de sorte a habilitar as mais penetrantes análises e a estabelecer, com detalhes, as coordenadas para o estudo do desenvolvimento pátrio.

LUIZ DE ABREU MOREIRA
Secretário-Geral do
Conselho Nacional de Estatística

GRANDE REGIÃO NORTE
ESCALA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SEÇÃO REGIONAL NORTE
VENEZUELA
GUIANA BRITÂNICA
SURINAME
GUIANA FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
COLÔMBIA
PERU
BOLÍVIA
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ
AMAZONAS
PARÁ
MARANHÃO
GOIÁS
MATO GROSSO
TERRITÓRIO DO ACRE
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA
BOA VISTA
CARACARAÍ
OIAPOQUE
AMAPÁ
MACAPÁ
MAZAGÃO
CHAVES
SOURE
VIGIA
SALINÓPOLIS
MARACANÃ
BRAGANÇA
BELÉM
BREVES
ALMEIRIM
TURIAÇU
IGARAPÉ-MIRI
MOCAJUBA
BAIÃO
ALCÂNTARA
S. LUÍS
ÓBIDOS
ALENQUER
MONTE ALEGRE
SANTARÉM
PARINTINS
ALTAMIRA
ITAITUBA
MARABÁ
IÇANA
UAUPÉS
BARCELOS
MANAUS
CAREIRO
ITACOATIARA
URUCURITUBA
MAUÉS
AUTAZES
NOVA OLINDA DO NORTE
BORBA
TEFÉ
COARI
SÃO PAULO DE OLIVENÇA
BENJAMIN CONSTANT
NOVO ARIPUANÃ
MANICORÉ
CANUTAMA
LÁBREA
HUMAITÁ
PÔRTO VELHO
GUAJARÁ MIRIM
CRUZEIRO DO SUL
TARAUACÁ
FEIJÓ
BÔCA DO ACRE
SENA MADUREIRA
RIO BRANCO
XAPURI
BRASILÉIA
ESCALA HIPSOMÉTRICA
ACIMA DE 1000 METROS
800 A 1000
600 A 800
400 A 600
200 A 400
0 A 200
MAPA HIPSOMÉTRICO
BASEADO NO "MAPA DO BRASIL" DO C. N. G.
DES. RONALDO G. VIANNA SANTOS

RELÊVO

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA

O traço mais característico do relêvo da grande Região Norte é a extensa planície que se estende entre os planaltos Guianense ao norte e o Brasileiro ao sul.

Esta vasta área sedimentar é constituída em sua maior superfície dor "terras firmes", que são do fim da era terciária, isto é, do plioceno, enquanto as *várzeas* ou "terrenos alagados" constituem depósitos mais recentes do pleistoceno e do holoceno ou atual.

A extensa planície da Amazônia Brasileira, é composta por sedimentos que se depositaram desde o período pós-cambriano até os nossos dias. A delimitação entre a *região da planície* e as *encostas dos planaltos guianense* e *brasileiro*, é feita, usualmente, pelas primeiras corredeiras que aparecem no leito dos afluentes de ambas as margens do rio Amazonas, que atravessa a planície em sentido oeste-leste. O âmbito da planície ultrapassa as fronteiras nacionais chegando a oeste, até o sopé da Cordilheira dos Andes. Esta gigantesca planura se estende para leste, entra no Brasil na altura do meridiano de 70° W.Gr., descendo para o Atlântico com uma fraca declividade, uma vez que a mais de 3 mil quilômetros do litoral, sua altitude é apenas de 65 metros (Tabatinga).

No Estado do Pará e ao noroeste do Maranhão até o rio Mearim, a área sedimentar, ao sul da Região da *Planície Litorânea*, acha-se enquadrada na Região da Planície Amazônica. A leste daquele rio, transforma-se a paisagem que já apresenta características da Grande Região Nordeste.

As oscilações do nível das terras e das águas oceânicas operadas no quaternário antigo produziram forte encaixamento do Amazonas e de seus afluentes, cujos vales, no platô terciário, foram alargados e aprofundados pela erosão regressiva, transformando-se os trechos finais de seus cursos em verdadeiras "rias de água doce". Isto se verificou em virtude das transgressões marinhas que sucederam aos diversos abaixamentos do nível de base oceânico.

O problema da formação de rias de água doce na planície amazônica foi primeiramente estudado por Pierre Gourou em 1948. Posteriormente êste assunto foi retomado com mais profundidade por Francis Ruellan.

A região da planície litorânea pode ser dividida nos seguintes trechos: 1) Litoral Amapaense; 2) Golfão Marajoara; 3) Leste Paraense e Guiana Maranhense e 4) Golfão Maranhense.

No litoral, destaque especial deve ser feito às rias e aos níveis escalonados de terraços que chegam à cota de 100 metros. No litoral Amapaense além dêsses traços morfológicos tem-se também, oportunidade de identificar linhas de falésias mortas, as quais constituem mais um argumento para explicar a oscilação do nível das terras e águas.

As zonas das baixadas inundáveis constituídas de vasa, merecem destaque especial, pois são as áreas de "terras imaturas" ou em "formação", cujo aproveitamento para a agricultura é muito importante.

As terras das *baixadas inundadas* são constituídas de lama ou vasa, e podem ser divididas, do ponto de vista morfológico, em schorre e slikke. Nelas se estabelece a vegetação do tipo de mangues. Na zona costeira do Amapá existe um grande número de lagos, principalmente no município de Amapá, alguns quilômetros ao norte do rio Araguari, o que motivou o aparecimento de uma zona conhecida por *região dos lagos do Amapá*. Estudando-se a gênese dessa zona lacustre, pode-se dizer que se trata de lagos de barragem, isto é, formados por flechas sucessivas de lama, hoje transformadas em terras firmes.

O Golfão Marajoara ou, como dizem alguns autores, Golfão Amazônico, compreende o trecho da zona costeira, da grande foz do Amazonas, constituído por um grande arquipélago, cujas ilhas mais importantes são: Marajó, Caviana, Mexiana.

O estudo morfológico da embocadura do rio Amazonas tem dado oportunidade a vários comentários, uma vez que não se trata de um delta típico. No lado nordeste da ilha de Marajó, observa-se uma ativa fase de solapamento, enquanto no sudoeste há um processo ativo de deposição. A chamada *região dos furos de Breves* é constituída por um grande número de ilhas separadas umas das outras por canais. Nesta região está se processando ativa fase de sedimentação. Num lapso de tempo não muito remoto, geològicamente considerando, ter-se-á completa colmatagem dos antigos "furos".

Os estudos da estrutura geológica, em profundidade, da foz do Amazonas, vieram provar a existência de uma grande fossa, de direção geral N.N.W.-S.S.E., podendo se observar um espêsso pacote sedimentar, segundo as prospecções realizadas pelo Conselho Nacional do Petróleo, na pesquisa de lençóis petrolíferos.

Na foz do grande rio, o Conselho Nacional do Petróleo fêz três perfurações a saber, em ordem cronológica: 1.°) na localidade chamada Limoeiro, à margem esquerda do rio Tocantins, chegando a 4 027 metros, sem contudo atingir o embasamento cristalino; 2.°) poço do vale do rio Cururu, na ilha de Marajó, tendo sido o embasamento (granitos e dioritos) alcançado a 3 848 metros de profundidade, tendo a sondagem prosseguido até 4 048 metros; a 3.°) poço situado próximo à localidade de Badajós, à margem direita do rio Capim, tendo sido atingido um quartzito a 2 159 metros, que se acredita pertencer ao embasamento cristalino.

Na foz do Amazonas deve-se considerar o Canal do Norte e o rio Pará. Êste último constitui o braço sul, através do qual os navios penetram, passando posteriormente pela *região de Breves*, a fim de alcançar as águas do Amazonas, pròpriamente dito.

O fato de se observar atualmente na foz do Amazonas uma zona interna de deposição, e, no nordeste da ilha de Marajó a destruição feita pela erosão, tem proporcionado aos que escrevem sôbre o assunto as mais variadas idéias. Uns a consideram como uma foz "sui generis", tratando-se de um delta-estuário, ou mesmo de uma foz mista. Neste particular deve-se considerar uma zona própria à sedimentação — região dos furos de Breves — e, outra zona de destruição. No seu conjunto pode-se dizer que a foz do Amazonas é do tipo deltaico, salientando-se mesmo a existência de um delta fóssil encaixado. Na paisagem morfológica de Marajó, destaque especial deve ser dado aos "tesos", que são níveis de terraços, cuja altitude máxima é da ordem dos 15 metros.

Os trechos do litoral denominados Leste Paraense e Guiana Maranhense abrangem a faixa costeira de terrenos da série Barreiras dos Estados do Pará e Maranhão. Nessa planície sedimentar encontra-se um pequeno núcleo de rochas do embasamento cristalino que aflora entre os rios Gurupi e Turiaçu, conhecido por núcleo do Gurupi e terrenos da formação Pirabas.

Ao geólogo HARRISON cabe a responsabilidade da denominação de litoral do tipo Guiana, para o trecho da zona costeira da América do Sul que vai da foz do rio Orenoco até a foz do rio *Amazonas*. Todavia, GLYCON DE PAIVA estendeu essa denominação até a foz do rio Turiaçu, também aplicada à faixa costeira planiciária, que se encontra a pouca distância da zona do embasamento cristalino, e que sofreu várias perturbações orogenéticas que permitiram a formação de vieiros. Estas áreas de rochas antigas foram arrasadas e peneplanadas.

No Golfão Maranhense destaca-se a existência da ilha de São Luís, e mais ao sul um pequeno núcleo de rochas cristalinas (Perizes). Os terrenos desta zona pertencem à série Barreiras, como os que afloram também na zona litorânea, situada a oeste do golfão.

O *planalto das Guianas*, ou seja a *região da encosta Guianense* é a parte mais setentrional do Brasil, onde afloram rochas do complexo cristalino brasileiro ou, mais pròpriamente, do escudo guianense. Apresenta esta região em certos trechos, grandes massas de rochas do algonquiano e também intrusões como as observadas na província magmática do Roroimã.

A estrutura geológica dessa área da Amazônia dá aparecimento a forma de relêvo diferentes da planície sedimentar.

A *região da encosta guianense* apresenta duas grandes massas orográficas, denominadas *serras ocidentais* e *serras orientais*, que constituem os divisores de águas entre os rios que vertem para a bacia amazônica, e os que correm para o litoral setentrional da América do Sul.

O exame da paisagem morfológica dessa região demonstra a existência de várias unidades menores como: 1 — *Peneplano do Alto rio Negro;* 2 — *Região Montanhosa Parima-Pacaraimã;* 3 — *Peneplano do Alto Rio Branco;* 4 — *Região montanhosa da Serra da Lua à de Tumucumaque;* 5 — *Peneplanos do Amapá*.

O ponto culminante do Planalto das Guianas é o monte Roroimã com 2 870 metros, localizado no ponto de trijunção da fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana Inglêsa. Nas serras Orientais o ponto mais elevado é o monte Timotáquem com 850 metros de altitude.

A Região da Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro compreende a área do escudo Sul Amazônico, peneplanado pela erosão no decorrer dos períodos geológicos. O contacto das rochas antigas com as sedimentares não é assinalado por modificação sensível na paisagem. No leito dos rios formam-se degraus em conseqüência do aparecimento de rochas mais duras. O relêvo sobe gradativamente na direção do sul, até chegar ao nível dos chapadões que constituem o relêvo típico do Planalto Central.

Na região da encosta setentrional do planalto brasileiro, dominam, do ponto de vista geológico, as rochas do complexo granito-gnáissico; havendo no entanto, pequenas áreas de terrenos cretáceos, entre os rios Juruena e São Manoel ou Teles Pires, formadores do Tapajós, e a leste do Xingu, estendendo-se até o Araguaia.

Nesta região aparecem formas de relêvo relativamente mais enérgicas, como as chamadas serras do Cachimbo, no sudoeste do Estado do Pará, e a serra do Norte localizada a noroeste do Estado de Mato Grosso, entre os rios Juruena e Aripuanã.

Concluindo pode-se ressaltar que a planície amazônica constitui o traço da paisagem morfológica que maior individualidade dá à Grande Região Norte.

GRANDE REGIÃO NORTE
ESCALA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SEÇÃO REGIONAL NORTE
LEGENDA
PLANÍCIE QUATERNÁRIA
PLATÔ TERCIÁRIO
SUPERFÍCIE APLAINADA COM "MORROS ISOLADOS"
RELÊVO POUCO MOVIMENTADO
RELÊVO MUITO MOVIMENTADO
RELÊVO ONDULADO
CHAPADA
RELÊVO
ORIENTAÇÃO DE ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
ORGANIZAÇÃO E DESENHO DE CATHARINA VERGOLINO DIAS

TIPOS DE CLIMA DA REGIÃO NORTE

IGNEZ AMELIA LEAL TEIXEIRA GUERRA

A área amazônica em virtude de sua posição geográfica e de seu relêvo, apresenta temperaturas médias elevadas, pouco oscilando em tôrno dos 25°C, amplitude térmica anual inferior a 3°C, chuvas abundantes que por vêzes ultrapassam a 3 000 mm, e alto grau de umidade relativa, mais de 80% em média. Êstes vários fatôres meteorológicos correlacionados, deram margem a se considerar o clima da Grande Região Norte como inóspito à vida humana, favorecendo o desenvolvimento de uma série de agentes vetores do complexo patogênico tropical capazes de transmitir várias doenças.

O clima amazônico tem sido vítima de falsos e exagerados conceitos. A. R. WALLACE, por exemplo, afirmou ser dos mais saudáveis e amenos. Ao lado disso, estudos diversos condenaram definitivamente a Região Amazônica em função do seu *clima hostil*, de seu *calor insuportável*, de sua *elevada umidade*.

Sem cair em tais excessos e após a análise dos dados meteorológicos, pode-se dizer como LE COIMTE que *"o clima da Amazônia é quente sem ter tórrido, muito úmido, debilitante e enervante sem ser essencialmente insalubre"*. É capaz, por conseguinte, de permitir o desenvolvimento de uma civilização estável e eficiente desde que se consiga estabelecer na região, depois do conhecimento de sua realidade climática, uma economia de base, cujos principais produtos sejam favoráveis aos dois fatôres locais preponderantes: calor e umidade.

Tratando-se do clima da Amazônia, deve-se pôr em evidência que na aclimação do homem à região, o nível de vida é muito importante, pois desde que se consiga meios técnicos, como ar refrigerado nas habitações, geladeiras, etc., além de alimentos e roupas próprias, imediatamente os rigores climáticos são amenizados.

O clima da Amazônia ainda está longe de ser bem conhecido, contribuindo para êste fato a deficiência do reduzido número de estações meteorológicas. Em vastas áreas, perfazendo centenas de milhares de quilômetros quadrados não há muitas vêzes, um simples pôsto pluviométrico.

A classificação climática que melhor retrata o complexo clima-vegetação nos grandes conjuntos regionais, é a de KÖPPEN. Aplicando-a à Amazônia, observa-se que tôda essa região acha-se compreendida no grupo A — climas quentes e úmidos, distinguindo-se vários tipos que se diferenciam pelo total de precipitação ou pela época de ocorrência do período sêco, que se atrasa gradativamente do interior para o litoral, em conseqüência de avanço progressivo da massa Equatorial Continental.

CLIMA Am

Na região da planície amazônica impera em grande extensão, um clima quente e úmido com precipitações elevadas, compensando a existência de uma estação sêca, embora não muito acentuada (tipo monções — Am), permitindo que a vegetação dominante seja a floresta densa e pujante. Constitui êste clima uma transição entre o superúmido sem estiagem e o de duas estações distintas: a chuvosa e a sêca.

O tipo climático, de monções, embora domine em quase tôda a região da planície amazônica, estende-se também para o norte, pela *região da encosta guianense*, na direção do sul, pela *região da encosta setentrional do planalto brasileiro*, e para leste, na *região da planície litorânea*. Até recentemente tôda esta imensa área era considerada como de clima superúmido (Af) o qual não ocorre aí, senão no trecho do alto Amazonas.

Observa-se, portanto, que os limites dos diversos tipos de clima quente e úmido da Amazônia, não coincidem com as regiões geográficas, baseadas nos traços morfológicos.

Na região da planície, onde domina o clima Am, a temperatura se mantém bastante elevada durante todo o ano, variando entre 24°C e 26°C. O regime térmico reflete a existência da estação sêca; corresponde o mês mais quente ao fim do período de estiagem, variando de outubro a dezembro. Antecede quase sempre, o solstício de verão, sendo neste ponto semelhante ao regime da região do Ganges na Ásia.

Quanto às precipitações, apresentam totais anuais elevados, principalmente na região da planície litorânea, onde Soure (ilha de Marajó) assinala 2 917 mm e Clevelândia 3 264 mm anuais.

O regime pluviométrico é semelhante ao do clima superúmido, registrando-se, no entanto, uma estação sêca na primavera, devido ao recuo da faixa de calmas equatoriais para o norte neste período. Aliás, nesta época também se verifica um decréscimo nas precipitações na zona de clima superúmido.

CLIMA Af

A zona do alto Amazonas, abrangendo o alto rio Negro, sofre mais a influência das calmas equatoriais causadoras das chuvas de convecção, abundantes e freqüentes durante todo o ano, sendo, por tal motivo, a área de maior precipitação da Região Amazônica.

Pela observação dos dados meteorológicos desta zona de clima Af conclui-se que mesmo não existindo uma estação sêca nítida, há uma diminuição na altura das chuvas, correspondendo aos meses de junho a setembro, enquanto que o longo período chuvoso se estende da primavera ao outono, com uma ligeira queda da pluviosidade em fevereiro.

A temperatura média é igualmente elevada nesta região, caracterizando-se o regime térmico por sua pequena variação anual. A média mais elevada corresponde em geral, ao mês de novembro, um dos de menor precipitação. No inverno, observa-se uma área menos quente situada a oeste da planície, isto é, nesta zona de clima superúmido e outra mais quente a leste, de temperatura superior a 25°C. Isto se explica pelo fato de o Alto Amazonas ser freqüentemente atingido, nesta estação do ano pelos ventos frios vindos do sul, através do vale do Paraná-Paraguai ocasionando o fenômeno da "friagem".

Nos invernos mais rigorosos, êstes ventos chegam, além da latitude de 0°C e após provocarem uma elevação das temperaturas máximas muito acima do normal (aquecimento pré-frontal) um ou dois dias antes da friagem, fazem cair a temperatura de muitos graus, caso seja muito elevada a invasão fria. As mínimas registradas na friagem não se mantêm contudo, mais de 4 dias, em média, não só pela destruição do anticiclone, como ainda porque a massa de retôrno à sua retaguarda e a fraca nebulosidade, permitem o aquecimento solar, que termina com o fenômeno.

As temperaturas mínimas absolutas mais baixas provocadas pela friagem se registram em Sena Madureira, descendo a temperatura a 7,3°C.

Há anos em que as invasões frias não ocorrem, pois, nem sempre os anticiclones conseguem ultrapassar a massa tropical, devido ao maior aquecimento equatorial; porém, em outros há várias grandes invasões, tendo já se registrado, até cinco, em invernos excepcionalmente fortes.

A umidade relativa é muito elevada nesta zona de clima Af, sendo sempre superior a 80%, mesmo por ocasião da quadra menos chuvosa.

Na Amazônia há outra área de clima Af, que aparece na região da planície litorânea, formando uma "ilha" em tôrno da cidade de Belém. Também aí, as precipitações são bastante intensas durante todo o ano, não se registrando uma estação sêca rigorosa, embora se note uma diferença entre o outono, caracterizado pelas calmarias, chuvas abundantes e diárias, e a primavera mais sêca, atingida por ventos litorâneos de E. e S.E. Belém, portanto, constitui um caso "sui generis", pois rodeada pelas regiões de clima monçônico com chuvas abundantes, mas com estação sêca definida na primavera, apresenta um clima superúmido (Af). Seu total anual de chuvas atinge a média de 2 804 mm, com maior pluviosidade em março, 457,6 mm e menor em outubro, 86,5 mm.

Comparando-se Belém com a cidade próxima, Soure, situada igualmente à beira-mar, atingida com aquela, pelos ventos de N.N.E. chamados comumente de Marajó, sujeita ao mesmo regime térmico e às mesmas massas de ar, observa-se grande diferença no que diz respeito à altura das chuvas. Todavia, quanto à distribuição das precipitações durante o ano, há certa semelhança, pois, embora em Belém não se registre uma estação sêca acentuada como em Soure, na mesma época observa-se uma diminuição das chuvas naquela cidade, ocorrendo em ambas as estações, o mínimo pluviométrico no mês de novembro e o máximo em março.

CLIMAS Aw e Aw

O clima tropical úmido de duas estações bem diferenciadas, sêca no inverno e chuvosa no verão (Aw) aparece na *Região Amazônica* em dois trechos: 1.°) no limite oriental da região da planície, com a Grande Região Nordeste, no estado do Maranhão. Compreende também, parte da encosta setentrional do planalto brasileiro, nos estados do Pará, Goiás e Maranhão; 2.°) na região da *encosta guianense*, compreendendo os campos do alto Rio Branco (Território do Rio Branco) prolongando-se para o sul pela região da *planície*, na região aproximada dos vales dos rios Trombetas e Erepecuru (Pará).

No primeiro trecho observa-se, durante o verão o domínio da massa equatorial continental, ocorrendo então as chuvas nesse período, em virtude do contacto com a massa tropical atlântica (frente intertropical). Registram-se ainda nessa área, precipitações locais produzidas pelo forte aquecimento diurno e a convecção.

As chuvas têm início em novembro ou dezembro porém, sòmente em janeiro se tornam mais intensas, prolongando-se até abril ou maio. É, portanto, nos meses de janeiro a abril que ocorre a quadra mais chuvosa do ano, sendo quase sempre março o mês de maior precipitação. A estiagem tem início em maio ou em junho, estendendo-se até outubro, sendo o mínimo de pluviosidade registrado em julho ou agôsto.

Quanto às temperaturas, mantêm-se elevadas durante todo o ano, sendo pequena a amplitude térmica anual. O mês mais quente é setembro ou outubro, antecedendo dêsse modo o período chuvoso do verão. Quanto ao mês mais frio, coincide com a estação sêca, registrando-se as médias mais baixas de temperatura em julho, quando se verifica a menor precipitação mensal.

As características do regime pluviométrico, são, portanto, as mesmas da grande região de clima tropical típico (Aw) do Planalto Central, existindo uma diferença quanto ao ligeiro retardamento da estação chuvosa. Na realidade nesta área verifica-se um atraso das chuvas o qual vai aumentando para o norte, até chegar à região litorânea onde, embora o período chuvoso seja o verão, as precipitações se estendam por todo o outono quando se registram as máximas. Êste fato contribui para o aparecimento de um subtipo de clima — Aw', que domina no litoral do Pará e na baixada maranhense. Aí os totais anuais são ainda elevados, diminuindo, no entanto gradativamente de W.N.W. para E.S.E. Esta diminuição deve-se ao fato da ação exercida pela faixa de calmas equatoriais se fazer sentir com maior intensidade na zona mais próxima do equador, atenuando-se para o sul. A baixada maranhense, por exemplo, ainda apresenta no seu trecho a oeste, características semelhantes à região amazônica, não só do ponto de vista do clima, como também do relêvo e vegetação.

Quanto à segunda área de clima Aw que corresponde aproximadamente aos campos do alto Rio Branco, distingue-se apenas quanto ao período chuvoso, que aí corresponde ao verão boreal, uma vez que a região está situada no hemisfério norte.

O clima do Território do Rio Branco tem como fator determinante o relêvo, pois os alíseos de N.E. ao galgarem os flancos das Guianas, deixam na encosta norte sua umidade em forma de grandes chuvas, chegando às encostas voltadas para o sul, em território brasileiro, como ventos descendentes e mais secos. Em Boa Vista, situada no hemisfério norte, o total anual só alcança 1 523 mm, ocorrendo a época chuvosa, no período de maio a agôsto, em pleno verão boreal, ocasião em que o Equador térmico desloca-se para o hemisfério setentrional, atraindo para o norte, os ventos alíseos da massa Equatorial atlântica, que vão causar chuvas nesta região. Além disso, as chuvas de convecção, da massa equatorial continental que permanece nesta área durante todo o ano, são responsáveis pelo acréscimo de pluviosidade de Boa Vista, na época citada.

O período sêco que se observa nesta região vai afetar o caráter de constante umidade encontrado na Amazônia, refletindo-se na vegetação que corresponde no alto Rio Branco, aos campos, reduzindo-se a floresta, a simples matas-galerias que vivem, em função da umidade do fundo dos vales.

Em síntese, observa-se que quanto ao clima predomina na Grande Região Norte o tipo Am, transição entre o sempre úmido Af e o de duas estações distintas Aw ou Aw', que aí ocorrem em áreas menores.

GRANDE REGIÃO NORTE
ESCALA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SEÇÃO REGIONAL NORTE
VENEZUELA
COLÔMBIA
GUIANA BRITÂNICA
SURINAME
FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ
AMAZONAS
PARÁ
MARANHÃO
GOIÁS
MATO GROSSO
TERRITÓRIO DO ACRE
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA
PERU
BOLÍVIA
BOA VISTA
CARACARAÍ
OIAPOQUE
AMAPÁ
MACAPÁ
MAZAGÃO
ÇANA
UAUPÉS
BARCELOS
AIRÃO
MANAUS
ITACOATIARA
PARINTINS
ÓBIDOS
ALENQUER
SANTARÉM
MONTE ALEGRE
ALMEIRIM
BREVES
BELÉM
SALINÓPOLIS
MARACANÃ
BRAGANÇA
IGARAPÉ-MIRI
MOCAJUBA
BAIÃO
ALTAMIRA
MAUÉS
AUTAZES
NOVA OLINDA DO NORTE
BORBA
NOVO ARIPUANÃ
MANICORÉ
TEFÉ
COARI
SÃO PAULO DE OLIVENÇA
BENJAMIN CONSTANT
CANUTAMA
LÁBREA
HUMAITÁ
PÔRTO VELHO
GUAJARÁ-MIRIM
CRUZEIRO DO SUL
TARAUACÁ
FEIJÓ
BÔCA DO ACRE
SENA MADUREIRA
RIO BRANCO
XAPURI
BRASILÉIA
MARABÁ
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
ALCÂNTARA
SÃO LUÍS
ROSÁRIO
TIPOS DE CLIMA
(SEGUNDO KÖPPEN)
LEGENDA
QUENTES E ÚMIDOS
COM CHUVAS DE VERÃO — Aw Aw'
SEM ESTAÇÃO SÊCA — Af
COM ESTAÇÃO SÊCA POUCO PRONUNCIADA — Am
BASEADO NOS MAPAS DE CLIMA
DE L. M. C. BERNARDES E M. V. GALVÃO
DESENHADO POR ROBERTO M. BARROS

TIPOS DE VEGETAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA

ROBERTO GALVÃO *

Do ponto de vista dos tipos de vegetação, a Região Amazônica pode ser caracterizada, em linhas gerais, como uma área cuja maior porção é ocupada pela floresta equatorial, a "evergreen tropical rainforest" a que HUMBOLDT denominou Hiléia; uma faixa costeira de vegetação hidrófila, o mangue, manchas campestres disseminadas no âmbito da floresta bem como uma pequena porção da chamada Zona dos Cocais, compõem o quadro fitofisionômico regional.

A floresta equatorial é comumente dividida em três subtipos associados a outras tantas feições morfológicas características da área: a mata de várzea, de terra firme e de igapó. Êsses três subtipos da floresta apresentam diferenciações que são devidas não só à sua distribuição espacial em relação às três feições morfológicas acima referidas, mas também às suas respectivas composições florísticas.

A mata de terra firme, no entanto, apresenta certas características que definem o aspecto geral da formação e que podem ser estendidas aos dois outros subtipos. É uma formação que apreenta três andares ou estratos, a partir do solo, respectivamente compostos por uma cobertura de gramíneas mais ou menos rarefeita, elementos de porte arbustivo e, finalmente, indivíduos arbóreos.

Duas de suas características essenciais são encontradas no alto porte das árvores que compõem o estrato superior e pela diversidade de espécies que a constituem; um outro aspecto a ressaltar é sua heterogeneidade, isto é, o grande número de espécies diversas que ocorrem por unidade de área.

A principal diferenciação entre os três tipos acima apontados reside, aparentemente, na correlação com as feições morfológicas indicadas, havendo, não obstante, espécies que são próprias da mata de terra firme, da de várzea e da de igapó. Como exemplos, citamos, na mesma ordem, a castanheira (*Bertholletia excelsa*), a sumaúma (*Ceiba pentandra*) e a oeirana (*Alchornea castaneifolia*). Esta condição não impede, contudo, a ocorrência de espécies ubiqüistas, isto é, que aparecem indiferentemente na constituição de qualquer dos subtipos referidos, como é o caso do murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e da paxiúba (*Iriartea exhorriza*).

Outra característica da floresta equatorial é encontrada não só no grande número de espécies que fornecem valiosas madeiras de lei mas também vários tipos de látex (como os da seringueira e do caucho) e essências de alto valor econômico que, pelo uso de técnicas tradicionais na região, constituem mesmo a base de sua economia. A borracha, a castanha, o caucho, a maçaranduba, o pau-rosa, a andiroba, o murumuru, o acapu, o babaçu, o angelim, o cedro, o mogno, o pau-amarelo, e a copaíba, compõem um patrimônio natural que é intensamente utilizado.

Como se observa no mapa, a floresta equatorial ocupa talvez 90% da área da região; suas penetrações mais meridionais, nos limites sul e sudeste da Amazônia, em contato com as formações campestres do Centro-Oeste brasileiro, de um lado, e com a zona de transição para a flora nordestina, de outro, se fazem pela redução da floresta a matas-galeria que acompanham os cursos dos afluentes da margem direita do Amazonas sem que se altere de modo apreciável o caráter da formação.

No limite sudeste da região imiscui-se na floresta, nela disseminada e com limites extremamente imprecisos, a chamada Zona dos Cocais, da qual os elementos mais representativos são o babaçu (*Orbygnia Martiana*) e a carnaúba (*Copernicia cerifera*).

Os babaçuais constituem um aspecto importante da vegetação dessa área não só pela sua importância como produto exportável mas ainda pela indústria e gênero de vida que condicionam. O gregarismo do babaçu corresponde a uma região fitogeográfica, intercalando-se entre a região úmida e florestal da Amazônia e a região semi-árida das caatingas nordestinas, projetando-se para o interior no rumo N.E.-S.W., segundo BEZERRA DOS SANTOS. Sua área de ocorrência engloba a planície maranhense, começando próximo ao litoral noroeste, junto ao Turiaçu, abrangendo os cursos dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e, finalmente, quase todo o Itapecuru. É importante ressaltar que, a não ser em algumas áreas da planície, interpõem-se à homogeneidade do babaçual outras formações, tais como os carnaubais, acima citados, açaizais, etc.; o contato entre essas formações é sempre impreciso, aparecendo interligações com cerrados e caatingas, mangais, no litoral, e com os tombadores (Carrascos altos) no planalto.

No entanto, como se observa no mapa, apenas uma estreita faixa da zona dos cocais está incluída na região amazônica. Além de seu limite, prolonga-se essa zona até próximo da extremidade setentrional da ilha do Bananal, avançando do Maranhão, como vimos, em direção N.E.-S.W.

Apesar da extrema imprecisão de seus contatos com as formações botânicas que a limitam, a zona dos cocais é uma das regiões fitogeográficas brasileiras melhor individualizadas.

As ocorrências campestres na região apresentam desenvolvimento espacial reduzido em comparação com a área ocupada pela floresta, como foi visto.

Antes de procedermos à descrição das principais características dos campos amazônicos, convém atentar para o fato de que não ocorrem em grandes extensões contínuas mas sim em manchas isoladas no âmbito da Hiléia que apresentam, de modo geral, limites bem definidos com a floresta.

As formações campestres que aí ocorrem são compostas, na maior parte, por campos cerrados, aparecendo também os campos limpos, os campos das várzeas inundáveis, bem como "caatingas" (no rio Negro).

Os campos cerrados aparecem com maior extensão no Território do Amapá, em longa faixa que acompanha em linhas gerais o contôrno da costa a distância variável, e no Território do Rio Branco, de que ocupam tôda a porção nordeste; no extremo sudeste da região, isto é, no norte goiano e em parte do sudoeste maranhense, acha-se o prolongamento dos cerrados do Centro-Oeste, que aí entram em contato com a floresta amazônica e com a zona dos cocais. Exceção feita dos campos de várzea, dos campos limpos e das caatingas típicas, parecem sempre ocorrer, associados aos campos da região, alguns elementos do cerrado.

Êste não se apresenta na Amazônia de modo acentuadamente diverso das demais regiões brasileiras em que ocorre, sendo de notar que em alguns locais há uma redução do número de espécies que o compõem (como acontece no Amapá), redução esta que é talvez devida às características dos solos em que se instalou.

O aspecto do cerrado lembra a vegetação dos parques: árvores esparsas de galhos retorcidos que apresentam folhação pouco desenvolvida e uma camada suberosa grossa e fendilhada; o solo é recoberto por um tapête de gramíneas, de modo geral, na região, o capim "Barba de bode" (*Aristida pallens*), ali denominado "rabo de burro".

Nos chamados campos de Macapá, no Território do Amapá, o cerrado é quase exclusivamente composto de lixeiras (*Curatella americana*) e muricis ou muruchis (*Byrsonima spicata, B. verbascifolia*), aparecendo raramente o barbatimão (*Striphnodendrum barbatimao*). Em outros casos, como acontece na margem sul do lado de Vila Franca, é aquela última espécie que domina, sendo ainda o cobertura do solo composta pela Aristida.

Os campos limpos da região são geralmente compostos, segundo HUBER, por gramíneas do gênero Panicum, o mesmo acontecendo nos campos de várzea, onde o elemento mais característico é a conhecida canarana (*Panicum spectabile*), parecendo, ainda segundo aquêle autor, corroborado por OLÍMPIO DA FONSECA, que a principal diferenciação entre os dois tipos de campo reside na condição de inundáveis para os de várzea.

Finalmente, os campos de Marajó apresentam algumas diferenciações em sua composição que, pensamos não cabe aqui a análise, e que não modificam no conjunto o aspecto dos campos.

Resta descrever os mangues ou mangais, que ocorrem bordando a costa em extensão variável para o interior.

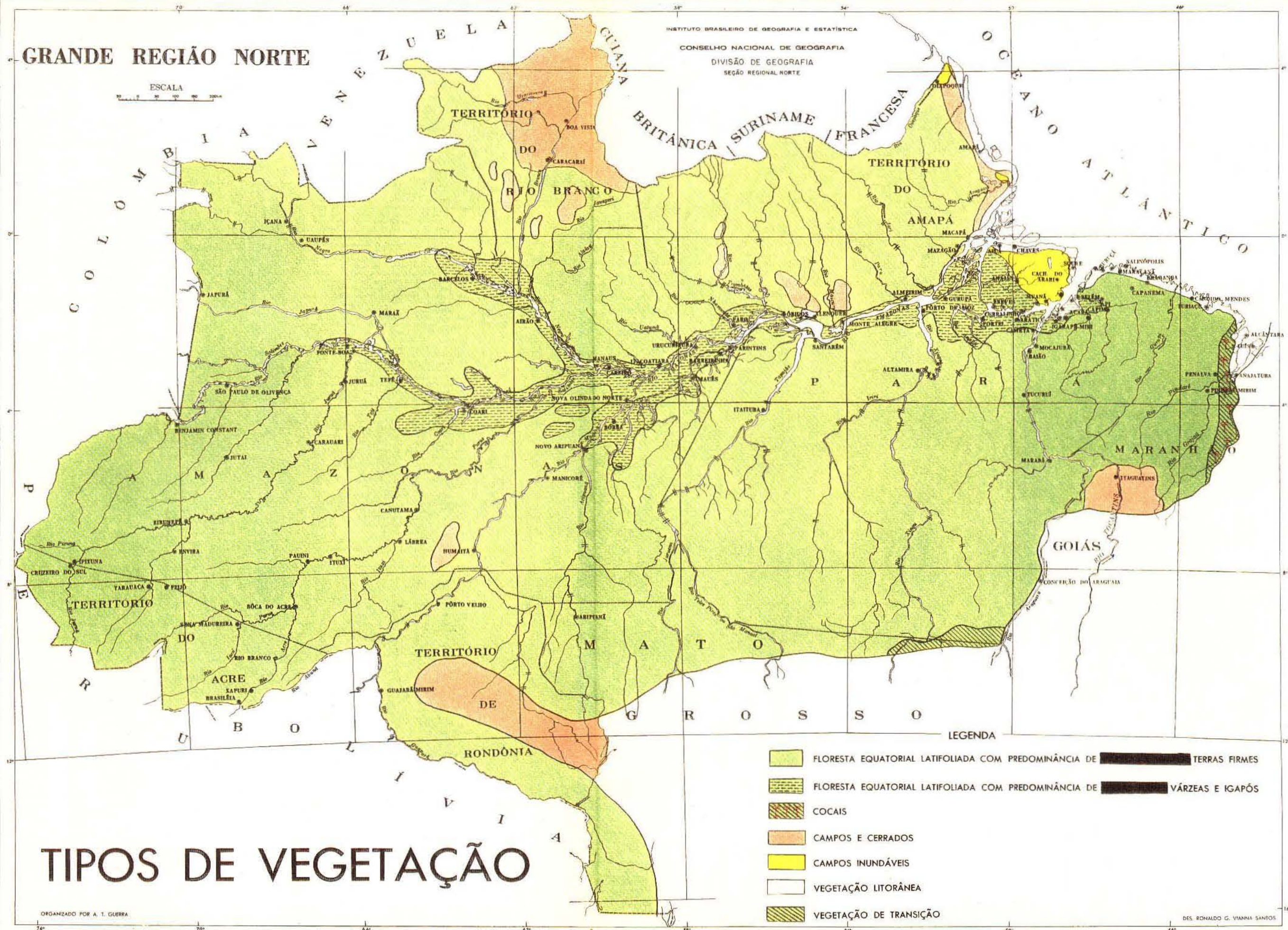
Sob o ponto de vista mesológico, o mangue localiza-se, por fôrça de seu acentuado hidrofilismo, na zona inundada pelas marés e acima do limite da baixamar. O mangue é um tipo de vegetação inconfundível que apresenta características muito especiais; vive em ambiente salgado ou salobro, tem grande capacidade de reprodução e invade fàcilmente as zonas lodosas, para cuja consolidação contribui como importante fator.

O mangue, em certos locais, acompanha o curso dos rios formando pestanas, enquanto ocorrem ao longo das margens terrenos alagadiços e enquanto a salinidade permite sua instalação.

Distinguem-se três tipos de mangues: o mangue vermelho, onde predominam as Rizoforáceas (*Rhizophora, sp.*), o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue seriba, siriba ou siriúba (*Avicennia, sp.*). Êstes três tipos se sucedem, geralmente, a partir da linha da baixamar para o interior, ocupando os dois primeiros a frente e o siriubal a retaguarda, em terreno já menos atingido pelas águas das marés.

O mangue vermelho apresenta aspecto característico causado pelo verdadeiro emaranhado de raízes aéreas e pneumatóforos; a siriúba não apresenta êsse aspecto, sendo seu tronco reto e de porte mais elevado do que os dos mangues vermelho e branco.

Resumindo, o principal aspecto fitofisionômico da região é representado na grande área ocupada pela floresta equatorial; as formações campestres não apresentam expressão regional, como vimos e finalmente o mangue, empresta aspecto característico à região para quem, vindo do oceano, penetra seu interior.

* Falecido em Julho de 1957, quando já estava composto o presente comentário.

GRANDE REGIÃO NORTE
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SEÇÃO REGIONAL NORTE
ESCALA
TIPOS DE VEGETAÇÃO
LEGENDA
FLORESTA EQUATORIAL LATIFOLIADA COM PREDOMINÂNCIA DE TERRAS FIRMES
FLORESTA EQUATORIAL LATIFOLIADA COM PREDOMINÂNCIA DE VÁRZEAS E IGAPÓS
COCAIS
CAMPOS E CERRADOS
CAMPOS INUNDÁVEIS
VEGETAÇÃO LITORÂNEA
VEGETAÇÃO DE TRANSIÇÃO
ORGANIZADO POR A. T. GUERRA
DES. RONALDO G. VIANNA SANTOS
VENEZUELA
COLÔMBIA
GUIANA BRITÂNICA
SURINAME
FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
PERU
BOLÍVIA
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ
AMAZONAS
PARÁ
MARANHÃO
GOIÁS
MATO GROSSO
TERRITÓRIO DO ACRE
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA

POPULAÇÃO

CATARINA VERGOLINA DIAS

O povoamento da Amazônia Brasileira estêve inteiramente ligado à expansão lusitana para o norte da colônia nos séculos XVI e XVII. A finalidade precípua era a expulsão de piratas franceses, holandeses e inglêses que não só no Maranhão, mas, em tôda a área da embocadura do rio Mar estabeleciam-se em pequenos fortins ou feitorias; garantiam por êste meio o comércio com os meios das nações européias que representavam.

Foi em função desta reação portuguêsa que surgiram os núcleos que correspondem atualmente a São Luís do Maranhão e Belém do Pará (ambas em inícios do século XVII) origens dos dois centros urbanos mais importantes da Grande Região Norte.

A necessidade de um lugar estratégico, que comandasse a defesa da região assim como a explotação das áreas à montante orientaram a escolha dos sítios, muito especialmente o de Belém.

A procura das "drogas do sertão" na fase colonial, e já em nossos dias, da *Hevea Brasiliensis*, se constituem nos dois marcos fundamentais da exploração da hinterlândia amazônica e de seu posterior povoamento. Em ambas as fases a rêde hidrográfica, possibilitando uma navegação livre foi o elemento básico que orientou o desbravamento amazônico.

A fixação do homem à terra teve origem nas missões religiosas, disseminadas em tôda a região, e, nos fortes, cuja finalidade era a defesa e enraização do domínio luzitano. Nêles encontram-se o início de uma agricultura rotineira e de subsistência, que até hoje perdura.

No século XIX a colonização da zona bragantina, a nordeste do Estado do Pará se fêz através da construção da Estrada de Ferro de Bragança.

Finalmente, a colonização do Acre foi uma conseqüência da migração sobretudo nordestina, à procura da borracha. Escreveram páginas de história embalados pela cobiça do ouro negro.

A rêde hidrográfica não facilitou apenas a penetração do homem. Ela constitui, ainda hoje, o meio de transporte mais importante e orientou dêste modo a distribuição do elemento humano, dando uma característica marcante — distribuição linear, bem visível no mapa de População da Grande Região Norte.

A extensão do espaço geográfico a ser ocupado, o ambiente misterioso e lendário que perdura até os dias atuais; a floresta densa e luxuriante; a hostilidade apresentada pelos indígenas; as mais diversas endemias; a escassez do elemento humano; o descaso dos governantes foram e ainda são fatôres responsáveis pela fraca densidade da população, colocando a Amazônia em uma das áreas subdesenvolvidas do Globo. Salienta-se assim outra característica do "habitat" — *Habitat disperso*. Fazem exceção apenas a pequena área no N.E. do Estado do Pará, a zona Bragantina, denominada por P. GOURROU "le pays de Belém" pelas funções que desempenha no abastecimento da capital paraense, a ilha de Marajó, o N.W. do Maranhão e a ilha do Careiro no Estado do Amazonas são áreas que apresentam uma densidade mais acentuada. São núcleos isolados na vasta região quase vazia. Nelas predominam a agricultura e a pecuária como atividades permanentes de seus habitantes embora praticadas por métodos extensivos, rudimentares e rotineiros, que dominam no Brasil.

Com uma superfície de 3 579 991 km^2, na região se radica uma população de apenas 1 844 655 hab., com uma densidade da ordem de 0,52 hab./km^2. Dêste modo a contribuição da Amazônia à População Brasileira é de 3,55% só superior à da Região Centro-Oeste (3,34%). Devido à desigualdade da distribuição do elemento humano, o Estado do Pará concorre com 2,16% e os 1,39% são complementados pelas demais unidades federais que constituem a Região Norte.

O efetivo populacional da Amazônia pode ser esquematizado no seguinte quadro:

UNIDADES FEDERADAS	POPULAÇÃO 1 VII 50			Densidade de população (hab. km2)
	Absoluta	Relativa		
		% do Brasil	% da Região	
Rondônia	36 935	0,07	2,00	0,15
Acre	114 755	0,22	6,22	0,75
Amazonas	514 099	0,99	27,87	0,32
Rio Branco	18 116	0,04	0,98	0,08
Pará	1 123 273	2,16	60,90	0,91
Amapá	37 477	0,07	2,03	0,27
Região Norte	1 844 655	3,55	100,00	0,52

O quadro acima demonstra a desigualdade da distribuição da população, a fraca densidade populacional, pois o Estado do Pará, apesar de apresentar maior densidade, esta não ultrapassa a 0,91 hab./km^2.

A mesma característica é encontrada nas unidades administrativas menores; abstraindo-se os municípios onde se acham localizadas as capitais — Belém (254 949 hab.), Manaus (139 620 hab.), São Luís 119 785 hab.), os municípios onde se encontram maiores efetivos humanos são: Santarém (na zona do Baixo Amazonas, estado do Pará) com 60 229 hab.; Bragança (zona Bragantina, estado do Pará) com 57 888 hab.; Cametá com 46 844 hab.; Abaetetuba ambos no Baixo Tocantins, estado do Pará) com 36 587 hab.; e Itacoatiara (médio Amazonas, estado do Amazonas) com 30 102 hab. É ainda no Estado do Pará que se encontram os 4 municípios de maiores índices de população absoluta, na Amazônia, e a causa pode ser encontrada na sua localização geográfica, na atividade econômica predominante — a agricultura, nos recursos naturais, nas facilidades de comunicação com outros centros urbanos, sobretudo com Belém.

A população urbana também se encontra distribuída de maneira desigual.

Estado do Pará	389 011 hab.
Estado do Amazonas	137 736 "
Território do Acre	21 272 "
Território do Amapá	13 900 "
Território de Rondônia	13 815 "
Território do Rio Branco	5 132 "

As cidades mais importantes são: Belém (255 218 hab.); São Luís (93 764 hab.) e Manaus (89 612 hab.), cujos efetivos populacionais refletem as funções urbanas que desempenham.

De todos êles o mais importante é Belém, capital do Estado do Pará situada na Região Litorânea da Grande Região Norte é o pôrto internacional por excelência de todo o Extremo Norte do Brasil e sua função pode ser definida como a *capital econômica da Amazônia*. É um entreposto, onde se acumula tôda a produção da Região Norte — borracha, castanha, peles, juta,... — exportando-a para o Brasil e para o mundo. Aos poucos vem se desenvolvendo uma indústria, no início de beneficiamento de produtos regionais e mais recentemente uma indústria mais diversificada, que tornam êste núcleo urbano como um dos pontos de atração do elemento humano.

Segue-se São Luís, Capital do Estado do Maranhão, ligando-se por uma rêde fluvial ao interior do Estado e funciona como entreposto comercial, abastecendo os centros urbanos localizados na hinterlândia maranhense.

Finalmente, Manaus, localizada na *região da Planície* da Grande Região Norte, capital do Estado do Amazonas. Sua localização geográfica explica a função comercial que possui em relação à Amazônia interior. É a segunda metrópole da Região Norte. A importância da localização de Manaus pode ainda ser examinada pelo ponto de apoio que o aeroporto da capital amazonense desempenha na ligação aérea das Américas (rota Rio—Miami). É ainda o centro de irradiação das comunicações fluviais e aéreas de tôda a Amazônia Ocidental.

Outros centros urbanos menores: Santarém (14 061 hab.), Itacoatiara (5 867 hab.), Parintins (5 865 hab.), Bragança (5 495 hab), Abaetetuba (5 449 hab.), Soure (5 264 hab.) são pequenos núcleos, oriundos em sua grande maioria das sedes de missões religiosas dos séculos XVII e XVIII e que hoje desempenham papel não menos importante como verdadeiras capitais regionais, centros reabastecedores das áreas que lhes ficam próximas.

As demais cidades da Grande Região Norte muitas vêzes nada mais são que sedes administrativas de municípios sem uma vida pròpriamente urbana.

A distribuição do efetivo humano nas áreas rurais também é heterogênea, mas sempre distribuída às margens dos rios. Isto se explica pelo fato da rêde fluvial ser verdadeiramente a única via de penetração. O mapa de população da Grande Região Norte salienta de modo marcante estas características. Uma concentração muito acentuada na foz do rio Pará, as zonas Bragantina e do Salgado no N.E. do estado Paraense, o Golfão maranhense e numa escala menos acentuada no Baixo Amazonas, na ilha de Marajó (estado do Pará) e na ilha do Careiro (estado do Amazonas).

Excetuando-se as ilhas de Marajó, área de Remórie e do Careiro (atividade agropastoril), as demais são tradicionalmente agrícolas, embora os sistemas empregados pouco se afastem dos processos indígenas.

As zonas econômicas da Bragantina e do Salgado são as mais importantes. Não só a atividade agrícola é a dominante, mas o próprio povoamento desta região foi orientado em início pelo Govêrno, com distribuição de colônias. A população para aí dirigida deveria ter como atividade econômica primordial a agricultura. Embora a colonização não representasse um sucesso, esta região se transformou desde logo a abastecedora de Belém. Em função da capital paraense, bom centro de consumo, desenvolveu-se a Bragantina. Êste é sem dúvida o motivo de ter sido denominada por P. GOURROU *como le pays de Belém*. Representando perto de 1 130 km^2 da superfície do estado do Pará, nela se concentra cêrca de 50% da população paraense. A densidade relativa atinge mesmo 8 hab./km^2. O município com maior efetivo populacional é Bragança com 48 136 hab.

Segue-se a êle, Cametá com 41 559 hab., Abaetetuba 30 837 (ambos no Baixo Tocantins), Breves com 26 479, todos êles sob a área de influência da cidade de Belém.

O Golfão Maranhense também é uma zona por excelência agrícola. Os municípios onde se verifica maior concentração humana são: Bacabal (50 092 hab.), Pedreiras (40 018 hab.), Pinheiros (34 625 hab), Curupuru (30 403 hab.).

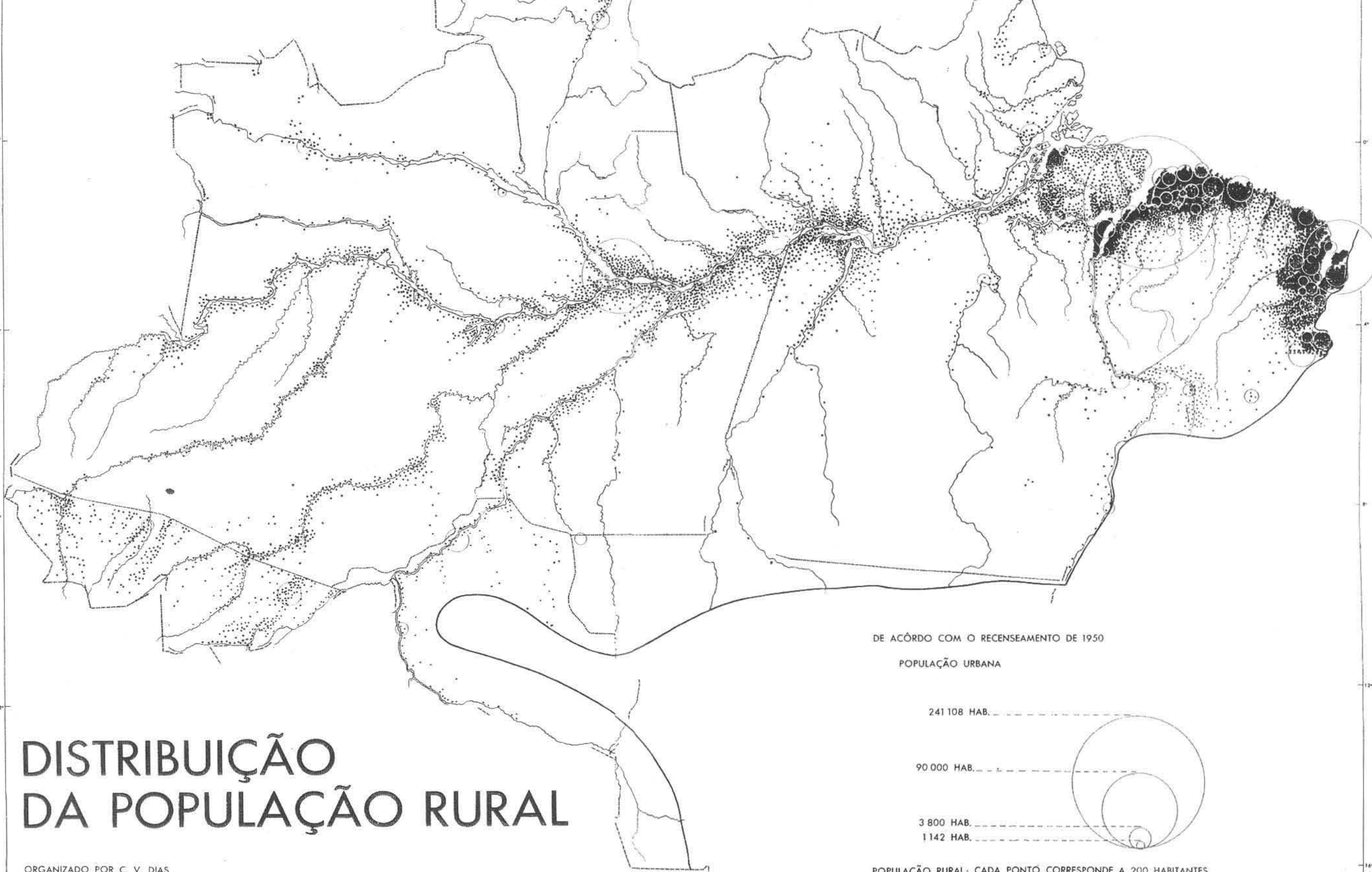
A ilha de Marajó e o Baixo Amazonas também são áreas com uma densidade de população apreciável, sobretudo comparada a outras regiões da Amazônia. Santarém no Baixo Amazonas é o município mais importante com 41 016 hab. na zona rural. A função de sua sede, capital regional do Baixo Amazonas está diretamente ligada a portos europeus.

No Estado do Amazonas na ilha do Careiro no Médio Amazonas, se encontra uma concentração do elemento humano bem apreciável. É a zona agropastoril mais importante do estado amazonense, estando inteiramente ligado a Manaus. A relativa fertilidade da várzea justifica esta concentração.

Nas outras áreas da região Norte, verifica-se fraca população. Em muitos municípios, grandes espaços vazios podem ser observados. A economia da região, baseando-se sobretudo na Indústria Extrativa justifica a preferência da população pelas margens dos rios, sobretudo à jusante da zona das corredeiras.

Em boletim de outubro-dezembro de 1956, n.º 56, o IBGE publicou para as unidades que constituem a Grande Região Norte a seguinte estimativa.

UNIDADES FEDERADAS	ESTIMATIVA PARA 1/1/1957
Rondônia	53 226 hab.
Acre	145 914 »
Amazonas	584 378 »
Rio Branco	23 616 »
Pará	1 278 888 »
Amapá	54 015 »

Verifica-se um aumento apreciável, do efetivo humano desta região brasileira, conseqüência sem dúvida de realizações em certos setores da economia regional, que se vem notando nos últimos anos.

GRANDE REGIÃO NORTE
ESCALA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SEÇÃO REGIONAL NORTE
DISTRIBUIÇÃO
DA POPULAÇÃO RURAL
DE ACÔRDO COM O RECENSEAMENTO DE 1950
POPULAÇÃO URBANA
241 108 HAB.
90 000 HAB.
3 800 HAB.
1 142 HAB.
POPULAÇÃO RURAL: CADA PONTO CORRESPONDE A 200 HABITANTES
ORGANIZADO POR C. V. DIAS

ECONOMIA

Antônio Teixeira Guerra

O Mapa da economia da Região Norte mostra que o extrativismo florestal abrange a quase totalidade do espaço amazônico. A lavoura e a pecuária são duas atividades econômicas que pouco atraem o homem da região.

No presente mapa procuramos dar uma idéia da área ocupada pelos dois tipos de *heveas* mais explotadas na região. Além disso, representamos também os 15 municípios com produção superior a 500 t de borracha.

Nos outros produtos também damos uma idéia da localização dos municípios de maior produção. No presente mapa pode-se ver que a ocupação do solo é mais importante ao longo do eixo do grande vale. Enquanto na encosta setentrional do planalto brasileiro a quase totalidade dos recursos explotáveis permanecem como riquezas latentes, já que é um deserto do ponto de vista populacional. Também na encosta guianense há grandes extensões inteiramente desconhecidas. De modo que só no alto Rio Branco e partes da área do Território do Amapá, localizada na encosta estão fornecendo recursos à economia da região.

Na região litorânea a atividade agropastoril é mais importante que a extrativa vegetal. Também a pesca tem certa importância na vida econômica de alguns municípios do estado do Pará e do território do Amapá. Neste particular não se pode deixar de frisar que a pesca fluvial tem importância em todos os rios da Amazônia já que esta constitui a fonte de carne fresca para a alimentação diária.

Na produção extrativa vegetal, especial destaque deve ser dado à borracha e à castanha, que constituem os produtos de maior significação na economia regional, localizando-se de preferência na Amazônia Ocidental os municípios de maior produção.

A coleta da borracha já desempenhou importante papel na economia do Brasil. No ano de 1912 quando teve início a grande *débâcle* como conseqüência da produção oriunda do sudeste asiático, a economia de todo êste vasto espaço do norte do Brasil foi profundamente atingida.

A castanha é importante no Baixo Amazonas, sendo de destaque a produção dos municípios de Alenquer e Parintins. No estado do Pará o município de maior produção é Marabá, localizado na encosta setentrional do planalto brasileiro. Também nesta região tem grande destaque a produção do município de Altamira, no rio Xingu.

Na Amazônia Ocidental a coleta de castanha é importante nos vales do Madeira e do Purus.

No domínio da produção extrativa vegetal citam-se além da borracha e castanha, a balata, ucuquirana, tucum (amêndoa), murumuru, babaçu, maçaranduba, sôrva, timbó (raiz), madeiras, guaxima e cacau. Quanto ao guaraná, deixamos de citá-lo entre os produtos extrativos, já que sua maior produção é oriunda do cultivo.

No tocante à lavoura, deve-se destacar: a lavoura de subsistência e a lavoura comercial. A primeira é bastante insuficiente, de modo que a Amazônia se vê forçada a importar um grande número de gêneros de primeira necessidade de outras partes do país. O principal produto agrícola usado na alimentação diária do homem da região é a mandioca, principalmente sob a forma de farinha. Na agricultura comercial o plantio da pimenta e da juta apresentam grande significação.

Nas várzeas do Baixo Amazonas pratica-se a pecuária extensiva e a agricultura comercial, além da lavoura de subsistência. A juta é o produto mais cultivado. Na zona Bragantina o cultivo da malva e da pimenta constituem importantes produções desta área. Também a guaxima, fibra nativa, é coletada em vários municípios desta zona.

Deve-se ainda salientar que a totalidade das outras culturas na zona Bragantina se vêm abandonadas em favor do cultivo da pimenta e da malva. Esta afirmativa será melhor compreendida, quando se levar em consideração que o principal produto cultivado na Bragantina era a mandioca para a produção de farinha. Esta é exportada para tôda a Amazônia e mesmo para o Nordeste. Os anos de bons "invernos" no Nordeste são anos de crises na Bragantina, uma vez que o mercado nordestino fica abastecido pela sua própria produção oriunda do Sertão.

O cultivo da cana-de-açúcar no baixo Tocantins, ou mais especialmente em Abaetetuba e arredores, merece destaque em virtude da produção de aguardente, exportada para tôda a Amazônia. Em posição secundária, está a produção do açúcar mascavo e do álcool.

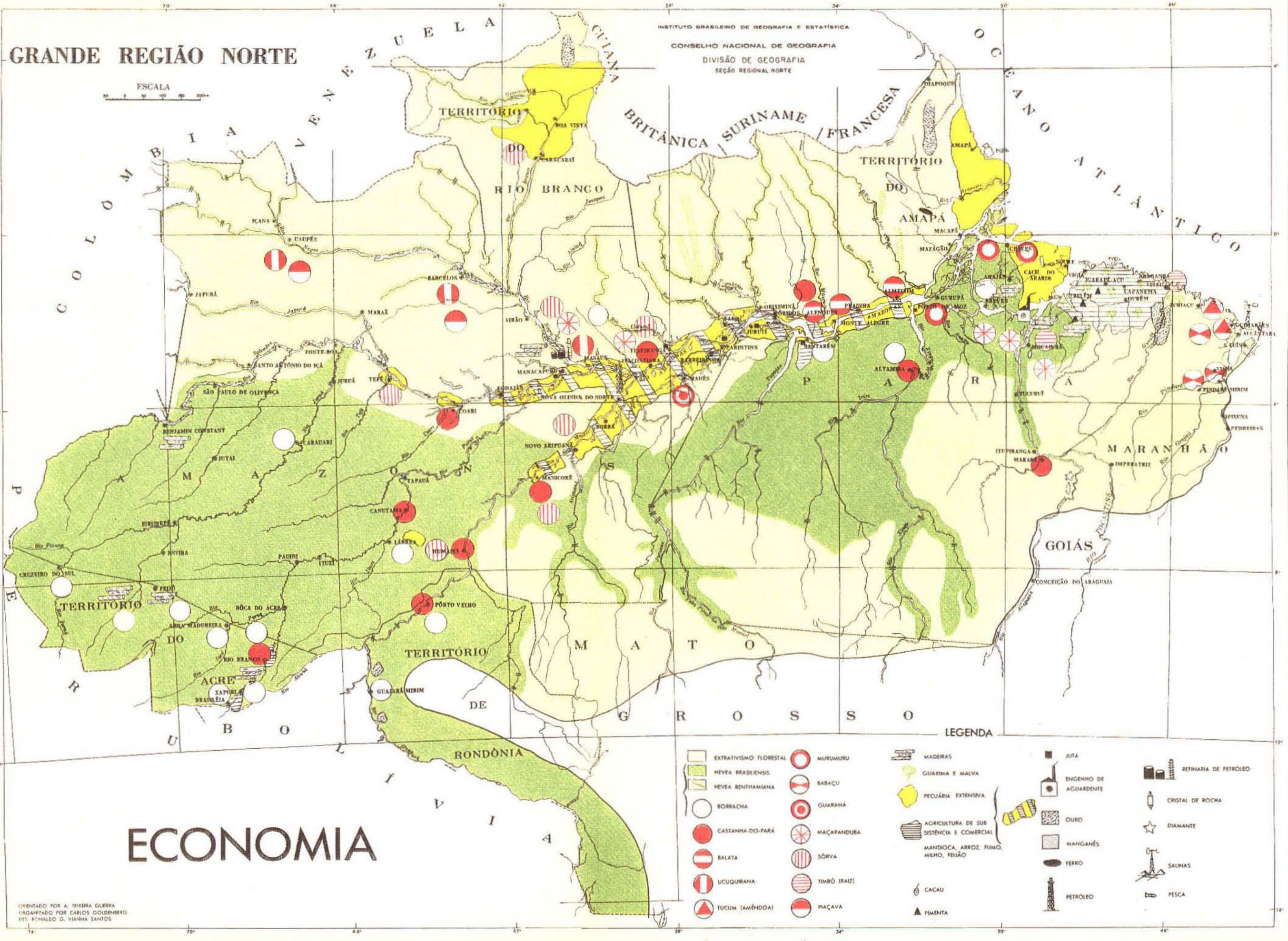
As duas áreas mais importantes da pecuária na Amazônia são: Marajó e o alto Rio Branco. Nestes trechos de campos da Grande Região Norte a criação constitui a atividade econômica preponderante. Em outras áreas da Amazônia a pecuária também tem certo destaque, como por exemplo, no Baixo Amazonas, nos campos do Amapá, etc.

No tocante aos recursos minerais, grande esperança está sendo depositada nas perfurações realizadas pela Petrobrás na região, tendo em vista os resultados promissores de Nova Olinda. Em Manaus acha-se pesentemente em funcionamento uma refinaria de petróleo que está trabalhando com o óleo da Companhia Ganso Azul, do Peru. Futuramente, se os poços ora em perfuração se tornarem realmente produtores, do ponto de vista econômico, a localização dessa refinaria em Manaus, terá sido providencial, pois dista apenas 150 km de Nova Olinda.

Nos recursos minerais destaque especial deve ser feito ao manganês, ora em explotação na serra do Navio, no território do Amapá. Ainda neste território, no rio Vila Nova, existem importantes jazidas de minério de ferro com capacidade calculada em 9 milhões de toneladas.

A garimpagem do ouro e do diamante é importante em certas áreas, como por exemplo, na região montanhosa do Rio Branco, território do Rio Branco, no médio e alto Oiapoque, serra Lombarda, no médio e alto vale do Jari (no território do Amapá) no rio Gurupi (Pará-Maranhão), no médio Tocantins (estado do Pará), por exemplo, grande importância teve a explotação dos diamantes e também em Rondônia, especialmente no rio Machado.

No litoral do Pará a extração do sal já teve importância durante certo tempo no município de Salinópolis, tendo desaparecido quase inteiramente nos dias atuais. No litoral do Maranhão o sal é extraído na área do Golfão.

No tocante à indústria de transformação, esta é muito pouco desenvolvida, sendo nos maiores centros urbanos desta região: Belém e Manaus, onde ela apresenta maior destaque.

GRANDE REGIÃO NORTE
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SEÇÃO REGIONAL NORTE
ESCALA
ECONOMIA
LEGENDA
EXTRATIVISMO FLORESTAL
HEVEA BRASILIENSIS
HEVEA BENTHAMIANA
BORRACHA
CASTANHA-DO-PARÁ
BALATA
UCUQUIRANA
TUCUM (AMÊNDOA)
MURUMURU
BABAÇU
GUARANÁ
MAÇARANDUBA
SÔRVA
TIMBÓ (RAIZ)
PIAÇAVA
MADEIRAS
GUAXIMA E MALVA
PECUÁRIA EXTENSIVA
AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E COMERCIAL
MANDIOCA, ARROZ, FUMO, MILHO, FEIJÃO
CACAU
PIMENTA
JUTA
ENGENHO DE AGUARDENTE
OURO
MANGANÊS
FERRO
PETRÓLEO
REFINARIA DE PETRÓLEO
CRISTAL DE ROCHA
DIAMANTE
SALINAS
PESCA
ORIENTADO POR A. TEIXEIRA GUERRA
ORGANIZADO POR CARLOS GOLDENBERG
DES. RONALDO G. VIANNA SANTOS
VENEZUELA
COLÔMBIA
PERU
BOLÍVIA
GUIANA BRITÂNICA
SURINAME
FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ
TERRITÓRIO DO ACRE
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA
AMAZONAS
PARÁ
MARANHÃO
GOIÁS
MATO GROSSO
BOA VISTA
CARACARAÍ
UAUPÉS
IÇANA
BARCELOS
JAPURÁ
MARAÃ
AIRÃO
MANAUS
MANACAPURU
CODAJÁS
COARI
TEFÉ
FONTE-BOA
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ
SÃO PAULO DE OLIVENÇA
JURUÁ
BENJAMIN CONSTANT
JUTAÍ
CARAUARI
TAPAUÁ
CANUTAMA
LÁBREA
HUMAITÁ
PÔRTO VELHO
GUAJARÁ-MIRIM
NOVO ARIPUANÃ
MANICORÉ
BORBA
NOVA OLINDA DO NORTE
MAUÉS
PARINTINS
ITACOATIARA
URUCARÁ
BARREIRINHA
ORIXIMINÁ
ÓBIDOS
JURUTI
FARO
ALENQUER
MONTE ALEGRE
PRAINHA
SANTARÉM
ALMEIRIM
GURUPÁ
PÔRTO DE MOZ
ALTAMIRA
BREVES
AFUÁ
CHAVES
SOURE
CACH. DO ARARI
VIGIA
IGARAPÉ-AÇU
BRAGANÇA
VISEU
CAPANEMA
OURÉM
MOCAJUBA
TUCURUÍ
MARABÁ
ITUPIRANGA
IMPERATRIZ
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
MACAPÁ
MAZAGÃO
AMAPÁ
OIAPOQUE
TURIAÇU
GUIMARÃES
ALCÂNTARA
S. LUÍS
VIANA
PINDARÉ MIRIM
PEDREIRAS
IPIXUNA
CRUZEIRO DO SUL
FEIJÓ
ENVIRA
EIRUNEPÉ
PAUINI
ITUXI
BÔCA DO ACRE
SENA MADUREIRA
RIO BRANCO
XAPURI
BRASILÉIA
Rio Negro
Rio Japurá
Rio Juruá
Rio Purus
Rio Madeira
Rio Tapajós
Rio Xingu
Rio Tocantins
Rio Araguaia
Rio Pindaré
Rio Grajaú
Rio Jauapery

VIAS DE TRANSPORTES

ROBERTO GALVÃO *

Como é possível observar no mapa dos transportes, o rio Amazonas, bem como os seus afluentes, são navegáveis em grandes extensões. Essa imensa rêde hidrográfica condicionou a ocupação inicial da região, tendo os contingentes humanos que para aí se deslocaram se localizado ao longo de suas margens.

Essa disposição da ocupação humana reflete-se até hoje no quadro regional, sendo os rios utilizados normalmente nas ligações entre as sedes municipais.

A navegação fluvial é sobremodo intensa no Amazonas nos baixos cursos de alguns afluentes e, em outros, que são navegados até o alto curso, como acontece nos rios Purus, Madeira e Juruá.

A navegação regional pode ser classificada em dois tipos gerais: a) a navegação a vela, que é executada com intensidade nas costas do Pará e noroeste do Maranhão, na costa do Amapá e em tôda a chamada *região das ilhas*, e b) a navegação a remo e a motor, sendo a primeira muito difundida em tôda a Amazônia e a segunda mais utilizada no grande rio e nos seus afluentes. É óbvio que uma tal divisão não é rígida, porém será fàcilmente compreendida pelo fato de ocorrerem, com acentuada regularidade, em tôda a porção oriental da área, os alíseos de nordeste; além disso, o regime de ventos no interior da região não é tão regular que permita a praticagem dos cursos médio e alto dos afluentes por embarcações a vela, devido à relativa lentidão com que são manobrados os barcos dotados dêsse sistema propulsor. Não obstante, êsse fato não impede que aquelas embarcações sejam usadas no Baixo Amazonas paraense-amazonense; é clara, porém, sua predominância na parte oriental da região.

Os tipos de embarcações utilizados variam desde a pequena "montaria" até os navios de grande calado, passando pelos navios de tamanho médio que, trafegando em linhas que têm origem em Belém e Manaus, ligam não só essas cidades entre si mas também, a elas, as sedes municipais situadas nos altos rios.

As "montarias" são usadas comumente nos pequenos deslocamentos; na parte oriental da região são as embarcações a vela, com o nome genérico de "canoas" (geleiras, vigilengas, etc.) que realizam grande parte do tráfego; no interior, os "batelões" e "motores" predominam. Dentre as linhas trafegadas por navios de maior calado, cumpre distinguir: as linhas extra-regionais, isto é, aquelas que procedendo do Sul do país ou do estrangeiro, penetram o grande rio servindo os portos de Belém, Santarém, Manaus, etc., e mesmo chegando até Iquitos, no Peru, e aquelas que, executadas pelos navios particulares com sede na própria região ou pelos barcos dos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (SNAPP), servem aos portos aparelhados ou não, realizando intenso tráfego.

É importante ressaltar que no conjunto das comunicações fluviais da Amazônia, as embarcações menores, geralmente particulares, são responsáveis por uma porcentagem do movimento de cargas que parece ser bem maior do que a transportada pelos navios de maior calado e tonelagem, principalmente devido à predominância daquelas e também pela freqüência das viagens realizadas.

Em contraposição, o sistema rodo-ferroviário regional quase desaparece frente à magnitude da navegação fluvial. As rodovias amazônicas, não só em virtude das grandes distâncias que separam os núcleos populacionais mas também por fôrça da própria facilidade representada pelos grandes cursos fluviais navegáveis, foram relegadas a um plano secundário no quadro regional; apenas no leste paraense, na chamada Zona Bragantina, adquirem maior expressão.

Desenvolveu-se ali um sistema rodoviário satisfatório que liga as cidades daquela zona de colonização antiga ao maior centro da região — Belém, para onde são drenados seus produtos, principalmente agrícolas.

Além da Zona Bragantina, sòmente no Território do Amapá e no Maranhão, apresentam as rodovias alguma importância; no restante da região, as estradas são geralmente de pequena extensão e servem, muitas vêzes, para ligar uma sede municipal ao núcleo agrícola que a abastece, como é o caso em Santarém e Monte Alegre.

No Amapá, o rodovia Macapá—Clevelândia, ainda não inteiramente construída (até Calçoene) é utilizada mais intensamente no seu trecho inicial (Macapá—Pôrto Platon—Ferreira Gomes), sendo, juntamente com o trecho já pavimentado da estrada BR-22, na Zona Bragantina (entre Belém e um ponto além de João Coelho e após Castanhal até Santa Maria), as únicas estradas da região que podem ser consideradas de primeira classe. De resto, reduzem-se as rodovias a grandes veredas, quase sem conservação, e que muitas vêzes só permitem a passagem durante a época sêca.

Das quatro ferrovias amazônicas, três não foram projetadas com o objetivo precípuo de franquear interrupções nos leitos dos rios; a estrada de ferro Madeira—Mamoré e a estrada de ferro Tocantins obedeceram àquele objetivo na sua construção.

As estradas de ferro do Amapá, de Bragança e a São Luís—Terezina apresentam objetivos diversos, estando esta última incluída apenas em pequena parte na região. A primeira, recém-inaugurada, destina-se ao transporte do minério de manganês proveniente da Serra do Navio; a segunda, foi construída como estrada de penetração com o objetivo de facilitar a colonização da Zona Bragantina.

A não ser pela E. F. do Amapá, as ferrovias amazônicas atendem de modo precário aos serviços a que se destinam, apresentando *deficits* orçamentários em anos consecutivos e, apesar de programas de recuperação e reaparelhamento, seu equipamento não é inteiramente suficiente para atender à demanda existente. Citamos o caso da E. F. de Bragança, e da Zona Bragantina, onde, com o estabelecimento do sistema rodoviário, o transporte de cargas é feito preferencialmente por caminhão.

De modo geral, prevalece a mesma situação econômico-financeira desvantajosa nas demais ferrovias, é óbvio que com variações locais, como no caso da E. F. Madeira—Mamoré que, apesar de estar incluída nesse caso, ainda atende satisfatòriamente à região que serve.

Lugar preponderante e de grande importância regional é ocupado pelas ligações aéreas; estas, que apresentaram grande desenvolvimento nos últimos dez anos, ligam um grande número — mesmo a maioria, de cidades entre si, ao Sul do país e ao estrangeiro.

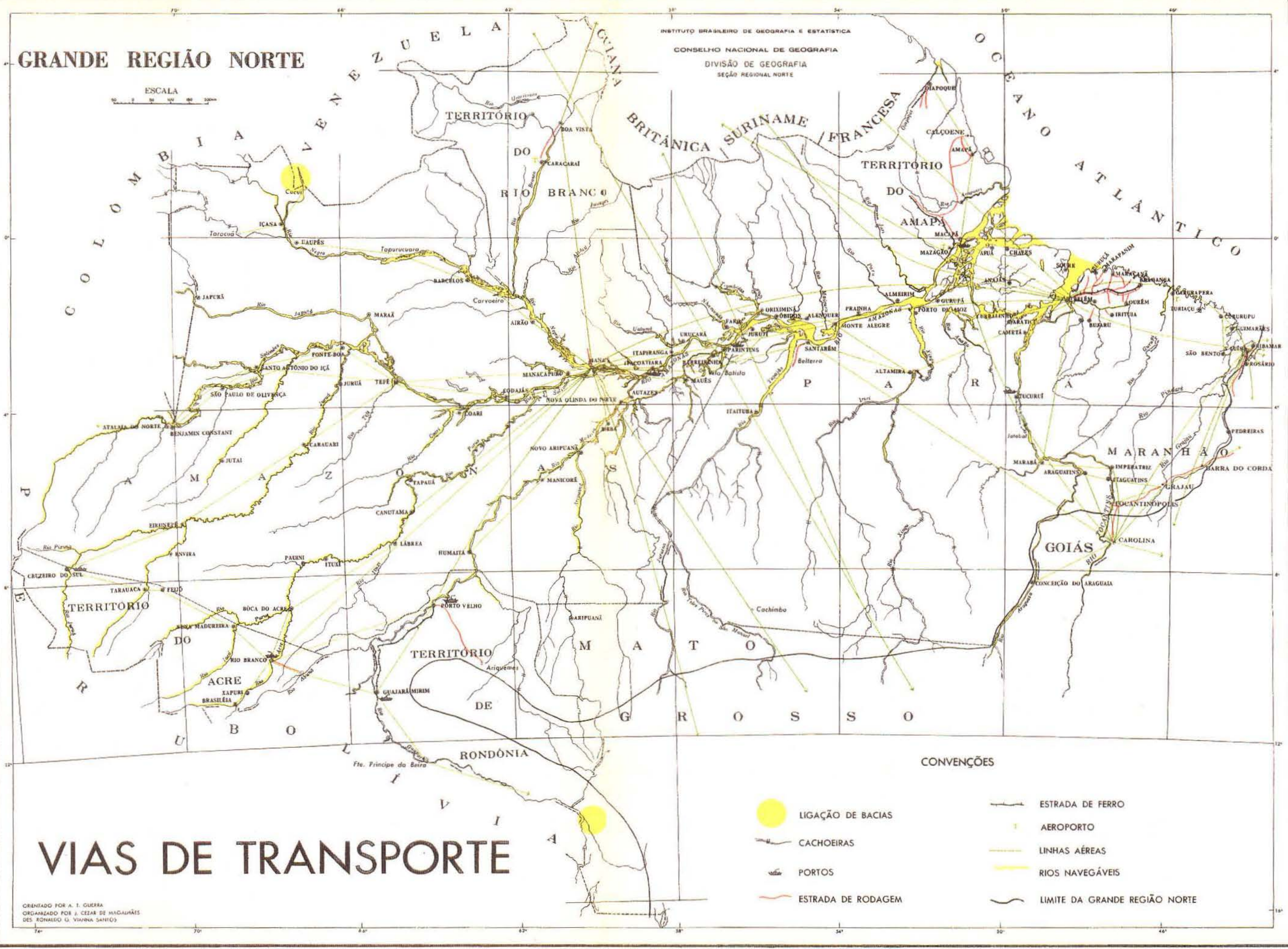
Como se observa no mapa, quase tôdas as sedes municipais estão em comunicação permanente com Manaus, Belém e as demais capitais do país por meio de uma bem distribuída rêde de rotas aéreas.

Belém, Manaus e Santarém dispõem de aeroportos de primeira classe, com pistas pavimentadas e aparelhagem de proteção ao vôo, sendo os dois primeiros freqüentados por um número apreciável de linhas aéreas executadas por companhias comerciais e pela Fôrça Aérea Brasileira. O aeroporto de Belém é escala, ainda, para as companhias estrangeiras e nacionais que ligam o país às Guianas, à Venezuela, às Antilhas e à América do Norte.

Manaus, com sua privilegiada posição geográfica, servirá como escala e apoio à rota internacional Rio de Janeiro—Miami.

Nas cidades que não dispõem de campos de pouso, é ainda ao rio que se recorre, pelo uso de aviões anfíbios; é o caso de muitas comunidades amazônicas, como Altamira, Monte Alegre e Óbidos.

Pode-se declarar, em resumo, que a situação dos transportes na região é a seguinte: a navegação fluvial, embora abundante ao longo do Amazonas e dos baixos cursos dos seus afluentes, é precária e incerta nos altos rios, situação esta que se vem modificando com a introdução de novas unidades pelo SNAPP; o sistema rodo-ferroviário só apresenta importância local e não regional, como foi visto; finalmente, a rêde de linhas aéreas que serve à região é bem distribuída e atende satisfatòriamente à demanda existente, constituindo mesmo, na porção ocidental da Amazônia, o único meio de comunicação eficiente e certo.

* Falecido em Julho de 1957, quando já estava composto o presente comentário.

GRANDE REGIÃO NORTE
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
SEÇÃO REGIONAL NORTE
ESCALA
VIAS DE TRANSPORTE
CONVENÇÕES
LIGAÇÃO DE BACIAS
CACHOEIRAS
PORTOS
ESTRADA DE RODAGEM
ESTRADA DE FERRO
AEROPORTO
LINHAS AÉREAS
RIOS NAVEGÁVEIS
LIMITE DA GRANDE REGIÃO NORTE
ORIENTADO POR A. T. GUERRA
ORGANIZADO POR J. CEZAR DE MAGALHÃES
DES. RONALDO G. VIANNA SANTOS
VENEZUELA
COLÔMBIA
GUIANA BRITÂNICA
SURINAME
FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO
TERRITÓRIO DO AMAPÁ
AMAZONAS
PARÁ
MARANHÃO
GOIÁS
MATO GROSSO
TERRITÓRIO DO ACRE
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA
PERU
BOLÍVIA

TERRITÓRIO DO AMAPÁ
(Região Norte)
CONVENÇÕES
Capital
Cidade
Vila
Povoado
Limite internacional
Limite interestadual
Estrada de ferro
Estrada de rodagem
Estrada carroçável
Escala 1:2500000
SURINAME
GUIANA FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
PARÁ
SERRA DE TUMUCUMAQUE
Sa. DE TUMUCUMAQUE
Cabo Orange ou Rio Branco
Ponta do Costa
Cabo Caciporé
Oiapoque
Clevelândia Norte
Mte. Carupina
Calçoene
Amapá
ILHA DE MARACÁ
Ponta da Pescada
Ilha Jipioca
Ponta da Machadinha
Cabo do Norte
Pta. do Dentro
Ponta Grossa
Ilha Bailique
Ilha do Brique
Ilha Curuá
Sa. dos Mongubas
Ferreira Gomes
Porto Grande
MACAPÁ
Mazagão
Ilha Santana
Mazagão Velho
Ilha do Acoguê
Ilha Caiari
Sa. do Acapuzal
Rio Jari
RIO AMAZONAS
Pta. do Pau Cavado
54° W. Gr.
52°
50°
4°
2°
0°
C.N.G./D.C. - 1957

BRASIL
GRANDE REGIÃO NORTE
CARTOGRAMA DA DIVISÃO TERRITORIAL
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
Janeiro de 1957
VENEZUELA
GUIANA INGLÊSA
SURINAME
GU. FRANCESA
OCEANO ATLÂNTICO
COLÔMBIA
PERU
BOLÍVIA
MATO GROSSO
GOIÁS
MARANHÃO
RIO BRANCO
AMAPÁ
AMAZONAS
PARÁ
ACRE
RONDÔNIA
BOA VISTA
MACAPÁ
MANAUS
BELÉM
PÔRTO VELHO
RIO BRANCO
Rio Negro
Rio Japurá
Rio Içá
Rio Solimões
Rio Juruá
Rio Purus
Rio Madeira
Rio Tapajós
Rio Xingu
Rio Amazonas
Rio Branco
Rio Uraricoera
Rio Uaupés
Rio Içana
Rio Tefé
Rio Coari
Rio Jutaí
Rio Acre
Rio Aripuanã
Rio Jamanxim
Rio Iriri
Rio Paru
Rio Jari
Rio Araguari
Rio Oiapoque
Rio Trombetas
Rio Nhamundá
Rio Uatumã
Rio Tocantins
Rio Araguaia
Rio Gurupi
Rio Teles Pires ou São Manuel
Rio Juruena
ESCALA
50 0 50 100 150 200 km
70°
66°
62°
58°
54°
50°
4°
0°
4°
8°
12°
A
B
C
D
E
F
G
1
2
3
4
IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
NÚMERO — MUNICÍPIO — LOCALIZAÇÃO
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA
1 — Guajará-Mirim C-4
2 — PÔRTO VELHO (cap.) C-4
TERRITÓRIO DO ACRE
1 — Brasiléia B-4
2 — Cruzeiro do Sul A-3
3 — Feijó A-4
4 — RIO BRANCO (Cap.) B-4
5 — Sena Madureira B-4
6 — Tarauacá A-4
7 — Xapuri B-4
ESTADO DO AMAZONAS
1 — Airão D-2
2 — Atalaia do Norte A-3
3 — Autazes D-2
4 — Barcelos C-2
5 — Barreirinha E-2
6 — Benjamin Constant A-3
7 — Bôca do Acre B-4
8 — Borba D-3
9 — Canutama C-3
10 — Carauari B-3
11 — Careiro D-2
12 — Coari C-3
13 — Codajás C-2
14 — Eirunepé B-3
15 — Envira A-3
16 — Fonte Boa B-2
17 — Humaitá C-3
18 — Içana B-1
19 — Ipixuna A-3
20 — Itacoatiara D-2
21 — Itapiranga D-2
22 — Ituxi B-3
23 — Japurá B-2
24 — Juruá B-3
25 — Jutaí B-3
26 — Lábrea C-3
27 — Manacapuru D-2
28 — MANAUS (Cap.) D-2
29 — Manicoré D-3
30 — Maraã C-2
31 — Maués E-2
32 — Nhamundá E-2
33 — Nova Olinda do Norte D-2
34 — Novo Aripuanã D-3
35 — Parintins E-2
36 — Pauini B-3
37 — Santo Antônio do Içá B-2
38 — São Paulo de Olivença B-2
39 — Tapauá C-3
40 — Tefé C-2
41 — Uaupés B-2
42 — Urucará E-2
43 — Urucurituba E-2
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO
1 — BOA VISTA (Cap.) D-1
2 — Caracaraí D-1
ESTADO DO PARÁ
1 — Abaetetuba G-2
2 — Acará G-2
3 — Afuá F-2
4 — Alenquer E-2
5 — Almeirim F-2
6 — Altamira F-3
7 — Anajás G-2
8 — Ananindeua G-2
9 — Anhanga G-2
10 — Araticu G-2
11 — Baião G-2
12 — Barcarena G-2
13 — BELÉM (Cap.) G-2
14 — Bragança G-2
15 — Breves F-2
16 — Bujaru G-2
17 — Cachoeira do Arari G-2
18 — Cametá G-2
19 — Capanema G-2
20 — Capim G-2
21 — Castanhal G-2
22 — Chaves G-2
23 — Conceição do Araguaia G-4
24 — Curralinho G-2
25 — Curuçá G-2
26 — Faro E-2
27 — Guamá G-2
28 — Gurupá F-2
29 — Igarapé-Açu G-2
30 — Igarapé-Mirim G-2
31 — Inhangapi G-2
32 — Irituia G-2
33 — Itaituba E-3
34 — Itupiranga G-3
35 — João Coelho G-2
36 — Juruti E-2
37 — Marabá G-3
38 — Maracanã G-2
39 — Marapanim G-2
40 — Mocajuba G-2
41 — Moju G-2
42 — Monte Alegre E-2
43 — Muaná G-2
44 — Nova Timboteua G-2
45 — Óbidos E-2
46 — Oriximiná E-2
47 — Ourém G-2
48 — Ponta de Pedras G-2
49 — Portel F-2
50 — Pôrto de Moz F-2
51 — Prainha F-2
52 — Salinópolis G-2
53 — Santarém E-2
54 — São Caetano de Odivelas G-2
55 — São Sebastião da Boa Vista G-2
56 — Soure G-2
57 — Tucuruí G-2
58 — Vigia G-2
59 — Viseu G-2
TERRITÓRIO DO AMAPÁ
1 — Amapá F-1
2 — Calçoene F-1
3 — Macapá F-1
4 — Mazagão F-2
5 — Oiapoque F-1
NOTA — Identificação e Localização segundo as sedes municipais, por quadrículas de 4 graus de lado.

Índice Geral

MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ

AMAPÁ -- AP

Mapa Municipal na pág. 353 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1615, estando Portugal sob o jugo da Espanha e vencido o grande grupo francês situado na ilha de São Luís do Maranhão, puderam os brasileiros e portuguêses dirigir-se à Amazônia e à Guiana. Francisco Caldeira de Castelo Branco atingiu o Pará e fundou o fortim do Presépio, a 12 de janeiro de 1616, que se tornou ponto avançado na campanha contra incursões de inglêses holandeses e franceses. Sòmente em 1647, entretanto, Portugal novamente independente, as fôrças de Sebastião Lucena de Azevedo venciam os últimos grupos bátavo-britânicos. As penetrações de franceses nas terras da "Capitania do Cabo Norte", criada pela côrte de Madri em 1637, continuaram no entanto; as refregas, eram, agora, entre aquêles de um lado e portuguêses e brasileiros de outro. Conseguindo introduzir-se na Guiana sem encontrar resistência os franceses procuravam descer o litoral, avançando em direção do Amazonas; os portuguêses, por seu turno, depois de derrotados os estrangeiros, iniciaram a expansão para oeste, ao longo do mesmo rio.

O litígio entre Portugal e França continuou com o correr do tempo; os tratados e ajustes sucederam-se, sem, contudo, liquidar de vez o assunto — entre êles o de Utrecht, em 1713, pareceu pôr, um término na questão que viria a ser retomada no final do século XIX.

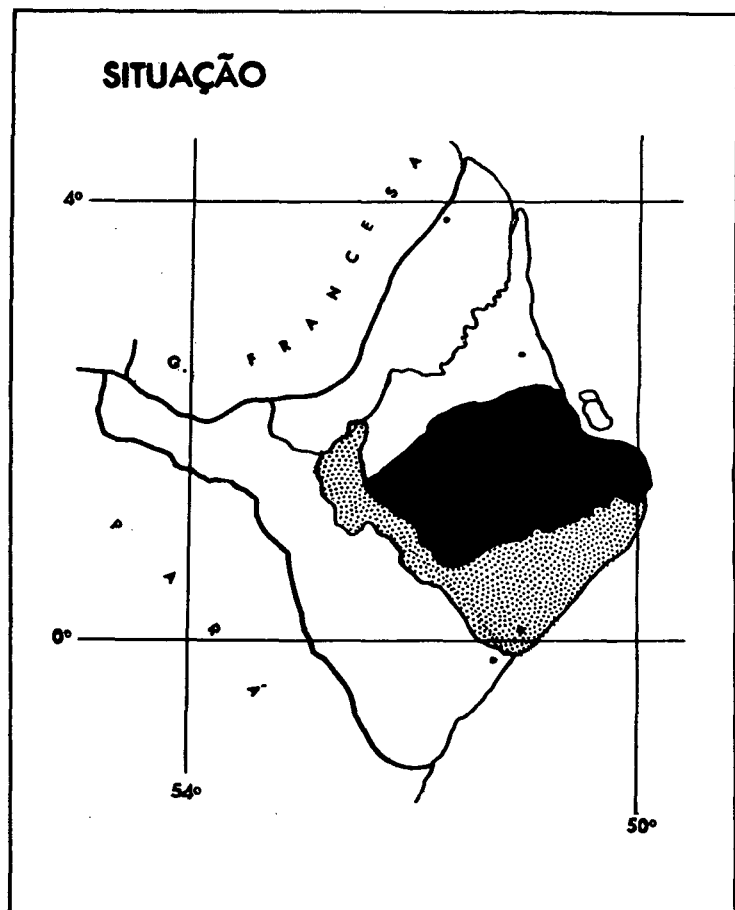
Quando, já no século XVIII, Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi mandado para a direção do extremo norte, o assunto da fortificação do Cabo do Norte, agora denominado Costa de Macapá, foi tratado mais diretamente: a ameaça de um ataque de corsários e a falta de meios de defesa da região pesavam nos cálculos da Coroa portuguêsa.

Em 1893, com a descoberta das minas de Calçoene, a febre de ouro apoderou-se dos habitantes da Guiana Francesa, reacendendo o problema político das fronteiras, iniciado com a colonização do território. Os choques entre nacionais e estrangeiros foram inevitáveis e culminaram com a vitória dos brasileiros, comandados por Francisco Xavier da Veiga Cabral, sôbre as fôrças francesas.

O Município originou-se da incorporação ao Estado do Pará, pelo Decreto n.º 938, de 21 de janeiro de 1901 de todo o antigo Contestado do Amapá, cuja pendência com a República Francesa foi encerrada em 1900 quando ao Brasil foi dado ganho de causa através do Laudo de Berna, de 1.º de dezembro daquele ano. O fato mais destacado dessa disputa internacional foi sem dúvida alguma o desembarque a 15 de maio de 1895 na pequena vila do "Espírito Santo de Amapá", de tropas francesas transportadas desde Caiena pela Fragata "Bengali" sob o comando do Capitão Lunier. Ao ato agressivo reagiram os brasileiros sob o comando de Francisco Xavier da Veiga Cabral — o Cabralzinho — que abatendo o oficial francês em luta armada conseguiram repelir a invasão. O eco dêsses acontecimentos levou as nações interessadas a colocarem a solução da pendência nas mãos de um árbitro cuja escolha recaiu no Presidente da República Helvética. Em 21 de janeiro de 1901, pelo Decreto n.º 939 foi dada à região (limitada ao sul pelo rio Araguari e ao norte pelo rio Oiapoque, compreendendo hoje três municípios — Amapá, Calçoene e Oiapoque), a primeira organização sob a denominação geral de Território de Aricari, com duas circunscrições: Amapá e Cassiporé. Mais tarde pela Lei n.º 799, de 22 de outubro de 1901, foram criados no Território de Aricari, dois municípios: Amapá e Montenegro, os quais, segundo Palma Muniz, tiveram curta duração. Posteriormente pela Lei estadual n.º 820, de 14 de outubro de 1902, foram os dois municípios reincorporados em um só com a denominação de Montenegro, em homenagem ao então Governador do Estado do Pará, Dr. Augusto Montenegro. Mais recentemente, em plena vigência do regime inaugurado no país em 10 de novembro de 1937, foi dada a denominação de "Veiga Cabral" ao município, pelo Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938. Seis meses depois foi recuperado o topônimo original "de Amapá", pelo Decreto-lei estadual n.º 3.131, de 31-X-38 que estabeleceu a divisão territorial do Estado do Pará, para o qüinqüênio 1939/1943, abrangendo o território compreendido entre os rios Oiapoque ao norte e Araguari ao sul. Nesta situação foi o município transferido integralmente para Amapá, em 1943, pelo Decreto-lei federal n.º 5.812, de 13 de setembro daquele ano. Em 1945, com a fixação dos novos quadros territoriais, perdeu parte da sua área ao norte do rio Cassiporé, para constituir o Município de Oiapoque e, em dezembro do ano passado, foi novamente desmembrado, cedendo terras ao norte dos rios Amapá Grande e Mutum, êste, afluente pela margem esquerda do rio Araguari, para formar o Município de Calçoene.

Cachoeira de Santo Antônio

LOCALIZAÇÃO — O município de Amapá ocupa a porção mais oriental do Território Federal do Amapá, tendo sido a unidade básica que lhe dá o nome. Sua sede Municipal, a antiga cidade de Amapá, dista da Capital Territorial

224 km, em linha reta. Tem a seguinte posição geográfica: 2° 03' 07" de latitude N. e 50° 47' 42" de longitude W.Gr., e assenta sôbre a margem direita do rio "Amapá Pequeno", afluente, pela margem esquerda do rio "Frechal".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Segundo os elementos disponíveis é de aproximadamente 6 m a altitude da sede Municipal.

CLIMAS — Tropical superúmido, segundo a classificação de Koppen. As variações da temperatura são muito poucas e, conseqüentemente, é grande a amplitude entre as máximas e as mínimas, bastando ressaltar que em 1956 a máxima absoluta situou-se nos 34 graus centígrados e a mínima em 20°C. A temperatura média é de 27°C. Intenso é o regime de chuvas, ocorrendo as maiores descargas nos meses de dezembro e agôsto, tendo a queda pluviométrica atingido em 1956 a 3.871 mm. Êsse alto regime pluviométrico estabelece um acentuado índice de humidade, que no ano acima referido foi de 80% em média. O período das chuvas caracteriza o inverno, como em tôda a região amazônica. Nêle são comuns os temporais, acompanhados de trovoadas e descargas elétricas. Na estação sêca, que se inicia em setembro e vai até meados de dezembro, é justamente quando se registram as temperaturas mais altas e as mais baixas. Os ventos são constantes, mui principalmente no verão, predominando os alíseos do quadrante N.E.

ÁREA — O município de Amapá tem, atualmente, uma superfície de 23.144 km². De seu território original já se formaram dois novos municípios o de Oiapoque e o de Calçoene. É o quarto município do Território, em extensão, correspondendo a 16% da área do Território Federal do Amapá.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Merecem destaque as montanhas do rio "Tartarugal Grande" com altura de 400 metros aproximadamente, ao centro do Município. Os rios que compõem a vasta rêde hidrográfica também são acidentes de real importância, não só pela extensão e volume dágua, como também pela função econômica e social que desempenham. São êles, do norte para o sul: "Amapá Grande", limítrofe com o município de Calçoene: "Frechal", "Tartarugal Grande" e seu afluente "Tartarugalzinho". "Macarri Grande" e "Araguari", êste limítrofe com o município de Marabá, ao sul. Todos os rios citados têm a direção geral oeste-leste, e, à exceção do "Tartarugal Grande" e seu afluente, "Tartarugalzinho", deságuam diretamente no oceano Atlântico. Na costa situa-se a grande ilha de "Maracá" e ao sul desta a Ilha "Jipioca". Separando-as do continente está o canal de "Carapaporis" ou de "Maracá". Ainda como acidente geográfico de destacada importância, mui especialmente pelas dificuldades que ali encontra a navegação costeira, cabe referência ao cabo "Raso" ou do "Norte", na parte mais oriental do Município e do Território Federal do Amapá.

No interior, ao longo da planície litorânea, existe uma cadeia de lagos, dentre os quais salientam-se: o Lago Novo, Duas Bôcas, Comprido, Sacaisal, Bom Nome, Lago Grande, Maguari Grande, Procuuba, etc.

RIQUEZAS NATURAIS — Inúmeros são os recursos naturais de que dispõe o Município de Amapá. A flora, com madeiras de lei de ilimitada aplicação na indústria da construção; os óleos de variadíssimas qualidades sobressaindo o de andioba, de ucuúba, de patauá (êste usado na dieta regional), o de copaíba, etc., a borracha, de diversos seringais nativos, no reino vegetal; no reino animal, destacam-se os pescados, quer nos lagos interiores — "habitat" do "pirarucu" e do tucunaré", quer no litoral Atlântico, abundante de espécies como a gurijuba, o bagre, a pirapema, a uritinga, o mero, etc.; os animais silvestres constituem também apreciável riqueza natural, traduzida no aproveitamento das peles de veado, queixada, caititu, macarajá, jacaré, lontra, etc. tôdas com boa aceitação nos mercados consumidores. Com referência ao reino mineral sobressai o ouro cuja exploração embora ainda seja feita de forma rudimentar data desde o fim do século passado. Há ocorrência de cassiterita e de tantalita.

POPULAÇÃO — O município de Amapá contava, em 1950, de acôrdo com os resultados do VI Recenseamento Geral, 8.794 habitantes, o que lhe proporcionava uma distribuição de 0,22 h/km². Dêsse total, naquela época, 13% se encontravam nas zonas urbanas e suburbanas das sedes municipal e distritais e os 87% restantes na zona rural. Dos habitantes recenseados em 1950, eram do sexo masculino 4.653 e do sexo feminino 4.141, donde se observa uma predominância dos homens sôbre as mulheres. Examinada a população segundo alguns dos principais aspectos da sua composição, verifica-se que havia, ainda na época do aludido censo, 1.956 brancos, 488 pretos, 6.346 pardos e 4 sem declaração de côr; a predominância de católicos romanos era absoluta com cêrca de 99,00% para 1,00% protestantes e outras religiões; do mesmo modo sobrepujavam os nacionais que somavam 8.607 pessoas num total de 8.794. Um aspecto interessante de ser notado é o da composição da

população segundo a idade. No Município, como no Território, ela é jovem, tanto assim que de acôrdo com as estimativas mais de 70% se situa abaixo dos 30 anos.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A mais importante é a própria sede municipal. Existem duas vilas sedes de distritos: Aporema e Sucuriju, porém de muito menor expressão do que a cidade. Nesta, em 1950, foram registradas 1.163 pessoas, das quais 598 pertenciam ao sexo masculino e 565 ao feminino. Mais recentemente, em 1.º de junho de 1956, conforme o Censo Regional levado a efeito pelo Serviço de Geografia e Estatística havia na cidade, 1.361 habitantes. O total de pessoas que aí sabiam ler e escrever, na mesma época era de 592, das quais, 300 pertencentes ao sexo masculino. É oportuno ter em mente que a população encontrada no Município, em 1950, compreendia os efetivos demográficos do atual Município de Calçoene, então distrito do dito, de Amapá.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas do município de Amapá são a pecuária, a lavoura, e as fainas extrativistas como a pesca, a caça, a coleta de látex de seringueiras e a produção de madeiras. O município tem um rebanho bovino de 30.000 cabeças aproximadamente e alguns milhares de eqüinos e suínos. Nas fazendas de criação, produz-se queijo para venda e consumo. Na lavoura, tôda ela de subsistência, predominam as culturas ânuas, como a mandioca, o milho e o arroz, valendo acrescentar que as terras de várzea do município, com especialidade as ocupadas por "siriubais", se prestam excepcionalmente para a cultura rizícola, com rendimentos superiores a 2.000 kg por hectare. A produção de farinha de mandioca é tôda consumida na região, inclusive pelo vizinho município de Macapá. Os principais artigos exportados foram gado em pé, peixes salgados, borracha em geral e peles de animais silvestres, couros de boi, verde salgado, madeiras e sementes oleaginosas.

A indústria de beneficiamento e transformação é pouco desenvolvida. Em 1956, de acôrdo com o registro industrial referente a 1955, existiam 15 estabelecimentos que ocupavam 48 pessoas e tiveram uma produção avaliada em Cr$ 1.103.469,00. Neste particular o ramo mais expressivo é o alimentar, com o beneficiamento de arroz com casca e o abate de gado para consumo da população.

As atividades agropastoris são desenvolvidas por mais de uma centena de estabelecimentos dedicados em sua grande maioria, à criação de gado. Esta, é, indubitàvelmente, a atividade econômica mais importante e em que se ocupa grande parte dos habitantes, ou seja 1.219 pessoas com mais de 10 anos.

As exportações do Município se elevaram, em 1956, a Cr$ 3.474.653,00 e as importações a Cr$ 8.167.969,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em 1950, de acôrdo com os resultados do Censo Comercial, foram registrados no município 56 estabelecimentos. Dêstes, cêrca de 10 situavam-se na cidade-sede, onde, como é óbvio, tem maior expressão o movimento comercial. A rigor não há um ramo específico de comércio. Todos os estabelecimentos oferecem um pouco de cada artigo de consumo e as vendas se fazem a varejo ou atacado. As transações se realizam, predominantemente, com as praças de Belém e Macapá, fontes de renovação dos estoques e para as quais é canalizada a produção local, de produtos extrativos, mui especialmente. Não havendo Bancos no município, os pagamentos de faturas e duplicatas são feitos diretamente, ou aos viajantes comerciais credenciados ou pelo sistema de conta-corrente. Os principais produtos negociados são: tecidos, açúcar, café, farinha de mandioca, arroz, cachaça, tabaco, querosene, sal, sabão, artigos de caça e pesca como chumbo, pólvora, cartuchos anzóis, arpões, linhas, etc. e ferragens em pequena escala.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Como os demais do Território, o município de Amapá dispõe dos principais meios de transporte e comunicações usados modernamente. Assim é que a sede municipal comunica-se com a Capital do Território por via rodoviária (318 km), via aérea (224 km) e flúvio-marítima (400 km). Êsses meios de transporte são operados pelos veículos e embarcações de propriedade do Govêrno do Território e de particulares, e pelos aviões da Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e da Fôrça Aérea Brasileira, ambos com uma periodicidade semanal, em demanda da rota de Caiena. No que tange às comunicações radiotelegráficas o município dispõe de 6 estações, sendo que duas de propriedade das fôrças armadas, uma do Govêrno do Território, uma do Ministério da Agricultura, uma dos Correios e Telégrafos e uma da Panair do Brasil S. A. Existem 414 km de estradas de rodagem, dos quais 355 são federais e 13 veículos em tráfego, sendo 5 tratores.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é dotada de luz elétrica, com 118 ligações domiciliares e 150 focos na iluminação pública. Presentemente se conclui a construção do sistema de distribuição de água potável encanada. Existem 280 prédios dos quais 215 são de madeira e 17 de alvenaria. Quatro localidades dispõem de iluminação elétrica, dentre elas o povoado da antiga Base Aérea de Amapá que durante a última guerra foi de real importância para as operações dos aliados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Êste tipo de assistência é ministrado sob a responsabilidade direta da Administração territorial, através da Divisão de Saúde, que dispõe ali de 4 estabelecimentos, inclusive um pôsto de puericultura em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência. O número de leitos disponíveis era de 5, todos situados no Pôsto Médico da sede municipal. Há um médico residente, 3 dentistas e 2 enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Neste particular cabe registrar o trabalho desenvolvido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e pelo Clube de Saúde, ambos localizados na cidade. No corrente ano de 1957 foi fundada na Base Aérea de Amapá uma Cooperativa de Consumo.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, de um total de 7.173 pessoas de 5 anos e mais, 2.958 sabiam ler e escrever, sendo 1.732 homens e 1,226 mulheres. A percentagem dos que sabiam ler e escrever no município era de 41%, superior portanto à do Território, que era de 38%; quanto à sede municipal, das 942 pessoas de 5 anos e mais, 592 sabiam ler e escrever, destas 300 eram homens e 292 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município de Amapá 31 unidades escolares de ensino primário, sendo 2 de pré-primário infantil, 29 do fundamental comum, 4 de complementar e 3 do fundamental supletivo. A matrícula geral elevou-se no ano em referência, a 1.592 alunos e a efetiva a 1.260. Os resultados do ano letivo foram constatados mediante 795 aprovações e 113 conclusões de curso. No ensino extraprimário cabe registrar a existência de uma escola de iniciação agrícola destinada a preparar jovens filhos de lavradores para as tarefas do campo, incutindo-lhes normas e ensinamentos mais racionais, que visam o melhor aproveitamento das culturas e dos seus produtos. No ano de 1956 essa escola diplomou 9 rapazes.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A sede municipal dispõe de uma modesta biblioteca pública mantida pela municipalidade com pouco mais de 1.000 volumes. O movimento associativo é representado por 7 associações culturais das quais 5 de cultura física. No tocante a diversões há um pequeno cinema com 150 lugares. Ocorre salientar também que no município funciona uma associação de lavradores e criadores tendo por objetivo a melhor organização do meio rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	503	—	766	418	664
1951	542	—	663	324	693
1952	535	—	962	304	918
1953	525	—	1 142	413	970
1954	513	—	1 140	485	1 084
1955	615	—	1 262	551	1 205
1956	738	—	1 573	406	1 364

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na cidade de Amapá um mastro de madeira, montado em base de concreto assinalando o local em que, segundo os moradores mais antigos, teria tombado morto por Francisco Xavier da Veiga Cabral — o Cabralzinho — o capitão Lunier, comandante da fragata francesa "Bengali" e que a 15 de maio de 1895 desembarcou tropas na pequena vila numa tentativa de ocupação militar. Do combate travado, ainda hoje se podem ver, em residências particulares, as marcas das balas disparadas na ocasião.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se na sede do Município, os festejos do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade. Essa festa tem lugar em dias do mês de maio. Em novembro promovem-se os festejos em honra de N. S.ª de Nazaré, ambas as festividades atraindo muitos do interior. A cidade é sede da Paróquia do "Divino Espírito Santo" e além da igreja, tem mais 6 capelas públicas.

VULTOS ILUSTRES — A figura de Francisco Xavier da Veiga Cabral — "o Cabralzinho" — é sem dúvida nenhuma digna de referência.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Merece ser incluída neste capítulo a "Pororoca". Fenômeno fartamente referido através de descrições as mais fantasiadas, não deixa de oferecer certo interêsse pela beleza violenta de que se reveste. Ela pode ser observada nos principais rios do município, como o Amapá Grande, o Frechal, o Macarri Grande e o Araguari e na costa ao longo de todo o litoral. A caça aos búfalos selvagens também pode ser praticada com todos os seus riscos, na região do rio Frechal, em fazendas de criação de gado.

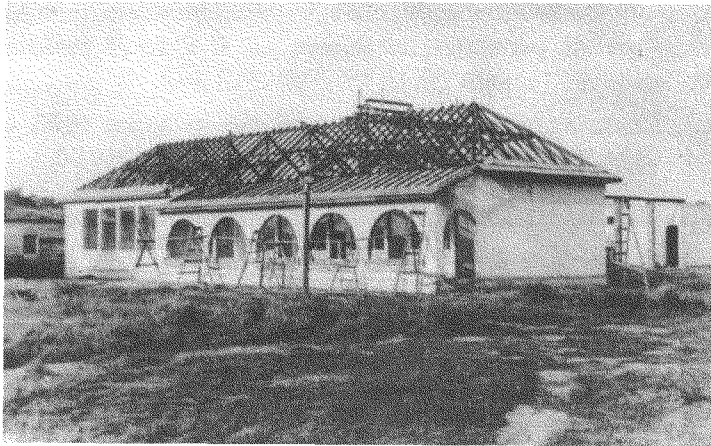
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem a denominação de "Amapaenses". A divisão territorial vigente, compreende uma comarca e dois distritos simultâneamente judiciários e administrativos.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Amapá; Obras consultadas — "Anaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo nono — João de Palma Muniz — 1916. — "Território do Amapá" — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950. — "Anuário Estatístico do Amapá". — Diversas publicações do Conselho Nacional de Estatística e do Serviço de Geografia e Estatística do Território.)

CALÇOENE — AP

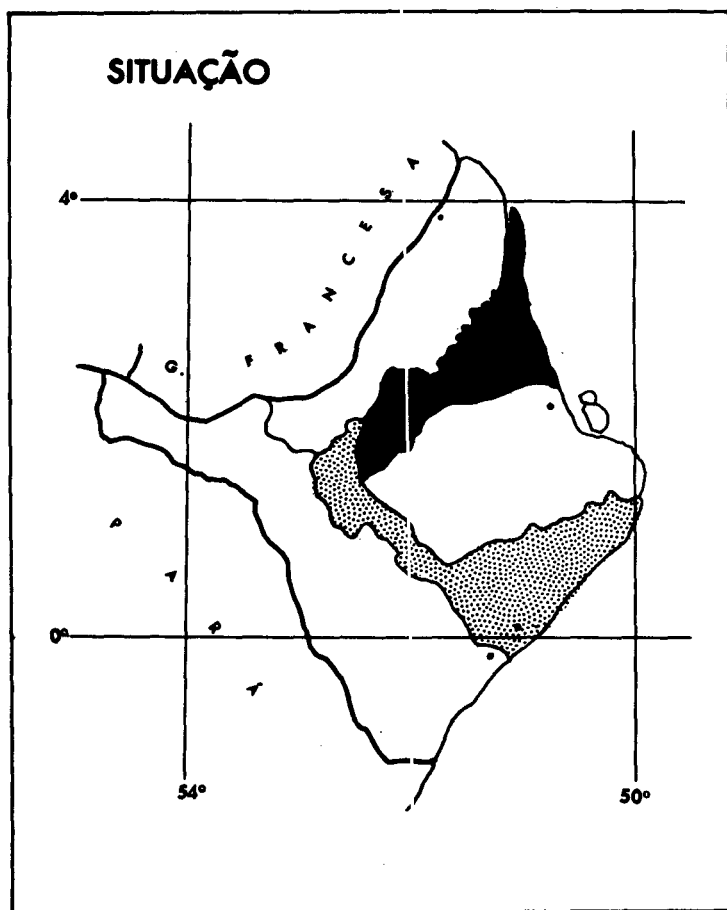
Desdobrado do Município de Amapá, pág. 353 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Os primórdios históricos do recém-instalado (25-1-57) Município de Calçoene remontam ao século XVII quando as incursões de navegadores europeus, desde o século anterior, levaram a coroa portuguêsa, então unida à hespanhola, a tomar as primeiras medidas no sentido de garantir o seu domínio na região. Assim é que em 1634 (outros referem a 1637) pela Carta Régia de 14 de junho, Felipe IV criou a "Capitania do Cabo do Norte" e doou-a a Bento Maciel Parente. Nas terras da Capitania, também chamada "Costa do Cabo Norte", que se estendiam desde o rio Oiapoque até o rio Amazonas, e por êste até o rio Paru, situava-se o território do agora município de Calçoene, antigo distrito do de Amapá, desde a incorporação do contestado ao território brasileiro, em 1901.

A descoberta das minas auríferas do rio Calçoene, em 1893, despertou a febre do ouro nos habitantes da Guiana Francesa, reavivando os problemas políticos da fronteira, acumulados desde a era colonial. As lutas entre nacionais e estrangeiros não se fizeram esperar e a vitória dos brasileiros, sob o comando de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, veio provocar uma solução final para essas disputas, encerradas pelo Laudo arbitral de 1.º de dezembro de 1900. A atual cidade de Calçoene, originou-se do movimento de garimpeiros e faiscadores de ouro, e no ir e vir do abastecimento das minas. Situa-se na margem esquerda do rio Calçoene, ao pé da primeira cachoeira. Pon-

Grupo Escolar

to importantíssimo para o transporte de mercadorias destinadas as minas de Lourenço, a localidade se desenvolveu ràpidamente. Antes da incorporação da região ao território brasileiro, exploradores fizeram construir, no último quartel do século passado, um "monorail", ligando a localidade de Calçoene ao Lourenço.

O distrito foi criado pela Lei n.º 15, de 16 de abril de 1903, do município de Montenegro. Recebeu o predicamento de vila pelo Decreto-lei federal n.º 7 578 de 23 de maio de 1945 que deu organização administrativa e judiciária ao Território do Amapá. Finalmente foros de cidade, com a criação do município em 22 de dezembro de 1956, pela Lei 2.055 que fixou a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, para o período restante do qüinqüênio 1954/1958.

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Calçoene tem a seguinte posição geográfica: 2° 29' 07" de latitude Norte e 50° 57' 05" de longitude W. Gr., e assenta sôbre a margem esquerda do rio de igual designação. Dista em linha reta das cidades de Amapá e Macapá 54 km e 278 km, respectivamente. A superfície municipal está situada ao sul do município de Oiapoque e ao norte do de Amapá entre os rios Cassiporé e Amapá Grande, e Araguari a oeste. A leste é banhada pelo Oceano Atlântico.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de aproximadamente 10 metros.

CLIMA — Tropical superúmido é o clima de Calçoene, tendo em vista Koppen. Embora não se tenham dados meteorológicos do município, pode-se estimar a temperatura entre 32 e 34 graus centígrados para a máxima absoluta e 19 e 21 graus centígrados para a mínima. Intenso é o regime das chuvas, notando-se nos meses de janeiro a julho a maior freqüência. O verão vai de setembro até dezembro quando se sentem as temperaturas mais elevadas e as mais baixas. A queda pluviométrica é da ordem de 3 000 mm. Ela caracteriza o inverno. Os ventos são mais constantes nesse período e sopram, predominantemente do quadrante, N.E.

ÁREA — O município de Calçoene tem uma superfície de 16.834 km². É o menor município do Território em extensão, correspondendo a 13% da área total.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rios Calçoene, Cunani e Tajauí, êste afluente do Araguari. Montanhas da Serra Lombarda nas cabeceiras dos rios Cassiporé e Araguari e Cachoeira do Firmino aos pés da cidade de Calçoene.

RIQUEZAS NATURAIS — Assinala-se a existência de pequeno depósito de Manganês, na zona leste do município, na planície litorânea, entre os rios Cunani e Cassiporé. O ouro que desde os últimos anos do século passado é explorado nos contrafortes da serra Lombarda, onde se formam os rios Cassiporé, Calçoene e Tajauí.

Os produtos da flora e da fauna — madeiras, óleos, essências, peles silvestres, pescados, carnes de animais silvestres também constituem apreciáveis riquezas naturais cuja exploração ainda se promove com a observância de processos rudimentares.

POPULAÇÃO — Os resultados do VI Recenseamento Geral de 1950, apontavam na vila de Calçoene, hoje cidade, 602 habitantes, sendo 305 homens e 297 mulheres. Em um total de 507 pessoas de 5 anos e mais, 157 homens e 170 mulheres sabiam ler e escrever. Em 1956, de acôrdo com levantamento procedido pelo Serviço de Geografia e Estatística, a população se eleva para 746 almas. No mesmo ano, no povoado de Cunani, hoje vila sede do distrito do mesmo nome, existiam 112 pessoas, 56 homens e 56 mulheres. Quanto a Lourenço, também elevado a categoria de vila com a criação do município, havia em 1955, 132 pessoas divididas em 87 homens e 45 mulheres. O município contava em 1950, com uma população de 1.963 habitantes que hoje, se estima em 5.000.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Como acontece em todo o Território, as sedes municipais são as maiores e mais importantes aglomerações urbanas. Calçoene também não foge à regra. O Censo Regional de 1956 apontou uma população de 746 habitantes, com um total de 386 homens e 297 mulheres na cidade. Outros aglomerados de importância no município são as vilas de Cunani e Lourenço.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Calçoene, juntamente com Oiapoque, são os dois municípios amapaenses que têm uma apreciável parcela das respectivas populações ocupadas nas tarefas de garimpo. A extração do ouro, de aluvião e de rochas, nas minas de Lourenço, nas cabeceiras do rio Cassiporé, encerra, para a sua economia, um significado que transcende o do valor do metal pois em função da sua exploração é que a municipalidade promove a sua arrecadação básica de direitos. Isto porque o comércio, de mercadorias de tôda a espécie, é relativamente desenvolvido, possibilitando assim melhores rendas.

As fainas extrativistas da flora e da fauna também contribuem substancialmente para e economia municipal.

A pecuária e a lavoura embora modestas polarizam a energia de inúmeros habitantes. O rebanho é pequeno, estimado em 6.000 cabeças de bovinos e cêrca de 600 eqüinos e muares.

As indústrias de beneficiamento estão representadas por uma serraria que faz o aproveitamento das madeiras da região.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na cidade de Calçoene 7 estabelecimentos comerciais. Todos são do gênero varejista, vendendo de tudo sem discriminação. As transações são realizadas com a praça de Belém na quase totalidade e os pagamentos são feitos pelo sistema de conta-corrente ou diretamente. Nos produtos negociados predominam os gêneros alimentícios de tôdas as qualidades, tecidos em geral, bebidas, material de caça e pesca, miudezas e ferragens. No interior outros estabelecimentos atendem as populações notadamente na zona de garimpo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade dista de Macapá, Capital do Território, 426 km, pela rodovia Macapá—Clevelândia, e 110 km da cidade vizinha de Amapá. Embora possua campo de pouso não é servida por linhas de aeronavegação, sendo freqüentada apenas pelos aviões do Govêrno do Território. No que tange ao transporte fluvial-marítimo, além das embarcações governamentais, também as de particulares escalam periòdicamente na sede municipal. Há duas estações radiotelegráficas pertencentes ao Govêrno do Território, situadas, uma na cidade de Calçoene e outra na vila de Lourenço.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é dotada de energia elétrica para iluminação pública e domiciliar. O número de prédios existentes aí, atinge a mais de 140.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade, funcionando desde alguns anos atrás, há um Pôsto Médico mantido pela Divisão de Saúde do Govêrno do Território.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, quando do VI Recenseamento Geral, Calçoene era distrito de Amapá, onde estão incluídos os resultados finais daquela operação censitária. Todavia, pode-se estimar o índice de alfabetização do município, na base de 40% de pessoas sabendo ler e escrever, no grupo populacional de 5 anos e mais de idade.

Na cidade, entretanto, a taxa de alfabetizados era muito mais alta na mesma época, pois de um total de 507 pessoas assim discriminadas, 327, isto é — 64%, sabiam ler e escrever.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 8 unidades escolares de ensino primário, sendo 1 de pré-primário infantil; 1 de complementar, 5 de fundamental comum e 1 de fundamental supletivo. A matrícula geral foi de 329 e a efetiva de 289 alunos. Os resultados finais do ano letivo acusaram: 236 aprovações e 48 conclusões de curso.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma biblioteca embora ainda modesta, com cêrca de 800 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município foi instalado em 25 de janeiro de 1957 e para êste ano se prevê uma receita de aproximadamente Cr$ 900.000,00 inclusive a quota do impôsto de renda.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — É interessante referir ao "monorail", construído ao expirar do século passado, ligando a localidade de Calçoene às minas de Lourenço, numa extensão superior a 70 km. A via, de trilho simples, utilizava pequenos vagões que eram apoiados sôbre animais de tração. Ainda hoje se podem ver trilhos ao longo da antiga linha, a qual pouco a pouco foi desmontada e aquêles aproveitados para os mais diversos fins, desde currais para gado.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apenas festas religiosas são promovidas em louvor de santos padroeiros, tanto na sede municipal como no interior. A padroeira da cidade é Nossa Senhora da Conceição. Há uma igreja e três capelas públicas no município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A floresta, os rios, com a caça grossa e a pesca são as atrações que o município pode oferecer ao turista.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes nascidos no município de Calçoene são denominados "calçoenenses". A divisão territorial vigente, compreende um têrmo e dois distritos simultaneamente judiciários e administrativos.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Amapá; Obras consultadas — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo nono — João de Palma Muniz — 1916. — Território do Amapá — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950. — Anuário Estatístico do Amapá. — Diversas publicações do Conselho Nacional de Estatística e do Serviço de Geografia e Estatística do Território.)

MACAPÁ — AP

Mapa Municipal na pág. 357 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 136, 188, 260, 262, 268, 272, 274, 276, 282, 284, 288, 292, 296, 297, 308, 310, 311, 314, 316, 318, 332, 336, 338, 340, 371, 375, 381 e 385 do Vol. I

HISTÓRICO — Desde os primórdios do século XVI que os navegadores portuguêses, espanhóis, franceses e, pouco mais tarde, inglêses e holandeses, porfiavam pelo contrôle político e comercial das terras que demoram ao norte do "Rio Amazonas", amparados pelos seus respectivos países, cujos governantes viam na aventura possibilidades de dilatação de seus domínios.

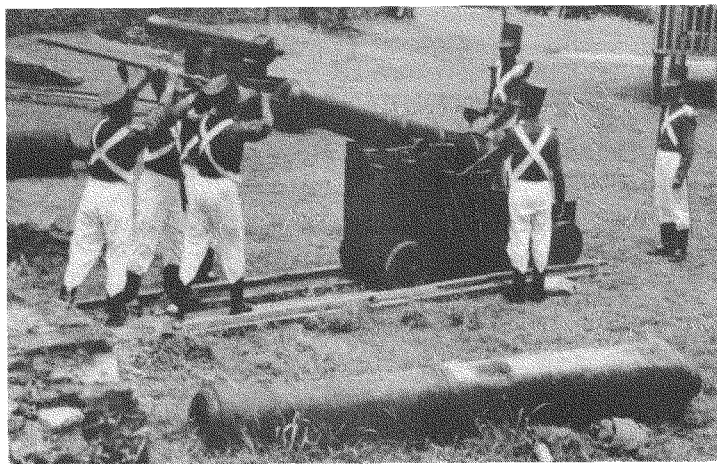
Assim é que em 1544, Carlos V de Espanha apressou-se em conceder a Francisco Orelana, o título de "Adelantado de Nueva Andaluzia", topônimo êsse que abrangia as águas e as terras da bacia do Amazonas, incluindo-se, naturalmente, nesse senhorio, o território da Guiana. Após a morte trágica de Orelana, que não chegou a empossar-se, outros concessionários foram agraciados com as mesmas terras pela coroa espanhola, todos êles, porém, relegaram-nas ao mais completo abandono, não procurando sequer conhecer seus domínios.

No que tange aos portuguêses, a primeira concessão de terras na região data de 1553, cabendo a Luiz de Melo da Silva a sua posse segundo determinação de D. João III. Conhecedor já da região, por êle perlustrada anteriormente, em 1554, ao tentar atingir sua concessão, aquêle fidalgo lu-

sitano, vinha a falecer, juntamente com tôda a tripulação do navio em que se achava, vítima de um naufrágio à entrada do Amazonas.

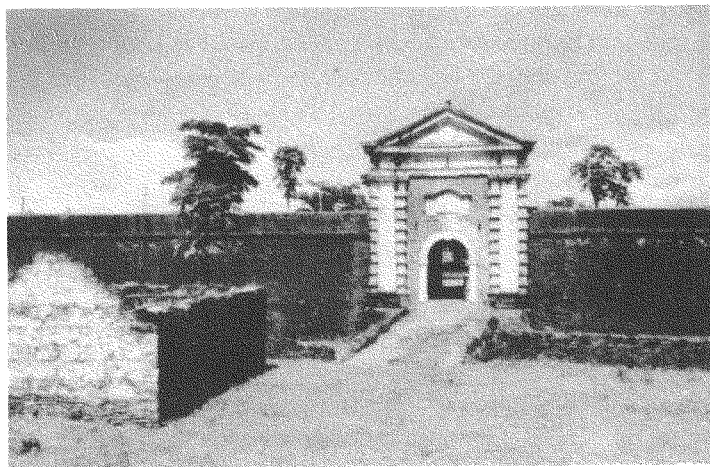
A coroa francesa foi a última a se lançar na política de doações em terras da Guiana. Quando tal sucedeu, entretanto, visou um imenso território, o qual se estendia não só pela Guiana, como descia até o litoral maranhense.

Ao findar o século XVI, navegadores de outros dois países vieram se incluir entre os que já porfiavam pela posse do setentrião brasileiro. Foram êles os inglêses e os holandeses, que unidos pelo interêsse comum, constituíram, de pronto, séria ameaça às pretensões dos que primeiro se interessaram pela região.

Em 1615, vencidos os franceses no Maranhão e aliviada, assim, sensìvelmente, a pressão externa, volveram os lusitanos com mais atenção suas vistas para a região Norte do Amazonas. Aproveitando-se hàbilmente do fato de se encontrarem ligadas as coroas de Espanha e Portugal, Alexandre de Moura, vencedor dos franceses, enviou Francisco Caldeira Castelo Branco ao Pará, onde êste erigiu, em janeiro de 1616, o fortim do "Presépio", núcleo inicial, da cidade de Belém e de onde se irradiaria a fôrça defensiva dos interêsses lusos na Amazônia.

Festejos da Semana da Pátria

Os reflexos dessa providência não se fizeram esperar. Em 1617 Pedro Teixeira apresaria uma embarcação holandesa. Em 1623 seriam destruídas as fortificações que inglêses e holandeses haviam erguido em Tocuju, Nassau, Mariocaí e Mataru, cabendo as honras do feito a Bento Maciel Parente e Luiz Aranha de Vasconcellos, e, um ano depois, o mesmo Bento Maciel Parente, Pedro da Costa Favela, Jerônimo de Albuquerque e Pedro Teixeira conseguiriam triunfar sôbre os invasores no Xingu e em Tocuju. Em 1631 Jácome Raimundo de Noronha derrotaria os inglêses, destruindo-lhes o forte de North a cuja queda se seguiria, pouco depois, a tomada do forte de Cumaú .

Por volta de 1647, sete anos portanto, após Portugal ter reconquistado a sua soberania, libertando-se da submissão à coroa espanhola Sebastião Lucena de Azevedo, Governador do Maranhão e do Grão-Pará, promoveu bem planejada expedição contra os últimos redutos estrangeiros existentes na região, destroçando as fôrças batavo-britânicas que os guarneciam sob o comando geral de Beldregues, audacioso flibusteiro flamengo.

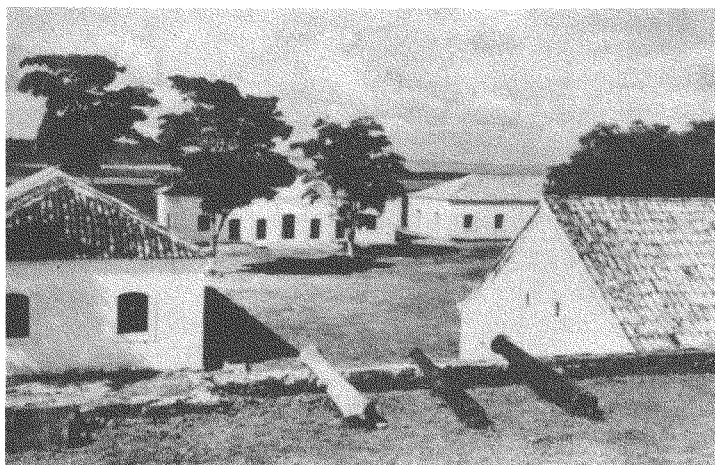
Consolidando essas medidas, promoveu-se o reerguimento da antiga fortaleza de Cumaú, obra concluída em

Portão principal da Fortaleza de São José de Macapá

1688 sob a orientação do próprio Capitão-Mor, Coelho de Carvalho, que deu a reconstruída praça de guerra a denominação de "Santo Antônio de Macapá".

Em 1697, apoiado por instruções recebidas da côrte de Luiz XIV, o então Governador de Caiena, Marquês De Ferrolles, comandou uma expedição militar organizada com o fito de promover a conquista de vasto território amazônico. Essa expedição, que saiu de Caiena em 20 de maio do ano referido, a 31 chegava ante os muros do Forte de Santo Antônio de Macapá, então guarnecido apenas por 20 praças, obedientes ao comando do cabo Manoel Pestana. Nula foi a resistência, caindo a praça forte em poder dos franceses. Num rasgo de euforia, De Ferrolles dirigiu-se a Coelho de Carvalho blasonando seus feitos militares, destinados, segundo dizia, a expulsar os luso-brasileiros das terras do rei de França.

Coelho de Carvalho, que na ocasião se encontrava em Gurupá, regressa prontamente a Belém e revida a atitude de De Ferrolles, organizando um corpo expedicionário composto de um destacamento de soldados das fôrças do Pará e um grosso contingente de índios amigos. O comando dessa fôrça foi entregue ao Capitão Francisco de Souza Fundão a quem foi ordenado investisse sôbre Macapá. Em junho (uns autores dão a data de 28 outros de 10), de 1697, quando a essa tropa já se tinham reunido os componentes de outra fôrça, comandada por João de Muniz Mendonça, foi dado o sinal de ataque à fortificação. Os franceses resistiram tenazmente, vendendo muito cara a vitória às fôrças luso-brasileiras.

Não descansando sôbre os louros, Coelho de Carvalho, logo após a conquista da praça forte de Santo Antônio de

Vista interna da Fortaleza de São José de Macapá

Outra vista da Fortaleza de São José de Macapá

Macapá, ordenou fôsse ela reparada e reaparelhada, prosseguindo sua tarefa de livrar as terras da "Costa do Cabo do Norte" da presença de estrangeiros.

Em princípios de 1698, foi enviado a Lisboa, pelo Govêrno Francês, o embaixador Pierre Rouillé, que, desde logo, iniciou as conversações diplomáticas com Mendo de Poyo Soares, encarregado dos negócios Exteriores de Portugal. Debatida a grave questão e apesar de patenteada a justeza das pretensões lusitanas, em 4 de março de 1700 foi assinado um tratado provisional, que dava ao território em litígio características verdadeiramente neutrais. Tôdas as fortificações nêle existentes deveriam ser demolidas e nem luso-brasileiros nem franceses nêle poderiam se localizar, sob qualquer título, pelo espaço de um ano durante o qual os dois países coligiram os elementos necessários à solução final do problema. A 18 de junho de 1701, coincidentes os interêsses externos das duas nações, devido a crítica situação internacional, foi ratificado, como definitivo, o absurdo Tratado Provisional.

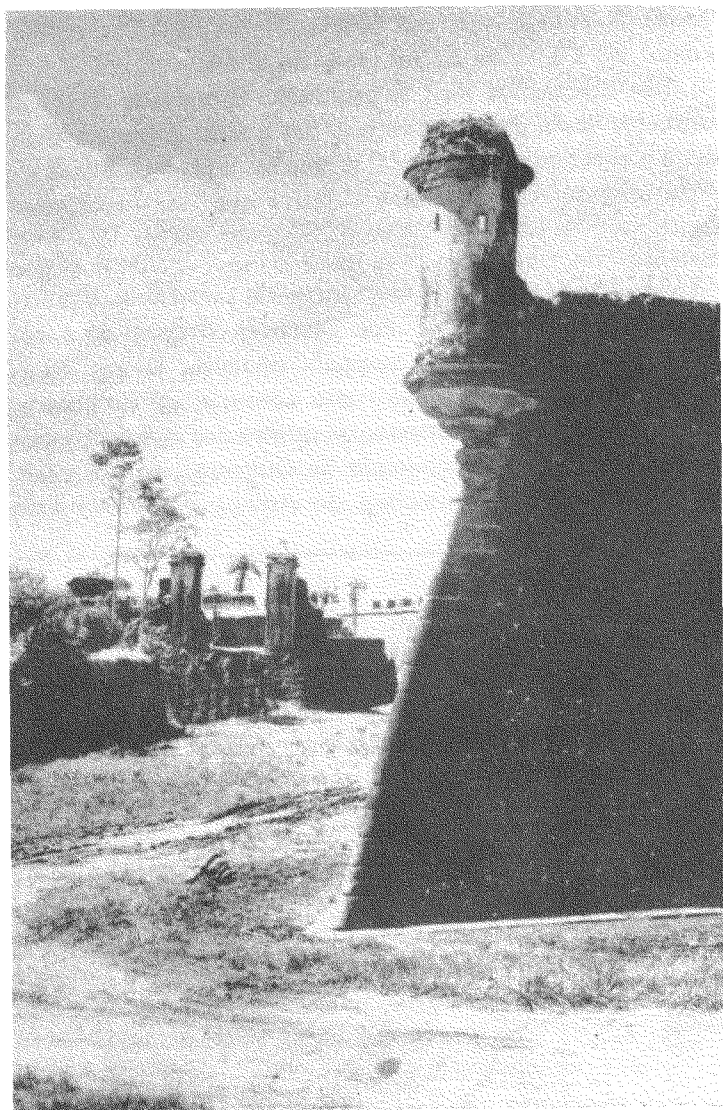
Providencialmente, entretanto, Portugal, poucos anos depois dessa estranha atitude, rompia sua aliança com a França, considerando sem nenhum valor os acôrdos estabelecidos em 1700 e 1701.

Voltando a insistir em suas justas pretensões os portuguêses, viram, finalmente, sua tese vitoriosa em Utrech, por fôrça do Tratado de 11 de abril de 1713.

Passados alguns anos, por volta de 1738, apesar das continuadas ameaças dos vizinhos, a fortaleza de Santo Antônio de Macapá, apresentava aspecto de ruínas. D. João V, alertado pelo Capitão General João de A. Castelo Branco, expediu uma Carta Régia datada de 9 de fevereiro de 1740, ordenando a construção de nova fortaleza.

Entre as reformas e iniciativas levadas a efeito por Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal, encontravam-se muito visadas as terras da Amazônia. Assim, nas instruções de 31 de maio de 1751, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então Capitão-General e Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o dirigente dos Negócios Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real, além de preconizar o fortalecimento militar da "Região do Cabo do Norte", insistia na necessidade de promover a colonização dessas terras.

Imediatamente à sua posse, Mendonça Furtado expediu para Macapá os primeiros casais sob a direção do ajudante Manoel Pereira de Abreu e do padre Miguel Angelo de Morais. Logo se desavieram as duas autoridades e êsse fato aliado à circunstância do completo desconhecimento das condições mesológicas locais, por parte dos colonos, teve como conseqüência o fracasso da tentativa.

Vista Aérea da Fortaleza de São José de Macapá

Belo detalhe da Fortaleza de São José de Macapá

Todavia, Mendonça Furtado não desanimou. Em 18 de dezembro de 1751 enviou para Macapá um auxiliar de sua inteira confiança, o coronel João Batista do Livramento, o qual era portador de minuciosas instruções. E, em 7 de março de 1752, êle próprio, Mendonça Furtado, aportava à sede da povoação, onde verificou pessoalmente a precariedade de sua situação militar, social e econômica.

Alertado pelas notícias recebidas de Caiena, segundo as quais estava sendo preparada uma expedição que deveria marchar sôbre a região de Macapá, o Capitão-General insistiu na premência em que urgia fortificar aquelas estratégicas plagas. Seis anos mais tarde, em 1758, embora nada de objetivo tinha conseguido ainda no terreno militar, ao passar por Macapá, houve por bem erigir em Vila a povoação circunjacente ao antigo forte, dando-lhe o nome de São José de Macapá. A instalação da nova vila teve lugar no dia 4 de fevereiro de 1758.

Não caberia, entretanto, a Mendonça Furtado, atribulado com as freqüentes pendências mantidas com os religiosos, reerguer as fortificações do Macapá, e sim a Manoel Bernardo de Melo e Castro, que o sucedeu em 1759.

Preocupado com a vulnerabilidade de Macapá, Melo e Castro, falho de recursos, ainda assim incumbiu em 6 de março de 1761, ao Capitão Geraldo de Gronsfeld de planejar e executar a construção de um fortim de faxina que substituísse a velha fortaleza em ruínas. Em julho dêsse mesmo ano a modesta fortificação foi dada como concluída.

O seu substituto, Fernando da Costa de Ataíde Teive, novo Capitão-General, visitando Macapá acompanhado do engenheiro Henrique Antônio Galúcio, teve oportunidade de constatar a precariedade das fortificações ali existentes. Ordenou então ao engenheiro Galúcio que planejasse a ereção de novo reduto fortificado. Êsse prontamente idealizou a nova obra, permitindo que, a 29 de julho de 1764, na presença do Capitão-General, fôsse lançada a pedra fundamental da fortaleza de São José de Macapá, a mesma que nos dias presentes constitui um dos mais belos monumentos históricos do país.

Apesar do grande interêsse de Ataíde Teive, as obras não se processaram com a rapidez desejada. As endemias, a precariedade de transportes, material e mão-de-obra avultada, em que pese a solução dêste último percalço ter sido tentada com a utilização do elemento indígena escravizado e mesmo com o emprêgo de degredados.

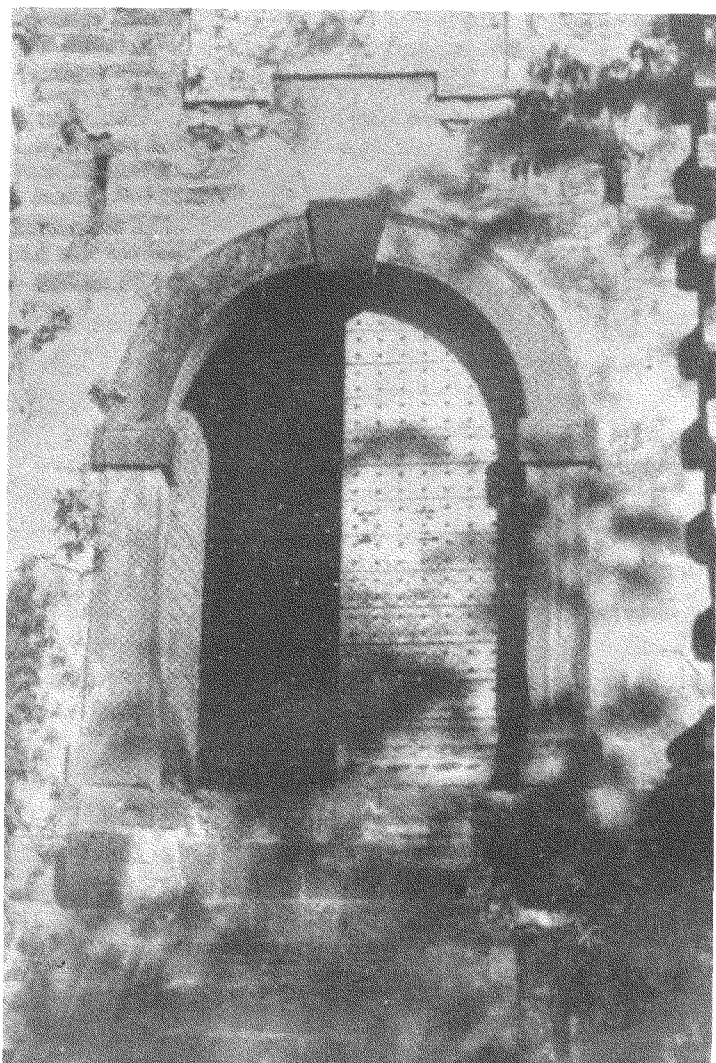
Em outubro de 1769, vitimado pelas febres, faleceu Galúcio, sendo então encarregado de prosseguir as obras o Capitão Henrique João Wilkens. Dentro em breve nova mudança se verificou no que tange à direção da emprêsa, cabendo a sua responsabilidade a Gaspar João Geraldo Gronsfeld, o mesmo que levantou em 1761 o reduto provisório.

Em 1771, as obras internas eram dadas por concluídas.

Registra Palma Muniz que, foi da localização de um destacamento militar colocado nas terras de Macapá, em 1738, que a cidade de Macapá se originou, tendo se desenvolvido ao lado da fortaleza que hoje é como um autêntico marco e testemunho eloqüente do esfôrço que portuguêses e brasileiros empregaram na colonização da Amazônia.

Após a inauguração do forte, em 19 de março de 1782, a vila de Macapá desfrutou das prerrogativas de centro militar importantíssimo, ponto estratégico que era na planejada conquista e colonização da "costa do Cabo Norte" e Amazonas adentro, até a data da nossa Independência da Coroa Portuguêsa, em 1822. Com a ausência dos recursos decorrentes da aplicação da política colonial da metrópole lusitana, inaugurou-se um largo período de decadência para a localidade e a região. A velha fortaleza construída para fins gloriosos, chegou a ser transformada em curral de animais.

Depois da Independência, até os primórdios da Revolução dos "Cabanos" não se conhece outro fato digno de relêvo além da divisão da província do Pará em comarcas em maio de 1833, quando o território do vizinho município

Grupo Escolar

Portão Principal da Fortaleza de Amapá

de Mazagão foi anexado ao de Macapá, embora sôbre protestos dos mazaganenses.

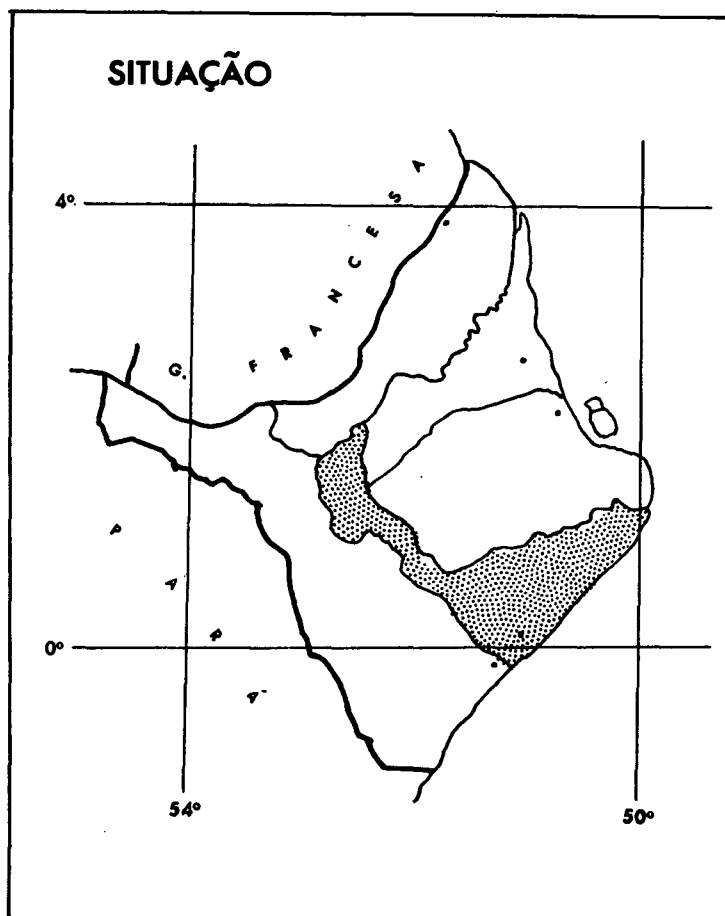
Nos idos de 1835 explode a revolta dos "Cabanos". Êsse movimento, de dolorosa memória, conhecido nas páginas da história do Vale Amazônico, como a "Cabanagem" irrompeu também no município de Macapá. A sua Câmara Municipal recusou-se entretanto a reconhecer o govêrno revolucionário e se manteve fiel à legalidade e ao govêrno deposto. Nessa altura, em sessão memorável da Câmara Municipal foi negado curso à moeda cunhada pelos "cabanos", denominada "chenchem", e atendido o pagamento do sôldo da tropa leal com recursos angariados no seio da população local.

Decorrem os anos da primeira metade do século XIX em pleno regime monárquico, quando a 6 de setembro de 1856 é baixada a Lei n.º 281, que deu foros de cidade à então vila de Macapá.

A proclamação da República não provocou muito entusiasmo aos macapaenses. A Câmara municipal adotou uma atitude discreta e a adesão do município à nova ordem política do país, ocorreu em 1.º de dezembro de 1889, mediante têrmo próprio firmado pelos vereadores Hilário Álvares da Costa, Belmiro José dos Santos e Tomaz Duarte Monteiro.

A cidade e o município prosseguiram atravessando os anos sem receber as atenções ou os efeitos de qualquer programa administrativo, até a década de 1940, quando foi incluído para formar o atual Território Federal do Amapá e escolhida aquela como sua Capital, conforme o Decreto-lei Federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944.

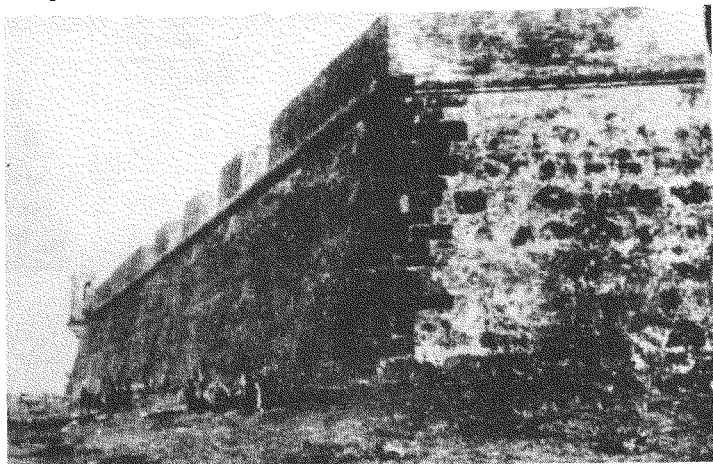
São dos nossos dias, e profundamente conhecidos, os resultados dessa medida que veio dar a tôda a Guiana Brasileira a esperança e a certeza de dias mais promissores mercê da programação extensa e objetiva que está experimentando.

LOCALIZAÇÃO — A maior parte da superfície municipal se distribui na região Sul do Território Federal do Amapá, estendendo-se desde a margem esquerda do rio Amazonas e litoral Atlântico, no rumo noroeste, até os contrafortes da Serra do Tumucumaque, dentro das nossas fronteiras, que o separa do município de Oiapoque, ao norte. A leste limita com o município de Amapá e a oeste com

Posição do Município em relação ao. Estado e sua Capital.

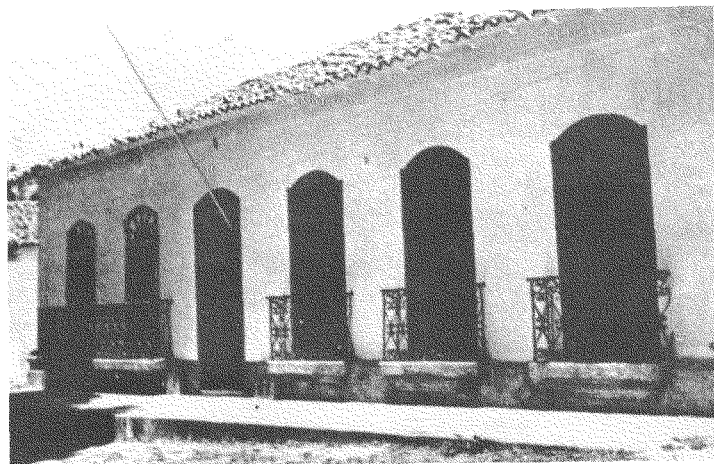
o dito Mazagão. À exceção de uma pequena parcela do seu território, todo o município situa-se no hemisfério norte. A cidade sede e Capital do Território, tem a seguinte posição geográfica: 0° 01' 54" de latitude N. e 51° 02' 57" de longitude W.Gr., coordenadas correspondentes ao sítio do farol da Fortaleza de São José de Macapá. Assentando sôbre um pequeno planalto de terra firme que debruça sôbre o canal do norte (rio Amazonas), Macapá desfruta de uma excelente posição.

ALTITUDE — Calcula-se em 15 metros a altitude da sede do município.

CLIMA — Koppen, estudando os climas da Amazônia, incluiu os da Guiana Brasileira como tropicais, superúmidos. Nessa classificação se enquadra o clima do município. De acôrdo com os dados colhidos a partir de 1949, a temperatura não difere da observada noutros pontos da região.

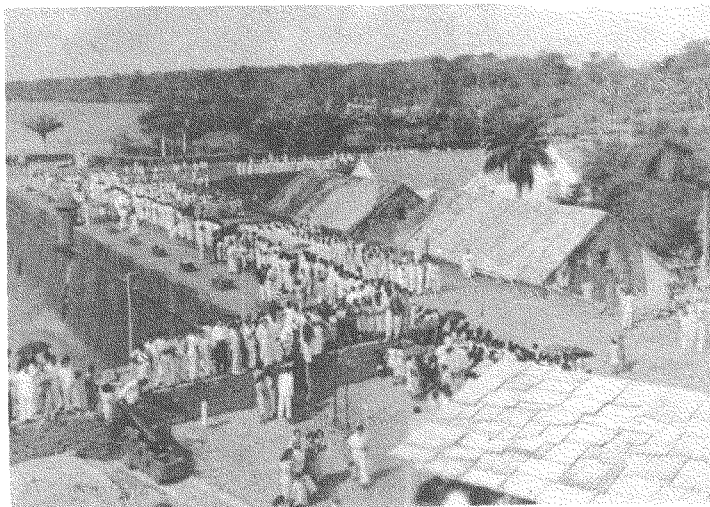
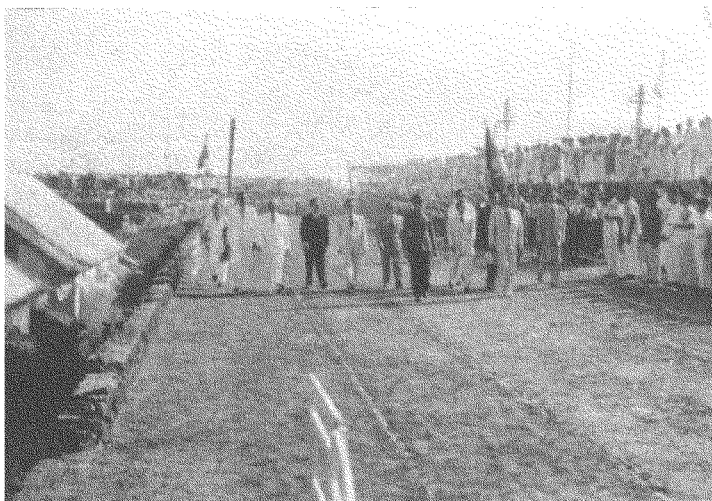
Em 1956, por exemplo, a máxima absoluta situou-se em 32,6°C e a mínima em 20°C. As médias mais altas acusaram 30,2°C para as máximas e 20,6°C para as mínimas observadas em janeiro e dezembro, respectivamente. A temperatura anual, aquela resultante da média das médias, foi de 25,6°C. Normalmente a máxima absoluta é atingida no fim da tarde, entre as 17 e as 19 horas; já as mínimas ocorrem pelo alvorecer, entre as 5 e as 7 horas. As noites se revelam amenas e ventiladas, principalmente na estação sêca, ou verão. O regime pluviométrico é menor em volume do que de outros pontos do Território, e a queda de chuvas vem acusando índices inferiores ao do município de Amapá (Base Aérea). Assim é que em 1955 ela foi de 2 296,1 mm e em 1956, embora tenha havido interrupção de cinco meses nas observações, tudo autoriza a afirmar que a precipitação situou-se aquém de 2 500 mm. Durante o ano duas estações se definem claramente; o inverno caracterizado pelas fortes descargas pluviais que vão desde fins de dezembro até agôsto e o verão, com predominância dos ventos alíseos do quadrante N.E., e que demora de setembro a dezembro.

Fortaleza de Macapá

ÁREA — De acôrdo com os valores fixados pela Resolução 392, de 20-10-1952, do Conselho Nacional de Geografia, é de 27 163 km² a área do município, sendo a segunda unidade em extensão e corresponde a 19,8% da superfície do Território Federal do Amapá. Convém salientar que, antes do desmembramento do Estado do Pará, o município de Macapá tinha área bem maior do que aquela com que foi incorporado ao novo Território, nessa época então os seus lindes abrangiam várias das ilhas fronteiras através do rio Amazonas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Inúmeros são os acidentes geográficos no município. Dentre os rios, destacam-se: O Araguari que ao norte faz divisória com os municípios de Calçoene e de Amapá; o Amapari, afluente daquele, pela margem direita; todos os rios da vertente esquerda do Amazonas, como Gurijuba, o Jupati, o Macacoari, o Pedreira, o Matapi e o Anauerapucu, ou Vila Nova, limítrofe com o município de Mazagão. Ao longo dêsses cursos de água se distribui parcela apreciável da população rural, e a importância dos mesmos avulta ainda mais em face da função sócio-econômica que lhes é outorgada. A região montanhosa, se situa a noroeste e ao norte e como elevação de relêvo merece registro a serra do Tumucumaque, cuja porção brasileira divide Macapá do Oiapoque. Na foz do rio Amazonas, junto ao continente, encontra-se o arquipélago de

Prédio remodelado do Grupo Escolar

Bailique, composto de seis ilhas, cuja população se dedica às fainas da pesca. Mais para dentro, confrontando a foz do rio Pedreira, está a ilha de igual topônimo e, ainda mais no interior, a de Santana, em frente às embocaduras dos rios Matapi e Vila Nova. Separando-a do continente corre o furo de Santana onde, presentemente, navios-transporte vêm embarcar minério de manganês em um moderníssimo pôrto.

RIQUEZAS NATURAIS — A situação do Macapá, no que tange à existência e ao aproveitamento das riquezas naturais, é excepcional e ímpar na região amazônica. Possuindo apreciáveis depósitos de manganês de alto teor, o município tem as suas maiores reservas naturais justamente nos referidos minérios e nos de ferro e cassiterita, estando todos em exploração. Relativamente ao reino vegetal, devem ser referidos os imensos recursos da flora, com abundantes madeiras de lei de variadas espécies e aplicações na indústria da construção civil ou naval. As sementes e os óleos vegetais, onde sobressaem a andiroba, a ucuúba, o patauá e o murumuru; a borracha que ocupa parcela importantíssima na riqueza do município e da qual é o segundo produtor do Território. A indústria extrativa animal assinalada pela exploração da fauna terrestre e aquática, com a extração de peles de animais silvestres e a pesca na foz do Amazonas e litoral Atlântico.

É importante referir também o volumoso potencial hidráulico disponível em muitos rios do município, notadamente no rio Araguari, cujo aproveitamento se promove, mediante a construção de barragens e usina para a produção de energia elétrica. O projeto em curso prevê a instalação

Festejos de 7 de Setembro na Fortaleza de São José de Macapá

Outro aspecto do 7 de Setembro na Fortaleza São José de Macapá

de quatro turbinas de 25 000 c.v. cada, e a produção total de 76 000 kW.. As obras dêsse sistema estão a cargo da Companhia de Eletricidade do Amapá, concessionária da construção e da exploração.

POPULAÇÃO — Ao ser desmembrado, para constituir com outros municípios (Amapá e Mazagão, parte), o Território Federal do Amapá, em setembro de 1943, Macapá trouxe para a nova unidade federada efetivos demográficos mais numerosos do que aquêles dois outros, constituindo-se, desde então, na célula territorial de maior população, com 9 000 habitantes aproximadamente. Em 1950, pelo VI Recenseamento Geral, realizado em 1.º de julho daquele ano, os contingentes humanos de Macapá totalizaram 20 594 pessoas cuja distribuição pela área municipal era a seguinte: na sede 9 748, dos quais 5 023 homens. As restantes 10 626 pessoas viviam na zona rural e, destas, 5 157 eram mulheres. Observe-se que é baixíssima a densidade demográfica daí resultante, a qual não excede de 0,75% de habitantes por km^2 no ano do referido recenseamento. Hoje as estimativas mais conservadoras dão para Macapá uma população total de uns 35 000 habitantes, convindo notar todavia que mais da metade dessa população situa-se na sede municipal. Daquele total de 20 594 pessoas registradas em 1950, 10 688 pertenciam ao sexo masculino; eram brancos 5 141; os prêtos somavam 1 926 indivíduos e os demais se declararam pardos; segundo o estado civil, havia 5 588 solteiros, 5 262 casados e os restantes viúvos e desquitados, dentre os habitantes de 15 anos e mais. Havia ascendência absoluta

Hospital Central

dos nacionais que somavam 20 451 pessoas. O total dos que sabiam ler e escrever, dentre as pessoas presentes de 5 anos e mais, era de 7 266 indivíduos. No aspecto religioso se observou maioria absoluta dos que se declararam católicos romanos sôbre os demais, de outras religiões, com 20 073 fiéis. É interessante notar que em 1950 foram recenseados no Município 3 926 domicílios, com um total de 20 155 ocupantes o que dá a média de 5,1 pessoas, por domicílio.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade de Macapá, sede do município, é o centro urbano mais importante. Ao ser eleita capital do Território Federal do Amapá contava, em 1944, com pouco mais de 1 200 habitantes. Já em 1945 foram apurados 3 049 pessoas; em 1948 eram 4 192 e em 1950, pelo VI Recenseamento, viviam aí 9 248 indivíduos que, em 1953, passavam a ser 13 929. A série continua, apontando em 1955, 17 830 habitantes que seriam 19 450 em 1956. Para o corrente ano de 1957 espera-se que a população de Macapá se situe na faixa dos 21 000 moradores. De acôrdo com os resultados do Censo de 1950, esta

Trecho da rodovia Macapá — Clevelândia

foi a Capital brasileira que acusou maior porcentagem de crescimento demográfico, isto é, mais de 800% de aumento. Outras aglomerações urbanas importantes são as vilas de Ferreira Gomes, Pôrto Grande e Serra do Navio, sedes dos distritos dos mesmos nomes. Além delas, merecem referência, os povoados do Pôrto Platon e Pôrto Santana.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Presentemente, a atividade econômica de maior destaque no Macapá é a exploração do minério de manganês da Serra do Navio, cujas exportações se iniciaram em janeiro do ano em curso. As jazidas, descobertas em 1945, e que foram consideradas reserva nacional pelo Decreto-lei n.º 9 858, de 13-9-46, estão avaliadas como um depósito de mais de 20 milhões de toneladas de minério de teor superior a 46% de manganês, admitindo-se todavia que as reservas atinjam a 30 milhões de toneladas exploráveis econômicamante.

Essas jazidas estão arrendadas à companhia nacional Indústria e Comércio de Minérios S. A. — Icomi. A emprêsa construiu, desde 1954, moderno embarcadouro de minério, com um cais flutuante e um trapiche fixo, na margem esquerda do rio Amazonas, confrontando a ilha de Santana; uma estrada de ferro com a bitola internacional de 1,435 m ligando a mina, na região da Serra do Navio, ao embarcadouro do rio Amazonas, numa extensão de 193 594 quilômetros na via principal e mais 12 832 km de linhas de

pátios de manobra, desvios, etc.; e, as instalações mineiras que promovem a extração e o beneficiamento primário do minério, constando de britadores, lavadores, selecionadores, silos e outras. Êsse conjunto de embarcadouro, ferrovia e mina, e tôdas as dependências subsidiárias, como escritórios, almoxarifados, frigoríficos, depósitos de combustíveis, alojamentos e residências, exigiu um investimento de cêrca de três bilhões de cruzeiros.

No corrente ano deverão ser exportadas 600 000 toneladas de manganês o que representará uma receita bruta de 35 milhões de dólares aproximadamente, vale dizer, mais do que o total da exportação de minérios brasileiros em 1955, que foi de US$ 32,000,000.00.

O aproveitamento efetivo, em bases sólidas e convenientes, de uma tão valiosa riqueza oferece perspectivas bem otimistas tanto para a economia do País, como do Território e do Município. Com efeito, iniciadas as remessas para o exterior, do manganês do Macapá, o volume das vendas brasileiras dêsse mineral se elevará de 220 000 t (1956) para 900 000 t (1957), colocando-nos entre os grandes produtores mundiais. Para a Nação isto representará um aumento apreciável de divisas; maior receita de impostos como o de renda e do único à bôca da mina e, o que é importante, a elevação do Território do Amapá à posição de unidade econômica de maior produção unitária da União, com aproximadamente Cr$ 40 000,00 "per capita".

O Território receberá, como paga do arrendamento das jazidas, um "royalty" de 5% sôbre o valor F.O.B. do minério, no mercado internacional, até o teto de 500 000 toneladas, e pelo que exceder dêsse limite, até 1 000 000 de toneladas, o "royalty" será devido em dôbro, ou seja, 10%. Nesta base, as exportações de manganês já renderam à entidade Território, até o primeiro trimestre de 1957, mais de 19 milhões de cruzeiros, prevendo-se para o ano todo um ingresso de cêrca de 80 milhões de cruzeiros, mais ou menos.

No tocante a Macapá, a sua participação nessa riqueza se faz mediante a quota do impôsto único de 8% sôbre o valor da pauta fixada pelo Ministério da Fazenda para a tonelada do minério à bôca da mina, e que é distribuído da seguinte forma: 3% para a União e 5% para o Município, assim incluída a parcela que caberia ao Estado se esta fôsse a categoria desta unidade administrativa.

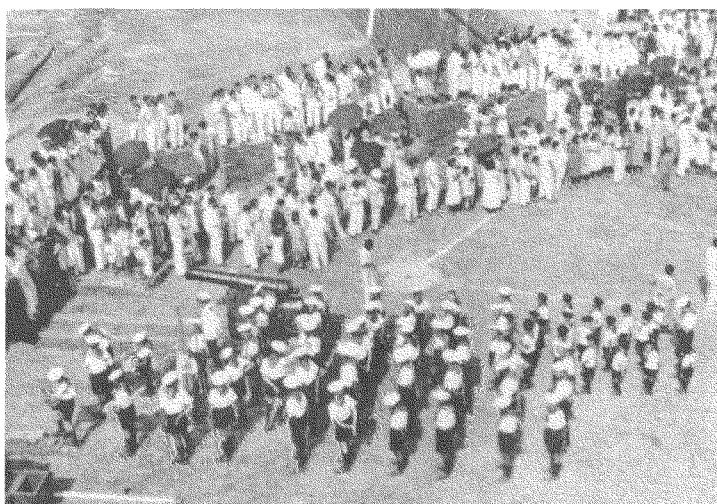
Não padece dúvida a assertiva de que a exploração de minerais metálicos é uma atividade que oferece as mais largas perspectivas para a economia regional. Além do manganês, registra-se a existência de uma jazida de ferro, nas cabeceiras do rio Matapi. Embora pequeno êsse depósito, estimado em 200 000 toneladas, avulta de importância graças a sua localização junto ao leito da estrada de ferro que liga as minas de manganês ao embarcadouro de Santana. Nesta altura se promovem os estudos para sua exploração.

A cassiterita, da qual se extrai o estanho, é explorada, desde alguns anos atrás. O seu aproveitamento porém está organizado em bases rudimentares, como simples tarefa de garimpo. A produção atual não tem ultrapassado os 5 000 quilos anuais. Também a tantalita e a columbita aparecem nas rubricas da exportação com menor volume.

Outra ocupação produtiva, que atrai ponderável parcela da população econômicamente ativa, é a pecuária e a lavoura. O município possui um rebanho bovino de 25 000 cabeças aproximadamente e mais alguns milhares de eqüinos e suínos. A criação se desenvolvia com processos tradicionais, ausentes nestes quaisquer traços de organização. Nos últimos anos, porém, graças ao esfôrço que vem fazendo a administração territorial, procurando imprimir nova feição a êsse importante setor da economia regional, melhores resultados já se observam. Há seguramente, uma evolução para melhor, especialmente no que respeita ao alevantamento do porte do animal de corte, pois êste é o rumo e única possibilidade da criação em regime extensivo adotado na região. O veículo dêsse programa é o reprodutor de sangue nobre, vendido a baixo custo, das raças zebuínas (Nelore, Gyr, Guzerat e Indu-Brasil, notadamente, a primeira). Não se abstraiu entretanto a viabilidade de uma pecuária de leite e isto vem sendo tentado mediante a formação de mestiços daquelas raças com as européias, reconhecidamente leiteiras.

Construção de esgotos sanitários

A lavoura se restringia habitualmente ao plantio da mandioca e do milho. Com a criação de Colônias Agrícolas foi inaugurado um programa objetivando as culturas de subsistência (mandioca, macaxeira, milho e arroz) e as permanentes ou industriais (seringueira, cacau, côco e dendê) e embora ainda um pouco prematuro, já se podem avaliar os resultados como promissores.

Na indústria, o ramo mais importante atualmente é o do beneficiamento primário de minério de manganês e ao qual já se fêz referência. Os dados do Registro Industrial em 1956, apontavam em 1955, 55 estabelecimentos, dos quais 17 com 5 e mais pessoas. Havia nêles, 532 pessoas ocupadas e o valor da produção atingiu a Cr$ 45 300 000,00.

Concentração de Escoteiros do Mar

O ramo alimentar apresentava os maiores valores de produção. As exportações ascenderam a Cr$ 126 730 995,00 e as importações à Cr$ 442 310 881,00, em 1956.

COMÉRCIO E BANCOS — É apreciável o movimento comercial da cidade.

Os empórios citadinos transacionam diretamente com firmas de Belém, e de outras praças, como Recife, Fortaleza, Salvador, Vitória, Rio, São Paulo, Pôrto Alegre e Belo Horizonte. As mercadorias são enviadas por via aérea, fluvial e marítima e pagas nos Bancos. Até bem pouco tempo não se observava especialização de ramos de comércio. Os estabelecimentos ofereciam de tudo um pouco, hoje, porém, não é mais assim, pois muitas são as sapatarias, as lojas de ferragens, de artigos e aparelhos elétricos, de acessórios para veículos, de materiais de construção, de estivas e gêneros alimentícios, de tecidos, roupas, jóias e objetos de uso pessoal, de medicamentos e produtos farmacêuticos, todos como se conclui, vendendo produtos importados. Há porém as que exportam os gêneros de produção local, como a farinha de mandioca, o milho, o arroz, as peles silvestres, a borracha e a madeira. Releva notar um aspecto de que se revestem as atividades comerciais citadinas, as quais, ainda não puderam livrar-se da dependência da aplicação das verbas que o Govêrno Federal entrega ao Território. A suspensão repentina dêsses recursos, provocaria, sem dúvida nenhuma, alguns prejuízos. No interior ainda perduram, em certos pontos, os processos de troca de mercadorias por produtos locais da flora e da fauna. Isto entretanto já é pouco observado.

Em Macapá estão operando agências de três importantíssimos estabelecimentos de crédito. São elas, pela ordem de instalação: do Banco do Brasil; do Banco de Crédito da Amazônia e do Banco da Lavoura de Minas Gerais. É de ver-se que todos prestam apreciável serviço aos seus clientes e uma colaboração inestimável para o desenvolvimento econômico do município e do Território.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Existem vários. O mais importante, porém, é o transporte aéreo pela freqüência e volume do tráfego de carga e passageiros. Macapá está ligada pelo avião à Capital Federal e a todo o resto do país, via Belém, no Estado do Pará, pelos aparelhos das seguintes emprêsas: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., com mais de um vôo por dia; Lóide Aéreo Nacional, com 3 vôos por semana e Fôrça Aérea Brasileira com um vôo por semana. A Cruzeiro do Sul, como a F.A.B., ainda faz, uma vez por semana, a ligação com as cidades vizinhas de Amapá e Oiapoque neste Território e Caiena, na Guiana Francesa.

O transporte aéreo responde hoje em dia por uma boa parte do movimento importador do comércio local. Mercadorias como tecidos, miudezas, bijuterias, medicamentos, bicicletas e motociclos, são comuns de ver-se descarregando das aeronaves.

No ano findo de 1956, desceram no aeroporto da sede municipal 731 aparelhos ou seja, 14 por semana, em média, cumprindo os horários regulares das emprêsas citadas. O montante de passageiros embarcados e desembarcados atingiu, naquele período a 15 915 pessoas. No interior há 3 campos de pouso, nas localidades de Pôrto Grande, Ambé e Santo Antônio.

O tráfego fluvial e marítimo também é bastante expressivo, pois a êle ficou reservada a parte da circulação de mercadorias pesadas e volumosas, ou ainda as que pela sua espécie não podem ser transportadas de avião. Tôdas as localidades ribeirinhas do município se comunicam, por meio dos mais diversos tipos de embarcações, com a cidade de Macapá e esta com Belém e cidades vizinhas. Cargueiros de grande capacidade, oriundos de portos norte-americanos, conduzindo tôda a sorte de materiais especificados; navios transportadores de minérios que vêm carregar manganês; vapores do tipo "gaiola", da navegação regional, iates a motor e vela e uma variadíssima flotilha de canoas, barcos, e veleiros, demandam normalmente o pôrto macapaense.

O movimento dêste, em 1956, ofereceu êstes resultados: 1 364 embarcações entradas e 4 274 passageiros embarcados e desembarcados.

O Govêrno do Território possui em Macapá dois aviões para seus serviços e uma frota de embarcações para as rotas interiores.

As comunicações terrestres, revestem-se da mesma importância, pois, através de uma rêde de estradas de rodagens, inúmeras localidades do município e diversas outras (inclusive duas cidades), em unidades vizinhas, são servidas desta maneira. A rêde rodoviária tem a extensão total de 278 km dos quais 131 de estradas municipais.

É oportuno salientar que Macapá desfruta de todos os meios de transportes modernos. Referiu-se já aos aéreos, aos fluviais e marítimos, e aos rodoviários; assinalaremos em seguida a Estrada de Ferro do Amapá, inaugurada em janeiro do corrente ano e de propriedade da Icomi. Esta estrada cujas características técnicas registrou-se linhas atrás, se destina especialmente ao transporte de minério de manganês para o embarcadouro à margem do Amazonas. Entretanto, por fôrça de contrato, a proprietária reservou uma capacidade de transporte para uso público, de até 200 000 toneladas anuais. Esta ferrovia se estende por uma região pioneira, de futuro auspicioso, pelas oportunidades que oferece à agricultura, o bom aproveitamento dos terrenos marginais. Sendo a primeira e única via férrea brasileira ao norte do rio Amazonas encerra um alto sentido para a política colonizadora que se põe em prática no Território Federal do Amapá, transcendendo ainda mais ao se ter em mira o programa de industrialização, em planeja-

mento, do qual ressalta o aproveitamento dos depósitos de hematita do rio Vila Nova, em Mazagão, que distam aproximadamente, 30 mil metros do km 150 da estrada de ferro.

No que respeita às vias de comunicação situam-se no município 17 estações radiotelegráficas ou radiofônicas. Daquelas 12 são de propriedade privada e 5 do poder público (4 do Govêrno territorial e 1 do Departamento dos Correios e Telégrafos); Dessas estações, 11 estão localizadas na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — Macapá dispõe de iluminação elétrica e água encanada, ambos os serviços com extensões públicas e domiciliares. Em 1956 havia 48 logradouros iluminados, com 1 209 focos e 1 876 ligações domiciliares. A rêde condutora de água se estendia por 17 000 metros através de 24 ruas, avenidas, etc. O total de prédios abastecidos era de 752. O sistema de esgotos de ejetos foi concluído nos últimos 2 anos, e continua em expansão. Até 1956 já atingia 15 604 metros de extensão, por 25 logradouros públicos, abrangendo 863 prédios esgotados, pela rêde e por fossas.

Há um bom hotel, com 26 aposentos, inclusive 4 apartamentos e serviços de restaurante e bar. As comunicações urbanas se fazem por meio de pequena central telefônica, com 66 aparelhos, número que deverá ser ampliado brevemente.

Dispõem os citadinos para sua locomoção, de ônibus e de automóveis de aluguel, êstes em número de 12.

ASSISTÊNCIA MÉDICO SANITÁRIA — Macapá dispõe de 11 estabelecimentos de assistência médica, sendo dois hospitais gerais, um pôsto de puericultura, uma maternidade, um centro de saúde, e seis postos e subpostos médicos. Segundo a entidade mantenedora, 7 eram do Govêrno do Território; um da L.B.A. em regime de cooperação com aquêle, e 3 particulares. Dêsses estabelecimentos, 4 têm sua localização na cidade, enquanto que os restantes estavam no interior. A disponibilidade em leitos era de 125 nos hospitais e 19 na maternidade, e o equipamento moderno aponta os rumos e os métodos que são adotados na execução de tarefas assistenciais e de saúde pública, tanto pelos estabelecimentos oficiais como pelos particulares.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Contam-se, neste campo, as seguintes entidades que se dedicam aos trabalhos assistenciais: Legião Brasileira de Assistência (Comissão Territorial); Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; Conferência de São Vicente de Paula; Sociedade Funerária do Pobre. Estão sediados em Macapá agência dos seguintes Institutos de Previdência e Assistência Social: I.P.A.S.E., I.A.P.E.T.C., I.A.P.C. e I.A.P.I.

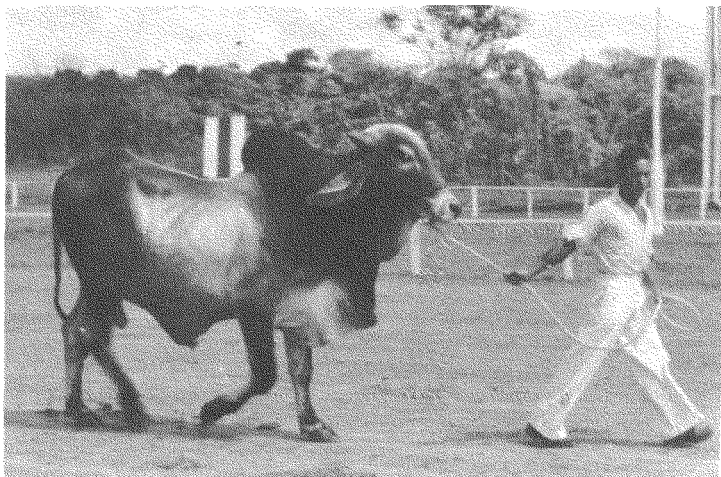
O Govêrno do Território, com recursos que lhe faculta a União, desenvolve, na esfera do ensino primário, uma tarefa assistencial de base, a qual visa desde a implantação de hábitos de higiene pessoal até a alimentação da criança mediante a distribuição da merenda escolar.

ALFABETIZAÇÃO — Considerando-se os resultados do Censo Demográfico, de julho de 1950, das pessoas presentes no município, de 5 anos e mais, 7 266 (42,4%) sabiam ler e escrever, um total de 17 135 indivíduos na condição anunciada. Por outro lado, de 5 373 presentes, na mesma data, contando de 5 a à 14 anos (em idade escolar), sòmente 1 416 sabiam ler e ecrever.

Hasteamento da Bandeira na Fortaleza de São José de Macapá

ENSINO — São ministrados no Município, dois graus de ensino: o elementar ou primário e o médio ou secundário. No primeiro, de acôrdo com resultados do ano findo de 1956, funcionaram 82 unidades escolares sendo 3 de pré-primário infantil, 7 de complementar, 54 de ensino fundamental comum e 18 de fundamental supletivo A matrícula geral subiu a 6 750 alunos e a efetiva a 5 058. Foram aprovados nos exames finais 3 072 alunos dos quais 397 concluíram o curso. No segundo, também chamado "extra-primário", operaram, no mesmo ano, 12 estabelecimentos de ensino ginasial e colegial, pedagógico, técnico-profissional, contabilidade, doméstico, artístico e de preparação aos níveis secundários.

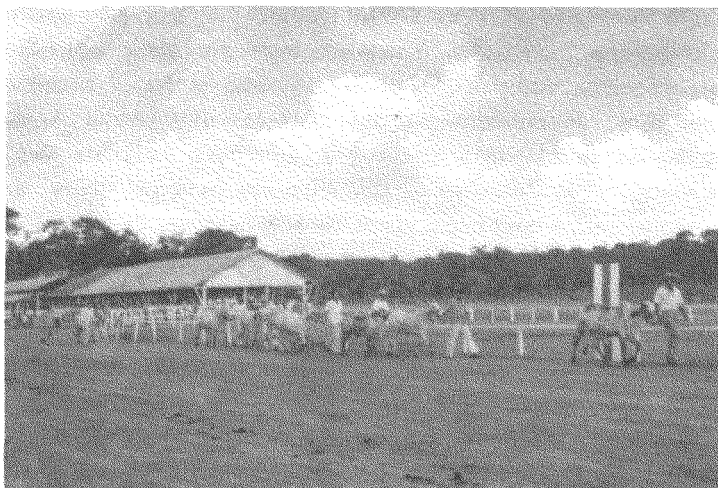
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Em Macapá o movimento associativo é representado por 15 associações esportivas e culturais, aí incluídas uma artística e outra científica. Presentemente, dois cinemas atendem à população da cidade, estando programada para julho de 1957 a inauguração de outro estabelecimento para projeções em cinemascope e com capacidade de 600 lugares. O único jornal existente na sede municipal — o "Amapá", é ao mesmo tempo órgão oficial do Govêrno do Território e circula em duas edições semanais. Também, uma revista — Revista do Amapá — igualmente de propriedade do Govêrno completa as informações e documenta a vida municipal e territorial. Relativamente à radiodifusão Macapá tem uma emissora — Radiodifusora de Macapá — Tem prefixo "ZYE-2" e opera na freqüência de 4 915 kc. O movimento irradiativo

3 — 24 640

3.ª Exposição de Animais e Produtos Derivados

no ano de 1956, foi de 4 601 horas. O Govêrno do Território através da Divisão de Educação, mantém uma biblioteca pública que conta hoje, com mais de 8 000 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 466	—	1 057	975	983
1951	2 061	—	1 506	1 370	1 515
1952	2 307	—	1 920	1 658	1 874
1953	3 114	—	1 958	1 809	1 720
1954	10 113	—	2 534	2 075	2 009
1955	12 200	—	4 016	3 642	4 690
1956	14 395	—	5 484	5 052	4 798

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Conforme se aludiu no histórico do Município, a cidade de Macapá originou-se e desenvolveu-se, até uma certa época, à sombra da antiga e vetusta fortaleza de São José de Macapá, transformada hoje, pelo passar dos anos, em autêntico monumento histórico, testemunhando, aos contemporâneos e vindouros, o esfôrço épico que portuguêses e brasileiros empregaram na conquista, colonização e manutenção das terras da Amazônia. Construção que no gênero é a maior existente no país, acha-se completamente recuperada graças à iniciativa da administração amapaense que ali mantém aquartelada a Guarda Territorial. Seu tombamento foi efetuado em 1952. Dotada de muralhas de mais de 10 metros de altura, de pedras lavradas em grandes blocos extraídos das rochas existentes no rio Pedreira, distante cêrca de "duas marés", conforme a fraseologia da época, custou cêrca de 4 000 000 de cruzados. A construção obedece ao sistema "VAUBAM", formando um quadrado, tendo em cada ângulo um baluarte em forma pentagonal, erigidos sob a invocação de São José, Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e Madre de Deus.

3.ª Exposição de Animais e Produtos Derivados

Ao sul de Macapá, na margem esquerda do Amazonas, podem-se ver ainda hoje as ruínas do antigo forte de "Cumaú" erguido originàriamente por navegadores inglêses e onde mais tarde o govêrno reinol mandou construir, no mesmo lugar, o fortim de Santo Antônio de Macapá.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O culto religioso é acentuado, professando a maioria da população o catolicismo romano. Nêle se contavam, em 1950, 20 073 adeptos num total de 20 594 pessoas presentes. O município é sede de uma Prelazia da Igreja Católica Romana, estando aqui sediadas duas paróquias. Havia em 1956, 21 templos católicos, 7 protestantes e 1 espírita. As festividades religiosas mais importantes são as de São José, em meados de março, e a de Nossa Senhora de Nazaré, em meados de outubro. As festas juninas e natalinas também se revestem de grande animação, delas participando tôda a população, de modo geral.

A não ser as dansas do "Marabaixo" não se conhecem outros aspectos folclóricos, do município. O "Marabaixo" é praticado pelos componentes da população nativa negra, e conserva, da mesma forma que a raça, uma certa pureza de rito. Observado pelo prisma da arte, pouco pode oferecer, da mesma forma que a coreografia que se revela pobre de movimentos. De certa maneira se traduz por um canto monótono e ritimado ao som de tambores especiais de que há exímios batedores. Nos dias de grande festa o "Marabaixo" ostenta um colorido vivo e alegre de roupagens caprichadas, especialmente as mulheres que dão o toque de animação com seus passos e volteios ao som de cantos e versos improvisados à base de acontecimentos locais.

É, sem dúvida alguma, um remanescente das práticas dos negros africanos convertidos ao catolicismo, pois nessas festas do "Marabaixo" os santos padroeiros são o motivo final das festividades.

VULTOS ILUSTRES — Alexandre Vaz Tavares, literato e poeta emérito. João Alvares de Azevedo Costa, General do Exército Brasileiro. Acylino de Leão, médico de renome, tendo desenvolvido larga clínica na Capital do Estado do Pará. Raimundo Alvares da Costa, também poeta e Pedro Nunes, médico.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A fortaleza de São José de Macapá, monumento de grande valor histórico constitui item de relêvo na agenda de quantos visitam o Macapá; as instalações mineiras da Serra do Navio oferecem também atração interessantíssima para o visitante, mui especialmente pela expressão econômica e pelos investimentos materiais do empreendimento, bem como a floresta que a cerca desde uma boa parte do acesso pela ferrovia. Os amantes das emoções e imprevistos encontrarão na caça dos búfalos selvagens do Igarapé do Lago, a satisfação natural.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no Macapá são chamados "macapaenses". O vocábulo que dá nome ao município é de origem tupi e, segundo Teodoro

Sampaio, degenerou de "maca-paba", isto é, estância das *macabas,* palavra que por sua vez é contração de "mbaccaba", fruta carnuda ou polposa, hoje "bacaba" palmeira (acrocomia sclerocarpa Martins) de onde se extrai deliciosa beberagem, pelo processo de maceração.

Em Macapá, realiza-se anualmente a Exposição de Animais e Produtos Econômicos, sob os auspícios do Govêrno do Território. Essa festa ruralista polariza as atenções gerais em setembro, nos dias 13 a 16, que são da duração do certame.

No interior do Município 9 localidades, entre vilas (uma) e povoados, possuíam água encanada.

Estavam licenciados, a 31-12-1956, 39 automóveis, 25 jipes, 4 ônibus, 33 camionetas, 4 ambulâncias, 104 caminhões, 68 caçambinhas do tipo *pick-up,* 80 tratores e diversos outros veículos, inclusive carros cisterna e 610 bicicletas.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Amapá; Obras consultadas — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo nono — João de Palma Muniz — 1916. "Território do Amapá" — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950. "Anuário Estatístico do Amapá". Diversas publicações do Conselho Nacional de Estatística e do Serviço de Geografia e Estatística do Território.)

MAZAGÃO — AP

Mapa Municipal na pág. 363 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 294 e 298 do Vol. I

HISTÓRICO — O território do atual município de Mazagão fêz parte das terras da "Capitania do Cabo do Norte", doada a Bento Maciel Parente, pela Carta Régia de 14 de junho de 1637 (há referências a 1634), da Côrte de Madri, como recompensa aos serviços prestados às coroas espanhola e portuguêsa. Verdadeiros países que os monarcas de então, munificentemente, distribuíam em seus domínios de além-mar, a capitania compreendia a região situada hoje, entre o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon e o cabo do Norte "pela terra a dentro, o rio Amazonas, arriba, oitenta a cem léguas até o rio Tapuyussus", ou rio Paru de nossos dias. A doação foi confirmada mais tarde, em 1645, por D. João IV, em 9 de junho daquele ano, Portugal já livre do jugo espanhol.

Nesse tão vasto espaço geográfico situam-se agora os municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Macapá e Mazagão, no Território Federal do Amapá, e parte do de Al-

Visita do Governador à Escola I. Mista

Pôsto Médico

meirim, no Estado do Pará, todos ao norte do rio Amazonas com uma érea avaliada em 170 000 km^2.

Franceses, holandeses e inglêses, de há muito, porém, vinham talando tôda a região, penetrando-a do norte para o sul, o que viria provocar o apressamento da ocupação e da colonização, pelos portuguêses, que se lançavam litoral brasileiro acima. O ato da côrte madrilena criando a "Capitania do Cabo do Norte" constitui, inegàvelmente, o primeiro passo no sentido da organização, da conquista e do domínio efetivo pelas coroas espanhola e portuguêsa das terras ao Norte do Rio Mar.

Entrando por êle êsses navegadores, mais aventureiros, fundaram fortificações, das quais ainda hoje se tem notícia, como as dos holandeses nos Tucujus, Orange e Nassau, sendo que o primeiro, de acôrdo com indícios históricos, se teria situado no Território de Mazagão, num ponto entre o Matapi e o rio Jari. Dos inglêses sabe-se da existência, hoje ruínas, das fortificações erigidas no rio Maracá, bem assim do forte do Torrego, levantado em 1628 e destruído no ano seguinte por Pedro Teixeira, na foz do rio Maracapucu, hoje rio Mazagão.

Após o arrasamento do forte de Cumaú, na costa do Macapá, e conseqüente expulsão dos navegadores estrangeiros, o govêrno reinol pouco ou nada se preocupou com a colonização dessa vasta parcela de seus domínios, até 1637, quando doou-a a Bento Maciel Parente que, falho de recursos, nada levou a bom têrmo. Para Mazagão, na época simples continuidade terrestre da enorme província, como para os demais, nada de prático resultou do regime de capitanias.

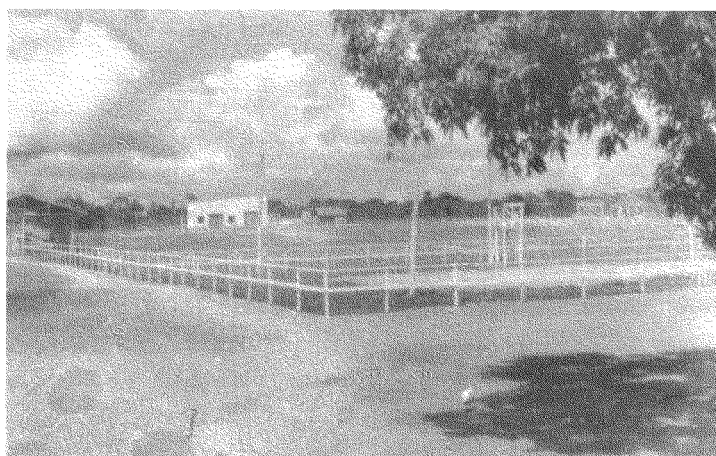
Nesse quase meio século, 1700-1740, a região estava dividida em duas secções para fins de catequese ao índio: uma, correspondendo à margem direita do Rio Amazonas, entregue aos Jesuítas; e outra, pela margem esquerda, aos cuidados de diversas ordens. O Território de hoje, Mazagão, era trabalhado pelos capuchos de Santo Antônio.

Vê-se, pois, que foi o silvícola o primeiro habitante do município, devendo-se a êle, também a formação original da unidade administrativa que mais tarde, no expirar do Império e advento da República viria a ser uma das mais importantes comunas da Província do Pará.

Corria o ano de 1752 e um brasileiro, audacioso e intrépido capitão de índios, segue para o Rio Negro, no Estado do Amazonas, a fim de aliciar selvagens destinados a serem empregados pelos colonos portuguêses nas tarefas

de roça e fortificações. Êsse homem, aventureiro e fora da Lei por causa das suas atividades no meio do gentio, chamava-se Francisco Portilho de Melo. Era um mameluco, que em outras palavras quer dizer — mestiço de português com o índio brasileiro. É de ver-se então Portilho de Melo, atrevido e rebelde, não ser muito bem visto pelos lusitanos, e como a êle não lhe agradasse a condição secundária que a sua origem e qualidade de mestiço lhe reservava na sociedade colonial só restava a vida que escolheu — pegar índios e vendê-los aos colonos como braços mui apreciados e cobiçados para os mais pesados serviços.

No rio Negro, Portilho de Melo sujeitou cêrca de 500 aborígines e, segundo documentos, a pressão da metrópole através do governador-geral do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fê-lo descer, rio Amazonas abaixo, rumo ao ponto que escolhera para a longa viagem, a florescente vila de Macapá, onde se promoviam obras invulgares de fortificação.

Mendonça Furtado, sabedor de que Portilho de Melo comunicara em carta ao Comandante da Praça de Macapá, a sua intenção de descer com todo êsse gentio; não confiando nêle e cobiçando o braço trabalhador fartamente oferecido nessa empreitada, expediu ordens aos fortes de Rio Negro, dos Pauxis (hoje Óbidos), dos Tapajós, de Gurupá

Praça de Esportes

e Macapá no sentido de que exercessem severa fiscalização nas canoas que descessem, procurando determinar o número de silvícolas.

O mameluco, entretanto, com 32 canoas e meio milhar de índios, iludiu a vigilância e, tendo passado pelo forte do Rio Negro, a 7 de março de 1753, chegou muitos dias após à ilha de Santana, local onde resolvera, durante a viagem, estabelecer seus homens, em frente à foz dos rios Matapi e Vila Nova, então Anauerapucu.

É inegável que o objetivo de Portilho de Melo era o comércio clandestino, porém, ante a atitude decidida do Governador-Geral, a quem seduzia a "perspectiva de mais um viveiro seguro de braços a explorar nos serviços ditos reais e em proveito dos colonos portuguêses", resolveu entregar-lhe a lista completa dos índios que trouxera, recebendo por êsse gesto o título de capitão e diretor do povoado recém-fundado em Santana.

O local escolhido revelou-se impróprio, entretanto. Os índios começaram a diminuir, retirados uns como obreiros das fortificações do Macapá e outros para trabalharem em roças dos colonos. As febres e outras doenças também dizimaram muitos dêles, de maneira que em novembro de 1756 o Capitão-General e Governador autorizou sua mudança para o rio Maracapucu, em dezembro do mesmo ano, ainda sob as ordens de Portilho de Melo, agora indultado e provisionado Capitão-General.

Em 1762 continuaram as febres atacando e reduzindo os moradores de Santana do Maracapucu, os quais no fim dêsse ano já eram apenas 383 almas.

Francisco Roberto Pimentel, que em 1762 sucedeu a Portilho de Melo na direção do povoado, escolheu novo local, no rio Mutucá, afluente pela margem direita do rio Maracapucu. A mudança se fêz em fins de 1769 após as obras de arruamento e limpeza da área adjacente, trabalho que estêve a cargo do Capitão Ignácio da Costa de Morais Sarmento, oficial muito conceituado perante a côrte e o govêrno do Grão-Pará. Dos fatos históricos que chegaram até nós é fácil deduzir que a premente mudança dos índios do lugar Santana do Maracapucu, para o rio Mutucá, veio atender a necessidade de braços para os trabalhos de construção a cargo de Moraes Sarmento, no novo povoado, o qual se destinava a receber os portuguêses de Mazagão da África e, cuja transferência para a Amazônia fôra decidida em 1769, após a retirada dos mazaganistas da Mauritânia.

O novo povoado, no rio Mutucá, foi elevado em 23 de janeiro de 1770 à categoria de vila, tendo recebido a denominação de Mazagão, ou Nova Mazagão. O autor do projeto da vila foi Moraes Sarmento e o executor o ajudante-engenheiro Domingos Sambuceti.

Governava o Grão-Pará o Capitão-General Fernando da Costa Athaide Teive quando aportaram à Belém, em janeiro de 1770, as embarcações que transportavam as famílias mazaganenses, no total de 340, e com elas os ornamentos, imagens e alfaias da igreja da praça africana e das quais ainda hoje se podem ver alguns exemplares no templo da atual Mazagão Velho. Segundo os historiadores apenas 163 famílias seguiram para Nova Mazagão, a partir de junho de 1771, parceladamente, à medida que se iam aprontando as casas, tendo a primeira turma ali chegado em 7 daquele mês e ano.

Dada a condição de vila da nova localidade, foi nomeado primeiro juiz ordinário João Fróes de Britto. Originário de Mazagão da África desfrutava de grande conceito na comunidade. Desavindo-se com Bernardo Toscano de Vasconcelos, Sargento-Mor comandante da guarnição militar, foi êste substituído por Manoel da Gama Lobo D'Almada, Capitão da praça de Macapá. Um dos primeiros atos do novo comandante foi pedir a destituição de Fróes de Britto do cargo de juiz ordinário. Com a morte dêste último, em janeiro de 1762, cessaram as querelas. Para o lugar de João Fróes de Britto foi nomeado Matheus Valente do Couto, como aquêle oriundo da outra Mazagão, da África.

Lobo D'Almada dedicou-se às obras de conclusão e expansão da vila, coadjuvado ainda por Francisco Roberto Pimentel, até quando retornou a Macapá, a pedido, em 1773. Nessa altura existiam na localidade 134 casas, sendo que 117 eram ocupadas por famílias.

A Lobo D'Almada sucedeu Matheus Valente do Couto em 1773, que governou a vila até setembro de 1775, quando faleceu, tendo antes passado o cargo ao seu ajudante Cap. Manoel da Costa Vidal.

Em lugar de Valente do Couto assumiu o Sargento-Mor Izidoro José da Fonseca Cabral.

Foi sob a sua direção que a vila tomou grande impulso, quando se montou a primeira olaria de onde sairam tijolos e outros materiais para as obras de fortificação de Macapá, Monte Alegre e outras localidades.

Dali também se exportava arroz para Belém, que recebeu, sòmente em 1778, conforme informe de Lobo D'Almada, 3 317 alqueires de produção local.

A vila prosseguiu se desenvolvendo com muita rapidez graças ao espírito empreendedor dos seus habitantes. Em 1777, sobe ao trono português D. Maria I e grandes festividades são levadas a cabo na vibrante Nova Mazagão. Encenaram-se lutas que reproduziam os combates entre cristãos e mouros (portuguêses e africanos) na longínqua Mauritânia, e as festas se revestiram de tal profundidade que até hoje ainda se repetem, na Velha Mazagão, embora sem o brilho e a riqueza de antanho. Para dar uma idéia das proporções dessas festas, basta dizer que até óperas foram representadas.

A vida da pequena comunidade continuou normalmente até o período de franca decadência no século XIX, em virtude do descaso que lhe devotou gradativamente o govêrno do Grão-Pará, o qual, preocupado com questões lindeiras, abandonando as localidades que não ofereciam condições estratégicas e, neste caso, estava Mazagão.

Em 1833 perde ela a categoria de vila o que mais acentuou o desânimo dos seus moradores, em que pese a autonomia política conquistada pelo país em 1822 e que pouca ou nenhuma repercussão teve ali, pois predominava, acima de tudo, a falta de recursos, culminando com a sua anexação ao município de Macapá e mudança do nome de Mazagão para Regeneração, com a categoria de freguesia. O fato consternou os descendentes dos de Mazagão da África que só repousaram quando viram reconquistada a antiga denominação, juntamente com a categoria de vila e município, isto em 1841.

Nesse interregno, estoura em janeiro de 1835 a "cabanagem". Os líderes revoltosos não encontraram apoio na freguesia, cujos habitantes se fortificaram e deliberaram resistir à revolução.

Recuperada a sua autonomia, Mazagão tornou a renascer inaugurando-se um período de progresso para a comunidade com reflexos na sede da Província, principalmente nos meios político-administrativos. Em 1869 uma epidemia de cólera ali irrompeu, fazendo inúmeras vítimas. A Câmara que governava o município, conseguia à custa de ingentes esforços dominar a epidemia.

Nessa época grandes dissenções políticas lavraram no seio da população que se congregava em dois partidos: O Conservador e o Liberal. É então que se destaca a figura do Ten.-Cel. Mateus Valente Flexa chefe do Partido Conservador, e que por largo tempo exerceu a presidência da Câmara, até sua morte, em janeiro de 1875. A êle sucedeu nas lides políticas o seu filho Manoel Valente Flexa, outro mazaganense ilustre.

A adesão do município ao regime republicano, ocorreu em 2 de dezembro de 1889, quando a pequena vila já gozava, desde 19 de abril de 1888, dos foros de cidade, os quais lhe foram atribuídos pela Lei provincial n.º 1 334 daquela data.

A instalação da nova cidade teve lugar a 10 de maio do mesmo ano, em meio a grandes manifestações de júbilo popular.

Pelo Decreto Estadual n.º 226, de 28 de novembro de 1890, foi criada a comarca de Mazagão, cuja instalação foi efetivada a 5 de março do ano seguinte, sendo primeiro promotor Severiano Diniz de Souza. Poucos meses antes era promulgada a constituição estadual de 22 de junho de 1891. Em 1894 volta às atividades políticas o Coronel Manoel Valente Flexa, filho e herdeiro na liderança local daquele outro grande mazaganista Mateus Valente Flexa, e que eleito intendente municipal, é reeleito sucessivamente de 1901 a 1914 tempo em que exerceu aquelas funções.

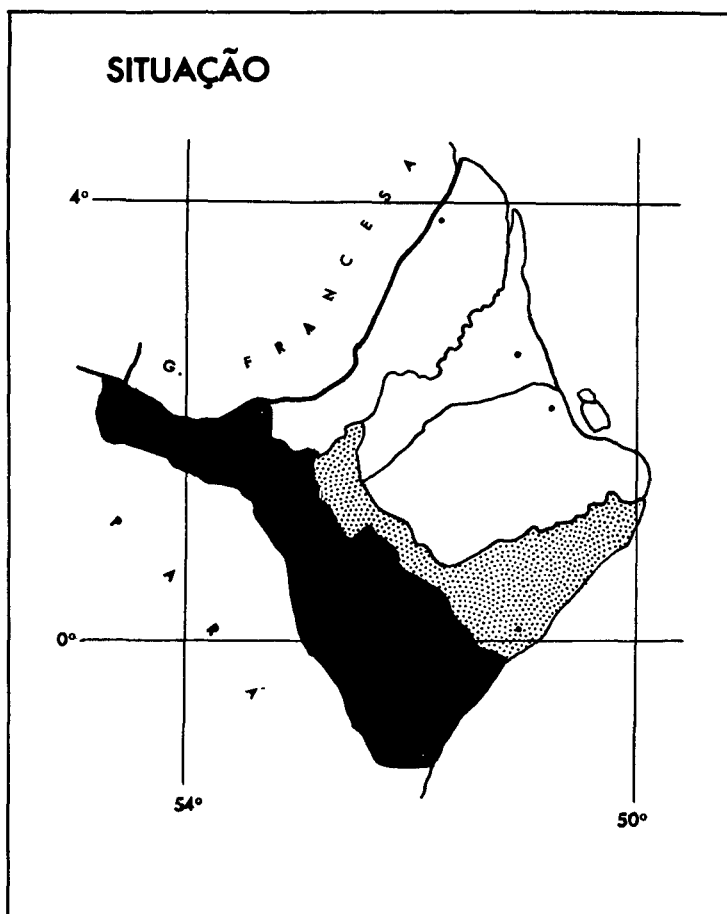
A cidade que dois séculos antes, brasileiros e portuguêses fundaram e desenvolveram, estava novamente em decadência total. Sua localização se revelava cada vez mais contraindicada, em lugar de difícil acesso, à margem de um pequeno estreito rio que não permitia a entrada de grandes embarcações, deixando-a sempre fora das escalas dos navios que ligavam o município com a Capital do Estado. Êsse e inúmeros outros fatôres influíram decisivamente para a transferência da sede do govêrno local para sítio mais propício, à margem direita do furo do rio Vila Nova, mais ao norte do rio Mazagão, onde já existia a povoação de Vila Nova do Anauerapucu. Pela Lei n.º 1 471, de 14 de outubro de 1915, perdeu a antiga Mazagão, hoje Mazagão Velho, a sua categoria, readiquirindo a de vila e que conserva até agora. É oportuno referir que a mudança

Escola Isolada Mista

da sede foi deliberada pelos próprios mazaganistas, em Lei municipal n.º 46, de 9 de julho de 1915. A Lei Estadual acima citada aprovou aquela. A nova sede municipal recebeu a denominação de Mazaganópolis, porém, hoje voltou a ser Mazagão e a sua instalação foi efetivada em 15 de novembro de 1915.

No período que vai da mudança da sede municipal até 1943 nenhum fato importante se registra na vida de Mazagão. A revolução de 1930 e a constitucionalista de 1932, embora tenham abalado a Capital do Estado não tiveram influência local.

Em 1943, foi o município desmembrado para integrar o Território Federal do Amapá, em 13 de setembro daquele ano.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mazagão ocupa a porção mais ocidental do Território do Amapá e sua, sede a cidade de Mazagão, é a mais meridional dentre as cidades,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

situada à margem direita do furo do Rio Vila Nova, ou "Anauerapucu", tendo a seguinte posição geográfica: .... 0° 07' 02" de latitude Sul e 51° 17' 04" de longitude W.Gr. Dista da Capital Territorial 35 km, em linha reta. A área municipal se estende desde o rio Amazonas até a fronteira norte do Brasil, com as Guianas Francesa e Inglêsa, tendo a leste o município de Macapá e a oeste o de Almeirim, Estado do Pará.

ALTITUDE — 10 metros, aproximadamente.

CLIMA — O clima de Mazagão é, em geral, o mesmo de tôdas as regiões da Unidade Federativa a que pertence, isto é, tropical superúmido, conforme a classificação de Koppen. As chuvas que se prolongam de janeiro até agôsto, caracterizam o inverno. A queda pluviométrica atinge a 3 000 mm. O verão vai de setembro a dezembro. Aí então se observam as temperaturas máximas e as mínimas. A máxima absoluta se situa abaixo de 34°C e a mínima acima de 20°C.

ÁREA — 44 421 km², ou sejam: 32% da área do T.F.A. É a unidade de maior extensão do Território Federal do Amapá.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos de maior destaque, podem ser citados os rios, "Jari", que serve de limite entre o Território e o Estado do Pará; "Cajari", "Ajuruxi", "Maracá", "Prêto", "Mazagão" e "Vila Nova", êste limítrofe com o município de Macapá. Todos os cursos pertencem à bacia do Amazonas e têm a direção geral norte-sul, desaguando no rio-mar pela margem esquerda. As pequenas ilhas "Barreiras", "Cajari" e "Aruans" são também dignas de registro. Entre as quedas d'água contam-se: as de Santo Antônio no rio "Jari", "Varador" no rio Maracá e "Pancada" no rio Vila Nova. Ao norte ficam as serras do sistema do Tumucumaque, na fronteira com as guianas.

RIQUEZAS NATURAIS — Mazagão possui em seu solo e subsolo os recursos de todos os reinos da natureza, destacando-se a castanha-do-pará que existindo em grande quantidade nos rios "Jari", "Cajari" e "Maracá" juntamente com a borracha extraída dos imensos seringais são as principais fontes de renda do município; as madeiras de lei de grande utilidade na indústria da construção, e as sementes oleaginosas; pescados diversos, e dentre êles o pirarucu e o tucunará, e animais silvestres, cuja exploração visa o aproveitamento das peles muito valorizadas. Com referência ao reino mineral, o solo e o subsolo oferecem os depósitos de ferro de "Santa Maria" no rio Vila Nova, distantes 30 000 m do km 150 da Estrada de Ferro do Amapá. Estas jazidas ferríferas são avaliadas em 10 000 000 de toneladas de hematita de ótimo teor e estão estudadas e demarcadas. No rio Prêto, ao longo de um seu afluente pela margem direita, existe um pequeno afloramento de Cromita, estimado em 200 000 toneladas. Mazagão também possui boas terras para a lavoura, com especialidade as de várzea, muito ricas em húmus.

POPULAÇÃO — Com seus 5 105 habitantes, conforme VI Recenseamento Geral de 1950, Mazagão ostenta uma densidade demográfica de 0,11 hab. p/km². Dessa população 19% encontravam-se nas zonas urbana e suburbana das sedes municipal e distritais e 81% na zona rural. 2 681 eram do sexo masculino e 2 424 do sexo feminino, donde se observa a superioridade numérica dos homens. Segundo a côr 1 211 eram brancos, 425 pretos, 3 441 pardos, 1 amarelo e 27 sem declaração. Pouco mais de 99% professavam a religião Católica Romana e menos de 1% se afirmaram protestantes e de outras religiões.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Como as demais, a sede municipal é a mais importante aglomeração urbana do município; existem duas vilas sedes de distrito: de Bôca do Jari e Mazagão Velho. Foram registrados, em 1950, na sede municipal, 601 habitantes, dos quais 296 homens e 305 mulheres. Mais recentemente, conforme o Censo Regional realizado em 1.° de junho de 1956, viviam aí 1 077 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A coleta de produtos da floresta constitui a principal exploração econômica do município e à sombra da qual se mantêm as atividades do comércio em geral.

A extração do látex das seringueiras nativas; a colheita da castanha-do-pará, nos altos rios e a produção de madeiras para serrarias locais para exportação, principalmente a andiroba e a macaúba, constituem inegàvelmente os motivos que predominantemente ocupam as populações ribeirinhas. Estas, na entressafra da borracha e da castanha fazem uma pequena roça ou se dedicam ao mister de colhêr sementes de oleaginosas como o murumuru, a andiroba, a ucuúba.

As espécies vegetais mais cultivadas na lavoura de sustentação são: o milho e a mandioca.

Na indústria, registra-se uma usina de beneficiamento de arroz e uma serraria.

Vista Aérea da Cidade de Mazagão

A caça, tendo por finalidade o aproveitamento das peles de animais silvestres concorrem, tabém, com expressiva parcela para a economia do município. A pecuária é inexpressiva. O movimento exportador, em 1956, atingiu a cifra de Cr$ 52 424 664,00 e a importação a .... Cr$ 11 556 048,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Com poucas excessões, o comércio no município opera no regime da troca de mercadorias importadas pelas de produção local, da indústria extrativista. Não se observa especialização alguma. Os estabelecimentos são, ao mesmo tempo, atacadistas e varejistas. No interior, via de regra o "barracão", empório comercial que tem de tudo, situa-se sistemàticamente na foz dos rios, ou em pontos estratègicamente escolhidos e até onde vão ter todos os moradores de montante para trocar a borracha, a castanha, a semente, as peles, pelos artigos que compõem o mínimo necessário à subsistência. Êsse tipo de comércio, todavia, já está rareando e em que pesem os aspectos negativos, êle foi e ainda é, em certas zonas, o financiador da produção.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Existem os seguintes: fluvial, por intermédio das embarcações do Serviço de Navegação do T.F. do Amapá e outros, particulares; o aéreo, por pequenos aviões, também do Govêrno, sem regularidade, todavia. A sede municipal dista da Capital territorial, cêrca de 33 km, em linha reta.

Dispõe o município de 4 estações radiotelegráficas, sendo duas pertencentes ao Govêrno Territorial, uma dos Correios e Telégrafos e uma particular. Uma estrada de rodagem, com 28 km liga a sede municipal à Vila de Mazagão Velho. Em tráfego no município existem 9 veículos, dos quais 3 são tratores.

ASPECTOS URBANOS — A iluminação elétrica se distribui por 150 focos nas vias públicas, em 8 logradouros, e 92 ligações domiciliares. Mazagão é servida também por água encanada, cujo abastecimento é feito em bem montado sistema. Fora da sede municipal três localidades dispõem de iluminação elétrica: Mazagão Velho, Bôca do Jari e Aruans.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona na cidade um Pôsto Médico mantido pelo Govêrno do Território. No interior há dois subpostos nas vilas de Mazagão Velho e Jari. O Pôsto Médico da sede conta com 1 médico, 1 dentista, laboratorista, enfermeiros e atendentes.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem as seguintes entidades: O Clube de Saúde, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, a Associação Vicentina e a Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo demográfico de 1950, das 4 314 pessoas de 5 anos e mais, encontradas no município, 926 sabiam ler e escrever, sendo 600 homens e 326 mulheres, oferecendo uma taxa de alfabetização das mais baixas, ou sejam: 21%.

ENSINO — 29 unidades escolares funcionaram em 1956, sendo 1 de pré-primário infantil, 19 de fundamental comum, 5 de complementar e 4 de Supletivo. A matrícula geral elevou-se a 897 alunos e a efetiva a 745. Os resultados do ano

letivo foram constatados com 430 aprovações e 56 conclusões do curso.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a sede municipal uma pequena biblioteca, mantida pela municipalidade, cujo número de volumes não excede de 500. Em relação a diversões públicas, há um cinema de 250 lugares e dois clubes esportivos. Há, ainda, uma Associação Rural de lavradores e criadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	402	—	1 466	843	1 360
1951	461	—	1 935	1 122	1 902
1952	466	—	1 813	1 336	1 583
1953	665	—	2 196	1 505	2 339
1954	1 108	—	3 664	1 575	3 954
1955	1 330	—	2 064	1 336	2 100
1956	1 597	—	3 936	3 227	3 825

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Mazagão Velho, antiga cidade, hoje vila sede do distrito do mesmo nome, constitui, inegàvelmente, um autêntico monumento histórico, não só pela tradição que ali ligaram os portuguêses e brasileiros, como também pelo estilo da construção da época colonial, predominante em tôdas as edificações. As imagens religiosas, peças e objetos de prática e ritual católico trazidos da outra Mazagão, da África, embora diminuídos no seu número pela ação de elementos despreocupados do seu valor histórico, constituem, sem sombra de dúvida, precioso acervo e documentário de uma das fases mais belas da vida do município.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Anualmente, a 25 de julho, se promove na vila de Mazagão Velho, a festividade religiosa de São Thiago. As comemorações têm suas origens naquelas festividades levadas a cabo em 1777, quando da ascensão ao trono português de D. Maria I e remontam à primitiva Mazagão da África. As festas são em homenagem a São Thiago porque, segundo a crônica local, quando mais acesa ia a luta entre mouros e portuguêses, na Mauritânia, surgiu um cavaleiro, em trajes medievais que, com sua bravura e destemor no combate fêz pender para os cristãos os resultados favoráveis das batalhas. No dia 25 de julho, um cavaleiro, vestido como São Thiago, percorre em rápido galope a pequena vila, indo da praça principal até a Igreja. Logo então tem início o círio ou procissão do santo festejado.

Às 12 horas dêsse mesmo dia, o "Bobo Velho", outro cavaleiro, mascarado, dá três voltas em redor da localidade, lembrando as partidas que os mesmos praticavam em tôrno do Castelo de Mazagão, a fim de espionarem e se inteirarem das atividades da guarnição portuguêsa. Pela parte da tarde, presente tôda a população, prosseguem as representações que evocam as batalhas de que participou o misterioso cavaleiro.

Na véspera da festividade, dia 24, se encena na frente da vila o "Presente", durante o qual é reproduzida simbòlicamente a oferta feita aos cristãos pelos mouros de alimentos envenenados e, à noite, finalmente, o tradicional baile de máscaras, a que os infiéis e portuguêses compareceram pretendendo obter mùtuamente informes dos seus planos de batalha.

VULTOS ILUSTRES — Francisco Portilho de Mello, fundador do núcleo original, Manoel da Gama Lobo D'Almada, Francisco Roberto Pimentel, na era colonial; no Império e na República, Mateus Valente Flexa, João Pereira Caldas, Luiz Valente Barreto, Manoel Valente Flexa, João Lopes da Cunha, José Luciano do Carmo Barriga e Alfredo Valente Pinto.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Além das belezas naturais e das emoções da caça nos altos rios, a Cachoeira de Santo Antônio no rio Jari, com cêrca de 30 metros de altura, oferece, certamente, interêsse turístico para os apreciadores de tais espetáculos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Mazaganense" é a forma pela qual são denominados os nascidos no município. A divisão territorial vigorante compreende uma Comarca e três distritos, simultâneamente, judiciários e administrativos.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Amapá; Obras consultadas — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo nono — João de Palma Muniz — 1916. "Território do Amapá" — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950. "Anuário Estatístico do Amapá". Diversas publicações do Conselho Nacional de Estatística e do Serviço de Geografia e Estatística do Território.)

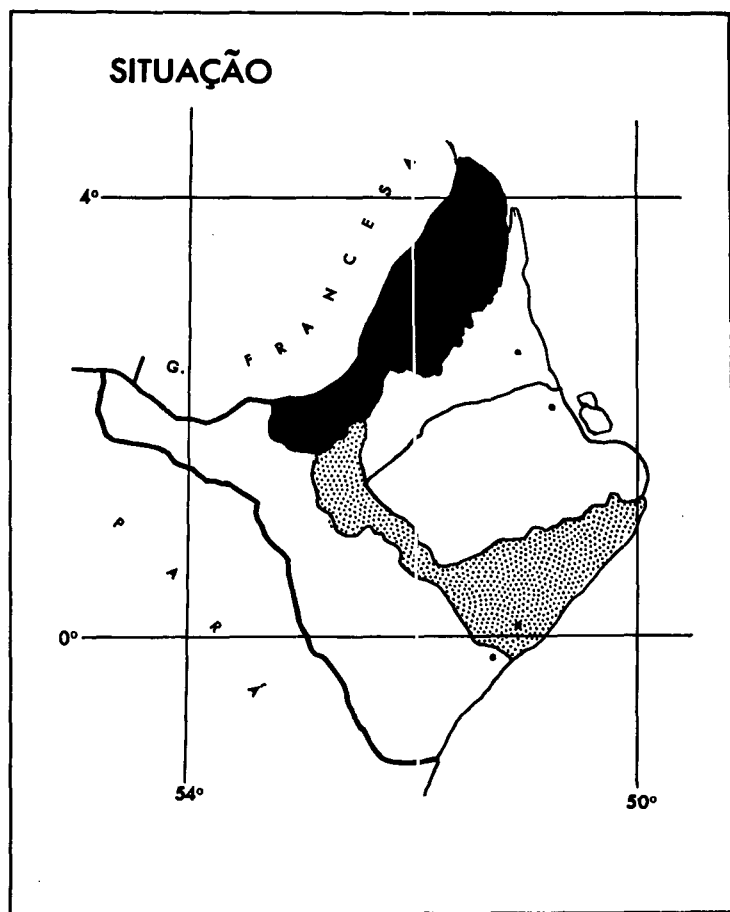
OIAPOQUE — AP

Mapa Municipal na pág. 351 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O território do Oiapoque integrou até 1945 o de Amapá quando, por iniciativa da administração regional foi, pelo Decreto-lei federal n.º 7 578, de 23-5-45, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá para o qüinqüênio 1945-1948, criado o município abrangendo tôda a região situada ao norte do Rio Cassiporé, e fêz parte da chamada capitania do Cabo do Norte, em tôrno da qual, desde os primórdios do século XVI, holandeses, inglêses e franceses travaram, com portuguêses e brasileiros, lutas de tôda sorte no afã de estabelecer ao sul do rio Oiapoque, ou Vicente Pinzon, e ao norte do rio Amazonas, o domínio territorial e, conseqüentemente, a expansão dos impérios coloniais que representavam. Assim é que as páginas da história dos municípios de Macapá, Amapá e Mazagão são plenas de lances épicos e ousados, com os quais lusos-brasileiros revidaram a ação dos navegadores daquelas nações na sua tentativa de conquistar tão vasta faixa de terras. Com o Laudo de Berna, de 1.º de dezembro de 1900, dando ao Brasil ganho de causa na pendência com a república francesa sôbre o antigo contestado do Amapá, incluído no qual estava o atual município de Oiapoque, foi tôda a região incorporada ao Estado do Pará, pelo Decreto n.º 938, de 21-1-1901, sob a denominação geral de Território de Aricari. Dois anos mais tarde, em 16 de abril de 1903, pela Lei municipal n.º 15, foi criado o distrito de Oiapoque. Em 1943, o Oiapoque figurava como zona do distrito da sede do município de Amapá, situação em que se incorporou ao Território Federal do Amapá. É, portanto, uma das mais novas unidades territoriais. Seus primitivos habitantes

foram os índios "Oiampis" que ocupavam o rio Oiapoque, e os "Galibis" e "Paricuras", êstes no alto rio Uaçá e seus afluentes. Segundo informes locais a atual cidade de Oiapoque originou-se da morada de um crioulo martiniquense, em data que não se pode precisar, e cujo nome também não era conhecido pois, em virtude de sua origem, era chamado "Martinica". Sabe-se que constituiu família, mas não deixou descendentes.

A localidade passou a ser conhecida por "Martinica" e, ainda hoje, não é raro se ouvir essa designação, notadamente de habitantes mais antigos ou de guianos da margem francesa. Em 1927, o General Cândido Rondon ali aportou e deu-lhe a designação de Vila do Espírito Santo. Com a criação do Município, em 1945, prevaleceu em definitivo a denominação de Oiapoque, topônimo que, segundo alguns, decorre dos primitivos habitantes os "oiampis", ou seja, em tupi-guarani, "oiap-oca casa dos oiampis".

LOCALIZAÇÃO — O município de Oiapoque está localizado na parte mais setentrional do território brasileiro e, em conseqüência, do Território Federal do Amapá. Limita com os municípios de Amapá, Calçoene, Mazagão e Macapá. Também faz fronteira com a Guiana Francesa ao longo do rio. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 49' de latitude Norte e 50° 47' 42" de longitude W. Gr. Em linha reta fica a 449 km da Capital Territorial.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 39 metros.

CLIMA — O clima do município de Oiapoque é quente e úmido. Sua Temperatura máxima absoluta atingiu, em 1956 a 34°C, a mínima a 18°C e a média a 28°C. A queda pluviométrica, segundo dados disponíveis de junho a dezembro de 1956, foi de 1 559 mm, o que permite avaliar a precipitação anual em mais de 3 000 mm. As noites são amenas e, na estação sêca, que vai de setembro a dezembro, é comum a temperatura cair a 18°C. A região nessa época amanhece coberta por intensa cerração. A umidade do ar é alta, situando-se na média anual de 80%.

ÁREA — O município de Oiapoque é o terceiro do Território em superfície. Sua área é de 24 346 km², correspondendo à percentagem de 17% desta Unidade Federada.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: Rios Oiapoque, Uaçá e Cassiporé, êste limita com o município de Calçoene e todos se filiam à vertente oceânica. Cabos de Orange e Cassiporé. Lago Marouani. Cachoeira Gran-Rocre, no rio Oiapoque, a jusante da qual está a vila de Clevelândia do Norte. Ao sul sobressaem as montanhas de Tumucumaque que, depois de fazerem a divisória do Brasil com as Guianas, penetram em território nacional. Outros montes importantes: o Cajary, entre vertentes dos rios Curipi e Urucauá, e os montes da Serra Lombarda, nas cabeceiras do rio Cassiporé.

RIQUEZAS NATURAIS — Tanto na flora como na fauna há importantes riquezas naturais. Merecem citação as madeiras de lei, os peixes e animais silvestres. A extração do ouro nos altos rios Oiapoque e Cassiporé é uma riqueza que atrai parcela apreciável dos habitantes. É certa a existência de bauxita, segundo pesquisas levadas a efeito nos dois últimos anos.

POPULAÇÃO — A população absoluta era, segundo o Censo de 1950, composta de 2 984 pessoas, e a relativa de 0,12 habitantes por km². Segundo alguns dos aspectos principais distribuía-se em: Homens: 1 681; mulheres: 1 303; brancos: 1 867; prêtos: 213; pardos: 894; sem declaração de côr: 10. A predominância dos católicos é acentuada, como em todo o Território, aliás, correspondendo a 98% de católicos romanos para 2% de protestantes e outras religiões. Segundo a nacionalidade existiam 2 842 brasileiros e 142 estrangeiros. As zonas urbana e suburbana da sede municipal e distritais retinham 35% dos contingentes demográficos do município, ficando os restantes 65% na zona rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A maior aglomeração urbana é a sede municipal. Segundo Censo Regional, realizado pelo Serviço de Geografia e Estatística, em 1.° de junho de 1956, viviam na cidade 723 pessoas. Destas 366 eram homens e 357 mulheres. Duas são as vilas sedes de distritos: Clevelândia do Norte, com 585 habitantes na época do dito Censo, onde tem quartel uma unidade do Exército Nacional, e Vila Velha, no rio Cassiporé, com 250 almas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Oiapoque possui uma economia modesta que tem seu apoio na extração de produtos da floresta e dos rios e lagos e na lavoura de subsistência. Na indústria extrativista observa-se a caça de animais silvestres para extração da pele e aproveitamento da carne na dieta alimentar do homem ribeirinho; a produção de madeiras, a pesca e coleta de sementes vegetais, oleaginosas, completam o quadro das atividades neste setor. O pescado é exportado em sua maior quantidade para Belém e Vigia no Estado do Pará. A lavoura tem na mandioca e no milho as suas principais culturas.

As fainas da garimpagem do ouro, com o fascínio natural que exerce êste metal precioso, polarizam uma soma representativa da população, principalmente, no alto Cassiporé. A indústria de beneficiamento e transformação é inexpressiva. Em 1956, de acôrdo com o registro industrial, existiam quatro estabelecimentos industriais com menos de cinco pessoas, sendo 3 de produtos alimentares. Não se observa desenvolvimento da pecuária, cujo rebanho é bem pequeno de menos de 3 000 reses.

COMÉRCIO E BANCOS — O Censo Comercial de 1950 apontou no município de Oiapoque 22 estabelecimentos comerciais, dêstes, 5 situavam-se na sede municipal. Atualmente, sòmente na sede, existem 10 casas comerciais. As transações são mantidas na maior parte com a praça de Belém. Não há ramo varejista nem atacadista, notando-se ausência do comércio especializado. Os estabelecimentos oferecem ao consumidor, do medicamento ao alimento e do vestuário à ferragem. As exportações municipais somaram em 1956, Cr$ 373 774,00 e as importações Cr$ 6 023 371,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Oiapoque é servido por via aérea e fluvial marítima, estando já em construção a rodovia que ligará o município à Capital territorial. No setor da aeronavegação a Cruzeiro do Sul S.A. e o Correio Aéreo Nacional fazem semanalmente uma viagem, às segundas-feiras, com escala em Macapá e Amapá, na rota de Caiena. A distância da sede à Capital do Território é de 449 km, em linha reta. No que concerne à navegação fluvial-marítima, freqüentam o município as embarcações do Serviço de Transporte do Território do Amapá e outras particulares. No tocante às comunicações radiotelegráficas há no município cinco estações, assim distribuídas: duas do govêrno territorial, uma do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma da Aeronáutica e outra do Exército.

Existem 34 km de estradas de rodagem, ligando a Vila de Clevelândia do Norte e o campo de pouso à cidade. Contam-se em 14 os veículos em tráfego, sendo 5 tratores.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é dotada de luz elétrica, com 106 ligações domiciliares e sete logradouros, com 68 focos de iluminação pública. Também é servida de abastecimento de água encanada. Possui 184 prédios, dos quais 12 de alvenaria, 69 de madeira, 47 de taipa e 56 sem classificação. Quatro localidades dispõem de iluminação elétrica no município: Vila de Clevelândia do Norte, Vila de Vila Velha, Povoado de Ponta dos Índios e o de Taperebá. Salienta-se que Clevelândia do Norte, também dispõe de abastecimento d'água.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária, como em todo o território, está sob a responsabilidade exclusiva da administração territorial. Há um Pôsto Médico e um Pôsto de Puericultura na sede municipal e um subposto Médico em Vila Velha. Aquêle tem um médico, residente, um dentista, uma laboratorista, uma parteira, e duas enfermeiras. O subposto está a cargo de um enfermeiro e o Pôsto de Puericultura, que pertence à Legião Brasileira de Assistência, é mantido com a colaboração do Govêrno do Território.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Além da Legião Brasileira de Assistência, Comissão Municipal, merece referência a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, de um total de 2 447, cêrca de 858 sabiam ler e escrever, sendo 574 homens e 284 mulheres. A percentagem dos que sabiam ler e escrever era igual a 35%, estando abaixo dos 38% registrados para o Território. Quanto à sede municipal, dos 754 habitantes, de 5 anos e mais, sabiam ler e escrever, 454.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 10 unidades escolares de ensino primário, sendo 1 de pré-primário infantil, 6 de fundamental comum, 1 de complementar e 2 de ensino supletivo. A matrícula geral foi de 539 alunos e a efetiva de 439. Os resultados do ano letivo acusaram 227 aprovações e 16 conclusões de curso.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A sede municipal dispõe de modesta biblioteca pública, de aproximadamente 1 200 volumes. Existe ainda um cinema para 250 lugares. Funciona uma Associação Rural de Lavradores e Criadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	154	—	242	79	182
1951	161	—	359	103	438
1952	161	—	427	104	420
1953	185	—	1 152	116	726
1954	194	—	606	118	742
1955	232	—	678	151	617
1956	279	—	903	158	646

Os dados de 1956 estão sujeitos a retificação.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — É interessante referir a transformação da atual Vila de Clevelândia do Norte em 1924 em lugar de degrêdo para presos políticos, que para lá foram transferidos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Na sede municipal, como nas vilas e povoados, realizam-se sòmente festas religiosas, tais como: a de Nossa Senhora das Graças, no dia 15 de agôsto e de São Benedito, no mês de abril. As procissões do Sagrado Coração e Corpo de Deus, tôdas na cidade. No interior se promovem as festividades de São José, em Vila Velha; Nossa Senhora de Nazaré, em Clevelândia do Norte e Nossa Senhora das Graças, em Taperebá.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A rigor o Oiapoque não oferece atrações turísticas, de realce, todavia, se deve referir a bela cachoeira "Gran-Roche" que, no verão, é o ponto de recreio predileto dos habitantes da cidade de Clevelândia do Norte.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são chamados de "oiapoquenses". A divisão judiciária compreende uma comarca, um têrmo e três distritos, simultâneamente, judiciários e administrativos.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria de Estatística Municipal do Amapá; Obras consultadas — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo nono — João de Palma Muniz — 1916. Território do Amapá — VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950. "Anuário Estatístico do Amapá" — Diversas publicações do Conselho Nacional de Estatística e do Serviço de Geografia e Estatística do Território.)

MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

BOA VISTA — RB

Mapa Municipal na pág. 367 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 350, 352, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362, 364, 365, 368, 370, 372, 374, 376, 377, 378, 380, 381, 382, 384, 386 e 387 do Vol. I

HISTÓRICO — Desde os tempos coloniais que as terras da bacia do rio Branco, onde se localiza o atual município de Boa Vista, têm atraído a atenção, não só das autoridades, ciosas de garantir o domínio efetivo dessa região fronteiriça, como também de grande número de estudiosos e de aventureiros da fortuna.

Segundo rezam as crônicas, datam de 1670 ou 1671 as primeiras explorações realizadas nas terras banhadas pelo grande tributário do rio Negro.

Em princípios do século XVIII, quando as águas do rio Branco eram sulcadas pelos audaciosos, mas desumanos componentes das famigeradas "bandeiras de resgate", começaram as autoridades religiosas a se preocupar com a situação dos silvícolas, alvo inarme da cobiça dos impiedosos aventureiros, que, continuamente, lhes davam caça.

Coube à ordem dos carmelitas a tarefa de promover a catequese dos indígenas, tendo seus missionários se fixado na região por volta do ano de 1725 e dado logo início à sua obra.

Transcorrido apenas um decênio, após a fixação dos religiosos, já os produtos locais eram entregues à civilização, enriquecendo, em espécie ou quantidade, o comércio de vários mercados do Pará.

Ainda na primeira metade do século XVIII, mais precisamente em 1740, Francisco Xavier de Andrade, chefiando uma expedição, alargou os conhecimentos que se tinham sôbre os terrenos marginais ao rio Branco, cujo curso subiu, enveredando pelas águas do Uraricoera que, na época, era considerado como um prolongamento daquele e não como seu formador.

Um ano após a entrada de Xavier de Andrade, fascinado pelas narrativas lendárias, então fartamente veiculadas, sôbre riquezas que existiriam no Lago Dourado ou Parimé, Nicolau Hortsman, partindo da Guiana Inglêsa, atingiu o curso do Rio Branco, por onde alcançou o Negro, que o levou ao Amazonas, chegando ao Pará, após exaustiva e acidentada viagem, completamente desiludido dos sonhos de fortuna que perseguira e acalentara.

As continuadas incursões levadas a efeito desde 1725 por inglêses e holandeses, e, a partir de 1760, pelos espanhóis, forçaram os lusitanos a tomarem sérias providências no sentido de salvaguardar a posse e o contrôle da região.

Para tanto, ergueram êles na foz do Tacutu, em 1765, uma fortaleza a que deram o nome de São Joaquim, e criaram ainda dois postos militares, na zona do rio Uraricoera.

Entre os nomes dos estudiosos que contribuíram para um conhecimento, mais real e objetivo da bacia do Rio Branco, destaca-se o do Coronel Manoel da Gama Lobo D'Almada, geógrafo lusitano, chefe da Comissão Portuguêsa de Limites, que no desempenho da sua missão, explorou, em 1787, o curso do Rio Branco, subindo o Uraricoera até a foz do Araricapará.

Em 1858, visando um mais objetivo contrôle administrativo sôbre a região, o govêrno, por fôrça da Lei provincial n.º 92, de 9 de novembro dêsse ano, ao designar as freguesias do Amazonas, estabeleceu que a sede da freguesia do Carmo seria "acima das cachoeiras do Rio Branco, no lugar denominado Boa Vista".

Entretanto, só entre os anos de 1872 e 1882 se cogitou da demarcação de nossas fronteiras nessa região. Primeiramente, procurou-se firmar os limites com a Venezuela, o que foi levado a efeito por uma Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, que os estabeleceu desde a nascente do Memachi até o Cêrro Cupi. A chefia da delegação brasileira, coube ao Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, mais tarde agraciado com o título de Barão de Parima.

Dada sua especial situação geográfica da zona limítrofe nacional, em 9 de julho de 1890, por fôrça do Decreto estadual n.º 49, foi criado um município na localidade, erigindo-se a freguesia de Nossa Senhora do Carmo em vila, com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, e território desmembrado da então Vila de Moura, cuja instalação verificou-se a 25 daquele mês e ano. Dentre os municípios amazonenses relacionados pela Lei estadual n.º 33, de 4 de novembro de 1892, aparece o de Boa Vista do Rio Branco.

Fatôres de ordem diversa, mormente injunções de caráter regionalista, impediram por largo tempo fôsse a regiuo colocada na situação especial que se requeria, haja visto que sòmente a 27 de agôsto de 1926, por fôrça da Lei estadual número 1 262, foi concedido foros de cidade à sede municipal.

Na divisão administrativa, em 1911, e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, o município de Boa Vista do Rio Branco compõe-se ùnicamente do distrito-sede. Em obediência ao Decreto-lei estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, simplificou-se para Boa Vista o topônimo do município e distrito, tendo êste último perdido partes de seu território, a fim de formarem os dois novos distritos de Caracaraí e Murupu. Em conseqüência, o Município de Boa Vista (ex-Boa Vista do Rio Branco), no qüinqüênio, tem a seguinte constituição distrital: Boa Vista, Guitauaú, Serra da Luz e Maú, Caracaraí e Murupu.

Por fôrça do Decreto-lei Federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, retificado pelo de n.º 5 839, de 21 do mesmo mês e ano, criou-se o Território Federal do Rio Branco, para o qual foi transferido o município de Boa Vista, acrescido de parte do município de Moura, no Estado do Amazonas. Em cumprimento ao mesmo Decreto-lei supracitado, a cidade de Boa Vista foi elevada à categoria de Capital do novo Território.

Na divisão judiciário-administrativa do Território, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Boa Vista conserva sua antiga constituição distrital — Boa Vista, Caracaraí e Murupu.

Pelo Decreto-lei n.º 2 495, de 27 de maio de 1955, foi criado o município de Caracaraí, desmembrando parte do território do município de Boa Vista, que conta, atualmente, com os quatro seguintes distritos: Boa Vista (sede municipal), Conceição do Maú, Depósito e Uraricoera.

A Lei Estadual n.º 7, de 21 de setembro de 1892, criou a comarca que, no quadro da divisão territorial datado de 31-XII-1936, se compõe ùnicamente do têrmo de Boa Vista

do Rio Branco, perdurando essa situação no quadro da divisão territorial de 31-XII-1937, no qual, porém, a comarca se denomina Rio Branco e tem por sede a cidade de Boa Vista do Rio Branco.

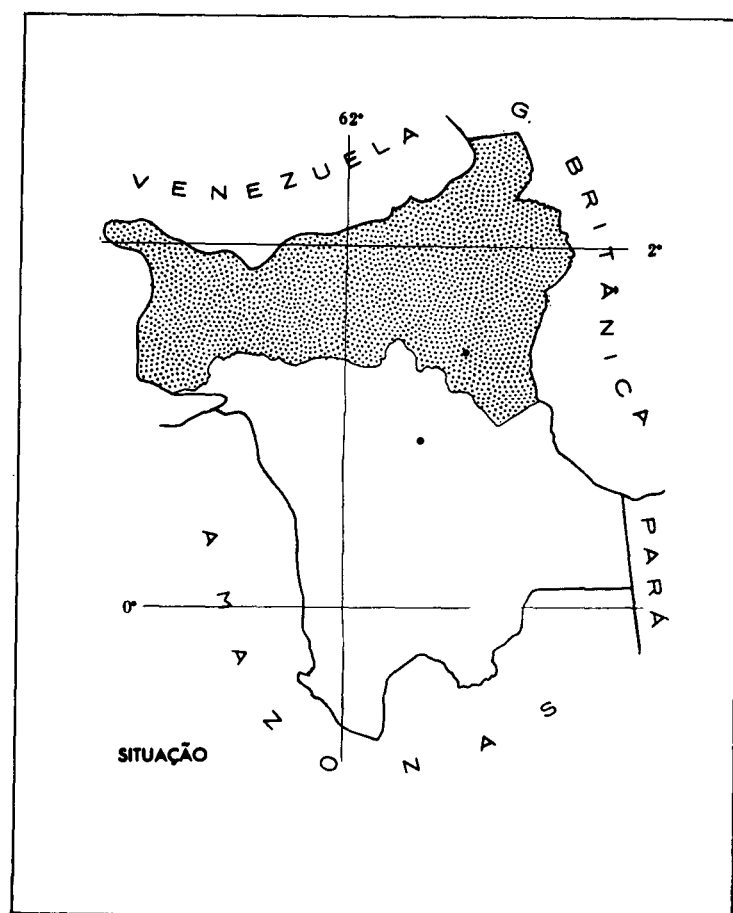
No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 69, de 31 de março de 1938, modificado pelo de n.º 78, de 9 de maio dêsse ano, a comarca, com o topônimo alterado para Boa Vista do Rio Branco (ex-Rio Branco), continua composta apenas pelo têrmo sede.

O Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, que estatuiu a divisão territorial do Amazonas, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, reduziu para Boa Vista a denominação da comarca e seu têrmo único.

Com a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, a comarca e o têrmo de Boa Vista passaram a fazer parte do mesmo.

Na divisão judiciário-administrativa do Território, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, o têrmo judiciário de Boa Vista é o único componente da comarca de igual nome, situação que subsiste até o presente, pois não sofreu alteração, mesmo com a criação, pelo Decreto-lei n.º 2 495, de 27-V-1955, do município de Caracaraí, que deu nova divisão judiciário-administrativa ao Território do Rio Branco, para o qüinqüênio 1955-1959.

O município não possui Câmara Legislativa e o seu Prefeito é de livre escolha do Govêrno Territorial. O atual Prefeito de Boa Vista é o Sr. Aquilino da Mota Duarte.

LOCALIZAÇÃO — O município de Boa Vista está situado na região mais setentrional do Brasil e limita com a República da Venezuela, Guiana Inglêsa e com o município de Caracaraí. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul: 2° 49' 17"; longitude W. Gr.: 60° 39' 45".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 90 metros.

CLIMA — Do ponto de vista climático, o município de Boa Vista, embora situado na faixa de clima equatorial superúmido, não apresenta a mesma umidade e pluviosidade observada na planície amazônica, verificando-se mesmo um período de sêcas prolongadas.

A temperatura, em 1955, na sede municipal, apresentava as seguintes variações: média das máximas, 32°C; média das mínimas, 26°C; e média compensada (temperatura mais freqüente), 30°C.

ÁREA — A área do município, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 155 426 km², inclusive o distrito de Caracaraí, cuja área é ignorada, desmembrado para constituir o município do mesmo nome.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município de Boa Vista são compostos de rochas sedimentares, mais ou menos recentes (terrenos terciários e quaternários) e cristalinas muito antigas (terrenos arqueanos) que formam a região montanhosa. O platô terciário ou terra firme, apresenta um relêvo baixo e, às vêzes, levemente ondulado, apresentando colinas de pouca altura.

A chamada região montanhosa ocupa uma estreita faixa no extremo Norte do Território (sistema orográfico guiano) e é dotada de elevações consideráveis, cuja altitude máxima atinge a 2 772 metros no Pico do Roraima, na Serra do mesmo nome.

As montanhas pertencem a dois sistemas orográficos: O da cordilheira do Parima e o da cordilheira do Paracaima. Além dêstes principais acidentes geográficos, possui ainda o município de Boa Vista os seguintes: Serra da Lua, Serra do Tepequem, Serra da Môça, Serra Pelada, Serra do Murupu e Serra Grande.

RIQUEZAS NATURAIS — Das riquezas naturais do município, a de maior evidência é o diamante. Existem, também, minas de ouro, que há vários anos foram abandonadas, em face de os garimpeiros terem sido atraídos para a exploração do diamante. Existem também no município diversas riquezas naturais como: bauxita, cassiterita, cristal de rocha e pequenos indícios de petróleo.

POPULAÇÃO — A população do município de Boa Vista, de acôrdo com o Censo de 1950, excluída, naturalmente, a população do seu ex-distrito de Caracaraí, é de 16 819 habitantes, sendo 8 934 homens e 7 885 mulheres. Dessa população 5 132 pessoas habitam a Capital, sendo 2 666 homens e 2 466 mulheres, dos quais, 1 628 homens e 1 408 mulheres, maiores de 5 anos, sabem ler e escrever e 569 homens e 596 mulheres não sabem ler nem escrever.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de economia no município é a produção extrativa animal em um rebanho de 170 mil cabeças de gado vacum, aproximadamente, localizado nos imensos Campos Gerais, em cêrca de 460 fazendas. Nos últimos 5 anos, o município exportou 39 198 cabeças de gado para corte, no valor comercial de Cr$ 66 028 200,00.

A produção extrativa mineral no município também se transformou em importante fonte de renda para o Território, pois, alcançou uma produção no decênio passado, de 105 536 quilates de diamante, no valor comercial de .... Cr$ 76 899 035,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede do município 2 estabelecimentos bancários, que são Agências do Banco do Brasil S.A. e Banco de Crédito da Amazônia S.A.

O comércio mantém transações principalmente com a praça de Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Na sede municipal existem 76 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município não é servido por linha de navegação marítima. As principais emprêsas de navegação fluvial que servem êste município são: Serviço de Navegação do Território Federal do Rio Branco, de propriedade do Govêrno do Território; Paulo Pereira; Rio Branco Comercial Ltda. e Manoel Saraiva. As emprêsas de navegação aérea, que servem êste município, são as seguintes: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A., que liga a cidade de Boa Vista com as capitais dos outros Estados do País e com a Guiana Inglêsa; A Fôrça Aérea Brasileira, que mantém linha para o interior dêste município e faz a ligação da cidade de Boa Vista, com a de Caracaraí, Manaus, Belém, e o Distrito Federal; Boa Vista Transportes Aéreos e Amazônia Serviços Aéreos, são emprêsas que operam, em táxis-aéreos, exclusivamente, neste território, fazendo a ligação entre as cidades de Boa Vista e Caracaraí, assim como das fazendas do interior com as referidas sedes municipais.

As emprêsas telegráficas existentes, estão assim distribuídas: na cidade de Boa Vista: Agência Postal Telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos; Serviço de Radiocomunicação do Govêrno do Território; Serviço de Radiocomunicação do Pelotão de Fronteiras — Ministério da Guerra; Serviço de Radiocomunicação dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul. No interior do município: Serviço de Radiocomunicação nas localidades de Normândia, Vila Pereira, Luzitânia e Tepequem, de propriedade do Govêrno do Território.

ASPECTOS URBANOS — O município de Boa Vista possui, atualmente, 1 454 prédios. O tipo predominante é o de alvenaria e o material utilizado nas construções provém, em sua maior parte, de Manaus. A municipalidade mantém serviços de abastecimento d'água e de iluminação pública e domiciliária. Boa Vista não possui serviço de esgôto sanitário. As casas, em sua maior parte, usam sanitários padronizados pelo Serviço Especial de Saúde Pública. Os logradouros públicos não são pavimentados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem no município de Boa Vista os seguintes meios de assistência médica à população: 1 hospital denominado Nossa Senhora de Fátima, 1 Maternidade, 1 Pôsto da Legião Brasileira de Assistência, 1 Pôsto de Serviço de Socorro Urgente e 1 Gabinete Dentário, 1 Centro de Saúde Pública, 1 Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais e mais 5 Postos distribuídos no interior do município. Exercem a profissão, nesse setor, 7 médicos, 3 dentistas, 4 farmacêuticos e 25 enfermeiros ou Auxiliares de Saúde.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 10 anos e mais, que eram 11 662, 5 224 sabiam ler e escrever; e 6 438 não sabiam ler nem escrever. A percentagem sôbre o total apresenta os seguintes resultados: 44,80% sabem ler e escrever e 55,20% não sabiam ler nem escrever. Convém ressaltar que, à época do último Recenseamento Geral do Brasil, da área circunscrita para o município de Boa Vista não havia sido desmembrada uma parte em favor do município de Caracaraí, razão por que, nos resultados apresentados neste item, foi computada a referida área desmembrada em 1955.

ENSINO — Em 1955 funcionaram no município 19 escolas de ensino primário, com 2 174 alunos matriculados. Dessas escolas, 10 localizavam-se no quadro urbano e 19 no quadro rural. Na sede municipal funcionaram também 3 estabelecimentos de ensino médio: 1 Ginásio, 1 Escola Normal e 1 Escola Técnica de Comércio. Em 1956, o Ginásio teve 186 alunos matriculados, a Escola Normal 74 e a Escola Técnica de Comércio 18.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A biblioteca pública de Boa Vista contém 1 730 volumes. Existem, na Capital do município, 3 jornais semanários; sendo 2 particulares e 1 de propriedade do Govêrno Territorial, além de 1 Boletim Oficial do Govêrno do Território. Os clubes Roraima, Rio Branco e Baré, são os principais do município, sediados na Capital. A única estação radiodifusora é a Rádio Roraima, de propriedade do Govêrno Territorial.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	977	—	1 390	1 390	1 415
1951	1 087	—	1 540	1 540	1 525
1952	1 130	—	1 775	1 775	1 739
1953	2 195	—	1 915	1 915	2 922
1954	2 725	—	2 882	2 882	2 922
1955	3 891	—	5 797	5 797	5 556
1956	1 356	—	5 000	5 000	5 000

OBSERVAÇÃO: Não houve auxílios, razão por que a receita arrecadada, municipal, total, é a mesma registrada na coluna da receita tributária.

FONTE: Prefeitura Municipal de Boa Vista.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa religiosa de maior relêvo no município é a de Nossa Senhora do Carmo, padroeira de Boa Vista, que data desde o tempo do Brasil Império, pois a freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi instituída no ano de 1858. A sua Igreja Matriz, foi construída, em Boa Vista, aproximadamente, no ano de 1900. Essas comemorações — que constam de atos religiosos e profanos, sendo êstes últimos representados por folguedos de arraial, com barracas de sorte, comestíveis, jogos, músicas etc., tudo armado em volta da praça da Matriz e dirigidos pelos padres — realizam-se, anualmente, no período de 29 de novembro a 8 de dezembro, em virtude de ser o dia dedicado à Nossa Senhora do Carmo, 16 de julho, exatamente rigor da estação invernosa. Consta que êsses festejos tiveram início quando da trasladação da referida imagem da extinta cidade do Carmo, que ficava no baixo Rio Branco, para esta cidade de Boa Vista. No dia 8 de dezembro, data do encerramento das festividades, realiza-se imponente procissão. A festa religiosa de São Sebastião, realiza-se no período de 11 a 20 de janeiro, na capela erguida, em 1922, na praça que tem o seu nome. Na procissão de encerramento, destacam-se os romeiros vindos de todos os recantos do Território.

A festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que se inicia a 15 e termina com uma procissão a 24 de setembro, não obstante ser uma das mais recentes comemorações religiosas, pois teve início em 1943, e o seu altar, na Igreja Matriz, atrai grande número de fiéis.

A mais recente festividade religiosa é a dedicada a São Francisco das Chagas, que se realiza entre 26 de setembro e 4 de outubro. A capela de São Francisco das Chagas foi inaugurada em 1.º de abril de 1946.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os Campos Gerais, que ocupam a maior parte da área do município, a "Pedra Pintada", rocha de regular tamanho, contendo hieróglifos, cachoeira do "Recreio", monte "Roraima", que serve de limite entre 3 nações "Brasil, Venezuela e Guiana Inglêsa" e o Rio Branco, constituem interessantes atrações turísticas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "boa-vistenses". Seus primitivos habitantes foram indígenas das tribos dos Macuxis, Jaricunas, Uapixana, Angaricó, Macú, Manhongon e Jauaperi.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Censo Demográfico dos Território Federais — 1950; Sinopse Estatística do município de Boa Vista; Monografia do Território do Rio Branco; Diário de Viagem de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, de 1774 e 1775, publicado em Lisboa em 1825.)

CARACARAÍ — RB

Mapa Municipal na pág. 369 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 200, 201 e 366 do Vol. I

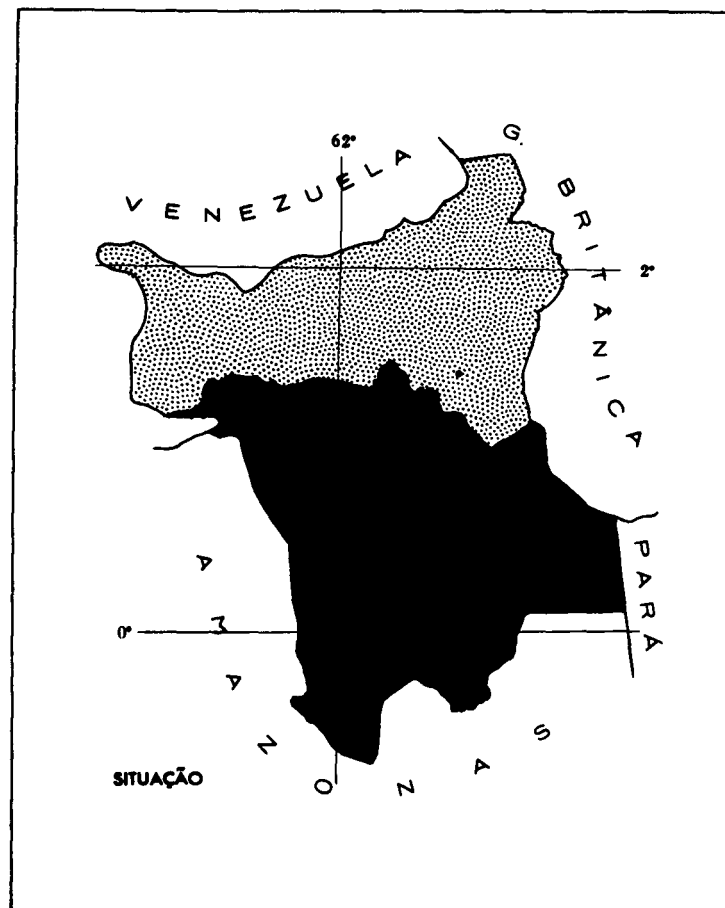
HISTÓRICO — O Município de Caracaraí, resultado da junção do distrito do mesmo nome, até então pertencente ao município de Boa Vista, com o antigo Municlpio de Catrimani, em virtude da Lei n.º 2 495, de 27-5-1955, que fixou a nova divisão administrativa e judiciária do Territóri3 do Rio Branco, teve como primitivos habitantes a nação dos Paravianas, na época vulgarmente chamada de Paravilhana, a qual dominava às margens do Rio Branco.

O distrito sede de Caracaraí, outrora um simples campo destinado ao embarque de gado vacum, para corte, em trânsito de Boa Vista para Manaus, propriedade particular do fazendeiro Cel. Bento Ferreira Marques Brasil, teve suas primeiras residências no ano de 1 900, sendo seus habitantes empregados ou vaqueiros do referido cidadão.

Caracaraí, era o nome dado pelos indígenas a um pequeno gavião, muito comum nessa região, donde a origem da denominação municipal.

Caracaraí, desde a criação do Território, pelo Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13-9-1943, conservou a situação em que se encontrava na organização judiciária do Estado do Amazonas, o que vale dizer, área sem qualquer núcleo judiciário, mesmo um simples juizado de paz ou uma circunscrição do registro civil. A vasta região, abrangendo todo o Baiqo Rio Branco, estêve subordinada à comarca de Boa Vista até 27-5-1955, quando, pela Lei n.º 2 495, foi criada a Comarca de Caracaraí, sendo, seu primeiro e atual Juiz, o Dr. Erastro da Silveira Fortes.

O Prefeito de Caracaraí, Sr. José Celestino da Luz, foi nomeado pelo Govêrno Territorial de vez que essa função é de livre escolha do Chefe do Executivo. Não existe Câmara Legislativa no Município.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Caracaraí está localizado na zona do Baixo Amazonas e limita com o Município de Boa Vista, com a Guiana Inglêsa, com a República da Venezuela e com os Estados do Amazonas e Pará. A antiga sede do então Município de Catrimani, atual Caracarai, possui as seguintes coordenadas geográficas: 0° 27' latitude sul e 61° 42' longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 75 metros.

CLIMA — O clima do município de Caracaraí, muito embora situado na faixa equatorial superúmida, não apresenta a mesma umidade e pluviosidade observada na planície amazônica, verificando-se um período de sêcas prolongadas.

ÁREA — A área do antigo Município de Catrimani é de 58 890 km², desconhecendo-se a área total do Município de Caracaraí, por não ter sido calculada a área do distrito do mesmo nome, que foi desmembrado de Boa Vista.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do Município são: a cachoeira do "Bem-Querer", que torna a navegação, nesse trecho do Rio Branco, absolutamente impraticável no período de estiagem, e bem dificultosa nas cheias, devido a grande quantidade de pedras existentes em seu leito, numa extensão de, aproximadamente, 3 km e a cachoeira do "Paredão", no rio Mucajaí.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora de Caracaraí e a fauna, constituem importantes riquezas naturais. Na primeira,

destacam-se, pelo seu valor econômico, castanha-do-pará ou noz-do-brasil (bertholletia excelsa) e a seringueira (hevea brasiliensis). Na segunda, sobressaem peixes de várias espécies, como pirarucu, peixe-boi, quelôneos e animais silvestres, como, queixadas, caititus, veados, antas e onças.

POPULAÇÃO — A população do então Município de Catrimani e do Distrito de Caracaraí, cuja região, abrangendo todo o Baixo Rio Branco, forma hoje o Município de Caracaraí, de acôrdo com o Censo de 1950, é constituída de 1 297 pessoas, sendo 710 homens e 587 mulheres.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — As aglomerações urbanas existentes no município são sua sede, a sede do distrito de Boiaçu (Santa Maria) e a sede do distrito de S. José do Anauá.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal, cujo valor elevou-se em 1956 à apreciável soma de Cr$ 20 000 000,00 aproximadamente, é a única fonte de atividade econômica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem 3 postos médicos distribuídos no município, estando um localizado na sua sede, onde um enfermeiro presta assistência médica à população.

ALFABETIZAÇÃO — A situação da população quanto a alfabetização, de acôrdo com o Censo de 1950, do então município de Catrimani, hoje Caracaraí, apresenta um total de 733 pessoas de 5 anos e mais, do qual 155 homens e 93 mulheres sabem ler e escrever e 250 homens e 235 mulheres não sabem ler nem escrever.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transaçõs principalmente com a praça de Manaus e Boa Vista, de onde importa quase tôda a mercadoria consumida no município. Não existe na sede do município nenhum estabelecimento bancário.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município não é servido por linhas de navegação marítima. As principais emprêsas de navegação fluvial que servem o município são: Serviços de navegação do Território Federal do Rio Branco, de propriedade do Govêrno do Território; Rio Branco Comercial Ltda. e Manoel Saraiva. As emprêsas de navegação aérea que servem o município, são as seguintes: Fôrça Aérea Brasileira, que faz a ligação da cidade de Caracaraí com as de Boa Vista e Manaus, em linha regular, e as emprêsas de táxis-aéreos "Boa Vista Transportes Aéreos" e "Amazônia Serviços Aéreos", que fazem a ligação de Caracaraí com Boa Vista.

As emprêsas telegráficas existentes no município, estão assim distribuídas: Agência Postal Telegráfica, do D.C.T., e estação de radiocomunicação, de propriedade do Govêrno Territorial, na cidade de Caracaraí; no interior do município, existem duas estações de radiocomunicação, de propriedade do Govêrno Territorial, localizadas em Santa Maria e Colônia Agrícola Fernando Costa.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Caracaraí, que fica à margem direita do Rio Branco, possui ruas bem traçadas, retas e planas, e conta com dois logradouros públicos, sem pavimentação. É servida de luz elétrica e água canalizada, esta última recém-instalada. A iluminação pública se estende aos dois logradouros e a domiciliária apresenta um consumo de 26 kWh. O prédio mais importante é o da Prefeitura Municipal.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 3 escolas de ensino primário. Dessas escolas uma localiza-se no quadro urbano e duas no quadro rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956	1	—	1 398	1 398	1 440

OBSERVAÇÃO: O Município foi criado em 1955 e instalado em janeiro de 1956.

FONTE: Prefeitura Municipal de Caracaraí.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares de caráter religioso que mais se destacam no município, reduzem-se, única e exclusivamente, às comemorações em honra a N. S. do Livramento, padroeira de Caracaraí. Essas comemorações, que se iniciam em 15 e terminam a 24 de setembro de cada ano, constam de atos profanos e religiosos, sendo os primeiros representados por folguedos de arraial e, para realização dos segundos. torna-se necessária a designação de um padre da Paróquia de Boa Vista, uma vez que, nessa localidade, existe apenas uma pequena capela.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Cachoeira do "Bem-Querer" no Rio Branco e a queda de água do "Paredão", no Rio Mucajaí, constituem interessantes atrações turísticas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "caracaraienses".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Censo Demográfico dos Territórios Federais — 1950; Sinopse Estatística do município de Boa Vista; Monografia do Território do Rio Branco; Diário de Viagem de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio de 1774 e 1775, publicado em Lisboa em 1825.)

4 — 24 640

MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO ACRE

BRASILÉIA — AC

Mapa Municipal na pág. 239 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 92 e 130 do Vol. I

HISTÓRICO — Habitavam as terras do Município, até 1896, as tribos Catianas e Maintenecas, sendo, entretanto, a primeira penetração, feita por civilizados, fixada em 1892, com a chegada de imigrantes nordestinos, que, fugindo às inclemências climáticas do Nordeste, e ávidos de se entregarem ao mister da extração da borracha, povoavam as terras inexploradas da Amazônia, desde a metade do século XIX.

Os primeiros imigrantes iam tomando posse das terras até então inexploradas. E assim, em pouco, estavam constituídos vários seringais: Carmen, Nazaré, Belmonte, Quixadá, Baturité, São João, Triunfo, São Francisco, Piauí, Bahia, etc., designação que denunciam a presença do nordestino, pois, quase todos batizavam as suas novas propriedades com nomes que lhe traziam recordações da terra natal.

Quando da exploração da revolta acreana, em 1902, as terras do Município eram habitadas, na sua quase totalidade, por brasileiros. Os seringais Carmen e Bahia foram teatros de encarniçados combates entre as tropas de Plácido de Castro e bolivianas. No local Bahia perderam a vida inúmeros brasileiros em defesa da causa acreana.

Com a celebração do Tratado de Petrópolis, em 17 de Novembro de 1903, as terras do atual município de Brasiléia, como todo o Acre, passaram a integrar o território nacional.

Com a primeira divisão territorial-administrativa dada ao Acre — Decreto-Federal n.º 5 188, de 7 de abril de 1904 — o atual município de Brasiléia figurava como zona integrante do Departamento do Alto Acre.

Em 1908, é instalado no seringal Belmonte o Têrmo Judiciário do Alto Acre. No ano seguinte são instalados outros têrmos.

Sôbre a fundação da cidade, conta-se que a idéia nascera das circunstâncias causadas por um incidente havido entre o Juiz do 3.º Têrmo Judiciário da Comarca de Xapuri, sediado no seringal "Nazaré", Fulgêncio de Paiva, e o arrendatário do mesmo seringal, João Pereira de Pinho.

Convidado por êste a retirar-se da localidade, o Juiz Fulgêncio e o seu Auxiliar, conduzindo às costas todo o material e arquivo do juizado, após percorrer outros seringais, sem obter o necessário acolhimento, dirigiram-se a Cobija,

Rua Marechal Deodoro

Trecho da Cidade

cidade fronteiriça boliviana, onde foram hospedados por patrícios ali residentes.

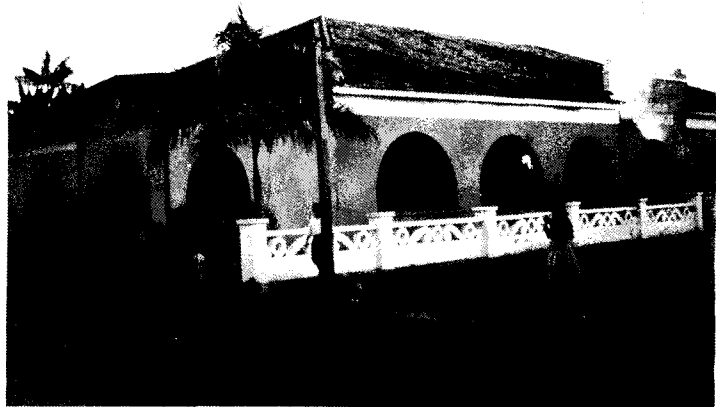
Os dois funcionários da justiça causaram hilaridade às pessoas que os viram atravessar as ruas da cidade boliviana, tendo às costas os pertences oficiais. Dizia-se em satírico dito da região que a justiça do 3.º Têrmo andava num "jamaxi", de seringal em seringal, esmolando uma hospedagem.

Foi quando vários brasileiros de projeção residentes em Cobija, entre os quais: José Cordeiro Barbosa, José Antônio de Almeida, Olegário de Araújo França, Augusto de Melo Azêdo (ainda vivos), Dr. Luís Barreto Correia de Menezes, Dr. Reinaldo Melo, Raimundo Furtado, Fulgêncio Cruz, José Bernardo e outros, feridos no seu amor pátrio, não puderam ficar indiferentes a esse acontecimento, e compreendedores de que algo necessitavam fazer, pois era mister agasalhar a justiça, reuniram-se na residência de José Cordeiro Barbosa e concordaram em conseguir uma instalação condigna e apropriada para a justiça.

Organizou-se então uma comissão, constituída de Luís Barreto Correia de Menezes, Reinaldo Melo, José Cordeiro Barbosa e Fulgêncio de Paiva, que deveria escolher e adquirir o local para a fundação de uma vila, onde se construiria um prédio destinado à instalação desejada.

Cogitaram do magnífico local onde se acha a atual Vila Epitácio Pessoa, à margem direita do rio Acre, tendo, porém, o seu proprietário, Hermano Suarez, se oposto veementemente, ameaçando-os de demanda judicial. A comissão achou-se, por isso, em sérias dificuldades, pois em terras do seringal "Nazaré" seria inútil tentar, dada a incompatibilidade já existente. Escolheram, por fim, uma pequena faixa de terra do seringal "Carmen", defronte a Cobija, à margem esquerda do rio Acre, ocupada apenas por uma estrada de seringueiras, em que trabalhava Raimundo Furtado de Mendonça, e uma casa onde Fulgêncio Cruz armazenava mercadorias, um pouco aquém do local visado. Dito local não era, todavia, bastante satisfatório, por ser baixo, sujeito às enchentes do rio Acre. Contudo, dentre os obstáculos reinantes, êste foi o menos difícil de superar.

A comissão tratou incontinente de propalar tal idéia entre os brasileiros que mourejavam às margens do rio, acima de Cobija e nesta residentes, apelando para o concurso pessoal e financeiro de cada um.

Tal apêlo não ficou sem eco, e em breve inúmeros bons patrícios anuíram à iniciativa, contribuindo por todos os meios possíveis.

Grupo Escolar Getúlio Vargas

Ultimados os preparativos, no domingo de 3 de julho de 1910, às 7 horas, cêrca de 100 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, deram início à derrubada da mata, sob ardoroso entusiasmo. O Dr. Barreto de Menezes, depois de pronunciar vibrante discurso de estímulo aos presentes fêz tombar a primeira árvore, secundando-o Raimundo Furtado de Mendonça, imitados em seguida pela multidão. Em poucos minutos aparecia a Bandeira Nacional fincada no meio da floresta. Novamente removeram o pavilhão auriverde para outro ponto mais denso, e o povo, com grande entusiasmo e ardor patriótico, descobriu-o outra vez, repetindo-se sempre a gloriosa façanha. Era a fôrça da civilização que desbravava a bruta floresta, para expor aquêle pedaço de terra do Brasil aos raios do sol e do progresso.

Às 17 horas do mesmo dia foram suspensos e dados por concluídos os trabalhos, constatando-se desflorestada uma área considerável. Estava fundada Brasília. O sol morria lenta e serenamente, como se quisesse prolongar aquêle dia inesquecível e de grande importância para o Acre, quiçá para o Brasil.

As pessoas que tinham participado do adjunto, voltaram a casa fatigadas, porém com o coração a palpitar de emoção por terem concluído e efetivado tão nobre missão.

Essa arrojada iniciativa, entretanto, não foi bem acolhida pelos proprietários das terras onde se localizava a área desbravada. A. Braga Sobrinho & Cia. chegaram a praticar repelente ato, ao que a seguir se depreende. Tendo a comissão angariado recursos financeiros em aproximadamente "vinte e dois contos de réis", tratou, conforme era seu primitivo intuito, de construir um moderno e amplo prédio de madeira, a que chamaria palácio da justiça, razão principal do patriótico e revolucionário feito. Eis que surge, inopinadamente, o sócio-gerente do seringal "Carmen", João Gomes Teixeira, e, à frente da marinhagem do vapor "Braga Sobrinho", penetrou na indefesa vila, destruindo totalmente a machado o prédio já concluído, saindo, no entanto, incólume.

Em virtude dessa ocorrência, o Dr. Deocleciano Coêlho de Sousa, Prefeito do então Departamento do Alto Acre, mandou instaurar rigoroso inquérito, em conseqüência do qual foi a firma insurgente obrigada a fazer doação da área em questão, o que foi realizado em escritura pública de doação no Cartório do Tabelião Público de Rio Branco, Antônio Lopes Cardoso Teles, no dia 30 de maio de 1911.

Determinou, outrossim, o levantamento da planta-projeto da novel vila, e no ano seguinte — 1912 — foram nomeadas as primeiras autoridades da localidade.

Pela Resolução Departamental n.º 28, de 20-9-1911, Vila Brasília é considerada sede de Têrmo Judiciário.

Em Divisões Territoriais datadas de 31-12-36 e .... 21-12-37, eleva-se à categoria de distrito, pertencente ao Município de Xapuri.

Pelo Decreto-lei federal n.º 968, de 21-12-1938, foi criado o Município de Brasília, compreendendo um só distrito, com sede na vila do mesmo nome que por fôrça da mesma lei adquire foros de cidade, com áreas desmembradas dos Municípios de Xapuri e Sena Madureira, cuja instalação se verificou a 1.º de janeiro de 1939, sendo nomeado primeiro Prefeito e organizador Francisco Ângelo da Silveira.

A 1.º-1-1939, foi criada a comarca, que teve vida efêmera; sua restauração ocorreu a 28-12-1950.

Não se sabe, ao certo, a origem ou intento que tiveram os seus fundadores ao lhe darem êste nome. Seja como fôr, Brasília foi o primeiro nome dado pelos fundadores da vila e que perdurou por muitos anos (1910-1943).

O Decreto-lei federal n.º 6 163, de 31-12-1943, que dava nova organização judiciária ao Território do Acre, extingue o nome de Brasília, julgando com mais direito, por mais antiga, uma cidade do Estado de Minas Gerais, com o mesmo nome.

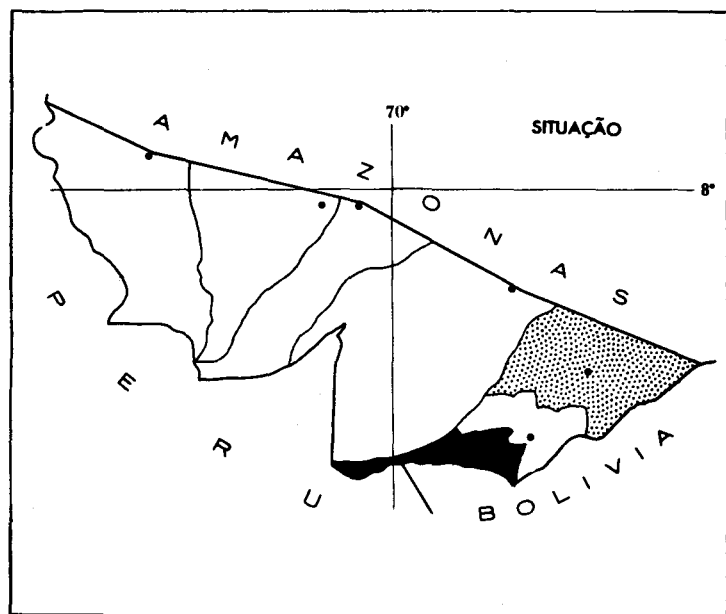
Passou então a denominar-se Brasiléia, uma composição do nome pátrio — Brasil, com o significado potencial da Amazônia Hiléia. Manteve-se, assim, na fronteira, o topônimo da cidade que, persuasivamente, indica a terra brasileira, ao estrangeiro que chega pelo noroeste do País.

A Comarca, criada a 1.º de janeiro de 1939, extinta a 8 de junho de 1940 e restaurada a 28 de dezembro de 1950, compreende, atualmente, 1 Juiz de Direito, 7 Juízes de Paz, 1 Promotor Público, 1 Tabelião e Oficial do Registro Civil com várias atribuições anexas, 7 Escrivães do Registro Civil e demais servidores auxiliares da Justiça. Compõe-se de um único Têrmo. Brasiléia é dividida em um distrito apenas.

As divisões administrativas e judiciárias procedidas posteriormente não lhe modificaram a organização acima referida.

Não há Câmaras Municipais, em obediência ao sistema vigente em todo Território. Os Prefeitos são de livre escolha do Governador. É, no momento, o gestor da Comuna o cidadão Kairala José Kairala.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Brasiléia está situado na zona fisiográfica do vale do Alto Purus e Acre. Limita ao norte com o Município de Sena Madureira, a este com o Município de Xapuri, ao sul com a República da Bolívia, a oeste com a República do Peru. Tem as seguin-

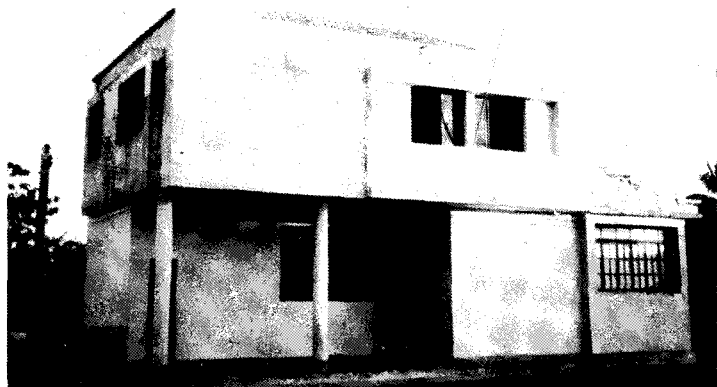
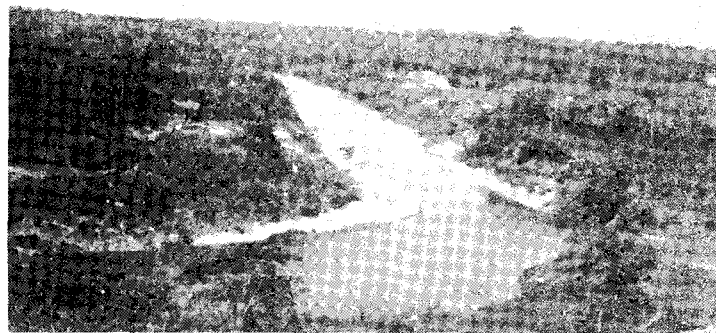
tes coordenadas geográficas: 11°00'49" latitude sul e 68°45'03" longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 260 metros.

CLIMA — Em geral, o clima do município é quente, não obstante se registrarem ondas de frio provenientes do sul e sudeste, que têm a duração de 3 a 8 dias. Essas ondas de frio provocam uma queda brusca da temperatura que vai, no espaço de 12 horas, de 38 a 4 graus centígrados. As chuvas são abundantes no período de novembro a abril, apesar da temperatura se manter mais ou menos quente. A época de maior intensidade de calor é de agôsto a outubro, período de rigor do verão.

As oscilações mais acentuadas da temperatura se verificam, geralmente, no período de junho a setembro.

ÁREA — 6 232 km² é a superfície de Brasiléia, o menor município do Território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rio Acre, afluente do Purus, corrente na direção O.—E., numa extensão de 360 km em território do município. Tem a largura média de 70 metros, profundidade de 8 metros do inverno, isto é, de janeiro a março, rigor das chuvas, e 1 metro no verão. Serve de limites do Brasil com a Bolívia e com o Peru.

Prédio da Agência dos Correios e Telégrafos

Vista do Rio Acre

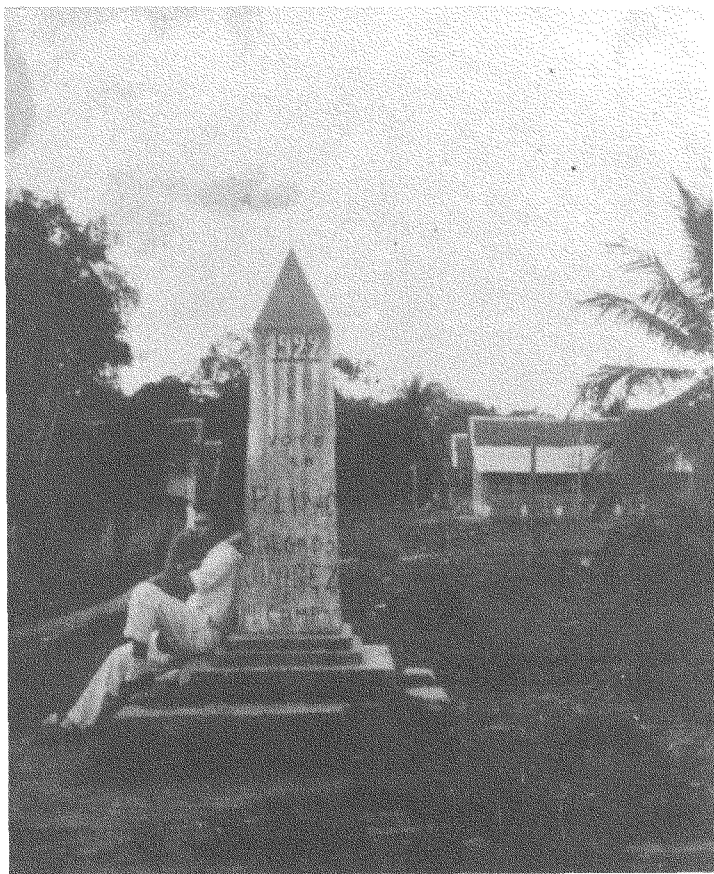
Rio Xapuri: Afluente do rio Acre, nasce em território do município correndo na direção O.—E., até entrar em território do município de Xapuri, depois do percurso de .. 220 km. Tem a profundidade de 6 metros durante a época invernosa, e 0,50 m durante o verão. A sua largura média é de 30 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem as únicas riquezas naturais do Município, que tem na seringueira (hevea brasiliensis), na castanha-do-pará (bertholletia excelsa) e nos animais silvestres: caititu (picari tajaçu), veado (suaçu), queixada (tajaçu picari), anta (tapirus americanus), etc., os principais fatôres da sua economia. O município possui, também, nas suas matas, grande variedade de madeiras para construção, como: arariquara (mimquartia guianensis), cedro (cedrula, aniba, larix), cumaru (coimarana adorata), guariúba (clarisia nítida e clarisia racenosa), itaúba (ocotea magaphila), águano (swietenia mahogoni), pequiá ou amarelão (cariocar brasiliensis), etc. Possuem, ainda, as selvas do município, grandes variedades de palmeiras oleaginosas (açaí, bacaba, patauá), além de inúmeras outras espécies. Há também variadíssima quantidade de aves: arara (fam. psitarideos), garça (casmerodius algus egretta), inambu (crypturellus), jacamin (psophia crepitans), juriti (oreaploleia), tucano (rhamphastus culminatus e ariel), etc.

Nos seus rios e igarapés são encontrados vários tipos de peixe, sendo os principais: curumatá (fam. prochilodus), dourado (salminus brevidens), jundiá e mandi (fam. silurídeos), matrinchão (brycon brevicaudatus), etc.

POPULAÇÃO — A população do Município de Brasiléia, que segundo o Censo de 1950 era de 7 864 habitantes, tinha a seguinte composição: homens — 4 406; mulheres — 3 458, sendo que 6 230 (79,22%) habitavam o quadro rural, e 1 634 (20,8%), a zona urbana. Das pessoas de 5 anos e mais, que eram 6 365, apenas 2 184 sabiam ler e escrever.

Brasiléia é o município de menor população do Território do Acre, sendo, no entanto, o de densidade demográfica mais elevada: 1,26 habitante por quilômetro quadrado, depois do município da Capital.

A população de Brasiléia representa 6,85% do total do Território. Das pessoas recenseadas em 1950, 56% eram do sexo masculino, índice êste sòmente igualado pelo Município de Feijó.

Marco Comemorativo da Independência

Ainda de acôrdo com o Censo de 1950, 1 634 pessoas se localizavam na zona urbana. Êsse número representa 20,78% da população do Município e 7,68% da população urbana do Território.

AGLOMERAÇÃO URBANA — O município possui uma cidade — sede municipal, e duas vilas: Epitácio Pessoa e Assis Brasil. Cabe acrescentar que estas duas últimas foram elevadas à categoria de vila em 1956, não tendo constado, por essa razão, no Recenseamento de 1950 como aglomerados urbanos. Epitácio Pessoa era subúrbio da cidade de Brasiléia e Assis Brasil era um pequeno povoado, sede do seringal Paraguaçu. O aumento demográfico em ambos, nos últimos 5 anos, foi bastante acentuado, o que deu motivo ao Govêrno do Território a elevá-las à referida categoria.

Segundo o Censo de 1950, a cidade de Brasiléia tinha uma população de 1 634 habitantes, inclusive a Vila Epitácio Pessoa. Desmembrada esta, sua população ficou estimada em 1.400 habitantes, Vila Epitácio 500 e Assis Brasil 3 300 hab.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a produção extrativa vegetal que, em 1956 ascendeu a Cr$ 40.294.581,00, sendo a borracha e a castanha-do-pará quase que as únicas fontes dessas cifras, tendo a primeira contribuído com Cr$ 30.391.042,00, e a outra com Cr$ 7.508.000,00, ou seja 75,4% e 18,6% do total da produção, respectivamente.

Depois da produção extrativa vegetal, vem a produção agrícola, que alcançou, em 1956, o valor de .... Cr$ 11.250.664,00, sendo que o produto milho foi o que mais concorreu para essa soma, ou seja 36,5% .... Cr$ 4.095.000,00), vindo em segundo lugar a mandioca mansa com pouco mais de 20% (2.275.500,00).

Na produção extrativa animal, destacam-se apenas os couros e peles de animais silvestres, cujo valor, em 1956, foi de Cr$ 61.439,00, inclusive couros de bovinos.

A produção industrial do município é representada, principalmente, pelas indústrias de transformação de produtos alimentares (farinha de mandioca, açúcar bangüê, arroz beneficiado, panificação, etc.), desdobramento da madeira, tijolos e extração de lenha, tendo o registro de 1955 apurado a existência de 96 estabelecimentos, a maioria dos quais situados na zona rural e que funcionam com menos de 5 pessoas e cuja produção foi de Cr$ 3.721.000,00.

Quanto à pecuária, é ainda pouco desenvolvida, tendo o seu rebanho em 1956 a composição seguinte, segundo o número de cabeças: bovinos — 1 750; eqüinos — 200; asininos — 10; muares — 560; suínos — 4 350; ovinos — 1 200; caprinos — 25; aves domésticas em geral — 44 125.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém relações com as praças de Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa, principalmente, tecidos, calçados, ferragens, louças, armarinho, combustíveis, café, banha, azeite, bebidas, medicamentos, etc., enfim tôdas as mercadorias consumidas no município.

A exportação é constituída de borracha, castanha e couros, e de peles de animais silvestres.

Na sede municipal existem 2 estabelecimentos de comércio atacadista e 71 varejistas.

Não há, no município, estabelecimentos bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Brasiléia liga-se às sedes dos municípios vizinhos, Capital do Território e à Capital Federal, pelos seguintes meios de transporte: Xapuri — aéreo — 45 km; fluvial — 85 km, em 10 minutos e 12 horas, respectivamente. Sena Madureira — aéreo (via Rio Branco) — 288 km, e fluvial (via Bôca do Acre-AM) — 954 km em 1 hora e 12 dias, respectivamente. Capital do Território — aéreo — 150 km e fluvial — 359 km, em 30 minutos e 36 horas, respectivamente.

O município é servido por várias emprêsas de transporte fluvial, pela Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A. e pelo Correio Aéreo Nacional.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Brasiléia, que fica à margem esquerda do rio Acre, afluente do Purus, defronte da cidade boliviana de Cobija, apresenta aspecto agradável. Possui 17 logradouros públicos (320 prédios e 1 400 habitantes). É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 11 logradouros. Há 141 ligações domiciliares.

Entre os seus principais logradouros se destacam a Avenida Odilon Pratagi, centro comercial, e a Praça da Bandeira.

Os seus edifícios mais importantes são: o Grupo Escolar Getúlio Vargas, a Agência Postal-Telegráfica e a Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto e um subposto de saúde, mantidos pelo Govêrno do Território, localizados na cidade de Brasiléia e na Vila Epitácio

Pessoa, respectivamente, prestam assistência médica à população. Há, também, na sede municipal, um pôsto de endemias rurais, cuja atividade é a profilaxia das endemias rurais. Cabe salientar que está em via de conclusão um moderno hospital de clínicas, com capacidade para 30 leitos.

Exercem a profissão, no município, 1 médico, 3 dentistas e 3 enfermeiras.

Existem, ainda, na sede municipal, uma drogaria e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 6 365, apenas 2 184 sabiam ler e escrever; destas, 1 290 eram homens e 894 mulheres.

A percentagem total de pessoas que sabiam ler e escrever era de 34,31%, superior, portanto, a do Território, que é de 29,31%.

Quanto à sede municipal, das 1 362 pessoas de 5 anos e mais, 866 sabiam ler e escrever; destas, 462 eram homens e 404 mulheres.

ENSINO E EDUCAÇÃO — Em 1956 funcionaram no município 17 escolas de ensino primário com 587 alunos matriculados. Dessas escolas, 10 localizam-se no quadro urbano e 7 no quadro rural.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município um centro da Legião Brasileira de Assistência, cuja finalidade principal é a assistência à maternidade e à infância.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe, na sede municipal, um clube desporto-recreativo sólida e perfeitamente organizado, o "Sport Club Brasília", em tôrno do qual se congrega a sociedade local.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal (1)	Estadual	Municipal (2)		
			Total	Tributária	(Cr$ 1 000)
1950.......	74	—	667	184	625
1951.......	147	—	621	167	533
1952.......	160	—	671	226	687
1953.......	174	—	984	235	872
1954.......	193	—	770	295	873
1955.......	457	—	1 024	275	1 098
1956.......	691	—	(*) 1 210	427	(*) 1 210

(*) — Dados do Orçamento.

(1) — FONTE: Agência Municipal Aduaneira. (2) — Agência Municipal de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Rua Marechal Deodoro, cruzamento com a Major Salinas, ergue-se um singelo obelisco comemorativo do centenário da independência do Brasil. Numa das faces estão inscritos os dizeres: 7-9-1822, e, na oposta, 7-9-1922.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há, no município 2 templos da Igreja Católica Romana: Matriz de N. S.ª das Dores e Igreja de São Sebastião. O Município é sede da paróquia de N. S. das Dôres, subordinada à Prelazia do Alto Purus e Acre. As festas religiosas mais importantes são as de N. S.ª das Dôres e as de S. Sebastião, nos meses de maio e janeiro respectivamente.

Hospital de Clínicas Gerais

Existem, ainda, 2 templos protestantes (Batista e Pentecostais) que congregam regular número de adeptos.

A festa folclórica ou tradicional digna de menção é a de São João, praticada, principalmente, no interior do município.

As efemérides municipais mais importantes são: 1.º de Janeiro, dia da instalação do município, e 3 de Julho, dia da fundação da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "brasileienses". A cidade possui três pensões e a Loja Maçônica "Tereza Cristina".

(Autoria do histórico — Compilação da Agência de Estatística do Município e da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Questionários preenchidos pela Agência de Estatística de Brasiléia. — Questionários das Campanhas Estatísticas. — "Relatório Anual de 1956" — Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Censo Demográfico — Territórios Federais — Seleção dos Principais dados — S.N.R.)

CRUZEIRO DO SUL — AC

Mapa Municipal na pág. 231 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 156 e 158 do Vol. I

HISTÓRICO — O município era habitado por diversas tribos indígenas, merecendo especial destaque o grande império dos Nauas, cujo domínio se estendia por grande extensão. Dentre as demais poderemos citar as tribos dos Amoacas, dos Araras, dos Campos e das Colinas. Ainda hoje existem pelo interior os seus remanescentes, mais ou menos civilizados entregues aos misteres da indústria extrativa e da agricultura, mantendo transações com o comércio. Parte dos Amoacas permanece ainda em estado de selvageria, provocando, vez por outra, distúrbios e até ataques à propriedade particular.

A tribo dos Nauas, os principais dominantes, que com suas flechas fêz retroceder a expedição do cientista inglês William Chandlesse, em 1867, abandonou esta localidade, segundo versão, a partir de 1870, rumando para o Peru pelos altos rios, por conseqüência de terrível epidemia. Data de 1857 o início das expedições para o alto Juruá, quando o diretor de índios João da Cunha Correia, atingiu a foz do rio Juruá-Mirim. O Geógrafo inglês William Chandless, em 1867, atingiu as alturas do rio Campinas, dali retrocedendo em face do ataque dos Nauas. Várias outras expedições foram realizadas, proporcionando o início do povoamento da

região por brasileiros civilizados, que se concluiu pràticamente com a formação dos seringais, em virtude da imigração de nordestinos que, acossados pelo fenômeno climático das sêcas, abandonaram os sertões durante os anos de 1877 a 1879. Um dêsses seringais denominado Centro Brasileiro, que foi explorado por volta de 1890, passou a congregar grande número de brasileiros, donde partiam para explorações nos altos rios.

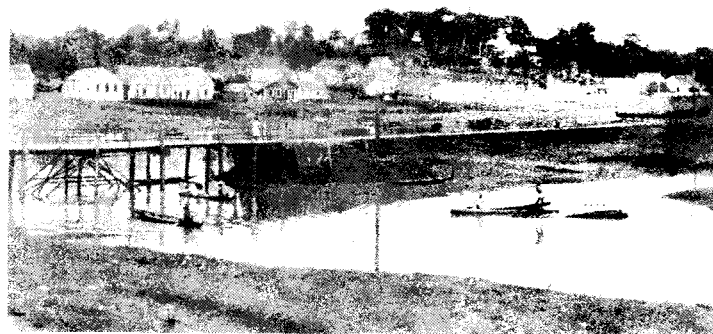
Em 1896, os primeiros caucheiros peruanos começaram a aparecer. Em 1902, o comissário peruano Carlos Vasquez Guadra, estabeleceu-se oficialmente à foz do rio Amônea, dando início a uma seqüência de choques entre brasileiros e peruanos.

Com o Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, o Acre passou definitivamente ao Brasil. Por essa época o local Centro Brasileiro constituía-se de um povoado com algumas dezenas de casas e considerável movimento comercial.

Com a chegada do primeiro prefeito nomeado pelo Presidente da República, verificou-se a instalação do município no dia 7 de setembro de 1904. A instalação, de fato, ocorreu em 28 de setembro do mesmo ano, embora o Decreto n.º 1, assinado pelo prefeito, Coronel do Exército Nacional, Gregório Taumaturgo de Azevedo, date de 7 de setembro de 1904. A cidade de Cruzeiro do Sul, sede definitiva do município, foi fundada em 28 de setembro de 1904.

As contendas entre brasileiros e peruanos tiveram fim com a expulsão dos peruanos, estabelecidos em Pôsto Militar, na foz do Amônea, após forte combate travado naquele local, no dia 5 de novembro de 1904. Em favor dos direitos brasileiros lutaram as tropas do 15.º Batalhão de Fronteiras do Exército, reforçadas pela ajuda dos proprietários importantes dos arredores. Pelos peruanos lutaram as fôrças do Pôsto Militar, que totalizavam 80 homens armados. As tropas brasileiras estavam sob o comando do Capitão do Exército Nacional, Francisco de Ávila e Silva, enquanto que os peruanos eram dirigidos pelo Major Ramirez Guadra. O número de mortos foi de 12, dos quais apenas um era brasileiro. Grande foi o número de feridos de ambas as partes.

Outro fato importante ocorreu no dia 1.º de junho de 1910, quando um movimento armado pró autonomia do Acre, depôs o Poder Constituído, formando-se o govêrno por uma Junta Governativa, que foi deposta em contralevante das fôrças legais, em 7 de setembro do mesmo ano. Foram figuras principais entre os rebeldes os coronéis da extinta Guarda Nacional, Francisco Freire de Carvalho

Aspecto Parcial da Cidade

Ponte Sôbre o Riacho

João Bussons e Mancio Agostinho Rodrigues Lima. Destacou-se pela legalidade o Capitão do Exército Guapindaia de Sousa Rodrigues, que comandou as tropas no contralevante.

Em 1913, vasta área do município foi desmembrada, para formação do vizinho Município de Tarauacá, neste Território.

A 1.º de outubro de 1920, o Govêrno Federal deu nova organização ao Território do Acre, unindo os municípios sob um Govêrno Geral, com sede na cidade de Rio Branco, que passou a ser a Capital do Acre.

Após a nomeação dêsse primeiro Governador-Geral, em 1921, Dr. Epaminondas Jácome, o município passou a ser administrado pelos Prefeitos nomeados pelo Governador, regime que ainda perdura. Cruzeiro do Sul, perdeu, assim, a categoria de capital do Alto Juruá. Seu progresso se vem processando lentamente, apesar do esfôrço e estoicismo de seu povo e o acêrto das providências de alguns administradores. É que a própria situação geográfica, como aliás de todo o Território, lhe é adversa, e os recursos financeiros insuficientes para dotá-lo daquilo que a própria natureza lhe negou: transporte fácil e eficiente.

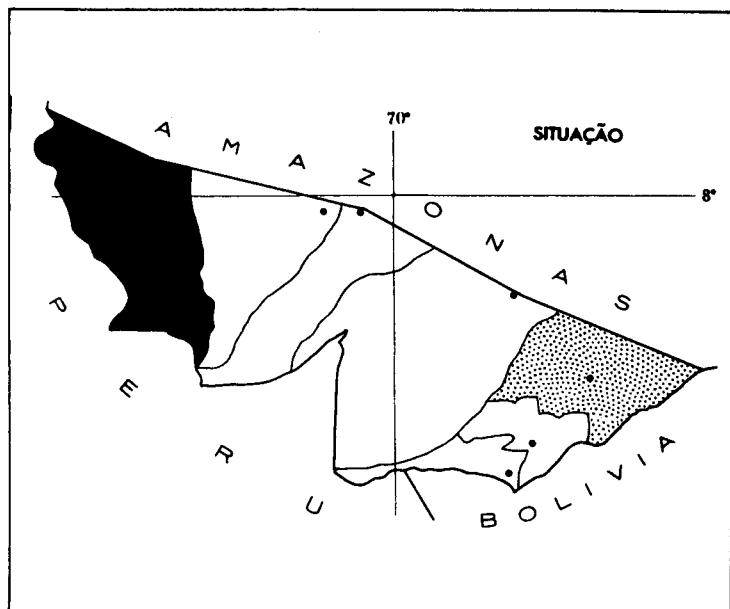
A não ser as sucessivas substituições dos seus Prefeitos, as quais, via de regra, estão ìntimamente ligadas às mudanças dos Governadores, nenhum acontecimento digno de menção especial ocorreu no período de 1922 a 1937, no setor administrativo municipal, o mesmo acontecendo nas outras esferas da vida do município nessa etapa da sua história.

Na Divisão Administrativa e Judiciária do Território, fixada para o qüinqüênio 1939-1943, de acôrdo com o Decreto-lei Federal n.º 968, de 21 de dezembro de 1938, o município figura com quatro distritos: — Cruzeiro do Sul, Japiim, Pôrto Valter e Taumaturgo. Essa composição vem sendo mantida até a época atual, vez que as divisões processadas para os qüinqüênios 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1958 não estabeleceram qualquer alteração. O Município é sede de comarca.

Consoante se esclareceu acima, não se realizam, por imperativo das leis vigentes, eleições para composição dos Poderes Legislativo e Executivo municipais. Não há por conseguinte Câmaras Municipais. O Poder Executivo enfeixa tôdas as prerrogativas, outorga essa que lhe conferiu o Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio de 1943. É o seu atual Prefeito o Sr. Fernando Peres Nobre.

O Município de Cruzeiro do Sul fazia parte integrante do Estado do Amazonas, jurisdição de São Felipe, hoje Eirunepé.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Cruzeiro do Sul está localizado na zona fisiográfica do vale do Juruá, e limita-se ao norte com o Estado do Amazonas, a este, com o Município de Tarauacá; e ao sul e oeste, com a República do Peru. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficos: 7º 37' 45" de latitude Sul, e 72º 39' 59" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 188 metros.

CLIMA — O clima do Município de Cruzeiro do Sul é, em geral, quente. O período normal das sêcas é de julho a agôsto, e das chuvas, de janeiro a março. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956, os seguintes dados: média das máximas 30ºC; média das mínimas 20ºC.

ÁREA — A área do município é de 31 312 km². Cruzeiro do Sul é o 2.º município do Acre, em extensão territorial. Observa-se ainda que dois Estados da Federação — Alagoas e Sergipe — têm superfície inferior.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: rio Juruá, afluente do Amazonas; nasce no Peru, atravessando o território do município na direção S.-N. numa extensão de cêrca de 490 km. É navegável até a cidade de Cruzeiro do Sul, em qualquer época do ano. Rio Môa, afluente do Juruá, tem um percurso de 266 km; é navegável por embarcações de pequeno calado. Rio Breu, que serve de limite entre o Brasil e o Peru. Serra do Môa, cuja maior altura, no município, é de cêrca de 100 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem as únicas riquezas naturais do Município, que tem na seringueira (hevea brasiliensis), na castanha-do-pará (bertholletia excelsa), e nos animais silvestres: caititu (picari tajaçu), veado (suaçu), queixada (tajaçu-picari), anta (tapirus americanus), etc., os principais fatôres da sua economia. O município possui, também, nas suas matas, grande variedade de madeiras para construção, como: arariquera (mimquarta guianensis), cedro (cedrula, aniba, larix), cumaru (coimarana adorata), guariúba (clarisia nitida e clarisia racenosa), itaúba (ocotea magaphila), aguano (swietenia mahogoni), pequiá ou amarelão (cariocar brasiliensis), etc. Possuem, ainda, as selvas do município, grandes variedades de palmeiras oleaginosas (açaí, bacaba, patauá), além de inúmeras outras espécies. Há, também, variadíssima quantidade de aves: arara (fam. psitarídeos), garça (casmerodius albus agretta), inhambu (crypturellus), jacamim (psophia crepitans), juriti (oreoploleia), tucano (rhamphastus culimatus e ariel), etc.

Nos seus rios e igarapés são encontrados vários tipos de peixe, sendo os principais: curimatá (fam. prochilodus), dourado (salminus brevidens), Jandiá e mandi (fam. silurídeos), matrinchão (brycon brevicaudatus), etc.

Há indícios da existência de petróleo, ouro e outros minerais, no município.

POPULAÇÃO — A população do município, que, segundo o Recenseamento Geral de 1950 era de 21 761, tinha a seguinte composição: homens — 11 544; mulheres — 10 217; habitantes da zona urbana — 3 709; da zona rural — 18 052. Cruzeiro do Sul é o segundo município, segundo a população, do Território do Acre. A sua densidade demográfica, dada a extensão territorial, é baixa, 0,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Conforme os números acima, localizavam-se na zona urbana 17% de sua população, percentagem inferior sòmente à do município da Capital, 34%, e à do Território, 18%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A aglomeração urbana mais importante é a sua sede, cidade de Cruzeiro do Sul, que, em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico, possuía 3 709 habitantes; dêstes, 1 836 eram homens e 1 873 eram mulheres. As pessoas de 5 anos e mais eram 3 099, destas, 1 651 sabiam ler e escrever, sendo 788 homens e 863 mulheres.

O município possui ainda as vilas de Japiim, com 1 607 habitantes; Pôrto Válter, com 192 habitantes, e Taumaturgo, com 108 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a produção extrativa vegetal, que em 1956 se elevou a Cr$ 45 805 470,00, sendo a borracha o maior responsável por essa soma, cuja produção, no ano referido, foi de Cr$ 40 829 830,00.

Depois da produção extrativa vegetal vem a produção agrícola, que, em 1956, atingiu o valor de Cr$ 29 767 025,00, sendo os produtos mandioca, café e arroz os seus principais contribuintes, com Cr$ 8 281 000,00, Cr$ 4 095 000,00.

A produção industrial do município é representada, principalmente, pelas indústrias de transformação de produtos alimentares (farinha de mandioca, açúcar bangüê, arroz beneficiado, panificação, etc); desdobramento da madeira, tijolos e telhas, extração de lenha, etc., tendo o registro industrial de 1955 apurado a existência de 4 estabelecimentos que funcionam com mais de 5 pessoas, e cuja produção montou em Cr$ 960 000,00, e 248 estabelecimen-

tos que funcionaram com menos de 5 pessoas, com a produção de Cr$ 7 247 000,00.

Na produção extrativa animal destacam-se os couros e peles de animais silvestres, cuja produção em 1956, foi de Cr$ 2 286 390 00, e a pesca, tendo a produção de peixes, no ano referido, ascendido a Cr$ 860 320,00.

Quanto à pecuária, o rebanho do município apresentava, em 1956, a seguinte composição, segundo o número de cabeças: bovinos — 2 750; eqüinos — 283; asininos — 6; suínos — 8 500; ovinos — 950; caprinos — 270; aves domésticas em geral — 39 190.

Cruzeiro do Sul ocupa o 1.º lugar na produção de café e de peixes, e o 2.º, na produção industrial e agrícola em geral.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com as praças de Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa principalmente, tecidos, calçados, ferragens, louças, armarinho, combustíveis, café, banha, azeite, bebidas, medicamentos etc., enfim tôdas as mercadorias consumidas no município. A exportação é constituída de borracha, madeiras, couros e peles de animais silvestres, café, arroz e farinha de mandioca. Na sede municipal existem, 86 estabelecimentos comerciais, sendo 10 atacadistas e 76 varejistas. Funcionam uma Agência do Banco do Brasil e outra do Banco de Crédito da Amazônia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Cruzeiro do Sul liga-se às sedes dos municípios vizinhos, à Capital do Território, e à Capital Federal, pelos seguintes meios de transporte: Tarauacá — aéreo — 450 km, em 1,20 h, e fluvial — 2 189 km em 4 dias. À Capital do Território — aéreo — 588 km, em 2,30 h, e fluvial — 5 820 km, via Manaus, em 22 dias. À Capital Federal — aéreo 4 049 km, em 16,5 h, e fluvial-marítimo — 8 947 quilômetros, via Belém, em 32 dias.

O município é servido por várias emprêsas de navegação fluvial, pela Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A., pela Panair do Brasil S. A. e pelo Correio Aéreo Nacional, que mantêm linhas regulares até a cidade de Cruzeiro do Sul.

As comunicações são feitas através da Agência postal-telegráfica do D.C.T. e pelo Serviço de Radiocomunicação do Govêrno do Território. Há, ainda, uma estação radiofarol do Correio Aéreo Nacional (F.A.B.).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cruzeiro do Sul, que fica à margem esquerda do rio Juruá, apresenta agradável aspecto e boa vista panorâmica. Possui ruas bastante largas. Conta com 38 logradouros públicos, 938 prédios, e 3 709 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende por 30 logradouros. Há 251 ligações domiciliares. Entre os seus principais logradouros se destacam o "Boulevard Taumaturgo de Azevedo" e a praça "Barão de Rio Branco".

Os seus edifícios mais importantes são o Grupo Escolar, edifício da Agência postal-telegráfica, Instituto Santa Terezinha e a Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem na sede municipal um hospital de clínicas gerais, da Santa Casa de Misericórdia, um leprosário e um pôsto de saúde, mantidos pelo Govêrno do Território; um pôsto de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Endemias Rurais; e mais 4 subpostos de saúde, localizados nas vilas Japiim, Pôrto Válter, Taumaturgo e na Colônia Rodrigues Alves.

Exercem a profissão, no município, 2 médicos, 2 dentistas, 2 farmacêuticos e 14 enfermeiros.

Existem no município 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município um centro da Legião Brasileira de Assistência, cuja finalidade principal é a assistência à maternidade e à infância; a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, que mantém um asilo para recolhimento de filhos sadios de hansenianos pobres; a Sociedade de São Vicente de Paula, que mantém um asilo para recolhimento de indigentes; e um Centro Operário Beneficente.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 17 601, apenas 4 925 sabiam ler e escrever; destas, 2 579 eram homens, e 2 332 eram mulheres. A percentagem total de pessoas que sabiam ler e escrever era de pouco menos de 28%. Quanto à sede municipal, das 3 099 pessoas de 5 anos e mais, 1 651 sabiam ler e escrever; destas, 788 eram homens e 863 eram mulheres.

ENSINO E EDUCAÇÃO — Em 1956, funcionaram 47 escolas de ensino primário, com 2 424 alunos matriculados. Dessas escolas, 15 localizavam-se no quadro urbano, e 32, no quadro rural. Na sede municipal funcionou, também, uma escola normal regional, cuja matrícula, em 1956, foi de 37 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na sede municipal 5 bibliotecas: "Taumaturgo de Azevedo", "Cruzeiro Ideal", "Biblioteca Paroquial", do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, do Instituto Santa Terezinha, sendo que as duas primeiras possuíam mais de 1 000 volumes. "O Juruá", quinzenário noticioso geral, é o jornal mais importante do município, aparecendo, ainda, mais outros, de menos importância. Na sede municipal existem 4 associações esportivo-culturais: "Clube Cruzeiro Ideal", "Juruá Esporte Clube", "Nauas Esporte Clube", "Grêmio Cultural Marechal Taumaturgo de Azevedo".

Outro Aspecto da Cidade

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$) 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	(Cr$ 1 000)
1950.......	460	—	990	527	1 009
1951.......	440	—	1 209	641	1 209
1952.......	777	—	1 470	979	1 469
1953.......	1 207	—	1 729	779	1 729
2954.......	1 125	—	1 507	799	1 507
1955.......	2 832	—	1 724	757	1 437
1956.......	2 552	—	(*) 2 156	1 130	(*) 2 156

(*) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existem, na sede municipal, dois obeliscos; um, comemorativo da fundação da cidade e outro, em honra a João Pessoa.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas mais importantes são os festejos do mês mariano, e de N. S.ª da Glória, no mês de setembro revestindo-se êstes de grandes cerimoniais, e congregando mais afluência de fiéis por se tratar da festa da padroeira do município. Existem no município duas paróquias: N. S. da Glória e N. S. da Conceição, e um curato, o de São Francisco, que encerram 22 templos, sendo 6 igrejas e 16 capelas.

Existem, ainda, 4 templos protestantes, 3 batistas e 1 pentecostal e 1 templo espírita.

A festa folclórica ou tradicional, digna de menção, é a de São João, praticada principalmente no interior do município.

A única efeméride municipal é o dia 28 de setembro, dia da fundação da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "cruzeirenses". A cidade possui 1 hotel e algumas pensões. A Maçonaria se faz presente através da sua loja intitulada "Fraternidade Acreana". É sede da Prelazia do Juruá.

(Autoria do histórico — Compilação da Agência Municipal de Estatística e da Inspetoria Regional; Bibliografia dos dados Estatísticos — Questionários preenchidos pela Agência de Estatística de Cruzeiro do Sul. Questionário das Campanhas Estatísticas. Relatório anual de 1956. — Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre — Censo Demográfico — Territórios Federais — Seleção dos Principais Dados — S.N.R.)

FEIJÓ — AC

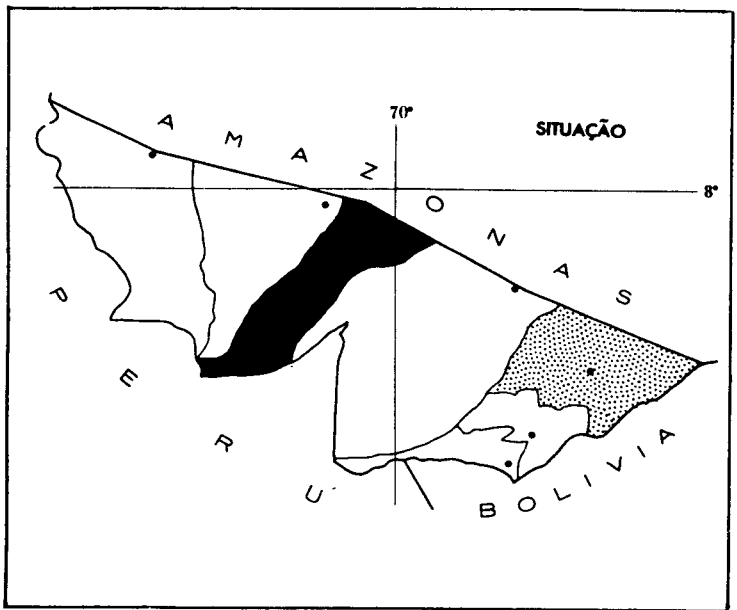
Mapa Municipal na pág. 227 do 1.º Vol.

Foto: pág. 86 do Vol. I

HISTÓRICO — Habitavam as terras do Município de Feijó as tribos Jaminauás e Chacauás. A primeira penetração de civilizados data de 1879, com a chegada à foz do rio Envira, do navio "Mundurucus", que conduziu para a região grande número de imigrantes nordestinos. Encontrando aborígenes, houve várias e pequenas refregas, conseguindo os nordestinos ir, aos poucos, desbravando a região. Subindo os rios e igarapés, começaram a demarcar seus "domínios", daí surgindo os atuais seringais. Entre êsses seringais realça o denominado "Pôrto Alegre", de propriedade de Francisco Barroso Cordeiro, em cuja sede foram, gradativamente, surgindo casas e mais casas, chegando ao ponto de o General Taumaturgo de Azevedo, então Prefeito do Departamento do Alto Juruá, elevar tal povoado, sede do seringal do mesmo nome, à categoria de vila, sob a denominação de Feijó, em homenagem a êsse grande vulto de nossa Pátria. O Decreto Presidencial n.º 968, de 21 de dezembro de 1938, elevou dita vila à categoria de cidade, ainda com o nome de Feijó (denominação conservada até hoje), lei aquela que, dando nova divisão administrativa e judiciária ao Território do Acre criava o Município de Feijó, com terras desmembradas dos muncípios acreanos de Sena Madureira e Tarauacá, compreendendo um só distrito. Sua instalação se verificou a 1.º de janeiro de 1939, sendo seu primeiro Prefeito e organizador o cidadão Raimundo Augusto Araújo, já falecido.

A Comarca também foi criada na mesma data (1.º de janeiro de 1939) mas teve vida efêmera; sua restauração sòmente ocorreu em 28 de dezembro de 1950, por ato do Govêrno Federal.

As leis vigentes no Território não permitem a realização de eleições para a constituição dos Poderes Legislativo e Executivo municipais. O cargo de Prefeito é de livre escolha do Governador. Desempenha atualmente as funções de chefe da Comuna, o Dr. Demóstenes Rodrigues, médico baiano que, há longos anos, vem prestando bons e inestimáveis serviços profissionais à população do município.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Feijó situa-se na zona fisiográfica do vale do Juruá, em ambas as margens do rio Envira, afluente do rio Tarauacá. Limita ao norte com o Estado do Amazonas; a este, com o Município de Sena Madureira; ao sul com a República do Peru; a oeste com o Município de Tarauacá. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 8º 09' 43" latitude Sul e 70º 21' 08" longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 249 m.

CLIMA — Em geral, o clima do município, como o de todo Território do Acre, é quente, apesar de se registrarem ondas de frio vulgarmente conhecidas por "friagem", provenientes do sul e sudeste, que têm a duração de 3 a oito dias. Essas ondas de frio provocam uma queda brusca de temperatura,

que vai, no espaço de 12 horas, de 35 a 10 graus centígrados. As chuvas são abundantes no período de novembro a abril, época em que se registram, também, pequenas trovoadas, não obstante a temperatura se manter mais ou menos quente. A época de maior intensidade de calor é de agôsto a outubro, fase de rigoroso verão.

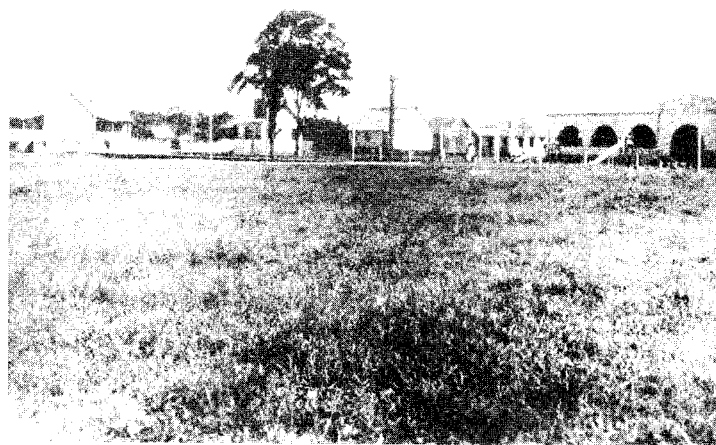
As oscilações mais acentuadas da temperatura, acima referidas, se verificam, geralmente, no período de junho a setembro.

ÁREA — A área do município, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 19 632 quilômetros quadrados. É o 5.° município do Território, entre os 7 ora existentes, em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rio Envira — nasce no Peru, toma inicialmente a direção sudoeste-nordeste e desemboca no rio Tarauacá (no Estado do Amazonas). Sua profundidade é de 4 metros, no inverno, e 1 metro, em média no verão. Banha a sede do município, o povoado Foz do Jurupari e inúmeras sedes de seringais. Rio Muru — nasce no Peru e toma a direção sudoeste-nordeste, e desemboca no rio Tarauacá (em frente à cidade acreana do mesmo nome). Tem a profundidade de 8 metros, no inverno, e 1 metro, em média, no verão. Serve de limite entre os municípios de Feijó e Tarauacá, e banha inúmeras sedes de seringais. Rio Jurupari — genuìnamente acreano, nasce e desemboca no rio Envira, em território do município, abaixo da linha geodésica Cunha Gomes. Tem a direção nordeste-noroeste. Sua profundidade é de 5 metros no inverno, e 0,50 m, em média, no verão. Paraná do Ouro — nasce e desemboca no município. Toma a direção sudoeste-nordeste. É pouco navegável, e sua profundidade varia entre 3 metros, no inverno, e 0,20 m, no verão.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e fauna constituem as únicas riquezas naturais do município, que tem na seringueira (hevea brasiliensis), na castanha-do-pará (bertholletia excelsa) e nos animais silvestres: caititu (picari tajaçu), veado (suaçu), queixada (tajaçu picari), anta (tapirus americanus), etc., os principais fatôres da sua economia. O município possui também, nas suas matas, grande variedade de madeiras para construção, como: arariquara (mimquartis guianensis), cedro (cedrula, aniba, larix), cumaru (coimarana adorata), guariúba (clorísia nítida e clarisia racenosa), itaúba (ocotea magaphila), águano (swietenia mahogoni), pequiá ou amarelão (cariocar brasiliensis), etc. Possui, ainda, as selvas do município, inúmeras variedades de palmeiras oleaginosas (açaí, bacaba, patauá), além de inúmeras outras espécies. Há, também variadíssima quantidade de aves: arara (fam. psitarídeos), garça (casmerodius albus egretta), inambu (crypturellus), jacamin (psophia crepitans), juriti (oreoplopeia), tucano (rhamphastus culminatus e ariel), etc.

Nos seus rios e igarapés são encontrados vários tipos de peixe, sendo os principais: curimatã (fam. prochilodus), dourado (salminus brevidens), jundiá (fam. silurídeos), matrinchão (brycon brevicaudatus), etc.

POPULAÇÃO — A população do município de Feijó que, segundo o Censo de 1950, era de 14 072 habitantes, oferecia a seguinte distribuição: homens — 7 903; mulheres — 6 169 sendo que 13 034 habitavam o quadro rural e 1 038, a zona urbana. Das pessoas de 5 anos e mais, apenas 2 606 sabiam ler e escrever.

Praça da Bandeira

É Feijó um dos municípios menos populosos do Território do Acre, ou seja, o 5.° entre os 7 ora existentes. A sua população relativa era baixíssima — 0,72 habitantes por quilômetro quadrado, colocando-se em 4.° lugar em relação aos demais municípios acreanos. Sua população representa 12,26% do total do Território.

AGLOMERAÇÃO URBANA — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico, possuía 1 038 habitantes. Dêstes, 562 eram homens e 476 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 826, 433 sabiam ler e escrever; destas, 231 eram homens e 202 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui a produção extrativa vegetal a principal atividade econômica do Município, cujo valor total atingiu, em 1956, a soma de .... Cr$ 42 126 226,00, sendo a borracha quase que a única responsável por essa cifra, contribuindo como contribuiu realmente com Cr$ 38 475 126,00, ou seja, 91% do total da produção. Vem a seguir, madeiras em geral, com a cifra de Cr$ 1 235 400,00, representando, apenas, 3% do total, cabendo o restante a produtos diversos.

Depois da produção vegetal, destaca-se a agrícola, cujo valor alcançou a soma de Cr$ 11 170 791,00. Para êsse valor, o produto que mais concorreu foi o arroz com casca (Cr$ 2 046 000,00). Mandioca, cana-de-açúcar, fumo em fôlha contribuíram com Cr$ 5 667 000,00, para o valor total da produção.

Na produção extrativa animal, destacam-se, apenas, os couros e peles de animais silvestres, bem assim a carne de caça, alimentação básica dos habitantes do interior do município. Tais produtos concorreram com as quantias de Cr$ 1 851 374,00 e Cr$ 3 457 935,00, respectivamente.

A pecuária, no município, é ainda pouco desenvolvida. Os principais rebanhos são de bovinos, suínos, ovinos e aves em geral, cuja população era de 5 300, 15 000, 1 270 e 54 722 cabeças, respectivamente. Os demais possuem rebanhos sem expressão econômica, por serem de fato reduzidos.

A produção industrial do município é representada, principalmente, pelas indústrias de transformação de produtos alimentares (farinha de mandioca, açúcar, arroz beneficiado, panificação, etc.), desdobramento de madeira, fabricação de tijolos e telhas, extração de lenha, etc., tendo

Av. Epaminondas Martins

o registro industrial de 1955 apurado a existência de 50 estabelecimentos, a maioria dos quais situados na zona rural, e que empregavam menos de 5 pessoas, totalizando a produção em Cr$ 1 692 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações principalmente com as praças de Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa tecidos, calçados, ferragens, armarinhos, combustíveis, gêneros alimentícios, bebidas, medicamentos e demais mercadorias consumidas no município.

A exportação é constituída de borracha couros e peles, madeiras.

Na sede municipal há 2 estabelecimentos comerciais atacadistas e 7 varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Feijó liga-se às cidades vizinhas, à Capital do Território e à Capital Federal, pelos seguintes meios de transporte: Sena Madureira — aéreo — 205 km, em 1 hora e 25 minutos; fluvial — (via Manaus — AM) — 5 404 km, em 20 dias; Tarauacá — aéreo — 45 km, em 0,15 h; fluvial — 471 km, em 3 dias; a cavalo — 61 km, em 14 horas, pela Estrada Feijó—Tarauacá. Capital do Território — aéreo — 565 km, em 2 horas; fluvial, via Manaus, 5 461 quilômetros, em 20 dias; Capital Federal — aéreo — 4 882 quilômetros, em 17 horas; fluvial — 2 960 km, em 11 dias, até Manaus (AM) e fluvial e marítimo — 5 845 km, em 20 dias.

O município é servido por várias emprêsas de transporte fluvial, pela Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A. e pelo Correio Aéreo Nacional.

Há o sistema de comunicações tradicionalmente usado pelo público, através da Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Existe, também, a estação telegráfica do Govêrno utilizada pelas repartições públicas, melhoramento êsse recentemente introduzido e que magníficos e eficientes serviços vem prestando à administração pública.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Feijó, que fica à margem direita do rio Envira, afluente do Tarauacá e confluente do Juruá, apresenta aspecto agradável. Sua topografia é regular. Possui 12 logradouros públicos, 292 prédios, e, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, 1 038 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 10 logradouros e a domiciliária conta com 156 ligações. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se a Avenida Epaminondas Martins e a Praça da Bandeira. Os seus prédios mais importantes são: O Grupo Escolar "Raimundo Augusto Araújo" e a Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto de Saúde, mantido pelo Govêrno do Território, presta assistência médica à população. Por outro lado, realizando a profilaxia das endemias rurais, está funcionando o Pôsto dêsse serviço especializado. Acha-se em via de conclusão um hospital de clínicas com capacidade para 30 leitos. Exercem a profissão na cidade: 1 médico, 1 dentista e uma enfermeira.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Legião Brasileira de Assistência está representada no município por um pequeno órgão, o qual vem prestando, dentro das parcas possibilidades de que dispõe, auxílio e assistência à maternidade e à infância.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do último Recenseamento, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 11 255, 2 606 sabiam ler e escrever; destas, 1 634 eram homens e 972 mulheres. A percentagem total das pessoas que sabiam ler e escrever era de 23%, inferior à do Território, que é de 29,31%. Quanto à sede municipal, das 826 pessoas de 5 anos e mais, 433 sabiam ler e escrever; destas, 231 eram homens e 202 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 17 escolas de ensino primário, com 806 alunos matriculados. Dessas escolas, 5 localizavam-se no quadro urbano e 12 no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Feijó conta com uma biblioteca, mantida pela Prefeitura Municipal, com 3 449 volumes catalogados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal (2)		
			Total	Tributária	
1950	487	—	658	658	652
1951	570	—	696	696	1 695
1952	521	—	760	760	1 759
1953	416	—	1 271	1 271	1 114
1954	437	—	1 190	1 190	1 180
1955	710	—	1 125	1 125	1 108
1956	914	—	(*) 1 438	1 438	1 438

(*) Os dados da receita municipal referentes a 1956 são do orçamento.
(1) Registro Fiscal (Fonte). — (2) Fonte: Agência Municipal de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há, no município, 7 templos da Igreja Católica Apostólica Romana: Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e as 6 Capelas públicas localizadas no interior. O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, subordinada à Prelazia do Alto Juruá. As festas religiosas mais importantes são as de N. S. do Perpétuo Socorro, no mês de maio.

Existem, ainda, templos protestantes da seita pentecostal, que congrega regular número de adeptos.

A festa folclórica ou tradicional digna de referência é a de São João, praticada principalmente no interior do

Rua Marechal Deodoro

município. A efeméride municipal que merece destaque é o dia 1.º de janeiro, data da instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "feijoenses". Existem 2 pensões na cidade.

(Autoria do histórico — Compilação da Agência de Estatística do município e da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Questionários preenchidos pela Agência de Estatística de Feijó — Questionários das Campanhas Estatísticas — Relatório anual de 1956 — Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre — Censo Demográfico — Territórios Federais — Seleção dos principais dados — S.N.R.)

RIO BRANCO — AC

Mapa Municipal na pág. 223 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 82, 84, 92, 114, 126, 150, 152, 153, 154, 160, 180, 182, 184, 185, 214, 230, 234 e 245 do Vol. I

HISTÓRICO — Habitavam o município de Rio Branco, as tribos dos índios Canamaris, Catianas. Ipurinás, e Maneteris, tôdas pertencentes à família dos Aruaques, dominantes da bacia do Purus.

Os primeiros civilizados que pisaram as terras rio-branquinas foram os homens da caravana de Manuel Urbano da Encarnação que, em 1861, subindo o Purus, penetrou no rio Acre, atingindo a foz do rio Xapuri, dali retrocedendo em virtude de grandes hostilidades oferecidas pelos nativos.

Outras excursões sucederam à de Manuel Urbano, tendo, portanto, a partir do ano referido, o vale do Acre entrado para os nossos conhecimentos territoriais e hidrográficos.

Com o flagelo da sêca de 1877/1878, grandes levas de nordestinos refugiaram-se na Amazônia, sendo, então, a região do vale do Acre uma das preferidas por aquêle povo trabalhador e amante do torrão natal, porém forçado por tão triste circunstância, a emigrar, fugindo ao espectro da fome.

Praça Rodrigues Alves

Mantendo lutas com os nativos e com a natureza inóspita, os nordestinos, entregando-se ao mister da extração da borracha bruta, foram se radicando ao meio, constituindo-se os seringais e firmando-se a posse da terra.

Conjunto Residencial

Pelos fins de 1882, penetra o rio Acre os emigrantes cearenses: irmãos Leite, Manuel Damasceno Girão e Newtel Maia. Os irmãos Leite resolvem parar no local que é atualmente a sede do seringal "Bagaço". Manuel Damasceno Girão prossegue rio acima, até a foz do rio Xapuri, onde funda o seringal do mesmo nome. Finalmente, Newtel Maia resolve instalar-se em um lugar que dista algumas milhas de Bagaço, fundando aí o seu seringal, que se denominou "Emprêsa". E, assim, no dia 28 de dezembro de 1882, eram lançados os primeiros fundamentos de civilização no local da atual cidade de Rio Branco.

Agência do Banco do Brasil

"Emprêsa" situa-se à margem esquerda do rio Acre, a 5.845 quilômetros da cidade de Manaus.

Newtel Maia desmatou cêrca de um hectare de terra, construiu um barracão de madeira, cobrindo-o de palhas de palmeiras. Outras casas de empregados e peões foram também construídas na clareira aberta no seio da mata virgem.

Imprensa Oficial

Educandário "Santa Margarida"

Pouco a pouco, Emprêsa se constituía de um pequeno povoado com cêrca de vinte pessoas.

O seringal ora fundado, em breve, cresceu de população, tornando-se um dos mais importantes do Acre. Nêle, no dia 18 de setembro de 1902, na margem oposta do rio, logo acima da sede, numa curva que se denominava "Volta da Emprêsa", teve lugar o violento combate entre as tropas revolucionárias de Plácido de Castro e um contingente do exército boliviano, o primeiro da grande revolução, graças à qual o Acre foi integrado ao Brasil. Com o revés so-

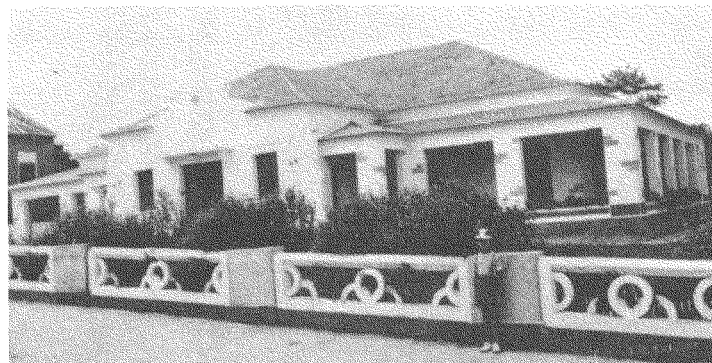
Grupo Escolar "Presidente Dutra"

frido pelos revolucionários, Emprêsa cai em poder dos bolivianos que, aí, se mantêm até o dia 15 de outubro do mesmo ano, quando, em segundo combate, Plácido de Castro os expulsa, na memorável batalha da "retomada de Emprêsa". A partir dêsse dia, 15 de outubro de 1902, Emprêsa se constitui em sede da revolução, até 4 de abril do ano seguinte, época em que chega e se instala no povoado um contingente do Exército brasileiro, sob o comando do General Olímpio da Silveira, que vinha promover a ocupação militar do Acre, enquanto se concluíam, no Rio de Janeiro, as negociações diplomáticas, entre o Brasil e a Bolívia, sôbre o território litigioso.

Quartel da Guarda

No dia 13 de maio de 1903, o General Olímpio da Silveira, proclama, em Emprêsa, o término da Revolução,

Departamento de Saúde Pública

pondo todo o Território sob a sua jurisdição, e, na mesma data dissolve o Exército Revolucionário Acreano.

Sede do "Rio Branco Futebol Clube"

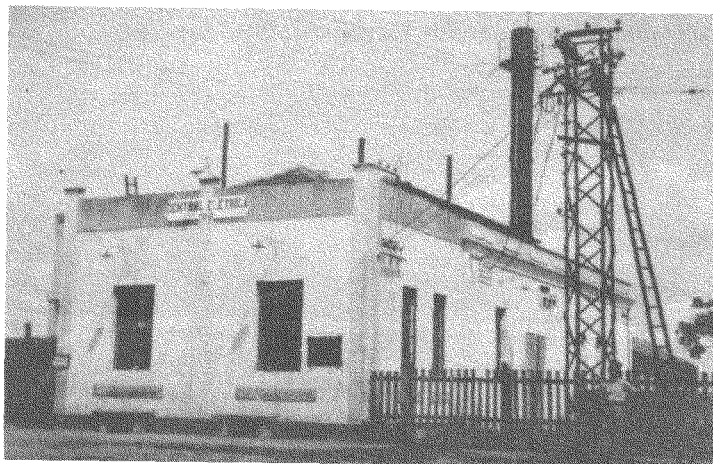
Com a celebração do Tratado de Petrópolis, no dia 17 de novembro do mesmo ano, entre as Repúblicas do Brasil e Bolívia, Emprêsa, como todo o Território do Acre, passa definitivamente ao domínio brasileiro.

Pôsto de Puericultura

Por fôrça do Decreto Federal n.º 5 188, de 7 de abril de 1904, que estabelece a primeira divisão territorial acreana, o povoado "Emprêsa", juntamente com outros seringais

Estação Experimental

Hotel Chuí

situados no vale do Alto Purus e Acre, passam a integrar o Departamento do Alto Acre.

Usina Central Elétrica

No dia 28 de agôsto de 1904, por ato do primeiro Prefeito do Departamento récem-criado, Cel. Rafael da Cunha Matos, Emprêsa é elevada à categoria de vila e designada

Mercado Público

para a sede do Departamento do Alto Acre, sendo na mesma data instaladas a respectiva Prefeitura, a Delegacia de

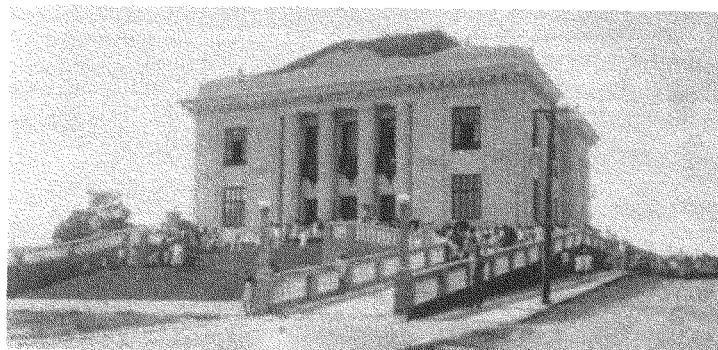
Praça "Gal. Eurico Gaspar Dutra"

Polícia e a primeira escola primária. A 7 de setembro do mesmo ano, é elevada à categoria de cidade.

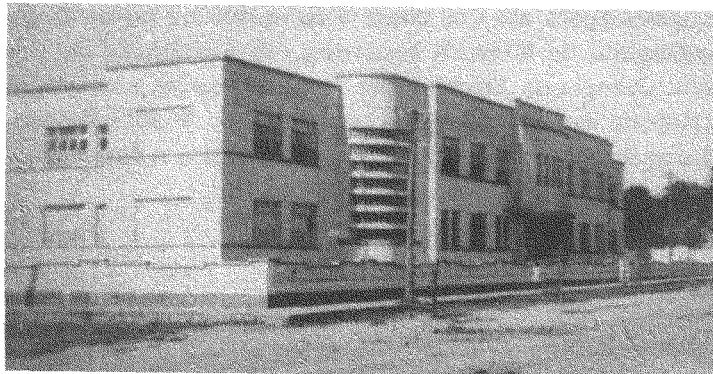
Vista do Rio Acre no Verão

No dia 26 de março de 1908, é criada a comarca do Alto Acre, sendo Emprêsa designada para sede da cidade do mesmo nome.

A 30 de junho do ano de 1909, por ato do Prefeito Gabino Besouro, é mudado o nome de "Emprêsa" para "Penápolis", em homenagem ao então Presidente da República, Dr. Afonso Pena.

No dia 11 de agôsto de 1910, é instalada a Agência Postal.

Palácio Rio Branco

Em 3 de outubro de 1912, outra vez é mudado o nome que, em justa e merecida homenagem ao Barão do Rio Branco, de cuja ação resultou o Tratado de Petrópolis, a cidade passou a denominar-se oficialmente "Rio Branco".

A 15 de fevereiro de 1913, é dada nova organização ao Território, em razão da qual é instalado o município de Rio Branco, a 13 de junho do mesmo ano.

Instituto "Getúlio Vargas"

A 7 de maio de 1913, é instalada a Estação Rádiotelegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.).

Em 7 de janeiro de 1914, realizam-se as primeiras eleições municipais de Rio Branco.

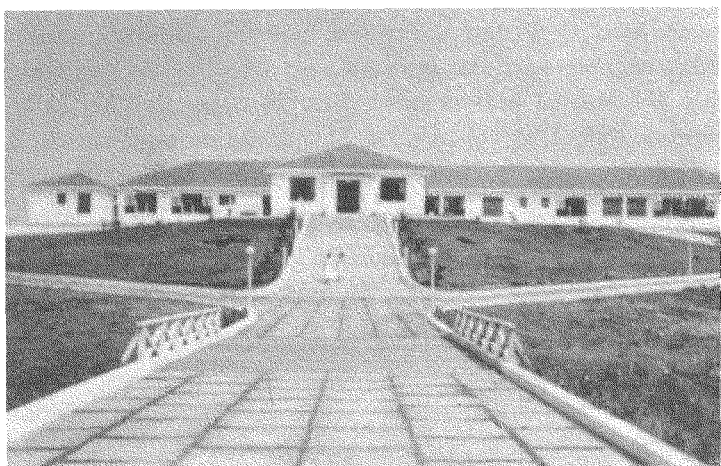
A 1.º de maio de 1915, é inaugurado o primeiro grupo escolar.

No dia 13 de maio de 1916, é inaugurado o Serviço de Luz Elétrica.

Estrada Rio Branco — Vila Plácido

A 28 de fevereiro de 1917, instala-se o Tribunal de Apelação.

No dia 13 de maio de 1918, inaugura-se o primeiro hospital de Rio Branco.

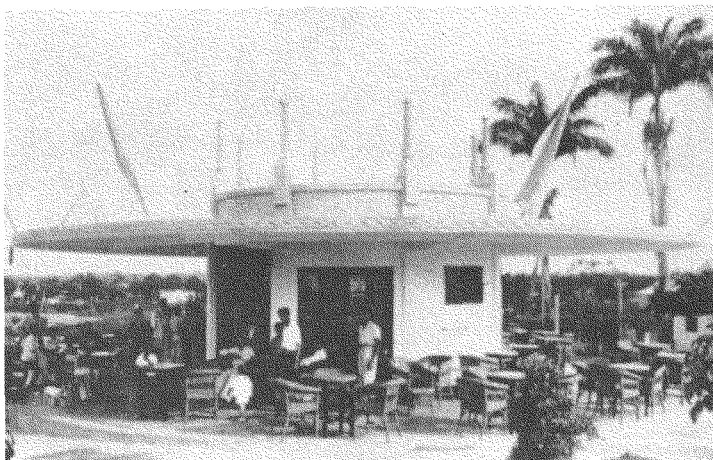
A 1.º de outubro de 1920, com a extinção dos Departamentos e unificação dos municípios em tôrno de um só govêrno, Rio Branco é escolhido para a Capital do Território do Acre.

Maternidade "Bárbara Heliodora"

A 15 de novembro do mesmo ano, instala-se a Mesa de Rendas Federais no Município e, a 28 do mesmo mês, é fundada a Paróquia de São Felipe e São Sebastião.

A 1.º de janeiro de 1921, toma posse o primeiro governador do Acre, Dr. Epaminondas Jácome.

No dia 16 de fevereiro de 1929, é fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Acre.

A 1.º de maio de 1931, é fundado o Curso Modêlo "1.º de Maio", para o ensino comercial e ginasial.

Instituto N. S.ª de Nazaré

Bar Municipal

Em 17 de julho de 1934, é instalado o Ginásio Acreano, tendo início no mesmo dia as aulas do curso.

No dia 20 de março de 1935, instala-se a primeira escola Normal de Rio Branco.

A 1.º de maio de 1935, inicia-se a construção do campo de pouso para aviões na cidade de Rio Branco, graças ao

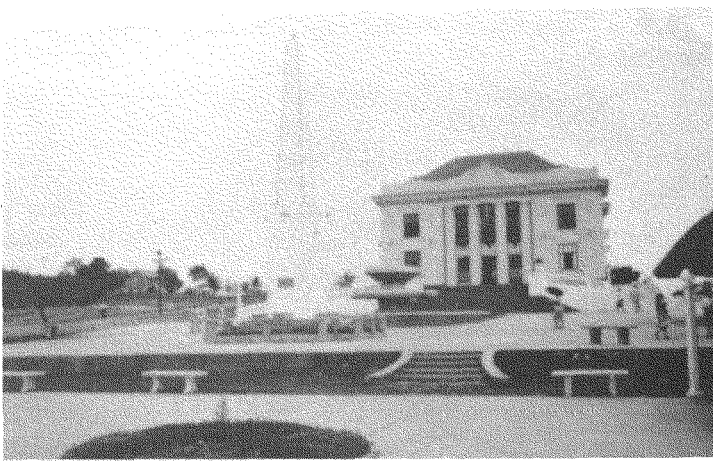
Fonte Luminosa

trabalho patriótico e decisivo do então Governador, Dr. Martiniano Prado.

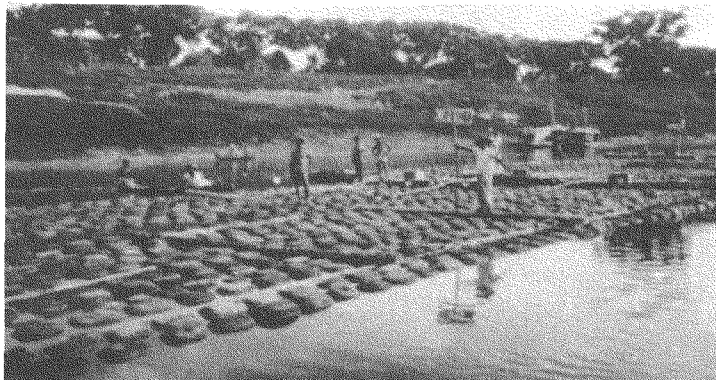
No dia 5 de maio de 1936, Rio Branco é visitada, pela primeira vez, por um avião anfíbio.

A 1.º de junho de 1943, é criada a Escola Técnica de Comércio Acreana.

A 27 de agôsto de 1944, inaugura-se a primeira e única radioemissora de Rio Branco, com a denominação de "Rádio Difusora Acreana" — Voz das Selvas — ZYD-9.

A Comarca de Rio Branco foi criada pelo Decreto Federal n.º 6.901, de 26 de março de 1908, que estabeleceu a primeira divisão judiciária do Território do Acre, época

Palácio do Govêrno

Grupo Escolar "Maria Angélica de Castro"

em que era, também, sede do Departamento do Alto Acre. Ficou, igualmente, como sede do Têrmo Judiciário, que se dividia em três distritos, além da sede. Êsses distritos eram: Riozinho, Capatará e Alto Acre.

Balsas — Meio de Transportes

Com a nova divisão Administrativa e Judiciária, baixada pelo Decreto Federal n.º 14.383, de 1.º de outubro

Uma das alvarengas do S.N.A.P.P.

de 1920, a Comarca continuou com a mesma composição e jurisdição.

Vista Parcial do 1.º Distrito

Nas divisões ocorridas em 1936/1937, a Comarca se divide em três têrmos e quinze distritos.

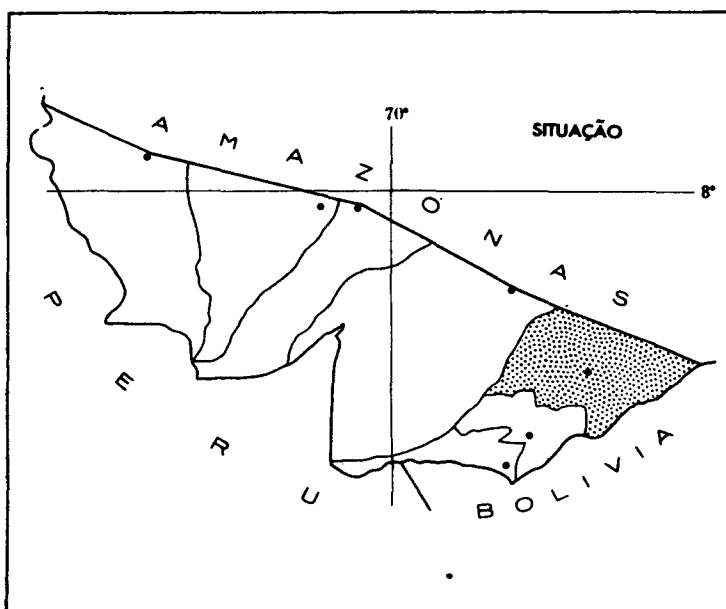
Com a divisão baixada pelo Decreto Federal, n.º 6.163, datado de 31 de dezembro de 1943, a Comarca ficou divi-

Outro Aspecto do 2.º Distrito

dida em três distritos e dezoito Zonas de Paz, situação que ainda permanece até a data atual.

A sede Municipal, além dos Juizados de Direito e de Paz, a Promotoria Pública, existem mais os seguintes órgãos da justiça: — Cartório do Registro Civil, Cartório do Crime e do Cível, Tabelionato e Cartório de Paz.

Não se realizam, por imperativo das leis vigentes, eleições para composição dos Poderes Legislativo e Executivo municipais. O Poder Executivo, por conseguinte, enfeixa tôdas as prerrogativas, outorga essa que lhe foi conferida pelo Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio de 1943. A Comuna está, no momento, confiada ao cidadão Jorge Felix Lavocat.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Rio Branco está localizado na zona fisiográfica do vale do Alto Purus e Acre,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

e limita ao norte, com o Território de Rondônia e o Estado do Amazonas; a este e ao sul, com a Bolívia; a sudoeste, com o município de Xapuri; a oeste e noroeste, com o município de Sena Madureira. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 58' 22" latitude sul e 67° 48' 40" longitude W. Gr.

Vista Parcial da Inundação — 2.º Distrito

ALTITUDE — A altitude da sede Municipal é de 136 metros.

CLIMA — O clima do Município de Rio Branco é em geral quente. O período normal das sêcas é de julho a agôsto e das chuvas de janeiro a abril. A temperatura em graus centígrados na sede municipal apresentou em 1956, os se-

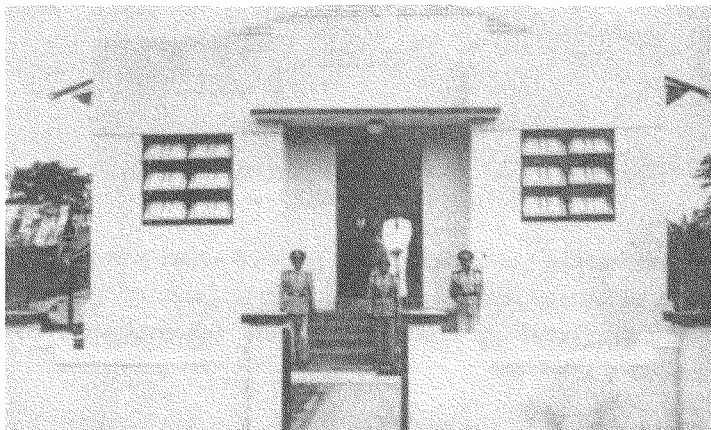
Rua Cunha Matos

guintes dados: média das máximas: 30,8; média das mínimas: 20,1; média compensada: 25,2.

ÁREA — A área do município de Rio Branco é de 19,427 quilômetros quadrados.

Rua 1.º de Maio — época da inundação

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Acre — direção S.O.-N.E., navegável por embarcações de pequeno calado (até 20 toneladas), em qualquer época do ano, e por embarcações maiores (de 70 e mais toneladas), sòmente no período das enchentes: novembro a abril. A profundidade média, no inverno, é de 10 metros, e no verão, 1 metro. Rio Abunã — direção S.-N.E. — serve de limites com a Bolívia. É navegável por embarcações de calado médio (até 50 toneladas). Tem a profundidade média de 8 metros, no inverno e 1 metros, no verão.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem as únicas riquezas naturais do município, que tem na se-

Delegacia Auxiliar de Polícia

ringueira (hevea brasiliensis), na castanha-do-pará (bertholletia excelsa), e nos animais silvestres: caititu (picari tajaçu), veado (suaçu), queixada (tajaçu picari), anta (tapirus americanus), etc., os principais fatôres da sua economia. O município possui, também, nas suas matas grande variedade de madeiras para construção, como: arariquara (mim quartis guianensis), cedro (cedrula aniba, larix), cumaru (coimarana adorata), guariúba (cla-

Prova Esportiva

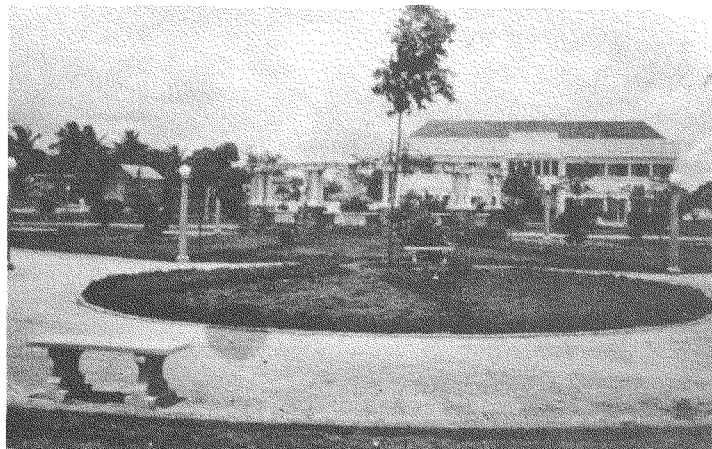
risia nitida e clarisia racenosa), itaúba (ocotea magaphila), águano (swietenia mahogoni), pequiá ou amarelão (cariocar brasiliensis), etc. Possuem, ainda, as selvas do município, grandes variedades de palmeiras oleaginosas (açai, bacaba, patauá, etc.). Há, também, variadíssima quantidade

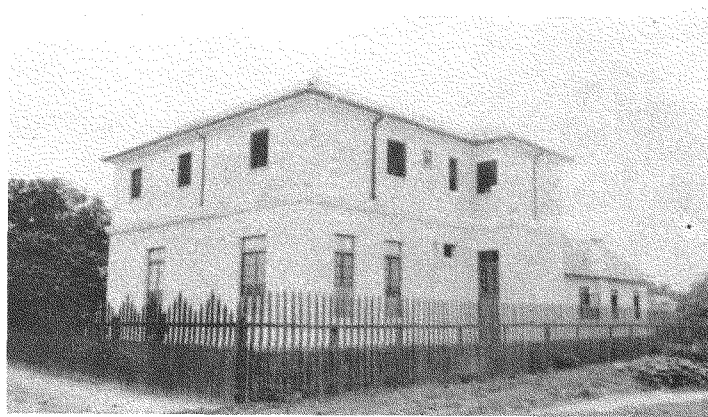
Vista da Praça "Gal. Eurico Gaspar Dutra"

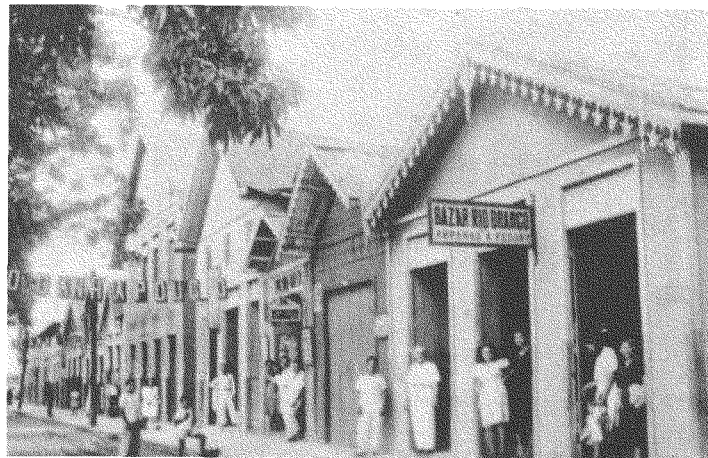
Festa Escolar

de aves: arara (fam. psitarideos), garça (fam. casmerodius albus egretta), inambu (crypturellus), jacamin (psophia crepitans), juriti (oreoploleia), tucano (rhamphastus culminatus e ariel, etc.

Dia da Pátria — Cultura Física

Nos seus rios e igarapés são encontrados vários tipos de peixe, sendo os principais: curumatã (fam. prochilodus), dourado (salminus brevidens), jundiá e mandi (fam. silurídos), matrinchão (brycon brevicaudatus), etc.

Jardim Público

POPULAÇÃO — A população do município de Rio Branco que, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 28.246 habitantes, tinha a seguinte composição: — 15.639 homens e 12.607 mulheres; brancos, 10.771; pretos, 1.682; amarelos, 4; pardos, 15.738. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16.819, 6.871 eram solteiros, 8.426 casados, 1.493 viúvos e 14 desquitados. Existiam 249 estrangeiros: 150 homens e 99 mulheres; 56 brasileiros naturalizados, sendo 34 homens e 12 mulheres. Quanto à religião, havia superioridade dos Católicos Romanos, cujo número em 1950 era de 27.424 (97%), sendo 15.639 homens e 12.607 mulheres. As outras religiões possuíam pequeno número de

Hospedaria Oficial

adeptos. Conforme os dados referidos, há grande superioridade da população parda e branca sôbre as demais. Verifica-se, outrossim, a predominância da população masculina, fenômeno, aliás, observado em todos os municípios do Acre.

Rua 17 de Novembro

Rio Branco é o município mais populoso do Acre, encerrando mais de 24% da população do Território. A sua densidade é a mais alta dentre os 7 municípios acreanos — 1 45 habitante por quilômetro quadrado.

Localizavam-se na sede municipal 9.371 habitantes, dos quais 4.688 eram homens e 4.683 eram mulheres. Como se vê, sòmente a sede municipal possui mais de 33% da população do município. Outro aspecto interessante é que a população da cidade, juntamente com as das sedes distritais, cujo total é de 9.707 habitantes, representa mais de 45% da população urbana do Território.

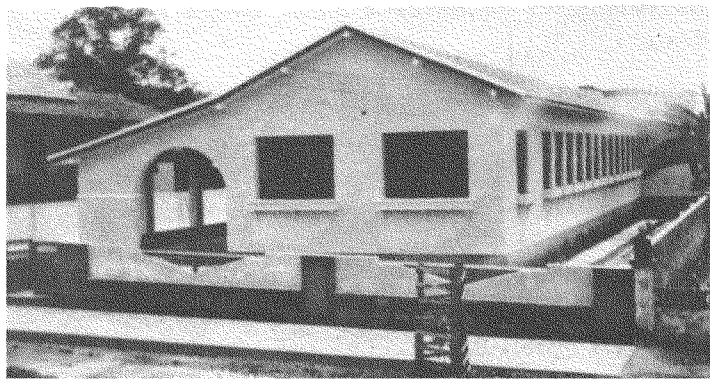
AGLOMERAÇÕES URBANAS — A sede municipal que, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, possuía 9.371 habitantes, dos quais 4.688 eram homens e . . .

Agência do Banco do Brasil

Dia da Pátria — Cultura Física

4.683 eram mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, que eram 7.730, sabiam ler e escrever 4.693; destas, eram homens, 2.392, e mulheres, 2.301. Tem, ainda, o município, a Vila Plácido de Castro que, em 1950 apresentou uma população de 172 habitantes, sendo 100 homens e 72 mulheres; e Vila Pôrto Acre, com 164 habitantes assim distribuídos: 91 homens e 73 mulheres.

Cine-Teatro Recreio

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a produção extrativa vegetal que, em 1956 se elevou a Cr$ 169.471.808,00, sendo a borracha e a castanha-do-pará, as maiores partes dessa soma, tendo a

Escola Infantil "Coração de Maria"

primeira contribuído com Cr$ 119.713.084,00, e a segunda, com Cr$ 26.280.800,00, ou seja, 70,6% e 15,5%, respectivamente, do total da produção extrativa vegetal.

Em segundo plano vem a produção agrícola que, em 1956, atingiu o valor de Cr$ 35.048.500,00, sendo que os produtos que mais contribuiram para essa soma foram: feijão, mandioca, arroz e milho, com Cr$ 10.407.600,00, ... Cr$ 5. 545.000,00, Cr$ 5.400.000,00 e Cr$ 4.200.000,00 respectivamente.

Na produção extrativa animal destacam-se couros e peles de animais silvestres e couros vacuns, cujo valor, em 1956, ascendia Cr$ 1.398.379,00 e Cr$ 277.620,00, respectivamente.

Delegacia de Polícia

Segundo o Registro Industrial de 1955, existiam naquele ano, no Município, 21 estabelecimentos que ocupavam mais de 5 pessoas, e cuja produção, atingiu .... Cr$ 16.526.000,00, e 369 estabelecimentos que ocupavam menos de 5 pessoas, com uma produção de .... Cr$ 13.887.000,00.

Agência do Banco do Brasil S.A.

O rebanho do município, em 1956, tinha a seguinte composição: — bovinos — 8.000 cabeças; eqüinos — 180 cabeças; asininos — 10 cabeças; muares — 700 cabeças; suínos — 13.000 cabeças; ovinos — 4.000 cabeças; caprinos — 100 cabeças, e aves domésticas em geral, 98.120 cabeças.

Grupo Escolar

Rio Branco ocupa o primeiro lugar quanto à produção extrativa vegetal, agrícola e industrial dentre os municípios acreanos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com as praças de Manaus, Belém, Recife, Rio de Ja-

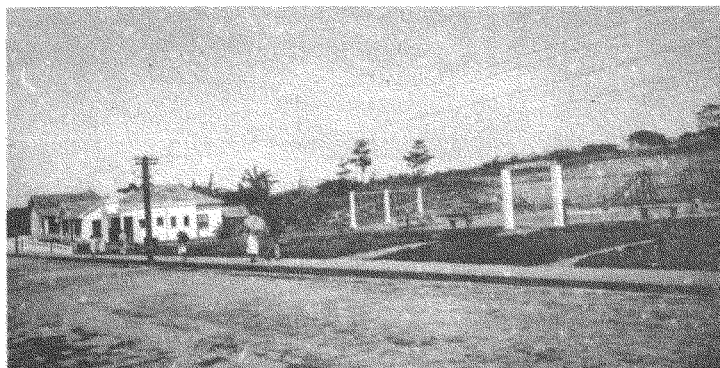
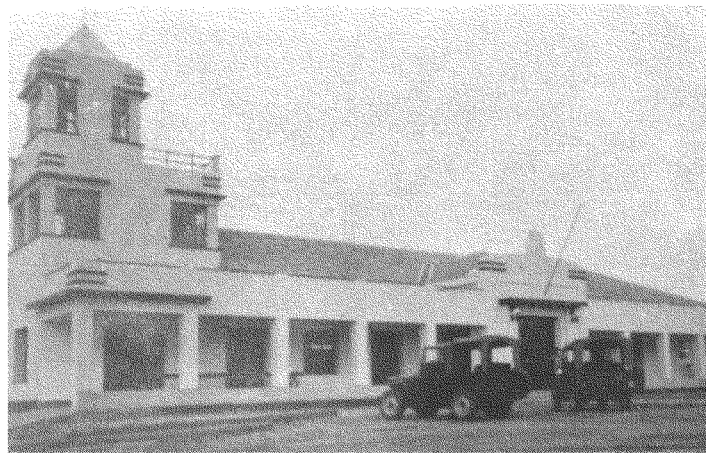
neiro e São Paulo, de onde importa, principalmente, tecidos, calçados, ferragens, louças, armarinhos, combustíveis, café, banha, azeite, bebidas, medicamentos, etc., enfim, tôdas as mercadorias consumidas no município. A exportação é constituída de borracha, madeiras, couros e peles de animais silvestres, etc. Na sede municipal existem 1 Agência do Banco do Brasil e 1 do Banco de Crédito da Amazônia, S.A.

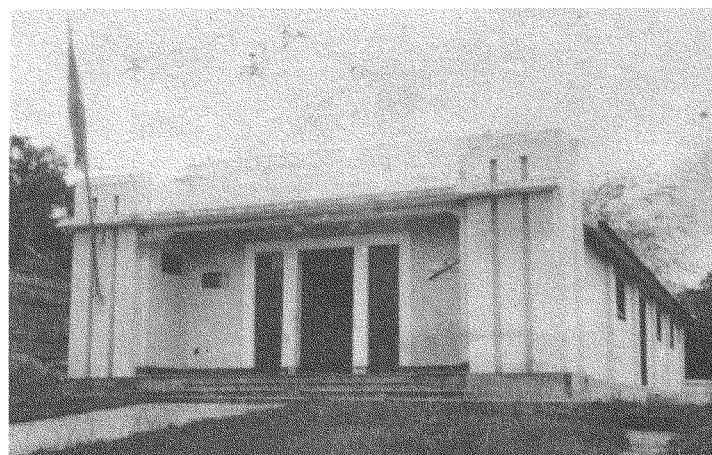
Outro Aspecto da Rua 17 de Novembro

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Rio Branco liga-se às sedes dos municípios vizinhos, à Capital do Território de Rondônia e à Capital Federal pelos seguintes meios de transporte: — Sena Madureira — aéreo: 110 km, em 0,35 h, e fluvial — 594 km, em 72 horas; Xapuri — aéreo: 105 km, em 3h 30 m; e fluvial — 274 km, em 2 dias; Bôca do Acre — AM — aéreo, 150 km, 0h 45 m, e fluvial, 360 km, em 3 dias; Pôrto Velho — aéreo, 455 km, em 1 h 45 m; Manaus — aéreo; 1 200 km, em 5 horas, e fluvial, 2 501 km, em 7 dias (descendo o rio); Capital Federal, — aéreo, 4 317 km, em 17 h, e fluvial e marítimo, 5 845 km, em 20 dias.

O município é servido regularmente pelas companhias de navegação aérea; Panair do Brasil, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e Correio Aéreo Nacional. Pelo Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (SNAAPP), durante a época invernosa.

Além da Agência Postal-telegráfica do D.C.T., há ainda no Município o Serviço de Radiocomunicação do Govêrno do Território, uma estação Radiotelegráfica dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. e uma estação Radiotelegráfica da FAB (Radiofarol).

ASPECTOS URBANOS — Principais logradouros: — Praça Eurico Gaspar Dutra e Rodrigues Alves; Avenidas Getúlio Vargas e Epaminondas Jácome; Ruas Benjamin

Parque Infantil "Getulinho".

Estação do Aeroporto "Santos Dumont"

Constant, 17 de Novembro, Marechal Deodoro, Floriano Peixoto. Principais edifícios: Palácio do Govêrno. Instituto Getúlio Vargas, Agência do Banco do Brasil, Agência do Banco de Crédito da Amazônia, S.A. Hotel Chuí, Quartel da Guarda Territorial, Grupo Escolar Presidente Dutra, Instituto Lourenço Filho, Grupo Escolar Maria Angélica de Castro, Prefeitura Municipal, sede do Rio Branco F. C.,

Inspetoria Regional de Estatística

Maternidade Bárbara Heliodora, Hospital Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Pública, Grupo Escolar Newtel Maia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, no município, dois importantes nosocômios que, pelos seus elevados padrões de instalações e requisitos modernos, são procurados por doentes de outras localidades, inclusive: hospital de clínicas gerais "Osvaldo Cruz" e a maternidade "Bárbara Heliodora". — O Centro de Saúde, o Pôsto de Puericultura, os Dispensários da Lepra e da Tuberculose e, ainda, mais dois Postos de Saúde na sede, prestam grande assistência à população do município. Além dêstes, situados na zona urbana do município, existem também um em cada distrito (Pôrto Acre e Plácido de Castro) e mais 6 unidades nas colônias agrícolas que atendem os habitantes da zona rural. Releva salientar o magnífico trabalho desenvolvido nesse setor pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Branco, entidade particular subvencionada pelo Poder Público.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município possui uma Comissão da Legião Brasileira de Assistência, para amparo à maternidade; Sociedade de Assis-

Vista do Pôrto

tência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra; Casa dos Desajustados Sociais; Sociedade Beneficente dos Operários de Rio Branco; Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos no Território do Acre; Educandário Coração de Maria, para crianças desamparadas; Educandário Santa Margarida — recolhimento de filhos sadios de hansenianos pobres; Sociedade Pestalozzi de Rio Branco — assistência ao escolar pobre. — Há no município 2 cooperativas de consumo.

ALFABETIZAÇÃO — De conformidade com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 23.354, apenas 8.526 sabiam ler e escrever; destas, 4.843 eram homens, e 3.683 eram mulheres. A percentagem total de pessoas que sabiam ler e escrever era de 37%. Quanto à sede municipal, das 8.017 pessoas de 5 anos e mais, 4.802 sabiam ler e escrever; destas 2.457 eram homens e 2.349 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 40 escolas do ensino primário com 2.720 alunos matriculados; dessas escolas, 15 se localizavam no quadro urbano, e 25 na zona rural. Na sede municipal funcionaram, ainda, 1 curso científico, 1 técnico comercial, 1 normal técnico e 2 ginásios, com matrícula de 42, 88, 43, 502 alunos, respectivamente. Existem, também, escolas de datilografia, corte e costura, etc.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município 6 bibliotecas: "Biblioteca Pública", de caráter geral, com 11.141 volumes; "Biblioteca Olavo Bilac", de caráter geral, e destinada a professôres e estudantes secundários, com 3.100 volumes; "Biblioteca do Departamento de Geografia e Estatística", especializada em Estatística e Geografia, com 6.800 volumes; mais 3 bibliotecas escolares, funcionando em Grupos Escolares, de leitura infantil e didática, com menos de 1.000 volumes, cada uma. Funcionaram em 1936, os seguintes jornais: "O Acre", "O Liberal", "Renovação" e "Jornal do Povo", os dois primeiros semanários e os dois últimos, quinzenais. Além dêsses existem, sem periodicidade certa, os jornais estudantis: "O Estudante", "O Principiante", "O Selecionado" e o "ETCA". Uma radioemissora, "A Voz das Selvas", onda intermediária, de 64,8 metros — 4.115 kc, transmite diàriamente variado programa noticioso e recreativo. No mesmo ano, verificava-se a existência das associações desportivas seguintes: América Esporte Clube, Atlético Acreano, Independência F. C., Rio Branco F. C., Associação Desportiva Vasco da Gama, União Esporte Clube. Há, também, três cinemas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal (2)		
			Total	Tributária	
1950	4 928	—	1 879	958	1 975
1951	2 442	—	2 630	905	2 640
1952	4 336	—	2 545	1 242	2 482
1953	4 741	—	2 277	1 361	2 345
1954	4 592	—	2 156	1 300	2 054
1955	10 076	—	3 436	1 707	3 603
1956	14 212	—	(*) 6 267	3 448	6 267

(*) Dados do orçamento.

(1) Fonte: Mesa de Rendas Federais. — (2) Fonte. Inspetoria Regional de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na praça General Eurico Gaspar Dutra, erguem-se: Um obelisco em homenagem à Revolução Acreana e uma Fonte Luminosa (uma das maiores do Brasil), com a denominação de "Fonte da Sagração', devido a sua inaugu-

ração haver ocorrido no dia em que foi sagrado o primeiro bispo no Acre, D. Júlio Matiolli.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São mantidos os hábitos, os costumes as moradias e as diversões tradicionais transmitidos que foram pelos nordestinos. Os hábitos de família são igualmente conservados. A religião professada pela quase totalidade da população é a católica romana. A alimentação segue, em linhas gerais, a generalidade da culinária brasileira excetuando-se esta ocorrência na zona rural onde, devido ao pauperismo e, sobretudo, pela ignorância da maioria, a alimentação é bastante precária, quer sob o ponto de vista sanitário, quer no que respeita ao paladar. O feijão, a farinha, de mandioca e a carne de animais silvestres, constituem os alimentos do nosso homem rural.

As moradias se caracterizam pelo aspecto tradicional da região. Com raras exceções, as casas residenciais são de madeira. Na zona rural, são precárias não apresentando, na sua quase totalidade, os mais rudimentares requisitos de confôrto e de higiene.

O regime de trabalho, na zona urbana, segue as normas estabelecidas pela Legislação Trabalhista, ao passo que no meio rural é geralmente praticado à revelia desta.

As diversões tradicionais são as mesmas generalizadas em todo o Brasil: bailes, danças, carnaval, festas de Igreja e festas de roça, estas últimas mais expressivas quando do transcurso da época junina.

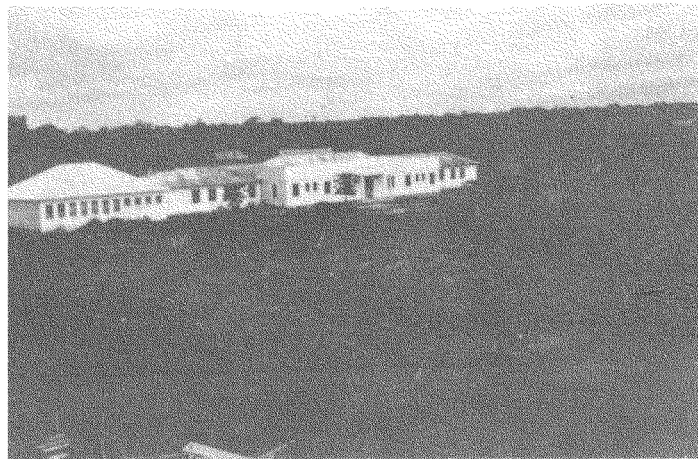
Embora a maioria, principalmente os habitantes do interior, conservem a tradição, verifica-se que nos centros urbanos há uma certa influência provocada pelos elementos já em constante contacto com as grandes metrópoles, notadamente da Capital da República, no sentido de algumas transformações no vestuário, nas moradias, nos costumes sociais, etc.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "Riobranquenses". A cidade possui 4 hotéis e 10 pensões. Existem campos de esporte, uma loja maçônica que se denomina "Igualdade Acreana". — Há ainda grêmios literários que congrega principalmente a classe estudantil. A cidade é edificada em ambas as margens do rio Acre. No primeiro distrito localizam-se as repartições públicas e as principais e mais destacadas construções residenciais. No segundo distrito, também com inúmeras casas residenciais, de construções mais modestas, congrega-se, entretanto, o maior centro comercial.

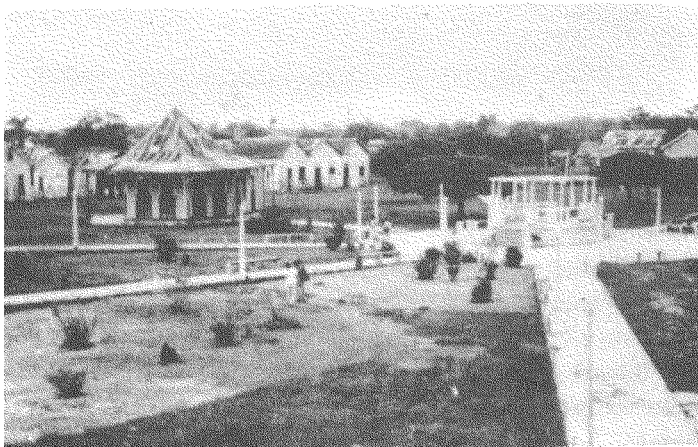
(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — "A Conquista do Deserto Ocidental" — Craveiro Costa. — Efemérides — publicação do DGE. — Relatório anual de 1956 — Departamento de Geografia e Estatística. — Censo Demográfico — Territórios Federais — Seleção dos principais dados — S.N.R.)

SENA MADUREIRA — AC

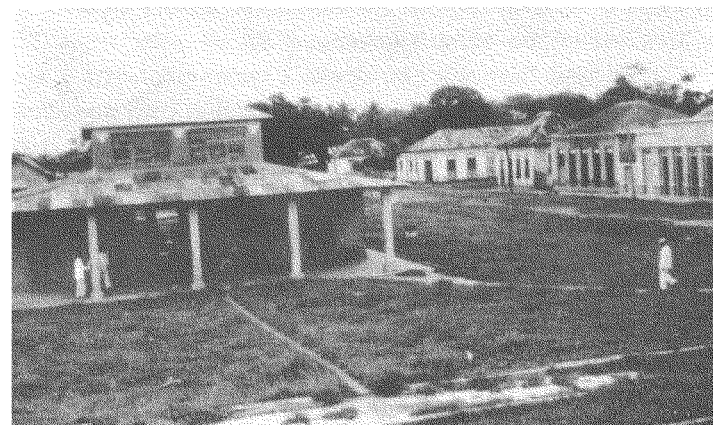
Mapa Municipal na pág. 225 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A entrada das primeiras expedições de nordestinos para a exploração dos seringais desta região, está documentada no mapa-Masô, pelo estacionamento de

Santa Casa de Misericórdia, em construção

Manuel Urbano da Encarnação, em 1861, no alto rio Purus, próximo à foz do rio Chambuiaco, em território peruano, acima da fronteira do Brasil com aquêle país — cêrca de cento e quarenta quilômetros —, onde aquêle brasileiro foi encontrado pela Comissão de Fronteira, no início dêste século.

Após terem desbravado grande parte do rio Amazonas e baixo Purus, encaminharam-se as levas dos destemidos

Praça 25 de Setembro

nordestinos, em batelões e frágeis canoas a remo, rio acima, penetrando a floresta, explorando-a, cruzando-a em tôdas as direções, em rudes provas de resistência, lutando contra a natureza inclemente e a hostilidade dos silvícolas bravios, a tudo levando de vencida, até se assenhorearem da gleba, efetuando as primeiras fixações.

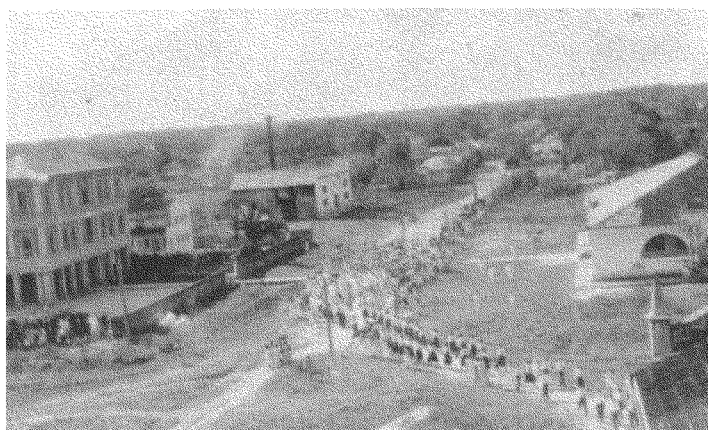
Chefiaram essas levas o já mencionado Manuel da Encarnação e o não menos intrépido cearense, de Uru-

Vista Parcial da Rua Pe. Egídio

Instituto Santa Juliana

buretama, João Gabriel de Melo, que, vendo as imensas e riquíssimas terras dos seringais do rio Aquiri (hoje rio Acre), foi quem primeiro acariciou a idéia de exploração organizada, e a pôs em prática.

Com êsse objetivo organizava expedições e com recursos financeiros que já possuía, e mais o crédito de que dispunha no comércio de Belém do Pará, principalmente na firma Visconde de Santo Elias, auxiliava os seus conterrâneos e companheiros, fornecendo-lhes o necessário em mercadorias e ferramentas.

Manuel Urbano da Encarnação, chefiando o seu grupo expedicionário, rumou para o alto Purus, explorou os seringais das duas margens e ali deixou os primeiros povoados, prosseguindo na ânsia de novas explorações, fixando-se onde foi encontrado, como ficou dito em linhas acima.

João Gabriel de Melo, depois de haver explorado grande parte dos rios Purus e Acre, voltou suas vistas para

Vista Parcial da Rua Avelino Chaves

o rio Iaco e seus afluentes, escolhendo aquêles a quem cabia a tarefa de devassá-los.

Foram vanguardeiros dessa jornada, os cearenses Francisco Barbosa, Agostinho Escócio e Benjamin Duarte Ponte Franco, no rio Iaco; Custódio Miguel dos Anjos e José Procópio, no Macauã; João Paulo da Costa Gadelha e Manoel Trindade Corrêa, no Caeté.

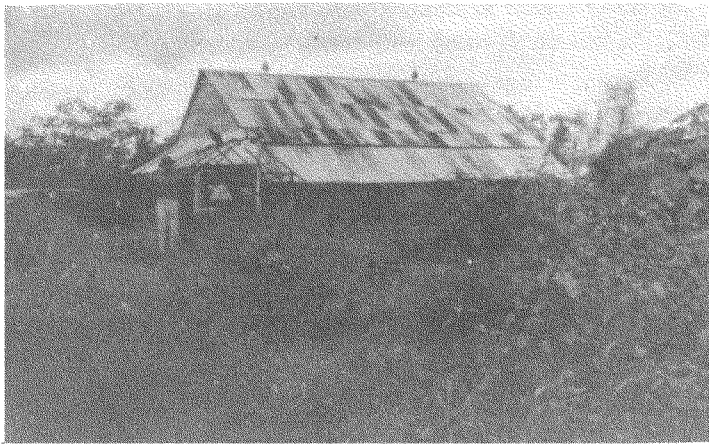
Catedral de São Peregrino

À subida de batelões seguiu-se a entrada de navios carregados de mercadorias e lotados de passageiros, mandados pelos proprietários da firma comercial "Visconde de Santo Elias", a quem o povoamento da região muito deve. Isto, pelos anos de 1877 e 1878, quando se intensificou o povoamento dos altos rios, com a vinda de novos nordestinos, em que, predominava sempre o cearense.

Praça Vitoriano Freire

A cada ciclo das sêcas do Nordeste, intensificava-se o afluxo de emigrantes, fazendo crescer de importância a região explorada e incrementar os ativos e já importantes centros de riqueza.

Formou-se, assim, em relativo espaço de tempo, uma sociedade que progredia, embora que com inevitável instabilidade, derivada de sua base econômica (extração da borracha), deslocando-se de uns pontos para outros até definitivamente instalar-se, depois do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, que trouxe como conseqüência a criação, ou melhor, a fundação de cidades.

O General Siqueira de Menezes, em cumprimento de sua alta missão, chegando ao rio Iaco, a 25 de setembro de 1904, após transpor a linha Cunha Gomes, em terras do Seringal Santa Fé, fundou a cidade de Sena Madureira, dando-lhe êste nome em homenagem ao Coronel do Exér-

Matadouro Municipal

cito brasileiro que prestara à Pátria relevantes serviços, não só na guerra contra o Paraguai, como também à causa abolicionista. No lugar da nova cidade, construiu um "papery", onde cotidianamente dava ordens e assinava o expediente da Prefeitura.

Fundada Sena Madureira, desde logo com categoria de cidade, e destinada a sede do Departamento do Alto Purus, não tardou o Govêrno Federal, pela sua posição geográfica, desse a entender espontâneamente, ser de fato, a Capital do Território, trazendo esta circunstância grande entusiasmo e emulação ao seu progresso. Assim foi que, em 1908, o Govêrno Federal instalou nesta cidade o primeiro Tribunal de Apelação, com jurisdição em todo o Território, e, em iguais condições, uma Secção de Justiça Federal, uma

Mesa de Rendas Federais

Administração dos Correios e Telégrafos, Delegacia Fiscal de Tesouro Nacional, Delegacia de Agricultura, além de ter sido sede das grandes Comissões de Obras Federais e Defesa da Borracha. Sena Madureira ainda constituiu-se em Inspetoria Agrícola, criada para o Território.

Em 1919, por ato do Santo Padre Bento XV, foi Sena Madureira galardoada com a sede da Prelazia do Alto Purus e Acre.

Com todos êsses serviços e a proteção que o Govêrno Federal lhe dispensa, ia tendo mais rápido desenvolvimento, notando-se até 1914, época do seu maior brilho e esplendor, grandes e notáveis melhoramentos, tais como: iluminação elétrica, hospital, usina de beneficiamento, serraria, bondes, e vários outros.

Esboçou-se o declínio dessa sociedade entre os anos de 1917 e 1918, com a retirada de quase tôdas as Repartições, ficando apenas a Companhia Regional, a Prefeitura do Departamento e a Prelazia. É bem de ver que a sociedade ressentiu-se da falta de elementos que constituíam, e haviam de sofrer forte colapso na sua evolução ascendente.

Do alto Juruá veio a idéia de que o Acre, como se tinha libertado do jugo estrangeiro, assim deveria livrar-se também do Govêrno Federal, declarando-se Estado Independente, autônomo, como os outros 21 da Federação. Empunhando esta bandeira revolucionária foi ali deposto o Prefeito João Cordeiro. Governava então o Brasil, o Dr. Nilo Peçanha. A idéia divulgou-se em todo o Território, até o eminente Dr. Ruy Barbosa prometeu amparar os legítimos anseios dos acreanos.

Grupo Escolar

Infelizmente, se bem que todos fôssem favoráveis à autonomia, não concordavam com os meios de consegui-la, pois, uns a queriam imediatamente, até por meio de armas, se necessário fôsse, outros, chamados "Progressistas", queriam-na, mas, mediante formas pacíficas e legais. Assim, o povo ficou dividido e, o que é pior, cada qual pensando de favorecer a boa causa, procurando subjugar o adversário.

Fatos lutuosos e funestos para Sena Madureira ocorreram em 1912, de baixo da bandeira autônoma, os quais deram em conseqüência, a deposição do Prefeito, Cel. Tristão de Araripe, e o estabelecimento de um govêrno revolu-

Igreja Prelatícia de S. Peregrino

Ponte de Acesso ao Grupo Escolar

cionário. Dêsses fatos muito impressionou o incêndio do edifício da Prefeitura. De 7 de maio a 8 de junho de 1912, o Departamento do Alto Purus estêve sob o poder de uma junta governativa revolucionária, que o proclamava independente, sendo que esta anormalidade cessou com a intervenção do Govêrno Federal, que enviou uma exposição de tropas, a qual, após ligeiro combate, repôs as autoridades legais.

Êste estado de coisas, porém, foi definitivamente modificado com o Decreto do Govêrno Federal, a 1.º de outubro de 1920, dando nova organização ao Território do Acre, unindo os municípios sob um Govêrno Geral, com sede na cidade de Rio Branco que passou a ser a Capital do Acre. Sena Madureira teve, assim, a mesma sorte de Cruzeiro do Sul, perdendo, portanto, em conseqüência dêsse ato, os foros de Capital do Departamento do Alto Purus e Acre.

Daí até a época presente, seu progresso vem se operando, como em todo o Território, em ritmo sobremaneira lento, face à série de fatôres que lhes são adversos, notadamente a dificuldade dos meios de transporte e exigüidade dos seus recursos financeiros.

Não obstante, foram sendo criadas novas Repartições, estando, atualmente, instaladas as seguintes: Prefeitura Municipal, Forum da Justiça, Coletoria Federal, Agência Postal-telegráfica, Agência Municipal de Estatística, Delegacia de Polícia, Comando do Departamento da Guarda Territorial, Inspetoria Agrícola Federal, Inspetoria Agrícola Territorial, Capatazia dos Portos, Pôsto de Saúde, Estação Meteorológica (sem funcionamento por falta de pessoal), Cadeia Pública, além de vários estabelecimentos de ensino.

Santa Casa de Misericórdia

A divisão administrativa e Judiciária do Território, fixada para o qüinqüênio 1939-1943, de acôrdo com o Decreto-lei Federal n.º 968, de 21 de dezembro de 1938, o município perdeu parte de sua área para a formação do município de Feijó. Pela mesma ficou dividido em dois distritos: Sena Madureira (sede) e Foz do Jordão. Tal situação vem sendo mantida até a época atual, vez que as divisões processadas para os qüinqüênios 1944-1948, ... 1949-1953 e 1954-1958 não estabeleceram qualquer alteração. O município é sede de comarca. Não há Câmaras Municipais. O Poder Executivo enfeixa tôdas as prerrogativas, outorgadas que foram pelo Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio de 1943. A Comuna está, no momento, confiada ao Sr. Teodomiro Pinto do Areal Souto, velho habitante da região.

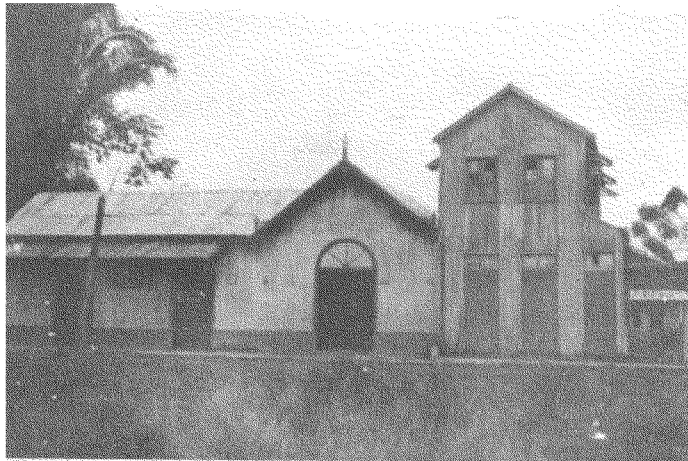
Agência dos Correios

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na zona fisiográfica do vale do Alto Purus e Acre, e limita ao norte com o Estado do Amazonas; a oeste com o município de Feijó; a este, com o município de Rio Branco; e ao sul, com a República da Bolívia. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 9º 03' 55" de latitude Sul e 68º 39' 39" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 135 metros.

CLIMA — Em geral, o clima do município é quente. A temperatura na sede municipal, em 1956, apresentou as seguintes variações: média das máximas — 31,2°C; média das mínimas — 18,9°C; e média compensada — 26,3°C.

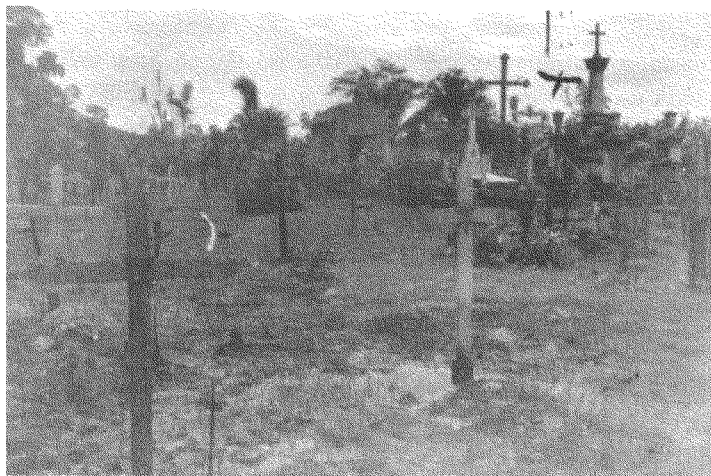
ÁREA — A área do município é de 45 750 km². Sena Madureira é o maior município acreano. Sua superfície é superior à do Estado do Rio de Janeiro.

Mercado Público

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos existentes no município são: rio Purus — afluente do Amazonas, vem do Peru e atravessa o município na direção S.N.E. A profundidade média no inverno é de 30 pés, e no verão, 4 pés; rio Iaco — afluente do Purus, corre na direção S.O.-N.E., e sua profundidade média no inverno é de 22 pés, e no verão, 2 pés; rio Caeté — afluente do Iaco, corre na direção S.O.-N.E., e tem a profundidade média de 6 pés no inverno, e 1 pé no verão; rio Cacauã — afluente do Iaco, corre na direção S.O.-N.E., e tem a profundidade média de 6 pés, no inverno, e 1 pé, no verão; rio Chandless — afluente do Purus, corre na direção S.O.-N.E.,

Colégio Santa Juliana

Estação Radiotelegráfica

e tem a profundidade média de 12 pés, no inverno, e 2 pés, no verão; lagos Concórdia, Funil, Livre-nos Deus, Marinheiro, Maronal, Oriente, Palmari, Repouso Santo Antônio, Da Bacia, Belém, Cachoeirinha e Sacado.

POPULAÇÃO — A população do município que, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 18 085 habitantes, tinha a seguinte composição: homens — 9 643; mulheres — 8 422; 16 235 habitavam o quadro rural, e 1 850, a zona urbana. Das pessoas de 5 anos e mais, cujo número era de 14 540, sabiam ler e escrever, 3 529.

Cemitério

Sena Madureira ocupa o 3.° lugar entre os municípios acreanos quanto à população, sendo porém, o de densidade demográfica mais baixa, ou seja, 0,40 habitantes por quilômetro quadrado.

A população de Sena Madureira representa 16% do total do Território. Das pessoas recenseadas em 1950, 53% eram do sexo masculino, e 47%, do sexo feminino. Localiza-se na zona urbana, apenas 10% da população do município.

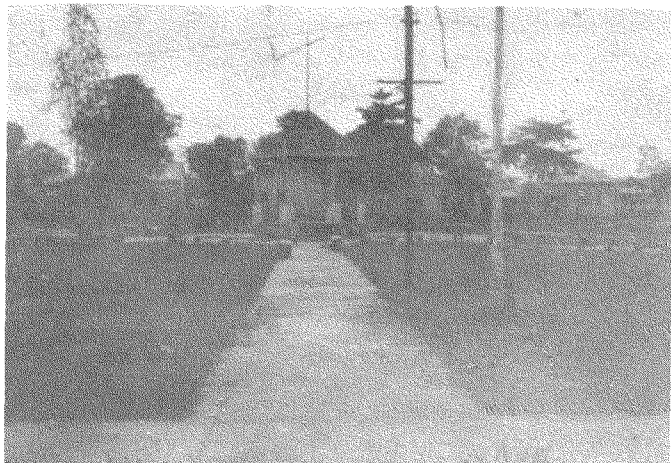
AGLOMERAÇÕES URBANAS — A aglomeração urbana mais importante é a sede municipal, que, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, possuía 1 663 habitantes; dêstes, 763 eram homens e 900, mulheres. As pessoas de 5 anos e mais, existentes na cidade de Sena Madureira, eram em número de 1 393; destas, 817 sabiam ler e escrever, sendo 347 homens e 470 mulheres.

O município possui, também, a Vila Manoel Urbano, que em 1950, contava com 187 habitantes, dos quais 105 eram homens e 82, mulheres.

Campo de Aviação

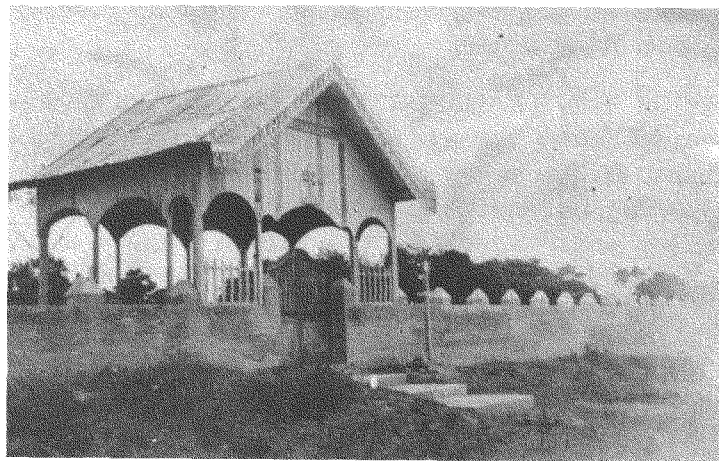
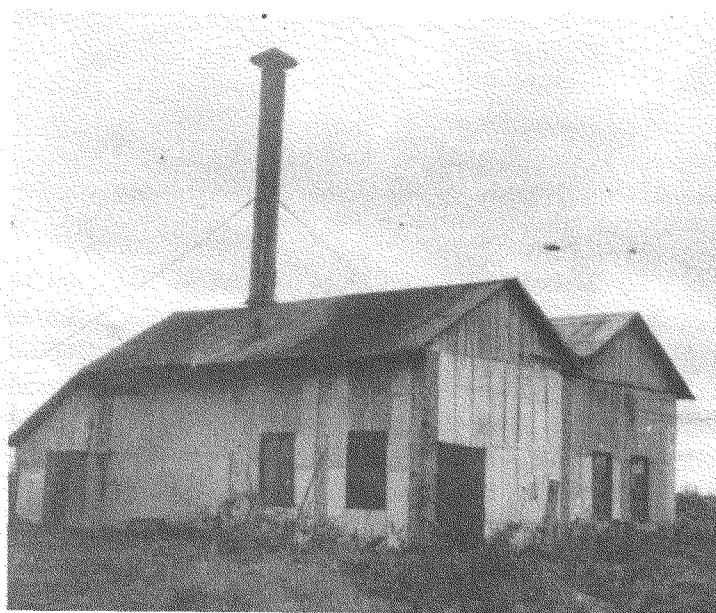
RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem as únicas riquezas naturais do município, que tem na seringueira (hevea brasiliensis) na castanha-do-pará (bertolletis excelsa), e nos animais silvestres caititu (picari tajaçu), veado (suaçu), queixada (tajaçu picari), anta (tapirus americanus) etc., os principais fatôres da sua economia. O município possui, também, nas suas matas, grande variedade de madeiras para construção, como: arariquara (mimquartia guianensis), cedro (cedrula, aniba, larix), cumaru (coimarona adorata), guariúba (clarisia nitida e clarisia racenosa), itaúba (ocotea magaphila), aguano (swietenia mahogoni), piquiá ou amarelão (cariocar brasiliensis) etc. Possuem, ainda, as selvas do município, grandes variedades de palmeiras oleaginosas (açaí, bacaba, patauá), além de inúmeras outras espécies. Há, também, variadíssima quantidade de aves: arara (fam. psitarideos), garça (casmerodius albus egretta), inambu (crypturellus), jacamin (psophia crepitans), juriti (oreoplolea), tucano (rhamphastus culminatus e ariel) etc.

Nos seus rios e igarapés são encontrados vários tipos de peixe, sendo os principais: curumatá (fam. prochilodus), dourado (salmius brevidens), jundiá e madi (fam. silurídeos), matrinchão (brycon brevicaudatus) etc.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a produção extrativa vegetal que em 1956 se elevou a Cr$ 71 249 000,00; a borracha e a castanha-do-pará foram os maiores contribuintes dessa soma, tendo a primeira atingido Cr$ 57 054 460,00 e a segunda, Cr$ 10 361 650,00, ou sejam: 80% e 14,5%, respectivamente. Merece, também, menção, a produção de madeiras — Cr$ 2 809 700,00.

Parque "25 de Setembro"

Depois da produção extrativa vegetal, vem a produção agrícola que, em 1956, atingiu o valor de Cr$ .... 17 280 000,00, sendo os seus maiores contribuintes, mandioca, com Cr$ 4 772 000,00; feijão — Cr$ 1 770 000,00, e arroz com casca — Cr$ 1 440 000 00.

Na produção extrativa animal, destacam-se couros e peles de animais silvestres, cuja produção em 1956, foi de Cr$ 7 822 452,00, e a pesca, com Cr$ 500 000,00.

A produção industrial do município é representada, principalmente, pelas indústrias de transformação de produtos alimentares (farinha de mandioca, açúcar, arroz beneficiado, panificação etc.), desdobramento da madeira, tijolos, telhas, extração de lenha etc., tendo o registro industrial de 1955 apurado a existência de 159 estabelecimentos que funcionaram com menos de 5 pessoas, cuja produção atingiu Cr$ 5 946 000,00.

Cemitério — Vista Exterior

Usina Elétrica

Quanto à pecuária, o rebanho do município apresentou, em 1956, a seguinte composição, segundo o número de cabeças: bovinos — 1 968; eqüinos — 300; asininos — 11; muares — 825; suínos — 18 300; ovinos — 2 500; caprinos — 420; aves domésticas em geral — 34 320.

Sena Madureira ocupa o primeiro lugar quanto à população suína e caprina, o segundo, quanto à de muares e à produção de madeira e o terceiro, quanto à produção de borracha e castanha-do-pará.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com as praças de Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa, principalmente, tecidos, calçados, ferragens, louças, armarinho, combustíveis, café, banha, azeite, bebidas, medicamentos etc., enfim, tôdas as mercadorias consumidas no município.

A exportação é constituída de borracha, castanha-do--pará, madeiras e couros e peles de animais silvestres. Na sede municipal existem 20 estabelecimentos comerciais, sendo 8 de comércio atacadista e 12 varejistas. Funciona, também, na sede do município, uma agência do Banco de Crédito da Amazônia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Sena Madureira liga-se às sedes dos municípios vizinhos, à Capital do Território e à Capital Federal, pelos seguintes meios de transporte: Feijó — aéreo — 201 km, em 50 minutos, e fluvial — 5 404 km (via Manaus — AM), em 20 dias; Brasília — aéreo — 288 km (via Rio Branco), em 1 hora e fluvial — 954 km (via Bôca do Acre — AM), em 12 dias; Xapuri — aéreo — 238 km, em 55 minutos, e fluvial — 869 km (via Bôca do Acre — AM), em 11 dias; Capital do Território — aéreo — 130 km, em 30 minutos e fluvial — 595 km (via Bôca do Acre — AM), em 9 dias; Capital Federal — aéreo — 4 179 km, em 15h 45m, e fluvial — até Manaus — 2 444 km, em 9 dias — marítimo (Manaus—Rio) — 3 401 km, em 20 dias.

Prefeitura Municipal

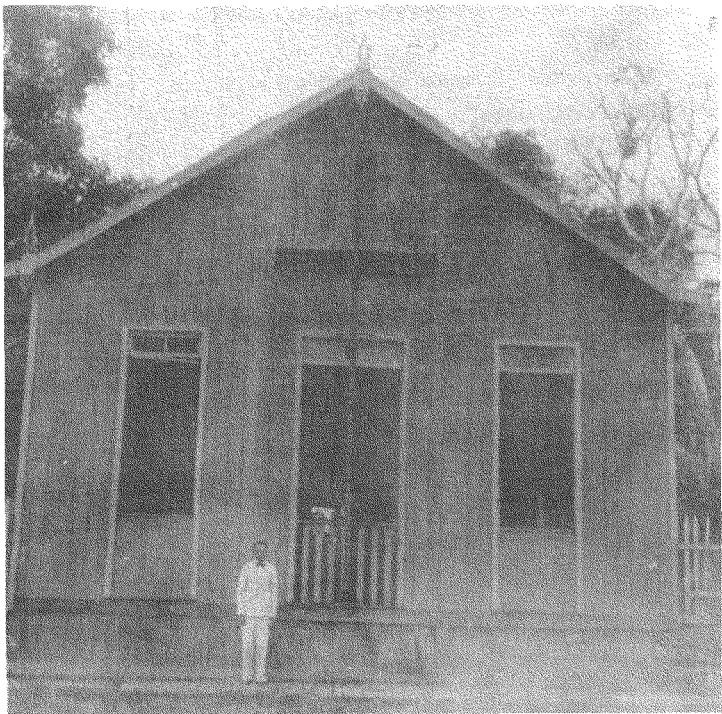
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Sena Madureira, que fica à margem esquerda do rio Iaco, tem boa aparência. Cidade de um passado fastigioso, atualmente atravessa uma fase de ligeira crise. Conta com 22 logradouros, dos quais, apenas um (1) é pavimentado, 423 prédios e uma população, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, de 1 663 habitantes. É a quarta cidade do Território, em se tratando de efetivo populacional. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 12 logradouros, e a domiciliária, com 220 ligações. Entre os seus principais logradouros públicos destaca-se a Praça 25 de Setembro. Os seus edifícios mais importantes são: o Instituto Santa Juliana, o Grupo Escolar Elisiário Távora, a Prefeitura Municipal, o Mercado Público.

Cadeia Pública

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Saúde mantido pelo Govêrno do Território, um Pôsto de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Endemias Rurais e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia são os estabelecimentos que prestam assistência médico-sanitária à população do município. Exercem a profissão na cidade: 1 médico, 4 dentistas e 4 enfermeiras.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe uma Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, cuja finalidade é a proteção à maternidade e à infância.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 14 540, sabiam ler e escrever 3 529; destas, 1 923 eram homens e 1 606 eram mulheres. A percentagem dos que sabiam ler e escrever era de 24%. Quanto à sede mu-

Marco da Fundação da Cidade

Delegacia de Polícia

nicipal, das 1 393 pessoas de 5 anos e mais, 817 sabiam ler e escrever; destas, 347 eram homens e 470 eram mulheres.

ENSINO E EDUCAÇÃO — Em 1956 funcionaram no município 14 escolas do ensino primário, com 531 alunos matriculados. Dessas escolas, 6 localizavam-se no quadro urbano e 8 na zona rural. Na sede municipal funcionou, também, uma Escola Normal Regional, com a matrícula de 69 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Apenas o Instituto Santa Juliana possui uma pequena biblioteca.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Federal (1)	Municipal (2)		
			Total	Tributária	
1950	—	350	772	432	772
1951	—	391	891	388	821
1952	—	485	1 081	558	1 035
1953	—	1 254	1 222	501	1 315
1954	—	543	1 243	500	1 257
1955	—	1 471	1 450	622	1 396
1956	—	1 493	1 374	578	1 374

NOTA: Os dados referentes às Finanças Municipais são os do Orçamento do exercício de 1956.

(1) — FONTE: Coletoria Federal. — (2) Agência Municipal de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Sena Madureira tem um passado cheio de episódios e acontecimentos que empolgam os sentimentos patrióticos do seu povo. Como particularidade histórica, refere-se o fato de ter sido a única cidade do Acre que possuiu bondes (a tração animal); possuiu, também, dois periódicos semanários; é a sede da Prelazia do Alto Purus e Acre, que tem jurisdição sôbre tôdas as entidades Católicas Romanas situadas na zona fisiográfica do Alto Purus e Acre. Não há monumentos dignos de menção.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há, no município, 3 templos da Igreja

Trecho do Estrada do Juruá

Católica Romana, sendo um, a Matriz de N. S.ª da Conceição, e duas capelas públicas. O município é sede da Prelazia do Alto Purus e Acre. As festas religiosas são bastante concorridas, sendo as mais importantes as do mês de maio e a de Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro. A efeméride municipal mais importante é o dia 25 de setembro, dia da fundação da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "sena-madureirenses". Na cidade está instalada a Loja Maçônica "Fraternidade e Trabalho".

(Autoria do Histórico — Compilação da Agência de Estatística do Município e da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Questionários preenchidos pela Agência de Estatística de Sena Madureira. — Questionários das Campanhas Estatísticas. — "Relatório Anual de 1956" — Departamesto de Geografia e Estatística do Território do Acre. — Censo Demográfico — Territórios Federais — Seleção dos Principais Dados — S.N.R.)

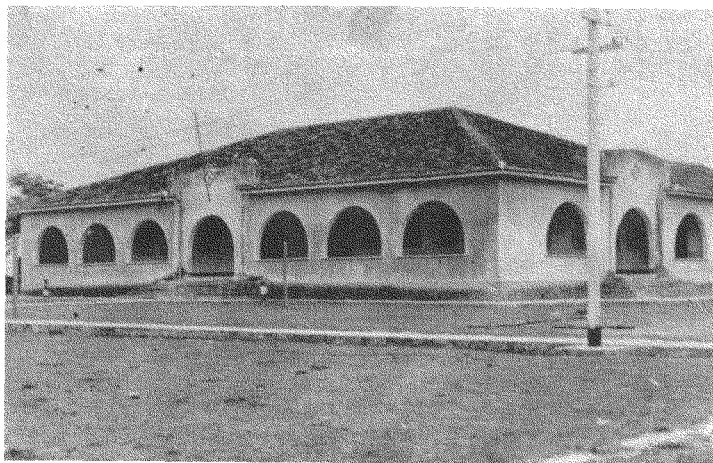
TARAUACÁ — AC

Mapa Municipal na pág. 229 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 130, 132, 134, 156, 164 e 226 do Vol. I

HISTÓRICO — Habitavam as terras do município as tribos Cachinauás e Jaminaués, que se localizavam às margens dos rios Tarauacá e Muru.

A partir de 1877, intensificou-se a exploração das terras marginais do "Tarauacá", com a emigração de nordestinos. Em 1899, um grupo de imigrantes chega à confluência do rio Muru com o Tarauacá, fundando aí, o seringal "Foz do Muru", que em breve cresceu de importância, uma vez que era aí o ponto de partida para as explorações dos altos rios.

O marco inicial, porém, da verdadeira história da desbravação desta região, a se ter notícia positiva, data do ano de 1890, quando intrépidos nordestinos, entre os quais: José, João e Antônio Marques de Albuquerque, Antônio Patrionilo de Albuquerque, Joaquim Gonçalves de Freitas, Manoel Pereira Cidade, Sabino Francisco do Rêgo, Severiano de Freitas Ramos, Francisco Queiroz de Oliveira, João Lopes Ibiapina, Joaquim, Antônio e Alexandre Teixeira de Souza, Antônio Ferreira Lima, Manoel Paixão de Albuquerque, Ernesto Nunes Serra, Francisco Caetano de Oliveira, que penetraram nos rios Muru e Tarauacá, na exploração de demarcação de longas faixas de terras, formaram os serin-

Grupo Escolar

gais. Em 1899, fundaram um pôrto na confluência dos rios citados, denominando-o "Foz do Muru", ponto de partida para novas explorações.

Com a celebração do Tratado de Petrópolis, em 1903, as terras do município passam a integrar o território nacional. Em 1904, com a primeira divisão territorial-administrativa dada ao Acre, Tarauacá passa a figurar no Departamento do Alto Juruá.

A 1.º de janeiro de 1907, "Foz do Muru" é elevada à categoria de vila, com o nome de "Seabra", em homenagem ao então Ministro da Justiça, Dr. J. J. Seabra.

Em 1912, foi desmembrado do Departamento do Alto Juruá, passando a constituir o Departamento do Tarauacá, criado que fôra pelo Decreto 9 831, e instalado a 19 de abril de 1913, sendo o seu primeiro Prefeito o Coronel Antônio Nunes de Alencar. Ainda pelo Decreto 9 831, foi criado o município do mesmo nome, que foi instalado a 24 de abril de 1913, data em que a vila Seabra foi elevada à categoria de cidade.

Em 19 de abril de 1913, foi instalada a Comarca de Tarauacá, sendo o seu primeiro Juiz o Dr. Djalma de Mendonça.

Em 29 de janeiro de 1914 circula o primeiro número do jornal "O Estado", órgão oficial da Prefeitura.

A 11 de junho de 1916, chega a Tarauacá o Capitão do Exército Eugênio Augusto Ferral, comandante da Companhia Regional, primeira fôrça policial criada no Departamento.

A 1.º de outubro de 1920, em face da nova organização territorial-administrativa dada ao Acre, é extinto o Departamento, continuando em vigor o Município de Tarauacá.

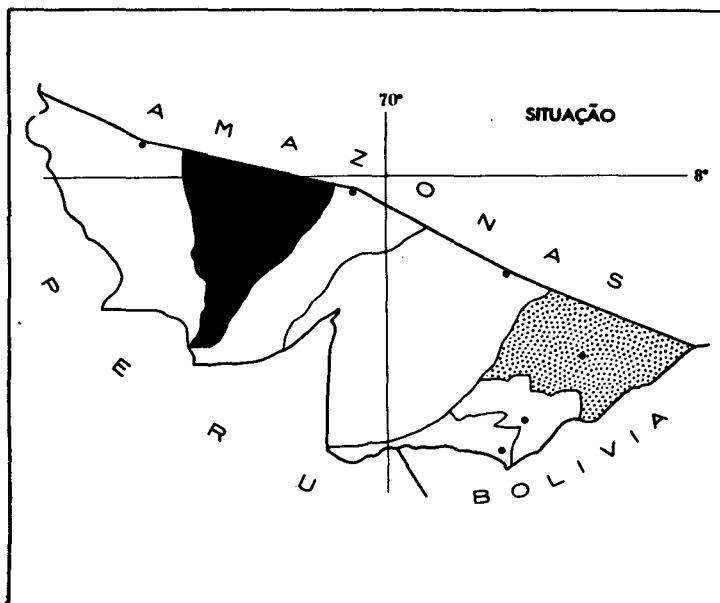
Em 1943, em virtude do Decreto-lei Federal n.º 6 163, a cidade de Seabra mudou a sua designação para "Tarauacá".

Não se tem notícia de fatos dignos de especial menção no período anterior à modificação acima citada.

Pela divisão Administrativo-Judiciária, também processada por intermédio do Decreto-lei n.º 6 163, citado, ficou dividido em dois distritos: Tarauacá e Foz do Jordão, situação que ainda conserva até a época presente.

Não há Câmaras Municipais. O Poder Executivo enfeixa tôdas as prerrogativas, outorgadas que foram pelo Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio de 1943. Encontra-se na direção da Prefeitura Municipal o cidadão Arnaldo Gomes de Farias.

"Tarauacá" é nome indígena, e significa "rios dos paus ou das tronqueiras".

LOCALIZAÇÃO — O município de Tarauacá está situado na zona fisiográfica do vale do Juruá. Limita ao norte com o Estado do Amazonas; a este, com o Município de Feijó; ao sul, com a República do Peru; a oeste, com o Município de Cruzeiro do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 190 m.

CLIMA — Em geral, o clima do município, como o de todo Território, é quente, apesar de se registrarem ondas de frio, vulgarmente conhecidas por "friagem", provenientes do sul e sudeste, que têm a duração de 3 a 8 dias. Essas ondas de frio provocam uma queda brusca de temperatura, que vai, no espaço de 12 horas, de 36 a 10 graus centígrados. As chuvas são abundantes no período de novembro a abril, época em que se registram, também, pequenas trovoadas, não obstante a temperatura se manter mais ou menos quente. A época de maior intensidade de calor é de agôsto a outubro, período de rigoroso verão. A oscilação mais acentuada da temperatura se verifica, geralmente, no período de junho a setembro.

ÁREA — A área do município, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, é de 22 099 km². É o terceiro município do Território em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rio Tarauacá — nasce no Peru e toma geralmente a direção leste, desemboca no rio Juruá (Estado do Amazonas). Profundidade média de 25 pés, no inverno, e 4 pés, no verão; rio Muru — nasce no Peru, toma a direção sudoeste-nordeste e desemboca no rio Tarauacá, em frente à cidade do mesmo nome, e sede do município. Tem a profundidade média de 12 pés, no inverno, e 2 pés, no verão; rio Jaminauá — nasce dentro do município, e desemboca no rio Tarauacá, tendo todo o seu percurso dentro do próprio município. Tem a profundidade média de 12 pés, no inverno, e 2 pés, no verão: rio Jordão — nasce e desemboca dentro do próprio município, em frente à vila do

mesmo nome, no rio Tarauacá. Tem a profundidade média de 12 pés, no inverno, e 2 pés, no verão; rio Acuraua — nasce no município e desemboca no rio Tarauacá (Estado do Amazonas). Tem a profundidade média de 12 pés, no inverno, e 2 pés, no verão.

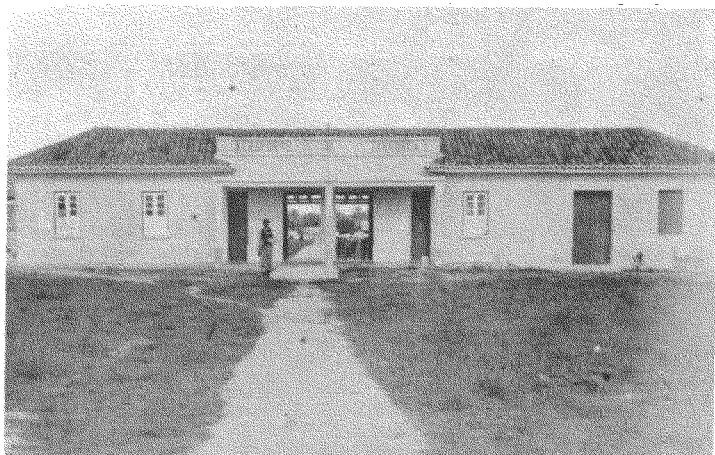
RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem as únicas riquezas naturais do município, que tem na seringueira (hevea brasiliensis), e nos animais silvestres: caititu (picari tajaçu), veado (suaçu), queixada (tajaçu picari), anta (tapirus americanus), etc., os principais fatôres da sua economia. O município possui, também, nas suas matas, grande variedade de madeira para construção, como: arariquara (mimquartis guianensis), cedro (cedrula, aniba, larix), cumaru (coimarana adorata), guariúba (clarisia nitida e clarisia racenosa), itaiúba (ocotea magaphila), águano (swietenia mahogoni), pequiá ou amarelão (cariocar brasiliensis), etc. Possuem, ainda, as selvas do município, grandes variedades de palmeiras oleaginosas (açaí, bacaba, patauá), além de inúmeras outras espécies. Há, também, variadíssima quantidade de aves: arara (fam. psitarídeos), garça (casmerodius crepitans), juriti (oreoploleia), tucano (rhamphastus culminatus e ariel), etc.

Nos seus rios e igarapés são encontrados vários tipos de peixe, sendo os principais: curimatã (fam. prochilodus), dourado (salminus brevidens), jundiá e mandi (fam. silurídeos), matrinchão (brycon brevicaudatus), etc.

POPULAÇÃO — A população do município, que segundo o Censo Demográfico de 1950, era de 14 670 habitantes, oferecia a seguinte distribuição: homens — 7 969; mulheres — 6 701. 12 708 habitavam o quadro rural, e 1 962, a zona urbana. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 11 916, apenas 2 768 sabiam ler e escrever.

Em número de habitantes Tarauacá situa-se em 4.º lugar em relação aos demais municípios acreanos. A sua densidade demográfica — 0,66, é baixíssima, como se vê, não ultrapassando, dentro do Território, senão a densidade do município de Sena Madureira (0,40). Sua população representa 12,78% do total do Território.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A aglomeração urbana mais importante é a sede municipal, que, segundo os resultados do Censo Demográfico, possuía 1 962 habitantes; dêstes, 976 eram homens e 986 eram mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 1 632, 963 sabiam ler e escrever, sendo 472 homens e 491, mulheres.

Agência do Banco de Crédito da Amazônia

Aereoporto local

O município possui, também, a Vila Jordão, que em 1950 contava com 80 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal, cujo valor total ascendeu a Cr$ 37 303 082,00, é a mais importante atividade econômica do município. Cêrca de 97,5% dêsse valor, ou sejam precisamente .... Cr$ 36 383 254,00 cabem à borracha. Vêm a seguir madeiras em geral, com aproximadamente 2% daquele valor. Os demais produtos são: carvão vegetal, lenha, óleos vegetais e palhas diversas.

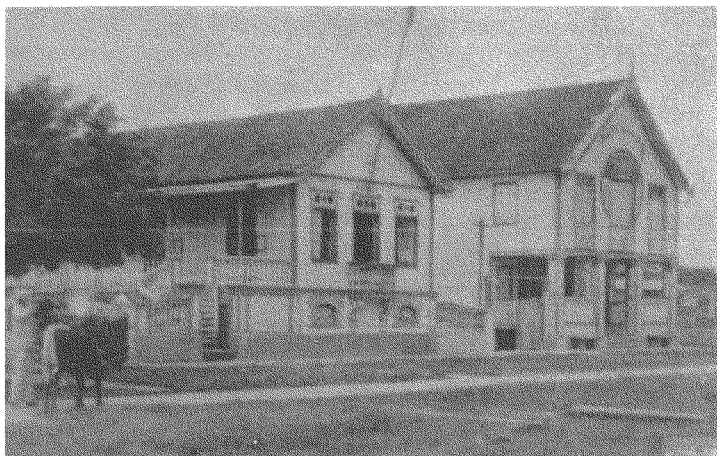
Depois da produção vegetal, destaca-se a agricultura, cujo valor da produção ainda no ano em referência, foi de Cr$ 19 366 390,00. Para essa soma, o produto que mais concorreu foi a mandioca, com Cr$ 13 760 000,00. Dos demais produtos, côco-da-baía, milho, fumo em fôlha, banana, abacaxi, feijão, etc., o mais importante é o primeiro que contribuiu com Cr$ 1 536 000,00, para o valor total da produção.

Na produção extrativa animal, destacam-se apenas, os couros e peles de animais silvestres e vacum, assim como a carne de caça, alimentação básica da população do interior do município, que concorreram com Cr$ 7 235 276,00, quase a totalidade, aliás, do valor da produção .... (Cr$ 7 733 276,00).

A pecuária do município ainda é pouco desenvolvida. Os seus principais rebanhos são: bovinos, suínos e aves em geral, respectivamente com 7 000, 12 000 e 32 520 cabeças. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 1 000 cabeças.

A produção industrial do município é representada, principalmente, pelas indústrias de transformação de produtos alimentares (farinha de mandioca, açúcar bangüê, arroz beneficiado, panificação, etc.), desdobramento da madeira, tijolos e telhas, extração de lenha, etc., tendo o registro industrial de 1955 apurado a existência de 55 estabelecimentos, a maioria dos quais situados na zona rural e que funcionaram com menos de 5 pessoas empregadas durante todo o ano, totalizando o valor da produção em Cr$ 3 376 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações, principalmente, com as praças de Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa tecidos, calçados, ferragens, armarinhos, combustíveis, gêneros alimentícios, bebidas, medicamentos, etc.

Constituem a exportação: borracha, madeira e couros e peles.

Prefeitura Municipal

Existem, na sede, 7 estabelecimentos comerciais atacadistas e 15 varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Tarauacá liga-se às cidades vizinhas, à Capital do Território e à Capital Federal, pelos seguintes meios de transporte: Cruzeiro do Sul — aéreo — 430 km, em 1 h 20 m; fluvial — 2 189 km, em 9 dias. Feijó — aéreo — 45 km, em 15 minutos; fluvial — 471 km, em 3 dias; a cavalo — 61 km, em 14 horas, pela Estrada Tarauacá—Feijó; — Capital do Território — aéreo 354 km, em 1 h 25 m; fluvial (via Manaus) — 5 432 km, em 19 dias; Capital Federal — aéreo — (via Rio Branco) 4 404 km, em 16 h 35 m; fluvial — 2 931 km, em 9 dias, até Manaus (AM), e fluvial e marítimo, 5 845 quilômetros, em 20 dias.

O município é servido por várias emprêsas de transporte fluvial, pela Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A. e pelo Correio Aéreo Nacional. Existem a Agência Postal-Telegráfica do D.C.T. e o Serviço de Radiocomunicação do Govêrno do Acre.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tarauacá, que fica à margem esquerda do rio do mesmo nome, afluente do Juruá e confluente do Solimões, apresenta aspecto agradável e regular topografia. Possui 21 logradouros públicos, 423 prédios e, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, 1 962 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 14 logradouros e a domiciliária conta com 75 ligações. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se a Rua Cel. Juvênio de Menezes e a Praça Plácido de Castro. Os seus prédios mais importantes são a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar "João Ribeiro", o Teatro Municipal e o Forum da Comarca local.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto Médico, mantido pelo Govêrno do Território e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia prestam assistência médica e hospitalar à população. Há, também, na sede municipal, um Pôsto do Serviço de Endemias Rurais, cuja finalidade é a profilaxia das endemias rurais. Exercem a profissão na cidade: 1 médico, 3 dentistas e 3 enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há, no município, uma Comissão da L.B.A., com o fim de prestar assistência à maternidade e à infância.

ALFABETIZAÇÃO — Tendo em vista os resultados do último Recenseamento, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 11 916, 2 768 sabiam ler e escrever; destas, 1 558 eram homens e 1 210 mulheres. A percentagem total das pessoas que sabiam ler e escrever era de 23,23%, inferior à do Território, que era de 29,31%. Quanto à sede municipal, das 1 632 pessoas de 5 anos e mais, 963 sabiam ler e escrever; destas, 472 eram homens e 491 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 15 escolas de ensino primário, com 681 alunos matriculados. Dessas escolas, 3 localizavam-se no quadro urbano e 12 no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui Tarauacá uma biblioteca, com 1 166 volumes, mantida pela municipalidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal (2)		
			Total	Tributária	
1950	391	—	603	234	617
1951	342	—	383	249	372
1952	477	—	299	263	347
1953	604	—	632	289	382
1954	717	—	638	322	800
1955	1 000	—	850	325	843
1956	2 132	—	(*) 940	940	940

(*) Orçamento.
(1) Fonte: Coletoria Federal. — (2) Agência Municipal de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Existe no município um templo do Culto Católico, que é a Matriz da Paróquia de São José, subordinada à Prelazia do Alto Juruá. As festas religiosas mais importantes são as de São José, no mês de março.

Há, ainda, um templo protestante da seita pentecostal, que congrega regular número de adeptos.

A única festa folclórica digna de menção é a de São João, praticada principalmente no interior do município.

A efeméride municipal que merece destaque é o dia 24 de abril, dia da fundação da cidade.

Fazenda de criação

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "tarauacaenses". A cidade é servida por 2 hotéis e 3 pensões. Possui uma loja maçônica que se denomina "Libertadora Acreana".

(Autoria do histórico — Compilação da Agência de Estatística e Inspetoria Regional; Bibliografia — Questionários da Campanha Estatística. Relatório anual de 1956 — Departamento de Geografia e Estatística do Acre. Censo Demográfico — Territórios Federais — Seleção dos Principais dados — S.N.R.)

XAPURI — AC

Mapa Municipal na pág. 237 do 1.º Vol.

1 foto na pág. 128 do Vol. I

HISTÓRICO — Habitadas pelas tribos Xapuris, Catianas, Meneteris e outras, foram as terras do município conhecidas por civilizados a partir de 1861, quando da excursão de Manuel Urbano da Encarnação, que, naquele ano, chegou à foz do rio Xapuri.

O terreno em que está assente a cidade era de posse do cearense Manuel Raimundo, que a transferiu em 1894 a João Damasceno Girão, passando êste em 1898 à propriedade do cidadão Benedito José Medeiros.

O nascente povoado de Xapuri, com suas seis casas, e vinte e duas barracas de ubim e população de 150 almas, encheu-se de relêvo histórico, no ano de 1902, transformando-se no Ipiranga acreano. Nesse ano, Xapuri, brasileiro quase todo, fazia parte integrante do "Território de Colônias", ocupado por autoridades bolivianas — intendente — João de Dios Barriento (delegado de polícia), o Juiz Vila e outras autoridades judiciárias, advogados, num total de oito (8) cidadãos bolivianos.

O intendente Barriento, apalpando a má vontade contra o domínio boliviano e não contando entre seus patrícios pessoal suficiente para organizar a Junta dos Notáveis (Conselho Municipal), autorizado por D. Lino Romero, representante do govêrno boliviano em Puerto Alonzo, consultou aos habitantes do Xapuri, a respeito da organização da Junta, a quem competia arrecadar os impostos e aplicá-los em melhoramentos locais.

E a 30 de março de 1902, compareceram na residência de Vitorino Maia cêrca de trinta e cinco (35) proprietários abastados no Xapuri, para escolha dos que deviam compor a Junta, em número de cinco (5). Procedeu-se a eleição sob a presidência de Barrriento, sendo mais votados: Vitorino Maia, Antônio Antunes de Alencar, Dr. Francisco Teixeira de Magalhães Filho, Antônio Vieira de Souza e João E. Gonzaga da Igreja, e considerados eleitos por proposta do proprietário Martins Júnior.

Segundo fôra anteriormente combinado, no dia 2 de junho reuniram-se os cinco cidadãos eleitos para a Junta, todos brasileiros, em casa e sob a presidência do Dr. Magalhães Filho, quando, em mesa, foram recebidos os jornais de Manaus transcrevendo o teor do contrato de Aramayo ou Bolivian Syndicate, jornais trazidos por Euclides Bussons, seringalista em Montevidéu.

Imediatamente, Antunes de Alencar propôs, em frases saturadas de brasilidade, a renúncia da Junta, e em ofício firmado pelos "Notáveis", participou-se a resolução ao Intendente Barriento.

Do ocorrido, o senhor Paiva e Melo fêz ciente a Plácido de Castro que se encontrava a serviço no seringal Vitório, a quem enviou os jornais.

A revolução estava então latente dominando todos os espíritos.

Plácido resolveu começar o movimento revolucionário imediatamente. Assim, com trinta e três (33) homens, investiu de surprêsa, atacando a Vila por 3 flancos diferentes, na madrugada de 6 de agôsto de 1902. Seis de agôsto é o dia da Independência da Bolívia. Como parte dos festejos da grande data, os bolivianos já haviam, na véspera, iniciado a sua comemoração com farras e bebedeiras. Fácil foi, portanto, a Plácido de Castro dominar a situação, não tendo encontrado nenhuma resistência. Às 5 horas da manhã, Plácido de Castro, à porta da Intendência, chama por Barriento que, ainda com sinais de enfado e ressaca, respondeu: "Caramba! es temprano para la fiesta", julgando tratar-se de seus companheiros. "Não é festa, senhor Intedente, é revolução", respondeu-lhe Plácido de Castro. A porta da Intendência foi rebentada e Barriento com as demais autoridades bolivianas feitos prisioneiros. A população de Xapuri confraternizou com os revoltosos. No dia seguinte, Plácido reuniu todos os moradores da Vila, na quase totalidade brasileiros, concitando-os às armas, e, entre delirantes aclamações, foi proclamada a Independência do Acre. Na reunião Plácido de Castro é aclamado chefe supremo das fôrças revolucionárias, e a bandeira acreana, idealizada em 1899, por Luiz Galvez, alterada com a estrêla rubra solitária. Xapuri é então a capital do novo País. Em abril de 1903, quando da chegada das fôrças federais, Xapuri se constitui na capital do Acre meridional.

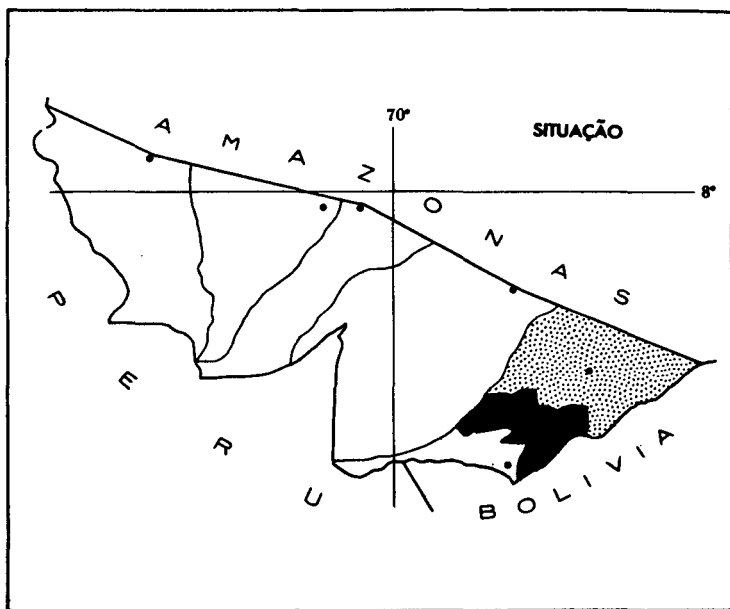
Xapuri, testemunha dos comovidos lances guerreiros de energia brasileira naqueles crepitantes dias de agôsto de 1902 a abril de 1903, decaiu de seu passado de fastígio, sofrendo duro "captis diminutio" com a organização administrativa do Território do Acre (Decreto n.º 5 188, de 7 de abril de 1904), voltando a simples povoado.

E, de povoado, foi elevado à categoria de Vila, no dia 22 de agôsto de 1904, pelo então Prefeito do Alto Acre, Cel. Rafael Augusto da Cunha Matos, e à categoria de cidade, a 22 de março de 1905, por ato do Prefeito Interino, Capitão Odilon Pratagi Brasiliense.

Em 1912, é criado o Município e Comarca, que são instalados em 1.º de abril de 1913. Nessa nova fase político-administrativa, o município foi, pouco a pouco, organizando as suas finanças, melhorando o nível cultural de seu povo, através da criação de escolas e da entrada de elementos destacados, principalmente funcionários da Justiça e da própria administração municipal, inclusive jornalistas conceituados no mundo literário do País.

Pela divisão administrativa e judiciária levada a efeito pelo Decreto-lei Federal n.º 968, de 21 de dezembro de 1938, o município teve a sua superfície aumentada, recebendo área pertencente ao município de Rio Branco. A divisão processada em 1943, pelo Decreto-lei Federal número 6 163, datado de 31 de dezembro de 1943, retira novamente para o município de Rio Branco a área transferida. Não há eleições municipais, por fôrça das leis vigentes. Os Prefeitos são de livre escolha do Governador do Território. Atualmente é o titular do cargo o cidadão Jorge Kalume.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na zona fisiográfica do Alto Purus e Acre, e limita ao norte com os municípios de Rio Branco e Sena Madureira; ao sul, com a República da Bolívia; a este, com o Município de

Rio Branco; a oeste, com o município de Brasiléia. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 10° 38' 59" de laitude Sul, 68° 30' 17" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 163 m.

CLIMA — Em geral, o clima do município é quente, não obstante se registrarem ondas de frio provenientes do sul e sudeste, com a duração de 3 a 8 dias. Essas ondas de frio provocam uma queda brusca da temperatura, que vai, no espaço de 12 horas, de 36 a 9 graus centígrados. As chuvas são abundantes no período de novembro a abril, época em que se registram, também, pequenas trovoadas, apesar de se manter mais ou menos quente a temperatura. A oscilação mais acentuada da temperatura se verifica, geralmente de junho a setembro.

ÁREA — A área do município é de 8 137 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: rio Acre — afluente do Purus, correndo no território do município na direção S.-N.E. tem a largura média de 80 metros; profundidade de 8 metros no inverno, e 1 metro, no verão, isto em média. Rio Xapuri — afluente do Acre, que desemboca defronte a cidade de Xapuri, importante por ter originado o nome do município, e pelas jazidas de gêsso encontradas em suas margens; tem a profundidade média de 6 metros durante o inverno, e 0,50 m, durante o verão.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem as únicas riquezas naturais do município, que tem na seringueira (hevea brasiliensis), na castanha-do-pará (bertholetia excelsa), e nos animais silvestres: caititu (picari tajaçu), veado (suaçu), queixada (tajaçu picari), anta (tapirus americanus), etc., os principais fatôres da sua economia. O município possui, também, nas suas matas, grande variedade de madeiras para construção, como: arariquara (minquartia guianensis), cedro (cedrula, aniba, larix), cumaru (coimanaran adorata), guariúba (clarisia nitida e clarisia racenosa), itaúba (ocotea magaphila), águano (swietenia mahogoni), pequiá ou amarelão (cariocar brasiliensis), etc. Possuem, ainda, as selvas do município, grandes variedades de palmeiras oleaginosas (açaí, bacaba, patauá), além de inúmeras outras espécies. Há, também, variadíssima quantidade de aves: arara (fam. psitarídeos), garça (casmerodius albus egretta), inambu (crypturellus), jacamin (psophia crepitans), juriti (oreoploleia), tucano (rhamphastus culminatus e ariel), etc.

Nos seus rios e igarapés são encontrados vários tipos de peixes, sendo os principais: curumatã (fam. prochilodus), dourado (salminus brevidens), jundiá e mandi (fam. silurídeos), matrinchão (brycon brevicaudatus), etc.

POPULAÇÃO — A população do município de Xapuri, segundo o Recenseamento Geral de 1950 era de 10 057 hahabitantes, tinha a seguinte composição: homens — 5 508, e mulheres — 4 549; 1 372 habitavam o quadro urbano, e 8 685, a zona rural. Das pessoas de 5 anos e mais cujo total é de 8 204, 2 789 sabem ler e escrever, destas, 1 605 eram homens e 1 184 eram mulheres.

Xapuri é um dos menos populosos municípios do Acre, sendo, no entanto, o terceiro quanto à densidade demográfica: — 1,24 habitantes por quilômetro quadrado: A população do município de Xapuri representa 8,76 da população do Território.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico, possuía 1 372 habitantes. Dêstes, 666 eram homens e 706 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 1 158, 852 sabiam ler e escrever, sendo 403 homens e 449 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a produção extrativa vegetal que, em 1956, ascendeu a CrS 86 704 150,50, sendo a borracha e a castanha-do-pará, quase que os únicos contribuintes dêsse total, CrS 58 449 248,00 e CrS 16 684 850,00 respectivamente, que representam 79% e 19% da produção extrativa vegetal total.

Em seguida à produção extrativa vegetal vem a agrícola, que, em 1956, atingiu o total de rS 9 761 225,00, sendo que o produto mandioca foi o maior contribuinte com Cr$ 6 700 000,00 (68,63%) e em segundo lugar milho, com Cr$ 757 500,00 (7,75%).

Na produção extrativa animal, destacam-se os couros e peles de animais silvestres, cujo valor, em 1956, foi de Cr$ 667 160,00.

A produção industrial do município é representada, principalmente, pelas indústrias de transformação de produtos alimentares (farinha de mandioca, açúcar bangüe, arroz beneficiado, panificação, etc), desdobramento da madeira, tijolos e extração de lenha, tendo o registro de 1955 apurado a existência de 1 estabelecimento que ocupa mais de cinco pessoas durante todo o ano e quarenta e nove estabelecimentos de modesta expressão, que ocuparam menos de 5 pessoas, cuja produção total foi de Cr$ 4 102 000,00.

Quanto à pecuária, é ainda pouco desenvolvida, tendo o seu rebanho em 1956, a composição seguinte: bovinos — 5 600 cabeças; eqüinos — 4 420 cabeças; asininos — 20 cabeças; muares — 2 500 cabeças; suínos — 6 100 cabeças; ovinos — 2 200 cabeças; caprinos — 70 cabeças; aves domésticas em geral — 104 900 cabeças.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém relações com as praças de Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importa, principalmente, tecidos, calçados, ferragens, louças, armarinhos, combustíveis, café, banha, azeite, bebidas, medicamentos, etc.

A exportação é constituída de borracha, castanha, couros e peles de animais silvestres.

Na sede municipal existem 5 estabelecimentos atacadistas e 15 varejistas. Há, também, uma agência do Banco de Crédito da Amazônia S. A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Xapuri liga-se às cidades vizinhas, à Capital do Território e à Capital Federal, pelos seguintes meios de transporte: — Brasiléia — aéreo — 45 km, em 10 minutos, e fluvial — 85 km, em 16 horas; Sena Madureira — aéreo — 238 km, em 55 minutos, e fluvial (via Rio Branco — AC) — e passando ainda pela cidade de Bôca do Acre — AM, 869 quilômetros, em 11 dias; Capital do Território — aéreo — 105 km, em 25 minutos — fluvial — 274 km, em 25 horas; Capital Federal — aéreo — 4 154 km, em 15 h 40 m, fluvial — 8 120 km, em 32 dias.

O município é servido por várias emprêsas de transporte fluvial; pela Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A. e pelo Correio Aéreo Nacional.

As comunicações se efetivam por intermédio da Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e estação Radiotelegráfica do Govêrno do Acre. A população se utiliza, ainda, com extraordinárias vantagens, da emissora boliviana, instalada na vizinha cidade de Cobija, enviando mensagens radiofônicas que muito têm orientado a navegação em tráfego nos altos rios da região.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Xapuri, que fica à margem direita do rio Acre, afluente do rio Purus, apresenta aspecto agradável. Possui, também, a sede, 18 logradouros públicos, 423 prédios e 1 372 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação elétrica se estende a 14 logradouros. Há 115 ligações domiciliares.

Entre os seus principais logradouros, se destacam: — Rua Coronel Brandão, Rua 17 de Novembro e Praça Getúlio Vargas.

Os seus prédios mais importantes são: o Forum, o Grupo Escolar, a Prefeitura, a Matriz, o Mercado Municipal, e a Casa Limitada, de Belchior Costa & Cia. Ltda.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto de Saúde, um dito de Puericultura, mantidos pelo Govêrno do Território, e um Hospital da Santa Casa de Misericórdia, localizados na sede municipal, prestam assistência médica e hospitalar à população. Há, também, na cidade, um Pôsto do Serviço Nacional de Endemias Rurais, cujo objetivo é a profilaxia das endemias rurais. Exercem a profissão no município: 1 médico, 3 dentistas e 3 enfermeiros.

Existem, ainda, na sede municipal, uma drogaria e uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem no município uma Comissão da L. B. A. e um Orfanato, que prestam assistência, respectivamente, à maternidade e às crianças desamparadas.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 8 204, 2 789 sabiam ler e escrever; destas, 1 605 eram homens e 1 184 eram mulheres. A percentagem total de pessoas que sabiam ler e escrever era de 27,70%, inferior, portanto, à do Território, que era de 29,31%. Quanto à sede municipal, de 1 158 pessoas de 5 anos e mais, 852 sabiam ler e escrever; destas, 403 eram homens e 449 eram mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 9 escolas de ensino primário, com 727 alunos matriculados. Dessas escolas, 2 localizavam-se no quadro urbano e 7 no quadro rural. Na sede municipal funcionou também uma Escola Normal Regional, com 62 alunos matriculados. Há, ainda, no município, uma escola de prendas domésticas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 2 bibliotecas públicas em pleno funcionamento, possuindo menos de 1 000 volumes cada uma. O "O Oeste", jornalzinho de periodicidade irregular, é o único órgão de imprensa do município. América Futebol Clube e Luzeiro Esporte Clube constituem as principais entidades desportivas de Xapuri. Há, ainda, na cidade, a Loja Maçônica Bandeirante do Acre.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal (2)		
			Total	Tributária	
1950.......	234	—	700	233	696
1951.......	247	—	725	287	728
1952.......	241	—	926	278	928
1953.......	423	—	935	254	878
1954.......	470	—	1 005	359	1 017
1955.......	497	—	1 183	545	918
1956.......	691	—	(*) 1 217	(*) 563	1 217

(*) Dados do Orçamento.
(1) FONTE: Coletoria Federal. — (2) Agência Municipal de Estatística

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça Getúlio Vargas, um dos principais logradouros públicos da cidade de Xapuri, ergue-se singelo busto do estadista Getúlio Vargas. Monumento, também, desta natureza e representativo da figura do caudilho José Plácido de Castro, que chefiou a epopéia acreana (1902-1903) existe na Praça Plácido de Castro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há no município um templo da igreja católica: Matriz de São Sebastião. O município é sede da Paróquia de São Sebastião, subordinada à Prelazia do Alto Purus e Acre. As festas religiosas mais importantes são as de São Sebastião, no mês de janeiro.

Existe ainda, um templo protestante da Seita Pentecostal, que congrega regular número de adeptos.

A festa folclórica ou tradicional que merece referência, é a de São João, praticada, principalmente, no interior do município.

A efeméride municipal mais importante é a do dia 22 de março, dia da fundação da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nome do município tem origem do vocábulo indígena "Xapuri". Segundo tradição oral, os primeiros exploradores encontraram, acima da foz do rio Xapuri, a maloca da tribo dos "Xapuris", originando o nome do rio, e, posteriormente, o da cidade, cuja grafia primitiva era "Chapurry", têrmo que significava "rio antes".

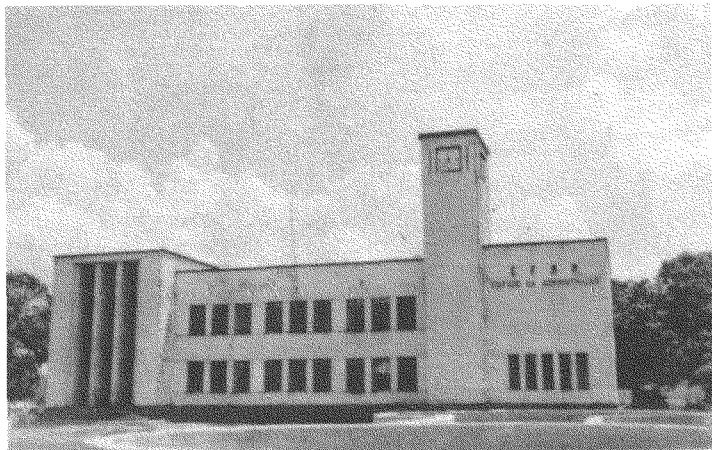
Os naturais do município denominam-se "xapurienses". A cidade é servida por um hotel e duas pensões. Há uma Loja Macônica que se denomina "Bandeira do Acre".

(Autoria do histórico — Compilação da Agência de Estatística do Município, e da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Questionários preenchidos pela Agência de Estatística de Xapuri. — Questionários da Campanha Estatística: "Relatório Anual de 1956" — Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. — Censo Demográfico — Territórios Federais — Seleção dos Principais Dados — S.N.R. — "Plácido de Castro", de Cláudio de Araújo Lima.)

MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA

PÔRTO VELHO — RO

Mapa Municipal na pág. 405 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Parte das terras que formam o atual município de Pôrto Velho pertenciam ao de Humaitá, Estado do Amazonas, que extremava com o antigo município de Santo Antônio do Madeira, Estado de Mato Grosso, aos 4 quilômetros da atual Ferrovia Madeira-Mamoré. Entretanto, com a instalação dos serviços da mesma Ferrovia, em 1907, no mesmo local onde é hoje a sede do município, formou-se ali um núcleo populoso e um pôrto de grande movimento.

Sede da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

A povoação de Pôrto Velho teve início no núcleo de casas dos empregados da "Madeira-Mamoré Railway Co.", que se foi condensando, desde 1907, em tôrno da estação inicial e oficinas respectivas, sob a fiscalização da diretoria da Estrada de Ferro referida, que efetuou desde logo obras de saneamento, fundando até um hospital-modêlo.

A Lei n.º 741, de 30 de outubro de 1913, na administração do governador Jonathas de Freitas Pedrosa, criou o têrmo de Pôrto Velho, anexo à Comarca de Humaitá, ficando o Poder Executivo autorizado a traçar os seus limites.

A 30 de janeiro de 1914, na mesma administração, foi instalado o têrmo de Pôrto Velho.

O Decreto n.º 1 063, de 17 de março de 1914, na mesma administração, deu ao têrmo de Pôrto Velho os seguintes limites: ao norte, o paralelo que passa pela bôca do igarapé São Lourenço, a montante da praia do Tamanduá, até encontrar os limites com o município de Lábrea; a leste, uma linha que partindo do ponto fronteiro à bôca do igarapé de São Lourenço, na margem direita do rio Madeira, vá encontrar o ponto em que o paralelo de 8° 48' corta o rio Candeias, em sua margem esquerda; ao sul, o citado paralelo limite com o Estado de Mato Grosso, entre a margem esquerda do rio Candeias e a margem direita do rio Madeira, o rio Madeira até a foz do Abunã, o rio Abunã até o limite com o território contestado do Acre e êsse território; e a oeste, o município de Lábrea.

A Lei n.º 757, de 2 de outubro de 1914, ainda na mesma administração, criou o município de Pôrto Velho, com sede na povoação do mesmo nome, e com os mesmos limites estabelecidos no Decreto n.º 1 063, de 17 de março de 1914, para o têrmo do mesmo nome, autorizando simultâneamente o Poder Executivo a entrar em acôrdo com o Govêrno Federal, a "Madeira-Mamoré Railway Co.", e proprietários de terras particulares para a fundação da vila, com aproveitamento, na medida do possível, das obras de saneamento ali feitas por aquela companhia.

A 24 de janeiro de 1915, na mesma administração, foi solenemente instalado, o município de Pôrto Velho.

A Lei n.º 833, de 11 de outubro de 1915, ainda na mesma administração, determinou que os limites do município de Lábrea com o de Pôrto Velho seguissem pelo divisor das águas Ituxi—Abunã.

A Lei n.º 900, de 31 de agôsto de 1917, na administração do Governador Pedro de Ancântara Bacelar, elevou à categoria de comarca o têrmo de Pôrto Velho.

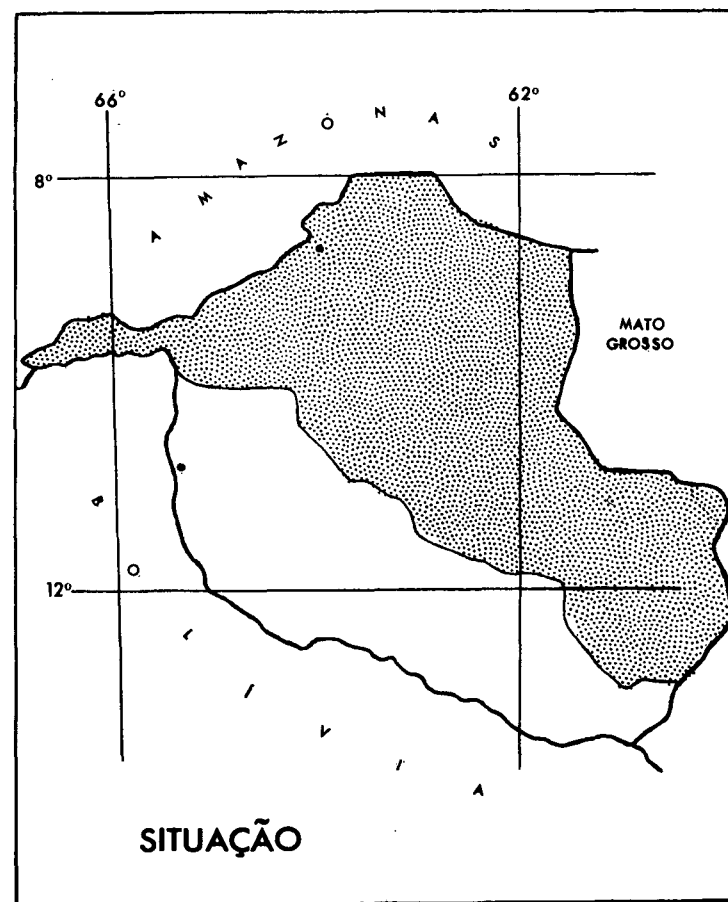
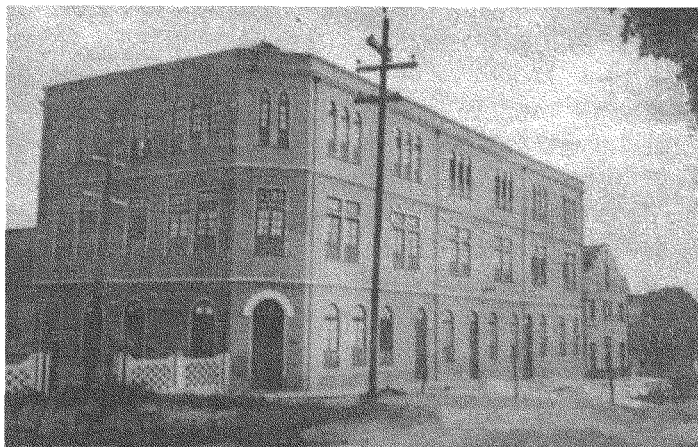
A Lei n.º 1 011, de 7 de setembro de 1919, na mesma administração, elevou à categoria de cidade a vila de Pôrto Velho.

A Lei n.º 1 126, de 5 de novembro de 1921, extinguiu a comarca de Pôrto Velho, anexando o respectivo têrmo à comarca de Humaitá.

A Lei n.º 1 133, de 7 de fevereiro de 1922, restabeleceu a comarca de Pôrto Velho que voltou, portanto, a ser a comarca mais recente do Estado, — o benjamim de tôdas as comarcas do Estado do Amazonas.

Quanto à origem do nome de Pôrto Velho, atribuiu-se ser corrutela da expressão "pôrto velho", referente ao pôrto da barraca de um velho morador dali, ao tempo da instalação dos seviços da Estrada de Ferro.

A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto Federal n.º 5 812, foram criados vários territórios federais, entre êstes, o do Guaporé, atualmente Rondônia. Em sua divisão administrativa foram incluídos dois municípios — Pôrto Velho e Guajará-Mirim. O atual Prefeito do município de Pôrto Velho é o Major Walter Montezuma de Oliveira.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pôrto Velho, limita com os de Humaitá e Lábrea, no Estado do Amazonas; com

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Instituto "Maria Auxiliadora"

o Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso; com o Território do Acre (município de Rio Branco); com a Bolívia e, por último, com o município de Guajará-Mirim, Rondônia. A sua posição geográfica é — Latitude Sul: 8° 45' 36" — Longitude W.Gr.: 63° 58'.

ALTITUDE — A altitude é de 98 metros.

CLIMA — O clima do município é quente e úmido. A sua temperatura apresenta a média das máximas 31,8°C e a média das mínimas 20,7°C.

ÁREA — O município de Pôrto Velho teve a sua área ampliada com terras do município do "Alto da Madeira" (antigo Santo Antônio) que levou o seu limite ao quilômetro 250 da Madeira-Mamoré e a sua área atual é de .... 154 097 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Possui o município o rio da Madeira que corta de S. a N., com inúmeras cachoeiras a montante da sede; o rio Gi-Paraná, o rio Jamari, o Jaci Paraná, o Abunã (limite com a Bolívia), o Candeias, o Lago do Cuniã bem como a Serra dos Parecis, com a média de 700 metros de altitude.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora do município é abundante em madeiras de várias espécies, entre estas a seringueira e a castanha-do-pará, a maior fonte econômica do município; a copaíba e várias sementes oleaginosas, bem como várias espécies de palmeiras. A fauna é igualmente abundante. Existem várias espécies de animais silvestres que auxiliam bastante a população rural, como elemento de economia — couros e peles.

Avenida Presidente Dutra

POPULAÇÃO — A população do município era, em .... 1.°-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, de 27 244 habitantes; sendo 15 311 homens e 11 933 mulheres. Sendo na zona urbana — 6 047, na zona suburbana — 4 925 e na rural — 16 272 pessoas. Atualmente, porém, a sua população tem crescido bastante, especialmente na sede. A estimativa em 1956, em números redondos, é a seguinte: — zona urbana, 16 000; zona rural, 20 000, de acôrdo com os trabalhos elaborados pela Inspetoria Regional de Estatística.

Palácio "Getúlio Vargas", sede do Govêrno

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana no município é a de sua sede, com 10 036 habitantes, segundo o Censo Demográfico realizado em 1950, sendo 5 139 homens e 4 897 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 8 295, 5 427 sabiam ler e escrever, sendo 2 915 homens e 2 512 mulheres. Atualmente a aglomeração urbana é estimada em 16 000 habitantes — cálculo elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística.

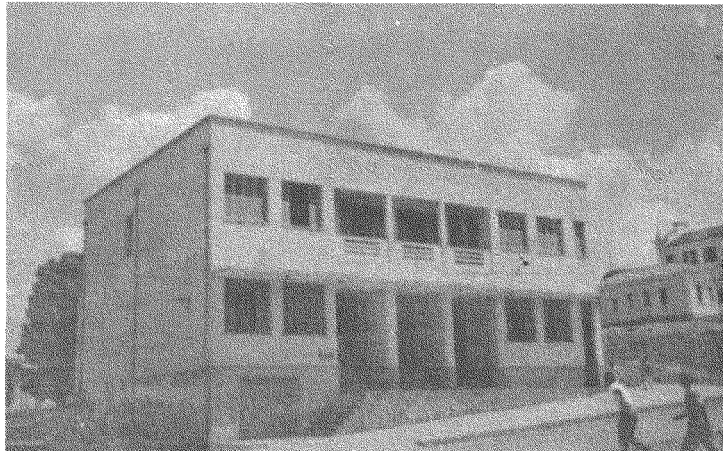
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal está em primeiro lugar, compreendendo: — borracha — Cr$ 106 667 106,00; castanha-do-pará (noz do Brasil) — Cr$ 20 441 148,00; e copaíba — .... Cr$ 1 051 576,00. — (em 1956).

Casa residencial do Sr. Bernardo Simião

A agricultura é bastante precária e muito aquém das necessidades da população.

A produção extrativa animal também pouco influi, visto que oficialmente apenas conta-se com a produção de pescado na época vazante, para o consumo na sede. Existe, também, a produção de couros e peles de animais silvestres,

exportados para outros Estados num valor de .... Cr$ 769 010,00, em 1956.

A pecuária também é restrita a pequenos criadores, visando apenas o consumo próprio, pouco influindo nas atividades econômicas do município.

Agência do Banco de Crédito da Amazônia

A indústria existente no município, limita-se à sede e compreende: uma usina de lavagem e laminação de borracha, algumas serrarias, olarias, padarias, torrefação e moagem de café, uma fábrica de mosaicos, sendo a maioria dessas últimas com menos de 5 pessoas. No interior existem sòmente casas de farinha e poucos e pequenos engenhos de rapadura.

Os Censos econômico e agrícola — Recenseamento de 1950, apuraram a existência, no município, de: 190 estabelecimentos comerciais, 50 de prestação de serviços e 300 agrícolas.

Cine-Teatro Resky

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, atualmente, na sede cêrca de 500 casas de comércio, sendo que, atacadistas verdadeiramente não há, tôdas são varejistas e sòmente poucas, mais importantes, vendem também em grosso. Grande parte delas mantém transações com as praças de Manaus, Belém, Rio, São Paulo, Pernambuco etc. Há sòmente duas agências de Bancos: 1 do Banco do Brasil, S.A. e outra do Banco de Crédito da Amazônia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a sede do município às sedes dos municípios limítrofes, pelos seguintes meios de transporte: Humaitá, via fluvial — 290 km; Rio Branco (Acre) — via aérea: 450 km; Guajará-Mirim (RO) — via férrea: 366 km. Liga-se ainda com os municípios vizinhos e com a Capital por via radiotelegráfica.

Associação Comercial do Guaporé

ASPECTOS URBANOS — A topografia é de boa aparência, achando-se a sede situada à margem direita do majestoso rio Madeira; não é em terreno plano, entretanto, o centro comercial acha-se situado na parte baixa e o resto da cidade, localizado na parte alta. Existem 50 logradouros públicos — avenidas, ruas e praças. O calçamento da cidade ainda é de pouca monta, pois que apenas algumas ruas são calçadas parcialmente com paralelepípedos e pedras irregulares. A cidade tem cêrca de 3 000 prédios, sendo que a maioria é de madeira e taipa. Pode-se contar com um têrço de alvenaria e telha. A cidade tem um regular serviço de luz e água, o qual longe está ainda de abranger tôda a sua área. As ligações de água atingem a cêrca de 900 e de luz cêrca de 1 800.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade possui um serviço de assistência médico-sanitária bastante regular — um hospital de clínica geral, uma maternidade, um sanatório, dois dispensários, um pôsto de puericultura, dois ambulatórios e vários postos médicos. Possui cêrca de 15 médicos, 5 dentistas, 15 auxiliares de saúde ou enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Neste setor, existe a L.A.B., Sociedade do Sagrado Coração de Jesus, Sociedade de Assistência aos Lázaros e Liga de Assistência ao Tuberculoso Pobre.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, na idade de 5 anos e mais existiam: nos quadros urbano e suburbano, sabendo ler e escrever, 5 825 pessoas, não sabendo ler e

Escola Normal Rural "Carmela Dutra"

Catedral do Sagrado Coração de Jesus

escrever 3 264; no quadro rural, sabendo ler e escrever 4 089, não sabendo ler e escrever 9 637 pessoas.

ENSINO — Em 1956 existiam na cidade 5 estabelecimentos de ensino médio: 3 ginasiais e 2 normais, com a matrícula geral de 238 alunos.

No mesmo ano, havia no município 54 unidades do ensino primário, sendo na sede 11 e 43 no interior, assim discriminadas: na cidade — infantil 1, fundamental comum 8, supletivo 2; no interior — fundamental comum 37, supletivo 6, com a seguinte matrícula: na sede: 2 649; no interior: 1 086.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na sede três bibliotecas: a biblioteca "Raimundo Morais", pública e geral, com 1 500 volumes; a da Loja Maçônica "União e Perseverança", particular, geral, com 900 volumes; e a "Ruy Barbosa", particular, geral, com 270 volumes. Existem 2 jornais "Alto Madeira" e "Guaporé". Existe ainda a "Rádio Difusora do Guaporé" — prefixo ZYY-20. Máximo de potência: anódica, 120, na antena 500, freqüência 4 785 kc.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	3 653	—	3 509	2 503	3 192
1952.......	4 437	—	4 096	3 412	3 752
1953.......	3 360	—	5 621	4 559	6 115
1954.......	4 748	—	4 191	3 509	4 778
1955.......	6 470	—	7 617	6 318	6 045
1956.......	8 438	—	11 871	8 844	9 591
1957*......	—	—	14 299	10 916	14 299

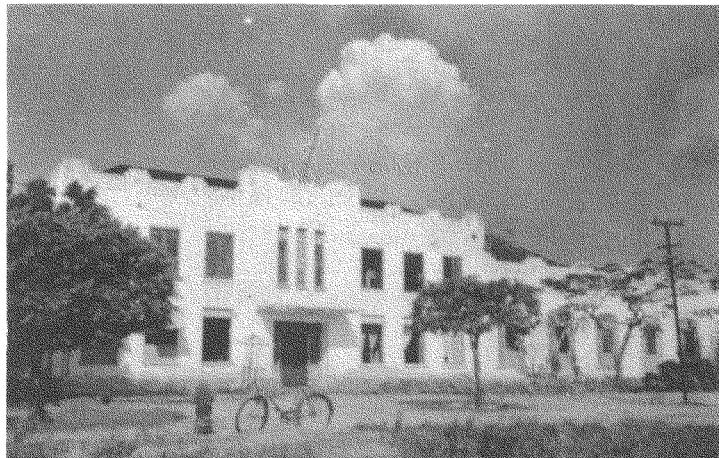
(1) Fonte: Mesa de Rendas Alfandegadas de Pôrto Velho.
* Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monumentos históricos existem dois, em comemoração ao Centenário da Independência, um na sede e outro na vila de Santo Antônio.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Manifestações religiosas, contam-se sòmente na sede: Sagrado Coração de Jesus e N. S.ª de Nazaré, em outubro; o mês mariano em maio, efemérides, sòmente as de cunho nacional e que são: 1.º de maio, 7 de setembro e 15 de novembro.

Quanto às manifestações folclóricas, o município apresenta apenas a do "Boi-bumbá", cujo fio temático é o mesmo do resto do País, embora existam figurantes e episódios ligeiramente modificados. Além da figura principal — o boi artìsticamente enfeitado —, há os índios, o Pai Francisco, a Catirina e os vaqueiros.

Pôrto Velho Hotel

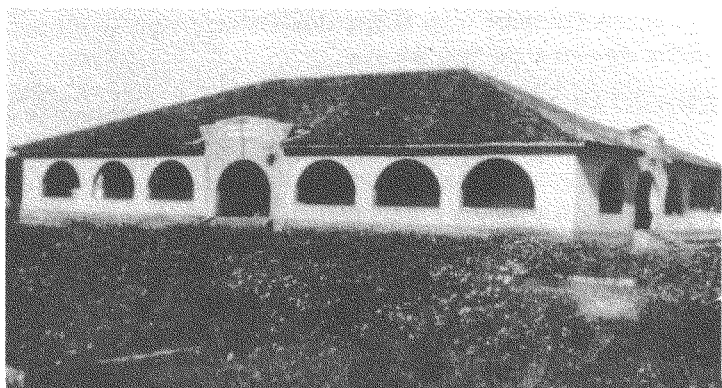
ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Existem as majestosas cachoeiras, entretanto, ainda não podem ser motivo de atração turística, em vista de se acharem em pontos quase inacessíveis.

Hospital "São José"

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município denominam-se "pôrto-velhenses". Quanto aos primitivos habitantes (indígenas), podemos citar — os Caripunas, os Caririanos, os Bôcas-negras e os Araras.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Censo Demográfico (1.º de julho de 1950) dos Territórios Federais; "Achegas para a História de Pôrto Velho", do Dr. Antônio Cantanhede; e "Diário Oficial" — Manaus — Amazonas n.º 8 325.)

GUAJARÁ-MIRIM — RO

Mapa Municipal na pág. 407 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A origem do atual município de Guajará-Mirim, que em língua tupi-guarani, segundo alguns, significa "cachoeira pequena", acha-se profundamente ligada à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, primitiva "Madeira & Mamoré", emprêsa que primeiro tentou a sua construção. Pode-se afirmar, sem receio de dúvidas, que

Grupo Escolar "Simon Bolívar"

o município é uma conseqüência feliz da construção dessa ferrovia.

Conhecida apenas, por mero ponto fronteiriço ao povoado de "Guayara-merim", situado à margem esquerda do Mamoré, na Bolívia, a localidade era pràticamente despovoada até ao alvorecer do século XIX.

Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, pelo qual o Brasil se comprometia a construir uma estrada de ferro, ligando os portos de Santo Antônio do Rio Madeira ao de Guajará-Mirim, no Mamoré, cujos direitos sôbre tarifas seriam recíprocos, a localidade foi se tornando conhecida pelo resto do país, com grande repercussão no estrangeiro.

Outro fator, também decisivo na vida do município, foi a alta do preço da borracha, em fins de 1924, e que veio a coincidir com a inauguração do tráfego em grande trecho ferroviário.

Embaladas pela notícia de fáceis riquezas, afluíram para a localidade grandes levas de aventureiros de várias nacionalidades, ávidos pelo enriquecimento com o "Ouro Negro", segundo a denominação dada à "hévea" na época da sua valorização.

A inauguração do tráfego até Guajará-Mirim, em 30 de abril de 1912, veio acelerar o povoamento daquela localidade outrora semideserta.

Habituada como estava a sua população a enfrentar com denodo e sem desfalecimento a dureza de uma vida isolada dos centros populosos; o início do incremento da agricultura, — necessidade imposta pela própria tendência do meio, pois já havia grande parte de seus habitantes que se dedicavam a outras atividades que não a da extração do "látex"; êsses e outros fatôres, também de grande importância econômica, ajudaram a localidade a subsistir,

Aquartelamento da 6.ª Cia. de Fronteira

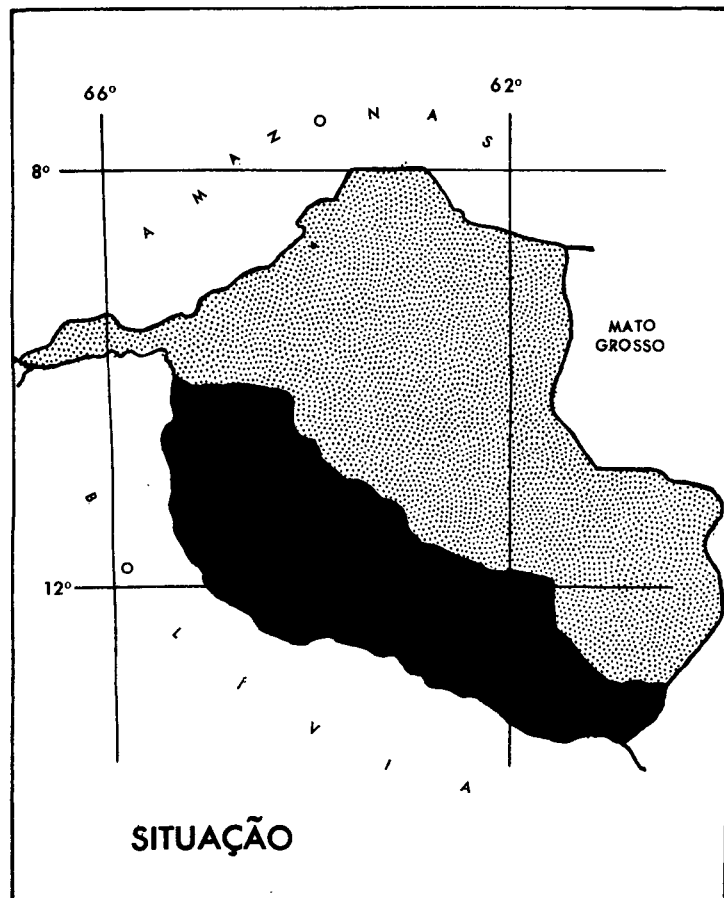
ante a desastrosa desvalorização do produto, que constituía, naquela conjuntura econômica, a principal fonte de renda da ferrovia.

Tendo sobrevivido a tôdas essas vicissitudes, conseguiu Guajará-Mirim sua elevação à categoria de município e comarca, em 12 de julho de 1928, pela Lei n.º 991, do Estado de Mato Grosso. Essa Lei estabelecia o dia 15 de novembro do ano seguinte para a instalação da Comuna. Entretanto, o fato histórico foi acelerado, instalando-se o município, solenemente, em 10 de abril de 1929, por fôrça do Ato n.º 1 088, de 6 de abril do mesmo ano. Pelo mesmo Ato, foram nomeados os membros para a Câmara Municipal.

Foi o primeiro Intendente Municipal, Manoel Boucinhas de Menezes; primeiro Presidente da Câmara, Dr. José de Mendonça Lima e Secretário, Alkindar Brasil de Arouca.

O município tinha então os seguintes limites: do rio Jaci Paraná, desde sua barra no Madeira, ao ponto extremo da mais alta vertente do rio S. Miguel; dêste à cabeceira do rio Maquens.

Em 1943, pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro, o município foi desmembrado do Estado de Mato Grosso, passando a integrar o Território Federal do Guaporé, hoje Rondônia, o qual ficou constituído de dois municípios: o de Pôrto Velho e o de Guajará-Mirim. O atual Prefeito de Guajará-Mirim é o Sr. Salomão Jorge Badra.

LOCALIZAÇÃO — Guajará-Mirim está localizado na região fisiográfica do rio Mamoré. Limita com o muni-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

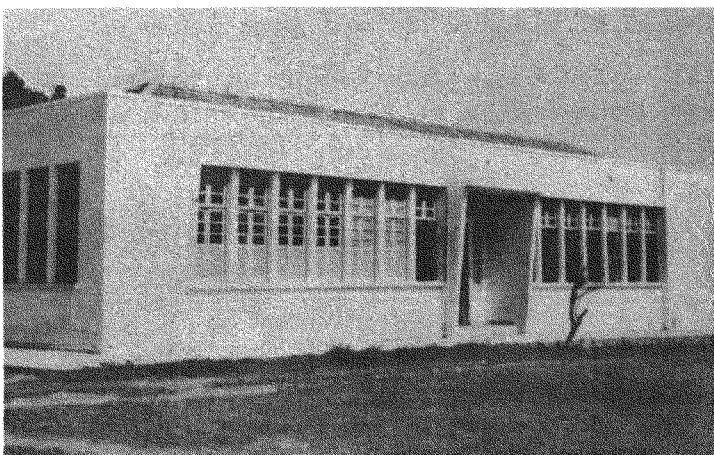
cípio de Pôrto Velho, com o Estado de Mato Grosso e com a República da Bolívia. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul: 8° 45' 48' — longitude W.Gr.: 63° 54' 48". Sua posição em relação à Ca-

Vista Aérea

pital é a seguinte: distância, em linha reta — 276 km; direção — 35° 31' S.O.

ALTITUDE — A altitude é de 195 metros.

CLIMA — O município é dotado de um clima quente e úmido, quase idêntico ao de Pôrto Velho.

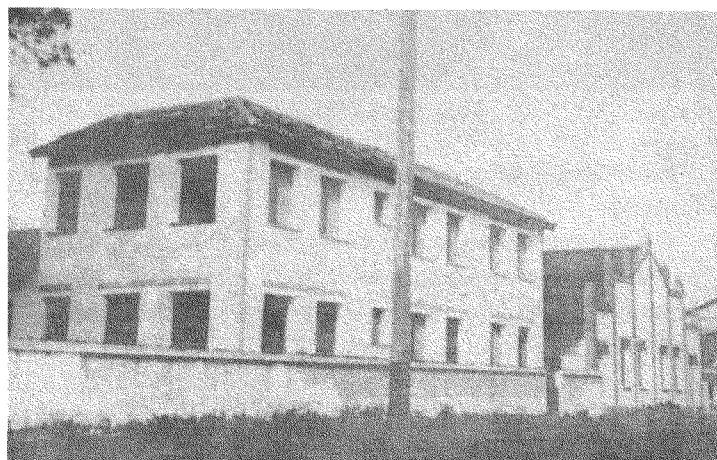
ÁREA — O município tem a sua área formada de partes dos municípios de Santo Antônio do Madeira e Vila Bela, hoje Mato Grosso, ambos do Estado dêste nome, tendo o seu limite com o de Pôrto Velho no quilômetro 250 na Estrada de Ferro "Madeira-Mamoré" e a Serra dos Parecis e com

Edifício do Forum

Mato Grosso a mesma Serra e o rio Cabixi, afluente do Guaporé. A área do município está calculada em .... 88 886 km².

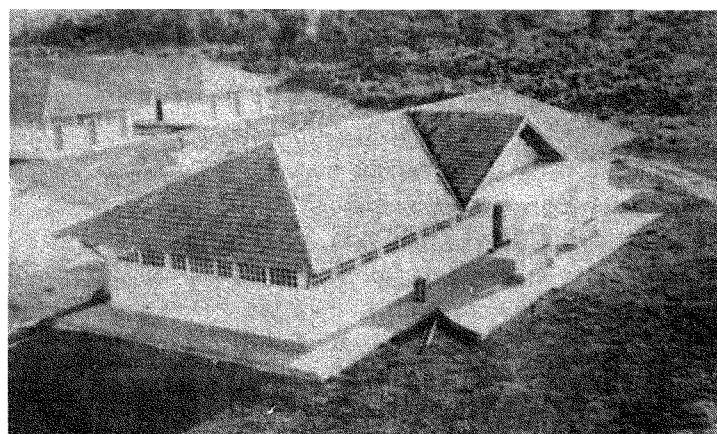
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Possui o município o rio Mamoré, desde sua confluência com o Guaporé e êste rio até a foz do Cabixi, e êste e outros afluentes da margem

Cassino Militar

direita do Guaporé e a Serra dos Parecis com a altitude média de cêrca de 700 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — O território do município é cortado por vários rios e recoberto de uma flora de grande valor, onde aparecem a seringueira e a castanha-do-pará noz do Brasil). A copaíba e muitas outras sementes oleaginosas, bem como diversas espécies de palmeiras concorrem para a riqueza do município. A sua fauna é muito importante,

Colégio N. S.ª do Calvário

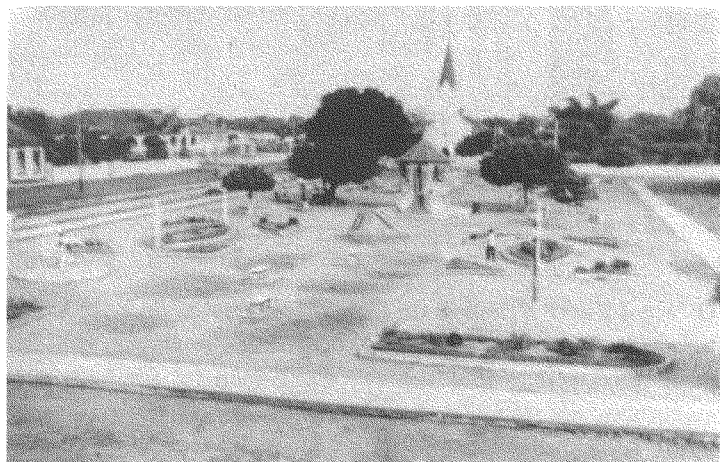
sobressaindo várias espécies de peixes: tambaqui, pirapitinga jatuarana, curimatã, surubim, dourado e piraíba, inclusive a tartaruga e o tracajá. Há muitas espécies de animais silvestres que concorrem também para a riqueza do município.

POPULAÇÃO — A população do município era, em ...... 1.°-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, de 9 691 habitantes; sendo 5 605 homens e 4 086 mulheres; na zona urbana — 1 332 pessoas; na suburbana — 1 512; e na rural — 6 847.

Edifício do Comando da 6.ª Cia. de Fronteira

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem como aglomerações urbanas no município: a sede municipal, Forte Príncipe da Beira e Vila Murtinho, estimado em cêrca de 100 habitantes — cálculo da Inspetoria Regional de Estatística —, bem como, Pedras Negras com cêrca de 120 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem como principal atividade econômica a produção extrativa vegetal, tendo como produtos mais importantes: a borracha, a castanha-do-pará (noz do Brasil) e a ipecacuanha.

A agricultura é menos desenvolvida, o pouco que produz dá sòmente para o abastecimento da população.

A produção extrativa animal, também pouco influi, embora seja constituída de peixes de várias espécies que valorizam mais ou menos a atividade econômica do município na parte extrativa animal, como seja, os principais peixes da região: o tambaqui, a pirapitinga, jatuarana, tucunaré, pacu, pescada, sardinha e outros, inclusive a tartaruga e o tracajá. Existe a produção de couros e peles de animais silvestres,

Praça Dr. Mário Corrêa

exportados para os municípios de Pôrto Velho, Manaus e Belém.

A pecuária é também de menos importância para o município, concorrendo apenas para a manutenção e consumo próprio da população, pouco influindo nas atividades econômicas da Comuna.

A indústria existente no município compreende cinco olarias, que exportam tijolos e telhas para o município de Pôrto Velho; e pequenas casas de farinha.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, atualmente, na sede cêrca de 90 casas de comércio, das quais 3 são atacadistas e 87 varejistas. Há na sede do município um comércio bem

Estação da E. F. Madeira-Mamoré

considerável. Não há firmas exclusivamente atacadistas, sòmente algumas fornecem mercadorias para os seringais. As transações comerciais, importantes, são feitas com as praças de Belém, Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro. Os principais artigos que o comércio local importa são: fazendas, calçados, artigos de ferragem, conservas, perfumaria etc.

O município conta com uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S.A. e cogita-se de instalação de uma Agência do Banco do Brasil S.A.

Vista Aérea

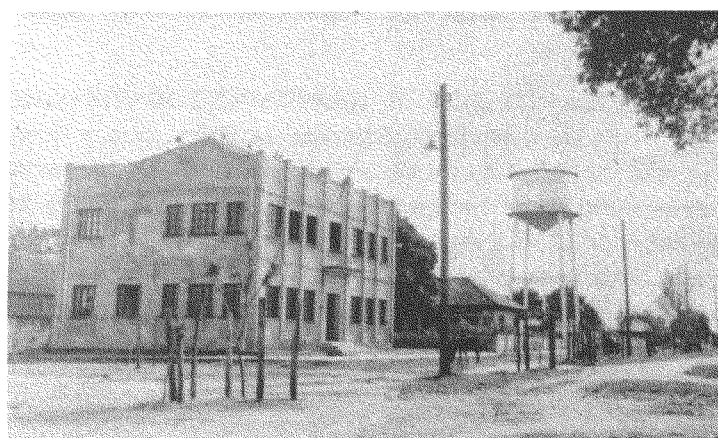
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a sede do município às sedes dos municípios limítrofes, pelos seguintes meios de transporte: Pôrto Velho: ferrovia — (E.F.M.M.) 366 km e aéreo — (Cruzeiro do Sul ou F.A.B.) 280 km; Príncipe da Beira: aéreo — 210 km e fluvial — (SNG e outras) 382 km; Vila Bela—MT: aéreo — 790 km e fluvial — 1 417 km; Corumbá—MT: aéreo — 1 903 km; Campo Grande: aéreo — 2 259 km; Cuiabá — MT: aéreo — 1 438 km; S. Paulo—SP: aéreo — 3 209 km;

Mercado Público

Rio Branco—AC: aéreo — 735 km; Xapuri—AC: aéreo — 1 340 km; Tarauacá—AC: aéreo 1 345 km; Sena Madureira—AC: aéreo — 1 095 km. Os meios de transporte são realizados, por via fluvial, pelo Serviço de Navegação do Guaporé, de propriedade do Govêrno do Território e aéreo, pelos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A. e Fôrça Aérea Brasileira — F.A.B.

O município é serviço por 116 quilômetros da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com sede em Pôrto Velho, Ca-

Associação Comercial

7 — 24 640

pital do Território. A ferrovia tem um total de 366 km. Existem no município duas estações de 1.ª classe (Guajará-Mirim no ponto terminal e em Vila Murtinho, no ...... km 315), além de doze pontos de parada, porém de pouca importância.

O município é servido, ainda, por dois aeroportos: um em Guajará-Mirim, com 200 x 130 metros e outro em Conceição no Distrito de Príncipe da Beira, com 100 x 100 metros.

Atualmente o município possui uma Agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A topografia da sede é de ótima aparência, situada à margem direita do rio Mamoré, em terreno plano e meio arenoso. Existem cêrca de 20 logradouros públicos, entre ruas e praças. As casas são em parte de alvenaria, no centro principalmente, em parte de taipa, tôdas cobertas de telhas de barro ou zinco. A cidade possui serviço de luz e água bastante precário.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade possui 4 médicos, um hospital de clínica geral e alguns postos médicos. Exercem a profissão, na cidade, 3 dentistas e alguns auxiliares de saúde.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que formavam um total de 2 136, 1 356 sabiam ler e escrever, sendo 730 homens e 626 mulheres.

ENSINO — Funcionam no município 23 escolas de ensino primário geral, sendo 1 pré-primária, 21 comuns e 1 supletiva e também uma escola secundária.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Além de um clube de futebol, a cidade conta com uma biblioteca particular, com número superior a 1 000 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	586	—	1 360	863	—
1951.......	1 333	—	1 734	1 273	—
1952.......	2 029	—	2 738	2 295	—
1953.......	2 158	—	3 325	2 472	—
1954.......	2 818	—	3 631	2 898	—
1955.......	3 934	—	3 304	2 489	—
1956.......	6 189	—	5 873	2 488	—
1957 (1)...	—	—	6 490	3 828	—

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe o Forte do Príncipe da Beira, com a denominação de "Real Forte do Príncipe da Beira". A pedra fundamental dêsse forte foi lançada, com cerimônia, a 20 de junho de 1776, e foi construído em forma de estrêla. Há quatro baluartes que foram consagrados a N. S.ª da Conceição, Santo Antônio de Pádua e Santo André Avelino.

Av. Presidente Dutra

O "Real Forte Príncipe da Beira" foi construído para substituir com mais eficiência o de N. S.ª da Conceição, que ficava a umas mil braças abaixo. Conceição foi fundada pelos espanhóis, em 1743, com a denominação de "Santa Rosa". Mais tarde, com a expulsão dos espanhóis, foi construído pequeno Forte que recebeu o nome de N.S.ª da Conceição. Houve uma época em que lhe deram a denominação de "Bragança".

O Forte do Príncipe, segundo informação não oficial, foi abandonado em 1895. Em 1904 o encontrou a Comissão Rondon. Densa floresta o envolvia. As casas cobertas de telhas ruíram, permanecendo as paredes de algumas. O velho Forte desafiou o tempo. Suas muralhas continuam inalteráveis. Os sinos da igreja — verdadeiras obras-primas do século XVII — e alguns canhões foram levados para o vilarejo de São Joaquim — Bolívia. As telhas das casas tiveram o mesmo destino. Passaram épocas, surgiram novas gerações, mas a testemunha muda de um mundo então desconhecido, permanece de pé. Representa a epopéia das Bandeiras e o sacrifício de um povo arrojado e ambicioso. Quem percorre o interior da velha fortaleza, parece ouvir no baque surdo dos sapatos, o ressoar dos "tacões" das botinas portuguêsas.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Manifestações religiosas, contam-se sòmente a de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Território e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ambas festejadas em outubro.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Entre as belezas naturais do município, destaca-se uma das mais belas e importantes das quedas d'água, que é a Cachoeira de Ribeirão, situada no km 294 da Estrada Ferroviária "Madeira-Mamoré". Além da beleza panorâmica, notabiliza-se pela imponência e desnível de suas águas. Outras muitas quedas d'água se encontram nesse trecho dos rios Madeira e Mamoré. Essa do Ribeirão, entretanto, é a mais bela e pitoresca de tôdas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município denominam-se "guajaraenses".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística.)

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS

AIRÃO — AM

Mapa Municipal na pág. 161 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — As penetrações de alienígenas no Rio Negro começaram em 1645, com a bandeira de Bartolomeu Barreiros de Ataíde que trazia instruções do Governador Luiz Magalhães de descobrir o "rio do ouro".

Há, todavia, duas versões sôbre a origem do primeiro núcleo de povoamento em terras do atual município de Airão, as quais eram habitadas primitivamente pelos índios Uaimiri, Atroaí, Crichanã, Carabinari e Jauaperi.

A primeira versão diz que numa das bandeiras dos Jesuítas, saídas do Maranhão, a primeira em 1657 e a segunda no ano seguinte, foi fundada a "missão dos Tarumãs, que, depois de passar por vários incidentes, transmudou-se na missão da Foz do Jaú, sob o padroado de Santo Elias."

A segunda versão informa que Pedro da Costa Favela, no comando de uma tropa de resgate, e o Frei Teodósio da Veiga, da Ordem dos Mercês, vieram ao rio Negro, guiados pelos Aroquis que habitavam o rio Urubu e fundaram, então, em 1668, nas proximidades do riacho Aruim, uma povoação que, anos depois, foi transferida para a foz do rio Jaú, com a denominação de Santo Elias do Jaú.

Como se vê, ambas as versões dão como o primeiro núcleo do povoamento a missão de Santo Elias do Jaú. Divergem, no entanto, quanto à primitiva localização e sôbre a data da fundação.

Tudo indica haja sido a missão ou aldeia de Santo Elias do Jaú o segundo ou terceiro núcleo de povoamento organizado pelos portuguêses em terras amazonenses.

A aldeia de Santo Elias do Jaú foi elevada à categoria de lugar, em 1759, com a denominação de Airão, por Joaquim de Melo Póvoas, primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro.

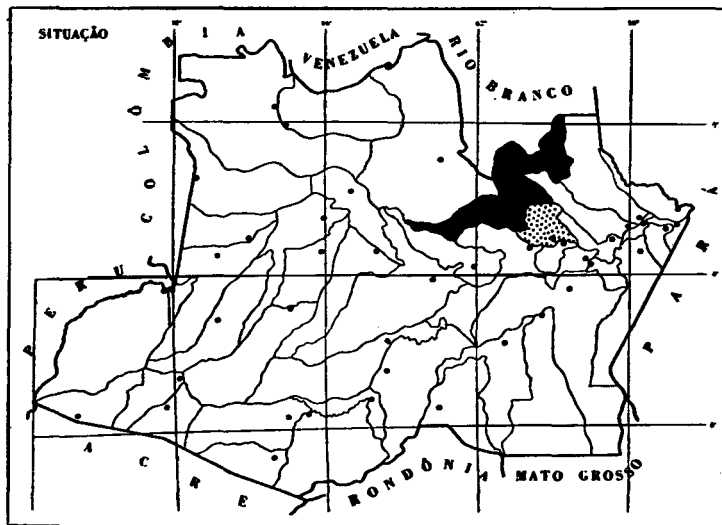
A denominação de Jaú originava-se do rio do mesmo nome, próximo a cuja foz está situada a localidade; a de Airão foi aplicada em observância à política iniciada por Mendonça Furtado de dar às povoações amazonenses nomes portuguêses. Assim, aconteceu, também, por exemplo, com as aldeias de Abacaxis (atual Itacoatiara) e Saracá, que na mesma época passaram a denominar-se Serpa e Silves, respectivamente.

Quando da criação da Comarca do Alto Amazonas, em 1833, figura Airão, como freguesia ou colégio eleitoral pertencente ao têrmo de Manaus.

A Lei provincial n.º 92, de 6 de novembro de 1858, reduziu o número de Freguesias da Província, excluindo algumas, dentre elas a de Airão.

Permaneceu Airão durante mais de um século sem nenhuma alteração em sua história e sem também apresentar quase nenhum progresso, quando, em 1938, foi transformado em sede do distrito do mesmo nome, integrando o município de Manaus.

Pela Lei Estadual n.º 99, de 19 de dezembro de 1955, foi criado o município de Airão, desmembrado do de Manaus, com sede na vila de Airão, elevada, então, à categoria de cidade. A instalação do município deu-se a 23 de fevereiro do ano seguinte, sendo o seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Ivo Alves de Almeida. O município é constituído de um único distrito.

LOCALIZAÇÃO — Airão situa-se na zona do rio Negro e limita-se com os municípios de Barcelos, Codajás, Manacapuru, Manaus, Urucará, Itapiranga e com o Território do Rio Branco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Não se tem dados concretos sôbre altitude. Situando-se, entretanto, a sede municipal entre as cidades de Manaus e Barcelos que também ficam à margem do rio Negro e que têm, respectivamente, as altitudes de 40 m e 41 m, a sua altitude está, forçosamente, entre uma e outra das mencionadas.

CLIMA — O clima é quente e úmido, característico das zonas equatoriais. A linha do equador corta a parte do extremo norte do município. Não se tem dados exatos sôbre a sua temperatura. Deve ser, entretanto, semelhante à de Manaus, município que lhe fica vizinho e que apresentou em 1956 as seguintes variações: média das mínimas 22,9ºC — média das máximas 30,7ºC — e média compensada 26ºC.

ÁREA — A sua área, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística (ainda não foi calculada pelo C.N.G., vez que se trata de município recém-criado), é de cêrca de 54 000 km², o que lhe assegura o 7.º lugar entre os demais municípios amazonenses. Note-se, ainda, que essa área é superior à dos Estados de Sergipe e Espírito Santo juntos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tem como principais acidentes geográficos os rios Negro, Jaú, Jauaperi, Alalaú, Carabinari, Padauari e Curinaci.

RIQUEZAS NATURAIS — Embora não tão rica como a da maioria dos municípios amazonenses, a flora airãense, na qual se destacam a seringueira (hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará (Bertholletia excelsa), constitui a sua principal riqueza natural.

A sua fauna também é relativamente importante, principalmente a aquática: peixes de várias espécies, destacando-se o pirarucu, e quelônios: tartarugas (podocnemis expensa), tracajás (Podocnemis unifilis) e outros. Há também vários animais silvestres: onças, veados, queixadas, caititus e outros.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censos Demográficos de 1940 e 1950, verifica-se que a população de Airão aumentou cêrca de 16% no referido período intercensitário: em 1940 era de 2 685 e 1950 de 3 128 habitantes. É o menos populoso dos atuais 43 municípios amazonenses.

A população masculina era, em 1950, bem superior à feminina, ou seja cêrca de 58% do total: para 1 825 homens existiam apenas 1 303 mulheres.

Quanto à localização, verifica-se esmagadora preponderância da população rural (94% do total) sôbre a urbana.

A densidade demográfica é a mais baixa do Estado, depois da de Barcelos. Cabem, nada menos, cêrca de 18 km² para cada habitante. É assim, certamente, um dos municípios de mais fraca densidade populacional do Brasil.

À primeira vista, sabendo-se Airão tão próximo da Capital do Estado, causa espécie a sua ínfima população relativa. O fato, entretanto, explica-se por ser Airão uma das zonas mais pobres do Estado, onde não se encontram, com abundância de outras plagas barés, a seringueira (hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará (Bertholletia excelsa) cuja exploração no Amazonas ainda continua sendo, e o será por muito tempo, o mais importante meio de subsistência da maioria da população rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que em 1950 possuía apenas 175 habitantes; dêstes, 93 eram homens e 82 eram mulheres.

Os principais povoados do município são os seguintes, com as respectivas estimativas de número de casas e habitantes: Tauapessassu, 40 casas e 320 habitantes; Pacatuba, 25 casas e 130 habitantes e Igarapé-Açu, 20 casas e 150 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal constitui a principal atividade econômica do município, cujo valor da produção em 1956 foi de .... Cr$ 3 765 680,00. Dessa importância Cr$ 1 118 000,00 cabem à borracha e Cr$ 1 100 000,00 à madeira. Os demais produtos são balata, sernambi, sôrva, etc.

A agricultura é bastante rudimentar. Na temporária, destaca-se a mandioca, com uma produção de cêrca de 1 000 toneladas anuais; na permanente, a laranja, a tangerina e o abacate, cujos excedentes são exportados para Manaus. O valor da produção agrícola em 1956 foi de cêrca de Cr$ 1 600 000,00.

Quase não existe a pecuária. O seu principal rebanho é o de bovinos, estimado em 200 cabeças.

Dada a abundância de cursos de água, geralmente piscosos, e a escassez de carne bovina, a pesca é praticada em escala relativamente grande. A estimativa da produção de peixes diversos em 1956 é de 30 000 quilos, no valor de Cr$ 360 000,00. Dentre as espécies existentes destacam-se o jaraqui, por sua abundância, o tucunaré pela boa qualidade e o pirarucu pelo tamanho. São encontrados também a tartaruga e o jacaré. O maior valor dêste, todavia, é o do couro, aproveitado para fins industriais. Pratica-se também a caça, embora em menor escala. Estima-se em .... Cr$ 200 000,00 o valor da produção em 1956 referente às peles de animais silvestres principalmente onças, capivaras e ariranhas. Foi de Cr$ 560 000,00 o quantum da produção extrativa animal em 1956.

Segundo os resultados dos Censos Econômico e Agrícola de 1950, existiam àquela época no território do atual município de Airão apenas 6 estabelecimentos comerciais e 29 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO — Conta o município com 6 estabelecimentos comerciais, que transacionam com a capital do Estado. Importa estiva em geral, e exporta borracha, madeira, sernambi, sôrva, laranja e abacate.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido pelos serviços de Navegação da Amazônia e Portos do Pará (S.N.A.P.P.) e pela emprêsa de navegação Higson & Cia. Manaus Ltda., que o põem em comunicação por via fluvial com as seguintes localidades: Barcelos 246 km; Boa Vista (T. Acre) 898 km; Içana 866 quilômetros; Manaus 250 km e Uaupés 811 km, tôdas à margem do rio Negro, com exceção de Boa Vista que fica no rio Branco.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Airão fica à margem direita do rio Negro. É um simples lugarejo que em 1950 possuía apenas 46 casas e 175 habitantes. É servida de luz elétrica, contando com 12 ligações domiciliares. Um templo católico, um estabelecimento comercial e uma escola de ensino primário é tudo quanto há de interêsse estatístico.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais que habitavam na sede do município em 1950, que eram 160, apenas 25 sabiam ler e escrever; destas, 16 eram homens e 9 mulheres.

ENSINO — Conta o Município com 9 unidades de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para o ano de 1956 foi orçada em Cr$ 204 000,00, exclusive os auxílios (quotas do impôsto de renda, etc.) dos demais poderes públicos. Não há no município órgão de arrecadação do Estado e da União.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Negro é, incontestàvelmente, um dos mais belos cursos de água do mundo. Suas águas são tranqüilas, límpidas, transparentes. Há trechos em que chega a ter 50 quilômetros de largura, no seu curso inferior, quando se espraia em imenso lago, coalhado de pequenas ilhas.

Quase defronte à cidade de Airão estão as ilhas Curidiqui e Xipaca.

Constitui o rio Negro, evidentemente, uma atração turística, não só do município, mas de tôda a Amazônia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A área em que se localiza a cidade de Airão, ex-vila do mesmo nome, ainda não foi desapropriada; pertence ao senhor Francisco Bezerra de Vasconcelos.

O Govêrno do município vem funcionando desde a criação dêste no povoado de Tauapessassu, onde reside o Prefeito e para onde se pretende transferir legalmente a sede do município.

Ainda quando Airão era distrito de Manaus, o Cartório de Registro Civil, em vez de funcionar na sede do distrito, funcionava em Tauapessasu, onde continua.

LENDAS — Das várias lendas que existem no município, transcrevemos do livro "O Amazonas por Dentro" de Antônio Cantanhede, a seguinte:

"O Urutaí: — Entre os aborígines da Amazônia, são por demais conhecidas as virtudes das penas dessa ave de rapina, conhecida por urutaí, e também por urutau e mãe--da-lua.

Algumas das antigas tribos de índios que habitaram o Amazonas empregavam-nas, queimando-as, para defumar suas jovens, nas vésperas dos esponsais. Êles criam que essa defumação tinha o poder de tornar quietas as mulheres.

Outros iam mais longe em sua crença: espanavam com as penas dessa ave o lugar de onde se levantara a criança que pretendiam "curar" ou alguém a quem desejavam ter sempre ali, ao pé.

O urutaí era e ainda é considerado como o símbolo da quietude, entre os naturais do vale lendário.

Realmente, tudo nesse alado notívago é original. Sua posição diuturna é sempre a mesma: voltado para o sol. Seu pescoço alongado termina em grande cabeça, com uns olhos grandes e negros em desproporção ao corpo; seu bico adunco está fincado à cabeça como um gancho, sempre à espera da prêsa. Trepado na ponta de algum pau sêco, resto de árvore em decadência, pela sua imobilidade, parece ser a continuação da madeira, tanto que, sòmente de pequena distância é êle distinguido. De penas pedreses, cinzento-claro e escuro que também se confundem com o pau que lhe serve de pouso. Não faz ninho. Na própria ponta do poleiro deita dois ovos, que vêm acompanhados de substância viscosa, para que aí grudados não percam o equilíbrio, até o nascimento dos filhos, que, uma vez fora do envólucro calcário, ficam presos pelas patinhas enquanto não estão aptos para levantar vôo.

O urutaí alimenta-se especialmente de morcegos que caça à noite, pois, durante o dia não se move senão para acompanhar, voltando-se apenas, a marcha do sol.

Nas noites de luar desfere seu canto que semelha sonora gargalhada: qua... qua... qua...

É preciso saber-se, entretanto, porque assim vive e assim canta essa ave.

Contam antigos moradores do interior do Amazonas que, ao tempo em que o dom da palavra era de todos, animais e plantas, certa vez, vindo o urutaí, em noite de luas, à beira de uma estrada, aí encontrou, atravessando-a, um velho tronco de árvore. Travaram conhecimento, e depois de alguns minutos de boa prosa, o urutaí felicita seu interlocutor por estar sempre deitado, em descanso.

— Engano vosso, amigo urutaí, lhe responde o outro; não podeis calcular quanto é penoso estar sempre deitado, sempre na mesma posição. Dantes, até o leve soprar da brisa fazia-me oscilarem as fôlhas, como um sorriso; ou suportava o furor dos vendavais com orgulho... Fiquei velho e o vento, um vento banal, lançou-me por terra, nesta estrada... Dantes, floria e frutificava. Agora... Aqui, onde me vêdes, todos me desprezam. Sou um pau caído... Não tenho, sequer, o gôsto de ser pisado...

— E quando passam pela estrada? indaga, curioso o urutaí.

— Abrem as pernas e saltam por cima dêste seu velho amigo.

De modo que tendes visto...

— ... coisas interessantes...

— Qua... Qua... Qua... Qua... desata a rir o urutaí que, alçando vôo, jamais desceu ao leito das estradas e não mais olhou para baixo, porque, ia pensando consigo mesmo: é muito melhor viver na ponta de um pau sêco e não ser notado, do que estar em uma estrada movimentada e ser desprezado... qua... qua... qua... qua...

NOTA — Urutaú — Urutau — Urutaú de Urutau: ave fantasma, ave noturna, coruja, môcho. Mais ronherida na Amazônia por Urutay e no Nordeste, por Mãe-da-Lua.

OBSERVAÇÕES — Os dados sôbre Atividades Econômicas foram fornecidos pelo D.E.E.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de Artur Cezar Ferreira Reis. Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas, de Anísio Jobim. Diário Oficial do Estado — Edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Resultados dos Censos Demográficos, Agrícola e Econômico de 1950. Tábuas Itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pela AE de Manicoré.)

ATALAIA DO NORTE — AM

Mapa Municipal na pág. 187 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, criou o município de Atalaia do Norte, desmembrado do de Benjamin Constant e constituído pelo distrito do mesmo nome (antigo distrito de Remate de Males), com sede no povoado de Atalaia, elevado então à categoria de cidade com a denominação de Atalaia do Norte.

A instalação do município ocorreu a 23 de fevereiro de 1956, sendo o seu primeiro prefeito nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Theóphilo Casimiro Brasil.

O ex-distrito de Remate de Males, cujo território é o mesmo do atual município de Atalaia do Norte, foi criado pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938.

Habitavam primitivamente o território do atual município de Atalaia do Norte os índios Mangeronas, Ticunas, Marubas e Maias. Dos dois últimos vivem ainda remanescentes no referido território. Os Maias conservam-se ainda arredios à civilização.

A região do Javari foi das últimas a ser explorada, devido aos ferozes selvagens seus habitantes e às doenças endêmicas que ali grassavam.

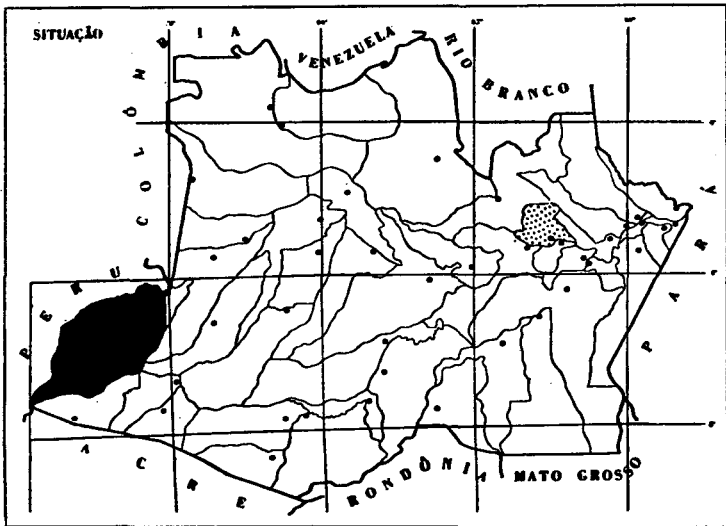
O mais antigo núcleo de povoamento é Remate de Males, que, aliás, foi durante vários anos, de 1898 a 1901 e de 1904 a 1928, sede do município de Benjamin Constant. Não se sabe precisamente a data de sua fundação. Entretanto, Anísio Jobim, em "Panoramas Amazônicos", informa que o povoado se originou de uma cabana à margem do Itecoai, onde habitava o filho de um oficial superior brasileiro, e que a denominação de Remate de Males foi dada, em 1890, pelo maranhense Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos que, "depois de haver estado, no povoado de Pevas, em Iquitos, no Peru", veio naquele ano para a foz do Itecoai onde já havia alguns moradores e lá se estabeleceu. Alfredo Bastos sofrera antes de sua chegada ao

Itecoai "constantes reveses", e por haver encontrado ali "relativo bem-estar, resolveu fixar-se, como um remate aos seus males". Colocou, então na fachada de seu barracão o dístico "Remate de Males", cuja designação se estendeu a todo o lugar. Remate de Males acha-se presentemente em acentuado estado de decadência.

O povoado de Atalaia, que é atualmente a sede do município de Atalaia do Norte, foi fundado em 1943, no seringal Cametá, cujo ato contou com a presença do Interventor Federal no Estado, o Dr. Álvaro Maia. A denominação de Atalaia justifica-se por ser a localidade em aprêço "o mais extremo núcleo do Oeste, a guarita da marcha para o Oeste" no dizer de Álvaro Maia, em discurso proferido em Remate de Males em 1943.

O rio Javari, "Nilo Americano", no dizer do Barão de Tefé, foi cenário de conflitos entre os silvícolas e o pessoal das comissões mistas brasileiro-peruanas incumbidas da demarcação dos limites entre as duas nações, em 1864 e 1874.

A partir de 1954, os seringueiros da zona do Javari, notadamente do rio Curuçá, têm sido atacados por um grupo de bandoleiros peruanos, que lançam o terror naquelas plagas, forçando o êxodo daquela gente e o conseqüente despovoamento dos seringais. Os jornais da capital do Estado e da República têm comentado, com riqueza de detalhes e fatos, essa ocorrência.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município de Atalaia do Norte na zona do Solimões-Javari, limitando-se com os municípios de Benjamin Constantt, Ipixuna, Jutaí e São Paulo de Olivença, com o Território Federal do Acre e com a República do Peru.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem cêrca de 80 m de altitude.

CLIMA — O clima é úmido e quente. Sôbre sua temperatura e precipitação ainda não se tem dados concretos. Todavia, o município, limítrofe de Benjamin Constant apresentou em 1956 os seguintes dados: Temperatura: Média das máximas: 32,7°C; média das mínimas: 18,6°C; e média compensada: 25,7°C. Precipitação anual: 2 994 mm.

ÁREA — A área do município (ainda não calculada pelo C.N.G. por se tratar de município recém-criado) deve ser cêrca de 70 941 km². É assim o 5.º município do Estado em extensão territorial. Essa área é bem maior que a do Estado da Paraíba.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Javari, Ituí, Itacoaí e Curuçá.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem as riquezas naturais do município. Na primeira destacam-se a seringueira (Hevea brasiliensis) e madeiras de boa qualidade: aguano, andiroba e cedro. Há vestígios da existência de minérios. Em Tabatinga, localizada nos limites de Atalaia com Benjamin Constant, há carvão-de-pedra. Aí também são encontrados xistos betuminosos.

POPULAÇÃO — A população do território hoje ocupado pelo município de Atalaia do Norte aumentou cêrca de 30% durante o período intercensitário 1940-1950. Segundo os resultados dos Censos Demográficos realizados naqueles anos essa população era em 1940 de 3 440 habitantes e em 1950 de 4 566.

Quanto ao sexo, havia em 1950 preponderância da população masculina — 2 528 habitantes, sôbre a feminina, com 2 038.

A população urbana, com 295 habitantes, é de cêrca de 6% do total. É, pois, como se verifica, o município preponderantemente rural.

A sua população relativa é das mais baixas do Estado. Há cêrca de 17 km² para cada habitante.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede cuja população é estimada em 300 habitantes.

Remate de Males, ex-vila do mesmo nome, em 1950 possuía 295 habitantes. Acha-se atualmente em franca decadência.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração da borracha (Hevea e Sôrva) e de madeira (aguano ou mogno, andiroba e cedro) é a principal atividade econômica do município. Em 1956 o valor da produção da borracha atingiu a quantia de Cr$ 5 082 750,00 e o da produção de madeiras foi de Cr$ 2 694 956,00. Não há no município a castanha-do-pará, comum à quase totalidade dos municípios amazonenses. O valor total da produção extrativa vegetal foi de .... Cr$ 5 215 500,00.

A agricultura é assaz deficiente. Planta-se em pequena escala mandioca, feijão e milho. A produção maior é a de mandioca, cujo valor em 1956 foi de Cr$ 625 000,00.

Também a pecuária é quase inexistente. Os seus principais rebanhos são os de suínos e bovinos, com respectivamente, 300 e 150 cabeças.

A pesca é praticada principalmente para o consumo próprio. A sua produção em 1956 foi de 37 420 quilos, no valor de Cr$ 298 990,00. Pirarucu, tambaqui, pirapitinga, curimatão e peixe-boi são as principais espécies existentes.

Segundo os resultados dos Censos Econômicos e Agrícola, realizados em 1950, existiam, naquele ano, no território

do atual município de Atalaia do Norte, 89 propriedades rurais e 7 estabelecimentos comerciais.

COMÉRCIO — Conta o município com 1 estabelecimento comercial atacadista e 7 varejistas. Importa estiva em geral e exporta borracha e madeira.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Atalaia do Norte liga-se às cidades vizinhas e demais localidades ribeirinhas. A viagem à Capital do Estado pode realizar-se por via mista: fluvial até Benjamin Constant, com a distância acima citada, e aérea de Benjamin Constant a Manaus, com 1 325 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Atalaia do Norte fica à margem direita do rio Javari. Em 1950, era um simples povoado que, segundo o Censo Demográfico realizado naquele ano, contava apenas 176 habitantes. É servida de luz elétrica, contando com 23 ligações domiciliares. Um templo católico, um pôsto médico, 2 escolas de ensino primário, 1 serraria, é tudo mais que há de interêsse estatístico. Sua população é estimada em 300 habitantes.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais que habitavam na sede do município em 1950, que eram 295, apenas 84 sabiam ler e escrever; destas, 48 eram homens e 36 mulheres.

ENSINO — Conta o Município com 3 escolas de ensino primário. Duas na sede municipal e outra no povoado de Remate de Males.

FINANÇAS PÚBLICAS — O orçamento da receita municipal para o ano de 1956 foi de Cr$ 1 054 800,10. Não há no município órgãos arrecadadores do Estado e da União.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Javari, a cuja margem direita fica a sede do município, divisor natural do Brasil com o Peru, corre por "belo verde vale coberto de densas florestas, com uma extensão de 1 056 quilômetros, desaguando no Amazonas por três profundas bôcas das quais a Oriental é a mais larga". É um rio extremamente sinuoso e de grande correnteza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Atalaia do Norte fica nos limites do Brasil com o Peru. É a única cidade brasileira à margem do rio Javari e a mais ocidental cidade amazonense. Dessa situação, provém-lhe naturalmente a denominação de "Atalaia".

OBSERVAÇÕES — Os dados sôbre atividade Econômica, foram fornecidos pelo D.E.E.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de Artur Cezar Ferreira Reis. Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas, de Anísio Jobim. Diário Oficial do Estado — Edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil; Panoramas Amazônicos, de Anísio Jobim. Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. Tábuas Itinerárias do Estado; Questionários preenchidos pela A.E. de Benjamin Constant.)

AUTAZES — AM

Mapa Municipal na pág. 149 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Compreende-se por Autazes, segundo o Agrônomo Francisco Barroncas, "tôda a gleba que forma o grande delta dos Autazes, situado entre o Madeira, Amazonas, Solimões e baixo Purus".

Essa região já era conhecida nos meados do século XVII. Habitavam-na então os índios Muras, famosos por sua ferocidade.

O nome de Autazes dado à região há muitos anos e estendido agora ao município recém-criado, provém dos rios Autaz-Açu e Autaz que irrigam o seu território.

O Madeira, rio de tão longo curso, e que também banha os Autazes, começou a ser explorado poucos anos após a expedição de Pedro Teixeira que se realizou em 1637, por coletores de cacau (nativo na região) e demais produtos naturais.

Quando da sedição dos Cabanos, iniciada em Cametá, na Província do Grão-Pará e que depois se estendeu a todo o território dessa Unidade do Império, desenrolaram-se nos Autazes vários combates entre as fôrças legalistas e os rebeldes, entre os anos de 1836 e 1839.

Quem mais se destacou nessas lutas, revelando-se um verdadeiro bravo, foi Ambrósio Aires que ao tempo da rebelião residia em Tomar (antiga Bararoá, donde lhe veio a alcunha), localidade à margem do rio Negro. Para uns, era de nacionalidade alemã; outros consideravam-no português; e ainda mais alguns tinham-no como revolucionário pernambucano foragido de seu Estado.

Ao ter conhecimento do movimento sedicioso, Ambrósio Aires manifestou-se prontamente disposto a lutar a favor da legalidade. Rico e de muito prestígio onde vivia, reunira os amigos apresentando-se com setenta e sete guardas nacionais à vila de Mariuá. Conseguiu aí fazer-se ouvido pela Câmara, que resolveu convocar às armas os seus munícipes.

Era Ambrósio Aires eloqüente, desenvolto, relativamente instruído e destemido. Sua figura impressionava bem: era branco e tinha os cabelos louros.

Nos últimos meses de 1835, os cabanos estavam próximos às fronteiras da comarca do Alto Amazonas, em Icuipiranga, perto do Tapajós.

Bararoá, já comandante de resistência, foi ao encontro dos rebeldes. Travou-se, então ali, a primeira batalha entre os cabanos e os legalistas amazonenses. A vitória sorriu a êstes.

Retornou então Bararoá a Mariuá e daí a Tomar, onde foi festivamente recebido.

Os cabanos todavia voltaram poucos meses depois a se reorganizar em Icuipiranga. Investiram então sôbre Luzéa e Serpa vencendo-as fàcilmente. No dia 6 de março de 1836, acercaram-se de Manaus, onde desembarcaram à noi-

te sem encontrar resistência. Apossam-se então no dia seguinte do govêrno da Comarca, o qual exercem durante seis meses.

Em agôsto, todavia, estoura a reação em vários pontos da Comarca. Primeiro em Tefé, ainda no mesmo mês em Mariuá.

Bararoá reorganiza a sua coluna e bate os cabanos em Moura. Desce o rio Negro e o Amazonas e vai ao lado do Padre Sanches de Brito dar-lhes combate no baixo Amazonas.

Mantinham-se então os cabanos na Mundurucânia, onde bem entrincheirados em Luzéa, resistiam aos ataques dos legalistas.

Bararoá, reforça a sua tropa e marcha sôbre êles. Ocupa Abacaxis e logo em seguida Borba, pontos estratégicos.

Investe, finalmente, sôbre o reduto dos rebeldes em fins de fevereiro ou princípio de março de 1837. Trava-se, então uma luta tremenda, culminando, mais uma vez, com a vitória de Bararoá.

Regressa Bararoá à Manaus, cuja Câmara o confirma no cargo de comandante militar, que exercera durante os tempos de batalha.

Grupos esparsos de cabanos continuavam a afligir algumas zonas da Comarca, entre elas a de Autazes. Para aí então segue Bararoá a 26 de maio de 1837. Aprestava-se já a retornar a Manaus, quando a 6 de agôsto daquele ano foi colhido numa cilada dos cabanos. Perdem, então os amazonenses o maior herói da resistência aos cabanos.

Ainda durante os anos de 1838 e 1839, os cabanos, continuaram infestando os Autazes e outros pontos da Comarca. Só com a decretação da anistia ampla poder-se-ia pôr fim à sedição. Esta anistia foi decretada a 4 de novembro de 1939. Os cabanos, então depuseram as armas.

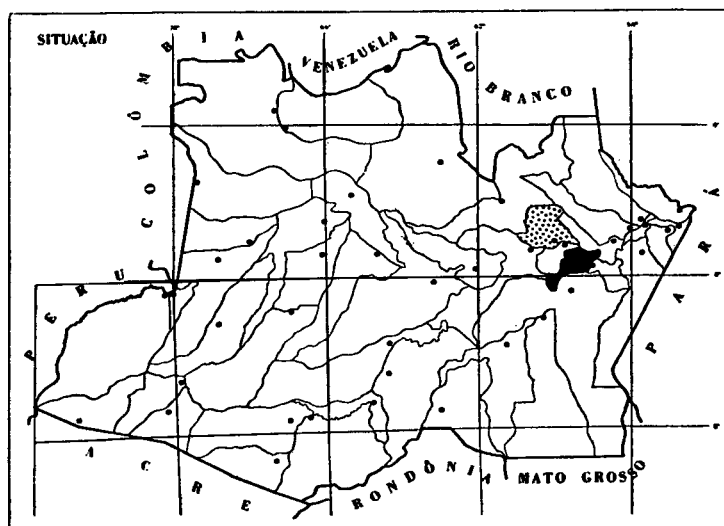
O Decreto Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, criou, no município de Itacoatiara, o distrito de Ambrósio Aires.

Assim, um século e um ano após a morte de Ambrósio Aires, o Estado do Amazonas presta-lhe justa e merecida homenagem.

A homenagem é significativa. O território do distrito a que deram o nome de Ambrósio Aires é aquêle mesmo que foi cenário de tão renhidas lutas em que êle se empenhou com tanta bravura e onde finalmente perdeu a vida em defesa da Ordem e da Lei.

Ambrósio Aires é atualmente o distrito sede do município de Autazes, criado pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado de Itacoatiara e de Borba.

O município foi instalado no dia 3 de março de 1956, sendo o seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Aldimar Marinho Sampaio.

LOCALIZAÇÃO — Autazes está situado na zona do Médio Amazonas. Limita-se com os municípios de Borba, Careiro, Itacoatiara e Nova Olinda.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é quente e úmido, comum a tôda a região. Não há dados referentes à sua temperatura. Entretanto, poderão ser tomados por base os dados do município de Parintins, que lhe é próximo e que em 1955 apresentou os seguintes registros: Média das máximas: 30,5°C; média das mínimas: 22,4°C e média compensada 26,3°C.

ÁREA — A sua área (ainda não calculada pelo C.N.G.) é de cêrca de 6 600 km². É assim um dos menores municípios do Estado. Precisamente o 39.º entre os 43 ora existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são: rios Amazonas e Madeira e os paranás Madeirinha ou Autaz-Açu, Autaz e Jacaré; os lagos Murutinga, Castanho, Japiim e Purupuru.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e fauna de Autazes são inegàvelmente ricas. A castanha-do-pará, e o pau-rosa são de considerável valor econômico. Há grande variedade de animais silvestres: onças, caititus, queixadas, veados, etc., e aquáticos: jacaré, pirarucu e quelônios. É presumida a existência de petróleo dada a proximidade da zona petrolífera de Nova Olinda do Norte.

POPULAÇÃO — Município recém-criado, constituído de partes de diferentes distritos, não se tem dados precisos sôbre a sua população. Segundo, todavia, estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, essa população deve ser de cêrca de 12 600 habitantes.

Quanto à população urbana, atualmente estimada em 400 habitantes, não se tem também dados censitários, vez que no Censo Demográfico de 1950, as sedes dos atuais distritos que compõem o município foram consideradas zona rural.

A densidade demográfica do município é das mais elevadas do Estado, ou seja 1,9 habitantes por km². Só lhe ficam à frente Manaus, Parintins e Careiro.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há no município, além da sede municipal, outro aglomerado urbano que é a Vila de Murutinga, cuja população é estimada em 200 habitantes. No Censo Demográfico de 1950, considerou-se rural a população dessa Vila por falta da devida delimitação dos seus quadros urbano e suburbano.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa vegetal é, sem dúvida, de maior destaque na economia do município. Em 1956 a sua produção total atingiu a importância de Cr$ 17 392 436,40.

A agricultura é relativamente desenvolvida graças principalmente ao incremento que vem sendo dado ùltimamente à cultura da juta, cuja produção em 1956 foi de 903 929 quilos no valor de Cr$ 11 204 826,00. Depois da juta, o principal produto é o cacau, cuja produção em 1956 foi de 44 190 quilos no valor de Cr$ 925 710,00. Cultiva-se também, em menor escala, mandioca, fumo, feijão e milho. Ùltimamente se vem intensificando o plantio da pimenta-do-reino, já havendo cêrca de 20 000 pés plantados.

A produção extrativa de origem animal tem também valor apreciável. Em 1956 o valor dessa produção foi de Cr$ 2 160 562,00, assim distribuído: couros e peles de animais silvestres Cr$ 1 690 207,00; pirarucu — .... Cr$ 479 365,00. Entre os couros e peles destacam-se os de jacaré, onça, lontra, ariranha e capivara.

A pecuária é das mais desenvolvidas no Estado. Há boas fazendas de gado. O seu maior rebanho é o de bovinos estimado em 9 000 cabeças, seguido do de suínos com 8 000 cabeças.

COMÉRCIO — Há no município 48 estabelecimentos comerciais varejistas, que mantêm operações com a praça de Manaus. O município importa estivas em geral, miudezas, tecidos, louças, ferragens, etc. e exporta castanha-do-pará, látex da seringueira, sôrva, essência de pau-rosa, borracha, peles e couros de animais silvestres e outros produtos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município liga-se com as unidades congêneres vizinhas: Borba: 240 km — Careiro: 185 km — Itacoatiara: 105 km — Nova Olinda do Norte: 157 km e com a capital do Estado: 200 km, por meio de transporte fluvial: pequenos navios, lanchas e "motores".

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Autazes fica à margem direita do rio Autaz-Açu, é uma pequena povoação, cuja população atual é estimada em 200 habitantes. Conta apenas com 1 pôsto de saúde, 1 escola mista de ensino primário e 1 templo católico, cuja invocação é São Joaquim.

ENSINO — Conta o Município com 38 escolas de ensino primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita do município para o ano de 1956 foi orçada em Cr$ 530 000,00, exclusive as quotas referentes ao impôsto de renda, etc.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Autaz, que banha o município de Autazes e a cuja margem fica a cidade do mesmo nome, é, sem dúvida, um belo curso de água, cortando, às vêzes, verdes prados onde se assentam fazendas de gado, e outras vêzes, mataria frondosa e exuberante. O lago Autaz onde nasce o rio do mesmo nome de águas plácidas e tranqüilas rodeadas de vicejante vegetal oferece também belos aspectos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Autazes fica à margem direita do rio Autaz-Açu, possuindo de interêsse estatístico, apenas um pôsto de saúde.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de Artur Cezar Ferreira Reis. "Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas", de Anísio Jobim. Diário Oficial do Estado — Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. Tábuas Itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pela A.E. de Itacoatiara.)

BARREIRINHA — AM

Mapa Municipal na pág. 143 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O local ocupado hoje pela cidade de Barreirinha pertenceu primitivamente a Manoel da Silva Lisboa, "que não podendo suportar as tripolias do índio Crispim de Leão, abandonou o estabelecimento a fim de fugir aos sanguinários instintos daquele façanhudo índio, que tão célebre ali se tornou pelos crimes e atrocidades que perpetrava". O incêndio da "nascente povoação" de Andirá foi a última bravata do bárbaro índio que nessa oportunidade, encontrou a morte, traspassado por uma bala.

A Andirá com o intuito de missionar essa povoação, veio o capuchinho Pedro de Ceriana, que ali instalou a Missão de Andirá, criada pela Resolução n.º 76, de 2 de outubro de 1848, da Província do Pará.

Diz-se que o denominação de "Andirá", provém da grande quantidade de morcegos de asas pretas e cabeça branca existentes no local, aos quais os índios denominavam "Andirá". Essa denominação se estendeu ao rio e posteriormente à povoação que aí surgiu.

A 27 de outubro de 1851, aportou em Andirá o padre Manuel Justiniano de Seixas, da Companhia de Jesus. O povoado tinha então apenas de seis a oito barracas cobertas de palha e eram seus moradores, entre outros, Fulgêncio Siqueira, Manuel Araújo, Luiz de Freitas, Manuel Lobato Braga, João da Silva Medeiros, Joaquim José Lima Teixeira e Teodoro Antônio da Silva.

Pouco depois construiu então o Padre Seixas, com o auxílio dos moradores do local, uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Bom Socorro.

Pela Lei n.º 6, de 23 de outubro de 1852 a Missão de Andirá foi elevada a curato, subordinada à vila Bela da Imperatriz.

O distrito de Andirá foi criado pela Lei n.º 14, de 17 de novembro de 1853 com a denominação de N. S. do Bom Socorro do Andirá. Em 1858 passou a denominar-se simplesmente Andirá, em virtude da Lei n.º 92, de 9 de novembro do mesmo ano.

Transferiu-se a sede do distrito para o local denominado Barreirinha, por fôrça da Lei n.º 263, de 13 de maio de 1873. Colaboraram grandemente nessa mudança, além do Padre Seixas, Camilo Carlos Marinho, José Matias Gomes, Cel. Domingos Soares Dutra, Joaquim José Teixeira, Lourenço Antônio da Silva, Antônio Roberto Pimentel, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Casemiro Carneiro, Capitão João Soares Dutra e João Pereira da Silva Bahia.

No dia 12 de fevereiro de 1879, faleceu o Padre Seixas, fundador do curato e um dos que mais contribuíram para o progresso do município.

A Lei n.º 539, de 9 de junho de 1881, criou o município de Barreirinha, com território desmembrado do de Parintins, cuja sede recebeu a denominação de Vila Nova de Barreirinha.

Pela Lei n.º 33, de 4 de novembro de 1892 que confirmou a criação do município de Barreirinha, foi criado o

Têrmo Judiciário, sendo o seu primeiro Juiz o Dr. Paulino João de Souza e Melo.

Em 1920, no dia 30 de dezembro, houve uma sublevação no município. Cêrca de 200 homens invadiram a indefesa Vila e saquearam as casas comerciais pertencentes a hebraicos.

O município sofreu grande prejuízo em sua economia em 1922, quando a enchente dos rios que banham suas terras devastou cêrca de 80% da sua lavoura cacaueira, uma das principais naquela época.

Por fôrça dos Atos números 45, de 28 de novembro de 1930, e 33, de 14 de setembro de 1931, foi suprimido o Município de Barreirinha, cujas terras volveram a pertencer a Parintins.

Em 1935, entretanto, ressurge o município de Barreirinha. Na primeira eleição realizada após a restauração foi eleito seu Prefeito o senhor Militão Soares Dutra.

O Têrmo judiciário também foi restaurado, ficando subordinado à Comarca de Parintins.

Barreirinha recebeu foros de cidade por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 68, de 31 de março de 1938.

Pelo Decreto-lei n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, foram criados os distritos de Ariau, Andirá e Pedras passando, portanto, o município a ter quatro distritos, inclusive o da sede.

A subordinação do Têrmo de Barreirinha é transferida para a Comarca de Maués, por efeito do Decreto-lei estadual n.º 441, de 1.º de julho de 1940.

A Lei n.º 226, de 24 de dezembro de 1952, criou a Comarca de Barreirinha. Todavia, até a presente data não foi instalada.

Nas eleições realizadas a 3-X-955 foram eleitos: para Prefeito o senhor Henrique Soares Dutra e para Vereadores os senhores Geralmilo dos Anjos Tavares, Lauro Soares da Silva, João Batista Colier Passos, Reinaldo Carneiro de Andrade, Alcino Casemiro Carneiro e Antônio Tavares Beltrão. Votaram nessas eleições, 756 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Barreirinha está situado na zona fisiográfica do médio Amazonas. Limita com os municípios de Maués, Parintins e Urucurituba e o Estado do Pará. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 2.º 48', latitude Sul, 57º 04' — longitude W.Gr.. Posição relativamente à capital do Estado: Distância em linha reta — 353 km direção — 83º 35' N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem apenas 16 m de altitude.

CLIMA — Como os demais municípios do Estado, o seu clima e úmido e quente. Não se tem dados próprios sôbre a sua temperatura. Esta no entanto, pode ser calculada pela de Parintins, município limítrofe e que em 1956 apresentou as seguintes variações: Média das máximas: ..... 30,50ºC; média das mínimas: 22,40ºC; e média compensada: 26,30ºC.

ÁREA — A sua área, calculada pelo C.N.G., é de ...... 7 577 Km². É, assim, um dos menores dos atuais 43 municípios do Estado, dos quais apenas cinco possuem área inferior à sua.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são: os rios Andirá e Ariaú, os paranás do Ramos, de Urucurituba e Massauari.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora barreirinhense é bastante rica. Entre as suas principais espécies, destacam-se pelo valor econômico, o pau-rosa, a castanha (noz do Brasil), o cumaru e outras espécies oleaginosas como a andiroba, o babaçu, o patauá, etc.

Também é rica a fauna, principalmente a aquática. Nos seus numerosíssimos igarapés, paranás e rios, geralmente piscosos, há peixes da melhor qualidade como o tambaqui e o pirarucu e são encontrados também o jacaré, a tartaruga e o tracajá.

POPULAÇÃO — Barreirinha, com 8 706 habitantes, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, é sob êsse aspecto, o 21.º entre os 43 municípios amazonenses existentes em 31-XII-956.

O distrito mais populoso é justamente o de Barreirinha com 3 240. A seguir vêm, pela ordem, Freguesia do Andirá — 2 126, Pedras — 1 717 e Ariaú 1 623.

Segundo os diferentes grupos de população assim se compunha: Homens 4 482 e mulheres — 4 224. Pardos — 8 121, brancos — 401, pretos — 109 e amarelos — 56; 19, sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 4 981 (2 538 homens e 2 443 mulheres), 3 084 — solteiros, 1 574 —casados, 288 viúvos e 35 sem declaração de estado conjugal. Brasileiros e estrangeiros naturalizados haviam apenas, respectivamente 23 e 3 pessoas. A quase totalidade ou sejam 8 533, eram católicos romanos. Protestantes 31,14 — batistas, 1 — israelitas, 94 — de outras religiões e 27 sem declaração de religião.

A grande maioria da população, ou sejam 87%, localizava-se na zona rural. A percentagem da população urbana — 13%, é, como se vê, bem reduzida, o que, aliás, é comum no Amazonas.

A densidade demográfica de Barreirinha — .... 1,15 hab./km², é das maiores do Amazonas, haja vista que a do Estado é de apenas 0,35 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há no município 4 aglomerações urbanas: A cidade de Barreirinha e as vilas de Ariaú, Freguesia do Andirá e Pedras, que em 1950 possuiam respectivamente, os seguintes efetivos populacionais: 420, 87, 262 e 333.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, graças exclusivamente à intensificação da cultura de juta, tornou-

-se a principal atividade econômica do município. O valor da produção agrícola em 1956, é de cêrca de .... Cr$ 20 000 000,00. Dêsse valor, mais de 90%, ou sejam precisamente Cr$ 18 800 000,00, cabem à juta. Os demais produtos são: fumo, mandioca, banana, melancia, lima, feijão e outros.

Justamente à "agricultura, pecuária e silvicultura" é que se dedicava, segundo o Censo Demográfico de 1950, o maior número (2 436) de pessoas, com exceção de "atividades domésticas".

Depois da agricultura, a principal atividade econômica, é a indústria extrativa vegetal. O valor de sua produção em 1956 é de cêrca de Cr$ 6 000 000,00. Dêsse valor, mais de 50%, ou sejam Cr$ 3 159 000,00 cabem à castanha-do-pará e quase 40% — Cr$ 2 268 000,00, à essência de pau-rosa.

A produção extrativa animal também é relativamente grande. Destina-se, todavia, em quase sua totalidade, ao consumo do próprio município. Nessa produção destaca-se a do pescado, cujo valor em 1955 foi de cêrca de .... Cr$ 300 000,00, cabendo a maior parcela, ou sejam ...... Cr$ 160 000,00, ao pirarucu.

A pecuária barreirinhense embora insignificante em comparação com a dos municípios pecuaristas do Brasil, é das mais desenvolvidas do Amazonas. Os seus maiores rebanhos são os bovinos — 8 000 cabeças, suínos — 1 200 cabeças e ovinos — 500 cabeças. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 500 cabeças.

Segundo o Registro Industrial de 1955, há no município 3 estabelecimentos industriais, cujo valor de produção, naquele ano, foi de Cr$ 3 812 000,00. Dêsse valor, a quase totalidade, ou sejam Cr$ 3 789 000,00, cabem à essência de pau-rosa.

Segundo os Censos Econômico e Agrícola de 1950, existiam naquele ano no município de Barreirinha 7 estabelecimentos industriais, 37 comerciais e 1 094 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 6 estabelecimentos comerciais varejistas. O município mantém transações com as Praças de Manaus e Belém notadamente a primeira. Importa: estiva em geral, tecidos, conservas, miudezas, louças, ferragens, etc. e exporta: juta, castanha-do-pará, essência de pau-rosa e outros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Barreirinha liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado, por meio de transporte fluvial (navios do S.N.A.P.P. e "motores" particulares) para os quais tem as seguintes distâncias: Parintins — 37 km, Urucurituba — 126 km, Maués — 65 km e Manaus — 420 km.

Uma agência postal-telegráfica do D.C.T. funciona na sede do município.

ASPECTOS URBANOS — Barreirinha, que fica à margem do paraná do Ramos, é uma pequena cidade que em 1950 possuía apenas 420 habitantes. É servida de luz elétrica em todos os seus logradouros públicos, dos quais 4 são parcialmente pavimentados a concreto. Dos seus 108 prédios, 38 são ligados à rêde elétrica que serve a cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um "Pôsto de Saúde" mantido pelo S.E.S.P. e um Ambulatório mantido pela Paróquia, prestam assistência médica à população do município. Há também na cidade 1 farmácia, 1 médico, 2 farmacêuticos e 2 enfermeiras.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 7 322, 34%, ou sejam 2 540, sabem ler e escrever. Destas, 1 549 eram homens e 991, mulheres. Essa percentagem é inferior à do Estado, que é de 36%.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 36 escolas de ensino primário. Dessas escolas, 8 localizavam-se na sede municipal, 2 na vila de Andirá, 2 na de Pedras, 1 na de Ariaú e 23 na zona rural. No mesmo ano o número total de alunos matriculados foi de 972.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona no município uma pequena biblioteca denominada "Teixeira de Freitas", mantida pela Agência de Estatística local. Há também na cidade uma associação cultural denominada "Sociedade de Estudos Rui Barbosa".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1950	113	180	...	108
1951	107	150	...	150
1952	388	525	...	760
1953	320	670	...	660
1954	475	680	220	660
1955	760	740	340	680
1956	326	870	370	860
1957 (*)	...	1 103	490	1 673

(*) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa do município é a que se realiza em sua sede entre os dias 5 a 15 de agôsto, em homenagem à sua padroeira — Nossa Senhora do Bom Socorro. Durante os dias dessa festa, a cidade movimenta-se consideràvelmente com o afluxo de pessoas procedentes do interior do município e até dos municípios vizinhos. Tôdas as noites há novenas e após estas, leilões, quermesses e festas dançantes.

VULTOS ILUSTRES — É certamente dos mais ilustres filhos de Barreirinha o Tenente Valdir de Melo, morto no campo de batalha na Itália, quando servia à F.A.B. na última grande guerra. Amadeu Tiago de Melo, poeta e escritor, autor de várias obras, é também dos mais insignes barreirinhenses.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O belo rio Andirá, de águas esverdeadas, às vêzes mansas ora revôltas, que banham lindas praias de areias alvas, constitui efetivamente, algo difícil de ser visto.

OUTROS ASPECTOS — Há no município, 20 templos católicos: 4 igrejas e 16 capelas. A Paróquia mantém um pequeno Teatro-Escola N. S. do Bom Socorro, que aos domingos e dias santificados proporcionam gratuitamente à população exibições cinematográficas e teatrais.

A vida pacata da cidade é pouco interrompida pelo tráfego de veículos rodoviários, pois, dêstes, existem apenas 3 caminhões.

LENDAS — Transcrevemos do livro "Terra Verde" de Adaucto de Alencar Fernandes, uma das várias lendas que existem no município.

"O Mapingari": — É do mistério profundo das selvas e das águas em suas fantásticas grandezas que o homem rústico dos sertões amazonenses tira as suas lendas e mitos, quase todos criados pelo espírito idealista dos nossos índios

Para o amazonense inculto, — Mapinguari, é uma entidade selvagem, homem e monstro, fera e gênio. Do tamanho de um caboclo parintintin, dizem os nativos — êsse estranho ser tem a conformação perfeita de um homem gigante, coberto de longos pêlos ruivos, com braços e pernas longas, muito musculoso e forte. Tem o crânio coberto por uma longa cabeleira, com olhos muito vivos, brilhantes e pequenos, queixo fino, em forma quadrada, bôca enorme, orelhas miúdas, nariz rombo como o do macaco, maxilas largas, caninos arregaçados por eterno "rictus" de ferocidade, dedos e mãos compridas, com unhas agudas como as do tamanduá-bandeira, com pés redondos à semelhança da ponta de uma mão-de-pilão.

Pelo centro das florestas em cima das terras firmes, nos lugares desabitados, sempre só, uivando e gritando como uma visão de terror, — é que vagueia o monstro.

Os índios, na sua superstição de selvagens, atestam a existência dêsse singularíssimo ser, e nutrem por êle um pavor imenso. Os civilizados, imbuídos dessa idéias fantásticas, dão notícias do seu rastro, e muitos há que dizem tê-lo ouvido gritar no coração das matas.

Coberto por espêsso e endurecido couro, são todos unânimes em afirmar que a bala de rifle não lhe penetra as carnes.

Monstro que nunca foi morto e que é eterno, horrível e repelente, com um "pixó" embriagante, faminto e corpulento, erra dia e noite, dentro dos recônditos infinitos da floresta, cabeça sempre erguida, a andar constantemente num abrir e fechar de mandíbulas disformes, quebrando no seu pisar contínuo a herva tenra e verde que atapeta a superfície da terra.

E assim, errante e solitário, sem guia e sem destino, qual visão de dor e fome, vai êle, mata em fora, ligeiramente, sempre gritando sem que lhe respondam os outros monstros, braços em movimento a quebrar os ramos que lhe roçam pelas ilhargas, num movimento rítmico, cadenciado de passadas largas, retumbantes e fortes. Aqui e ali, pelo seu corpo ruivo de pêlos longos, luzindo como um bloco de ouro selvagem, perpassam estremecimentos satânicamente nervosos, numa constante convulsão de delírios, apanhando com as mãos os animais que lhe ficam ao alcance.

As feras, apavoradas, tremendo de mêdo e susto, acompanham-no de longe, seguindo-lhe os uivos em sua vertiginosa marcha.

As aves, como num cortejo de homenagens audazes, voam aos bandos acompanhando-lhe as longas caminhadas, porém, estarrecidamente mudas. Mas de repente o monstro pára e, erguendo o olhar altivo, a cabeça inclinada para trás, como perscrutando as frondes verdes das gigantescas árvores, com os braços estendidos, algum tempo enrijados, as narinas ofegantes, os músculos trêmulos, a bôca aberta, guarnecida de ponteagudos dentes, fita a imensidade das coisas quietas, e, com os pés, num bater enfurecido estrondeante, escarva o solo num movimentar febricitante de louco que se não pode domar. E ali, batendo com os pés, afundando a terra, gritando e uivando, num crescendo assustador de fúrias explodidas, bôca cheia de baba e espuma, o peito largo, inclinado para a frente, como num desafio a própria selva, atira olhares chispantes sôbre tudo, até que por fim, baixando-os sôbre os troncos, à entrada das sacupemas que se erguem do solo ao redor das hastes, fica como que mergulhado numa penumbra de espasmo.

É que ali, entre as altas raízes, aparece ao seu desvairado olhar, o vulto ameaçador do jaguar brasílico, o único adversário que não o teme, muito menor, muito diferente — mas um lindo e encantador animal malhado de pintas triangulares, pretas, vermelhas e brancas, extremamente macio e calmo.

Num franzir ameaçador de sobrolhos que se enrugam, cauda espanante de alegria como um gato que se prepara para pegar um rato, sem ligar nem medir a corpulência do monstro, vai saindo encolhido, devagarinho, olhando-o fixamente sempre de frente e, súbito, a dois passos ligeiro como um relâmpago, atira-se num pulo seguro e violento de encontro ao corpo do ser fantástico.

E ali, os dois, — contam os índios, — unem-se corpo a corpo, começando a luta por um ruído surdo de unhas e dentes que se chocam enfurecidamente num pandemônio de dentadas que chispam. E os corpos rolando caídos sôbre o solo das matas, com as garras sempre enfiadas nas partes mais moles, ora, é um que se encolhe e ronca, é o outro que aperta e grita procurando dominar e vencer, mas sem que haja uma separação, uma intermitência, um quebranteio de cansaço.

Durante a luta dos dois monstros, a relva miúda da selva, as vergônteas novas e os brotos que nascem envergam, se machucam e quebram fragmentados, — enquanto que a floresta tôda estremece e ulula reboando os gritos, até que por fim, a terra nua e sôlta aparece revoltada. E o pó, e as fôlhas vão cobrindo aquêles monstros das selvas, que continuam lutando sempre unidos, narinas dilatadas, a rolar um sôbre o outro, derramando por entre os dentes uma baba espumante, branca amaielada que lhes escorre das bôcas famintas. Mas, de súbito o jaguar começa por diminuir de fúria, e, dominado pelos braços e dentes do seu inimigo, vai perdendo, enfraquecendo, tombando exausto, como fera que morre, mas que se não vence.

Nesse instante, então o Mapinguari, rápido como um raio pega-lhe a cabeça, dilacera-lhe o crânio, e, rasgando-lhe as pernas, parte rápido conduzindo o corpo daquele outro monstro, tirando-lhe das carnes enormes pedaços que come numa ferocidade apavorante de esfaimado.

É assim que no Amazonas corre a lenda do Mapinguari".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística: Bibliografia — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950 — Sinopse Estatística do Município de Barreirinha, editada pelo C.N.E. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pela A.E. de Barreirinha. — Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas, do Cônego Francisco Bernardino de Sousa.)

BARCELOS — AM

Mapa Municipal na pág. 383 do 1.º Vol.

Foto: pág. 122 do Vol. I

HISTÓRICO — Em Mariuá, aldeia dos índios Manaus, donde se originou a atual cidade de Barcelos, foi fundada em 1728, pelo carmelita Frei Matias São Boaventura, a Missão de Nossa Senhora da Conceição de Mariuá.

Ergueu-se, de início, uma capela de palha, que recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição; em seguida um hospital e pouco depois um colégio.

A missão progrediu ràpidamente. Contou o Frei Matias com o concurso da mão do principal índio na catequese. Aos Manaus juntaram-se depois os Barés, os Banibas, Passés e Uerequenas, formando um população de cêrca de dois mil silvícolas.

Anos depois, o Frei Matias foi substituído pelo Frei José de Madalena, que construiu em 1739 a capela de São Caetano e em 1744 a de Nossa Senhora de Santana, isto é, um templo em cada um dos dois bairros em que se dividia a povoação.

Quando o Capitão-General Francisco Xavier Mendonça Furtado chegou à Mariuá em 1754 para dar cumprimento ao tratado de limites entre a Espanha e Portugal, os sinos das capelas repicaram festivamente e foi saudado por um índio, aluno do colégio, que "proferiu florida oração".

Demorou-se Mendonça Furtado cêrca de dois anos em Mariuá. A povoação ainda não apresentava então aspecto agradável. Além das palhoças dos índios só havia as capelas, o hospital e o colégio ou seminário. Ademais o terreno era alagadiço; quando havia fortes chuvas ficava inundado em grande parte e as enchurradas cavavam valados profundos. O matagal era enorme.

Providenciou então Mendonça Furtado no sentido de melhorar as condições do local. Construiram-se pontes e atêrros. Derrubou-se o matagal. Abriram-se ruas e uma praça, onde foi levantado um prédio, pelo Engenheiro Felipe Sturn, para a residência do demarcador espanhol que era esperado. O palácio das demarcações onde se deveriam realizar as reuniões das Comissões de demarcação, e a casa de espera "destinada as cortesias entre os dois demarcadores antes do início daqueles misteres diplomáticos", também foram construídos.

Mariuá, transformou-se. "Já havia um ar faustoso do centro civilizado". Sua população era de cêrca de 3 000 habitantes.

A Vigaria Geral foi criada a 13 de abril de 1755. Foi seu primeiro vigário o Padre José Monteiro de Noronha. A capitania a esta altura já havia sido também criada, mas não fôra ainda instalada.

Mendonça Furtado esperou até novembro de 1756 em Mariuá a chegada ali de D. José Iturriga, o chefe da Comissão Espanhola de demarcação. Mas, adoentado e julgando necessário a sua presença em Belém, para lá seguiu.

Em 1758, Mendonça Furtado voltou à Mariuá, onde chegou a 4 de maio e se demorou cêrca de um ano aguardando novamente a chegada dos demarcadores.

No dia 6 de maio de 1758, foi a aldeia elevada à categoria de vila, com o nome de Barcelos. No dia 27 do mesmo mês e ano, foi instalada a Capitania de São José do Rio Negro com sede na Vila de Barcelos, sendo o seu primeiro Governador Joaquim de Melo e Póvoas.

Melo e Póvoas foi substituído no Govêrno da Capitania a 25 de dezembro de 1760, pelo tenente-coronel Gabriel de Souza Filgueiras. A êste sucedeu, interinamente, o coronel Nuno da Cunha Ataíde, que passou o govêrno ao coronel Valério Correia Botelho de Andrade em 24 de dezembro de 1761, que por sua vez, foi sucedido pelo coronel Joaquim Tinoco Valente em 16 de outubro de 1763. Com a morte de Tinoco Valente em 1779 a capitania passou a ser dirigida por juntas governativas até outubro de 1788.

Durante o período das juntas governativas, veio a Barcelos em 1781 o General Pedro Caldas, como chefe da segunda comissão de limites, que então atuou como governador de fato da capitania, que, dentre outras coisas, lhe ficou devendo, o cultivo de cânhamo, arroz, anil e café no alto rio Negro; o estabelecimento de uma fábrica de tecidos de algodão e de olarias, e a construção de pontes e prédios em Barcelos.

Em 1788 foi o coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada nomeado Governador da Capitania. Foi no seu govêrno que a sede da capitania passou em 1791 para o lugar da Barra.

A partir da data da transferência da sede da Capitania, Barcelos começou a apresentar indícios de decadência.

Ainda no govêrno de Lobo d'Almada, a sede da Capitania retornou a Barcelos em 1799, para em 1808, sob o govêrno do capitão de mar e guerra José Joaquim Vitório da Costa, ser transferida definitivamente para o lugar da Barra.

No Govêrno do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Joaquim Vitório da Costa, em 1816, foram demolidos a mandado do Governador, pelo seu genro Francisco Ricardo Zany, todos os edifícios reais existentes em Barcelos, com exceção do palácio, da igreja e da provedoria. O ato revestiu-se de um aspecto depredatório. No dizer dos adversários do governador, êste nutria por Barcelos verdadeira antipatia. A partir de então, os vestígios da decadência, já evidentes, acentuaram-se ainda mais.

A Câmara de Barcelos, obedecendo ordens do Presidente da Província do Grão Pará, foi transferida para o lugar da Barra, onde se instalou a 3 de dezembro de 1825.

Surgiram posteriormente desentendimentos sérios entre essa Câmara e o comandante militar da Comarca, que passou a viver dias agitados. E como as desavenças houvessem tomado caráter muito grave, o Presidente da Província resolveu em 1828 fazer retornar a Barcelos a Câmara, e a Belém o comandante militar.

Em 1833, na divisão do território nacional para a execução do Código do Processo, Barcelos continuou como Vila, passando a ter, todavia, a antiga denominação de Mariuá.

Quando em 1835 e 1836, por ocasião da cabanagem, Mariuá manifestou-se decisivamente a favor dos legalistas.

Em Tomar, antiga Bararoá, vila vizinha de Mariuá, residia um exilado político que se chamava Ambrósio Aires. Para uns, era alemão ou português degredado, foragido de Lima; outros tinha-no como revolucionário pernambucano. Era desembaraçado e eloqüente. A sua figura impressionava bem. Branco e de cabelos louros.

Logo que teve notícias do movimento sedicioso, Ambrósio Aires, "abastado, prestigioso na região, reunira os amigos, apresentando-se com setenta e sete guardas nacionais, à Vila de Mariuá". Reunira-se, então, extraordinàriamente a Câmara de Mariuá, para ouvi-lo. Falou então, assim: "Os povos do Têrmo não armam as atrocidades dos apoucenas do Pará, nem a govêrno algum intruso. O que convém é preparar todos os elementos e fazer-lhes caça a tôda custa". Em conseqüência dêsse discurso, a Câmara resolveu convocar às armas os mariuaenses e fê-lo nos seguintes têrmos: "Habitantes do Têrmo de Mariuá estejais alertas ao primeiro brado, porque se êstes monstros, em despeito de nossa moderação, pretenderem romper a barreira que por felicidade nossa nos separa, forçoso é recorrer às armas para a defesa dos nossos Patrícios e lares".

Em Icuipiranga, perto de Tapajós, no segundo semestre de 1835, deu-se o primeiro combate entre os amazonenses legalistas e os cabanos.

Bararoá nome de guerra dado a Ambrósio Aires, comandava a resistência. Nesse combate a vitória coube às suas fôrças.

A luta, todavia, não estava terminada. Em outubro, os espias dos cabanos rondavam a capital da Capitania, que não dispunha então do pessoal necessário à sua defesa. Recorreram então a Mariuá, donde vieram para a Capital, em atendimento ao pedido, vinte e cinco homens, comandados por um tenente.

Em Icuipiranga os cabanos reorganizaram-se. Investiram sôbre Iuzéa (atual Maués), Serpa (atual Itacoatiara), vencendo-as sem resistência. A 6 de março de 1836 apossaram-se sem dificuldade da Vila de Manaus, sede da Capitania, e exerceram o seu govêrno.

Todavia, em agôsto, eclodiu a reação no Alto Amazonas. "Vilas e Têrmos pegaram em armas". O movimento iniciou-se em Tefé. Mariuá, então, seguindo poucos dias após o exemplo de Tefé, chamou às armas os seus munícipes. As suas fôrças, sob o comando do Capitão Miguel Benfica, bateram os cabanos em Tauapessassu.

Em 30 de abril de 1876, foi criada a Comarca de Barcelos. Dois anos após, por fôrça da Lei n.º 388, a sede da Comarca foi transferida para Moura, retornando em 1881, por efeito da Lei n. 538, de 9 de junho de 1881, para Barcelos, com os têrmos de Barcelos e Moura.

Pela Lei estadual n.º 10 de setembro de 1891, foi criado, o município de São Gabriel com território desmembrado do de Barcelos.

A fundação da Missão Salesiana, em 1914, pelo Monsenhor Pedro Massa, então Diretor das Missões do Rio Negro e Madeira, abriu horizontes mais promissores à antiga localidade. A partir daí passou a cidade a recuperar-se, embora muito lentamente.

Em 1930, pelo Ato estadual n.º 45, de 28 de novembro, foi suprimido o município de Barcelos. Todavia no ano seguinte, por fôrça do Ato estadual n.º 186, de 17 de janeiro, foi transferida de Moura para Barcelos a sede dos municípios do Rio Negro. Nesse ano, o município de Barcelos foi restaurado pelo Ato estadual n.º 33, de 14 de setembro, com território desmembrado do de Moura e mais o território do município de São Gabriel que então lhe foi anexado.

Em 1935 foi restaurado o município de São Gabriel com território desmembrado do de Barcelos.

Barcelos recebeu foros de cidade, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 68, de 31 de março de 1938.

Em 1941, ganha a comarca de Barcelos, mais um Têrmo, o de São Gabriel.

Pelo Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, Barcelos adquiriu os distritos de Carvoeiro e Moura, desfalcados de partes dos seus territórios, do extinto Município de Moura, e perdeu parte do distrito de Barcelos, transferida para o de Catrimani (ex-Ilha do Catrimani), do novo município dêsse nome, do Território Federal do Rio Branco.

No quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado do Amazonas, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Barcelos é formado por 3 distritos: Barcelos, subdividido em 4 subdistritos, Carvoeiro e Moura.

É atualmente sede da Comarca do mesmo nome, com um têrmo único, visto haver perdido o Têrmo de Uaupés (ex-São Gabriel), transformado também em sede da Comarca de igual nome, instalada em 7 de abril de 1953. Continua constituído de 3 distritos: Barcelos, Carvoeiro e Moura.

As Vilas de Moura e Carvoeiro, e o povoado de Tomar, pertencentes a Barcelos, são também localidades antigas.

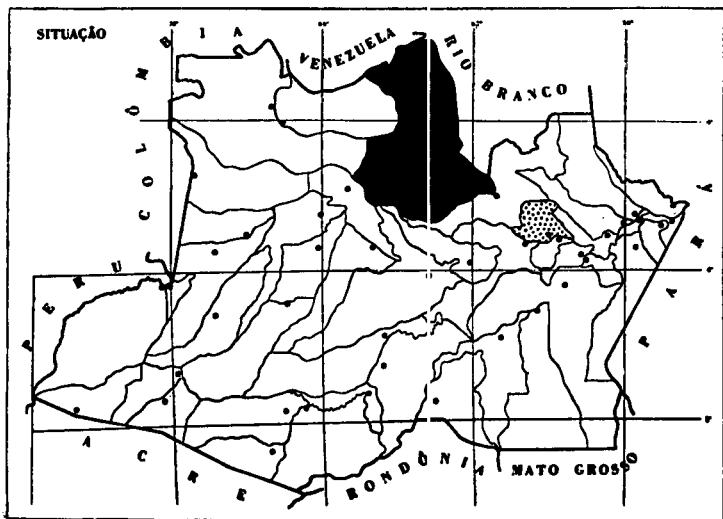
Moura, cujo primeiro nome foi Itarendaua, (Itarendaua, significa na língua dos Manaus "sítio de pedras") foi fundada em 1695 pelos padres Carmelitas. Elevada à categoria de Vila em 1758. Apresentava, então, relativo progresso: exportava cacau, café e tinha "uma fábrica de anil, uma olaria e um tejupar onde se fabricavam as canoas e os botes". Em 1833 perdeu a categoria de Vila. Em 1878, entretanto, era sede da Comarca do Rio Negro, quando recebeu novamente foros de Vila. A Vila, todavia, não chegou a instalar-se, motivo por que em 1881 a sede da comarca voltou a Barcelos. Em 1891, foi criado definitivamente o

município de Moura, com sede em Moura, elevado à Vila. Em 1938 foi-lhe dada a categoria de cidade. Pelo Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, foi extinto o município de Moura, cujo território foi distribuído com os municípios de Barcelos e Manaus e o Território Federal do Rio Branco. Moura, como se disse atrás, chegou a ser uma localidade próspera. A partir, no entanto, dos meados do século XIX, começou a apresentar sinais de decadência, que veio acentuando-se cada vez mais. Em 1950 sua população era de apenas 62 habitantes. Fica à margem direita do rio Negro, abaixo de Barcelos, donde dista 180 km.

Carvoeiro, primitiva aldeia de Aricari, passou de aldeia à categoria de lugar em 1758. Foi elevada a vila pela Lei estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, cuja condição conserva até hoje. É um lugarejo, à margem direita do rio Negro, a jusante de Barcelos, cuja população em 1950 era apenas de 96 habitantes.

Tomar, antiga Bararoá, foi elevada à Vila em 1758. Em 1833 perdeu a categoria de vida. Aí residiu Ambrósio Aires, alcunhado Bararoá, um dos que mais se destacaram no Amazonas na luta contra os cabanos. Em 1911 era sede do distrito do mesmo nome, cuja condição perdeu anos depois. A partir de 1939 vem figurando como subdistrito de Barcelos. A localidade atualmente acha-se em completa decadência. Fica à margem direita do rio Negro acima da cidade de Barcelos.

Nas eleições de 3-X-955, foram eleitos para prefeito — o senhor Waldir Pereira e Silva e para vereadores os senhores Gil de Jesus Mendes, Getúlio Matos Ribeiro, Elífio Farias Pacheco, Sebastião Pereira de Macedo, Fernando de Alencar Fernandes. Votaram 650 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Barcelos está situado na zona fisiográfica do Rio Negro. Limita-se com os municípios de Airão, Coari, Codajás, Içana, Maraã e Uaupés e com o Território Federal do Rio Branco e a República da Venezuela.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A cidade de Barcelos, fica à margem direita do rio Negro e tem as seguintes coordenadas geográficas: 0° 58' 01" — latitude Sul, 62° 56' 00" — longitude W.Gr.; Sua posição relativamente à Capital do Estado é: distância em linha reta — 403 km; Direção — 53° 38' N.O.

ALTITUDE — A sede municipal fica a 40 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município é bastante quente e úmido. Na sede do município verificaram-se em 1955 as seguintes variações na temperatura: média das máximas — 34,3°C; média das mínimas — 19,3:C e média compensada — 26,3°C.

ÁREA — Barcelos, com 122 333 km², é o maior município amazonense e, certamente, um dos maiores do Brasil. Note-se que a sua área é superior à dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas juntos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios: Negro, Unini, Araçá, Domeni, Padauri e as serras: Tolô-Tolô, Majali, Boião e Curupira (esta, nos limites com a Venezuela).

RIQUEZAS NATURAIS — A flora do município é assaz exuberante. Mataria frondosa e vicejante recobre todo o seu território. Entre as árvores de grande porte destacam-se pelo seu valor econômico a seringueira, a castanha-do-pará, a copaíba e a maçaranduba. Há piaçava em abundância e grande número de plantas medicinais.

Também a fauna do município é das mais ricas. Em suas vastíssimas florestas vivem onças, antas, queixadas, caititus e veados. Nos cursos dágua, que são muitos, geralmente piscosos, há jacarés, tartarugas, ariranhas e uma quantidade grande de peixes, como pirarucu, jaraqui, tucunaré, etc.

Há vestígios da existência de minérios no município, como seja ouro no rio Padauari e principalmente na serra Tapirapecó, ferro, mica, rutilo e titânio.

POPULAÇÃO — Com apenas 4 911 habitantes apurados pelo Recenseamento de 1950, é Barcelos um dos menos populosos municípios do Amazonas. Precisamente o 34.° entre os 43 ora existentes.

Ao distrito-sede cabiam mais de 80% do total ou sejam 4 018 habitantes. Carvoeiro e Moura os outros dois distritos, tinham apenas, respectivamente, 126 e 767. Carvoeiro é o menos populoso distrito do Amazonas e, provàvelmente, de todo o Brasil.

Segundo os diferentes grupos, a população assim se dividia: Homens — 2 816, mulheres — 2 095; Brancos — 522, Pretos — 81, Pardos — 4 297; 11 pessoas não declararam a côr; Das pessoas de 15 anos e mais em número de 3 042, 1 248 eram solteiras, 1 409 casadas, 7 desquitadas e 305 viúvas. Estrangeiros, apenas 51, e brasileiros naturalizados, 2. Católicos romanos — 4 647, Protestantes — 4, Espíritas — 1, Outras religiões — 245, sem religião 9 e sem declaração de religião — 5.

A população urbana era de 970 pessoas e a rural de ... 3 941 apresentando, respectivamente as percentagens de 20 e 80%. A percentagem da população urbana é das mais altas do Estado. Isto se explica por ser a zona rural de Barcelos quase um deserto. Haja vista a sua população relativa que é apenas 0,04 hab/km², a mais baixa do Amazonas e possìvelmente, de todo o Brasil.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade de Barcelos e as vilas de Carvoeiro e Moura, que possuíam em 1950, respectivamente, os efetivos populacionais de 812, 96 e 62 habitantes, são as aglomerações urbanas que há no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria vegetal é, incontestàvelmente, a atividade econômica de maior destaque no município. Em 1956, o valor de sua produção foi de Cr$ 31 116 534,60. Dêsse valor, a maior parcela é a da castanha-do-pará com Cr$ 14 330 373,20. A seguir vêm a piaçava e a borracha, respectivamente com Cr$ 9 076 821,00 e Cr$ 6 190 045,50. Os demais produtos são: sernambi, balata e sôrva.

A indústria extrativa animal também, é relativamente grande, embora em maior parte se destine ao consumo próprio. O valor de sua produção, no mesmo ano de 1956, foi de Cr$ 1 217 726,00. Ao pescado (pirarucu), peixe-boi, piraíba e outros) couberam Cr$ 1 102 000,00. Os restantes Cr$ 115 726,00 referem-se a couros de jacaré.

A agricultura é muito rudimentar. Quase inexistente. O valor de sua produção em 1956 não chega a atingir ... Cr$ 800 000,00. Mais de 80% do seu valor cabem a mandioca. Os demais produtos são: laranja, banana, manga e feijão.

Também a pecuária é insignificante. Os seus maiores rebanho são os de bovinos e de suínos, respectivamente com 400 e 300 cabeças.

Segundo os resultados dos Censos Econômico e Agrícola de 1950 existiam àquela época, no município 3 estabelecimentos industriais e 492 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO — Há no município 60 estabelecimentos comerciais varejistas. O município transaciona com a praça de Manaus importando estiva em geral, conservas, ferragens, louças, tecidos e miudezas etc. e exportando castanha-do-pará, piaçava, borracha e demais produtos extrativos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Barcelos é servida de transporte aéreo (Panair) e fluvial (S.N.A.P.P.). Através do primeiro liga-se à Capital do Estado e pelo segundo comunica-se com as localidades ribeirinhas do rio Negro: Manaus — 496 km, Airão — ... 246 km e Uaupés — 365 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barcelos fica à margem direita do rio Negro. É servida de luz elétrica, contando com 16 ligações domiciliares. Possui 17 logradouros públicos, sendo 2 pavimentados, arborizados e ajardinados e 5 parcialmente pavimentados. Conta com 139 prédios, 1 templo católico, 3 colégios e 1 hospital.

ASSISTÊNCIA-MÉDICO-SANITÁRIA — Possui Barcelos, um hospital com 54 leitos, mantido pela Missão Salesiana e um ambulatório.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais que habitavam na sede do município em 1950, que eram 4 202, 1 420 sabiam ler e escrever; destas 901 eram homens e 519 mulheres.

ENSINO — Conta o município com 11 escolas de ensino primário fundamental comum.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	109	5	278	...	358
1951	86	41	228	...	264
1952	99	26	642	...	403
1953	96	172	634	* 172	438
1954	111	72	664	160	628
1955	120	6	* 530	* 172	517
1956	146	49	* 1 246	434	949

FONTE: Delegacia Fiscal e Secretaria da Fazenda.
* Referem-se ao orçamento, por falta de dados exatos.

VULTOS ILUSTRES — *Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha*, nascido a 4 de setembro de 1769 e falecido a 11 de maio de 1811. Literato e poeta, exerceu o cargo de alferes de milícias e diretor dos índios de Oeiras. Foi posteriormente capitão de caçadores e escrivão da alfândega. A maior parte de seus poemas desapareceu por ocasião dos saques na revolta da Cabanagem em 1835. O que se salvou, no entanto, foi publicado em 1850.

João Henrique de Matos, nascido a 7 de abril de 1748 e falecido a 8 de agôsto de 1857. Graduado pela Escola Militar do Rio de Janeiro e desenhista, foi indicado para extrair em Caiena (Guiana Francesa), cópia de cartas geográficas que se relacionavam com a questão de limites dessa possessão. Desempenhou diversos cargos importantes no Pará e foi comissionado para o Alto Amazonas a fim de levantar plantas dos fortes brasileiros na fronteira do Peru, Venezuela e Guiana Inglêsa. Posteriormente foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional.

OUTROS ASPECTOS — O município de Barcelos dispõe de um templo católico denominado Igreja de Nossa Senhora da Conceição, situada na praça principal, um cartório do Registro Civil, uma Coletoria Federal e uma Estadual, uma Agência Postal-Telegráfica, do D.C.T. e uma estação meteorológica.

LENDAS — Dentre as diversas lendas existentes na região, passamos a transcrever do livro "O Amazonas por Dentro" de Antônio Cantanhede, a seguinte:

"A Árvore de Natal: — Ainda há quem desconheça, entre nós, de onde vem o hábito de se enfeitarem na véspera do Natal de Cristo, árvores pequenas, artificiais, com prendas e gulodices. Algumas vêem-se, verdinhas de tintas, com a vida que lhes emprestam minúsculas lâmpadas elétricas multicores, a enfeitarem os salões da gente abastada, nos meios cultos.

Uma carga, não de frutas, mas de custosos brinquedos, e flôres e bombons, a aguçar a cupidez dos pirralhos inquietos.

Entre os silvícolas do Rio Negro, dos primitivos habitantes do Amazonas, era costume, trazido, talvez, dos Nauas-quichés, Muizkas ou dos Aroakis, emigrados da Ásia ou já do México, festejar, em determinado dia do ano e na TUPANARUCA local, a vinda do Messias da tribo.

Feitos pelo tucháua, os convites para tal festividade, dava-se começo ao trabalho da roçagem, capinação e asseio do vasto terreiro e em volta do templo, depois do que, bem em frente e ao centro, plantava-se um galho de árvore, de boas proporções.

Semanas antes do grande dia, espalhados pela selva oculta, pelos rios e lagos piscosos; os indígenas iam em busca de flôres, de frutos e à procura de caça e de peixe, para ofertar ao seu Deus, por intermédio do tucháua, junto de quem, por dever hereditário, tinham de passar essa temporada alegre, misto de religião e folia. Na data prefixada, ao chegarem ao arraial, mesmo antes dos cumprimentos ao tucháua e ao pagé, os romeiros iam atando com embiras cuidadosamente, aos galhos da árvore plantada no adro, as prendas que traziam, atravessando em seguida o templo, da porta dianteira à do fundo, para se reunirem aos demais que já ali se encontrassem. Atravessar o templo, depois de deposta a oferenda, era já uma parte do ritual. Em volta dos mais idosos os jovens, assentados no chão, em atitude respeitosa, relatavam seus feitos na caça e na pesca. Distribuiam-se aos presentes, sem regra, o caxiri e a caissuma tentadores. E todos a beber, na mesma cuia "pitinga", que passava de mão em mão.

Quase o sol a pino, as "cuiãtãs", as "cuiãsmucus", chegavam-se à árvore do terreiro, já pejada de prendas várias. Retiravam aquelas que se prestavam para o grande almôço. E assim, as peças de caça e os pescados ainda frescos, eram preparados, imediatamente, para não se estragarem, e servidos na lauta mesa. Dos peixes moqueados fazia-se o "piracuí" para comerem nos dias a seguir.

Terminada a refeição da tarde, cuja mesa no chão, continuava franca, davam início, no templo, ao cerimonial do culto a Tupan, seu Pai, seu Criador. O tucháua e o pagé dando ali entrada, apertavam-se as mãos, que o primeiro estendia ao outro; tocavam-se as frentes e sopravam, de bôca a bôca, o hálito avinhado. Em seguida, o pagé tomava o caminho do altar; o tucháua, sentando-se no meio do templo, via-se cercado dos filhos varões e dos homens presentes. Terminado o cerimonial, constante de rezas e de cânticos, deixavam o templo, para se entregarem às dansas em volta da árvore plantada no terreiro. Então cada qual, com gestos delicados, servia-se de uma flor ou de um fruto, que gentilmente ofertava ao seu par, até completar a colheita.

Pela manhã, já o sol a um quarto de sua trajetória, na cúpula azul do firmamento esparzia no terreiro, sôbre criaturas caídas, ébrias de sono, de cansaço e de caxiri, os seus raios, vivificadores. Os festejos, entretanto não se interrompiam até seu dia final, em volta do grande galho de fôlhas emurchecidas, transformado mais tarde pela nossa civilização, em ÁRVORE DE NATAL.

NOTA: Cuiãtãs, Cuiãs e Cuiãs mucus — Menina, môça, mulher idosa. Em geral, fêmeas.

Piracuí — Pó ou farinha de peixe.

Tupanacura — Igreja — Casa de Deus

Pitinga — Não pintada.

OBSERVAÇÃO — Os dados sôbre Atividades Econômicas, foram fornecidos pelo Departamento de Estatística.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de A. C. Ferreira Reis. — Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas, de Anísio Jobim. — Diário Oficial do Estado — Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Sinopse Estatística do Município de Barcelos, editada pelo C.N.E. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Barcelos.)

BENJAMIN CONSTANT — AM

Mapa Municipal na pág. 183 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do município de Benjamin Constant deve ter-se iniciado nas primeiras décadas do século XVIII. Por volta de 1750 já existia nas proximidades da foz do Javari, no Solimões, a aldeia do Javari, onde viviam os índios Ticunas, fundada pelos Jesuítas. Nessa aldeia, seria instalada a sede da Capitania, segundo a Carta Régia de 18 de julho de 1755 do Govêrno Português dirigida a Mendonça Furtado Governador do Grão-Pará. Êste, todavia, por motivos expostos à Metrópole e por ela aceitos, resolveu sediar a Capitania na aldeia de Mariuá, no Rio Negro. Em São José do Javari eram sediados então um destacamento militar e um pôsto fiscal (registro). O local, entretanto, não oferecia as condições necessárias ao fim a que estava servindo.

Tabatinga, lugar próximo de São José do Javari, à margem esquerda do Solimões, numa pequena elevação de terreno, oferecia excelentes condições para os dois fins, isto é, pôsto militar e fiscal. O local foi então em 1766 ocupado pelo Sargento-Mor Domingos (ou Francisco) Franco, que aí fundou no mesmo ano a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga. Construiu-se então um forte para onde foi transferido o destacamento militar de São José do Javari. Tabatinga era, então, como ainda o é, ponto avançado nas fronteiras do Brasil com o Peru.

Em 1780-1781 Tabatinga hospedou D. Francisco Requena e sua pomposa comitiva, que vinha representando a Espanha na demarcação das fronteiras brasileiras com as colônias espanholas. Veio ao encontro de Requena em Tabatinga o Tenente-Coronel Teodózio Constantino Chermont, substituto legal do chefe da comissão Portuguêsa — General Pereira Caldas.

Em 1854 já não existia a antiga aldeia de São José do Javari; era, apenas, uma tapera.

Outras comissões de limites Tabatinga hospedou em 1866 e 1874. A primeira era chefiada por parte do Brasil pelo Capitão-Tenente da Marinha Imperial José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário e por parte do Peru por Dom Manuel Raunaud y Paz Galdan. Nessa ocasião foram fixados no dia 28 de julho de 1866 os marcos de limites entre o Brasil e o Peru, nas proximidades de Tabatinga. Quando essa Comissão subiu o Javari, a fim de verificar-lhe as nascentes, foi morto numa das emboscadas dos índios o Capitão-Tenente José Soares Pinto, Geógrafo da Comissão. A segunda Comissão, a de 1874, era chefiada por parte do Brasil, pelo Capitão-de-Fragata Antônio Luiz Von Hoonholtz, dpois Barão de Tefé, e por parte do Peru, por Dom Guilherme Black. Quando essa Comissão já terminava os seus trabalhos, descendo o Javari, faleceu o irmão do Barão de Tefé, Carlos Von Hoonholtz, que também fazia parte da Comissão.

Esperança, que mais tarde seria a sede do município, foi fundada em 1880 pelo comerciante Antônio José dos Remédios, que ali instalara um estabelecimento comercial.

Em 1890, surgiu Remate de Males, que foi a primeira sede do município. O nome foi-lhe dado pelo maranhense

Alfredo Bastos, que havendo passado por várias vicissitudes em sua vida, um tanto aventureira, ali se estabeleceu, vindo do Peru, naquele ano, onde encontrara alguns moradores. Dera-se bem no lugar, e então "resolveu nêle fixar-se, como um remate aos seus males". Colocou na fachada do seu barracão o dístico "Remate de Males", designação que se estendeu a todo o lugar.

Desmembrado do município de São Paulo de Olivença, foi criado pela Lei n.º 191, de 29 de janeiro de 1898, o município de Benjamin Constant constituído de um só distrito e com sede no povoado de Remate de Males, elevado então à categoria de vila. Nessa mesma ocasião foi criado o Têrmo judiciário, subordinado à Comarca de São Paulo de Olivença.

Em 1901, por efeito da Lei n.º 328, de 4 de janeiro daquele ano, foi suprimido o município de Benjamin Constant, cujo território foi anexado ao de São Paulo de Olivença.

Poucos anos depois, ou seja, em 1904, deu-se a restauração do município de Benjamin Constant, por fôrça da Lei n.º 446, de 2 de setembro de 1904. A reinstalação ocorreu a 12 de outubro daquele mesmo ano. Foi restaurado, então, também o Têrmo judiciário.

Remate de Males não oferecia as condições necessárias e desejadas para continuar como sede do município. Situada em local baixo, na foz do Rio Itecoai, inundava-se todos os anos por ocasião das enchentes. As casas eram edificadas sôbre esteios. Grassavam ali após as enchentes febres palustres.

Atendendo a essa situação, é determinada, pela Lei n.º 759, de 5 de agôsto de 1909, a transferência da sede municipal para o povoado de Santo Antônio. Essa transferência, todavia, não chegou a realizar-se.

Nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, figura o município de Benjamin Constant com cinco distritos a saber: o da Sede, e os de Campo Alegre, Calon, Curuçá e Sentinela.

Em 1928, finalmente, a sede municipal foi transferida para o povoado Esperança, elevado, então, à categoria de vila, por fôrça da Lei n.º 1 375, de 4 de janeiro daquele ano.

Dois anos após, todavia, era suprimido o município pelo Ato Estadual n.º 45, de 28 de fevereiro de 1930. A sua restauração, entretanto, deu-se logo a seguir, por efeito do Ato n.º 33, de 14 de setembro de 1931.

Na divisão administrativa de 1933, aparece o município de Benjamin Constant com um só distrito, e a sede municipal mantém ainda o nome de Esperança. Essa denominação foi mudada para a de Benjamin Constant em 1934 por fôrça do Ato Estadual n.º 4 344, de 31 de dezembro daquele ano.

Nas divisões administrativas de 31-XII-1936 e ...... 31-XII-1937, figura o município de Benjamin Constant do Alto Solimões. Em 1938 passa a denominar-se comarca de Fonte Boa a comarca do Alto Solimões.

Em 1938 a sede do município foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei Estadual n.º 68, de 31 de março daquele ano.

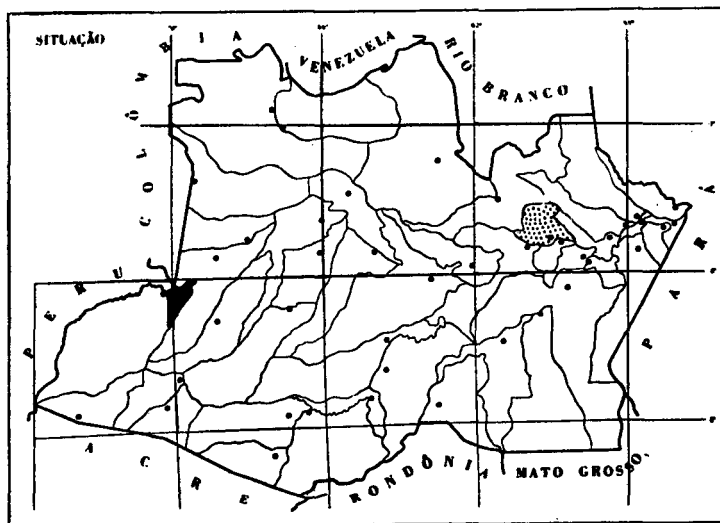
Também em 1938, foi determinada, pelo Decreto-lei Estadual n.º 97, de 4 de julho do mesmo ano, a indenização dos terrenos desapropriados em Esperança, para que nêle fôsse instalada a sede do município.

Ainda em 1938, deu-se a criação do distrito de Remate de Males, por fôrça do Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro daquele ano.

Em 1952, por fôrça da Lei n.º 226, de 24 de dezembro daquele ano, foi criada a comarca de Benjamin Constant.

Perdeu o município em 1955, por efeito da Lei n.º 96, de 19 de dezembro do mesmo ano, o distrito de Remate de Males que passou a constituir o novo município de Atalaia do Norte.

Nas eleições de 3-X-1955, foram eleitos para Prefeito — o senhor Antônio Braga e para vereadores, os senhores Francisco Chagas de Almeida, Otávio de Souza Farias, Manuel Leão da Silva, Jovina Campos de Albuquerque, José de Souza Lima e Mário José Soares da Silva. Votaram 1 391 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Benjamin Constant está situado na zona fisiográfica do Solimões—Javari. Limita com os municípios de Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença e com as Repúblicas da Colômbia e do Peru. A cidade de Benjamin Constant fica à margem esquerda do Rio Solimões e tem as seguintes coordenadas geográficas: 4º 21' 42" de latitude Sul e 69º 54' 13" de longitude W.Gr.; posição relativamente à Capital — distância, em linha reta: 1 120 km; direção: S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 65 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município de Benjamin Constant é bastante quente e úmido, como aliás é comum à região Amazônica. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 as seguintes mutações: média das máximas: 34,8ºC — média das mínimas: 11,8ºC — média compensada: 30ºC. Verificou-se ainda no dito ano uma precipitação pluvial de 2 994 mm.

ÁREA — A área do município, segundo o Conselho Nacional de Geografia, era de 76 644 km². Todavia, em conse-

qüência do desmembramento territorial sofrido com a criação do município de Atalaia do Norte, perdeu para êste 70 944 km². A sua área atual é de 5 700 km², sendo assim, o 41.º município do Estado em extensão territorial, entre os 43 outros ora existentes. É o menor município do Estado, depois de Parintins e Urucurituba.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: os Rios Solimões, Javari, Branco e a Ilha de Aramaça, formada pelo Solimões.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui grandes riquezas naturais. A sua flora é importante, na qual se destaca pelo seu valor econômico a "Hevea Brasiliensis" produtora de borracha e madeiras de ótima qualidade, como o aguano e o cedro. Sua fauna também é rica. Além de animais silvestres, como caititu, queixada, veado, há os aquáticos, como o jacaré e grande número de espécies de peixes, entre as quais se destaca o pirarucu. Há vestígios da existência de minérios no território do município, como, por exemplo, o petróleo. Xistos betuminosos são encontrados em Tabatinga, na face da terra.

POPULAÇÃO — Em 1950, segundo o Censo Demográfico realizado nesse ano a população do município de Benjamin Constant era de 11 343 habitantes.

Dos seus dois distritos: Benjamin Constant e Remate de Males, o mais populoso era o primeiro, com 6 777 habitantes. A Remate de Males cabia o restante, ou sejam: 4 566 habitantes.

Segundo os diferentes grupos, a população assim se compunha: homens — 6 045 e mulheres — 5 298. Pardos — 7 206; brancos — 3 609; pretos — 500; amarelos — 1; e 27 sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais que eram 5 876 (3 189 homens e 2 687 mulheres), 2 637 eram solteiros, 2 789 casados, 443 viúvos e 3 desquitados; 4 não declararam o estado conjugal. Estrangeiros haviam 274 e brasileiros naturalizados 2. A quase totalidade, ou sejam: 10 935, eram católicos romanos, 3 espíritas, 14 de outras religiões, 8 sem religião e 11 sem declaração de religião.

Com o desmembramento territorial sofrido pelo município, que constituiu na perda do distrito de Remate de Males para o novo município de Atalaia do Norte, criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, a população do município ficou reduzida a do distrito-sede, ou sejam: 6 777 habitantes. Com essa população coloca-se Benjamin Constant no 30.º lugar entre os atuais 43 municípios amazonenses.

A densidade demográfica de Benjamin Constant é de 1,19 hab./km², é uma das mais elevadas do Amazonas e bem superior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana é a sede do município, que em 1950, possuía apenas 1 540 habitantes. Dêstes 828 eram homens e 712 mulheres. Daí se verifica que a população urbana corresponde a 22% do total, sendo essa uma das percentagens mais elevadas do Estado, embora inferior à dêste, que é de 27%.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o município de Benjamin Constant exportou, em 1956, ... Cr$ 6 079 088,10. Dessa importância Cr$ 5 511 898,00 cabem à borracha. Os demais produtos foram madeira e sernambi.

A produção extrativa-animal do município de Benjamin Constant, em 1956, foi de Cr$ 1 048 004,80. Temos ainda há considerar a produção do pescado para o consumo do próprio município, que em 1956 foi a seguinte: Cr$ 448 300,00, destacando-se o tambaqui e o pirarucu.

A agricultura não é bastante desenvolvida no município de Benjamin Constant, destacando-se a mandioca, com uma produção de 1 340 toneladas; a banana, com 14 000 cachos e cana-de-açúcar, com 750 toneladas. O valor da produção foi de Cr$ 805 000,00. Produz, ainda, em quantidade reduzida, abacaxi, abóbora, arroz, feijão, fumo, melancia, milho e limão.

Quase não existe a pecuária. O seu principal rebanho é o de bovinos, com apenas 300 cabeças.

A produção industrial é também assaz reduzida. Em 1955 o seu valor total foi de apenas Cr$ 191 082,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Conta o município com 17 estabelecimentos comerciais, que transacionam com a Capital do Estado. Importa estiva em geral e exporta pirarucu, borracha e madeiras. A 26 de setembro de 1956, foi instalada uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido pelo Serviço de Navegação da Amazônia e Portos do Pará (S.N.A.P.P.), emprêsas particulares, que o põem em comunicação por via fluvial com as seguintes localidades: Atalaia do Norte — 28 km, São Paulo de Olivença — 196 km, Manaus — 1 628 km. Liga-se à Capital do Estado também por transporte aéreo — ...... 1 128 km. — Dispõe de 1 Agência Postal-Telegráfica, do D.C.T. e de 1 Estação de Rádio Comunicação, da Panair S.A., são êsses os principais meios de comunicação.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Benjamin Constant fica à margem esquerda do Rio Solimões. É uma cidade nova e pequena, situada numa suave elevação do terreno. Em 1950 sua população era de apenas 1 540 habitantes. Ainda, assim, era a 11.ª em população, entre as 25 cidades amazonenses então existentes. Em 1954 possuía 314 prédios, dos quais, 6 tinham mais de 1 pavimento. É servida de luz elétrica. A iluminação se estende a 6 dos seus logradouros e a domiciliária a 89 dos seus prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pôsto médico e um hospital, com 25 leitos, mantidos pelo S.E.S.P., prestam assistência médica às populações urbana e rural do município. Há, também, uma pequena farmácia. Exercem profissão na cidade 2 médicos, 2 dentistas e 1 enfermeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Na parte de assistência social destaca-se a Conferência Vicentina, fundada em 1956, o que durante o ano proporcionou aos desamparados a mais carinhosa manifestação de natureza altruística, como seja: distribuição de roupas, medicamentos e auxílios pecuniários.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, que eram 9 117, apenas 1 810 sabiam ler e escrever, sendo 1 139 homens e 671 mulheres.

ENSINO — Em 1956 havia no unicípio 19 escolas de ensino primário. Dessas escolas 15 localizavam-se no quadro rural. A sede municipal conta com 4 (quatro) escolas, inclusive o "Grupo Escolar Cel. Raimundo Cunha", cujo número total de matrículas em 1956 foi 364, sendo 157 do sexo masculino e 207 do sexo feminino. O Educandário Imaculada Conceição, além do ensino primário, ministra o normal, música, dactilografia e prendas domésticas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	78	...	747	276	629
1951	69	...	586	196	552
1952	100	93	931	297	673
1953	131	99	1 051	334	1 046
1954	154	126	872	294	856
1955	151	516	1 142	552	1 141
1956	286	271	1 025	748	1 025

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A antiga sede do município deve seu nome — Remate de Males — a um de seus primeiros habitantes, de nome Alfredo Augusto de Oliveira Bastos, natural do Maranhão, mais tarde escolhido para ocupar o cargo de primeiro Superintendente do Município, o qual após haver percorrido vários dos nossos rios e residido na vizinha república do Peru, sempre acossado pelas vicissitudes da vida, resolveu, finalmente, voltar para o seu país. Estabelecendo-se, por volta de 1890, com pequeno comércio deu a denominação de Remate de Males ao local, na esperança de ver terminados os revezes que há muito o perseguiam.

No dia 28 de julho de 1866 foram fixados os marcos de limites entre o Brasil e o Peru. Há também um forte em Tabatinga.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No município de Benjamin Constant, são populares as festas de Santo Antônio, no período de 4 a 13 de junho; as de São João, de 15 a 24 do mesmo mês; as de Natal, de 16 a 25 de dezembro e as do Espírito Santo, no fim de maio ou em princípio de junho. Essas festas se realizam em diversas localidades do município e consistem no costume das famílias tradicionais festejarem o Santo do nome de uma pessoa da família ou em cumprimento de promessa feita com o santo de sua devoção. Cada um dos referidos festejos tem a duração de 9 dias. No primeiro dia, inicia-se, à tarde com a *levantação do mastro* e à noite, depois da ladainha tem dança que vai até alta noite. Na noite da véspera do dia Santo, depois da ladainha, começa a dança que se prolonga até o dia seguinte (dia do santo), encerrando-se o festejo, nesse dia, à tarde, *com a derribação do mastro.* Grande é o número de pessoas que aflui para o local dos festejos com o fim de assistir à festa do último dia. São Também, populares as festas dançantes pela passagem do ano novo e no dia de Reis. Os bailes realizados durante o Carnaval, constituem um dos maiores divertimentos do povo durante o ano. Os cordões carnavalescos organizados nesta cidade e outros vindos de povoados dêste município têm especial atrativo para a população local. A Igreja Católica local realiza anualmente nesta cidade a procissão de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira dêste município, no dia 8 de dezembro; a de São Francisco de Assis, no dia 4 de outubro; a de Cristo Morto, na Sexta-Feira Santa e a procissão fluvial de Nossa Senhora de Fátima, no dia 30 de maio. No interior do município são realizadas pela mesma Igreja, a procissão das festas de São José e a de Cristo Rei, na Ilha do Aramaçá, nos dias 1.º de maio e 30 de outubro, respectivamente; a de Nossa Senhora de Nazaré, em novembro, na fronteira de Tabatinga e a do Bom Pastor, no lugar do mesmo nome, no mês de agôsto.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O majestoso rio Solimões, a cuja margem está situada a cidade de Benjamin Constant, é, por si só, uma atração turística. A cidade de Benjamin Constant, tem magnífica vista sôbre o Solimões.

OUTROS ASPECTOS — Pela sua posição geográfica, próxima às cidades de Litícia, na Colômbia, merece a sede municipal especial atenção daqueles que a visitam. Quase defronte da cidade, na outra margem do rio, encontra-se o povoado de Tabatinga, onde se acham sediadas uma unidade do Exército (7.ª Cia. de Fronteiras) e o Pôsto Ticumas, do Serviço de Proteção dos Índios. Instalada no município acha-se a Colônia de Pescadores Z-27.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — Panoramas Amazônicos, de Anísio Jobim. Resultados dos Censos Demográficos, Agrícola e Econômico de 1950. Tábuas Itinerárias do Estado. Sinopse Estatística do Município de Benjamin Constant, editada pelo C.N.E. Questionários preenchidos pelo A.E. de Benjamin Constant.)

BÔCA DO ACRE — AM

Mapa Municipal na pág. 209 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — As terras que constituem o município de Bôca do Acre, antes da chegada do homem civilizado, eram habitadas pelos índios das tribos dos Capanas e dos Aripuanãs.

Em 3 de fevereiro de 1878, ancorou nas proximidades da confluência do Rio Acre com o Rio Purus, o navio Anajás, de propriedade da Companhia de Navegação do Rio Amazonas, sob o comando do pilôto Carepa, sendo chefe da expedição o Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, vindo com o mesmo 56 cearenses, 1 amazonense, 1 paraense, 1 piauiense e 1 português. O Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, cearense que já havia adquirido fortuna na exploração da borracha, nos seringais do baixo Purus, veio explorar as terras, onde está situado o município de Bôca do Acre, até então desconhecidas.

O Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, e seus companheiros, localizaram-se em diferentes pontos do território que hoje constitui o município de Bôca do Acre. No local onde se acha situada a cidade, localizou-se Alexandre de Oliveira Lima, cognominado o Barão da Bôca do Acre, o qual explorou grande área de terras. Na localidade da Vila de Floriano Peixoto (ex-Antimari), onde foi primitivamente a sede do município, localzaram-se Antônio Escolástico de Carvalho e Firmino Alves dos Santos.

Mercado Público

Em 22 de outubro de 1890, por Decreto n.º 67, foi criado o município, com a denominação de Antimari, e por Antônio Escolástico de Carvalho, foi doada uma légua quadrada de terra, para constituir o patrimônio do município. Foi o primeiro Intendente o Coronel João Damasceno Girão.

A comarca foi criada pela Lei n.º 95, a 10 de abril de 1891.

A vila de Antimari (antiga sede municipal), teve atuação de destaque nos acontecimentos que resultaram com a anexação ao Brasil, da área que constitui o Território Federal do Acre, outrora pertencente à República da Bolívia. O protesto dos brasileiros ali residentes, contra maltrato a êles movido pelos bolivianos, deu origem a revolução que explodiu m 1903, chefiada por Plácido de Castro.

O município e a comarca de Antimari foram extintos pela Lei Estadual n.º 110, de 28 de março de 1895, sendo restaurados pela Lei n.º 166, de 15 de maio de 1897, com a denominação de Floriano Peixoto, verificando-se a sua reinstalação a 1.º de agôsto do mesmo ano. Pela Lei Municipal n.º 8, de 18 de setembro de 1902, foi criado o distrito de Bôca do Acre.

A Lei n.º 1 126, de 5 de novembro de 1921, suprimiu, novamente, a comarca de Floriano Peixoto, que foi, outra vez, restabelecida, pela Lei n.º 1 233, de 4 de janeiro de 1926.

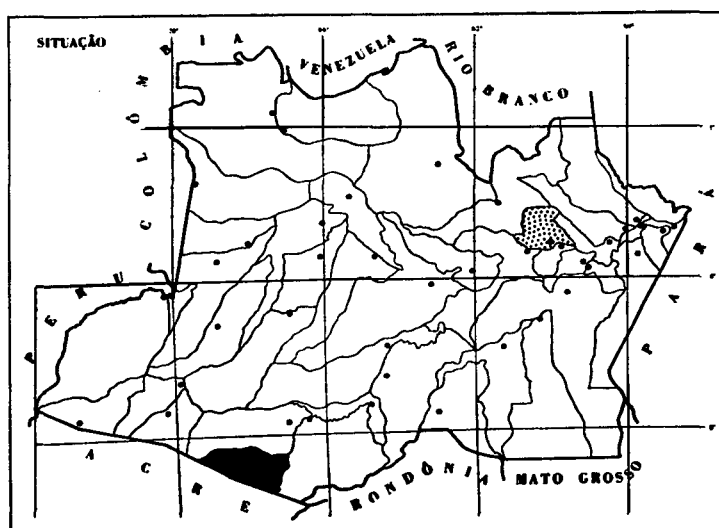
Por fôrça do Ato n.º 3 462, de 2 de maio de 1934, a sede do município de Floriano Peixoto, transferiu-se para o distrito de Bôca do Acre, que recebeu a categoria de Vila, onde foi então desapropriada pelo Estado uma área de aproximadamente 880 000 m² na margem direita do Purus para o necessário arruamento.

De acôrdo com o Decreto-lei Estadual n.º 68, de 31 de março de 1938, que deu execução ao Decreto-lei Federal n.º 311, de 2 de março do mesmo ano, o município de Floriano Peixoto, passou a denominar-se Santa Maria da Bôca do Acre, com sede na cidade de igual nome.

Em virtude do Decreto-lei n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial do Estado 1939-1943, o município e o distrito de Santa Maria da Bôca do Acre passaram a denominar-se simplesmente, Bôca do Acre.

Na atual divisão administrativa, o município de Bôca do Acre é constituído de 2 distritos: Bôca do Acre e Floriano Peixoto e é sede da comarca do mesmo nome.

Nas eleições de 3-X-1955, foram eleitos: Prefeito — senhor Artur Leite da Fonseca e Castro, e vereadores, os senhores Eduardo Dias da Rocha, Hélio Uchoa Lopes, José Cavalcanti Brasil, José Gomes Grediez, Manuel Elson Melo e José Antônio de Souza Sobrinho. Nessas eleições votaram 1 040 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Bôca do Acre está localizado na zona do Rio Purus. Limita-se com os municípios de Ituxi, Pauini, e com o Território do Acre. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 8° 45' de latitude Sul; 67° 24' de longitude W.Gr. Sua posição em relação à Capital do Estado é: distância, em linha reta — 1 023 km; direção — 52° 35'-S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal possui altitude de 105 metros.

CLIMA — O município de Bôca do Acre é dotado de clima quente e úmido. A temperatura da sede municipal em 1956 apresentou os seguintes dados: média das máximas — 34,2°C; média das mínimas — 16,8°C. Na média das mínimas tem, naturalmente, grande influência o fenômeno da "friagem" ocorrente no extremo oeste da região amazônica.

ÁREA — Sua área, calculada pelo C.N.G., é de .... 22 590 km². Embora não seja dos maiores municípios do Amazonas, sendo o 29.º entre os 43, ora existentes, tem área superior à do Estado de Sergipe.

Prefeitura Municipal

Praça da Liberdade

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Purus, Inauini, Antimari, Acre, Ari e Capanã.

RIQUEZAS NATURAIS — O território do município é recortado de grande número de cursos dágua e recoberto de uma flora muito rica, onde se destacam pelo seu valor econômico a seringueira (hévea brasiliensis) e a castanha-do-pará ou noz do Brasil, como atualmente é conhecida no comércio (Bertholletia excelsa). A sua fauna é também importante, nela sobressaem peixes de várias espécies: pirarucu, tambaqui etc. e animais silvestres: onças, caititus, queixadas e outros.

POPULAÇÃO — A população do município era, em ...... 1.º-VII-1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, de 14 287 habitantes. A população masculina — 7 652, era superior à feminina — 6 635, como na quase totalidade dos municípios amazonenses, com exceção apenas de Manaus e Urucurituba. A população, segundo a côr, era a seguinte: branca — 5 551; preta — 553; parda — 8 100 e 83 pessoas sem declaração de côr. Quanto ao estado civil: solteiros — 2 745; casados — 4 295; desquitados — 1; e viúvos — 616. Quanto à nacionalidade: brasileiros natos — 14 233; brasileiros naturalizados — 14; estrangiros — 40.

A densidade demográfica de Bôca do Acre é de 0,63 hab/km², superior, portanto, à do Estado, que é de 0,32.

Com a subdivisão de alguns dos municípios antigos, decorrentes da criação dos novos municípios em 1955, Bôca do Acre é, atualmente, um dos mais populosos municípios do Amazonas, situando-se no 10.º lugar entre os 43 que hoje existem.

Av. 15 de Novembro

Segundo os distritos, a sua população assim se dividia: Bôca do Acre — 11 178 e Floriano Peixoto — 3 109.

A população rural apresentava a elevada percentagem de 86,8, superior à do Estado, que era de 73,28.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há duas aglomerações urbanas: Bôca do Acre e Floriano Peixoto, respectivamente, com 1 702 e 218 habitantes, segundo o Censo Demográfico realizado em 1950. Da primeira 876 eram homens e 826, mulheres, e da segunda 113 homens e 105 mulheres. De Bôca do Acre, das pessoas de 5 anos e mais em número de 1 410, 693 sabiam ler e escrever, sendo 360 homens e 333 mulheres. De Floriano Peixoto, das 185 pessoas de 5 anos e mais, 62 sabiam ler e escrever, sendo 34 homens e 28 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é, sem dúvida, a extração da borracha, da castanha-do-pará (noz do Brasil) e madeira, cujo valor da produção em 1956, foi de Cr$ 32 611 734,20, assim distribuído: borracha, Cr$ 25 127 319,70; castanha, ... Cr$ 6 297 667,50; sernambi, Cr$ 979 404,50; e madeira, Cr$ 207 343,50.

Rua Getúlio Vargas

A produção extrativa-animal é, também, importante. Em 1956 o seu valor foi de Cr$ 1 038 527,20, com a seguinte discriminação: peixes de várias espécies — ...... Cr$ 744 000,00; e couros e peles de animais silvestres — Cr$ 294 327,20. Entre os peixes destacam-se o pirarucu, tambaqui, sardinha e surubi. Entre os couros e peles, sobressaem os de jacaré, veado, caititu e capivara.

A agricultura bocacrense é pouco desenvolvida, como aliás, em todo o Estado. Em 1956 o valor de sua produção foi de apenas Cr$ 1 585 600,00. Principais produtos: mandioca — Cr$ 782 000,00; feijão — Cr$ 399 000,00; milho — Cr$ 336 000,00; arroz — Cr$ 39 600,00; banana — Cr$ 29 000,00.

A pecuária é, também, insignificante, como se pode verificar abaixo pelos números dos seus efetivos: suínos — 1 600 cabeças; bovinos — 1 320; asininos — 280; caprinos — 150; eqüinos — 90 e ovinos — 60.

A produção industrial é muito reduzida. O seu valor total em 1955 foi de apenas Cr$ 1 020 000,00. Panificação é o principal ramo industrial.

Os resultados dos Censos Econômicos e Agrícola de 1950, apresenta como existentes, no município de Bôca do

Acre, àquela época, 48 estabelecimentos comerciais, 3 industriais e 524 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO — A cidade de Bôca do Acre conta com 7 estabelecimentos comerciais atacadistas e 11 varejistas. O comércio transaciona com a Capital do Estado para onde manda, principalmente, borracha e castanha-do-pará, e donde recebe estiva em geral, miudezas, tecidos etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelo Serviço de Navegação da Amazônia e Portos do Pará (S.N.A.P.P.) e pelas emprêsas J.A. Leite & Cia. Ltda. e Sociedade Comercial de Transporte Ltda., que o põem em comunicação por via fluvial com as seguintes localidades: Lábrea 1 100 km; Ituxi 509 km; Pauini 359 km; Manaus 2 772 km. Possui também transporte aéreo para a Capital do Estado e para a cidade de Lábrea.

Na sede municipal há uma agência postal-telegráfica do D.C.T. e uma na vila de Floriano Peixoto e outra no povoado de Terra Firme.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bôca do Acre, situada à margem direita do rio Purus, é a mais meridional cidade amazonense e a última localizada no curso do Purus, em demanda ao Território do Acre.

Delegacia de Polícia

A sua população em 1950, era de 1 702 habitantes, colocando-se assim em 9.º lugar entre as 25 cidades amazonenses então existentes.

É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 5 logradouros e a domiciliária, a 121 dos 465 prédios existentes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada por 1 "Pôsto de Saúde" mantido pelo S.E.S.P. Há na cidade 1 médico, 2 dentistas, 2 enfermeiros, 1 farmacêutico e 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há na cidade uma Associação Rural, com a finalidade de amparar e incentivar a vida rural do município.

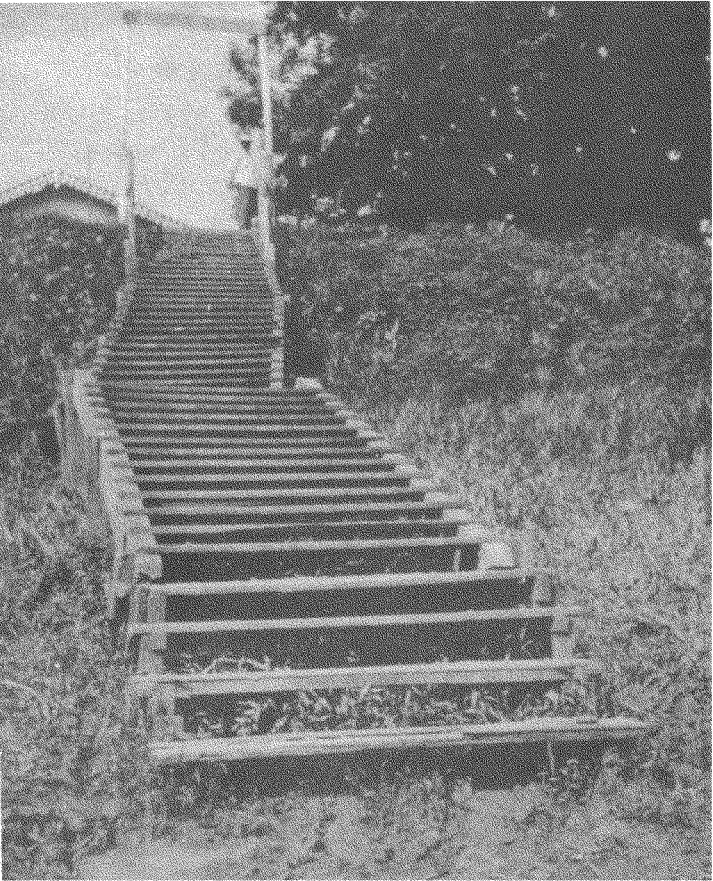
ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 11 700, sòmente 2 643 sabiam ler e escrever; destas 1 573 eram homens e 1 070 eram mulheres. A percentagem total de pessoas que sabiam ler e escrever era de 22%, muito inferior à do Estado, que é de 36%. Quanto à sede municipal, das 1 410 pessoas de 5 anos e mais, 693 sabiam ler e escrever; destas 360 eram homens e 333 eram mulheres.

Av. Amazonas

ENSINO — Há no município 37 escolas de ensino primário. Na sede municipal funcionaram em 1956 o Grupo Escolar "Alvaro Maia" e o Patronato Nossa Senhora de Nazaré, com 396 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal (2)		
	(1)	(2)	Total	Tributária	(Cr$ 1 000)(2)
1951	...	376	653	359	653
1952	...	555	831	446	831
1953	...	639	729	296	729
1954	172	685	1 279	382	1 276
1955	528	2 676	1 171	712	1 171
1956	661	1 907	1 266	678	1 278

FONTE: (1) Delegacia Fiscal · (2) Agência de Estatística.

Escada do Pôrto

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Várias festas religiosas são realizadas no município. Porém, a que mais se vem destacando dentre elas, é a que se faz em homenagem ao Padroeiro da cidade — São Pedro — cuja celebração ocorre no período de 21 a 29 do mês de junho.

Nessa época do ano a cidade toma um aspecto festivo, tornando-se mais movimentada em virtude de a população, tanto local, como dos lugarejos próximos à sede municipal, costumar com freqüência, demonstrar ao Santo Padroeiro a sua fé cristã, tomando parte assídua nas cerimônias realizadas durante os festejos, como sejam: missas, novenas e quermesses, onde as famílias locais são pelo vigário destacadas como noitárias e que, com esta iniciativa, grande entusiasmo desperta nas partes, fazendo com que os escolhidos se esmerem na ornamentação da Igreja, bem como na apresentação de prendas que são ofertadas durante o leilão, cuja importância adquirida é revertida na construção de novos templos ou em melhoramentos dos existentes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade de Bôca do Acre fica na confluência dos rios Purus e Acre. O rio Purus é um dos mais importantes afluentes do Amazonas. Muito extenso (3 358 km) e sinuoso. Do seu curso mais da metade é francamente navegável. O rio Purus, pela sua imponência, pelas belas paisagens que proporciona ao viajor, constitui, certamente, uma atração turística.

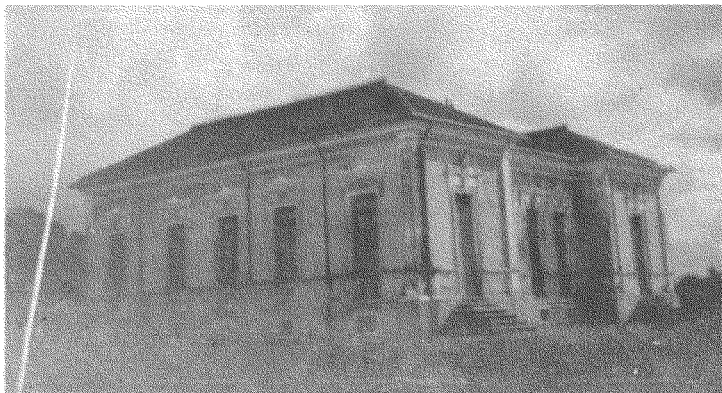
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Bôca do Acre possui um cinema, todavia, o seu funcionamento, não é freqüente. Conta, ainda, com 1 Pôsto Meteorológico e 1 Pluviométrico.

(Bibliografia — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950; Sinopse Estatística do Município de Bôca do Acre, editada pelo C.N.E.; Tábuas Itinerárias do Estado; "Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas", de Anísio Jobim. Questionários preenchidos pelo A.E. de Bôca do Acre.)

BORBA — AM

Mapa Municipal na pág. 189 do 1.° Vol.

HISTÓRICO — Borba, a primeira Vila criada em território amazonense, originou-se da aldeia do Trocano, fundada em 1728 ou pouco mais tarde pelo Frei João Sampaio, da Companhia de Jesus, um dos mais célebres catequistas do rio Madeira.

A instalação da Vila de Borba Nova, deu-se a 1.° de janeiro de 1756, contando o ato com a presença de Mendonça, Furtado, Governador do Grão-Pará, que ali fôra justamente para êsse fim.

Grupo Escolar

Mercado Municipal

Habitavam primitivamente a região os perigosos índios Muras.

Em 1758 estêve Mendonça Furtado novamente em Borba a fim de completar a instalação da Vila.

O povoamento da capitania constituía, então, um sério problema. Para incrementá-lo o Governador Melo e Póvoas, concedia aos brancos, que se casassem com índias, alguns favores, como o fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas. Em Borba, então, foi onde se realizaram primeiramente êsses casamentos.

Com a pacificação dos índios Muras, primitivos habitantes da região, que era também problema dos mais importantes, a região de Madeira começou a prosperar.

Em 1785 Borba já cultivava, e até exportava para Belém, café e tabaco.

Em 1833, Borba não pôde fugir à agitação que reinava por tôda a província. Em meados daquele ano, os Muras, insuflados por um grupo de nativistas, invadiram a Vila à cata dos portuguêses ali residentes. A população, sobressaltada, de início fugiu ao combate, refugiando-se nos arredores da Vila. Reagiu, depois, punindo os rebeldes e normalizando a situação.

Ainda no ano de 1833, Borba perdeu a categoria de Vila, passando a simples freguesia com a denominação de Araretama.

Em 1835 e 1839, durante a sedição dos cabanos no Amazonas, Borba foi uma das raras localidades que resistiram aos rebeldes, não caindo em poder dos mesmos, apesar de haver sofrido várias e violentas investidas.

A Lei n.° 71, de 4 de setembro de 1856, transferiu a subordinação da freguesia de Borba do Têrmo de Maués, para o de Manaus.

Em 1857, por fôrça da Lei provincial n.° 73, de 10 de dezembro de 1857, voltou Borba à condição de Vila e conseqüentemente sede do município. Menos de um ano após,

Prefeitura Municipal

todavia, perdida novamente a categoria de Vila, de acôrdo com a Lei n.º 92, de 6 de novembro de 1858.

Voltou Borba a ser sede do município em 1877, por fôrça da Lei n.º 362, de 4 de julho do mesmo ano. Mais uma vez, todavia, é extinto o município, pela Lei provincial n.º 715, de 28 de abril de 1886.

Deu-se, enfim, a sua restauração definitiva, por fôrça da Lei n.º 781, de 26 de setembro de 1888, que criou o município com território desmembrado do de Manaus.

O têrmo judiciário foi criado pela Lei n.º 14, de 10 de setembro de 1891, e elevado a comarca pela Lei n.º 65, de 13 de agôsto de 1894.

Na divisão administrativa de 1911 o município se compõe de 6 distritos, que são: Borba, Araras, Alto Aripuanã, Canumã, Abacaxis e Rosarinha.

A comarca foi extinta pela Lei n.º 741, de 30 de outubro de 1913 que anexou o têrmo de Borba ao 3.º distrito da capital.

A Lei n.º 844, de 14 de fevereiro de 1916, restaurou a Comarca de Borba.

Em 1921, todavia era a comarca de Borba novamente extinta e o seu têrmo anexado à Comarca de Manicoré.

A restauração definitiva da Comarca de Borba, deu-se por fôrça da Lei n.º 1 397, de 2 de outubro de 1928, ocorrendo a sua reinstalação a 4 de janeiro do ano seguinte.

Igreja Matriz

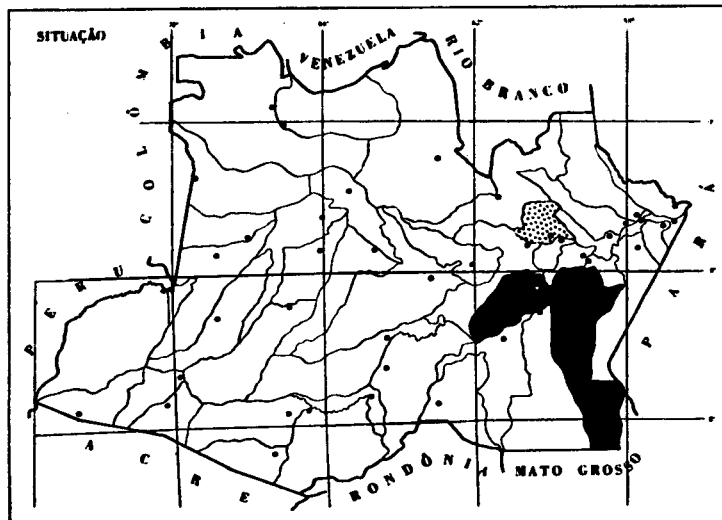
Na divisão administrativa de 1933, o município constitui-se apenas de um distrito.

Por fôrça do Decreto-lei Estadual n.º 68, de 31 de março de 1928, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade.

De acôrdo com o Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, foram criados os distritos de Axinim, Canumã, Foz do Aripuanã e Sumaúma e perdeu parte do seu território para o distrito-sede do município de Maués.

Por fôrça da Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, perdeu os distritos de Foz de Aripuanã e Sumaúma para o novo município de Novo Aripuanã e parte do distrito sede para o também novo município de Autazes. Compõe-se, portanto, o município de Borba, atualmente, de 3 distritos, que são: Borba, Axinim e Canumã.

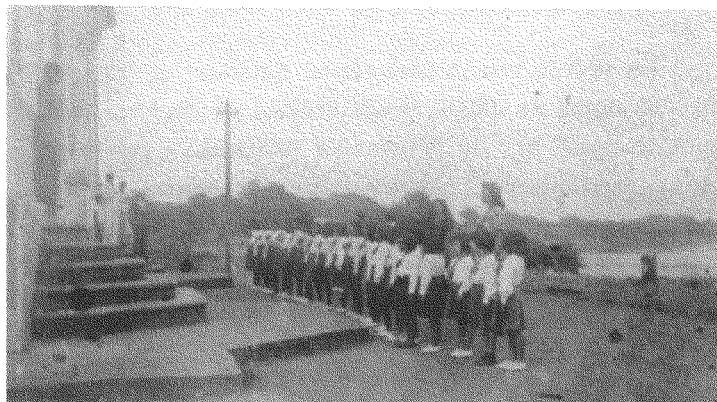
Nas eleições de 3-X-955, foram eleitos para prefeito — o senhor Coronel Tupinambá de Paula e Souza e para vereadores os senhores Manuel Paula de Sá Júnior, Afonso Lopes de Oliveira, Ruben Balbi, Raimundo Dário Fróis, Waldemar Gonçalves Duarte e João Pereira da Fonseca. Votaram 1 396 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Borba está situado na zona do Rio Madeira. Limita com os municípios de Autazes, Manacapuru, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte e Novo Aripuanã e os Estados do Pará e Mato Grosso. A sua sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 4º 39' 21" de latitude Sul e 59º 55' 01" de longitude W.Gr.; posição relativamente à capital — distância em linha reta: 147 km; direção S.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 30 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município de Borba é quente e úmido. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 as seguintes mutações: média das máximas 38ºC; média das mínimas 20ºC.

ÁREA — A área do município é cêrca de 100 200 km². É assim, apesar da perda territorial sofrida em decorrência

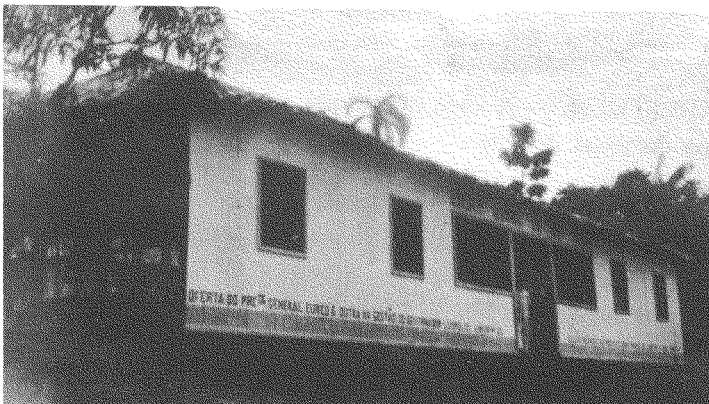
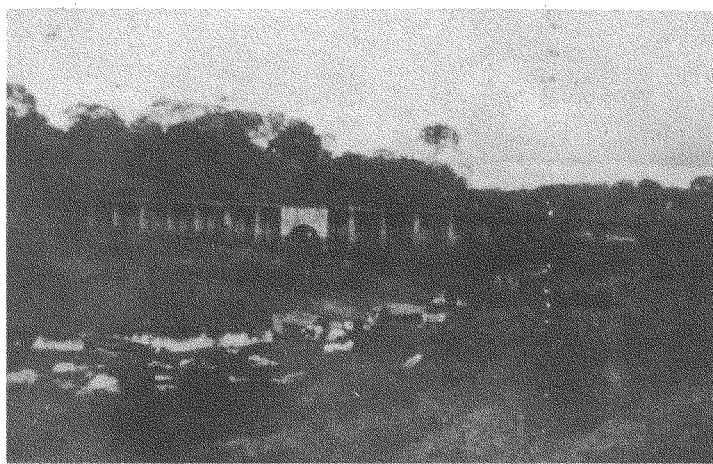
do desmembramento de partes de seu território para os novos municípios de Autazes e Novo Aripuanã, o 3.º município do Estado em extensão territorial. Note-se que sua área é superior à do Estado de Pernambuco.

Formatura de Alunos

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios: Madeira, Acari, Abacaxis, Marimari, Canumã, Sucunduri, Prêto e Tapajós.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem importantes riquezas do município, notadamente a primeira, cuja exploração é a principal fonte da sua receita, destacando-se, pelo seu valor econômico a castanha-do-pará ou noz do Brasil (Bertholettia excelsa) e a seringueira (Hevea bra-

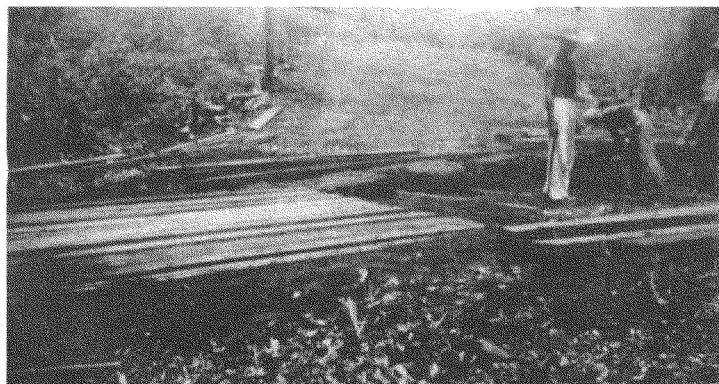
Festa Cívica

siliensis), além do pau-rosa e a copaíba. A segunda também é importante. Nessa sobressaem animais silvestres: queixadas, veados, caititus, além dos aquáticos, com variadas espécies de peixes. Há, ainda, minérios no município, como: ferro, manganês, mica, ouro e mercúrio.

POPULAÇÃO — O município de Borba possuía em 1950, segundo o Censo Demográfico realizado nesse ano, 18 656 habitantes.

Escola Rural

Ponte "Efigênio Sales"

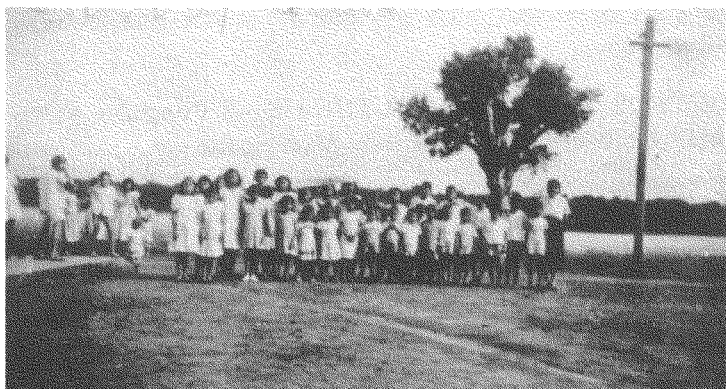
O distrito mais populoso era o de Borba, com 6 077 habitantes. A seguir vinham os de Canumã — 4 066, Axinim — 3 742, Foz do Aripuanã — 3 457 e Sumaúma — 1 314.

Os diferentes grupos pesquisados tinham os seguintes contingentes: Homens — 10 117 e mulheres — 8 539. Brancos — 12 041, pardos — 5 292. Pretos — 1 259 e amarelos — 1; 63 sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais, que eram 10 956 (6 123 homens e 4 833 mulheres), 5 825 eram solteiros, 4 260 casados, 816 viúvos e 2 desquitados; 53 não declararam e estado conjugal. Estrangeiros havia 37 e brasileiros naturalizados 16. Católicos romanos, a quase totalidade, ou sejam 18 415, protestantes —37, espíritas — 9, israelitas — 3, maometanos — 1, outras religiões — 38, sem religião — 26, sem declaração de religião — 127.

Com o desmembramento territorial sofrido pelo município para os novos municípios de Novo Aripuanã e Nova Olinda do Norte, a população de Borba ficou reduzida

Ponte Borba — Mapiá

a cêrca de 13 600 habitantes. Com essa população coloca-se Borba no 11.º lugar entre os 43 municípios amazonenses existentes a 31-12-956.

A densidade demográfica do município é de apenas 0,13 habitantes por quilômetro quadrado, muito inferior, portanto, à do Estado, que é de 0,32 hab/km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade de Borba e as vilas de Axinim e Cunumã são as aglomerações urbanas que restaram ao município após a perda territorial já referida. Borba, em 1950, tinha 1 037 habitantes e Axinim e Canumã, 317 e 142, respectivamente. O total da população urbana era assim de 1 496, correspondente a 19% do

Formatura Escolar

total da população. Nota-se, por conseguinte, que a percentagem da população urbana do município é inferior à do Estado que é de 27%.

Aspecto de Uma Rua

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal atividade econômica do município. No ano de 1956, o valor dessa produção foi de Cr$ 37 595 044,70, cabendo Cr$ 22 455 974,80 à castanha-do-pará; os demais produtos foram borracha, essência de pau-rosa, sôrva, sernambi, balata, látex natural (Hévea), óleo de copaíba e madeira (pau-rosa).

Escola Municipal

A agricultura do município em 1956 apresentou o seguinte valor: Cr$ 10 114 945,50; dêsse total, ... Cr$ 5 034 500,00 couberam à mandioca, os demais produtos foram fumo, juta, arroz, abacaxi, banana e feijão.

Também é significativa a produção extrativa animal que em 1956 alcançou o valor de Cr$ 1 207 136,80; dêsse total, Cr$ 566 800,00 couberam à pesca — em particular à de pirarucu, que contribuiu com Cr$ 425 000,00 e ...... Cr$ 640 336,80 à produção de couros de animais silvestres.

O valor da produção industrial apurada pelo Registro Industrial referente ao ano de 1955, foi de Cr$ 3 222 602,00, correspondente à extração de essência de pau-rosa.

A pecuária é insignificante. Observou-se, no ano de 1956, que o principal rebanho era o de suínos, com 2 300 cabeças, os demais possuíam efetivos inferiores a 500 cabeças.

Escola Rural

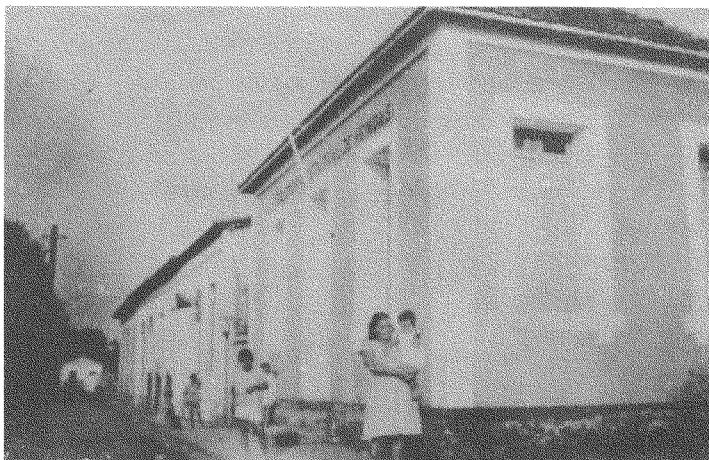
Segundo os resultados dos Censos Econômicos e Agrícola, havia no território que compõe atualmente o município de Borba 4 estabelecimentos industriais e 399 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 42 estabelecimentos comerciais varejistas. O município transaciona

Estrada de Rodagem

com a praça de Manaus importando estiva em geral, conservas, ferragens, louças, tecidos e miudezas e exportando castanha-do-pará, borracha, essência de pau-rosa e demais produtos extrativos. Ainda não dispõe de estabelecimento bancário.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Borba é servida de transporte aéreo (Panair) e flu-

Escola "Monsenhor Coutinho"

Rua da Frente

vial (S.N.A.P.P.). Através do primeiro liga-se à capital do Estado e pelo segundo comunica-se com as localidades ribeirinhas do rio Madeira: Manicoré — 328 km e Novo Aripuanã: 141 km — Dispõe de uma Agência Postal-telegráfica, do D.C.T. e de uma estação de Radiocomunicação, da Panair S. A.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Borba fica à margem direita do rio Madeira. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a todos os seus logradouros e a domiciliária conta com 95 ligações. Possui 11 logradouros públicos e 198 prédios. Em 1950 a cidade possuía 1 037 habitantes. Conta com 2 grupos escolares, 2 postos de saúde, 1 biblioteca e 1 templo católico.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois postos de saúde, um mantido pelo Estado e outro pelo S.E.S.P. prestam assistência médica às populações urbana e rural do município. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 1 dentista e 2 enfermeiras.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Acha-se em funcionamento uma associação de caridade, denominada São Vicente de Paulo.

ALFABETIZAÇÃO — Das 15 561 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, (não deduzido o número de pessoas correspondente ao desmembramento territorial sofrido pelo município em 1955), apenas 5 912 sabiam ler e escrever, sendo 3 934 homens e 1 978 mulheres. Verifica-se daí que a percentagem de pessoas alfabetizadas — 38,6% é superior à do Estado, que é de 36,8%.

ENSINO — Funcionaram em 1956 no município de Borba 21 escolas de ensino primário, inclusive 2 grupos escolares

Festa Cívica

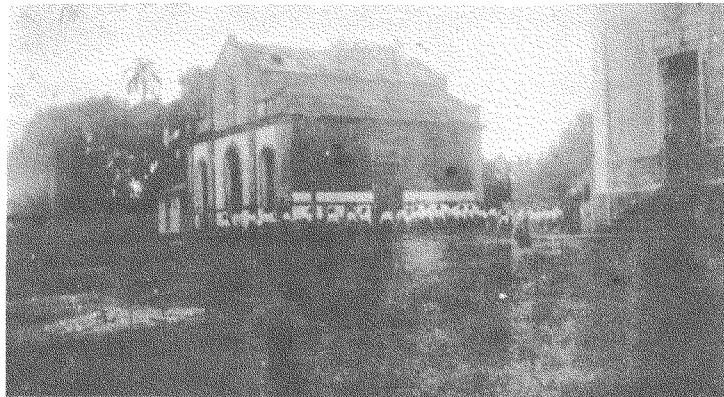
na sede municipal, cujo número de alunos matriculados foi de 105.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade 1 biblioteca mantida pela Municipalidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	199 358	276 025	643 670	461 617	643 670
1951	146 926	280 635	721 841	572 511	622 657
1952	237 105	310 044	671 726	371 826	564 851
1953	267 304	345 027	986 057	396 274	738 286
1954	493 100	73 099	956 532	467 623	906 467
1955	346 394	399 291	1 193 607	696 812	1 170 128
1956	450 177	176 023	703 100	502 100	703 100

FONTE: Coletoria Estadual de Borba.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O mês de junho no município de Borba é dedicado às comemorações tradicionais, do padroeiro da paróquia, Santo Antônio, que se realizam anualmente de 1.º a 13 de junho. Foi instituída pelos jesuítas fundadores das Missões entre

Festejos de 7 de Setembro

os índios do rio Madeira e seus afluentes. Durante êsse período há novenas tôdas as noites, findas as quais se realizam quermesses com animados arraiais, músicas e festas dansantes.

VULTOS ILUSTRES — *Monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho* — Monsenhor, deputado Estadual por várias vêzes e no período de 2 de dezembro de 1903 a 2 de abril de 1904, Governador do Estado do Amazonas. Faleceu em 1916.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio madeira é o mais importante afluente do Amazonas, a cuja margem direita está situada a cidade de Borba. Era chamado antigamente pelos naturais — Caiary, para significar — rio branco, em homenagem às suas águas de uma côr leitosa. O nome de Madeira originou-se da grande quantidade de madeiras que o rio arrasta em sua correnteza. É o mais largo e o mais baixo afluente do Amazonas, sendo portanto, considerado uma atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Borba dispõe de 3 templos católicos, cuja matriz é a paróquia de Santo Antônio de Borba, uma agência postal-telegráfica, do D.C.T. e em construção uma importante

estrada de rodagem, partindo da sede ao lugar Ponto Alegre, no rio Mapiá.

LENDAS — Entre as lendas correntes na região destaca-se a do Sapucaia-Oroca, sôbre a qual transcreve-se a seguir o que escreveu o Cônego Francisco Bernardino de Souza, em seu livro "Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas: Sapucaia-oroca é uma pequena povoação à margem do rio Madeira.

Pouco abaixo do lugar em que se acha assentada referem os índios que existiu outrora uma outra povoação, muito maior do que esta, e que um dia desapareceu da superfície da terra, sepultando-se nas profundidades do rio.

É que os Muras, que então a habitavam, levavam vida desordenada e má e nas festas, que em honra de Tupana celebravam, entregavam-se às dansas tão lascivas e cantavam cantigas tão impuras, que faziam chorar de dor os angaturamos, que eram os espíritos protetores, que por êles velavam.

Por vêzes os velhos inspirados pagés, sabedores dos segrêdos de Tupana, haviam-nos advertido de que tremendo castigo os ameaçava, se não rompessem com a prática de tão criminosas abominações.

Mas cegos e surdos, os Muras não os viam, nem os ouviam.

E pois um dia, em meio das festas e das dansas e quando mais quente fervia a orgia, tremeu de súbito a terra e na voragem das águas, que se erguiam, desapareceu a povoação.

As altas barrancas que ainda hoje ali se vêem, atestam a profundidade do abismo em que foi arrojada a povoação e os réprobos...

Depois, muitos anos depois, foi que começou a surgir a atual povoação, que ainda não poude atingir ao grau de esplendor da que fôra submergida.

Foram de novo habitá-la os Muras; mas em breve, por entre a escuridão da noite, começaram a ouvir, tranzidos de mêdo, como o cantar sonoro de galos, que incessante se erguia do fundo das águas.

Consultados os pagés venerandos, que prescrutavam os segrêdos do destino, declararam êstes que aquêle cantar de galos, ouvido em horas mortas da noite, provinha daqueles mesmos "anga-turamos", que deploraram outrora a misérrima sorte da povoação submergida e que sempre protetores dos filhos da tribo dos Muras, serviam-se do canto despertador dos galos da "Sapucaia-oroca" (galinheiro) submergida, para recordarem o tremendo castigo por que passaram seus maiores e desviarem a nova geração do perigo de sorte igual.

Rua de Borba

Rodagem Borba — Mapiá

É êste o fato que deu origem ao nome da povoação — Sapucaia-oroca".

OBSERVAÇÕES — Os dados sôbre Atividade Econômica foram fornecidos pelo D.E.E.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de Artur Cezar Ferreira Reis. Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. Tábuas Itinerárias do Estado. Sinopse Estatística do Município de Borba, editada pelo C.N.E. Questionários preenchidos pelo A.E. de Borba.)

CANUTAMA — AM

Mapa Municipal na pág. 199 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Canutama denominou-se nos seus primórdios Nova Colônia de Bela Vista. Foi fundada, por volta do ano de 1874, por Manuel Urbano da Encarnação "mestiço de grande tope e consumado explorador do Purus".

De acôrdo ainda com referido autor, a denominação de Canutama "procede, segundo os antigos habitantes, do fato de um índio de Tapauá vir com outros à viração de tartarugas e tracajás e aí ter cortado o pé, exclamando: Canutama, Canutama, que tem por significado — pé cortado".

A Lei n.º 436, de 26 de maio de 1879, erigiu em freguesia o povoado de Nova Colônia de Bela Vista, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré. A freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Bela vista, foi elevada a Vila pela Lei n.º 22, de 10 de outubro de 1891, com sede no lugar de Canutama. O município, formou-se, então, por efeito da mesma lei, com território desmembrado do de Lábrea e com a denominação de Vila de Nossa Senhora de Nazaré, compreendendo um só distrito.

A instalação do município e do têrmo judiciário ocorreu a 3 de setembro de 1892. As solenidades tiveram lugar na residência do fundador da localidade — Manuel Urbano da Encarnação. A comarca foi criada em 1895.

Na divisão administrativa de 1911, figura Canutama com 8 distritos: Canutama, Abufari, Arimã, Caratiá, Ita-

tuba, Nova Colônia, Nova Olinda e Tapauá. Nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, tem o mesmo número de distritos. Apenas alguns mudaram de nome. São os seguintes: Canutama, Assaituba, Itatuba, Nova Experiência, Nova Olinda, Paxiuba, Pôrto Alegre e Tambaqui.

A Lei n.º 1 126, de 5 de novembro de 1921, suprimiu a Comarca de Canutama, cujo têrmo voltou a subordinar-se à Comarca de Lábrea.

Em 1930, o município foi suprimido pelo Ato Estadual n.º 45, de 28 de novembro do mesmo ano. No ano seguinte deu-se o seu restabelecimento pelo Ato n.º 234, de 6 de fevereiro de 1931.

Na divisão administrativa de 1933 e nas territoriais de 31-12-936 e 31-12-937, o município de Canutama figura com um só distrito, o de igual nome.

A sede municipal foi elevada à cidade, por efeito do Decreto-lei Estadual n.º 69, de 31 de março de 1938.

O Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, criou o distrito de Bôca do Tapauá, com território desmembrado do distrito sede.

Pelo Decreto-lei Federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, Canutama adquiriu parte do território do município de Lábrea e perdeu parte do seu território, incorporado ao de Lábrea, ao ser êste transferido para o Território Federal do Guaporé.

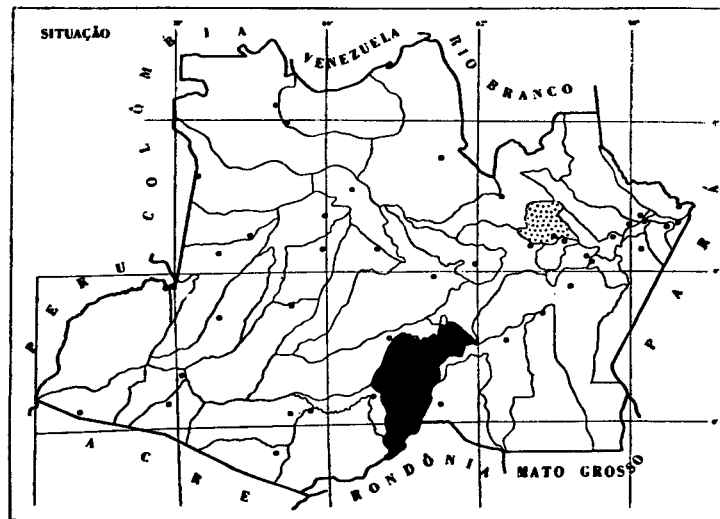
Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei Estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Canutama figura com mais um distrito — o de Bôca do Pauini, criado com parte do território desmembrado do Município de Lábrea.

A Comarca de Canutama foi restaurada pelo Decreto-lei Estadual n.º 1 186 acima citado.

De acôrdo com o Decreto-lei Federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, o município de Canutama readquiriu para o distrito de igual nome parte do de Lábrea e perdeu o território do extinto distrito de Bôca do Pauini, que foi anexado ao distrito sede do município de Lábrea.

De acôrdo com a Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, perdeu o distrito de Bôca do Tapauá, cujo território passou a constituir o novo município de Tapauá. Atualmente conta pois o município com um só distrito, que é Canutama.

Nas eleições de 3-X-955, foram eleitos para prefeito — o senhor Aristóteles de Queiroz Pierre e para vereadores os senhores Francisco Abreu Assunção, Admilo Sena, Armando de Almeida Guimarães, Antônio C. de Moraes, Raimundo Benjamin da Silva e Mário Queiroz Pierre. Votaram 770 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Canutama está localizado na zona fisiográfica do rio Purus. Limita-se com os municípios de Humaitá, Ituxi, Manacapuru, Manicoré, Lábrea e Tapauá e o Território Federal de Rondônia. A cidade de Canutama fica à margem esquerda do rio Purus. A sua sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 33' de latitude Sul e 64° 21" de longitude W.Gr.; posição relativamente à Capital — distância em linha reta: 608 km; direção S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 30 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município de Canutama é quente e úmido. A temperatura na sede municipal, apresentou a seguinte mutação: média das máximas: 37,5°C.

ÁREA — A sua área é cêrca de 52 100 km². Até os fins de 1955, era o 6.º município do Estado em extensão territorial, com uma área de 102 995 km². Com a perda do seu distrito de Bôca do Tapauá, que foi transformado no município de Tapauá por fôrça da Lei n.º 96, de 19-12-955, a sua área ficou reduzida a pouco mais da metade. Ainda assim é o 9.º entre os 43 atuais municípios do Estado, segundo a área. Observe-se que a sua área é bem superior à do Estado do Rio de Janeiro.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Purus, Tapauá, Ipixuna, Babonã, Jacaré e Mucuim.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna Canutamenses constituem, sem dúvida, grandes riquezas naturais, sobretudo a primeira, na qual se destacam, pelo seu valor econômico, a seringueira (Hevea Brasiliensis) e a castanha-do-pará ou noz do Brasil (Bertholletia excelsa).

POPULAÇÃO — Canutama, quando da realização do último Recenseamento Geral, possuía 10 642 habitantes. Essa população assim se constituía: Homens — 5 743 e mulheres — 4 899. Pardos — 7 536, brancos — 2 765, pretos — 326 e 16 pessoas sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 5 842 (3 208 homens e 2 634 mulheres), 2 335 eram solteiros (1 484 homens e 851 mulheres) 2 928 — casados, 7 desquitados, 563 (226 homens e 337 mulheres) viúvos, 9 não declararam o estado conjugal. Estrangeiros haviam 20 e brasileiros naturalizados, 10. Católicos romanos eram 10 551, protestantes — 41, espíritas — 3, maometanos — 2, outras religiões — 16, sem religião — 23 e sem declaração de religião — 6. Quanto ao ramo de atividade econômica, o maior número (2 553) cabia à "Indústrias Extrativas".

Segundo os distritos cabiam 5 245 habitantes ao de Canutama e 5 397 ao de Bôca do Tapauá.

Em 1955, todavia, o município de Canutama perdeu o distrito de Bôca de Tapauá, ficando portanto, a sua população reduzida a do distrito sede, ou sejam — 5 245 habitantes. É assim atualmente um dos menos populosos municípios do Estado, ou seja o 33.º, entre os 43 existentes a 31-XII-1956.

A densidade demográfica do município de Canutama é de 0,10 hab/km², bem inferior, portanto, à do Estado, que é de 0,32 habitantes por quilômetro quadrado.

Dos seus 5 245 habitantes, 940 localizavam-se no quadro urbano e suburbano e 4 305 no quadro rural. As percentagens respectivas são: 17,9 para a população urbana e 82, 1 para a rural. É evidente, portanto, a enorme supremacia numérica desta sôbre aquela, e que, aliás é comum a todo o Estado, com exceção apenas do município de Manaus.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede, cuja população em 1950 era de 940 habitantes. Dêstes, 530 eram homens e 410 eram mulheres. Era, então a 16.ª cidade amazonense, segundo a população.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal atividade econômica do município. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção foi em 1956 de Cr$ 20 371 718,00, cabendo Cr$ 9 023 604,00 à castanha-do-pará, os demais produtos foram borracha, látex natural, sôrva, sernambi em rama e óleo de copaíba.

Depois da produção extrativa vegetal, a principal atividade econômica do município, é a produção extrativa animal. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, a exportação dêsses produtos em 1956, atingiu o valor de Cr$ 1 356 973,00: dêsse total, ... Cr$ 1 146 240,00, coube a couro de jacaré. Além dessa produção, tem-se a considerar a consumida no próprio município, que em 1956 foi de Cr$ 211 370,00, salientando-se o pirarucu, com Cr$ 83 370,00.

A agricultura em Canutama não tem tido nenhum desenvolvimento. O valor de sua produção em 1956 foi de apenas Cr$ 1 143 202,00. Dessa importância mais da metade, ou sejam Cr$ 600 000,00, correspondem à produção de mandioca. O valor das demais espécies, com exceção da de milho, que foi de Cr$ 108 000,00, não atinge cada uma de per si, Cr$ 100 000,00. Entre elas as maiores são: cacau, batata-doce, laranja, café, banana e feijão.

A pecuária em Canutama é também muito reduzida, como se pode observar pelos efetivos dos seus principais rebanhos, cujo valor total foi de Cr$ 1 766 800,00; dessa importância Cr$ 1 000 000,00 cabe aos suínos, ... Cr$ 750 000,00 aos bovinos e Cr$ 16 800,00 aos caprinos. Os demais rebanhos têm efetivos inferiores a 50 cabeças.

Quase não há indústria no município, a não ser a extrativa. O registro industrial referente ao ano de 1955, apresenta os seguintes resultados: número de estabelecimentos 5, valor da produção: Cr$ 365 000,00. Mais de dois têrços dêsse valor correspondem à produção de massas alimentícias. (pão e bolachas).

Segundo os resultados dos Censos Econômico e Agrícola, realizados em 1950, haviam naquela época no atual território do município de Canutama 5 estabelecimentos industriais e 18 propriedades rurais.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 36 estabelecimentos comerciais varejistas. O município transaciona com a praça de Manaus importando estiva em geral, conservas, ferragens, louças, tecidos e miudezas e exportando castanha-do-pará, borracha, látex natural, sôrva, sernambi em rama, óleo de copaíba, couro de jacaré, pirarucu, couros e peles de animais silvestres. Ainda não dispõe de estabelecimento bancário ou crédito.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às sedes municipais vizinhas e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: Ituxi — fluvial; 852 km, Lábrea — fluvial: 263 km e aéreo: 51 km, Manacapuru — fluvial: 1 288 km, Manicoré — fluvial: 1 952 km e aéreo (via Manaus): 787 km, Tapauá — fluvial — 231 km, Manaus: fluvial — 1 409 km e aéreo: 608 km. O transporte fluvial é feito por navios do S.N.A.P.P. e "motores" particulares e o aéreo por aviões "Catalina" da Panair do Brasil S. A.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Canutama fica à margem esquerda do rio Purus. As casas mais próximas do rio são construídas sôbre estacas, a uma altura suficiente para que as enchentes normais não as atinjam. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 4 dos seus logradouros e a domiciliária conta com 56 ligações. Conta com 14 logradouros públicos, 156 prédios e 940 habitantes. Dos 940 habitantes da cidade em 1950, entre as pessoas de 5 anos e mais (784) 382 sabiam ler e escrever; destas, 236 eram homens e 146 eram mulheres. Dispõe de uma Agência Postal-telegráfica, do D.C.T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por um "Pôsto de Saúde", do S.E.S.P. e um "Pôsto" do Serviço de Endemias Rurais, duas farmácias. Exercem a profissão 1 médico e um enfermeiro.

ALFABETIZAÇÃO — Das 8 737 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950 (não deduzido o número de pessoas correspondente ao desmembramento territorial sofrido pelo município em 1955), apenas 1 718 sabiam ler e escrever, sendo 1 072 homens e 646 mulheres.

ENSINO — Em 1956 existiam no município 23 escolas de ensino primário. Dessas escolas 8 localizavam-se na sede municipal e 15 no quadro rural. O número total de alunos matriculados era, no mesmo ano, de 267, sendo 166 do sexo masculino e 111 do sexo feminino, em 17 das 23 escolas. Na sede municipal o número de alunos matriculados era de 208, sendo 114 do sexo feminino e 94 do masculino.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		
	Federal	Estadual	Municipal
1951	...	30	88
1952	...	29	350
1953	...	133	300
1954	521	92	256
1955	678	121	351
1956	...	151	...

FONTE: Secretaria da Fazenda.

9 — 24 640

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Durante o mês de junho realizam-se as festividades em homenagem ao padroeiro da cidade, São João Batista, nos dias 23 a 25, com animadas quermesses, arraiais, músicas e dansas. Durante êsse período há novenas tôdas as noites.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Purus é muito sinuoso. Durante o inverno pode ser navegado por grandes embarcações; no verão, todavia, só pode ser percorrido por canoas e batelões. Tem uma extensão de 180 a 200 léguas. No município de Canutama recebe êsse imenso rio às águas do Tapauá. Assim sendo, pode ser considerado uma atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município de Canutama uma Agência Postal-telegráfica, do D.C.T. e um templo católico.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística: Bibliografia — Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas, de Anísio Jobim. Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. Sinopse Estatística do Município de Canutama — C.N.E. Tábuas Itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pelo A.E. de Canutama.)

CARAUARI — AM

Mapa Municipal na pág. 213 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no Juruá processaram-se tardiamente, ou seja, nas primeiras décadas do século XIX.

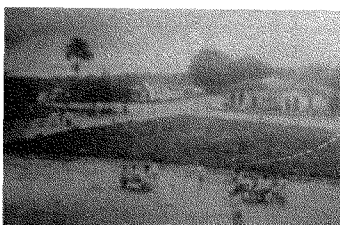
Em 1855, ainda não havia povoamento sistemático (Onofre de Andrade "Rio Juruá").

Habitavam primitivamente a zona do Juruá os índios Canamaris, Catuquinas e outros menos importantes.

Uma das Ruas

Uma das Ruas da Cidade

A denominação do município originou-se do lago "Carauari" que fica próximo à sede do município e liga-se por um canal ao rio Juruá.

A criação do têrmo judiciário, com a denominação de Xibauá, por efeito da Lei n.º 641, de 26 de novembro de 1910, antecedeu à do município, que ocorreu no ano seguinte em virtude da Lei n.º 683, de 27 de setembro de 1911, com território desmembrado do município de Tefé e formado de um só distrito. O têrmo judiciário ficara, então, subordinado à comarca de Tefé.

Praça Getúlio Vargas

Grupo Escolar

Prefeitura Municipal

Igreja Matriz

A Lei que criou o município estabelecia como sede do mesmo a povoação de Xibauá, elevada então à categoria de Vila. Entretanto, em virtude do Decreto n.º 1 006, de 27 de dezembro de 1912, a sede do município foi transferida para o lugar Carauari, que já havia sido sede do município de São Felipe.

O município recebeu a denominação de Carauari, por fôrça da Lei n.º 713, de 25 de abril de 1913.

Agência do D.C.T.

Uma das Ruas da Cidade

Nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, o município de Carauari é constituído de 5 distritos, que são: Carauari, Juruá Puca, Marari, Manichi e Palermo.

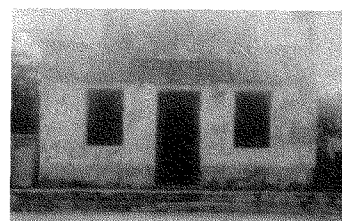
Em 1922, em virtude da Lei n.º 1 126, de 5 de novembro do mesmo ano, o têrmo de Carauari passou a subordinar-se à Comarca de São Felipe.

A Comarca de Carauari foi criada pela Lei estadual n.º 1 397, de 2 de outubro de 1928.

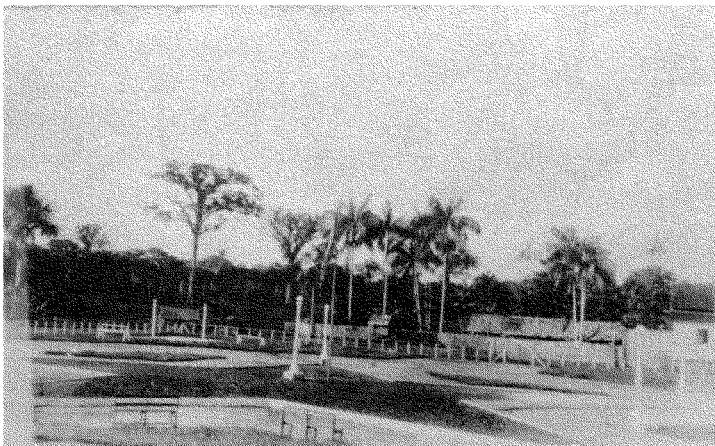
Em 1930, foi o município suprimido, de acôrdo com o Ato estadual n.º 45, de 28 de novembro daquele ano, anexando-se então o seu território ao do município de Tefé. No ano seguinte, todavia, deu-se a restauração do município pelo Ato estadual n.º 234, de 6 de fevereiro do mesmo ano.

Na divisão administrativa de 1933 e nas territoriais de 31-XII-936 e 3-XII-937, figura o município com um só distrito.

O têrmo judiciário figura nas divisões acima referidas subordinado à Comarca de João Pessoa, ex-São Felipe.

Uma das Ruas da Cidade

Delegacia de Polícia

Em 1938, a sede municipal recebeu foros de cidade, de acôrdo com o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março do mesmo ano.

Em virtude do Decreto n.º 1 400, de 5 de março de 1945, a Comarca de João Pessoa, à qual estava subordinado o têrmo de Carauari, passou a denominar-se Eirunepé.

Vista Parcial da Praça Presidente Vargas

No quadro vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.° 1 186, de 31 de dezembro de 1943 e modificado pelo de n.° 140, de 5 de março de 1945, o município figura com um só distrito, abrangendo 15 subdistritos, que são: Carauari, Ipiranga do Juruá, Renascença, Concórdia, Santa Rosa, Aimajá, Imperatriz, Marari, S. Romã, Vista Alegre, Santos Dumont, Gaviãozinho, Soledade, Três Unidos e Aquidabã.

A Comarca de Carauari foi restaurada pela Lei número 226, de 24 de dezembro de 1952. A sua reinstalação ocorreu a 25 de abril de 1953.

Em virtude da Lei n.° 96, de 19 de dezembro de 1955, o município perdeu os subdistritos de Ipiranga do Juruá,

Vista Parcial de Gaviãozinho

Renascença, Concórdia e parte do de Santa Rosa, para o novo município de Juruá e parte do subdistrito de Aquidabã para o também novo município de Envira.

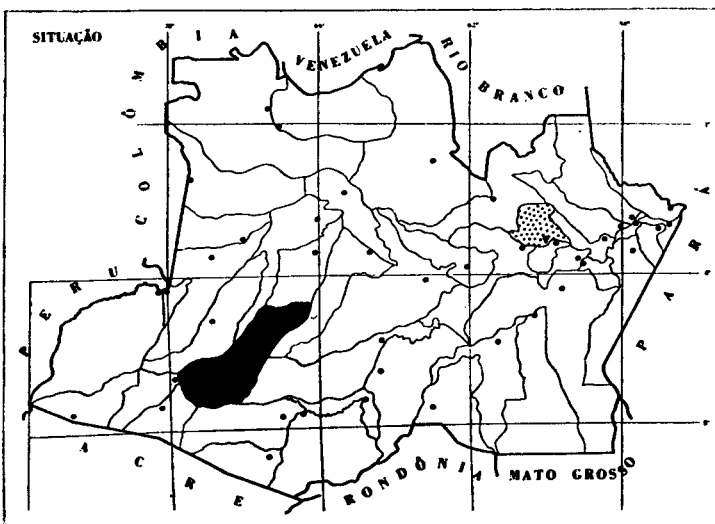
Nas eleições realizadas em 3-X-1955 foram eleitos para Prefeito o senhor Samuel Prudêncio de Souza Amaral e

Vista Geral de Iracema

para vereadores os senhores: Raimundo Coelho Bastos, Constantino Campelo de Souza, Walter Smith Pereira, Olga Oliveira Magalhães e Armando Clementino da Silva.

LOCALIZAÇÃO — O município de Carauari está localizado na zona fisiográfica do Rio Juruá.

Limita com os municípios de Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Juruá, Jutaí, Pauini, Tapauá e Tefé.

As coordenadas geográficas da sede municipal são: 4° 52' 48" de latitude Sul e 66° 53' 34" de longitude W. Gr. Posição em relação à Capital do Estado — distância em linha reta: 786 km; direção 75° 47' S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

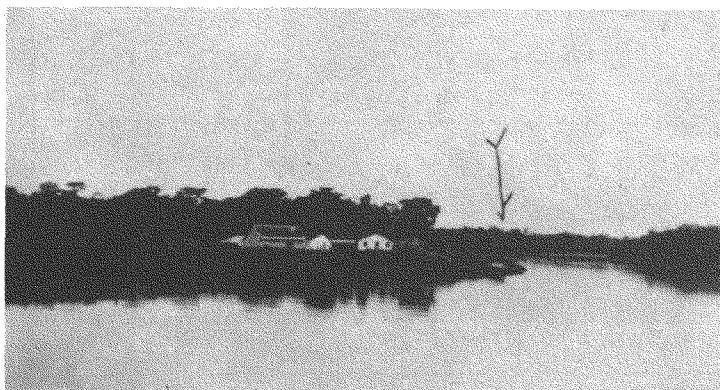
ALTITUDE — A cidade localiza-se a 60 metros acima do nível do mar.

CLIMA — Carauari possui um clima quente e úmido. Esta característica climatológica é comum a todo o Estado. A temperatura da sede municipal, em 1 956, apresentou as seguintes variações: média das máximas — 34,4°C; média das mínimas — 12, 2°C. Na média das mínimas, tem, certamente, grande influência o fenômeno da "friagem" ocorrente no extremo oeste da região amazônica.

Igarapé "Chafarrascado"

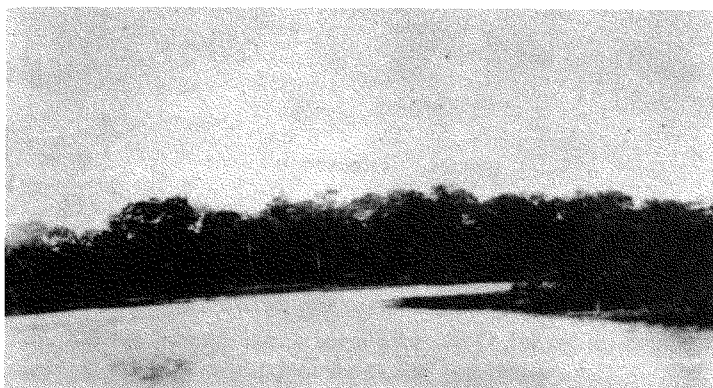
ÁREA — A sua área atual, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é cêrca de 50 200 km², visto haver perdido em 1955 parte do seu território para o novo município de Juruá. Com uma área quase igual à do Estado do Rio Grande do Norte, é o 12.° município do Estado em extensão territorial, entre os 43 atualmente existentes.

Vista Parcial de Soledade

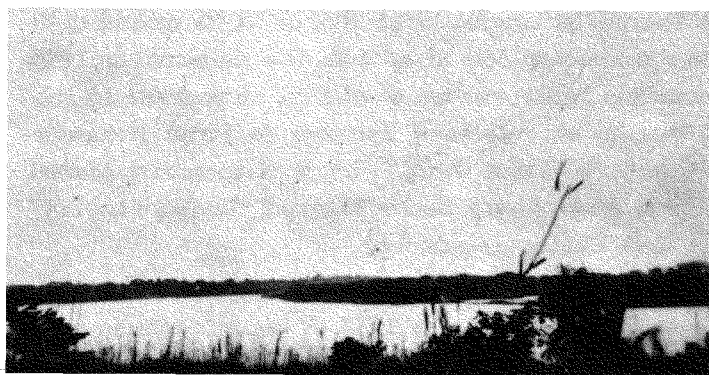
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Juruá, Itucumã, Tarauacá e Riozinho, e o lago Carauari.

Igarapé do Alegrete

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município são constituídas pela sua flora e fauna, que são muito

Um Trecho do Igarapé Chué

importantes. Na primeira sobressaem, pelo seu valor econômico, além da seringueira (Hevea Brasiliensis) várias ma-

Igarapé de Jainu

Outro Panorama na Ressaca Xibaná

deiras de boa qualidade como o aguano e cedro. Na segunda, destacam-se maracajás, queixadas, veados e caititus,

Confluência do Igarapé da "Roça"

além de um grande número de aquáticos como jacarés e peixes diversos.

Confluência do Igarapé "Pereira"

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência, em 1.º de julho daquele ano, no município de Carauari, de 16 542 habitantes, dos quais 8 804 eram

Aspecto do Igarapé "Pilão"

Vista Parcial de "Três Unidos"

homens e 7 738, mulheres; 4 891 brancos, 1 056 pretos, 10 548 pardos e 47 de côr não declarada; das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 423, 3 106 eram solteiras, 4 706 casadas, 1 desquitada, 595 viúvas e 15 de estado civil não declarado; haviam 20 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados; católicos romanos 16 126, protestantes 66, maometanos 2 e 218 de outras religiões; 119 sem religião e 11 sem declaração de religião.

O município de Carauari com a população de 16 542 habitantes, figurava no 11.º lugar entre os 25 municípios

Um Trecho do Lago Cacau

então existentes. Atualmente, em conseqüência da perda territorial sofrida com a criação dos novos municípios de Envira e Juruá, a sua população ficou reduzida a cêrca de 11 050 habitantes. É, ainda assim, segundo a população absoluta, o 15.º entre os 43 atuais municípios amazonenses.

A Densidade Demográfica de Carauari — .... 0,22 hab/km², é das mais baixas do Estado, cuja média é de 0,32 hab/km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, segundo o

Vista Parcial de Conceição do Raimundo

Censo Demográfico de 1950, possuía naquele ano 621 habitantes, dos quais, 335 homens e 286 mulheres.

Daí se verifica que a população urbana era apenas 5,6% do total do município. Essa percentagem é muito inferior a do Estado, que é de 27%.

Vista Parcial de Pau D'Alho

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a produção extrativa vegetal, cujo valor em 1956 foi de Cr$ 24 430 799,00, do qual ... Cr$ 21 420 610,00 cabem à borracha, Cr$ 2 228 512,00 ao látex natural e Cr$ 781 676,00 ao sernambi.

Panorama do Rio Cheruau

Depois da produção extrativa vegetal, é a extrativa animal, a principal atividade econômica. Dessa produção o município exportou em 1956, Cr$ 1 315 135,00, cabendo a couros de jacaré Cr$ 859 230,00, a couros de outros animais silvestres Cr$ 85 021,00 e a pirarucu sêco Cr$ 370 884,00.

Outro Aspecto de Pau D'Alho

Na produção extrativa animal, há ainda que se considerar a que se destinou ao consumo do próprio município, registrada no inquérito sôbre pesca, relativo ao ano de 1956, como seja: pirarucu, tambaqui, pirapitinga, sardinha, pacu, tracajá e outros que totalizou em Cr$ 1 317 690,00.

A agricultura no município de Carauari é pouco desenvolvida. As principais espécies cultivadas são: mandioca, batata-doce, abóbora, feijão, milho, cana-de-açúcar e abacaxi. Dessas, apenas a mandioca tem produção de regular vulto. O valor total da produção em 1956 foi de cêrca de Cr$ 6 000 000,00.

Cadeia Pública

A pecuária em Carauari ainda é mais insignificante que a agricultura. Dos seus rebanhos não há um só cujo efetivo atinja a 1 000 cabeças. O maior, é precisamente o de bovinos com 945 cabeças apenas.

Igarapé do Remanso

Segundo os resultados do Registro Industrial, procedidos em 1955, o município contava com 3 estabelecimentos informantes e o valor total da produção foi de .... Cr$ 487 500,00.

Os principais produtos foram pão e bolachas cujo valor da produção foi de Cr$ 330 000,00.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 8 estabelecimentos comerciais varejistas, e no interior do município 65. O comércio transaciona com a praça de Manaus. O município importa: estiva em geral, conservas, tecidos, calçados, miudezas, louças, ferragens e outros, e exporta: borracha, couros e peles de animais silvestres e demais produtos da região.

Vista Parcial de Vista Alegre

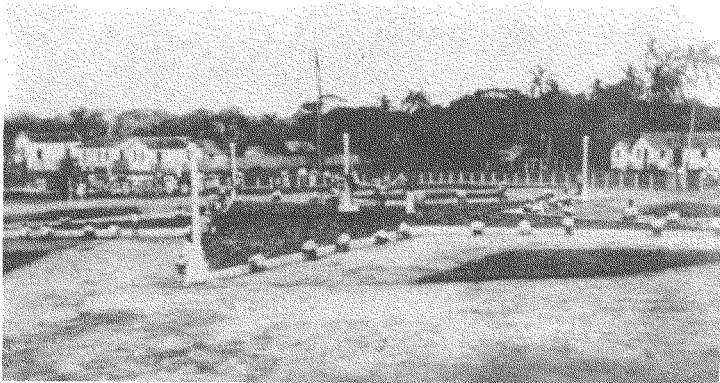
Panorama do Sacado "Mafuá"

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Carauari liga-se às cidades vizinhas e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: Envira — fluvial: 1 763 km; Eirunepé — fluvial: 1 517 km e aéreo: 370 km; Juruá — fluvial: 477 km; Tefé — fluvial: 1 013 km e aéreo: 256 km; e a capital estadual fluvial: 1 676 km e aéreo: 786 km. Navios do S.N.A.P.P. e "motores" particulares se desincumbem do transporte fluvial, enquanto o aéreo é feito por aviões "Catalinas", da Panair do Brasil S. A. Carauari conta com uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

Pôrto Sérgio

Confluência do Igarapé "Novo Mundo"

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Carauari fica à margem esquerda do rio Juruá, um dos principais afluentes do Solimões.

Possui 14 logradouros públicos, 194 prédios e, segundo o Censo Demográfico de 1950, 621 habitantes. Sua população atual é cêrca de 1 000 habitantes.

Festejos da Semana da Pátria

É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 5 dos seus logradouros públicos; e a domiciliar conta com 63 ligações.

É também servida de água canalizada em 4 dos seus logradouros públicos. O número de ligações domiciliares, por enquanto, é de apenas 7.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pelo Hospital S. Vicente de Paula, mantido pela Sociedade S. Vicente de Paula, coadjuvado por 2

Aspecto do Igarapé "Três Bôcas"

postos de saúde, um mantido pelo S.E.S.P. e o outro pelo próprio município. Exercem a profissão na cidade um dentista e dois enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Além da assistência-médica prestada através do seu hospital, a Sociedade S. Vicente de Paula dedica-se também a outros aspectos de assistência social, inclusive, no socorro a desvalidos.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, das 13 140, (7 072 homens e 6 068 mulheres) pessoas de 5 anos e mais existentes àquela época, 14% ou sejam 1 927, (1 197 homens e 730 mulheres) sabiam ler e escrever. Essa percentagem é muito inferior à do Estado, que é de 36%. Quanto à sede municipal, das 497 pessoas de 5 anos e mais, 231 sabiam ler e escrever, destas 130 eram homens e 101 mulheres.

Vista Parcial do Povoado de Pau D'Alho

ENSINO — O ensino primário é ministrado por 5 escolas, entre estas o "Grupo Escolar Álvaro Maia", mantido pelo Estado e o Colégio São José, da Missão Redentorista. O total de alunos matriculados nas escolas da sede do município, em 1956, foi de 284, dêstes 154 eram masculinos e 130 femininos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — As "Obras Educacionais da Paróquia de Carauari" mantêm cursos de "mecânica" e "agropecuária", além do ensino primário.

A cidade conta com duas pequenas bibliotecas.

Em 1 956 funcionaram dois clubes esportivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA Cr$			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO Cr$
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1950	17 109,50	564 975,00	336 192,00	576 278,50
1951	35 736,80	621 880,00	344 331,00	627 228,60
1952	28 598,60	665 760,00	392 483,00	713 627,10
1953	58 191,30	827 250,00	414 939,50	884 438,00
1954	56 870,10	1 019 680,00	419 169,50	1 026 558,20
1955	60 341,30	939 630,00	569 918,70	1 110 332,40
1956	86 192,50	1 089 930,00	462 650,00	1 135 289,50

FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos católicos são vários, inclusive procissões, como a de São Sebastião a 20 de janeiro, Corpo de Deus a 31

Sacado de "Três Unidos"

de maio, Assunção de Nossa Senhora a 15 de agôsto, São Francisco a 4 de outubro e, finalmente, a de N. S. da Conceição, padroeira do município, que é a principal e realiza-se no dia 8 de dezembro.

Igarapé Marari com o Rio Juruá

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O município de Carauari é banhado pelo rio Juruá, considerado o mais sinuoso do mundo. É também um dos mais belos cursos dágua da região amazônica. As suas margens apresentam aspecto selvático e atraente. Emprestando-lhe também feição interessante os

Aspecto da Avenida Pedro II

antigos navios "gaiola" que singram as suas águas. À sua margem esquerda fica a cidade de Carauari.

LENDAS — Vamos transcrever do livro "O Amazonas Por Dentro" de Antônio Cantanhede, uma das várias lendas existentes na região.

"Bôdas Canamaris — Entre os íncolas-silvícolas do Tarauacá, afluente do alto Juruá encontram-se, já adaptados à nossa civilização, apesar de conservarem hábitos dos seus ancestrais, os Canamaris, criaturas trabalhadoras, de forte compleição física e, talvez, os descobridores do vegetal que usam e lhes proporciona a posse da longa virilidade.

Vista Parcial

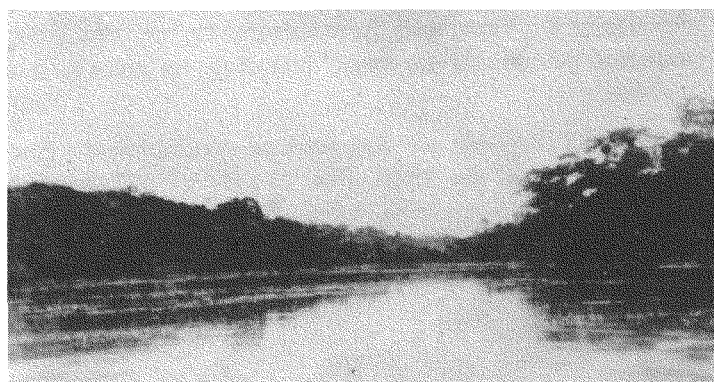
Vista do Seringal Águia

Quando ao nascer dos filhos já os pais se preocupam com a sua futura união conjugal, e ainda êles em tenra idade, ficam prometidos, por acôrdo paterno, realizando-se quase sempre, a união idealizada.

A cerimônia do matrimônio, entre essa gente, obedece a um ritual muito complicado e interessante.

Igarapé Chué

Antecipadamente ao dia marcado para a união conjugal de um casal canamari, fazem-se os convites do estilo, e quando chegada a hora aprazada para ter lugar a sua celebração apresenta-se, com a sua côrte, o tucháua, a quem incumbe presidir o ato.

Os noivos ajoelham diante de pequena fogueira arrumada debaixo de um arco feito das palhas do ôlho da pal-

Outro Aspecto do Igarapé "Três Bôcas"

meira jaci, tendo em frente o tucháua. Aí próximo, com abanos minúsculos, tecidos de palhas novas, avivam a fogueira três pares de jovens. Solene, o tucháua distende os braços e com as mãos espalmadas sôbre a cabeça dos nubentes, faz com que êstes prestem o compromisso de fidelidade conjugal, e depois do discurso alusivo ao ato, declara-os casados.

Atada a galhos de árvores, no terreiro, está uma rêde confeccionada com os fios de tucum, artìsticamente pintada das tintas silvestres e regionais. Aí, após o cerimonial do casamento, vêm deitar os noivos, cercados de muitos convidados de ambos os sexos, os quais, munidos de abanos, ficam

Igarapé Marari com o Rio Juruá

a abaná-los por longas horas, entoando, então, o cântico do ritual:

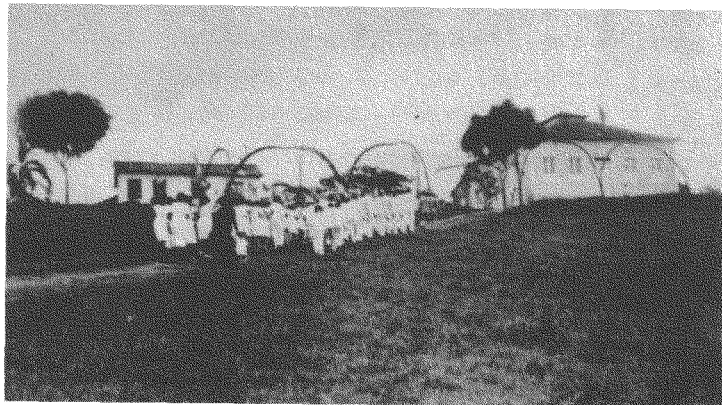
Jurupari-passanhá.
Passanhá. (bis)

Jurupari-passanhá.
Passanhá. (bis)

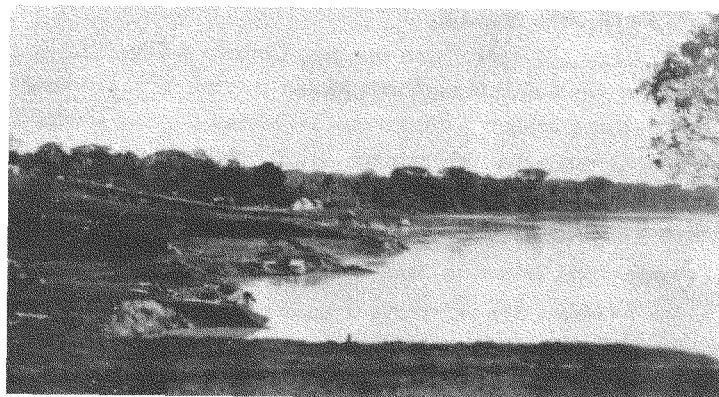
Oh! tauari-manducá.
Oh! oh! (bis)

Oh! tauari-manducá.
Ah! ah! (bis)

Vista Parcial

Os casamentos, entre os canamaris, são sempre realizados em noite de luar, porque têm êles verdadeira veneração pelo astro noturno.

Desfile de 7 de Setembro

Grupo de Colegiais

NOTA: Jurupari — Sacerdote ou Príncipe. Deus para algumas tribos e Diabo para outras.
Passanhá — Adorar.
Tauari-manducá — Sê feliz no casamento.

Vista Parcial da Cidade

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Sinopse Estatística do Município de Carauari, editado pelo C.N.E. — Questionários preenchidos pela A.E. de Carauari. — Amazônia — Rio Juruá, de Onofre de Andrade. — "História do Amazonas" de A.C. Ferreira Reis.)

CAREIRO — AM

Mapa Municipal na pág. 155 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 98, 102, 168, 169 e 172 do Vol. I

HISTÓRICO — O distrito do Careiro foi criado pelo Decreto-lei estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, integrando o município de Manaus, mas formado do território desmembrado do município de Manacapuru.

A criação do município deu-se em virtude da Lei n.º 99, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do município de Manaus e constituído por um só distrito e com sede na ex-vila do Careiro, elevada então à categoria de cidade.

A instalação do município ocorreu no dia 29 de janeiro de 1956, sendo o seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Almir Diniz de Carvalho.

Quanto a história de Careiro, anterior a criação do distrito, transcreve-se a seguir trecho do artigo "Uma região próspera: o Careiro" da autoria de Agnelo Bitencourt:

"O domínio do homem civilizado no Careiro não é muito antigo. Pessoas fidedignas, de saudosa memória, contaram-nos que em 1870 existia em tôda a zona em aprêço um

único morador, o caboclo Francisco Ferreira, mas conhecido por Chico Macucu.

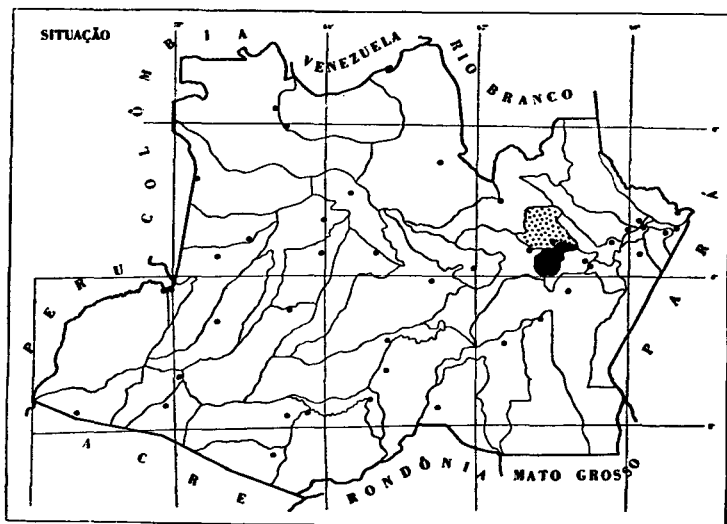
Em 1877, grandes levas de retirantes do Nordeste, principalmente do Ceará, entraram em Manaus, sendo que muitos foram fixar-se no Careiro. Data daí o povoamento da região. Novas sêcas nordestinas determinaram outras penetrações de cearenses, piauienses, paraibanos e outros, no Careiro, Cambixe e Janauacá.

Grande era o número chegado aqui em 1890. O govêrno amazonense, por Lei n.º 9, de 11 de janeiro daquele ano, mandou nuclear essa gente em duas colônias que foram instaladas: uma em Santa Maria do Janauacá, e outra com o nome de "13 de Maio", no Cambixe. Quem escreve estas linhas, assistiu às solenidades das respectivas instalações.

Os colonos foram sustentados pelo govêrno do Estado, durante seis meses, tendo antes recebido, cada um, seu lote de terra para trabalhar.

Com o decorrer dos tempos, Careiro e Cambixe encheram-se de habitantes, tornando-se a zona agropecuária do Amazonas. Não há, ali, terras devolutas e raras são as baldias. O trabalho do homem criou a riqueza e a fartura. Aquela gente humilde, mas corajosa transformou as florestas em campos de criação e de cultura, construiu boas casas residenciais, levantou "marombas" para defesa do seu gado.

Estamos nos referindo a uma região que é a expressão viva da capacidade realizadora do nordestino. Desajudado, fêz muito. De margem a margem, alinham-se as fazendas interpondo-se as plantações, tudo separado por cêrca de arame ou de "tranqueiras".

LOCALIZAÇÃO — O Careiro está localizado na zona fisiográfica do Médio-Amazonas. Limita com os municípios de Autazes, Itacoatiara, Manacapuru e Manaus.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município fica cêrca de 30 m acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município do Careiro é quente e úmido. A sua temperatura é idêntica à de Manaus, de cujo município é vizinho e que em 1956 apresentou as seguintes variações: média das máximas — 30,7°C, média das mínimas — 22,9°C e média compensada — 26°C.

ÁREA — A área do município do Careiro é cêrca de .... 7 503 km². É assim, o Careiro um dos menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Amazonas e Solimões, e paraná do Careiro, paraná de Autaz-Miri, as ilhas do Careiro e da Paciência e de Terra Nova, formados pelo Solimões e o lago do Rei na ilha do Careiro.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do Careiro são constituídas por sua flora e sua fauna. Na primeira, as espécies mais importantes são: pau-rosa, castanha-do-pará e a seringueira. Na segunda, peixes, entre êstes o pirarucu e animais silvestres: queixadas, veados, caititus e capivaras.

POPULAÇÃO — Com os seus 28 092 habitantes, quantos possuía o então distrito do Careiro quando da realização do último Recenseamento, é o Careiro o mais populoso município do Estado, depois da Capital.

A sua percentagem de população urbana — 0,38, é, sem dúvida a menor do Estado, com exceção apenas dos municípios de Juruá e Jutaí que pràticamente não têm população urbana.

Quanto ao sexo, há predominância da população masculina — 14 601, sôbre a feminina — 13 491.

A densidade demográfica do Careiro — 3,7 hab/km², é das mais elevadas do Amazonas, só ultrapassada pelas de Manaus e Parintins. A população relativa do Estado é 0,32 hab/km².

Daqueles 28 092 habitantes, apenas 107 localizavam-se no quadro urbano. É a sua população, pois, quase que totalmente rural. É o Careiro, sem dúvida, um dos municípios do Estado que apresenta mais baixa percentagem de população urbana.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, possuía, naquele ano, apenas 107 habitantes, dos quais 52 eram homens e 55 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É a agricultura a principal atividade econômica do município. O valor da produção agrícola em 1956 foi de Cr$ 56 310 050,00, assim distribuído: Juta — Cr$ 35 758 000,00, cacau — .... Cr$ 10 200 000,00, Mandioca — Cr$ 4 756 000,00, banana — Cr$ 2 400 000,00, cana-de-açúcar — .... Cr$ 1 500 000,00, milho — Cr$ 354 000,00, melancia — Cr$ 259 200,00, outros — 1 082 850,00.

É também muito importante a produção extrativa vegetal. Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 11 236 388,00, assim distribuído: Essência de pau-rosa — Cr$ 4 906 800,00, castanha-do-pará ou noz do Brasil — Cr$ 3 918 407,00, látex da seringueira .... Cr$ 1 186 664,00, madeiras diversas — Cr$ 496 699,00, balata — Cr$ 325 773,00, sôrva — Cr$ 123 919,00, borracha

— Cr$ 118 362,00, sernambi em rama — Cr$ 89 134,00 e óleo de copaíba — Cr$ 70 630,00.

É das mais importantes atividades econômicas do município a produção extrativa animal. O seu valor em 1956, foi de Cr$ 4 334 835,00, assim distribuído: Peixes, pirarucu — Cr$ 2 880 000,00, outros — Cr$ 500 000,00; couros e peles de animais silvestres; queixada — Cr$ 271 537,00, veado — Cr$ 249 642,00, caititu — Cr$ 200 400,00, capivara — Cr$ 159 864,00, outros — Cr$ 73 392,00.

A pecuária do Careiro é das mais desenvolvidas do Estado. Segundo dados colhidos pela Inspetoria Regional de Estatística, os seus efetivos são os seguintes: Bovinos — 16 000 cabeças, suínos — 5 000 cabeças, caprinos — 500 cabeças, ovinos — 500 cabeças, eqüinos — 100 cabeças. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 100 cabeças.

A principal indústria do município é a extrativa da essência do pau-rosa, cujo valor da produção em 1955 foi de Cr$ 3 694 900,00. A seguir vem a indústria de laticínios, que conta com 6 pequenas fábricas de manteiga e requeijão.

Há no Careiro, 4 estabelecimentos industriais, 126 comerciais e 933 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO — Pequenas casas comerciais acham-se espalhadas por todo o município, transacionam com a Praça de Manaus. O município importa: estiva em geral, conservas, tecidos, miudezas, louças, etc. e exporta: essência de pau-rosa, castanha-do-pará, borracha, etc. Abastece também Manaus, de leite, verduras, frutas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Careiro liga-se às sedes municipais vizinhas e às capitais Estadual e Federal, pelos seguintes meios de transporte: Autazes — fluvial — 185 km, Itacoatiara — fluvial — ..... 181 km, Manacapuru — fluvial — 80 km, Capital Estadual — fluvial — 22 km, Capital Federal — fluvio-marítima e fluvio-aérea (via Manaus) — 2 822 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade do Careiro que fica na ilha do mesmo nome, formada pelo rio Solimões e o paraná do Careiro, é um lugarejo com apenas 19 casas e cêrca de 100 habitantes. O seu único logradouro público, a praça N. S.ª do Perpétuo Socorro, onde fica a igreja sob a mesma invocação. É servida de luz elétrica.

É local de veraneio da população manauara, em agradáveis passeios dominicais realizados em confortáveis navios do S.N.A.P.P. O passeio é bastante aprazível pelas belas paisagens que se tem oportunidade de contemplar no percurso da viagem, inclusive o famoso "encontro das águas" (encontro das águas do rio Negro com as do Solimões, onde se distinguem perfeitamente as águas negras do primeiro e as barrentas do segundo, que não se misturam com facilidade).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um "Pôsto Médico" mantido pelo Estado e um "Pôsto" do Departamento de Endemias Rurais, prestam assistência à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — Das 81 pessoas de 5 anos e mais que habitavam na sede do município em 1950, 48 sabiam ler e escrever.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município, 58 escolas de ensino primário, com 1 854 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS — A União e o Estado não instatalaram ainda órgão arrecadador no município.

A receita do município para o ano de 1956, foi orçada em Cr$ 1 000 000,00 e para 1957 em Cr$ 1 400 000,00.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O Careiro é uma região assaz aprazível, pelas suas belezas naturais. Na ilha do Careiro, onde fica a sede do município, acha-se também o lago do Rei, de águas mansas, adornado de soberbas vitórias-régias e circundado de vicejante vegetação.

OUTROS ASPECTOS — O Careiro é conhecido como o celeiro de Manaus. Realmente dali provém grande parte do leite, da verdura e frutas que abastecem a capital baré.

LENDAS — Das diversas lendas que existem na região, passamos a transcrever do livro "Terra Verde" de Adaucto de Alencar Fernandes, a seguinte:

"O bôto, é também um peixe que entre os nativos possui a sua lenda.

Para o homem rústico do vale amazônico, o Bôto Ituxiuna é o legítimo representante de uma raça selvagem muito antiga, mansa e trabalhadora que para não morrer às mãos de um outro povo invasor, transformou-se em peixe por graça de Guaraci, quando sonhava no poente.

A raça invasora, guerreira e branca, pelo poder malévolo de Jurupari, querendo aniquilá-la, também se transformou em Bôto-vermelho, que atualmente são os Curupiras.

Ainda hoje permanecem encantados, sempre inimigos, e quando se encontram dentro dos rios, nunca deixam de travar combate!

Tão grande é a crença do caboclo amazonense na existência encantada do Bôto, que as môças donzelas quando namoram e fogem da casa paterna, muito pesarosos, contam a todos que sua filha foi carregada pelo bôto! E, quando depois de muitos meses, a filha aparece amamentando uma criança nascida do seu amor selvagem, — os pais, radiantes, fazem grandes festas, apresentando o neto espúrio, a todos os convidados, como filho divino do bôto. É dêsse momento em diante que a mulher nativa passa a ser considerada e querida por quantos a conheçam, por isso que ela foi honrada com o amor divino do bôto.

Essa crendice, filha legítima da ignorância, ainda hoje é muito comum entre todos os descendentes nativos que ainda não se libertaram do uso, costumes e tradições deixadas pelos seus antepassados.

Feliz inocência que não conhece a sedução e que não perece à virgindade, concebendo a honra apenas uma convenção que não pode ser rompida pelo amor da mulher casada. É na posse material do corpo da mulher amazeada que o nativo defende a sua ridícula honestidade...

A mulher pode fazer tudo, que será sempre honesta, mas, não será mais digna de viver com o marido se o abandona para viver com outro...

Enganando-o hàbilmente, muito embora que tenha uma dúzia de amantes, será sempre honesta e boa, até o momento em que o deixe. Assim também os índios, tal qual os conhecemos dentro das tabas. E essa gente tão simples e tão ignorante ainda permanece no mesmo estado de embrutecimento porque assim os governos têm querido e entendido, sem que se dignem de mandar educá-la e civilizá-

la convenientemente, — transformando em poucos anos tôda essa imensa e negra miséria moral que pesa como um grande fardo deprimente que envergonha a família brasileira e humilha a Nação.

Infeliz política que domina tudo!... E as mulheres civilizadas do Amazonas, honestas, virtuosas e boas como as mais honestas, dignas e carinhosas espôsas, mães e irmãs brasileiras, sem que possam minorar êsse fardo de infâmias, ou lavar essa mancha, vivem sem um grito de revolta, sem uma maldição para com êsses vampiros das rendas públicas que nada têm feito em benefício de seu próprio nome!...

É preciso que a mulher amazonense também desperte e aprenda a lutar para poder vencer, elevando-se aos olhos do mundo, altiva e forte, como um exemplo vivo de honra, de amor, de virtude, de trabalho e de saber".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950 — Tábuas Itinerárias do Estado — Boletim Geográfico n.º 47 — Sinopse Estatística do Município de Manaus — C.N.E.)

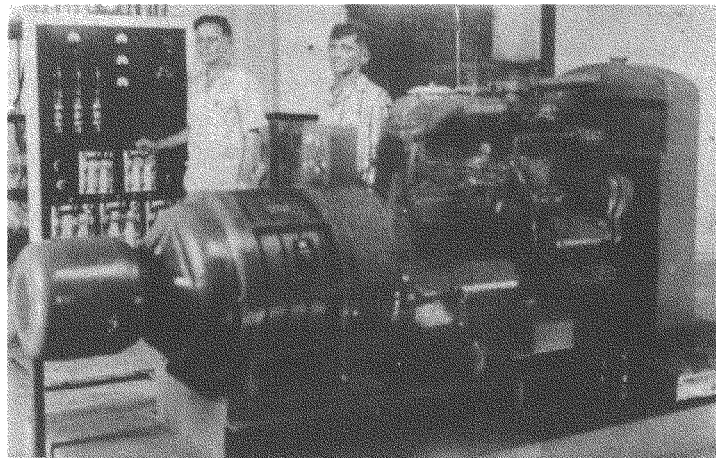
COARI — AM

Mapa Municipal na pág. 165 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro núcleo de povoamento em território do atual município de Coari foi uma aldeia de índios fundada em princípios do Século XVIII pelo Jesuíta alemão Samuel Fritz, com a denominação de Coari, por ficar à margem do lago dêsse nome.

Coari, segundo o cônego Ulysses Pennafort, vem das palavras indígenas "Coaya Cory", ou "Huary-yu", que significa respectivamente, "rio do ouro" e "rio dos deuses". A denominação dada ao rio que banha o município estendeu-se ao lago à cuja margem fica a sede municipal e, posteriormente ao município.

Habitavam primitivamente a região os índios Catauixis, Irijus, Jumas, Jurimauas e outros. Sôbre as índias transcreve-se a seguir trecho da autoria do Padre João Daniel em "Tezouro Descoberto": "Algumas fêmeas há que além de suas feições lindíssimas, têm os olhos verdes e outras azuis com uma esperteza e viveza tão engraçadas que podem ombrear com as mais escolhidas brancas".

Centro de Assistência — Em construção

Vista Interna da Usina Elétrica

Em 1759, a aldeia de Coari foi elevada a lugar, recebendo o nome de Alvelos, de origem portuguêsa.

Em 1833, foi o lugar Alvelos elevado à freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora Santana.

A sede da freguesia foi transferida em virtude da Lei n.º 37, de 30 de setembro de 1854, para junto à foz do lago de Coari.

Poucos anos depois, desaparecia completamente o lugar Alvelos.

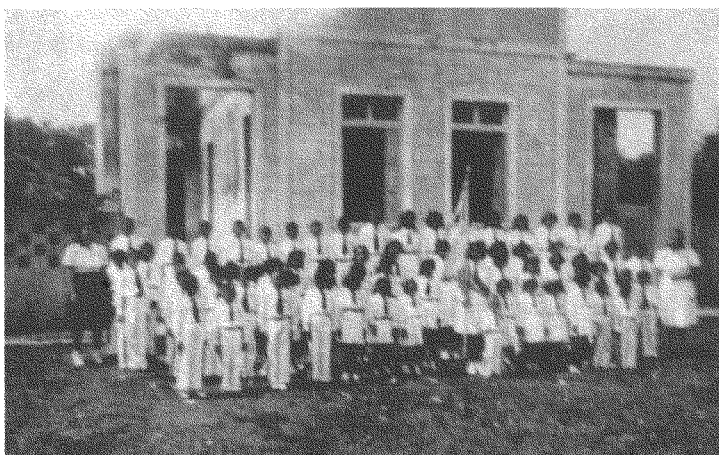
A freguesia foi elevada à Vila pela Lei n.º 287, de 1.º de maio de 1874, com a denominação de Vila de Coari, cuja instalação ocorreu a 2 de dezembro do mesmo ano.

Escola Rural

A 15 de novembro de 1890, foi instalado o têrmo judiciário de Coari. A comarca foi criada pelo Decreto número 95-A, de 10 de abril de 1891, e instalada a 30 de junho do mesmo ano. Em 1913, por fôrça da Lei n.º 741, de 30 de outubro do mesmo ano, foi suprimida a comarca de Coari, ficando o têrmo subordinado à comarca de Tefé.

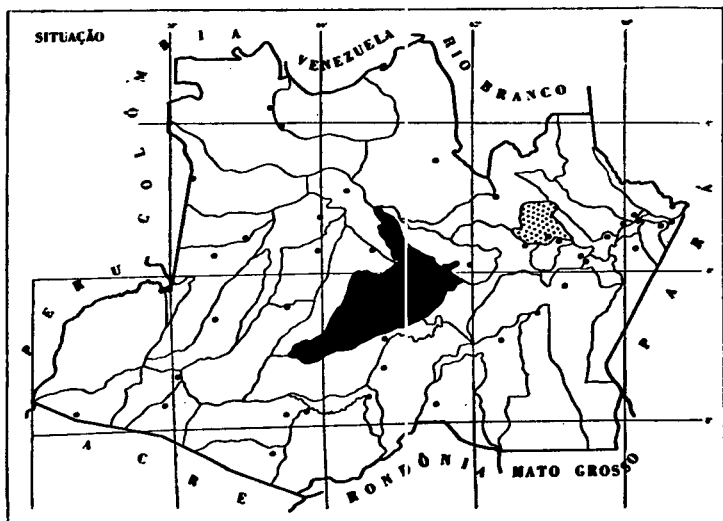
Em 1916, em virtude da Lei n.º 844, de 14 de fevereiro do mesmo ano, foi instalada a comarca de Coari e, suprimida novamente, pela Lei n.º 133, de 7 de fevereiro de 1922. A comarca foi restaurada, outra vez, pela Lei n.º 122, de 10 de março de 1924, compreendendo, os têrmos de Coari, Manacapuru e Codajás.

Pouco tempo depois, com o estabelecimento das comarcas de Manacapuru e Codajás, perdeu a de Coari aquêles têrmos.

Em 1932, foi Coari elevado à categoria de cidade, por fôrça do Ato Estadual n.º 1 665, de 2 de agôsto do mesmo ano.

Instituto Popular

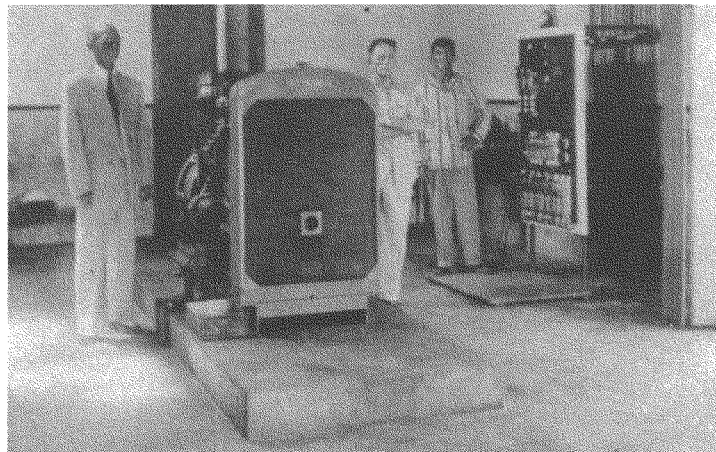
De acôrdo com a divisão administrativa judiciária vigente é o município de Coari constituído de um só distrito e a comarca compreende um único têrmo.

Nas eleições de 3-X-955, foram eleitos: para Prefeito Municipal — senhor Dorval dos Santos Melo, e para vereadores os senhores Raimundo de Freitas Dantas; Sebastião Rodrigues do Nascimento; Luiz Freitas de Moraes; Maria Ferreira de Souza; João Nogueira de Araújo e João Soares da Fonseca. Votaram nessas eleições 1 380 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Coari está localizado na zona fisiográfica do Rio Solimões — Tefé. Limita-se com os municípios de Barcelos, Codajás, Manacapuru, Coari, Maraã, Tapauá e Tefé. A sede municipal está situada à margem direita do lago Coari, na confluência dêsse lago com o Rio Solimões, a 4° 06' 22" de latitude Sul e ...... 63° 03' 21" de longitude W.Gr. Sua posição em relação à Capital do Estado é: distância em linha reta — 361 km; direção — 73° 07' 50".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

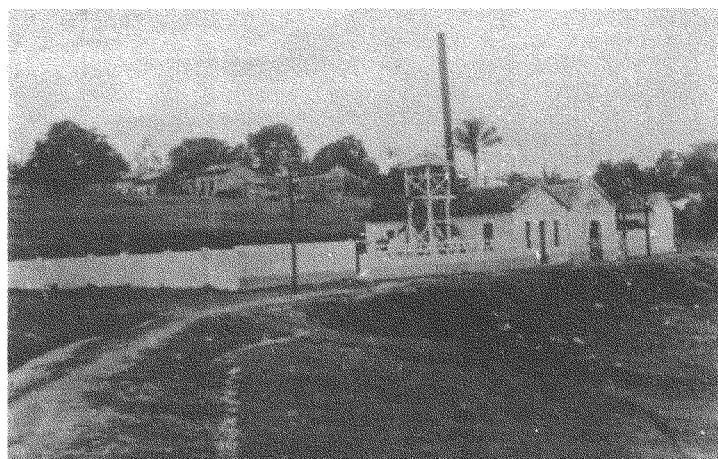
ALTITUDE — A sede municipal possui altitude de 40 metros.

CLIMA — O município de Coari, assim como os demais municípios amazonenses, tem clima quente e úmido. Embora sendo elevada, a sua temperatura em determinados períodos do ano, é perfeitamente suportável. No ano de 1955, verificaram-se na sede municipal as seguintes mutações climáticas: Temperatura: — média das máximas: 35°C e média compensada: 33°C. No dito ano verificou-se também a precipitação de 2 514 mm.

ÁREA — A área do município é de 72 121 km². É um dos maiores (o 4.°) municípios do Estado. Note-se que a sua área é superior à dos Estados do Rio de Janeiro e Alagoas juntos.

Outro Aspecto da Usina Elétrica

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são: os rios Solimões, Coari, Itanhauam, Juma, Urucu e Arauan; os lagos Uajurá, Mamiá, Trocari, Juçara, Jenipapo e Coari; as ilhas Tapiira, Machado, Camará, Ajurá e Cachimbi.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna do município constituem grandes riquezas naturais. Na primeira sobressaem, pelo seu valor econômico, a seringueira (Hévea brasiliensis), a castanha-do-pará ou noz do Brasil (Bertholletia Excelsa), o pau-rosa, além de várias madeiras de boa qualidade. Na segunda além de diversas espécies de animais silvestres, como caititu, veado, capivara, queixada, há ainda os aquáticos, representados pelo jacaré, tartaruga e muitos peixes entre êstes o pirarucu, tambaqui, e outros.

POPULAÇÃO — A população do município de Coari era, à data do último Recenseamento Geral — 1.°-VII-950 — de 16 526 habitantes. Com essa população, figurava Coari no 12.° lugar entre os 25 municípios então existentes no Estado. Entretanto, em conseqüência de desmembramento territorial sofrido posteriormente por vários municípios ama-

Vista Parcial

zonenses, com a criação de novas unidades, aquela mesma população assegura a Coari o 5.º lugar entre os atuais 43 municípios do Amazonas.

A população assim se constituía: Homens — 8 667, mulheres — 7 859. Brancos — 11 612, pardos — 4 208, pretos — 693 e amarelos 2. Solteiros — 2 194, casados — 4 285, desquitados — 2 e viúvos 314. Estrangeiros 81 e brasileiros naturalizados — 4.

A densidade demográfica de Coari é de 0,23 hab/km², inferior, portanto, à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

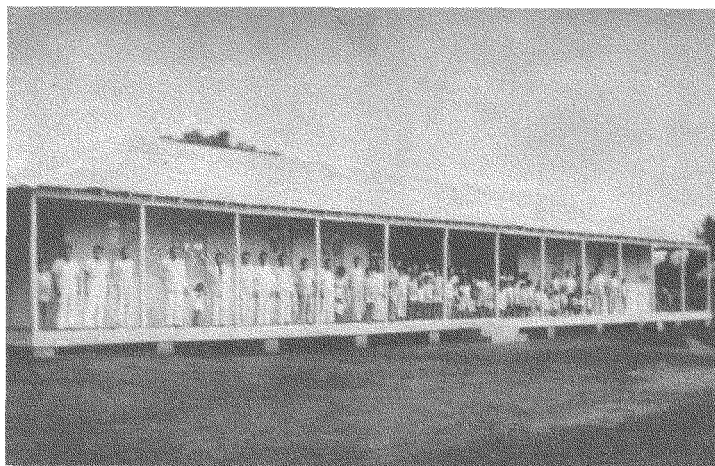
AGLOMERAÇÕES URBANAS — Quando da realização do Censo Demográfico de 1950, havia no município de Coari apenas uma aglomeração urbana, que era a da sede,

Passeata Escolar

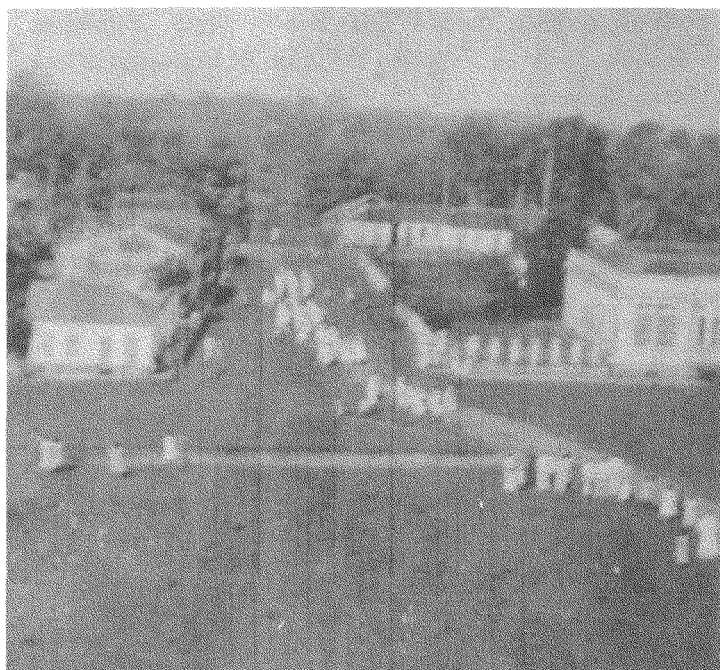
com uma população de 3 019 habitantes; dêstes, 1 713 eram homens e 1 306 eram mulheres. Entre as pessoas de 5 anos e mais (2 556), 1 261 sabiam ler e escrever; destas, 661 eram homens e 600 eram mulheres.

Como todos os municípios do Estado com exceção apenas do da Capital, Coari é preponderantemente rural: dos seus 16 526 habitantes, apenas 3 019 ou sejam 18,9% localizavam-se no quadro urbano. Aliás, é Coari um dos municípios que apresentam maior percentagem de população urbana no Amazonas. A percentagem do Estado 27% é, todavia, bem mais elevada.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é, sem dúvida a produção extrativa vegetal, de fundamental importância para o município, de vez que tem nela a sua principal fonte de renda. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 52 032 476,00,

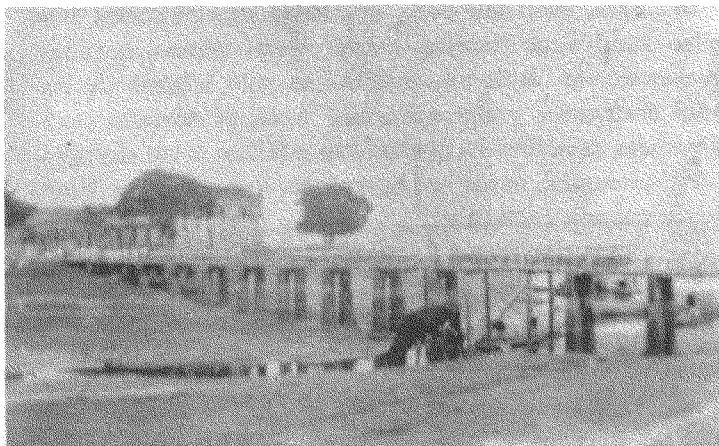
Desfile Escolar

Escola Rural

assim distribuídos: Castanha-do-pará Cr$ 34 978 679,00; Borracha Cr$ 14 618 355,00; Essência de pau-rosa ...... Cr$ 1 531 800,00; Sernambi Cr$ 778 159,00; Sôrva ...... Cr$ 105 936,00; Balata Cr$ 17 156,00 e Óleo de copaíba Cr$ 2 400,00.

É também muito importante a produção extrativa animal. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística no inquérito "Indústria Extrativa", o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 6 230 375,00, assim distribuído: Peixes — Cr$ 5 100 000,00; couros e peles de animais silvestres — Cr$ 1 130 375,00. Entre os peixes destacam-se pela sua importância econômica o piracuru, peixe-boi, tam-

Praça São Sebastião

baqui, pirapitinga, sardinha, etc. Entre os couros e peles, sobressaem os de jacaré, veado, caititu, queixada, etc.

A agricultura tem regular desenvolvimento destacando-se em primeiro plano como um dos principais produtos agrícolas a juta, que em 1956 contribuiu com mais de um têrço do valor total da produção.

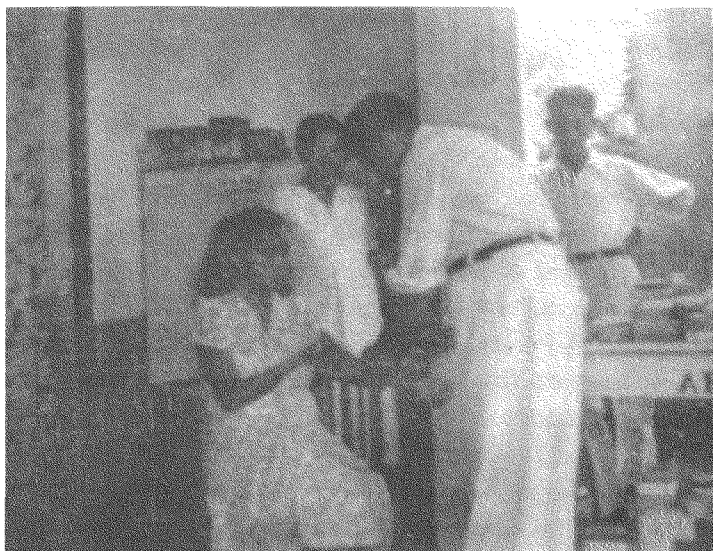
O valor total dessa produção no ano em referência foi de Cr$ 6 293 160,00, assim distribuídos: Juta .... Cr$ 2 386 560,00, milho Cr$ 176 700,00, mandioca ...... Cr$ 1 955 000,00, banana Cr$ 718 050,00, fumo .... Cr$ 275 000,00, feijão Cr$ 153 600,00, manga ....

Ponte Sôbre o Igarapé "São Pedro"

Cr$ 112 500,00, arroz com casca Cr$ 108 200,00, melancia Cr$ 102 000,00 e outros no valor de Cr$ 306,550,00.

A pecuária é pouco desenvolvida, como se pode verificar abaixo pelos números de seus efetivos: Bovinos 3 650 cabeças, suínos 12 112 cabeças e ovinos 503.

Quanto à indústria, em 1955, segundo os resultados do Registro Industrial, o município possuía 9 estabelecimentos industriais. O valor total da produção atingiu a soma de Cr$ 4 520 000,00. Dêste valor, correspondem à produção de massas alimentícias (pão e bolachas) Cr$ 1 637 000,00 e à produção de essência de pau-rosa Cr$ 1 300 000,00.

Segundo os resultados dos Censos Econômico e Agrícola realizados em 1950, existiam naquele ano no município de Coari 11 estabelecimentos industriais e 1 067 propriedades rurais.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na cidade 37 estabelecimentos comerciais varejistas que transacionam com a capital do Estado. O município exporta juta, borracha, castanha-do-pará, essência de pau-rosa, pirarucu, etc. e importa estiva em geral, tecidos, drogas, calçados, miudezas, etc. Possui também uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S. A. instalada no dia 25 de setembro de 1956 e que nos meses restantes do ano apresentaram o seguinte movimento: Empréstimos — Cr$ 758 000,00, títulos protestados — Cr$ 387 740,90 e depósitos — Cr$ 122 183,70.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às sedes municipais vizinhas e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Codajás — fluvial — 156 quilômetros e aéreo — 71, Tefé — fluvial — 200 km e aéreo — 84, Manacapuru — fluvial — 361 km e a Capital Estadual — fluvial — 463 km e aéreo 361.

Ambulatório

ASPECTOS URBANOS A cidade de Coari cognominada a "Princesa do Solimões" fica à margem direita do lago Coari, na confluência dêsse lago com o rio Solimões.

É uma das mais importantes cidades do interior do Estado. Em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado naquele ano, possuía 3 019 habitantes, figurando, então, em 4.º lugar entre as mais populosas cidades do Amazonas.

Contam-se na cidade 33 logradouros públicos; dêstes 2 são pavimentados, 3 arborizados e ajardinados e 17 servidos de luz elétrica.

Dos seus 620 prédios, 12 têm mais de um pavimento, 196 são ligados a rêde de energia elétrica da cidade.

Entre os seus principais logradouros públicos, destacam-se a Praça Presidente Vargas, em cujo centro se encontra uma herma dêsse insigne brasileiro, e a Praça São Sebastião, onde se encontra um monumento em homenagem a Silverio Nery, um dos mais ilustres filhos de Coari.

Vista Parcial — À esquerda, Prefeitura Municipal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em se tratando de assistência médico sanitária é das mais bem servidas cidades do interior amazonense. Possui 1 hospital, 2 postos de saúde, 1 ambulatório, 1 maternidade e 1 farmácia. Exercem a profissão na cidade: 1 médico, 1 dentista, 3 enfermeiros e 1 parteira.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há na cidade uma Associação Rural, que tem por finalidade amparar e ao mesmo tempo incentivar a vida rural no município.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento de 1950 evidenciam a posição do município de Coari quanto ao nível de instrução geral. Das pessoas presentes de 5 anos e mais que eram 13 451, apenas 4 085 sabiam ler e escrever: destas, 2 435 eram homens e 1 650 eram mulheres.

A percentagem total de pessoas que sabiam ler e escrever era de 30,37%, inferior à do Estado, que é de 36%. Quanto à sede municipal, das 2 455 pessoas de 5 anos e mais, 1 261 sabiam ler e escrever: destas 661 eram homens e 600 mulheres.

Praça Silvério Néri

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 26 escolas de ensino primário. Dessas escolas, 9 localizavam-se na sede municipal e 17 no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta também o município com 2 estabelecimentos de ensino ginasial, 2 normal rural e 1 biblioteca pública.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os dados disponíveis sôbre finanças públicas no município de Coari no período de 1951-1956, são os seguintes:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal (1)	Estadual (2)	Municipal		
			Total (2)	Tributária (2)	
1951.......	...	139	1 021	674	1 179
1952.......	59	186	1 008	534	868
1953.......	·68	404	1 207	688	1 092
1954.......	71	441	1 547	850	1 589
1955.......	...	1 031	1 504	904	1 438
1956.......	...	779	1 658	944	1 651

FONTE: (1) Dados pela Delegacia Fiscal. — (2) Pela Secretaria da Fazenda. — (3) Pela Agência de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Vários tipos de festas são realizadas no município, porém, as que mais se destacam são as festividades religiosas, principalmente a que se realiza em homenagem a Santa Padroeira da cidade — Nossa Senhora Santana — cuja celebração ocorre no mês de julho.

Nesse período do ano a cidade apresenta um aspecto festivo, tornando-se mais movimentada com o afluxo de pessoas procedentes do interior do município e dos municípios vizinhos que assim demonstram à Santa Padroeira a

Aspecto da Rua 5 de Setembro

sua fé Cristã, tomando parte em tôdas as cerimônias realizadas durante os festejos, como sejam: missas, novenas, quermesses, etc., onde as famílias são pelo Vigário da Paróquia destacadas como noitárias. Após as novenas realizadas tôdas as noites, há quermesses e leilão; neste são apregoados, oferendas cujos proventos são revertidos em benefício da própria Paróquia.

VULTOS ILUSTRES — Entre os mais ilustres coarienses destaca-se o Dr. Silverio José da Silva Nery, já falecido, que se elevou bastante na vida pública, principalmente no cenário político, tendo exercido vários cargos eletivos, como sejam: Governador do Estado, Deputado Federal e Senador da República.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O lago Coari que tem aproximadamente 3 milhas de largura por 20 de extensão, à cuja margem direita está localizada a cidade que tem êsse nome, apresenta belas paisagens e lindas praias de areias alvas. É realmente um local aprazível, e digno de ser visto.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Coari possui um cinema de propriedade dos Padres Redentoristas para

Aspecto da Praça São Sebastião

exibições gratuitas, todavia, o seu funcionamento não é freqüente. Conta, ainda, com um pôsto meteorológico, e nas proximidades da cidade encontra-se a Colônia Agrícola "Presidente Dutra". É servido pelas seguintes emprêsas de navegação: Fluvial: Serviços de Navegação da Amazônia e Portos do Pará; Antônio Quintino da Silva; Martinho Castro da Silva, e outras não regulares; — Aérea: Panair do Brasil S. A.

LENDAS — Há várias lendas no município, mas uma das mais importantes é a que passamos a transcrever do livro "O Amazonas Por Dentro" de Antônio Cantanhede:

A lenda do Caripira: — "Entre os indígenas que habitavam as selváticas regiões do rio Itanhauam, em Coari, destacavam-se, por sua operosidade, os da tribo Tucanos. Eram êles hábeis caçadores e valentes guerreiros, dedicando-se, também, ao trabalho de cultivar a terra. De boa índole, jamais tomaram parte ativa nas tropelias contra os desbravadores da floresta virgem, que orlava êsse belo e caudaloso rio, cuja tortuosidade lhe dá aspecto interessante. É tão sinuoso o Itanhauam que, ao navegá-lo, ora temos o Sol adiante, ora por detrás, à direita ou à esquerda. Grandes distâncias, transpostas pelo caminho de suas águas, em dias e mais dias de viagem, são vencidas por terras em pou-

cas horas, tirando-se, como é de costume dizer em linguagem regional, as voltas do rio. É freqüente ouvir-se, bem nìtidamente, como se fôra próximo, ruídos e estrondos, de madeiras caídas a grandes distâncias.

Foi à margem dêsse rio de águas esverdeadas que viram a luz da vida os dois irmãos, Pau-darco e Caripira, criaturas nômades e destemidas. Criaram-se como dois heróis de lenda, tais as suas aptidões para a caça e para a pesca, e por isso, sem pouso certo, entretinham-se na exploração da flora e da rêde hidrográfica de Coari, do que resultou serem ótimos auxiliares dos aventureiros, primitivos exploradores e ocupantes daquelas paragens.

De fôrça muscular prodigiosa, era Pau-darco o escudo do irmão, ágil manejador do arco e da flexa certeira.

Cada qual tinha a sua especialidade, o seu modo de agir; Pau-darco, depois de irritar o inimigo da selva, vencia-o a golpes de sua musculatura férrea, raramente servindo-se do seu cacête que lembrava o próprio nome; o irmão gozava em abater a caça à distância, mortalmente ou não conforme seu desejo no momento. E sempre foram felizes nas suas pelejas, no seio da floresta inculta.

De uma feita, quando os dois irmãos subindo o rio Itanhauam se separaram, Pau-darco, como de costume, desafiara uma onça para lutar. Infelizmente, porém, quando o animal dá o salto de investida êle se desiquilibra não podendo utilizar-se do cacête. A fera, enraivecida, crava-lhe no crânio os dentes aguçados, dando-lhe morte instantânea.

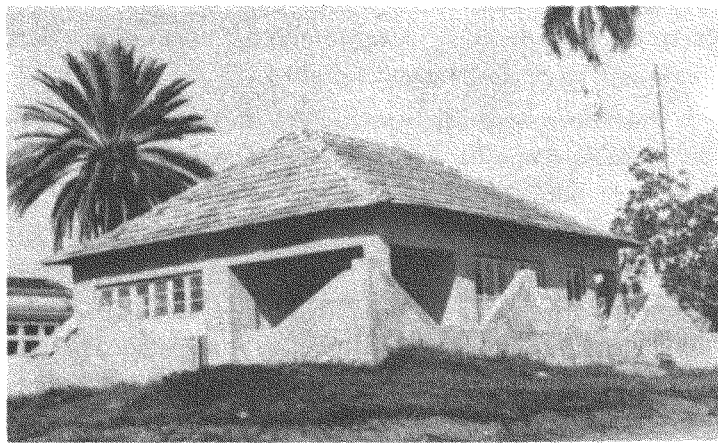
Era um animal forte, belo e ágil o adversário do malogrado caçador.

Ao grito, único que soltara êste, acode o irmão que, depois de cortar a grande volta do rio, dentro de poucos minutos, presenciava o banquete da fera, a refestelar-se nas carnes sangrentas e ainda quentes de Pau-darco, seu irmão e companheiro.

Retesa o arco, a flexa parte e vai enfiar-se nas entranhas da onça que baqueia junto ao corpo daquele que acabara de matar.

Louco de dor, Caripira sangra o inimigo abatido e tira-lhe o coração, que devora. Depois, parte sem rumo, a soltar aos quatro ventos o seu grito de guerra. Desde então, êle não pára, na caçada aos tigres até que êstes rareiam.

Sua história torna-se conhecida da tribo, que o lamenta. Não encontrando êle mais com quem lutar na ma-

Rua 15 de Novembro

Pôsto Médico

ta virgem, passa o tempo a flexar os incautos habitantes das águas do rio Itanhauam. Lança sua flexa para o alto, para vêla descer, depois de ter descrito preciosa curva no ar e ir cravar-se no casco da "iurará", que boiara, confiante, para tomar respiração.

Passam-se luas e mais luas, e, afinal, a tristeza leva o desolado caçador a entregar a alma a Tupan, seu Pai, seu Criador.

Revoluteando e adejando sôbre a sepultura de Caripira, aparecera aos olhos dos supersticiosos Tucanos um gavião de boas proporções, o qual, de vez em quando se elevava nos ares e das alturas precipitava-se às águas do Itanhauam, trazendo ao emergir, prêso às suas garras possantes, algum peixe descuidoso.

Então, como homenagem ao valente que se fôra, deram os Tucanos ao gavião pescador, cinzento-pedrês, até êsse momento conhecido pelo apelido de "Rabo frocado", o nome do Heróico "Caripira".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de A.C. Ferreira Reis. Panoramas Amazônicos, de Anísio Jobim; Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950; Tábuas Itinerárias do Estado; Questionários preenchidos pelo A.E. de Coari. Sinopse Estatística do município de Coari — C.N.E.)

CODAJÁS — AM

Mapa Municipal na pág. 163 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Da aldeia dos índios Cudaiás, primitivos habitantes da região, originou-se a atual cidade de Codajás, fundada em 1892 por José da Rocha Turi, um dos mais famosos pioneiros do povoamento do Solimões. ("História do Amazonas" — A. C. Ferreira Reis).

Em 1862, pela Lei provincial n.º 175, de 30 de junho do mesmo ano, foi criada a freguesia de N. S. das Graças de Codajás. A criação da freguesia implicava na criação também do distrito.

Em virtude da Lei provincial n.º 287, de 1.º de maio de 1874, foi Codajás elevada à vila e criado, conseqüentemente, o respectivo município, compreendendo o antigo distrito, desmembrado do município de Manaus. A instalação do município ocorreu a 5 de agôsto do ano seguinte.

O têrmo judiciário foi criado pelo Decreto n.º 95-A, de 10 de abril de 1891, subordinado à Comarca de Coari, criada por fôrça do mesmo Decreto.

Posteriormente, foi o município dividido em 4 distritos: Codajás, Badajós, Anori e Anumã, com os quais figura na divisão administrativa referente ao ano de 1911.

A comarca de Codajás foi criada pela Lei n.º 682, de 27 de setembro de 1911. A sua instalação ocorreu a 25 de janeiro do ano seguinte. Em 1913 foi extinta a comarca, pela Lei n.º 141, de 30 de outubro do mesmo ano, ficando então o têrmo subordinado à comarca de Manacapuru. Com a extinção da comarca de Manacapuru, por fôrça da Lei n.º 1 126, de 25 de novembro de 1921, passou o têrmo de Codajás a subordinar-se à comarca de Coari. No ano seguinte, de acôrdo com a Lei n.º 1 133, de 7 de fevereiro, foi restaurada a comarca de Manacapuru, à qual foi novamente anexada o têrmo de Codajás. Com a extinção, outra vez, da comarca de Manacapuru, por efeito da Lei n.º 1 220, de 10 de março de 1924, passou o têrmo de Codajás a subordinar-se novamente à comarca de Coari. Com o restabelecimento da comarca de Manacapuru, em virtude da Lei n.º 1 223, de 4 de janeiro de 1926, voltou mais uma vez o têrmo de Codajás a integrar dita comarca.

Em 1930, por fôrça do Ato Estadual n.º 45, de 28 de novembro daquele ano, foi suprimido o município de Codajás, cujo território foi anexado então ao de Coari. Todavia, no ano seguinte, foi restaurado o município pelo Ato Estadual n.º 33, de 14 de setembro do mesmo ano, ficando o têrmo judiciário subordinado à comarca de Manacapuru e o município constituído de um só distrito.

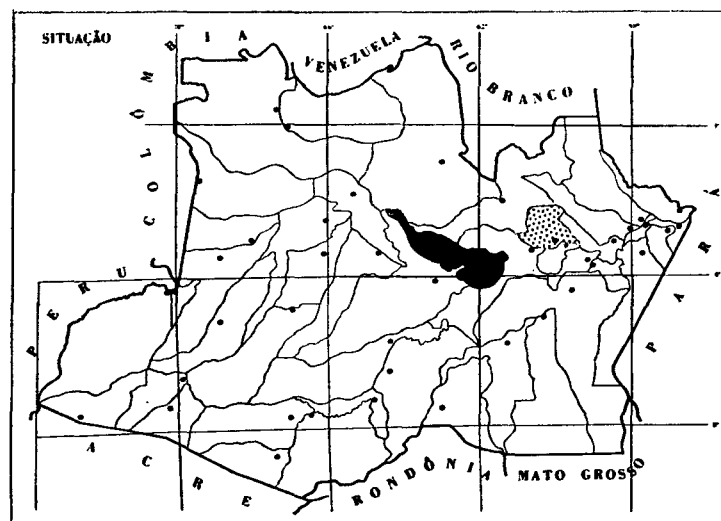
Na divisão judiciária de 31-XII-1937, figura Codajás como têrmo único da comarca do mesmo nome.

A sede municipal recebeu foros de cidade em virtude do Decreto-lei Estadual n.º 68, de 30 de março de 1938.

Na divisão administrativa fixada pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, figura o município de Codajás com três distritos: Codajás, Anamã e Anori. Os dois últimos foram criados pelo mesmo decreto citado, com território desmembrado do distrito-sede.

Até 31-XII-1956 mantém o município de Codajás a mesma composição distrital e é sede da comarca do mesmo nome.

Nas eleições realizadas a 3-X-1955, foram eleitos: Prefeito — Ofir Sobreira Lavor Paes Barreto e Vereadores — Fábio Rodrigues Bentes, Nelson da Rocha Ladislau, Henrique Brasil Filho, Raimundo Regis Rodrigues, Pedro Jaime dos Santos João da Silva Bastos. Nessas eleições votaram 1 125 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Codajás está localizado na zona Solimões-Tefé. Limita-se com os municípios de Airão, Barcelos, Coari e Manacapuru. A sede do município tem a seguinte posição geográfica: Latitude — .... 3º 50' 38" — S., longitude — 62º 03' 49" — W.Gr. Em relação à capital do Estado: Distância em linha reta — 239 km; direção — 70º 54' 50".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município tem 38 metros de altitude.

CLIMA — O município de Codajás é quente e úmido, como aliás, tôda a região Amazônica. Não é todavia insalubre, nem tampouco insuportável.

ÁREA — Sua área é de 25 124 km². Apesar de não ser dos maiores (o 25.º entre os 43) municípios do Estado, tem, como se vê, área superior à do Estado de Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Solimões, Badajós, Arauê, Cunauaru, Aruman, Puirini; os lagos Codajás, Badajós, Arapari, Anori-açu e Anamã; as ilhas Coró-coró, Cuianam e Cuxuará, formadas pelo rio Solimões.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e fauna do município são muito importantes. Na primeira destacam-se, pelo valor econômico, a seringueira (Hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará ou noz-do-brasil (Bertholletia excelsa) e na segunda grande variedade de animais silvestres: onças, antas, queixadas, caititus, etc. e muitas espécies de peixes. Não está positivada a existência de minérios no município, presume-se, todavia, exista em seu solo carvão-de-pedra, face à constituição sedimentária, de paleozóico, de suas terras próximas da região hulhífera de Manacapuru.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.º-VII-1950, o município de Codajás possuía àquela data 14 800 habitantes, figurando, então, em 14.º lugar entre os 25 municípios existentes no Estado àquela época. Entretanto, em conseqüência do desmembramento territorial sofrido posteriormente por vários municípios do Amazonas, aquela mesma população assegura atualmente a Codajás o 9.º lugar entre os 43 municípios amazonenses agora existentes.

O distrito mais populoso é o de Codajás, com 3 462 habitantes. Os de Anamã e Anori têm, respectivamente, 2 370 e 1 923 habitantes.

A população assim se distribuía: Homens — 7 655, mulheres — 7 145. Brancos — 10 205, pardos — 4 280, pretos — 300, amarelo — 1; 14 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 7 908 (4 126 homens e 3 742 mulheres), 3 560 eram solteiros, 3 640 —

casados, 663 — viúvos: 45 não declaram o estado conjugal. Havia apenas 39 estrangeiros e 5 brasileiros naturalizados. Católicos romanos — 14 439, protestantes — 314, espíritas — 18, batista — 1, israelita — 1, ortodoxo — 1, maometanos — 7, outras religiões — 11, sem religião — 2, sem declaração de religião — 6.

A população relativa de Codajás — 0,59 hab./km², é superior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

Dos seus 14 800 habitantes, 11 957 localizavam-se no quadro rural e 2 843 no quadro urbano. A percentagem da população urbana — 19,9 é inferior à do Estado, embora seja superior à da maioria dos municípios amazonenses.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950 existiam no município 3 aglomerações urbanas: a cidade e 2 vilas, com a seguinte população: Codajás — 1 248, Anamã — 1 235, Anori — 360.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal atividade econômica do noz-do-brasil — Cr$ 15 044 039,00, borracha — ...... Cr$ 31 062 320,00, assim distribuído: Castanha-do-pará ou noz do Brasil — Cr$ 15 044 039,00, borracha — .... Cr$ 12 205 258,00, látex da seringueira — Cr$ 717 617,00, balata — Cr$ 637 384,00, madeiras — Cr$ 750 000,00, sernambi — Cr$ 1 597 541,00 e sôrva — Cr$ 110 480,00.

Segundo o Censo de 1950 a atividade econômica que ocupava maior número de pessoas (2 623) era justamente a "Indústria Extrativa".

Graças à intensificação da cultura da juta a agricultura no município começa a organizar-se. O valor de sua produção em 1956 foi de Cr$ 10 827 044,00 assim distribuído: Juta — Cr$ 9 206 744,00, mandioca — Cr$ 582 000,00, banana — Cr$ 270 000,00, abacate — Cr$ 144 000,00, laranja — Cr$ 121 500,00, cacau — 99 000,00, milho — ...... Cr$ 87 000,00, abacaxi — Cr$ 75 000,00, feijão — ...... Cr$ 70 500,00, arroz — Cr$ 66 500,00, outros .... Cr$ 104 800,00.

É também de grande importância no município a produção extrativa animal. Segundo o inquérito "Indústria Extrativa" referente ao ano de 1956, o valor dessa produção foi de Cr$ 10 711 674,00, assim distribuído: Peixes: pirarucu — Cr$ 8 640 000,00, outros — Cr$ 1 030 000,00. Peles e couros de animais silvestres: jacaré — Cr$ 711 675,00, queixada — Cr$ 121 532,00, outros — Cr$ 208 467,00.

A pecuária no município é pouco desenvolvida, como se verifica pelos efetivos dos rebanhos abaixo mencionados: Bovinos — 1 120, suínos — 2 350, ovinos — 400 e caprinos — 220 cabeças. Os efetivos dos demais rebanhos eram inferiores a 50 cabeças, cada um.

O Registro Industrial no município de Codajás, referente ao ano de 1955, apresentou os seguintes resultados: Número de estabelecimentos — 13, valor total da produção — Cr$ 1 695 980,00. Dêsse valor, Cr$ 848 000,00 cabem à produção de massas alimentícias (pão e bolachas) principal produto industrial do município.

Segundo os resultados dos Censos em epígrafe, realizados em 1950, existiam naquele ano no município de Codajás, 113 estabelecimentos comerciais, 1 estabelecimento industrial e 649 propriedades rurais.

COMÉRCIO — Há na sede municipal 6 estabelecimentos comerciais varejistas. Mais de 100 se espalham pelo interior do município. Codajás mantém transações comerciais com a praça de Manaus. Importa estiva em geral, conservas, tecidos, calçados, miudezas, ferragens, louças, etc. e exporta castanha-do-pará, borracha, juta etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às sedes municipais vizinhas e à capital estadual, pelos seguintes meios de transporte: Coari — fluvial — 156 km — aéreo — 111 km, Manacapuru — fluvial — 206 km, Capital Estadual — 307 km — aéreo — 250 km. A cidade possui uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Codajás fica à margem esquerda do rio Solimões. Conta com 6 logradouros públicos, 241 prédios e, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, 1 248 habitantes. Os seus logradouros não possuem pavimentação.

A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 3 dos seus logradouros e a domiciliária a 165 dos seus prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um "Subposto" do S.E.S.P. e um "Ambulatório", mantido pela Paróquia, prestam assistência médica à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Censo Demográfico realizado em 1950 evidenciam a situação do município de Codajás quanto ao nível de instrução geral dos seus habitantes (pessoas presentes de 5 anos e mais). Dessas pessoas, em número de 12 073 (6 248 homens e 5 825 mulheres) 3 320 (1 925 homens e 1 395 mulheres). A percentagem das pessoas que sabiam ler e escrever — 27,59% é inferior à do Estado, que é de 36,3%.

ENSINO — Funcionaram em 1956 no município de Codajás 48 escolas de ensino primário. Destas, 14 localizavam-se no quadro urbano e suburbano da cidade e das vilas e 34 no quadro rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)		
	Federal	Estadual	Municipal
1951	...	53	137
1952	145	59	139
1953	56	97	148
1954	112	106	239
1955	...	355	880
1956	...	123	813

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São realizados no município vários tipos de festas, porém as que mais se destacam são as festividades religiosas, principalmente a que se realiza em homenagem à Santa padroeira da cidade — Nossa Senhora das Graças. No período dessas festividades, a cidade apresenta um aspecto caracterìsticamente festivo, tornando-se mais movimentada dada a grande concorrência da população da cidade e de todos os recantos do município, que afluem para a cidade a fim

de tomar parte nas festividades e demonstrar à padroeira a sua fervorosa fé cristã. Durante os dias de festa há novenas tôdas as noites e após estas, leilões, quermesses, etc. O ponto culminante é a procissão, muito concorrida que se realiza no último dia.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O município possui, nos tempos de sêca, grandes praias ao longo do rio Solimões, que constituem belezas capazes de atrair o visitante.

OUTROS ASPECTOS — Há na cidade dois templos religiosos, a igreja de Nossa Senhora das Graças e um templo "Batista".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de Artur Cezar Ferreira Reis. Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. Tábuas Itinerárias do Estado. Sinopse do Município de Codajás, editada pelo C.N.E. Questionários preenchidos pelo A.E. de Codajás.)

ENVIRA — AM

Mapa Municipal na pág. 219 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Nos afluentes do rio Juruá as penetrações processaram-se naturalmente após as daquele grande rio, que ocorreram antes de meado do século XIX. O rio Tarauacá que corta o município na direção sul norte é um dos principais afluentes do rio Juruá.

Consta que entre os primitivos habitantes da região — Marauas, Canamaris, Catuquinas, Catauaixis e outros, havia uns índios anões cuja estatura era de pouco mais de um metro e outros que eram dotados de um apêndice caudal, à semelhança dos símios.

Onofre Andrade em seu livro "Amazônia — Juruá" afirma que Gonçalves Dias, em 1867, versando sôbre o assunto, assim se expressou: "Tais eram os goiases ou anões, os índios da nação "Cuaná", habitantes do Juruá, que não passam de 0,50 metros de altura, e os "Curiqueares" ou gigantes, os da nação "Ugina", com rabo de 3 a 4 palmos, de que davam testemunho no tempo de ouvidor Sampaio, os índios do Juruá e esta certidão jurada de padre carmelita frei José de Santa Teresa Ribeiro, que o mesmo Sampaio diz ter conhecido".

Ainda Onofre Andrade, no mesmo livro, informa que se lê em "As regiões Amazônicas", do Barão do Marajó, editado em 1895, que tais índios se localizavam no rio Tarauacá, afluente do Juruá.

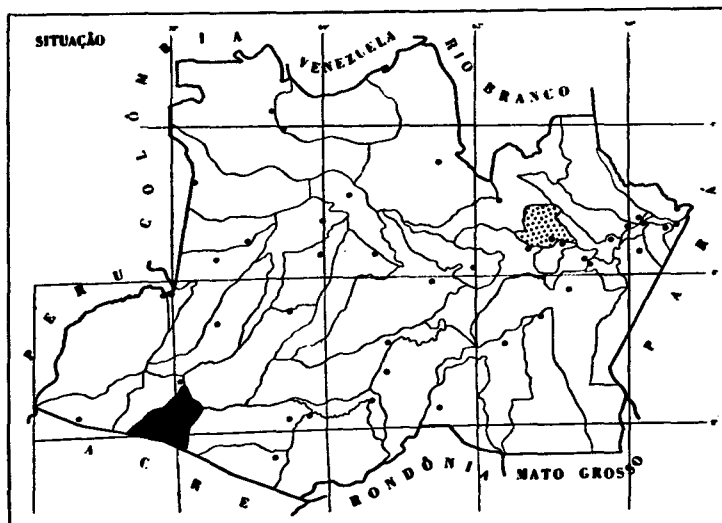
Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-920, entre os distritos do município de Eirunepé, figura o de Foz do Embira (Envira). Posteriormente, êsse distrito com os demais daquele município, com exceção do distrito-sede, foram extintos.

O município de Envira foi criado pela Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado dos municípios de Eirunepé e Carauari e constituído de um só distrito.

Segundo a dita Lei n.º 96, foi designado o lugar de Aracati do Norte para sede do município. Entretanto, o govêrno do município está funcionando no povoado denominado Vila Martins.

A instalação do município ocorreu no dia 1.º de março de 1956, sendo seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor René Levy.

A denominação do município originou-se do rio Envira, principal afluente do Tarauacá.

LOCALIZAÇÃO — O município de Envira está situado na zona fisiográfica do rio Juruá. Limita com os municípios de Carauari, Eirunepé e Pauini e o Território Federal do Acre.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede provisória do município — Vila Martins — fica à margem do rio Tarauacá, um dos principais afluentes do rio Juruá.

CLIMA — O clima do município é quente e úmido, aliás, como o de tôda a região.

ÁREA — Sua área, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é de cêrca de 19 200 km². É assim um dos menores municípios do Estado, figurando precisamente no 31.º lugar entre as 43 unidades existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tem como principais acidentes geográficos os rios: Tarauacá, Envira, Jurupari e Ari.

RIQUEZAS NATURAIS — São bem importantes a flora e a fauna envirenses, principalmente a primeira, na qual sobressaem a seringueira (Hevea brasiliensis) e madeiras de boa qualidade como o aguano e o cedro. Na segunda, citam-se, por exemplo, onça, maracajá, queixada e capivara.

POPULAÇÃO — Não há dados concretos a respeito da população do município, vez que o mesmo foi formado de partes de dois municípios. Segundo, todavia, estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, essa população deve ser de cêrca de 7 350 habitantes. A sua densidade demográfica é 0,38 hab./km², sendo assim superior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é o povoado de Vila Martins onde se acha instalado provisòriamente o govêrno do mu-

nicípio, e cuja população é cêrca de 280 habitantes. No local designado por lei para sede do município, não há nem casa onde funcionar a Prefeitura.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é de fundamental importância econômica para o município, vez que é a principal atividade de quase totalidade de sua população. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatístca, o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 9 131 600,00, assim distribuído: Borracha — Cr$ 8 840 000,00, madeiras — Cr$ 75 000,00 e sernambi Cr$ 216 600,00.

É relativamente bem expressiva a produção extrativa animal do município. O valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 400 000,00, assim distribuído: Peixes — Cr$ 200 000,00 e couros e peles de animais silvestres — Cr$ 359 320,50.

A agricultura no município de Envira é quase inexistente. O valor total de sua produção em 1956 não chega a atingir Cr$ 1 000 000,00. O principal produto agrícola é a mandioca, seguido da batata, banana e abacaxi.

Pràticamente, não existe pecuária no município. Não há rebanhos. O maior número de espécimes esparsos cabe aos suínos, com pouco mais de 500 cabeças.

A indústria consiste apenas na fabricação da farinha de mandioca e de mel-de-cana, em quantidade muito reduzida êste útimo.

COMÉRCIO — A sede do município possui apenas 1 estabelecimento comercial. O comércio envirense tem transações com o comércio da capital do Estado e importa: tecidos, ferragens, louças, miudezas, conservas, etc. e exporta borracha, couros de animais silvestres, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede do município liga-se às sedes municipais limítrofes e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Carauari — fluvial — 1 763 km; Eirunepé — fluvial — 303 km; capital do Estado — fluvial — 3 496 km.

ASPECTOS URBANOS — Como foi dito anteriormente, a sede oficial do município é o lugar Aracati. O govêrno do município, entretanto, vem funcionando provisòriamente no povoado denominado Vila Martins, porque no local designado por lei para sede do município não existe nenhuma edificação.

A sede provisória do município — Vila Martins — fica à margem do rio Tarauacá, um dos principais afluentes do rio Juruá. É um lugarejo com cêrca de 50 casas e 280 habitantes.

ENSINO — Funcionaram no ano de 1956 no município 13 escolas de ensino primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — A União e o Estado ainda não instalaram órgãos de arrecadação no município. O orçamento da receita municipal para o ano de 1956 foi de ... Cr$ 620 000,00, exclusive as quotas federais do impôsto de renda etc.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O município possui igarapés e lagos, para não falar no rio que lhe banha a sede, em cujas águas podemos encontrar os mais belos matupás, salientando-se a vitória-régia, que sem dúvida alguma é um motivo de atração para quem visita a região.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Tefé, de Anísio Jobim. — Amazônia — Juruá, de Onofre de Andrade. — Recenseamento Geral de 1920. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Eirunepé. — Sinopse Estatística do Município de Eirunepé. — C.N.E.)

EIRUNEPÉ — AM

Mapa Municipal na pág. 215 do 1.° Vol.

HISTÓRICO — As penetrações no rio Juruá iniciaram-se com a procura do "caucho" e de outras espécies de borracha, nas primeiras décadas do século XIX.

Deve-se o povoamento de tôda a região do Juruá principalmente à corrente imigratória oriunda do nordeste do país assolado por sucessivas sêcas. Cearenses, rio-grandenses do norte e paraibanos ali se fixaram nos seringais, depois de meado do século XIX.

Em 1877, foi criado o distrito de Juruá abrangendo tôda a região marginal do grande rio em território amazonense.

A Lei estadual n.° 33, de 4 de novembro de 1892 que dividiu o Estado do Amazonas em 23 municípios incluiu, na relação dos mesmos, o de São Felipe de Juruá.

A Lei n.° 76, de 8 de setembro de 1894 também criou o município, com o respectivo têrmo judiciário. O primeiro com sede no antigo seringal São Felipe, de propriedade do Cel. Manuel Felipe da Cunha, e o segundo subordinado à comarca de Tefé, de cujo município havia sido desmembrado o de São Felipe. A denominação de São Felipe, como se compreende, originou-se da propriedade rural que tinha êsse nome. Por sua vez o nome dessa propriedade era não só uma homenagem a "São Felipe" como ao proprietário do "Seringal" que se chamava Manuel Felipe da Cunha que "representou papel saliente na política e na vida econômica do lugar".

Pela Lei n.° 114, de 7 de abril de 1895, foi transferida para o lugar Carauari a sede do município.

A comarca foi criada pela Lei n.° 133, de 5 de outubro de 1895. Em 1896, por fôrça da Lei n.° 125, de 11 de agôsto dêsse mesmo ano, a sede do município retornou à localidade de São Felipe.

Na divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911, figura o município com oito distritos: São Felipe, Havre, Salvinhas, Pixuna, Olivenças, Sobral, Foz do Eminira e Foz do Tejo. Já em 1920, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral realizado naquele ano, aparece apenas com cinco distritos: São Felipe, Rivaliza, Liberdade, Foz do Embira e Aracati.

Em 1931, em virtude do Ato estadual n.° 317, de 5 de março daquele ano, o município e o distrito de São Paulo passaram a denominar-se João Pessoa, em homenagem ao grande político brasileiro.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município se compõe de um só distrito.

Em 1935, foi a sede do município elevada à categoria de cidade, por fôrça do Ato estadual n.° 14, de 7 de setembro daquele ano.

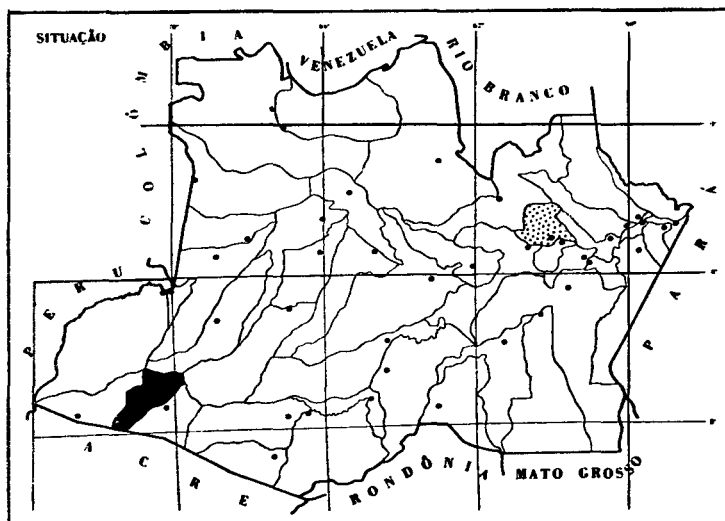
Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, o município e o distrito-sede passaram a denominar-se Eirunepé. A denominação anterior foi substituída porque havia outro município com o mesmo nome, o da capital do Estado da Paraíba.

Segundo Anísio Jobim em "Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas", "Eirunepé é uma palavra inventada, composta de vozes indígenas locais". Há, todavia, no município, o rio Eiru, donde talvez haja se originado aquêle topônimo.

Em 1955, por fôrça da Lei n.º 96, de 19 de dezembro daquele ano, o município perdeu grande parte de seu território para os novos municípios de Envira e Ipixuna.

Continua até 31-XII-956, constituído de um só distrito e como sede da comarca do mesmo nome, com um único têrmo.

Nas eleições de 3-X-1955 foram eleitos: Prefeito — Vinícius Monteconrado: Vereadores — João Rodrigues, Sebastião Monteiro, Amaury Feitosa Tomaz, Luís Sido Filho, Hugo Montefusco Cavalcante e João Conceição. Nessas eleições votaram 899 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Eirunepé está situado na zona do Rio Juruá. Limita com os municípios de Carauari, Jutaí, Envira e Território Federal do Acre. A sede municipal fica a 6° 40' 10" de latitude Sul e 69° 52' 00" de longitude W. Gr. Sua posição quanto à Capital do Estado é: distância em linha reta 1 156 km e direção — 70° 14' S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — O município, na sua sede, mede 130 m de altitude.

CLIMA — O clima do município é quente e úmido e apresenta as seguintes características: Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 30,0; média das mínimas — 19,0; média compensada — 24,5. A precipitação pluvial verificada em 1956 na sede do município foi de 2 176 mm.

ÁREA — Sua área, que até fins de 1955 era de .... 55 633 km², com a criação dos novos municípios de Ipixuna e Envira naquela época, ficou reduzida a menos de um têrço, ou seja, cêrca de 16 143 km², segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística. É assim, pois, um dos menores municípios do Estado, ou seja o 33.º.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Juruá, Eiru ou Guabiruparaná, Gregório e Tarauacá.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são constituídas por sua flora e fauna, assaz importantes. Na primeira se destacam pelo seu valor econômico a seringueira (Hevea Brasiliensis) e madeiras de boa qualidade como o aguano e o cedro. Na segunda, são dignos de mensão os animais silvestres, tais como a onça, o veado, a maracajá, a lontra, o caititu e ainda várias espécies de peixe.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado em 1.º-VII-50, a população do município de Eirunepé era naquela época de 22 873 habitantes, o que lhe assegurava o 5.º lugar entre os 25 municípios amazonenses então existentes.

Essa população assim se constituía: homens — 12 029 e mulheres — 10 844, pardos — 15 609, brancos — 5 699, pretos — 1 442 e 123 sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 12 057 (6 549 homens e 5 508 mulheres), 5 177 (3 206 homens e 1 971 mulheres) eram solteiros, 6 172 casados, 680 viúvos (261 homens e 419 mulheres) e 1 desquitado; 27 não declararam o estado conjugal. Estrangeiros havia apenas 21 e brasileiros naturalizados 6. Católicos romanos — 20 643, protestantes — 239, espíritas — 4, israelitas — 1 850, sem religião — 59, e sem declaração de religião — 77.

Em conseqüência, todavia, da já mencionada perda territorial, a sua população ficou reduzida, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, a cêrca de ... 7 650 habitantes, figurando assim no 23.º lugar entre os 43 municípios atualmente existentes no Estado.

Dessa população de 7 650 habitantes, cêrca de 22%, ou seja 1 714, localizaram-se no quadro urbano e 78%, ou seja 5 936 no quadro rural. Apresenta, assim, Eirunepé, uma das maiores porcentagens de população urbana do Estado.

A população do município de Eirunepé é de 0,47 hab/km², superior portanto, à do Estado, que é de 0,32hab. /km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, segundo os resultados do último Censo Demográfico, possuía 1 714 habitantes. Daí se verifica que a população urbana do município é 22,4% do total, inferior, portanto, à do Estado que é de 24%.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, econômicamente, a principal atividade do município. O valor dessa produção em 1956, foi de .... Cr$ 20 066 680,00, assim distribuído: borracha — ...... Cr$ 19 111 944,00, látex de seringueira — Cr$ 410 078,00, cernambi — Cr$ 394 658,00 e madeiras — Cr$ 150 000,00.

Também é importante a produção extrativa animal, principalmente o pescado, que é alimentação mais comum do município, juntamente com a farinha de mandioca. O

valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 821 600,00, assim distribuído: peixes diversos — Cr$ 200 000,00, pelos de jacaré — Cr$ 561 600,00 e de outros — Cr$ 60 000,00.

É muito pouco desenvolvida a agricultura em Eirunepé. O valor total dessa produção em 1950 é pouco mais de Cr$ 2 000 000,00. Os principais produtos são: mandioca, milho, feijão, arroz, fumo e banana.

Também a pecuária é muito reduzida. Os seus principais rebanhos são de suínos e bovinos com 3 500 e 2 200 cabeças, respectivamente. Os demais rebanhos têm efetivos inferiores a 1 000 cabeças.

O Registro Industrial referente ao ano de 1955, apresentou os seguintes resultados: número de estabelecimentos — 3 e valor da produção Cr$ 382 600,00. Dêsse valor, Cr$ 183 600,00 cabem aos principais produtos que são tijolos e telhas.

A atividade econômica que na época do último Censo (1950) ocupava maior número de pessoas era justamente a de indústria extrativa.

COMÉRCIO E BANCOS — O seu comércio é relativamente desenvolvido, de vez que possui 3 estabelecimentos atacadistas e 15 varejistas. Mantém transações com a praça de Manaus (capital do Estado) e importa tecidos, conservas, ferragens, louças, miudezas, etc. e exporta borracha, peles de animais silvestres, etc.

Foi instalada em 1956, na cidade, uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S.A. O seu movimento, até esta data, é de empréstimos — Cr$ 4 404 000,00, títulos descontados — Cr$ 413 168,00 e depósitos — Cr$ 528 346,30.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Eirunepé liga-se às sedes municipais limítrofes e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Carauari — fluvial — 1 517 km — aéreo — 370 km; Envira — fluvial — 303 km; Ipixuna — fluvial — 1 190 km; capital do Estado — fluvial — 3 193 km e aéreo 1 156 km. O transporte fluvial é feito por navios do S.N.A.P.P. e "motores" particulares e o aéreo por aviões "Catalina" da Panair do Brasil S. A.

O município possui uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e uma estação de radiocomunicação de uso público.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Eirunepé fica situada à margem esquerda do caudaloso rio Juruá, um dos principais afluentes do Solimões, e tido como o mais sinuoso rio do mundo. Conta 9 logradouros públicos. Dêstes, apenas 1 é pavimetado. Suas ruas são bem traçadas, retas, largas e planas. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a todos os seus logradouros; a domiciliária a 329 dos 546 prédios. Seus principais edifícios são a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar "Felipe Cunha", o Mercado Público e a Igreja de São Francisco.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município um Pôsto de saúde mantido delo S.E.S.P., localizado na sua sede, que presta assistência médica à população. Há também 1 farmácia, 1 médico, 1 dentista e 2 enfermeiros.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 18 458, 2 611 ou seja 14,7% sabem ler e escrever. Essa porcentagem é muito inferior à do Estado, que é de 36,8%.

ENSINO — O ensino primário é ministrado por 4 escolas, que em 1956 tiveram 458 alunos matriculados. Além dessas, funcionam em todo o município mais 9 escolas de ensino primário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na sede do município duas pequenas bibliotecas, sendo uma pertencente à Prefeitura Municipal, com cêrca de 200 volumes e a segunda pertencente à Paróquia, com menos de 200 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	120	86	470	196	534
1952.......	180	99	810	456	703
1953.......	227	101	963	122	840
1954.......	358	223	740	121	1 038
1955.......	461	611	1 281	210	1 398
1956 (1)...	511	245	1 181	481	1 181

(1) A receita municipal refere-se ao orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa de Eirunepé é a de seu padroeiro — São Francisco de Assis — realizada durante os dias 25 de setembro a 4 de outubro. Durante êsses dias o movimento na cidade aumenta consideràvelmente. Tôdas as noites, após as novenas, há concorridos leilões. No dia 4, dia de encerramento dos festejos, tem lugar a tradicional procissão que é acompanhada por grande número de devotos da cidade como dos pontos mais distantes do município.

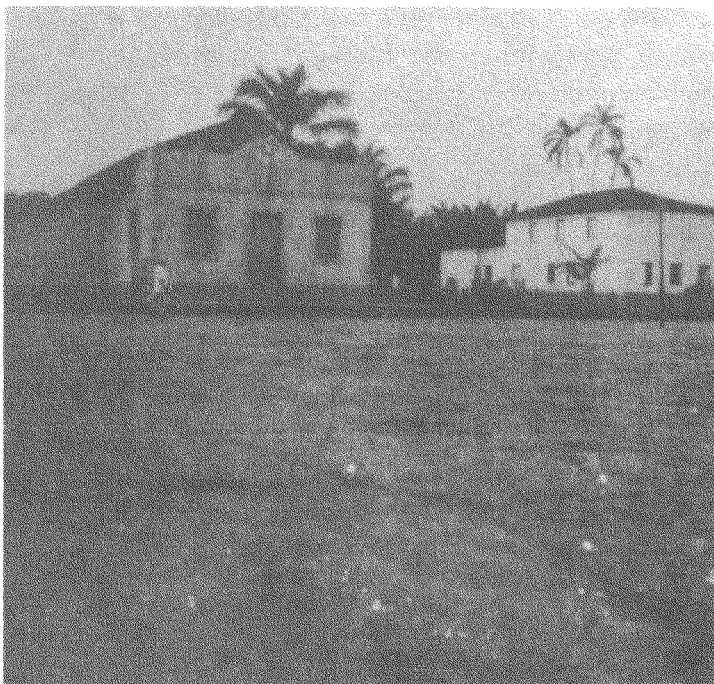
ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade de Eirunepé fica situada à margem do rio Juruá, o rio mais sinuoso do mundo que apresenta, por essa sua propriedade, aspectos interessantes capazes de prender a atenção do visitante. Além disso, o município possui ilhas, igarapés, lagos e paranás que oferecem também belas paisagens.

OUTROS ASPECTOS — O município conta com uma "pensão", localizada em sua sede e um cinema que funciona geralmente aos domingos e feriados. A cidade possui também um caminhão e um automóvel, únicos veículos motorizados de Eirunepé.

(Autoria do histórico — Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas, de Anísio Jobim. — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Eirunepé. — Sinopse Estatística do Município de Eirunepé — C.N.E.)

FONTE BOA — AM

Mapa Municipal na pág. 175 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Taracoatéua ou Taracuariba, aldeia dos índios Omaguas, foi o primitivo núcleo de povoamento da atual cidade de Fonte Boa. Nessa aldeia, nos fins do século XVII, o jesuíta alemão Samuel Fritz fundou a missão religiosa denominada N. S.ª de Guadelupe. Poucos anos após a

Praça Presidente Vargas

fundação da missão, foi a aldeia destruída pelos espanhóis e restaurada mais tarde pelos portuguêses.

Em 1759, a aldeia de Taracoatéua ou Taracuariba foi elevada à categoria de lugar, com a denominação de Fonte Boa.

A freguesia, antiga circunscrição territorial equivalente a distrito, foi criada pela Lei provincial n.º 92, de 6 de novembro de 1858, com a denominação de Fonte Boa.

Em virtude da Lei provincial n.º 251, de 22 de abril de 1873, a sede da freguesia foi transferida para o lugar denominado Barreiras de Fonte Boa.

A criação do município, com território desmembrado do de Tefé, ocorreu em 1891, por fôrça do Decreto estadual n.º 92, de 23 de março daquele ano, que elevou Fonte Boa à categoria de vila.

Na divisão administrativa referente a 1911 figura o município com três distritos: Fonte Boa, Uará e Jutaí. Já nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920 são 5 os seus distritos: Fonte Boa, Uará, Foz do Jutaí Paraíso e Curuema.

A Lei n.º 1 397, de 2 de outubro de 1928, criou a comarca, que foi instalada a 1.º de janeiro de 1929.

Na divisão administrativa de 1933 e nas territoriais datadas de 31-XII-936 e 31-XII-937, o município figura com apenas um distrito. Nessas divisões territoriais o município figura como têrmo judiciário da comarca do Alto Solimões, da qual é o têrmo-sede.

A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 68, de 31 de março de 1938. Nessa mesma data, pelo Decreto-lei n.º 69, a comarca do Alto Solimões passou a denominar-se comarca de Fonte Boa, compreendendo os têrmos de Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant.

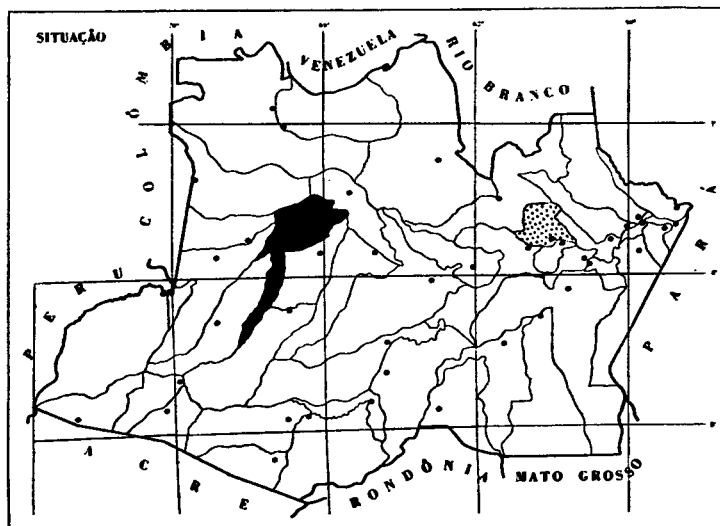
Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, o município perdeu parte do seu território para formar o novo distrito de Caiçara (atual Alvarães) no município de Tefé.

Em 1952, de acôrdo com a Lei n.º 226, de 24 de dezembro daquele ano, a comarca de Fonte Boa perdeu os têrmos de São Paulo de Olivença e Benjamin Constant.

Em 1955, por fôrça da Lei n.º 96, de 19 de dezembro daquele ano perdeu mais da metade do seu território para formar o novo município de Jutaí.

Atualmente — 31-XII-956 — continua sendo o município constituído de um só distrito e sede da comarca do mesmo nome.

Nas eleições de 3-X-955 foram eleitos: para prefeito — o senhor Mário Antônio Ferreira e para vereadores — os senhores Manuel Paes de Lemos, Alonso Borges, Belarmino Gomes de Albuquerque, Ângelo Gama, Dalmacio Xavier Ramos e Clóvis Rodrigues Celano. Votaram 1 358 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Fonte Boa está situado na zona fisiográfica Solimões-Javari. Limita com os municípios de Carauari, Japurá, Juruá, Jutaí, Maraã, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença. A sede municipal fica a 2° 32' de latitude Sul e 66° 02' de longitude W.Gr. Em relação à Capital Estadual sua posição é a seguinte: distância em linha reta: 670 km. Direção: 84° 18' N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 50 metros acima do nível do mar.

CLIMA — É quente e úmido o clima de Fonte Boa. Na sede municipal verificaram-se, em 1956, as seguintes mutações climáticas — médias da temperatura — das máximas: 32,8°C, das mínimas: 20°C e compensada: 25,9°C. Verificou-se uma precipitação total de 415,6 mm.

ÁREA — A área do município de Fonte Boa era de .... 71 354 km². Entretanto, com a perda territorial sofrida com a criação do município de Jutaí, por fôrça da Lei n.º 96, de 19-XII-955, ficou reduzida a menos da metade, ou seja, cêrca de 33 000 km². É assim o 23.º dos atuais 43 municípios amazonenses. Note-se que o município, embora não seja dos maiores do Estado, tem uma área superior à do Estado de Alagoas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios: Solimões, Jutaí Sapo, Riozinho, Caiari, Anati-Paraná e Biá; os lagos: Guedes e Minoruá.

Rua General Rondon

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais são constituídas por sua flora e fauna, notadamente a primeira, que é assaz importante, destacando-se entre as várias espécies a seringueira (Hevea brasiliensis) e madeiras de boa qualidade como o aguano e o cedro. Na segunda são dignas de menção várias espécies de peixes como pirarucu, tambaqui e quelônios, dos quais a tartaruga é o principal tipo, e outros aquáticos como o jacaré. Há rochas sedimentárias no município, que indicam provável existência de petróleo no seu subsolo.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado em 1.º-7-50, a população do município era naquela data de 14 637 habitantes, figurando em 15.º lugar entre os 25 municípios então existentes. A população assim se compunha: 7 738 homens e 6 899 mulheres; brancos — 4 072 (2 109 homens e 1 963 mulheres), pretos — 622 (367 homens e 255 mulheres), pardos — 9 912 ... (5 247 homens e 4 665 mulheres), sem declaração de côr — 37. Como se vê, predominam os "pardos", o que acontece na maioria dos municípios do Estado. Entre os de 15 anos e mais, que eram 7 569 (4 039 homens e 3 530 mulheres), 3 386 (1 991 homens e 1 395 mulheres) eram solteiros; 3 588 (1 803 homens e 1 785 mulheres) casados; 3 mulheres desquitadas; 587 (242 homens e 345 mulheres) viúvos; sem declaração, 5. Estrangeiros 93 (60 homens e 33 mulheres), brasileiros naturalizados 9 (7 homens e 2 mulheres). Dos 14 637 habitantes, 14 572 eram católicos romanos, 6 protestantes, 8 espíritas, 13 israelitas, 1 outras religiões, 10 sem religião e 27 sem declaração de religião. Das pessoas de 5 anos e mais, 11 834, apenas 2 230 sabiam ler e escrever, sendo 1 350 homens e 880 mulheres. Com a perda territorial sofrida pelo município e mencionada no título anterior, a população de Fonte Boa ficou reduzida a cêrca de 11 000 habitantes, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística. Com essa população coloca-se Fonte Boa no 16.º lugar entre os 43 municípios atualmente existentes no Estado.

A população relativa do município de Fonte Boa — 0,33 hab./km² é pouco superior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

Dos seus 11 000 habitantes, 752 localizam-se no quadro rural. A porcentagem da população urbana — 6,83% é muito mais baixa do que a do Estado, que é de 27%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a da sua sede, que em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado naquele ano, possuía 752 habitantes.

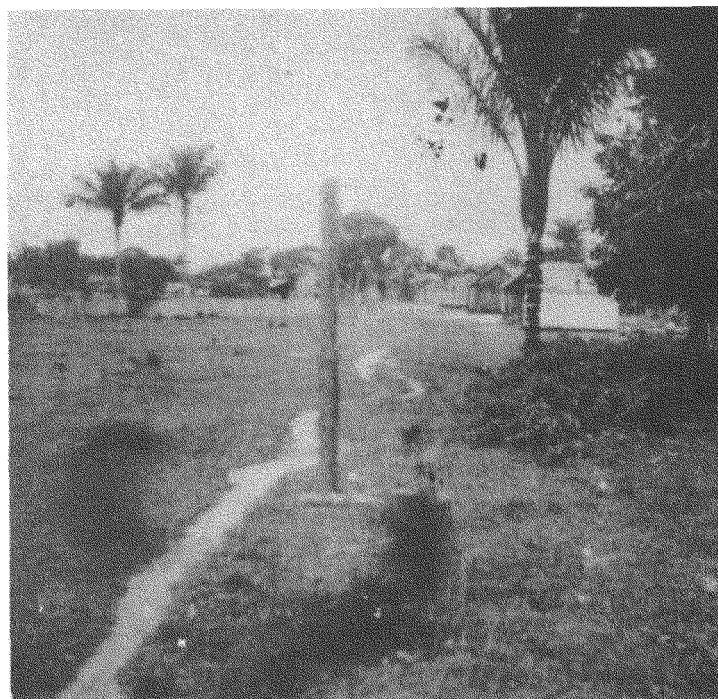
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é de fundamental importância para a economia municipal. A quase totalidade de sua população produtora ocupa-se dessa atividade. O valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 12 619 143,00, cabendo Cr$ 9 023 432,00 à borracha. Os demais produtos são castanha-do-pará ou noz do Brasil, sernambi, látex natural e balata maçaranduba.

É também de muita importância para o município a produção extrativa animal, cujo valor, em 1956, foi de Cr$ 7 150 000,00. Dêsse valor Cr$ 5 780 000,00 cabem ao pirarucu, Cr$ 560 000,00 a outros peixes e Cr$ 810 000,00 a couros e peles de animais silvestres.

É pouco desenvolvida a agricultura em Fonte Boa, como, aliás, em todo o Estado, com raríssimas exceções. O valor total da produção agrqcola, em 1956, não chega a atingir a quantia de Cr$ 3 000 000,00. Os principais produtos são: mandioca, banana, feijão, melancia e batata-doce.

Não há pecuária organizada no município. Os seus principais rebanhos são os de suínos e bovinos com 4 000 e 3 000 cabeças, respectivamente. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 500 cabeças.

Das atividades econômicas ocorrentes no município a que ocupava maior número de pessoas, segundo o Censo Demográfico de 1950, era: "Indústrias Extrativas".

COMÉRCIO E BANCOS — Conta o município com 6 estabelecimentos comerciais varejistas. Importa estiva em geral e exporta borracha, castanha-do-pará, sernambi, lá-

Rua Gen. Eurico Dutra

tex e balata maçaranduba. Não há agência bancária no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se à Capital do Estado por via aérea (Aviões Catalina da Panair do Brasil S. A.) e fluvial pelos serviços de Navegação da Amazônia e Portos do Pará (S.N.A.P.P.) e "motores" particulares. Comunica-se com as seguintes localidades: São Paulo de Olivença — fluvial: 420 km e aéreo: 306 km; St.º Antônio do Içá — fluvial: 298 km; Tefé — fluvial: 348 km e Manaus — 1 011 km fluvial e 670 aéreo. Dispõe de uma Agência Postal-Telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Fonte Boa fica à margem direita do rio Solimões. Possuía em 1950, 752 habitantes. Figurava assim em 19.º lugar entre as 25 cidades então existentes no Estado. Dessa população (380 homens e 372 mulheres), 360 sabiam ler e escrever; dêstes, 196 eram homens e 164 mulheres. São 12 os seus logradouros públicos, todos sem pavimentação. Dos seus 152 prédios, apenas 1 tem mais de 1 pavimento. Há 1 templo católico e 3 escolas de ensino primário.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por um "pôsto de saúde" mantido pelo S.E.S.P. Exerce a profissão na cidade 1 enfermeiro.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Censo Demográfico de 1950 mostram a situação do município quanto à instrução geral das pessoas de 5 anos e mais, em número de 11 834. Destas, 2 230, ou seja 18,8%, sabiam ler e escrever. Essa percentagem é bem inferior à do Estado, que é de 36,8%.

ENSINO — Funcionaram no município, no ano de 1956, 22 escolas de ensino primário. Dessas escolas, 15 localizavam-se no quadro urbano e 7 no quadro rural. O número total de alunos matriculados no mesmo ano foi de 387, sendo 221 do sexo masculino e 166 do sexo feminino. Na sede,

Avenida Presidente Vargas

Av. 7 de Setembro

3 escolas com 219 alunos matriculados; dêstes, 118 do sexo masculino e 101 do feminino.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1951	54	...	...	...
1952	178	...	...	...
1953	142	...	...	...
1954	135	730	232	939
1955	56	683	...	...
1956	185	1 215	544	1 544

FONTE: Secretaria de Finanças e Agência de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se a 12 de dezembro de cada ano, a principal festa da cidade que é a de Nossa Senhora de Guadalupe, sua padroeira. Do dia 1.º ao dia 12 são realizadas rezas, após as quais, animadas quermesses.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Podemos mencionar como uma atração turística o magestoso rio Solimões, com suas águas bastante barrentas e lodosas, como também o fenômeno das terras caídas, que são os desmoronamentos produzidos pelas impetuosas enchentes. É nessa ocasião que as ágas, pela fôrça de suas correntezas redemoinhantes, solapam as ribanceiras argilosas, que molhadas escorregam em grandes extensões levando florestas marginais que desaparecem tragadas no seio profundo das águas lamacentas.

OBSERVAÇÕES: — Os dados sôbre Atividades Econômicas foram fornecidos pelo D.E.E.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de A. Cezar Ferreira Reis. — Sinopse Estatística do município de Fonte Boa, editada pelo C.N.E. — Resultados dos Censos Demográfico, Econômico e Agrícola de 1950. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Fonte Boa.)

HUMAITÁ — AM

Mapa Municipal na pág. 195 do 1.° Vol.

HISTÓRICO — A catequese religiosa dos índios do rio Madeira, segundo a Carta Régia de 19 de março de 1693, ficara a cargo dos Jesuítas. Encontraram êsses padres sérias dificuldades, embora naturais, na execução dessa tarefa. É que habitavam também a região os terríveis índios "Muras", só pacificados às vésperas do século XIX.

Entre os índios Torás ou Turas e Araras, à margem do rio Prêto, afluente do rio Madeira, os jesuítas fundaram a missão de São Francisco.

Em 1885 a missão do São Francisco foi elevada à freguesia, por fôrça da Lei n.° 686, de 2 de junho do mesmo ano.

Esporte Clube "Humaitá"

Três anos após, de acôrdo com a Lei n.° 790, de 13 de novembro de 1888, deu-se a transferência da sede da freguesia para o local denominado Humaitá. A freguesia passou então a denominar-se "Nossa Senhora do Bem de Humaitá".

Foi fundada em 1869, pelo português comendador José Francisco Monteiro.

O município foi criado pelo Decreto n.° 31, de 4 de fevereiro de 1890, desmembrado do município de Manicoré.

A comarca foi criada no ano seguinte, quando governador do Estado o engenheiro Eduardo Gonçalves Ribeiro, de acôrdo com o Decreto n.° 95-A, de 10 de abril de 1891.

No mesmo ano de 1891, a vila de Humaitá foi elevada, à categoria de cidade, em virtude da Lei n.° 90, de 4 de outubro daquele ano.

Na divisão administrativa de 1911, figura o município de Humaitá com 5 distritos: Humaitá, Lago Cunitiá, Três Casas, Cavalcante e Santo Antônio.

Pela Lei n.° 74, de 30 de outubro de 1913, foi desmembrado do município de Humaitá o de Pôrto Velho (integra atualmente o Território Federal de Rondônia).

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.°-IX-920, o município de Humaitá se apresenta constituído também de cinco distritos: Humaitá, Mirari, Três Casas, Missão de São Francisco e Foz do Rio Javari.

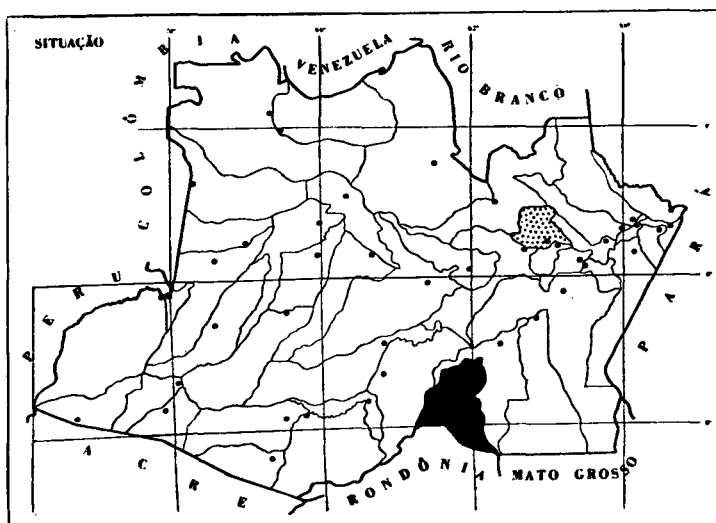
Na divisão administrativa de 1933, bem como nas territoriais de 31-XII-936 e 31-XII-937, o município de Humaitá figura apenas com um distrito, o do mesmo nome.

De acôrdo com o Decreto-lei Estadual n.° 176, de 1.° de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, foi criado o distrito de Calama, passando então Humaitá a constituir-se de 2 distritos.

Todavia, em virtude do Decreto-lei Federal n.° 6 550, de 31 de maio, Humaitá perdeu o distrito de Calama, para o município de Pôrto Velho, do Território Federal de Guaporé, atual Rondônia.

Permanece Humaitá até os dias presentes composto de um só distrito.

Nas eleições de 3-X-955, foram eleitos para prefeito — o senhor Raimundo Figueiredo Cavalcanti e para vereador os senhores Manuel dos Santos Teixeira, Aramenio Ferreira Riça, Oswaldo Euzebio Chaves, Ladislau Sarmento Almeida, João Chixaro de Souza e José de Souza Lobo. Votaram 980 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Humaitá está situado na zona fisiográfica do Rio Madeira, uma das sete em que se divide o Estado. Limita-se com os municípios de Canutama e Manicoré e com o Território Federal de Rondônia. A sua sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 31' de latitude Sul e 63° 02' de longitude W.Gr.; posição relativamente à capital — distância em linha reta: 586 km; direção S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 90 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima de Humaitá é quente e úmido. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 as seguintes mutações: média das máximas: 30,8°C — média das mínimas: 24,4°C — média compensada: 27,6°C. Nesse mesmo ano verificou-se uma precipitação total de 2 152 mm.

ÁREA — A área do município é de cêrca de 34 411 km^2, sendo assim, o 21.° município do Estado em extensão territorial, entre os 43 ora existentes. Como se vê, sua área é maior do que a do Estado de Alagoas, que tem apenas 27 793 km^2.

Igreja Matriz

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Madeira, Maici, Marmelos e Ipixuna.

RIQUEZAS NATURAIS — São importantes as riquezas naturais do município. Na sua flora destacam-se, pelo seu valor econômico, a seringueira (Hevea Brasiliensis) e a castanha-do-pará ou noz-do-brasil, o pau-rosa, a copaíba, o cumaru e várias outras espécies. Na fauna, mencionam-se como exemplo: onças, jacarés, queixadas, maracajás e veados. Quanto a minérios há no município: ferro, manganês, mica, ouro, mercúrio e cristal de rocha.

POPULAÇÃO — A população de Humaitá, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.º-VII-950, era àquela data de 12 790 habitantes. Segundo a população absoluta coloca-se em 12.º lugar entre os atuais 43 municípios do Estado.

Rua Fonseca Coutinho

Sua densidade demográfica é de 0,37 hab./km², é superior à da maioria dos municípios amazonenses. A população relativa do Estado é de 0,32 hab./km².

Da população total do município, 6 546 eram homens e 6 244 eram mulheres. Não foge assim Humaitá ao comum à quase totalidade dos municípios amazonenses, isto é, à superioridade da população masculina.

Quanto à côr, a composição era a seguinte: Pardos — 6 794 (3 480 homens e 3 314 mulheres); Brancos — 5 437 (2 755 homens e 2 682 mulheres); Pretos — 483 (272 homens e 211 mulheres). Predominam, como se vê, os "Pardos", o que também acontece na maioria dos municípios do Estado. Aproveita-se o ensejo para esclarecer que os "Pardos" no Amazonas, em sua maioria, não são oriundos do cruzamento dos "Pretos" com os "Brancos", e sim dos "Brancos" com os "Índios" de cuja miscigenação originou-se o "mameluco" e depois o "caboclo" que constitui grande parte da população do Estado.

Grupo Escolar

Entre as pessoas de 15 anos e mais, que eram 6 719 (3 497 homens e 3 222 mulheres), 2 743 (1 571 homens e 1 172 mulheres) eram solteiros; 3 453 eram casados; 9 (4 homens e 5 mulheres) eram desquitados; 462 (171 homens e 291 mulheres) eram viúvos. Estrangeiros eram apenas 23, brasileiros naturalizados 6, sem declaração de nacionalidade 4. Dos 12 790 habitantes do município, 12 499 eram católicos, 5 protestantes, 1 espírita, 259 de outras religiões e 18 sem declaração de religião. Quanto ao ramo de atividade a população se compunha da seguinte maneira: Agricultura, Pecuária e Silvicultura — 1 093 (1 011 homens e 82 mulheres); Indústrias Extrativas — 2 288 (2 259 homens e 29 mulheres); Indústrias de Transformação — 86 homens; Com. de mercadorias — 128 (125 homens e 3 mulheres); Prestação de serviços — 50 (9 homens e 41 mulheres); Transportes — 61 (60 homens e 1 mulher); Profissões liberais 1 (homem); Atividades sociais — 32 (11 homens e 21 mulheres); Administração pública — 18 (16 homens e 2 mulheres); Atividades domésticas — 3 757 (239 homens e 3 518 mulheres); Condições inativas — 827 (500 homens e 327 mulheres).

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, segundo os resultados do Censo Demográfico já referido, possuía, à época da realização do mesmo Censo, 781 habitantes. Dêstes, 403 eram homens e 378 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é a principal fonte de receita do município. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 foi de .... Cr$ 41 766 600,00, cabendo Cr$ 20 625 000,00 à castanha-do-pará e Cr$ 18 100 000,00 à extração da borracha; os demais produtos foram sôrva, sernambi, essência de pau-rosa, balata, óleo de copaíba e cumaru.

Também é relativamente importante a produção extrativa animal. Segundo o inquérito "Indústrias Extrativas" de 1956, o valor dessa produção foi de Cr$ 1 021 000,00, cabendo Cr$ 459 000,00 para couro de jacaré.

A agricultura no município é muito pouco desenvolvida, como se verifica pelo valor total de sua produção em 1956, que foi de cêrca de Cr$ 2 000 000,00. Os principais produtos são: mandioca, banana, feijão, fumo e milho.

Hospital "Humaitá"

A pecuária é assaz insignificante. Os seus principais rebanhos são os de suínos e de bovinos com 1 500 cabeças o primeiro e 500 cabeças o segundo. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 200 cabeças.

Pràticamente não existe indústria no município, a não ser a extrativa já referida em capítulo anterior. Os resultados do Registro Industrial referentes ao ano de 1955 são os seguintes: número de estabelecimentos — 2, valor total da produção — Cr$ 220 000,00. Não foram incluídos no Registro as pequenas casas de farinha, cuja produção em quase sua totalidade se destina ao consumo próprio.

Segundo os resultados dos Censos Econômico e Agrícola, realizados em 1950, existiam àquela época no município de Humaitá 4 estabelecimentos industriais e 282 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é relativamente desenvolvido e mantém transações com a capital do Estado

Rua Monteiro

e sedes dos municípios vizinhos. O município possui 82 estabelecimentos comerciais, dêstes, 12 ficam na sede. Funciona no município uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Humaitá liga-se à Capital e cidades vizinhas por transporte aéreo (Panair) e vapores ou lanchas. Um Catalina da Panair do Brasil S. A., uma vez por semana. O itinerário é o seguinte: Manicoré — fluvial: 452 km e aéreo 258 km; Borba — aéreo: 479 km; Manaus — 959 km fluvial e 586 km aéreo. O município possui uma Agência Postal-telegráfica, do D.C.T., que possibilita a comunicação da sede municipal com a capital do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Humaitá está localizada à margem esquerda do rio Madeira. Conta a cidade com 10 logradouros públicos, sendo 5 pavimentados,

Atêrro entre duas Ruas

Casa de Hospedagem e Residência dos Padres

arborizados e ajardinados; 180 prédios e 781 habitantes. A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 5 dos logradouros e a domiciliária a 34 prédios. Os edifícios mais importantes são a Prefeitura Municipal, e Orfanato Santa Terezinha, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e o Hospital da Missão Salesiana.

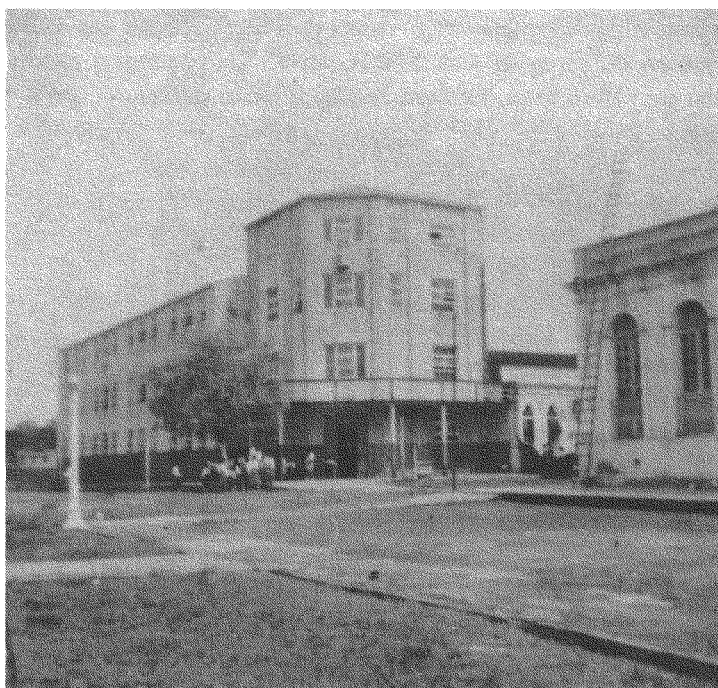
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui Humaitá um hospital mantido pela Missão Salesiana e um Pôsto de Saúde, sob a direção do S.E.S.P. O hospital é construído com todos os requisitos de higiene moderna, com 20 leitos, prestando grande benefício à população do município e de outros lugares. Exercem a profissão: 1 dentista, 1 enfermeiro e 1 parteira.

ALFABETIZAÇÃO — Das 10 295 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, apenas 2 581 sabiam ler e escrever

Outro Aspecto da Rua Monteiro

— 1 655 homens e 926 mulheres — A percentagem das pessoas que sabiam ler e escrever, 25%, é muito baixa, muito inferior à do Estado, que é de 36,8%.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 15 escolas de ensino primário. Destas 3 localizavam-se no quadro urbano e 12 no rural. Na sede municipal segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, entre as 639 pessoas de 5 anos e mais presentes naquele ano, 342 sabiam ler e escrever; destas 192 eram homens e 150 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui o município duas bibliotecas, sendo uma pertencente à Prefeitura Municipal e outra denominada "Biblioteca Vicentina" pertencente à Missão Salesiana, ambas de caráter público, possuindo a primeira 3 240 livros e a segunda 780 volumes. O Patronato "Maria Auxiliadora" pertencente a Missão Salesiana, recebe alunas procedentes de outros municípios, mantendo curso profissional doméstico como seja: bordado, cor-

Patronato "Maria Auxiliadora"

te e costura, música e arte culinária. O Humaitá Esporte Clube, de finalidade desporto-recreativa, tem sede própria e condigna, recentemente construída.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	—	70	792	347	1 025
1952.......	—	77	809	357	1 025
1953.......	—	245	819	361	978
1954.......	—	648	1 226	436	1 244
1955.......	—	2 025	1 281	387	1 281
1956.......	—	346	1 281	377	1 281

FONTE: Secretaria da Fazenda e Departamento de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa da cidade é a realizada em homenagem a sua padroeira — Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Os festejos começam a 29 de novembro e terminam a 8 de dezembro. Tôdas as noites após as novenas são reali-

zados leilões dos mais variados, de objetos ofertados à Nossa Senhora. Funcionam também barraquinhas que vendem bebidas, doces e comida. Também durante êsses dias acorrem a cidade vendedores de jóias, tecidos e bijuterias. A cidade não comporta o número elevado de "romeiros" procedentes dos municípios vizinhos, número êsse 3 a 4 vêzes superior à população da cidade.

VULTOS ILUSTRES — No cenário político-administrativo destacam-se: Álvaro Botelho Maia — Deputado e Senador Federal em diversas legislaturas; Poeta e literato, autor de várias obras. Plínio Ramos Coelhô, Deputado, Senador Federal e atual Governador do Estado.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A bacia hidrográfica do município é, pela disposição das águas de seu território, uma das mais complexas do Estado. O município é banhado pelo rio Madeira, que o corta, com a sinuosidade de suas águas em tôda direção. É formado pela bifurcação de dois rios: Mamoré e o Beni, dos quais recebe suas águas que vêm banhando quatro municípios, que são os seguintes: Pôrto Velho, Humaitá, Manicoré e Borba, compreendendo do alto

Rua Marechal Deodoro

para o baixo Madeira, até sua foz. Seu curso é de 3 240 km. Nas margens direita e esquerda estão formados os seguintes lagos: Lago dos Reis e Três Casas, cujas dimensões variam entre 30 a 35 quilômetros por 500 metros de largura. Acará e Carapanatuba, medindo aproximadamente 15 a 18 quilômetros de extensão por 300 metros de largura, isto na época de inverno, podendo ser portanto considerado uma atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1952 foi criado um campo agropecuário, entretanto até hoje não prosperou. Em 1956 foi organizada no município uma sociedade denominada "ALIMENTAMAZON", tendo sido adquirida uma certa área nos campos naturais próximos a esta cidade, para criação de gado bovino, já possuindo pouco mais ou menos 70 cabeças.

LENDAS — Transcrevemos a seguir, do livro "Terra Verde" de Adaucto de Alencar Fernandes, uma das várias lendas da região.

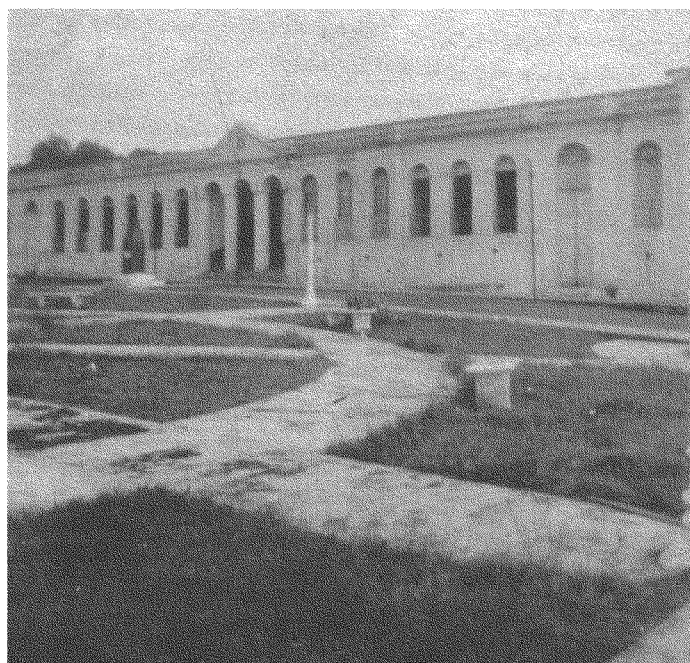
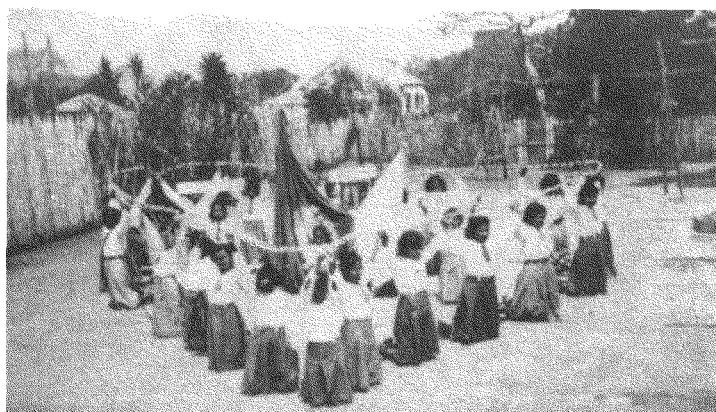
Praça da Bandeira

"Os mitos e as lendas indígenas do Amazonas criaram diversos tipos distintos, entre os quais vamos encontrar a Caapora, que é o espírito errante das matas.

A imaginação do homem índio, com o seu poder criador, fêz da Caapora um ser encantado, que tanto pode ser visto em sua forma material, como permanecer invisível no coração das selvas.

Êsse espírito místico, tem a semelhança de um caboclo baixo, tamanho de uma criança de 10 anos, porém, muito forte e portador de uma fôrça hercúlea.

Os naturais, segundo afirmam, quando em plena mata, nos dias de caçadas "panemas", encontram-se muitas vêzes com a Caapora, montada invariàvelmente num porco selvagem, muito amiga do tabaco que pede lhe dêem em abundância para uso de seu enorme cachimbo.

Como terminamos de ver, o índio na sua ignorância, atravessou um período de criação mitológica, imaginando

Praça Benjamin Constant

Festejos Religiosos

assim, um sistema perfeito de sêres invisíveis, demonstrando assim, positivamente a passagem grosseira de seu naturalismo para os domínios das cogitações transcendentes, como aconteceu com os demais povos da antigüidade.

A criação de numerosos mitos encontrados na vida das tabas, e que ainda hoje permanecem na alma do homem rústico dos sertões amazônicos, põe fora de qualquer dúvida a sua origem asiática, segundo já demonstramos em o nosso livro — O Índio do Brasil.

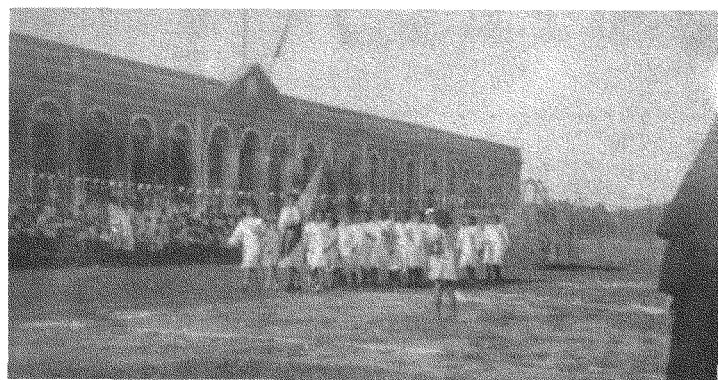
Caapora é um ser novo, pequeno, mas com forma humana e é quem preside os destinos da caça.

A criação dêsse estranho ser encantado, que tem prazer em perder no seio da floresta o caçador importuno, tem a sua origem no próprio mistério em que os índios fundam a sua tradição: — nasceu de Macacheira e Cererê, num momento alucinante de paixão.

Êsses dois últimos também são outros mitos que ainda hoje erram em busca um do outro, mas que se não encontrarão nunca, por isso que a Caapora se diverte em perdê-los.

De tal modo Caapora é um espírito também errante, cheio de malícia e perversidade, gaiato e brincalhão, mas que entre os animais passa a vida num gôzo sensual de poder fecundante, fumando e mascando tabaco constantemente.

Para o homem nativo da Terra Verde, Caapora é um ser rejuvenescido, que percorre as florestas em todos os sentidos, andando entre gritos e assobios, mergulhado em constante alegria. E, se consegue embriagar-se na mudez sombria da natureza verde, é para correr depois, concentrando em si todo o amor que dispensa aos animais que vagueiam dentro das selvas.

O misticismo doentio dêsse estranho ser é a confirmação perfeita da vida selvagem do índio, que necessàriamente

Desfile Escolar

se reflete no ponto de vista da sua organização, comparada em relação com a origem real de sua própria existência, como que dando a tudo que não pôde explicar e tem prenunciado de uma fôrça sobrenatural, revelada pela própria natureza.

Os habitantes do interior de qualquer seringal, no centro do Amazonas, acreditam piamente na existência sobrenatural da Caapora, de modo que, quando em suas caçadas, ficam perdidos em meio das matas, atribuem essa falta de atenção a uma "diabrura" a mais do irrequieto espírito do gênio da floresta.

Então, os caçadores começam por lhe procurar o rastro, e quando acreditam tê-lo encontrado no leito sêco de algum igarapé, incontinenti, fazem grandes rodas de cipós, bem tecidas, com muitas cruzes, colocando tudo aquilo por cima do suposto rastro. Nesse momento, então, partem dali como loucos selvagens pela mata em fora, quase correndo em busca da estrada perdida, até que por fim, pulando árvores caídas, saltando troncos enormes terminam depois de longas caminhadas por sair numa estrada qualquer. É que êles pensam muito infantilmente que logo ao saírem do local em que deixaram as rodas e cruzes de cipós a Caapora, na sua inimizade com os símbolos verdes que se amarram, enfurecida, tremendo e chorando pelo horror daquela perversidade, dali mais não sai enquanto não desmanchar tudo, quebrando com as mãos e dilacerando com os dentes.

Durante êsses longos momentos, — dizem os nativos, — os caçadores perdidos têm tempo de sobra para iludir a sua vigilância.

Quando isso acontece, os caçadores como que atemorizados, não deixam mais naquele dia a trilha das estradas. E, tristes, cheios de um grande pesar, sem que tenham matado nenhuma caça, vão rumando à barraca, comentando a perdição, relembrando as horas da noite que conseguiram evitar em meio das selvas, entre estouros de onças, gritos aterrorizantes, trevas impenetráveis, venenos de cobras e mordidelas de carapanãs de "uru". E como num desafôgo da alma, suspiram mais tranqüilos, mais encorajados, amaldiçoando no íntimo os indecifráveis segredos das selvas.

Outras vêzes, porém, o espírito da Caapora toma a forma deslumbrante de um enorme veado capoeiro, e muito manso procura enfrentar o caçador, que, ao vê-lo, depois do primeiro tiro errado em claro, vai seguindo-o, até que por fim, — quando menos espera, está verdadeiramente perdido. Nesse momento o animal se transforma; a Caapora surge, e o caçador, apovorado, tremendo, dispara correndo como um louco, caindo por sôbre espinhos, dilacerando as carnes, furando os pés, até cair exausto de cansaço, assombrado e delirante. Então, aniquilado, como quem não pensa, numa espécie terrificante de pesadelo, o desgraçado sente que o gênio perverso da mata está ao seu lado, montado num porco, rindo às gargalhadas entre espêssas baforadas de fumo e gritos de alegrias abafadas.

É assim a Caapora!... Encanta e perde!... Enlouquece e mata!...

Os seringueiros, cearenses em sua maioria levados pelas crendices do meio, acreditam piamente na existência fantástica do espírito das selvas, e muito mais supersticiosos que os nativos do Amazonas, fazem-lhe presentes de "fumo em molhos", deixando-os pelas estradas, à margem dos caminhos, dentro das matas, em cima dos velhos troncos caídos.

Com a dádiva do tabaco, todos acreditam que a Caapora abranda um pouco, e reconhecida pelo valor do presente que muito aprecia, como senhora absoluta das florestas, manda que os animais das selvas se apresentem ao caçador, que ao seu talante deve escolher para matar, aquêle que bem o aprouver.

Os que são "marupiaras", isto é, os bons caçadores, que nunca voltam sem trazer um veado ou um porco, dizem todos que têm "pauta" com a mãe da mata.

Os nativos, conhecedores profundos que são dos segredos da terra, em geral são sempre bons caçadores.

É que todos êles, acostumados àquela vida selvagem, entram nas selvas tomados de um imenso cuidado, precavidamente atentos, olhando devagarinho como quem espreita, examinando cuidadosamente tudo que os olhos abrangem de modo que lhes não é difícil, em poucos minutos, levantar dos leitos ou "malhadas" os grandes quadrúpedes que por ali descançam.

É êste o segrêdo que nem todos possuem levando-os a crer na proteção que a Caapora dispensa.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A.C. Ferreira Reis. Amazônia, de Lino Macedo. Sinopse Estatística do município de Humaitá, editada pelo C.N.E. Tábuas Itinerárias do Estado. Resultados dos Censos Demográfico, Econômico e Agrícola de 1950. Questionários preenchidos pelo A.E. de Humaitá.)

IÇANA — AM

Mapa Municipal na pág. 373 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Começou em 1657, com a fundação da Missão dos Tarumãs, a ação missionária no rio Negro.

Os frades Carmelitas em 1695 em sua tarefa de catequese religiosa, fundam aldeias no baixo e no médio rio Negro.

Nas primeiras décadas do século XVIII, estendem os Carmelitas as suas atividades ao alto rio Negro e aos seus afluentes Xié, Içana e Uaupés.

Os Uaupés, que constituíam uma grande nação, formáda por numerosas tribos, habitavam primitivamente o território do atual município de Içana. Ainda há nos dias atuais romanos contos da grande nação indígena. Entre êstes destacam-se os Tucanos, Cubeus, Uananas, Arapaços, Tarianos, Banibas, Ipecas. Êsses índios são geralmente de estatura média; compleição robusta; côr bronzeada; de traços fisionômicos firmes e expressivos.

Em 1761 o Capitão José da Silva Delgado foi incumbido de fundar povoações no alto Rio Negro. Foram então fundadas nessa oportunidade as povoações seguintes: São Pedro de Sinapé, São José de Marabitanas, Santa Maria, São Gabriel e outros. Em São Gabriel e São José de Marabitanas foram pouco depois construídos fortes onde se fixaram destacamentos militares. A povoação de São Marcolino, na embocadura do rio Xié, afluente do rio Negro, foi fundada em 1784 pelo Cel. Manuel da Gama Lobo d'Almada.

Não se sabe precisamente a data da fundação da localidade que é hoje a sede do município. Presume-se, todavia, que haja sido uma das várias povoações fundadas no alto rio Negro em 1761, pelo Capitão José da Silva Delgado. Denominou-se em seus primórdios de "São Felipe" e foi aldeia dos índios Banibas.

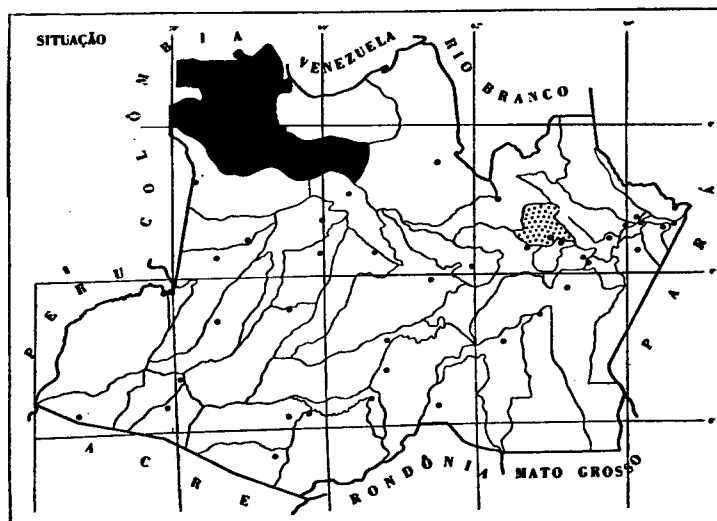
São Felipe foi a primeira denominação do distrito de Içana. Com êsse nome figurou, integrando o município de São Gabriel (atual Uaupés), na divisão administrativa referente ao ano de 1911 e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920.

Com a anexação do município de São Gabriel ao de Barcelos, por fôrça do Ato n.º 33, de 14 de setembro de 1931, foi extinto o distrito de São Felipe.

Embora o município de São Gabriel fôsse restaurado, como foi, em 1935, só em 1938, de acôrdo com o Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro dêsse último ano, deu-se o restabelecimento do distrito de São Felipe.

Em virtude do Decreto Estadual n.º 186, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de São Felipe passou a denominar-se Içana.

O município de Içana foi criado pela Lei Estadual n.º 96, de 19-XII-55, com território desmembrado do de Uaupés e constituído de 2 distritos: Içana e Iauretê. Teve, todavia, existência efêmera: de fato foi extinto, de acôrdo com a Lei n.º 117, de 29 de dezembro de 1956, que ao estabelecer a divisão administrativa e judiciária, vigente a partir de 1.º de janeiro de 1957, não incluía o município de Içana.

LOCALIZAÇÃO — O município de Içana está situado na zona fisiográfica do rio Negro. Limita com os municípios de Barcelos, Japurá, Maraã e Uaupés e a República da Colômbia.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Cêrca de 100 metros na sede do município.

CLIMA — É quente e úmido o clima do município, podendo-se mesmo dar-lhe a classificação "AF", isto é, quente e superumido, adotado por Kopen.

ÁREA — Com uma área de 114 900 km², segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é o segundo

município do Amazonas em extensão territorial, só excedido pelo de Barcelos. Note-se que essa área é superior à dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas juntos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tem como principais acidentes geográficos os rios: Negro, Uaupés, Içana, Curicoriari, Ajuana, Marié, Tiquié e Xié. O ponto mais alto do município é o Morro Carrapo, com 363 m nos limites com a Colômbia. No rio Negro encontram-se várias cachoeiras, entre elas as de: Carapanã, Ipadu e Aru. No rio Içana, destacam-se as cachoeiras Acotiacanga, Capriu, Malacacheta, Tumuí e Jacaré Ponta.

RIQUEZAS NATURAIS — Os municípios do rio Negro, não têm uma flora tão rica como a das outras zonas do Estado. Ali não existe com a abundância dè outras plagas amazonenses a Seringueira e a castanha-do-pará. Há, em compensação, a piaçava, inexistente nas demais zonas do Estado. Também a fauna, embora importante, é menos rica do que a de outras zonas barés.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.º-VII-950, os distritos de Içana e Iauretê, que compõem o atual município de Içana, possuíam àquela data, 9 793 habitantes. Com essa população coloca-se o município de Içana em 19.º lugar entre os atuais 43 municípios amazonenses.

A densidade demográfica de Içana é das mais baixas do Estado. De seu vastíssimo território cabem mais de 11 km² para cada um dos seus habitantes.

Ao distrito de Iauretê, com 6 519 habitantes, cabem cêrca de 66% da população. Os outros 34% ficam com o distrito de Içana que tem 3 274 habitantes.

Dos 9 793 habitantes de Içana, apenas 650 — ou sejam 6,53% localizavam-se à época do último Censo no quadro urbano. Verifica-se assim enorme preponderância da população rural com 93,47% do total da população. A percentagem da população urbana do município é muito inferior a do Estado, que é de 26,72%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem no município apenas duas aglomerações urbanas. A principal delas não é a sede do município, e sim a vila do Iauretê, que em 1950 contava com 574 habitantes. A cidade de Içana, na mesma data, quando da realização do último Censo, possuía apenas 70 habitantes.

Quanto ao sexo, a população do município assim se constituía: Homens 4 970 e mulheres 4 823.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, sem dúvida a principal fonte de receita do município. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística no inquérito "Indústrias Extrativas" o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 4 172 500,00, assim distribuídos: Piaçava Cr$ 1 750 000,00, Cipó .... Cr$ 1 500 000,00, Balata Cr$ 400 000,00, Borracha ...... Cr$ 247 000,00 e outros (sôrva, puxuri, sernambi e castanha-do-pará) Cr$ 275 000,00.

COMÉRCIO — É muito pouco desenvolvido o comércio. Existem apenas raros estabelecimentos comerciais varejistas. O município importa: estiva em geral, conservas, tecidos, miudezas, louças, ferragens, etc. e exporta: piaçava, cipó, balata, borracha e demais produtos da região.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual pelos seguintes meios de transporte: Uaupés — fluvial — 55 km, Barcelos — fluvial — 420 km — fluvio — aéreo (fluvial até Uaupés) — 55 km — aéreo daí a Barcelos — 450 km e Capital estadual — fluvial — 1 116 km — misto-fluvial até Uaupés — 55 km e aéreo de Uaupés a Manaus — 893 km.

Na Vila de Iauretê e nos povoados de Pari-Cachoeira e Tarauacá, há agências postais do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Içana, ex-vila do mesmo nome, fica à margem direita do rio Negro, sendo a primeira cidade amazonense no curso dêsse rio em demanda à sua foz.

É uma simples povoação que em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico então realizado, possuía 76 habitantes. Atualmente essa população deve estar beirando a casa dos 100.

Tem a cidade 1 templo católico, sob a invocação de Santana, 1 escola de ensino primário e 1 estabelecimento comercial.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — As Missões Salesianas do rio Negro, mantêm hospitais nas localidades de Iauretê, Tarauacá, Pari-Cachoeira e Tiquiê, que prestam a devida assistência à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das 500 pessoas de 5 anos e mais residentes no quadro urbano, 335 sabiam ler escrever.

ENSINO — É ministrado, principalmente pelas escolas mantidas em Iauretê, Pari-Cachoeira, Tarauacá, e Tiquié, pelas Missões Salesianas do Rio Negro.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Além do ensino primário, mantém as "Missões" o ensino profissional: cursos de corte e costura, enfermagem, marcenaria, tecelagem e agricultura.

FINANÇAS PÚBLICAS — A União e o Estado ainda não instalaram órgão de arrecadação no município. O orçamento da receita municipal para o ano de 1956 foi de .... Cr$ 417 000,00.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O magestoso rio Negro, dos mais importantes cursos de água do mundo, e principal afluente do Amazonas constitui, por si só, uma atração turística. Ao longo de sua imensa vastidão caudal, surpreende-se o viajor, vêzes após vêzes, com cenários de beleza indiscritível. A cidade de Içana fica à margem direita, sendo a primeira cidade brasileira no seu curso, em demanda à foz.

(Autoria do Histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Uaupés, de Frederico Rondon. Resultados dos Censos Demográficos. Sinopse Estatística do Município de Uaupés. Tábuas itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pelo A.E. de Uaupés.)

IPIXUNA -- AM

Mapa Municipal na pág. 221 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O nome do município veio-lhe do rio Ipixuna, um dos principais afluentes do Juruá, e cujo curso no município tem a direção oeste-leste e a extensão de cêrca de 300 km.

Ipixuna, em língua indígena significa "água escura", denominação que lhe foi dada certamente pelos índios Catuquinas, Curinas e Canamaus e outros primitivos habitantes da região.

Entre os rios mais importantes do Estado, o Juruá foi dos últimos a serem penetrados pelo homem civilizado. Segundo A.C. Ferreira Reis em "História do Amazonas", nos tempos coloniais "o Juruá só não guardava mistérios na bôca e pouco acima". Primeiro foram conhecidos o Amazonas, Solimões, Negro, Içá, Japurá, Urubu, Madeira e Purus. Veio então a seguir o Juruá. Em 1857 João da Cunha Correia subiu o grande rio até a foz do Juruá-Mirim.

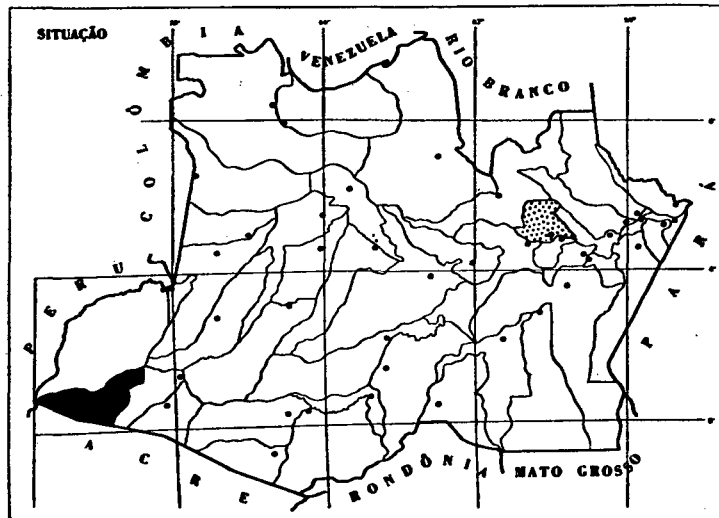
A fixação do elemento humano, alienígena, em território do atual município de Ipixuna, iniciou-se nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. A aventura da borracha atraiu para as plagas amazonenses os nordestinos, principalmente cearenses, tangidos pelas sêcas que assolam, de quando em vez, aquela região. Em 1877, segundo Onofre Andrade em "Amazônia-Juruá" há notícias de geral fixação de cearenses no rio Juruá. Em 1883, de acôrdo com A.C. Ferreira Reis, em "História do Amazonas" estão os bravos nordestinos no Riozinho da Liberdade, bem no centro do atual município de Ipixuna. Segundo nota ainda de A.C. Ferreira Reis, quem iniciou o povoamento do Riozinho foi o pioneiro Artur Marques de Menezes.

O município de Ipixuna foi criado pela Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do município de Eirunepé. Eirunepé, por sua vez, foi criado pela Lei n.º 33, de 4 de novembro de 1892, com a denominação de São Felipe do Juruá, e com território desmembrado do município de Tefé.

Segundo a Lei mencionada o município de Ipixuna foi constituído pelos subdistritos: Foz do Riozinho, Foz de Ipixuna, Foz do Hudson e parte dos de Foz do Gregório e Canindé, com sede na localidade de Guajará elevada então à categoria de cidade.

Guajará, fica à margem esquerda do rio Juruá, em terras do "Seringal Príncipe", de propriedade do Senhor Said Badarani. O Govêrno do município, todavia, não está funcionando em Guajará. Instalou-se provisòriamente no "Seringal Monte Ligia" que fica, também, à margem esquerda do Juruá, à jusante do Guajará, pertencente ao Senhor João Herculano Primo. Cogita, atualmente, o Prefeito de Ipixuna de transferir a sede do município para o lugar Pôrto Rico que lhe parece oferecer melhores condições para a perfeita administração da Comuna.

O município foi instalado a 18 de fevereiro de 1956, sendo seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o Senhor Domingos Barbosa Filho.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ipixuna está localizado na zona do Rio Juruá, uma das sete zonas fisiográficas em que se divide o Estado. Limita com os municípios de Atalaia do Norte e Eirunepé e com o Território Federal do Acre.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Cêrca de 140 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima do município de Ipixuna é quente e úmido, idêntico ao de Eirunepé, do qual foi desmembrado e que em 1956 apresentou as seguintes variações na sua temperatura em graus centígrados: média das máximas — 30,0; média das mínimas — 19,0; média compensada — 24,5.

ÁREA — A sua área, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é cêrca de 24 300 km². Figura assim no 27.º lugar entre os 43 municípios amazonenses atualmente existentes. Embora não seja dos maiores municípios do Estado, possui, como se vê, área superior à do Estado de Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são: os rios Juruá, Ipixuna, Riozinho da Liberdade e Campinas.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são constituídas por sua flora e sua fauna. Na primeira, destaca-se a seringueira (Hevea Brasiliensis), além de madeiras de boa qualidade, como o aguano e o cedro. Na segunda são dignos de menção os peixes de várias espécies (pirarucu, peixe-boi, tambaqui etc.) e animais silvestres, como caititu, queixada, veado etc.

POPULAÇÃO — Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística a população do município de Ipixuna deve ser de cêrca de 7 630 habitantes. Com essa população coloca-se Ipixuna no 24.º lugar entre os 43 municípios atualmente existentes no Estado.

A densidade demográfica de Ipixuna, com .... 0,14 hab/km², é das mais baixas do Amazonas. A população relativa do Estado é de 0,32 hab/km², mais de 2 vêzes, portanto, superior à de Ipixuna.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana atualmente existente é a da sede do município, ex-povoado de Guajará, que conta com cêrca de 800 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é a principal fonte de receita do município. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956, foi de .... Cr$ 9 265 000,00, assim distribuído: borracha — .... Cr$ 8 065 000,00; sernambi — Cr$ 450 000,00; látex — Cr$ 246 000,00; e madeira — Cr$ 500 000,00.

É relativamente importante a produção extrativa animal, principalmente a referente ao pescado, que com a farinha de mandioca é a base de alimentação da população ipixunense. Segundo dados apurados pelo Departamento de Estatística, o valor dessa produção em 1956, foi de Cr$ 663 000,00, assim distribuído: peixes — Cr$ 250 000,00 e peles e couros de animais silvestres — Cr$ 413 000,00.

A agricultura em Ipixuna quase não se pratica. Os principais produtos são: a mandioca e a cana-de-açúcar. O valor total da produção em 1956 não chega a atingir a quantia de Cr$ 1 000 000,00.

Também a pecuária é insignificante. Os seus principais rebanhos são os de suínos e de bovinos, estimados, em 1 220 cabeças o primeiro e 860 cabeças o segundo. Os demais rebanhos têm efetivos inferiores a 300 cabeças.

A indústria de transformação no município consiste apenas no fabrico da farinha de mandioca e do açúcar moreno ou gramixé em rudimentares estabelecimentos.

COMÉRCIO — A sede municipal conta com apenas 2 estabelecimentos comerciais varejistas e espalham-se pelo interior do município mais alguns dêstes, cêrca de 10 a 15 ao todo. O município importa: estiva em geral, conservas, tecidos, calçados, miudezas, louças, ferragens e outros, e exporta: borracha sernambi, látex, madeira e demais produtos da região.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O transporte do município de Ipixuna às localidades vizinhas e à Capital Estadual: Eirunepé — 1 190 km e Capital Estadual — 4 383 km, é feito por via fluvial (navios do S.N.A.P.P. e motores particulares) e aéreo por catalinas da Panair do Brasil, S.A. (via Eirunepé à Capital Estadual — 1 156 km) e fluvio-aéreo até Eirunepé — 1 190 km.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal, ex-povoado de Guajará fica à margem esquerda do rio Juruá. Possui cêrca de 120 casas e 800 habitantes; 2 estabelecimentos comerciais varejistas, 1 escola de ensino primário e 1 templo católico, cujo orago é S. Francisco.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município oito escolas de ensino primário. Dessas, uma localizava-se na sede do município.

FINANÇAS PÚBLICAS — A União e o Estado ainda não instalaram órgão de arrecadação no município. O orçamento da receita municipal para o ano de 1956 foi de .... Cr$ 520 000,00, exclusive as quotas referentes ao Impôsto de Renda.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os rios Juruá e Ipixuna que banham o município, constituem o que, sob o título em epígrafe, é digno de nota; o Juruá, tido como o mais sinuoso rio do mundo, é, efetivamente, um belo e imenso curso d'água. O Ipixuna, afluente do Juruá, embora menos importante é também um rio bonito a cujas margens se debruça frondosa e luxuriante vegetação.

(Autoria do Histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatstica; Bibliografia — "História do Amazonas", de Artur Cezar Ferreira Reis. "Amazônia—Juruá", de Onofre de Andrade. — Sinopse Estatística do Município de Eirunepé — C.N.E. Questiosário preenchido pelo A.E. de Eirunepé.)

ITACOATIARA — AM

Mapa Municipal na pág. 147 do 1.º Vol.

Fcto: pág. 106 do Vol. I

HISTÓRICO — O desenvolvimento pròpriamente dito do território amazonense, só começou depois da tão conhecida viagem de Pedro Teixeira, realizada em 1637, de Belém do Pará a Quito no Equador.

Primeiramente o devassamento teve por principal objetivo a cata do ouro (sempre infrutífera) e de droga do sertão (cacau, baunilha, canela e cravo) e a caça aos indígenas.

Depois os missionários iniciaram a sua dignificante obra catequética. Nessa árdua tarefa coube aos Jesuítas a região do rio Madeira.

Os índios Abacaxis, Anicorés, Aponariás, Barés, Cumaxiás, Jumas, Juquis, Juris Pariquis e Terás foram, segundo informa Araújo e Amazonas, os primitivos habitantes da região hoje compreendida no município de Itacoatiara.

Na foz do rio Muturá, afluente do rio Madeira, foi fundado por Ferreira João Sampaio, nos meados do século XVIII, o primeiro núcleo de povoamento organizado em território do atual município de Itacoatiara. Não permitiram, todavia, os terríveis índios Muras o desenvolvimento da aldeia recém-fundada, atacando-a várias vêzes e forçando, por fim, a retirada dos seus habitantes para o rio Canumã, onde êstes se instalaram. Mas ainda ali lhe vão ao encalço, pouco depois, os ferozes Muras, obrigando-os a nova arribada, desta vez para o rio Abacaxis. Em 1757, transferem-se os habitantes da aldeia de Abacaxis, para a margem esquerda do Amazonas, onde é hoje a cidade de Itacoatiara. A transferência, dessa vez, não foi, impelida pela perseguição dos Muras. Ditaram-na outros motivos, entre os quais a insalubridade do lugar. Pretendiam os índios habitantes da aldeia mudar-se para o recesso das matas, com o que não concordou Mendonça Furtado, Governador da Província, quando em visita à Borba teve conhecimento do fato por intermédio dos próprios interessados. Indicou então o Governador, outros locais, e entre êsses escolheram êles Itacoatiara. Sôbre essa escolha assim se expressou Mendonça Furtado em carta dirigida ao Ministro: "Na verdade escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há, pois produzem todo gênero de frutas, e o rio naquele sítio abundantíssimo e sobretudo está na estrada real dêstes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorros, e os índios, não só tirarão grande lucro dos seus trabalhos na venda dos mantimentos, mas civilizar-se-ão".

O vocábulo "Itacoatiara", significa em língua indígena, donde procede, "pedra pintada". Foi dada essa denominação ao local em conseqüência da existência ali de inscrições gravadas em algumas pedras, no rio, defronte à atual cidade.

Anísio Jobim, em seu livro "Itacoatiara" consigna outra versão referente ao mais antigo núcleo de povoamento. De

acôrdo com o referido autor, "há notícia que o Padre Antônio Vieira, gênio tutelar dos selvagens, criou uma missão de Aroaquis, numa das ilhas próximas de Itacoatiara", e que essa missão, segundo Barbosa Rodrigues, teria sido criada em 1655 na ilha do Aibi.

Em 1759 a aldeia de Itacoatiara é elevada a vila, com a denominação de Serpa, nome de origem portuguêsa. Data daí conseqüêntemente a criação do município. Foi a terceira vila instalada no Amazonas. Antecederam-na as de Borba e Barcelos.

Logrou desenvolvimento satisfatório a vila de Serpa. Entre as localidades então existentes no território amazonense era das mais importantes. Predominava, inclusive, de certo modo, sôbre Barcelos, sede da Capitania, porque lhe estava subordinado o respectivo distrito. O lugar da Barra, atual Manaus, já como sede da Capitania, dependia pollticamente da Vila de Serpa, vez que ali funcionava a Comarca Municipal, a cuja jurisdição pertencia o lugar da Barra, que ainda não havia logrado a categoria de vila.

Em 1 833, o município foi suprimido. Quando da Cabanagem, sedição que entre os anos de 1835 e 1840 alastrou-se pela Província do Pará, Serpa foi também duramente atingida. Os Cabanos, derrotados em sucessivos combates, refaziam-se após as refregas e novamente investiam sôbre os indefesos bugres então existentes. É assim que após os combates de Icuipiranga em que foram disimados, reorganizaram-se e investiram sôbre Parintins, Luzeia e Serpa, vencendo-as sem grande resistência.

Em 1857, deu-se a restauração do município, por fôrça da Lei n.º 74, de 1.º de dezembro daquele ano. As solenidades da reinstalação do município ocorreram a 24 de junho do ano seguinte, dirigidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Silves, que deu posse aos vereadores eleitos: Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, Antônio José Serudo Martins, Damasco de Souza Barrija, Agostinho Domingos Carvalho, Raimundo Cândido Frenoz, João da Luz Pinheiro e Manuel Porfírio Delgado.

Em 1865, altas horas da noite de 31 de junho, foi a vila de Serpa invadida por um grupo de bandidos. Acercam-se silenciosamente do quartel e da cadeia, onde se apoderaram de armamento e munição. Depois, rompeu pelas ruas da cidade num verdadeiro tropel, ao "som de tambores, gritos subversivos e tiros". Desperta, então, em sobressalto a população da vila. A princípio até se pensou fôssem paraguaios (com os quais se achava em guerra então o Brasil) os assaltantes. Passados os primeiros instantes, reagem os habitantes da vila sob o comando do Capitão da Guarda Nacional, Antônio José Serudo Martins, secundado pelo cabo José Maquiné, indo ao encontro dos bandidos. "Por todos os ângulos da cidade ouvia-se o estrépito dos tiros e o barulho surdo de portas postas abaixo". Logo no início do combate foi ferido o cabo José Maquiné. A luta, todavia, prosseguiu e pouco depois os invasores, não resistindo ao ímpeto dos defensores da vila, bateram em debandada.

O têrmo judiciário de Serpa foi criado pela Lei n.º 5 146, de 27 de novembro de 1872.

A vila de Serpa recebeu foros de cidade por fôrça da Lei provincial n.º 283, de 25 de abril de 1874, passando então a denominar-se Itacoatiara. Depois de Manaus e Tefé, foi a primeira localidade do Amazonas a ter a categoria de cidade.

A Lei n.º 341, de 26 de abril de 1876 criou a comarca de Itacoatiara. A instalação da comarca ocorreu a 11 de setembro do mesmo ano, sendo seu primeiro Juiz o Dr. Felipe Honorato da Cunha Mininéia.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Itacoatiara figura com 11 distritos: Itacoatiara, Pirapitinga, Amatari, Curarizinho, Apipica, Iauanaçu Caapiranga, Castelo e Lago do Soares.

Em 1930, por fôrça do Ato estadual n.º 45, de 28 de novembro, o município de Urucará foi anexado ao de Itacoatiara. Em 1931, o mesmo acontece com o de Urucurituba, em virtude do Ato estadual n.º 33, de 14 de setembro.

O trecho do rio Amazonas, bem em frente à cidade de Itacoatiara, já foi palco de uma batalha naval.

Em 1932, quando da revolução eclodida em São Paulo, a guarnação da Fortaleza de Óbidos, à margem do rio Amazonas, no Estado do Pará, aderira aos revoltados paulistas.

Os rebeldes da Fortaleza de Óbidos aprisionaram dois navios, o Jaguaribe, pertencente a uma firma particular e o Andirá, da frota da "The Amazom River Steam Navigation Company Ltd." e os improvisaram em vasos de guerra, armando-os com canhões e metralhadoras.

Pretendiam os rebeldes subir o Amazonas e o Negro e ocupar Manaus. Com êsse intuito, preparados os navios, rumaram com destino à Capital Baré.

O Interventor do Amazonas, foi, pelo Cel. Alderico Pompo de Oliveira, intimado a render-se.

Dias depois a lancha "Diana" que partira de Manaus com destino ao baixo Amazonas, fôra também capturada pelos revoltosos. Nessa lancha, antecipando-se aos dois navios, Arquimedes Lalôr, com vários soldados subiram o Amazonas e ocuparam a cidade de Parintins. De posse da cidade, Lalôr telegrafou ao chefe da revolução em Óbidos, nos seguintes têrmos: "vamos entrando, gloriosamente, para a história do Amazonas".

A situação afigurava-se séria ao Interventor do Estado, que então resolveu adotar prontas e enérgicas providências. Armou-se o navio "Rio Curuçá", que comandado pelo Tenente Antônio Pojucan Cavalcante, e conduzindo 50 guardas civis e 30 soldados da comissão de Limites, zarpou de Manaus no dia 21 de agôsto de 1932 ao encontro dos rebeldes. Após uma hora de viagem encontrou-se o "Rio Curuçá" com o "Baependi", que retornava a Manaus, donde partira poucos dias, conduzindo tropa do Exército para o Sul do País. O comandante do "Baependi" soubera em caminho, dos acontecimentos de Óbidos e resolvera voltar a Manaus. Com o "Baependi" então retrocedeu a Manaus também o "Rio Curuçá".

No dia 22 de agôsto, deixaram o pôrto de Manaus os navios "Baependi", "Ingá", "Rio Curuçá", "Rio Aripuanã", "Rio Jamari" e a lancha "Iris", constituindo a esquadra que devia ir, como foi, ao encontro dos revoltosos. Comandava a frota o Capitão-de-fragata Alberto de Lemos Bastos.

Seguia o "Baependi" à frente da esquadra, quando ao alvorecer do dia 24 de agôsto avistou os navios adversários. Êstes tomaram imediatamente posição de combate e abriram "fogo" contra o "Baependi", que retrocedeu a tôda fôrça ao encontro do "Ingá" que o seguia, conforme instruções. Às 10 horas passou o "Baependi" frente à Itacoatiara e

mandou 2 marinheiros à terra, com uma mensagem ao tenente Albuquerque recomendando-lhe "resistir até queimar o último cartucho e impedir por todos os meios o desembarque dos sediciosos".

Pouco tempo depois acercaram-se de Itacoatiara os navios "Jaguaribe" e "Andirá" que se achavam em poder dos rebeldes. Mandaram um emissário a terra, intimando as autoridades a capitular. A resposta foi negativa. Deram então o prazo de duas horas para a evacuação da cidade, findo o qual iniciariam o ataque.

O Major Gonzaga Pinheiro, resolveu ir a bordo entender-se com os chefes revoltosos. Acompanharam-no o comerciante Araújo Costa e o Padre Pereira. Não chegaram a acôrdo satisfatório. Gonzaga Pinheiro reafirmou, então destemidamente que a cidade não se renderia, e voltou a terra.

Ia em curso o prazo concedido pelos rebeldes, quando surgem na curva do rio a frota comandada por Lemos Bastos.

Eram pouco mais de 13 horas, quando se avistaram as duas fôrças opostas. Estavam ambos os combatentes bem em frente à cidade de Itacoatiara. Os rebeldes tomaram imediatamente posição de combate. As cornetas soaram e logo se fêz ouvir o estrugir dos canhões. Cruzam-se os projéteis mortíferos. O "Baependi" metralha incessantemente o "Jaguaribe", contra o qual vai também o "Ingá" e o põe a pique. Uma bandeira branca tremula por instantes, e o "Jaguaribe" desaparece no torvelinho das águas.

Dos navios adversários é o "Andirá" que luta mais desesperadamente. Metralha cerradamente os navios legalistas. Lança-se então o "Baependi" sôbre êle e o atinge bem em cheio, partindo-o ao meio.

Termina assim a luta. Luta feroz e inglória, apesar da bravura inconteste de ambas as partes. Inglória, sobretudo, porque fratricida.

Na divisão administrativa de 1933, figura o município de Itacoatiara com um só distrito, — o da sede.

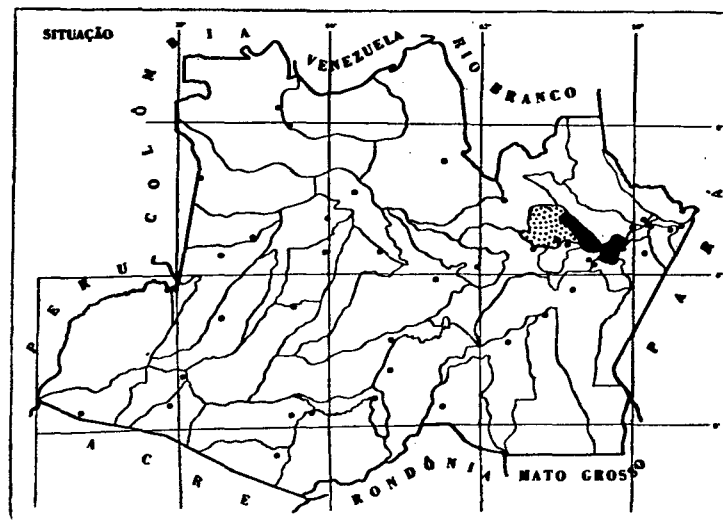
Com a reconstitucionalização do Estado em 1935, retornaram Urucará e Urucurituba à antiga condição de município, que haviam perdido, respectivamente, em 1930 e 1931, quando foram anexados ao de Itacoatiara.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, a comarca de Itacoatiara, perdeu os têrmos de Itapiranga (ex-Silves) e Urucurituba, transformados em comarcas.

Em 1955, em virtude da Lei n.º 96, de 19 de dezembro do mesmo ano, o município de Itacoatiara perdeu os distritos de Ambrósio Aires e Murutinga para o novo município de Autazes e parte do subdistrito de Curupira para o também novo município de Nova Olinda do Norte.

Nas eleições de 3-X-1955 foram eleitos: Prefeito — Raimundo Perales, e Vereadores — João Valério de Oliveira, Adamastor Onety de Figueiredo, Jurandir Vital de Mendonça, Hélio de Lemos Falcone, Luís da Paz Serudo Martins, Arnóbio Farias de Oliveira. Nessas eleições votaram 4 607 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itacoatiara está situado na zona fisiográfica do Médio Amazonas. Limita com os municípios de Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaus, Nova Olinda do Norte e Urucurituba.

A sede municipal fica a 3º 09' de latitude Sul e 58º 27' de longitude W.Gr. Sua posição quanto à Capital do Estado é: distância, em linha reta — 176 km e direção — 89º 28' S.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal mede 18 m de altitude.

CLIMA — Itacoatiara tem clima quente e úmido como os demais municípios do Estado.

ÁREA — A sua área que era até fins do ano de 1955, de 13 031 km², segundo cálculos do C.N.G., ficou reduzida a 8 000 km², em conseqüência da perda territorial sofrida com a criação dos novos municípios de Autazes e Atalaia do Norte. É Itacoatiara um dos menores municípios do Estado, ou seja, precisamente o 37.º entre os 43 atualmente existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: os rios Amazonas, Madeira, Urubu, Prêto, as ilhas Serpa e Trindade, formadas pelo rio Amazonas e os lagos Serpa e Miratuba.

RIQUEZAS NATURAIS — Presume-se a existência de petróleo em território itacoatiarense. Aliás, o recém-criado município de Nova Olinda do Norte, onde se acham os poços petrolíferos explorados pela Petrobrás, foi desmembrado do município de Itacoatiara. Há ferro e ouro em vários pontos do município.

São bem importantes a flora e fauna itacoatiarenses. Na primeira, se destacam a seringueira, a castanha-do-pará e o pau-rosa. Na segunda, peixes de variadas espécies e animais silvestres, como caititu, queixada, veado, capivara etc.

POPULAÇÃO — A população de Itacoatiara era, em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado naquele ano, de 30 102 habitantes.

Segundo os diferentes grupos, a população constituía-se assim: homens — 15 449 e mulheres — 14 653. Pardos — 17 222, brancos — 10 937, prêtos — 1 755 e amarelos — 97 e 91 sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais que formavam 16 087 (8 265 homens e 7 822 mulheres), 8 022 (4 467 homens e 3 555 mulheres), eram sol-

teiros, 6 877 — casados, 1 112 (369 homens e 743 mulheres) — viúvos, 1 desquitado e 75 sem declaração de estado conjugal. Estrangeiros havia 110 e brasileiros naturalizados, 12. Católicos romanos eram 29 295, protestantes — 350, espíritas — 81, budistas — 14, israelitas — 39, maometanos — 7, outras religiões — 177, sem religião — 108 e sem declaração de religião — 31.

Em conseqüência do desmembramento territorial já mencionado, a população do município ficou reduzida a cêrca de 15 200 habitantes, ou seja, pouco mais da metade. Ainda assim é dos mais populosos municípios do Estado, colocando-se em 7.º lugar entre os 43 atualmente existentes.

Depois de Manaus, Careiro e Parintins, é o município de Itacoatiara o que apresenta maior densidade demográfica no Amazonas. A sua população relativa é de ...... 1,9 hab/km² enquanto a do Estado é de 0,32 hab/km².

Dos seus 15 200 habitantes, localizavam-se, em 1950, no quadro urbano, 5 867, não se computando a população da vila de Amatari, cujo quadro urbano não fôra delimitado, tendo sido a sua população incluída no quadro rural. Como se vê, apresenta Itacoatiara elevada percentagem (38,6%) de população urbana, só excedida no Estado pela do município da Capital. A percentagem da população urbana do Amazonas é de 26,9% bem inferior, portanto, à de Itacoatiara.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Pràticamente só existe no município uma aglomeração urbana que é a da cidade de Itacoatiara que, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.º-VII-1955, possuía àquela data 5 867 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é a principal atividade econômica do município, graças principalmente à intensificação da juticultura, cujo valor de tôda a produção é cêrca de metade do valor de tôda a produção agrícola do município que, em 1956, segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, foi de Cr$ 120 000 000,00. Dêsse valor Cr$ 61 950 000,00 cabem à juta e Cr$ 15 300 000,00 ao cacau, que é o segundo produto no valor da produção. A seguir os principais produtos são: laranja, limão, abacate e mandioca.

É das mais importantes do Estado a produção extrativa vegetal de Itacoatiara. Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor total dessa produção, em 1956, foi de Cr$ 125 188 000,00, assim distribuído: borracha — Cr$ 50 400 000,00; castanha-do-pará — Cr$ 39 100 000,00, essência de pau-rosa — .... Cr$ 11 400 000,00, sernambi — Cr$ 9 635 000,00, sôrva — Cr$ 2 800 000,00, balata — Cr$ 1 935 000,00, madeiras — Cr$ 9 000 000,00, outras — Cr$ 900 000,00.

A produção extrativa animal é também muito desenvolvida. Em 1956, o valor dessa produção foi de .... Cr$ 12 560 000,00 assim distribuído: Peixes: pirarucu — Cr$ 6 400 000,00; outros — Cr$ 1 700 000,00; peles e couros de animais silvestres: jacaré — Cr$ 1 250 000,00; queixada — Cr$ 1 300 000,00; veado — Cr$ 675 000,00; caititu — Cr$ 920 000,00; outros — Cr$ 315 000,00.

A pecuária em Itacoatiara, em comparação com a maioria dos municípios amazonenses, é bem desenvolvida. Os seus principais rebanhos são os de bovinos e suínos, com, respectivamente, 9 000 e 7 000 cabeças. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 1 000 cabeças.

O Registro Industrial referente ao ano de 1955, apresentou os seguintes resultados: número de estabelecimentos — 6, valor total da produção — Cr$ 39 435 326,00. Dêsse valor, Cr$ 32 073 330,00 cabem ao beneficiamento de borracha, principal produto industrial do município.

Das atividades econômicas ocorrentes no município, a que, segundo o Censo Demográfico de 1950, ocupava maior número de pessoas, era justamente a "agrícola, pecuária e silvicultura" também principal fonte de receita do município.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município uma agência do Banco do Brasil S.A. e outra do Banco de Crédito da Amazônia S.A.

O seu comércio é dos mais desenvolvidos do Amazonas, o mais importante depois do de Manaus, contando com 5 estabelecimentos atacadistas e 82 varejistas. Mantém transações com as praças de Manaus e de Belém e importa tecidos, louças, ferragens, conservas, calçados, miudezas etc., e exporta borracha, juta, madeiras, peles de animais silvestres, castanha, essência de pau-rosa, cacau etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Itacoatiara liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Autazes — fluvial — 105 km; Careiro — fluvial — 181 km; Itapiranga — fluvial — 30 km; Nova Olinda do Norte — fluvial — 336 km; Capital do Estado — fluvial — 204 km e aérea — 176 km.

O município é servido pelos navios dos S.N.A.P.P., navios particulares, navios do "Loydd Brasileiro", "motores" e pelos aviões "Catalina" da Panair do Brasil S.A. Possui também uma Agência Postal-Telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itacoatiara fica à margem esquerda do rio Amazonas, numa pequena elevação do terreno. Suas ruas e praças, em número de 51 são amplas, planas e bem traçadas. Dêsses logradouros públicos, 16 são pavimentados a concreto e 11 são arborizados, entre os quais dois também ajardinados. Conta a cidade com 1 107 prédios. Atualmente não possui luz elérica, porque os motores que serviam a cidade, deixaram de funcionar, por estarem pefeituosos. A administração municipal, todavia, está se empenhando no sentido de dar rápida solução ao caso.

A cidade é servida de água canalizada. Em 30 dos seus logradouros passa a rêde distribuidora que abastece a 36 prédios.

Itacoatiara dividi-se em dois bairros: o da Colônia e o de Araci, além da parte central. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se a Avenida Rui Barbosa, Rua Quintino Bocaiúva, Rua Desembargador Mininéia, Boulevard Presidente Vargas. Possui a cidade alguns edifícios importantes, entre os quais sobressaem a Prefeitura Municipal, A Mesa de Rendas, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Colégio Nossa Senhora do Rosário e o Mercado Municipal.

Depois da Capital do Estado, é Itacoatiara a cidade mais importante do Amazonas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população itacoatiarense por um Pôsto

Sanitário mantido pelo S.E.S.P. Há, também, 2 farmácias. Exercem a profissão na cidade, 3 médicos, 2 dentistas, 2 farmacêuticos, 1 enfermeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funcionam também em Itacoatiara 2 sindicatos, 1 colônia de pescadores, 1 pôsto agropecuário e 1 associação rural.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais — 24 894, 9 078, ou sejam: 36,4%, são alfabetizadas. Essa percentagem aproxima-se bastante da do Estado, que é de 36,8%. Nota-se, todavia, que é Itacoatiara um dos municípios amazonenses de mais elevada percentagem de alfabetização.

ENSINO — Em 1956 funcionarám no município 51 escolas de ensino primário com 2 411 alunos matriculados. Dessas escolas, 36 localizavam-se no quadro urbano e 15 no quadro rural.

O ensino médio, no mesmo ano, foi ministrado por 2 estabelecimentos: Instituto Nossa Senhora do Rosário de Fátima e Escola Comercial de Itacoatiara.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Itacoatiara conta com uma livraria, 9 associações culturais (6 de cultura física-futebol) e 1 cinema. Foi justamente em Itacoatiara que surgiu o primeiro jornal do interior do Estado, em 1874, intitulado, "Itacoatiara". Teve existência efêmera, desaparecendo no ano seguinte. Depois, apareceram a "Voz do Madeira", "O Conservador", "O Arauto", "O Correio de Serpa" e "O Jornal do Comércio". Presentemente, entretanto, não há nenhum jornal na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal		
	(1)	(2)	Total (3)	Tributária	(Cr$ 1 000)
1951.......	863	7 037	1 503	1 270	784
1952.......	920	7 273	1 812	1 195	1 617
1953.......	1 088	8 378	1 620	635	1 337
1954.......	805	9 951	1 695	952	1 693
1955.......	1 641	15 394	1 810	964	1 305
1956.......	3 082	29 319	2 018	1 147	2 803

(1) Delegacia Fiscal. — (2) Secretaria da Fazenda. — (3) Departamento de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em frente à Prefeitura Municipal, na Praça Getúlio Vargas, ergue-se um monumento com o busto do eminente brasileiro Getúlio Dorneles Vargas.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa da cidade é a que se realiza entre os dias 23 de outubro a 1.º de novembro em homenagem à sua padroeira. Tôdas as noites há novenas na Igreja de N.S.ª do Rosário e após, leilões, quermesses, jogos de diversões na praça onde fica a mesma igreja. Funcionam ainda durante as festas barraquinhas que vendem doces, comidas, bebidas, etc. No último dia, ou seja, 1.º de novembro, realiza-se a procissão contando com o acompanhamento de grande número de pessoas da cidade, do interior do município e dos municípios vizinhos.

No mês de junho, na época das festas de São João, São Pedro e Santo Antônio, há na cidade os bois-bumbás e os "pássaros" que saem pelas ruas e dançam nas casas onde foram contratados por uma certa importância. Os "brincantes" se vestem, uns de marinheiros e outros de roupas semelhantes a fantasias carnavalescas. Usam bandeiras, estandartes e flâmulas e têm também suas cantigas típicas que mudam de ano para ano e que são acompanhadas por cuícas, tambores e "palmas" (duas tábuas pequenas que são batidas na palma das mãos). Motivo por que há ensaios muitos dias antes da festa.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Além do majestoso rio Amazonas, existe no município, como em tôda a Planície Amazônica, rios, lagos, paranás, furos, igapós e igarapés que constituem motivo de atração turística.

Desta maneira Anísio Jobim descreve em síntese o rio Amazonas: "Grande e volumoso, estupendo de pujança, entra no Brasil em Tabatinga, que a diplomacia fixou para fronteira, neste setor do mundo amazônico. E ao entrar no território nacional, na linguagem colorida de Reclus, a 82 metros sôbre o nível do mar, "oferece o aspecto de fôrça e amplidão que conserva até o mar".

OUTROS ASPECTOS — Itacoatiara dispõe, como meio de hospedagem, de 2 hotéis e 1 pensão. Possui, também, 3 templos católicos, entre os quais se destaca a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade e 1 templo protestante. É reduzido o número de veículos na cidade, de vez que só existem 4 caminhões.

O seu pôrto é dos mais movimentados de tôda a região amazônica. Nêle ancoram navios de grande calado.

Transcrevem-se a seguir trechos literários de autoria de Anísio Jobim, sôbre a "Necrópole Indígena do Miracanguera", situada à margem do Amazonas, pouco acima da cidade de Itacoatiara:

"Num longo estudo, subordinado ao título "Antiguidades do Amazonas", "A Necrópole de Miracanguera" ocupou-se o sábio J. Barbosa Rodrigues do cemitério que se encontra à margem do rio Amazonas, e que representa uma verdadeira relíquia de Itacoatiara, pela vetustez de sua existência e pelos documentos preciosos que encerra para a Arqueologia e para a Etnografia".

"A necrópole indígena a que o famosa etnógrafo consagra tantas páginas de vivo fulgor e erudição, fica acima da cidade de Itacoatiara, em terreno elevado, que o rio Amazonas, na violência de sua correnteza, vai todos os anos escavando e provocando grandes desmoronamentos, deixando à mostra suntuoso e admirável tesouro que se esconde sob as suas terras. A lombada de terra estende-se até o atual povoado Amatari ou Matari, onde toma o relêvo de terra firme".

"O espaço que êle ocupa é de mais de meio quilômetro e pelo interior se estende a grande distância".

"No seu autorizado modo de ver, o cemitério começou em era anti-Colombiana e durou até o XVII século".

"O cemitério indígena está situado na ilha do Matapi, hoje costa do Miracanguera, e devera ter sido fundado pelo povo Aroaqui que se espalhou numa grande onda humana até as Antilhas".

"Dividida a tribo, teve depois por inimigos figadais os índios Pariquis, seus parentes, e Anibás, com os quais sempre estavam em guerra nos rios Iatapu e Anibá, luta que ainda há bem pouco tempo perdurava".

"Os desprendimentos de barreiras vão deixando a descoberto o admirável tesouro arqueológico que ali se oculta sob camadas de rochas, consistente em vaos, taças, amuletos, panelas, machados de pedra, igaçaba".

"É assim que diz Barbosa Rodrigues: "Na multidão de fragmentos e mesmo peças inteiras que se encontram três espécies de iucaçauas ou urnas mortuárias se descobrem no Miracanguera, tôdas de diversos tamanhos, que indicam a estatura e a idade do indivíduo, o que se conhece pelo comprimento dos ossos, desde o adulto até a criança de peito. Na primeira guardam-se provàvelmente restos dos chefes, dos Moacaras, ou pessoas de família, mas simplesmente ossos, depois de haver a terra consumido as carnes; na segunda encerram-se restos do vulgo, sendo os ossos partidos e guardados depois da cremação do corpo; na terceira encerravam-se restos das cinzas, das carnes e pé dos ossos, servindo também nas cerimônias fúnebres".

"Os chefes não eram cremados; enterravam-nos, sendo mais tarde exumados os ossos. Sòmente pessoas de família e o vulgo sofriam a cremação, sem que nisso houvesse exceção. Depois de retirados da fogueira os ossos calcinados eram quebrados, recolhidos a uma urna, sendo uma parte reduzida a pó para ser misturada à tinta de urucu ou curi e servir na festa fúnebre da família, o "Korokonó". Algumas vêzes reduziam a ossada a pó e então era guardado em urna especial. Isso dava-se com a família dos chefes ou Moacaras. Essas urnas funerárias são de fermento diferente das que guardam ossos do vulgo, conservando estas sempre a mesma uniformidade de ossos que deixava o funeral, assim o tamanho da urna". "Além destas urnas havia outras, também funerárias, que serviam para guardar cinzas dissolvidas em tinta (Obra cit.)".

"A necrópole do Miracanguera, na sua mudez álgida, reflete os vestígios da raça extinta dos Aroaquis, e da civilização que ela trouxe, e não a obra de uma civilização estrangeira pré-histórica".

"Apreciando a civilização do povo de Miracanguera, Barbosa Rodrigues diz que estão a comprovar o seu grande desenvolvimento, o modo por que a argila era por êle escolhida, preparada e cozida, a excelente preparação das tintas, que empregava na pintura dos seus vasos, as formas corretas e elegantes, que dava aos mesmos, as gravuras e baixos relevos, que êle empregava e a harmonia e inteligente disposição das linhas de seus desenhos".

"Até, então, considerava o arqueólogo, a cerâmica que mais atestava o grau de desenvolvimento dos tempos remotos do Brasil, era a dos aterros de Marajó, a qual fica muito aquém da necrópole de Miracanguera, tal a finura e o gôsto das ânforas, taças, urnas e mais objetos, que teve ocasião de examinar e descrever".

"O trabalho de fabricação da louça era deixado à paciência e habilidade das mulheres, que se utilizavam para tal mister de barro puro, ou em combinação com outros ingredientes, tais como o pó de caraipé, pós de pedra pomes trazidas pelas águas do rio, da carapaça da tartaruga".

"A tabatinga era cuidadosamente amassada e preparada; moldada a peça era levada ao fogo".

"Que delicadeza não exigiam êsses lindos vasos! Que de cuidados não pediam as igaçabas, as tangas, os púcaros! Que perfeição nas côres variadas com que pintavam êsses cerâmicos!"

"As tintas, os selvagens iam buscá-las na floresta e na tabatinga dos barrancos. Eram a argila, o urucu, o carajuru, a oca e tantos outros recursos tintórios".

"Para darem o polimento a essas maravilhosas produções utilizavam-se de leite da sôrva".

"A decoração encantava pelo aspecto, pelas linhas e pelo colorido".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Itacoatiara — Anísio Jobim. — Resultados dos Censos Demográfico, Econômico e Agrícola. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Sinopse Estatística do Município de Itacoatiara. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Itacoatiara.)

ITAPIRANGA — AM

Mapa Municipal na pág. 135 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Silves, primeira sede do atual município de Itapiranga, foi o primeiro núcleo europeu criado em território do atual Estado do Amazonas.

Quando de sua fundação em 1660, por frei Raimundo, da Ordem das Mercês, teve a denominação de Missão do Saracá.

Habitavam a região os índios Caboquenas, Buruburus e Guanavenas.

A denominação de Saracá dada à missão pelo seu fundador, originou-se do lago em cujo centro se encontra a ilha de Silves ou de Saracá onde se instalara a missão.

Em 1663, a região do rio Urubu, onde fica Silves, naquela época Missão de Saracá, foi teatro de sangrentas lutas entre as "bandeiras" militares e os indígenas.

Naquele ano o sargento-mor Antônio Arnau do Vilela, chega ao rio Urubu, no comando de uma "tropa de resgate", onde encontra o frei Raimundo, na Missão de Saracá.

Os índios, então, crentes que o objetivo da expedição era a caça aos indígenas, persuadiram Vilela a subir o rio Urubu onde encontraria grande número de bugres.

Confiante na informação dos índios, Vilela deixou parte da tropa na Missão de Saracá, e subiu o rio Urubu com a maioria dos soldados. Frei Raimundo o acompanhou, bem assim os índios que o haviam persuadido a subir o rio.

Em caminho Vilela acampou. Os índios sugeriram então que o comandante consentisse que os soldados fôssem com êles a caça dos indígenas. Atendidos, internaram-se pela floresta e, quando ia alta a noite, mataram todos os soldados e voltaram ao local onde havia ficado Vilela e alguns subalternos, assassinando-os também. Lograram es-

capar à chacina o Frei Raimundo e alguns soldados que fugiram em demanda à Missão de Saracá.

Seguiram os índios no encalço dos fugitivos. Êstes, entretanto, chegados à Missão informaram ao alferes João Rodrigues Palheta, da tragédia de que fôra cenário o recesso da floresta. Palheta, então, à frente da tropa que havia ficado na Missão, resolve ir ao encontro dos tapuios. Encontrou-os a caminho de Saracá. Travou-se a luta com desvantagens de tôda a ordem para os índios. Êstes não resistiram; debandaram deixando muitos dos seus mortos.

A notícia do trucidamento dos soldados pelos índios, irritou o govêrno do Pará. Organizou-se então outra expedição sob o comando de Pedro da Costa Favela com o fim principal de castigar a indiada. Compunha-se a tropa de cêrca de 400 soldados e 500 índios. Favela chegou à foz do rio Urubu a 25 de novembro de 1663, onde desembarcou parte da tropa. Em seguida subiu o rio Urubu. Penetrou na floresta à procura dos índios. O choque não se fêz esperar. A indiada veio ao encontro dos lusos e deu-lhes forte combate. Eram as armas dos índios todavia incontestàvelmente inferiores às dos soldados. Foram então êles completamente dizimados. Mais de 700 foram mortos e cêrca de 400 aprisionados.

Mais duas aldeias foram fundadas pelos missionários da Ordem das Mercês, no rio Urubu e tiveram a denominação de São Pedro Nolasco e São Raimundo. Não tiveram, todavia, nenhum desenvolvimento, desaparecendo pouco tempo após a fundação.

As aldeias fundadas, na mesma época, no Anibá e no Uatumã, foram incorporadas posteriormente à do Saracá.

Em 1759 a aldeia de Saracá, foi elevada a vila com a denominação de Silves, nome de origem portuguêsa. Foi das primeiras vilas criadas no território do atual Estado do Amazonas.

Em 1818, quando se iniciou o movimento a favor da emancipação da capitania de São José do Rio Negro, subordinada então à do Grão Pará, a Câmara Municipal de Silves foi a primeira a manifestar-se sôbre o movimento. Fê-lo em memorial dirigido a D. João VI.

Em 1833, Silves e outras localidades perderam a categoria de Vila. Nesse mesmo ano, quando da execução do Decreto de 7 de outubro de 1833, que criava "os guardas policiais nos distritos dos municípios, sustentados à custa dos moradores", foi Silves a primeira localidade a protestar, declarando: "o povo não os queria manter nem os reditos comportavam essa despesa".

Em 1852, por fôrça da Resolução n.º 4, de 21 de outubro, Silves é novamente elevada a vila. Constitui-se então o município com território desmembrado do de Manaus.

O têrmo judiciário de Silves, de acôrdo com o Decreto imperial n.º 5 210, de 1.º de fevereiro de 1873, foi anexado ao de Serpa (atual Itacoatiara) subordinado à comarca de Manaus.

A Lei n.º 341, de 26 de abril de 1876, criou a comarca de Itacoatiara, composta dos têrmos reunidos de Silves e Serpa desmembrados da comarca de Manaus.

Pela Lei n.º 682, de 27 de setembro de 1911, o têrmo de Silves passou a subordinar-se à comarca de Urucará, então criada.

Na divisão administrativa de 1911, o município de Silves é constituído de 7 distritos: Silves, Anibá, Lago Canacari, Costa do Murumutuba, Rebujão, Costa do Cucuiari e Boa Esperança.

Em 1913, com a extinção da comarca de Urucará, voltou o têrmo de Silves a integrar a comarca de Itacoatiara.

Em 1922, a sede do município foi transferida para a povoação de Itapiranga, elevada a vila pela Lei Estadual n.º 1 138, de 25 de março do mesmo ano.

Em virtude do Decreto n.º 23, de 27 de fevereiro de 1925, a sede do município retornou para Silves.

Em 1930, o município de Silves foi anexado ao de Itacoatiara, por fôrça do Ato n.º 45, de 28 de novembro daquele ano.

O Ato n.º 201, de 14 de janeiro de 1931 mudou a sede da Delegacia Municipal de Silves para Itapiranga, elevada posteriormente a Vila, de acôrdo com o Ato n.º 354, de 20 de março do mesmo ano.

Em 1935, Silves readquiriu sua condição de município autônomo. A sede do município, todavia, é Itapiranga conforme aparece nas divisões territoriais de 31-XII-936 e 31-XII-937.

Em 1938, o município de Silves passou a denominar-se Itapiranga, por fôrça de Decreto-lei Estadual n.º 68, de 31 de março daquele ano. Em virtude dêsse mesmo decreto é a sede do município elevada à categoria de cidade.

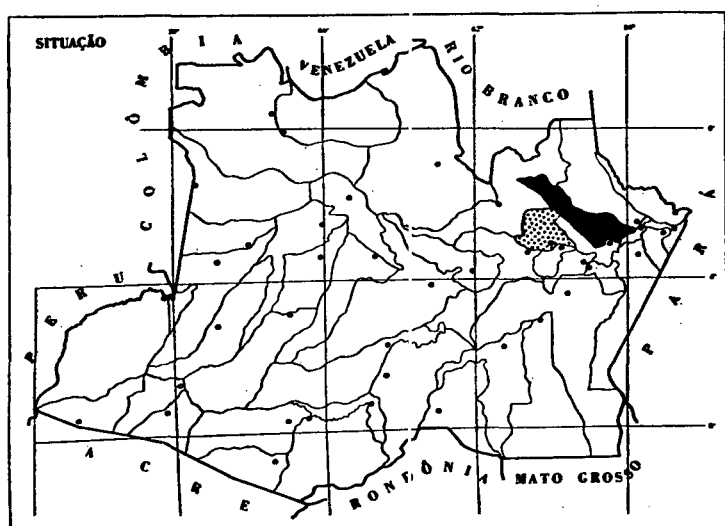
O município de Itapiranga, figura com um só distrito no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 69, de 31 de março de 1938.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, é criado o distrito de Silves, passando então o município de Itapiranga a constituir-se de 2 distritos: Itapiranga e Silves.

O têrmo de Itapiranga, subordinado à comarca de Itacoatiara, foi extinto pelo Decreto Estadual n.º 540, de 11 de março de 1941. Todavia, no quadro territorial fixado pelo Decreto-lei Estadual n.º 1 186, de 31 de março de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, modificado pelo de n.º 1 400, de 5 de março de 1945, Itapiranga figura como têrmo da comarca de Itacoatiara.

A Lei n.º 226, de 24 de dezembro de 1952, que reforma a Lei Judiciária do Estado, criou a comarca de Itapiranga. Entretanto, até os dias presentes não foi instalada a comarca.

Nas eleições de 3-X-955, foram eleitos para prefeito — o senhor Antônio Graciano de Faria e para vereadores Sezinando do Carmo Braga, Wilson Garcia, João Ferreira de Farias, João Vitor Rôla, Yoshinaka Iaqtoni, Dante Smith Celano.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itapiranga está situado na zona fisiográfica do Médio Amazonas. Limita com os municípios de Airão, Itacoatiara, Urucará e Urucurituba. Sua sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 2° 45' de latitude Sul e 58° 01' de longitude W.Gr.; posição relativamente à capital — distância em linha reta: 227 km; direção: 79° 04' N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 18 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima de Itapiranga é quente e úmido, comum a tôda a região amazônica.

ÁREA — A sua área, calculada pelo C.N.G., é de ...... 19 996 km². É, assim, dos menores municípios do Estado, ou seja, o 30.° entre os 43 existentes atualmente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios: Amazonas, Urubu, Uatumã, Anibá, Caru e Sanabani; lagos: Saracá e Canaçari.

RIQUEZAS NATURAIS — São importantes a flora e a fauna itapiranguenses, constituindo suas principais riquezas naturais. Na primeira destacam-se, pelo seu valor econômico, a seringueira, a castanha-do-pará e o pau-rosa. Na segunda, várias espécies de peixes, entre os quais é justo ressaltar o pirarucu, considerado bacalhau brasileiro.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado em 1.°-VII-950, o município de Itapiranga possuía àquela data 3 688 habitantes. É Itapiranga um dos menos populosos municípios do Estado, com população inferior a sua só há dois: Urucará e Airão.

A população relativa é de 0,18 hab/km². Ainda sob êsse aspecto, a sua condição é de evidente inferioridade. A população relativa do Estado é de 0,32 hab/km², muito superior portanto à do município.

Dos dois distritos do município, cabe ao de Silves, com 2 175 habitantes, o maior contingente populacional, correspondente a 58,9% do total. O restante, ou sejam, 1 513 habitantes, equivalentes a 41,1% cabe ao distrito-sede.

Dos 3 688 habitantes do município, em 1950, 490, ou sejam, cêrca de 13%, localizavam-se no quadro urbano, e a grande maioria — 3 198, correspondente a cêrca de 87%, no quadro rural. A percentagem da população urbana de Itapiranga, embora menor que a do Estado, que é de 27%, é superior à da maioria dos municípios amazonenses.

Quanto ao sexo a população do município assim se constituía: Homens — 1 901; Mulheres — 1 787.

Em referência à côr, predominavam os brancos com 1 874 pessoas, seguidos dos pardos com 1 727. Os pretos e amarelos. contavam, respectivamente, 50 e 30 pessoas. Não foi declarada a côr de 7 pessoas.

Das pessoas de 15 anos e mais existente à época de último Censo que eram 2 110, 1 046 (585 homens e 461 mulheres) eram solteiras; 890 casadas e 170 (51 homens e 119 mulheres) viúvas.

Os estrangeiros presentes no município somavam 14. Não havia brasileiros naturalizados.

Quanto à religião havia 3 666 católicos romanos, 1 protestante, 11 budistas, 1 espírita. Não tinham religião: 7 e 2 não declararam a religião.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há no município apenas duas aglomerações urbanas que são a cidade de Itapiranga e a vila de Silves. A primeira tinha em 1950, 252 habitantes e a segunda 238.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Graças principalmente à intensificação da juticultura, tornou-se a agricultura a principal fonte de receita do município de Itapiranga. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor total da produção agrícola do município em 1956, foi de cêrca de Cr$ 11 000 000,00. Dêsse valor, mais de 70%, ou sejam, precisamente Cr$ 8 000 000,00, cabem à juta. Dos demais produtos os principais são: a mandioca e o cacau que concorreram com Cr$ 1 360 000,00 e Cr$ 528 000,00, respectivamente.

A produção extrativa vegetal é muito reduzida em comparação com a de outros municípios amazonenses. Segundo dados apurados no inquérito "Indústrias Extrativas", o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 519 500,00, destacando-se a essência de pau-rosa, com Cr$ 280 000,00. Os demais produtos foram: borracha, castanha-do-pará, sernambi e látex.

A produção extrativa animal também é pequena. O seu maior valor corresponde à produção do pescado, destinado em sua maioria ao consumo próprio, cujo total da produção foi de Cr$ 2 221 000,00, cabendo ao pirarucu, ... Cr$ 600 000,00.

A pecuária no município é muito pouco desenvolvida. Os seus maiores rebanhos são os de suínos, de bovinos e de ovinos, com 2 250 cabeças o primeiro, 1 500 o segundo e 1 000 o terceiro. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 100 cabeças.

Quanto aos ramos de atividades das pessoas de 10 anos e mais, verifica-se, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, que a principal atividade econômica é "Agricultura, pecuária e silvicultura".

Segundo os resultados dos Censos Econômico e Agrícola realizados em 1950, existiam naquele ano no município de Itapiranga, 6 estabelecimentos industriais e 316 propriedades rurais.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é bastante desenvolvido e mantém transações com a capital do Estado. O município possui 33 estabelecimentos comerciais. A sede tem apenas 5 estabelecimentos comerciais varejistas. Não dispõe ainda de Agência Bancária.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se à Capital do Estado por transporte fluvial (S.N.A.P.P.)

e "motores" particulares). Comunica-se com as seguintes localidades: Itacoatiara — fluvial: 30 km e Manaus — fluvial — 233 km. Possui também uma agência postal-telegráfica, do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada à margem esquerda do paraná de Silves, afluentes do rio Amazonas. Conta com 10 logradouros públicos, dos quais 1 é pavimentado e 71 prédios. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 8 logradouros e a domociliária a 44 prédios. Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado em 1.º-VII-950, a cidade contava àquela data, 252 habitantes. Dêstes, 120 eram homens e 132 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, que eram 217, 137 sabiam ler e escrever. Destas, 67 eram homens e 70 mulheres.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é assistida por um subposto de saúde, mantido pelo S.E.S.P.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, observa-se que apenas 1 336 sabiam ler e escrever (805 homens e 531 mulheres), entre as pessoas de 5 anos e mais. Êsse número corresponde a 43,4%, porcentagem superior à do Estado, que é de 36,8%. Apresenta assim Itapiranga uma das mais elevadas percentagens de alfabetização do Amazonas, só sobrepujada pelas de Manaus, Urucará e Urucurituba.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município de Itapiranga 26 escolas de ensino primário, com 449 alunos matriculados. Dessas escolas 7 localizavam-se no quadro urbano e 19 no quadro rural. Na sede havia 3 escolas com 80 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	244	...	72	72	70
1951	249	142	90	87	114
1952	299	246	283	278	245
1953	42	299	179	177	326
1954	589	235	42	40	290
1955	...	282	62	62	398
1956	329	42	289	62	293

FONTE: Agência de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se no Município diversos festejos populares, sendo os mais importantes e concorridos, reunindo até perigrinos dos municípios limítrofes, tais como Urucará, Urucurituba, Itacoatiara e Manaus, os de Nossa Senhora de Nazaré e de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade. Êsses festejos são realizados anualmente entre 29 de agôsto e 8 de setembro e 28 de novembro a 8 de dezembro. Também em Itapiranga e Silves são levadas a efeito, em épocas próprias, as tradicionais festas do Sagrado Coração de Jesus e Marianos, bem como em Silves, sòmente, as do Divino Espírito Santo e de São Sebastião, estas no período de 10 a 20 de janeiro e aquelas nos fins de julho e princípios de agôsto de cada ano. Essas festividades terminam com concorridíssimas procissões, invariàvelmente no último dia.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O lago de Saracá, que forma a ilha de Silves onde se encontra a vila do mesmo nome, outrora sede do município, oferece cenários de admirável beleza. A vila de Silves "goza de uma situação esplêndida sôbre o dorso verdoengo da pitoresca ilha tendo à frente o panorama do regaço irrequieto e espumoso do lago sonoro de Saracá".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A. Cezar Ferreira Reis. — "Panoramas Amazônicos", de Anísio Jobim. — Resultados dos Censos Demográfico, Econômico e Agrícola de 1950. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Sinopse Estatística do município de Itapiranga, editada pelo C.N.E. Questionários preenchidos pelo A.E. de Itapiranga.)

ITUXI — AM

Mapa Municipal na pág. 207 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Antes de 1852 o rio Purus era pouco conhecido. Havia sido penetrado apenas por buscadores de drogas do sertão (cacau, canela, cravo, etc.) e pescadores.

Em 1852, a serviço do govêrno da Província, subiu o caudaloso rio uma expedição confiada ao prático Serafim Salgado, em duas canoas, conduzindo 12 soldados e 12 índios remadores, sob o comando de um cabo de esquadra.

Sôbre essa expedição apresentou o prático Serafim um relatório. Nesse relatório verifica-se que a expedição subiu o rio até a 7.ª maloca dos índios Cucamas. Daí por diante não foi possível continuar a viagem porque o rio era tão estreito e obstruído, que não dava passagem, nem mesmo a pequenas canoas. Isso ocorreu a 10 de novembro e a expedição havia começado a subir o Purus no dia 29 de maio. Encontrou a expedição à margem do rio Purus, os seguintes indígenas: Cauamaris, na foz do Cauaquiri, e Curamas, pouco acima, no mesmo rio Purus. Encontrou vestígios e teve informações dos índios Purupurus, Jamamadis, Apurinos e Oainomaris.

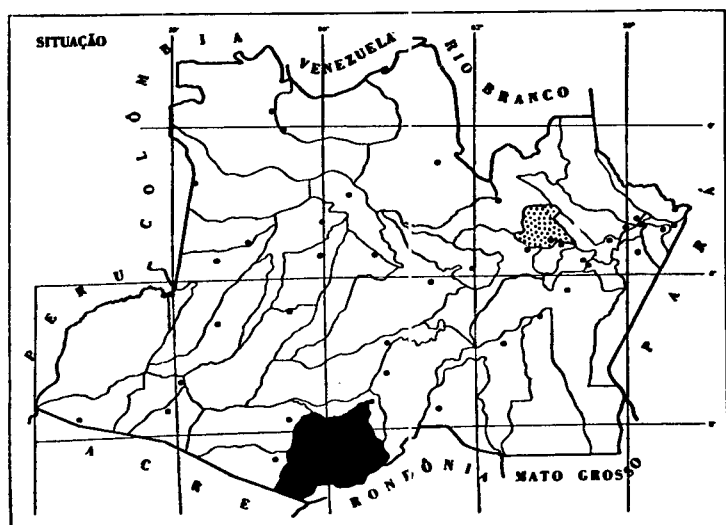
Em 1861 outra expedição subiu o Purus, esta sob a responsabilidade de Manuel Urbano da Encarnação "perito em coisas de sua terra, cujos segredos sabia desvendar dos indígenas". Essa expedição subiu também o rio Iquiri ou Ituxi. O rio Ituxi do qual se originou o nome do atual município de Ituxi, é um dos principais afluentes do rio Purus e corta o município em referência de um extremo a outro numa extensão de cêrca de 450 quilômetros.

No rio Ituxi vivem os índios Pamane que se dedicam ao plantio da mandioca e à "fabricação do fio e pano". São de côr moreno-clara, robustos, simpáticos e de boa índole.

À margem direita do rio Ituxi, pouco distante da sua foz existiu uma missão dirigida por Franciscanos Observantes, fundada, segundo parece, em 1874.

O município de Ituxi foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do município de Lábrea, e constituído, dos subdistritos denominados Sinimbu, Guajaraã, Cachoeira, Mamoriá, Cachoeira do Ituxi e alto Ituxi, com sede na localidade de São Luiz de Mamoriá, elevada então à categoria de cidade.

Até os dias presentes, todavia, não se verificou a instalação do município de Ituxi.

LOCALIZAÇÃO — Está o município de Ituxi situado na zona fisiográfica do Rio Purus. Limita com os municípios de Bôca do Acre, Canutama, Lábrea e Pauini.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 80 metros acima do nível do mar.

CLIMA — Quente e úmido, como é comum a todo o Estado do Amazonas, com forte pluviosidade, calculada em 2 000 mm.

ÁREA — A sua área, segundo cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é cêrca de 52 584 km². É um dos maiores municípios do Estado, figurando precisamente no 8.º lugar entre as 43 unidades municipais atualmente existentes no Amazonas. Note-se que essa área é quase igual à do Estado do Rio Grande do Norte e superior à dos Estados de Espírito Santo e Sergipe juntos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Purus, Ituxi, Sepatini, Tuniã, Endimará e Cuiquiri, são os principais acidentes geográficos do município.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna de Ituxi, são bastante ricas. Na primeira destacam-se a seringueira, a castanha-do-pará, a copaíba. Na segunda são dignos de menção os peixes de várias espécies e animais silvestres como: queixadas, veados, caititus, jacarés, capivaras, etc.

POPULAÇÃO — Segundo os cálculos procedidos pela Inspetoria Regional de Estatística a população do município de Ituxi deve ser cêrca de 7 330 habitantes. Com essa população coloca-se no 28.º lugar entre os 43 municípios atualmente existentes no Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Pràticamente não há nenhuma aglomeração urbana. A própria sede do município, afora essa condição, conferida por lei, não possui nenhum requisito de uma "urbs".

COMÉRCIO E BANCOS — Há reduzido número de estabelecimentos comerciais no município. Grande parte do comércio é feito pelos "regatões" (negociantes ambulantes que conduzem mercadorias por via fluvial). O município importa: estivas em geral, conservas, louças, ferragens, calçados, tecidos e miudezas etc. e exporta: borracha, castanha-do-pará e demais produtos extrativos da região.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Bôca do Acre — fluvial: 509 km, Canutama — fluvial: 852 km, Lábrea — fluvial: 589 km, Pauini — fluvial: 150 km e Manaus — fluvial — 2 261 km e aéreo — (via Lábrea) 836 km.

ASPECTOS URBANOS — A Lei que criou o município, estabeleceu que devia ser a sede do mesmo, o povoado de São Luiz do Mamoriá, elevado então à categoria de cidade. Entretanto como já foi dito, a instalação do município ainda não se deu. São Luiz do Mamoriá, é uma pequena povoação situada à margem do rio Purus, próximo à foz do Mamoriá. Tem cêrca de 15 casas e 100 habitantes, 1 templo católico (capela), 1 estabelecimento comercial varejista e 1 escola de ensino primário.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como em todos os municípios amazonenses, sob o aspecto em epígrafe, só os cursos de água merecem menção. Os rios Purus e Ituxi que banham o município, são imponentes, belos, principalmente o primeiro, repleto de bonitas paisagens que se descortinam em seus próprios cursos e nas suas margens.

OBSERVAÇÕES — Não se fornecem os demais dados estatísticos sôbre produção agrícola, extrativa, pecuária, etc., porque o município ainda não foi instalado e essa produção está incluída na do município de Lábrea.

(Autoria do Histórico — Compilação da Inspetoria de Estatstica; Bibliografia — "História do Amazonas", de A. C. Ferreira Reis. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Lábrea. — Notícias sôbre o Município de Lábrea, de Antônio Bitencourt.)

JAPURÁ — AM

Mapa Municipal na pág. 171 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O Japurá, principal via de acesso ao município a que empresta o nome, foi dos primeiros rios amazonenses a ser penetrado.

No relatório apresentado em 1755 pelo ouvidor Ribeiro Sampaio ao Governador da Capitania sôbre a "visita de correição das povoações" consta que o referido ouvidor subiu o rio Japurá visitando as povoações de Santo Antônio e São Matias.

Entre os anos de 1764 e 1768, foram fundadas por Tinoco Valente as aldeias de Santo Antônio do Mapiri, São Matias e São Joaquim do Macapiri.

Foi no Japurá, na povoação de Santo Antônio do Mapiri, que se verificou entre 1774—1775 a submissão dos índios Muras. Matias Fernandes, diretor da povoação, "a custa de dádivas e promessas conseguiu captar a confiança dêsses terríveis selvagens, e aldeiá-los".

Segundo, todavia, A. C. Ferreira Reis em "História do Amazonas" essa submissão ter-se-ia verificado em 1785.

O rio Japurá, afluente do Solimões, é dos mais importantes do Estado. Atravessa o município do mesmo nome de um extremo a outro, na direção oeste-leste.

"Japurá" é o nome que tem em território brasileiro. Assim o chamaram os índios, segundo um dos nossos mais autorizados cronistas, o padre José Monteiro de Noronha, "por ser usual entre o gentio dêle uma massa branda, negra, e de ingratíssimo cheiro, feita de certas frutas, denominadas Iapurá, depois de corruptas, a qual comia com beiju e com tudo o que lhe parecesse; e também por serem da nação Iapurá os selvagens que antigamente habitavam à margem dêste rio".

"Os espanhóis deram-lhe a denominação de Grão Caquetá".

"Nasce o Japurá ou Caquetá na Lagoa de Sandago nos Andes colombianos, a pouca distância ao norte das cabeceiras do Içá, que lhe corre paralelo, e estende-se por 2 500 quilômetros de curso, atravessando longo trecho encachoeirado, e vindo desaguar na margem esquerda do rio Solimões, a montante da barra do rio Tefé, entre as ilhas Uanacá e Uuapi, Mariana e Cupiuaca, segundo o mapa levantado pelo capitão-tenente Soares Pinto e pelo conselheiro Costa Azevedo, barão de Ladario".

"Obedece ao rumo E.S.".

"Das nascentes à foz acusa uma declividade de 142 metros".

"A sua despesa é de 5 000 metros cúbicos".

"O rio apresenta uma largura de dois quilômetros. Suas águas são límpidas, contrastando com as do Solimões, que são barrentas e carregadas de barro".

"O sábio geólogo Orton avalia a sua corrente em ¾ de milha por hora".

"A sua extensa bacia hidrográfica foi calculada por Spix e Martius em 9 800 léguas quadradas. O professor Honório de Souza Silvestre dá-lhe uma superfície de 310 000 km quadrados".

"O rio é navegável numa distância de 1 500 km".

"Há em seu leito muitas ilhas de dimensões diversas, formando dilatados estirões e paraná-mirins, preferidos pelos navegadores. É dotado de muitas praias de que as mais importantes são conhecidas pelos nomes Amapari, Timbó titica, Miriti e Apaporia".

"Numerosos lagos de barragem, formando lençóis imensos, aninham-se próximos às suas margens ou nas terras centrais, onde se abriga uma fauna ichthyologica variadíssima. Centenas de emissários funcionam como canais drenadores dessas depressões lacustres".

"O Japurá sofre os efeitos das grandes estiagens. Por êsse tempo só pode ser navegado por vapôres de pequeno calado. Em compensação as suas alagações adquirem, às vêzes, um aspecto assombroso. As águas engrossam e espraiam-se de tal modo que o observador tem a impressão de que a terra tôda está submergida".

"Alguns rios facilitam a comunicação do Negro e do Waupés com o Japurá. São êles: Unurucá, que corresponde com as cabeceiras do Quini, que despeja na margem austral do Negro; Maraá, que leva ao Eunuixi; Cumapi ao Urubaxi; Papuá ao Urubaxi; Apaporis que conduz ao Waupés e outros".

"As Artérias que ligam o Japurá com o Içá são conhecidas dos nossos caboclos. Do Purus pode-se ir ao aludido rio mediante um pequeno trajeto por terra, e também pelo Metá e Peridá".

"O Japurá foi outrora habitado por numerosa tribo de índios, estando hoje quase deserto. Em 1864, o presidente do Amazonas, dr. Adolpho Barros Cavalcante de Lacerda, dizia que, à vista do que tinha sido, o Japurá estava lamentàvelmente despovoado. Da foz dêste rio à bôca do Apaporis, existiam doze choupanas com 70 índios contando-se entre êles muitos Miranhas".

"Não se via mais um Passé ou Xomana; apenas se notavam algumas relíquias das nações Jury e Cueretu".

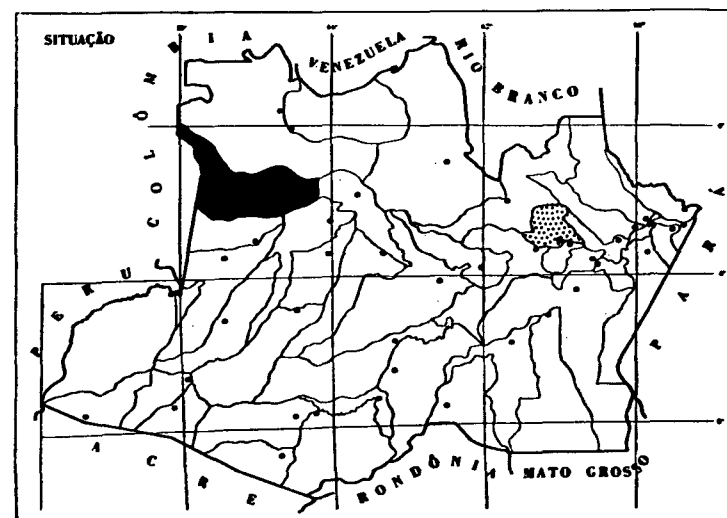
"Os Macus vagavam entre o Japurá e o Negro".

"O Japurá tem sido muito pouco explorado. É um dos "rios em abandono", para nos servirmos da expressão enérgica de Euclydes da Cunha".

O município de Japurá foi criado pela Lei-estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do ex-distrito de Maraã, do município de Tefé, compreendendo o subdistrito de Igualdade, e com sede em Vila Bitencourt, elevada então à categoria de cidade.

O município é constituído de um só distrito. Ainda não foi criado o Têrmo judiciário.

O município foi instalado a 25 de janeiro de 1956, sendo seu primeiro prefeito o senhor Elpídio Freire de Correa Lima, nomeado Governador do Estado.

LOCALIZAÇÃO — Embora o município de Tefé, do qual foi desmembrado o de Japurá, pertença à zona fisiográfica Solimões—Tefé, não se deve, sob o aspecto geográfico, considerar o novo município de Japurá integrante da mesma zona, pois seu território acha-se muito afastado do rio Solimões.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede municipal, tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude S. — 1º 32' 13" e Longitude W. Gr. — 69º 27' 02"

Limita o município de Japurá com os municípios de Fonte Boa, Içana, Maraã e Santo Antônio do Içá e com a República da Colômbia.

ALTITUDE — Cêrca de 100 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e úmido é o clima de Japurá, verificando-se elevada pluviosidade, também peculiar à região amazônica.

ÁREA — A área do município de Japurá, calculada pela Inspetoria Regional de Estatística, é de cêrca de .... 50 300 km². Entre os atuais 43 municípios amazonenses, figura em 11.º lugar em extensão territorial. Observe-se que essa área é superior à dos Estados de Alagoas e Sergipe juntos.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Japurá, Puruê, Apaporis, Acunaué e o paraná Buá-Buá.

RIQUEZAS NATURAIS — São importantes a flora e a fauna japuraenses. Na primeira, destaca-se pelo seu valor econômico a seringueira e madeira de boa qualidade. Na segunda, peixes de várias espécies, entre os quais se ressaltam o pirarucu e o tambaqui, e animais silvestres, como queixada, caititu, veado, etc. Há indícios da existência de ouro no território do município. Moradores da região presumem também haja petróleo em seu subsolo.

POPULAÇÃO — Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, a população do município é de 4 130 habitantes. É assim um dos menos populosos municípios do Estado, figurando em 38.º lugar entre os 43 existentes.

A densidade demográfica do Japurá é das mais baixas do Amazonas. Sua população relativa é de apenas ... 0,208 hab./km², muito inferior, portanto à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Na época do último Recenseamento não existia nenhuma aglomeração urbana no território do atual município de Japurá. Nos dias presentes, a situação pràticamente é a mesma. Por Lei, a sede municipal é a localidade denominada "Vila de Bitencourt". Nesse local, todavia, além das dependências ocupadas pela Unidade (3.º Pelotão de Fronteiras) do Exército Nacional ali sediada, quase nada mais existe. Aliás, o govêrno municipal não está funcionando no local em referência. Êsse govêrno pretende instalar a sede do município noutro local, à margem do rio Japurá a jusante da Vila Bitencourt, onde já construiu (3) três prédios e exerce a administração do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal, embora pequena em comparação com a de outros municípios do Estado, constitui a maior fonte de receita do município e principal atividade econômica dos seus habitantes.

Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística no inquérito "Indústria Extrativa" referente a 1956, o valor dessa produção foi de Cr$ 3 200 000,00 assim distribuído: borracha Cr$ 2 400 000,00; castanha-do-pará Cr$ 250 000,00; sôrva Cr$ 300 000,00; sernambi ... Cr$ 250 000,00.

É também relativamente importante a produção extrativa animal. Segundo dados referentes ao nosso inquérito "Indústria Extrativa" o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 1 671 400,00, assim distribuído: peixes: pirarucu Cr$ 1 100 000,00; outros Cr$ 100 000,00; couros e peles de animais silvestres: jacaré Cr$ 450 000,00; outros Cr$ 21 400,00.

É assaz reduzida a produção agrícola do município. O seu principal produto é a mandioca, seguida da banana e do feijão. O valor total da produção em 1956, segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística é cêrca de Cr$ 5 000 000,00.

A pecuária é insignificante. Os seus principais rebanhos são os de suínos e de bovinos. Estima-se o primeiro em 1 000 cabeças e o segundo em 200 cabeças. Os demais possuem efetivo igual ou inferior a 150 cabeças.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 4 escolas de ensino primário.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às cidades vizinhas e à Capital estadual pelos seguintes meios de transporte:

Fonte Boa—fluvial: 1 006 km
Maraã—fluvial: 540 km
Tefé—fluvial: 769 km
Capital Estadual—fluvial: 1 432 km
Capital Federal—flúvio-marítimo: 7 277

O transporte é feito por "motores" e barcaças particulares.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal — Vila Bitencourt, fica à margem esquerda do rio Japurá, nos limites do Brasil com a Colômbia. Acha-se sediada nessa localidade uma unidade do Exército Nacional o 3.º Pelotão de Fronteiras. Além das dependências pertencentes ao Exército pouco há na povoação que conta apenas com cêrca de 40 casas e 240 habitantes.

Tem luz elétrica, fornecida pelo Exército, uma capela sob a invocação de São Sebastião, 1 escola de ensino primário e um pequeno estabelecimento comercial varejista é tudo o que há de interêsse estatístico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para o exercício de 1956, foi orçada em Cr$ 305 000,00. Para o ano de 1957 a receita prevista é de Cr$ 805 000,00. A União e o Estado ainda não instalaram órgão de arrecadação no município.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Defronte à foz do rio Apaporis, afluente do Japurá, cêrca de 2 km da Vila Bitencourt, está situado um macro divisório dos limites do Brasil com a Colômbia, inaugurado a 29 de setembro de 1931.

Outro marco há, à margem direita do Japurá, no lugar em que a linha geodésica Tabatinga—Apaporis, atravessa a referida margem.

Transcreve-se a seguir o "Têrmo de Inauguração" dêsse marco:

"Aos quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, o Excelentíssimo Senhor Dr. Getúlio Dornelles Vargas e presidente da República da Colômbia, o Excelentíssimo Snr. Dr. Enrique Olaya Herrera, reuniram-se na margem direita do rio Japurá ou Caquetá, no lugar onde a linha geodésica Tabatinga—Apaporis corta a dita margem, com o fim de inaugurar o marco levantado nesse mesmo lugar os representan-

tes presentes da Comissão Mista Brasileira—Colombiana Demarcadora de Limites.

Achavam-se presentes por parte da Comissão Brasileira, os senhores Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, chefe; Capitão Frederico Augusto Rondon, auxiliar-técnico; e Primeiro Tenente José Guiomard Santos, auxiliar-secretário. Por parte da Comissão Colombiana os senhores Dr. Belisário Ruiz Wilches, chefe; Dr. Dario Rozo M., subchefe; Dr. Arturo Vergara Uribe, médico e Dr. Hernando Aparício G. engenheiro-secretário.

Em seguida foi dado como inaugurado o marco récem-construído em lugar baixo e sêco.

Êste marco foi construído com alvenaria de tijolo e argamassa de cimento e tem as características do marco de primeira ordem estabelecido pela Comissão Mista, em sua conferência de oito de julho de 1931, e que são as seguintes: Marco de altura total de 3 metros acima do solo e constituído das seguintes partes: 1.ª Socco, formado por um prisma reto de 20 cm de altura, com base quadrada de 88 cm de lado; 2.ª Pedestal, em forma de prisma retangular de base quadrada com 68 cm de largura e 60 cm de altura; 3.ª Fuste formado por um tronco de pirâmide regular de 2 metros de altura e bases quadradas e paralelas, tendo a inferior 56 cm de lado e a superior de 40 cm; 4.ª Entablamento, em forma de pirâmide regular com 20 cm de altura e base quadrada de 40 cm de lado.

Na face voltada para o Brasil foram colocados na parte alta, uma placa de bronze com a palavra "Brasil" em alto relêvo e sessenta centímetros abaixo da placa, um escudo com as armas brasileiras, também de bronze; na face voltada para a Colômbia foram colocados da mesma maneira uma placa de bronze com a palavra "Colômbia" em alto relêvo e um escudo da Colômbia também de bronze.

Na face Sul foi colocada um aplaca de bronze com a seguinte legenda que se refere ao marco:

"Coordenadas"

Lat: 1 — 32' — 13"4 — S.
Long: 69 — 27, — 02"4 — O. de G.
A Tabatinga: 10 — 14, — 15" — S. O.
2 — X — 31

E para que conste em todo tempo foi escrito o presente têrmo em 4 exemplares, dois em Hespanhol e dois em Português o qual depois de lido e aprovado vai assinado pelos membros presentes da Comissão Mista.

(aa) Renato Barbosa Rodrigues Pereira.
José Guiomard Santos.
Belisário Ruiz W.
Dário Rozo M.
Arturo Vergara Uribe
Hernando Aparício G.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Japurá, que corta o município de um extremo a outro, atravessando "vasta e fecunda planície", despejando suas águas no Solimões, é incontestàvelmente um dos mais importantes rios da Amazônia. No seu curso superior, é grande o desnível do terreno, formando assim "catadupas" e "rápidos". As suas águas não barrentas como as do Solimões: são límpidas e cristalinas. Forma várias ilhas, de rara beleza e são lindas as suas praias de areias alvas, como se fôssem uma enorme fita branca estendida entre a policromia das águas cristalinas do rio e o verde, de vários matizes da mataria frondosa de suas margens.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Amazônia, do Livro de Macêdo. — Panoramas Amazônicos — Tefé, de Anísio Jobim. — História do Amazonas de A. C. Ferreira Reis. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Tefé.)

JURUÁ — AM

Mapa Municipal na pág. 211 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1710, após a expulsão dos missionários espanhóis, efetuou-se o reconhecimento do Juruá. Esclarece-se, todavia, que êsse reconhecimento se refere apenas à foz do grande rio ou até pouco acima do mesmo. Pois, nos meados do século XIX "o Juruá só não guardava mistérios na bôca e pouco acima". Depois das penetrações no Solimões, Içá, Japurá, Negro, Branco, Urubu, Madeira, Purus e Ituxi, é que chegou a vez do Juruá cujas origens eram desconhecidas e sôbre o qual se "adiantavam notícias absurdas".

Foi o governador Tenreiro Aranha quem "mandou explorar mais detidamente" o Juruá. Em 1857, João da Cunha Correia, a serviço do Govêrno, subiu o grande rio até a foz do Juruá-mirim.

A partir daí, as penetrações foram se processando com maior freqüência. A aventura da borracha atraiu também para o grande rio os nordestinos batidos pela inclemência da sêca. Cearenses, paraibanos, piauienses e rio-grandenses do norte, são os pioneiros do povoamento do Juruá.

Habitavam primitivamente a região, hoje território do município de Juruá, os índios Meneruás, Maranás, Canamaris, Catuquinas, Catauixis e outros.

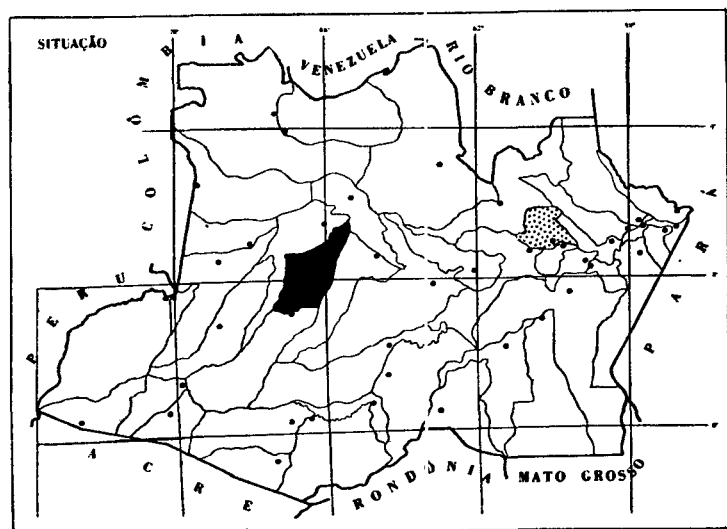
A denominação do município, como se compreende, provém da do rio de igual nome, que corta o município de um extremo a outro na direção Sul—Norte. O vocábulo Juruá vem de "Iuruá", que significa em guaraní "rio de bôca laga".

É o rio Juruá um dos mais importantes do Amazonas. Nasce na República do Peru, nas montanhas das Mercês, onde se denomina Juruá-mirim. É bastante largo (1 000 metros em alguns trechos) e tem, segundo Anísio Jobim, em "Panoramas Amazônicos" — Tefé" 3 283 km. É tido como o mais sinuoso rio do mundo. É navegável em quase todo o seu curso. A sua correnteza é vertiginosa, deslocando em média, 3 nós horários.

O município de Juruá foi criado pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado dos municípios de Caruari (subdistrito de Ipiranga de Juruá, Renascença, Concórdia e parte do de Santa Rosa) e Tefé (partes dos subdistritos de Uará e Paranaguá) com sede na localidade do Paranaguá, situado à margem do rio Juruá, elevada então à categoria de cidade.

O município é constituído de um só distrito. Ainda não foi criado o Têrmo judiciáro.

Juruá fo instalado a 31 de janeiro de 1956, sendo seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor João de Amorim Litaiff.

LOCALIZAÇÃO — O município de Juruá pertence à zona fisiográfica do rio Juruá, uma das sete em que se divide o Estado. Limita com os municípios de Carauari, Fonte Boa, Maraã e Tefé.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Cêrca de 55 metros mede a sede do município.

CLIMA — Quente e úmido com alterada pluviosidade como é peculiar à região Amazônica.

ÁREA — A sua área, segundo cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é cêrca de 25 300 km². Embora não seja dos maiores municípios, pois figura no 24.º lugar entre os 43 atualmente existentes, tem, como se vê, área superior à do Estado de Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Juruá, Breu, Riozinho e o paraná Tucumã.

RIQUEZAS NATURAIS — Suas riquezas naturais são constituídas pela flora e fauna grandemente importantes para a economia do município como se verificará em capítulo a seguir. Na primeira, destacam-se pelo seu valor econômico a seringueira e madeiras como jacareúba, louro inamuí e maçaranduba. Na segunda, peixes de várias espécies e animais silvestres, como a maracajá, o caititu, a onça, o veado, o queixada, etc.

POPULAÇÃO — A população do município segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é de 5 550 habitantes. É um dos menos populosos municípios do Esdo, figurando no 31.º lugar entre os 43 existentes.

A densidade demográfica de Juruá é muito baixa, embora no Estado vários outros municípios se encontrem sob êsse aspecto em situação bastante inferior à sua. A sua população relativa é de 0,22 hab./km² enquanto a do Estado é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Na data do último Recenseamento Geral — 1.º-VII-950 não existia no território hoje compreendido no município de Juruá, nenhuma aglomeração urbana. Atualmente, a situação é pràticamente a mesma. A própria sede municipal, possui apenas três casas e 16 habitantes. Ademais seus quadros urbanos e suburbanos não foram ainda fixados.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a principal fonte de receita do município. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística no inquérito "Indústria Extrativa" referente ao ano de 1956, o valor dessa produção foi de ..... Cr$ 5 711 000, assim distribuído: borracha — .... Cr$ 3 150 000,00, látex natural — Cr$ 845 000,00, madeiras Cr$ 1 500 000,00, sernambi — Cr$ 1 180 000,00, sôrva — Cr$ 10 000,00, castanha — Cr$ 26 000,00.

É também de suma importância para o município a produção extrativa animal. Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 foi de Cr 2 175 000,00, assim distribuído: peixes; pirarucu — Cr$ 1 000 000,00, outros —........ Cr$ 2 000 000,00: peles e couros de animais silvestres; jacaré — Cr$ 900 000,00, outros — Cr$ 75 000,00.

A agricultura no município de Juruá é assaz insignificante. O valor total de sua produção em 1956 não chegou a atingir a soma de Cr$ 5 000 000,00. A principal produção é a de mandioca, seguida das de cana-de-açúcar, milho e banana. Dessas últimas, todavia, nenhuma alcança a quantia de Cr$ 100 000,00.

A pecuária quase não existe no município. Os seus principais rebanhos são os de suínos e de bovinos, estimados, em 1 000 cabeças o primeiro e 500 cabeças o segundo. Os demais têm efetivos inferiores a 100 cabeças.

A indústria no município, pràticamente, não existe, senão a extrativa já referida em capítulo anterior e a de farinha de mandioca, bastante rudimentar e cuja produção se destina em quase sua totalidade ao consumo do próprio fabricante.

COMÉRCIO — Comércio no sentido prático da palavra, quase não existe estabelecido no município. O comércio ambulante praticado pelos conhecidos "Regatões" é que abastece o município de estiva geral, conserva, tecidos, louças, miudezas, etc. e outros gêneros. O município exporta borracha, pirarucu, madeiras, peles de animais silvestres, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Carauari — fluvial — 477 km, Fonte Boa — fluvial — 187 km, Tefé — fluvial — 535 km, Capital Estadual — fluvial — 1 198 km. O transporte é geralmente efetuado através de "motores".

ASPECTOS URBANOS — A sede do município está situada à margem direita do rio Juruá, no Seringal "Caitaú". Não se pode nem, pelo menos, pràticamente considerá-la "povoação", pois que possui apenas 3 casas e 16 habitantes.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 4 escolas de ensino primário.

12 — 24 640

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para o exercício de 1956 foi orçada em Cr$ 220 000,00, exclusive as quotas e auxílios dos demais poderes públicos. A União e o Estado ainda não instalaram órgão de arrecadação no município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Juruá, dos mais importantes e belos rios da Amazônia e considerado o mais sinuoso rio do mundo é, incontestàvelmente, no município a que empresta o nome, o que há de mais atraente. Serpenteia entre espêssa, frondosa e altaneira floresta "habitat" de animais silvestres de várias espécies. Ao subir êsse rio em 1861 Van Spix encantou-se com uma ave de rapina de plumagem negra jamais por êle vista em outra parte do mundo.

LENDAS — Transcrevemos a seguir, do livro "O Grande Amazonas" de Antônio Cantanhede, uma das várias lendas do município:

"A Balsa: — Nos áureos tempos em que o Amazonas atraía gente de todos os recantos da terra à procura do Ouro-Negro: as cobiçadas bolas de borracha, à mente de quem passaria o espetáculo contristador que se presenciou em 1929, desde que êsse produto, baixando o preço, ficou desvalorizado?

Os bravos bandeirantes do Norte, desamparados, e apeados sùbitamente do pedestal de grandeza onde o seu trabalho honrado os colocara, heróicos, sustentaram, por anos a fio, grande batalha contra o destino mau, mas, sucumbiram, porque o Estado longe de ampará-los, para manter bem alinhados os algarismos orçamentários, ora aumentava ora criava novos impostos, sem que para o justificar tivesse surgido, sequer, uma indústria nova.

A vergonha, pela quase completa nudez e o temor da morte pela fome, passaram a ser a visão constante dos intrépidos desbravadores da floresta inóspita. Mas, recuar, nunca!

O Amazonas é nossa terra, salvemo-lo! bradavam os infelizes seringalistas. Entretanto, a miséria com o seu cortejo grandiosamente trágico fustigava o temerário.

Em pé, no barranco do rio, onde no passado atracavam os navios carregados de mercadorias o seringalista espreita, e sonha, porém a realidade aterradora vem quebrar-lhe o fio do pensamento altivo: a espôsa outrora coberta de sêdas, com os dedos enfiados em anéias faiscantes das pedras preciosas, e neste momento maltrapilha e faminta, trazendo consigo a prole nua, implora: Por piedade, homem! abandonemos êste lugar. Daqui por pouco tempo não teremos mais o que comer, nossos filhos estão sem roupas, cobertos de feridas e sofrendo o frio intenso da maldita sozão. Vamos, homem! a terra não tem culpa, mas, ficarmos por aqui seria morte certa. De esperança temos vivido até agora. Tiveste todo o ardor no desbravar destas matas que eram virgens e te acobardas com a idéia de recomeçar a vida de outro modo e em outras paragens? Tem piedade de teus filhos e abandonemos aquilo que, se tanto nos custou adquirir de nada vale hoje. Com lágrimas nos olhos fundos da magreza extrema, a espôsa heróica roja-se de joelhos e suplica ao Deus de bondade a necessária coragem ao espôso sofredor. A fome, a nudez, as privações constantes são os pródromos do aniquilamento próximo, pelas febres de mau caráter.

A floresta cortada de estradas, de varadouros, onde nos tempos felizes se disputavam as árvores do Ouro-Negro, a bala de rifle, vão-se despovoando, vão ficando no "serrado", e o patrão, impotente, vê seus companheiros de luta, que era o seu pessoal, quase uma parte da sua vida laboriosa baixar, desertando da terrível ameaça, mas, êle ficou no seu pôsto, com esperança de vencer. Cedeu, magnânimo, todos os meios de transporte de que dispunha, aos fugitivos da má sorte, e ficou ilhado, tendo, apenas, a pequena montaria que deixou para as pescarias, de tarrafa.

O Coronel de outros tempos, descalço e esfarrapado, porém, estóico, esperava ainda a melhora do preço da borracha, mas, a súplica da espôsa, da sua fiel e abnegada companheira de luta, veio abrir-lhe os olhos para a dura realidade. Êle mede, então, a imensidade do abismo à beira do qual se encontra, e estremece. Seus filhos, doentes, sem remédios e dieta, gemem de dores. É preciso partir. Para onde, como e com que recurso? Vem-lhe, então, à mente, a construção de uma balsa, para a deserção, e êle cede aos rogos da espôsa.

Árvores de madeiras flutuantes derrubadas a custo e a golpes de coragem são lançadas ao rio; convenientemente amarradas com cipós, em forma de estrado, formam o convés da balsa que é coberta de palhas como uma casa. Cuida-se, sem demora, do embarque do remanescente, que são os restos miseráveis da outrora opulenta bagagem do abastado proprietário. O "aviamento" de fazer farinha constitui a única ferramento de que êle dispõe para a luta futura. Os animais: galinhas, patos, porcos e cães de caça miseràvelmente emagrecidos com a família do vencido, que apressa a partida. E na manhã de um belo dia de verão a improvisada morada flutuante é empurrada para o largo, para o fio de correnteza das águas do rio Juruá.

Do peito magoado do sertanejo nordestino, do heróico desbravador da floresta virgem, do gigante das selvas, desprende-se um suspiro, e uma lágrima quente como um raio de sol, deslisa pela sua face cadavérica. É a saudade do horrível, a despedida da dor.

Nos bons tempos, quando o coronel contribuía para a grandeza dos orçamentos do Estado; para a formação da fortuna dos gananciosos exportadores da borracha; para aumentar de milhões os três dos europeus e norte-americanos interessados nas transações de compra, êle, o coronel de outros tempos, possuía navio ou viajava de camarote especial, com as regalias que lhe haviam grangeado o seu hercúleo esfôrço, enquanto que, hoje, para abandonar, forçado, o trabalho de muitos anos, para fugir ao destino cruel, servia-se de uma balsa!

Já ao sabor da correnteza, exausto, o intrépido batalhador tenta repousar, mas, revê, em sua mente cansada, todo um passado de lutas sem tréguas, e sente a mágoa da derrota. Êle pensa, então, que o infeliz Amazonas se levantará um dia, quando se instalarem usinas de beneficiamento de fábricas de artefatos de borracha, em Manaus e Belém; quando se formarem companhias para a exploração da pesca e beneficiamento do pescado; quando se cogitar da propaganda da castanha em todo o território nacional e nas repúblicas vizinhas; quando se conceder auxílios ou prêmios a quem montar fábricas de óleos vegetais, com aproveitamento das inúmeras sementes oleaginosas; quando o Lóide mandar, mensalmente, navios pequenos, mistos, de Buenos-Aires a Iquitos, para o transporte de madeira e outros pro-

dutos exportáveis, que são incontáveis... Sim, quando o país for administrado por brasileiros de boa vontade e se fizer menos política. O Amazonas, então, será grande econômicamente, e contribuirá brilhantemente para a maior glória do Brasil.

Com êsses pensamentos, sonhando acordado, êle adormece. A espôsa, sempre arrumando os "troços" da bagagem, o espreita de longe, lastimando, no íntimo, a derrota do seu companheiro de tantos anos. Ela entristece também, mas, de repente o seu semblante se ilumina. Depois de certificar-se que dorme o seu marido, ela vai, de mansinho, abrir a mala grande. A um canto, envolvida em restos do velho cobertor de lã ela encontra o que procura. Era uma caixa envernizada. Retira-a da mala, suspende-lhe a tampa, coloca a manivela, dá corda, põe um disco, e a caixinha, como criatura mágica, executa um belo solo de violino.

Lágrimas de saudades da passada opulência descem como gôtas de orvalho, pela sua face pálida. Ela ajoelha junto ao marido adormecido e faz uma prece. O mártir continua a dormir, mas, já esboça um sorriso de contentamento: talvez sonhasse já com a ressurreição do Amazonas tão querido.

Despertado, abre os olhos, admirado, e depara com a espôsa em atitude suplicante, que lhe diz: Perdoa, meu amigo, eu não vendi a nossa vitrola, apesar da grande necessidade de dinheiro que sofremos, pensando que um dia as suas cordas tocassem as cordas dos nossos corações amargurados. Perdoa-me, quanto te disse que a tinha vendido, crê, foi a única vez que te menti.

E a balsa continua a descer ao sabor da correnteza".

(Autoria do histórico — Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de A.C. Ferreira Reis. — Amazônia, de Onofre de Andrade. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Carauari.)

JUTAÍ — AM

Mapa Municipal na pág. 181 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O rio Jutaí, de cujo nome se originou o do município, até 1875, não havia despertado as "preocupações dos estudiosos das coisas da Província". Só naquele ano é que por determinação do "comendador Pimenta Bueno, gerente da Companhia de Navegação do Amazonas, C. Barrington Brown fez-lhe o reconhecimento".

O curso de Jutaí tem cêrca de 1 200 km de extensão e é quase todo navegável. Corta o município, a que empresta o nome, de um extremo a outro, na direção de sudoeste-nordeste. É afluente do Solimões.

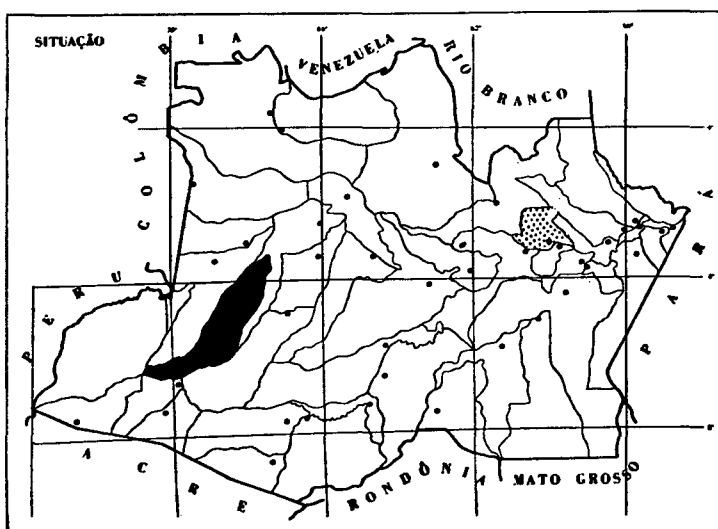
Habitavam primitivamente a região hoje compreendida no município de Jutaí, os índios Catuquinas, Marauás, Ariaceus e outros.

O povoamento da região do Jutaí pràticamente só se iniciou nas últimas décadas do século passado. Também na região em referência, como em outros Estados, os nordestinos — cearenses, piauienses, paraibanos e potiguaras, foram os pioneiros do povoamento, atraídos que foram às plagas amazônicas pela "aventura da borracha" e impelidos ao êxodo de suas terras pelo trágico fenômeno das sêcas de que ali tem sido vítima aquela heróica gente.

O município de Jutaí foi criado pela Lei Estadual número 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do município de Fonte Boa, abrangendo os subdistritos de Mutum e Curuena e com sede em Boa Vista.

O município é constituído de um só distrito. Ainda não foi criado o têrmo judiciário.

O município foi instalado a 11 de abril de 1956 e o seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, é o senhor Oswaldo José Arantes.

LOCALIZAÇÃO — O município de Fonte Boa do qual foi desmembrado o de Jutaí está localizado na zona fisiográfica Solimões-Javari. Entretanto, talvez, não seja muito racional a inclusão do município de Jutaí na referida zona, por ser afastada do Solimões e muito mais ainda do Javari.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita o município de Jutaí com ôs municípios de Atalaia do Norte, Carauari, Eirunepé, Fonte Boa e São Paulo de Olivença.

ALTITUDE — Cêrca de 70 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e úmido, com grande pluviosidade, característico da zona equatorial.

ÁREA — Sua área, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é cêrca de 38 354 km². Em extensão territorial figura no 17.º lugar entre os atuais 43 municípios do Estado. Note-se que a sua área é bem superior a do Estado de Alagoas e quase igual à do Estado do Rio de Janeiro.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tem como principais acidentes geográficos os rios Jutaí, Mutum e Biá.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são representadas, na flora, pela seringueira (Hevea Brasiliensis) e madeiras de boa qualidade como o cedro, jacareúba, etc., e na fauna, peixes de várias espécies entre os quais é justo ressaltar o pirarucu e animais silvestres como o queixada, o caititu, o veado, etc.

POPULAÇÃO — Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística a população do município de Jutaí é de

cêrca de 3 700 habitantes. É assim dos menos populosos municípios do Estado, figurando precisamente no 40.º lugar entre os 43 atualmente existentes.

A população relativa do município de Jutaí — ...... 0,09 hab/km² é das mais baixas do Amazonas, muito inferior à do Estado que é de 0,32 hab/km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Não há pràticamente no município nenhuma aglomeração urbana. A própria sede municipal tem apenas 6 casas e cêrca de 40 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É a produção extrativa vegetal a principal fonte de receita do município. Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 foi de .... Cr$ 6 200 000,00, assim distribuído: Borracha —........ Cr$ 5 850 000,00, sernambi — Cr$ 150 000,00 e madeiras — Cr$ 200 000,00.

Tem também realmente importância na economia municipal a produção extrativa animal, cujo valor em 1956, segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, foi de Cr$ 1 560 000,00, assim distribuído: Peixes; pirarucu — Cr$ 600 000,00, outros — .... Cr$ 240 000,000: peles e couros de animais silvestres; jacaré — Cr$ 600 000,00 e outros — Cr$ 120 000,00.

Quase não se pratica a agricultura no município. Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 não chega a atingir a soma de Cr$ 1 000 000,00. Os principais produtos, são mandioca, feijão, banana e batata-doce.

É insignificante a pecuária do município. Os seus principais rebanhos são os de suínos e de bovinos, o primeiro com 2 000 cabeças e o segundo com 1 000 cabeças. Os demais possuem efetivos inferiores a 100 cabeças.

COMÉRCIO — Pràticamente não existem estabelecimentos comerciais no município. Abastece o município, o comércio ambulante, praticado pelos chamados "regatões". Regatões são os serviços ambulantes que traficando nas vilas, povoados, lugarejos, nos rios, lagos, igarapés e igapós, e nas barrancas disseminadas pelos lugares mais distantes, levam notícias novas e mercadorias aos caboclos. Êsse tráfico é feito por batelões a voga, canoas a remo e a motor de pôpa e também por grandes vapores, lanchas e "motores" maiores. Há várias classes de regatão que mencionaremos: os vapôres de grande porte, lanchas e "motores" que procedendo de Manaus, são na generalidade ambulantes enciclopédicos levando tôda espécie de mercadorias necessárias à região, movimentando todos os rios do Amazonas. Transporta o tecido, ferragens, medicamentos, estiva, munição, armas, quinquilharias, combustíveis e outras necessidades, que são vendidas indistintamente aos seringalistas, pescadores, seringueiros, sorveiros, balateiros, madeireiros e demais profissionais da gleba, como também aos regatões que são intermediários e que por sua vez regateam em motores menores, canoas e batelões. Êsses, inclusive os seringalistas, mantêm também outros regatões de menores proporções, entre os quais poderemos citar: batelão com tolda de palha, com tôldo de madeira coberto de ruberoid e canoas e igaras a remo ou motores de pôpa. Êsses tipos de regatão se infiltram até aos pontos terminais dos igarapés, levando aos profissionais das selvas, o seu estoque, que se resume em alguns quilos de víveres, diminuta munição, alguns metros de tecido, poucos vidros de medicamentos e ferragens esparsas. Já os batelões, viajam mais surtidos, pois muitas vêzes enviam aquêles, ficando às bôcas dos igarapés esperando a volta dos mesmos com o produto conseguido.

Existe também os "barracões", uma espécie de residência dos seringalistas. Seu tipo é das casas grandes do nordeste brasileiro, senhorial e ampla. No entanto, a divisão é muito outra. Tem duas partes: numa estão instalados os negócios — escritório, loja, depósitos e dormitórios para passageiros; no outro reside o seringalista com a família. É a sede de todo movimento e é quem fornece os aviamentos aos fregueses e regatões, como também, o ponto fixo de onde dimana ordens para a administração geral, convergindo para o mesmo todo produto produzido. É, pode-se dizer, o intermediário direto da praça, uma espécie de representante, que não sòmente distribui e abastece tôda a gleba, como a assiste em tudo. Além do mais, o barracão promove festas, funda escolas e ensina o trabalho. Sem êle, sem êsse baluarte tão difamado pelos desconhecedores do seu papel, êle que encarna o próprio seringalista, o Amazonas se estiola como infelizmente está acontecendo, vivendo a esmolar, quando antes era o esmoler da República.

O município exporta borracha, pirarucu, peles de animais silvestres, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município liga-se às cidades vizinhas e à Capital Estadual, pelos seguintes meios de transporte: Fonte Boa — fluvial — 791 km, Atalaia do Norte — fluvial — 1 106 km, São Paulo de Olivença — fluvial — 882 km e Capital Estadual — fluvial — 2 064 km e flúvio-aérea — 1 461 km (via Fonte Boa).

Os seus meios de transporte são efetuados através de "motores".

ASPECTOS URBANOS — A sede do município fica à margem esquerda do rio Jutaí, afluente do Solimões.

Seis casas, quarenta habitantes e uma escola de ensino primário é tudo quanto possui de interêsse estatístico.

ENSINO — Em 1956 funcionou no município 1 escola de ensino primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para o exercício de 1956 foi orçada em Cr$ 900 000,00. A União e o Estado não instalaram órgão de arrecadação no município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os rios Jutaí e Mutum, que banham o município são o que sob o aspecto em epígrafe há de mais digno de mensão. O Jutaí, rio extenso, com cêrca de 1 200 km, navegável em quase todo o seu curso, tem inegàvelmente muito belo aspecto. O Mutum, afluente da margem direita do Jutaí, embora não muito extenso e largo, é bastante profundo. Na sua parte superior, corre impetuosamente, nas suas margens há lindas palmeiras.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de A. C. Ferreira Reis. Questionários preenchidos pelo A. E. de Fonte Boa.)

LÁBREA — AM

Mapa Municipal na pág. 205 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Nos tempos coloniais, o rio Purus, principal via de acesso da zona fisiográfica que tem o mesmo nome e da qual é Lábrea o município mais antigo, havia sido penetrado apenas por coletores de produtos (cacau, canela, etc.) da região.

Confirma essa assertiva Moreira Pinto no seu "Dicionário Geográfico do Brasil", quando informa: "Era o Purus conhecido antes de 1852, por alguns coletores de drogas, em uma extensão de 180 a 200 léguas, sem que, todavia, tivesse havido nunca a menor tentativa de exploração".

Há notícias de que antes dos meados do século XIX, "João da Cunha Correia, vulgo João Cametá, visitou-o muitos dias de viagem acima da bôca".

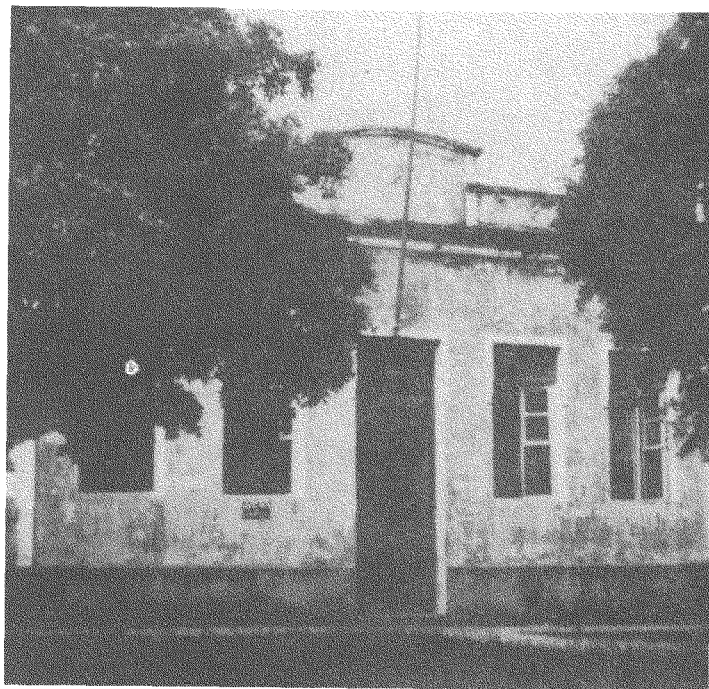
Com a criação da Província do Amazonas em 1852, Tenreiro Aranha, primeiro Presidente da novel unidade do Império, com o propósito de estabelecer melhores comunicações com a Província de Mato Grosso e a Bolívia, olvidando as dificuldades de transporte do trecho encachoeirado do rio Madeira, organizou uma expedição para explorar o rio Purus.

Essa expedição, que partiu de Manaus a 10 de maio de 1852, compunha-se de duas canoas tripuladas por 12 índios e 12 soldados sob o comando de um cabo de esquadra e foi confiada ao prático Serafim da Silva Salgado. A expedição subiu o grande rio até a região então habitada pelos Cucamas. Não foi possível prosseguir a penetração porque segundo afirma o próprio Silva Salgado no relatório que apresentou ao Presidente da Província, a partir daquele local o "rio era tão estreito e tão obstruído, que não dava passagem, nem mesmo a pequenas canoas". O objetivo principal da expedição que era encontrar uma ligação através das campinas do Purus com o Madeira, acima das cachoeiras dêste, não foi alcançado.

Em 1854, o Frei Pedro Coriana, fundou no Purus a Missão de São Luiz Gonzaga, com índios Muras, Cauinicis, Mamurus, Jamadis, Purupurus, etc. Em 1857, todavia, o Frei Coriana, enfêrmo, abandonou a Missão.

Com o mesmo propósito de estabelecer a desejada comunicação entre os dois grandes rios organizou-se em 1861 outra expedição, confiada dessa vez ao prático Manuel Urbano da Encarnação.

Subiu Manuel Urbano o Purus até a foz do Iquiri, onde o informaram que êste rio se comunicava com o Madeira. Resolveu então Manuel Urbano subir o Iquiri e após

Estação Postal-Telegráfica

Prefeitura Municipal

vários dias de viagem verificou que a informação era inverídica: o canal que afirmara proceder do Madeira, era de outro afluente do Purus. Retornou a expedição a Manaus, sem ainda dessa vez alcançar o fim colimado.

Outras expedições se efetuaram posteriormente. De uma delas foi incumbido o mesmo Manuel Urbano, que após subir o Purus e o Mucuim, depois de 16 dias de viagem neste último, deixou o rio e prosseguiu por terra, alcançando ao cabo de 3 dias e meio de viagem o Salto Teotônio, no rio Madeira. Fôra, enfim, encontrada a tão almejada ligação, (que infelizmente até os dias presentes não tem tido o devido aproveitamento).

Habitavam primitivamente a região os índios Pamaris, Cucamas, Ipurinás, Muras, Purupurus, Jamadis, Canamaris.

O já conhecido Manuel Urbano da Encarnação e o Capitão Manuel Niculau de Melo, foram dos primeiros civilizados a fixar residência na zona do Purus.

Com o advento da navegação a vapor, iniciou-se o povoamento do rio Purus, facilitado também pela atração decorrente de riquezas naturais, como a borracha. Em 1869, chegou a primeira "leva" de cearenses composta de 50 homens sob a responsabilidade do pioneiro João Gabriel de Carvalho e Melo, que se fixara no baixo Purus. Em dezembro de 1871, a maior "leva" de maranhenses, organizada pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, localizou-se no Purus, na terra firme de Amaciari, que passou a se denominar Lábrea. Aí encontrou o Coronel Labre um índio Pamari, de nome José Antônio que vivia com uma mulher do rio Negro, chamada velha Catita.

O pequeno núcleo de povoamento fundado pelo Cel. Labre desenvolveu-se. Foi elevado a sede de freguesia sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré do Ituxi, pela Lei provincial n.º 265, de 15 de maio de 1873. No ano seguinte foi criado o Distrito de Paz da Lábrea, sendo eleito seu primeiro Juiz o senhor José Leonidio Guedes.

Em 1873, os protestantes fundaram uma missão no Jutanaã. Essa missão, todavia, não teve prosperidade, extinguindo-se pouco depois.

Matriz de N. S.ª de Nazaré

Em 1878, aos 6 dias de setembro, foi criada e instalada a Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré de Lábrea, sendo o seu primeiro vigário o Padre Francisco Leite Barbosa.

Em 1881, foi a freguesia elevada à categoria de vila pela Lei n.º 523, de 14 de maio do mesmo ano, datando daí conseqüentemente a criação do município, constituído de um só distrito. O artigo 3.º da referida Lei estabelecia, entretanto, que o município só poderia ser instalado quando "dispusesse de prédios que pudessem servir de casa da Câmara e Cadeia".

O Cel. Labre, então Deputado à Assembléia Legislativa Provincial fôra o autor do projeto que se transformou na Lei que criou o município. O art. 3.º, entretanto, não era de sua autoria. Procedera de emenda apresentada com o propósito segundo se supôs na ocasião, de impedir a execução da Lei, pois a criação do município de Lábrea traria prejuízos à economia do município da Capital do qual seria desmembrado. Não se deu, por vencido, todavia o patrono de Lábrea e se comprometeu a satisfazer a exigência do referido art. 3.º: As duas casas foram obtidas; uma doada pelo próprio Cel. Labre e a outra por Manuel Alves Carneiro Junior.

A instalação do município, no entanto, só se verificou a 7 de março de 1886. Na primeira eleição realizada foram eleitos como vereadores os senhores Antônio Rodrigues Pereira Labre, Padre Francisco Leite Barbosa, Manuel Alves Carneiro Junior, João Gabriel de Carvalho e Melo, Leopoldino Felix Guimarães e João Thury da Silva Brabo.

Pela Lei n.º 607, de 24 de maio de 1883, foi criada a "Comarca do Rio Purus", com sede em Lábrea, instalada a 2 de abril de 1890. Foi o seu primeiro Juiz o Dr. José Pires da Fonseca.

Em 1890, por fôrça do Decreto n.º 67, de 22 de outubro, foi desmembrado de Lábrea o território que formou o município de Antimari (atual Bôca do Acre).

Em 1896, Lábrea sofre outro desmembramento territorial, dessa vez para constituir o município de Canutama, criado pela Lei n.º 148-A, de 1.º de junho do mesmo ano.

Por fôrça da Lei Estadual n.º 97, de 11 de outubro de 1894, Lábrea foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de São Luiz de Lábrea.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, figura o município de Lábrea constituído por 9 distritos: Lábrea, Providência, Cachoeira, Guicião, Caçaduá, Vera Cruz, Bôca do Iauni, Xingu e Fortaleza.

Em 1925, pela Bula "Impersentabili Dei Consilio", de 1-5-925, do Papa Pio XI, criou a Prelazia de Lábrea, sendo seu primeiro prelado o Frei Marcelo Calvo do Rosário.

Já na divisão administrativa de 1933 e nas territoriais de 31-XII-936 e 31-XII-937, voltou o município de Lábrea a constituir-se de apenas um distrito — o da sede.

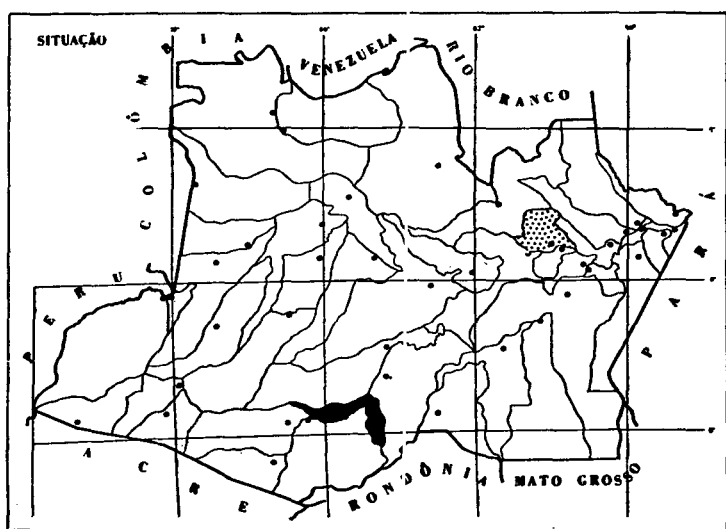
Em 1943, por fôrça do Decreto-lei Federal n.º 5 812, de 13 de setembro do mesmo ano, o Município, desfalcado de partes do seu território incorporadas aos municípios de Bôca do Acre e Canutama, foi transferido para o Território Federal de Guaporé (Rondônia). No ano seguinte, todavia, por efeito do Decreto-lei Federal n.º 6 550, de 31 de maio do mesmo ano, retorna o município de Lábrea a integrar o Estado do Amazonas, readquirindo também as partes de seu território anexadas anteriormente aos municípios de

Coreto Municipal

Bôca do Acre e Canutama. Entretanto, por fôrça do mesmo Decreto, perdeu parte do distrito-sede para o de Canutama, do município de igual nome.

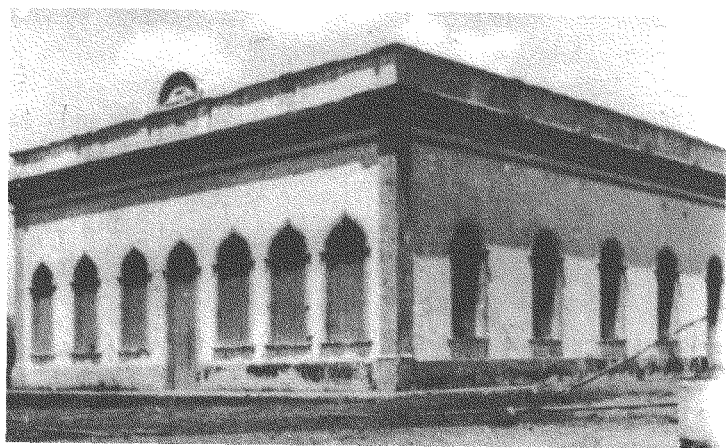
Em virtude da Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, o município de Lábrea perdeu grande parte do seu território para constituir os novos municípios de Ituxi e Pauini. Atualmente o município de Lábrea continua constituído de um só distrito e é têrmo único da comarca do mesmo nome.

Nas eleições de 3-X-955, foram eleitos para prefeito — o senhor Manoel Moreira Sobrinho e para vereadores os senhores Milton Braga de Paes, Albino Machado da Silva, Aldemar Brasileiro Paraguaçu, José Fernandes de Andrade, Francisco Cerqueira de Brito e Francisco Assis Canizo de Brito. Votaram 2 702 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Lábrea está situado na zona fisiográfica do rio Purus, uma das sete, em que se divide o Estado do Amazonas. Sua sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 16' de latitude Sul e 68° 48' de longitude W.Gr.; posição relativamente à capital — distância em linha reta: 697 km; direção: 49° 10' S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 60 metros acima do nível do mar.

CLIMA — É quente e úmido o clima de Lábrea, aliás é comum à região amazônica.

ÁREA — A área do município, segundo o Conselho Nacional de Geografia, era, até 1955, de 106 234 km², sendo então

Grupo Escolar "Humberto de Campos"

Prefeitura Municipal

o 5.º dos municípios amazonenses em extensão territorial, com a criação dos novos municípios de Ituxi e Pauini naquela época ficou reduzida apenas a cêrca de 15 500 km². De um dos maiores (o 5.º) municípios do Estado, passou a ser dos menores, figurando precisamente no 34.º lugar entre os 43 existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município de Lábrea são os rios Purus, Ituxi, Mari e Mamoriá.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são constituídas por sua flora e fauna, assaz importantes. Na primeira destacam-se pelo seu valor econômico a seringueira (hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará ou noz do Brasil (bertholletia excelsa) além de madeiras de boa qualidade. Na segunda, os aquáticos, como peixes de várias espécies e quelônios, e animais silvestres como caititu, queixada, veado, onça, etc.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento geral de 1950, a população de Lábrea era 21 988 habitantes, figurando no 6.º lugar entre os municípios do Estado segundo a população.

Dêsses 21 988, 11 909 eram homens e 10 079 mulheres.

Dos 21 988 habitantes, 6 604 (3 653 homens e 2 951 mulheres) eram brancos; 1 852 (1 085 homens e 767 mulheres) pretos; 13 485 (7 143 homens e 6 342 mulheres) pardos; e 47 sem declaração de côr. Como se vê, predomina a côr parda.

Com relação ao estado civil das pessoas presentes, de 15 anos e mais, que eram 11 949, 4 948 (3 192 homens e

Serraria à Vapór

e 1 756 mulheres) solteiras, 6 085 (3 069 homens e 3 016 mulheres) casados, 885 (341 homens e 544 mulheres) viúvos e 2 desquitados.

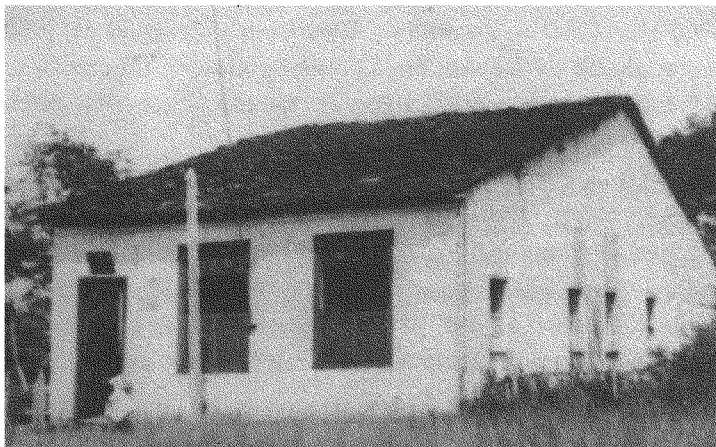
Quanto a nacionalidade, 21 942 brasileiros natos (11 871 homens e 10 071 mulheres) 6 naturalizados e 40 estrangeiros.

Professam a religião católica romana 21 164 (11 441 homens e 9 723 mulheres), protestantes 135, espíritas 23, israelitas 11, maometanos 4, de outras religiões 241, sem religião 381, sem declaração de religião 29.

Com o desmembramento territorial sofrido, por fôrça da Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, a sua população ficou reduzida a pouco mais de um têrço da anterior, ou seja segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística cêrca de 7 350 habitantes. Com essa população, Lábrea coloca-se no 26.º lugar entre os 43 municípios existentes do estado.

No tocante à população relativa, a situação do município melhorou bastante com o citado desmembramento territorial, vez que êste atingiu justamente a parte menos povoada do município. Antes do desmembramento a sua população relativa era de 0,20 hab/km² e agora é mais do que o dôbro ou seja de 0,47 hab/km², superior à do Estado que é de 0,32 hab/km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existe no município apenas uma aglomeração urbana, a cidade de Lábrea que em 1950 contava com 1 252 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal do município é das maiores do Estado e constitui indubitàvelmente a sua maior fonte de receita. Segundo

Pôsto de Saúde

dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística o valor total dessa produção em 1956 foi de .... Cr$ 85 094 084,00, cabendo Cr$ 73 600 000,00 a borracha, os demais produtos foram castanha-do-pará, sernambi, madeiras, látex natural, sôrva e óleo de copaíba.

A produção extrativa animal é relativamente importante. O valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 2 490 000,00. Destacando-se o jacaré com Cr$ 990 000,00 e o pirarucu com Cr$ 600 000,00.

É pequena a produção agrícola de Lábrea, embora seja superior a de muitos outros municípios do Estado. O valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 14 750,000,00. Dêsse valor, Cr$ 14 750 000,00, ou seja cêrca de 87% correspondem à produção de mandioca. Os demais produtos são: fumo, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar, banana e outros.

Pôrto de Desembarque

Dêsses, todavia, não há nenhum cujo valor da produção em 1956 haja atingido a quantia de Cr$ 500 0000,00.

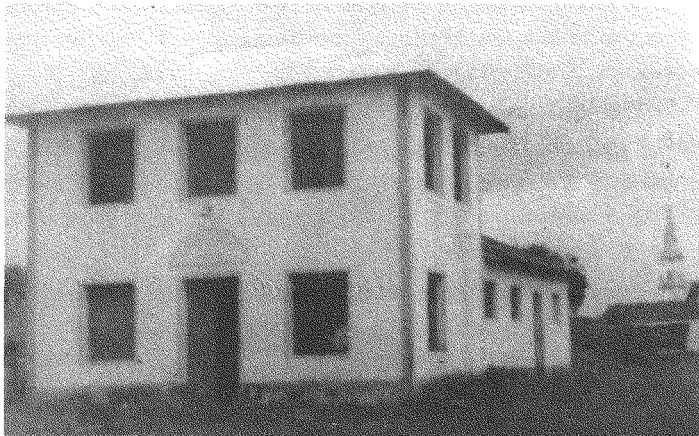
A pecuária em Lábrea não tem tido o desenvolvimento que em decorrência da existência de extensos campos naturais em seu território, próprios a êsse fim, era de se esperar. O seu principal rebanho é o de suínos, estimado em 5 000 cabeças, e de bovinos com 1 000. Os demais rebanhos têm efetivos inferiores a 500 cabeças.

O Registro Industrial, referente ao ano de 1955, apresenta os seguintes resultados: número de estabelecimentos: 3 — valor da produção: Cr$ 276 000,00. Os principais produtos foram pão e bolachas cujo valor da produção atingiu a quantia de Cr$ 261 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede do município apenas 9 pequenos estabelecimentos comerciais varejistas. O município importa estivas em geral, miudezas, tecidos, lou-

Usina Elétrica

ças, ferragens, etc. e exporta borracha, castanha-do-pará, sernambi, madeiras etc. Não há agência bancária no município.

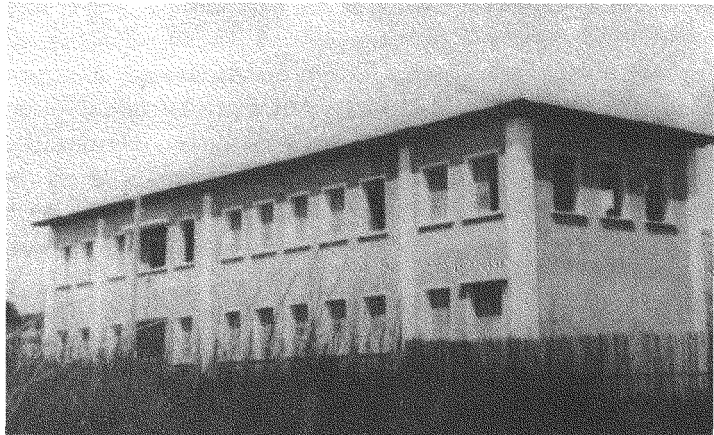
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município liga-se à Capital do Estado pelos seguintes transportes: aéreos: (aviões Catalina da Panair do Brasil S. A.) e fluvial: navios do S.N.A.P.P. e "motores" particulares. São as seguintes localidades que se ligam com o município: Canutama — fluvial: 263 km e aéreo: 51 km; Ituxi — fluvial: 589 km; Pauini — fluvial: 739 km; Manaus — 1 672; fluvial e aéreo: 836. Dispõe de uma agência postal--telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos, que possibilita a comunicação da sede municipal com a Capital do Estado. Há também dois automóveis.

Delegacia de Polícia

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Lábrea está localizada à margem direita do caudaloso rio Purus, um dos principais afluentes do rio Amazonas. É uma cidade pequena, com apenas 13 logradouros públicos. 202 prédios e, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, possuía 1 252 habitantes. Dos seus logradouros públicos, 6 são pavimentados e 4 arborizados. A cidade é servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a todos os logradouros, e a domiciliar a 62 prédios. Dentre os seus logradouros, destaca-se a praça onde está localizada a Igreja Matriz. Os principais edifícios são: Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Educandário Santa Rita, Grupo Escolar Humberto de Campos, Prefeitura Municipal e Delegacia Geral de Polícia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Saúde, mantido pelo S.E.S.P. presta assistência médica às populações urbana e rural do município. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 4 enfermeiros. Há 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das 17 772 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, 2 363 (1 486 homens e 877 mulheres) sabiam ler e escrever. Êsse número corresponde a 13,5%, percentagem inferior à do Estado, que é de 36,8%.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 7 escolas de ensino primário. Dessas escolas, 4 localizavam-se no quadro urbano e 3 no quadro rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de Lábrea já teve fase mais florescente, vida mais ativa. Nas últimas décadas do século passado chegou a possuir jornais, entre êstes o "Correio do Purus", e "Purus" e o "Labrense"

Educandário "Santa Rita"

que surgiram por volta de 1885 a 1890 e desapareceram poucos anos depois.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	(Cr$ 1 000)
1951.......	...	68	928	534	1 107
1952.......	244	64	1 214	644	657
1953.......	354	93	1 526	838	1 365
1954.......	213	76	1 432	888	1 365
1955.......	...	148	1 450	917	897
1956.......	...	137	1 227	719	1 476

FONTE: Delegacia Fiscal, Secretaria da Fazenda e Departamento de Estatística.

Aeroporto

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa de Lábrea é a que se realiza a 8 de setembro em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da cidade. Antecedem à festa pròpriamente dita as novenas e quermesses após estas, realizadas durante nove noites. Durante êsses dias o aspecto da cidade se transfigura com o movimento incomum decorrente do grande número de pessoas que vêm do interior do município assistir os festejos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Purus foi o primeiro a ser conhecido, antes de 1852, alguns coletores de drogas já o haviam visitado. O Purus é um dos mais volumosos e extensos tributários do Amazonas, no trecho em que êste recebe o nome de Solimões. Rivaliza-se com o Madeira em opulência e curso, sendo mais do que êle, franco à navegação. Suas águas vêm de terras da Bolívia e do Peru, além do paralelo de 11° de latitude Sul, sendo seu ramo principal proveniente da serra de Contamana, em a fronteira desta última República com o Brasil. Pode-se dizer que é o mais tortuoso afluente do Amazonas, a serpear ora em terras baixas, alagadiças, ora entre barreiras de notável elevação. A corrente do rio é de duas e meia milhas por hora, variável conforme a época das enchentes ou das vasantes. Suas águas arrastam abundante vasa: daí a côr turva, amarelada que apresenta. Assim sendo pode ser considerado uma atração turística.

OUTROS ASPECTOS — A cidade de Lábrea é sede de uma das cinco Prelazias Apostólicas existentes no Estado.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A. C. Ferreira Reis. "O Município de Lábrea", de Antônio Bitencourt. "Prelazia de Lábrea", de Frei José Álvarez Macua. Sinopse do Município de Lábrea, editada pelo C.N.E. Tábuas Itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pelo A.E. de Lábrea.)

MANACAPURU — AM

Mapa Municipal na pág. 159 do 1.° Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Manacapuru originou-se de uma aldeia de índios Muras, fundada a 15 de fevereiro de 1786.

Eram os Muras índios terríveis, cuja pacificação exigiu ingentes esforços. Obteve-a, todavia, entre os anos de 1774 e 1775, Matias Fernandes, diretor da aldeia de Santo Antônio do Imaripi, no Japurá. Muito concorreram para essa pacificação as instruções do General Pereira Caldas.

Segundo, todavia, A.C. Ferreira Reis, essa pacificação teria ocorrido em princípios de 1785.

Por volta do ano de 1785, já havia pouco abaixo da foz do rio Manacapuru no rio Solimões, uma "Feitoria de Pesca" denominada Caldeirão sob a administração de Sebastião Pereira de Castro, cuja produção destinava-se ao abastecimento da guarnição militar sediada em Barcelos, então sede da Capitania.

Segundo comunicação do administrador da "Feitoria" ao General Pereira Caldas, que se encontrava em Barcelos, "a 27 de setembro havia chegado ali um grosso número de gentio Mura" que desejava estabelecer-se nas vizinhanças.

Respondendo, então, o General à comunicação de Sebastião de Castro, recomendou-lhe que os Muras fôssem para a povoação do Anamã, ou então escolhesse o administrador outro local.

O local preferido foi à margem do lago de Manacapuru, onde então os Muras, em número de 290, se estabeleceram, como já foi dito, a 15 de fevereiro de 1786, edificando a povoação e dando-lhe o mesmo nome do lago.

Pela Lei n.° 148, de 12 de agôsto de 1865, foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru, com sede na povoação de Manacapuru.

Em virtude da Lei n.° 83, de 27 de setembro de 1894, foi Manacapuru elevada a Vila e criado o município desmembrado do de Manaus e o respectivo Têrmo judiciário. A instalação do município ocorreu a 16 de junho de 1895.

A comarca de Manacapuru foi criada pela Lei n.° 354, de 10 de setembro de 1901.

Pela Lei n.° 1 126, de 5 de novembro de 1921, foi extinta a comarca de Manacapuru, que foi restabelecida no ano seguinte, de acôrdo com a Lei n.° 1 133, de 7 de fevereiro.

A Vila de Manacapuru recebeu foros de cidade em 1932, em virtude do Ato estadual n.° 1 639, de 16 de julho do mesmo ano.

Na divisão administrativa de 1911, figura o município de Manacapuru composto de 13 distritos: Manacapuru, Aipuá, Arara, Beruri, Caapiranga, Campinas, Conceição de Manacapuru, Guajaratuba, Jaitena, Manaquiri, Mundurucus, Paratari e Tamanduá.

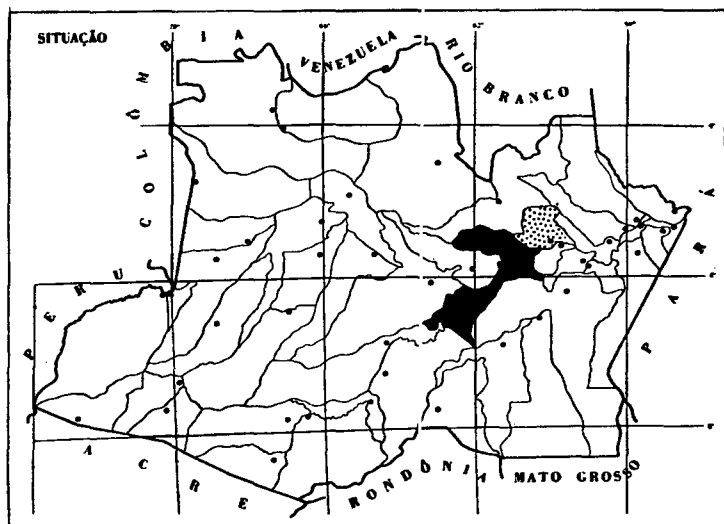
Entretanto, na divisão administrativa de 1933 e nas territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, compõe-se o município de Manacapuru de apenas 3 distritos: Manacapuru, Caapiranga e Beruri.

Em 1939, por fôrça do Decreto-lei estadual n.° 176, de 1.° de dezembro do mesmo ano, Manacapuru perdeu parte do seu território para o município de Manaus. Êsse território constituiu o distrito do Careiro, que é o atual município do mesmo nome.

Atualmente, Manacapuru continua compondo-se dos distritos de Manacapuru, Caapiranga e Beruri e Sede de Comarca do mesmo nome, integrada por um único têrmo.

Nas eleições de 3-X-1955, foram eleitos para Prefeito — o Senhor Mário Silva de Almeida e para Vereadores — os Senhores Edmundo Seffair, João Alves de Araújo, Alfredo Barbosa Maciel, Edmilton Madyr, Raimundo Roberto Guimarães e Hermógenes Saraiva da Silva. Votaram 1 016 eleitores.

Grupo Escolar

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município de Manacapuru na zona fisiográfica Solimões—Tefé e limita com os municípios de Airão, Borba, Canutama, Careiro, Coari, Codajás, Manaus e Tapauá. Tem a particularidade de ser o município amazonense que limita com o maior número de unidades congêneres. Sua sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 18' 14" de latitude Sul e 60° 37' 02" de longitude W.Gr.; posição relativamente à Capital — distância, em linha reta: 68 km; direção: 74° 09' S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 34 metros acima do nível do mar.

CLIMA — É bastante quente o clima de Manacapuru. Os ventos alísios que sopram do Atlântico e a queda de temperatura, à noite, contribuem para amenizar os rigores do calor.

ÁREA — Com uma área calculada pelo C.N.G., de .... 37 993 km², é Manacapuru, em extensão territorial, o 19.° dos atuais 43 municípios do Estado. Note-se, outrossim, que sua área é superior à do Estado de Alagoas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Tem como principais acidentes geográficos os rios: Solimões, Purus, Manacapuru e Jari e os lagos Manacapuru, Beruri, Arara e Aiapuá.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna manacapuruenses constituem, inegàvelmente, importantes riquezas naturais. Na primeira sobressaem pelo seu valor econômi-

Av. Eduardo Ribeiro

Educandário Santa Rita

co a seringueira (Hevea Brasiliensis) e a castanha-do-pará (Bertholletia excelsa). Na segunda, peixes de várias espécies, entre os quais se destacam o pirarucu, tambaqui, peixe-boi etc., e animais silvestres como queixada, veado, caititu e muitos outros.

Há também notícias da existência de minérios no município, como carvão-de-pedra de boa qualidade, que segundo consta existe nas proximidades do Lago Jaetéua.

POPULAÇÃO — Com 27 350 habitantes, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.°-VII-1950, figura em 3.° lugar, quanto à população, entre os 43 municípios existentes no Estado. Só os municípios de Manaus e Careiro possuem população superior à de Manacapuru.

A densidade demográfica de Manacapuru, embora muito baixa em relação à de municípios populosos de outras regiões do País, é das mais elevadas do Amazonas. A sua população relativa é de 0,72 hab./km², enquanto a do Estado é de 0,32 hab./km².

Os distritos mais populosos são: Manacapuru, com 14 209 habitantes; Beruri — 5 295 e Caapiranga — 7 846.

Dos 27 350 habitantes do município, recenseados em 1950, 24 183 localizavam-se no quadro rural e 3 167 no quadro urbano. Há, como se vê, enorme superioridade da população rural sôbre a urbana, pois enquanto a primeira corresponde a 88,42% do total, para a segunda ficam apenas os 11,58% restantes. A percentagem da população urbana do município, embora superior à de vários outros municípios amazonenses, é bem inferior à do Estado, que é de 26,72%.

Quanto ao sexo, a população é a seguinte: homens: 14 278 e mulheres: 13 027. A predominância da população masculina sôbre a feminina é comum à todo o Estado, com exceção apenas dos municípios de Manaus e Urucurituba.

As pessoas que se declararam de côr parda, são em número consideràvelmente superior a tôdas as demais reunidas: pardos: 23 464, brancos: 3 320, prêtos: 467 e amarelos: 11. Não havia declaração de côr de 16 pessoas. Aliás, em 19 dos 25 municípios amazonenses existentes à época do Censo em referência, a população de côr parda é superior às demais.

Quanto ao estado civil das pessoas de 15 anos e mais a população de Manacapuru é a seguinte: solteiros: 5 924 (3 563 homens e 2 361 mulheres), casados: 7 248 (3 632

Pôsto Médico

homens e 3 616 mulheres), viúvos: 1 111 (398 homens e 713 mulheres), desquitados: 5 (4 homens e 1 mulher). Não declararam o estado civil 49 pessoas.

Das 27 350 pessoas existentes no município, apenas 22 eram estrangeiros e 146 brasileiros naturalizados.

No tocante a religião, a população do município está assim constituída: católicos romanos: 26 058, protestantes: 1 044, espíritas: 52, budistas: 3, israelitas: 5, maometanos: 3, outras religiões: 137, sem religião: 14. Não havia declaração sôbre a religião de 4 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há no município três aglomerações urbanas que à data do último Censo contavam a seguinte população: Cidade de Manacapuru: 1 695; Vila de Beruri: 575 e Vila de Caapiranga: 897.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, graças exclusivamente à juticultura, é a maior fonte de receita do município e sua principal atividade econômica, como, aliás, já evidenciado na parte em que se trata de "Ramo de Atividade". O valor da produção agrícola em 1956 foi de mais de Cr$ 43 000 000,00. Dêsse valor, mais da metade, ou sejam, precisamente Cr$ 24 300 000,00, cabem à juta. Os demais produtos são: mandioca, fumo, feijão, cana-de-açúcar, cacau, banana, batata-doce e laranja.

Já se iniciou no município, com ótimos resultados, a cultura da pimenta negra ou pimenta-do-reino.

A pecuária em Manacapuru, como, aliás, em todo o Estado é pouco desenvolvida. Os seus principais rebanhos, segundo dados fornecidos pelo Departamento de Estatística, são os de suínos e de bovinos; o primeiro com 6 800 cabeças e o segundo com 4 000. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 1 000 cabeças.

Depois da agricultura, a maior produção é a extrativa vegetal que teve em 1956 o valor de Cr$ 29 201 700,00. Dêsse valor Cr$ 17 820 000,00 cabem à castanha-do-pará e Cr$ 7 790 000,00 à borracha. Os demais produtos são essência de pau-rosa, sernambi, balata, sôrva, látex natural e óleo de copaíba.

Também é importante a produção extrativa animal, notadamente a do pescado, que concorre grandemente para o abastecimento da Capital do Estado, de cujo município fica vizinho o de Manacapuru. O valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 19 320 000,00. Dêsse valor, Cr$ 14 400 000,00, cabem ao pirarucu e Cr$ 900 000,00 ao jacaré.

O Registro Industrial referente ao ano de 1955 apresentou os seguintes dados: número de estabelecimentos: 11 e valor da produção: Cr$ 15 361 597,00.

O principal produto foi óleo de pau-rosa, que concorreu com 30% aproximadamente para o valor total da produção.

Segundo os resultados dos Censos Econômico e Agrícola realizado em 1950, existiam àquela época no município de Manacapuru 11 estabelecimentos industriais, 12 estabelecimentos de prestação de serviços e 801 propriedades agrícolas.

Quanto ao ramo de atividade econômica, o das pessoas de 10 anos e mais é o de "agricultura, pecuária e silvicultura".

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é relativamente desenvolvido e mantém transação com a Capital do Estado. O município possui 202 estabelecimentos comerciais. Importa gêneros de primeira necessidade, tecidos, medicamentos, ferragens etc., e exporta pirarucu e couros de animais silvestres.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se à Capital do Estado por "motores" particulares e navios do S.N.A.P.P., por via fluvial: Manaus — 102 km; Airão — 352 km e Careiro — 80 km. Comunica-se com a Capital do Estado com uma Agência Postal-Telegráfica, do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Manacapuru fica à margem esquerda do rio Solimões, na confluência dêste rio com o rio Manacapuru. É uma pequena cidade, com 15 logradouros públicos, 467 prédios e, tendo, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, 1 695 habitantes. Quanto à população, acrescenta-se que dos 1 695, 869 eram homens e 826 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais que eram 1 399, 818 sabiam ler e escrever; destas, 439 eram homens e 379 mulheres. Todos os seus logradouros públicos são servidos de luz elétrica, cujo serviço conta também com 302 ligações domiciliares. Há também na cidade ser-

Igreja Matriz de N. S.ª de Nazaré

viço de água canalizada. A rêde distribuidora serve a 14 logradouros públicos com 172 ligações domiciliares. Dos 15 logradouros públicos, 4 são pavimentados, 1 arborizado e ajardinado. Os principais são: Av. Eduardo Ribeiro e a Praça 16 de Julho. Os mais importantes prédios são: o Educandário Santa Rita, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e a Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta atualmente com 4 Postos de Saúde, sendo um do S.E.S.P., 1 mantido pelo Estado, 1 ambulatório na sede e 1 na Colônia Agrícola Nacional do Amazonas. Conta, ainda, na sede municipal, com um Pôsto de Puericultura das Missões Redentoristas que é auxiliádo pela Legião Brasileira de Assistência. Exercem a profissão na cidade, 1 médico, 2 dentistas, 2 enfermeiras e 2 parteiras.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico, de 1.º-VII-1950, das 22 087 pessoas de 5 anos e mais existentes no município àquela data, 8 154 sabiam ler e escrever. Destas, 4 766 eram homens e 3 388 mulheres. A taxa de pessoas de 5 anos e mais alfabetizadas, era, portanto, de 36,9%, superior à do Estado, que era de 36,8%.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 20 escolas de ensino primário, com 814 alunos matriculados. Dessas escolas, 3 localizavam-se no quadro urbano e 17 no quadro rural. Na sede, o ensino primário é ministrado por 5 escolas. Entre os estabelecimentos de ensino, destaca-se o Educandário Nossa Senhora de Nazaré. Em 1955, o número total de alunos matriculados foi de 507.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de Manacapuru possui apenas uma Biblioteca Federal, com 230 volumes. Está em fase de organização e denomina-se Mário Augusto Teixeira de Freitas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	308	54	759	359	1 009
1952.......	431	75	662	262	512
1953.......	329	59	730	330	980
1954.......	312	104	636	436	1 026
1955.......	315	349	911	434	832
1956.......	935	352	2 316	633	2 160

FONTE: Delegacia Fiscal e Agência de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — É o terceiro município amazonense em população. Destaca-se um monumento de Cristo Redentor e um obelisco de cimento armado, guardando o feitio de uma pirâmide egípcia, em homenagem à elevação de cidade.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares realizados no município de Manacapuru são organizados por uma comissão composta de pessoas idôneas, formando uma Diretoria da seguinte maneira: Juiz da festa, juiz de mastro, empregado da canoa de iluminação, foliões, mestre-sala, cozinheiros e serventes. Sendo que cada cidadão tem por obrigação, desempenhar,

Prefeitura Municipal

de acôrdo com o programa, o seu papel. Êstes festejos são realizados em véspera de Santo Antônio e São Pedro. No início de cada festa, o juiz do mastro enfeita um pau com fôlhas de samambaia e por cima das mesmas cobre com frutas de diversas qualidades, de preferência a banana. Costumam levantar o mastro acompanhado de um pequeno conjunto de música e fogos. Isto feito, continua a dança. Ao término dos festejos, são chamados os empregados e por êles são lançadas machadadas no mastro na proporção das chamadas até derrubá-lo, sendo pelos assistentes retiradas as frutas e lançadas ao rio.

Anualmente realizam-se duas procissões tradicionais no município, sendo a primeira no dia 29 de junho, consagrada a São Pedro que, por despertar o interêsse da população, não só do interior, como da sede municipal, tornou-se tradicional, devido a mesma ser feita por via fluvial e contar com as embarcações de todos os proprietários residentes no município — (motores e canoas). A segunda é a consagrada a N. S.ª de Nazaré, padroeira desta cidade, que se realiza em outubro de cada ano, não tendo dia certo, sendo que geralmente coincide com a mesma data dos festejos realizados no Estado do Pará.

VULTOS ILUSTRES — Possui Manacapuru os doutores: Henock da Silva Reis e Carlos Alberto de Almeida Barroso. O primeiro como Juiz da Justiça do Trabalho e o segundo como advogado e professor de Filosofia do Colégio Estadual do Amazonas.

Coletoria de Rendas Estaduais

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Não deixa de ser uma atração turística o majestoso rio Solimões, pelas suas águas profundas e barrentas, devido aos materiais em suspensão, que carrega; dá agasalho a uma enorme fauna ictiológica, a várias espécies de tartarugas e a uma multidão de outros animais. Nelas se criam os horripilantes jacarés e a decantada sucuriju. As monsões ou piracemas de peixes no Solimões são admiráveis. O Solimões oferece navegação franca todo tempo. A vasante não lhe perturba o movimento de embarcações, que têm que andar pelos canais, pois o rio muda sempre de leito, e descobre praias extensas. Os lagos Piranha, Sacambu e o rio Manacapuru, pela abundância de caça e pesca existentes nos mesmos, têm sido ùltimamente freqüentados por turistas vindos do Sul do País.

OUTROS ASPECTOS — Não obstante ainda estarmos em pleno desenvolvimento da cultura do arroz, esta se apresenta com grande possibilidade de desenvolvimento, já tendo para isso a Associação Rural de Manacapuru encomendado uma usina para beneficiamento dêsse produto. Há, ainda, uma Colônia Agrícola de propriedade do Govêrno Federal que vem desenvolvendo, em suas terras, o cultivo da juta, arroz, mandioca brava, pimenta-do-reino e outros cereais, além da criação de aves, para a qual conta com um bem organizado aviário. Quanto ao Govêrno Municipal, êste tem em planos a construção de um matadouro-modêlo, grupos escolares nas vilas de Caapiranga, Beruri, povoado de Caviana, reconstrução do grupo escolar Carlos Pinho, construção do Estádio Municipal, da casa da Justiça, de uma ponte na Avenida Getúlio Vargas, Praça da Igreja e Avenida Marechal Deodoro, com calçada e pista, jardim e escadaria, continuação da construção do paredão de arrimo da cidade, prédio da antiga Prefeitura, para a Agência de Estatística etc.

OBSERVAÇÕES — Os dados sôbre atividades econômicas foram fornecidos pelo D.E.E.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "Aspectos-Sócio-Geográficos do Amazonas", de Anísio Jobim. — Sinopse Estatística do Município de Manacapuru, editada pelo C.N.E. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Manacapuru.)

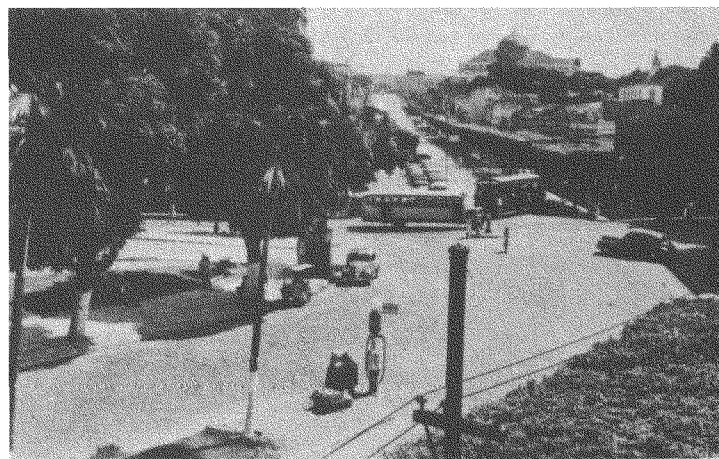
MANAUS — AM

Mapa Municipal na pág. 151 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 94, 96, 108, 116, 118, 124, 125, 136, 137, 178, 186, 228, 235, 248 e 249 do Vol. I

HISTÓRICO — O devassamento das terras que atualmente compõem o Município de Manaus, cujo nome é originado de uma tribo indígena que primitivamente dominava esta região do Rio Negro, à qual pertenceu o legendário guerreiro Ajuricaba, constitui, ainda hoje, motivo de dúvidas e controvérsias entre os estudiosos do assunto.

Segundo uns, a glória dêsse empreendimento caberia a Pedro Teixeira, sertanista que pervagou o Amazonas na primeira metade do século XVII, iniciando sua jornada no pôrto de Cametá, a 28 de outubro de 1637; outros, entretanto, apontam como autor dêsse feito seu lugar-tenente Pedro da Costa Favela (ou Favilla).

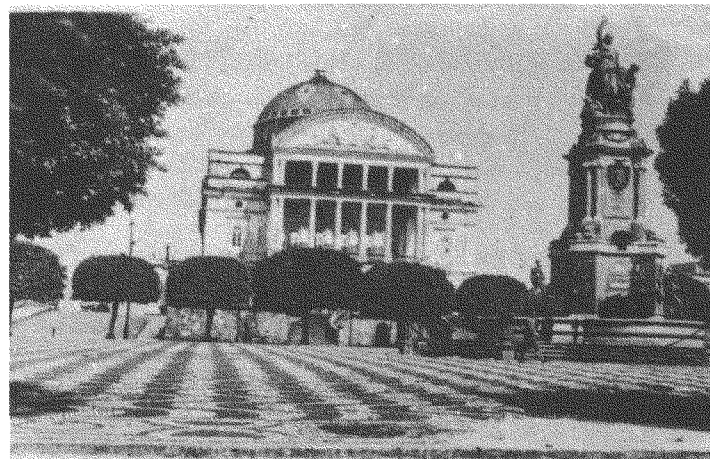
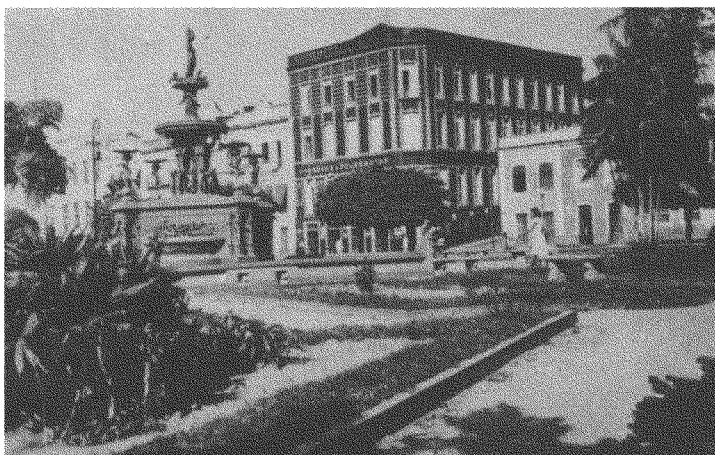
O certo é que a primeira notícia fidedigna relativa à história dessa comuna está ligada ao ensaio de colonização

Av. Eduardo Ribeiro

e povoamento da região, levada a têrmo na segunda metade do século XVII.

A 22 de junho de 1657, o cabo Bento Maciel Parente, no comando de uma "tropa de resgate", partiu de São Luís do Maranhão, logrando atingir, meses depois, as margens da bôca do Tarumã, em plena selva amazônica. Rezam as crônicas que, à partida dessa bandeira, pregou o Padre Antônio Vieira, — grande orador sacro. Em 1658, a tropa expedicionária de Bento Maciel abandonou a novel povoação e tomou rumo do Pará, sendo depois dizimada nas lutas com os aborígines.

A 15 de agôsto daquele mesmo ano, segunda "tropa de resgate" partiu do Maranhão, fixando-se às margens do Tarumã, no mesmo local em que Bento Maciel se detivera. A expulsão dos jesuítas, animadores e pioneiros dêsses empreendimentos, em 1661, traria como reflexo o fracasso do plano de colonização, anos mais tarde retomado. Quando os holandeses e os espanhóis começaram a espraiar-se pelo extremo norte do País, a coroa portuguêsa se alarmou e passou a ditar providências.

Em 1669, a instâncias de Pedro da Costa Favela, o governador Coelho de Carvalho ordenou a ereção de uma fortaleza que resguardasse a região limítrofe do rio Negro. Assim, surgiu a lendária "Fortaleza de São José do Rio Negro", construída numa elevação, a três léguas da foz dêsse rio.

A princípio, os índios não davam descanso aos conquistadores; todavia, graças ao auxílio dos religiosos carmelitas, grande arraial se foi pouco a pouco formando em volta do reduto fortificado. Famílias inteiras das tribos dos Barés, dos Passés, e dos Banibas, vindas do Japurá e Içana,

Praça São Sebastião

Correios e Telégrafos

ali se instalaram, dando início à grande miscigenação que, em breve, iria determinar, na povoação da Barra, o aparecimento de nova geração constituída de mamelucos e caribocas. Já em 1774, o arraial contava 220 pessoas, incluídas nesse total "o vigário, o diretor e dez mulheres de noventa anos".

Em 1783, por ordem do general João Pereira Caldas, e em razão de seu estado precário, foi a velha fortaleza desarmada, perdendo a povoação as últimas aparências bélicas que lhe restavam. Lôbo d'Almada, terceiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, instalada a 10 de maio de 1758, ao transferir, no ano de 1791, a sede da Capitania para o lugar da Barra, iria habitar as dependências, da antiga "Casa Forte do Rio Negro".

Com a queda política de Lôbo d'Almada, a povoação da Barra entrou em franco declínio, que culminou com o retôrno da Capital para Barcelos, em maio de 1799, por fôrça da Carta Régia, datada de 22 de agôsto do ano anterior. Só em 29 de março de 1808, graças ao então governador da Capitania, Capitão-de-mar-e-guerra José Joaquim Vitório da Costa, o lugar da Barra voltaria a ter as honras de Capital.

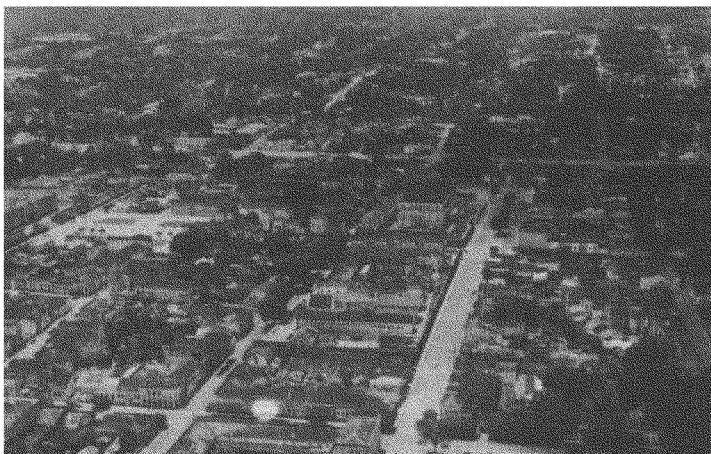
No entanto, um fato curioso se passava no âmbito político da localidade. Só muito tardiamente exerceu ela sua autonomia, dependendo primeiro da vila de Moura, depois da de Barcelos e, já na qualidade de Capital, da de Serpa. Essa anomalia motivou as várias tentativas revolucionárias levadas a efeito pelos habitantes do antigo lugar da Barra, que visavam à emancipação da localidade, e que conseguiram em 1833, época em que a povoação foi elevada à

Relógio Oficial

categoria de cabeça de comarca, com a predicação de vila, recebendo então o nome de Manaus.

Em 24 de outubro de 1848, por fôrça da Lei n.º 147, votada pela Assembléia Provincial do Pará, a localidade teve seu topônimo alterada para "Barra do Rio Negro", antecedido pelo título de cidade, que o mesmo Decreto lhe outorgou.

Em 1850, como resultado das grandes agitações internas que se haviam verificado no Território amazonense, foi aprovado pela Câmara o projeto de criação da Província do Amazonas, sancionado por D. Pedro II, em 5 de setembro do mesmo ano, recebendo a Lei o número 592.

O primeiro Governador da Província seria justamente aquêle que mais pugnara pela sua emancipação, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que, nomeado em 7 de julho de 1851, chegou à cidade da Barra do Rio Negro a 27 de dezembro, instalando oficialmente a nova unidade provincial a 1.º de janeiro do ano seguinte.

Vista Aérea da Cidade

A 4 de setembro de 1856, a localidade da "Barra do Rio Negro", trocou definitivamente essa designação pela de "Cidade de Manaus", em virtude da Lei n.º 68, promulgada pela Assembléia Provincial.

No ano de 1858, pela Lei n.º 92, de 6 de novembro, foi Manaus considerada freguesia e, como tal, reconhecida para todos os "efeitos civis e eclesiásticos".

De conformidade com a Lei n.º 33, de 4 de novembro de 1892, dividiu-se o Estado do Amazonas em 23 Municípios, notando-se, entre êles o de Manaus, que, na divisão administrativa do Brasil em 1911, figura como capital do Estado, possuindo três distritos: Manaus, Remédios e Tauapeçassu.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, o Município de Manaus permanece com três distritos: o da sede, compreendendo a cidade pròpriamente dita; o 2.º, denominado Baía do Rio Negro, e o 3.º abrangendo a parte rural.

Segundo a divisão administrativa referente a 1933, Manaus conta com apenas um distrito, — o de mesmo nome —, aparecendo nas divisões territoriais datadas de 31-XII-936 e 31-XII-1937 formado de 2 distritos: Manaus 1.º e Manaus 2.º.

No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 69, de 31 de março de 1938, e modificado pelo Decreto Estadual n.º 78, de 9 de maio dêsse ano, Manaus passa novamente a constituir-se ùnicamente do distrito da sede, subdividido em duas zonas: 1.ª e 2.ª.

Palácio Rio Branco

O Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, criou, no Município de Manaus, os novos distritos de Careiro, — com território desmembrado do distrito-sede do Município de Manacapuru, — e Airão, com parte do distrito da sede do Município em aprêço.

No quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, e estabelecido pelo supracitado Decreto-lei Estadual n.º 176, Manaus forma-se do distrito-sede, subdividido em zonas Urbana e Suburbana, Caldeirão, Tauapeçassu e Santa Maria, e dos recém-criados distritos de Careiro e Airão.

Pelo Decreto-lei Federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, Manaus adquiriu para o distrito de Airão partes do de Catrimani (ex-Ilha de Catrimani) e do de Moura, do extinto Município dessa última denominação.

No quadro territorial fixado pelo Decreto-lei Estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o Município de Manaus compreende o distrito do mesmo nome (abrangendo 5 subdistritos assim denominados: Manaus, Caldeirão, Tauapeçassu, Santa Maria e Jauaperi) e os de Careiro e Airão.

Em face do Decreto-lei Federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, o distrito de Airão foi sacrificado em parte do seu território em proveito do novo Município de Catrimani, do Território de Rio Branco.

Em 1945, de conformidade com o Decreto-lei Estadual n.º 1 400, de 5 de março, o quadro vigente em 1944-1948 sofreu alteração que não atingiu a constituição distrital de Manaus, mas modificou a subdivisão do seu distrito-sede, que passou a compor-se de 46 subdistritos.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 69, de 31 de março de 1938, e modificado pelo Decreto Estadual n.º 78, de 9 de maio do mesmo ano, o Município de Manaus é Têrmo único da comarca de igual nome.

Tal fato se verifica no quadro vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, e também no que vigora em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei Estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943, e alterado pelo de n.º 1 400, de 5 de março de 1945.

De conformidade com o quadro da divisão Territorial, Administrativa e Jurídica para o qüinqüênio 1954-1958, Manaus continuou como sendo Têrmo único da comarca de igual nome, possuindo três distritos e 12 subdistritos.

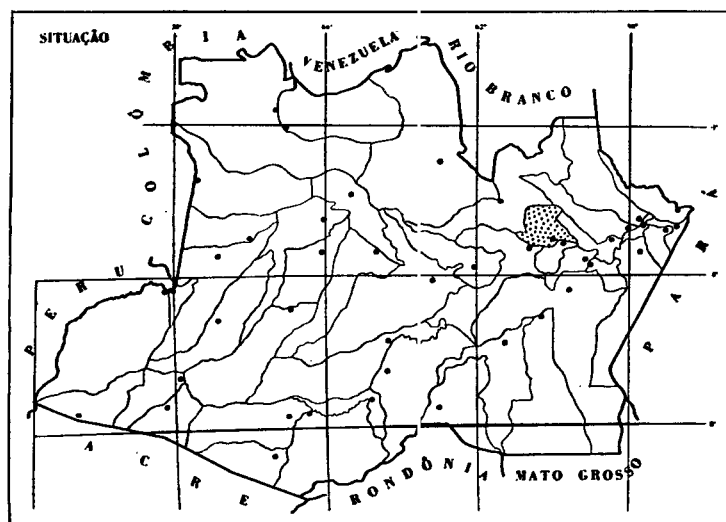
Em virtude da Lei n.º 99, de dezembro de 1955, que criou os Municípios do Careiro e Airão, o Município de Manaus passou a ter um só distrito, — o da sede — e 4 subdistritos.

O atual Prefeito Municipal é o senhor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo. O Legislativo é composto dos seguintes vereadores: Walter Scott da Silva Rayol, Ismael Benegne, Renato de Souza Pinto, Leandro Antony, Djalma Passos, Junot Carlos Frederico, Rodolfo Guimarães Vale, Rafael Faraco, Jorge Ispor Abrahim e Edgar Macedo.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954, votaram 23 865 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Manaus está situado na zona fisiográfica do Rio Negro e limita-se com os mu-

Teatro Amazonas

nicípios de Airão, Itacoatiara, Careiro e Manacapuru. São as seguintes as coordenadas geográficas de sua sede municipal: Latitude — S. 3° 08' 7", Longitude W.Gr. ...... 60° 01' 34".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

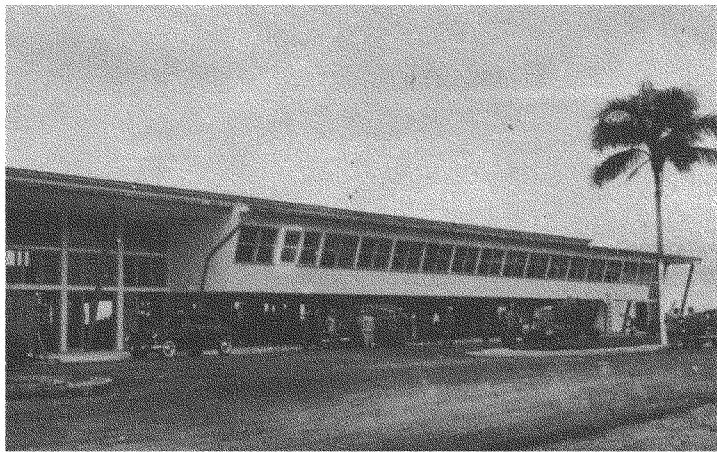
ALTITUDE — A cidade de Manaus está localizada a 40,33 m, acima do nível do mar.

CLIMA — O clima de Manaus, como aliás, de tôda a região Amazônica, é quente e úmido. A temperatura é quase sempre elevada, porém amenizada por alta pluviosidade e pelos ventos alíseos do Atlântico, alcançando no ano de 1956, as seguintes médias: máxima — 30,7°C, mínima — 22,9°C e compensada — 26°C; precipitação no ano, altura total — 19 862 mm. Manaus é atingida por duas estações que são: inverno — que começa em novembro, e verão — que se inicia em maio. Os meses mais frios são os de maio e junho, em que a Cidade fica sob a ação da "friagem", motivada pela corrente gélida dos ventos andinos que sopram sôbre dois terços da região amazônica, modificando bruscamente a temperatura e provocando chuvas em forma de geada fraca e contínua.

Os meses de maior intensidade de calor são: julho a outubro, sendo que o mês de agôsto é quase sempre o mais quente. Dado, porém, à grande umidade existente e à floresta que circunda a cidade, não há casos de insolação.

ÁREA — A área total de Manaus, até fins de 1955, era de 73 325 km². Com o desmembramento dos atuais municípios de Careiro e Airão, essa área ficou sendo de 13 000 quilômetros quadrados, pelo que passou a figurar no 35.° lugar entre os 43 municípios amazonenses. Mesmo com essa área, a extensão territorial de Manaus é superior à dos municípios de Itacoatiara, Parintins, Autazes, Barreirinha, Benjamin Constant, Careiro e Urucurituba.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os rios que compõem a rêde hidrográfica de Manaus, destaca-se o Amazonas, com o seu principal afluente em terras do Município — o Negro, com os seus 1 551 quilômetros de percurso, dos quais 783 dão acesso à livre navegação. Os demais acidentes notáveis são os rios Prêto da Eva, Cuieiras e Puraquequara, a linda baía do Rio Negro, as ilhas de Marapatá

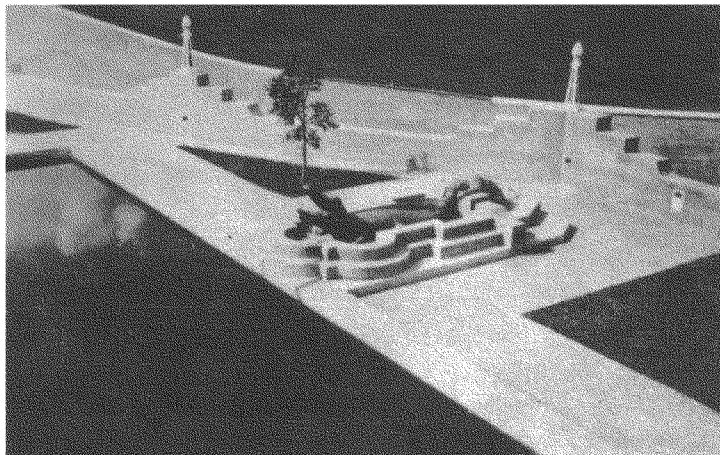
13 — 24 640

Vista Parcial do Aeroporto

e do Camaleão, os lagos do Puraquequara e do Aleixo e as cachoeiras do Tarumã Grande e a do Tarumãzinho.

Vale ressaltar que, no solo do município, a 18 quilômetros de sua sede, tem lugar o encontro das águas do rios Negro-Solimões, do qual resulta na mudança do nome dêsse último que, a partir de então, até desembocar no Atlântico, passa à denominação de Amazonas.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município de Manaus, são como os demais municípios do Amazonas, constituídas da flora e da fauna. Na flora predomina grande variedade de madeiras, como sejam: pau-rosa, aguano, andiroba, assacu, cedro, itaúba, jacaraúba, louro amarelo, louro prêto, saboarana e muitas outras extraídas para fins industriais, além da borracha, piaçava, castanha-do-pará, ervas medicinais e o timbó.

A fauna, é rica. Seus pássaros constituem o que de mais belo pode existir em natureza de plumagem, afora as mais variadas espécies de animais silvestres, destacando-se o veado, anta, capivara, paca e a cutia. Seus rios, lagos, furos, igapós e igarapés são providos de saborosos peixes das mais sortidas famílias, destacando-se o pirarucu e o peixe-boi, de répteis de grande porte e de crocodilos, cujas peles e couros são bastante procurados. Há indícios de petróleo na sede municipal.

POPULAÇÃO — Manaus contava, em 1.º-VII-1950, com 139 620 habitantes, dos quais 67 841 eram homens e 71 770 mulheres; segundo a côr, 67 872 brancos, 2 883 pretos, 38 amarelos, 68 628 pardos e 199 de côr não declarada; das pessoas de 15 anos e mais, em número de 83 895, 37 004 eram solteiras, 38 926 casadas, 69 desquitadas, 7 825 viúvas e 71 de estado civil não declarado; segundo a nacionalidade, havia 239 brasileiros naturalizados e 2 814 estrangeiros e 1 não declarado. A religião predominante era a católica, com 132 303 adeptos. Os demais credos existentes àquela época eram: protestante, espírita, budista, israelita, ortodoxo, maometano e outras religiões; 655 pessoas declararam-se sem religião, enquanto que 276 não declararam a que seita pertenciam.

Piscina General Ozório

Com a criação dos municípios do Careiro e Airão, sua população passou a ser de 109 000 habitantes, permanecendo com a primazia de ser o mais populoso entre os 43 outros municípios que ora compõem o Estado. Sua densidade demográfica é de 8,38 hab./km², superior a do Estado, que é de apenas 0,32 hab./km².

É interessante notar que Manaus, ao contrário do que ocorre na maioria dos municípios do Estado, possui efetivos populacionais femininos superiores aos masculinos, fenômeno êsse apenas idêntico em Urucurituba.

Palácio da Justiça

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Manaus possuía, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, três aglomerações urbanas: Manaus com 89 612 habitantes, Careiro com 107 habitantes e Airão com 175 habitantes.

Em virtude da Lei n.º 99, de 19 de dezembro de 1955, que elevou os distritos do Careiro e Airão à categoria de municípios, ficou reduzido a uma única aglomeração — Manaus.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O Município tem suas bases econômicas fixadas nas indústrias de transformação e extrativa e na agricultura. No parque industrial possui 194 estabelecimentos, dos quais 188 de indústria de transformação. A produção no ano de 1955 atingiu o total de Cr$ 845 977 219,80, destacando-se o beneficiamento de juta com Cr$ 79 190 001,00, panificação com Cr$ 71 180 798,00 e beneficiamento de castanha-do-pará com .... Cr$ 63 059 640,00; as demais indústrias foram: madeiras, cortume, borracha beneficiada, bebidas, sabão, fumo, cerâmica e diversas.

Em segundo plano se destaca a produção animal, que alcançou, em 1956, o total de Cr$ 38 492 174,70, contribuindo o pirarucu, com Cr$ 32 120 302,80, além de peixes diversos e couros de animais silvestres. A produção extrativa vegetal é irrisória, em relação à do Estado. Seu valor, foi de Cr$ 8 028 923,60, cabendo a essência de pau-rosa Cr$ 7 717 333,40; os demais produtos explorados foram: sernambi em rama, chá da amazônia. piaçava e ervas medicinais.

A agricultura é relativamente desenvolvida, dado ao incentivo proporcionado aos juticultores, concorrendo para o progresso econômico do Município. Seu valor, no ano em referência, foi de Cr$ 33 000 000,00, cabendo à juta Cr$ 16 843 500,00, à mandioca Cr$ 5 000 000,00 e ao cacau Cr$ 3 000 000,00. As demais culturas foram: abacaxi, banana e macaxeira.

A pecuária é insignificante; os principais rebanhos são os de bovinos — com 4 450 cabeças, suínos — com 17 160, ovinos — com 1 760, caprinos — com 1 500 e eqüinos — com 780.

COMÉRCIO — Manaus é o centro de gravitação comercial do Estado. Conta com 1 980 estabelecimentos comerciais varejistas, 144 atacadistas e 194 industriais. Mantém permanentemente transação com as praças nacionais e estrangeiras. Importa: arroz, açúcar, banha de porco e vegetal, café em grão, charque, farinha de trigo, farinha-d'água, leite em pó e condensado, manteiga, óleos comestíveis, armas e munições, sal, combustíveis tecidos e armarinhos, produtos farmacêuticos, bebidas diversas, cimento, cal, doces e biscoitos, drogas, ferragens, ferro, fósforos, máquinas em geral, papel, calçados, sabão, fumo, cigarros, velas, automóveis e

Aspecto do Rio Negro

pertences, álcool, aparelhos de rádio, conservas alimentícias, feijão, pilhas elétricas, brinquedos, louças, geladeiras e muitos outros artigos, e exporta: madeiras, castanha-do-pará, couros e peles, essência de pau-rosa, piaçava, látex, juta, borracha, ervas medicinais, couros de jacaré, pirarucu sêco e demais produtos regionais.

Manaus conta com 6 estabelecimentos bancários, dos quais possuem sucursais na cidade o Banco do Brasil S. A., Banco Ultramarino Brasileiro, o Bank of London & South America Ltda., o Banco da Lavoura de Minas Gerais e o Banco de Crédito da Amazônia, e matriz, a Cooperativa do Banco Popular de Manaus.

A Caixa Econômica Federal também dispõe de uma agência na cidade, cujos depósitos orçaram, em 1956, em Cr$ 91 218 677,00, existindo 29 880 cadernetas em circulação.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Além do Lóide Brasileiro, Serviços de Navegação da Amazônia e Portos do Pará (S.N.A.P.P.), Panair do Brasil S. A. e Lóide Aéreo Nacional, possuem agências na sede do Município os Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., Companhia Nacional de Navegação Costeira, Moore Mc. Cormack Lines Inc., Don Naske Sud America Line, Bootle Line, Lam-

Alfândega

port & Holt Line Limited, La Panama, Co. Mc. North Deustsche Lloyd, Northen Pan American, Além de várias outras emprêsas de navegação que atendem à Bacia Amazônica.

O tráfego urbano é intenso. No ano de 1956, existiam em circulação 1 489 veículos assim especificados — para passageiros: 9 bondes, 736 automóveis, 105 jipes, 78 ônibus e 5 ambulâncias; para carga: 367 caminhões, 109 camionetas, 25 veículos fechados, 13 cisternas, 44 tratores, 5 carros-reboques e 2 carros fúnebres.

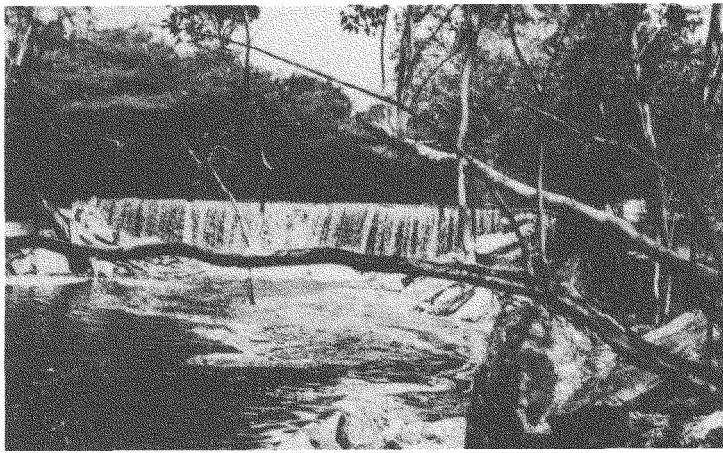
O transporte ferrocarril da cidade, bem como o de iluminação, ora explorado pelos Serviços Elétricos do Estado; ùltimamente, foi acampado à Companhia de Eletricidade de Manaus.

Liga-se às sedes municipais vizinhas e à Capital da República pelos meios de transporte fluvial, aéreo e misto, obedecendo às seguintes distâncias: Airão — fluvial: 250 quilômetros, Careiro — fluvial: 22 km, Manacapuru — fluvial: 102 km, Itacoatiara — fluvial: 204 km e aéreo 170 km, Itapiranga — fluvial 233 km, Distrito Federal — misto 5 845 km e aéreo 2 800, vôo direto.

Como meio de comunicação com outras localidades, Manaus dispõe dos serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos e da Companhia Rádio Internacional.

Dispõe a cidade de um modernissimo e eficiente serviço telefônico, com 2 000 ligações, de propriedade da Pará Telephone Company Limited, com sede em Belém do Pará.

ASPECTOS URBANOS — Contrastando com o ambiente agressivo, da natureza amazônica, ergue-se Manaus à margem esquerda do Rio Negro, distando 18 quilômetros de sua junção com os rios Solimões e Amazonas. É uma bela cidade, com os seus logradouros limpos e bem traçados, seus ma-

Catedral

Cachoeira de Cumaru

jestosos edifícios, — como o Teatro Amazonas, os Palácios Rio Negro, Rio Branco, da Justiça e do comércio, o I.A.P.T.E.C., o Hotel Amazonas, a Alfândega, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, além de muitos outros de soberbos traços arquitetônicos. Erguida em uma colina, como magnífico presépio, Manaus é alegre, hospitaleira, conhecida como Cidade Risonha.

Nove bairros contornam a Cidade: Constantinópolis, Flores, São Francisco, Santa Luzia, Cachoeirinha, Raiz,

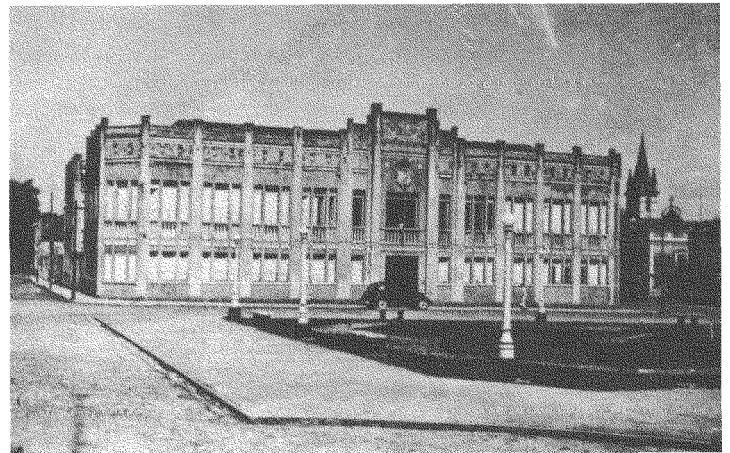
Praça Antônio Bitencourt

Adrianópolis, São Jorge e Getúlio Vargas. Dêstes o mais original é o de Adrianópolis, pelo seu moderníssimo conjunto residencial.

A feição topográfica da região em que se assenta a cidade é um tanto acidentada. Existem aclives e depressões, pequenos outeiros e peneplanos, por onde se espraiam as habitações que ocupam a parte urbana e entram pela suburbana. Das alturas do aprazível bairro de Adrianópolis, contempla o observador grandioso panorama de quase tôda a urbe, abrangendo um complexo de planos e elevações que lhe dão admiráveis perspectivas até às margens do rio Negro.

As maiores depressões e acidentes são providos de pontes, em número de sete, das quais se destacam a "Benjamin Constant" — imponente armação de vigamento de aço que une o centro ao bairro da Cachoeirinha — e a "Presidente Dutra" — ligando o populoso bairro de São Raimundo.

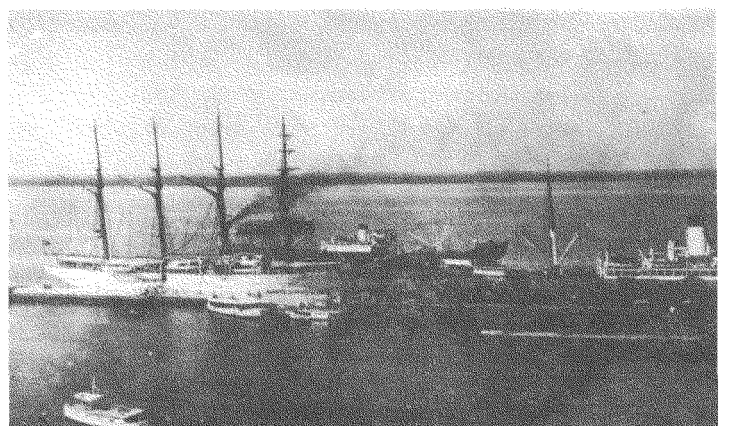
Possui 257 logradouros públicos, dos quais 113 são pavimentados, 43 arborizados e 5 arborizados e ajardinados, simultâneamente. As ruas da maior parte central se revestem de paralelepípedos de granito. O asfalto já está sendo empregado na cidade, havendo algumas vias revestidas dêsse material. Dentre os logradouros se destacam as avenidas Eduardo Ribeiro, 7 de Setembro e Getúlio Vargas, ruas — Marechal Deodoro, Marquês de Santa Cruz e Henrique Martins, praças: da Saudade, Heliodoro Balbi e Praça Osvaldo Cruz.

As habitações de Manaus, de modo geral, são boas, havendo notável percentagem das que se devem considerar excelentes. Numerosos bangalôs, modernos e elegantes, têm sido construídos em ruas e praças centrais, vendo-se

Dep. de Saúde Pública

igualmente muitos outros edificados nos bairros suburbanos de Cachoeirinha, Adrianópolis e Constantinópolis, também conhecido por Educandos.

O total de prédios que ornamentam a cidade eleva-se a 17 422, dos quais 11 690 são servidos de água, 11 550, de luz e 15 896 de esgôto. A regularização dos serviços de água, luz e esgôto, tem sido a preocupação dos últimos governantes, dado ao alarmante crescimento da cidade.

Por ocasião do Recenseamento de 1950, Manaus possuía 89 612 habitantes — dos quais 41 274 eram homens e 48 338 mulheres —, sendo a cidade mais populosa do Estado e uma das em que ocorre a predominância do sexo feminino sôbre o masculino.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Manaus conta com 13 hospitais, com um total de 2 581 leitos, 13 postos oficiais de saúde e 16 ambulatórios, dos quais se destacam a Sociedade Beneficente Portuguêsa, a Santa Casa de Misericórdia — os dois maiores e mais antigos hospitais da cidade — e o Hospital "Dr. Adriano Jorge" — provido dos mais modernos aparelhamentos para o combate à tuberculose —, valendo citar o Serviço de Socorro de Urgência, que conta com elementos de real valor, servindo com zêlo e

Vista Parcial do Pôrto

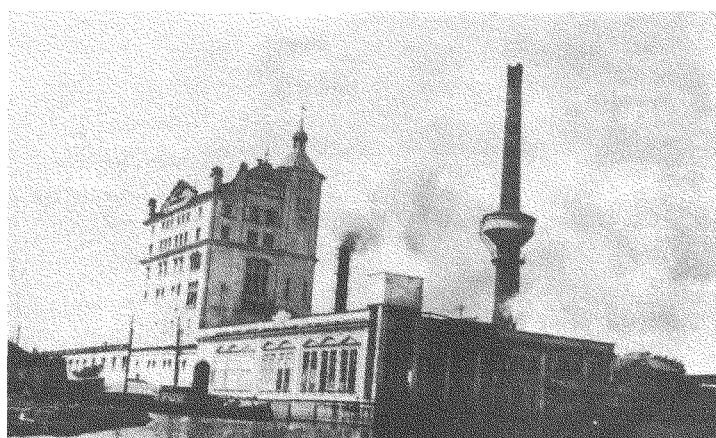
dedicação a quantos a êle recorrem, muito contribuindo para o bem-estar da gente manauense.

A aquisição de drogas e medicamentos é proporcionada por 5 drogarias e 15 farmácias, afora as distribuições gratuitas procedidas pelos Postos de Saúde, A Legião Brasileira de Assistência, A Federação Espírita Amazonense, e Ambulatório de Aparecida, além de outras entidades de natureza filantrópica.

Prédio do I.A.P E.T.C.

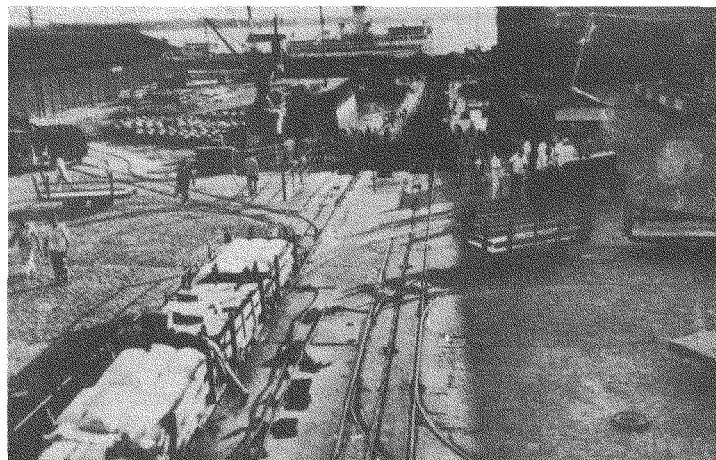
Exercem atividades 80 médicos, 110 enfermeiros, 53 dentistas, 30 parteiras, 29 farmacêuticos e 3 veterinários.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O espírito caritativo da população manauense se evidencia pela prática de atos que traduzem, de modo iniludível, o seu valioso concurso às obras assistenciais instituídas para a defesa e proteção dos necessitados.

Afora as instituições a cargo do Juizado de Menores, existem na cidade, mantidas pela iniciativa particular, diversas casas de amparo às crianças e à velhice desamparada. Localizado no salubre e aprazível bairro de Adrianópolis, ergue-se o "Instituto Montessoriano Alvaro Maia", criado

Fábrica de Cerveja

Instituto de Educação

pelo grande sociólogo Des. André Vidal de Araújo e destinado a menores portadores de deficiências físicas. A "Escola de Serviço Social", também criada pelo supracitado sociólogo e destinada a desenvolver os conhecimentos técnicos necessários aos que se dedicam aos trabalhos assistenciais, mantém todos os cursos de aperfeiçoamento que são ministrados por um corpo docente de reconhecida capacidade.

Além dessas, funcionam em Manaus as seguintes instituições de natureza filantrópica — Prestando assistência à Maternidade e a Infância: Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância de Manaus, Legião Brasileira de Assistência, Ação Católica Social do Amazonas, Sociedade das Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré, Cruzada de Assistência aos Necessitados, Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância de São Raimundo, Sociedade das Obras Sociais de N. S. Aparecida, União das Mães Espíritas Marília Barbosa, Casa Dr. Fajardo, Casa da Criança Circulista Menino Jesus, Educandário Gustavo Capanema, e Abrigo

Vista do Pôrto

Menino Jesus. Assistência aos órfãos e desvalidos: — Instituto Maria Madalena, Abrigo Rural Melo Mato, Educandário Gustavo Capanema, Patronato Profissional Santa Terezinha e Instituto Benjamin Constant. À velhice desamparada: — Asilo de Mendicidade Dr. Thomas, Vila São Vicente de Paulo e Dispensário Maçônico.

Existem em Manaus 7 cooperativas, das quais se destacam a do Banco Popular de Manaus — crédito, e a Agrícola Mista do Município de Manaus — Consumo.

ALFABETIZAÇÃO — Das 118 041 pessoas recenseadas em 1950 — das quais 56 894 eram homens e 61 147, mulheres, 34 418 homens e 36 675 mulheres sabiam ler e escrever. A percentagem de alfabetizados era de 60,22%, superior, portanto, à do Estado, que era de 36,87%. Verificou-se, ainda, que das pessoas de 10 anos e mais que pos-

Vista do Pôrto Flutuante

suíam curso completo, em número de 21 706, 16 688 tinham o de grau elementar, 4 329 o médio, 683 o superior e 6 de grau não declarado.

ENSINO — Além de 151 unidades de ensino primário, funcionando geralmente em três turnos, conta Manaus com 10 estabelecimentos de ensino secundário, 5 de ensino superior, 2 de ensino agrícola, 2 de ensino industrial, 8 de ensino comercial e 5 de ensino pedagógico além de 39 de ensino profissional, destacando-se dentre êsses a Faculdade de Direito do Amazonas, o colégio Dom Bosco, o Colégio Estadual Pedro II, o Instituto de Educação do Amazonas, a Escola de Enfermagem, a Escola de Serviço Social e a Escola Comercial Solon de Lucena.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O aspecto cultural manauense é grandemente evoluído. O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, a Academia Amazonense de Letras, a Biblioteca Pública, a Sociedade Amazonense de Professôres, a Associação Amazonense de Imprensa e o Aéroclube do Amazonas, constituem o seu valioso patrimônio, acrescido do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, de natureza teécnico-científica.

Sete peródicos circulam diàriamente na cidade, destacando-se o "Jornal do Comércio" e "O Jornal". Manaus conta com 3 estações de rádio — Rádio Baré Ltda., Radiodifusora do Amazonas e Rádio Rio Mar Ltda. — 3 bibliotecas públicas, 44 entidades físico-cultural, 2 artísticas, 10 literárias, 5 educativas, 8 recreativas (sobressaindo-se o Ideal Clube), 1 teatro — o famoso Teatro Amazonas — e 8 cinemas — dos quais se destaca o Odeon, com sua modernníssima aparelhagem, tela panorâmica, vista vision, ar condicionado e cadeiras estufadas.

FINANÇAS PÚBLICAS — Foi o seguinte, o movimento financeiro do Município no período de 1951-1956:

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (3) (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual (2)	Municipal (3)		
			Total	Tributária	
1951.......	651	93 845	14 100	10 276	12 377
1952.......	522	113 276	16 022	10 652	14 513
1953.......	600	123 831	21 131	12 200	15 891
1954.......	409	151 263	28 513	13 169	13 669
1955.......	678	184 126	37 364	21 410	40 003
1956.......	996	381 614	52 204	22 519	43 498

(1) Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. — (2) Secretaria do Estado de Economia e Finanças. (3) Prefeitura Municipal de Manaus.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Certas particularidades de Manaus — como, aliás, de tôda a Amazônia — asseguram-lhe posição distinta nos quadros do País. Essas, se referem à imensidade do volume fluvial e à densidade demográfica.

Na época das cheias, as águas ultrapassam as margens do Rio Amazonas, e seus afluentes, ganhando terras baixas, formam pântanos e lagos. São as várzeas, zonas das matas e campos, periòdicamente alagados. As matas baixas e ainda sujeitas à inundação, que se seguem às várzeas, constituem o igapó.

As plantas úteis, tanto das terras firmes como das várzeas, são inumeráveis. Relativamente às plantas ornamentais ou exóticas, citam-se as orquídeas e, nos igapós, as vitórias-régias.

A cidade de Manaus possui vários e curiosos monumentos históricos e artísticos. Dos primeiros se destacam o da Abertura dos Portos ao Comércio Mundial, a Estátua de João Batista de Tenreiro Aranha, o Busto de Sant'Ana Nery, o Busto do Cel. Leopoldo de Matos e o Busto de Tamandaré e o Obelisco comemorativo ao 1.º Centenário de Manaus. Dentre os artísticos se distinguem os palácios Rio Negro, Rio Branco e da Justiça, a Alfândega de Manaus e o famoso Teatro Amazonas, construído entre 1891 e 1896, com colunatas, estatuetas e escadarias executadas por marmoristas europeus e suas decorações internas, obras de mestres insignes, como De Angelis, Capranesi e Sílvio Centofani. Manaus possui também primorosos obeliscos que se levantam em alguns trechos públicos ajardinados da Cidade, notadamente os das praças da Matriz e Osvaldo Cruz.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações folclóricas têm em Manaus viva expressão e despertam o interêsse popular. São tradicionais os festejos de Natal, do Ano Bom e dos Reis. Além dos folguedos dos bois-bumbás e das pastorinhas, há, ainda, de origem africana, os cordões de "pássaros", evocativos dos tempos da escravatura, e o "brigue", representação da luta entre uma corveta de guerra e um navio corsário, cujos lances arrepiantes ficaram gravados indelèvelmente na memória dos rudes desterrados, que os iam transmitindo de geração em geração.

Comemoram-se no Município a 24 de outubro — data da elevação da Vila da Barra do Rio Negro à categoria de Cidade, 17 de abril — criação do Escudo de Manaus —, 5 de setembro — elevação do Amazonas à categoria de Província, tendo a cidade de Manaus como Capital, que até

Vista da Piscina General Ozório

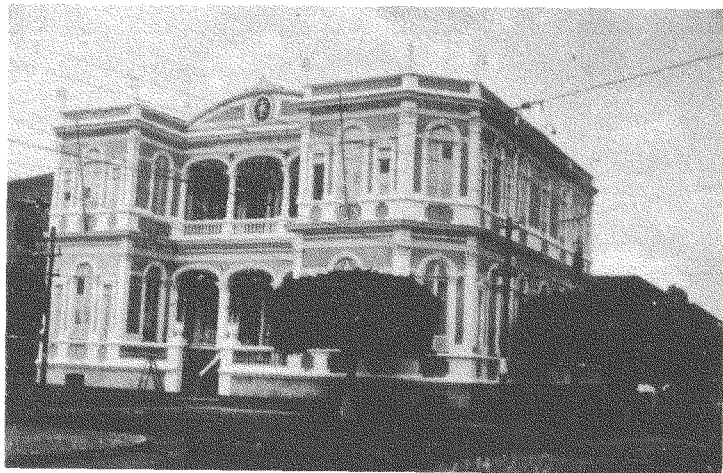
então se denominava Cidade da Barra do Rio Negro —, 21 de dezembro — criação do Município de Manaus.

VULTOS ILUSTRES — À Cidade de Manaus cabe a glória de ter servido de berço a homens célebres no cenário regional no campo das Artes, das Letras, da Ciência e da Política, tais como Branco e Silva — artista emérito no manejo do pincel, Péricles Morais e Heliodoro Balbi — escritores e sociólogos, Pedro Luiz Sympson — autor do Dicionário Tupi-Guarani, Torquato Xavier de Miranda Leão — engenheiro e geógrafo, Jorge de Morais — médico, político e urbanista a quem muito deve a cidade, Antônio Monteiro de Souza — matemático, Leopoldo Peres — político influente, sociólogo e orador, além de outros.

Embora filhos de outras plagas, em Manaus mourejaram dedicando seu esfôrço em prol do Município e do Estado: João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha — 1.º Governador da então recém-criada Província do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro (O Pensador) — governador, grande urbanista e verdadeiro construtor da cidade de Manaus, Manuel da Silva Ramos — escritor e fundador da imprensa amazonense, Leopoldo Tavares da Cunha Melo, ministro e senador da República, além de outros vultos que se destacaram ou se destacam nos diversos setores regional e nacional.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O conjunto manauara é por si só um permanente motivo de interêsse turístico. A cidade limpa, bem traçada e ornamentada de prédios e monumentos de arte, impressionantes pela sua originalidade, dentre os quais se destacam o Hotel Amazonas, o .... I.A.P.T.E.C. e o majestoso Teatro Amazonas, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, os palácios Rio Negro e Rio Branco, o Tribunal de Apelação e a Seção de Numismática do Palácio Rio Branco; seu parque industrial, em que se distinguem a Fábrica de Fiação e Tecelagem de Juta, a Refinaria de Petróleo da Amazônia e a Usina de Beneficiamento de Borracha; seu pôrto flutuante, a linda baía do Rio Negro; o soberbo "Aviaquário Municipal", onde se encontram os mais belos espécimes da fauna amazônica; o empolgante encontro das águas dos rios Negro-Solimões, as orquídeas e a vitória-régia, de belezas exóticas e impressionantes, tudo contribui para que Manaus mereça o cognome de "Cidade Risonha".

Diversos pontos da zona rural de Manaus são freqüentemente procurados pelos que se aprazem praticar o esporte de natação em vastas piscinas ou nas frias águas correntes dos igarapés ou espairecer o espírito longe do teatro

Clube Atlético Rio Negro

Faculdade de Direito

da luta pela vida. "Flores", "Mindu", "Tarumãzinho", cachoeira do "Tarumã-Grande", "Bosque", igarapés do "Quarenta" e da "Raiz", as praias "Ponta Negra" e do "Cacau Pirera" e o aprazível balneário "Parque 10 de Novembro", constituem motivo de atração para quantos desejam, em recantos pitorescos da selva, sanear a mente e realizar o asseio do corpo com confôrto e perfeita segurança.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Sede da Arquidiocese de Manaus, o Município possui 11 paróquias e 48 templos católicos, dos quais se destacam, pelo seu conjunto aprimorado, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição e a Matriz da Paróquia de São Sebastião.

Além dêsses, conta Manaus com vários templos batistas, presbiterianos, adventistas, pentecostais, israelitas, espíritas, esotéricos, umbandistas, quinbandistas e maçônicos.

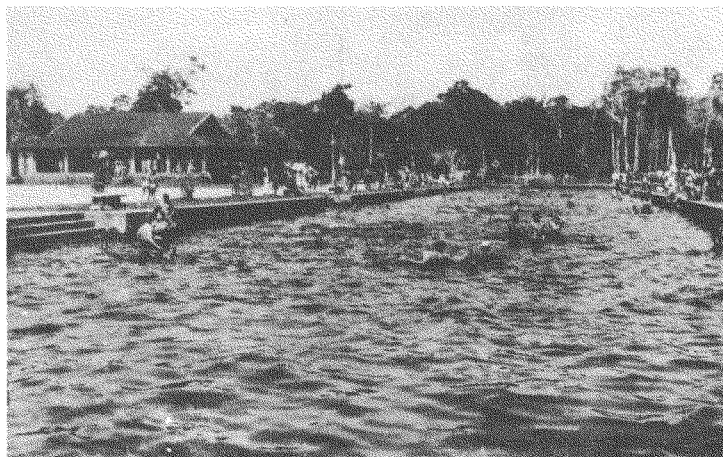
Dispõe a cidade de 6 hotéis — com diárias variáveis entre Cr$ 25000 a Cr$ 300,00 (exclusive as do Hotel Amazonas, de Cr$ 600,0 a Cr$ 1 100,00), e 12 pensões com diárias entre Cr$ 150,00 e Cr$ 200,00.

No movimentado pôrto fluvial de Manaus está uma das maiores e mais ousadas realizações da engenharia. Trata-se de um dique flutuante de 130 metros de comprimento por 15 de largura, cujo tabuado de madeira de lei se estende sôbre vigamento de aço, prêso a bojudos flutuantes perfeitamente estanques.

Nas grandes enchentes — tais como a de 1920 e 1953 — o desnivelamento do dique, produzida pela elevação das águas, não consegue alterar o funcionamento mecanizado do transporte de volumes que saem ou entram para os navios atracados na parte externa do "roadway". Neste ponto a profundidade mínima das maiores vasantes jamais sondou menos de 45 braças, sendo o habitat favorável e contínuo dos maiores e mais vorazes exemplares da fauna fluvial, do cais à margem oposta, a largura do rio mede aproximadamente 2 500 metros.

O embarque dos produtos regionais é feito no dique das "tôrres", por um engenhoso mecanismo movido a eletricidade, dispondo de potentes guindastes e roldanas que deslizam sôbre cabos de aço suspensos, transportando para bordo volumosas lingadas de carregamentos.

A Associação Comercial do Amazonas, instalada no suntuoso Palácio do Comércio, constitui o órgão oficial representativo da expansão comercial e industrial do Estado.

Em uma espaçosa dependência térrea de seu edifício está organizado um interessante museu onde se encontra à

Parque de Recreio

visita pública a quase infindável variedade de produtos das selvas, do solo, subsolo e das águas amazônicas.

Quase tôdas as classes trabalhadoras de Manaus se encontram sindicalizadas, alcançando 36 o número dessas representações.

A segurança pública, privada e a defesa do regime são asseguradas pela guarnição federal — representada pelo 27.º B. C. — Polícia Militar do Estado, Corpo de Segurança Pública, Inspetoria de Trânsito, Corpo de Bombeiros Municipais e Corpo de Bombeiros Voluntários de Manaus.

Exercem atividade na cidade 212 advogados, 8 agrônomos e 26 engenheiros.

Acha-se instalada em Manaus a Inspetoria Regional de Estatística Municipal, órgão integrante do sistema estatístico nacional.

LENDAS — Para o homem nativo do vale da Terra Verde, Yara é um gênio puramente mitológico, que vive dentro dos caudalosos rios e lagos, tendo o corpo metade mulher e metade peixe. Dizem os selvagens, que a lendária origem dessa princesa deslumbrante das águas, foi um filho de Irahuana, velho tuchaua da taba dos valentes Mondurucus, e que desaparecera na baía do rio Negro, numa sombria tarde de inverno, mesmo no lugar em que se levanta agora a cidade de Manaus.

O fato passou-se assim: — Miryan, o valoroso filho de Irahuana e que mais se destacara no combate contra os Apupôs, não só pela bravura mas sobretudo pela sua fôrça de jaguar, ao voltar vitorioso foi proclamado como novo senhor das tabas. Seu tio, o velho e decrépito Aryman, um dos mais temíveis pagés do grande vale, dera-lhe uma flecha e um arco, como até então nunca se vira em mãos de nenhum guerreiro.

A uiraçava era negra, feita de miolo de paracuuba, enquanto que a uirapara, era pintada da côr das onças canguçus, feita de muirapinima do lago, forte como a paxiúba, e veloz como o inhambu.

Um dia, Irahuana quis mostrar aos seus outros filhos a fôrça e o poder do seu guerreiro, mandando-os em companhia de Miryan, dar combate às feras mais próximas da colina.

Aryman, porém, o grande pagé da taba, dispusera diferentemente ... Durante todo um período lunar, entre Jacy-cataiana e jacy-miri, em vez de feras surgiram bandos enormes de Jajamadys, verdadeiros exércitos em luta, sendo que nos combates travados, desde os centros à margem do grande rio, Miryan, foi sempre o vitorioso, distinguindo-se, ainda mais, entre todos, e admirado pelas mulheres, dada à beleza de suas formas rijas e fortes como os buritis da mata. Cheios de inveja seus irmãos, no momento em que Miryan dormia, atiram-lhe as zarabatanas provocadoramente, ferindo-o na coxa e na mão direita.

Furioso como a onça e forte como a anta, o destemido e jovem guerreiro derribou-os de um só golpe para não se erguerem mais.

Diante de tamanha desgraça, é claro que Miryan não esperou pela explosão da cólera paterna. Na mesma noite deixou a floresta em que dormia, partindo em busca de um lugar deserto, mais calmo, e rumou então para as margens do grande rio, colocando-se à beira da água, dentro de uma espêssa moita de Uranas onde nunca havia penetrado a luz dourada do sol. E ali, curtindo as dores dos ferimentos, entre canaranas e moruins, num enorme balseiro em que nem mesmo as carapanãs penetravam, deixou-se adormecer ofegante de cansaço.

Assim, fugido, esgotado, quase agonisante, com as suas armas de combate, esperou calmo e heròicamente, sem mêdo nem desfalecimentos, as represálias do velho Irahuana.

O grande e valente tucháua, senhor dos bosque e dos rios, diante dos filhos mortos que lhe trouxeram os primeiros guerreiros, numa fúria louca de dor que se não doma, na impiedade selvagem de sua alucinante cólera, jurou arrancar as entranhas de Miryan e quebrar-lhe a uiraçava. Naquele mesmo dia, mal o sol clareara as frondes das matas, o guerreiro pôs-se em marcha, à frente de quatrocentos índios, ululando as mais horríveis pragas de vingança e castigo. Nesse momento supremo de angústia paterna, apoiava-lhe covardemente a zanga, — Ubirantapy sobrinho mais velho do cacique, ávido de poder e dos domínios que procurava herdar.

Depois das duas primeiras lutas, sempre com o bando no rastro do guerreiro, os silvícolas de Irahuana cercavam a moita de Uranas verdes. Feito o sítio, entesados os arcos, foram tantas as flechas que lhe mandaram que, por três dias e noites, o ar, as fôlhas, os ramos e as frondes vizinhas, tremiam e choravam num soluço brando de pavor e agonizante. Mas, cada vez que os bravios guerreiros de Irahuana tentavam fazer um assalto em redor da moita, surgia Miryan empunhando um tronco de Jacy ou patoá, como se fôsse uma tangapema, e os esborrachava como se fôssem borboletas pequeninas à beira de um paul. De quando em quando abria os ramos e, de dentro da moita, vergando o seu maravilhoso arco, deixava que as flechas partissem zurdindo, sibilando, por entre os inimigos, espalhando nos grupos o terror e a morte, sem que nunca fôsse atingido.

Certa noite, depois de um dia inteiro de luta, Miryan chegou à relva em que repousava Irahuana — seu velho pai, guardado durante o sono por vinte de seus mais ferozes guerreiros. O môço índio, esgueirando-se, ligeiro como o inhambu e sutil como a jibóia, chegou-se de manso, batendo-lhe no ombro, para dizer:

— "Meu pai"! Tu me fazes uma guerra injusta. Os teus dois filhos morreram porque me quiseram matar. Atiraram-me suas flechas enquanto eu dormia. Feriram-me o corpo, derramaram-me o sangue e só por Tupã pude dominá-los. Vai-te! Deixa-me em paz"!

Como um raio que houvesse caído entre êles, o velho tuchaua bradou numa fúria sem limites: "Matem-no"!

Seus guerreiros, gritando e grunindo, atiraram-se contra o jovem protegido do pagé. Em meio da confusão, derrubando uns e ferindo outros, Miryan conseguiu escapar, correndo em direção do rio, onde se lançou como uma grande capivara fugindo de uma matilha de cães. Apenas o corpo do môço índio tocou a superfície tranqüila das águas, uma imensa multidão de peixes grandes e pequenos, encostando-se uns aos outros, sustentaram-no à flor da correnteza. Então, aos poucos, o corpo molhado de Miryan, numa irradiação deslumbrante de luzes trementes, ofuscantes, numa auréola de claridade bruxuleante, foi-se modificando, transformando, até que por fim, da cintura para baixo ficou sendo peixe, luzindo como a superfície polida de um lâmina de prata, enquanto que, da cintura para cima, o jovem guerreiro metamorfoseou-se em corpo de mulher, muito belo, com os ombros vestidos por um denso e basto manto de cabelos negros, da côr escura das águas. E assim, em cima dos peixes quietos, descendo à mercê das correntezas, — Miryan, feito Yara, foi seguindo, cantando e sorrindo, até desaparecer na curva rápida do Rio Negro.

É assim que os nativos contam a lenda da Yara que apontam aos moços como um castigo de Tupã àquele que um dia quis lutar contra seu próprio pai.

O *Uirapuru* — A voz do pequeno pássaro se fêz ouvir. Começou com uma nota aguda. Parecia mais a vibração de um copo de puro cristal! Outras notas se lhe seguiram, com delicadas modulações.

O Uirapuru cantava! Cantava sem mudar de galho, ora se virando, ora saltando sôbre o mesmo poleiro. Era um pequeno pássaro verde-oliva, de cauda avermelhada. Sua voz dominava a floresta, que se quedou silenciosa para ouvi-lo.

Aos poucos, os pássaros da floresta se aglomeraram junto do Uirapuru, ouvindo-o e olhando-o com respeito: tangarás, araras, juritis, viuvinhas e rendeiras.

Antigamente, êle não cantava, era feio e mudo! Os outros pássaros zombavam de sua mudez.

Um dia, com o coração estourando de tristeza, o Uirapuru chorou amargamente e seu desespêro jorrou em lágrimas sôbre as fôlhas. As gotas cristalinas se transformaram em notas maviosas. Um soluço partiu da garganta do pequeno pássaro, um soluço musical e cristalino.

Desde êsse momento, o Uirapuru passou a cantar.

O concêrto do Uirapuru durou uns dez minutos. O canto era sempre igual, profundamente triste.

Ao terminar, alçou vôo. A passarada o acompanhou. Um vulto surgiu dentre a folhagem. Do arco do índio, que amava sem ser amado, zuniu a flecha certeira e mortal. O Uirapuru rolou por terra, para nunca mais cantar.

Os pássaros fugiram apavorados.

O índio apanhou o corpo quente e sujo de sangue e o queimou numa fogueira. Juntou depois, as cinzas na palma da mão.

A lua brilhava no grande céu. Aproximando-se da índia que amava, o guerreiro deu-lhe um pouco de cauim, no qual havia colocado as cinzas do passarinho!

A bela índia bebeu e se sentiu apaixonada pelo guerreiro.

Até hoje existe a lenda de que a cinza do Uirapuru traz amor...

VITÓRIA-RÉGIA — Havia uma grande alegria na tribo. O nascimento da indiazinha, cuja pele se diferenciava de todos pela sua côr branca como a luz da lua, foi festejado na taba, como uma bênção de Tupã. Os dias se passavam e a sua pele se tornou rosada como o peito de Jaçanã. E com êsse nome foi ela batizada e consagrada, pelo Pagé, filha de Tupã, e único a quem ela poderia amar.

Seus olhos jamais deveriam fixar-se em qualquer jovem mortal, fôsse de que tribo fôsse. Cada vez mais bela, de uma beleza de que jamais se ouvira falar, Jaçanã se tornou môça. Todos os dias, satisfeita de sua resplandecente beleza, mirava-se nas águas do Amazonas, horas a fio. Certa manhã, foi surpreendida em sua contemplação, por um jovem e belo índio da tribo vizinha, que parou fascinado ante a beleza da índia e sentiu que, naquele mesmo instante, seu coração pertencia à jovem Jaçanã. A virgem sagrada — que também tinha um coração de mulher — apaixonou-se pelo guerreiro.

Os grandes da tribo notaram profundas modificações em Jaçanã. O Pagé, percebendo sintomas de amor em seus olhos, mandou que ela fôsse vigiada com rigor. E assim foi feito.

Uma tarde, Jaçanã, ante à impossibilidade de revelar o seu amor à tribo, havia resolvido fugir com o seu bravo guerreiro e procurar abrigo na tribo vizinha, quando foi surpreendida e aprisionada.

Condenada à morte pelo Pagé, começaram os preparativos para o seu sacrifício.

O jovem procurou-a como louco, por tôda a floresta e, por fim, acercou-se da taba, para certificar-se do que se passava. Seus olhos se encheram de desespêro, quando viram prisioneira a sua amada. Sem medir conseqüências, tentou salvá-la, mas seus passos foram detidos por certeira lança que lhe atravessou o coração. O corpo do guerreiro, já sem vida, tombou ante os olhos angustiados de Jaçanã.

Nada mais lhe restava do mundo. Assim, resignada, deixou-se conduzir por índios fortes e impiedosos que, comandados pelo Pagé, atiraram-na nas profundezas das águas do Amazonas.

Após o sacrifício, outras virgens da tribo atiraram penas brancas de garças sôbre as águas, para simbolizar a pureza de Jaçanã.

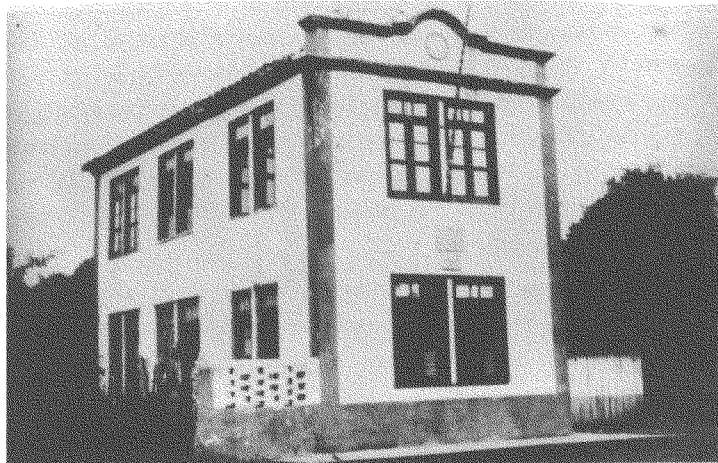
Jaci, a que tudo presenciara do alto do céu, penalizada com a sorte de Jaçanã, fêz com que ela surgisse do fundo das águas, transformada numa flor alva como as penas das garças que cobriram a sua sepultura líquida...

Assim, nasceu a nossa Vitória-Régia, nas águas no rio Amazonas.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — "Fundação de Manaus", de Mário Ipiranga Monteiro. "Síntese Histórica e Sentimental da Evolução de Manaus", de Mavignier de Castro. XXI campanha Estatística. "Terra Verde", de Adauto de Alencar Fernandes. Tábuas Itinerárias Brasileiras. Anuário Estatístico do Brasil — 1953-1956. Censos Econômico e Demográfico do Estado do Amazonas.)

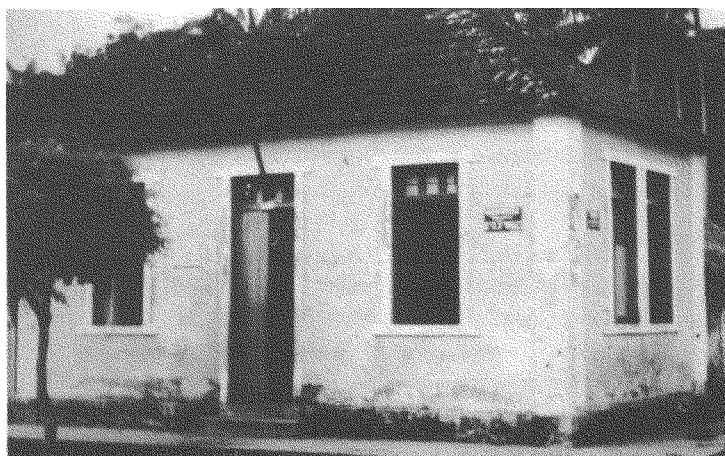
MANICORÉ — AM

Mapa Municipal na pág. 193 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O rio Madeira, dos principais afluentes do Amazonas e principal via de acesso à zona fisiográfica que tem o seu nome e à qual pertence o município de Manicoré, foi dos primeiros cursos d'água do território amazonense a ser penetrado por homens civilizados. Antes dêle, só o Amazonas—Solimões e o Negro o foram, pois que "teve as suas águas sulcadas logo após a expedição de Pedro Teixeira, pelos coletores de drogas que iam à apanha do cacau, lá nativo e abundante". A expedição de Pedro Teixeira, em referência foi realizada em 1637.

Pôsto Médico do S.E.S.P.

Habitavam primitivamente a região, entre outros indígenas, os terríveis Turás, que espoliados "por portuguêses e sertanistas buscadores de drogas do sertão", passaram a assaltar as canoas dêstes matando-os, por vêzes.

As autoridades do Grão-Pará enviaram então ao rio Madeira, em 1716 uma escolta comandada pelo Capitão João de Barros e Guerra, com o fim de punir os selvagens. Excedeu-se Barros e Guerra nessa missão, praticando verdadeira chacina "nas populosas malocas daqueles índios". Ao cabo da infaustosa tarefa, já ao retornar a Belém do Pará, "eis que, no passar pela barreira de Manicoré, um pesado galho de árvore despende-se e vai sôbre a canoa, afundando-a e com ela o famigerado cabo de guerra".

Na confluência do rio Jamari com o rio Madeira, foi fundada em 1797, a mandado do Governador do Grão-Pará — D. Francisco de Souza Coutinho, a povoação do Crato, com o fim de facilitar as transações comerciais do Pará

Correios e Telégrafos

com Mato Grosso e Goiás. A povoação, todavia, não prosperou em conseqüência da insalubridade do clima. Transferiu-se então em 1802 a povoação para "um sítio entre os rios Baetas e Arraias ou mais pròpriamente entre os igarapés Manguarani e Purus. A partir de então, o antigo local passou a servir de presídio para onde eram deportados os políticos que caiam no desagrado do Govêrno do Grão-Pará".

Pela Lei n.º 96, de 4 de julho de 1858, foi criada a freguesia de São João Batista do Crato. Em 1868, a sede da freguesia foi transferida, em virtude da Lei n.º 177, de 6 de julho do mesmo ano, para o povoado de Manicoré, "que já contava florescente comércio, uma igreja decente e numerosa população". A freguesia passou então a denominar-se de "Nossa Senhora das Dores de Manicoré".

A denominação de "Manicoré" dada à povoação e à freguesia, provém, do rio Manicoré, próximo a cuja foz, no Madeira, localizava-se a referida povoação. O nome do rio, segundo consta, procede de "Anicoré", tribo indígena que habitava a região.

Em 1877, Manicoré foi elevada a categoria de vila em virtude da Lei n.º 362, de 4 de junho do mesmo ano. Data daí, conseqüentemente a criação do município, cujo território foi desmembrado do de Manaus e constituído de um só distrito. No mesmo ano criou-se também o têrmo judiciário.

Em 1878, por fôrça da Lei n.º 386, do mesmo ano, tornou-se Manicoré sede da comarca do "Rio Madeira" criada pela mesma lei, cuja instalação ocorreu, todavia, três anos após, ou seja a 12 de dezembro de 1881.

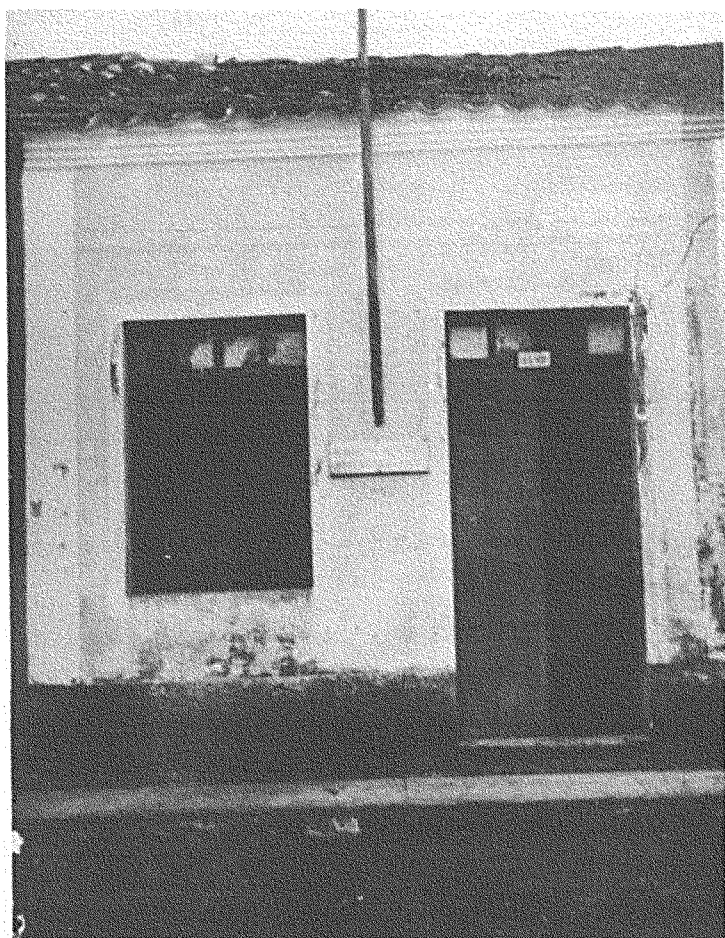
A vila de Manicoré recebeu foros de cidade por fôrça da Lei n.º 137, de 4 de maio de 1896.

Prefeitura Municipal

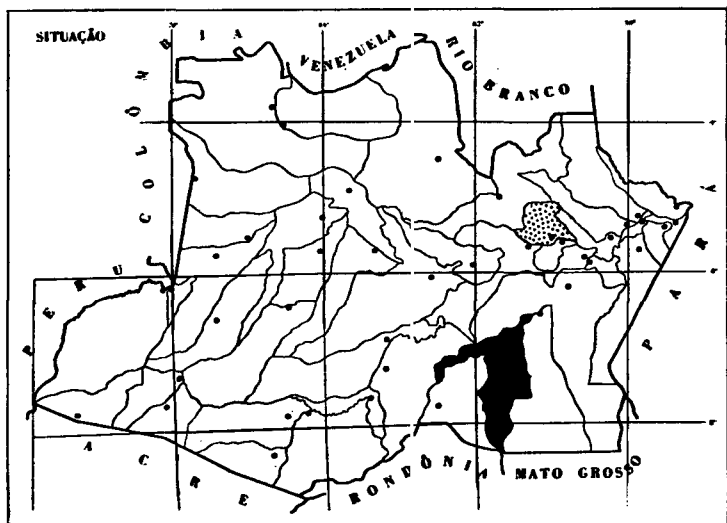
Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, figura o município de Manicoré, composto de 7 distritos; Manicoré, Capanã, Carapanatuba, Curuçá, Matupiri, Uruá e Uruapiara.

Já na divisão administrativa de 1933 e nas territoriais datadas de 31-XII-936 e 31-XII-037, volta Manicoré a constituir-se de um só distrito, o do mesmo nome.

Em 1955, Manicoré perdeu parte do seu território para o município de Novo Aripuanã, criado pela Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro do mesmo ano.

Nos dias presentes, continua o município de Manicoré constituído de um só distrito e a comarca de que é sede possui apenas um único têrmo — o de Manicoré.

Agência Municipal de Estatística

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, foram eleitos: Prefeito — Genuíno José de Oliveira: Vereadores — José Cleto de Oliveira, Hélio Rêgo, Antônio Santana Leite, Rogaciano Batista França, Aristóteles das Neves Bicho e Altair Farias Pinto. Votaram nessas eleições 1 280 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Manicoré está situado na zona fisiográfica do rio Madeira e limita com os municípios de Borba, Canutama, Humaitá e Novo Aripuanã e com o Estado de Mato-Grosso.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

O município encontra-se na seguinte posição geográfica: Latitude Sul — 5°49' e longitude W.Gr. — 61°18'. Distância em linha reta da Capital do Estado — 328 km e direção — 25° 18' S.O.

ALTITUDE — É de 50 m da altitude da sede do município.

CLIMA — É quente e úmido e apresenta as seguintes características: Média das máximas — 36,8°C, média das mínimas — 14°C e média compensada — 27,6°C.

ÁREA — Sua área que segundo o C.N.G., era de .... 59 278 km^2, com a perda territorial sofrida em benefício do récem-criado município de Novo Aripuanã, ficou reduzida a 43 100 km^2, de acôrdo com os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística. Com essa área coloca-se Manicoré, no tocante à extensão territorial, em 15.° lugar entre os municípios ora existentes no Estado. Observa-se, entretanto. que essa área é superior à do Estado do Rio de Janeiro.

Igreja Matriz de N. S.ª das Dores

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Madeira, Maici, Manicoré, Mataurá, Marmelos e Sapoti e os lagos do Ginipapo, Xodó e Baeta.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna manicoreenses constituem importantes riquezas naturais do município, notadamente a primeira, cuja exploração é a fonte principal de receita do município. Há em abundância castanha-do-pará (bertholletia excelsa) e seringueira (Hevea brasiliensis) além de madeiras de boa qualidade. Na fauna, além do pescado, de que se abastece a população, há animais silvestre como onças, caititus, queixadas, veados e outros.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.°-VII-50, o município de Manicoré possuía àquela data 20 563 habitantes, figurando em 7.° lugar entre os 25 municípios então existentes.

Dessa população, 10 576 eram homens e 9 987, mulheres. Brancos — 9 119 (sendo 4 611 homens e 4 508 mulhe-

res), prêtos — 899 (sendo 489 homens e 410 mulheres), pardos — 10 507 (sendo 5 461 homens e 5 046 mulheres) e 38 sem declaração de côr. Das pessoas de 15 anos e mais (10 852), 5 602 são solteiras (sendo 3 087 homens e 2 515 mulheres), casadas — 4 455 (sendo 2 237 homens e 2 218 mulheres), desquitados — 4 (sendo 3 homens e 1 mulher), viúvos — 769 (sendo 281 homens e 488 mulheres), 2 não declararam estado conjugal. Brasileiros naturalizados — 7 e 18 estrangeiros. Católicos — 20 379, protestantes — 119, budistas — 1, israelitas — 5, maometanos — 1, outras religiões — 44, sem religião — 3 e sem declaração de religião — 11.

Com o desmembramento territorial já mencionado, ocorrido em fins de 1955, a população do município, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, ficou reduzida a cêrca de 17 000 habitantes. Com essa população,

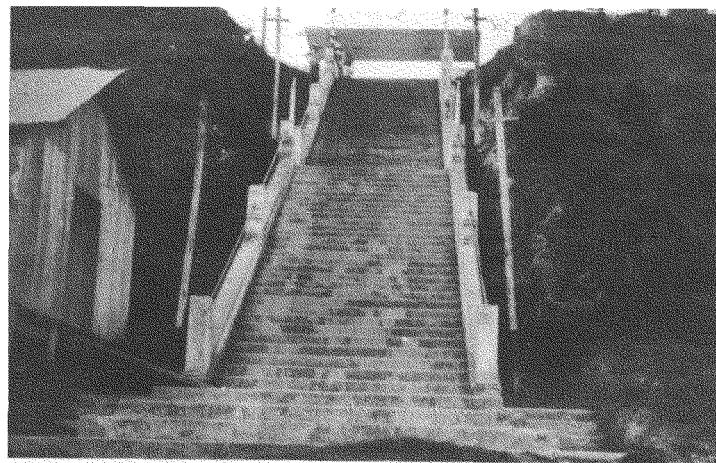
Residência dos Prefeitos

coloca-se Manicoré em 4.º lugar entre os 43 municípios ora existentes no Amazonas.

Aceitando-se a estimativa da população atual total do município e os dados do último Censo com referência à população da cidade, verifica-se que a população urbana ... (2 099 hab.) correspondente a 12,35% do total da população, 17 000 hab.). Nota-se também enorme superioridade da população rural (87,65%) sôbre a urbana. Essa percentagem é ultrapassada por poucos municípios amazonenses. A percentagem da população rural do Estado é de 73,28%.

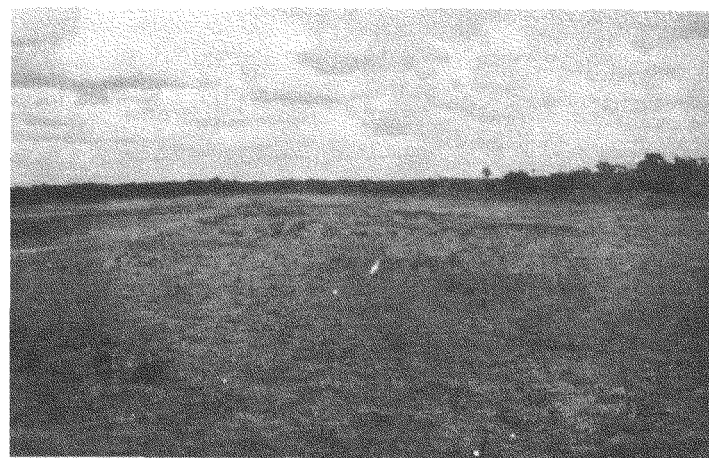
A população relativa de Manicoré — 0,34 hab./km², muito baixa, como se vê, é todavia, superior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, segundo os

Praça da Bandeira

Escada do Pôrto

resultados do Censo Demográfico, possuía, à data da realização do mesmo, 2 099 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, incontestàvelmente, a maior fonte de receita do município. Segundo dados fornecidos pelo D.E.E. o valor total dessa produção referente ao ano de 1956, foi de Cr$ 31 188 500,00 conforme a seguinte exposição: Castanha-do-pará — Cr$ 18 200 000,00, borracha — .... Cr$ 9 900 000,00, sôrva — Cr$ 1 430 000,00, sernambi — Cr$ 1 316 000,00, madeiras — Cr$ 200 000,00, óleo de copaíba — Cr$ 64 000,00, látex — Cr$ 36 000,00, balata — Cr$ 41 000,00 e cumaru — Cr$ 1 500,00.

Depois da produção extrativa vegetal é a agricultura a principal atividade econômica do municípo. Segundo dados apurados pelo D.E.E., o valor dessa produção referente

Campo de Pouso

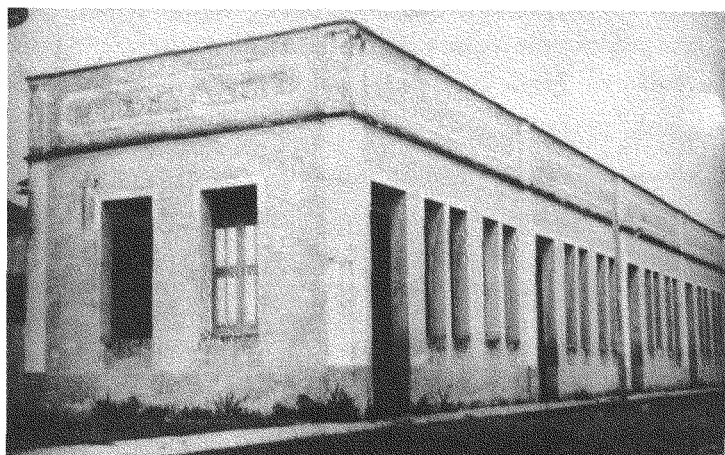
ao ano de 1956, foi de cêrca de Cr$ 8 000 000,00. Dêsse valor, Cr$ 2 650 000,00 cabem à mandioca, que é o principal produto e Cr$ 1 400 000,00 à juta. A soma dos valores dêsses dois produtos é cêrca de 50% do valor total. Cultiva-se também no município, ainda em menor escala, abacate, fumo, limão, cacau, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar e outros. Dêsses, todavia, apenas a produção dos dois primeiros ultrapassa a quantia de Cr$ 500 000,00.

A pecuária é pouco desenvolvida. Os principais rebanhos são os — de suínos e bovinos. O primeiro, estimado em 20 000 cabeças, é dos maiores do Estado e o segundo, cuja estimativa é de 4 000 é superior ao de muitos outros municípios amazonenses. Os demais rebanhos têm efetivos iguais ou inferiores a 100 cabeças.

Trecho da Estrada de Rodagem "Juàzeiro"

Como em todos os municípios do Estado há também em Manicoré produção extrativa animal relativamente importante. Segundo dados fornecidos pelo D. E. E. o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 1 035 000,00, assim distribuído: Peixes diversos; — Cr$ 650 000,00: Couros e peles de animais silvestres — Cr$ 385 000,00.

O Registro Industrial referente ao ano de 1955, apresentou os seguintes resultados: Número de estabelecimentos — 6 e valor total da produção — Cr$ 1 117 200,00. Dêsse valor, Cr$ 826 800,00 cabem à aguardente, principal produto industrial, que concorre, como se vê, com cêrca de 75% do valor total da produção.

Segundo o resultado do Censo Demográfico de 1950, as atividades econômicas que aquêle opera, e que ocupavam maior número de pessoas eram "Agricultura, pecuária e silvicultura", "Indústrias Extrativas", respectivamente, com 3 262 e 2 492 pessoas.

Grupo Escolar "Mendes Filho"

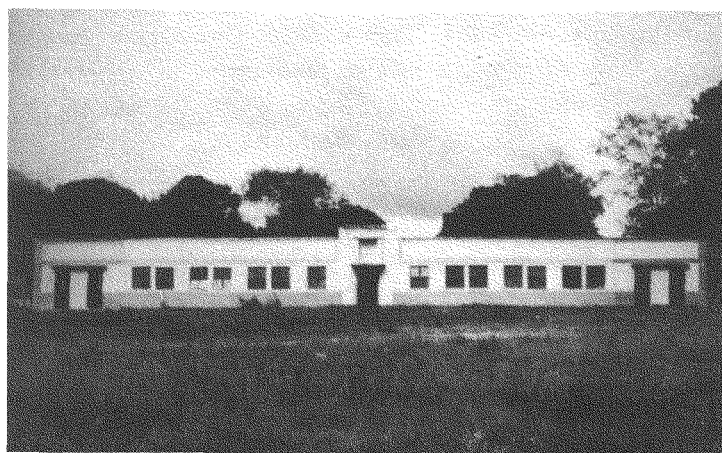
COMÉRCIO — Há no município 81 estabelecimentos comerciais. O comércio manicoreense mantém transações com a praça de Manaus (Capital do Estado) e importa: estiva em geral, louças, calçados, tecidos, conservas, bebidas, ferragens etc. e exporta castanha-do-pará, borracha, sôrva, madeiras, juta, couros e peles de animais silvestres, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Manicoré liga-se às sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Borba — fluvial — 285 km — aéreo — 188 km; Canutama — fluvial — 1 696 — aéreo — 999 km; Humaitá — fluvial — 393 km — aéreo — 830 km; Novo Aripuanã — fluvial — 145 km e Capital Estadual — fluvial — 421 km e aéreo — 332 km.

O transporte fluvial é feito por navios do S.N.A.P.P. e "motores" particulares e o aéreo por aviões "Catalina" da Panair do Brasil S. A.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Manicoré fica à margem do rio Madeira, afluente do Amazonas, próximo à foz do rio Manicoré.

É Manicoré, apesar de pequena, uma das principais cidades do Amazonas. Precisamente a 5.ª em se tratando de população.

Conta com 53 logradouros públicos, cêrca de 400 prédios e, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.º-VII-1950, 2 099 habitantes. Sôbre a população, acrescenta-se que dos 2 099 habitantes, 1 044 eram homens, e 1 055 mulheres.

Educandário N. S.ª das Graças

Suas ruas são amplas e retas. Possui 2 logradouros pavimentados e 4 arborizados e ajardinados. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a 21 logradouros e a domiciliária conta com 143 ligações. Os principais logradouros públicos são Avenida Presidente Vargas, a Praça da Bandeira e a Praça Coronel Sá. E os mais importantes prédios são a Matriz de Nossa Senhora das Dores, Prefeitura Municipal e o Pôsto de Saúde.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada por um Pôsto de Saúde, mantido pelo S.E.S.P. Exercem a profissão na cidade 1 médico e 1 dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais existentes

Campo de Pouso

no município naquele ano, em número de 16 714 apenas 3 892, ou seja, 23%, sabiam ler e escrever. Essa percentagem é inferior à do Estado, que é de 36%. Na sede do município, na mesma época, dos 1 760 existentes daquelas mesmas idades, 646 sabiam ler e escrever, correspondendo a 36%.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 53 escolas de ensino primário, com 1 618 alunos matriculados. Dessas escolas, 10 localizavam-se no quadro urbano e 43 no quadro rural.

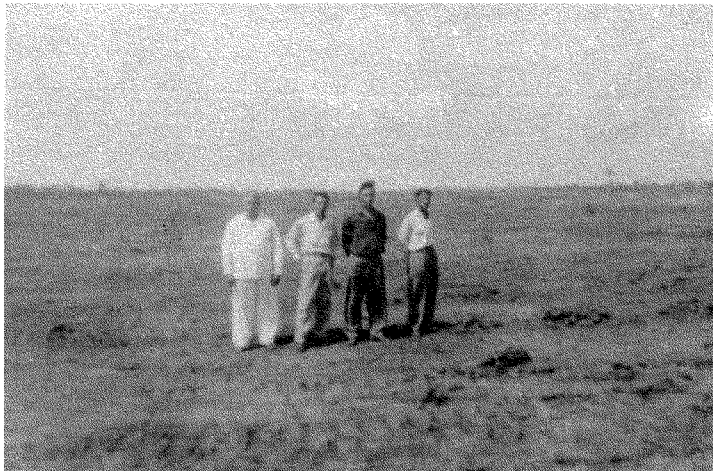
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionaram em 1956, 2 associações culturais. Há uma pequena biblioteca na cidade.

Manicoré já teve alguns jornais. O "Rio Madeira", surgiu em novembro de 1881. "Comércio do Madeira", "Correio do Madeira" e "Gazeta de Manicoré", apareceram, respectivamente, em 1884, 1885 e 1886. Circularam durante alguns anos. Atualmente não há nenhum.

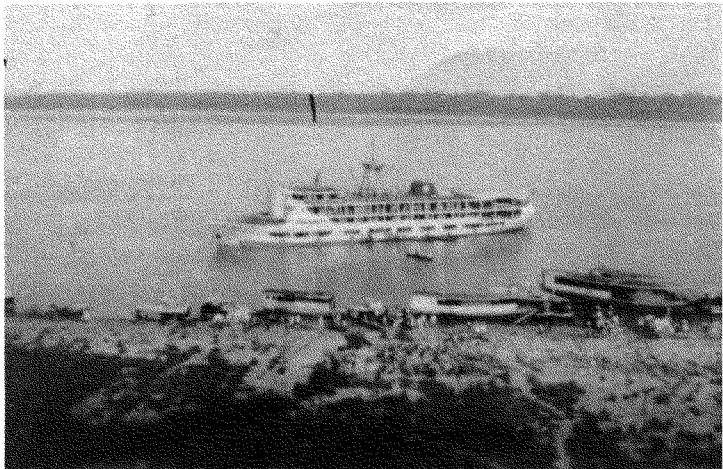
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal (3)		
	(1)	(2)	Total	Tributária	(Cr$ 1 000)(3)
1951	408	108	766	797	775
1952	479	179	706	318	695
1953	251	175	654	194	699
1954	375	133	931	429	825
1955	434	326	1 151	608	1 131
1956	...	296	1 260	658	1 242

(1) Delegacia Fiscal. — (2) Secretaria da Fazenda. — (3) Departamento Estadual de Estatística.

Altar-Mor da Matriz de N. S.ª das Dores

Aeroporto — Em construção

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa da cidade é a de Nossa Senhora das Dores, que se realiza de 1.º a 15 de setembro. Do dia 7 a 15 há novenas tôdas as noites e após estas, quermesses, leilões e festas dansantes. Durante êsse dia o aspecto da cidade tranfigura-se em decorrência do movimento incomum provocado pelo grande número de pessoas procedentes do interior do município e dos municípios vizinhos, que acorrem à Manicoré para assistir os festejos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Manicoré está situada à margem do rio Madeira, o mais importante afluente da margem direita do Amazonas. Por si só o Madeira já constitui um ponto de atração turística. Assim, Anísio Jobim no seu livro "Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas", descreve em sintese o que é o grande rio amazonense: "Porque a região do Madeira é um exemplo da terra ubertosa por excelência, onde o humos da planície ganha em magníficas manifestações vitais e a flora retrata uma pujança das maiores do mundo".

Pôrto de Embarque e Desembarque

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de A. C. Ferreira Reis. — Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas, de Anísio Jobim. — Diário Oficial. — Edição Comemorativa do 1.º Centenário da Independência do Brasil. — Sinopse Estatística do Município de Manicoré, editada pelo C.N.E. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Manicoré.)

MARAÃ — AM

Mapa Municipal na pág. 173 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O muncípio de Maraã é banhado pelo caudaloso rio Japurá, que o atravessa de um extremo a outro.

As principais penetrações no apurá foram realizadas por volta dos meados do século XVII.

Quando governador da Capitania o Coronel Joaquim Tinoco Valente (1763—1779) foram fundadas nas margens do Japurá, em território hoje do município de Maraã, as povoações de Santo Antônio do Mapiri, São Matias e São Joaquim do Macapiri, atualmente desaparecidas. Parece, todavia, haver engano quanto à época da fundação, pelo menos, das duas primeiras povoações, pois há notícias de que ditas povoações já existiam em 1775, conforme consta do relatório apresentado naquele ano pelo ouvidor Ribeiro Sampaio ao Governador da Capitania, de cujo relatório se transcreve o seguinte trecho: "Entrei no rio Japurá, aonde ainda nenhum dos meus antecessores tinha entrado. Visitei as duas povoações de Santo Antônio e São Matias"

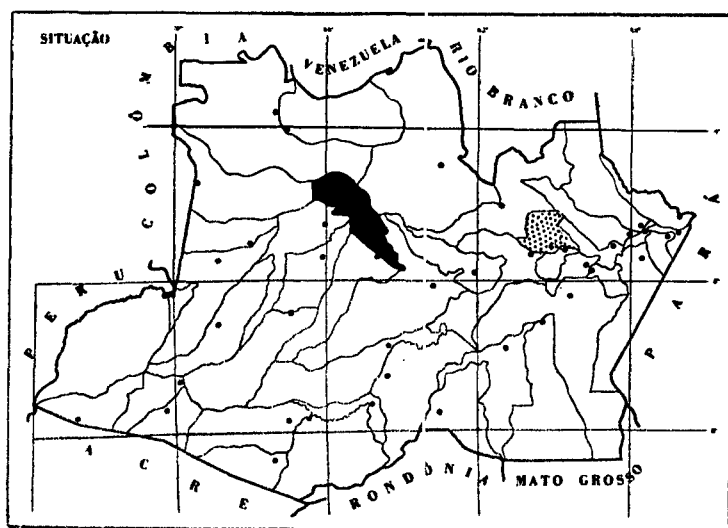
Na aldeia de Santo Antônio do Mapiri ocorreu em 1774—1775 ou 1785 a pacificação dos índios Muras, obtida por Matias Fernandes, diretor da aldeia, que seguindo instruções superiores dispensava àqueles indígenas tratamento cordial, cumulando-os de "dádivas e promessas".

Habitavam primitivamente a região, os índios Passes, Juis, Cueretus, Iapurás, Miranhas e outros.

O distrito de Maraã foi criado pelo Decreto-lei n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, integrando o município de Tefé, de cujo distrito-sede foi desmembrado.

O município foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, quando o distrito de Maraã, foi dividido em dois novos municípios: Maraã e Japurá, criados pela mesma lei. O município foi instalado em 7 de maio de 1956, sendo seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Atlântico Alves da Mota.

A denominação "Maraã" provém do igarapé do mesmo nome, próximo a cuja foz, no Japurá, está situada a sede do município.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município de Maraã na zona fisiográfica Solimões—Tefé e limita com os municípios de Fonte Boa, Içana, Japurá, Juruá e Tefé.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Cêrca de 60 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e úmido, com elevada pluviosidade, característica da região.

ÁREA — Sua área, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é cêrca de 24 200 km², figurando, assim, no 28.º lugar, no tocante à extensão territorial, entre os 43 municípios amazonenses ora existentes. Note-se, no entanto, que essa área é superior à do Estado de Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Solimões, Japurá e os paranás Tambaqui, Copéa, Arauapu, Paranuã, Ati-Paraná e os furos do Janacacá e do Curaci.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são constituídas por sua flora e fauna. Na primeira destacam-se pelo seu valor econômico a seringueira (Hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará (Bertholletia excelsa) além de madeiras de boa qualidade.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, é de 4 560 habitantes. Com essa população coloca-se Maraã em 36.º lugar entre os 43 municípios ora existentes no Estado. É, portanto, um dos menos populosos.

É assaz baixa a população relativa de Maraã que apresenta apenas 0,19 hab./km², enquanto a do Estado é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana, se assim pode ser considerada pelo menos legalmente é a sede do município que, segundo os resultados do Censo Demográfico a 1.º-VII-950 possuía, àquela data, apenas 26 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Maraã é um dos mais pobres municípios do Estado. A sua produção extrativa vegetal e animal é inferior a da maioria dos municípios amazonenses. A produção agrícola é insignificante e a pecuária quase não existe. Indústria também não.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor da produção extrativa vegetal referente ao ano de 1956, foi de apenas Cr$ 920 000,00, assim distribuído: borracha Cr$ 400 000,00; castanha-do-pará Cr$ 500 000,00; sernambi Cr$ 20 000,00.

Segundo a mesma fonte o valor da produção extrativa animal referente ao mesmo ano foi de apenas .... Cr$ 600 000,00, assim distribuída: peixes: pirarucu sêco Cr$ 400 000,00; outros Cr$ 100 000,00; peles e couros de animais silvestres Cr$ 100 000,00.

Ainda de acôrdo com os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor total da produção agrícola referente ao ano de 1956, não chega a atingir a quantia de Cr$ 500 000,00. Os principais produtos são: mandioca, arroz, banana e feijão.

A pecuária, como já foi dito, quase não existe no município. O seu principal rebanho é o de suínos, estimado em apenas 600 cabeças. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 100 cabeças.

COMÉRCIO — Não há pràticamente comércio estabelecido no município. Êste é feito pelo conhecido "regatões" negociantes ambulantes que conduzem mercadorias (esti-

vas em geral, conservas, miudezas, etc.) e os vendem à população. O município exporta: borracha, sernambi e castanha-do-pará e demais produtos extrativos da região.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se Maraã às cidades vizinhas e às capitais estadual e federal pelos seguintes meios de transporte:

Japurá — fluvial: 540 km
Coari — fluvial: 337 km
Tefé — fluvial: 229 km
Fonte Boa — fluvial: 466 km
Capital Estadual — fluvial: 892 km
aéreo: via Tefé: 759 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Maraã, fica à margem esquerda do rio Japurá, próximo à foz do igarapé Maraã.

É uma pequena povoação, que em 1950, quando vila do município de Tefé, possuía apenas 3 casas e 26 habitantes, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado naquele ano. A população atual é pouco mais ou menos a mesma.

Além disso, o mais que há de interêsse estatístico é apenas uma escola de ensino primário.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, das 21 pessoas de 5 anos e mais existentes na sede do município naquele ano, apenas 5 sabiam ler e escrever.

ENSINO — Em 1956 funcionou no município 1 escola de ensino primário, que teve 30 alunos matriculados.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para o exercício de 1956 foi orçada em Cr$ 403 000,00, exclusive as quotas e auxílios dos demais poderes públicos. A União e o Estado ainda não instalaram órgão de arrecadação no município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Há vários cursos d'água: rio Solimões e Japurá e os paranás Tambaqui, Cubuá, Arauapu e os furos de Jauacacá, e do Curaci que constituem o que de mais interessante há no município em seu aspecto natural. O Japurá, é um dos mais belos rios do Amazonas. Nasce na Colômbia onde tem o nome de Caquetá e tem um curso de cêrca de 2 250 km, quase todo navegável. Tem em certo trecho largura superior a 1 km e suas águas são límpidas e cristalinas, banhando praias de areias alvas, de rara beleza.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Panoramas Amazônicos, — Tefé, de Anísio Jobim. — História do Amazonas, de A. C. Ferreira Reis. — Amazônia, de Lúcio de Macêdo. — Sinopse Estatística do Município de Tefé. — C.N.E.)

MAUÉS — AM

Mapa Municipal na pág. 145 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento da Mundurucânia, região compreendida entre os rios Madeira e Amazonas, iniciou-se na segunda metade do século XVIII.

Os índios Mundurucus, habitantes primitivos da região, constituíram então sério obstáculo ao desenvolvimento da população civilizada. Eram de índole belicosa e tinham costumes bárbaros. Inimigos irreconciliáveis dos também terríveis índios Muras.

Lobo D'Almada, Governador da Capitania, procurou então atrair os Mundurucus "ao convívio social dos brancos" para que se realizasse com mais proveito para o seu govêrno o desenvolvimento daquela região. Em 1795, por ordem do Governador, uma escolta conseguiu "agarrar dois índios e trazê-los à presença do Governador, que os mandou curar dos ferimentos recebidos em luta com os soldados e depois repô-los entre os seus fartos de presentes". O ardil surtiu o efeito desejado e pouco tempo depois puderam ser fundadas as aldeias de Canumã, Juruti e Luséa (atual Maués).

Luséa foi fundada em 1798 por Luiz Pereira da Cruz e José Rodrigues Prêto. A sua denominação provém da combinação dos nomes de seus fundadores, isto é, da primeira sílaba do nome do primeiro e da última do nome do segundo, com o acréscimo de um "a". Os índios, todavia, chamavam-na "Uacituba".

A povoação de Luséa em 1832 foi "teatro de barbaridades praticadas pelos índios Maués, que em seu furor assassinaram diversos indivíduos". Os índios dirigidos pelo Tuchaua Manoel Marques, convencidos de que planejavam escravisá-los, mataram o destacamento local composto de trinta (30) soldados e os moradores brancos que lhe caíram às mãos.

Em 1833, por fôrça do Ato de 25 de junho daquele ano, a povoação de Luséa foi elevada à categoria de vila. Data conseqüêntemente daí a criação do município e do têrmo judiciário.

Por ocasião da Cabanagem, a vila de Luséa foi cenário de sangrentas lutas entre as fôrças compostas pelos "Cabanos" de um lado e "Legalistas" de outro. Em 1835, os Cabanos dominavam o Baixo Amazonas, tendo Icuipiranga como uma espécie de centro de operações. Investiram sôbre Luséa e Serpa (atual Itacoatiara), vencendo-as sem resistência. De Luséa fizeram então o seu principal reduto onde se mantiveram entrincheirados, resistindo a vários ataques. Daí os escorraçou Ambrósio Aires, conhecido por "Bararoa", que já vinha se distinguindo pela sua bravura nos combates travados com os Cabanos. Finalmente, com a decretação da anistia geral, os Cabanos se renderam. Em Luséa, a 25 de março de 1840, oitocentos e oitenta Cabanos depuseram as armas.

Ao criar-se a Província do Amazonas, em 1850, era Luséa um dos quatro municípios então existentes. Os outros eram Manaus, Barcelos e Tefé. O de Parintins, embora já criado, ainda não havia sido instalado.

Do vasto território do município de Luséa desmembrou-se em 1853, o município de Vila Bela da Imperatriz (atual Parintins) criado pela Lei n.º 146, de 24 de outubro de 1848, da Província do Pará, confirmada pela Lei ou Resolução n.º 2, de 15 de outubro de 1852, da Província do Amazonas.

Das vilas existentes na Província em 1856, era, sem dúvida, Luséa das mais desenvolvidas.

Pela Lei n.º 151, de 11 de setembro de 1865, a sede do município de Luséa passou a denominar-se Vila da Conceição. O município e o têrmo judiciário conservaram a antiga denominação.

Em 1892, o município e a respectiva sede passaram a denominar-se Maués, por fôrça da Lei n.º 35, de 4 de novembro do mesmo ano.

A denominação de "Maués", provém do rio que banha o município e a cuja margem fica a cidade. Ao rio, por sua vez emprestou o nome a famosa tribo dos Maués, primitivos habitantes da região.

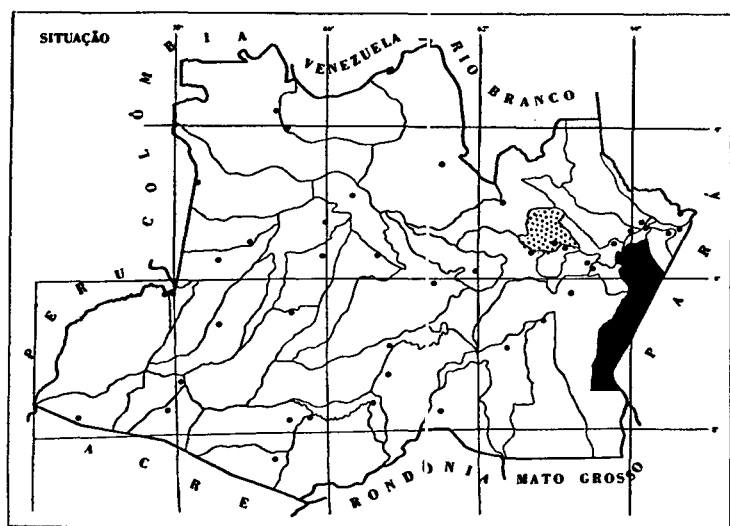
A comarca de Maués foi criada pela Lei n.º 133, de 5 de outubro de 1895. A sua instalação ocorreu a 9 de março do ano seguinte.

Em 1896, a sede do município foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 137, de 4 de maio daquele ano.

Em 1955, o município de Maués perdeu parte do seu território para o município de Nova Olinda do Norte, criado pela Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro daquele ano.

O município de Maués sempre foi constituído de um só distrito e assim continua até os dias presentes.

Nas eleições de 3-X-1955, foram eleitos: para Prefeito Municipal — o senhor Pedro Manoel de Oliveira Negreiros, e para Vereadores — os senhores: Santina Apreciada Prado de Negreiros; Edson Fernandes de Negreiros; Enéas Dias de Albuquerque; Ramiro Barbosa; Antônio Negreiros de Almeida e Alvaro Sala de Almeida.

LOCALIZAÇÃO — O município de Maués está localizado na zona fisiográfica do médio Amazonas e limita com os municípios de Barreirinha, Borba, Nova Olinda do Norte e Urucurituba e com o Estado do Pará. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 23' 32" de latitude Sul e 57° 93' 26" de longitude W.Gr. Sua posição em relação à Capital do Estado é: distância, em linha reta, 258 km e direção — 83° 40' S.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal de Maués é de 18 metros.

CLIMA — O clima do município de Maués é bastante quente e úmido, com elevada precipitação fluvial, aliás, comum à região amazônica.

ÁREA — A área do município, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, era de 59 650 km². Todavia, em conseqüência do desmembramento territorial sofrido com a criação do município de Nova Olinda do Norte, essa área, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, ficou reduzida a cêrca de 48 127 km². É assim Maués o 14.º município do Estado, entre os 43, ora existentes, em extensão territorial. Observou-se, outrossim, que tem Maués área superior à do Estado do Rio de Janeiro.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: os rios Abacaxis, Parauari, Maraú, Urupaidi e os lagos: Pretinho, da Barreira, das Garças.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna de Maués constituem importantes riquezas naturais. Na primeira destacam-se, pelo seu valor econômico, o guaraná (paullina cupana), pau-rosa (aniba rosaedora), castanha-do-pará ou noz do Brasil (bertholetia excelsa) e a seringueira (Hevea brasiliensis). Na segunda, sobressaem peixes de várias espécies, como pirarucu, peixe-boi, tambaqui, quelônios e animais silvestres como queixada, caititus, veado etc. Há também minérios no municâpio: gipoita, calcário e carvão-de-pedra, no rio Apoquitaua. É certa também a existência de petróleo. Parte do novo município de Nova Olinda do Norte, a zona petrolífera do Estado que está sendo explorada, foi desmembrada do município de Maués. Há também ouro e calcário; êste último está sendo explorado pelo Govêrno do Estado.

POPULAÇÃO — A população do município de Maués que, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 15 128 habitantes, tinha a seguinte composição: homens — 7 843, mulheres — 7 285; brancos — 8 094, pardos — 6 641, prêtos — 271 e amarelos — 92. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 272, 5 505 eram solteiros; 3 042 casados; 701 viúvos e 9 desquitados. Existiam apenas 41 estrangeiros e 6 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 14 663; os adeptos das demais religiões representavam reduzidas proporções.

Como se observa, há grande superioridade da população branca e parda sôbre as demais. A prêta e a amarela são muito reduzidas, o que é comum em todo o Estado. Aliás, poucos são os municípios do Amazonas, onde há predominância de brancos: apenas 6 entre os 25 existentes à época do Censo. Quanto à superioridade da população masculina, é também comum a quase todos os municípios amazonenses, com exceção apenas de Manaus e Urucurituba.

É Maués um dos mais populosos municípios do Estado, ou seja precisamente o 8.º entre os 43, ora existentes. A sua população relativa — 0,31 hab/km², é muito baixa, como se vê. Entretanto, embora inferior à do Estado, que é de 0,32 hab/km², é superior à maioria dos municípios amazonenses.

Apenas 1 974 de seus habitantes, ou sejam: 13%, localizavam-se na zona urbana e a grande maioria, representada por 87%, na zona rural. A percentagem da população

urbana do município é muito inferior à do Estado, que é de 26,72%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a de sua sede que, em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico, possuía 1 974 habitantes. Dêstes, 972 eram homens e 1 002 eram mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 1 680, 1 082 sabiam ler e escrever; destas, 571 eram homens e 511 eram mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal, cujo valor total elevou-se em 1956 à apreciável soma de Cr$ 67 672 500,00, é a mais importante atividade econômica do município. Cêrca de 53% dêsse valor, ou sejam precisamente, Cr$ 36 000 000,00, cabem ao guaraná. Vem a seguir a essência de pau-rosa com aproximadamente 35% daquele valor. Entre os demais produtos destacam-se: castanha-do-pará, borracha, sernambi, sôrva e Cumaru.

Ùltimamente, face à intensificação do plantio do guaraná, que é planta nativa, vem se generalizando a tendência de se considerá-lo produto agrícola e não extrativo vegetal. Assim, se transportar para a agricultura o valor da produção do guaraná, a importância econômica dessa atividade ultrapassa quase a da "indústria extrativa vegetal" tida até agora como a principal.

Depois da produção extrativa vegetal, destaca-se a agricultura, cujo valor da produção ainda no ano em referência foi de Cr$ 10 329 000,00. Para essa soma o produto que mais concorreu foi a juta com Cr$ 6 500 000,00. Dos demais produtos: arroz, mandioca, banana, fumo, cacau, o mais importante é o primeiro, que contribuiu com .... Cr$ 1 500 000,00 para o valor total da produção.

A produção extrativa animal é também relativamente importante, graças principalmente ao pescado, alimentação básica da quase totalidade dos municípios amazonenses. O "quantum" dessa produção atingiu em 1956 .... Cr$ 1 359 000,00. Desta produção destaca-se o pescado, com Cr$ 1 264 000,00 e neste o pirarucu, com Cr$ 95 000,00.

Em comparação com a maioria dos municípios amazonenses, pode-se considerar regularmente desenvolvida a pecuária do município de Maués. Os seus principais rebanhos são os de bovinos, suínos e ovinos, respectivamente, com 7 842, 6 500 e 1 560 cabeças. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 1 000 cabeças.

Segundo o Registro Industrial referente ao ano de 1955, o município possuía naquele ano 9 estabelecimentos industriais, totalizando a produção em Cr$ 30 576 161,30. Desta importância, Cr$ 28 000 000,00 cabem à essência de pau-rosa, principal produto industrial do município.

Segundo os resultados dos Censos Econômicos e Agrícola de 1950, possuía o município àquela época 15 estabelecimentos industriais, 34 comerciais, 11 de prestação de serviços e 1 497 propriedades agrícolas.

De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, a atividade econômica que àquela época ocupava maior número de pessoas é: "agricultura, pecuária e silvicultura".

COMÉRCIO — O comércio é relativamente desenvolvido. Há casas comerciais de ponderável giro comercial em relação às circunstâncias locais. Mantém transações com as praças de Manaus, Belém e Parintins.

O município importa estivas em geral, tecidos, calçados, medicamentos, ferragens e miudezas, e exporta: castanha-do-pará, borracha, essência de pau-rosa, guaraná, pirarucu sêco e outros produtos.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pelas seguintes emprêsas de transporte fluvial: Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará, Emprêsa Aquidaban Limitada e outras não regulares, e aérea, pelos aviões catalinas da Panair do Brasil S.A.

Liga-se a cidade de Maués às sedes municipais vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Barreirinha — fluvial: 65 km; Borba — fluvial: 570 km; Nova Olinda do Norte — fluvial: 487 km; Urucurituba — fluvial: 61 km; Capital do Estado — fluvial: 356 km e aéreo: 288 km.

Como meio de comunicações o município dispõe de uma Agência Postal-Telegráfica, do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Maués que fica à margem direita do rio Maués, afluente do Paraná do Uraria, apresenta agradável aspecto e boa topografia. Suas ruas são bem traçadas, retas e planas. É Maués também conhecida como a "terra do guaraná". Conta a cidade com 25 logradouros públicos, dos quais apenas dois são pavimentados, 583 prédios e, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, 1 974 habitantes. É uma das principais cidades do Amazonas, precisamente a sétima em se tratando de efetivo populacional. É servida de luz elétrica e água canalizada. A iluminação pública se estende a 19 logradouros e a domiciliária conta com 250 ligações. A rêde distribuidora de "serviço de água" abastece 12 logradouros com 180 ligações domiciliárias. Entre os seus principais logradouros públicos destaca-se a Praça Coronel Verçosa e a Rua Dr. Pereira Barreto. Os seus edifícios mais importantes são a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Prefeitura Municipal e o Educandário São Pedro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um "Pôsto de Saúde", mantido pelo S.E.S.P., presta assistência médica à população. Exercem a profissão na cidade: 1 médico, 1 dentista, 1 enfermeiro e 1 farmacêutico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há na cidade uma Associação Rural que tem por objetivo incentivar e amparar a vida rural no município.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, que eram 12 808, 4 809 sabiam ler e escrever; destas, 3 024 eram homens e 1 785 mulheres. A percentagem total de pessoas que sabiam ler e escrever era de 38%, superior, portanto, à do Estado, que é de 36,8%. Quanto à sede municipal, das 1 680 pessoas de 5 anos e mais, 1 082 sabiam ler e escrever; destas, 571 eram homens e 511 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 35 escolas de ensino primário, com 1 140 alunos matriculados. Dessas escolas, 6 localizavam-se no quadro urbano e 29 no quadro rural. Na sede municipal funcionaram também dois estabelecimentos de ensino médio: 1 ginásio e uma Escola Normal. O primeiro em 1956 teve 42 alunos matriculados e

a segunda 13. Há ainda no município escolas de dactilografia e corte e costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade uma Biblioteca Pública Municipal e outras pertencentes a entidades particulares, e duas Associações Esportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os dados disponíveis sôbre finanças públicas no município de Maués no período de 1951-1956, são os seguintes:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal (2)		
	(1)	(2)	Total	Tributária	(Cr$ 1 000)
1951	292	709	1 074	783	787
1952	570	906	1 791	785	1 782
1953	536	1 907	1 321	726	1 392
1954	584	2 425	1 247	815	1 397
1955	901	2 735	1 510	901	1 430
1956	979	1 430	1 430	1 493	1 430

Fonte: (1) Delegacia Fiscal. — (2) Agência de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça Coronel Verçosa, principal logradouro público da cidade de Maués, ergue-se singelo obelisco em homenagem ao guaraná. Numa das faces do monumento vê-se desenhada em alto relêvo uma índia morta no tronco de uma árvore, e sob esta, um índio de flecha em riste.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O monumento mencionado no item precedente, simboliza também a versão lendária sôbre a origem do guaraná que, em resumo é mais ou menos a seguinte: "Vivia feliz a tribo dos Maués. Tinha o tuchaua um filho que se tornara o "anjo" tutelar da tribo: apaziguava as rixas, curava os doentes e aconselhava a prática da harmonia entre todos". Certo dia, porém, surgiu na tribo dos Maués um casal de índios Juruparis. A índia Jurupari, cheia de inveja, enquanto a criança benemérita, trepada numa árvore, saboreava um fruto da mesma, transformou-se em serpente, subiu á árvore e picou a criança, que caiu morta sôbre o solo. A mãe do pequeno índio ascendeu incontinenti à árvore para ver o que causara a morte de seu filho e, nada encontrando interrogou a Tupan o que ocorrera. Aí, então, um raio desprendeu-se das alturas celestes e fulminou quase instantâneamente a pobre mãe. Mas, eis que, antes de expirar, diz aos presentes que não blasfemem, porque Tupan viera ao auxílio dos Maués e havia ordenado que arrancassem os olhos de seu filho, morto há pouco e enterrassem sob os seus cabelos. Ninguém, todavia, quis extrair os olhos do pequeno índio recém-morto. Houve, então, um sorteio e coube justamente ao tuchaua a dolorosa incumbência. Pouco tempo depois, do local onde foram enterrados a índia e os olhos de seu filho, brotou um arbusto até então desconhecido: era o guaraná, cujas sementes foram os olhos do pequeno índio Maués".

São realizadas festividades religiosas no município, porém, as principais são as que se realizam em homenagem à Santa Padroeira da cidade — Nossa Senhora da Conceição —, cuja celebração ocorre no dia 8 de dezembro, e do Divino Espírito Santo, no dia 9 de junho.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A bacia de Maués, formada pelo rio do mesmo nome e a cuja margem fica a cidade de Maués, pelas suas dimensões e paisagens que a circundam, é um dos maiores locais do município de Maués.

"À margem direita do paraná do Ramos, no espaço que fica entre a foz do paraná de Maués e a do lago das Garças, observa-se no verão uma espécie de pororoca, da qual até hoje se ignora a origem.

Denuncia-se o fenômeno por um entumescimento rápido na superfície d'água e sòmente naquele espaço e margem, o qual ocasiona uma ondulação mais ou menos forte, segundo a sua maior ou menor intensidade, e desaparece com a mesma rapidez, deixando nas areias molhadas da praia o vestígio de sua passagem". ("Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas", do Cônego Francisco Bernardino de Souza).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "maueenses". Seus primitivos habitantes foram, entre outros, os índios "Maués" e "Mundurucus".

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A.C. Ferreira Reis. "Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas", do Cônego Francisco Bernardino de Souza. "Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas", de Anízio Jobim. — "Diário Oficial" do Estado, edição comemorativa do primeiro centenário da Independência. — Sinopse Estatística do município e questionários preenchidos pelo Agente de Estatística de Maués.)

NHAMUNDÁ — AM

Mapa Municipal na pág. 131 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O rio Nhamundá (antigo Jamundá) que banha as terras do município a que empresta o nome, é o célebre rio em cuja foz, a 22 de junho de 1941, deu-se o tão propalado encontro de Francisco Orellana e seu pessoal, com as mulheres guerreiras a que o espanhol denominou "Amazonas". Essas guerreiras, todavia, eram conhecidas pelos seus irmãos silvícolas pela denominação de "Icamiabas", que significa "Mulheres sem marido".

A parte superior do rio Jamundá é habitada por índios de diversas tribos, e a inferior por população civilizada.

As suas produções naturais são: cacau, breu, castanha-do-pará, cravo, cumaru, estôpa, jutaí-sica, óleo de copaíba, tabaco e borracha.

Presume-se que o início das penetrações no rio Nhamundá haja se verificado por volta das primeiras décadas do século XVIII. Faro, atual cidade do Estado do Pará, que fica à margem esquerda do grande rio e antiga aldeia dos índios "Uabois", já existia em 1758, quando foi elevada a vila.

Habitavam primitivamente a região os índios Uabois ou Jamundás, Cuniris, Guncari.

Na divisão administrativa do Brasil em 1911, figura o distrito de Jamundá integrando o município de Parintins. Posteriormente, foi extinto o distrito de Jamundá.

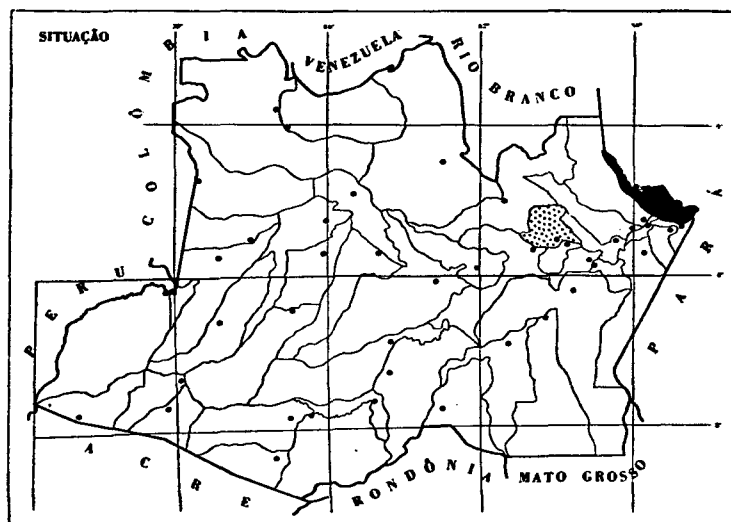
Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, foi criado no município de Parintins o distrito de Ilha das Cotias, com o território do antigo distrito de Jamundá.

A Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, criou o município de Nhamundá, desmembrado do município de Parintins, constituído pelo distrito de Ilha das Cotias, com sede na vila de Afonso de Carvalho (sede do distrito da Ilha das Cotias) elevada então à categoria de cidade.

A instalação do município ocorreu a 31 de janeiro de 1956, sendo o seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Pedro Macêdo de Albuquerque.

O município é constituído de um só distrito. Ainda não foi criado o têrmo judiciário.

LOCALIZAÇÃO — O município de Nhamundá está situado na zona fisiográfica do Médio Amazonas.

Limita com os municípios de Parintins e Urucará, Estado do Pará e Território do Rio Branco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Cêrca de 50 metros na sede do município.

CLIMA — O clima do município de Nhamundá é quente e úmido, com elevada pluviosidade como o de todo o Estado do Amazonas ou, aliás, de tôda a região amazônica. Na sede do município de Parintins, que lhe fica vizinha, registraram-se em 1956 as seguintes variações climáticas — Temperatura: — média das máximas 30ºC; média das mínimas 22,4ºC e média compensada — 26,3ºC.

ÁREA — O município de Nhamundá, com uma área de 16 950 km², segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é um dos menores do Estado, ou seja precisamente o 32.º entre os 43 existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Amazonas, Nhamundá e Piratucu e a Ilha das Cotias, onde está situada a sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Constituem apreciáveis riquezas naturais a flora e fauna do município. Na primeira é justo ressaltar a castanha-do-pará e o pau-rosa, de grande valor econômico. Na segunda, peixes de várias espécies, destacando-se o pirarucu, e animais silvestres, como onças, queixadas, veados, lontras etc. Há, também, minérios: ouro, rutilo, tinânio e cristal de rocha.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do último Censo Demográfico, realizado a 1.º-VII-1950, o município de Nhamundá (àquela época distrito de Ilha das Cotias do município de Parintins), contava àquela data 9 863 habitantes. Com essa população coloca-se Nhamundá no 18.º lugar entre os 43 municípios, ora existentes no Estado.

É das mais elevadas do Amazonas, a população relativa de Nhamundá. Enquanto a do Estado é de 0,32 hab/km², a do município é de 0,58 hab/km². Verifica-se daí que a densidade demográfica do município é quase o dôbro da do Estado.

Dos seus 9 863 habitantes, 178 localizavam-se no quadro urbano e 9 685 no quadro rural. As respectivas percentagens são, portanto, de 18% e 82%. Nota-se, assim, que é bem elevada a percentagem da população rural de Nhamundá, maior mesmo que a do Estado que é de 73%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana existente no município é a sua sede que, segundo os resultados do Censo em referência, contava, à data da realização do mesmo, apenas 178 habitantes.

Quanto ao sexo, a população de Nhamundá em 1950, assim se compunha: Homens — 5 095; Mulheres — 4 768.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de receita do município é a agricultura, graças exclusivamente à juticultura. O valor total da produção agrícola referente ao ano de 1956, segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, foi cêrca de Cr$ 8 400 000,00. Dêsse valor, cêrca de 80%, ou sejam precisamente .... Cr$ 6 720 000,00, cabem à juta. Os demais produtos que pela ordem de importância são: banana, cacau, mandioca e arroz apresentam valor inferior a Cr$ 500 000,00.

A produção extrativa vegetal é também de grande importância para a economia do município, equiparando-se quase à agricultura no seu valor da produção, que em 1956 foi de Cr$ 7 566 500,00, assim discriminada: castanha-do-pará Cr$ 4 080 000,00; essência de pau-rosa .... Cr$ 2 850 000,00; látex natural Cr$ 360 000,00; balata Cr$ 145 000,00; madeira Cr$ 105 000,00; sernambi .... Cr$ 25 000,00; óleo de copaíba Cr$ 1 500,00.

Tem também relativo valor econômico a produção animal. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 foi de Cr$ 1 987 500,00, assim distribuído: peixes: pirarucu .... Cr$ 1 000 000,00; outros Cr$ 300 000,00; conchas (Itã) Cr$ 315 000,00; couros e peles de animais silvestres: capivara Cr$ 58 500,00; queixada Cr$ 76 000,00; caititu .... Cr$ 135 000,00; veado Cr$ 60 000,00; jacaré .... Cr$ 23 000,00; outros Cr$ 20 000,00.

A pecuária, em Nhamundá, notadamente a criação de bovinos é relativamente desenvolvida. Os maiores rebanhos são: o de bovinos, estimado em 10 000 cabeças e o de suínos com 1 500 cabeças. Os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 200 cabeças.

Segundo os resultados dos Censos em epígrafe, realizados em 1950, havia àquela época no território do atual município de Nhamundá 6 estabelecimentos industriais e 377 propriedades agrícolas.

COMÉCIO — É relativamente desenvolvido o comércio de Nhamundá.

Em 1950, segundo o resultado dos Censos Econômicos, existiam no município 72 estabelecimentos comerciais. O comércio transaciona com as praças de Manaus, Belém e Parintins. O município importa: estiva em geral, tecidos, conservas, miudezas, ferragens, louças etc., e exporta: castanha-do-pará, essência de pau-rosa, borracha e juta.

MEIOS DE TANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se às sedes municipais limítrofes e às Capitais Estadual e Federal pelos seguintes meios de transporte: Parintins — fluvial: 157 km; Urucará — fluvial: 355 km; Capital Estadual — fluvial: 577 km; Misto: fluvial até Parintins: 157 km; aéreo de Parintins a Manaus: 394 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nhamundá está situada na Ilha das Cotias (antigo nome do distrito) formada pelo rio Nhamundá.

É uma pequena povoação que, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado em 1.º-VII-1950, possuía àquela data apenas 45 prédios e 178 habitantes. A sua população atual é estimada em 250 habitantes.

Dos seus 178 habitantes, em 1950, 86 eram homens e 92 mulheres.

Nhamundá é servida de luz elétrica. Tem 3 estabelecimentos comerciais varejistas, 2 escolas de ensino primário, e 1 templo católico sob a invocação de Santo Antônio.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das 153 pessoas de 5 anos e mais que habitam a então vila de Ilha das Cotias — atual cidade de Nhamundá, apenas 77, ou sejam, cêrca de 50% sabiam ler e escrever. Destas 77, 40 eram homens e 37 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município de Nhamundá 5 escolas de ensino primário. Dessas escolas, 2 localizaram-se na sede municipal e as 3 restantes na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS — A Coletoria Estadual de Nhamundá arrecadou em 1956 a elevada quantia de .... Cr$ 5 292 788,80. É que Nhamundá situando-se nos limites do Amazonas com o Pará, é um ponto estratégico para a fiscalização. A sua arrecadação estadual é a quarta do Estado, só excedida pelas de Manaus, Itacoatiara e Parintins.

A Prefeitura Municipal no mesmo ano arrecadou a importância de Cr$ 950 000,00. Ainda não foi criado o órgão de arrecadação federal no município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O Nhamundá é considerado o mais belo afluente do Amazonas. Sôbre êsse rio transcrevem-se a seguir trechos da autoria do Cônego Francisco Bernardino de Souza, em seu livro "Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas".

"Supõe-se geralmente que nasce êste rio nas montanhas da Guiana, correndo na direção de N. a S., banhando as abas da serra Itacamiaba e atravessando os lagos de Faro, onde banha a outrora aldeia do Jamundá, hoje a decadente vila de Faro, indo lançar-se no Amazonas por diferentes braços ou bôcas, das quais a mais ocidental é o limite da Província do Pará com a do Amazonas.

O Sr. Ferreira Pena, porém, supõe que êste rio deve vir da região central compreendida no espaço entre o alto Trombetas ao N. e o Uatuman ao S.

Descendo daí o Jamundá, diz êle, ao princípio corre provàvelmente a E.S.E., por entre montes; recebe pequenos afluentes, dirige-se depois a S. E., atravessando pequenas cachoeiras e entra numa planície ou vale espaçoso, densamente arvorejado, mas, às vêzes, alagadiço.

Acompanhando a essa planície emite de sua margem esquerda um braço que, com seu nome, atravessa para lançar-se no Trombetas exatamente no ponto em que êste rio, saltando a última cachoeira, entra também na planície.

Antes de encontrar o Pratucu, deixa a planície, e então as suas margens tornam-se altas e, às vêzes, montuosas.

O Pratucu, que é um ramo menor, corre mais ou menos paralelo por algum tempo ao Jatapu (tributário do Uatuman), segue a E., e reúne-se ao Jamundá, cêrca de 36 milhas acima de Faro. Seu curso é bastante sinuoso e por entre montes ou serras pouco altas, como quase tôdas as desta região, e em sua barra no Jamundá divide-se em três braços desiguais por ter aí de permeio duas ilhas.

No ponto de junção dos dois rios, as águas se dilatam consideràvelmente formando uma vasta baía quase tôda rodeada de terras altas e montes; um pouco abaixo está a extensa ilha Capixauramonha, tôda composta de terrenos pedregosos, mas cobertos de árvores.

Desde a confluência do Pratucu, o Jamundá é um rio vasto e magnífico, de um azul profundo, correndo quase sempre por entre montes, revestidos de uma vegetação vigorosa, recortado de pontas e enseadas e bordado de praias de areia alvíssima, acidentes constantes que o acompanham até o lago de Faro.

Aqui terminam as serras ou colinas, que o acompanham; aqui desaparecem as praias de areia e a vegetação brilhante; aqui acabam os terrenos acidentados e começa a planície quase nivelada do Amazonas; aqui está, enfim, a verdadeira foz do Jamundá.

É o Jamundá ou Nhamundá o célebre rio em cuja foz pretendeu Orellana haver combatido com mulheres guerreiras, a que denominou Amazonas. Os indígenas davam-lhes o nome de Icamiabas. Supunha-as Orellana habitadoras das cabeceiras do Nhamundá, na serra Itacamiabas e guardadas por várias tribos ferozes, como os Pariquis, Tagaris, Guacaris e outros, que habitavam as margens do Jamundá.

"Também se diz que nas cabeceiras dêste rio, escreveu em suas "Memórias do Maranhão" o Padre José de Moraes, há um lago de onde se tiram umas pedras verdes com muitos e vários feitios, de que se infere com grande evidência ser algum barro, que dentro d'água (como coral) se conserva mole, e enquanto assim está, se formam dêle as figuras que querem, mas depois de tirado d'água, se faz tão duro como um diamante, e não cede ao ferro e aço mais duro e de têmpera mais forte, que pode haver".

"Mostrando-se uma destas pedras a um lapidário em Lisboa, disse que pelo toque mostravam ser pedras finas. Dizem que estas pedras são as verdadeiras pedras neofríticas, e que têm a mesma virtude. É certo que Mr. de la Condamiro fêz um grande aprêço delas, e pode ser que os lapidários de França lhes descubram algumas virtudes. Chamam-se estas pedras, pela língua dos índios, puuraquitan. Dizem alguns, porém não acredito, que as mulheres amazonas as dão aos homens, que uma vez no ano vão comunicar-se com elas. O certo é que há estas pedras entre os índios, e eu tive uma grande, e ainda se não sabe o

lugar onde se acham e donde se tiram. Destas tive algumas, e uma de maior grandeza, que representava o pescoço e a cabeça de um cavalo, que foi para Bolonha, para o célebre museu do Sumo Pontífice Benedito XIV".

LENDAS — A região é rica de versões lendárias. Dentre essas lendas, destaca-se a da MUIRAQUITÃ, sôbre a qual se transcreve o que escreveu Antônio Cantanhede em seu livro "O Amazonas Por Dentro":

Na aba da Serra do Copo, que fica pegada e à jusante da Serra do Vedal, no Rio Nhamundá, encontra-se um formoso lago, de águas cristalinas, cohecido, de época muito recuada, por Lago do Espelho. É o lendário ESPELHO DA LUA, o Iaci-uaruá das Itamiabas.

Foi à beira dêsse pequeno lago, distante algumas milhas da Vila de Faro, que se criou a lenda da pedra verde, conhecida por MUIRAQUITÃ: a pedra dos sortilégios, o talismã de virtudes benéficas ou maléficas, conforme o uso que dêle venha a fazer-se.

Nos tempos das migrações de tribos asiáticas, algumas delas fixaram-se na América do Norte e na América Central, e mais tarde, rumando para a parte Sul do continente, pelo Amazonas deram entrada também no Brasil. Para aqui chegaram, é de crer tenham descido, entre outros, pelo rio Trombetas, enveredando alguns pelo Nhamundá, tributário dêste, onde se estabeleceram.

A quietude e limpidez das águas dêste rio, marginado de serranias, com os seus inúmeros e belíssimos lagos piscosos, a fertilidade de suas terras e a variedade florestal, exuberante de madeiras preciosas para tôdas as utilidades e necessidades humanas, desde a construção dos barcos de viagem ao preparo das essências perfumosas e mezinhas, foi, talvez, o que tornou essa região uma das preferidas dessa gente nômade, que, deixando o solo pátrio, se espalhara pelo novo mundo.

De conquista em conquista, até chegarem às terras da América, vinham êles trazendo como troféus de recontros com povos inimigos, como objeto de adoração e de adôrno, como talismã de virtudes miríficas e como panacéias de fins terapêuticos, artefatos confeccionados de substância mineral de várias côres: verde esmeraldino ou ligeiramente esverdeada, branca, de aparência leitosa, amarela e azul, cuja dureza se aproxima da do diamante. Tinham êsses artefatos a forma de bastões, berloques, de penduricalhos e de contas, redondas, ovais; de sapos e de rãs, sendo estas últimas as mais estimadas porque êles, a rã e o sapo, eram considerados animais sagrados, e sua efígie, objeto de culto.

É de crer, entretanto, que fôsse diminuta a porção de muiraquitãs trazidos pelos primitivos habitantes da Amazônia, o que levou seus descendentes, cultivando hábitos dos antepassados, a modelarem em Amazonita destas bandas, os seus amuletos, troféus de conquistas e objetos de adôrno, encontrados, raramente, esparsos ou dentro de igaçabas (igaçauas), com os despojos mortuários de tuchauas de tribos, nas praias e em barrancos caídos, em época invernosa, após as grandes enxuradas.

O Muiraquitã já foi objeto de estudo e por muito tempo preocupou homens de vastos conhecimentos científicos que lhe definiram a estrutura, estudando-o também sob o ponto de vista lendário.

Dada a sua raridade, está o Muiraquitã caindo no esquecimento, se bem que ainda não tenha perdido o grande prestígio que sempre teve entre aquêles que dêle tiveram notícias, guiados pela monumental obra de Barbosa Rodrigues, e outros cientistas, dedicados ao estudo das coisas amazônicas.

Várias e bem interessantes são as lendas que se formaram em tôrno dêsse precioso talismã, no rio Nhamundá, onde, talvez, tivessem fundado os Karaíbas e os Aroakis o seu primeiro estabelecimento.

O autor dêste trabalho apanhou vistas fotográficas do Lago do Espelho, possui interessante coleção de muiraquitãs, que acredita serem legítimos, encontrados em escavações, muito abaixo dessa paragem.

Ouviu de gente antiga, do rio Nhamundá, muito confusas, algumas lendas, nas quais é citada a tribo dos índios Uabois, não como a mais antiga, porém como a única de que tem memória. Um ídolo de terracocta encontrado pelo autor no Lago Arnacaru (baixo Nhamundá), na época da baixada das águas, assim como fragmento de cerâmica apanhados em quase todos os sítios de terra preta, dessa vasta região, leva a crer que sòmente depois da chegada ali dos Missionários da Piedade, e mais tarde, temerosos dos cabanos, tivessem os indígenas do baixo Nhamundá abandonado as suas habitações e roçados, passando a ocupar terras do alto rio e acima das cachoeiras, onde presentemente são encontradas inúmeras tribos de índios, já com algumas denominações diferentes daquelas dos primitivos habitantes, seus óvitos.

Em dezembro, goza-se de pleno verão, no rio Nhamundá, e o luar, ali, no decorrer dêsse mês, é de uma limpidez maravilhosa. Na fase da lua cheia, então, as noites parecem dias claros sem os ardores dos raios solares, substituídos pela luz branca e fria do astro noturno.

Era nesse mês que os primitivos habitantes do rio lendário levavam a efeito, com as solenidades ainda lembradas dos seus antepassados, a festa da puberdade de suas donzelas.

Os moradores das serras do Ajuruá e do Matió a jusante da do Dedal, e os da do Paratucu a montante da Serra do Copo, bem como os de outras paragens vizinhas ou distantes, vinham, à beira de formosos lagos, no sopé desta última, realizar, anualmente, com a costumada animação e folgança, essa festividade, para cujo brilhantismo não poupavam esforços.

Faziam-se caçadas e colheitas de frutos para a comezaina; as bebidas fermentadas enchiam as grandes vasilhas crepitantes, da manipuêra embriagadora.

Tudo preparado para a festa, aguardava-se a noite em que a Lua Grande, mirando-se na superfície lisa das águas, deixava ver os peixinhos inquietos e a areia alva e fina do leito do lago, orlado das hastes esguias das palmeiras jauaris e jacitaras, de flebelos farfalhantes, e das desgrenhadas oiranas. Ali, em volta do trecho do lago, prèviamente escolhido, e depois das preces do ritual, cada jovem fazia a sua promessa, pedia a prenda do seu desejo e lançava-se à água, como a pescadora ariranha. Ao boiar, trazia entre mãos um matupiri, peixinho de corpo branco, cabeça e cauda vermelha ou uma cocoma, embrião aquático de forma arredondada, tendo rabo como arraia, o qual era atravessado por delgado fio de carauá e guardado em lugar seguro, sòmente sabido do próprio genitor, até operar-se a transforma-

ção em pedra e na prenda desejada pela jovem, prenda que quase sempre era uma conta ou um enfeite para trazer pendurado ao pescoço, por meio de cordão. Se a jovem tinha já em mira unir-se a qualquer homem, o matupiri ou a cocoma (que outro animal não é êste último senão o gerino estudado pelos naturalistas), conforme seu desejo, transformava-se em objeto próprio para ofertar ao noivo, no dia dos esponsais. Como as rãs e os sapos eram, entre êles, considerados animais sagrados, a transformação nessa espécie era a preferida, visto que conferia ao seu portador grandes virtudes e um poder extraordinário de combate.

Essas transformações davam aos objetos certo prestígio e cercavam-nos de respeito supersticioso, ligando-os, pela tradição, aos artefatos de nefrite e jadeíte, trazidos de além mar, pelos primeiros habitantes dessas paragens.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Biblicgrafia — "Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas", do Cônego Francisco Bernardino de Souza. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Parintins. — Sinopse Estatística do Município de Parintins — C.N.E.)

NOVO ARIPUANÃ — AM

Mapa Municipal na pág. 191 do 1.º Vol.

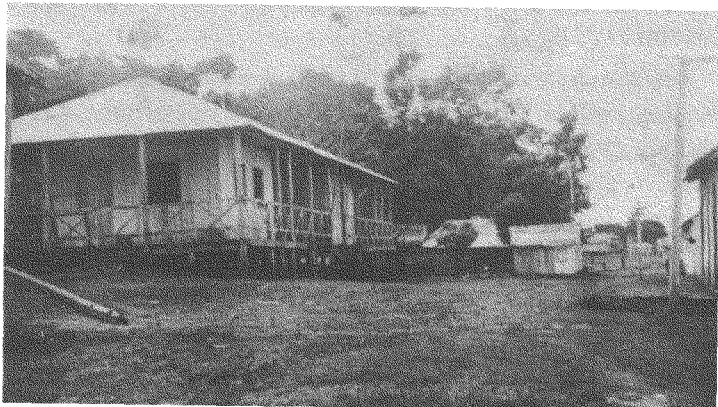
HISTÓRICO — O récem-criado município de Novo Aripuanã é constituído de território desmembrado do município de Borba e Manicoré, por isso está a sua história ligada estreitamente à dêsses municípios, notadamente o primeiro.

O rio Madeira é a principal via de acesso de tôda a zona a que dá o nome. As primeiras penetrações no grande rio foram efetuadas logo após a expedição de Pedro Teixeira, ligando Belém do Pará a Quito no Peru em 1637.

Antes de 1716, o caudaloso Madeira já era explorado pelos coletores de "drogas do sertão".

O rio Aripuanã próximo a cuja foz fica a sede do município e é principal afluente do rio Madeira é formado pelos rios Roosevelt, Guariba e Paxiúba. Atravessa o território do município numa extensão de cêrca de 300 km, não contando a dos rios que o formam, corre na direção sul-norte.

Habitavam, primitivamente a região os índios Torás, Barés, Muras, Urupás, Araras e outros.

Na divisão administrativa de 1911, entre os distritos do município de Borba, figura o de Alto Aripuanã.

Grupo Escolar

Educandário Paroquial

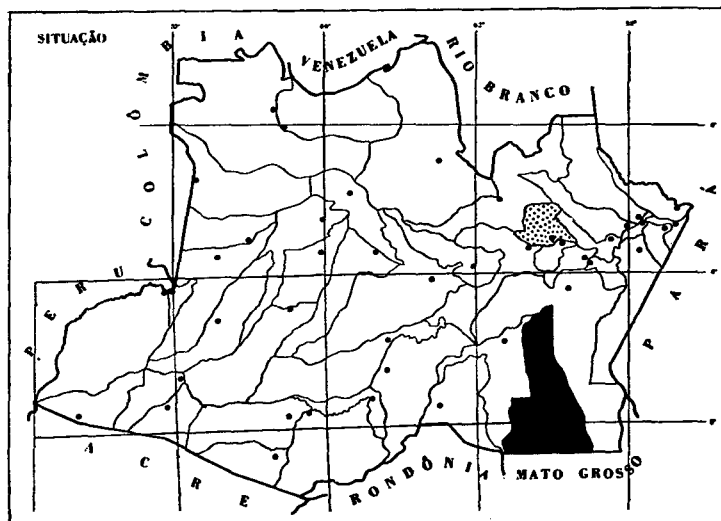
Na divisão administrativa de 1933, o município de Borba figura apenas com o distrito-sede, o que indica que foram extintos os demais distritos, inclusive o de Alto Aripuanã.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, o município de Borba passou a constituir-se de 5 distritos e entre êstes os de Foz do Aripuanã e Sumaúma.

A Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, criou o município de Novo Aripuanã, desmembrado dos municípios de Borba e Manicoré e constituído pelo território dos distritos de Foz do Aripuanã e Sumaúma, do primeiro e dos subdistritos de Alvorada, Manicorèzinho e Itapinima do segundo, tendo como sede a Vila de Foz do Aripuanã elevada então à categoria de cidade.

A instalação do município ocorreu a 10 de fevereiro de 1956, sendo seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o Senhor Wilson Paula de Sá.

Ainda não foi criado o Têrmo judiciário.

LOCALIZAÇÃO — O município de Novo Aripuanã está situado na zona fisiográfica do rio Madeira. Limita com os municípios de Borba e Manicoré e com o Estado de Mato Grosso.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sua altitude é cêrca de 40 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município de Novo Aripuanã é quente e úmido, comum a tôda região amazônica.

Serviço de Atêrro

ÁREA — A sua área, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é cêrca de 58 000 km². É assim Novo Aripuanã um dos maiores municípios do Estado, precisamente o 6.º entre os 43 ora existentes. Observe-se, outrossim, que essa área é superior à do Estado da Paraíba.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Madeira, Aripuanã, Roosevelt, Paxiúba, Juruá, das Pombas, Aracu, Araras e os lagos: Prêto, Tacina, Marajá, Grande e Luiz. Nos rios Madeira e Roosevelt há algumas cachoeiras. Citem-se, por exemplo, no Aripuanã a Cachoeira de Periquitos e Mata-Matá e no Roosevelt, as do Corapanã e das Piranhas.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de Novo Aripuanã são constituídas por sua flora e fauna, principalmente a primeira, na qual se destacam o pau-rosa, a castanha-do-pará e a seringueira, além de madeiras de boa qualidade. Na segunda, peixes de várias espécies e animais silvestres: queixadas, caititus, veados, etc. Há também minérios. O manganês está sendo explorado pela firma Mineração Bonfim Ltda. Já houve exploração de ouro no rio Aripuanã.

POPULAÇÃO — A população do município de Novo Aripuanã, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, é de cêrca de 8 750 habitantes. Com essa população coloca-se Novo Aripuanã no 20.º lugar entre os 43 municípios ora existentes.

Com apenas 0,15 hab./km², é Novo Aripuanã um dos municípios de mais baixa densidade demográfica no Estado. A taxa do Estado é de 0,32 hab./km², mais portanto, do que o dôbro da do município.

Dos seus 8 750 habitantes, 836 localizavam-se no quadro urbano e 7 914, no quadro rural. A percentagem da população rural — 90,45% é das maiores do Amazonas e muito superior à do Estado que é de 73,28%.

Ponte sôbre rua da Cidade

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há no município duas aglomerações urbanas: a sede municipal e a vila de Sumaúma que, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado a 1.º-VII-1950 possuíam, àquela data, 782 habitantes a primeira e apenas 54, a segunda.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é a maior fonte de receita e principal atividade econômica do município. O valor dessa produção referente ao ano de 1956 foi de Cr$ 26 631 000,00, cabendo Cr$ 14 000 000,00 à castanha-do-pará, Cr$ 9 200 000,00 à borracha e Cr$ 2 550 000,00 à essência de pau-rosa. Os demais produtos foram: sernambi, sôrva, madeiras, óleo de copaíba, batata e cumaru.

Depois da indústria extrativa vegetal é a agricultura a principal atividade econômica do município. O valor da produção agrícola em 1956 foi de aproximadamente ..... Cr$ 10 000 000,00. Mais de 60% dêsse valor, ou sejam, precisamente Cr$ 6 750 000,00 cabem à mandioca. A seguir vem o fumo, juta e arroz, respectivamente, com ....

Pôsto Médico, em construção

Cr$ 1 944 000,00, Cr$ 600 000,00 e Cr$ 480 000,00. Os demais produtos são: banana, abacaxi, feijão, abóbora, batata-doce e laranja; o valor da produção de cada um dêsses é inferior a Cr$ 150 000,00.

A produção estrativa animal, em comparação com as demais, é pequena. O valor total dessa produção em 1956, segundo dados apurados pelo D.E.E. no inquérito "Indústria Extrativa", foi de Cr$ 665 600,00. Dêsse valor, ... Cr$ 280 000,00 cabem ao pirarucu; Cr$ 90 000,00 ao jacaré e Cr$ 93 600,00 ao caititu, o restante a couros e peles de animais silvestres.

Em atividade extrativa mineral, em 1956, o município produziu 3 140 052 t métricas, cujo valor foi de .... Cr$ 100 117 892,20.

A pecuária em Novo Aripuanã é pouco desenvolvida. Os efetivos dos seus rebanhos são os de suínos com 4 000 cabeças, ovinos com 600, bovinos e caprinos com 500 cada, asininos, 100 e muares, 60.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 12 pequenos estabelecimentos varejistas, que mantêm transações com a praça de Manaus. Não há agência bancária no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se à Capital do Estado e sedes municipais limítrofes pelos

seguintes meios de transporte: Borba—fluvial: 161 km, Manicoré — fluvial: 167 km, Manaus — fluvial: 376 km, misto: fluvial até Borba: 161 km e aéreo de Borba a Manaus: 144 km. Com meio de comunicação dispõe de uma agência-postal-telegráfica, do D. C. T.

Pôsto Médico

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Novo Aripuanã, fica à margem direita do rio Madeira na confluência dêste rio com o Aripuanã. Em 1950, quando ainda vila do município de Borba, com a denominação de Foz do Aripuanã, possuía, segundo os resultados do Censo Demográfico realizado naquele ano, 165 prédios e 872 habitantes. Êstes, apresentando, interessante e talvez inédita particularidade, dividiam-se em partes exatamente iguais, segundo o sexo: 391 homens e 391 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais, que eram 641, 296 sabiam ler e escrever. Destas, 175 eram homens e 121 mulheres.

A cidade de Aripuanã é servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a tôda a cidade e a domiciliária conta com algumas ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por um "Pôsto Médico".

Prefeitura Municipal

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, das pessoas de 5 anos e mais, habitantes das vilas de Foz do Aripuanã (atual sede do município) e Sumaúma, num total de 690, 641 da primeira e 49 da segunda, 191 eram alfabetizadas, ou sejam 76,1%.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 16 escolas de ensino primário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dispõe a cidade de um serviço de alto-falantes: A Voz da Liberdade de Novo Aripuanã.

Em 1956, funcionaram três clubes de Futebol: Novo Aripuanã Esporte Clube, Esporte Clube Aripuanaense e Flamento Futebol Clube.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para o exercício de 1956 foi orçada de Cr$ 300 000,00. A União e o Estado ainda não instalaram órgão de arrecadação no município.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — De 29 de novembro a 8 de dezembro, realiza-se a principal festa de Novo Aripuanã, em homenagem a sua padroeira, Nossa Senhora da Conceição. Durante êsses dias, acorre à cidade grande número de peregrinos do interior do município e dos municípios vizinhos. Tôdas as noites há novenas e após estas realizam-se leilões, quermesses e festas dançantes, bastante concorridas.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O Madeira que é o mais importante dos afluentes do Amazonas, pode ser considerado uma atração turística. Seu nome originou-se da grande quantidade de madeiras que o rio arrasta em sua correnteza. De todos os afluentes do Amazonas é êle justamente o

Igreja Matriz

mais largo e o mais baixo. O rio Madeira tem um curso de 3 240 quilômetros, dos quais 1 300 são francamente navegáveis por todo e qualquer vapor de grande calado, até a cachoeira de Santo Antônio, formando desta parte em diante mais 15 quedas d'água. Nesse trecho do rio Madeira, a navegação, mesmo de canoa, é muito difícil e sobretudo perigosa. O Madeira despeja no rio Amazonas um volume de 40 000 metros cúbitos d'água por segundo, na época das grandes enchentes.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A. C. Ferreira Reis. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E. de Borba.)

NOVA OLINDA DO NORTE — AM

Mapa Municipal na pág. 157 do 1.º Vol.

Foto: pág. 138 do Vol. I

HISTÓRICO — O município de Nova Olinda do Norte foi criado pela Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado dos municípios de Maués e Itacoatiara, com sede na localidade de Nova Olinda do Norte, elevada então à categoria de cidade.

A zona do Rio Madeira, onde está situado o município foi das primeiras no Amazonas a serem conhecidas por

Pôsto Médico

civilizados. O início das penetrações no grande rio processou-se, segundo tudo indica, nos meados do século XVII.

Borba, a mais antiga localidade da zona, foi fundada em 1728. Muito antes dessa data, todavia, o grande rio Madeira já era conhecido pelos "coletores de drogas".

Habitavam primitivamente a região hoje compreendida no município de Nova Olinda do Norte, os índios Turás, Muras, Mundurucus e outros.

A história da localidade de Nova Olinda do Norte, sede do município, está estreitamente ligada à exploração do Petróleo do Amazonas. Antes de se iniciar a perfuração dos poços petrolíferos naquela região, o que ocorreu em 1951, apenas existiam duas ou três casas no local que já se denominava Nova Olinda.

Em conseqüência dos trabalhos mantidos ali pela Petrobrás, a localidade tem logrado desenvolver-se ràpidamente. Ésses trabalhos, por sua vez, vêm alcançando o êxito desejado. Embora o número de poços perfurados seja pequeno, apenas, em dois dêles os resultados foram positivos. O poço NO—02-AZ, localizado na ilha de Maracá, que se acha em teste, tem produção inicial estimada em 8 barris diários. Transcrevem-se aqui concisas informações, gentilmente prestadas à Inspetoria Regional de Estatística pelo Escritório da Petrobrás em Manaus, sôbre o início das pesquizas petrolíferas em Nova Olinda e particularmente sôbre o poço NO 1, primeiro a ser perfurado.

"Assim, enquanto se perfurava na fossa de Marajó, continuaram os trabalhos sísmicos para delimitar a Estrutura de Nova Olinda, no rio Madeira, dentro da qual foi feita a locação, em 1951, do primeiro poço, o qual se acha a 500 m ao sul do barracão cujo nome aplicou-se ao lugar. A estrutura de Nova Olinda é irregular e cortada por falha. O Relatório Anual do Conselho Nacional de Petróleo, de 1951, indica que a mesma tem uma área aproximada de 9 km x 3 km e profundidades interpretadas como estando entre 1 610 m e 1 700 m.

Foi enviada para Nova Olinda a possante sonda que perfurava na fossa de Marajó e em 4 de novembro de 1953, após inúmeras peripécias para a reunião do material naquele local, foi iniciada a perfuração.

Em virtude da Lei n.º 2 004, de 3 de outubro de 1953, que criou a emprêsa de monopólio estatal Petróleo Brasileiro S/A—PETROBRÁS, passou esta a responsabilizar-se em 31 de julho de 1954, pela execução das pesquizas de petróleo na Amazônia, como, aliás, em todo o território do país, em caráter exclusivo. Como se esperava, a sua direção resolveu prosseguir o poço de Nova Olinda. É uma justa compensação aos gastos apreciáveis feitos com trabalhos ali realizados até hoje — cêrca de 30 milhões de dólores".

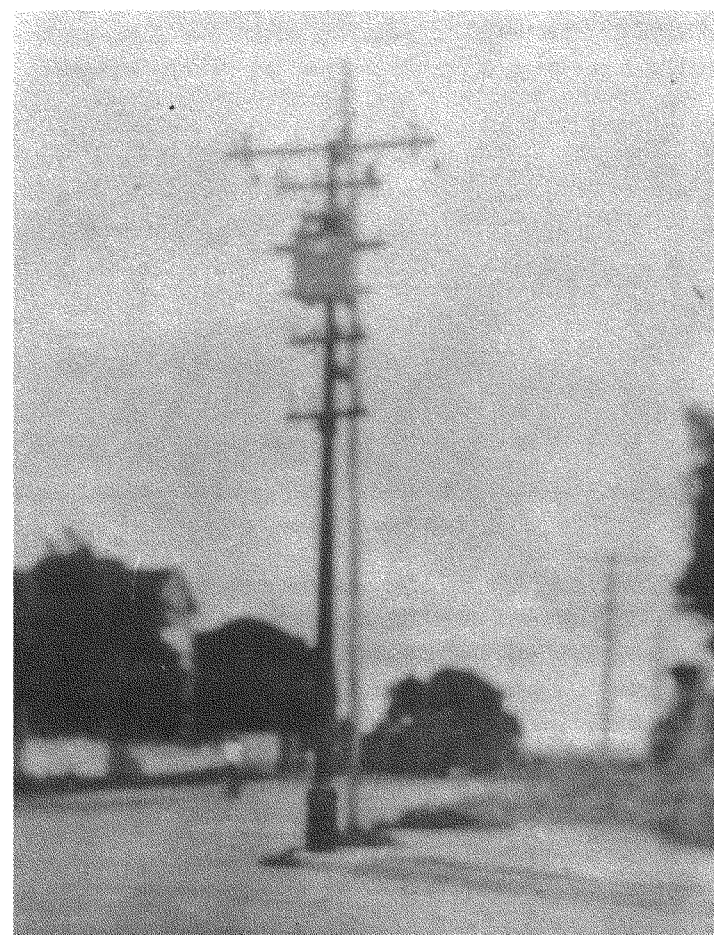
A perfuração de NO—2 foi iniciada em dezembro de 1955 e no dia 22 de fevereiro de 1957 ocorreu o seu primeiro jôrro de petróleo.

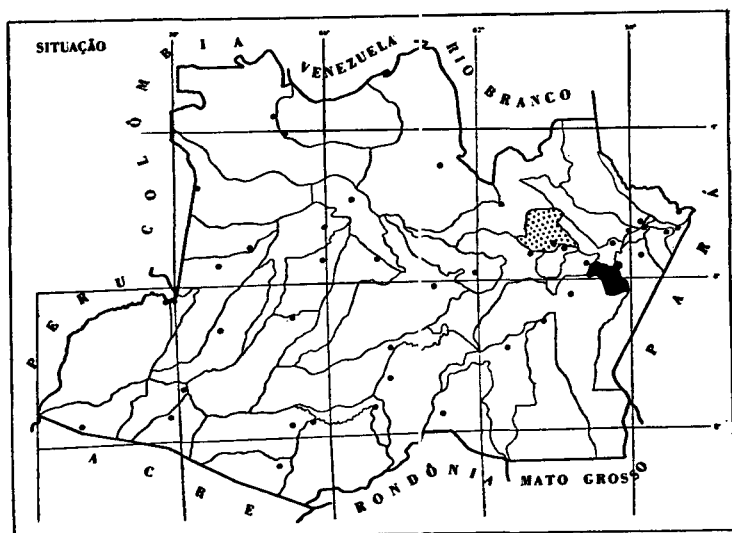
O NO — 3 teve a sua perfuração iniciada a 16 de abril de 1956. Atualmente acha-se com 3 015 m de profundidade e os trabalhos de perfuração continuam.

Foi recomeçada a perfuração no NO — 1, cuja profundidade atual é de 1 700 m.

Acha-se também em perfuração o NO — 4.

A instalação do município ocorreu a 31 de janeiro de 1956 sendo seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Augusto Leopoldo de Menezes.

Ainda não foi criado o Têrmo judiciário.

Vista Parcial da Rua Principal

LOCALIZAÇÃO — O município de Nova Olinda do Norte está situado na zona fisiográfica do Médio-Amazonas: Limita com os municípios de Autazes, Borba, Itacoatiara, Maués e Urucurituba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE —

CLIMA — O clima é quente e úmido como nos demais municípios amazonenses.

ÁREA — A sua área, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é de cêrca de 13 000 km². É assim um dos menores municípios do Estado, figurando no 35.º lugar entre os 43 ora existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são os rios Amazonas, Madeira, Canumã, Abacaxis e o paraná Urariá.

RIQUEZAS NATURAIS — O petróleo é tido, pelo menos presentemente, como a principal riqueza natural do município. Realmente têm surtido resultados promissores as pesquisas petrolíferas naquela região. Três poços já foram perfurados, apresentando, todos, resultados positivos. Todavia, ainda não se está processando a exploração em escala comercial.

A flora e a fauna do município são também relativamente importantes, notadamente a primeira na qual se destacam a seringueira (Hevea Brasiliensis) e a castanha-do-pará (Bertholletia excelsa). Na segunda citam-se peixes de várias espécies entre os quais o pirarucu e animais silvestres: onças, queixadas, caititus, veados, etc.

POPULAÇÃO — Segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística a população do município de Nova Olinda do Norte é de cêrca de 4 000 habitantes. É assim um dos menos populosos municípios do Estado, figurando no 39.º lugar entre os 43 ora existentes.

A população relativa — 0,30 hab./km², é, como se vê, também muito baixa e mesmo inferior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

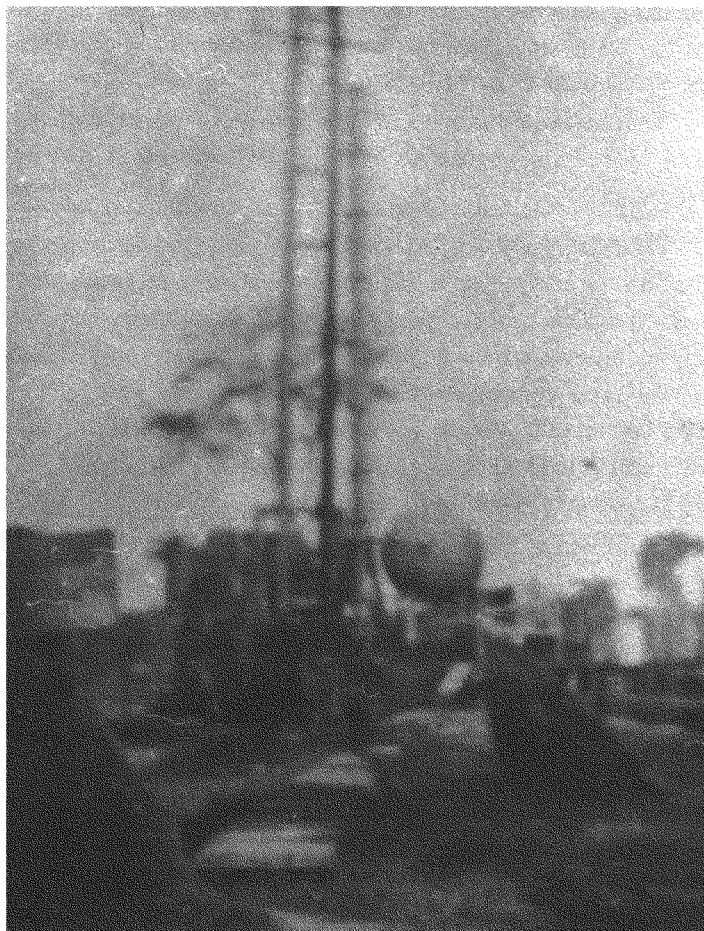
AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município de Nova Olinda do Norte, depois dos de Manaus, Itacoatiara e Parintins é o que apresenta maior percentagem de população urbana. Seus 1 200 habitantes da sede municipal, asseguram-lhe 30% da população total do município. A percentagem do Estado é de 26,72%.

A única aglomeração urbana existente no municpio é a sua sede, cuja população atual é estimada em 1 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de receita do município é a produção extrativa vegetal, aliás muito pequena em comparação com a da maioria dos municípios amazonenses. Segundo dados apurados pelo D.E.E. o valor dessa produção em 1956 foi de apenas .... Cr$ 2 000 000,00. Dêsse valor, a quase totalidade ou seja, Cr$ 1 800 000,00 cabem à castanha-do-pará e os .... Cr$ 200 000,00 restantes à borracha.

Também é insignificante econômicamente a produção extrativa animal. Segundo dados fornecidos pela fonte já mencionada o valor total dessa produção em 1956 foi de apenas Cr$870 000,00, assim distribuídos: Peixes, pirarucu — Cr$ 350 000,00, outros — Cr$ 400 000,00: Peles e couros de animais silvestres; jacaré — Cr$ 45 000,00 e outros — Cr$ 75 000,00.

A produção agrícola do município é muito baixa. O valor total dessa produção em 1956 segundo dados fornecidos pelo D. E. E. foi de apenas, cêrca de Cr$ 500 000,00. Os principais produtos, segundo o valor da produção, são: milho, juta e mandioca, respectivamente, com .... Cr$200 000,00, Cr$ 120 000,00 e Cr$ 88 000,00. O valor dêsses 4 produtos é, como se vê, mais de 80% do total da produção. Dos demais gêneros que são banana, feijão, abóbora, melancia, batata doce, laranja e manga, não há nenhum cujo valor da produção atinja a quantia de Cr$ 50 000,00.

Residência dos Técnicos da Petrobrás

Poço Pioneiro de Petróleo

Pràticamente não existe pecuária no município. Os parcos espécimes de bovinos e suínos são estimados em 100 cabeças, os primeiros e 150, os segundos.

COMÉRCIO — O comércio relativamente desenvolvido conta com 7 estabelecimentos varejistas e mantém transações com a Praça de Manaus (Capital do Estado) e importa estiva em geral, miudezas, tecidos, ferragens, calçados, mantimentos, medicamentos, bebidas, etc. e exporta castanha-do-pará, pirarucu, peles de animais silvestres, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede do municpio liga-se às sedes municipais visinhas e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Autazes — fluvial — 157 km, Borba — fluvial — 83 km, Itacoatiara — fluvial — 132 km, Maués — fluvial — 293 km e Capital Estadual — fluvial — 132 km.

Alojamento dos Operários da Petrobrás

O seu meio de transporte é efetuado através de navios particulares e de "motores". Outrossim, a Petrobrás S/A mantém transporte fluvial e aéreo da Capital do Estado para Nova Olinda do Norte.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Olinda do Norte está situada à margem direita do rio Madeira.

Surgiu a cidade em decorrência dos trabalhos de pesquisas de petróleo na região. Antes dêsses trabalhos, havia ali apenas 2 ou 3 casas.

Conta atualmente Nova Olinda do Norte com cêrca de 250 casas e 1 200 habitantes. A grande maioria, dêstes, são funcionários da Petrobrás.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Pôsto-Médico da Petrobrás presta o serviço de assistência médica à população.

ENSINO — Há uma escola de ensino primário, mantida pelo município.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para 1957 está orçada em Cr$ 900 000,00. A União e o Estado ainda não instalaram órgão de arrecadação no município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Além do grande rio Madeira que banha a cidade e de outros aspectos naturais de real beleza, Nova Olinda possui os poços petrolíferos com suas elevadas tôrres, que têm atraído a visita de várias caravanas de estudantes, parlamentares, homens de negócios e até mesmo do Senhor Presidente da República.

OUTROS ASPECTOS — Ainda não se construiu nenhum templo reliogoso.

(Bibliografia — Questionários preenchidos pelo Agente de Estatística de Itacoatiara e Agente Itinerante da I.R.)

PARINTINS — AM

Mapa Municipal na pág. 141 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 120 e 121 do Vol. I

HISTÓRICO — Na segunda metade do século XVIII, várias viagens de exploração do rio Amazonas foram efetuadas a mandado do Govêrno Português. Na viagem realizada em 1796, o Capitão José Pedro Cordovil resolveu ficar numa das ilhas formadas pelo grande rio, onde desembarcou "com os seus escravos e agregados" para "dedicarem-se à pesca de pirarucu nos lagos próximos e também à agricultura".

Encontraram como habitantes da região os índios Sapupés e Maués. A êstes juntaram-se mais tarde os Peruvianos, Uapixabas e Mudurucus. Habitavam também a região, mais para o recesso do município. Eram os Parintintins antropófagos e viviam em lutas constantes com as tribos vizinhas, principalmente, com os Mundurucus, seus inimigos mais ferrenhos.

Cordovil deu ao local a denominação de Tupinambarana. Poucos anos após, havendo Cordovil obtido do govêrno de D. Maria a doação de uma sesmaria nas proximidades do lago Miriti, para ali se transferiu com a sua gente, ofertando Tupinambarana à rainha D. Maria I.

O Cônego Francisco Bernardino de Souza, em seu livro "Lembranças do Vale do Amazonas", dá como principal razão da retirada de Cordovil, desentendimentos havidos entre êste e o Frei José das Chagas. Acrescenta o Cônego que Cordovil era "de gênio escessivamente irrascível e orgulhoso". "Possuía avultadas riquezas". "Morreu mendigo, coberto de andrajos, à porta do hospital de caridade em Belém".

Em 1803, foi criada uma missão religiosa em Tupinambarana, com a denominação de Vila Nova da Rainha e sob a direção de Frei José das Chagas.

Sôbre Frei José das Chagas transcreve-se aqui o que escreveu o Cônego Francisco Bernardino no seu livro já citado:

"Foram muitos e importantes os serviços que prestou êste virtuoso carmelita à catequese dos índios da província do Amazonas.

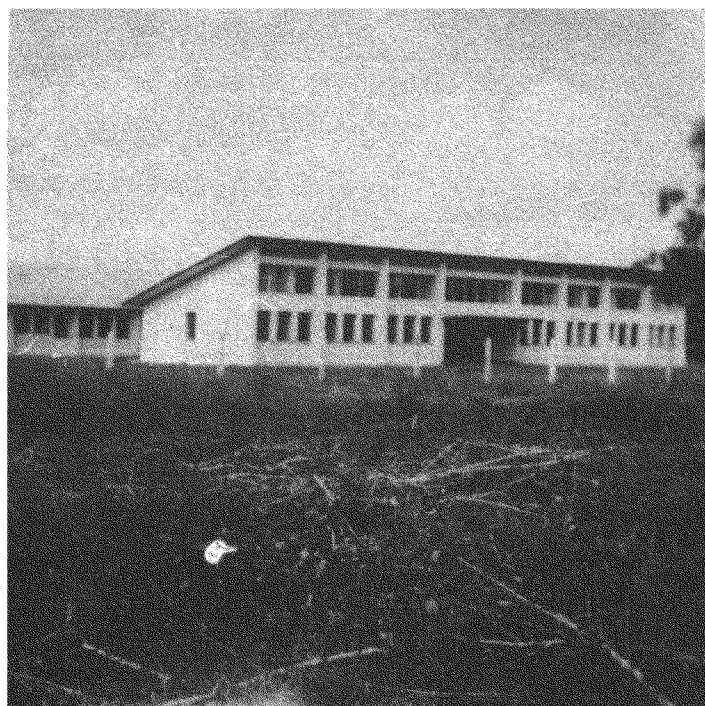
Vila Bela da Imperatriz talvez só a êle deva a sua existência e a sua tal ou qual prosperidade: Canumam mereceu-lhe particular solicitude; a aldeia de São José de Matari foi por assim dizer criada por êle; Borba sentiu os efeitos de sua mão beneficente; em uma palavra tôda a região da Mundurucânia conserva ainda bem viva a lembrança do seu nome, das suas virtudes e dos seus benefícios.

Era o verdadeiro tipo de missionário católico, o amigo dedicado dos índios que também lhe votavam essa afeição sincera, profunda e dedicada dos filhos das selvas.

Foi Frei José das Chagas o primeiro que devassando as matas do rio Mauê-Açu, conseguiu chamar a si grande número de índios da tribo Maués, com os quais aumentou a população de Vila Bela.

Tratava os seus catecúmenos com a maior doçura; apóstolo da caridade, repartia com êles do que possuía, consolava-os em suas contrariedades tratava-os com desvêlo em suas enfermidades, fornecendo-lhes não só os medicamentos necessários como a dieta.

E não era sòmente aos índios que estendia a sua generosidade. Possuía alguma fortuna, dela dispunha em bene-

Prensagem da "Juta"

Hospital do SESP

fício público principalmente na sustentação e brilhantismo do culto. Em testemunho desta asserção, ainda estão em Vila Bella os ricos paramentos que servem nas grandes solenidades, o frontal, o missal e outros objetos que por êle foram comprados e doados à matriz.

Também, segundo nos consta, foi por êle doado ao seu convento em Belém, no tempo em que ali servia de prior, o órgão que ainda hoje lá funciona.

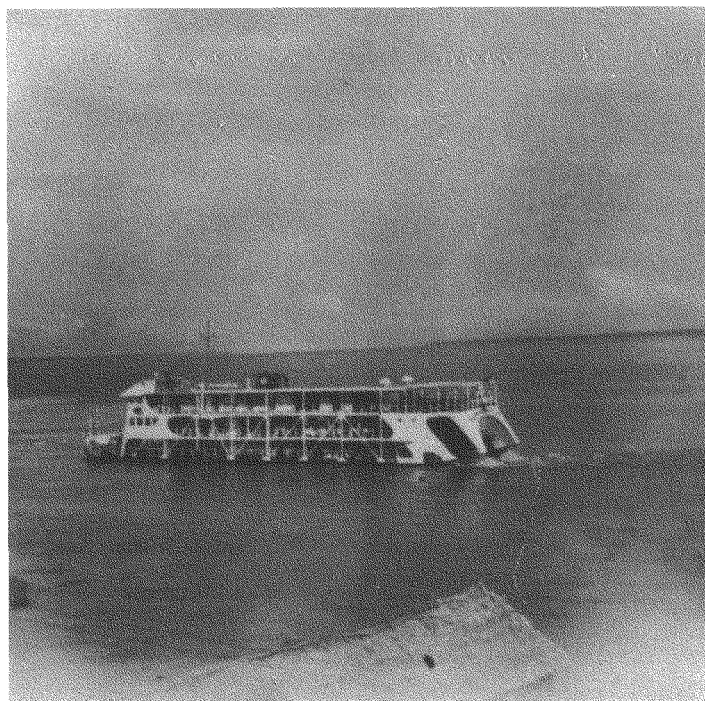
Depois de uma vida afanosa, tôda dedicada ao serviço do próximo e à catequese dos índios, já adiantado em anos e em estado de caducidade, faleceu na vila de Borba, deixando nessa parte do Amazonas um nome, que por largos anos ali será repetido com mais profunda veneração e respeito.

Falava Frei José das Chagas com muita graça e propriedade a língua geral, e no púlpito sòmente dela fazia uso quando se dirigia aos índios.

Foi o verdadeiro Laz Casas e Anchieta da Mundurucânia".

Realmente Vila Nova da Rainha vinha tendo satisfatório desenvolvimento.

Quando do movimento levantado na capitania em prol da sua emancipação da sujeição do Pará, Vila Nova da Rainha foi das primeiras localidades do Amazonas a manifestar-se decididamente favorável ao movimento. Fê-lo em petição dirigida a D. João VI, em 3 de setembro de 1818, assinada por 109 moradores, e na qual se pedia também a elevação da localidade à categoria de vila.

Há divergências quanto à data da criação da freguesia. Antônio C. R. Bitencourt em seu livro "Memória do Município de Parintins", à página 15 informa que "Vila Nova da Rainha foi elevada a freguesia com a denominação de Tupinambarana pelo Decreto de 25 de julho de 1832 do Govêrno do Pará. Mais adiante, à página 90, informa que "dizem que a freguesia foi criada pela lei paraense de 28 de junho de 1832". Prosseguindo, informa ainda que

Navio "Percival Farquhar"

no "mapa n.º 3, anexo ao Relatório do Vigário Geral da Província, de 17 de agôsto de 1858, consta que essa freguesia foi criada em 1803".

Era ainda Tupinambarana simples freguesia quando rebentou a revolução dos Cabanos no Pará e se alastrou por tôda a Província. O seu vigário — Padre Torquato Antônio de Sousa, teve atuação destacada durante a sedição servindo de delegado dos "Legalistas" no Baixo Amazonas. Tupinambarana, talvez porque estivesse bem defendida, foi poupada aos ataques dos "Cabanos".

Finalmente, pela Lei n.º 146, de 24 de outubro de 1848, da Província do Pará, foi satisfeita a tão acalentada aspiração dos habitantes de Tupinambarana: A freguesia fôra elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Bela da Imperatriz. Data conseqüentemente daí a

Prédio da Cia. "Juta" de Exportação

criação do município, com território desmembrado do de Maués.

Todavia, ao ser criada a Província do Amazonas (Lei 592, de 5 de setembro de 1850) ainda não se havia instalado o município de Vila Bela da Imperatriz. O Govêrno da nova Província confirmou pela Lei ou Resolução número 2, de 15 de outubro de 1852, a criação do município, cuja instalação ocorreu a 14 de março do ano seguinte.

A comarca foi criada pela Lei provincial de 24 de setembro de 1858, compreendendo os têrmos de Vila Bela da Imperatriz e Vila da Conceição.

Em 1880, a sede do município recebeu foros de cidade e passou a denominar-se Parintins, em virtude da Lei provincial n.º 499, de 30 de outubro daquele ano.

Em 1881, foi desmembrado do município de Parintins o território que constituiu o município de Vila Nova de Barreirinha.

Cine-Teatro Brasil

Com a proclamação da República, a Câmara Municipal de Parintins, foi dissolvida pelo Decreto n.º 4, de 10 de janeiro de 1890, do Governador do Estado.

Na divisão administrativa de 1911, figura o município com 4 distritos: Parintins, Paraná de Ramos, Jamundá e Xibuí.

No quadro da divisão administrativa de 1933, aparece com um distrito apenas — o do mesmo nome.

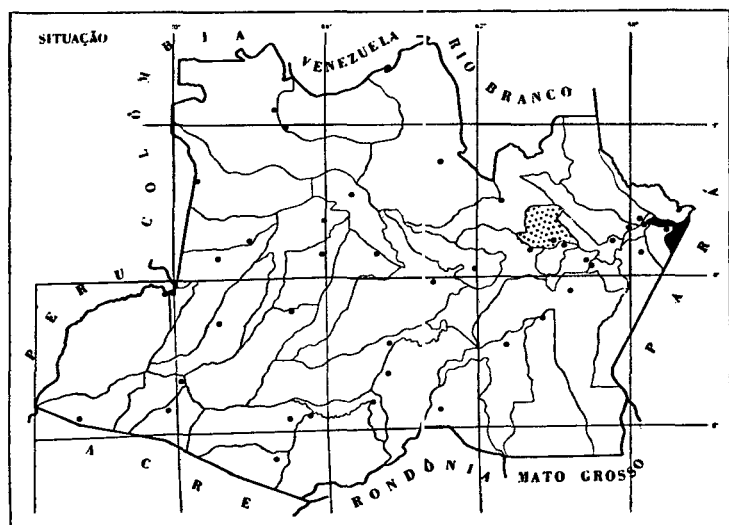
Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-936 e 31-XII-937, figura com 2 distritos: Parintins 1.º e Parintins 2.º. Já no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 69, de 31 de março de 1938, modificado pelo Decreto Estadual n.º 78, de 9 de maio do mesmo ano, figura o município com um só distrito — o da sede.

Em virtude do Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, foi criado o distrito de Ilha das Cotias, passando então o município a constituir-se de 2 distritos: Parintins e Ilha das Cotias.

Pela Lei n.º 226, de 24 de setembro de 1952, a comarca de Parintins perdeu os têrmos judiciários de Barreirinha e Urucará, que se transformaram em comarcas por fôrça da mesma Lei. A Comarca de Barreirinha, todavia, ainda não foi instalada.

Em virtude da Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, foi desmembrado do município de Parintins o distrito de Ilha das Cotias que, por fôrça dessa mesma lei passou a constituir o município de Nhamundá.

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, foram eleitos: Prefeito — Lorival Rebelo de Albuquerque Filho; Vereadores — Gláucio Bentes Gonçalves, Raimundo Soares Almada, Manuel Coelho Pinheiro, Raimundo Djard Vieira, Antônio Gonçalves Maia e Sousa e Acioly Ribeiro Teixeira. Nessas eleições votaram 4 190 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Parintins acha-se situado na zona fisiográfica do Médio-Amazonas e limita com os municípios de Nhamundá, Barreirinha, Urucará e Urucurituba. A sua posição geográfica é a seguinte: Latitude Sul — 2° 27' e longitude W.Gr. — 56° 14'. Distância em linha reta da Capital do Estado — 371 km, direção — 81° 02' N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sua altitude é de 50 m, na sede municipal.

CLIMA — O clima é quente e úmido como em todos os demais municípios do Estado e apresenta as seguintes características: Média das máximas — 30,5°C, média das mínimas — 22,4°C e média compensada — 26,3°C.

ÁREA — Até fins de 1955, sua área era de 16 758 km²; com a criação do município de Nhamundá, para cuja constituição foi desmembrado dêste o distrito de Ilha das Cotias, ficou reduzida apenas a cêrca de 3 000 km², passando a ser o menor município amazonense.

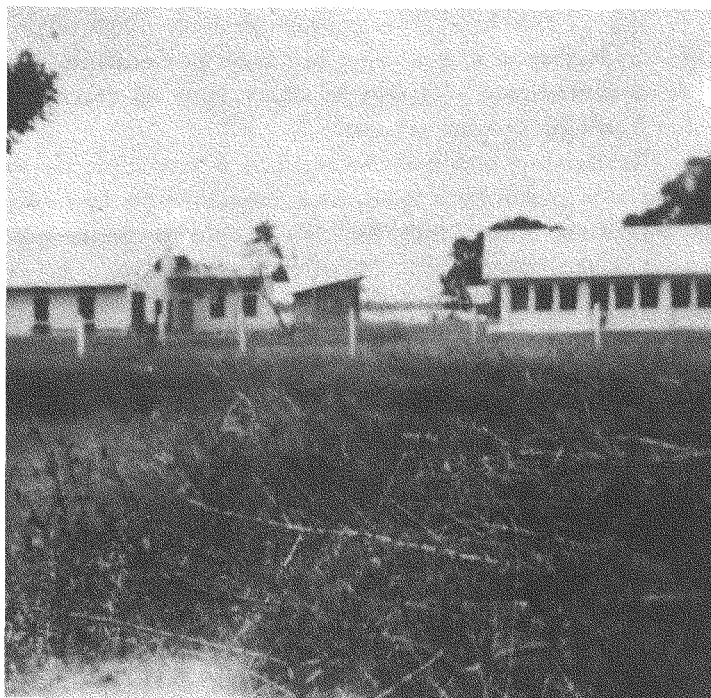
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são o rio Amazonas, rio Mamuru, Paraná do Ramos e as serras de Parintins e Jurupari.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são constituídas por suas flora e fauna, aliás importantes. Na primeira destaca-se, pelo seu valor econômico, o pau-rosa, a segingueira (hevea brasiliensis) e

Pôsto do SESP

a castanha-do-pará ou noz do Brasil (bertholletia excelsa) além de madeiras de boa qualidade. Na segunda, os aquáticos, como os peixes das mais variadas espécies, dentre êsses o pirarucu, e quelônios, e animais silvestres como o caititu, a onça, o veado, o queixada, e muitos outros. Como riqueza mineral presume-se a existência de minas de ouro, manganês, rutilo, titânio e cristal de rocha no rio Mariacuam, como também gipsita, calcários, xistos betuminosos, no baixo rio.

POPULAÇÃO — Com os 25 662 habitantes localizados pelo Recenseamento Geral de 1950, Parintins figurava no 4.º lugar entre os municípios do Estado, segundo a população.

Dessa população, 13 003 eram homens e 12 659, mulheres. Brancos — 5 255 (sendo 2 541 homens e 2 714

Hospital do SESP

Igreja Matriz

mulheres), pretos — 1 249 (sendo 697 homens e 552 mulheres), amarelos — 118 (sendo 62 homens e 56 mulheres), pardos — 18 893 (sendo 9 631 homens e 9 262 mulheres), sem declaração de côr — 3 147. Das pessoas de 15 anos e mais eram solteiras — 7 759 (sendo 4 153 homens e 3 606 mulheres), casados — 5 883 (sendo 2 932 homens e 2 951 mulheres), desquitados — 6 (sendo 2 homens e 4 mulheres), viúvos — 915 (sendo 283 homens e 632 mulheres) e 74 sem declaração de estado conjugal. Existiam 4 brasileiros naturalizados e 92 estrangeiros. Eram católicos romanos — 24 635, protestantes — 626, espíritas — 40, budistas — 20, israelitas — 44, outras religiões — 87, sem religião — 21 e sem declaração de religião — 89.

Todavia, após o desmembramento territorial ocorrido com a criação do município de Nhamundá, sua população ficou reduzida a 15 799, passando, conseqüentemente, para 6.º lugar entre os 43 municípios amazonenses.

Dos 15 799 habitantes recenseados em 1950 no distrito de Parintins a que ficou reduzido o município após o desmembramento — 9 944 localizavam-se no quadro rural e 5 944 no quadro urbano.

Concernente à população relativa, o município de Parintins, que possuía até 1955, uma densidade de 1,53 hab./ /km², passou a ter 5,26 hab./km², após o desmembramento acima mencionado, classificando-se, assim, o 2.º em densidade demográfica, só superado pela da Capital.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Com o desmembramento do distrito de Ilha das Cotias, o município passou a possuir uma aglomeração urbana, a Cidade de Parintins, que em 1950 contava com 5 855 habitantes, sendo 3.ª do Estado só ultrapassada pela Capital e pela cidade de Itacoatiara.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é relativamente desenvolvida no município. Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956, foi de ...... Cr$ 18 828 649,70, conforme a exposição a seguir: Essência de pau-rosa — Cr$ 15 000 000,00, castanha-do-pará — Cr$ 2 214 147,00, borracha — Cr$ 1 234 739,10 sernambi em rama — Cr$ 180 458,60, cumaru — Cr$ 79 570,00, cipós — Cr$ 40 000,00, madeiras — Cr$ 37 189,00, ervas medicinais — Cr$ 25 736,00, sôrva — Cr$ 7 000,00, balata — Cr$ 4 772,00 e jutaicica — Cr 1 048,00.

A produção extrativa animal é também importante, consoante dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção no ano de 1956, foi de Cr$ 4 062 967,50, conforme o quadro demonstrativo transcrito a seguir: pirarucu — Cr$ 1 614 835,20, outros — Cr$ 700 000,00; couros e peles de animais silvestres: jacaré — Cr$ 1 332 315,00 e outros — Cr$ 415 817,30.

A agricultura, em face do progressivo fomento ao cultivo da juta, constitui a maior fonte de receita e a principal atividade econômica do município. Conforme dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor da produção agrícola parintinense alcançou em 1956 o valor de Cr$ 35 234 200,00. Dêsse valor, precisamente Cr$ 32 550 000,00, ou seja, 92,38%, cabiam à juticultura. As demais culturas são cacau, arroz, mandioca, banana e feijão.

A pecuária em Parintins é grandemente desenvolvida, constituindo parcela relevante na receita do município. Os principais rebanhos são os de bovinos, suínos, eqüinos, que em 1956 apresentaram um efetivo de 22 000, 3 000 e 600 cabeças, respectivamente.

O Registro Industrial referente ao ano de 1955, apresentou os seguintes resultados: número de estabelecimentos — 16 e valor total da produção — Cr$ 75 982 947,90.

A principal indústria foi a de prensagem de juta, que concorreu com 92% aproximadamente, para o total da produção, vindo a seguir a da extração da essência de pau-rosa, com cêrca de 6%.

Existem no município 595 propriedades agrícolas.

De conformidade com os resultados do Censo Demográfico de 1950, a atividade econômica que ocupava maior número de pessoas, era "Agricultura, pecuária e silvicultura".

Colégio de N. S.ª do Carmo, em construção

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é relativamente desenvolvido, conta com 2 estabelecimentos atacadistas e 136 varejistas. Mantém transações com as Praças de Manaus (Capital do Estado) e de Belém do Pará. O comércio importa estiva em geral, miudezas, medicamentos, tecidos, calçados, ferragens, louças, etc. e exporta juta, castanha-do-pará essência de pau-rosa, peles de animais silvestres, etc.

Dois estabelecimentos bancários — uma agência do Banco do Brasil S. A. e outra do Banco de Crédito da Amazônia S. A. servem ao município, estabelecidos na cidade de Parintins. Em 1956, o movimento conjunto dêsses estabelecimentos foi o seguinte: Empréstimos — ...... Cr$ 39 742 619,80; títulos descontados — .... Cr$ 134 377 670,50; depósitos — Cr$ 87 264 741,40. Sob tôdas as rubricas o movimento apresentado pela agência do Banco de Crédito da Amazônia é bem superior ao da do Banco do Brasil.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Parintins liga-se às cidades vizinhas e à Capital do Estado, através dos seguintes meios de transporte: Urucurituba — fluvial — 163 km, Nhamundá — fluvial — 157 quilômtros, Barreirinha — fluvial — 37 km, Capital do Estado — fluvial — 420 km e aéreo — 394 km. O seu transporte é feito por navios do Lóide Brasileiro, do .... S.N.A.P.P., navios particulares, "motores", e pelos aviões "Catalina" da Panair do Brasil S. A.

O município possui também uma agência postal-telegráfica do D.C.T., localizada na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Parintins fica à margem direita do rio Amazonas distando 420 km da Capital do Estado por via fluvial e 368 por via aérea. É, sob todos os aspectos, uma das três cidades mais importantes do Estado.

Conta com 38 logradouros públicos, dois dos quais são arborizados e ajardinados, e cêrca de 1 100 prédios. Suas ruas, embora de pavimentação rudimentar, são amplas e

Casa Comercial

retas. Seus prédios principais são a Agência do Banco de Crédito da Amazônia, o cine-teatro Brasil, a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar e o Colégio Nossa Senhora do Carmo. A luz elétrica se estende a 20 logradouros, abastecendo 237 prédios e o serviço de água abrange 16 logradouros possuindo 243 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada por um Pôsto de Saúde, mantido pelo S.E.S.P. A aquisição de medicamentos é proporcionada por quatro farmácias. Exercem a profissão na cidade 1 médico e 4 dentistas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Parintins possui duas associações de caridade, uma cooperativa, um sindicato, um pôsto de proteção aos índios, uma colônia de pescadores (Z-16) e uma associação rural.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo Demográfico de 1950, dos 21 380 habitantes — (10 865 homens e 10 515 mulheres), 9 116 (5 088 homens e 4 380 mulheres) ou seja, 42%, sabiam ler e escrever. Essa percentagem é das mais elevadas do Estado, só ultrapassada pelas de Manaus, Urucará, Urucurituba e Itapiranga.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 33 escolas de ensino primário, e 1 de comercial. Destas, 7 de ensino primário e a de ensino médio localizavam-se na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui uma biblioteca e nove associações culturais. Já possuiu também, nos anos de 1953 e 1954, respectivamente, dois jornais ("O Parintinense" e "A Flama"), contudo, não há nenhum atualmente.

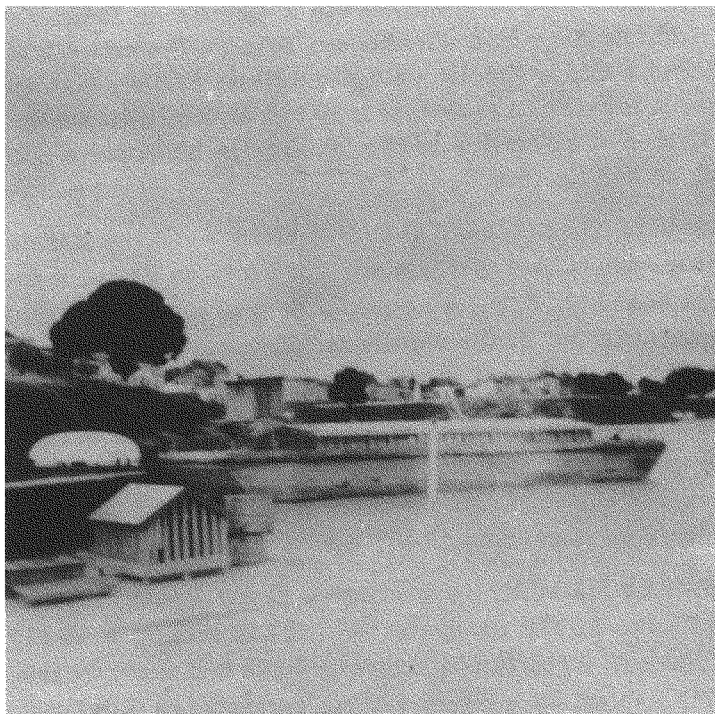
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal (3)		
	(1)	(2)	Total	Tributária	(Cr$ 1 000)(3)
1951.......	688	3 681	1 822	950	1 715
1952.......	842	3 982	1 545	1 778	1 588
1953.......	1 161	5 269	1 869	937	1 811
1954.......	1 445	6 148	2 737	1 066	2 501
1955.......	2 184	8 066	3 502	3 502	3 500
1956.......	2 720	20 185	...	...	...

FONTE: (1) Delegacia Federal. (2) Secretaria de Economia e Finanças. — (3) Prefeitura Municipal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há em Parintins, ao lado da Matriz, um obelisco erigido em comemoração ao primeiro centenário de fundação da cidade. Há, também, na praça São Benedito, uma estátua de Cristo Redentor, logo à entrada do Pôrto.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Festejam-se no município diversas festas religiosas, sendo a principal a festa em honra de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, comemorada no período de 6 a 16 de julho. São 10 dias de fervor religioso, de música, alegria e diversões. A ela acorrem pessoas dos municípios vizinhos, a fim de assistir à célebre procissão de Nossa Senhora do Carmo. Outra grande festividade é a realizada

15 — 24 640

Vista do Pôrto

em homenagem a São Benedito, dos dias 16 a 26 de dezembro. Como a precedente, empolga pelo esplendor do seu preparativo. Comemoram-se, também, as festas juninas e natalinas, exibindo-se nessa última, as pastorinhas, em maravilhosos cordões, ataviados com deslumbrantes fantasias, percorrendo a cidade ao som de pandeiros e violões.

VULTOS ILUSTRES — É dos mais ilustres filhos de Parintins, o Tenente Joaquim Benjamin da Silva, herói da Guerra do Paraguai, para a qual se inscreveu voluntàriamente e onde soube se portar destemidamente, merecendo a estima dos companheiros e também ser agraciado pelo Govêrno Imperial com os hábitos de Cristo e da Rosa. Pertenceu ao Corpo de Engenheiros e foi um dos heróis da "Ilha do Cabrito". Também se distinguiu no fatal ataque do "Capão do Pires", onde em frente à trincheira foi atingido por uma granada inimiga, perdendo a vida.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Parintins fica à margem do rio Amazonas e já tem essa propriedade para ser considerada um ponto de atração turística. Ademais, a cidade fica numa ilha, onde se podem encontrar igarapés com cabeceira, lagos e campos naturais, cobertos de alvas arreias e resguardados por baixa e viçosa vegetação. Nos rios, vizinhos à cidade, são encontradas belas praias de águas cristalinas. Em frente à cidade, em pleno rio Amazonas, uma praia aparece quando é grande a sêca. É bastante curioso essa praia no meio do rio-mar.

OUTROS ASPECTOS — O Município é sede da Prelazia de Parintins que é administrada pelos Missionários Pontifícios de Milão.

Possui uma loja maçônica — União, Paz e Trabalho.

A cidade é servida por duas pensões, um cinema, um estádio com arquibancada, um Jardim da Infância e um parque de diversões ao ar livre.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Memórias do Município de Parintins, de Antônio C. R. Bitencourt. — História do Amazonas, de A. C. Ferreira Reis. — Lembranças e Curiosidades do Vale Amazônico, do Cônego Francisco Bernardino de Sousa. — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico. — Sinopse Estatística do Município de Parintins, editada pelo C.N.E. — Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pela A.E. de Parintins.)

PAUINI — AM

Mapa Municipal na pág. 203 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Pauini foi criado pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com o território desmembrado do município de Lábrea, constituído dos subdistritos de Ajuricaba, Foz do Pauini, Bôca do Moaca, Atu-Catequini e Bôca do Inauini e com sede na localidade de Terruaã, elevada então à categoria de cidade.

As penetrações pròpriamente ditas no rio Purus, a cuja zona fisiográfica pertence o recém-criado município, ocorreram nos meados do Século XIX. "Era o Purus conhecido antes de 1852, por alguns coletores de drogas, em uma extensão de 180 a 200 léguas, sem que, todavia, tivesse havido nunca a menor tentativa de exploração".

O rio Pauini, cuja denominação se estendeu ao município em referência, é um dos principais afluentes do rio Purus. Tem água negra e é, como o Purus, muito sinuoso. Durante o inverno pode ser navegado por grandes embarcações: no verão, todavia, só pode ser percorrido por canoas e batelões. (2) Corta o município, de um extremo a outro, numa extensão de cêrca de 400 km. Corre a princípio na direção sudoeste-nordeste e depois, oeste-leste.

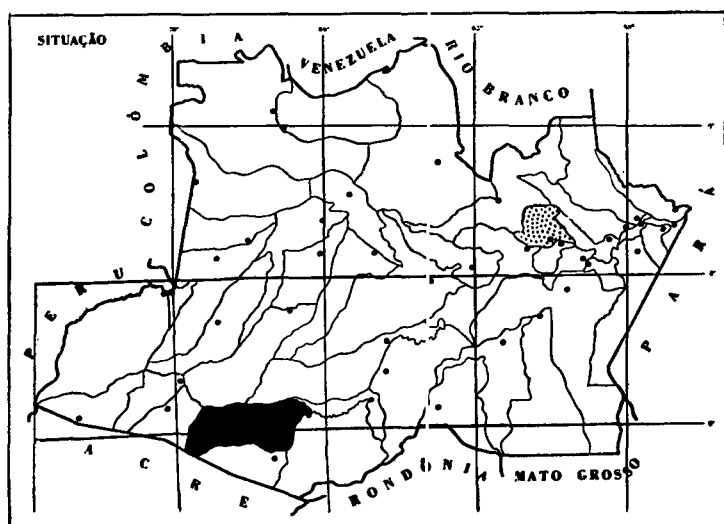
Os nordestinos, principalmente os cearenses, foram os pioneiros do povoamento de várias águas do Amazonas. Na zona do rio Purus êsse povoamento iniciou-se às margens do grande rio, nas primeiras décadas da segunda metade do século XVIII e pouco depois se estendeu aos afluentes da imensa caudal. Nos rios Pauini e Inauini, ambos em território do município de Pauini, já existiam muitos cearenses quando foi proclamada a República. (3)

Habitavam primitivamente a região os índios Pamaris, Catuquinas, Purupurus, Cucamas, Jamadis, Canamaris e outros.

No ano de 1949, chegaram a Terruaã alguns padres da Ordem Monástica dos Recoletos de Santo Agostinho e edificaram uma capela provisória, que foi inaugurada em data de 15 de agôsto do mesmo ano, com a denominação de Nova Hipona Terruaã, subordinada eclesiàsticamente à Prelazia de Lábrea. Atualmente é sede da Paróquia de Santo Agostinho.

O município foi instalado em 1 de abril de 1956, sendo seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Francisco das Chagas Evangelista.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pauini está situado na zona fisiográfica do rio Purus.

Limita com os municípios de Bôca do Acre, Canutama, Carauari, Envira, Ituxi e Lábrea e com o Território do Acre. A sede municipal está situada no ex-povoado de Terruaã. Fica à margem esquerda do rio Purus, próximo à foz do rio Pauini, e distante da Capital estadual 2 411 km, por via fluvial.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal possui altitude de cêrca de 100 metros.

CLIMA — O clima do município de Pauini não difere do dos demais municípios amazonenses — quente e úmido — Períodos há, todavia, que com a queda da chamada "friagem" (influência dos ventos frios dos Andes), torna-se bastante frio.

ÁREA — A área do município, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística, é de cêrca de 38 200 km². É o 18.° em extensão territorial dos 43 municípios ora existentes no Estado. Note-se, outrossim, que a sua área é pouco inferior à do Estado do Espírito Santo e bem maior que a de Sergipe e Alagoas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Seus principais acidentes geográficos são: os rios Purus, Pauini, Moaca, Inauini, Atucatequini e Seruini.

RIQUEZAS NATURAIS — Suas principais riquezas naturais são constituídas por sua flora e fauna. Na primeira sobressaem, pelo seu valor econômico, a seringueira (hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará (Bertholletia excelsa). Na segunda, peixes de várias espécies e animais silvestres, entre os quais citam-se: caititu, queixada, capivara, veado e outros.

POPULAÇÃO — A sua população, segundo estimativa da Inspetoria Regional de Estatística, é de 7 340 habitantes. Com essa população coloca-se o município no 27.° lugar entre os atuais 43 municípios amazonenses.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Pràticamente não há nenhuma aglomeração urbana no município. A sede municipal que tem apenas 9 casas e 52 habitantes, ainda não foi delimitada.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como principal atividade econômica cita-se a produção extrativa vegetal, na qual se sobressaem a borracha e a castanha-do-pará. Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção foi de Cr$ 10 938 503,30, assim distribuídos: borracha Cr$ 10 274 174,90; castanha-do-pará Cr$ 121 000,00 e sernambi Cr$ 543 328,00.

A produção extrativa animal, segundo dados também fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, atingiu o valor de Cr$ 31 571,50, assim distribuído: couros e peles de animais silvestres Cr$ 15 930,00 e outros .... Cr$ 15 641,50. Entre os couros e peles de animais silvestres sobressaem os de jacaré, veado, caititu, queixada, etc.

É pequena a produção agrícola no município de Pauini. Segundo o Departamento Estadual de Estatística, o valor dessa produção em 1956 foi de cêrca de Cr$ 800 000,00. Os principais produtos culivados naquele ano foram mandioca, batata-doce, macaxeira e banana.

É também inexpressiva a pecuária no município, dada a falta de campo e pastagens necessárias ao desenvolvimento dos animais. O principal rebanho é o de suínos, estimado em 1 000 cabeças. Afora os galináceos, estimados em 3 000, os demais rebanhos possuem efetivos inferiores a 500 cabeças.

COMÉRCIO — Conta a cidade com apenas 2 estabelecimentos comerciais varejistas. Pelo interior espalham-se alguns estabelecimentos comerciais (barracões) nos seringais, que servem de armazém e são abastecidos pelos "regatões" — comerciantes ambulantes que transportam tôda espécie de mercadoria, como seja: estivas em geral, tecidos, drogas, ferragens, calçados e miudezas. As mercadorias são transportadas em embarcações denominadas "batelões". O município exporta: borracha, castanha-do-pará e peles de animais silvestres.

MEIOS DE TRANSPORTE — Liga-se às cidades vizinhas e à Capital do estado pelos seguintes meios de transporte: Fluvial: Lábrea — 739 km; Bôca do Acre — 359 km; Ituxi — 150 km; Capital do estado — 2 411 e aéreo 1 575 km.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é o ex-povoado de Terruaã. Fica à margem esquerda do rio Purus, próximo à foz do Pauini. Possui apenas 52 habitantes localizados na zona urbana; verifica-se que do total da população estimada, ficam 7 288 ou sejam 99,3%, para a zona rural. Os logradouros não têm nenhum melhoramento, e a cidade não dispõe de iluminação elétrica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade possui apenas um pôsto ambulante da malária.

ENSINO — O ensino é ministrado por 1 escola, localizada na sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação municipal em 1956 foi de Cr$ 50 000,00, exclusive os auxílios dos demais poderes públicos. A receita municipal para 1957 está prevista em Cr$ 1 148 000,00.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os rios Purus e Pauini, que banham o município, são belos cursos de água. O primeiro é dos principais afluentes do rio Amazonas. É caudaloso e profundo, tem cêrca de 3 360 km, dos quais 1 880 são perfeitamente navegáveis. O Pauini, afluente do Purus, tem águas negras e é também muito extenso e sinuoso. Êsses rios correm entre densa floresta de aspecto soberbo pelo grande porte das árvores e variação das espécies e

luxúria de sua folhagem. É rica a fauna que aí tem o seu habitat.

(Autoria do Histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "Dicionário Geográfico do Brasil", de Moreira Pinto. — "Terra Verde", de Adauto de Alencar Fernandes. — "História do Amazonas", de A. C. Ferreira Reis. Tábuas Itinerárias do Estado. — Questionários preenchidos pelo A.E.)

SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ — AM

Mapa Municipal na pág. 177 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Santo Antônio do Içá foi criado pela Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do município de São Paulo de Olivença e constituído dos distritos de Santo Antônio do Içá, Tonantins e parte do de Santa Rita de Weil, com sede na vila de Santo Antônio do Içá elevado então à categoria de cidade.

A história e a vida do município estão estreitamente ligadas ao rio Içá, que banha as suas terras. Julga-se, portanto, oportuno transcrever aqui o que sôbre êsse rio escreveu Anísio Jobim em seu livro "Panoramas Amazônicos" — "São Paulo de Olivença" — (Pág. 41).

"Içá é um dos rios mais notáveis que fertilizam o solo amazonense. Rio internacional, recebe dois nomes: Içá na parte brasileira, Putumayo, no longo trecho que se estende pelo território da Colômbia. É o tributário setentrional, diz Elysée Reclus, que, dadas as proporções, despeja maior quantidade dágua no Solimões, "porque as mais elevadas nascentes, ao Norte e ao Sul da linha equatorial, descem da vertente oriental das montanhas de Quito, onde abundam as borrascas em tôdas as estações do ano, e onde a atmosfera é tão constantemente nublada por chuvas e nevoeiros, que o viajante precisa sempre de bússola para orientar-se".

O Içá nasce nos contrafortes dos Andes, onde esta cordilheira, explica o ilustre geógrafo acima citado, "se abre em leque para abarcar a bacia do rio Madalena; o Guames, uma das suas principais nascentes, sai do Cocha ou "Lago" por excelência, que reflete em suas águas o cone do vulcão colombiano. De tão longa origem vem desaguar na margem esquerda do Solimões, aos 4º 49' Lat. S. e 67º 52' Long. W.Gr. O seu curso é de 2 300 quilômetros. Projeta-se a corrente na direção geral de sudeste, mantendo um suave declive, pois em tôda a sua extensão acusa apenas uma diferença de nível de 155 metros. Banha terras brasileiras numa distância de 347 quilômetros. Reclus diz que o nome de Içá foi dado pelos Omaguas. Acredita-se que a denominação provenha dos antigos índios Içás, que povoavam as margens dêste poderoso sulco potâmico, os quais por sua vez tiraram o nome de uns macacos de bôca preta, que lhe infestavam as matas marginais. Informa ainda o citado geógrafo que, como o Napo, o Japurá e os mais rios amazônicos, nascidos no Equador e na Colômbia, o Içá, que é um rio de extraordinário poder erosivo, carrega pedaços de pedras-pomes arrancados das encostas dos vulcões, e vem atirá-los nas barrancas argilosas do Amazonas.

Dentre o grande número de afluentes que convergem para o seu leito, distinguem-se, na margem esquerda: Caucaia, Cará-Paraná, Sabalóiacu, Igará-Paraná; na margem direita: Cuembi, S. Miguel ou Sucumbios, Cuepi, Campura, Erê, Algodão, Iaguas, Paritu e Iacurapa, além de grande quantidade de igarapés viageiros que concorrem para engrossar-lhe a caudal.

A largura do rio varia de um a seis quilômetros no curso inferior, diminuindo à proporção que se dirige para as nascentes.

Geógrafos antigos, como D'Anville, consideravam o rio Negro como um braço do Orenoco, que destacavam do tronco principal entre as embocaduras do Meta e do Vichada, próximo da catarata dos Atures. Ignorando a existência do canal de Cassiqueara e do rio Atabapo, acreditava D'Anville derivar o Orenoco, o Japurá e o Putumayo de três braços do Caquetá. Durante muito tempo dominou essa crença. Coube à Comissão de Limites, dirigida por Iturriaga e Solano, expungir êsse êrro da nossa geografia (Humbolt).

O baixo Içá, segundo os geólogos Avelino de Oliveira e Paulino de Carvalho, como os tributários do baixo Amazonas, tem as suas águas represadas pelas do Solimões, alargando assim o seu leito com águas remansadas; é ornado de lagos em uma e outra margens. Muitas ilhas garridas enfeitam-lhe a paisagem. São tantas que, às vêzes, formam um pequeno arquipélago. Na parte brasileira do rio encontram-se as seguintes ilhas: Retiro, Mucuripe, Gambôa, União, Piranhas e Epifânia, além de outras menores".

Posteriormente êsse pôsto foi transferido para a localidade do Boa Vista. Foi o pôsto extinto em 1831, e depois, ao ser restabelecido, foi instalado em Tonantins.

Tonantins foi fundada pelo Frei Matias Diniz, que ali aderiu aos índios Caiuvicenas. Em 1728 o missionário foi assassinado pelos seus estecrimenos, que em seguida abandonaram o povoado e subiram o rio Tonantins.

Em 1813, o negociante José Antônio de Morais construiu em Tonantins um templo religioso a que deu como orago o Divino Espírito Santo.

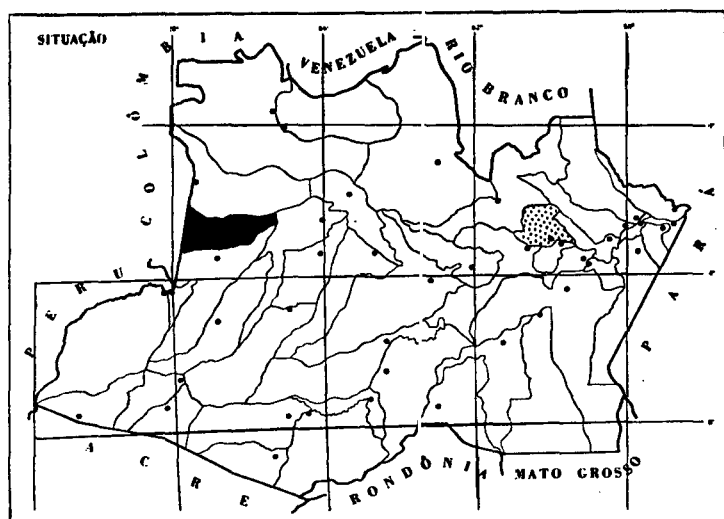
Pela Lei de 18 de agôsto de 1865 foi criada a freguesia de Tonantins.

Boa Vista foi a primeira denominação da atual sede municipal de Santo Antônio do Içá. Não se sabe precisamente a data da sua fundação. Entretanto, antes de 1831, pelo que foi dito, já existia.

Na divisão administrativa do Brasil em 1911, tanto Tonantins como Boa Vista figuraram na condição de distritos de São Paulo de Olivença em tôdas as divisões territoriais até em 1933, quando o município de São Paulo de Olivença foi suprimido.

A restauração do município de São Paulo de Olivença deu-se em 1935. Mas só em 1938 é que, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 176, de 1.º de dezembro de 1938, reapareceram Tonantins e Boa Vista, como distritos de São Paulo de Olivença, o segundo já com a denominação atual de Santo Antônio do Içá.

A instalação do município ocorreu a 13 de março de 1936, sendo o seu primeiro Prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o Senhor Zenith Ramos.

LOCALIZAÇÃO — O município de Santo Antônio do Içá está localizado na zona fisiográfica Solimões—Javari e limita com os municípios de São Paulo de Olivença, Japurá, Fonte Boa e com a República da Colômbia.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município tem cêrca de 70 metros de altitude.

CLIMA — Como o de tôda a região, o clima de Santo Antônio do Içá é quente e úmido.

ÁREA — Sua área é de 24 750 km². Em extensão territorial, figura no 26.° lugar entre os atuais 43 municípios que compõem o Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Içá, do quel se lhe origina o nome, Solimões e Tonantins.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são representadas pela flora e fauna, destacando-se na primeira, pelo seu valor econômico, a seringueira (hevea brasiliensis). Na segunda, os aquáticos — como peixes das mais variadas espécies — quelônios, crocodilos e animais silvestres, como a onça, o veado, a capivara e outros.

POPULAÇÃO — A população do município é de 6 850 habitantes, o que o coloca no 29.° lugar entre os 43 municípios amazonenses. A sua população relativa é de .... 0,27 hab./km², não muito inferior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A principal aglomeração urbana é a de Santo Antônio do Içá, sede do distrito e do município do mesmo nome, que por ocasião do Recenseamento de 1950 contava com 568 habitantes; atualmente, sua população está estimada em 700 habitantes. A seguir, Tonantis, que no mesmo ano contava com 346 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal, embora pequena em relação a outros municípios do Estado, constitui a principal fonte de receita de Santo Antônio do Içá. O valor dessa produção, em 1956, foi de Cr$ 5 883 000,00, conforme o que se segue: borracha — Cr$ 4 700 000,00; sernambi em rama — Cr$ 737 000,00; sôrva — Cr$ 350 000,00; madeiras (palmos) — .... Cr$ 98 000,00.

A produção extrativa animal é relativamente importante. O valor da produção em 1956, foi de .... Cr$ 2 350 000,00, conforme a exposição seguinte: pirarucu — Cr$ 1 530 000,00; outros peixes — Cr$ 500 000,00; pele de jacaré — Cr$ 270 000,00 e de outros — Cr$ 50 000,00.

A pecuária é insignificante. Os principais rebanhos são os de suínos e ovinos, com os efetivos de cêrca de 500 a 400 cabeças. Os demais possuem efetivos inferiores a 50 cabeças.

COMÉRCIO — A sede municipal de Santo Antônio do Içá possui 7 estabelecimentos comerciais varejistas. O comércio do município mantém transações com a Capital do Estado e importa conservas, louças, tecidos, ferragens, miudezas etc., e exporta borracha, pirarucu etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede do município liga-se às sedes municipais limítrofes e à Capital Estadual através dos seguintes meios de transporte: São Paulo de Olivença — fluvial — 122 km; Fonte Boa — fluvial — 298 km; Japurá — fluvial — 1 304 km e Capital do Estado — fluvial — 1 310 km. Existe no município uma Agência Postal do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santo Antônio do Içá acha-se localizada à margem esquerda do rio Solimões, a 1 310 km de distância da Capital do Estado, por via fluvial e 479 km por via aérea.

Embora pequena, possui atualmente 12 logradouros públicos e 118 casas.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais que habitavam nas vilas de Santo Antônio do Içá (478) e Tonantins (293), num total de 773, da primeira 260 (182 homens e 72 mulheres) e da segunda 112 (64 homens e 48 mulheres), ou sejam, 372 ao todo, sabiam ler e escrever.

ENSINO — O ensino primário é ministrado por 6 estabelecimentos escolares, localizados na cidade de Santo Antônio do Içá.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal para 1956 foi orçada em Cr$ 250 000,00 exclusive os auxílios dos demais Poderes Públicos. A arrecadação estadual do município, no mesmo ano, foi de Cr$ 8 216,10.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os rios Solimões e Içá, que banham o município e em cuja confluência fica a cidade de Santo Antônio do Içá, pela sua importância e reconhecida beleza e o sem-numero de aprazíveis paisagens existentes ao longo de seu curso, merecem especial mensão, constituindo, por isso, natural atração para o visitante.

OUTROS ASPECTOS — No lugar Ipiranga, no Rio Içá, próximo aos limites Brasil-Colômbia, acha-se sediado o 2.° Pelotão de Fronteiras do Exército Nacional. A referida unidade, durante a última guerra, tinha sua sede na Vila Presidente Vargas, próxima à atual cidade de Santo Antônio do Içá.

O município de Santo Antônio do Içá é sede de duas paróquias: Santo Antônio de Lisboa, na sede municipal e São Pedro Apóstolo, na Vila de Tonantins; ambas são su-

bordinadas eclesiàsticamente à Prelazia de Nullius do Alto Solimões.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A. C. Ferreira Reis. "Panoramas Amazônicos — São Paulo de Olivença", de Anísio Jobim. "Tábuas Itinerárias do Estado". Questionários preenchidos pelo A.E. de São Paulo de Olivença. Sinopse Estatística do Município de São Paulo de Olivença — C.N.E.)

SÃO PAULO DE OLIVENÇA — AM

Mapa Municipal na pág. 179 do 1.º Vol.

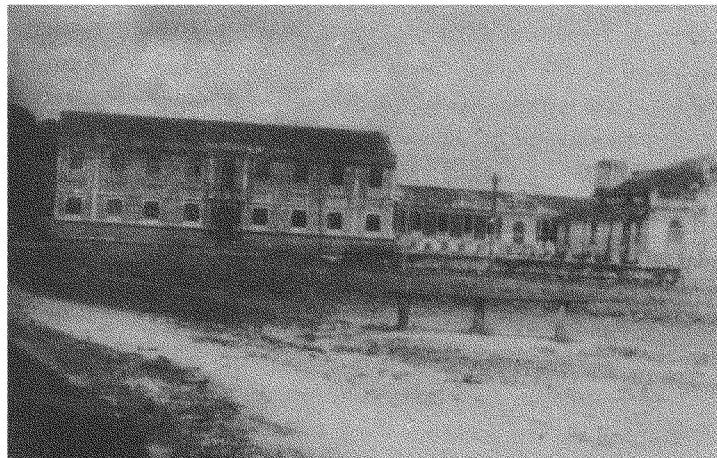
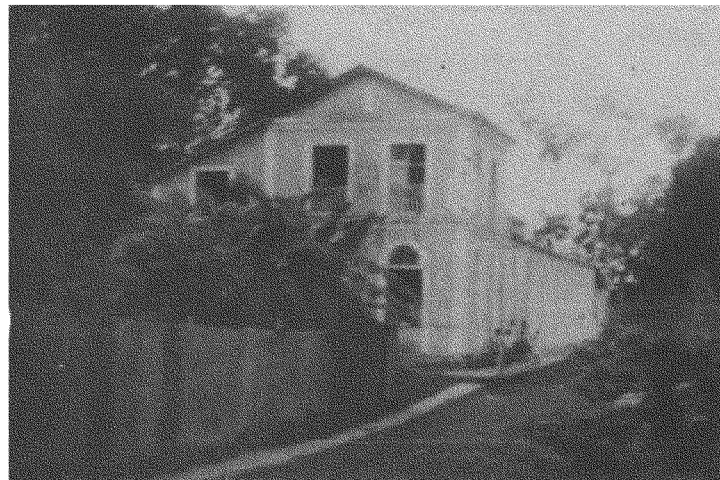
HISTÓRICO — Em 1689, o missionário Samuel Fritz, da Companhia de Jesus, a serviço do Govêrno espanhol, fundou várias missões no rio Solimões, entre elas as de São Paulo Apóstolo (depois São Paulo dos Cambebas e hoje São Paulo de Olivença), e São Cristóvão (mais tarde Enviratiba Castro d'Avelos e atualmente Amataurá).

Não desejando o Govêrno português que continuasse a cataquese no rio Solimões a ser feita por missionários dependentes do Govêrno espanhol, determinou em 1691 que fôssem expulsos da região aquêles religiosos. A expulsão, entretanto, não se processou logo, pois ditos religiosos relutaram em permanecer no Solimões. Em 1708, o Governador do Grão-Pará enviou "uma tropa sob o comando do Capitão Inácio Correia de Oliveira, para fazer evacuar ditas aldeias".

Era então responsável pelas ditas aldeias o Padre João Batista Lana, que fingiu obedecer a ordem de retirar-se e seguiu para Quito, onde obteve "uma fôrça armada com que desceu o Maron e o Solimões, investiu contra as aldeias e cometeu tôda sorte de depedrações, aprisionando o comandante e muitos soldados da tropa inimiga.

Outra expedição foi então enviada ao Solimões pelo Governador do Grão-Pará, que dera o comando da mesma ao "experimentado Sargento José Antunes da Fonseca" que vingou então a derrota sofrida por Correia de Oliveira e pôs em liberdade os prisioneiros.

Com a transferência das aldeias de São Paulo Apóstolo e São Cristóvão para os cuidados dos missionários portuguêses, as denominações das mesmas foram mudadas, respectivamente, para São Paulo dos Cambebas e Castro d'Avelos.

A missão de São Paulo dos Cambebas teve seu primeiro assento na margem austral do rio Solimões, em frente à

Praça São Paulo

Pôsto do S.E.S.P.

ilha Tajuaru três léguas abaixo da Vila do Javari, onde habitavam os Cambebas e Tecunas. Depois veio se estabelecer mais à jusante, na mesma margem, meia légua acima do riacho Pacuti. Dêsse sítio passou para a margem sul, onde se incorporou à aldeia de São Pedro, fundada abaixo do igarapé Comatiá.

Dentre os índios habitantes primitivos da região destacam-se os Omaguas ou Cambebas, os Juris, Passés, Xomanas, Ticunas, Caiuvicenas, Tarianas, Uairacus, Maiorunas, Tucanos. "Os Cambebas, de Akan Pebas, eram também chamados "Cabeças chatas" pelo feio costume, que tinham, de comprimirem a cabeça das crianças com tabuínhas que apertavam por meio de ligas, a tal ponto que elas, ao crescerem, ficavam com o crânio chato, a modo de mitra".

Êsses selvagens, que eram bravos e terríveis, decepavam a cabeça dos inimigos e penduravam-na em estacas nas suas cabanas, como um troféu de guerra. Adornavam-se nos seus festins e cerimônias de vários colares. Jogavam com extrema destreza a zarabatana e as lanças. Nas pelejas defendiam-se com broquéis de fôlhas de cana-brava.

Dados ao cultivo do algodão, fabricavam rêdes e outras peças de seu traje com os fios dessa planta. As mulheres preparavam a rude indumentária — uns camisolões abertos dos lados e nas mangas.

Em 1759, a aldeia de São Paulo dos Cambebas foi elevada à Vila. No "Diário Oficial" do Estado, edição comemorativa da Independência do Brasil, consta que foi elevada à categoria de vila em 1817, com o nome de Olivença.

Em 1774, visitou a vila o Ouvidor Geral Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, que notando a falta de uma "cadeia" em São Paulo, mandou que se construísse uma.

Em 1833, pela divisão do território nacional, em execução do Código do Processo, perdeu São Paulo de Olivença a categoria de vila.

Em 1882, pela Lei n.º 599, de 1.º de junho do mesmo ano, foi a freguesia elevada novamente à vila com a denominação de São Paulo de Olivença.

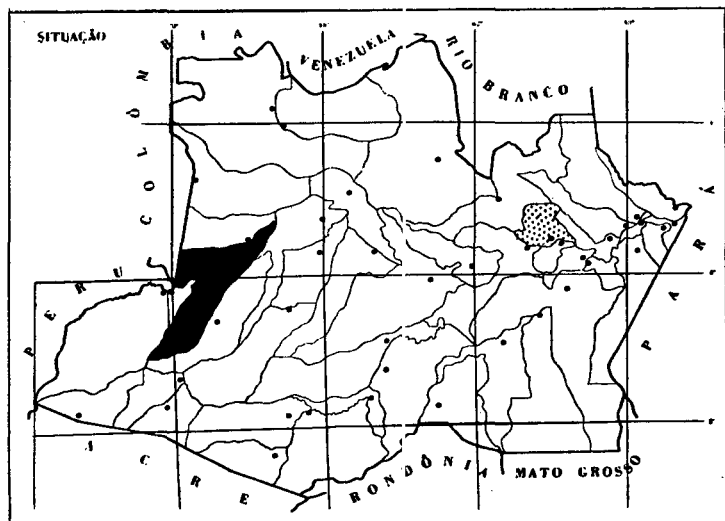
A Lei n.º 656, de 13 de junho de 1884, criou a comarca do Solimões, dando-lhe como sede a vila de São Paulo de Olivença.

Em 23 de maio de 1910, foi criada a Prefeitura Apostólica do Alto Solimões, que tantos relevantes serviços tem prestado aquela região.

Residência do Bispo e dos Padres

Pela Lei estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, o município perdeu os distritos de Santo Antônio do Içá e Tonantins e parte do de Santa Rita do Weil para o município de Santo Antônio do Içá, criado pela mesma lei.

Nas eleições de 3-X-1955, foram eleitos para Prefeito — o Senhor José Elias e para Vereadores — os Senhores Marcelino Seixas, Plínio Müller, Pedro Bichara Elias, José da Costa Cordeiro, Prudêncio Andion e João Alves dos Santos. Votaram nessas eleições 391 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Paulo de Olivença está situado na zona fisiográfica do Solimões—Javari e limita com os municípios de Santo Antônio do Içá, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Jutaí e com a República da Colômbia. Sua sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 27' de latitude Sul e 68° 48' de longitude W.Gr.; posição relativamente à Capital — distância, em linha reta: 976 km; direção: S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal acha-se a 96, 43 metros acima do nível do mar, sendo uma das cidades topogràficamente mais elevadas do Estado.

CLIMA — O clima do município de São Paulo de Olivença é bastante quente e úmido, como aliás é comum à região amazônica. A temperatura na sede municipal, apresentou em 1956 as seguintes mutações: médias das máximas: 33,3°C; média das mínimas 20,2°C; média compensada 26,8°C. Os meses mais chuvosos são os de março, abril e novembro; no ano acima citado verificou-se uma precipitação total de 2 616 mm.

ÁREA — A área do município, segundo o Conselho Nacional de Geografia, era, até 1955, de 66 954 km². Todavia, em conseqüência do desmembramento territorial sofrido naquele ano com a criação do município de Santo Antônio do Içá — para o que perdeu os distritos de Santo Antônio do Içá, Tonantins e parte do de Santa Rita de Weil — Essa área, segundo cálculos elaborados pela Inspetoria Regional de Estatística, ficou reduzida a cêrca de 42 204 km². É, assim, São Paulo de Olivença o 16.º município do Estado em extensão territorial, entre os 43 outros, ora existentes. Observa-se que, mesmo com essa redução, sua área é superior às dos Estados de Alagoas, Sergipe e Espírito Santo.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Solimões, Jandiatuba e Camatiã, as ilhas São Paulo, Corneta e Jandiatuba e os lagos Grande, Maitô, Couro Velho e Jacitara.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem importantes riquezas do município, notadamente a primeira, cuja exploração é a fonte principal da sua receita, destacando-se, pelo seu valor econômico, a seringueira (hevea brasiliensis) e a sorveira, além de madeiras de lei. Na fauna, além do pescado, no qual se destacam pelo porte e valor econômico, o pirarucu, o peixe-boi e o jacaré. Há as mais variadas espécies de animais silvestres, tais como a onça, capivara, caititu, veado, anta e muitos outros. Há possibilidade da existência de petróleo, visto suas terras estarem compreendidas em áreas de rochas sedimentárias.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico realizado em 1.º de julho de 1950, a população do município de São Paulo de Olivença era de 17 277 habitantes, assim discriminados: Homens — 8 862, mulheres — 8 415; brancos — 1 972; pretos — 118; amarelo — 1; pardos — 15 160 e sem declaração de côr — 26. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 853, 4 458 eram solteiras, 3 790 casadas, 2 desquitadas, 592 viúvas e sem declaração — 51; existiam 304 estrangeiros. A religião predominante era a católica, à qual pertenciam 16 844 pessoas; os adeptos dos demais credos representavam reduzidas proporções. Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 13 855, apenas 2 095 sabiam ler e escrever. Do exposto, conclui-se que, como na maioria dos municípios amazonenses, era grande a superioridade das raças branca e parda sôbre as demais. Com relação à predominância do sexo masculino, São Paulo de Olivença se ombreia aos demais municípios, com exceção apenas de Manaus e Urucurituba, onde o sexo feminino é numèricamente superior. Do total da população do município, apenas 2 560 habitantes, ou sejam: 14%, viviam nas zonas urbanas do município e distritos.

Com o desmembramento sofrido em 1955 para a criação do município de Santo Antônio do Içá, a população do município — 17 277 habitantes — ficou reduzida, segundo os cálculos da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, a 10 500 habitantes. Sua população relativa era de ..... 0,25 hab/km², passou a ser de 0,24 hab/km², conservando-se inferior à do Estado que é de 0,32 hab/km². O municí-

Praça da Matriz

pio está colocado no 17.º lugar entre os 43 que ora constituem o Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São Paulo de Olivença possui três aglomerações urbanas, que na época do último Recenseamento contava com a seguinte população: São Paulo de Olivença — 948 habitantes — 483 homens e 465 mulheres; Amaturá — 429 habitantes — 202 homens e 227 mulheres; Santa Rita do Weil — 269 habitantes — 128 homens e 141 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é, sem dúvida, a maior fonte de receita do município. No ano de 1956, o valor desta produção foi de ...... Cr$ 17 578 382,00, cabendo Cr$ 13 211 000,00 à extração da borracha e CrS 1 653 000,00 à do sernambi; os demais produtos foram madeiras e sôrva.

Também bastante significativa é a produção extrativa animal, que em 1956 alcançou o valor de Cr$ 4 117 500,00; dêste total, CrS 3 850 000,00 couberam à pesca — em particular a do pirarucu, que contribuiu com Cr$ 2 550 000,00 — e Cr$ 140 000,00 à produção de couros de animais silvestres; além dêsses, foi realizado o apanhamento de quelônios.

A agricultura, conquanto não seja das maiores do Estado, é relativamente desenvolvida. No ano de 1956, o valor da produção agrícola do município atingiu CrS 764 340,00; dêsse valor Cr$ 198 000,00 couberam ao cultivo do arroz e Cr$ 150 000,00 ao da cana-de-açúcar; os demais produtos cultivados foram: a mandioca, feijão, macaxeira, juta, banana e laranja.

A pecuária é insignificante. Observou-se, no ano de 1956 que os principais rebanhos eram os de suínos, com 300 cabeças e os de bovinos, com cêrca de 700 cabeças; os demais possuíam efetivos inferiores a 500 cabeças.

O Registro Industrial de 1955 localizou 5 estabelecimentos — sendo 3 padarias e 2 engenhos de aguardente de cana — dedicados à indústria, totalizando essa atividade o valor de Cr$ 119 700,00; dessa importância, ... Cr$ 100 000,00 cabem à panificação e Cr$ 19 700,00 ao fabrico da cachaça. Como nos demais municípios, também em São Paulo de Olivença é praticada a transformação da mandioca em farinha, porém ainda em processo rudimentar, na qual são usados a raladeira manual, o tipiti ou espremedor e o forno; essa atividade é desenvolvida na quase totalidade das propriedades rurais e exclusivamente para o consumo próprio de seus ocupantes, visto constituir a farinha um dos alimentos básicos da Amazônia.

Segundo os resultados censitários levados a efeito no ano de 1950, possuía o município àquela época 9 estabelecimentos industriais, 65 comerciais, 8 de prestação de serviços e 251 propriedades agrícolas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é relativamente desenvolvido e mantém transações com a Capital do Estado e sedes dos municípios vizinhos. O município possui 12 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 atacadistas; dêsses, 6 estabelecimentos localizam-se na cidade de São Paulo de Olivença. Ainda não dispõe de estabelecimento bancário ou de crédito.

MEIOS DE TRANSPORTE E DE COMUNICAÇÃO — A cidade de São Paulo de Olivença liga-se às sedes municipais vizinhas e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Santo Antônio do Içá — fluvial: 122 km e aéreo: 115 km; Benjamin Constant — fluvial: 196 km e aéreo: 179 km; Atalaia do Norte — fluvial: 224 km; Jutaí — fluvial: 882 km; Capital Estadual — fluvial: ...... 1 432 km e aéreo: 1 146 km; dispõe de uma agência postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos, que possibilita a comunicação da sede municipal com a Capital do Estado. A comunicação telegráfica com outras localidades é feita via Manaus.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Paulo de Olivença está localizada à margem direita do Rio Solimões, sôbre uma colina de 90,43 metros de altura. É interessante notar-se que, pelo seu aspecto topográfico, a cidade se divide em três bairros: na parte mais alta da colina acham-se situados os principais prédios e repartições públicas — é o centro das atividades; à direita e à esquerda dessa elevação localizam-se os bairros de São João e 10 de Novembro. O terreno apresenta aspecto arenoso e geralmente acidentado, o que dificulta o progresso da cidade. Conta a cidade com 22 logradouros públicos, dos quais 2 são pavimentados e 172 prédios; sua população é estimada em 1 100 habitantes. É servida de luz elétrica, sendo a iluminação pública extensiva a 17 logradouros, com 208 focos, e a domiciliária a 13, com um total de 174 ligações. Dentre os seus logradouros destacam-se as Ruas Getúlio Vargas, 7 de Setembro e Monsenhor Evangelista e a Praça São Paulo. Os edifícios mais importantes são: Educandário de Nossa Senhora da

Outro Aspecto da Praça São Paulo

Conceição, Bispado, Convento das Freiras Franciscanas e o Pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Saúde, mantido e administrado pelo Serviço Especial de Saúde Pública, presta assistência médica às populações urbana e rural do município. Exercem profissão na cidade 1 médico, 1 dentista e 1 enfermeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Mantidos e administrados pela Prelazia de Nullius do Alto Solimões, e destinados ao amparo de menores desvalidos, funcionaram, em 1956, na cidade de São Paulo de Olivença e Vila de Amaturá, respectivamente, o Educandário Nossa Senhora da Conceição e o Jardim da Infância Martagão Gesteira, com os efetivos de 75 e 60 crianças abrigadas. Não existe no município qualquer entidade de natureza cooperativista.

ALFABETIZAÇÃO — Das 13 855 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, 1 274 homens e 821 mulheres sabiam ler e escrever. A percentagem das pessoas alfabetizadas era de 0,15%, excessivamente inferior em relação à do Estado, que era de 0,368%. Das 406 pessoas de 10 anos e mais que possuíam naquela época curso completo, 255 eram homens e 151 mulheres; dessas 229 homens e 145 mulheres possuíam grau elementar, 18 homens e 5 mulheres grau médio e 8 homens e 1 mulher grau de ensino superior.

ENSINO — Funcionaram no município, durante o ano de 1956, 20 escolas de ensino primário, com 514 alunos matriculados; dêsses 286 homens e 228 mulheres. Na sede municipal estiveram em funcionamento 4 escolas de ensino do mesmo grau, com 46 alunos e 24 alunos matriculados, 1 escola de dactilografia, 1 de corte e costura e 1 de ensino normal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de São Paulo de Olivença é sede de seis associações esportivas culturais: São João Ideal Clube, Atlético Lincoln Clube e Anchieta Esporte Clube, na zona urbana da cidade; Passé Esporte Clube, no povoado Passé; Solimões Clube e São Cristóvão Futebol Clube, na Vila de Amaturá. Está em fase de recuperação a biblioteca pública e que no momento conta com 760 livros, com a cooperação do Instituto Nacional do Livro. Existe uma biblioteca particular, denominada "Biblioteca Mariana", pertencente à Prelazia de Nullius do Alto Solimões.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal		(Cr$ 1 000)
			Total	Tributária	
1951	...	35	445	261	445
1952	...	29	707	175	441
1953	...	71	1 068	309	127
1954	689	60	796	307	773
1955	...	377	791	...	622
1956	711	63	2 332	358	1 476

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A particularidade mais acentuada do município, é a da quase inexistência da castanha-do-pará, abundante na

Trecho do Rio Solimões

maioria, das demais unidades do Estado. Não há monumentos históricos a registrar.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O mês de junho no município de São Paulo de Olivença é dedicado quase que exclusivamente às comemorações tradicionais de Santo Antônio, a 13; São João, a 24; concomitantemente com as realizadas dos dias 20 e 29 em homenagem a São Paulo Apóstolo, padroeiro do município de São Paulo de Olivença. Durante êsse período há novenas tôdas as noites, findas as quais se realizam quermesses na Praça de São Paulo, onde se acha localizada a matriz, e festas dançantes; no arraial cuidadosamente ornamentado para êsse fim, são vendidos doces e bebidas e praticados jogos, como o da pescaria ao som da banda de música local. Culmina a festa com a procissão de São Paulo, no dia 29, contando com o acompanhamento de grande número de fiéis. No distrito de Amaturá é homenageado no dia 25 de julho o seu padroeiro, São Cristóvão, cujas festividades e folguedos são bastante concorridos.

VULTOS HISTÓRICOS — No cenário político-administrativo, os paulivenses que mais se destacaram foram os Coronéis Antero Barreto Seabra e Francisco Alves de Castro. O primeiro exerceu, por duas vêzes, o mandato de Deputado Estadual; o segundo, como lider político de reconhecido tirocínio administrativo, exerceu o cargo de superintendente municipal, empregando o máximo de seus esforços para o melhoramento sócio-econômico-cultural de sua terra e de seus munícipes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O majestoso rio Solimões, a cuja margem, no tôpo de uma colina, assenta-se a cidade de São Paulo de Olivença, é, por si só, uma atração turística. Em frente à cidade o rio espraia-se, formando a ilha de São Paulo, na qual se destacam os lagos do Jacitara e do Chapéu, impressionantes pelas vitórias-régias que os ornamentam.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de São Paulo de Olivença é sede da Prelazia de Nullius do Alto Solimões, antiga Missão Capuchinha; foi elevada à Prelazia em 15 de agôsto de 1950, tendo sido seu primeiro Bispo, Prelado Dom Cesário de Minali. A essa circunscrição religiosa estão subordinadas a maioria dos municípios confinantes; mantém a administração várias instituições de âmbito social, religioso e educativo.

LENDAS — Passamos a transcrever uma das várias lendas que existem na região, do livro "O Amazonas Por Dentro", de Antônio Cantanhede":

"Alma Penada: — Em frente à antiga maloca dos índios Tikunas corria, mansamente, o Iacurapá, cujas águas se lançam no rio Solimões, próximo de São Paulo de Olivença.

Foi ali que vira a luz da vida Iauitê, a mais bela tikuna, filha do tuchaua da tribo.

Crescera, esbelta como a cana da flexa e faceira como a juriti da mata, chegando à puberdade sem se inclinar ao casamento apesar de reqüestada pelo rapazio daquelas redondezas que porfiava na conquista do seu coração virgem de afetos.

Cultivando o jardinzinho que plantara, e cuidando dos fios de tucum com que tecia as suas vestes, vinha passando vida descuidada, até que um dia, quando no banho matinal, no rio, vira bem próximo de si um jacarèzinho, pintadinho como se fôra um brinquedo de loja e tão manso que mais parecia cria de casa. Achou-lhe graça Iauitê, e daí por diante amiudou as suas idas ao pôrto, onde se entretinha a jogar ao gracioso animalzinho porções de beijus, ramos e fôlhas de arbustos e de ervas. O indiscreto nadador, vendo-a despida, dentro dágua, longe de fugir-lhe mais se aproximava, ficando a espreitá-la, como que fascinado ante a beleza da jovem índia.

Os botos boiavam, em bandos, como a querer investir contra o jacarèzinho, que ficava quieto, não dando por aquela ameaça de agressão. E assim, foram passando dias, semanas e meses, até vésperas da grande festa que, anualmente se realizava na maloca.

Desta vez, as solenidades seriam maiores em regozijo ao nascimento do primogênito de Coêma, filha mais velha do tuchaua.

Além da farta provisão de caça e de frutas, fôra necessário recorrer ao pescado, e para melhor resultado da pescaria serviram-se os indígenas da Cururu-apé, para o envenenamento das águas em certo trecho do Iacurapá, próximo ao seu desaguadouro.

Maravilhoso o resultado da pescaria, vindo também envenenado, o jacarèzinho pintadinho.

Desolada com a perda do seu companheiro da beira do rio não quis Iauitê tomar parte da festança que corria em meio de grande animação. Não comparecera ao almôço, bem como Coêma que tomara o encargo da cozinha. A carne do jacarèzinho, por tenra ainda, fôra disputada pelos comensais, dêle nada sobrando.

Prefeitura Municipal

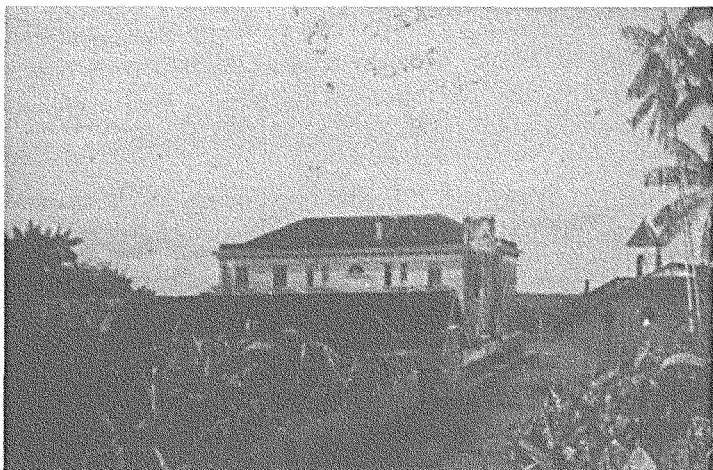
Do seu canto e em meio dos seus brincos infantis já notara Iauitê que alguns dos convidados resvalando dos bancos iam caindo ao solo, adormecidos, e outros, encostados à tôsca mesa ressonavam numa espécie de roncaria musicada. Todos adormeceram por fim. Apesar de supor que aquilo podia ser o efeito das bebidas fermentadas, procurou Coêma, e passaram as duas a examinar os adormecidos que, apesar de bem sacudidos não despertavam.

Do amplo e asseado terreiro, os cães e a criação miúda alvorotados, dão sinal de aproximação de gente estranha. Da banda do rio vem subindo, em direção à casa, criatura desconhecida: uma velhinha, debulhada em lágrimas.

— Por que choras tu assim, minha tia? interroga Iauitê à desconhecida que, avançando sempre, dera entrada na morada.

— Que fizeste do meu filho, daquele jacarèzinho pintadinho, que, envenenado pelos teus veio com os peixes que mataram? indaga a chorosa visitante.

— Teu filho?!... pois aquêle jacarèzinho era teu filho?!...

Já no interior do grande barracão a velhinha mui curvada pela idade ia perquirindo em volta da mesa e pelo solo onde se encontravam todos a dormir profundo sono, e fala: Sim, era meu filho e os teus o comeram. Êsse sono profundo bem o demonstra e êles nunca mais acordarão. E chegando mais para junto da jovem índia, passou a contar a sua história. Como tu, eu fui nova também, e gostava de cantar a saudade do meu amor, à beira dêsse rio grande que a todos nos viu nascer. Certa vez, quando no banho por manhãzinha bonita eu me encontrava à beira dágua, bem na bôca do nosso querido Iacurapá, notei que os botos começaram a saltar de mim tão perto que cheguei a pensar que queriam vir para fora dágua. Em comêço eu achava aquilo tão divertido que não cuidei de sair de onde me encontrava, a meio corpo dentro dágua. Mas, a luta entre os bichos do fundo tornara-se tão violenta e eu me assustei, e quis fugir e não pude, porque as minhas pernas fraquejaram e eu tremia como varas verdes. E as águas foram subindo, foram subindo, até me cobrirem e ao meu filho querido, que comigo se encontrava. Quando despertei, estava encantada, e meu filho também, vindo a saber mais tarde que tinha sido eu causa de grande paixão, que motivara tal contenda entre os animais de dentro dágua; e mais, que o meu apaixonado morrera na peleja. Por isso, eu podia voltar para terra; estava livre, ou ficar dentro dágua, com os bichos, mas, meu filho, transformado em jacarèzinho pintadinho, para distinguir-se dos demais, sòmente desencantaria, quando encontrasse môça que com êle casasse. Desde então, eu procurei noiva para o meu amado Çuriçaua, e, nesse empenho, ora como bôto, ora na forma de outro qualquer peixe, eu andei rio acima rio abaixo. Certo dia e demonstrando grande satisfação apareceu-me meu querido Çuriçaua que me comunicou ter encontrado aquela que o salvaria, e eras tu, a filha do tuchaua dos tikunas. Desde então, encantado naquele jacarèzinho pintadinho, vinha êle espreitar e rondar a tua beleza, à espera do dia em que, retomando a forma de homem, pudesse fazer-te a côrte. Aceito por ti, o seu encanto quebraria, mas, o dia custara a chegar, e, enlevado pela tua formosura não dera pelo veneno que o matou.

Vista dos Fundos da Residência do Bispo e dos Padres

Chorando sempre, a velhinha em tôrno da morada e do caminho ia apanhando do chão os ossinhos do seu inesquecível Çuriçaua. Terminada que foi essa tarefa, voltou a falar com a jovem índia amedrontada.

— Iauitê! tu te livraste desta vez, mas, toma cuidado. Esta noite desabará sôbre a maloca dos teus, forte tempestade. As águas levarão estas terras e tôdas que aqui se encontrarem. Sòmente Coêma e tu se salvarão se fugirem cedo à minha vingança. Isto dizendo, entrega Caruca a Iauitê boa porção de caroços de buritis que apanhara no terreiro, e ensina: quando a trovoada começar, foge e vai jogando êstes caroços para adiante. Tôda vez que êles baterem na água desvia-te até encontrares terra firme.

A noite já se aproximava bem escura e a velhinha continuava a praguejar; ao mesmo tempo que instruía Iauitê.

Fortes rajadas de vento e listras de fogo no céu côr de chumbo, anunciam o temporal iminente. As árvores se retorcem, e a chuva caindo torrencialmente ia levando em suas águas volumosas as terras do barranco. Dentro de poucos minutos tudo tinha desaparecido na voragem assustadora das águas. Sòmente as duas irmãs, apavoradas, seguiam o seu mau destino, guiadas pelos caroços de buritis jogados para diante pelas fugitivas. A vingativa velhinha não mentira: onde os caroços denunciavam haver água, em pouco tempo a terra desaparecia como que por encanto. O último caroço já fôra jogado por Iauitê que ficara a mercê de sua má sorte, sentindo fugir-lhe dos pés a terra movediça.

Quando já prestes a sucumbir eis que lhe surge Caruca, que lhe diz: Iauitê! filha mais nova do tochaua morto, venho assistir o fim da tua vida, porque tu vais morrer. Ouve. Coêma por inocente ficará para contar o que se está passando e para ser a semente da nova tribo, no lugar da maloca desaparecida, mas, o teu corpo morrerá, Iauitê, porque teu pai foi o matador do meu chorado Çuriçaua, daquele que seria o teu espôso se os teus não fôssem tão maus. A tua alma voará e sob a forma de pássaro agoureiro, nos ramos das árvores, sem sossêgo, ficará para anunciar o mal, penando para todo e sempre, e se chamará Auitê ou alma penada!

Nesse momento grande listra de fogo clareou a mata e as duas criaturas entreolharam-se pela última vez. Uma árvore colossal em rodopio desabara com estrondo deixando no solo, onde estavam implantadas as suas raízes, grande cova, aí desaparecendo o mimoso corpo da jovem índia, ao mesmo tempo que do galho de outra árvore e emitido por uma ave de pequenas proporções ali empoleirada se ouvia tristonho canto: — tincuan-tin-cu-an... tin-cu-an... tin--cu-an...

Desaparecidas as terras outrora ocupadas pelos índios Tikunas nas margens do Iacurapá, sobrevivente ficou Coêma que dava notícia do formidável temporal e da praga que pesara sôbre os seus antepassados e sôbre os convivas da grande festa onde fôra comida a carne de um jacarèzinho pintadinho".

NOTA: Iacurapá — Designativo de ave ou onde existem muitos Acuraus também conhecidos por Bacuraus.

Iauitê — Bravo. Belo. Feroz. Arriscado. Perigoso.

Coêma — Manhã.

Çuriçaua — Alegria.

Caaru ou Caruca — Tarde.

Tuchaua — Chefe da tribo. Príncipe.

Auitê — Ave agoureira, entre os Tikunas. O mesmo que Tincuan ou Xincuan, da língua geral.

Cururu-apé — Timbó cipó.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A. C. Ferreira Reis. "Panoramas Amazônicos — São Paulo de Olivença", de Anísio Jobim. "Diário Oficial" do Estado — Edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Sinopse Estatística do Município de São Paulo de Olivença, editado pelo C.N.E. — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. Tábuas Itinerários do Estado. Questionários preenchidos pelo A.E. de São Paulo de Olivença.)

TAPAUÁ — AM

Mapa Municipal na pág. 197 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Na zona do rio Purus, o povoamento civilizado se iniciou muito mais tarde que em outras zonas do Amazonas.

Em 1852, a serviço do govêrno da Província, subiu, o rio Purus uma expedição confiada ao prático Serafim Salgado.

Em 1861 outra expedição também sulcou as águas do caudaloso rio; esta confiada a Manuel Urbano da Encarnação, perito em coisas de sua terra, cujos segredos sabia desvendar dos indígenas.

Há, todavia, notícias, de que antes dos meados do século XIX, "João da Cunha Correia, vulgo João Cametá, visitou-o muitos dias de viagem acima da bôca".

O primeiro núcleo de povoamento organizado na zona do rio Purus foi, provàvelmente, a Missão de São Luiz Gonzaga, fundada em 1854, por Frei Pedro Ceriano, com índios Muras, Cauinicis, Mamuris, Jamadis, Purupurus, etc. A Missão, no entanto, teve existência efêmera, porque o Frei Coriano enfêrmo, teve de abandoná-la.

Em 1871, começaram a chegar os nordestinos, na terra firme do Amaciari, hoje Lábrea, naquele ano, trazidos pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre. Em 1874, Manuel Urbano da Encarnação, já citado anteriormente, "mestiço de grande tato e consumado explorador do Purus" fundou Canutama. Em 1878 o comendador João

Gabriel de Carvalho, com vários companheiros, desembarcou em terras do atual município de Bôca do Acre.

O povoamento dos afluentes do rio Purus, foi então se processando a partir daí.

O município de Canutama foi criado em 1891, com território desmembrado do de Lábrea, de acôrdo com a Lei Estadual n.º 22, de 10 de novembro daquele ano.

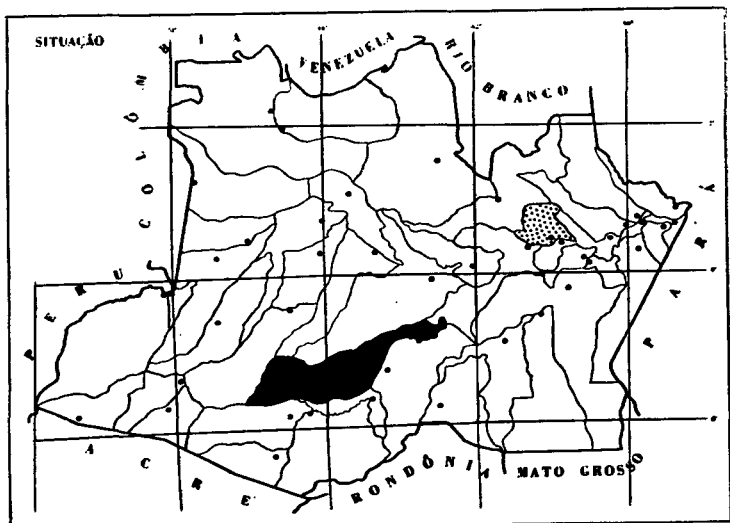
Em 1938, em virtude do Decreto-lei estadual número 176, de 1.º de dezembro daquele ano, foi criado no distrito de Canutama o distrito de Bôca do Tapauá.

A Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, criou o município de Tapauá, desmembrado do de Canutama, com sede na vila de Bôca do Tapauá, elevada então à categoria de Cidade.

"Tapauá", denominação dada ao município e à respectiva sede, provém do rio do mesmo nome, um dos principais afluentes do rio Purus, e que atravessa o município de um extremo a outro, numa extensão de cêrca de 500 km.

O município de Tapauá é constituído de um só distrito — o do mesmo nome. Ainda não foi criado o têrmo judiciário.

A Instalação do município deu-se a 31 de janeiro do ano seguinte, sendo o seu primeiro prefeito, nomeado pelo Governador do Estado, o senhor Antônio Ferreira de Oliveira.

LOCALIZAÇÃO — O município de Tapauá acha-se localizado na zona fisiográfica do rio Purus e limita com Canutama, Lábrea, Pauini, Carauari, Tefé, Coari e Manacapuru. Note-se que é dos municípios que possuem maior número de unidades municipais confinantes. São as seguintes as coordenadas geográficas de sua sede: 5° 46' de latitude Sul e 64° 22' de longitude W.Gr.; posição relativamente à capital do Estado — distância em linha reta: 560 quilômetros, na direção sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A cidade de Tapauá está situada a cêrca de 30 metros acima do nível do mar. Dada essa pequena elevação torna-se alagadiça por ocasião das grandes enchentes do rio Purus.

CLIMA — Como o da maioria dos municípios amazonenses, seu clima é quente e úmido, estando compreendido no grupo AF, segundo a classificação de Koppen; em determinadas épocas do ano ocorrem bruscas mudanças de temperatura, conhecidas por "friagem do Acre". Êsse fenômeno é observado em tôda a região oeste da Amazônia.

ÁREA — Segundo os cálculos procedidos pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal, a área do município é de 50 895 km², o que o coloca em 10.º lugar entre os 43 outros ora existentes no Estado do Amazonas. Em extensão territorial, Tapauá é superior aos Estados de Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Purus e Tapauá; dêsse último é derivado o nome do município. Além dêsses, existem muitos outros acidentes como os rios Jacaré, Itaparaná; Paraná do Abufari, do Jacaré, do Pantaleão e Tataputaua; igarapés do Jacarèzinho, Minuã e Pauá-Pixuna.

RIQUEZAS NATURAIS — A selva e a fauna constituem importantes riquezas naturais do município. Na flora destacam-se, pelo seu valor econômico, a seringueira (Hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará (bertholletia excelsa) ou noz do Brasil; na fauna existem peixes das mais variadas espécies, destacando-se o pirarucu e o peixe-boi, jacaré, quelônios e animais silvestres como queixada, onça, anta, veado e muitos outros.

POPULAÇÃO — A população de Tapauá atingiu, em 1.º de julho de 1950, por ocasião do último Recenseamento Geral, 5 397 habitantes, dos quais 2 860 eram homens e 2 537 mulheres. Com essa população, o município classifica-se no 32.º lugar entre os 43 ora existentes no Estado. Sua densidade demográfica é de 0,10 hab/km², enquanto que a do Estado é de 0,32 hab./km².

Dos 5 397 habitantes recenseados, 5 280, ou sejam 98%, localizavam-se na zona rural do município. A população urbana como se vê, correspondia a 2% apenas do total. É essa uma das percentagens mais baixas do Estado. Inferior a ela só as de Maraã, Jutaí e Juruá.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana do município é a sua sede que, segundo o Censo Demográfico de 1950, possuía naquela época 177 habitantes, dos quais 53 eram homens e 64 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal constitui a maior fonte de renda do município. Em 1956 alcançou o valor de Cr$ 20 240 000,00; dêsse total Cr$ 15 501 000,00 couberam à castanha-do-pará e ...... Cr$ 3 500 000,00 à borracha; os demais produtos explorados foram o látex, o sernambi e a sôrva.

A produção extrativa animal também representa importante subsídio à economia de Tapauá. No mesmo ano de 1956, o valor dessa produção foi de Cr$ 2 028 000,00, cabendo Cr$ 1 035 600,00 à pesca — notadamente a de pirarucu, que contribuiu com Cr$ 635 600,00. O restante coube à produção de couros e peles de animais silvestres, destacando-se o jacaré que proporcionou uma renda de Cr$ 950 130,00.

A agricultura é pouco desenvolvida, como sói acontecer nos municípios de produção essencialmente extrativa. No ano em referência, o valor dessa produção foi de cêrca de Cr$ 250 000,00; os principais produtos cultivados foram: o milho — Cr$ 80 000,00, mandioca — .... Cr$ 75 000,00 e batata-doce — Cr$ 18 000,00; demais culturas: cana-de-açúcar, arroz, macaxeira, batata-doce e bananas.

A pecuária é quase inexpressiva; os principais rebanhos existentes em 31 de dezembro de 1956 eram o de suínos, com 1 250 cabeças, e o de bovinos, com apenas 55 cabeças. Os demais possuem efetivos inferiores a 20 cabeças.

Segundo os Censos realizados em 1950, o município possuía 26 estabelecimentos comerciais e 14 propriedades rurais.

COMÉRCIO — Tapauá possui apenas um estabelecimento comercial varejista, localizado na sede municipal. Todavia, seus municípios são providos do necessário pelo comércio regatão que percorre perièdicamente os locais mais distantes da unidade municipal. Importa fazendas e estivas em geral e exporta borracha, canstanha-do-pará, sôrva e demais produtos extrativos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Comunica-se com a capital do Estado e com as sedes municipais vizinhas através dos seguintes meios de transporte: Canutama: fluvial — 231 km, Lábrea: fluvial — 494 km, Pauini: fluvial — 1 133 km, Manacapuru: fluvial — 1 057 quilômetros, Manaus: fluvial — 1 176 km. Ainda não dispõe de agência postal-telegráfica; a correspondência é conduzida pelas embarcações fluviais que demandam o município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tapauá está situada à margem esquerda do rio Purus, precisamente na foz do rio Tapauá, a 1 176 km da capital do Estado.

Por ocasião do Recenseamento de 1950, a então vila possuía 117 habitantes. Dada a precariedade do terreno, vulnerável às freqüentes enchentes do rio Purus, a sede municipal dentro em pouco será transferida para o lugar Ipixuma, à margem direita do mesmo rio Tapauá. Possui cêrca de 34 casas, sendo destituída de quaisquer melhoramentos encontradiços nos centros urbanos, como sejam luz elétrica e abastecimento de água.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, em número de 99, existentes àquela época na sede municipal, apenas 9 homens e 9 mulheres sabiam ler e escrever.

ENSINO — No ano de 1956, funcionou no município de Tapauá apenas uma escola de ensino primário.

FINANÇAS PÚBLICAS — A receita municipal, orçada para o ano de 1956, foi de Cr$ 177 320,00, exclusive os auxílios consignados pelos demais poderes federal e estadual.

OUTROS ASPECTOS — O município dispõe de apenas um templo católico denominado capela do Santo Soldado e localizado na sede municipal. Êsse templo, aliás, não é reconhecido pela Igreja Católica, representada pela Paróquia de São João Batista, de Canutama, a cuja circunscrição está o município subordinado.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — "História do Amazonas", de A. C. Ferreira Reis: — Resultados dos Censos Demográfico, Agrícola e Econômico de 1950. — Tábuas Itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pelo A.E. de Canutama.)

TEFÉ — AM

Mapa Municipal na pág. 167 do 1.° Vol.

HISTÓRICO — A ambição territorial da Espanha no Amazonas, nos tempos coloniais, encontrou no jesuíta Samuel Fritz um dos seus mais destacados defensores. Nesse propósito, várias aldeias foram fundadas por aquêle religioso, à margem do Solimões, nos fins do século XVII. Tefé, foi uma dessas aldeias.

Fritz, estava realmente convencido de que aquela região pertencia à Espanha. A Portugal, todavia, pouco importava essa convicção: O Território era seu e como tal cumpria-lhe preservá-lo do domínio espanhol, que se implantava simultâneamente com a obra catequista dos missionários castelhanos.

Em 1708 o Governador do Grão-Pará enviou "uma tropa sob o comando do Capitão Inácio Correia de Oliveira, para fazer evacuar ditas aldeias" das quais era então responsável o padre João Batista Sana.

O padre Sana, simulando obediência à ordem de retirar-se, seguiu para Quito onde obteve "uma fôrça armada com que desceu o Maranhão e o Solimões, investiu contra as aldeias e cometeu tôda sorte de depredações, aprisionando o comandante e muitos soldados da tropa nimiga".

Resolveu então o Governador do Grão-Pará enviar no ano seguinte nova expedição ao Solimões, cujo comando foi confiado ao experimentado sargento José Antunes da Fonseca. Coube, dessa feita, a vitória às fôrças portuguêsas, que aprisionaram, entre outros, o padre Sana.

"Essas lutas trouxeram a devastação das aldeias, cujos remanescentes o piedoso frei André da Costa reuniu na ilha dos Veados e trouxe para Tefé". Isto ocorreu em 1718.

Habitavam primitivamente a região os índios Nuruaques, Cauixanas, Jumanas, Passés, Uainumas, Catuquinas, Jamamadis, Pamanas, Juris e Jurimaguas Tupebas ou Tapibás.

Em 1759, Tefé foi elevada a vila com a denominação de Ega, de origem portuguêsa. Data daí conseqüentemente a criação do município.

Prefeitura Municipal

Vista Parcial

Nos fins do século XVIII (1782-1790), Tefé hospedou durante cêrca de 9 anos D. Francisco Requena, chefe da comissão espanhola de demarcação de limites. Requena e seus companheiros, pretenderam, então, sob a alegação de que aquela parte do território amazonense pertencia à Espanha, firmar ali o domínio dessa Nação. Cortou-lhe então a descabida pretensão, o coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada, Governador da Capitania que "cercou os espanhóis de tais vigilâncias e proibições que os forçou a abandonar Tefé e todo o curso do Solimões", inclusive ocupando militarmente em 1790 o lago de Cupacá onde os espanhóis pretendiam estabelecer-se. Resolveu então Requena regressar a Mainas, o que fêz nos princípios de 1790.

Em 1817, foi criado o município de Olivença, com território desmembrado do de Tefé. Todavia, em 1833 foi suprimido o município de Olivença, cujo território retornou ao de Tefé.

Por ocasião da divisão do território nacional em 1833, dando cumprimento ao Código de Processo, a vila voltou a denominar-se Tefé. Nessa divisão, a Comarca do Alto Amazonas, que compreendia o território do atual Estado, compunha-se apenas de 4 municípios. Tefé era um dêles e a sua área, abrangendo vastíssima região, era superior a 500 000 km^2.

Em 1835 eclodiu em Cametá, no Pará, sedição a que se deu o nome de Cabanagem. O movimento desenvolveu-se rápida e extraordinàriamente, espalhando-se por tôda a Província.

A participação de Tefé, foi um tanto incoerente nesse episódio histórico. A princípio, ao receber a Câmara de Tefé a proclamação da sua congênere de Manaus, que se manifestara contra o movimento sedicioso, respondeu hipotecando-lhe solidariedade. Entretanto, pouco depois, quando os Cabanos se apossaram de Manaus, Tefé declarou-se solidária com êstes, reconhecendo como Presidente da Província Eduardo Francisco Nogueira de Angelim, Chefe dos Cabanos. Redimiu-se, todavia, Tefé dêsse seu êrro, graças ao destemor do cabo-de-esquadra José Patrício, comandante da guarda nacional daquela circunscrição, que conseguiu fazer-se ouvido pela Câmara de Tefé, em reunião extraordinária, na qual proferiu vibrante discurso concitando os tefeenses a relegar os Cabanos, exemplo que foi seguido pouco depois por outras localidades amazonenses.

Por fôrça da Lei Provincial n.º 86, de 30 de abril de 1843, foi restabelecida a denominação de Ega.

Com território desmembrado do município de Tefé, foi criado em 1848 o de Coari.

Em 1853 foi criada a comarca do Solimões, instalada a 19 de março de 1855, e tendo como sede a vila de Ega, sendo seu primeiro juiz de direito o bacharel Felix Gomes do Rego.

A vila Ega foi elevada à categoria de cidade pela Resolução provincial n.º 44, de 15 de junho de 1855, sendo-lhe então restituída a denominação de Tefé. A denominação dada ao município a à sua sede, provém da "tribo indígena das "Tapibás" de cujo vocábulo o de "Tefé" é corrutela". Depois de Manaus, foi Tefé a primeira localidade amazonense a receber foros de cidade.

Residiu em Tefé, durante cêrca de 9 anos (1848-1857) o eminente naturalista Walter Bates. Também o sábio Luiz Agassiz demorou-se em Tefé muitos meses em estudo e observações.

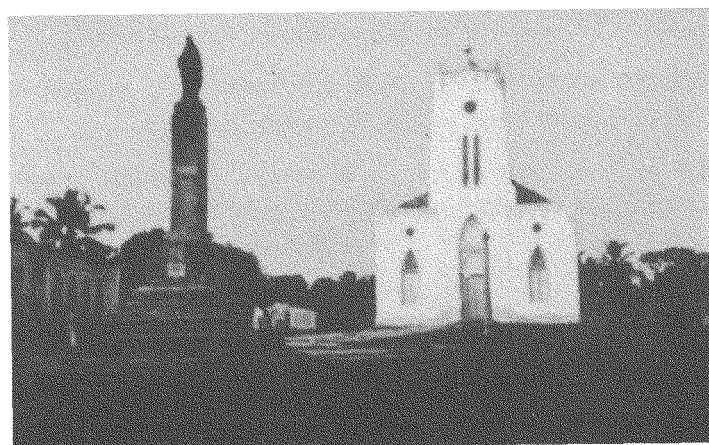
Em 1861 recebeu Tefé a visita do poeta Gonçalves Dias, incumbido então pelo Govêrno da Provncia de inspecionar as escolas primárias do Solimões.

Em 1891, foi criado o município de Fonte Boa, com território desmembrado do de Tefé, e no ano seguintes mais um município é formado com território desmembrado de Tefé: o de São Felipe (atual Eirunepé).

A Prefeitura Apostólica, atual Prelazia de Tefé, foi fundada em 23 de maio de 1910, pelos padres da Congregação do Espírito Santo. O primeiro Prefeito Apostólico foi Mons. Miguel Alfredo Barat.

Em 1911, foi criado o município de Xibauá, (atual Carauari) com território desmembrado do de Tefé.

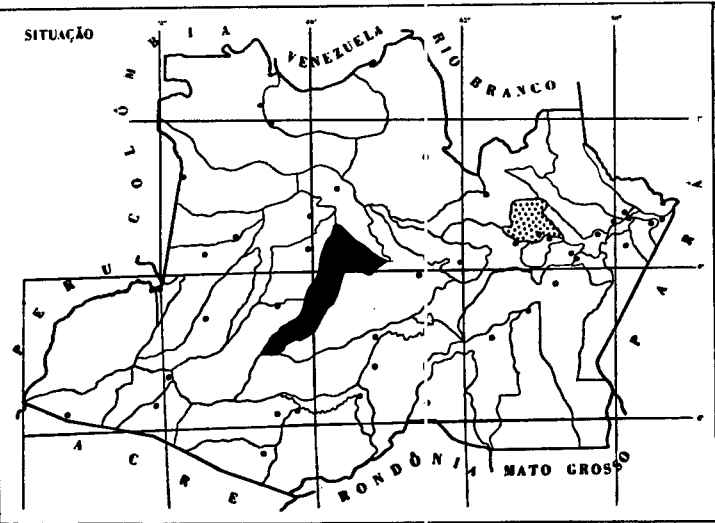
Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, Tefé compõe-se de 7 distritos: Tefé, Caiçara, Caianibó, Jauató, Santa Fé do Japurá e Uarini. Na divisão administrativa de 1933, compõe-se apenas do distrito-sede e nas datadas de 31-XII-936 e 31-XII-937, constitui-se de 2 distritos: Tefé 1.º e Tefé 2.º. Em 1938, volta a compor-se de 1 só distrito. Todavia, nesse mesmo ano, foram criados no município de Tefé, pela Lei n.º 176, de 1.º de dezembro, os distritos de Caiçara e Maraã, passando então o município a possuir 3 distritos.

Pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, o município de Tefé perdeu o distrito de Maraã, que pela mesma lei se transformou nos atuais municípios de Japurá

Praça Santa Teresa

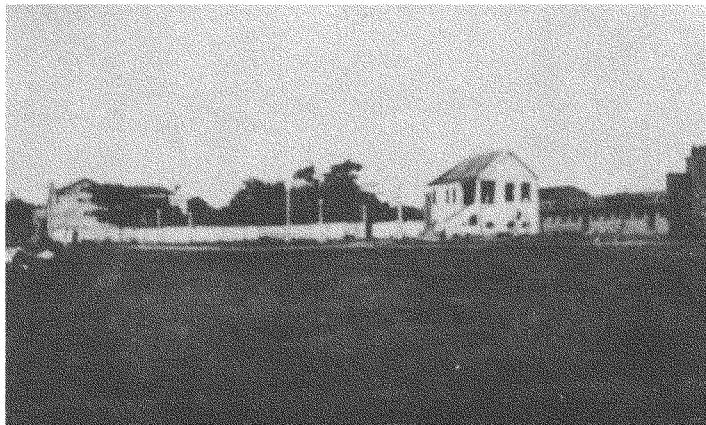
e Maraã. Perdeu também parte do distrito-sede para o município de Juruá, criado também por aquela mesma lei.

Nas eleições realizadas em 3-X-955 foram eleitos para Prefeito o Senhor Túlio de Azevedo e para vereadores os Senhores: José Marques, Armando de Souza Barros, Aldovio Praia Soares, Benedito dos Santos Guimarães, Terezinha Gonzaga Azevedo e Diogo Gonzaga Torres.

LOCALIZAÇÃO — Tefé está localizado na região fisiográfica do Solimões-Tefé, sendo um dos municípios mais centrais do Estado, e limita com Fonte Boa, Juruá, Carauari, Canutama, Tapauá, Coari e Maraã.

As coordenadas geográficas da sede municipal são: 3° 22' de latitude Sul e 61° 42' de longitude W.Gr. Posição em relação à capital do Estado — distância em linha reta: 520 km; direção 87° 14' S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Localiza-se a cidade a 47 metros acima do nível do mar.

CLIMA — Como o da maioria dos município amazonenses, seu clima é quente e úmido, estando compreendido no grupo Af, segundo a classificação de Koppen. Conquanto seja geralmente elevada, sua temperatura é perfeitamente suportável. A alta pluviosidade, os ventos alísios que sopram do Atlântico e a queda da pressão à noite, contribuem para amenizar os rigores do calor. No ano de 1956, verificaram-se as seguintes mutações: — temperatura — média das máximas 32°C e média das mínimas 25°C; nos meses

Praça Getúlio Vargas

Rua Olavo Bilac

de março, abril e novembro desabaram grandes chuvas. O total da precipitação pluvial em 1956 foi de 4 939 mm.

ÁREA — A área oficial estimada pelo Conselho Nacional de Geografia, era, até fins de 1955, de 117 477 km². Todavia, com o desmembramento ocorrido naquele ano com a criação dos municípios de Japurá, Maraã e Juruá, essa área ficou reduzida a 34 000 km², pelo que Tefé passou a figurar no 22.° lugar entre os 43 municípios amazonenses. Mesmo com essa redução, sua extensão territorial ainda é superior à dos Estados de Alagoas e Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os rios que compõem a rêde hidrográfica do município, destacam-se o Solimões e o Tefé. É cortado por inúmeros igarapés, furos e paranás, que possibilitam não só uma rápida locomoção interna pelas suas estradas naturais, mas, igualmente, o acesso às localidades dos municípios limítrofes.

Parada Escolar

Seminário Espírito Santo

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de Tefé são constituídas da flora e da fauna; na primeira, dentre as inúmeras espécies que a representam, destacam-se a seringueira (Hevea brasiliensis) e a castanha-do-pará ou noz do Brasil (Bertholletia excelsa), tìpicamente amazônica, além de outras, tais como a balta, timbó, madeiras de lei e plantas medicinais. A fauna é igualmente rica e variada: capivara, anta, veado, onça, jacaré, caititu, são os mais representativos. A rêde hidrográfica é bastante piscosa, proporcionando importante subsídio à receita do município, notadamente na produção do pirarucu e do peixe-boi.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência, em 1.º de julho daquele ano, de 20 321 habitantes, dos quais 10 450 eram homens e 9 871, mulheres; 3 248 brancos, 340 pretos, 16 718 pardos e 15 de côr não declarada; das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 584, 4 544 eram solteiras, 5 091 casadas, 1 desquitada, 941 viúvas e 7 de estado civil não declarado; segundo a nacionalidade, havia 154 estrangeiros e 10 brasileiros naturalizados; quanto à religião, verificou-se que a predominante era a católica, com 20 242 adeptos. Os outros credos existentes àquela época eram: protestante, espírita e israelita; 101 habitantes declararam-se sem religião e 13 não declararam a que seita pertenciam.

Em fins de 1955, dada a perda do distrito de Maraã e parte do de Alvarães para a constituição dos municípios de Japurá, Maraã e Juruá, a percentagem populacional do município foi sensìvelmente abalada, ficando reduzida a 54% do efetivo geral, ou sejam 11 050 habitantes, segundo os cálculos procedidos pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Com essa população o município classifica-se no 14.º lugar da relação dos 43 que ora compõem o Estado do Amazonas, valendo notar que sua densidade demográfica é exatamente idêntica à do Amazonas, que é de 0,32 hab/km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda de acôrdo com os resultados do Censo Demográfico, o município de Tefé possuía em data de 1.º de julho daquele a três aglomerações urbanas: Tefé, simultâneamente sede do distrito e do município do mesmo nome, com 2 073 habitantes, Vila de Alvarães, com 808 habitantes, e Vila de Maraã, com 26 habitantes. Atualmente, dispõe apenas das duas primeiras, visto Maraã ter sido elevado à categoria de sede municipal. Como se vê, a população urbana do município era insignificante, representando uma percentagem de apenas 14% sôbre o total das pessoas recenseadas.

ATICIDADES ECONÔMICAS — Como sói acontecer na região amazônica, a produção extrativa vegetal constitui a maior fonte de receita do município. No ano de 1956, o valor dessa produção foi de Cr$ 23 526 600,00, do qual Cr$ 13 500 000,00 couberam à produção de castanha-do-pará e Cr$ 8 265 000,00 à da borracha; os demais produtos explorados foram: sernambi, sôrva, copaíba e madeiras para construção.

A produção extrativa animal constitui, igualmente, importante subsídio à economia municipal. O seu valor, no ano de 1956, foi de Cr$ 13 324 500,00, cabendo à pesca Cr$ 11 992 000,00 — da qual a do pirarucu contribuiu com Cr$ 11 410 000,00 e a produção de couros e peles de animais silvestres e aquáticos, Cr$ 1 332 500,00, destacando-se nesta o couro de jacaré, cuja extração orçou em .... Cr$ 1 282 500,00.

A agricultura, como em todos os municípios que têm por alicerce a produção extrativa, é pouco desenvolvida. No ano de 1956, o valor dessa atividade foi de apenas .... Cr$ 1 300 000,00, do qual Cr$ 480 000,00 couberam ao cultivo da mandioca e Cr$ 400 000,00 ao da cana-de-açúcar; as demais culturas foram: milho, arroz, batata-doce, feijão, fumo, banana e laranja.

A pecuária, em relação a alguns municípios amazonenses, é desenvolvida. No mesmo ano de 1956, eram os seguintes os efetivos dos principais rebanhos: suínos 2 000 cabeças, bovinos 1 500, caprinos 600, ovinos 500 e eqüinos 200 cabeças.

A produção industrial do município reduz-se, pràticamente, à tranformação de produtos alimentares. No ano de 1956, o valor dessa produção importou em .... Cr$ 780 000,00, cabendo Cr$ 562 000,00 ao fabrico de aguardente de cana e Cr$ 210 000,00 à transformação da farinha de mandioca; os demais produtos foram: telhas e tijolos.

Segundo os resultados dos Censos Econômicos, procedidos em 1950, o município contava com 8 estabelecimentos industriais, 16 de prestação de serviços e 37 propriedades rurais.

COMÉRCIO — Por ocasião do Recenseamento de 1950, Tefé contava com 69 estabelecimentos comerciais. Possui, atualmente, 80 estabelecimentos comerciais varejistas, dos quais 35 estão localizados na sede municipal. Exporta cas-

Colégio e Escola Normal "Santa Teresa"

tanha, borracha, balata ucuquirana, maçaranduba, sôrva, peles e couros de animais silvestres e aquáticos, madeiras e pirarucu sêco; importa fazenda, estivas, calçados e artigos de armarinho.

O principal mercado ou centro importador e exportador é o de Manaus; mantém, o município, comércio com a praça de Belém e Pará.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Tefé comunica-se com as sedes dos municípios vizinhos e com a capital do Estado através dos seguintes meios de transporte: Fonte Boa — fluvial: 348 km e aéreo: 174 km; Maraã — fluvial: 229 km; Juruá — fluvial: 355 km; Coari — fluvial: 200 km e aéreo: 156 km; Manaus — fluvial: 663 km e aéreo 535 km.

Dispõe de uma estação postal-telegráfica, que lhe assegura o contato diário com a capital do Estado e com outras localidades.

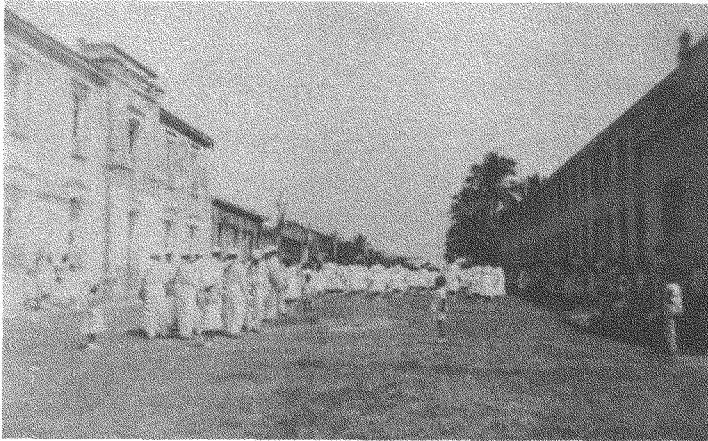
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tefé está localizada sôbre a margem oriental do lago do mesmo nome, a 663 quilômetros, por via fluvial, da capital do Estado. Possui cêrca de 500 prédios — dos quais 13 são de mais de 1 pavimento — e 24 logradouros públicos. Dêsses logradouros, apenas 1 é pavimentado. É servida por uma usina de energia elétrica que abastece 20 logradouros e 200 prédios.

Por ocasião do último Recenseamento Geral, a cidade contava, em 1.º-VII-1950, 2 073 habitantes, dos quais 1 021 eram homens e 1 052, mulheres. A população estimada para 1.º-VII-1957 é de 3 600 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Essa espécie de assistência é prestada pelo Pôsto de Saúde, do Serviço Especial de Saúde Pública, coadjuvado, na parte hospitalar, pelo Hospital São Vicente de Paulo, mantido pela Sociedade dêsse mesmo nome, ambos com sede na cidade de Tefé. Apenas 1 médico atende aos dois estabelecimentos; além dêsse profissional, exercem atividade no município 2 enfermeiros e 2 dentistas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Destinado ao asilamento de órfãs desamparadas, de 7 a 18 anos, funciona na cidade de Tefé o Orfanato Santa Tereza, mantido pelo Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria. Em 31 de dezembro de 1956, existiam naquele estabelecimento 72 asiladas. Outra entidade de natureza altruística é a Sociedade de São Vicente de Paulo que, além de manter 1 estabelecimento para internamento de doentes pobres, presta aos menos amparados assistência de várias espécies, tais como: distribuição de gêneros alimentícios e auxílios pecuniários.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, das 16 341 pessoas de 5 anos e mais existentes àquela época, 32,53%, ou sejam, 5 316, sabiam ler e escrever, percentagem essa um pouco inferior à do Estado, que é de 36,87%. Observou-se, igualmente, que das pessoas alfabetizadas 73,70% residiam na zona rural do município.

Das pessoas alfabetizadas de 10 anos e mais, em número de 4 654, 18% possuíam curso completo de grau elementar, 30 de grau médio e 17 de grau superior.

Desfile do Colégio Santa Teresa

ENSINO — No ano de 1956, funcionaram no Município 61 escolas de ensino primário, com 2 095 alunos matriculados; na sede, funcionaram 5 escolas de ensino primário — com 796 matrículas —, 2 de ensino médio e 2 de ensino profissional. Dentre os colégios locais, destacam-se o Seminário Menor do Espírito Santo, o das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria e a Escola Rural Normal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade de Tefé acha-se sediado o Humaitá Atlético Clube, associação essa destinada à prática de esportes tais como: futebol, volibol, ciclismo e pingue-pongue. No ano de 1956, êsse clube contava com 81 associados do sexo masculino. Além dessa asociação, Tefé possui uma pequena biblioteca, ora em restauração, com menos de 1 000 volumes.

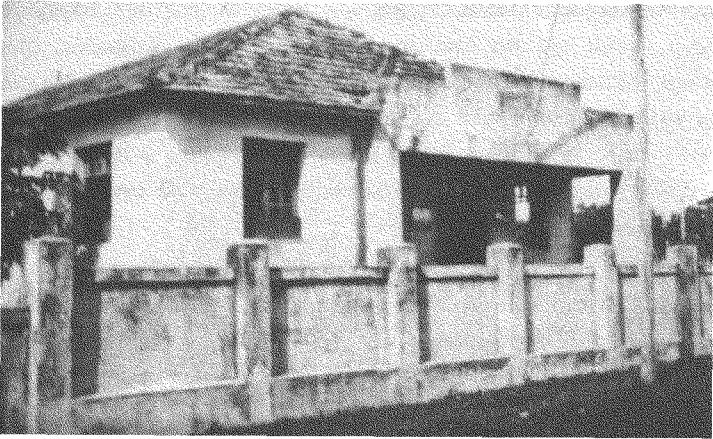
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	298 084,50	88 646,90	827 735,20	790 385,30	824 464,10
1952	421 284,80	127 111,40	493 141,70	483 287,50	436 241,40
1953	574 876,30	116 056,10	1 058 589,70	1 001 296,20	908 678,90
1954	688 444,30	465 616,20	1 152 443,90	1 127 459,90	1 001 832,40
1955	679 048,50	461 469,70	1 257 967,60	1 224 969,00	1 275 165,90
1956	803 965,10	785 802,80	2 074 128,90	804 888,70	1 165 728,50

FONTE: Agência Municipal de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Tefé goza do privilégio de ser um dos núcleos familiares mais antigos do Estado do Amazonas. Suas ruas são atapetadas de grama verde, prolongando-se êsse reves-

Pôsto do S.E.S.P.

16 — 24 640

Desfile dos Colégios

timento por quase todos os logradouros arruados. Tefé é ornamentada por uma bela coluna perpétua erigida à Praça de Santa Tereza, principal da cidade, em homenagem à visita pastoral de Dom José Lourenço da Costa Aguiar.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O meio social de Tefé é alegre e comunicativo. Uma verdadeira familiaridade se estabelece entre os seus moradores. Os tefeenses são sobretudo hospitaleiros; muito amigos de dansas, as reuniões se sucedem, os bailes se organizam freqüentemente, com muita animação e crescido número de convivas.

As festas de São João, São Pedro, Natal e Ano Novo são comemoradas com entusiasmo e aparatos tradicionais; nelas são de rigor as pastorinhas, os bumba-meu-boi, as fogueiras crepitantes e os bolos de natal.

Os atos sacros são acompanhados de cânticos, puxados à orquestra ou, às vêzes, órgão.

A padroeira do Município — Santa Tereza — é festejada, tradicionalmente, com a máxima pomposidade, no período de 1.º a 15 de outubro. Antecedendo as festividades, é erguido na praça da Matriz um grande arraial, em cujas barracas se verificam, durante as comemorações, as mais variadas espécies de comércio, jogos, diversões, leilões e folguedos; essas festividades são culminadas com a procissão da padroeira, que percorre os principais logradouros da cidade sempre acompanhada por grande número de pessoas locais e vindas de outras localidades a fim de prestar sua homenagem à Santa.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Tefé, já por ser banhado pelo maior rio do mundo — o impetuoso Solimões, que mais adiante recebe o nome de Amazonas —, já pela beleza selvática e luxuriante de seu território cortado por intensa rêde hidrográfica em cujos lagos se encontra a incomparável Vitória-régia, por si só constitui tração de natureza turística.

Seus principais logradouros são: Praça Santa Tereza, Praça Getúlio Vargas, Praça Isidoro Praia, Rua Olavo Bilac e Rua Duque de Caxias.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Acham-se localizadas no Município três paróquias: Santa Tereza de Tefé, na sede municipal, São Joaquim, na Vila de Alvarães e Espírito Santo, no lugar Missões de Tefé, com um total de 3 matrizes, 2 igrejas e 9 capelas.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — Panoramas Amazônicos. — Tefé, de Anísio Jobim. — História do Amazonas — de Artur Cezar Ferreira Reis. — Sinopse Estatística do Município de Tefé, C.N.E. — Questionário Preenchido pelo A.E. de Tefé.)

UAUPÉS — AM

Mapa Municipal na pág. 379 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A obra missionária no rio Negro, foi iniciada em 1657, pelos jesuítas padres Francisco Veloso e Manuel Pires que fundaram à margem do grande rio, na foz do Tarumã, uma povoação onde aldeiaram os índios Tarumãs.

Em 1661, com a expulsão dos Jesuítas da Amazônia, foi abandonada a aldeia de Tarumã.

Em 168, o Franciscano Frei Teodósio, com o capitão Pedro da Costa Favela, fundaram uma povoação à margem do rio Negro, nas proximidades da foz do Aruim.

Todavia, aos missionários Carmelitas é que se deve, principalmente, as maiores conquistas no desbravamento do rio Negro.

Por volta de 1695, chegaram aquêles religiosos ao rio Negro, a cujas margens criaram vários povoados.

Ultrapassaram nas primeiras décadas do século XVIII as "corredeiras" do grande rio, no afã da nobilitante tarefa de catequese missionária entre os índios Uaupés e tomaram posse da região "a coroa" de Portugal.

Anos depois é que, sob as ameaças de os espanhóis incorporarem ao seu domínio tôda aquela região do Alto rio Negro, do Cucui a São Gabriel (Uaupés), procurou o govêrno português guarnecer as fronteiras daquela região.

Em 1760, um pequeno destacamento militar estabeleceu-se em São Gabriel no alto rio Negro e outro, mais acima, em Marabitanas. Em ambos os locais foram construídos pequenos "fortes" para melhor garantia das respectivas guarnições.

No local, onde se construiu o forte de São Gabriel, surgiu pouco mais tarde, a povoação que tomou o mesmo nome de forte e que, a 25 de junho de 1833, foi ereta em sede de freguesia.

O município foi criado pela Lei Estadual n.º 10, de 3 de setembro de 1891, com território desmembrado do de Barcelos e com a mesma denominação de São Gabriel.

A Prefeitura Apostólica do Rio Negro com sede em São Gabriel, foi criada em 1910 por Pio X. Em 1914, a administração da Prefeitura Apostólica foi entregue à congregação Salesiana. Monsenhor Lourenço Giordano, foi o primeiro Prefeito Apostólico. Em 1925, a Prefeitura foi elevada a Prelazia e confiada a D. Pedro Massa. A Missão Salesiana tem prestado serviços dos mais relevantes àquela grande região do rio Negro.

Na divisão administrativa de 1911, o município de São Gabriel compreende 6 distritos: S. Gabriel, S. José, S. Felipe, Santa Izabel, Marabitanas e Rio Uaupés. Nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, figura com 5 distritos: São Gabriel, Nova Bela Vista, S. José, Santa Izabel e S. Felipe.

Em 1931, foi suprimida pelo Ato Estadual n.º 33, de 14 de setembro. Foi estabelecido em 1935 e nas divisões territoriais de 1936 e 1937 figura apenas com o distrito-sede.

Em 1938, a sede municipal recebeu foros de cidade, em virtude do Decreto-lei Estadual n.º 68, de 31 de março. Nesse mesmo ano, por fôrça do Decreto-lei Estadual n.º 176, de 1.º de dezembro o município foi dividido em 4 distritos: São Gabriel, S. Felipe, Santa Isabel e Iauaretê.

A denominação de "Uaupés" foi dada ao município, em substituição a de S. Gabriel, pelo Decreto-lei Estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943.

Essa nova denominação provém do rio Uaupés que banha o município e um dos mais importantes afluentes do rio Negro.

O rio Uaupés, primitivo Caiari, nasce no Lago do Espelho (Uaruá Lago), em território Colombiano. Sua largura chega a atingir 2 000 m em certos trechos. É pouco profundo e tem várias cachoeiras. O seu nome antigo — Caiari, foi substituído pelo de "Uaupés", denominação dos índios habitantes primitivos da região.

A nação dos Uaupés, constituía-se de várias tribos. Entre essas se destacam as que ainda povoam aquela região: Cubeu, Uanana, Arapaço, Tariano, Tucano e outros. Êsses índios são, em geral, de bom aspecto, sadios e robustos. São semicivilizados: os homens usam uma espécie de tanga e as mulheres, saia de tecido inferior.

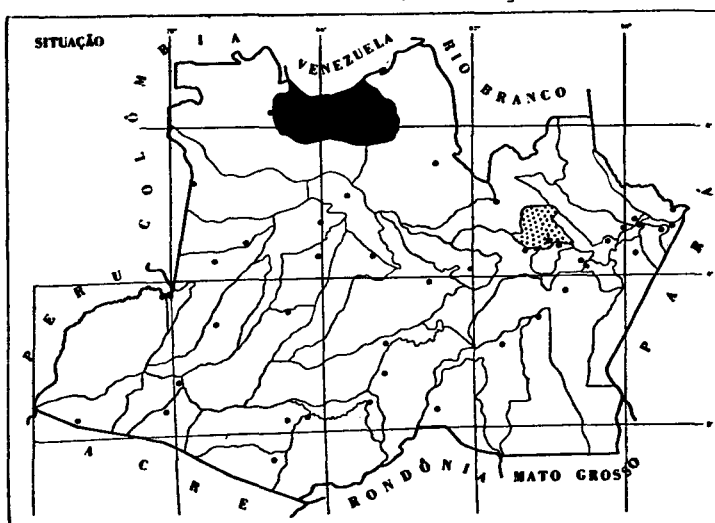
A comarca de São Gabriel foi criada pela Lei n.º 1 223, de 4 de janeiro de 1926. Foi extinta em 1930, pelo Ato n.º 29, de 14 de novembro, e restabelecida seis anos depois em virtude da Lei n.º 92, de 31 de julho de 1936. Em 1941 foi novamente extinta, de acôrdo com o Decreto número 663, de 19 de dezembro. A Lei Estadual n.º 226, de 24 de dezembro de 1952, restabeleceu a comarca com a denominação de Uaupés.

Pela Lei Estadual n.º 96, de 19 de dezembro de 1955 o município de Uaupés, perdeu os distritos de Içana e Iauaretê, para o novo município de Içana, criado pela mesma Lei.

Constituía-se pois o município em 31-XII-1956 de 2 distritos: Uaupés e Tapuruquara.

Nas eleições realizadas em 3-X-955 foram eleitos para Prefeito o senhor José Maria Gonçalves e para vereadores os senhores: Eliseu de Souza Monteiro, Valentin Garrido Otero, Luiz Lira de Macedo, Amazonino Costa, Jovino Vilagelim e João Evangelista Lima.

LOCALIZAÇÃO — Uaupés está localizado na zona fisiográfica do rio Negro e limita com os municípios de Içana e Barcelos e com as repúblicas da Venezuela e Colômbia.

Sua sede está situada a 0° 08' 03" de latitude Sul e 67° 05' 08" de longitude W.Gr., a 853 km de distância da capital do Estado, em linha reta, na direção 67° 06' N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Uaupés está situada a 90 metros acima do nível do mar, sendo uma das mais elevadas do Estado do Amazonas.

CLIMA — O clima reinante no município, comum à região do alto rio Negro, é o tipo Af, segundo a classificação de Koppen, quente e superúmido, com chuvas distribuídas. Todavia, embora quente como sói acontecer na região amazônica, o clima é perfeitamente tolerável. Segundo Le Cointe, "o clima da Amazônia é quente sem ser tórrido, muito úmido, debilitante e enervante sem ser essencialmente insalubre", capaz, por conseguinte, de permitir o desenvolvimento de uma civilização estável. No ano de 1956, foram observadas pela estação meteorológica da sede municipal as seguintes mutações climáticas: média das máximas 32,6°C, média das mínimas 20,5°C e média compensada 24,5°C; a precipitação total verificada no ano foi de 3 555,5 mm. As estações são duas: inverno — que inicia em novembro e verão que começa em maio.

ÁREA — Sua área, até fins de 1955, era de 164 165 km², sendo então o maior município amazonense. Em dezembro do ano em referência, perdeu uma grande faixa para a constituição do município de Içana, calculada em 114 900 quilômetros quadrados, ficando reduzido a 49 265 km². Com essa extensão territorial Uaupés classifica-se no 13.º lugar entre os 43 demais municípios que ora compõem o Estado, sendo maior que os Estados de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os rios que compõem a rêde hidrográfica de Uaupés, destaca-se o Negro, com os seus principais afluentes — Padauari, Marauiá e Cauaeuri, à esquerda, e Urubaxi, Curicuriari e Uaupés, à direita. As serras mais importantes são: Cucuí, Jacamin, Pirapuru e Tapirapecó. Seus rios, conquanto possuam trechos encachoeirados, dos quais se destacam os compreendidos pelas cachoeiras Carapanã Ouxiauaia e Matipi, são perfeitamente navegáveis.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna constituem importantes riquezas naturais do Município. Na primeira,

destacam-se a seringueira, a castanheira, a sorveira, a balateira e a piaçaveira, além de madeiras de lei, em grande quantidade, tais como o cedro, a andiroba e o louro. Na fauna, animais silvestres, como: a onça, capivara, anta, veado, queixada, jibóia, sucuri e jacaré cujas peles e couros são grandemente procurados; nos rios e lagos os peixes, quelônios e anfíbios das mais variadas espécies.

No rio Negro e em diversos de seus afluentes, em terras do Município, são encontrados minérios como a mica, cristal da rocha, ferro, itabirito, ilmenita e ouro.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, Uaupés possuía 14 202 habitantes, dos quais 7 347 eram homens e 6 861, mulheres; 415 eram brancos, 33 pretos, 13 757 pardos e 3 de côr não declarada; dos de 15 anos e mais, em número de 7 991, 4 440 eram solteiros, 2 912 casados, 636 viúvos e 3 de estado civil não declarado; 2 habitantes eram brasileiros naturalizados e 273, estrangeiros; a religião católica predominava no Município, contanto com 12 196 adeptos. Como ocorre na maioria dos municípios amazonenses, o sexo masculino predominava sôbre o feminino.

Após o desmembramento ocorrido com a criação do Município de Içana, sua população ficou reduzida a cêrca de 4 415 habitantes, o que situa Uaupés no 37.º lugar na relação dos 43 demais municípios que ora compõem o Estado do Amazonas.

Sua densidade demográfica é de 0,08 hab/km², percentagem desprezível em relação à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Uaupés possuía quatro aglomerações urbanas, que na época do Recenseamento Geral de 1950 contava com os seguintes efetivos: Uaupés — 465 habitantes, Iauaretê — 574, Içana — 76 e Tapurucuara — 298 habitantes. A população urbana, como se vê, era apenas de 9,94% sôbre o total geral do município.

Com a criação de Içana, em fins de 1955, o Município perdeu os distritos de Içana e Iauaretê. Com isso, a percentagem populacional urbanista passou a ser de 17,28% referentemente às sedes de Uaupés e Tapurucuara.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal constitui indubitàvelmente a maior fonte de renda de Uaupés. No ano de 1956, o valor dessa produção foi de Cr$ 11 203 412,00, do qual a piaçava contribuiu com Cr$ 4 494 126,00 e a borracha com Cr$ 4 480 200,00; os demais produtos explorados foram a balata ucuquirana, o sernambi, o látex, a castanha-do-pará e cipós.

Segundo o Censo Demográfico de 1950, a atividade econômica que ocupava maior número de pessoas, era, àquela época, justamente a de Indústria Extrativa.

A agricultura é pouco desenvolvida, sendo praticada exclusivamente para o consumo próprio de seus munícipes. No ano de 1956, os principais produtos cultivados foram mandioca, feijão, milho e fumo.

A pecuária também é insignificante; o principal rebanho é o de suínos, com um efetivo de cêrca de 2 000 cabeças; os demais possuem efetivos inferiores a 200 cabeças.

COMÉRCIO — Segundo os Censos Econômicos, existiam no município, no ano de 1950, apenas 4 estabelecimentos comerciais, 3 dos quais estavam localizados na sede municipal. Atualmente conta com 7 estabelecimentos.

O intercâmbio comercial é mantido com a praça de Manaus, para a qual exporta borracha, castanha, piaçava, sôrva, couros, peles e demais produtos regionais e importando estivas, fazendas, medicamentos, ferragens e artigos de armarinhos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Os meios de transporte utilizados para o acesso às sedes municipais vizinhas e à capital do Estado são as embarcações fluviais e aviões, percorrendo as seguintes distâncias: Içana — fluvial: 55 km; Barcelos — fluvial 565 km e aéreo 480 quilômetros; Manaus — fluvial 1 061 km e aéreo: 893 km.

Dispõe de uma estação postal-telegráfica que lhe possibilita a comunicação diária com a capital do Estado e outras localidades, através dessa última.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Uaupés localiza-se à margem esquerda do rio Negro, a 1 061 km da capital do Estado, por via fluvial e 893 km, por via área. Possui 10 logradouros públicos, sem pavimentação, arborização e ajardinamento, e cêrca de 80 prédios. Conta com uma usina de luz elétrica, que abastece 6 logradouros e 26 de seus prédios. Sua população é estimada em 600 habitantes, representando 13,59% da do município. Seus principais prédios pertencem à prelazia do rio Negro.

É uma das cidades que menos têm sentido o surto do progresso, não tendo ainda entrado em completa decadência dado ao esfôrço que vem dispendendo desde eras remotas os missionários que ali mourejam.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência a enfermos e a profilaxia são prestadas pelas Missões Salesianas do Rio Negro, que mantêm no Município três unidades: Santa Casa São Paulo e Casa da Maternidade, na sede municipal, e Casa de Saúde de Tapurucuara, na de Tapurucuara.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — As Missões Salesianas do Rio Negro prestam inestimáveis e variadas espécies de assistência aos uaupeenses, embora sem denominação própria nem títulos pomposos.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 12 022, existentes em Uaupés, por ocasião do último Recenseamento, 2 153 sabiam ler e escrever. A porcentagem de alfabetizados era de 17,90%. Essa percentagem é muito inferior à do Estado, que é de 36%.

ENSINO — As missões Salesianas de Uaupés prestam valiosa obra no tocante à educação, mantendo cursos de grau elementar, médio e profissional. Na sede municipal, além do primário, ministram cursos de tecelagem, agricultura, prendas domésticas, alfaiataria, marcenaria e sapataria.

FINANÇAS PÚBLICAS — Segundo a Prefeitura local, foram os seguintes os dados financeiros do Município, no ano de 1956: Total da Receita Cr$ 832 000,00; Receita tributária Cr$ 189 796,80 e Despesa Cr$ 621 083,50, inclusive auxílios dos governos federal e estadual. A arrecadação estadual no ano em referência foi de Cr$ 68 218,50.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O folclore uaupeense é muito rico, dada à influência

dos naturais. Comemoram-se os dias de São Gabriel, padroeiro do Município, Santo Antônio, São João, São Pedro, Divino Espírito Santo e Natal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O principal acidente geográfico do Município — Rio Negro — imensa artéria palpitante que põe em comunicação seis nações, por si só constitui um motivo de atração turística. Os afluentes dêsse rio, lagos piscosos, suas serras de porte magnífico, lendas nativas, suas tribos semidomesticadas, fazem de Uaupés importante depositário de motivos para estudos e divertimentos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em "Flores", Rio Negro, acha-se instalado um Pôsto de Proteção aos índios, denominado "Ajudância de Uaupés". Seus funcionários são conhecidos pelo título de delegados e encarregados do policiamento e apaziguamento dos silvícolas.

Uaupés conta com duas paróquias: São Gabriel — na sede municipal — e Sagrado Coração de Jesus — na Vila de Tapurucuara —, administrados pelos padres das Missões Salesianas e sob o contrôle eclesiástico da Prelazia do Rio Negro, com um total de 2 matrizes, 2 igrejas, 4 capelas públicas e 5 capelas semipúblicas.

Vale ressaltar a obra gigantesca que vem sendo realizada pelas Missões Salesianas no município, no intuito de proporcionar aos habitantes locais os meios mais propícios à sua existência. Aos propósitos humanitários que presidem as obras dos salesianos, cumpre acrescentar as finalidades de ordem nacional e estratégica, consideradas as condições de quase abandono dessa imensa hinterlândia brasileira — outrora contestada — e a sua proximidade com as Repúblicas da Venezuela e Colômbia, circunstância essa que mereceu ao govêrno federal condigno reparo, com a instituição do contingente na localidade de Cucuí. São algumas dezenas de religiosos de ambos os sexos que dedicam a vida à catequese dos índios, ao amparo físico, mental, moral e espiritual do povo uaupeense.

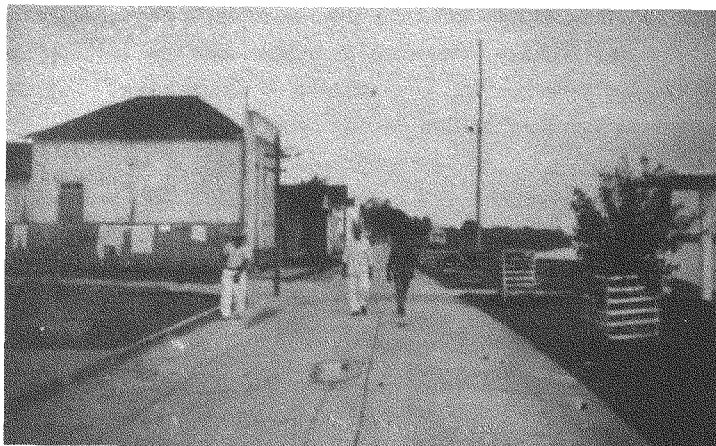
(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria Regional de Estatística; Bibliografia — História do Amazonas, de Artur Cezar Ferreira Reis. Uaupés, de Frederico Rondon. Sinopse Estatística do Município de Uaupés — C.N.E. Questionário preenchido pelo A.E. de Uaupés.)

URUCARÁ — AM

Mapa Municipal na pág. 133 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Urucará originou-se da povoação de Santana da Capela, fundada em 1814 por Crispim Lobo de Macedo.

Em 1880, a povoação "já possuía certo adiantamento, uma pequena igreja coberta de telhas e população regular". Tornou-se, então, sede da freguesia de Nossa Senhora Santana da Capela, criada pela Lei provincial n.º 462, de 3 de maio de 1880.

A Lei n.º 744, de 12 de maio de 1887, elevou a sede da freguesia de Nossa Senhora da Capela à Vila. Data, conseqüentemente, daí, a criação do município, desmem-

Trecho da Rua Crispim Lopo

brado do de Silves e com a denominação de Nossa Senhora Santana de Urucará. A instalação do município ocorreu a 7 de setembro do mesmo ano.

A denominação de "Urucará", provém da fusão de dois vocábulos indígenas: "Uru" e "Cará", que significam respectivamente "cesto de palha" e "inhame" (alocasis indica).

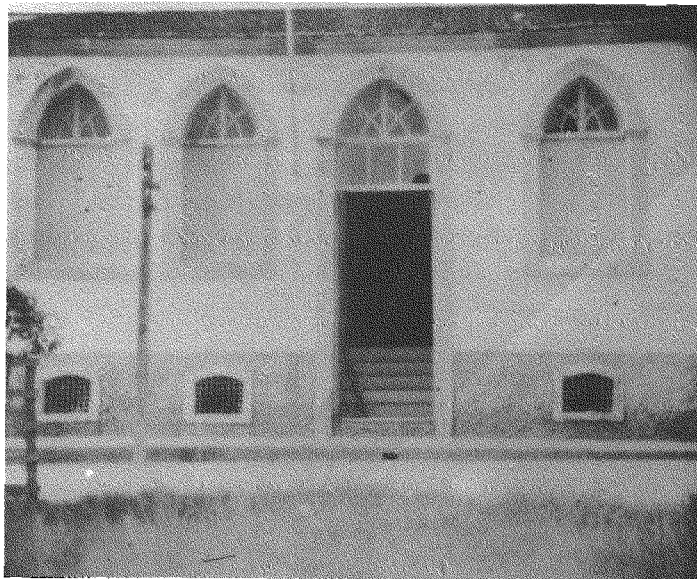
Habitavam primitivamente o Território de Urucará os índios Burubus, Caboquenas e Guanavenas.

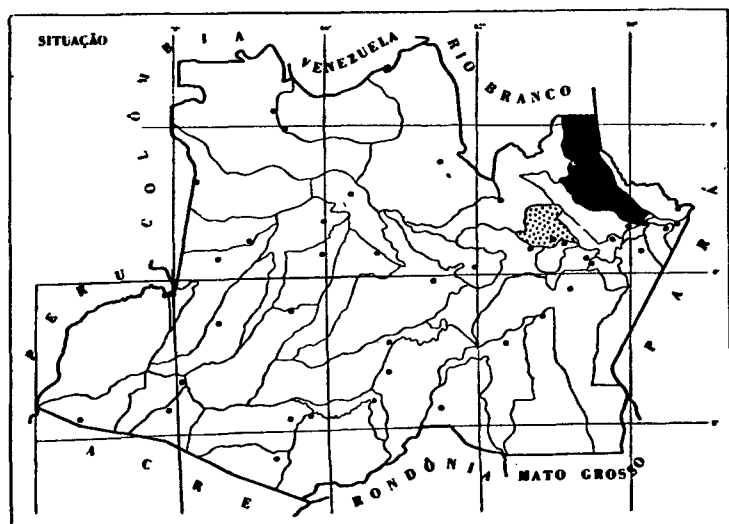
Em 1930, foi suprimido o município pelo Ato n.º 45, de 28 de novembro, sendo seu território anexado ao município de Itacoatiara. Todavia, em 1935, com a reconstitucionalização do Estado, foi restabelecido o município de Urucará.

A sede do município recebeu foros de cidade em virtude do Decreto-lei Estadual n.º 68, de 31 de março de 1938.

A Lei n.º 226, de 24 de dezembro de 1952, criou a comarca de Urucará que, todavia, ainda não foi instalada.

O município de Urucará sempre foi constituído de um só distrito e assim continua até os dias presentes.

Nas eleições de 3-X-1955, foram eleitos para prefeito — o senhor Antônio Monteiro Felipe e para vereadores os senhores Sabino de Almeida Silva, Deusdedithe Libório Ramos, Eustachio Lobato Ferreira, Francisco Guimarães, João Alonso Seixas de Oliveira e Raimundo José Marques.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — Urucará acha-se situado na região fisiográfica do Médio-Amazonas e limita com os municípios de Airão, Nhamundá, Urucurituba e Itapiranga. São as seguintes as coordenadas de sua sede municipal: 2° 33' de latitude Sul e 57° 45' de longitude W.Gr. É a seguinte a posição relativamente à Capital do Estado: distância: 261 quilômetros e direção: 75° 33' N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Urucará localiza-se a 17 metros acima do nível do mar, sendo uma das sedes municipais mais baixas do Estado.

CLIMA — Seu clima é quente e úmido, como o da maioria dos municípios da região amazônica, achando-se incluído no tipo AM, segundo a classificação de Koppen. É, no entanto, perfeitamente salubre; a alta pluviosidade, os ventos alíseos que sopram do Atlântico e a queda da temperatura, à noite, contribuem para amenizar os rigores do calor.

São duas as estações: inverno — que inicia em janeiro e termina em junho — e verão que começa em julho. O Município não dispõe de pôsto meteorológico.

ÁREA — Possui uma área calculada em 37 777 quilômetros quadrados, e que o coloca no 20.° lugar entre os 43 municípios que atualmente compõem o Estado. Em extensão territorial, é superior aos Estados de Alagoas e Sergipe.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: os rios Amazonas, Jatapu e Uatumã, as serras Tapira, Maria, Batata e Tamacuaré, e o Paraná de Silves, onde se acha localizada a sede municipal. Sua rêde hidrográfica é vastíssima, compreendendo grande quantidade de furos, rios de menor porte e igarapés que possibilitam o acesso às várias localidades pelos caminhos mais curtos.

RIQUEZAS NATURAIS — Como nos demais municípios amazonenses, também em Urucará a flora e a fauna constituem importantes riquezas naturais. Destacam-se, na primeira, a seringueira, a castanheira, o pau-rosa, a balateira, e madeiras de boa qualidade; além de peixes das mais distintas espécies, quelônios e jacarés, habitantes naturais dos rios, lagos e igapós, é encontrada grande variedade de

Maternidade

animais silvestres como a onça, capivara, caititu, queixada, veado, lontra e ariranha.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento de 1950, Urucará possuía 3 672 habitantes. Dêstes, 2 074 eram homens e 1 598, mulheres; segundo a côr, 2 853 eram brancos, 18 pretos, 9 amarelos, 767 pardos e 25 não declarada; das pessoas de 15 anos e mais, em número de 2 171, 997 eram solteiras, 778 casadas, 171 viúvas e 221 de estado civil não declarado. Observou-se, igualmente, que, quanto à religião, a católica predominava naquela época, com um total de 3 179 adeptos. Vale ressaltar que Urucará é um dos poucos municípios amazonenses em que a população masculina é superior à feminina.

Com essa população, Urucará coloca-se no penúltimo lugar na lista dos 43 municípios que ora compreendem o Estado do Amazonas. Sua densidade demográfica é de 0,09 hab./km², muito inferior à do Estado, que é de .... 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O Município possui apenas uma aglomeração urbana — que é a sua própria sede — e que na época do Recenseamento Geral possuía 649 habitantes — 339 homens e 240 mulheres. Conta a cidade de Urucará com 14 logradouros públicos, dos quais 4 são pavimentados, e cêrca de 180 prédios. É servida de

Coletorias de Rendas Estaduais

uma usina de luz elétrica que abastece 9 logradouros e 63 prédios.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Urucará é um dos municípios amazonenses onde a agricultura é realmente desenvolvida. No ano de 1956, a produção agrícola municipal atingiu cêrca de Cr$ 20 000 000,00, graças ao incentivo dado ao cultivo da juta, que contribuiu com Cr$ 9 037 907,00; as demais culturas de realce foram: mandioca, macaxeira, fumo, feijão, cacau, café, milho e banana.

A pecuária também tem sua expressão relativa, destacando-se os rebanhos suínos com 3 500 cabeças, bovinos com 1 700 e ovinos com 600; os demais possuem efetivos inferiores a 200 cabeças.

A produção extrativa animal, conquanto não seja a principal, constitui importante fonte de receita do Município. No ano de 1956, o valor dessa produção foi de .... Cr$ 5 196 780,00, contribuindo pescado com .... Cr$ 2 350 000,00, do qual se destaca a pesca do pirarucu com Cr$ 1 300 000,00; com Cr$ 2 846 780,00, a produção de couros de animais silvestres e anfíbios, sobressaindo o jacaré, com Cr$ 450 000,00; os demais couros e peles extraídos foram de caititu, queixada, capivara e veado.

Praça de Santana

A produção extrativa vegetal é a fonte de receita natural de Urucatá. No ano em referência o valor dessa produção foi de Cr$ 3 609 600,00, cabendo Cr$ 2 640 000,00 ao pau-rosa e Cr$ 858 600,00 à castanha-do-pará; os demais produtos explorados foram a borracha e a balata ucuquirana.

A indústria também tem o seu papel de destaque, notadamente a de transformação, ombreando com as demais atividades constituintes da receita municipal. Seu valor em 1956 foi de Cr$ 10 579 570,00, contribuindo a produção de farinha de mandioca com Cr$ 7 200 000,0 e a de essência de pau-rosa com Cr$ 3 379 570,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com 15 estabelecimentos comerciais varejistas e 4 atacadistas e 9 industriais, importando estivas, fazendas, artigos de armarinho, calçados, medicamentos e ferragens, e exportando juta, essência de pau-rosa, borracha, castanha, madeiras balata e demais produtos regionais. O intercâmbio comercial é mantido com as praças de Manaus, Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro e municípios limítrofes.

Por ocasião do Censo Econômico de 1950, possuía àquela época 6 estabelecimentos industriais, 33 comerciais 6 de prestação de serviços e 350 propriedades rurais.

Vista Parcial da Cidade

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Suas inúmeras estradas fluviais são percorridas permanentemente por embarcações de todos os calados, seja abastecendo o Município ou dêle recebendo a carga de produtos regionais destinados a outras praças; dentre as emprêsas que servem o município, destacam-se os S.N.A.P.P. (Serviços de Navegação da Amazônia e Portos do Pará).

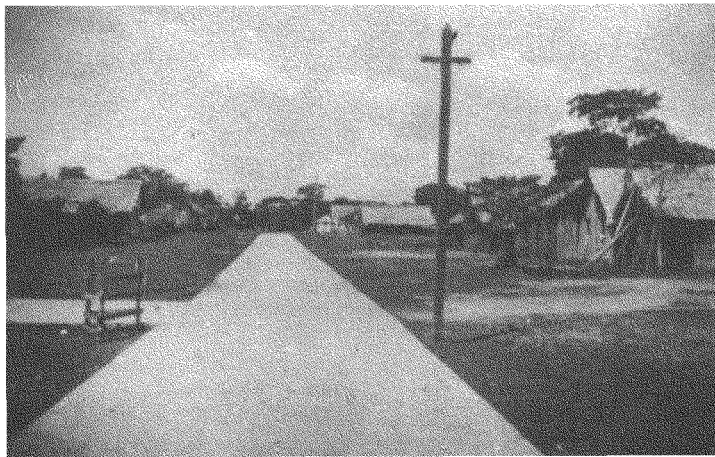
O acesso às sedes municipais vizinhas e à Capital do Estado é processado pelos meios de transporte que as seguem, observando-se as seguintes distâncias: Urucurituba — fluvial: 35 km, Itapiranga — fluvial: 26 km e Manaus — fluvial — 259 km.

Uma estação postal-telegráfica, localizada na sede municipal, faculta o contato diário de Urucará com a Capital do Estado e outros destinos, através dessa última.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Urucará está situada à margem esquerda do Paraná de Silves, a 259 quilômetros por via fluvial da Capital do Estado. Possui 15 logradouros, dois quais 2 ruas totalmente e 4 parcialmente calçadas de concreto, e cêrca de 300 prédios — 80 no perímetro urbano e 220 no suburbano. Uma usina de energia elétrica abastece 9 logradouros e 70 de seus prédios.

Por ocasião do último Recenseamento Geral, a cidade contava com 649 habitantes, dos quais 339 eram homens e 310, mulheres. Das 556 pessoas de 5 anos e mais, 374 eram alfabetizadas. Atualmente, sua população é estimada com 1 500 habitantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Essa espécie de assistência é prestada pelos Postos de Saúde Municipal e do S.E.S.P. A clínica médica e o saneamento são pres-

Rua Crispim Lôbo

Rua Cel. Ramos

tados pelo Pôsto de Saúde Municipal e pelo Subposto do Serviço Especial de Saúde Pública. O Hospital da Maternidade, mantido pelo Govêrno Municipal, além das finalidades que lhe são próprias, também presta assistência a enfermos. Êsses estabelecimentos funcionam na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, em número de 3 133, 1 429 sabiam ler e escrever. Dessas, 82% localizavam-se no quadro rural do Município. A porcentagem de alfabetizados — 45,61%, é superior à do Estado — que é de apenas 45,61%. Das pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo, em número de 61, 50 tinham o grau elementar, 7 o médio e 4 o superior.

ENSINO — No ano de 1956, funcionaram apenas duas escolas de ensino primário. Uma na sede municipal e outra no Povoado de Santana, com uma matrícula de 81 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na sede municipal duas associações culturais de natureza esportiva: Urucará Esporte Clube e o Vasco Esporte Clube.

Vista do Pôrto

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	...	469	313	105	313
1952.......	36	521	503	146	550
1953.......	38	560	767	148	755
1954.......	37	650	928	340	919
1955.......	...	792	1 044	238	1 076
1956.......	...	306	1 400	...	...

FONTE: Delegacia Fiscal, Secretaria de Finanças e Prefeitura Municipal

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No período de 16 a 26 de julho são, realizados os festejos em homenagem à padroeira do Município, Nossa Senhora Santana. As solenidades são iniciadas com o círio e ultimadas também por uma procissão da Santa. São dias de intenso contentamento para o povo urcuraense, para cujo brilhantismo não são poupados esforços. Igualmente são

Agência de Estatística

festejados o Divino Espírito Santo, de 5 a 15 de dezembro, São João, São Pedro, Natal e Ano Novo.

A data máxima de Urucará é a de 12 de maio, em que se comemora sua elevação à categoria de Município.

VULTOS ILUSTRES — Urucará é berço do eminente Dr. Alexandre de Carvalho Leal, médico, que se destacou no cenário político regional e nacional, tendo sido prefeito de Manaus e, por duas legislaturas, representante do Estado junto à Câmara Federal. Faleceu na Capital da República, vítima de um desastre de trânsito.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Localizado na zona média do imenso rio Amazonas, Urucará possui paisagens de indescritível beleza; pelo seu conjunto topográfico, misto de várzeas e terrenos típicos das regiões sertanejas, com suas serras, colinas e chapadões, suas florestas de mistérios impenetráveis. Seus rios piscosos e seus lagos de natureza repousante, residência natural da deslumbrante vitória-régia, constituem uma fonte permanente de atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Funcionou em 1956 o Pôsto Indígena de Jatapu, do Serviço de Proteção aos índios, que tinha por finalidade a catequese e o policiamento das tribos locais.

Urucará está subordinado eclesiàsticamente à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Itacoatiara. Possui 5 templos católicos, dos quais se destaca a Igreja de Nossa Senhora de Santana, padroeira do Município, localizada na sede municipal.

Nas localidade de São Sebastião, Castanhal e Santana, funcionaram no ano de 1956 as usinas de energia elétrica, exploradas pelo Govêrno Municipal.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — Sinopse Estatística do Município de Urucará. Tábuas Itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pelo A.E. de Urucará.)

URUCURITUBA — AM

Mapa Municipal na pág. 139 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Urucurituba foi criado pela Lei Estadual n.º 118, de 27 de abril de 1895, com território desmembrado dos de Silves e Urucará, e com sede na povoação de Urucurituba, localizada à margem direita do rio Amazonas.

A denominação de "Urucurituba" dada à povoação e posteriormente ao município, provém de "Uricuri", espécie de palmeira, abundante naquela época, nas adjacências daquela localidade.

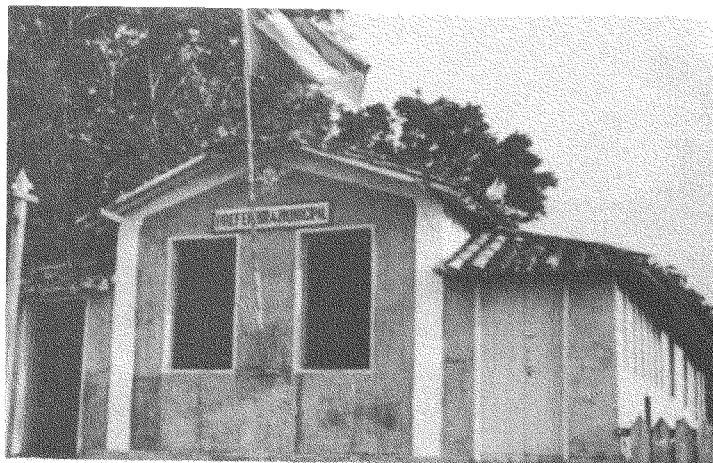
Os índios Mundúcurus, Maués e outros, eram os primitivos habitantes da região hoje ocupada pelo município de Urucurituba.

Em 1897, foi extinto o município, por fôrça da Lei Estadual n.º 164, de 14 de maio. Logo no ano seguinte, foi, todavia o município, restabelecido, em virtude da Lei Estadual n.º 212, de 5 de março.

A sede municipal foi transferida em 1901, por fôrça da Lei n.º 350, de 22 de agôsto do mesmo ano, para o sítio denominado Tabocal, elevado então à categoria de vila com a denominação de Silvério Neri, denominação que se estendeu ao município.

A Lei Municipal n.º 63, de 27 de fevereiro de 1908, transferiu a sede municipal para Urucurituba, que passou então a denominar-se Silvério Neri.

Em virtude da Lei n.º 660, de 15 de dezembro de 1910, o município voltou a ter a primitiva denominação de Urucurituba.

Av. Eduardo Ribeiro

Prefeitura Municipal

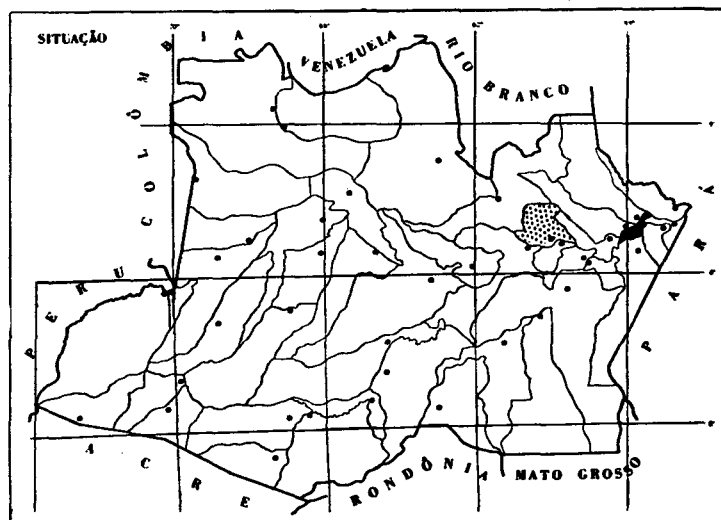
Em 1931, por fôrça do Ato n.º 33, de 14 de setembro, o município foi rebaixado à simples condição de delegacia municipal, incorporado ao município de Itacoatiara. Todavia, em 1935, com a reconstitucionalização do Estado, foi restabelecida a autonomia do município de Urucurituba.

A sede municipal recebeu foros de cidade, em virtude do Decreto-lei Estadual n.º 68, de 31 de março de 1938.

O Têrmo judiciário de Urucurituba integrou, desde a sua criação pela Lei n.º 118, de 27 de abril de 1895, a comarca de Itacoatiara. A Lei Estadual n.º 226, de 24 de dezembro de 1952, criou a comarca de Urucurituba que, entretanto ainda não foi instalada.

O município é constituído de um só distrito — o do mesmo nome.

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, foram eleitos: Prefeito — Arão Távora Tundiz. Vereadores: Vicente Pereira de Castro, Abel Vieira de Sena Mendonça, José Inácio da Silva Filho, José Maria Paranhos, Fernando Braz da Silva Lima e Vitor da Silva Rabêlo.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na região fisiográfica do Médio Amazonas e limita com Urucará, Itapiranga, Nova Olinda do Norte, Maués, Parintins, Barreirinha e Nhamundá.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

As coordenadas de sua sede são as seguintes: 2º 41' de latitude Sul e 57º 40' de longitude W.Gr. Localiza-se a

Rua Militão Corrêa

267 km em linha reta, da Capital do Estado, na direção 79° 13' noroeste.

ALTITUDE — A cidade de Urucurituba está localizada a 16 metros acima do nível do mar, sendo considerada uma das mais baixas do Estado.

CLIMA — Seu clima é quente e superúmido, como o da maioria dos municípios amazonenses. Todavia, os ventos alísios que sopram do Atlântico, a alta pluviosidade e a queda da temperatura à noite, contribuem para amenizar os rigores do calor. Possui duas estações: inverno — que inicia em janeiro — e verão que começa em julho. Urucurituba dispõe de pôsto meteorológico.

ÁREA — Possui uma área de 3 002 quilômetros quadrados, e que o coloca no penúltimo lugar, ou seja, no 42.°, da relação dos municípios amazonenses, em extensão territorial, só sendo superior ao de Parintins.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os rios que compõem a rêde hidrográfica de Urucurituba, destaca-se o Amazonas. Os demais acidentes que merecem especial citação são os paranás da Ressaca, do Albano e de Urucurituba, os lagos Grande de Urucurituba — ou Furo Grande, que liga Urucurituba a Barreirinha — de Arrosal, e Samaúma, e as ilhas do Ramos, das Panelas e Flexal.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora — representada pela castanheira, seringueira, sorveira, cumaru e madeira de lei — e a fauna — pelas mais variadas espécies de peixes, quelônios, anfíbios e animais silvestres — constituem importantes riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, Urucurituba possuía 7 807 habitantes, dos quais 3 889 eram homens e 3 918, mulheres. Dêsses, 485 localizavam-se na zona urbana e 7 322 na rural. Segundo a côr, 1 008 eram brancos, 51 pretos, 100 amarelos e 6 648 pardos; dos habitantes de 15 anos e mais em número de 4 216, 2 092 eram solteiros, 1 849 casados, 1 desquitado, 271 viúvos e 13 de estado civil não declarado; a religião predominante era a católica, que àquela época contava com 7 750 adeptos; as demais seitas, protestantes, espíritas, budistas e israelitas, então existentes, eram de expressão quase nula. O município classifica-se no 22.° lugar, em população, entre os 43 demais que ora compõem o Estado.

Sua densidade demográfica é de 2,60 hab./km², muito superior à do Estado, que é de 0,32 hab./km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Urucurituba, sede municipal, é a única aglomeração urbana existente. Contava, em 1950, com 485 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é a fonte principal da receita de Urucurituba. No ano de 1956; o seu valor foi de Cr$ 2 085 750,00, destacando-se a castanha-do-pará com Cr$ 1 620 000,00, a sôrva com Cr$ 106 250,00; os demais produtos explorados foram: Sernambi, látex, cumaru e óleo de copaíba.

A extração de couros e peles de animais silvestres e anfíbios e o pescado também constituem importante subsídio à economia do Município. No ano em referência, o valor dessa extração foi de Cr$ 296 830,00, destacando-se o couro de jacaré com Cr$ 270 000,00, os couros de capivara, caititu, veado e queixada, foram os demais extraídos no ano. A pesca conrtribuiu com Cr$ 302 000,00 sobressaindo-se a do pirarucu, com Cr$ 300 000,00.

A agricultura, graças ao incentivo dado aos juticultores, tem realce na vida econômica do município. Seu valor, no ano de 1956, foi de cêrca de Cr$ 15 000 000,00, cabendo Cr$ 10 000 000,00 à juta e Cr$ 1 400,000,00 ao cacau; os demais produtos principais cultivados foram: Mandioca, macaxeira, feijão, fumo e banana.

A indústria é representada no município por apenas um estabelecimento de produtos alimentícios — panificação — cuja produção no ano de 1955 foi de Cr$ 153 000,00.

COMÉRCIO — O comércio urucuritubense é relativamente desenvolvido e conta com 73 estabelecimentos varejistas, dos quais, seis na sede do município. Mantém intercâmbio com as praças de Manaus e Belém. Importa estivas, ferragens, calçados, fazendas, artigos de armarinho e medicamentos, e exporta borracha, castanha, sôrva, sernambi, látex, cumaru, juta, cacau pirarucu couros de jacaré e de animais silvestres, cipós, madeiras e demais produtos regionais.

Por ocasião do Recenseamento de 1950, Urucurituba possuía 51 estabelecimentos comerciais, 3 industriais, 6 de prestação de serviços e 820 propriedades rurais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O transporte no município é realizado por embarcações flutuantes, desde pequena igarité ao confortável gaiola dos Serviços de Navegações da Amazônia e Pôrto do Pará ...... (S.N.A.P.P.). O acesso às sedes municipais vizinhas e à capital, por via fluvial, obedece às seguintes distâncias:

Rua Floriano Peixoto

Urucará — 35 km, Itapiranga — 51 km, Barreirinha — 126, Parintins — 163 e Manaus 294 km.

Como meio de comunicação, o município dispõe de uma Agência Postal-telegráfica, que proporciona o seu contato com a capital do Estado e demais localidades, através dessa última.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Urucurituba localiza-se à margem direita do Rio Amazonas e possui 15 logradouros — dos quais três são pavimentados e 4 arborizados — e cêrca de 100 prédios. É servida por usina de energia elétrica, que abrange as zonas urbana e suburbana da cidade.

Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, contava com 485 habitantes, dos quais 232 eram homens e 253, mulheres, sendo alfabetizados 148 e 133, respectivamente. Dêsses, 368 localizavam-se no perímetro urbano e 117 no rural. Sua população é estimada em 600 habitantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No ano de 1956, foi instalado na cidade de Urucurituba, um Pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública, destinado a prestar assistência médica aos habitantes, bem como a promover o saneamento do município. Naquele ano, exerceu atividade em Urucurituba apenas um enfermeiro.

ALFABETIZAÇÃO — Das 6 430 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, 1 740 homens e 1 139 mulheres sabiam ler e escrever; dessas, 1 592 homens e 1 006, mulheres residiam no quadro rural. A percentagem de alfabetização municipal é de 44,77%, superior, portanto, à do Estado, que é de apenas 36,87%.

ENSINO — Funcionaram no município, no ano de 1956, 31 escolas de ensino primário, com uma matrícula efetiva de 1 415 alunos. Duas dessas escolas funcionaram na sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS — Foi o seguinte o movimento financeiro do município no período de 1951-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	116	...	...	...	...
1951	123	640	154	151	113
1952	142	840	209	168	222
1953	181	650	243	138	231
1954	307	1 447	223	113	234
1955	263	1 044	211	179	206
1956	306	351	299	285	296

FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa máxima de Urucurituba é celebrada a 1.º de maio, na sede municipal, em honra de São José, padroeiro da cidade e dos operários, a ela acorrendo a maioria da população urucuritubense, habitantes dos municípios vizinhos, e grande número de pessoas da capital do Estado. As festas juninas, natalinas e do Ano Novo são também condignamente lembradas.

Praça São José

Com grande aparato cívico é comemorado o 27 de Abril, data em que Urucurituba foi elevado à categoria de município, passando a figurar entre as demais unidades que então constituíam o Estado do Amazonas. Êsse dia é considerado feriado municipal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Amazonas, que banha o município, formado de impressionante beleza, as ilhas de Ipinuman, de Ramos, das Panelas e Flexal, por si só constituem uma permanente fonte de atração turística. Suas margens revestidas de frondosas árvores, de natureza selvagem e misteriosa, seus afluentes piscosos e cheios de perigo, são, de fato, um ímã aos amantes de aventuras.

OUTROS ASPECTOS — Na cidade de Urucurituba acha-se localizada a Igreja de São José, padroeiro do território municipal, subordinada eclesiàsticamente à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, de Itacoatiara.

A segurança municipal está afeta à Delegacia Geral de Polícia, que conta, para isso, com um efetivo de 2 homens e 1 cadeia pública.

OBSERVAÇÕES — Os dados sôbre Atividades Econômicas foram fornecidos pelo Departamento Estadual de Estaística.

(Autoria do histórico — Compilação da Inspetoria de Estatística; Bibliografia — Sinopse Estatística do Município de Urucurituba. Resultados dos Censos Demográfico, Econômico e Agrícola de 1950. Tábuas Itinerárias do Estado. Questionários preenchidos pelo A.E. de Urucurituba.)

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

ABAETETUBA — PA

Mapa Municipal na pág. 335 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente chamava-se Abaeté, topônimo de origem indígena que significa "o homem forte e valente".

Segundo a tradição, a primeira penetração no território de Abaetetuba foi feita por Francisco de Azevedo Monteiro quando, em 1745, ali aportou com tôda a sua família, ao fugir de um temporal.

Diz Palma Muniz que as primeiras incursões foram feitas pelos antigos frades capuchos que fundaram o convento do Una, vindo depois os jesuítas que, entre outros pontos, exploraram o rio Uraenga ou Araenga, de onde uma velha tradição, talvez sem fundamento, dizer que daí foi tirada uma parte do ouro, que serviu para dourar a igreja de Santo Alexandre, em Belém.

Pode a êles ser atribuída a primeira instalação que tenha dado origem à freguesia de São Miguel de Beja, cuja criação não é conhecida em data, sendo certamente posterior a 1653, na dependência da antiga aldeia de Mortiguara.

Nos manuscritos passados, existem algumas referências sôbre Beja, entre as quais a da existência de um senado da câmara.

Em 1804, foi juiz ordinário de Beja, Manuel Jorge Soares, cargo, em 1805, exercido por José Pereira de Lacerda.

Em 1822, o senado da vila era constituído por Tomé Rodrigues, juiz ordinário e oficiais Vital Luiz Rodrigues, Paulo de Sousa, Manoel José Rodrigues, Francisco Antônio da Silva Castro e Teodósio Luiz do Couto.

Ainda, segundo Palma Muniz, data a fundação de Abaeté do ano de 1750. Pertenceu primitivamente ao território do município da Capital, do qual passou para o de Igarapé-Miri pela Lei n.º 118, de 11 de setembro de 1844, sendo novamente anexado ao de Belém pela Lei n.º 885, de 16 de abril de 1877, tendo a Lei n.º 973, de 23 de março de 1880 lhe concedido a categoria de vila e com ela a de município.

A instalação da Câmara Municipal de Abaeté teve lugar em 7 de janeiro de 1881, havendo sido feita pelo presidente interino da Câmara de Belém, José Cardoso da Cunha Coimbra, que, acompanhado pelo amanuense servindo de secretário interino José Joaquim de Morais Sarmento, deu posse aos cidadãos eleitos, Tenente Coronel Arlindo Leopoldo Corrêa de Miranda, Alferes Torquato Pereira de Barros, José Benedito Rodrigues, José Augusto Fortunato, Camilo José de Freitas, Felipe Santiago de Araujo e Leonardo Antonio Furtado.

Abaetetuba recebeu a categoria de cidade pela Lei estadual n.º 334, de 6 de julho de 1895.

Em 1920 o município era constituído dos distritos de Abaeté, Beja, Tucumanduba e Urubueua.

A Revolução de 1930 trouxe grande alteração na vida política de tôdas as unidades municipais do Estado do Pará. O Decreto n.º 6, de 4 de novembro de 1930, manteve o município de Abaeté, incorporando ao seu território o do município de Igarapé-Miri, que foi extinto.

Pouco tempo durou essa incorporação, pois o Decreto estadual n.º 78, de 27 de dezembro do mesmo ano, restabeleceu o município de Igarapé-Miri, voltando o de Abaeté aos seus antigos limites.

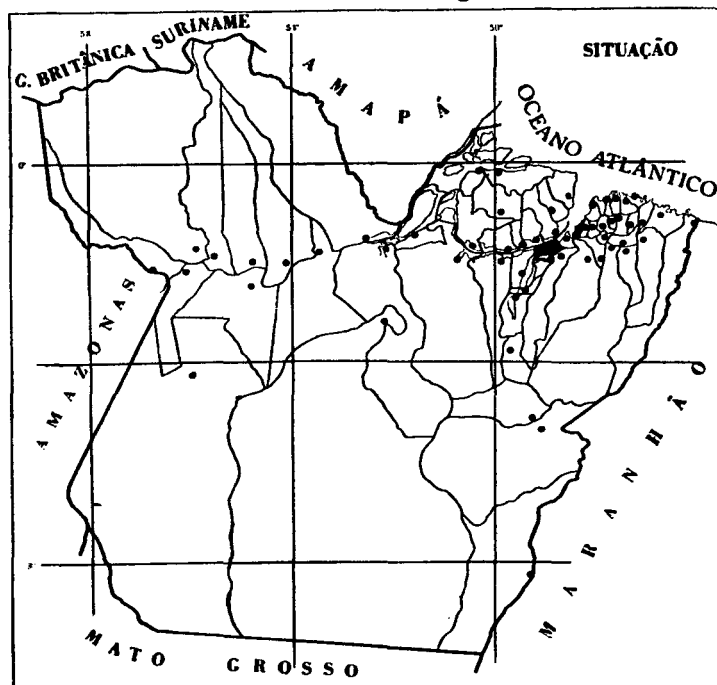
A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios existentes no Pará, naquela época, citando entre êles o de Abaeté.

As disposições da legislação federal, relativas à duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras, atingiu o município de Abaeté, o qual, por efeito do Decreto-lei n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Abaetetuba, a partir de 1.º de janeiro de 1944.

Pelo referido Decreto-lei, foi Abaetetuba erigida em Comarca, com um único Têrmo, o próprio município, desligando-se jurìdicamente da comarca de Igarapé-Miri.

O seu atual quadro administrativo e judiciário, de acôrdo com a Lei n.º 158, de 31-XII-1948, é: Comarca, Têrmo e Município — Abaetetuba; Distritos: Abaetetuba e Beja; Subdistritos — Abaetetuba, Arapapucu, Maracapucu, Maúba, Tucumanduba e Urubueua.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o senhor Pedro Pinheiro Paes, e constituída a Câmara Municipal com nove vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Abaetetuba situa-se na zona fisiográfica "Guajarina", à margem direita da foz do rio Tocantins, em frente à baía de Marapatá e participando dessa foz. Limita-se com os municípios de Igarapé-Miri, Barcarena e Moju. A cidade fica a 59 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 6.º lugar na distância de Belém, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 1º 43' 31" de latitude sul e 48º 53' 21" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 18 metros na sede municipal, sendo o 20.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. Chuvas abundantes são freqüentes no período do inverno, de janeiro a junho.

ÁREA — A área do município é de 1 082 km², sendo um dos menores municípios do Estado, figurando no 46.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Tocantins, à cuja margem direita, em sua foz, é situado o município. O território de Abaetetuba, que é constituído, em parte, por terra firme e parte por mais de 45 ilhas, é inteiramente plano. É todo cortado de rios, igarapés e furos, sendo mais importantes os rios Abaeté, Jarumã, Arapiranga, Itacuruçá e Tucumanduba. As ilhas mais importantes são de Capim, Sirituba, Campompema, Pacoca e Coelho. Registra-se no rio Abaeté uma cachoeira com o nome do mesmo.

RIQUEZAS NATURAIS — Borracha, madeira, sementes oleaginosas são as principais riquezas extrativas vegetais; peixe, camarão e peles de animais silvestres representam as riquezas animais; e o barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, a riqueza mineral.

POPULAÇÃO — A população de Abaetetuba, segundo o Recenseamento de 1950, era de 36 587 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 18 283; mulheres — 18 304; brancos — 8 207; pardos — 25 413; pretos — 2 859; amarelos — 0. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 8 017, 3 232 eram solteiras; 4 152 casadas; 621 viúvas e 2 desquitadas. Existiam 31 estrangeiros e 5 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 35 763, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 33 814 habitantes por quilômetro quadrado, aliás a mais elevada do interior do Estado, sòmente ultrapassada pelo município da Capital. 84,2% da população localiza-se no quadro rural, superando a média da população rural do Pará, que é de 65%. O equilíbrio entre homens e mulheres é, também, observado na população rural (15 565 homens e 15 272 mulheres). Situa-se em 5.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado, como demonstra o quadro seguinte:

Belém	254 949	habitantes
Santarém	60 229	"
Bragança	57 888	"
Cametá	46 844	"
ABAETETUBA	36 587	"

A cidade, todavia, ocupa o quarto lugar, em população, sòmente superada por Belém, Santarém e Bragança. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956 era de 41 241 habitantes, sendo 37 791 no distrito de Abaetetuba e 3 450 no distrito de Beja.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Abaetetuba, com 5 449 habitantes (2 553 homens e 2 896 mulheres), a vila de Beja, com 301 habitantes (165 homens e 136 mulheres), conforme dados do Censo de 1950; o povoado "Dr. João Miranda", com 54 moradias e cêrca de 300 habitantes e o povoado "Colônia Nova", com 24 casas e cêrca de 140 moradores, segundo a Campanha Estatística de 1956.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de aguardente (cachaça). A exportação dêsse produto atingiu no ano de 1956 a 1 597 574 litros, valendo Cr$ 28 109 080,00, seguindo-se a farinha de mandioca (154 800 kg, no valor de Cr$ 574 570,00); madeira (3 118 m³, no valor de Cr$ 630 240,00); borracha (76 966 kg, no valor de Cr$ 1 324 416,00); telha (887 milheiros, no valor de Cr$ 1 634 300,00).

O valor total da exportação em 1956 somou Cr$ 35 299 242,00.

Dos 83 estabelecimentos industriais existentes no município, 34 dedicam-se à produção de aguardente e 2 à extração de óleos e gorduras vegetais.

A carpintaria naval tem tomado acentuado desenvolvimento. O pôrto de Abaetetuba, como saída natural do rio Tocantins, possui intenso movimento de embarcações fluviais, que demandam os portos do Amazonas e Tocantins. Duas olarias, com produção no valor anual de 300 mil cruzeiros, e 2 fábricas de extração de óleos e gorduras vegetais, com produção no valor de 420 mil cruzeiros.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 26% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

Em referência à produção extrativa vegetal, a colheita de sementes de ucuuba e andiroba e a extração de sebo de ucuuba e óleo de andiroba alcançou, em 1956, o valor de 970 mil cruzeiros.

A pesca, segundo estimativa da Agência Municipal de Estatística, alcançou a produção de 128 toneladas, valendo cêrca de Cr$ 1 316 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade há 89 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia (atacadista e varejista ao mesmo tempo). Em todo o município contam-se mais de 200 estabelecimentos comerciais; uma Agência da Caixa Econômica Federal do Pará e outra do Banco de Crédito da Amazônia. O comércio local mantém transações, principalmente, com a praça de Belém, para onde exporta e importa quase todos os gêneros de produção e mercadorias do consumo do município.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela maioria das embarcações que demandam os rios Tocantins e Amazonas, sendo a navegação fluvial o principal meio de transporte. Pràticamente, tôda a rêde hidrográfica é navegável. Dista a Cidade de Abaetetuba da Capital do Estado 6 horas em embarcações a motor (navegação fluvial de 73 km) e das sedes municipais limítrofes por via fluvial: Barcarena (39 km); Igarapé-Miri (17 km); Moju (149 km).

Na cidade, funciona uma estação radiotelegráfica-postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Abaetetuba tem 5 449 habitantes, sendo a 4.ª cidade em população no Pará, e conta com 39 logradouros públicos, um inteiramente pavimentado. É servida de luz elétrica, com 638 ligações domiciliares; também de água canalizada, que atende a 27 logradouros, com 244 derivações.

Os edifícios mais importantes são: Grupo Escolar, Colégio Nossa Senhora dos Anjos, a Igreja Matriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 2 médicos, três dentistas e dois farmacêuticos.

O Pôsto de Higiene, do Serviço Especial de Saúde Pública, serve à população com assistência médica em geral.

Existem 3 farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O pôsto Médico Sanitário, do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), presta também serviços de assistência social.

O Círculo Operário Abaetetubense, instalado em 1945, contando com 287 associados e a Liga Operária Abaetetubense, instalada em 1947, e possuindo 47 sócios, proporcionam assistência social aos seus membros.

A Sociedade Cooperativa de Produtos de Cana de Responsabilidade Ltda., com 44 associados em atividade desde 1953, congrega os produtores de aguardente.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 29 516 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 10 043, ou seja 34%, sabiam ler e escrever.

Dêsse total 6 387 eram homens e 3 656 eram mulheres. Na sede municipal, das 4 523 pessoas de cinco anos e mais, 2 633 sabiam ler e escrever, sendo 1 306 homens e 1 327 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município, 80 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 4 025 alunos. Existe na cidade um estabelecimento de ensino extra-primário, o Educandário Nossa Senhora dos Anjos, possuindo o Curso Ginasial com a matrícula geral de 61 alunos do sexo feminino e 11 professôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Oito são as associações culturais, das quais 6 dedicadas às atividades esportivas.

Funcionam dois cinemas: Natan (com 200 lugares) e Imperador (com 500 lugares), na cidade.

O futebol, como ocorre geralmente no interior do Estado, é a maior diversão popular. Os clubes de Abaetetuba formam uma Liga Esportiva que disputa com as entidades de outras comunas o campeonato intermunicipal, finalizando sempre em Belém.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 843	666	1 588	639	1 016
1951	218	1 567	1 937	1 036	1 373
1952	2 073	1 345	2 650	848	1 427
1953	2 557	1 202	2 418	886	1 641
1954	2 826	1 547	2 086	949	1 909
1955	2 711	2 561	2 285	1 361	1 648
9156	3 621	4 300	(1) 1 839	1 194	1 830

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Um monumento dedicado a "Cristo Crucificado", situado na principal praça da cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares, como sejam as festas de Nossa Senhora da Conceição (padroeira do Município), que se realiza na cidade, com a duração de onze dias, começando no dia 28 de novembro e terminando a 8 de dezembro; a de São Miguel, na vila de Beja, com início no dia 19 de setembro e término a 29 do mesmo mês. Ambos os festejos, tanto o de Nossa Senhora da Conceição como o de São Miguel, são de grande animação e bastante concorridos, movimentando a população de todo o município.

VULTOS ILUSTRES — Major Frederico Augusto da Gama Costa, ilustre abaetetubense foi um dos mais destacados e valorosos oficiais do Exército Nacional, na Guerra do Paraguai, bem como seu irmão, Major Rodrigo Augusto da Gama Costa, que, além de participar da Campanha do Paraguai, exerceu o importante cargo de Ajudante de Ordens do Conde D'Eu, quando êste assumiu o comando das fôrças brasileiras na aludida guerra.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A baía de Marajó, que banha parte do município; a baía de Marapatá, e o rio Tocantins, pela singularidade dos seus aspectos, constituem as atrações turísticas locais, ainda sem exploração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Abaetetubenses". — *Abaetetuba,* topônimo indígena de origem tupi, que pode ser decomposto: *aba* (homem) + *ete* (verdadeiro, ilustre) + *tuba* (lugar de abundância). Significação: "lugar de homem ilustre".

É sede de comarca e têrmo, com dois distritos judiciários: Abaetetuba e Beja. O eleitorado é de 6 743 eleitores.

No último decênio, o município apresentou acentuado índice de progresso, em face de sua especial situação geográfica, na rota de navegação para o Tocantins e Amazonas.

Possui duas bandas de música, bem organizadas e que excursionam pelo interior do município.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Abaetetuba — CNE — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

ACARÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 95 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 140, 142, 144, 146 e 176 do Vol. I

HISTÓRICO — Segundo a tradição, o rio Acará recebeu, desde o início da colonização do Grão-Pará, as explorações portuguêsas com o estabelecimento de colonos, não só pela facilidade de navegação nas suas águas, como, também pelá feracidade das terras por êle regadas, onde, a par de ótimos terrenos para a lavoura, abundavam as madeiras reais.

No govêrno de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, erigiu êle em freguesia, sob a invocação de São José, em 1758, o povoado que atualmente constitui a Vila do Acará.

Na época da Independência ainda conservava êsse predicamento.

Em 1833 ficou fazendo parte da comarca da capital, com a nova divisão da província em têrmos e comarcas, nas sessões de 10 a 17 de maio daquele ano.

Com a Lei n.º 14, de 9 de setembro de 1839, que criou a freguesia do Moju, o território do rio Acará a ela

Secagem da Pimenta-do-Reino

ficou adstrito, território que em 1840, a Lei n.º 53, de 4 de setembro, dividiu, dando uma parte à freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairary, então criada.

Assim permaneceu até 1864, quando, a Lei n.º 441, de 20 de agôsto, elevando à vila a freguesia do Moju, passou, também, conjuntamente com a de Cairary, a fazer parte do município da capital.

A Lei n.º 279, de 28 de agôsto de 1856, que fizera a primeira criação da vila, para a freguesia do Divino Espírito Santo do rio Moju, não logrou efetividade.

Os munícipes não conseguiram a instalação do município, instituído com duas freguesias.

O desenvolvimento do rio Acará, nas suas duas freguesias, São José e Nossa Senhora da Soledade, conduziu o legislativo provincial à criação de um novo município, com a Lei n.º 839, de 19 de abril de 1875, tendo para sede a freguesia de São José do Acará, que elevou a vila.

A instalação não se fêz esperar, tendo tido lugar em 23 de março de 1876, às 2 horas da tarde, com a juramentação e posse dos vereadores, Antonio Carlos de Paiva, presidente, e Antonio José Antunes de Sousa, Teodoro Honorato da Silva Miranda, José Joaquim da Silva e Francisco Xavier A. de Oliveira.

Serviu como primeiro secretário da Câmara, José Antonio de Miranda Silva.

A Câmara do Acará fêz a sua adesão à República em ofício de 30 de novembro de 1889, medida proclamada na sessão da mesma data pela vereação de Raimundo Salustiano de Paiva, presidente, e vereadores Pedro A. G. Campos, Raimundo R. de Almeida, José Honorato da Silva Miranda e Manoel Moreira de Sousa.

Serviu como secretário da Câmara Domingos Pinheiro Lôbo Junior.

Com a proclamação da República, dissolveu o govêrno provisório do Estado a Câmara Municipal, com o Decreto n.º 46, de 19 de fevereiro de 1890, criando, com o Decreto n.º 47, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal.

As nomeações para êsse Conselho foram feitas em 9 de abril seguinte.

A posse dos nomeados só teve lugar em 14 de fevereiro de 1891, havendo servido no intervalo os antigos vereadores e suplentes José Joaquim da Silva, presidente, e Felipe Júlio de Paiva, João Gervário Protásio Gois, José Antonio Cardoso de Oliveira, José Honorato da Silva Sobrinho, Antonio Feliciano de Paiva e Simão da Costa Barral, vereadores.

Efetuada a primeira eleição municipal, assumiram as funções de intendente municipal, Francisco Xavier Armandio de Oliveira e de vogais, Simão da Costa Barral, Antonio Cardoso Sobrinho, José Candido Fôro e Aristides Miquelino de Araújo.

Em face do Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, o município foi suprimido e o seu território anexado ao de Belém, o que foi confirmado pelo Decreto estadual n.º 78, de 27 do mês seguinte. Restaurou-o, porém,

com território desanexado do próprio município de Belém, a Lei estadual n.º 579, de 8 de janeiro de 1932.

Segundo o quadro da divisão administrativa relativo a 1933, o município de Acará constitui-se de apenas o distrito da sede.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, apresenta o município de Acará integrado por 6 distritos: o da sede e os de Baixo Acará, Guajará-Miri, Itapicuru, Miriti-Pitanga e Rio Pequeno.

De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, e a divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943 estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município de Acará compreende 3 distritos: o da sede (com as zonas de Acará, Baixo Acará, Miriti-Pitanga e Rio Pequeno) e os de Guajará-Miri e Itapicuru.

Na divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município de que se trata é composto por 3 distritos: Acará, Guajará-Miri e Jurupariteua.

A Lei n.º 158, de 31-12-1948, manteve a divisão territorial do Decreto-lei n.º 4 505, de 30-12-1943.

O município de Acará teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Tomé-Açu, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955.

O govêrno do Estado do Pará, em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município é constituído dos distritos de Acará, Guajará-Miri e Jurupariteua, também conhecido como Jaguarari.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o sr. Antonio Fernandes de Oliveira e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Encontra-se o território de Acará na zona fisiográfica "Guajarina". É cortado pelo rio do mesmo nome, no qual, quase em frente à sua sede, deságua o seu

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

grande afluente, o rio Acará-Miri. Limita com os municípios de Moju, Belém, Ananindeua, Bujaru e Capim. A cidade dista 65 km em linha reta da capital do Estado, colocando-se em 8.º lugar em ordem de distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: 1° 57' 45" de latitude sul e 48° 11' 55" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 35 metros na sede municipal, sendo o 11.º em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido, com copiosas chuvas no período invernoso, de janeiro a junho, após o que começa a estação sêca, que vai até dezembro.

AREA — A área do município é de 15 617 km², sendo o 16.º município do Estado em extensão territorial.

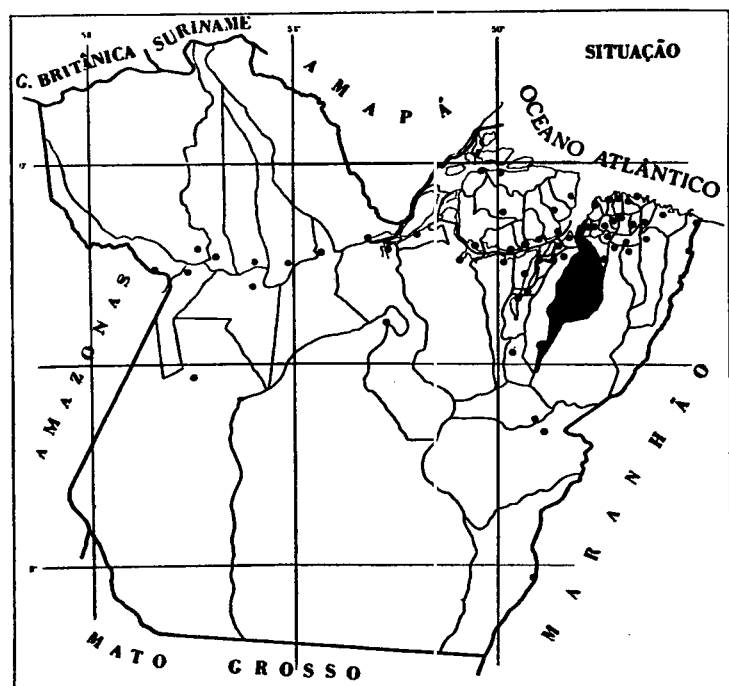
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como quase tôda a região Amazônica, o município de Acará se compõe de várzeas e terras firmes. É cortado de norte a sul pelo rio Acará (nome de um peixe próprio da região), o qual divide-se, em frente à cidade do mesmo nome, em duas partes, uma das quais recebe o nome de Acará-Miri. Os principais acidentes geográficos são: *Rio Acará*: navegável na maior parte de sua extensão; *Rio Acará-Miri*: navegável e pouco piscoso; *Lago Grande*: formado na cabeceira dos igarapés Timboteua e Tamacoarecaba.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riqueza mineral, cita-se a existência de argila e pedras calcáreas, estas ainda sem exploração. Borracha, madeira e sementes oleaginosas constituem as riquezas vegetais. Animais silvestres aparecem como principal riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Acará, segundo o Recenseamento de 1950, era de 20 697 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 10 909; mulheres — 9 788; brancos — 2 734; pardos — 16 703; pretos — 884; 355 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 552, 5 570 eram solteiros; 4 940 casados; 1 028 viúvos; 1 desquitado. Existiam, apenas, 176 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Religiosamente, predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 20 110; as outras religiões dispõem de alguns adeptos. Na estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 23 330, sendo 12 245 no distrito de Acará; 7 431 no distrito de Guajará-Miri; e 3 654 no distrito de Jurupariteua.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui seis aglomerações urbanas: a cidade de Acará, com 505 habitantes (258 homens e 247 mulheres); vila de *Guajará-Miri* com 153 habitantes (86 homens e 67 mulheres); vila de *Jurupariteua* com 65 habitantes (35 homens e 30 mulheres). Além dêstes, merece destaque o povoado de *Tomé-Açu,* com 110 casas e 800 moradores, sede de antiga colônia japonêsa, que é o maior núcleo populacional do município. Há, ainda, os povoados de *Boa Vista* com 27 casas e 180 moradores, e *São Miguel,* com 15 casas e 75 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A cultura da pimenta-do-reino (764 737 pés) é a mais importante atividade econômica do município (92%). O estabelecimento de colo-

nos japonêses em Tomé-Açu, com emprêgo de métodos modernos de agricultura, situa o município como o maior produtor nacional de pimenta-do-reino do país, como se verifica a seguir:

ANOS	PRODUÇÃO (toneladas)	EXPORTAÇÃO (toneladas)	VALOR DA EXPORTAÇÃO (Cr$ 1 000)
1953	484	476	44 306
1954	647	484	60 358
1955	900	647	101 762

A safra de 1956 foi estimada em 1 500 toneladas.

A extração de madeiras, segundo produto do município, não chega a representar 5% da exportação.

Outrora, o cultivo do tabaco (fumo) teve expressão econômica.

Das pessoas ativas no município, 40,3% estão ocupadas no ramo agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 56 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo, sendo três na sede municipal.

A Cooperativa Mista de Tomé-Açu, ali sediada, é a maior organização do seu ramo no Pará. É uma das mais importantes de todo o País, constituindo a sua atividade de trabalho uma poderosa fonte de rendas, com notória repercussão dentro e fora do Estado, contando com 82 associados.

O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Acará com as sedes municipais limítrofes pelos seguintes meios de transporte: Capim — fluvial 196 km; Bujaru — fluvial 206 km; Moju — fluvial 120 km. Dista da Capital do Estado 7 horas de navegação (100 km fluvial). O município é servido por embarcações fluviais de pequeno porte (lanchas, motores, veleiras).

Existem no município uma Agência Postal-telegráfica, em Tomé-Açu, e uma Agência do Correio, ambas do D.C.T., como meio de comunicação.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Acará conta com 8 logradouros públicos, dos quais um inteiramente pavimentado; 113 prédios e, 505 habitantes, conforme o Censo de 1950. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se a todos os logradouros e a domiciliária conta com 59 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede municipal, um Pôsto Médico-Dentário e um Hospital, recém-inaugurado, com 7 leitos. Ambas as instituições são do govêrno municipal e recebem a visita semanal do médico itinerante da Saúde do Estado.

No povoado Tomé-Açu funciona um Pôsto Médico e na Colônia 4 Bôcas um Hospital, de propriedade particular (Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu), servido por um médico japonês e por três praticantes de enfermagem, também japonêses.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa Mista de Tomé-Açu, instalada desde 1949 e com 76 associados, é a maior organização de seu ramo no estado do Pará, sucessora da "União dos Lavradores", fundada em 1946, primeiro núcleo de trabalho dos nipônicos após a segunda grande guerra mundial.

Funciona, também, a "Associação dos Moços de Tomé-Açu", congregando todos os jovens da colônia japonêsa.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 17 255 pessoas, com 5 anos e mais, sendo que 3 231, ou 18,7%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 077 são homens e 1 154 mulheres. Na sede municipal, das 450 pessoas de 5 anos e mais, 238 sabem ler e escrever, sendo 140 homens e 98 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município de Acará 32 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 816 alunos.

Há na Colônia Tomé-Açu quatro estabelecimentos de ensino primário, em Água Branca, Breu, Tomé-Açu e Ipitinga. O número de alunos ultrapassa a quinhentos e lecionam nessas escolas quinze professôres. O ensino em Tomé-Açu é mantido pela Cooperativa. Em face do crescimento da população, está sendo construída mais uma escola no ponto central da Colônia, cuja despesa foi orçada em seiscentos mil cruzeiros.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	384	1 100	737	1 197
1951	—	409	1 630	...	1 659
1952	—	508	2 519	...	249
1953	—	494	6 195	3 700	4 818
1954	—	760	6 042	3 640	6 042
1955	—	476	2 711	2 170	2 532
1956	—	(1) 810	2 711	...	2 711

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A romaria do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, levada a efeito a 25 de dezembro, bem como a procissão em homenagem a São Sebastião (20 de janeiro) são os tradicionais festejos da população católica do município, os quais constam de novenário, que antecipa a procissão e, após a mesma, têm início os festejos profanos e festas dançantes, que geralmente duram 24 horas.

VULTOS ILUSTRES — O município conta, entre seus filhos, com dois nomes ilustres de paraenses: João Batista Gonçalves Campos, o famoso Cônego *Batista Campos,* articulador do movimento revolucionário denominado CABANAGEM, cujas conseqüências foram sanguinolentas, durante longos anos do 2.º reinado; Júlio Cezar, um dos pioneiros da aviação, cujo intento nesse sentido o levou ao túmulo, tendo sido, também, jornalista e escritor.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A viagem pelo rio Acará na maré baixa, é um aspecto bem interessante, bem como a visita à Colônia de Tomé-Açu, onde se localiza o maior centro de pimenta-do-reino do país.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "Acaraenses". *Acará,* topônimo indígena. Nome de várias espécies de peixes de

água doce e salgada (Ciclídeos). Pode ser decomposto em *á* = *guá* = aquêle que e *cará* = roer, morder. Aquêle que rói, que morde, referindo-se ao peixe. Ou, ainda: *Aca* = ponta, esporão e *rá* = raba (soltar, desligar). O que fere com o esporão.

Teodoro Sampaio interpreta: — *a* — *cará*, cabeça áspera, o cascudo.

É têrmo judiciário da Comarca de Belém.

O eleitorado é de 2 248 eleitores.

A Colônia Agrícola de Tomé-Açu representa o maior empreendimento agrícola do Estado, revolucionando os métodos de trabalho agrário e trazendo, com a pimenta-do-reino, uma nova fonte de renda.

Três clubes de futebol, sendo um na sede municipal, o "São José Esporte Clube", congregam os aficionados pelo esporte inglês.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Acará — CNE — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

AFUÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 263 do 1.° Vol.

HISTÓRICO — O Dr. Manuel Barata, no seu importante folheto "A antiga produção e exportação do Pará", em uma nota à página 38, sôbre Marajó, escreveu: "Esta ilha, primitivamente chamada Ilha Grande de Joanes, foi criada capitania e concedida em donataria de juro e herdada pelo rei D. Afonso ao seu secretário de Estado, Antônio de Sousa Macêdo, por carta de doação de 23 de dezembro de 1665 (Arq. da tôrre do Tombo, "Chancelaria", doações de D. Afonso VI., f. 74 v.) O donatário tomou posse dela por seu procurador, em 2 de setembro de 1667.

"Ao filho de Antônio de Sousa Macêdo, deu o mesmo D. Afonso VI o título de Barão da Ilha Grande de Joanes, por carta de mercê de 27 de setembro de 1666 (Fr. Cláudio da Conceição, "Gabinete histórico", t. 4.°, p. 349; Sanches de Baena, "Resenha das famílias e grandes de Portugal", t. 2.°). Equivocadamente dizem, porém, alguns escritores que êsse título fôra dado ao mesmo Antônio de Sousa Macêdo, quando, antes mesmo dos autores citados, o próprio Antônio de Sousa Macêdo, que só tivera a doação da Capitania, sem o título de Barão, diz expressamente, em uma memória por êle escrita em 1675: "No Grão-Pará, Estado do Maranhão, sou Senhor, e Capitão geral da Ilha grande de Joanes (donde meu filho tem o título de Barão)..." (Cod. CCCXC 17/78 da Bibl. Nac.).

"Antônio de Sousa Macêdo, que foi escritor erudito e autor de várias obras, entre as quais "EVA E AVE" e o poema "ULYSSIPO", faleceu a 1.° de novembro de 1682.

"Sucedeu-lhe na donatária da capitania seu filho Luiz Gonçalo de Sousa de Macêdo, primeiro Barão da Ilha Grande de Joanes, que faleceu a 10 de agôsto de 1727. A êste sucedeu na donataria e no título de Barão, seu filho Antônio de Sousa de Macêdo, que faleceu a 30 de novembro de 1738, sucedendo-lhe seu filho Luiz de Sousa de Macêdo, quarto donatário e terceiro Barão da Ilha Grande de Joanes, e que foi também, o último na posse da Capitania e da Baronia. Em virtude de ajuste feito entre êle e o govêrno de D. José I, e por Decreto de 29 de abril de 1754, foi extinta a donatária e reunida a capitania aos bens da Corôa e fazenda real, sendo dado ao mesmo Luiz de Sousa de Macêdo, o título de Visconde da Mesquitela, em lugar do de Barão da Ilha Grande de Joanes, além da renda de três mil cruzados cada ano".

Por aviso de 6 de junho daquele mesmo ano, o Ministro determinou ao governador do Pará que tomasse posse da ilha, o que foi logo executado.

A denominação proveio do nome do rio que a regra, e é, segundo diz Ferreira Pena, uma palavra que não é nem portuguêsa nem de origem indígena.

À edificação da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição deve a sede do município de Afuá a sua fundação e existência.

Antes de 1845 estabeleceu-se em terrenos do rio Marajó, que então fazia parte do distrito da vila de Chaves, D. Micaela Arcanja Ferreira, ocupando uma posse de terras que denominou Santo Antônio.

Com a criação da Lei n.° 601, de 18 de setembro de 1850, e em obediência ao regulamento, baixado com o Decreto n.° 1 318, de 30 de janeiro de 1854, D. Micaela Ferreira deu a registro, na Freguesia de Chaves, o seu sítio Santo Antônio, que media mais ou menos uma extensão de meia légua, ficando compreendida dentro dêle a zona em que hoje assenta a sede do município.

Em 1869, em tôrno da casa daquela posseira já existiam muitas barracas, pelo fato de ser o local apropriado para um pôrto e ponto de paragem cômodos, para quem saía ou entrava para o grande estuário amazônico.

Naquele ano, Mariano Cândido de Almeida, grande devoto da Virgem da Conceição, cogitou da ereção de uma modesta capela, em que pudesse ser venerada a Mãe de Deus e aventou a sua idéia a D. Micaela Ferreira, que, não só a aplaudiu, como declarou que daria à Santa uma parte das suas terras para ser constituída em patrimônio da futura capela ou igreja.

Mariano de Almeida pôs em campo tôda a sua atividade, conseguindo organizar uma espécie de comissão com os principais moradores do local, a fim de levar a efeito a construção projetada, não mais de uma capela, mas de uma igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Afuá.

Escolhido o local, preparados os primeiros materiais, tiveram início os trabalhos de construção da igreja em 1870, havendo esta ficado concluída no ano seguinte.

Avenida 25 de Dezembro

Mercado Municipal

Não faltou D. Micaela Ferreira à sua promessa, pois que, já em 1870, segundo declaração escrita de seus filhos legítimos Firmino das Mercês Coêlho e Geraldo Antônio Coêlho, datada de 1.º de julho de 1899, testemunhada pelo major Antônio Maciel da Fonsêca e Capitão Antônio Gomes de Sousa, confirmando-a, doou para patrimônio de Nossa Senhora da Conceição o terreno "que começa no igarapé divisa, no rio Marajó, desce pelo rio Afuá e vai até o igarapé Jaranduba, no rio Cajuuna."

Em tôrno da igreja e com as facilidades aquisitivas de pequenos lotes de terras, cresceu o povoado, que, em 14 de abril de 1874, pela Lei provincial n.º 811, recebeu a categoria de freguesia sob a invocação predileta de Mariano Cândido de Almeida.

As lutas políticas de 1878, com as vicissitudes a que ficavam sujeitos os vencidos políticos, concorreram para que, pela Lei n.º 908, de 5 de junho, lhe fôsse suprimida a prerrogativa de freguesia, ficando seu território anexado ao de Chaves, até 8 de março de 1880, quando a Lei n.º 963 lhe restituiu o predicamento antigo.

Não teve longa duração êste segundo período de constituição da freguesia pois que, em 1882, a Lei n.º 1 094, de 6 de novembro, a extinguiu de novo, para restituir-lhe em 1889 o seu predicamento, com a Lei n.º 1 386 de 2 de outubro.

No caráter de freguesia, entrou para o período da república, em cujo início, em 1890, passou a vila, com o Decreto n.º 170 de 2 de agôsto, e, pelo de n.º 171, da mesma data, que criou o município de Afuá, foi constituída em sede da nova comuna.

A instalação do município teve lugar em 23 de agôsto de 1890, sob a presidência de Rosendo José das Neves Ferreira, que com João Evangelista de Alcântara Barbosa, Leopoldino Joaquim de Almeida, Teodoro Severo Maciel e Raimundo Santiago Chagas, constituíram o primeiro Conselho de Intendência Municipal nomeado e empossado.

O Decreto n.º 226, de 28 de novembro de 1890, criou a comarca de Afuá, com sede na vila do mesmo nome, e, a Lei n.º 403, de 2 de maio de 1896, elevou Afuá à categoria de cidade.

A comarca de Afuá foi instalada em 18 de abril de 1891 e a cidade em 14 de julho de 1896.

De acôrdo com a divisão administrativa, em 1911, compõe-se o município de Afuá de 6 distritos: Afuá, Jurupari, Charapucu, Cajari, Santa Luzia e Cajuuna, ao passo que, em 1920 compõe-se apenas de 4 distritos: Afuá, Corredor, Santa Júlia e Cajuuna.

Extinto o município de Anajás pelo Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, foi o seu território anexado ao de Afuá. Todavia, o texto dêsse Decreto n.º 6, e também do de n.º 78, de 27 de dezembro de 1930, ao relacionar os 22 municípios existentes no Estado do Pará, na época, não consigna o de Afuá.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, aponta, entre os existentes no Estado, o município de Afuá, que nos quadros da divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, se constitui de 7 distritos: Afuá, Anajás, Cajuuna, Corredor, Furo do Breu, Santa Júlia e Trovão.

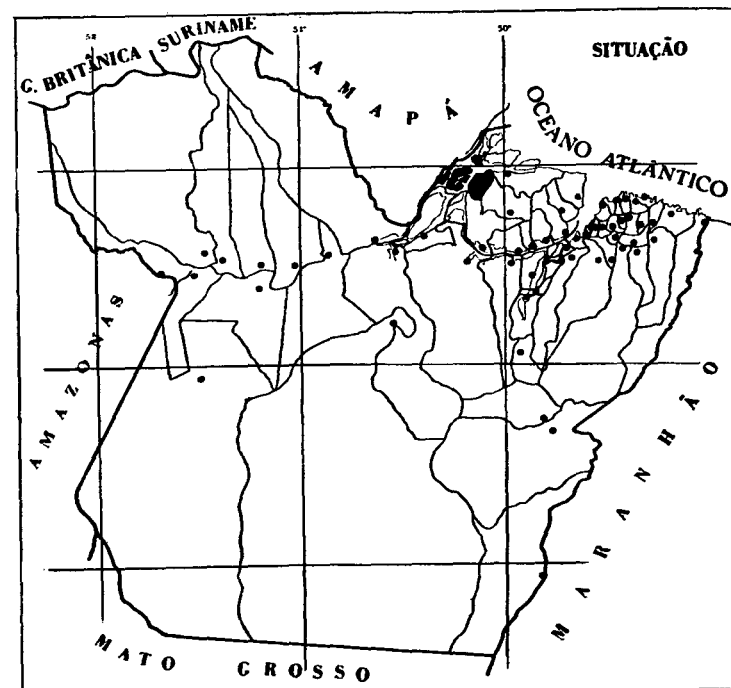
Já no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, são dois os distritos de que se compõe o município em aprêço: Afuá e Anajás.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, perdeu o município de Afuá o distrito de Anajás, acrescido de parte do território do distrito de Afuá, compreendido nas zonas do Trovão e Furo do Breu, para o município de Anajás, restaurado. Em conseqüência, na divisão administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei supracitado, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, apenas 1 distrito forma o município de Afuá: o dêste nome, que se subdivide em 4 zonas: Afuá, Cajuuna, Corredor e Santa Júlia.

Na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, permanece Afuá formado sòmente pelo seu distrito sede.

Atualmente o município de Afuá é constituído por 2 distritos: Afuá e Vila Baturité.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o sr. Eugênio Tavares Ferreira e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Afuá situa-se na zona fisiográfica de Marajó e Ilhas, na extremidade norte-ocidental da Ilha de

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Marajó, banhado pelo Canal do Vieira Grande, na bôca oriental do rio Amazonas. Limita-se com os municípios de Breves, Gurupá, Chaves, Anajás e com o Território Federal do Amapá. A cidade fica localizada numa ilha à margem direita e oriental do rio Afuá, afluente do rio Amazonas, em terreno alagadiço, quase na foz do rio Amazonas e dista 254 km em linha reta da Capital do Estado colocando-se em 34.º lugar na distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: 0° 9' 32" de latitude sul e 50° 23' 31" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 4 metros na sede municipal, sendo o 30.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima característico da Amazônia, equatorial superúmido. A temperatura na sede municipal em 1956 foi a seguinte: média das máximas: 34ºC; média das mínimas 24ºC e média compensada 28ºC.
ÁREA — A área do município é de 5 570 km² é o 27.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: *Ilha de Afuá*, com 4 km de comprimento por 1,5 de largura, sendo importante por se encontrar no seu extremo oeste a cidade do mesmo nome; *Ilha dos Porcos*, situada na foz do rio Amazonas também habitável; *Ilha Conceição*, situada na foz do rio Amazonas, também habitável; *Salvador*, situada na foz do rio Amazonas, sendo habitável; ilhas do Maracajá, Caldeirão, Pará, Jurupari e Pacas. Rios principais — *Afuá*, navegável por grandes e pequenas embarcações a vapor e a vela, desembocando no Rio Amazonas. *Charapucu*, nasce no município de Chaves e corta o município ao meio num percurso aproximado de 86 quilômetros, e desembocando no rio Amazonas. *Anajás*, nasce no município de Anajás, penetrando no município de Afuá, na parte sul, sendo navegável por grandes e pequenas embarcações a vapor e a vela. *Amazonas*, banha o litoral do município e ilhas, que lhe ficam à foz, formando várias bacias, tendo como principal a Bacia do Vieira Grande, numa extensão de 76 km.

RIQUEZAS NATURAIS — A areia destaca-se como principal riqueza mineral. Borracha, madeira e plantas oleaginosas constituem as riquezas vegetais. Os animais silvestres aparecem como principal riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Afuá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 16 743 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 8 396; mulheres — 8 347; brancos — 3 604; pardos — 12 709; pretos — 244; nenhum da côr amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 816, 4 544 eram solteiros, 3 506 casados, 708 viúvos, 2 desquitados. Existiam apenas 5 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Religiosamente predominavam os que se declararam católicos romanos em número de 16 165; as outras religiões apresentaram adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-56, era de 18 873, sendo 9 227 no distrito de AFUÁ e 9 646 no distrito de Baturité.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro aglomerações urbanas, a cidade de Afuá, com 618 habitantes (277 homens e 341 mulheres), a vila denominada "Vila Baturité", com 147 habitantes (64 homens e 83 mulheres) e os povoados de Santa Júlia do Jurupari, com 28 casas e 70 moradores e Bela Vista do Jupati, com 22 casas e 60 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas ativas no município, 4,7% concentram-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura. A borracha e a colheita de sementes oleaginosas representam as principais fontes de renda do município. Os principais produtos exportados, em 1956, foram: borracha fina (114 335 kg, no valor de Cr$ 4 471 232,80), carne de salmoura (40 958 kg, no valor de Cr$ 1 473 530,00), leite de seringueira látex (321 tambores no valor de Cr$ 982 820,00); madeira-dormentes (2 445 m³), no valor de Cr$ 909 800,00; madeira bruta de lei (1 474 m³, no valor de Cr$ 880 800,00). O valor total da exportação, em 1956, somou em Cr$ 11 635 014,20. O Censo agrícola de 1950 constatou a existência de 4 166 cabeças de gado bovino. A produção extrativa é constituída de extração de borracha (borracha fina, sernambi e látex), madeira bruta e beneficiada, sementes de murumaru, semente de ucuuba, palha de ubuçu, azeite de andiroba e sebo de ucuuba, cujo valor da produção total, em 1956, importou em Cr$ 10 071 448,00. A produção extrativa animal compõe-se de peles de jacaré, e de outros animais silvestres, peixes de diversas espécies e mel de abelha, cujo valor total, em 1956, foi de Cr$ 314 475,50.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se 100 estabelecimentos comerciais típicos da região, atacadistas e varejistas ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há início de acentuado intercâmbio com a praça de Macapá, Território do Amapá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Afuá com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Breves*: fluvial, 190 km, viagem a vapor, barco motor, lancha e canoa a vela (viagem direta 190 km e via Anajás 320 km); *Gurupá*: fluvial — 419 km, viagem direta; *Território Federal do Amapá*: fluvial — 110 km, viagem direta; *Chaves*: fluvial — 30 km, viagem direta; *Anajás*: fluvial — 130 km, viagem direta; *Capital do Estado*: fluvial — 604 km, viagem direta. Como via de comunicação, existe no município uma Agência Postal Telegráfica do DCT. Os transportes para Afuá são feitos via fluvial, em barcos motores e barcos a velas em viagens demoradas de 5 a 8 dias, perigosas e estafantes. Há regular ligação fluvial com Macapá, capital do Território do Amapá. Não se comunica diretamente com a Capital Federal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Afuá está situada à margem direita do rio Afuá, na junção dêste com o rio Pirayauara, na ponta de uma ilha. Os seus logradouros são todos construídos de madeira sôbre estacas a fim de evitar a "alagação", constituindo uma das raras palafitas do mundo. As águas, quando sobe a maré, cobrem completamente o solo da ilha, o que lhe valeu a denominação de "Venesa Paraense". Conta com 16 logradouros públicos, 161 prédios; 618 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação se estende a 14 logradouros e a domiciliária conta com 109 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um Subposto de Higiene do Serviço Especial de Saúde Pública, para atender a população em casos de doença.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade de Afuá a Caixa Funerária de Afuá, fundada no ano de 1949, contando com 379 sócios e destinada a auxílio funerário aos associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 13 862 pessoas, com 5 anos e mais, sendo que 2 426, ou 17,5%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 515 eram homens e 911 mulheres. Na sede municipal, das 527 pessoas de 5 anos e mais, 336 sabiam ler e escrever, sendo 164 homens e 172 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram em Afuá 9 estabelecimentos de ensino fundamental comum, com a matrícula geral de 298 alunos, na cidade e no campo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há em Afuá duas (2) associações recreativas, com boa organização, ensejando uma certa melhoria no nível cultural da população local.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	760	453	940
1951.......	—	—	972	639	1 173
1952.......	—	—	1 157	744	1 371
1953.......	233	—	1 475	719	1 490
1954.......	245	—	1 484	752	1 300
1955.......	233	—	1 665	507	1 152
1956 (1)...	391	331	(1) 1 360	770	1 360

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa popular de maior repercussão em Afuá é a consagrada a Nossa Senhora da Conceição, com início sempre no terceiro domingo de novembro com a tradicional procissão do "Círio". Um dia antes, isto é, sábado, é trasladada a imagem de Nossa Senhora da Conceição para uma residência particular, onde é colocada a Virgem Imaculada em seu vistoso altar. Em seguida, há a ladainha do costume. Além desta, que é a principal, são celebradas festas em honra a São Sebastião, com início a 16 e término a 20 de janeiro; Santa Maria de 1.º a 31 de maio; Sagrado Coração de Jesus, que sempre tem início a 21 de julho e termina a 8 de agôsto. Durante referidos festejos realizam-se, na praça da Matriz, inúmeras feiras com variedades de vendas ao público.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Situado na foz do rio Amazonas, inegável é a atração turística que o município oferece, embora ainda sem exploração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são denominados "afuaenses".

A sua denominação proveio do nome do rio que a regra, e é, segundo diz Ferreira Pena, uma palavra que não é nem portuguêsa nem de origem indígena.

O professor José Coutinho de Oliveira, autoridade em tupi-guarani, escreveu sôbre Afuá o seguinte: "A despeito da autorizada opinião de Ferreira Pena de que o têrmo "não é nem português, nem indígena", julgamos que não pode deixar de ser indígena. Restará, apenas determinar-lhe a origem entre as diversas, que se encontram na Amazônia, pois aqui se reuniram e se hostilizaram as quatro grandes nações que povoaram o Brasil: tupis, tapuias ou gês, aruaques e caribas. E provàvelmente outras, sobretudo na ilha de Marajó, cujos primitivos habitantes ainda se não acham plenamente identificados. Como formação típica, parece resistir a qualquer interpretação, a menos que os dois "ff" com que se grafava anteriormente o topônimo, sejam dois "esses" (ss = ff) alongados da antiga manugrafia. Neste caso suportaria a interpretação *assu* (grande) como se escrevia, mais *á* = ara. Significaria "grandeza", o que é pouco provável".

É sede de Comarca com dois distritos Judiciários.

O eleitorado é de 3 125 eleitores.

À edificação da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, deve a sede do município de Afuá a sua fundação e existência como agrupamento humano.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Afuá — CNE — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatísica do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

ALENQUER — PA

Mapa Municipal na pág. 115 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Para apresentar dados históricos dêste município impõe-se a consulta do "Município de Alenquer", do Senador Fulgêncio Simões, em cuja obra com autoridade é largamente o assunto estudado.

Diz êle "O território do município de Alenquer constituiu nos primitivos tempos da colonização amazônica, uma das zonas de catequese dos capuchos da piedade, que, provàvelmente nos fins do século XVII, se estabeleceram à margem do rio Curuá, pouco acima da sua foz, atraindo e concentrando nesse local os índios da região, alguns, como a tribo dos Barés ou Abarés, eram ali aldeados, e dando à aldeia a denominação de Arcozellos, que é a de uma localidade portuguêsa, donde talvez fôsse natural o chefe ou algum dos ditos capuchinhos.

"As dificuldades de comunicação, aumentadas no tempo de verão pela deficiência de água nos dois estreitos canais da bôca do rio Curuá, aliados à endemia de sezões ali reinantes e que, com o povoamento e o desenvolvimento vão desaparecendo, determinaram a mudança da sede dos capuchinhos para o local sadio e farto onde, com o auxílio de índios do rio Trombetas, fundaram a aldeia de Surubiú, hoje a próspera cidade de Alenquer. A denominação de Surubiú, dada à nova aldeia vem do fato de ficar à margem do então rio Surubiú, atualmente Igarapé de Alenquer, na confluência com o igarapé, Itacarará, que despeja nêle suas águas.

"Foi no ano de 1758 que teve lugar a criação do município, pelo fato da elevação da aldeia de Surubiú à categoria de vila, concorrendo para isso o seguinte acontecimento: Tendo de seguir até o rio Negro a fim de conferenciar com o plenipotenciário espanhol sôbre a demarcação de limites das terras das coroas de Portugal e Espanha, o governador capitão general Francisco Xavier de Mendonça

Furtado aproveitou a viagem para visitar as povoações ribeirinhas e assim poder dar consciênciosa execução à Carta Régia de 6 de junho de 1775, pela qual lhe foram outorgados poderes para elevar à categoria de vila as povoações que julgasse em condições de a merecer. Coube então à aldeia de Surubiú a honra de receber o predicamento de vila com a denominação de Alenquer, em 1758 quando o benemérito governador efetuou a aludida viagem ao Rio Negro.

"Após a Independência do Brasil, "ódios políticos", como diz Moreira Pinto, no seu Dicionário Hist. e Geog. do Brasil, nascidos de rivalidades descabidas entre localidades, fizeram que o Conselho do Govêrno, tendo de dar execução ao art. 3.º do Código de Processo Criminal, decretado em 29 de novembro de 1832, dividindo o território da província em comarca de têrmos, em sessão de 14 de maio de 1833 retirasse a Alenquer o predicamento de vila, passando dessa forma o seu território a pertencer à "Cabeça do Têrmo", que era Santarém.

"Foi assim, sem fundamentar a sua injustificável resolução, que o Conselho do Govêrno retirou o predicamento de vila não sòmente a Alenquer e Alter do Chão, mas também, em outros artigos, a Curuçá, Mazagão e outras localidades importantes. Baena, no aditamento ao seu Ensaio Corográfico, publicado em 1839, critica austeramente essa divisão, feita, diz êle "com desprêzo dos princípios indispensáveis para a sua discreta regulação", a qual "desgraduou povos que estavam em mais ponderosas circunstâncias que outros", sem ter pedido prèviamente "informações de pessoas idôneas, como os professôres, os párocos e outros.

"A injustiça, porém, não triunfou com o silêncio das vítimas. Tôdas as câmaras municipais extintas protestaram e reclamaram com a altivez patriótica que honra os nossos antepassados.

"Em julho de 1833, como se depreende da representação da Câmara de Alenquer, passou o município a fazer parte do de Santarém; mas tão clamorosa injustiça havia de ser um dia reparada. E foi. Ao impulso da verdade em relêvo surgiu a Lei n.º 140, de 23 de junho de 1848, restaurando o município e restituindo à Alenquer a categoria de vila, que foi solenemente instalada com a posse da respectiva Câmara Municipal no dia 11 de janeiro de 1849, compondo-se essa primeira Câmara Municipal dos vereadores: Teodósio Constantino Batista, presidente, Benedito Luiz Coêlho, Rodrigo Antonio da Silva, Braz Antonio Corrêa, Joaquim Manoel Corrêa, Romualdo Antonio dos Santos e Joaquim Antonio Luiz Coêlho. A Câmara, assim constituída, juramentou e empossou, nesse mesmo dia, os 4 primeiros juízes de paz eleitos, Tiago Peres Duarte, Luiz de Oliveira Martins, Salazar José Corrêa e Teodósio Constantino de Sena. Do ato foi publicado edital pelas ruas e praças e afixado na porta da casa da Câmara.

"As Câmaras Municipais sucederam-se com tôda a regularidade até a proclamação da República.

"Proclamada a República em 1889, as Câmaras Municipais foram dissolvidas e criados Conselhos de Intendência.

"A Câmara Municipal de Alenquer foi dissolvida por Decreto n.º 107, de 15 de março de 1890, e criado um Conselho de Intendência por Decreto n.º 108, da mesma data, composto de 7 membros, sendo um presidente e 6 vogais, todos de nomeação do govêrno do Estado. Para êsse Conselho foram nomeados os cidadãos: Dr. Fulgêncio Firmino Simões, presidente, vogais, Tiago Serrão de Castro, alferes Manoel Felipe de Vilhena, Luiz Rabelo Duarte, João Antonio Barroso, João Possidônio Martins e José Francisco da Silva Duarte, os quais tomaram posse, em sessão solene, no dia 7 de abril do mesmo ano.

"Depois de promulgada a Constituição do Estado, de 22 de junho de 1891, o governador Dr. Lauro Sodré, usando da faculdade que a mesma Constituição lhe conferiu, baixou o Decreto n.º 385, de 8 de agôsto dêsse ano, para a eleição dos primeiros Conselhos Municipais, a qual realizou-se a 10 de outubro do mesmo ano. Para o de Alenquer foram eleitos o Tenente Coronel Eugênio Nunes da Costa Marques, intendente, Capitão João Possidônio Martins, Major Joaquim Bentes Rabelo, Major Ivo Antonio Picanço de Azevedo, Tenente Luiz Rabelo Duarte, Jonatas Juvenal Maia e José da Costa Homem, vogais.

"Foi êste o primeiro Conselho Municipal de Alenquer, eleito após a promulgação da Constituição do Estado.

"Alenquer foi elevada à cidade pela Lei n.º 1 050, de 10 de junho de 1881, tendo sido antes, por ato do presidente da província Dr. Pedro Vicente de Azevêdo, de 1.º de maio de 1874, o respectivo município elevado a têrmo judiciário com um conselho de jurados, que pela primeira vez reuniu-se no dia 15 de dezembro dêsse ano.

"Pela Lei n.º 1 145, de 29 de março de 1883, foi o têrmo de Alenquer elevado à categoria de comarca, mas sòmente pelo govêrno da República foi classificada de segunda entrância, pelo Decreto n.º 118, de 3 de janeiro de 1890, sendo instalada a 26 de abril do mesmo ano."

Na relação nominal dos municípios do Estado mantidos pelo Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, figura o de Alenquer, não se verificando o mesmo na apresentada pelo de n.º 78, de 27 de dezembro também daquele ano. Não obstante no quadro da divisão administrativa relativo a 1933, Alenquer é constituído apenas pelo distrito sede.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935 enumera todos os municípios do Pará consignando entre êles o de Alenquer. Êste, nos quadros da divisão territorial de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, compreende 4 distritos: Alenquer, Curuá, Cuipéua e Paraná-Miri.

Segundo o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, bem como a divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município em aprêço compõe-se de 2 distritos: Alenquer (com a zona dêsse nome e as Cuipéua e Paraná-Miri) e Curuá.

Na divisão territorial do Estado vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município de Alenquer permanece formado por 2 distritos: Alenquer e Curuá.

Atualmente o município ainda mantém o mesmo número de distritos, isto é Alenquer e Curuá.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o sr. Oscar Ferreira de Araújo e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se o município de Alenquer à margem esquerda do rio Amazonas e situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas. Limita-se com os municípios de Óbidos, Almeirim, Monte Alegre e Santarém. A cidade fica a 701 km em linha reta da Capital do Estado colocando-se em 46.° lugar em distância de Belém. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 1° 56' 56" de latitude sul e 54° 46' 38" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 36 metros na sede municipal, sendo o 10.° em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido, acentuando-se porém, o tempo de verão, de outubro a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 22 856 km². É o 14.° em extensão territorial no Estado do Pará.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: *Rio Amazonas* que banha o quarteirão do Arapiri e uma parte do quarteirão do Paraná-Miri; *Rio Curuá* tem sua nascente em lugar desconhecido e banha a vila do mesmo nome e os povoados de Pacoval e Apolinário, sendo navegável parte de sua extensão. Na região banhada por êsse rio, ficam os grandes castanhais e balatais do município; *Rio Mamiá* é afluente do rio Curuá e tem suas nascentes desconhecidas, sendo bastante encachoeirado, banhando uma região desabitada; *Lago Curuá* tem uma extensão aproximada de 4 000 metros de comprimento por 1 500 de largura. É ligado aos lagos dos Botos, Poção e Tostão. É de pouca profundidade, sendo navegável no inverno por embarcações de pequeno calado; *Lago Curumú* sua extensão é calculada em 3 000 metros de comprimento por 1 500 de largura. É de pouca profundidade, principalmente no verão. É muito piscoso. *Ilha Arapiri* situada no rio Amazonas, dista da sede do Município, cêrca de 20 milhas. Sua superfície é de aproximadamente, 800 km².

RIQUEZAS NATURAIS — A argila constitui a principal riqueza mineral, entretanto consta a existência do chumbo (galena), cristal de rocha e minérios de ferro, ainda sem exploração. Borracha, castanha, madeira e plantas oleaginosas constituem as principais riquezas vegetais. Peles e couros de animais silvestres (caças), peles de jacaré e conchas da "itã" aparecem como principais riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Alenquer, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 16 477 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 8 267; mulheres — 8 210; brancos — 2 935; pardos — 11 768; pretos — 1 670 e 46 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 9 545, 4 417 eram solteiros; 4 334 casados; 782 viúvos e 5 desquitados. Existiam apenas 31 estrangeiros e 16 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 16 318; as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 18 573, sendo 14 344 no distrito de Alenquer e 4 229 no distrito de Curuá.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui doze aglomerações urbanas: — a cidade de Alenquer, com 4 172 habitantes (2 014 homens e 2 158 mulheres) e a vila de Curuá, com 389 habitantes (190 homens e 199 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950 e os povoados de: *Pais de Carvalho*, com 500 casas e 2 800 moradores; *Paraná-Miri*, com 450 casas e 2 350 moradores; *Arapari*, com 410 casas e 2 200 moradores; *Cuipéua*, com 65 casas e 340 moradores; *Curicaca*, com 36 casas a 180 moradores; *Curumu*, com 45 casas de 230 moradores; *Surubiú-Miri*, com 50 casas e 250 moradores; *Pacoval*, com 37 casas e 180 moradores; *Macurá*, com 63 casas e 310 moradores e *Apolinário*, com 58 casas e 180 moradores, consoante a Campanha Estatística de 1956.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município se sustenta na indústria extrativa, predominando a castanha-do-pará, que contribui com quase cinqüenta por cento (50%) para a receita do município. É exportada com casca. Em segundo lugar vem a juta para fibra, que é plantada em grande escala. A balata é outro produto muito procurado, sendo obtido nos altos rios do município. Também há a juta para semente; aliás é interessante salientar que quase tôda a semente de juta utilizada no plantio de juta para fibra, em tôda a Amazônia, é produzida em Alenquer, nas terras da colônia "Pais de Carvalho". A semente é adquirida pelo Instituto Agronômico do Norte, que a distribui, gratuitamente, aos plantadores de juta. A concha de itã, agora já em pequenas proporções, também contribui com uma parcela para a receita do município. A concha de itã é extraída do fundo do Igarapé do Lago por pessoas que vêm do município de Cametá, exclusivamente para êsse fim, durante os meses de outubro a dezembro, isto é, na época da vasante. Convém salientar que as pessoas que se dedicam a êsse mister não usam aparelhos de espécie alguma. São simples mergulhadores e não escafandristas. A pecuária está em relativo desenvolvimento.

A produção extrativa mineral consiste sòmente na extração de argila (barro), cujo valor em 1956 foi de Cr$ 10 500,00. A de origem vegetal é constituída de extra-

ção de balata, castanha-do-pará, fava cumaru, madeira bruta, cuja produção total em 1956 importou em Cr$ 43 664 062,00. De origem animal, conchas de itã, peixes diversos e peles de animais silvestres, tendo o valor da produção total, em 1956, atingido a cifra de Cr$ 1 432 673,00.

A pecuária está bem desenvolvida e o rebanho bovino soma mais de 20 000 cabeças. Das pessoas ativas no Município, 31,4% concentram-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município cêrca de 120 estabelecimentos comerciais do tipo comum da região (atacadista e varejista), bem como uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia, na cidade.

As transações são feitas com a praça de Belém em grande escala. O comércio com Santarém e outros municípios vizinhos é reduzido.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Alenquer está ligada à Capital do Estado por navegação fluvial em viagens de 4 a 5 dias, em vapores particulares e do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (S.N.A.P.P.). Não se comunica diretamente com a Capital Federal. Possui uma Agência Postal-telegráfica do D.T.C.

As distâncias às sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte são: *Santarém* — fluvial 57 milhas, emprêsas particulares; *Óbidos* — fluvial 69 milhas, emprêsas particulares; *Monte Alegre* — fluvial 117 milhas; *Almeirim* — fluvial 334 milhas; *Capital Estadual* — fluvial 571 milhas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Alenquer conta com 30 logradouros públicos; 919 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 4 172 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 24 logradouros e a domiciliária conta com 286 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui quatro farmácias, três dentistas, dois farmacêuticos e um veterinário. O Pôsto de Higiene do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com finalidade de assistência médica em geral, servido por um médico, quatro enfermeiros e duas visitadoras, atende à população.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem na cidade de Alenquer as seguintes Associações de Assistência Social: Pia União de Santo Antônio de Alenquer, também conhecida pelo nome de Pão de Santo Antônio, fundada no ano de 1942, contando com 190 sócios e destinada a benefícios e auxílios aos seus associados e pessoas estranhas. Sociedade Artística Trabalhista Alenquerense fundada no ano de 1945, contando com 46 sócios e destinada a amparar e proteger as classes operárias e trabalhistas.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 13 913 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 5 198, ou 37,3%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 871 eram homens e 2 327 mulheres. Na sede municipal, das 3 528 pessoas de 5 anos e mais, 2 153 sabiam ler e escrever, sendo 1 065 homens e 1 088 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 59 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 2 485 alunos.

Em 1956, na cidade, funcionaram 2 estabelecimentos de ensino extraprimário: o Curso de Corte e Costura da Paróquia de Santo Antônio, com 28 alunos do sexo feminino e 1 professor e a Escola Datilográfica Rui Barbosa, com 5 alunos do sexo masculino, 8 alunos do sexo feminino e 3 professôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Um cinema (Cine Teatro IDEAL), com 306 lugares, uma Biblioteca da Congregação Mariana de Alenquer, de caráter geral, com cêrca de 1 000 volumes, 3 Associações Culturais, tôdas de caráter esportivo e 1 tipografia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	232	—	1 220	921	1 515
1951	333	634	2 429	2 047	1 796
1952	741	566	1 657	936	1 640
1953	580	753	2 501	1 216	2 346
1954	597	782	2 790	1 334	3 122
1955	881	1 085	2 270	1 536	2 469
1956	1 055	1 884	3 065	2 114	3 065

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Um monumento à Bandeira na praça do mesmo nome.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Um dos festejos populares muito antigo, do tempo da escravatura, mas que com o decorrer do tempo foi se extinguindo, é o chamado *marambiré*, que é uma dança em homenagem ao Natal e a São Benedito. Durante a última quinzena de dezembro e a primeira de janeiro, os promotores dêsse festejo saem à rua, em bloco, dançando também nas residências particulares. Entre os participantes do grupo havia a "Rainha do Congo" que, vestida em traje muito discreto, recebia as manifestações que lhe tributavam seus "súditos", ao som dos tambores e tamborins e através dos "passos" do lundum, que era dançado com mestria por parte dos componentes do grupo, constituído de homens e mulheres. Cantavam músicas próprias que ainda não conseguimos obter. O "marambiré" era encontrado na cidade, entre os moradores do bairro da Loanda e no povoado de Pacoval no rio Curuá, antigo mocambo. A maioria dos componentes do grupo eram descendentes de escravos. Os católicos de Alenquer festejam o padroeiro da paróquia, Santo Antônio. A festividade começa no dia 1.º de junho, com o Círio, e termina no dia 13 do mesmo mês. Muitas barracas são construídas, nas quais é vendido do que o romeiro necessita. É muito concorrida esta festa e pode-se dizer que é uma das mais bem organizadas, pois reúne romeiros de todos os municípios do Baixo Amazonas, inclusive de Parintins, no Estado do Amazonas. Também são festejados, na cidade, São Benedito, padroeiro do bairro de Loanda e São Sebastião, padroeiro do bairro do Aningal.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Fulgêncio Firmino Simões, advogado, autor de uma monografia do município, senador

estadual, presidente da Província de Goiás, no tempo da Monarquia; Desembargador Eloy Simões, magistrado íntegro, ambos já falecidos e General-de-Brigada Clóvis Burlamaqui Monteiro, distinto alenquerense.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O lago Curumuru distante cêrca de seis quilômetros da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "alenquerenses" e os nativos de "Ximangos".

É sede de comarca e têrmo com dois distritos judiciários, Alenquer e Curuá.

O eleitorado é de 4 261.

O município de Alenquer é bem característico da região do Baixo Amazonas com uma economia assentada na exploração florestal (castanha-do-pará, cumaru, etc.); na pecuária, na pesca (pirarucu) e na cultura da juta indiana que elevou as culturas de arroz e do milho a plano secundário.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Alenquer — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

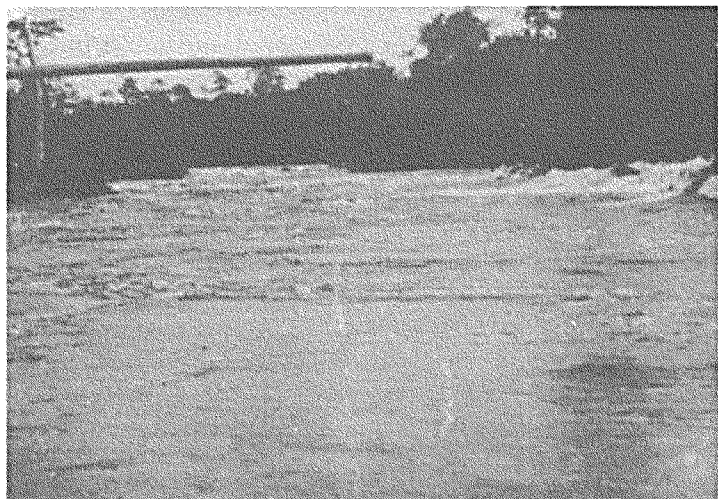
ALMEIRIM — PA

Mapa Municipal na pág. 109 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Há quem atribua a primeira origem de Almeirim a um pretendido forte, erguido pelos holandeses, no local da antiga aldeia do Parú; a verdade histórica, porém, é outra, e não atrasa até aquêles intrépidos marinheiros e aventureiros a fundação da sede do município.

Aos frades capuchos de Santo Antônio deve Almeirim a sua existência, com a fundação da aldeia do Paru, com índios descidos do centro.

Prosperou grandemente a aldeia, principalmente depois que conseguiu reunir a si a taba dos índios do rio Uacapari.

A prática militar de defesa dos territórios, de então, conduziu Manoel da Mota e Siqueira a construir, à expensa suas, no local da atual sede do município de Almeirim, à margem esquerda do rio Amazonas, um forte de pedra e barro, tendo a fechar-lhe o horizonte, pela face posterior, as

Alto Rio Jari

Delegacia de Polícia

terras do Paru, o qual tomou a denominação de forte do Paru.

Essa construção contribuiu ainda para o aumento do povoado.

Em 1745 o forte sofreu reedificação completa, por haver sido julgado necessário à defesa interna do rio Amazonas, e, em 1749, era comandado pelo Capitão Caetano Corrêa Pinto.

Com a denominação de Aldeia do Parú, viveu o povoado até 1758, ano em que o Governador e Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na sua viagem ao rio Negro, o erigiu em vila, com a denominação de Almeirim, a qual êle próprio instalou em 22 de fevereiro.

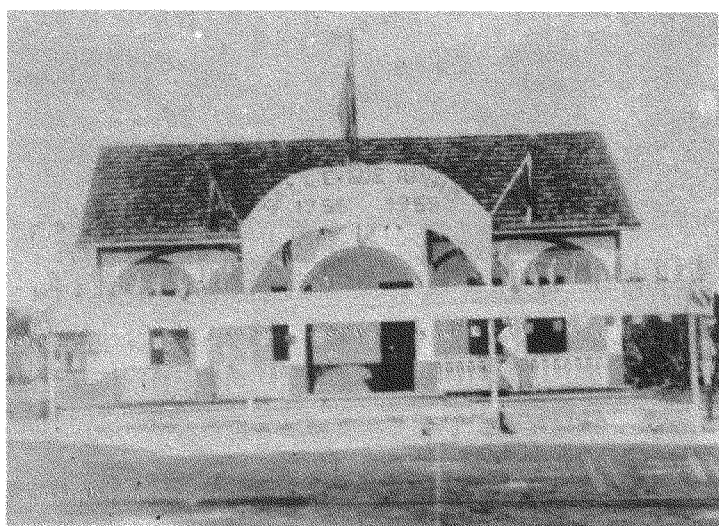
Em 1765, a fortaleza ainda estava muito boa, a Igreja se achava arruinada, não obstante ser coberta de telha, e era diretor da vila, Francisco Serrano de Oliveira, que continuou até 1769.

A primitiva Igreja caiu, havendo, depois de 1785, sido erguida a atual.

Com o abandono que sofreram, no último período colonial, por parte do Govêrno da Capitania, os lugares fundados no Baixo Amazonas, em vista da preocupação existente de alargar para o Alto Amazonas os domínios coloniais portuguêses, decaiu muito Almeirim, perdendo o título e categoria de vila que os seus próprios habitantes já não lhe reconheciam na época da independência.

No ato da divisão da Província do Pará em têrmos e comarcas, nas sessões do Conselho do Govêrno da Província, em 1833, não há menção alguma sôbre a existência de Almeirim.

Muito embora não mencionada, não havia desaparecido, pois que, em 1835, o vandalismo, decorrente da Cabanagem, que assolou o interior da Província, a invadiu, depois de heróica resistência, em que se destacaram Policarpo Batista e um velho português de nome Gama, os quais, segundo a tradição, conseguiram ainda fazer troar sôbre os invasores os velhos canhões do forte, então assaz arruinado. Recebendo de Arraiolos um contingente, comandado pelo Tenente Valério de Souza Batista, ficou a localidade libertada dos bandidos, tendo sofrido uma depredação completa.

Em conseqüência do covarde assassinato do Vigário Padre Antônio Pantoja, ocorrido em 1862, foi a freguesia abandonada pelo Bispo, que não mais lhe enviou pároco, entrando em franca decadência.

Prefeitura Municipal

Com o advento da República, os seus pró-homens procuraram soerguê-la e conseguiram do Govêrno provisório do Estado do Pará a sua elevação à categoria de vila, com o Decreto n.º 109, de 17 de março de 1890, e, mais a criação do município de Almeirim com o Decreto n.º 110, da mesma data.

Em 23 de agôsto do mesmo ano de 1890, teve lugar a instalação do município com a posse de Manuel da Silva Neto, presidente, e, vogais, Alípio da Assumção Urbano da Fonseca, Zeferino Rebelo Mendes e Manuel Frutuoso Barreto de Oliveira, juramentados e empossados pelo presidente do Conselho da Intendência Municipal de Gurupá, Francisco Barreto Cardoso da Fonseca.

Do primeiro Conselho Municipal eleito e empossado em 15 de novembro de 1891, fizeram parte, intendente, Manoel Maria da Silva Neno e vogais José Júlio de Andrade, Miguel Cláudio da Silva Saldanha e Jacinto Furtado de Vasconcelos Leão.

Em face do Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, o município foi extinto, sendo seu território anexado ao de Prainha. Restabeleceu-o, contudo, com território desanexado dêsse município, o Decreto estadual n.º 16, de 24 daquele mês.

O Decreto estadual n.º 78, de 27 de dezembro de 1930, manteve o município de Almeirim que continua composto de apenas um distrito.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando entre êles o de Almeirim. Êste, nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, apresenta-se subdividido em 4 distritos: Almeirim, Bôca do Braço, Santana do Cajarí e Santo Antônio do Caracuru.

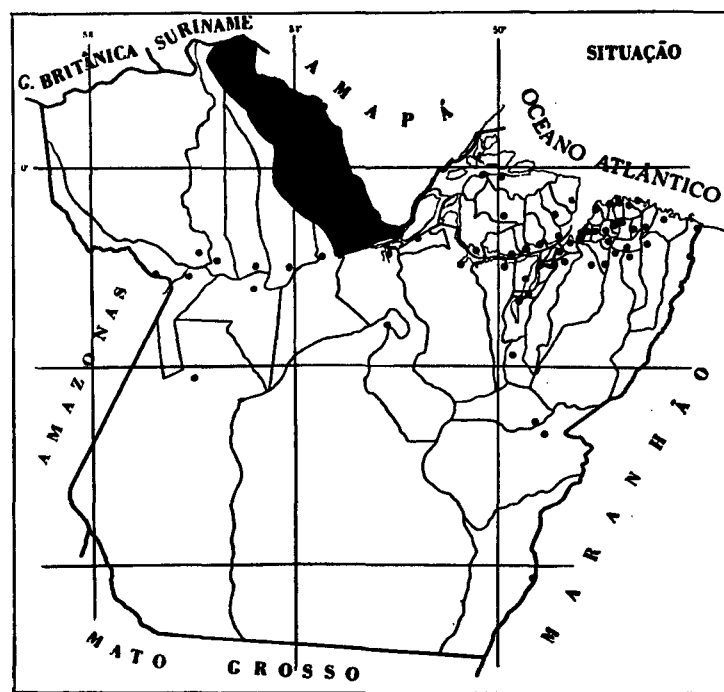
Conforme o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município de Almeirim compõe-se de 2 distritos: Almeirim (com as zonas de Almeirim, Santo Antônio de Caracuru e Bôca do Braço) e Santana do Cajarí.

Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Almeirim passou a abranger o novo distrito de Arumanduba, criado com o território do extinto distrito de Santana do Cajarí, e com o das zonas de Santo Antônio de Caracuru e Bôca do Braço, desanexada do distrito-sede. Adquiriu, por outro lado para o distrito de Almeirim, parte do território da zona Carrazêdo, do distrito-sede do município de Gurupá. Assim, na mencionada divisão, o município de Almeirim se mantém integrado por 2 distritos: Almeirim e Arumanduba.

Em virtude do Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, regulado pelo de n.º 5 839, de 21 dêsse mês e ano, o distrito de Arumanduba, do município de Almeirim, perdeu parte do seu território, incorporada ao município de Mazagão, do Território Federal do Amapá.

De acôrdo com a divisão territorial do Estado, estabecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948 o município de Almeirim continua composto dos distritos de Almeirim e de Arumanduba, permanecendo até esta data.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Celso Andrade de Oliveira e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Almeirim situa-se na zona fisiográfica do Baixo Amazonas, à margem esquerda do rio do mesmo nome, indo seus limites setentrionais às serras de Tumucumaque. Possui pequena porção à margem direita do grande rio. Limita-se com os municípios de Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Gurupá e Pôrto de Moz, Guiana Holandesa e Território Federal do Amapá. A cidade fica a 458 km, em linha reta, da Capital do Estado, colocando-se em 42.º lugar em distância de Belém, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 1º 31' 50" de latitude Sul e ...... 52º 34' 40" de longitude W.Gr. A cidade é situada em parte na praia e colina que segue por trás, à margem esquerda da foz do rio Paru, na margem esquerda do rio Amazonas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 30 metros na sede municipal. Sendo o 15.º em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido, com copiosas e abundantes chuvas no período de janeiro a junho.

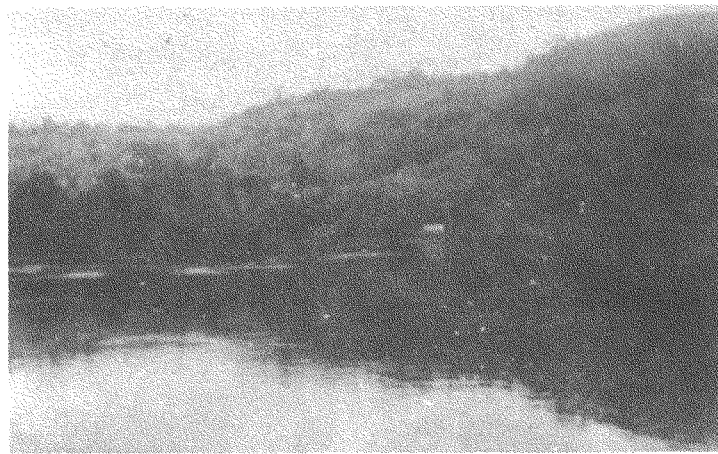
ÁREA — A área do município é de 67 200 km²; é o 4.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rio Parú, afluente do Rio Amazonas, margem esquerda; Rio Jarí, afluente do Rio Amazonas, margem esquerda. As cachoeiras de Panamá, Paratapera, Muiróca, Puxuri, Taqui, Piranhauçu, Maracanaquara, Maracanaí, Jabotiquara, Mututipucu, Bacuri, Tapuraí, Itoóca, Pedra Pintada, Pariparuí, Maxipurí, Murutiquari, Turé, Carrucau, Apapu, Grande, Urubu, Urubuzinho, Laguinho, Pancada, Bôca, Ceará, Tucurí Jaboti, Amarú, Apupaí e Desespero. As serras Murutipucu, Matauará, Tumucumaque, Legado, Arumanduba, Jari e Paranaquara; as ilhas de Panema, Pequim, São José, Velha Pobre, Macaris e Camaleão.

RIQUEZAS NATURAIS — O garimpo destaca-se como principal riqueza mineral. Borracha, Castanha, Balata e Madeira, constituem as riquezas vegetais. Os animais silvestres aparecem como a principal riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Almeirim, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 5 256 habitantes e tinha a seguinte posição: homens — 3 059; mulheres — 2 197; brancos — 467; pardos — 4 729; pretos — 35 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 3 248, 1 749 eram solteiros; 1 247 casados; 250 viúvos e nenhum desquitado. Existiam apenas 89 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Predominavam os que se declararam católicos romanos que eram 5 044; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 5 924 habitantes, sendo 2 881 no distrito de Almeirim e 3 043 no distrito de Arumanduba.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui dez aglomerações urbanas: — a cidade de Almeirim, com 742 habitantes (388 homens e 354 mulheres), a vila de Arumanduba, com 481 habitantes (267 homens e 214 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, e os povoados de: *Recreio*, com 13 casas e 100 moradores; *Arraiolos*, com 20 casas e 120 moradores; *Caracuru*, com 100 casas e 600 moradores; *São Militão*, com 80 casas e 210 moradores; *Bom Jardim*, com 80 casas e 150 moradores; *Providência*, com 20 casas e 100 moradores; *Panacari*, com 20 casas e 120 moradores e *Flexal*, com 125 casas e 680 moradores.

Zona do Garimpo

Trecho do Rio Jari

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração de produtos nativos da floresta, como balata (borracha) é a principal atividade econômica. A pecuária apresenta algum desenvolvimento, havendo criação de búfalos e o rebanho bovino ascende a 12 000 cabeças. A agricultura é incipiente. A exportação do município em 1956 foi a seguinte: balata, borracha em bloco (454 672 kg, valor de Cr$ 18 974 595,00); castanha-do-pará, com casca (29 361 hectolitros, valor de .... Cr$ 13 606 300,00); leite de seringa — látex — (406 tambores, valor de Cr$ 1 265 400,00); gado bovino (433 cabeças, valor de Cr$ 1 732 000,00); juta (22 110 kg, valor de Cr$ 345 660,00). O total da exportação em 1956 somou Cr$ 36 357 390,00. Almeirim conta com 18 estabelecimentos comerciais típicos da região, atacadista e varejista ao mesmo tempo. Das pessoas ativas no município, 2,6% concentram-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura. A indústria extrativa mineral é representada por exploração de ouro, cujo valor de produção, em 1956, atingiu a quantia de Cr$ 10 500 000,00, correspondentes a 150 quilogramas. A produção extrativa vegetal é constituída de extração de balata, leite de seringa, sernambi, castanha-do-pará, madeira bruta e lenha, cujo valor total de produção foi, em 1956, de Cr$ 29 157 480,00. Como indústria extrativa animal, peles de animais silvestres, tendo a produção de 1956 importado em Cr$ 220 250,00, correspondentes a 4 405 unidades.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 18 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia, atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É Almeirim ligada à Capital do Estado por via fluvial, através de embarcações (navios) com viagens irregulares. Não se comunica diretamente com a Capital Federal. Liga-se a cidade de Almeirim com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Pôrto de Moz*: fluvial, 31 km; *Gurupás* fluvial, 120 km; *Prainha*: fluvial, 146 km; *Monte Alegre*: fluvial, 226 km; *Território Federal do Amapá*: fluvial, 116 km; *Capital Estadual*: fluvial, 620 km. Como via de comunicação, existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

Enchente do Rio Jari

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Almeirim conta com 11 logradouros públicos; 198 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 742 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 9 logradouros e a domiciliária conta 113 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Almeirim possui um dentista, um farmacêutico e uma farmácia, para assistência à população. Existe um Subposto do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com finalidade geral, mantendo os serviços de malária, germinose e higiene, e não possui qualquer aparelhamento especial. Executa trabalhos profiláticos de imunizações variólica, diftérica e outros, tendo como corpo clínico apenas um guarda; entretanto, é mensalmente visitado pelo médico do pôsto de Gurupá.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 4 476 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 858, ou 19%, sabiam ler e escrever. Destas, 613 são homens e 245 mulheres. Na sede municipal, das 623 pessoas de 5 anos e mais, 254 sabiam ler e escrever, sendo 158 homens e 96 mulheres.

ENSINO — Em 1956 havia no município de Almeirim, 5 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula geral de 343 alunos.

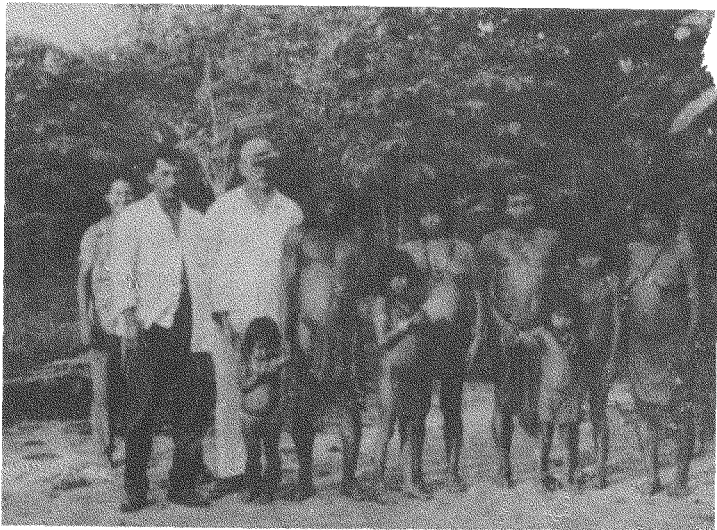
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma biblioteca municipal, denominada "D. Pedro II", com o número aproximado de 200 volumes.

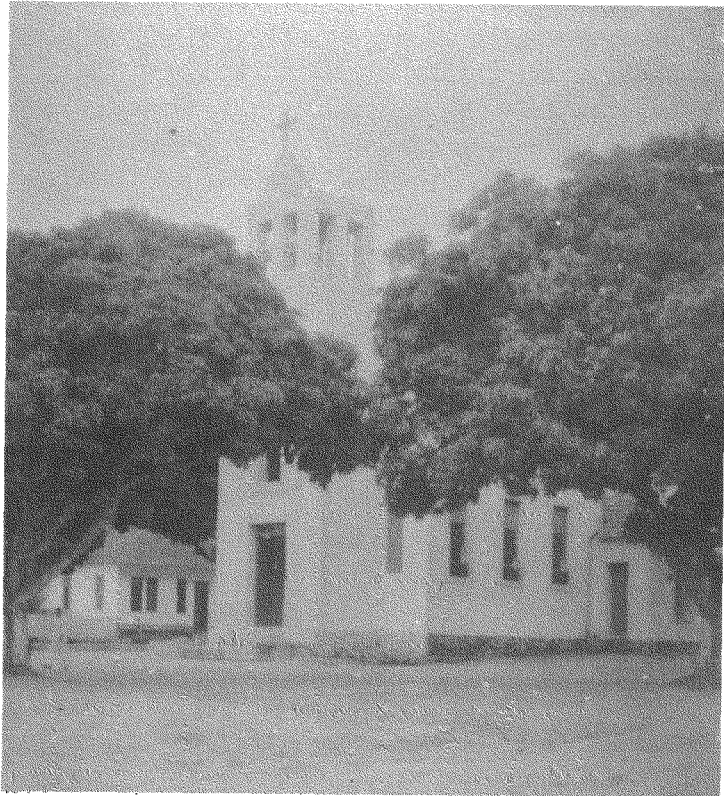
Associações Culturais: duas, ambas de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	537	1 871	...	1 876
1951.......	—	616	1 870	...	1 390
1952.......	—	392	1 618	...	1 593
1953.......	—	431	2 819	...	1 635
1954.......	—	448	2 329	1 451	1 289
1955.......	—	570	2 190	1 499	1 889
1956.......	—	...	4 096	1 371	2 008

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — *Pórtico*, situado na Praça da Bandeira e *Cruz*, na Estrada de Panaicá.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre as festas tradicionais de Almeirim, cita-se, em primeiro plano, a festividade de São Sebastião, com início no dia 10 de janeiro e término a 20 do mesmo mês, constando de levantamento do "mastro votivo", que sai da residência de um dos juízes, logo no início da festa, fazendo evoluções pelas ruas da cidade, seguindo depois para o trapiche municipal, onde se efetua o embarque, em lanchas-motores, da imagem do Santo, do "mastro" e do povo carregando bandeiras características, fazendo algumas

Indígenas "Apaiaris", destacando-se o Vigário

voltas em frente à cidade, evoluções que êles denominam de "meia lua". Terminada a cerimônia, levam o mastro para ser levantado em frente à casa onde se vão realizar os festejos e desde êsse dia é rezada a ladainha, seguida de festa dançante. No dia da "festa", isto é, a 20 de janeiro, o juiz da festividade oferece um almôço aos promotores da festa, mestres-salas e convidados. Às 17 horas repetem-se as cerimônias do início e ao cair da tarde derruba-se o "mastro", terminando com festa dançante à noite. Esta é a festa popular de São Sebastião, que é também comemorada em ou-

Igreja Matriz

tros lugares do município, como no rio Paru e Santana do rio Jutaí. No mês de junho, há a festa de São Benedito, com início no dia 15 e término a 30 do referido mês. Nesta festa, há também o levantamento do "mastro votivo", no ritual negro africano, com batuques e tambores, cheque-cheque etc., havendo evoluções rituais idênticas às de São Sebastião. O mastro é erguido em frente a um barracão denominado "Ramada de São Benedito". Há festas e a ladainha é rezada na Igreja Matriz, pelo Vigário local. No dia 26, o santo vai para a vila de Arumanduba, voltando daquela localidade a 29, acompanhado de grande procissão fluvial. A 29, é encerrada a festa religiosa pelo Vigário, com missa pela manhã, procissão à tarde, e, à noite, leilão em benefício da Igreja. No dia 30, é efetuada a derrubada do "mastro" erguido em frente à "Ramada de São Benedito", com todos os ritos africanos, terminando a festa profana. Em dezembro é festejada a padroeira da cidade, N. S.ª da Conceição, festa puramente religiosa e muito mais simples que a de São Benedito, começando a 28 de novembro e terminando a 8 de dezembro. Em ambas as festividades, tanto na de N. S.ª da Conceição, como na de São Benedito, são arrumadas barraquinhas, para as festas profanas, na Praça da Matriz, onde fica a Igreja.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As serras situadas no município, quebrando a monotonia da planície amazônica, sempre uniforme, sem relêvo acentuado, representam, por certo, um motivo de atração turística. A serra do Paranaquara, vista de longe, como enorme dado na planura infinita, dá um belo aspecto à região.

O embarque de gado para Belém em navios "gaiolas" é um motivo interessante, pela oportunidade de observação do trabalho penoso do homem amazônico.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "almeirinenses" e os nativos "paraoais".

Trecho da Rodovia Panaicá

É têrmo da comarca de Monte Alegre.

O eleitorado é de 1 114 eleitores.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Almeirim — C.N.E. — 1948. Arquivo da Agência Municipal de Estatística — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

ALTAMIRA — PA

Mapa Muncipal na pág. 395 do 1.º Vol

Fotos: págs. 394, 404 e 410 do Vol. I

HISTÓRICO — Desmembrado do grande município de Souzel, do qual tirou a maior parte, isto é, todo o alto rio Xingu, tem a sua sede na vila de Altamira, situada à margem esquerda daquele rio, a 4º 19' 30" de latitude Sul e 9º 45' de longitude ocidental do meridiano do Rio de Janeiro.

É um pouco difícil estabelecer a data precisa da fundação de Altamira.

Rua Senador Antônio Lemos

O lugar foi criado com as antiquíssimas missões dos jesuítas, os primeiros pioneiros da civilização que venceram por terra a Volta Grande do rio Xingu.

A data dessas primeiras excursões deve ser fixada antes de 1750.

Depois que os jesuítas foram expulsos, descuidaram-se da vereda ou estrada primitiva, que posteriormente ficou restabelecida pela missão capuchinha dos frades Ludovico e Carmelo Mazarino, em 1868, com os índios das tribos Tacuuba, Penes e Jurunas (off. de Fr. Venâncio Maria de Ferrara ao Ministro da Agricultura, em 25 de setembro de 1868), aos quais, depois, juntaram-se índios das tribos Achipaiás, Curiarias, Araras e Carajás.

Com aquela missão restauraram-se os fundamentos da atual vila de Altamira, cuja denominação proveio da sua vantajosa posição à margem esquerda do rio Xingu, acima da foz do rio Ambé.

Ao ofício de Fr. Venâncio de Ferrara acompanhou um croquis da picada restabelecida em 1868, a qual partia do lugar Cachoeira, no rio Tucuruí.

Pela tradição deixada pelos capuchinhos, entreviu o Major Leocádio de Souza, que a recolheu dos índios, a possibilidade de reconstruir o caminho, não mais de Cachoeira, porém, da foz do rio Tucuruí, e neste sentido organizou uma

destacada expedição para efetuar o seu definitivo reconhecimento.

Negativos ficaram os trabalhos dêste empreendimento.

Posteriormente a 1880, desaparecido o Major Leocádio de Souza, o Coronel Gaiôso retomou a empreitada, socorrendo-se do grande número de escravos que possuía, abrindo um pico da foz do rio Juá à embocadura do rio Ambé e iniciando a construção de uma boa estrada de rodagem, que ficou paralisada e perdida em conseqüência da áurea Lei de 13 de maio de 1888, que o privou da sua escravaria.

Pelo ano de 1880 procurou o rio Xingu o baiano Agrário Cavalcante, homem de trabalho e de empreendimento, que testemunhou os esforços do Coronel Gaiôso. Com o desaparecimento dêste, resolveu continuar-lhe a tarefa, na parte relativa à abertura da estrada para o Ambé, e levou a efeito tão importante empreendimento, não logrando, entretanto, ver os seus esforços coroados de resultados, que por seu falecimento, tocaram ao seu sobrinho, Coronel José Porfírio de Miranda Junior.

Êste último concluiu definitivamente a grande via e adquiriu a sua propriedade.

Essa estrada é um elemento importantíssimo de prosperidade para o município de Altamira.

A Lei n.º 811, de 14 de abril de 1874, criou o município de Souzel, incluindo no seu território o atual município de Altamira, o qual, pela Portaria de 7 de maio de 1883, teve a sua sede colocada dentro da subdelegacia do alto Xingu, cujo primeiro subdelegado foi José Bento da Silva Caldas, nomeado em 7 de maio também.

Desde muito a grande extensão do município de Souzel, o maior de todo o Estado do Pará, estava exigindo uma divisão e o estabelecimento de um Govêrno Municipal no alto Xingu, atrofiada pela falta de comunicações com a rêde geral da navegação amazônica.

Da comissão organizadora, nomeada pelo Govêrno do Estado, para a instalação municipal, fizeram parte o Major Pedro de Oliveira Lemos, Presidente, e membros Júlio de Araújo Arrais, Floriano Ayres da Silva, Ernesto Acioly da Silva e Raimundo de Paula Marques. Havendo falecido Júlio Arrais, nomeou o Govêrno para substituí-lo por Ato de 16 de dezembro de 1911, Marciniano Alfredo Diamantino.

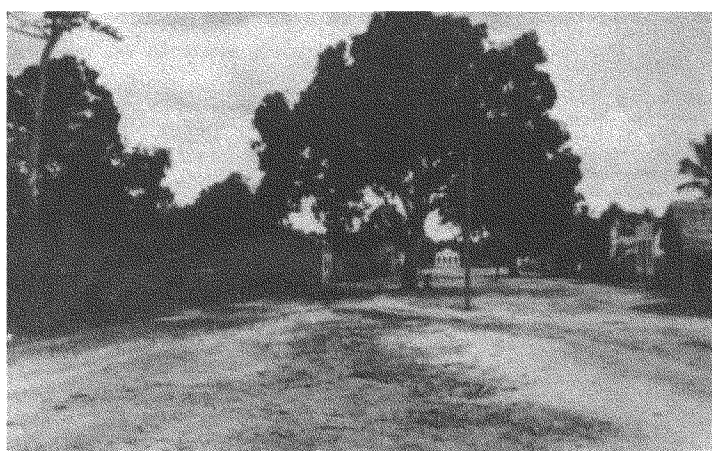
A Lei estadual n.º 1 604, de 27 de setembro de 1917, concedeu foros de cidade à sede do município.

Os Decretos estaduais n.ºs 6, de 4 de novembro de 1930 e 78, de 27 de dezembro dêsse ano, mantiveram o município de Altamira.

No quadro de divisão administrativa referente a 1933, o município permanece constituído apenas pelo distrito-sede.

Ainda pelo disposto na Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, que relaciona os municípios existentes no Pará, foi mantido o denominado Xingu, que compreende o território do antigo município de Altamira e a subprefeitura de Xingu, sede na cidade de Altamira.

No quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936, Xingu, com sede em Altamira, compõe-se de 11 distritos: Altamira, Novo Horizonte, São Felix, Pôrto de Moz, Tapará, Vilarinho do Monte, Veiros, Aquiqui, Souzel e Alto Xingu.

Já no quadro de divisão territorial, de 31 de dezembro de 1937, o município de Xingu ainda com sede em Altamira, passou a integrar-se apenas de 3 distritos: Altamira, Novo Horizonte e São Felix.

Rua 7 de Setembro

Em face do Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, mudou-se o topônimo do município de Xingu para Altamira, o qual, constitui-se de 2 distritos: Altamira e Novo Horizonte.

Segundo a divisão territorial do Estado fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, Altamira apresenta-se integrado pelo distrito-sede, dividido em duas zonas: Altamira e Iriri Curuá, e pelo de Novo Horizonte (zonas de Novo Horizonte e São Felix).

Na divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Altamira mantém-se com 2 distritos: o de idêntico nome e o de Gradaús, ex-Novo Horizonte.

Altamira teve parte de seu território desmembrado para constituir os municípios de São Felix do Xingu e Souzel, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955.

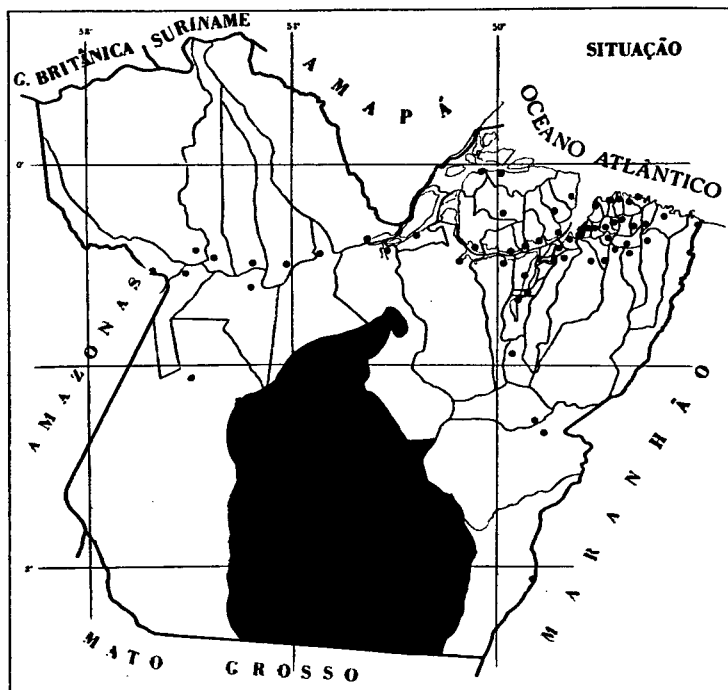
O Govêrno do Estado do Pará, em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município está constituído dos seguintes distritos: Altamira e Gradaús.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Elácio Pedrosa e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

Rio Xingu

18 — 24 640

LOCALIZAÇÃO — Altamira está situada na zona fisiográfica do rio Xingu, sendo seu território cortado ao meio de sul a norte pelo rio Xingu. Limita com os municípios de: Itaituba, Prainha, Pôrto de Moz, Itupiranga, Marabá, Conceição do Araguaia e com o Estado de Mato Grosso. A cidade fica a 512 km, em linha reta, da Capital do Estado, colocando-se em 43.º lugar em distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3º 12' de latitude Sul e 52º 13' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — 60 metros na sede municipal. É a terceira no rol decrescente das altitudes.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. A temperatura da cidade em 1956 apresentou: média das máximas: 32,5º; média das mínimas: 18,9º e média compensada: 25,7º. A precipitação foi de 1 084 mm.

ÁREA — A área do município é de 282 070 km², sendo o maior do Estado e o 1.º do Brasil, em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Xingu, um dos mais importantes afluentes do rio Amazonas, navegável num percurso de 900 quilômetros, bastante encachoeirado. O rio Iriri, afluente esquerdo do rio Xingu, de longo percurso e pequeno volume dágua, tornando-se, dessa maneira, dificultosa a navegação. O rio Iriri é o famoso rio de produção de borracha (hevea brasiliensis). O rio Fresco, afluente direito do rio Xingu, sòmente navegável no inverno. Nesse rio localizam-se os maiores castanhais do município; rio Curuá, principal afluente do rio Iriri. As cachoeiras Itapaiuna e do Espelho no rio Xingu; Grande, no Iriri; Cachimbo, no rio Curuá, próxima à fronteira com Mato Grosso. A queda dágua Jurucuá abaixo da cidade de Altamira, com 20 e 25 metros de altura. A serra Carajás, nas lindes de Altamira e Marabá e a serra Grande, à margem esquerda do rio Xingu, com altitude de 500 a 600 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — Consta a existência de carvão de pedra, cristal de rocha, mica e diamante, ainda sem exploração. A exploração de ouro, nas proximidades da cidade, teve acentuado desenvolvimento, estando agora em decadência. Borracha e castanha constituem as grandes riquezas vegetais, além de enorme floresta. Os animais silvestres (caititu, veado, queixada, onça), aparecem como principal riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Altamira, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 7 669 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 4 241; mulheres — 3 428; brancos — 1 026; pardos — 6 121; pretos — 501 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, um número de 4 772, 2 346 eram solteiros; 2 055 casados; 368 viúvos e 1 desquitado. Existiam apenas 33 estrangeiros e 3 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declaram católicos romanos, que eram 7 234; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 8 644, sendo 7 510 no distrito de Altamira e 1 134 no distrito de Gradaús.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui três aglomerações urbanas — a cidade de Altamira, com 1 809 habitantes (830 homens e 979 mulheres), a vila de Gradaús, com 130 habitantes (74 homens e 56 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950 e o Povoado de Vitória, com 104 casas e 500 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração de borracha (hevea) e da castanha-do-pará (bertholetia excelsa) são as principais atividades econômicas do município. O valor da produção em 1956 de borracha e semelhantes (fina, sernambi, caucho e látex) elevou-se a Cr$ 24 176 117,70; o da castanha a Cr$ 4 473 720,00 (6 579 hectolitros). A extração de peles e couros de animais silvestres (caititu, queixada, veado etc.) importou em Cr$ 1 192 720,00. A pecuária constitui modesta e inicial atividade, com um rebanho bovino de mais de mil reses. A caça e a pesca, como elementos de subsistência do pessoal, que trabalha nos seringais e castanhais, completam o quadro de atividade econômica do município. Das pessoas ativas na comuna, 13,6% concentram-se no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — Sessenta e um estabelecimentos comerciais típicos da Amazônia, isto é, atacadistas e varejistas, existem no município. Uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia atende ao movimento bancário da praça.

Rua Agrário Cavalcante

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Altamira com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Pôrto de Moz: fluvial, navio do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (S.N.A.P.P.) e particulares; Marabá: fluvial e terrestre, sendo êste último mais usado, e tendo que passar por outros municípios; Conceição do Araguaia: terrestre — viaja-se por terra, tendo, no entanto, de usar animais; Estado do Mato Grosso: fluvial — possui trechos intransitáveis devido às cachoeiras, no entanto, pequenas embarcações se arriscam para alcançar o Estado de Mato Grosso; Itaituba: fluvial e terrestre — o transporte terrestre é direto, mas muito perigoso; Prainha: fluvial; Capital do Estado: fluvial, navios do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (S.N.A.P.P.) servem mensalmente o município e aéreo — Panair do Brasil, S.A., com viagens duas vêzes por semana. Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal-telegráfica na cidade e uma Agência do Correio no povoado de Vitória, ambas do D.C.T. Altamira está ligada a Belém por via fluvial, pelos rios Xingu e Amazonas, iniciada na povoação Vitória, local onde está situado o principal pôrto do município antes da zona encachoeirada, a qual é atingida por uma rodovia (terra melhorada) de cêrca de 50 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Altamira conta com 20 logradouros públicos, 566 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 1 809 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 16 logradouros e a domiciliária conta com 512 ligações. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se a Avenida João Pessoa, as Ruas Coronel José Porfírio, 1.º de Janeiro e Djalma Dutra e Praça Barão do Rio Branco. Os seus edifícios mais importantes são: a Matriz do Sagrado Coração de Jesus, o Instituto Maria de Mathias e a residência paroquial.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam um Pôsto de Saúde e dois Subpostos, todos do Serviço Especial de Saúde Pública, sendo que os últimos no interior do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade União Beneficente de Altamira, fundada em 1938, com 22 sócios e destinada a auxílios funerários, tratamento médico e montepios, e a Cooperativa Agrícola Mista de Altamira Ltda., instalada a 23 de junho de 1945, com 82 sócios, cuja finalidade é produção, compra e venda de produtos agrícolas.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 6 469 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 2 221, ou 34,33%, sabiam ler e escrever; destas, 1 254 eram homens e 967 mulheres. Na sede municipal, das 1 536 pessoas de 5 anos e mais, 840 sabiam ler e escrever, sendo 379 homens e 461 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram em Altamira 15 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 801 alunos. Em 1956, na sede municipal, funcionou um estabelecimento de ensino extra-primário, a escola dactilográfica "Zarah Benarroch de Oliveira", com

Vista Parcial

5 alunos do sexo masculino e 12 alunos do sexo feminino, e 1 professor.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Contam-se duas associações culturais, com atividades esportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	234	436	766	482	992
1951	249	195	1 333	795	1 432
1952	229	310	1 171	329	1 334
1953	590	343	1 598	922	2 153
1954	477	388	1 140	682	1 383
1955	497	431	1 957	1 997	1 983
1956	456	424	1 419	1 371	2 008

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Em Altamira, como em quase todos os municípios paraenses, as festas populares são, geralmente religiosas, destacando-se a de São Sebastião, de 1.º a 20 de janeiro e a de N. S.ª de Nazaré, em setembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "altamirenses" ou "xinguenses". É sede de comarca e têrmo, com dois distritos judiciários, Altamira e Gradaús.

O eleitorado é de 1 549 eleitores.

É sede da Prelazia do Xingu, a cargo da ordem religiosa do Preciosíssimo Sangue. Está em construção, na cidade, o sistema de abastecimento dágua. Dentre os 10 municípios gigantes do Brasil, maiores de 130 mil quilômetros quadrados, figura Altamira como o primeiro. Possui área

Outro Aspecto da Cidade

Vista Parcial da Cidade

superior a de vários Estados do Brasil, de apreciável extensão, como São Paulo e Pernambuco e de alguns países da Europa, como Portugal, Escócia, Hungria, Irlanda, Bélgica, Holanda e Dinamarca. Nessa grande área de 28 milhões de hectares, vivem apenas 7 669 pessoas (Censo de 1950), cabendo, portanto, em média, a cada habitante, cêrca de 3 700 hectares de terras. A sua densidade populacional é da ordem de 0,027 habitantes por quilômetro quadrado. Enquanto a superfície de Altamira corresponde a 23,31% da do Estado, a sua população alcança tão-sòmente, 0,68% na totalidade dos habitantes do Pará.

O número de silvícolas (índios) é avultado, sendo, talvez, um dos municípios brasileiros de maior número de aborígines. As tribos indígenas povoam os altos rios, numa constante peregrinação nos vales dos rios Curuá, Iriri, Fresco e Xingu.

A grandiosidade da floresta amazônica não tem melhor apresentação do que no rio Xingu. Região mais nova em exploração dos produtos nativos, a zona do Xingu é ainda o "desconhecido", a terra bruta e imensa, segregada em grande parte ao conhecimento e à atividade dos civilizados.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca" e "Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. Sinopse Estatística do Município de Altamira — C.N.E. — 1948. Arquivo da Agência Municipal de Estatística. Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

ANAJÁS — PA

Mapa Municipal na pág. 271 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo diz o Dr. Antônio Fernandes Figueira (o Padre Antonio Vieira. Rev. do Inst. Hist. do Rio de Janeiro, Tom. esp. 1915. 1.º Congr. de Hist. Nac. 4.ª tese oficial) referindo-se à evangelização da Ilha de Marajó pelos jesuítas na época do Padre Antonio Vieira "à êsse tempo, era a vasta ilha habitada também por índios Joanes ou Sacacacas, por Mapuazes, Mamaianzes, Pauxis, Bócas e Nheengaibas. "Ao Padre Santo Maior coube penetrar a aldeia dos Anajás".

A cidade de Anajás deve a sua existência ao desenvolvimento comercial da região dita das Ilhas, da Ilha de Marajó.

Primitivamente denominou-se Mocoões, por causa da sua situação geográfica, em frente à foz do rio do mesmo nome.

O seu território primeiro pertenceu ao município de Chaves, depois ao de Breves, ao qual ficou definitivamente anexado pela Lei n.º 596, de 30 de setembro de 1869, que erigiu o povoado em freguesia, Lei completada pela de número 637, de 19 de outubro de 1870, e pela portaria da Presidência da Província, datada de 16 de dezembro do mesmo ano de 1870.

Recebeu a freguesia a invocação de Menino Deus do rio Anajás.

À freguesia foi doado, para a sua ereção, um terreno em quadrado, com 400 braças de lado, situado dentro da posse legitimada de João Alves Monteiro, João Gonçalves dos Santos e de José Gonçalves dos Santos, conforme consta do título a êles expedido pelo govêrno provincial, em 5 de fevereiro de 1873.

Com as dissensões políticas da época, a freguesia, que fôra provida com o vigário de Macapá, passou pelo cutelo da extinção, com a Lei provincial n.º 908, de 5 de junho de 1878, ficando o respectivo território anexado ao município de Breves.

Quase dois anos depois lhe foi restituído o predicamento de freguesia, com a Lei n.º 963, de 8 de março de 1880, o qual não perdurou, pois que, com as novas questões políticas, os interêsses partidários exigiram uma nova extinção, levada a efeito pela Lei n.º 1 094, de 2 de novembro de 1882, revogada pela Lei n.º 1 216, de 26 de novembro de 1885, que, pela terceira vez, concedeu-lhe o predicamento de freguesia.

Depois dêste ato, os influentes políticos, a fim de não constituir a freguesia o pomo de discórdia entre os municípios de Breves e Chaves, a cujos interêsses partidários deveu as sucessivas elevações e extinções de categoria, trabalharam com maior interêsse para a criação do município, conseguindo, em 1886, a criação da Lei n.º 1 252, de 25 de novembro, em virtude da qual teve êle existência.

Em ofício de 2 de julho de 1887 o presidente da província determinou a execução da lei do ano precedente à câmara de Breves, que, em sessão de 25 do mesmo mês e ano, resolveu instalar o novo município e dar posse aos vereadores eleitos.

A instalação teve lugar no dia 16 de agôsto seguinte, havendo comparecido, às 9 horas da manhã, na casa da câmara de Anajás, Alfredo Gonçalves de Lemos, presidente da Câmara de Breves, acompanhado do secretário da mesma câmara Avelino de Lira Freitas, e juramentado e dado posse aos eleitos, José Antônio de Rezende Júnior, Júlio Rodrigues Martins, João Batista da Silva, Antônio Francisco de Oliveira, José Maria de Lima e João Martins Corrêa, havendo assumido a presidência interina da câmara o vereador Rezende Júnior.

No mesmo dia da instalação, servindo "ad hoc" como secretário da nova Câmara de Breves, foi feita a eleição de presidente e vice-presidente, recaindo a votação para o primeiro cargo no vereador José Antônio de Rezende Júnior, e, para o segundo, no vereador Francisco José Cardoso Baía Júnior, que não havia ainda sido empossado.

Deliberou a Câmara publicar editais de sua instalação; oficiar ao presidente da Província, ao juiz de direito

Um Aspecto da Cidade

da comarca, ao juiz municipal e ao delegado de polícia; e, ainda, oficiar ao presidente da província, para pedir que as despesas da Câmara fôssem reguladas pelo orçamento aprovado para a Câmara de Bragança, encerrando-se a sessão à 1 hora da tarde.

Da última Câmara, dissolvida pelo Decreto n.º 77, de 6 de março de 1890, do govêrno provisório do Estado do Pará, fizeram parte, como presidente, Antônio Francisco de Oliveira, vereadores, José Antônio de Rezende Júnior, Sebastião Antônio Peres e João Martins Corrêa.

Em 7 de abril de 1890, tomou posse o Conselho de Intendência Municipal, criado pelo Decreto n.º 78, de 6 de março dêsse ano, para o qual foram nomeados, presidente, Antônio Joaquim de Oliveira, e, vogais, Antônio Francisco de Oliveira, João Tôrres Cardoso, Adriano José de Lima Barros, João Batista da Silva e Francisco Antônio de Rezende.

A Lei n.º 324, de 6 de julho de 1895, que dividiu o Estado do Pará, civilmente em cidades, vilas e povoações, e, estabeleceu a maneira de ser elevado qualquer lugar à categoria de povoação, vila ou cidade, concedeu à vila de Anajás o predicamento de cidade.

Do primeiro Conselho Municipal, eleito depois da República, fizeram parte Antônio Joaquim de Oliveira, intendente, e, vogais João Batista da Silva, Olegário Henrique da Luz, Gabriel José da Costa Lima e José Pedro Fernandes Pena.

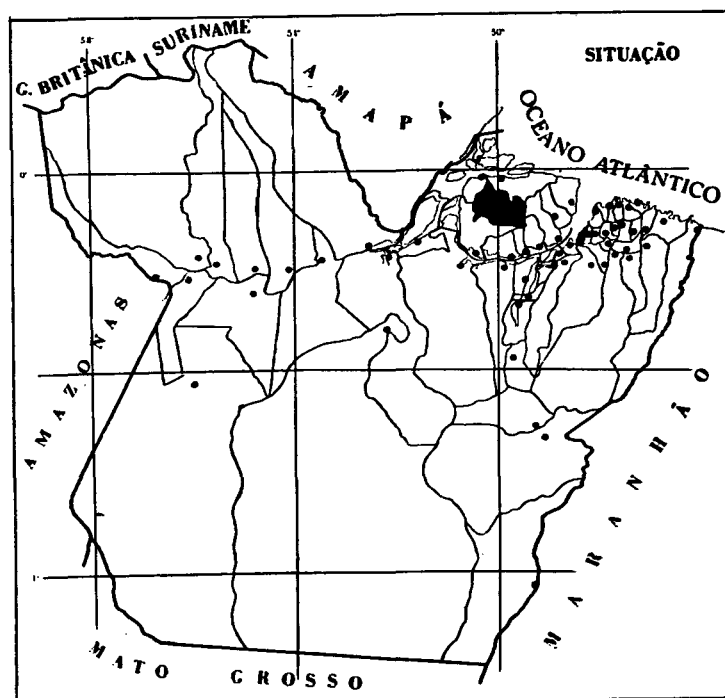
O Decreto Estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, suprimiu o município de Anajás, anexando-lhe o território ao de Afuá, tendo o Decreto n.º 78, de 27 do mês seguinte, confirmado sua extinção não se referindo, todavia, ao destino dado ao seu território. Em Anajás, o Decreto Estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, criou uma Inspetoria Municipal.

Nos quadros da divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, Anajás figura como distrito subordinado ao município de Afuá.

Em cumprimento ao Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, restaurou-se o município de Anajás, com o distrito de Anajás e parte do de Afuá (zonas de Furo do Breu e Trovão) desligados do município de Afuá. A comuna em aprêço nessa divisão, apresenta-se constituída por um só distrito, o da sede, compreendendo 3 zonas: Anajás, Furo do Breu e Trovão.

De acôrdo com a divisão territorial do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município de Anajás permanece ùnicamente com o distrito sede, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Euclides Pinheiro de Vilhena e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se Anajás na zona fisiográfica do Marajó e Ilhas, ao centro da Ilha de Marajó. Limita-se com os municípios de Breves, Afuá, Chaves, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista. A cidade dista 172 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 28.º lugar em distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 0º 99' 01" de latitude Sul e 49º 56' 18" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 10 metros na sede municipal, sendo o 26.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido.

ÁREA — A área do município é de 7 255 km², sendo o 26.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: rio Anajás, nasce no município de Ponta de Pedras, entrando no município de Anajás no lugar Peixe-Boi, atravessando êste município e desaguando no canal do Vieira Grande, município de Breves, sua direção de S.E.-N.W.; é navegável até o lugar denominado Leal. Banha as localidades de Leal, Santa Clara, Repouso, Cunhantã, Santa Maria, Pôrto Alegre e a cidade de Anajás. Rio Mocoões, nasce no município de Chaves entrando no município de Anajás, no lugar Francês, e desaguando no rio Anajás, em frente à cidade do mesmo nome. É navegável até o lugar denominado São Francisco. Banha as localidades de São Francisco, Caetanópolis, Luciana e Santa Luzia. Rio Guajará, nasce no lugar Tabocal, dentro do município de Anajás, desaguando no Rio Anajás, sendo navegável até o lugar Mocambo. Banha as localidades de Mocambo, Roçado, Limão e Sempre Viva. Rio Cururu, nasce no município de Chaves, penetrando no município de Anajás no lugar Trovão e desaguando no rio Anajás, sendo navegável até o lugar denominado Fábrica, pertencente ao município de Chaves. Banha as localidades de Santo Antônio, Belém do Moreira e Bôca do Cururu.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais são: Borracha, sementes oleaginosas e madeiras, que constituem as riquezas vegetais. Os animais silvestres (caititu, capivara, onça, queixada e veado) aparecem como principal riqueza animal.

Trecho do Rio Anajás

POPULAÇÃO — A população de Anajás, segundo o Recenseamento de 1950, era de 8 210 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 4 265, mulheres — 3 945; brancos — 4 621, pardos — 3 287, pretos — 291 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 4 360, 2 323 eram solteiros, 1 751 casados, 285 viúvos e 1 desquitado. Existiam apenas 5 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 7 245, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo a estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 9 254 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui apenas uma aglomeração urbana, a cidade de Anajás, com 143 habitantes (81 homens e 62 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, sendo uma das menores cidades do Brasil, na época referida.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade do município é a extração de borracha, seguida da madeira e colheita de sementes oleaginosas. A exportação, em 1956, foi a seguinte: borracha 363 310 kg, no valor de .... Cr$ 11 149 040,00, madeira-dormente 1 076 m³, no valor de Cr$ 947 220,00, azeite de patauá 25 880 kg, valendo Cr$ 589 960,00.

O global da exportação em 1956, somou .... Cr$ 13 407 810,00.

Como se verifica, a extração de produtos florestais é a atividade primordial do município, que embora situado geogràficamente no centro da Ilha de Marajó, não tem atividade pastoril apreciável.

Das pessoas ativas (10 anos e mais), 1,7% ocupa-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 52 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia, atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Anajás está ligada à Capital do Estado 582 km por via fluvial em navegação irregular e precária e as sedes municipais limítrofes pelos seguintes meios de transporte: Afuá, fluvial, 273 km; Breves, fluvial, 291 km. Como via de comunicação, existe no município uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Anajás conta com 2 logradouros públicos, 38 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 143 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende aos dois únicos logradouros públicos e a domiciliária conta com 25 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com um subposto médico do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), para assistência contra a malária.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 6 768 pessoas com 5 anos e mais,

sendo que 1 111, 16,4%, sabiam ler e escrever. Destas, 788 eram homens e 323 mulheres. Na sede municipal, das 124 pessoas de 5 anos e mais, 67 sabiam ler e escrever, sendo 41 homens e 26 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município de Anajás, 3 unidades escolares de ensino primário, com a matrícula geral de 88 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação cultural dedicada ao futebol, congrega os habitantes da cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	79	65	576	318	685
1951.......	83	122	880	443	806
1952.......	94	88	863	507	905
1953.......	137	119	1 232	574	1 146
1954.......	37	107	1 280	476	1 366
1955.......	—	236	1 219	676	1 187
1956.......	—	145	1 856	936	1 395

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festividade de maior projeção e que data de longos anos, é a do Menino Deus, orago da Cidade. Festa tradicional e de maior brilhantismo, tem início em 16 e termina a 25 de dezembro, com a procissão de encerramento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "anajaenses".

É Anajás topônimo indígena: Anajá = inajá (palmeira — Maximiliana regia Mart.). Houve também, uma tribo de índios, na Amazônia, com o mesmo nome.

Conta com um eleitorado de 1806 eleitores.

É têrmo judiciário da Comarca de Afuá.

Anajás está na zona configurada como possuidora de veios petrolíferos, porém, a Petrobrás efetuou pesquisas de grande profundidade no rio Cururu, não tendo obtido resultado positivo. Entretanto, ainda resta alguma esperança de que o "óleo negro" venha a ser encontrado naquelas paragens.

A retrogradação econômica e política do município, que foi, em tempos remotos, dos mais prósperos, resultou, precìpuamente, da sua incorporação ao de Afuá, por exigência de ordem político-partidária. Pela 1.ª revisão da Divisão Administrativa do Estado, voltou à categoria de Município (Lei n.º 3 131, de 31 de dezembro de 1938).

A cidade de Anajás, em 1950, possuía a segunda menor população do Brasil: 143 habitantes, sendo 81 homens e 62 mulheres. Sabiam ler e escrever 67 (41 homens e 26 mulheres).

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Anajás — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

ANANINDEUA — PA

Mapa Municipal na pág. 327 do 1.º Vol.

Foto: pág. 247 do Vol. I

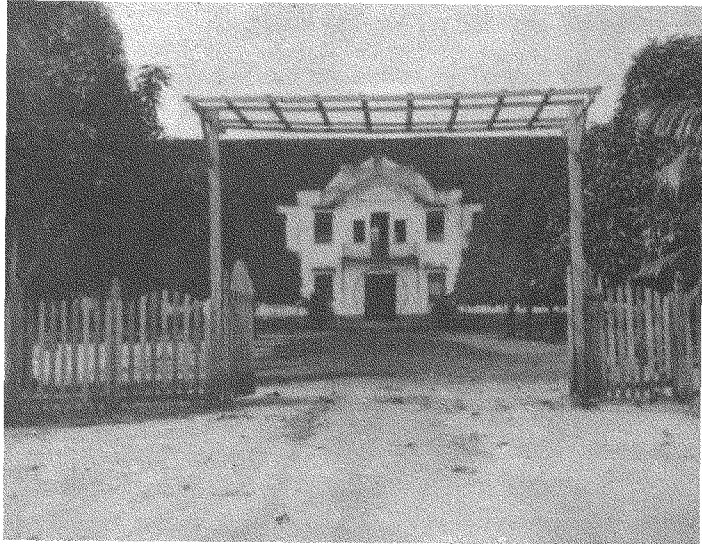
HISTÓRICO — As terras onde está situado o município de Ananindeua são provenientes do antigo território da circunscrição belenense, ficando mesmo bastante vizinhas da sede da capital. A localização de Ananindeua é das mais convenientes e importantes, pois, além da vantajosa proximidade de Belém, a atração de agrupamentos populacionais, bem como as acessíveis possibilidades de trabalho e a ocorrência de vias fáceis de transporte são fatôres relevantes para a posição que ocupa.

Relativamente às suas origens históricas e à sua evolução, Ananindeua, conforme os elementos informativos mais reais, remonta a meados do século XIX, quando surgiu ali uma "parada" da Estrada de Ferro de Bragança com o citado nome e teve a seguinte continuidade, depois de constituída em freguesia e mais tarde em distrito de Belém.

Por ato do govêrno estadual, em 1938, passou a sede distrital, pertencente ao município de Santa Izabel, hoje João Coelho, tendo, ainda, em 1938, sido transferido do município de Santa Izabel para o de Belém.

Consoante o Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, foi criado o município de Ananindeua, compreendendo 4 distritos: o da sede e os de Engenho Araci e Benfica, desmembrados do município de Belém, e o de Benevides desanexado do município de João Coelho.

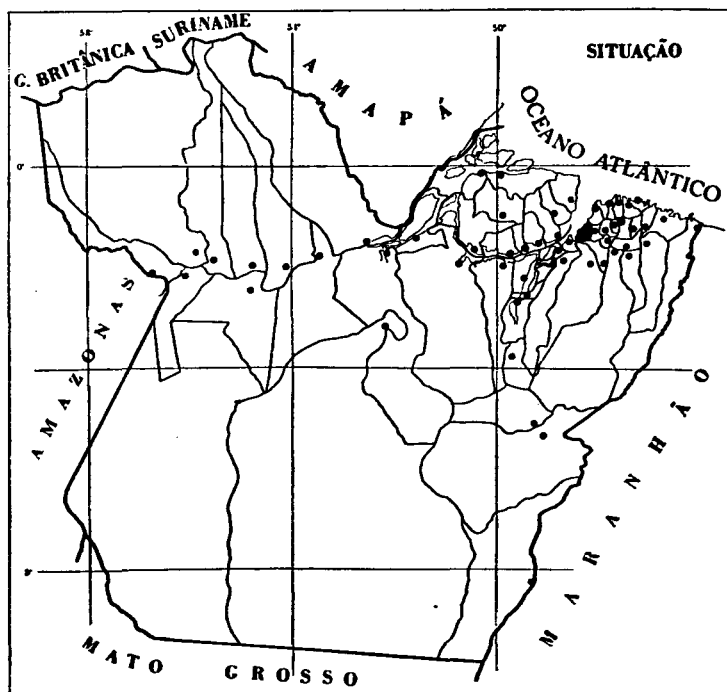
Criado, como acima ficou dito, em 30 de dezembro de 1943, pelo então Interventor Federal Coronel Magalhães Barata, foi instalado em 3 de janeiro de 1944, sendo nomeado para Prefeito Municipal o Sr. Claudomiro Belém de Nazaré. Em outubro de 1945, com a queda do regime ditatorial, foi nomeado Prefeito o Sr. Fausto Augusto Batalha, que, já no govêrno do General Eurico Gaspar Dutra, quando ocorreu a interventoria estadual, decretada em 1946, foi exonerado, voltando o Dr. Claudomiro Belém de Nazaré a ser nomeado Prefeito Municipal, sendo posteriormente substituído pelo Sr. José Platino Santana, também nomeado.

Com as eleições municipais em 1947, foi eleito prefeito o Sr. João Alves de Andrade, com uma Câmara Municipal composta de 5 vereadores.

Escola Doméstica

O nome de Ananindeua, segundo a antiga e mais acatada tradição local, originou-se da grande quantidade de árvores chamadas Anani que existiam ali em tempos remotos, especialmente à margem do igarapé que recebeu o nome de Ananindeua denominação esta, que, com o agrado geral dos filhos da terra, até hoje permanece.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Raimundo Dickson Ferreira e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

O município compreende atualmente os distritos de Ananindeua, Benevides, Benfica e Engenho Araci.

LOCALIZAÇÃO — Ananindeua situa-se na Zona Fisiográfica Bragantina, atravessando pela Estrada de Ferro de Bragança, rodovia nacional B-22 (ligação projetada para o Maranhão). Limita com os municípios de Belém, Vigia, João Coelho Bujaru e Acará. Há na cidade pequeno aglomerado de cêrca de 120 casas e 1 000 habitantes; fica a 9 km da Capital do Estado, colocando-se em 1.º lugar na distância de Belém, e possui, as seguintes coordenadas geográficas: 1° 22' 15" de latitude Sul e 48° 28' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 17 metros na sede municipal, sendo o 21.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido com incidência extraordinária de chuvas na época do inverno (janeiro a maio).

ÁREA — A área do município é de 640 km², sendo o 56.º do Estado em extensão territorial, uma das menores comunas em superfície.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: rio Benfica, servindo a vila de Benfica, sendo navegável por pequenas embarcações com a maré alta. Rio Tracuateua — serve aos lugares Candeua, Santa Rosa e ao povoado de Santa Bárbara. Rio Araci — servindo à vila de Engenho Araci e o lugar São Miguel, sendo navegável quando de maré cheia. Rio Tauá — servindo de limite com o município de Vigia, sendo também navegável com maré cheia. Rio Maguari-Açu — com uma extensão de aproximadamente 5 km. De suas nascentes até passar pelo Curtume Maguari, tem a denominação de Itabira.

Oficinas da E.F.B.

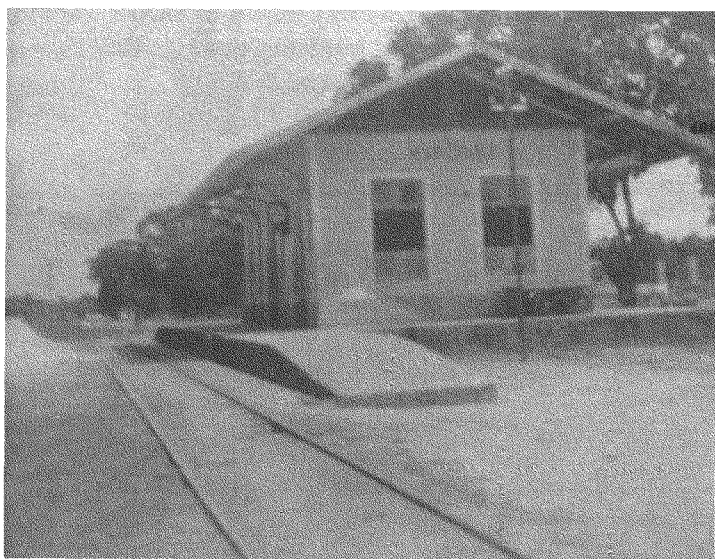
RIQUEZAS NATURAIS — Argila, pedra e areia para construção, destacam-se como riquezas minerais. A madeira aparece como riqueza vegetal.

POPULAÇÃO — A população de Ananindeua, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 303 habitantes e apresentou a seguinte distribuição: homens 6 960; mulheres 6 343; brancos 2 655; pardos 10 124; pretos 482 e amarelos 8. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 674, 3 545 eram solteiros, 3 546 casados, 556 viúvos e 3 desquitados. Existiam apenas 78 estrangeiros e 13 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 12 869, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 14 995, sendo 7 601 no distrito de Ananindeua, 2 316 no distrito de Benevides, 2 347 no distrito de Benfica e 2 731 no distrito de Engenho Araci.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município, aliás o mais próximo da Capital, possui quatro aglomerações urbanas principais: a cidade de Ananindeua, com 983 habitantes (482 homens e 501 mulheres), a vila de Benevides, com 516 habitantes (239 homens e 277 mulheres), a vila de Benfica com 570 habitantes (289 homens e 281 mulheres) a vila de Engenho Araci com 49 habitantes (29 homens e 20 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Os seus povoados são: Maguari, com 54 casas e 350 moradores; Marituba, com 100 casas e 650 moradores; Genipaúba, com 41 casas e 270 moradores e Santa Bárbara com 41 casas e 300 moradores.

ATIVIDADES ECONOMICAS — Na produção extrativa de origem vegetal, destaca-se a extração de madeiras em geral e na de origem mineral a extração de argila, pedra e areia para construções; nada, porém, se verificando na de origem animal.

Na agricultura, atualmente o cultivo da pimenta-do-reino vem se desenvolvendo em ritmo acelerado, o que já

Estação da E.F.B.

representa sólida base econômica para o município, contando com a apreciável plantação de 458 718 pés, destacando-se como o segundo município do Estado plantador da referida piperácea.

O município cultiva também, embora que em pequena escala, mandioca, arroz, cana-de-açúcar, milho, abacaxi e amendoim (êste ainda em fase experimental).

Destinado ao fomento agrícola local, existe o "Hôrto Gustavo Dutra", subordinado ao Ministério da Agricultura, através da Seção de Fomento Agrícola.

Existem no município 29 estabelecimentos industriais, dos quais destaca-se o Curtume Maguari como o mais importante, considerado no gênero, uma das principais indústriais do Norte do País, seguindo-se 18 olarias, 5 serrarias, uma fábrica de papel, um matadouro para o abate de reses, uma fábrica de calçados, uma fábrica de ração balanceada e uma de adubos, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das 18 olarias, uma fabrica exclusivamente louças de barro, uma simultâneamente louças de barro e tijolos e as restantes ùnicamente tijolos e telhas; 6 das 18 olarias estão localizadas na vila de Benfica, cuja população se dedica quase que inteiramente ao trabalho nas mesmas.

Paralelamente e numa evidente demonstração do desenvolvimento industrial, estão sendo construídas no lugar Aurá as instalações para um fábrica de explosivos, cujas obras vão bem adiantadas.

No ramo industrial, o município ocupa o 3.º lugar no Estado, em número de indústrias.

A exportação em 1956, apresentou o seguinte movimento: couro preparado 109 055 kg, valendo .... Cr$ 14 949 841,80; raspa de sola 234 591 kg, no valor de Cr$ 5 882 158,60; pimenta-do-reino 44 670 kg, totalizando Cr$ 4 550 500,00; carvão vegetal 3 416 200 kg, valendo Cr$ 2 833 790,00; tijolos de barro 1 086 milheiros perfazendo Cr$ 2 446 940,00; telhas de barro 997 milheiros perfazendo Cr$ 1 913 160,00; papel de estiva 13 950 kg, totalizando Cr$ 1 395 000,00; madeira beneficiada 2 052 m^3 valendo Cr$ 806 830,00; areia e pedra para construção 12 067 m^3, no valor de Cr$ 613 200,00 e farinha de mandioca 101 470 kg, perfazendo Cr$ 328 716,00.

O valor total da exportação, em 1956, somou ...... Cr$ 37 804 500,00.

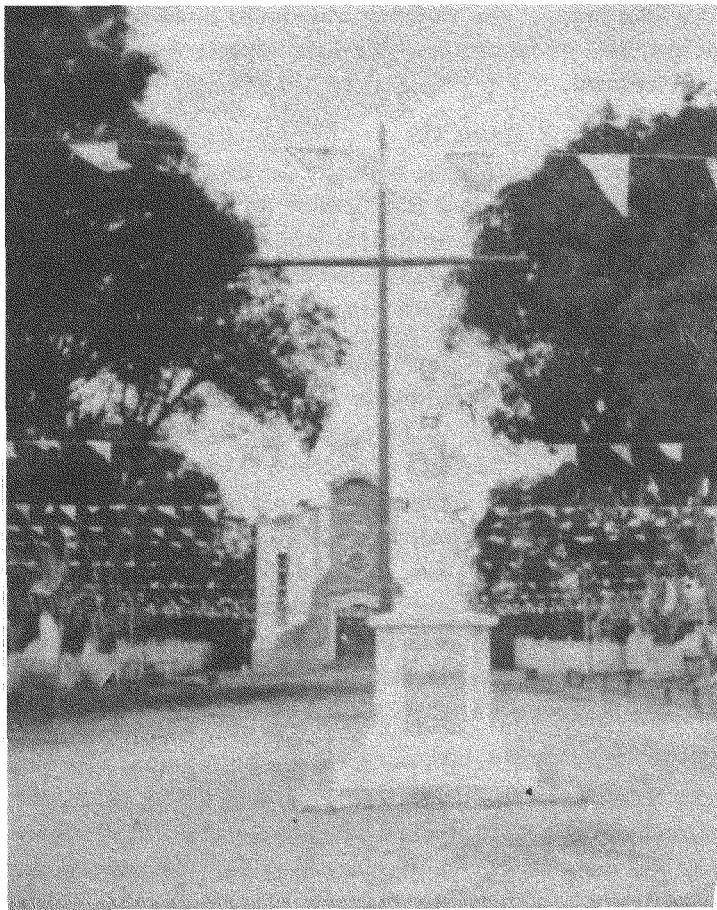
Das pessoas que exercem atividades lucrativas no município, 20,1% concentram-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações principalmente com a praça de Belém e com as da Bahia, Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul. Contam-se no município 101 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo, sendo 5 localizados na sede municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Ananindeua com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transportes: João Coelho, rodoviário e ferroviário — 25 km; Estrada de Ferro de Bragança; Vigia, rodoviário — 85 km, Estrada de Ferro de Bragança; Capital Estadual, rodoviário 9 km e ferroviário 14 km, Estrada de Ferro de Bragança. Como vias de comunicações, existem no município três Agências do Correio do Departamento dos Correios e Telégrafos, três Agências da Estrada de Ferro de Bragança e Estação Rádio da Varig, para contrôle dos aviões da mesma.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ananindeua conta com 6 logradouros públicos, 207 prédios e 983 habitantes, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 4 logradouros e a domiciliária conta com 80 ligações. Entre os seus principais logradouros públicos, destacam-se a Avenida Magalhães Barata e a Praça Dr. Lauro Sodré. Os seus edifícios mais importantes são: a Matriz de N. S. das Graças, o Grupo Escolar, a Prefeitura Municipal, o Cinema Soberano, o Colégio D. Luiz Lasagna e a Escola N. S.ª da Anunciação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com três postos médicos de finalidade geral. Possui um dentista e um farmacêutico. Está localizado no município o Hospital Colônia de Marituba, destinado ao isolamento e tratamento do mal de Hansen, com 646 doentes, em 1956. O Círculo Operário Ananindeuense, para assistência médica e auxílio pecuniário e funerário. Está em construção, já bastante adiantada, o prédio destinado ao Asilo do Bom Pastor, instituição há anos sediada em Belém, e devendo mudar-se para Ananindeua logo que o referido prédio fique concluído. Está também projetada, pelo go-

Vista Parcial da Cidade

Obelisco a Augusto Montenegro

vêrno do Estado, a mudança do Hospital Juliano Moreira, sediado em Belém, para a margem da estrada de Benfica. O referido Hospital destina-se ao tratamento de doentes mentais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade de Ananindeua o Círculo Operário Ananindeuense, fundado no ano de 1952, contando com 334 sócios e destinado à Assistência Médica e auxílios pecuniários e funerários, e a Cooperativa de Consumo dos Ferroviários de Marituba Ltda., que foi instalada em 20 de janeiro de 1950, sendo a única no município, tendo apenas 29 associados e sua principal finalidade é o consumo.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 11 205 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 4 333, ou 38,67% sabiam ler e escrever. Destas 2 509 eram homens e 1 824 mulheres. Na sede municipal, das 855 pessoas de 5 anos e mais, 503 sabiam ler e escrever, sendo que 250 eram homens e 253 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram em Ananindeua, 39 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 2 466 alunos.

Em 1956, na sede municipal, funcionaram 2 estabelecimentos de ensino extra-primário: a Escola Doméstica N. S.ª da Anunciação possuindo o Curso Normal Regional, com 56 alunos do sexo feminino e 8 professôres, e o Aprendizado Agrícola D. Luiz Lasagna, possuindo o Curso Agrícola, com 112 alunos do sexo masculino e 5 professôres, dirigido pelos reverendos padres Salesianos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há em Ananindeua o Cinema Soberano, com 180 lugares e a Liga Esportiva Municipal de Ananindeua (L.E.M.A.) composta de 7 clubes, que promove o campeonato municipal de futebol e toma parte no torneio intermunicipal do Estado, despertando o interêsse da população.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	581	598	308	532
1951	—	723	683	253	750
1952	—	664	969	262	931
1953	—	749	1 109	306	997
1954	—	855	1 061	520	1 207
1955	—	1 407	1 443	841	1 256
1956	545	1 552	(1) 1 496	885	1 496

(1) Orçamento.

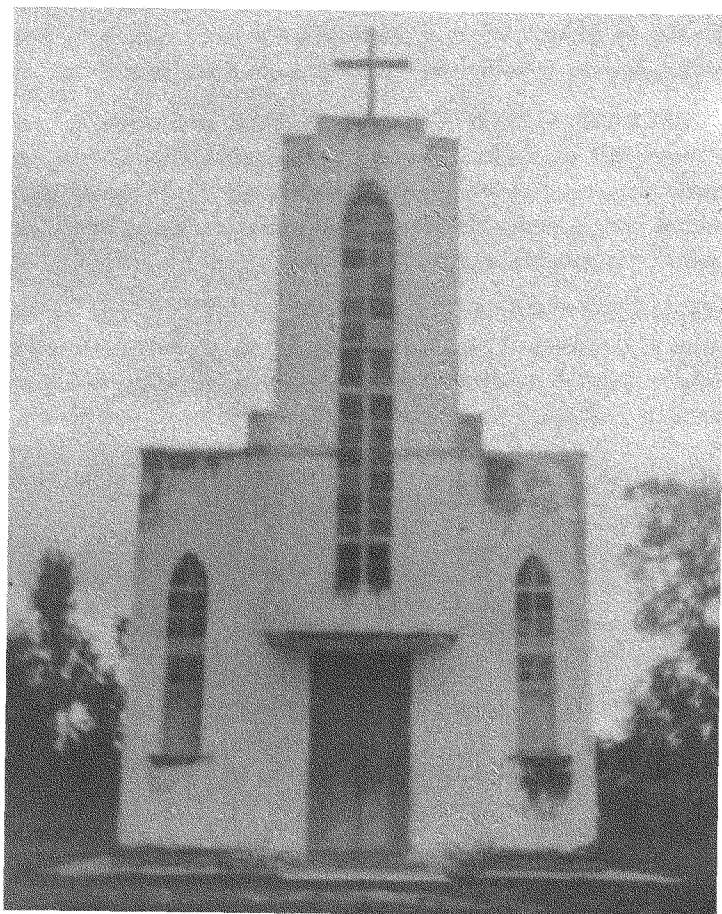
PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há no município um monumento, em homenagem ao Dr. Augusto Montenegro, erguido na vila operária de Marituba, pelas benfeitorias prestadas àquela localidade, quando Governador do Estado, inaugurado em 22-7-1907 e de autoria de Teodomiro Martins.

Na vila de Benevides, em 30 de março de 1884, na sede da Sociedade Libertadora de Benevides, com a presença do então Presidente da Província do Grão-Pará, General Visconde de Maracaju, além de outras autoridades, realizou-se uma sessão solene na qual foi restituída a liberdade a todos os escravos residentes no território da referida vila. Com a repercussão do fato, grande quantidade de escravos, fugidos de outras localidades, foi instalar-se em Benevides, que progrediu muito. Vale salientar que Benevides era uma Colônia Agrícola, tendo, àquela época, pela Lei n.º 646, de 1899, sido elevada à categoria de Vila.

Grupo Escolar

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No município, há duas épocas de festejos populares: a carnavalesca, nos últimos dias de carnaval e a junina no mês de junho, em louvor a Santo Antônio, São João e São Pedro, com a realização de festas caipiras dançantes, promovidas pela própria população, além das exibições de "bumbás" e "pássaros". Oito procissões tradicionais realizam-se no município, na seguinte ordem: procissão em louvor a São Sebastião, no dia 20 de janeiro, no povoado de Santa Bárbara: procissão de *Corpus Christi*, na cidade de Ananindeua, no dia designado; procissão em honra de N. S. das Graças, no povoado de Maguari e na cidade de Ananindeua, respectivamente, em fins de maio e julho, por ser a padroeira local; procissão de N. S. do Carmo, padroeira da Vila de Benevides, em fins de julho; procissão de São Miguel, padroeiro do lugar Candeua, no dia 29 de setembro; procissão de N. S. da Conceição, padroeira da Vila de Benfica, no dia 8 de dezembro e a procissão do Menino Deus, padroeiro da Vila Operária de Marituba, no dia 25 de dezembro; tôdas com novenário, seguindo-se os atos profanos, leilões e o arraial, com divertimentos vários.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "ananindeuenses". É Ananindeua topônimo de origem tupi, que significa "lugar de ananim", "Abundância de Ananim". Ananim ou anini, segundo Paul Le Cointe (O Estado do Pará, pág. 205) é uma gutiferácea (symphonia globulifera L. T.) que "tem sapupemas em forma de joelhos e flôres escarlates muito abundantes". Produz uma resina chamada "cerol". No município ainda existe essa árvore, mas pouco abundante.

Ananindeua, como município vizinho à Capital, está se tornando, mercê da rodovia, um subúrbio de Belém. Um sem número de Granjas e piscinas (de igarapés de água doce, excessivamente fria) serve para fins de semana das pessoas abastadas da capital paraense. Dos 7 municípios instalados em 1946, é Ananindeua o que apresenta o maior surto de progresso.

Igreja Matriz

Situam-se no município as Oficinas da Estrada de Ferro de Bragança, na Vila Operária de Marituba, que é abastecida de água encanada e servida de excelente sistema de iluminação elétrica.

A Fazenda Oriboca, localizada no lugar do mesmo nome, de propriedade da Pireli S. A. — Cia. Industrial Brasileira, desenvolve grande plantação de seringueiras (borracha).

Três são as localidades do município além da sede municipal servidas por eletricidade: as vilas de Benevides e Benfica e o povoado (Vila operária) de Marituba.

Têrmo da Comarca de Belém com 3 444 eleitores.

(Bibliografia — Sinopse Estatística do Município de Ananindeua — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

ANHANGA — PA

Mapa Municipal na pág. 71 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 162 e 164 do Vol. I

HISTÓRICO — Em tempos mais ou menos recuados, Belém estendia os limites da sua área municipal por uma enorme vastidão do território paraense, indo até pelas chamadas regiões Guajarina, Bragantina e Tocantina.

A evolução da densidade demográfica, as facilidades de comunicações, o desenvolvimento de atividades as mais diversas nas terras afastadas da sede municipal, tudo isso impôs a necessidade de desmembramento de certas áreas, que foram transformadas em municípios, daí resultando o surgimento do município de Anhanga, entre mais outros.

Veja-se, de passagem, o histórico da conquista da autonomia de Anhanga.

A Lei n.º 902, de 5 de novembro de 1903, criou a povoação de Anhanga, incorporada ao município de Belém, tendo passado, depois, a integrar a área patrimonial do município de Castanhal, até que pela Lei n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, foi constituída em município.

Anteriormente à criação do município, Anhanga era conhecido pelos nomes de Vila de São Francisco, Augusto Montenegro e Km 95. Era habitado por vários moradores, entre os quais devem ser destacados José Mariano da Silva, José Porfírio de Souza, Florêncio Gomes de Melo, João Pereira de Souza, Antônio Macário de Souza, Francisco Ferreira Coutinho, Frederico Vilar Vilhena, José Antônio, Jesus Espinheiro Gomes e Raimundo das Chagas Pimenta, por serem dos mais antigos habitantes da região. E afirma a crônica primitiva do lugar que o lavrador José Mariano da Silva foi o seu primeiro morador.

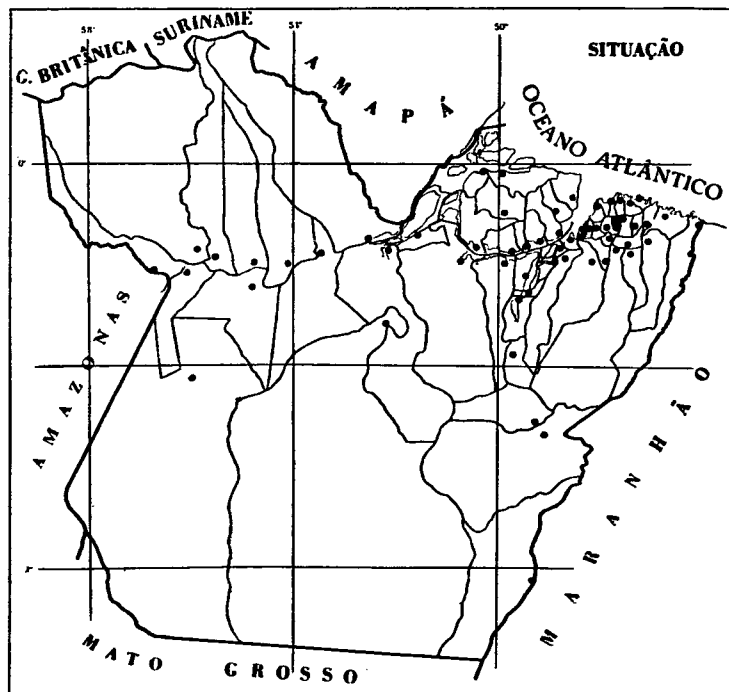
Elevado o antigo povoado à categoria de município, foi o Sr. Wilkens de Albuquerque Prado nomeado seu primeiro Prefeito. Exonerado êste, para exercer idêntica função no município de Igarapé-Açu, foram designados para o

Govêrno do município os Senhores Etelbergue Ribeiro da Silva e José Rodrigues Pinagé, que lhe geriram os destinos de comuna até 1944. Em 1945, o Sr. Celso da Silva Machado foi eleito Prefeito Municipal, sendo, assim, o primeiro Prefeito Constitucional.

Quanto à origem do nome, os antigos habitantes são unânimes em afirmar que é devido ao igarapé de Anhanga, que corta o município, denominação indígena, como se vê, mantida até hoje com simpatia e tradição.

A atual Legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Álvaro Corrêa Pereira e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

Atualmente o município é constituído de um único distrito.

LOCALIZAÇÃO — Anhanga situa-se na zona fisiográfica Bragantina. Limita com os municípios de Curuçá, Marapanim, Igarapé-Açu e Castanhal. A cidade dista 67 km, em linha reta, da Capital do Estado, situando-se entre as demais comunas, como das de menor distância para Belém. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 1° 10' 10" de latitude Sul e 47° 47' 50" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 33 metros na sede municipal, sendo o 13.° em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, que é o equatorial superúmido, com acentuada predominância da estação sêca, nos meses de outubro a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 480 km², sendo o menor município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Marapanim (braço direito) que atravessa grande parte do território municipal. O igarapé do Pau Amarelo, perto da cidade e seu balneário, o rio Jambuaçu nos limites com o município de Igarapé-Açu; a parte superior do rio Inhangapi, são acidentes geográficos dignos de menção.

RIQUEZAS NATURAIS — Consta a existência de argila como riqueza mineral, que está, ainda, sem exploração. Fibra de uacima e madeira em geral constituem as riquezas vegetais. Os animais silvestres (porco, caititu, veado, tatu, paca e jibóia) aparecem como principais riquezas animais.

POPULAÇÃO — A População de Anhanga, segundo o Recenseamento de 1950, era de 6 419 habitantes e oferecia a seguinte disposição: homens — 3 325; mulheres — 3 094; brancos — 2 326; pardos — 3 864; prêtos — 227; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 3 531, 1 434 eram solteiros, 1 817 casados, 278 viúvos, nenhum desquitado. Existiam apenas 14 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Religiosamente, predominaram os que se declararam católicos romanos, que eram 6 401; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 7 235 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro aglomerações urbanas: a cidade de Anhanga, com 860 habitantes (390 homens e 470 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, e os povoados de Jambu-Açu, com 32 casas e 412 moradores; Granja Eremita, com 67 casas e 299 moradores; Carmo, com 22 casas e 125 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal (fibras, uacima, malva, madeiras, lenha e carvão vegetal) somou, em 1956, a importância de .... Cr$ 5 455 000,00. Das pessoas ativas no município, 39,2% concentram-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A principal atividade econômica é a agricultura de arroz, mandioca, milho e malva (guaxima). A pimenta-do-reino apresenta bom desenvolvimento, com 12 695 pés. Iniciou-se no município a plantação em larga escala da borracha (hevea brasiliensis) pela Companhia Good Year.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se, nas zonas urbana e rural, 50 estabelecimentos de comércio, distribuídos no ramo de atacadistas e varejistas. O comércio mantém transações com a praça de Belém, em maior escala, e com Castanhal, Capanema e Bragança.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Anhanga com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Igarapé-Açu*: ferroviário, 22 km e rodoviário, 48 km.

Vista da Estrada

Castanhal: ferroviário, 19 km e rodoviário, 48 km. *Curuçá*: 83 km ferroviário e 112 km rodoviário. *Marapanim*: ferroviário, 73 km e rodoviário, 102 km. *Capital Estadual*: ferroviário, 88 km e rodoviário, 117 km. Como vias de comunicação existem no município uma Agência Postal do D.C.T., na cidade e duas Agências da Estrada de Ferro de Bragança, situadas em Anhanga e Granja Eremita.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Anhanga, com uma população de 860 habitantes (Recenseamento de 1950), conta com 6 logradouros públicos e 291 prédios. É servida de luz elétrica. A iluminação pública estende-se por tôda a cidade; a domiciliária conta com 110 ligações. O Grupo Escolar e a Estação da Estrada de Ferro de Bragança são os mais importantes edifícios da cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em Anhanga há uma farmácia e um farmacêutico; um Subposto Médico do Serviço Especial de Saúde Pública; um Pôsto Sanitário Estadual, que atendem à população do município.

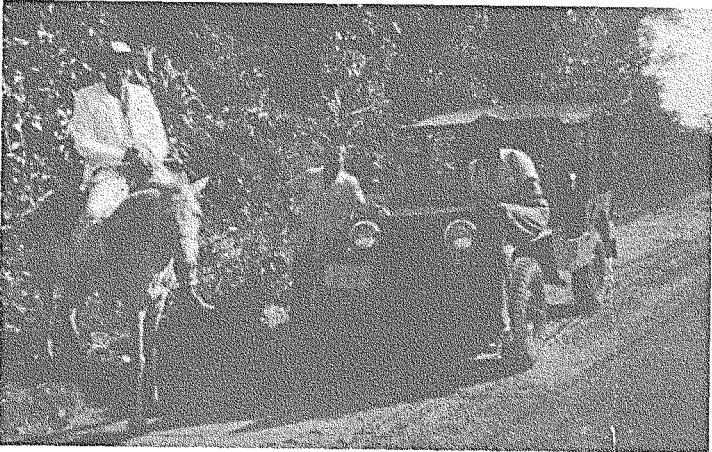
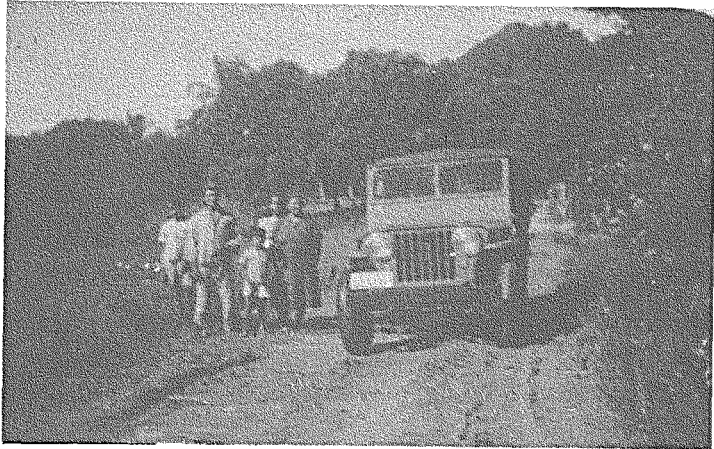
ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 318 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 1 862, ou 35%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 022 eram homens e 840, mulheres. Na sede municipal, das 723 pessoas de 5 anos e mais, 404 sabiam ler e escrever, sendo que 188 eram homens e 216, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 27 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com 1 029 alunos na matrícula geral.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há em Anhanga um cinema com 250 lugares. Também funcionam duas associações de caráter esportivo, as quais mantêm intercâmbio com os clubes dos vizinhos municípios, notadamente Castanhal e Igarapé-Açu.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	234	633	338	653
1951.......	—	261	751	343	608
1952.......	—	323	998	449	855
1953.......	—	407	1 545	503	403
1954.......	—	357	1 110	443	1 069
1955.......	—	450	1 011	448	1 043
1956.......	—	332	(1) 1 300	(1) 574	(1) 1 300

(1) Orçamento.

Tipos e Aspectos do Município

Outro Aspecto da Estrada

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festividades do município são as consagradas a São Francisco de Assis, que é o padroeiro do município, e têm início em 26 de setembro, terminando a 4 de outubro; de N.S.ª do Carmo que são realizadas na sede municipal e no povoado do Carmo, começando a 9 de julho e finalizando em 16 do mesmo mês; de Santo Inácio de Loiola, festejado no povoado de Jambu-Açu, de 19 de julho a 29 de do mesmo mês; de N. S.ª da Conceição, celebrada na sede municipal de 23 de novembro a 8 de dezembro. Duas são as procissões tradicionais do município, a de São Francisco de Assis, que tem lugar a 4 de outubro, pela manhã, com grande afluência, visto ser o santo patrono e a do Senhor Morto, na Sexta-Feira da Paixão, com crescida concorrência.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "anhanguenses".

É Têrmo da comarca de Castanhal. O eleitorado é de 2 926 eleitores.

O topônimo é Anhanga e não Anhangá, como, às vêzes, vem grafado. Gonçalves Dias criou, por exigências poéticas, o têrmo oxítono, mas em seu dicionário tupi registra, como deve ser, ANHANGA. É, pois, o que deve ser válido, pela autoridade de que se reveste.

O município de Anhanga tem fama de grande salubridade, o que favorece bastante a fixação do elemento humano.

A sede municipal é conhecida com as seguintes denominações:

ANHANGA: — pela lei territorial vigente;

S. FRANCISCO: — pelo Departamento dos Correios e Telégrafos;

AUGUSTO MONTENEGRO: — pela Estrada de Ferro de Bragança;

QUILÔMETRO 95: — denominação usual de tôda a região, embora a quilometragem de ferrovia seja 88 km.

(Autoria do Histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957; Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Anhanga — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

ARATICU — PA

Mapa Municipal na pág. 291 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O nome primitivo do município de Araticu foi Oeiras. A fundação dêste lugar é anterior a 1653, ano da chegada ao Pará do grande Padre Antônio Vieira, e faz parte do notável florilégio de trabalhos de catequese da Companhia de Jesus na Amazônia.

A missão jesuítica do rio Araticu, nome de que derivou o da aldeia que a constituía, era importantíssimo, não só pelas riquezas que a zona de contôrno encerrava, como pela proximidade e facilidade de comunicação com a sede do Estado.

Conseguiram os padres jesuítas congregar um grande aldeamento de índios, que se tornou um dos mais adiantados da missão.

A Lei de 6 de junho de 1755, que veio encontrar as missões em pleno desenvolvimento, entregando os aldeamentos a uma direção leiga, veio fazer estacionar o progresso local e marcar o início da dispersão dos índios, desde logo retirados para os serviços d'El-Rei, do Estado e dos particulares.

Ainda assim, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na viagem que em 1758 fêz a Barra do Rio Negro, pessoalmente erigiu a aldeia de Araticu em vila, que fêz instalar no dia 20 de janeiro daquele ano, levantando o pelourinho, fazendo a eleição das justiças e dando-lhe a denominação de Oeiras.

Do seu primeiro Senado da Câmara não ficou notícia.

Em 1764 era diretor da vila o Tenente Diogo Luiz Rebelo, que ainda em 1766 exercia o cargo, deixando-o no fim dêste ano e tendo como substituto o Sargento Francisco Soares.

Em 1805 exerceu o cargo de juiz ordinário de Oeiras, Calixto Geraldo da Costa, e, em 1819, Simplício de Souza.

Neste último ano o Senado da Câmara era constituído por Domingos Pereira de Faria, Antônio José de Castro Guimarães, Antônio Gomes Goulart, José Guilherme Cerejo, e Manoel da Costa Areas.

Em virtude da Lei provincial n.º 479, de 6 de março de 1865, que transferiu a sede do município de Oeiras para a freguesia de São João Batista de Curralinho, elevando-a a Vila, o Govêrno provincial, em ofício de 11 de novembro, determinou a imediata instalação da nova vila e conseqüente mudança da sede municipal de Oeiras para ela, verificando-se a transferência em 23 de dezembro seguinte, não obstante Curralinho não possuir Igreja, casa para Câmara, nem cadeia.

A instalação em Curralinho foi feita com a presença dos Vereadores eleitos em Oeiras, com exceção de Manuel Antônio Rodrigues Tavares, substituído por André da Costa Pequeno.

Entretanto, Oeiras conseguiu novamente a restituição da sua categoria, com a Lei n.º 584, de 23 de outubro de 1868, que separou o território do seu antigo município do de Curralinho.

Não obstante esta lei, o município só foi reinstalado em 1870, no dia 4 de julho, com a seguinte vereação, eleita para completar o quatriênio de 1869 a 1872: Joaquim Gonçalves Ribeiro, Clarindo Ferreira Ribeiro da Costa, Joaquim Antônio Martins, Raimundo Ferreira Ribeiro, João Maria dos Navegantes e Olímpio José Barreiros, que havia sido eleito presidente da Câmara de Curralinho e resignou êsse cargo, para aceitar o de Vereador de Oeiras.

A adesão da Câmara Municipal de Oeiras ao regime republicano teve lugar por ofício assinado por Joaquim José Barreiros, Presidente, e, Vereadores, Raimundo Daniel Vieira, Felipe Joaquim Viana e Olímpio Fonseca Claro.

O Govêrno provisório do Estado, pelo Decreto n.º 111, de 18 de março de 1890, dissolveu a Câmara Municipal, criando o Conselho de Intendência Municipal pelo de n.º 112, da mesma data. Do primeiro Conselho, nomeado, também em 18 de março daquele ano, fizeram parte Olímpio Gonçalves Sampaio e Costa, Presidente, e, vogais, Raimundo Daniel Vieira, Joaquim José Barreiros, Manoel Joaquim Ferreira e Manuel Francisco de Souza.

Do primeiro Conselho Municipal eleito fizeram parte o Intendente Olímpio Gonçalves Sampaio e Costa, e os vogais Aleixo Gotardo Rodrigues, Raimundo Daniel Vieira. Pedro Antônio da Trindade e Guilherme da Costa Pequeno.

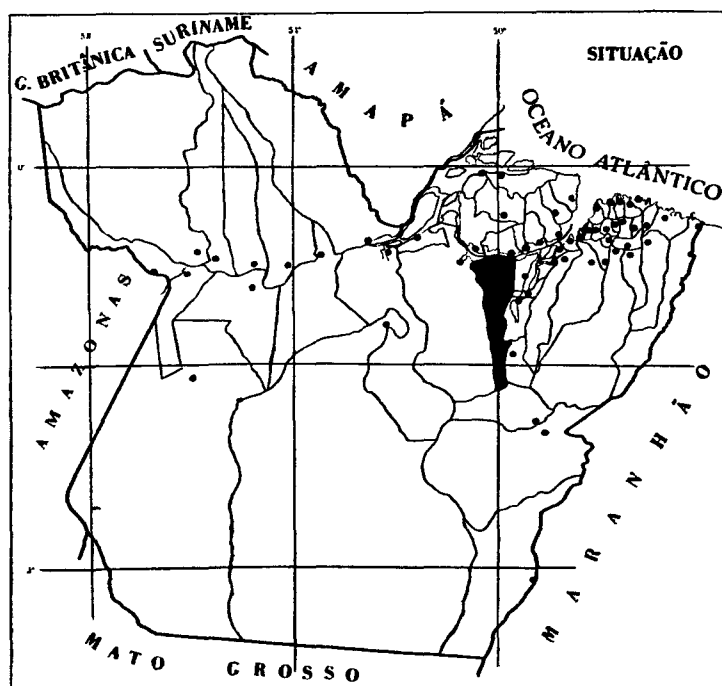
Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município e o distrito de Oeiras passaram a denominar-se Araticu.

Araticu teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Bagre, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955.

O Govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município é constituído dos distritos de Araticu e Bagre.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Oséas Pereira Magalhães e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Araticu situa-se na zona fisiográfica chamada Jacundá-Pacajá, região situada entre as zonas de Marajó e Ilhas, Guajarina e Tocantins, com uma pequena costa de 50 e poucos quilômetros, banhada pelo rio Pará ao

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

sul da ilha de Marajó. Limita com os municípios de Portel, Cametá, Mocajuba, Baião, Tucuruí, Itupiranga e o rio Pará. A cidade fica a 160 km, em linha reta, da Capital do Estado, colocando-se em 27.º lugar em distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: 1º 59' 00" de latitude Sul e 49º 51' 10" de longitude W.Gr.

ALTITUDE — 6 metros na sede municipal, sendo o 28.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido.

ÁREA — A área do município é de 13 383 km², colocando-se como o 19.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município, são os seguintes: ilhas Soiá, Jacundá, Bagre (nesta ilha fica situada a Vila de Bagre, sede do distrito do mesmo nome), Parnaúba, Camaleão (onde fica situado o farol de navegação, que tem o mesmo nome da ilha), São João, Caramujo, Mucura, Pagica, Papagaio, Murututuba, Jacu, Nova e Boi; rio Araticu, formado pela junção dos rios Anauerá, Oeiras, a uns 5 quilômetros acima da cidade, estando esta situada à margem esquerda; rio Oeiras — francamente navegável; Anauerá — êste rio é navegável por embarcações de pequeno calado; rios Jacundá, Tauari, Urubueua, Murujacá, Caracuru, Japati, Cupijó e Cupijó-Miri, servindo êste rio em grande parte de seu percurso de limite entre os municípios de Araticu e Cametá, sendo também afluente do rio Cupijó.

RIQUEZAS NATURAIS — Borracha, maçaranduba e madeira, constituem as riquezas vegetais, em exploração. No reino animal, aparecem os animais silvestres (caititu, veado, queixada, onça).

POPULAÇÃO — A população de Araticu, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 6 747 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 3 655; mulheres — 3 092; brancos — 1 877; pardos — 4 318; pretos — 537; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 3 775, 1 910 eram solteiros; 1 508 casados; 341 viúvos e 4 desquitados. Existiam apenas 2 brasileiros naturalizados e nenhum estrangeiro. Em religião predominavam os que se declaram católicos romanos, que eram 6 722; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 7 605, sendo 5 116 no distrito de Araticu e 2 489 no distrito de Bagre.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas — a cidade de Araticu, com 174 habitantes (97 homens e 77 mulheres) e a vila de Bagre, com 147 habitantes (85 homens e 62 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa é constituída da origem vegetal, onde aparecem a borracha, madeiras em geral, sementes oleaginosas, leite de maçaranduba, castanha-do-pará, resina de breu e jutaicica; origem animal, na qual se destacam as peles de animais silvestres.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de borracha, cuja exportação em 1956 atingiu a 127 485 kg, valendo Cr$ 1 274 850,00, seguindo-se a madeira em bruto com 1 477 m³, totalizando Cr$ 1 320 800,00, o leite de maçaranduba com 6 465 kg, perfazendo .... Cr$ 614 650,00 e o arroz com casca, com 157 150 kg, no valor de Cr$ 314 300,00.

O valor global da exportação, em 1956, somou ...... Cr$ 3 353 394,00.

Conta o município com dois estabelecimentos industriais, relativos a duas serrarias, além dos que se dedicam à fabricação da farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 19,9% exercem atividades lucrativas no ramo de agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 29 estabelecimentos comerciais, do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Araticu com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Baião*: terrestre e fluvial 101 km; *Cametá*: fluvial 162 km; *Itupiranga*: terrestre e fluvial 457 km; *Mocajuba*: terrestre e fluvial 76 km; *Portel*: fluvial 163 km; *Tucuruí*: terrestre e fluvial 261 km; *Capital Estadual*: fluvial 173 km. Não se comunica diretamente com a Capital Federal .

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Araticu conta com 6 logradouros públicos; 65 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950 tem 174 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende aos logradouros e a domiciliária conta com 32 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Subposto de Saúde, do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), mantendo os serviços de curativos e aplicação de injeções, sem dispor de aparelhamento especial; não executa trabalhos profiláticos, e tem como corpo clínico apenas um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 595 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 1 039, ou 18,57%, sabiam ler e escrever. Destas, 814 eram homens e 225, mulheres. Na sede municipal, das 151 pessoas de 5 anos e mais, 76 sabiam ler e escrever, sendo que 50 eram homens e 26, mulheres.

ENSINO — Em 1956, havia no município de Araticu 14 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 391 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	458	213	453
1951	—	—	611	361	674
1952	—	—	688	379	518
1953	—	—	982	340	1 045
1954	—	—	811	331	871
1955	—	—	909	365	869
1956	—	—	(1) 1 180	...	1 180

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como festejo tradicional, celebra-se, na cidade, a festividade de N.S.ª da Assunção, padroeira do município, no período de 8 a 15 de agôsto. Constam êsses festejos de novenas, missas e procissões. Afluem aos mesmos inúmeros romeiros de municípios vizinhos. Como diversões, realizam-se no largo da Matriz, às tardes e às noites, "retretas", executadas por banda de música, especialmente para isso contratada. Os custeios da referida festa são feitos espontâneamente pelo povo, através de coleta, listas, donativos, leilões etc.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — No Pará, em sua natureza, há sempre uma atração em cada parte. Araticu apresenta os rios Anauerá, Araticu e Oeiras, suas baías e sua extensa floresta tropical como elementos de futura atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "araticuenses". Araticu é topônimo indígena, tupi, sem dúvida, como indica a sua estruturação léxica. Poderá ser decomposto em *ara* (arara, papagaio), *ti* = *i* (com *t* eufônico) sinal de diminutivo, *cu* (língua). Significação: — língua de papagainho. As flôres do araticu ou araticum (várias espécies de anonáceas) assemelham-se à língua de papagaio.

Araticu pertence à Comarca de Breves, da qual é Têrmo, com dois distritos judiciários.

Conta com um eleitorado composto de 1 364 eleitores.

Salienta-se que a vila de Bagre é muito mais importante que a própria sede municipal, a cidade de Araticu. Esta não dispõe nem de telégrafo, nem de correio. Em 1950, colocou-se em segundo lugar no Estado em ordem de pequena população, com apenas 174 habitantes.

O município é ainda muito pouco explorado. Dispõe de terras ricas e sua pequena população não permitiu ainda progresso mais intenso no desenvolvimento de todo o seu potencial econômico.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Araticu — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

BAIÃO — PA

Mapa Municipal na pág. 103 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Data de 1694 a origem da povoação, que é hoje a sede dêste importante município tocantino.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Governador e Capitão-General do Maranhão e Pará, donatário da capitania de Camutá, desejoso de povoá-la e engrandecê-la, não podendo pessoalmente dedicar-se à exploração de seu vastíssimo território, resolveu naquele ano procurar quem pudesse levar a efeito sua idéia e desejos.

Entre outros, escolheu o português Antônio Baião a quem concedeu uma vasta sesmaria, nas terras que lhe foram doadas, impondo-lhe a condição de fundar uma vila, levantar uma casa decente e grande, facultando-lhe, entretanto, a escolha do local.

Antônio Baião, depois de examinar vários pontos do rio Tocantins e querendo afastar-se do Camutá, localizou a sua concessão em um local alto e aprazível, o mesmo em que hoje assenta a sede do município baionense.

Edificada a casa, que a concessão estipulara, Antônio Baião explorou os terrenos vizinhos, deixando uma tradição do seu nome, que mais tarde Manuel Carlos da Silva, diretor de índios, por ordem do Capitão-General Fernando da Costa Ataíde Teive, deu a um povoado constituído com 30 índios, fundado no local da atual sede do município, em 30 de outubro de 1779, denominando-o "Lugar de Baião".

Até a Independência, o Lugar de Baião arrastou uma existência de pequeno entreposto de comércio com o Alto Tocantins, quando a Resolução do Conselho do Govêrno da Província, nas célebres sessões de 10 a 17 de maio de 1833, resolveu dar-lhe a categoria de vila, com a denominação de Nova Vila de Santo Antônio do "Tocantins", havendo o presidente da província José Joaquim Machado de Oliveira, em ofício de 8 de agôsto do mesmo ano, descrito os limites municipais.

Apesar das vicissitudes políticas do período monárquico, em que muitos municípios paraenses passaram pelo cadinho das extinções, Baião teve a sua existência ininterrupta até à República.

A instalação da vila e da câmara municipal de Tocantins teve lugar a 17 de outubro de 1833.

Com a presença do presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá, José Raimundo Furtado Paes, juramentou-se a primeira câmara, constituída pelos cidadãos Padre Francisco Gonçalves Martins e Pontes, Presidente, e vereadores Antônio Mendes da Silva, Capitão Amândio Ferreira Cantão, João Machado da Silva, Tenente-coronel José Antônio Corrêa de Seixas, Manoel Raimundo da Igreja e Antônio José de Medeiros, tendo como secretário o Capitão Tomaz Gomes Vila Nova.

Por Decreto n.º 131, de 10 de abril de 1890, o govêrno provisório do Estado do Pará dissolveu a Câmara Municipal de Baião, criando, pelo Decreto n.º 132, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual, no mesmo dia, nomeou presidente o Tenente-coronel José Corrêa Seixas e vogais Daniel Francisco Freitas, José Patrício Monteiro, Pio dos Santos Barreto, Simão Nahmias, Levindo Dias da Rocha, Januário Perreira Leite e Izidoro Dias da Rocha, que no dia 17 de abril de 1890 assumiram os respectivos cargos.

Na eleição procedida para o período de 1907-1908 travou-se renhido pleito entre os dois partidos políticos existentes.

O reconhecimento de poderes não foi devidamente acatado, oferecendo como resultado uma dualidade de intendentes, João Felipe dos Santos Tocantins e Manuel Pedro Soares e uma duplicata de conselhos municipais.

De 15 de novembro de 1897 a 22 de junho de 1898 a vida municipal tornou-se difícil, trazendo a dualidade como principal conseqüência a insegurança pública, ameaçada a cada instante por perturbações cujo alcance era impossível prever.

Felizmente os elementos conservadores do município congregaram-se, e, por meio de uma campanha suasória, conseguiram uma composição política.

Foi um momento importante da existência política do município baionense no qual, em proveito dos interêsses gerais do município, foram, com o mais desinteressado gesto, sacrificadas exigências partidárias.

Em virtude do acôrdo político, feito em 22 de junho de 1898, com a renúncia dos dois intendentes, assumiu a gestão dos negócios municipais o vogal mais votado, João Luiz Soares, que com Izidoro Dias da Rocha, Pio dos Santos Barreto, Januário Pereira Leite e Marcelino Valentim de Freitas, formaram o novo conselho de conciliação, que permaneceu até 25 de novembro do mesmo ano de 1898.

Os Decretos Estaduais números 6, de 4 de novembro de 1930, e 78, de 27 do mês seguinte, suprimiram o município de Mocajuba, incorporando seu território ao de Baião, que, no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, se apresenta formado por apenas o distrito-sede.

A Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando entre êles o de Baião. Êste, segundo os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, compõe-se de 4 distritos: Baião, Alcobaça, Matacorá e Umarizal.

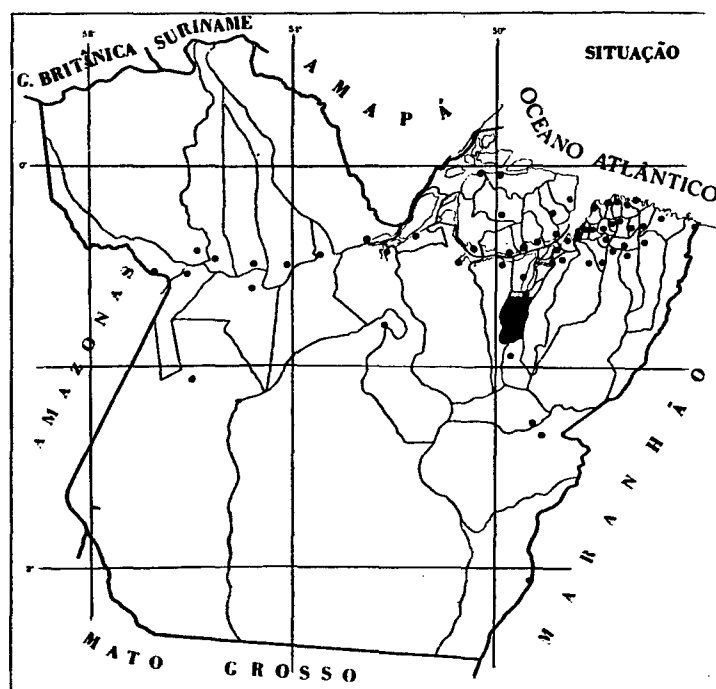
De conformidade com o quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município em aprêço constitui-se de 3 distritos: o da sede (com as zonas de Baião e Umarizal) e os de Matacorá e Alcobaça.

Em cumprimento ao Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Baião teve extinto o distrito de Matacorá, cujo território se anexou ao distrito de Alcobaça. Passou a abranger, por outro lado, o distrito de Joana Peres, instituído com parte do território do distrito de Baião. Assim, nessa divisão, o referido município permanece composto de 3 distritos: o da sede, o de Alcobaça e o de Joana Peres.

Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, vigente em 1944-1948 e estatuída pelo Decreto-lei Estadual número 4 505, de 30 de dezembro de 1943, notando-se, porém, que o distrito-sede abrange os subdistritos 1.º e 2.º e que o distrito de Alcobaça, sob a nova denominação de Tucuruí (hoje município com o mesmo nome) compreendeu os subdistritos 1.º, 2.º e 3.º.

Atualmente o município é constituído pelos distritos de Baião e Joana Peres.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Maurício Monteiro Ramos e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Baião situa-se fisiogràficamente, na Zona Tocantina e seu território é regado pelo rio Tocantins, que o divide em duas partes. Limita com os municípios de Araticu, Mocajuba, Moju e Tucuruí. A cidade fica a 199 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 31.º lugar em distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: 2º 47' 31" de laitude Sul e 49º 41' 17" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 35 metros na sede municipal, sendo o 11.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. A temperatura na cidade em 1956, apresentou: média das máximas 30ºC, média das mínimas 24ºC e média compensada 27ºC.

ÁREA — A área do município é de 4 371 km², sendo o 30.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A cidade de Baião está assente à margem direita do rio Tocantins, ocupando uma admirável situação, sôbre um alto barranco argiloso e pedregoso, ao qual se ascende por uma rampa de declive suave. Está a 25 metros acima do nível do rio. Os principais acidente geográficos do município são os seguinte: rio Tocantins, atravessa o município de sul a norte e no qual fica a cidade-sede municipal. Rio Andiroba, afluente do rio Tocantins, que atravessa o território dêste município, sobe na direção sul, entre a ilha Jutaí e a margem direita do rio Tocantins, não sendo navegável em marés baixas, tendo lugares em que a profundidade é de 2 metros; pelas cheias, porém, dá passagem a qualquer embarcação, servindo ao povoado de Matucará. Ilha de Jutaí fica situada entre o rio Tocantins, margem esquerda, e o Matucará, com o tamanho aproximado de 5 000 m de comprimento por 2 000 metros de largura. Igarapé do Limão (Açude) situado na sede municipal, que abastece de água a cidade de Baião.

RIQUEZAS NATURAIS — O barro para cerâmica destaca-se como principal riqueza mineral, mas ainda sem exploração. Sernambi, maçaramduba, castanha-do-pará, murumuru, andiroba e madeiras (cedro, acapu, sucupira, freijó e marupá), constituem as riquezas vegetais. Couros e peles de animais (queixada, caititu, capivara, camaleão e jacaré), conchas marinhas, peixes e quelônios, aparecem como riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Baião, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 4 821 habitantes e tinha

a seguinte composição: homens — 2 503; mulheres — 2 318; brancos — 1 281; pardos — 3 003; pretos — 530 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 2 863, 1 288 eram solteiros; 1 341 casados; 232 viúvos e nenhum desquitado. Existiam apenas 3 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Predominaram os que se declararam católicos que eram 4 795; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 5 434, sendo 4 084 no distrito de Baião e 1 350 no distrito de Joana Peres.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas principais: a cidade de Baião, com 1 580 habitantes (780 homens e 800 mulheres) e a vila de Joana Peres (abandonada pelos seus habitantes em virtude dos ataques dos índios), com 122 habitantes (61 homens e 61 mulheres) conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e da vila, existem os seguintes povoados: Arequembaua, com 30 casas e 80 moradores; Calados, com 58 casas e 250 moradores; Ituquara, com 50 casas e 350 moradores; Matacurá, com 30 casas e 110 moradores; Pampelônia, com 43 casas e 220 moradores e Umarizal, com 25 casas e 155 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de renda é a extração de castanha-do-pará, seguida de borracha, conchas, peles e couros silvestres. O desenvolvimento agrícola acentuou-se ùltimamente com a instalação de uma colônia agrícola. O movimento de exportação, em 1956, foi o seguinte: borracha com 57 497 kg, valor de .... Cr$ 692 964,00; arroz com casca 310 560 kg, valor de .... Cr$ 945 681,20; castanha-do-pará 1 347 hetcolitros, valor de Cr$ 665 500,00; cacau em fava 25 420 kg, valor de ...... Cr$ 429 798,00; conchas marinhas 86 240 kg, valor de Cr$ 261 600,00. O valor total da exportação em 1856 somou Cr$ 172 063,20.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 31 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Baião com as sedes municipais limítrofes e com a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Mocajuba: fluvial 25 km; Tucuruí: fluvial 160 km; Moju: terrestre e fluvial 60 km; Araticu: fluvial 101 km; Capital Estadual: fluvial 240 km; navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares servem ao município. Como via de Comunicação, existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Baião conta com 16 logradouros públicos; 351 prédios e segundo o Recenseamento de 1950, 1 380 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 13 logradouros e a domiciliária conta com 64 ligações.

A cidade é dotada do serviço de água encanada, cuja captação é feita do Igarapé "Limão", distante um quilômetro da cidade. O reservatório tem a altura de 15 metros, com capacidade para 48 000 litros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um subposto Sanitário do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.) com finalidades gerais, mantendo os serviços de Ambulatório e saneamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Círculo Operário de Baião, instalado em 1953, conta com 260 sócios e destina-se a auxílio à natalidade, funerário, escolar e à saúde.

A Cooperativa Agropecuária Baionense Ltda., fundada em 17 de abril de 1955, possui 49 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 4 063 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 1 493, ou 36,74%, sabiam ler e escrever e destas, 984 são homens e 509, mulheres. Na sede municipal, das 1 305 pessoas de 5 anos e mais 628 sabiam ler e escrever, sendo 360 homens e 268 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 13 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 600 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	61	51	521	—	514
1951	87	99	652	—	651
1952	67	76	717	—	489
1953	110	131	937	—	978
1954	144	118	1 418	—	1 071
1955	154	148	1 512	—	1 446
1956	165	177	967	800	967

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há uma coluna de cimento armado, junto ao trapiche municipal, colocada a uma altura considerável (acima do nível do rio) e que tem a seguinte inscrição: "Até o pé desta coluna chegou a enchente de 1926".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A cidade é movimentada com as comemorações tradicionais de Santo Antônio, padroeiro do município, cujos festejos se realizam de 1.º a 13 de junho e São Raimundo Nonato, em agôsto.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Dante Costa, médico e escritor.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de baionenses.

O Professor José Coutinho de Oliveira, autoridade no assunto se expressa assim: Baião — topônimo de origem portuguêsa; I. Xavier Fernandes refere-se da seguinte forma ao topônimo em tela: "É o nome de uma cidade brasileira, fundada em 1758 junto à bacia do Tocantins, na região amazônica. O nome veio-lhe do fundador, o português Antônio Baião, que muito provàvelmente era natural ou descendente de naturais do Conselho de Baião, do distrito de Pôrto". (Topônimos e Gentílicos, pág. 30). Voltando a tratar do topônimo, à pág. 279, ensina: "É incerta a origem germânica atribuída a êste nome, pois os sufixos e a distribuição geográfica doutros topônimos correlacionados (Baiãs, Baiões, Baiol, Baiona e Baionita) tornam muito duvidosa aquela origem. Todos êstes nomes devem, com

mais probabilidades, filiar-se no adjetivo *baio,* de proveniência latina e que exprime a idéia de "amarelo torrado, amulatado ou côr de ouro desmaiado".

O município é situado na zona de transição, do baixo para o alto rio Tocantins, até onde chegam as marés.

O eleitorado é de 3 378 eleitores.

É sede de Comarca, com dois distritos.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Baião — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

BARCARENA — PA

Mapa Municipal na pág. 333 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 190, 264, 265, 280 e 281 do Vol. I

HISTÓRICO — A origem da palavra "Barcarena", segundo narrativa de velhos habitantes locais, vem do fato de ter existido nessa localidade, ao tempo da missão Gebirié, uma grande embarcação trazida do pôrto de Belém, com o nome de "Arena". Essa embarcação, pelo seu tamanho, despertou a curiosidade geral. Ao contrário do designativo usual de "canoa", a embarcação era chamada "barca", A notícia corria longe e todos queriam ver a "barca Arena". O tempo passou e consumiu a embarcação, deixando porém, já pelo costume, o vocábulo composto "Barcaarena", depois simplificado para Barcarena, com que foi batizado o local que ainda existia em uma enseada pedregosa, coberta por uma grande casa chamada "Casa das Canoas", ao lado esquerdo da matriz, onde permaneceu dita embarcação.

Barcarena, anteriormente a 1709, chamada "Fazenda Gebirié, e mais tarde "Missão Gebirié", foi primitivamente habitada pelos índios tapuios Aruans e teve, como berço originário, a extinta povoação Mojuquara, distante 2 km da matriz.

A Fazenda Gebirié foi fundada e administrada pelos missionários da Companhia de Jesus, em cujas terras, doadas por Francisco Rodrigues Pimenta, erigiram uma igreja, que ainda hoje serve de matriz.

Mais tarde, em data ignorada, foi-lhe concedido foros de freguesia, sob a invocação de São Francisco Xavier de Barcarena, seu padroeiro.

Fica localizada à margem setentrional do rio Gebirié ou Barcarena, em terreno alto, bastante pedregoso.

Com a expulsão dos jesuítas missionários de Gebirié, o afamado Francisco Xavier de Mendonça batizou a antiga creto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938.

Anteriormente, o distrito de Barcarena pertencia ao município de Belém, de acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938.

Barcarena foi grandemente atingido pelo movimento da Cabanagem tendo sido os seus mais importantes núcleos da época assaltados e destruídos nas lutas dos rebeldes de 1835 a 1836 e, em conseqüência, desapareceu a povoação de S. Miguel de Murucupiquara e ainda as de Majuquara, Madre de Deus e Carnapijó.

A igreja matriz encerra os despojos do patriota Cônego Batista Campos. Com relação àquele ilustre brasileiro, um caso curioso ocorreu em Barcarena pelos idos de 1897, quando na capital do Estado se lembraram de homenagear a memória do morto ilustre, fazendo trasladar os restos de Batista Campos para o cemitério da Soledade, em Belém. Iniciaram, então a escavação da primitiva sepultura do cônego, para aquêle fim. O povo de Barcarena, unido ostensivamente, dispôs-se a reagir evitando, assim, a consumação da idéia que lhe vinha afetar os sentimentos tradicionais. E assim, por fôrça da enérgica decisão acharam prudente desistir do intento, permanecendo os despojos do Cônego no mesmo sagrado recinto que lhe destinaram os barcarenenses, sendo que, no túmulo emparedado, no alto, bem à vista de quem visita a igreja de São Francisco Xavier, matriz de Barcarena, se encontram não apenas os ossos mas o próprio coração do Cônego patriota que fôra encontrado conservado, quando aberto o jazigo primitivo.

A idéia da Independência do Brasil inflamou o Cônego Batista Campos, que dirigia a redação de "O Paraense". Foi perseguido, prêso e deportado. Fugiu e achou agasalho em Juruti. Voltou a Belém e trabalhou novamente em prol da liberdade do Brasil.

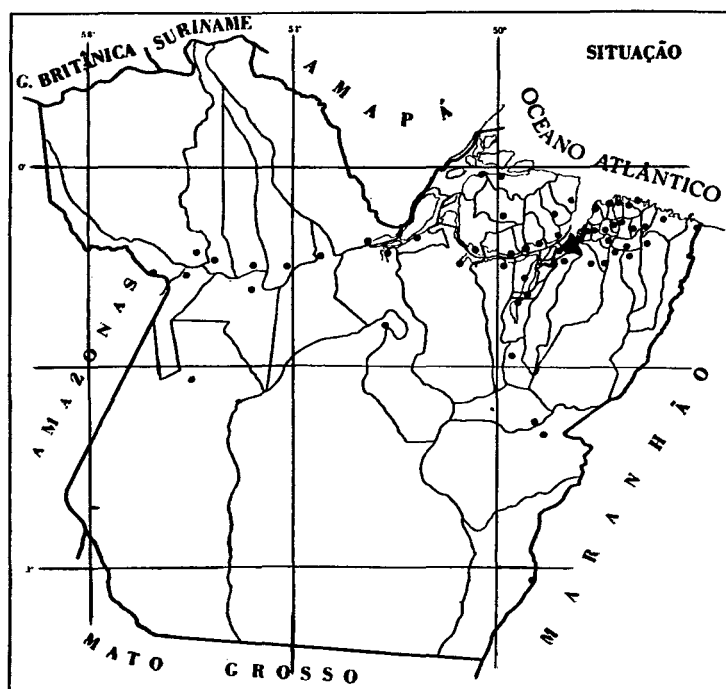
O Cônego Batista Campos faleceu em 31 de dezembro de 1834, ocorrendo o óbito na casa de um seu amigo, também filho de Barcarena, o Cônego Eugênio de Oliveira Pantoja, no lugar Atiteua, hoje Sítio Rosário, no furo do Arrozal.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o distrito de Barcarena, ainda sob a jurisdição do município de Belém compreende 3 zonas: Barcarena, Itupiranga e Caeté.

Em cumprimento ao Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o distrito em aprêço perdeu, para o distrito-sede do município de Moju, o território da zona do Caeté. Nessa divisão, conseqüentemente, o distrito de Barcarena figura subdividido apenas em 2 zonas: Barcarena e Itupanema.

Em razão do disposto no Decreto-lei Estadual número 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município de Barcarena, na divisão territorial fixada por êsse decreto-lei para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, se apresenta constituído por 2 distritos: o da sede e o de Murucupi, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Miguel Fernandes da Costa Júnior, e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Barcarena situa-se na Zona Guajarina, que é das de maior evidência no Estado. Limita com os municípios de Belém, Acará, Moju, Abaetetuba, e com o rio Pará e Baía de Marajó. A sede municipal fica a 23 quilômetros em linha reta da Capital Estadual, colocando-se em segundo lugar em distância de Belém. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 1º 30' 20" de latitude Sul e 48º 39' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 14 metros na sede municipal, sendo o 24.º em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia; equatorial superúmido, com abundantes chuvas na quadra invernosa, de janeiro a junho.

ÁREA — A área do município é de 904 km², sendo o 52.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A cidade de Barcarena, situada à margem esquerda do rio do mesmo nome, é de difícil acesso, só podendo ser servida por pequenas embarcações.

A Lei Estadual n.º 534, de 23-8-1952, tendo em vista a inconveniência apontada, autorizou a mudança da cidade para o rio Mucuruçá, fronteiro à embocadura do furo do Arrozal, local que permite penetrar fàcilmente a navegação, com passagem para a maioria das embarcações, que se destinam ao rio Amazonas e seus afluentes.

Os acidentes geográficos principais são as ilhas das Onças e de Arapiranga.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila destaca-se como principal riqueza mineral. Borracha e madeira constituem as principais riquezas vegetais.

POPULAÇÃO — A população de Barcarena, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 176 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 782, mulheres — 6 394; brancos — 1 219, pardos — 11 600, pretos — 332 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 178, 3 411 eram solteiros, 3 172 casados, 555 viúvos e nenhum desquitado. Existiam apenas 14 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 12 950; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 14 575 habitantes por quilômetro quadrado. É de notar-se a diminuta densidade populacional, apesar da localização influente perto da Capital para atrair o elemento humano.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 14 852 habitantes, sendo 12 203 no distrito de Barcarena e 2 649 habitantes no distrito de Murucupi.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: a sede, que é a cidade, a vila de Murucupi, ambas, respectivamente, com a seguinte população: 246 (123 homens e 123 mulheres); 203 (98 homens e 105 mulheres), e o povoado de Itupanema, com uma população de 215 moradores e a existência de 50 casas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades de trabalho no município são no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura, onde se encontram 22,8% da população.

A produção de origem mineral é representada por extração de barro e fabricação de tijolos e telhas, cujo valor total em 1956, foi de Cr$ 21 939 250,00. A de origem vegetal é constituída de extração de borracha fina, madeira bruta e lenha em achas, cujo valor da produção total em 1956 foi de Cr$ 3 716 000,00.

Na borracha e sementes oleaginosas, estão as principais fontes de renda do município.

Também a cultura da pimenta-do-reino está em franco desenvolvimento, com 22 900 pés.

A indústria tem reduzida expressão, pois consta apenas de 5 estabelecimentos com mais de 5 operários cada (2 serrarias, 2 cerâmicas, 1 usina de lavagem de borracha), e 15 outros ainda com menor número de empregados.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se 70 estabelecimentos comerciais, típicos da Amazônia, isto é, dos ramos atacadista e retalhista. As transações são feitas com a praça de Belém.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Como sempre no Pará, o meio de transporte do município é o fluvial, pelo qual se liga à capital do Estado e aos municípios vizinhos, utilizando os barcos-motores e, sobretudo, canoas veleiras e a remo. Possui uma Agência Postal do D.C.T. para o serviço de comunicações.

Distâncias com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Moju: fluvial — 110 km, canoa a vela; Acará: fluvial — 149 km, canoa a vela; Abaetetuba: fluvial — 39 km, canoa a vela; Capital Estadual: fluvial, 49 km, canoa a vela.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barcarena conta com 9 logradouros públicos; 56 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 246 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 8 logradouros e a domiciliária conta com 37 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Barcarena possui, apenas, um pôsto médico, no qual são prestados os serviços de assistência sanitária, gratuitos, à população.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 10 722 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 4 177, ou 38,94%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 532 eram homens e 1 645 mulheres. Na sede municipal, das 203 pessoas de 5 anos e mais, 143 sabiam ler e escrever. Destas, 81 eram homens e 62 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 33 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 1 128 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 associações culturais, que se esforçam pelo desenvolvimento intelectual da população local.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	205	104	535	238	600
1951	198	102	560	271	491
1952	291	171	503	193	535
1953	318	170	814	202	709
1954	363	218	1 247	202	1 430
1955	375	154	959	259	566
1956	402	151	(1) 900	(1) 259	(1) 900

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como de mais significação, está o túmulo de Batista Campos, inolvidável paraense, ali sepultado na Capela-Mor da Igreja Matriz. Destacam-se também os seguintes: Igreja Matriz de São Francisco, situada na Praça Batista Campos; Placa Comemorativa, na parte interior da Igreja Matriz de São Francisco e o Cruzeiro, situado no lugar Tucumandeua.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos tradicionais do Município, com a mais ampla repercussão entre os habitantes, são: a 3 de dezembro, em homenagem a São Francisco Xavier, padroeiro da Cidade; a 11 de novembro em louvor a Nossa Senhora de Nazaré; a 31 de maio, dedicado ao Sagrado Coração de Maria; a 31 de agôsto, consagrado a São Raimundo. Referidos festejos são realizados na sede municipal, na Igreja Matriz, presididos pelo Vigário paroquial, e constam de missas, novenas, procissões, etc.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — No Pará, em sua natureza, há sempre uma atração em cada parte, pelo que Barcarena apresenta as seguintes: a baía de Marajó, o furo do Arrozal e a Ilha das Onças. A extensa área de floresta tropical é motivo para turismo, embora ainda sem exploração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "barcarenenses".

"Segundo o Professor José Coutinho de Oliveira, autoridade no assunto: "Em falta de melhor explicação, a *estorieta* da "Barca-Arena" poderá ser invocada, à moda Castro Lopes. Em Portugal não nos consta haver topônimo igual ou semelhante. A hipótese de ser nome indígena, no qual entre o elemento *mbará* (mar), deturpado em *Bará* = bar, também nos parece plausível. O étimo *carena* resiste a qualquer interpretação".

Apesar de sua existência como município, Barcarena, pela proximidade com a capital do Estado, continua como uma espécie de satélite de Belém, para onde o tráfego diário é numeroso em centenas de pequenas embarcações (canoas), que conduzem pessoas e produtos. Êstes, constantes de legumes, frutos, aves, etc.

É acentuada a exportação do açaí, a tradicional bebida paraense, de Barcarena para Belém.

Barcarena é têrmo da Comarca de Belém.

O eleitorado é de 4 352 eleitores.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Barcarena — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

BELÉM — PA

Mapa Municipal na pág. 323 do 1.º Vol.

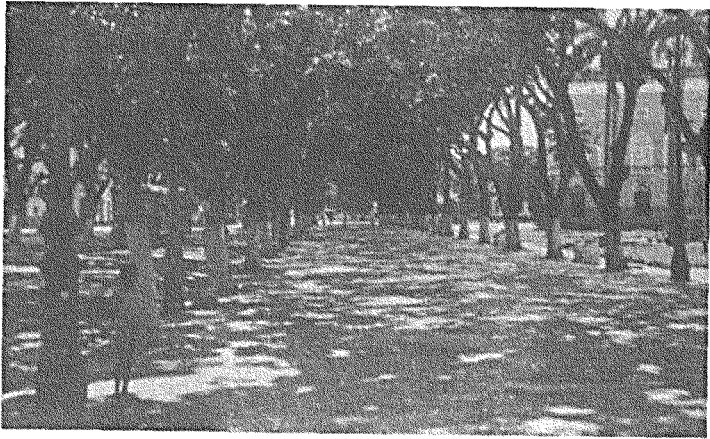
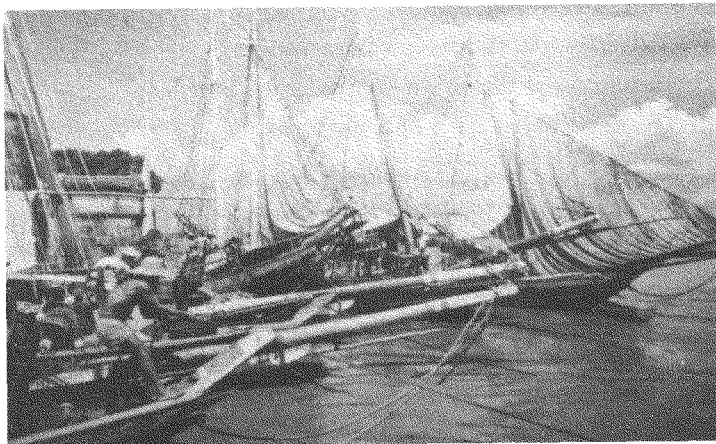
Fotos: págs. 300, 302, 304, 328, 329 e 341 do Vol. I

HISTÓRICO — A história da cidade de Belém confunde-se, como será visto na descrição que segue, com a própria história do Pará através de quatro longos afanosos e fecundos séculos de formação e desenvolvimento.

A cidade de Belém foi fundada no dia 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, antigo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, que partindo do Maranhão, como chefe de uma expedição de 200 homens, em três caravelas (Santa Maria da Candelária, Santa Maria da Graça e Assunção), comandadas por Pedro de Freitas, Álvaro Neto e Antônio da Fonseca, lançou os alicerces da cidade no lugar hoje chamado Forte do Castelo.

Ignora-se porém, a data certa de quando Belém se fêz oficialmente município, assim como os nomes do primeiro presidente da Municipalidade, do Juiz ordinário e dos demais Oficiais, que compuseram o seu Senado da Câmara, apesar das constantes e sérias pesquisas históricas nesse sentido.

O fortim de madeira teve o nome de "Presépio", em cujo interior foi levantada uma capela para o culto religioso, sob o orago de Nossa Senhora da Graça. Êsse fortim, que ainda hoje subsiste, dominava estratègicamente os caminhos fluviais possíveis de ameaça à colônia.

Caldeira Castelo Branco, embora soldado de Felipe da Espanha, sob o jugo de quem se achava Portugal, não esqueceu que a emprêsa estava a cargo de portuguêses e dêsse modo deu às novas terras conquistadas a denominação de FELIZ LUSITÂNIA, colocando-as sob a proteção de Nossa Senhora de Belém.

Largo da Pólvora

Vista do Pôrto

Na tropa de Caldeira Castelo Branco se encontrava Pedro Teixeira, cujo nome está ligado à exploração do Amazonas, como o mais famoso perlustrador da gleba. E Pedro Teixeira varou a selva por terra, de Belém ao Maranhão, para levar a notícia do feito e trazer provimentos alimentícios de guerra, para a consolidação dos novos domínios. Vencidas as lutas com os selvagens (Tupinambás, Pacajás) e com os invasores estrangeiros (holandeses, inglêses e franceses), a cidade perdera, já, a primitiva denominação de Feliz Lusitânia, passando a ser NOSSA SENHORA DE BELÉM DO GRÃO PARÁ, para a qual Felipe da Espanha concedera os foros de Capitania.

Em 1650, a população somava 80 almas, sem incluir os nativos, os religiosos e os soldados. Era o que dizia o

Trecho do Forte do Castelo

Padre Antônio Vieira na sua "Resposta aos Capítulos do Procurador do Maranhão". As primeiras ruas foram abertas, tôdas paralelas ao rio. Os caminhos transversais levavam ao interior. Era maior o desenvolvimento para o lalo Norte, onde os colonos levantaram as suas casas de taipa, dando começo à construção do bairro que é hoje chamado da Cidade Velha.

Do Forte do Castelo saíram os desbravadores do povoado. Densa mata circundava a terra. O igarapé PIRY, vindo do Norte, onde depois foi construído o Arsenal de Marinha, descia pelo povoado, indo desaguar perto do forte, onde está hoje a doca do Ver-o-Pêso. Os primeiros habitantes da parte Sul foram os religiosos capuchos de Santo Antônio, que construíram, à margem do Paraná-Guaçu, o Hospício do Una.

Até o meado do século XVII, Belém possuía, além dessa construção, o Convento e a igreja de Nossa Senhora do Carmo, obra dos carmelitas calçados, no local onde Bento Maciel possuíra uma casa de residência; a Igreja e o Convento de Nossa Senhora das Mercês, construídos em 1640, por frei Pedro de La Cirne e frei João da Mercê e onde, em 1796, D. Francisco de Sousa Coutinho mandou instalar a Alfândega, que lá ainda continua. A Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 24 de fevereiro de 1619.

Absorvidos os portuguêses com o domínio da região amazônica e sempre perturbados pelos índios e estrangeiros, não lhes foi possível cuidar, nos tempos iniciais, do progresso da capitania. O móvel maior — a ambição do ouro — era a causa principal dessa estagnação, que apesar do meio século de permanência, "dava à colônia a orientação dos

Ver-o-pêso

primeiros dias". A idéia da fortuna imediata toldava todos os espíritos, sem distinção de crenças ou de cargos, diz consagrado historiador paraense a respeito dessa fase da vida belenense. E a cidade tinha de sofrer, no seu progresso, as conseqüências do espírito ambicioso de seus primeiros povoadores.

Em 1676, chegaram da Ilha dos Açôres 50 famílias, no total de 234 pessoas. Eram agricultores, que o Senado da Câmara localizou no trecho da cidade, que se chamou de Rua São Vicente, atual Manoel Barata (outrora Pais de Carvalho). Nessa época já estava instalada a Alfândega e construíram-se a Fortaleza da Barra e o forte S. Pedro Nolasco. Na igreja e convento de Santo Alexandre o Padre Antônio Vieira pregou alguns de seus monumentais sermões.

Praça Justo Chermont

No século XVIII a cidade começou a avançar para a mata, ganhando distância do litoral. Pela Bula Apostólica de 13 de novembro de 1720, foi criado o Bispado do Pará e o 1.º Bispo foi D. José Bartolomeu do Pilar, da ordem dos Carmelitas Calçados.

A população era de 6 574 almas.

A lei de 12 de junho de 1748, estabeleceu o derrame de moeda de metal-cobre, prata e ouro, para substituir os novelos de algodão e os gêneros nativos, que eram o dinheiro em uso na época. A requerimento dos habitantes, foi fundada, em 1755, a Companhia de Comércio, cuja finalidade era "nutrir a fortuna individual dos moradores". Durou 22 anos e sete meses. Trouxe ao Pará 12 587 escravos africanos, dos quais muitos foram vendidos para Mato Grosso, por falta de compradores no Pará.

Mercado São Braz

Foi iniciada a construção do Palácio do Govêrno, planta do arquiteto Antônio José Landi, cuja conclusão se deu em 1771.

Em 1793, D. Francisco de Sousa Coutinho, governador e capitão-general do Grão Pará e Rio Negro, organizou o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, tradicional préstito religioso, que movimenta todo o Estado.

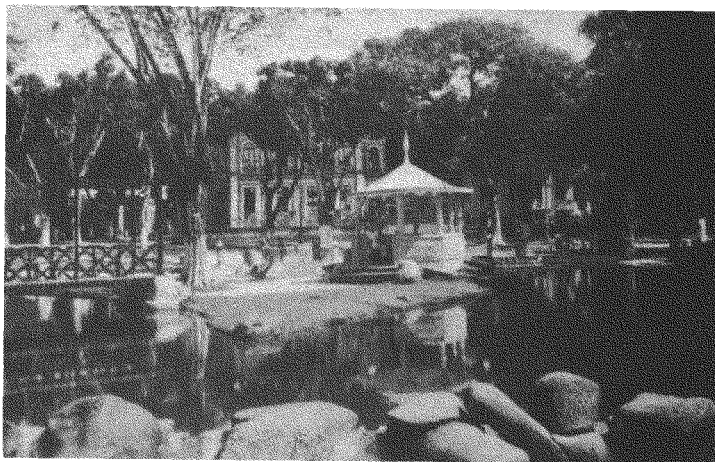
Estabeleceu-se o serviço oficial do Correio; criaram-se escolas de ensino primário e de humanidades; foi feita a abertura de novos logradouros e de poços de serventia pública, a fundação do Jardim Botânico. As tropas militares ficaram agrupadas numa imensa casa térrea que se estendia da Travessa São Francisco à de S. Pedro, donde veio o nome de largo dos Quartéis, hoje praça da Bandeira e Saldanha Marinho.

Vista Aérea

Praça Frei Caetano Brandão

O Hospital de Caridade fôra criado e Dom Frei Caetano Brandão, 6.º Bispo do Pará, o obreiro mor. Também estava instalada a justiça.

Ao terminar o ano de 1799, a cidade contava com 1 083 fogos (casas) e 10 620 habitantes. Dom Francisco de Sousa Coutinho, cavaleiro da Ordem de Malta e capitão-de-fragata da Real Armada Portuguêsa, era o governador e capitão-general do Grão Pará e Rio Negro. O século XIX assinala, em seu primeiro quartel, o fim do período colonial.

Em 15 de agôsto de 1823, o Pará aderiu à Independência, após um período agitado de lutas. A população do Município era de 12 467 almas. "O Paraense" foi o primeiro jornal publicado no Pará, tendo circulado em 1.º de abril de 1822, sendo seu fundador Felipe Patroni. Em 1828, por Lei de 1.º de outubro, foi criada a Câmara Municipal de Belém.

Praça Batista Campos

"A Cabanagem", revolução nativista, levantou o Pará todo. Uma onda de sangue que abalou a terra paraense de 1833 a 1836. É também a página mais emocionante e dramática da história da Amazônia. Em 1850, a população de Belém era estimada em 40 980 habitantes. A "abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro à navegação dos navios mercantes de tôdas as nações", representou um notável feito e proporcionou desenvolvimento à capital paraense.

O Recenseamento de 1.º de agôsto de 1872 apurou 84 867 habitantes.

A 16 de novembro de 1889 a República foi proclamada no Pará.

Praça Batista Campos

Dissolvida a Câmara Municipal, por Decreto n.º 3, de 5 de dezembro de 1889, da Junta Provisória Republicana, foi, em seu lugar, criado o Conselho Municipal, composto de 5 membros, sendo um dêles presidente, nomeados pelo govêrno do Estado. Em 21 de fevereiro de 1890, o Decreto n.º 67 alterou a constituição da Câmara, que passou a ter 7 vogais e o nome de Conselho de Intendência Municipal. Com a lei orgânica dos municípios, em 28 de outubro de 1891, "os municípios passaram a ser governados por um Intendente, com funções executivas e um Conselho Municipal com funções deliberativas".

O Conselho Municipal foi eleito em 15 de novembro de 1891, para o triênio 1891-1894, sendo Intendente o Dr. Gama Abreu, barão de Marajó e vogais: Dr. José Antônio Pereira Guimarães, José Marques Braga, Dr. Teodorico Cícero Ferreira Pena, Antônio Delfim da Silva Guimarães, Filadelfo de Oliveira Conduru, Cícero da Costa Aguiar e Ramiro da Silva Castro.

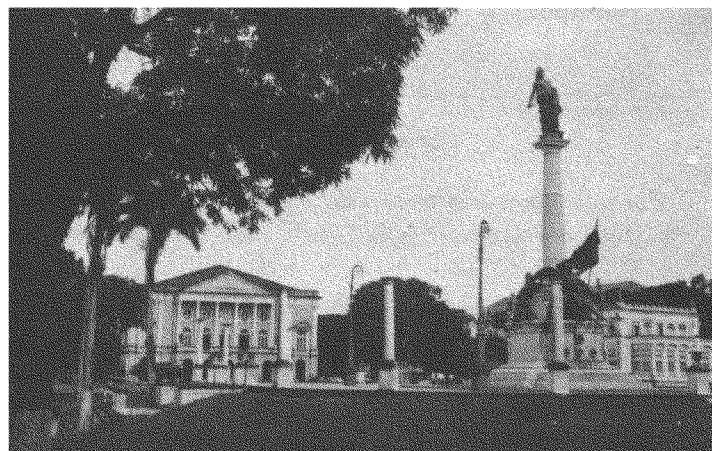
A administração de Antônio José de Lemos, Intendente de 1897 a 1911, foi a fase áurea do município de Belém. Com apurado gôsto, embelezou a cidade, tornando-a atraente e desenvolveu-a, ao ponto de fazê-la o maior empório comercial do vale amazônico. Os calçamentos de madeira foram substituídos pelos de granito. Construídos o Mercado de Ferro, o quartel dos Bombeiros, o Asilo de Mendicidade, o Necrotério Público, iniciada a rêde de esgotos; os largos foram transformados em praças ajardinadas; abertura de ruas e travessas no bairro do Marco e promovido o melhoramento do perímetro urbano. Mais uma légua de terra foi dada ao patrimônio municipal; a iluminação pública instalada por eletricidade e servida a particular por

Praça da República

gás carbônico; a viação pública, por tração animal, foi substituída por bondes elétricos; dois grandes jornais diários "A Província do Pará" e a "Fôlha do Norte", refletiam a febre de progresso da capital guajarina; suntuosos prédios; esplêndidas moradias; belas avenidas e ruas. Foi essa Belém que o singular e sugestivo Antônio Lemos, maranhense radicado no Pará e enamorado da terra adotiva, apaixonado pelo seu progresso, transformou de um semipântano quase inacessível ao civilizado, no urbanístico e notável pórtico da Amazônia imensurável, solitária e fecunda.

A queda política de Antônio Lemos, logo seguida da derrocada da borracha e a primeira guerra mundial, pararam a grande metrópole.

Sucedeu a Lemos, em 12 de junho de 1911, o Coronel Sabino Henrique da Luz, vice-presidente do Conselho, que permaneceu nas funções até 5 de dezembro do mesmo ano, quando foi substituído pelo Dr. Virgílio Martins Lopes de Mendonça, que completou o restante do período em 1913, quando foi escolhido para o triênio que começava nesse ano. Renunciando à função, veio a ocupá-la o Dr. Dionísio Ausier Bentes.

Em 1914, com a reforma constitucional de 3 de setembro, pela Lei n.º 1 409, de 26 do mesmo mês e ano, os Intendentes da capital passaram a ser de nomeação do gogêrno estadual.

Estátua da República

Foi primeiro Intendente nomeado o Dr. Antônio Martins Pinheiro, que teve como sucessores, daquele ano até 1930, os Drs. Cipriano José dos Santos, Manoel Rodrigues dos Santos, Antônio Crespo de Castro, Cel. José Maria Camisão, Senador Antônio Faciola.

Com a vitória da Revolução de 1930, foi Primeiro Intendente de Belém o Dr. Ismael de Castro, seguido do Dr. José Carneiro da Gama Malcher e Padre Leandro Pinheiro, que foi, com a mudança do nome de Intendência para Prefeitura, em virtude do Decreto-lei n.º 19 398, de 11 de novembro de 1930, último Intendente da Capital.

Seguem-se efetivamente, após o Padre Leandro Pinheiro, os prefeitos Abelardo Conduru (duas vêzes), Ildefonso Almeida, Alcindo Cacela, Emanuel de Almeida Morais, Jerônimo Cavalcante, Alberto Engelhard e Lopo de Castro.

Após a Ditadura, com a reconstitucionalização de 1945, foi eleita a seguinte Câmara de Vereadores: Adolpho Burgos Xavier, Lucival Lage Lobato, Francisco do Céu Ribeiro Souza, Armando Dias Mendes, Benedito José de

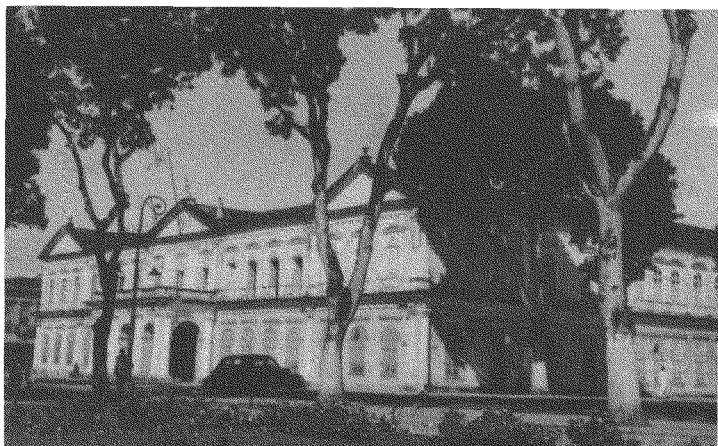
Carvalho, Mário Chermont, Augusto Belchior de Araújo, Raimundo Farah, Antônio Carlos dos Santos, Melquíades Teixeira Lima.

Belém, não só pela já citada lei estadual, que lhe retirara a autonomia eletiva, mas também, pela Lei federal n.º 121, de 22 de outubro de 1937, vinha impedida de escolher os seus mandatários, porém, a Lei federal n.º 1 645, de 16 de julho de 1952, conferiu-lhe o direito de eleger os seus prefeitos quatrienalmente, tendo ocorrido a primeira eleição em 27 de setembro de 1953, da qual saiu vitorioso o candidato Dr. Celso Carneiro da Gama Malcher, atual ocupante.

A atual legislatura municipal, a terceira depois da reconstitucionalização do país em 1945, foi instalada em 1955, estando a Câmara Municipal constituída de quinze vereadores.

O município de Belém é constituído dos distritos de Belém, Icoraci (ex-Pinheiro), Mosqueiro e Val-de-Cães, consoante a Lei n.º 158, de 31 de dezembro de 1948, ainda vigente.

* * *

A Comarca de Belém criada em data não apurada, é considerada de segunda entrância, conforme o Código Judiciário vigente, sendo, aliás, a única no Estado dessa categoria; tem oito juízes de Direito, que funcionam nas seguintes varas: 1.ª Cível e Comércio, Órfãos, interditos e ausentes; 2.ª Cível e Comércio, Feitos da Fazenda Federal e Autarquias respectivas, Acidentes do Trabalho; 3.ª Cível e Comércio, Provedoria, resíduos e fundações; 4.ª Cível e Comércio, Menores; 5.ª Cível e Comércio, Registros Públicos; 6.ª Cível e Comércio, Feitos da Fazenda Estadual e Municipal; 7.ª Casamentos e feitos da família, Falências e Concordatas; 8.ª Feitos Penais.

Prefeitura Municipal

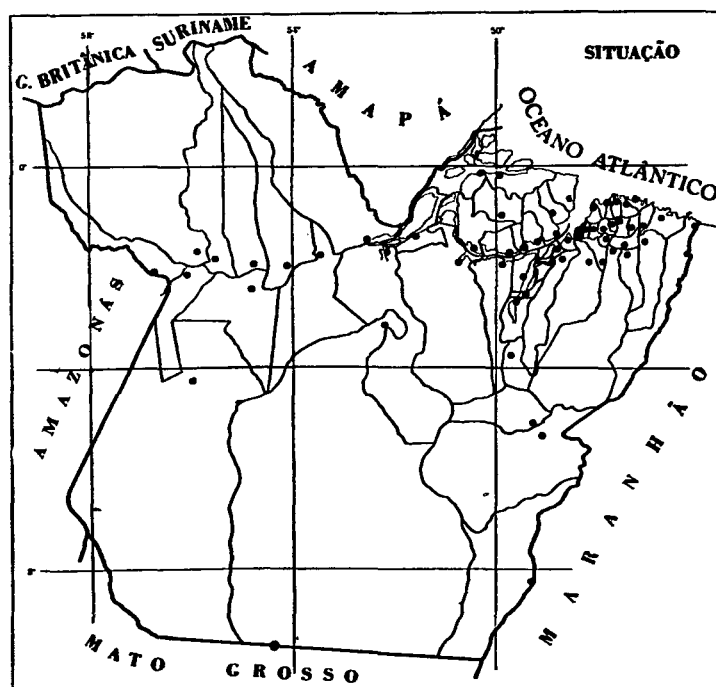
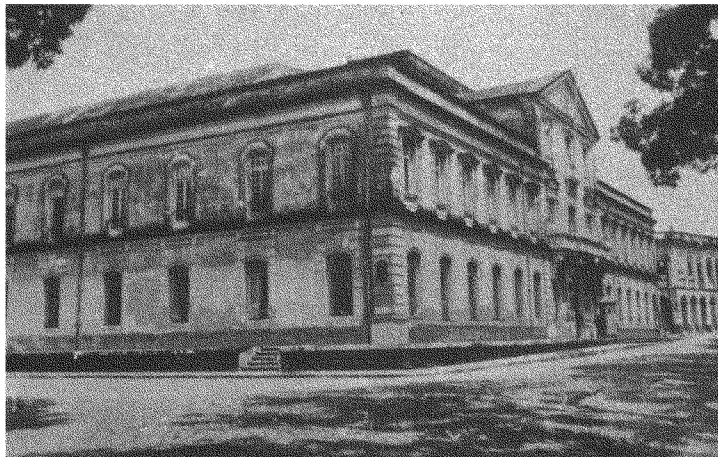
A Comarca é constituída de cinco Têrmos, sendo que o primeiro Têrmo Judiciário tem quatro Pretores e os demais, Ananindeua, Acará, Barcarena e Bujaru, um cada.

* * *

Atualmente, Belém está em uma fase de notório e franco progresso, graças a fatôres exponenciais, como sejam os da sua ligação aérea direta com o resto do Brasil e várias partes do mundo; a instalação de novas indústrias; o surgir de importantes instituições de ensino; a atração de nacionais e estrangeiros para atividades as mais diversas no comércio, indústria e agricultura; a modernização da estética urbana; o crescimento populacional; a fixação da sede de notáveis organismos da administração nacional e de pesquisas científicas; a transformação dos transportes coletivos; a escolha para a realização de congressos de alta significação científica, política e religiosa; e, finalmente, a auspiciosa esperança de sua ligação terrestre com o Nordeste e o Sul do país, através de rodovias e ferrovias de excepcional relêvo para a sua completa libertação econômica e humana.

Ponto de Ônibus

Em suma, da cidade nascida no remoto 1616, fundada por Francisco Caldeira Castelo Branco, aos 12 dias de janeiro, com o nome de FELIZ LUSITÂNIA depois denominada NOSSA SENHORA DE BELÉM DO GRÃO PARÁ, tradicionalmente conhecida como SANTA MARIA DE BELÉM, e agora simplesmente BELÉM, temos hoje a metrópole da Amazônia, o maior empório econômico e sóciocultural do setentrião brasileiro, sem dúvida, a maior cidade do mundo na linha equatorial.

LOCALIZAÇÃO — Situado num dos braços de saída para o rio Amazonas, à margem do estuário do rio Pará, o município de Belém é formado por terras planas, aluvionais em

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Palácio do Govêrno

grandes extensões. Nas regiões mais baixas, próximas ao estuário, ou ainda no vale de seu rio principal, o Guamá, que atravessa o seu território de oeste para leste ou nos inúmeros igarapés, as terras são sujeitas às inundações periódicas, devido à influência das marés.

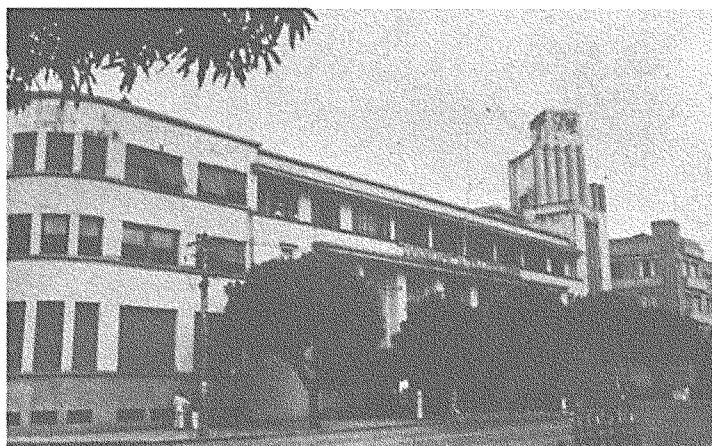
É nesta zona baixa do estuário, às margens da bacia de Guajará, junto à foz do rio Guamá, que se situa Belém. A cidade possui posição privilegiada, sendo considerada porta de entrada da Amazônia, em decorrência do seu pôrto acessível, amplo e de intenso movimento comercial.

O município localiza-se na zona "Guajarina", segundo o consenso dos entendidos na matéria, embora figure na divisão regional do Conselho Nacional de Geografia na zona "Bragantina", fisiogràficamente falando.

Limita, ao norte, com o Rio Pará (Baía de Marajó); ao sul, com o município de Acará; a leste, com o município de Ananindeua; a oeste, com o rio Pará (Baía de Marajó) e município de Barcarena.

A cidade possui as seguintes coordenadas geográficas:
1° 28' 03" de latitude Sul.
a) pelo meridiano de Greenwich:
48° 29' 18" de longitude W.
b) pelo meridiano do Rio de Janeiro:
Longitude W. 5° 19' 59".

ALTITUDE — É de 14 metros, cabendo-lhe o 24.° lugar dentre as demais do Estado.

CLIMA — Uma das características do município é o seu clima, que, de acôrdo com a classificação de Köppen, corresponde ao tipo quente-úmido.

Correios e Telégrafos

Observou-se em 1956 a temperatura média anual de 27,1°C, tendo sido registrada a máxima absoluta de 33,4°C e a mínima absoluta de 20,6°C. A média das máximas foi de 31,5°C e a média das mínimas marcou 22,2°C.

As chuvas são freqüentes e abundantes, caindo com maior intensidade, de dezembro a junho, tendo atingido, em 1956, a altura de 2 855 mm. Não há, porém, estação sêca, pois o mês menos chuvoso (outubro) tem a média de 86 mm. A unidade relativa, média anual, é de 89%.

Belém é, sem dúvida, uma das cidades onde chove mais do mundo, situada como está na faixa equatorial.

Praça do "Pescador"

A precipitação nos últimos dez anos pode ser observada através dos seguintes dados:

1956	2 855,6	1951	2 365,8
1955	3 137,6	1950	3 058,4
1954	2 381,1	1949	...
1953	...	1948	2 757,1
1952	3 161,9	1947	3 453,2

ÁREA — É Belém o 54.° município do Estado, com a superfície de 719 km². Coloca-se, portanto, na relação dos menores municípios paraenses. Todavia, sua área já foi imensa. No comêço do século seus limites iam até o atual município de Capanema, então Quatipuru. Em 1920, tinha 9 366 km², sofrendo desmembramento para instalação de Castanhal e Santa Isabel (hoje João Coelho), depois da

Revolução de 1930. O último retalhamento de seu território, para a criação de Ananindeua e Barcarena, ocorreu em 1944, quando possuía a área de 3 822 km².

No quadro de superfície dos municípios das capitais brasileiras, excluída as dos territórios, Belém ocupa o 10.º lugar.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município, são os seguintes: *Rio Guamá*, de leste para oeste, navegável em tôda sua extensão e servindo de via de comunicação entre Belém e os municípios de Capim, Irituia, Guamá e Ourém. *Baías do Guajará*, pôrto da cidade de Belém, formada pela confluência dos rios Guamá, Acará e Moju, e de Santo Antônio. *Ilhas*: de Caratateua ou das Barreiras (Outeiro), Jutuba, Paquetá-Açu, Urubu-Oca, Cotijuba, Mosqueiro, esta onde se acha localizada a Vila do mesmo nome e os povoados de Chapéu-Virado, Farol, Murubira e Ariramba, que, com suas praias, constituem local de veraneio para os habitantes da cidade de Belém.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila como principal e único mineral. Quanto às riquezas vegetais e animais, com a redução da área de Belém, atualmente quase tôda urbanizada ou em via disso, não apresentam índices de valor.

POPULAÇÃO — A população do município de Belém, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 254 949 habitantes e tinha a seguinte composição: 119 926 homens e 135 023 mulheres; brancos — 109 721; pardos — 132 941; pretos — 11 652 e da raça amarela — 201.

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 162 425, 83 903 eram solteiras; 62 503 casadas; 15 585 viúvas; 269 desquitadas. Existiam 5 875 estrangeiros e 426 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, que eram 241 554; protestantes 7 643; espíritas 2 316; budistas 28; israelitas 869; ortodoxos 14; maometanos 22; outras religiões 1 112; sem religião 892; sem religião declarada 499.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-XII-1956, era de 287 418 habitantes, sendo 256 720 no distrito de Belém; 18 178 no distrito de Icoraci; 10 316 no distrito de Mosqueiro; 2 204 no distrito de Val-de-Cães.

Ainda, segundo o referido trabalho, de autoria do Professor José Coutinho de Oliveira, Assistente Técnico do referido Departamento, o desenvolvimento da população nos próximos vindouros anos terá a seguinte marcha:

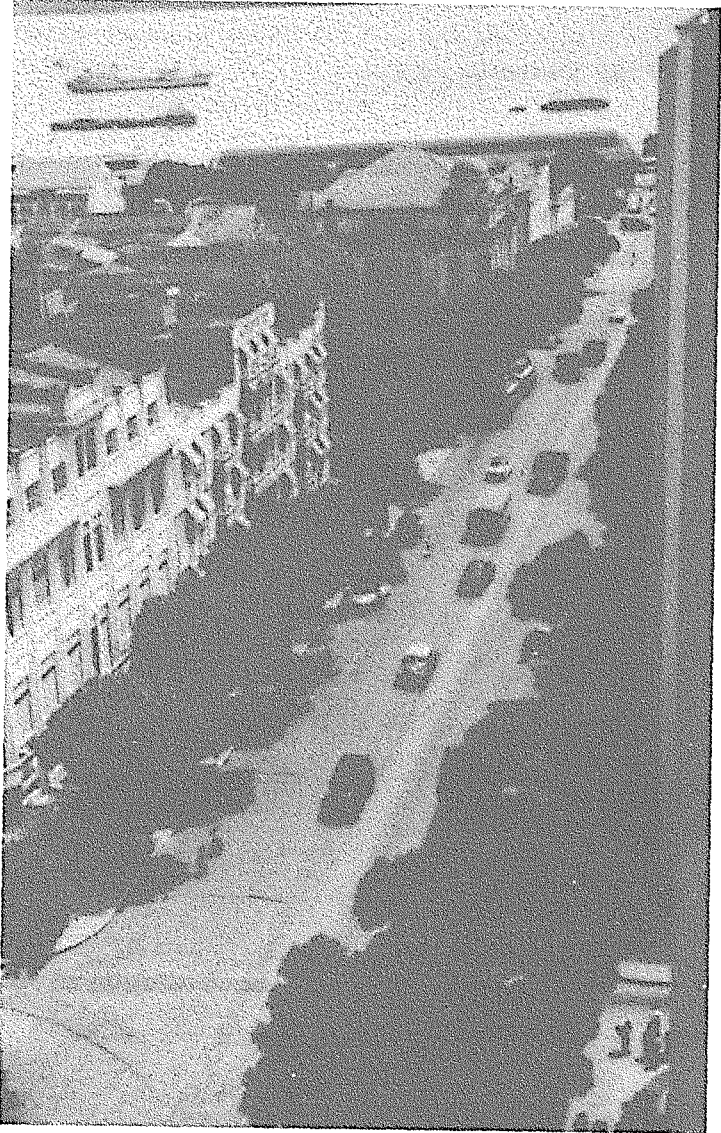
1957	293 144	habitantes
1958	299 125	»
1959	305 113	»
1960	311 291	»

O crescimento da população da cidade, desde o século XVIII, é demonstrado a seguir:

1749 — 6 574	1830 — 12 467	1905 — 172 760
1788 — 10 620	1868 — 30 000	1907 — 192 230
1801 — 12 500	1872 — 84 867	1920 — 144 692
1822 — 12 411	1884 — 70 000	1940 — 169 351
1823 — 12 467	1890 — 50 064	1950 — 225 218
1825 — 13 247	1900 — 120 000	1956 — 256 720

Conforme o Recensamento de 1950, a posição populacional de Belém é de 8.º município e 7.º de cidade, no Brasil, como diz o quadro seguinte:

N.º de ordem	NOMES	População do Município	N.º de ordem	NOMES	População das Capitais
1.º	Distrito Federal...	2 377 451	1.º	Distrito Federal....	2 303 063
2.º	São Paulo.........	2 198 096	2.º	São Paulo..........	2 017 025
3.º	Recife............	524 682	3.º	Recife............	512 370
4.º	Salvador..........	417 235	4.º	Salvador..........	389 422
5.º	Pôrto Alegre......	394 151	5.º	Pôrto Alegre.......	375 049
6.º	Belo Horizonte....	352 724	6.º	Belo Horizonte.....	338 585
7.º	Fortaleza.........	270 169	7.º	BELÉM..........	225 218
8.º	BELÉM..........	254 949			

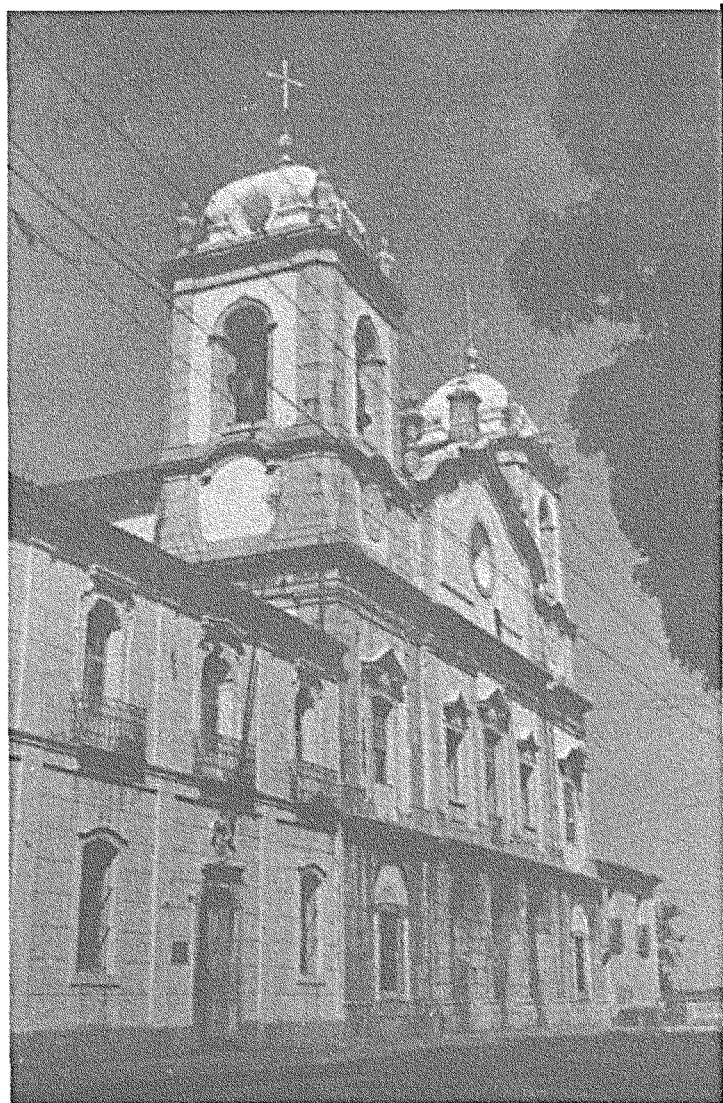
A densidade — a maior do Estado — é de 354,59 hab./km², colocando-se como um dos municípios mais povoados do país.

Vista da Cidade

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui, além da cidade com 225 218 habitantes (105 031 homens e 120 187 mulheres), as vilas de Icoraci, com 8 168 habitantes (3 842 homens e 4 326 mulheres); Mosqueiro, com 6 434 habitantes (3 081 homens e 3 353 mulheres); Val-de-Cães, com 1 288 habitantes (770 homens e 518 mulheres); e os povoados de Maracacuera, com 41 casas e 210 moradores; Tenoné, com 70 casas e 350 moradores; Outeiro, com 72 casas e 432 moradores; Chapéu Virado, com 110 casas e 660 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Belém é o maior empório comercial e industrial do setentrião brasileiro. O movimento de exportação e importação, em 1954 e 1955, é expressado nos seguintes dados:

Exportação: 1954 — 194 976 toneladas de carga para o Brasil, no valor de Cr$ 1 672 565 000,00; e para o exterior — 29 874 toneladas, no total de Cr$ 347 403 000,00, perfazendo o global de 224 850 toneladas, valendo .... Cr$ 2 019 968 000,00. 1955 — 186 691 toneladas de carga para o Brasil, somando Cr$ 2 063 585 000,00; e para o exterior — 53 528 toneladas, rendendo Cr$ 556 985 000,00, dando ao todo o total de 240 219 toneladas e a soma de Cr$ 2 620 570 000,00.

Importação: 1954 — 179 713 toneladas para o Brasil, por Cr$ 2 333 158,00; e para o exterior — 184 707 toneladas, com a renda de Cr$ 286 106 000,00, somando o total de 364 420 toneladas, no global de Cr$ 2 619 944 000,00. 1955 — 187 741 toneladas para o Brasil, por .... Cr$ 3 006 011 000,00; e para o exterior — 215 419 toneladas, rendendo Cr$ 387 933 000,00, acusando o total de 403 160 toneladas, no valor de Cr$ 3 393 944 000,00.

O parque industrial belenense projeta-se, auspiciosamente, como se verifica pelo resultado do Registro Industrial de 1955, que acusa o total de 291 estabelecimentos e 7 276 operários, além de 1 550 empregados diversos, predominando os seguintes ramos: 13 estabelecimentos de indústria extrativa de produtos vegetais (1 524 operários e produção no valor de Cr$ 185 862 369,00); 96, de indústria de produtos alimentares (1 039 operários e .... Cr$ 225 342 954,00 de renda de produção); 4, de têxteis (899 operários, com o rendimento de Cr$ 132 738 863,00); 24, de madeiras com o apuro de Cr$ 29 719 478,00 e 401 operários; 23, de editôras e gráficas (432 operários e Cr$ 37 363 869,00 que somou o produzido); 25, de transformação de minerais não metálicos (360 operários e o apurado de Cr$ 13 714 393,00); 26, de químicas e farmacêuticas (394 operários e o resultado financeiro de Cr$ 156 907 780,00). Ao todo, o produto dos 291 estabelecimentos resultou em Cr$ 1 105 129 656,00, tendo a prestação de serviços em funções industriais atingido a quantia de Cr$ 53 608 323,00.

Praça da República

Igreja N. S. do Carmo

As atividades agrícolas em pequena escala, devido à reduzida área territorial do município de Belém, são representadas por 276 estabelecimentos com a área global de 6 086 hectares.

A plantação de pimenta-do-reino é, sem dúvida, a maior expressão de agricultura do município, contando-se 81 277 pés de pimenteiras, em área de 50 hectares e correspondente a 79 produtores, sendo o município o 5.º do Estado em plantação dessa piperácea. Os dados de agricultura são do levantamento estatístico efetuado pela Inspetoria Regional do IBGE, em 1956.

Segundo o Recenseamento de 1950, a distribuição econômica da população ativa (10 anos e mais) era a seguinte: 1,3% das pessoas em idade ativa, na agricultura, pecuária e silvicultura; 1,9%, na indústria extrativa; 7,6%, em indústria de transformação; 6,4%, no comércio de mercadorias; 9,1%, em prestação de serviços; 6,5% no ramo transportes, comunicações e armazenagem; 1,4%, na administração pública, legislatura e justiça; 7%, em condições inativas; 2,9%, no ramo atividades sociais; 0,4%, profissões liberais e 2,8%, no ramo de defesa nacional e segurança pública.

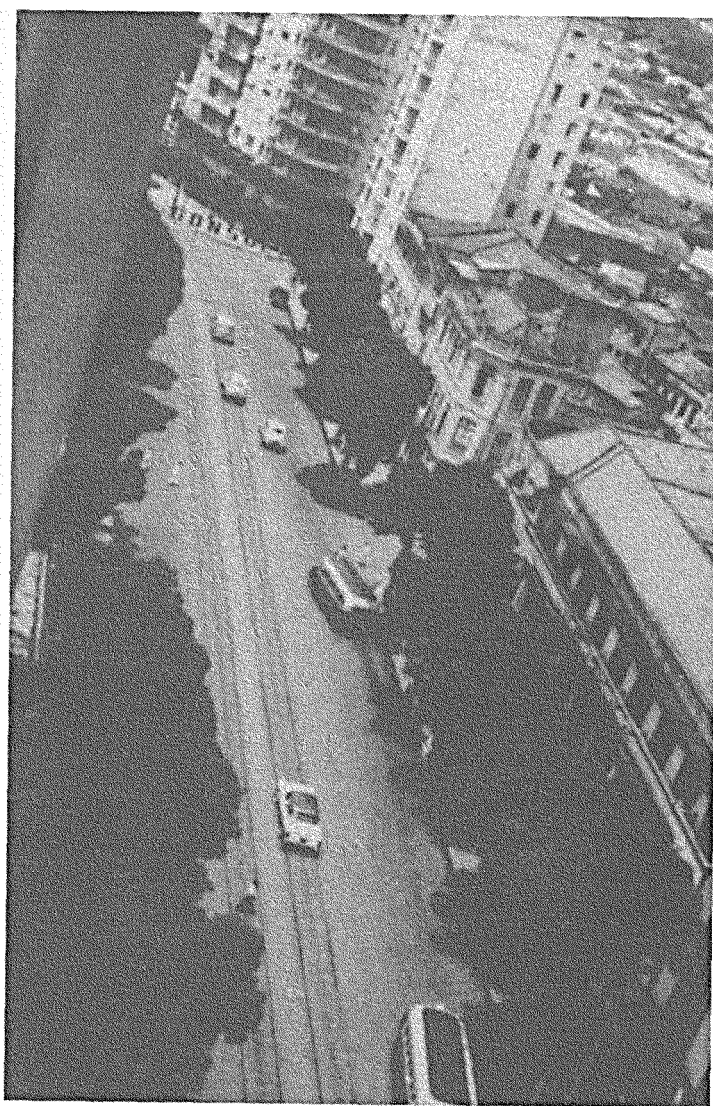
COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se no município onze estabelecimentos bancários, sendo 5 matrizes (Banco de Crédito da Amazônia, Banco Comercial do Pará, Banco do Pará, Banco Moreira Gomes e Casa Bancária Marques) e seis Agências, que são do Banco do Brasil, do Banco Nacional Ultramarino, do London Bank South America Limited, do Banco da Lavoura de Minas Gerais (3 Agências).

A Caixa Econômica Federal do Pará, em onze anos de autonomia, tornou-se numa potência financeira, pois, no último dia do ano de 1956, contava em circulação com 99 943 cadernetas e Cr$ 480 536 557,40 em depósito.

O total de depósitos nos institutos de crédito, operando no Estado, em 31 de dezembro de 1956 montava ao seguinte:

	Cr$
Banco Comercial do Pará	52 769 420,00
Banco do Pará	54 194 645,70
Banco Nacional Ultramarino	118 317 975,10
Banco Moreira Gomes	221 762 696,90
Banco de Crédito da Amazônia	230 263 535,40
Caixa Econômica Federal do Pará ..	480 536 557,40

O comércio de Belém, o mais importante da Amazônia, possuindo navegação própria para o intercâmbio da região, conta com mais de 2 500 estabelecimentos, em geral, dos quais 100 são estabelecimentos atacadistas de grande movimento. A praça belenense opera com tôdas as partes do mundo e o volume e valor de seu movimento, já expressos no início dêste capítulo, traduzem a pujança do poderoso empório econômico do extremo Norte do Brasil.

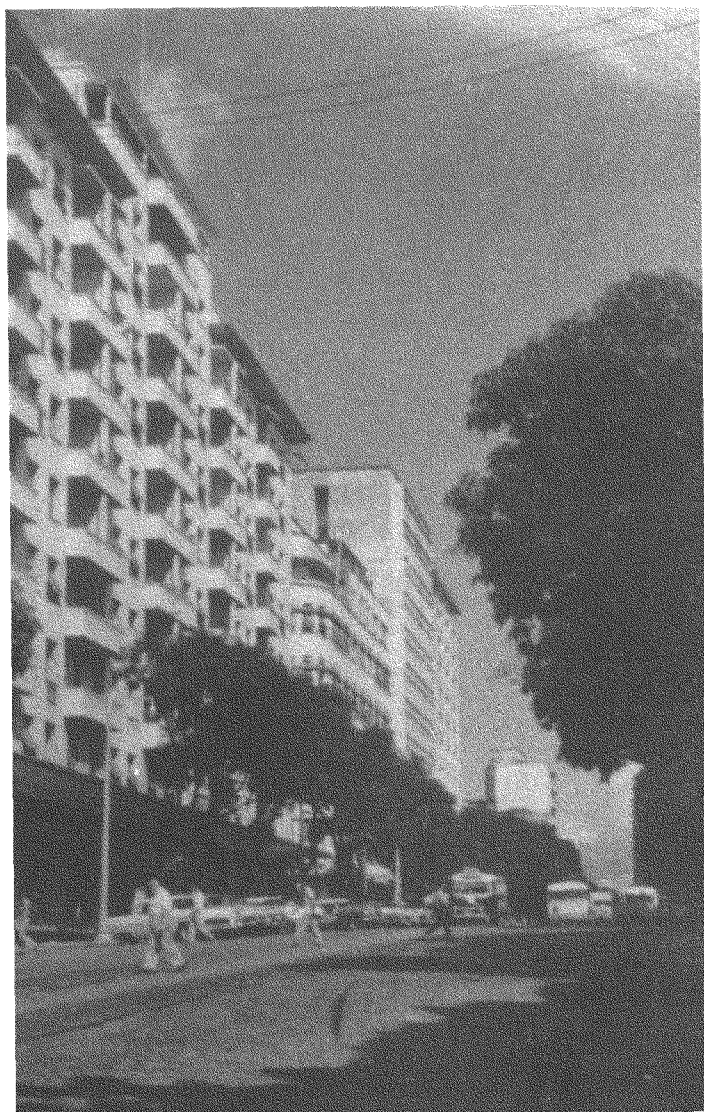
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é ligado à Capital Federal por via marítima (4 134 km) e aérea (2 490 km) e aos municípios da bacia Amazônica, capitais e cidades de Estados vizinhos, através dos transportes comuns: fluvial, em predominância, e marítimo, ferroviário, rodoviário e aéreo. É servido por 65 emprêsas de navegação marítima e fluvial e 9 emprêsas aéreas. É o ponto inicial da Estrada de Ferro de Bragança (228 km) e do trama rodoviário da região Bragantina — Salgado — Guamá. Explica-se, porém, que Belém não é ligada ferro-rodoviàriamente com nenhuma das capitais do país. O Aeroporto Internacional de Val-de-Cães é um dos mais movimentados do País. Em 1954, apresentou o seguinte movimento: número de pousos: 3 312; passageiros desembarcados: 38 677 e embarcados: 39 196; carga embarcada: 4 900 942 kg e desembarcada: 1 096 515 kg.

Outro Aspecto da Cidade

O pôrto de Belém, em 1955, teve o seguinte movimento: *passageiros* — entrados: 29 236 e saídos: 22 173; *embarcações* — entradas: 3 345 e saídas: 3 231.

A carga movimentada ascendeu a 914 993 toneladas, sendo 537 808 toneladas de importação; 312 644 toneladas de exportação; e o restante de trânsito.

Existem 202 emprêsas de ônibus, com 359 veículos em tráfego na cidade.

Em comunicações, existem, além da Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos, as seguintes agências postais: Cais do Pôrto, Avenida José Bonifácio, Museu Emílio Goeldi, Pôrto do Sal, Batista Campos, Pedreira, Jurunas, Marco da Légua e Forum, tôdas localizadas dentro da Capital; e as das vilas de Val-de-Cães, Icoraci e Mosqueiro, num total de 12 Agências, sendo as 11 primeiras exclusivamente postais e a do Mosqueiro postal-radiotelegráfica.

Há, ainda, a Companhia da Rádio Internacional do Brasil, a The Western Telegraph Company Limited e a Estrada de Ferro de Bragança, que possuem comunicações de uso público. De uso privativo existem as seguintes emprêsas telegráficas e radiotelegráficas: do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (SNAPP), Serviços Aéreos Cruzeiros do Sul Limitada, Consórcio Real Aerovias, Panair do Brasil S.A., Lóide Aéreo Nacional, Departamento Estadual de Segurança Pública e Serviços de Comunicações do Território do Amapá.

Av. 15 de Agôsto

Finalmente, cita-se a Emprêsa Telefônica "Pará Telefone & Companhia Limitada", com 6 258 aparelhos em atividade na capital paraense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Belém conta com 395 logradouros, distribuídos em 29 praças, 33 avenidas, 81 ruas, 83 travessas e becos, 135 passagens, 26 "vilas" e 8 estradas e caminhos.

Dos referidos logradouros, 83 são inteiramente pavimentados e 42 parcialmente; arborizados contam-se 58 e ajardinados e arborizados, simultâneamente, 16.

Possui iluminação elétrica; serviço de esgotos; de abastecimento d'água (26 000 domicílios servidos); contando com 24 850 ligações elétricas domiciliares. O número de aparelhos telefônicos soma 6 258.

O número de prédios é superior a 53 000, distribuídos 17 586 na zona urbana e o restante na área suburbana. São exclusivamente residenciais 39 869 e 38 661 possuem sòmente um pavimento.

O serviço de luz já estêve bastante deficiente, mas, atualmente, com a instalação da nova usina, a Fôrça e Luz do Pará S.A., com potência de 15 000 kWh, está grandemente melhorado.

A cidade guajarina, conforme dados do Departamento Nacional de Endemias Rurais (Circunscrição do Pará), conta com a seguinte distribuição de bairros (20) e respectivo número de prédios existentes nos mesmos:

	BAIRROS	N.º PRÉDIOS
1.	Batista Campos	1 740
2.	Cidade Velha	1 869
3.	Canudos	2 125
4.	Cremação	1 973
5.	Comercial	2 882
6.	Guamá	1 571
7.	Jurunas	3 884
8.	Marambaia	1 494
9.	Marco	7 305
10.	Matinha	1 884
11.	Nazaré	1 816
12.	Pedreira	5 093
13.	Reduto	2 343
14.	São Braz	2 225
15.	Sacramenta	2 242
16.	Souza	897
17.	Santa Izabel	3 415
18.	Telégrafo	5 842
19.	Terra Firme	355
20.	Umarizal	2 712
	Total	53 667

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem 8 hospitais, que são: a Santa Casa de Misericórdia do Pará; Hospital de Belém; Hospital do Câncer; Hospital da Ordem Terceira de São Francisco; Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira; Hospital dos Marítimos; Hospital D. Luiz I; Hospital de Isolamento do Estado. Dessas instituições, 5 são de clínica geral e 3 de especialização. O Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que é o mais importante, possui maternidade e tem 1 224 leitos, sendo 1 024 gratuitos; 196 para contribuintes; e 4 para o pessoal técnico do hospital; é um dos maiores hospitais do país; seu corpo clínico conta com 97 médicos e 176 pessoas especializadas. Hospital Dom Luiz I, comumente chamado "Beneficência Portuguêsa", possui maternidade e tem 190 leitos e 12 médicos. Hospital da Ordem 3.ª de São Francisco, com serviços gerais de clínica e cirurgia, tem maternidade e conta com 130 leitos e 22 médicos no seu corpo clínico. Hospital de Belém (sistema norte-americano), possui maternidade e tem 41 leitos. Hospital dos Marítimos, também com maternidade, tem 68 leitos e 12 médicos. Hospital Juliano Moreira, com serviço especializado de psiquiatria, contando com 486 leitos, dos quais 320 gratuitos, dispondo de 5 médicos. Hospital do Câncer, com 21 leitos e um corpo clínico de 19 médicos. Hospital de Isolamento do Estado, com serviços especializados de tuberculose pulmonar, clínica e cirurgia, contando com 224 leitos, sendo 204 para indigentes.

Possui, ainda, o município de Belém, 2 Centros de Saúde e 15 Postos Médicos; 2 Subpostos Sanitários; 2 Postos de Higiene; 2 Lactários e 2 Dispensários; 2 Postos de Puericultura e 1 de Assistência Médico Social; um Serviço de Pronto Socorro; 2 Preventórios, sendo um para filhos de hansenianos e outro para os de tuberculosos; uma Policlínica Infantil; um Pôsto Odontopedagógico e 10 Am-

Vila do Mosqueiro

bulatórios, mantidos pelo Estado, entidades de assistência social, municipalidade, emprêsas particulares e autárquicas, respectivamente.

Merece destaque o "Hidroterápico Português", da Benemérita Sociedade Portuguêsa Beneficente, com 18 banheiros e aplicação de duchas.

Ainda constam dois hospitais privativos, o Militar (Exército) e o da Aeronáutica.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município conta com 79 entidades de assistência e previdência social, sendo 78 associações de beneficência mutuária e 1 de previdência social.

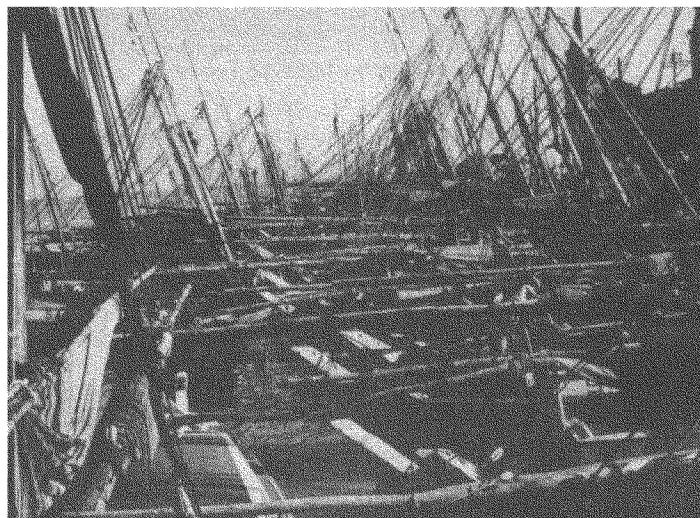
As beneficências mutuárias contam com 60 955 sócios, tendo como objetivo prestar auxílios pecuniários, funerários, natalidade e outros, o que é feito sòmente a sócios, cujos benefícios, durante o ano de 1956, somaram 34 695, no valor de Cr$ 6 432 441,50.

Av. Tito Franco

A de Previdência Social do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará, instalada em 1954, conta com 5 900 associados e teve, em 1956, o seguinte movimento: concedeu 75 pecúlios, 198 empréstimos e construiu 28 casas; a soma total de sua receita foi .... Cr$ 10 373 251,50; e a despesa Cr$ 8 790 244,60.

Existem 13 cooperativas, sendo 8 de consumo, 3 de crédito e 2 de produção, contando com 2 003 associados. O capital mínimo de Cr$ 957 600,00, o subscrito ...... Cr$ 2 023 120,00 e o realizado Cr$ 1 651 823,50. O valor dos serviços executados, referente sòmente a duas cooperativas somou Cr$ 253 474,00, pois nas restantes não se verificou movimento. Das cooperativas de crédito, apenas uma efetuou empréstimos em número de 26, na importância de Cr$ 2 135 400,00.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 218 991 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 158 690, ou 72%, sabiam ler e escrever. Destas, 75 777 eram homens e 82 913 mulheres. Na sede municipal, das 194 231 pessoas de 5 anos e mais, 68 518 eram homens e 76 284 mulheres.

A percentagem dos que não sabiam ler e nem escrever, no mesmo grupo, era, no município, de 60 301, ou 27,5%, sendo 25 926 homens e 34 375 mulheres. Na sede municipal, do total de 49 429 analfabetos, 20 833 eram homens e 28 596 mulheres.

Embarcações no Pôrto de Ver-o-pêso

Das pessoas presentes de 10 anos e mais, no município, 64 698 (30 606 homens e 34 092 mulheres) possuíam em 1950, curso completo, sendo que 52 144 (23 919 homens e 28 225 mulheres) do grau elementar; 10 961 (5 285 homens e 5 676 mulheres) do grau médio; 1 507 (1 382 homens e 125 mulheres) do grau superior e 86 (20 homens e 66 mulheres) sem declaração de grau.

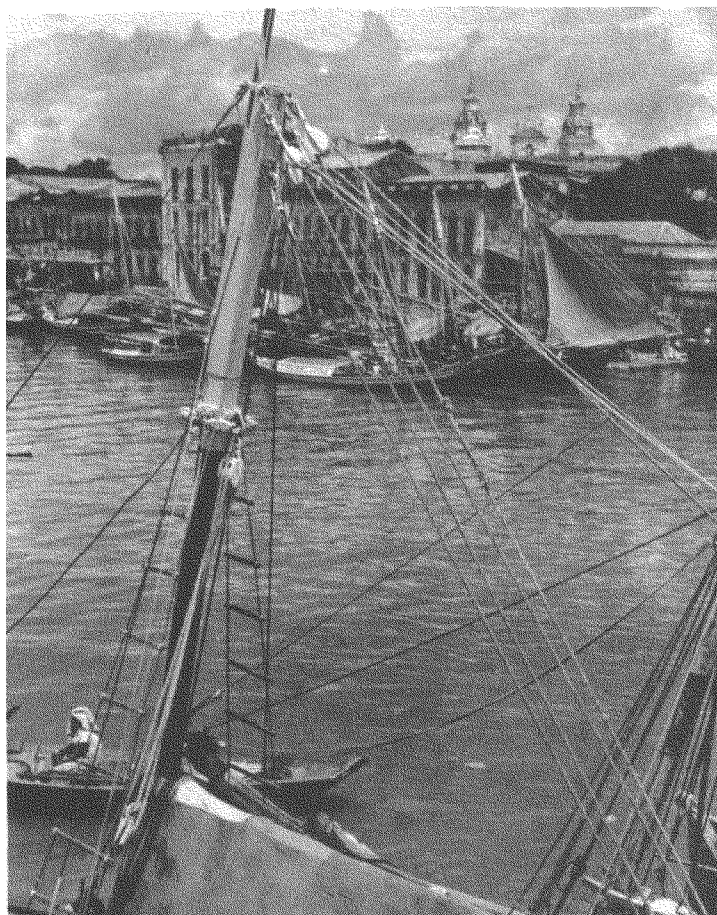
ENSINO — Em 1956 funcionaram 141 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 33 442 alunos.

No que se refere ao ensino extraprimário, registrou-se: no ginasial, 19 unidades, com 6 952 alunos; no científico, 7 unidades com 1 165 alunos; no ensino clássico, 1 unidade,

Veleiros no Pôrto chamado Ver-o-pêso

Aspecto da Fortaleza

com 68 alunos; 8 unidades do ensino comercial básico, com 2 194 alunos; o comercial técnico, com 1 141 alunos, em 9 unidades escolares; o ensino normal (professor primário), com 4 unidades e 364 alunos; o industrial, com 209 alunos, para uma unidade escolar; 1, do ensino agrícola com 144 alunos e 1 de agrimensura, com 34 alunos; ao todo 51 estabelecimentos de ensino médio, com 12 271 alunos.

O ensino superior é representado pelo funcionamento, em 1956, de 11 estabelecimentos, com 1 028 alunos, como a seguir se discrimina: Faculdades: Direito — 297; Medicina — 180; Odontologia — 57; Ciências Econômicas — 84; Farmácia — 29; Filosofia — 66; cabendo às Escolas de Agronomia — 40; de Engenharia — 207; de Química Industrial — 7; de Serviço Social — 41 e de Enfermagem — 20.

Aspecto do Pôrto Ver-o-pêso

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circulam no município 7 jornais diários, sendo 4 matutinos e 3 vespertinos, além de 4 com periodicidade semanal.

Dos 7 jornais em circulação, 6 são de notícias em geral e 1 para publicações de atos oficiais.

Destacam-se dentre êsses órgãos a "Fôlha do Norte", "A Província do Pará" e "O Estado do Pará", com tradições de cultura e luta por mais de cinqüenta anos, desfrutando de vasto conceito no país inteiro. A imprensa de Belém, incontestàvelmente, assemelha-se com a sua congênere sulina, senão iguala-se à mesma.

Existem quatro estádios para prática de esportes em geral, além de elevado número de campos destinados à prática de futebol.

Contam-se 24 associações esportivas e culturais, organizadas, com 9 852 associados, dos quais 8 985 brasileiros. Além dessas associações existem cêrca de cinqüenta pequenos clubes, dedicados à prática de esportes (futebol) e jogos de salão.

Existem vinte e duas tipografias, dezoito livrarias e onze editôras. Em 1956, foram editados 11 livros com 61 800 exemplares, sendo 10 em português e 1 em latim.

Com mais de mil volumes existem 12 bibliotecas, sendo a mais importante a Biblioteca e Arquivo Público do Pará, cujo acervo é um dos mais ricos do país. Das doze bibliotecas, quatro possuem mais de 10 000 volumes e duas mais de 5 000 volumes. As consultas elevaram-se a 22 098 em 1956 e o número de livros registrados soma 102 001.

Treze cinemas servem ao município belenense, existindo ainda um cine-teatro, dois teatros e 3 auditórios. Os cinemas com um total de 8 946 lugares, realizaram 7 326 sessões durante o ano de 1956, com a assistência de 3 254 749 espectadores. O cine-teatro com 1 600 lugares, tendo efetuado 456 sessões com 485 553 espectadores. Os dois teatros com o total de 2 400 lugares, 56 espetáculos assistidos por 43 772 pessoas. Os auditórios dispondo de 1 983 lugares, efetuaram 193 sessões freqüentadas por 105 500 pessoas.

Duas estações de rádio a PRC-5 — Rádio Clube do Pará, uma das mais antigas do país (22-4-1928) e a ZYE-20 — Rádio Marajoara, do "Diários e Rádios Associados".

A PRC-5, máximo de potência 10 w, freqüência 1 450 e 4 865 kc, tendo irradiado em 1956, 12 783 horas. Conta com 78 pessoas empregadas.

A ZYE-20, máximo de potência 14 w, freqüência 1 130 kc, com 12 220 horas de irradiação em 1956. A primeira emissão foi em 6-2-1954, empregando atualmente 266 pessoas.

Trinta e dois (32) ginásios, colégios, escolas técnicas e artísticas, respectivamente, bem como um seminário e as faculdades de Medicina, Direito, Engenharia, Agronomia, Filosofia, Odontologia, Farmácia, Serviço Social, Química Industrial, Ciências Econômicas, além do Conservatório de música "Carlos Gomes" e Escola de Enfermagem, etc., constituem a maior parte do patrimônio de cultura viva e atraente da Belém contemporânea.

A Academia Paraènse de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o Museu "Emílio Göeldi", são outras instituições de valia cultural e desenvolvendo profícuas atividades.

O Instituto "Evandro Chagas" e o "Instituto Ophyr de Loyola" são centros importantes de pesquisas médico-científicas.

Outras associações de estudos científicos e difusão da cultura como o "Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará", a Sociedade Paraense de Tisiologia, o Instituto de Economia do Pará, a Sociedade Médico-Cirúrgica, a Sociedade Paraense de Ginecologia e Obstetrícia, a Sociedade Paraense de Estomatologia, a Sociedade Artística Internacional, bem como inúmeros grêmios internos de estabelecimentos de ensino secundário e superior, sobressaindo a União Acadêmica Paraense e a União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará.

Merecem especial referência pelo desenvolvimento de suas atividades o Rotary Clube de Belém; o Instituto Brasil-Estados Unidos; a "Aliança Francesa"; a Ordem dos Advogados do Brasil, "Secção do Pará"; o "Lions Club", (Secção do Pará) e a Sociedade dos Ex-alunos Maristas.

A Biblioteca do "Museu Göeldi" possui uma vasta e erudita coleção de obras sôbre ciências naturais e até sociais, merecedora do aprêço de sumidades nacionais e estrangeiras que nos têm visitado, o que se poderá dizer também quanto às ciências agronômicas, com relação a do Instituto Agronômico do Norte, que recebe consultas das mais distantes partes do mundo sequiosas do conhecimento da Amazônia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA (Cr$ 1 000)		DESPESA (Cr$ 1 000)	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Efetuada
1946	19 485	20 517	31 912	27 464
1947	21 735	21 770	29 569	25 675
1948	24 875	31 564	35 866	34 682
1949	48 796	45 124	62 302	52 188
1950	59 256	41 673	66 066	49 243
1951	49 020	56 798	49 789	63 487
1952	54 040	66 774	56 938	72 251
1953	59 740	76 532	57 788	88 373
1954	71 090	85 474	71 068	92 993
1955	117 000	123 346	144 258	141 293
1956	135 660	140 626	157 119	154 452

A receita tributária apresenta no último triênio o seguinte movimento:

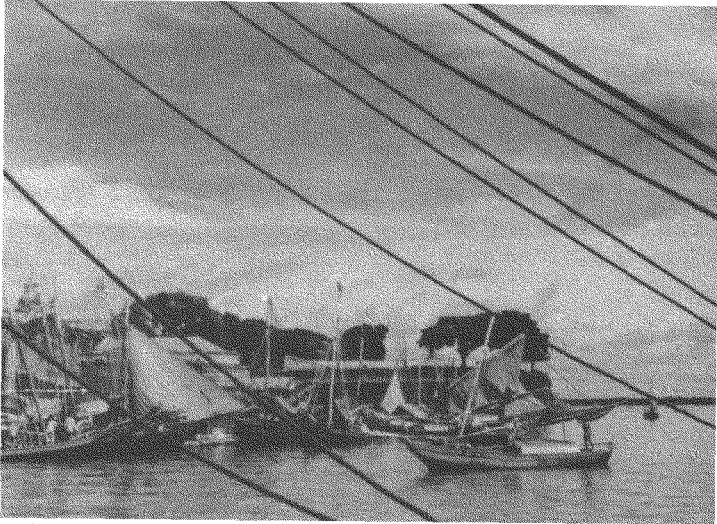
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)	
	Total	Tributária
1954	85 474	45 702
1955	123 346	73 340
1956	140 626	90 030

O Impôsto de Vendas e Consignações, o chamado "giro comercial", apresenta nos últimos anos o seguinte movimento:

	Cr$
1951	80 384 134,00
1952	87 076 089,00
1953	114 449 919,70
1954	139 968 009,40
1955	175 492 758,00
1956	226 067 807,00

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Conta o município de Belém com 92 Monumentos Históricos e Artísticos, distribuídos da maneira seguinte:

Canoa — Flutuando pela madrugada

Por iniciativa municipal: *Monumentos*: à República, ao General Gurjão, aos maestros Carlos Gomes e Henrique Gurjão, a Andréa, ao Presidente Vargas, aos Heróis do Forte de Copacabana, ao General Daltro Filho, ao Congresso Político dos Intendentes Municipais do Estado do Pará, ao Gazeteiro, ao Escoteiro, ao Índio, ao Marinheiro, ao Soldado, ao Trabalhador, aos Aviadores Nacionais (na Vila de Val-de-cães), presidente Getúlio Vargas, Princesa Isabel, êstes dois últimos na Vila do Mosqueiro; *Bustos*: do Barão do Rio Branco, Professor Antonio Marçal, Conselheiro Rui Barbosa, cientista Osvaldo Cruz, Governador Augusto Montenegro, Senador Antonio Lemos, Presidente Getúlio Vargas; *Estátuas*: do Dr. José Malcher, Frei Caetano Brandão, Raio do Sol, Onça espreitando, Ana Reta, Mulher com cântaro, Mulher nua, Mulher em luta com Leão alado, Liberdade, Fama, Mercúrio, Onça atacada por uma cobra, Gladiador ferido; *Medalhões*: a Georg Huber e Barbosa Rodrigues; *Fontes*: Fernando Costa e 3 de Outubro; *Chafarizes*: Praça da República e Boulevard Castilhos França; *Obeliscos*: comemorativo ao Primeiro Congresso de Pescadores; comemorativo à descoberta do Brasil e fundação da cidade de Belém, inauguração da rampa da Avenida 15 de Agôsto e aos revolucionários de 1924 e 1930, Marco da Légua. Além dos já citados monumentos, há, também por iniciativa municipal, as *placas* colocadas nas seguintes casas e locais: do Paço do Conselho; onde nasceu o General Gurjão; onde nasceu o Barão

Aspecto da Fortaleza e Ver-o-pêso

20 — 24 640

Teatro do Pará

de Marajó; onde nasceu o General Serzedelo Corrêa; no local onde caiu ferido o Capitão Assis de Vasconcelos; no local onde tombou o Comandante Castilhos França; em homenagem ao Coronel Fontoura; ao Duque de Caxias; ao General Ozório; comemorativa da doação do solar do Barão do Guajará ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará; no local onde foi sepultado Pedro de Albuquerque, Capitão General da Capitania do Maranhão e Grão-Pará; em homenagem à dona Tomazia Perdigão; comemorativa da inauguração do cais do pôrto; comemorativa do ato da Proclamação da República; ao Presidente Getúlio Vargas e à Princesa Isabel.

Por iniciativa estadual: Monumentos aos naturalistas Von Martius e Von Spix; Bustos de Domingos Soares, e de Ferreira Pena; Marco comemorativo da inauguração do canal do Iúna; Palácio do Govêrno e Teatro da Paz.

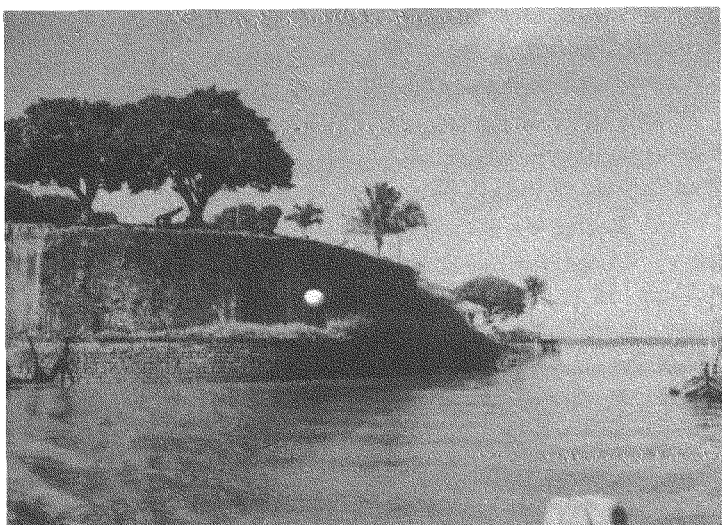
Por iniciativa federal: Marco comemorativo da inauguração do dique de Belém; placa comemorativa à batalha naval de Riachuelo; e Monumento ao Almirante Tamandaré.

Por iniciativa particular: *Placas*: da adesão do Pará à Independência; na casa onde residiu o historiador e geógrafo Antônio Ladislau; na casa onde nasceu o Dr. Paes de Carvalho; na casa onde nasceu o Dr. Justo Chermont; em homenagem ao Interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata; comemorativa à libertação dos escravos na capital paraense; em homenagem à artista Ângela Pinto, na interpretação de Hamlet; em homenagem à bailarina Ana Pawlova; em homenagem à cantora Bidu Saião; em homenagem à pianista Guiomar Novais; em homenagem ao dramaturgo e ator Renato Viana, e em homenagem à artista Maria de Nunzio.

Como edifícios notáveis, considerados monumentos históricos, encontram-se o Solar do Barão de Guajará; Catedral de Santa Maria de Belém; Igreja de Nossa Senhora das Mercês; Igreja de Santo Alexandre; Igreja de Nossa Senhora do Carmo; Igreja de São João; Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Campina; Igreja de Santo Antônio, Capela da Ordem Terceira e Basílica de Nazaré.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há em Belém uma das mais vivas, notáveis e famosas manifestações de culto religioso de todo o país, que é o chamado Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

A origem do Círio, que é a mais cara e mais presente tradição do povo católico do Pará, remonta a fatos lendários. Rezam as crônicas dessa bela história que a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, hoje venerada na formosa Basílica, que tem o seu benquerido nome, foi encontrada em lugar êrmo das matas próximas a Belém, por um caboclo chamado Plácido, nos idos do século XVII.

Há versões as mais diversas e até desencontradas sôbre a aparição da imagem. Nem todos dão o mesmo local. Nem é unânime a opinião quanto à data exata do achado. Certo é que a confirmação é geral sôbre o en-

Forte do Presépio

contro da imagem em meio à solidão de vegetais e pelo rústico Plácido.

Consta do histórico do templo, que hoje abriga a imagem, ter sido êste edificado justamente no ponto em que a mesma fôra apercebida por Plácido, que tomara a si os cuidados de guardá-la, zelá-la e cultivá-la à altura dos méritos que lhe são atribuídos pela fé católica.

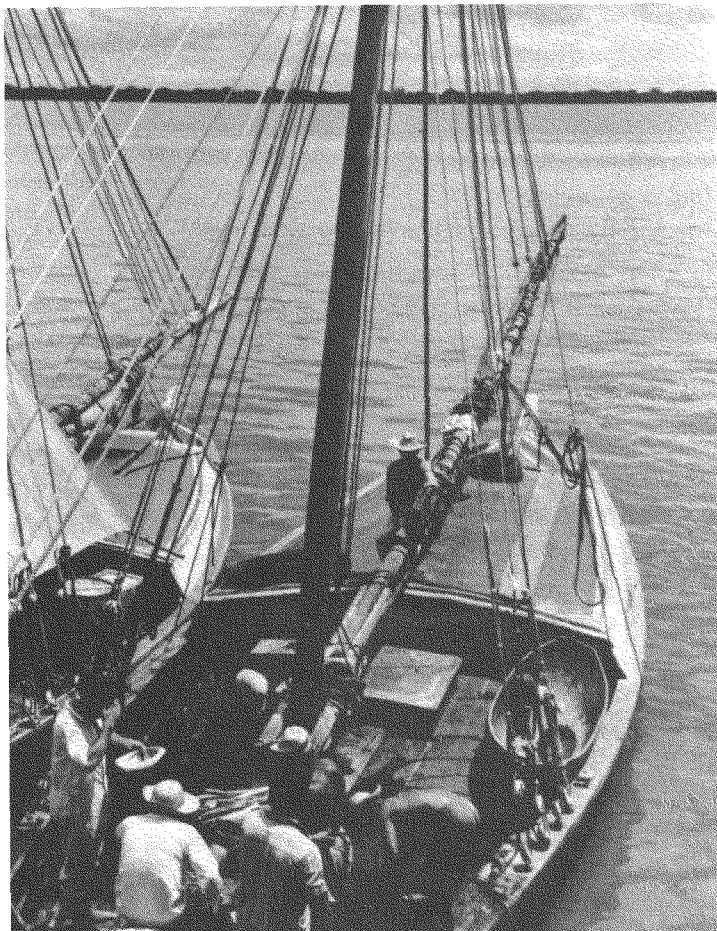
A Basílica de Nazaré, atualmente sob a guarda dos Padres Barnabitas, já nada tem mais da tôsca capela primitiva, pois é uma edificação de feitio portentoso, em estilo clássico romano, com magnífica ornamentação, em suma, verdadeiro monumento de arte pura, magnífico, encantador e atraente a quantos o visitam em peregrinações de fé ou turismo de bom gôsto.

A festividade tem início à noite do segundo sábado de outubro, com a procissão chamada "Trasladação", que conduz a imagem de Nossa Senhora de Nazaré do Instituto Gentil Bittencourt para a Catedral.

No domingo, — segundo do mês de outubro — realiza-se o "Círio", saindo da Catedral, e percorrendo as avenidas da cidade até à Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, durante cêrca de quatro horas o notável préstito religioso. Procissão que se constitui do acompanhamento de quase tôda a população belenense, católica e acatólica mesmo, pois o culto de Nazaré, no Pará, é qualquer cousa de natural a cada pessoa, que nasce na terra que Pedro Teixeira descobriu para a civilização. É imanente à alma paraense, quer no Pará ou fora dêle.

Após a procissão, a festa tem o prolongamento por quinze dias, durante os quais os sentimentos religiosos e profanos da coletividade paraense, citadina e campônia, de dentro e fora do Estado, alcançam a plenitude da expansão através da assistência às cerimônias litúrgicas e às diversões populares.

Em tôrno do culto da Virgem de Nazaré há uma aura enorme de misticismo, que resulta na crença de milagres prodigiosos, os quais são retribuídos com os interessantes atestados confirmatórios dos mais singulares devotos.

Vista Total do Pôrto Ver-o-Pêso

Detalhe do Bordo de Uma Embarcação a Vela

Além do culto da Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, há outras venerações religiosas de alto sentido católico e também folclórico, como sejam os festejos de Nossa Senhora da Conceição, de Santo Antônio, de São Benedito, de São Raimundo, de São Pedro, de São João, Natal com as "pastorinhas" já caindo em desuso e, ùltimamente, de Nossa Senhora das Graças, em novembro.

Acrescente-se também, que o protestantismo, o judaísmo e o próprio fetichismo realizam constantemente manifestações dos seus rituais e proseletismos característicos.

Há, finalmente, o "Boi Bumbá", que é folguedo muito usado, querido e animado na quadra junina; as danças dos bailes populares e aristocráticos; as reuniões para o gôso dos quitutes regionais, etc.

VULTOS ILUSTRES — A história belenense apresenta como vultos ilustres pelo talento, inteligência e ação, nascidos nos seus foros, dentre vários, os seguintes: Conselheiro Tito Franco de Almeida, jurista, escritor e jornalista; José Coêlho da Gama Malher (Barão de Marajó), político e literato; Augusto Thiago Pinto, médico e político; Vicente Chermont de Miranda, engenheiro, político, escritor; Gustavo Adolpho Cardoso Pinto, poeta; Antônio A. de Matos, sacerdote, orador, jornalista, parlamentar, etc.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O Bosque Municipal "Rodrigues Alves" é recanto da selva Amazônica (Hiléia) com tôda a pujança da tropical floresta, dentro da cidade. Possui densos arvoredos, valioso orquidário; e belas aves e pássaros, próprios da região.

O Museu Paraense "Emílio Göeldi", que é interessante Jardim Zoológico ao mesmo tempo, com uma boa coleção indígena, belíssimo aquário e soberbos vegetais, característicos da gleba. O Museu Göeldi destaca-se como um centro de pesquisas regionais da mais alta importância.

O Instituto Agronômico do Norte, centro de estudos e pesquisas, com plantações próprias da região, situado nas imediações da cidade.

O Teatro da Paz é a casa oficial de espetáculos. Representa uma das mais belas construções antigas da cidade. A fama da sua suntuosidade corre Brasil afora. Foi construído pelo Govêrno no Segundo Império, e inaugurado a 15 de fevereiro de 1878 com o artista dramático Vicente Pontes de Oliveira.

O Palácio Lauro Sodré, casa oficial do expediente governamental, datando a sua construção do ano de 1771, com lindas pinturas, móveis antigos, e o assoalho com um trabalho de madeira fora do comum.

Palácio da Prefeitura, casarão antigo e majestoso, onde também, estão sediados vários outros órgãos da administração municipal e estadual, inclusive o Tribunal de Justiça, o Forum, a Assembléia Legislativa, etc. Há também, nesse edifício, na parte da Comuna, uma coleção de quadros artísticos dos mais lindos, sugestivos e notáveis da pintura nacional e até estrangeira, famosos já pela sua notícia que corre longe (Pinacoteca Municipal). Releve-se, ainda, o local do edifício, que é na mais ampla praça da cidade, ao mesmo tempo que das mais formosas.

O Ver-o-Peso, localizado à margem da baía do Guajará, com ancoradouro próprio para pequenos barcos, é um dos locais da cidade mais concorridos pela parte da manhã, com sua feira de produtos regionais, que constitui especial atrativo aos belenenses e forasteiros. É um recanto típico e tradicional, não só da comunidade de Belém, como da própria coletividade do Pará e alhures.

A Catedral, a igreja de Santo Alexandre e o Palácio Arquiepiscopal, a igreja das Mercês, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, a igreja de Santo Antônio, e a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, são os mais interessantes templos como atrações turísticas; a Catedral, com suas pinturas executadas pelo famoso pintor italiano Di Angelis; a igreja de Santo Alexandre, uma das mais antigas; a primitiva igreja de S. Francisco Xavier, onde avultam os belíssimos púlpitos, de onde pregou o Padre Antônio Vieira sermões universalmente célebres. O entretecido dos ornamentos — que também se vêem nos altares — em que estão talhados frutas, aves, flores, emblemas, faz dêsses púlpitos duas verdadeiras jóias. O Palácio Arquiepiscopal é uma importante construção do século XVII, onde até 1773 funcionou o Colégio dos Jesuítas, construído ao lado da igreja de Santo Alexandre, que também pertencia à Companhia de Jesus. No mesmo vetusto casarão funciona o Seminário, cuja entrada fica na Rua Pedro Rayol, antigamente "Calçada do Colégio"; a igreja das Mercês, que data de 1 640, sendo considerada a mais antiga, localizada no atual centro comercial da cidade; a igreja de Nossa Senhora do Carmo, fundada na primeira metade do século XVII, por Frei Francisco da Purificação, da Ordem Carmelita, cuja fachada em pedra liós, marca bem a primeira fase da arquitetura no Brasil, no segundo século da colonização; a igreja e convento de Santo Antônio, também antiga, provàvelmente inaugurada em 20 de maio de 1743. A capela e o altar mór são ornados de lindos azulejos por-

tuguêses de real valor artístico que reproduzem passagens bíblicas e da vida de São Francisco. Azulejos idênticos encontram-se na tôrre e na pequena capela interna dedicada à Virgem Santíssima; a Basílica de Nazaré que, pela sua arquitetura antiga e moderna, com maravilhosos vitrais e mármores internos, dá ao visitante a melhor das impressões.

Os reservatórios de água, no tUinga e o canal Iúna, são também, motivos turísticos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Belém é sede de arcebispado, existindo no município 14 paróquias.

O número de templos católicos soma 75; de protestantes, 32; hebraicos, 2; e espíritas, 2.

Existem 1 115 automóveis em tráfego urbano. As linhas de ônibus são em número de 35, com 359 veículos em tráfego. O número de passageiros transportados em ônibus, em 1956, foi de 67 550 000.

Contam-se 257 advogados; 244 médicos; 155 engenheiros; 106 dentistas; 78 farmacêuticos; 31 agrônomos; 19 agrimensores e 14 veterinários.

São três os hotéis de classe internacional e dez os de classe média, havendo ainda um sem número de pensões.

O número de construções licenciadas em 1955 e 1956 elevou-se a 441 e 474 prédios, com área de piso de 73 549 m^2 e 61 332 m^2, respectivamente.

As transmissões de imóveis, em 1956, somaram 1 716, no valor de Cr$ 131 281 435,00.

O Registro Civil acusou o seguinte movimento:

	1955	*1956*
Nascimentos	5 504	6 932
Casamentos	1 080	1 084
Óbitos	5 076	4 061

O Matadouro Maguari, que abastece de carne verde a cidade de Belém, abateu, em 1955:

Bovinos	24 437
Suínos	22 918
Ovinos	351
Caprinos	674

O número de sindicatos eleva-se a 62, a maioria dos quais funcionando precàriamente, sendo 54 de empregados.

Funciona uma Estação Aeroclimatológica do Ministério da Agricultura, localizada on Instituto Agronômico do Norte.

O pôrto de Belém, construído pelos inglêses no comêço dêste século, conta com 15 armazéns, com acpacidade de carga de 213 600 m^3. O número de guindastes é vinte. O cais acostável mede 1 935 metros de extensão. A profundidade do ancoradouro varia de oito a dez metros.

Existem, além do pôrto principal, o "Pôrto do Sal", destinado a embarcações menores; a "Bacia" (doca Marechal Hermes), para desembarque de madeiras; a doca Sousa Franco ou Igarapé das Almas, com mercado de louças de barro; o "Genipapo", no Curro Velho; e o famoso "Ver-o-peso", doca para canoas geleiras e freteiras, e igarités, ao lado do interessante e movimentado mercado belenense que tem o mesmo nome famoso.

A vila balneária de Mosqueiro, que se liga à Capital por navegação fluvial regular (2 horas) e tem belas praias de água doce, banhadas pela baía do Marajó (Rio Pará), é servida pelo mais luxuoso e confortável navio de turismo do país, o "Presidente Vargas", da frota dos SNAPP.

As Autarquias e entidades paraestatais, de âmbito nacional, têm delegacias em Belém, contando-se cêrca de 15 repartições.

Os ministérios civis e militares, também, possuem suas repartições, somando 26 representações.

No município de Belém, contam-se 31 cartórios, sendo 28 no distrito de Belém; 1 no distrito de Icoraci; 1 no distrito de Mosqueiro; e 1 no distrito de Val-de-Cães.

A Estrada de Ferro de Bragança, que se inicia em Belém, conta, dentro do município, com três Estações (Belém, Entroncamento e Icoraci) e cinco paradas, estas situadas no ramal ferroviário para Icoraci.

A Capital paraense é servida pelo Cemitério de Santa Isabel, que data de 1878. A Venerável Ordem Terceira de S. Francisco dispõe do Cemitério Santa Clara, de uso privativo; e o mesmo ocorre com o Centro Israelita do Pará, que possui a Necrópole Israelita. No distrito de Mosqueiro existem dois cemitérios (São José e Santa Maria, êste no povoado Caranandubа). Em Icoraci, o Cemitério Santa Isabel, funcionando desde 1889. No centro urbano de Belém encontra-se, ocupando uma quadra inteira, o Cemitério da Soledade, fechado há mais de cem anos.

A representação consular conta com 18 representantes de nações amigas.

A cidade de Belém possui seu brasão de armas. Data de 1625 a criação dessa armaria organizada por Bento Maciel Parente, 7.º Capitão-Mor do Pará, sob a assistência e conselhos de Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Francisco Baião de Abreu. Segundo Ernesto Cruz, "nesse ponto, Belém avantajou-se às demais capitanias brasileiras. As suas armas são as mais antigas. E nenhuma outra cidade foi mais feliz no conjunto das figuras e legenda que formam o escudo belemita". A origem e os motivos do brasão são explicados por Frei Cristovão de Lisboa, contemporâneo de Bento Maciel, Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Baião de Abreu, como se verifica a seguir pela transcrição de "Razões das Cousas do estado do Maranhão", impressa em 1648:

> "— Bento Maciel que foy senhor capitão mór da capitania do Pará, de 1621 a 1626, depois de ter mandado reconstruir o forte deixado no começo por Francisco Caldeira, o qual era de palyçada e se achava muito arruinado, fazendo-o de taipa de pilão da parte do mar e do rio Piryuna, e de cestões da parte da terra onde haviam as habitações, julgara que fôra bom princípio dar um escudo de armas á cidade nascente e *organisou, sob os conselhos* de Pedro Teixeira, Ayres de Sousa Chichorro e Francisco Baião de Abreu, um brazão em quatro dividido, tendo no primeiro dois braços apresentando cestas com flores o primeiro, e com fructas o segundo e por baixo delles uma faixa com a legenda *Ver est aeternum, — Tutius latent, —* alusivos aos rios Amazonas, onde tudo é verdura e maravilha, e ao Tocantins, pela sua posição escondida ás vistas dos exploradores. Na parte do pontal interior vê-se pintado um castello de prata fazendo crêr

o fundador, com um colar de perolas distinctivo de nobreza, por sobre a porta principal, do qual pendem as quinas portuguezas com cinco castellos d'ouro em escudo azul, para dizer que Francisco Caldeira provinha de familia nobre, e do castello sahindo uma estrada que mostra o càminho que devem seguir todos os successores de Caldeira, isto é, o da obediencia aos maiores: No segundo quadrado superior há um sol poente em campo de prata, e a combinação dos esmaltes ahi feita não pecca pela heraldica, visto como muitas famílias nobres da França, Hespanha e Portugal a teem. Este sol poente diz a hora em que Francisco Caldeira lançou fundo no local proximo ao que escolhera para dar fundamento á sua conquista, e tem por baixo uma faixa com o distico: — *Rectior cum retrogradus,* — para dizer que guardou a aurora do dia seguinte, como foi sempre costume dos conquistadores portuguezes, para fazer o seu desembarque. Isto é: — *Mais prudente* (fazer o desembarque) *quando voltado* (ao seu caminho ordinario).

A derradeira parte do brazão faz vêr um prado, onde pastam uma mula e um boi, que então espantados olham para o céo, tendo ao lado os dizeres: — *Nequaquam minima est,* significando o nome da cidade de Belem da Judéa, que Francisco Caldeira escolhera para o da capital da sua conquista, e da qual dissera o Propheta que não seria a menor de todas. A posição em que se acham os animaes quer revelar o viço dos campos e a industria que podem alli tão perfeitamente se combinar, e ainda a surpreza dos selvagens, ao verem desembarcar os europeus tão semelhantes aos seus".

A Festa de Nossa Senhora de Nazaré, realizada anualmente em outubro, com a tradicional procissão do "Círio", é, sem dúvida, a maior festa religiosa do Brasil. Cêrca de 100 000 pessoas acompanham o "Círio", o qual é realizado há mais de 160 anos. Tem a duração de quinze dias e no Pará inteiro a festa de Nazaré marca perfeitamente a seqüência do tempo: antes ou depois do "Círio".

Belém é chamada a "Cidade das Mangueiras", em virtude de sua arborização urbana ser feita quase exclusivamente por frondosas mangueiras, o que lhe dá com singularidade um aspecto típico, formando essas frondosas árvores belos túneis vegetais, como se verifica na Praça da República e às Avenidas Nazaré e São Jerônimo.

Símbolo da Capital paraense é a Caixa dágua, as famosas "Três Panelas Vazias", em ferro, situada na esquina das Ruas 1.º de Março e Ó de Almeida. O reservatório nunca foi utilizado e sua construção data do começo do século. Está para Belém, como o Pão de Açúcar para o Rio, ou o Elevador Lacerda para Salvador, Bahia.

Os abrigos para passageiros de ônibus, têm a denominação de *"clipers"*, talvez pela semelhança da coberta com a asa dos aviões.

Em Belém está sendo construído o mais alto prédio do Norte do país, com 26 andares, o Edifício Manoel Pinto da Silva, situado na principal praça da cidade.

O Forte do Presépio, que foi o núcleo inicial da cidade, hoje é conhecido como "Forte do Castelo". É uma lembrança viva da conquista da terra e da luta pela civilização. Ao seu lado localiza-se atualmente o "pôsto do carvão", local de desembarque dêsse combustível, procedente do interior do Estado e transportado por via fluvial. Segundo a história, foi no lugar, onde ora se faz desembarque do carvão, que aportou Francisco Caldeira Castelo Branco, tendo sido o português Antônio de Deus, o primeiro branco que pisou o solo belenense.

Militarmente falando, Belém é sede do: Comando Militar da Amazônia e da 8.ª Região Militar (Exército); da 1.ª Zona Aérea (Aeronáutica) e do 4.º Distrito Naval (Marinha). Possui vários quartéis. Funciona o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. A 28.ª Circunscrição de Recrutamento desenvolve intensa atividade.

O eleitorado soma 118 476 eleitores, sendo o maior colégio do Estado, que conta com 373 123 votantes.

No antigo Arsenal de Marinha funciona a Escola de Marinha Mercante, cuja finalidade é formar práticos, maquinistas, pilotos regionais, etc. A referida escola tem notável nomeada no Norte do país.

Conta a Capital guajarina com 16 Mercados Municipais, realçando pela imponência do prédio o Mercado de São Braz, situado na Praça Floriano Peixoto. O Mercado de Ferro e o Mercado Municipal, situados às proximidades do Ver-o-peso são os de mais intenso movimento.

Funcionam em Belém o SNAPP (Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará), o BCA (Banco de Crédito da Amazônia, ex-Banco de Crédito da Borracha), órgãos de especial significação nas atividades econômicas do Pará e da Amazônia como indicam seus nomes.

A Comissão Demarcadora de Limites (1.ª Divisão) mantém um escritório nesta capital.

Também a capital guajarina é sede dos seguintes órgãos: Auditoria Militar, Justiça do Trabalho com 2 Juntas, Tribunal Regional Eleitoral, Inspetoria Seccional do Ensino Secundário, Tribunal de Justiça do Pará.

Destacam-se ainda a Associação Comercial do Pará, tradicional e conceituado órgão classista; a Associação dos Merceeiros, representação dos comerciantes varejistas; Federação das Associações Rurais do Pará; Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará (SOCIPE); Associação Rural Pecuária do Pará (ARP); Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária; Automóvel Clube do Pará; Jockey Clube do Pará, que são outras tantas entidades existentes na capital.

A Superintendência Regional da Petrobrás S.A. para a Amazônia, tem sede em Belém.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), organismo federal destinado a executar em 20 anos a integração do imenso Vale, inculto e inaproveitado ao domínio da Civilização, através de planejamentos qüinqüenais de obras de pequeno e grande porte, possui a sua sede em Belém, o que é de muita importância para esta cidade.

A cozinha paraense, como a baiana, é bem característica. O pato no tucupi, o casquinho de mussuan, o de caranguejo, o tacacá, êste vendido nas bancas pelas esquinas são petiscos regionais apreciáveis. E o tradicional açaí, bebida preparada das frutas da palmeira do mesmo

nome, é, sem dúvida, um alimento popular e que faz parte, quase que obrigatòriamente, do cardápio belenense. O açaí é expressado nos versos do povo:

"Quem vai ao Pará, parou,
bebeu açaí, ficou..."

Belém, metrópole da Amazônia, com suas amplas avenidas e belas praças e largos, os seus prédios assobradados, ornados de belíssimos azulejos portuguêses, a sua baía, do Guajará, emoldurada de 30 ilhas — é aqui retratada sumàriamente.

Os habitantes do lugar recebem o nome de "Belenenses", sendo também conhecidos como *paraenses*, em virtude de ser muito comum chamar-se o nome do Estado para sua capital.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Noções de Corografia do estado do Pará — Theodoro Braga — 1919. — O estado do Pará — Paul Le Cointe — 1945. — Belém — Ernesto Cruz — 1945. — A devoção à Virgem de Nazaré, em Belém do Pará — Padre Debois — 1953. — Monumentos de Belém — Ernesto Cruz. — Anuário de Belém em Comemoração do seu Tricentenário — 1616/1916 — CNE — 1948. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

BRAGANÇA — PA

Mapa Municipal na pág. 317 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 70, 212, 243, 286, 290, 306, 312, 313 do Vol. I

HISTÓRICO — Decerto foram os franceses os primeiros europeus que, em explorações marítimas, investigaram os meandros da costa paraense, entre o rio Gurupi e a cidade de Belém.

No território do município de Bragança, entretanto, não figura fundação alguma, pelo menos com estabilidade, que lhes possa dar qualquer mensão de antecedência.

A jornada de Castelo Branco, conhecida hoje sòmente quanto à data de partida do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615, não nos pode dar referência alguma quanto ao município de Bragança, a não ser a da passagem do fundador de Belém pelas suas águas oceânicas costeiras.

O município bragantino fêz parte da capitania do Gurupi doada por Felipe III, de Espanha, por carta de 9 de fevereiro de 1622, a Gaspar de Sousa, governador-geral do Brasil, entre Tury-açu e Caeté, com 20 léguas de fundos para o sertão.

Em 1633 Francisco Coêlho de Carvalho deu a seu filho Feliciano Coêlho de Carvalho a mesma capitania, doação essa que, em virtude de reclamação de Álvaro de Sousa, filho de Gaspar de Sousa, à côrte de Madri, foi desaprovada pela coroa espanhola e confirmada para Álvaro de Sousa.

Êste último procurou desenvolver e impulsionar a sua capitania, fundando o povoado do Caeté, à margem direita do rio dêste nome, povoado que constitui a primitiva origem da sede do município atual, não obstante haver sido abandonada pela situação atual da cidade de Bragança, locada um pouco acima de Sousa do Caeté, e à margem esquerda do rio dêste nome.

Maternidade Santa Terezinha

Logo após à fundação de Belém, o capitão Pedro Teixeira, na sua memorável jornada por terra, de Belém ao Maranhão, para levar notícia do resultado da expedição, talou território do município de Bragança, deixando inscrita na história dos grandes feitos dos portuguêses no Grão-Pará, uma brilhantíssima página de intrepidez e inteligência.

Sousa do Caeté desenvolveu-se pouco.

A atual sede do município bragantino assenta à margem esquerda do rio Caeté, no local em que existiu uma aldeia de índios tupinambás.

Data de 1753 a criação da freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

Ao governador e capitão general do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado deve o município atual a sua criação, cuja sede ficou desde então com a denominação de Bragança.

Em 1760, do Senado da Câmara faziam parte José Quitério da Costa, Manoel de Farias, Miguel Arcangelo Pereira e Manoel Pinheiro.

O reconhecimento da independência no município teve lugar em 1823, com a interferência de Domingos José de Sousa, juiz ordinário naquele ano.

Ressentiu-se também o município bragantino com o movimento da independência.

Como conseqüência da revolta de Tury-açu, rebentada a 26 de agôsto de 1824, o movimento teve repercussão em Bragança, onde o Coronel Pedro Miguel Ferreira Barreto foi assassinado por um bando de desordeiros, saídos do rio Urumajó, dando lugar a enérgica intervenção do presidente da província.

Igreja Matriz

Estação da Estrada de Ferro

A primeira câmara, eleita segundo a lei de outubro de 1828, que deu organização aos município do Império, empossou-se em 1829, para o quatriênio 1829-1832, sendo constituída por Leandro Caetano Pinheiro, presidente, e vereadores, Francisco Antonio Martins, Francisco Antonio da Cruz, Antonio José Soares, Manoel Antonio da Silveira, Serafim Rois da Silva e José Inácio Maria.

Nas agitações políticas que tiveram lugar na província do Pará, em 1835, Bragança constituiu o ponto de paragem dos foragidos que procuraram o Maranhão, para fugirem à sanha dos rebeldes que tudo dominavam.

Na divisão judiciária estabelecida pelo Conselho do govêrno provincial, de 10 a 17 de maio de 1833, Bragança constituiu um têrmo da comarca da capital e assim ficou até 1839, quando a Lei provincial n.º 17, de 9 de setembro, a elevou a comarca.

A elevação de Bragança à categoria de cidade, se deu com a Lei n.º 252, de 2 de outubro de 1854, fato que ofereceu aos bragantinos motivo de justo júbilo, pela honra conquistada pelo progresso e adiantamento da sede municipal.

Com a separação do território compreendido entre os rios Tury-açu e Gurupi, da província do Pará, em proveito da do Maranhão, o município de Bragança ficou limitando com a província do Maranhão pelo rio Gurupi.

Em 1856 perdeu o município o território que hoje constitui o município de Viseu, elevado pela Lei 324, de 6 de julho, ao predicamento de vila, ficando os limites dos dois municípios estabelecidos pelo rio Emboranunga, até suas nascentes, limites êsses que eram os das antigas freguesias de Nossa Senhora de Nazaré de Viseu e Nossa Senhora do Rosário de Bragança.

Frente da Cidade

A última Câmara do período monárquico, a qual, em ofício de 18 de novembro de 1889 assinado em sessão da mesma data, aderiu à República, era constituída por Francisco Antonio Pinheiro Junior, presidente, A. J. de Almeida Nunes, vice-presidente, e, vereadores, João Antonio de Sousa, Constantino Augusto Cesar, Francisco de Andrade Pinheiro, Silvestre B. de Oliveira Pantoja e Antonio Pedro de Jesus.

Com a proclamação da República, o govêrno provisório do Pará, com o Decreto n.º 25, de 29 de janeiro de 1890, extinguiu a câmara municipal, e, com o Decreto n.º 24 da mesma data criou o Conselho de Intendência.

É de notar a numeração dêsses atos, indicada na coleção impressa dos atos do govêrno do Estado, pela qual o decreto de extinção da Câmara tem número posterior ao da criação do Conselho de Intendência.

Na mesma data dêsses decretos teve lugar a nomeação do primeiro Conselho de Intendência Municipal, que ficou constituído pelo presidente Aureliano Marinho, e, vogais,

Rua Principal do Comércio

Belmiro Antonio Marinho, José Severo de Sousa, João Paes Ramos, Manoel Batista Junior e Tomaz de Paula Ribeiro.

O primeiro Conselho Municipal eleito para o primeiro triênio republicano, ficou constituído pelo intendente José Caetano Pinheiro, e pelos vogais, Tomaz de Paula Ribeiro, Constantino Augusto Cesar, Francisco Ferreira da Silva, Joaquim Florêncio de Sousa, Mariano da Costa Rodrigues e Antonio Ribeiro da Silva Braga.

Os Decretos estaduais n.ºs 6, de 4 de novembro de 1930, e 78, de 27 do mês seguinte, mantiveram o município em aprêço, que também no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, aparece formado ùnicamente pelo distrito-sede.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, relacionando os município existentes no Estado, inclui, entre êles, o de Bragança.

De acôrdo com o quadro de divisão territorial, datado de 31 de dezembro de 1936, integram o referido município 6 distritos: Bragança, Almôço, Benjamin Constant, Alto Quatipuru, Emboraí e Urumajó, ao passo que no datado de 31 de dezembro de 1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, compõem-no, além dos distritos supracitados, os de Piabas, Recife, Caratateua (em 1937 Acaratateua) e Mocajuba.

Dá-se o mesmo na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de dezembro de 1938, para vigorar

no qüinqüênio 1939-1943, notando-se, porém, que os distritos de Mocajuba e Alto Quatipuru passaram a denominar-se, respectivamente, Nova Mocajuba e Tracuateua.

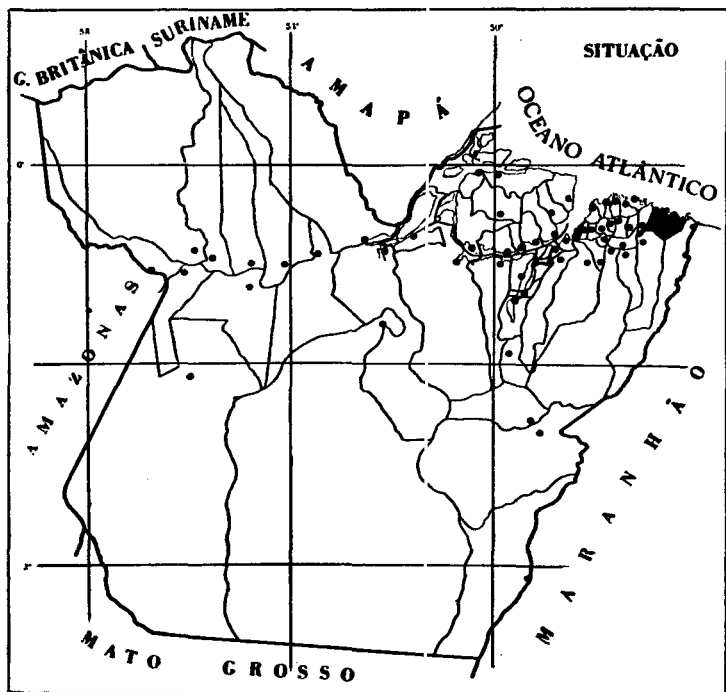
Também na divisão administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, 10 são os distritos que constituem o município de Bragança: o da sede e os de Almôço, Caratateua, Emboraí, Itapixuna (ex-Recife), Nova Mocajuba, Piabas, Tijoca (ex-Benjamin Constant), Tracuateua e Urumajó.

Bragança teve parte do seu território desmembrada para constituir o municpio de Urumajó, conforme a Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955.

O govêrno do estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município é constituído dos distritos de Bragança, Aimôço, Caratateua, Emboraí, Itapixuna, Nova Mocajuba, Piabas, Tijoca, Tracuateua e Urumajó.

A atual legislatura foi instalada em 1955 tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Benedito Cesar Pereira e constituída a Câmara Municipal de 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Bragança situa-se à margem do Atlântico, na zona fisiográfica Bragantina. Limita com os municípios de Ourém, Capanema, Viseu e com o Oceano Atlântico. A cidade fica a 194 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 30.º lugar em distância de Belém. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 1º 03' 17" de latitude Sul e 46º 45' 55" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 29 metros na sede municipal, sendo o 16.º em ordem de altitude no estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. A temperatura na cidade em 1956 apresentou: média das máximas 33ºC; média das mínimas 18ºC e média compensada 27ºC.

Hospital "Santo Antônio Maria Zacarias"

ÁREA — A área do município é de 4 172 km², o que lhe confere a posição de 31.º lugar do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Caetá, com aproximadamente 60 km navegáveis, o qual nasce no município de Nova Timboteua e tem sua foz no Oceano Atlântico. À margem esquerda dêste rio está situada a cidade de Bragança, numa planície com ligeiro declive para o rio.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila e pedra de granito destacam-se como as principais riquezas minerais. Madeira e sementes oleaginosas constituem as riquezas vegetais, estando ainda sem exploração. Quanto ao reino animal, nota-se avultado número de animais silvestres, bem como peixes.

POPULAÇÃO — A população de Bragança, segundo o Recenseamento de 1950, era de 57 888 habitantes e tinha a seguinte posição: homens e 29 397, mulheres — 28 491; brancos — 3 958, pardos — 52 069, pretos — 1 813, nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 31 871, 15 759 eram solteiros, 13 890 casados, 2 171 viúvos, 24 desquitados. Existiam apenas 98 estrangeiros e 10 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 56 563; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

A densidade era de 13,8 habitantes por quilômetro quadrado. A população rural (48 136) apresenta a percentagem de 83,1%, enquanto a do Estado do Pará é de 65%. Coloca-se Bragança em 3.º lugar na relação dos

Prefeitura Municipal

Bispado

municípios mais populosos do Estado, como indica o quadro seguinte:

Belém	254 949 habitantes
Santarém	60 229 "
Bragança	57 888 "

Dos 59 municípios paraenses, apenas 3 possuíam mais de 50 000 habitantes e sòmente um mais de 100 000 habitantes.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 65 251, sendo 17 032 no distrito de Bragança; 2 210 no distrito de Almôço; 5 396 no distrito de Caratateua; 6 670 no distrito de Emboraí; 2 908 no distrito de Itapixuna; 3 743 no distrito de Nova Mocajuba; 2 709 no distrito de Piabas; 6 682 no distrito de Tijoca; 12 855 no distrito de Tracuateua; 5 046 no distrito de Urumajó.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui vinte aglomerações urbanas: cidade de Bragança, com 5 495 habitantes (2 552 homens e 2 943 mulheres); vila de Almôço com 167 habitantes (81 homens e 86 mulheres); vila de Caratateua, com 684 habitantes (338 homens e 346 mulheres); vila de Emboraí, com 389 habitantes (187 homens e 202 mulheres); vila de Itapixuna com 291 habitantes (147 homens e 144 mulheres); vila de Nova Mocajuba, com 92 habitantes (53 homens e 39 mulheres); vila de Piabas, com 811 habitantes (414 homens e 397 mulheres); vila de Tijoca com 104 habitantes (60 homens e 44 mulheres); vila de Tracuateua, com 1 092 habitantes (520 homens e 572 mulheres); vila de Urumajó, com 627 habitantes (319 homens e 308 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vilas, existem os seguintes povoados: *Araí*, com 50 casas e 300 moradores; *Montenegro*, com 100 casas e 600 moradores; *Caranã*, com 40 casas e 240 moradores; *Chau*, com 40 casas e 240 moradores; *Jutaí*, com 20 casas e 120 moradores; *Manoel dos Santos*, com 50 casas e 300 moradores; *Nazaré*, com 33 casas e 200 moradores; *Quatipuru-Miri*, com 80 casas e 480 moradores; *Treme*, com 52 casas e 310 moradores; e *São Francisco*, com 17 casas e 120 moradores.

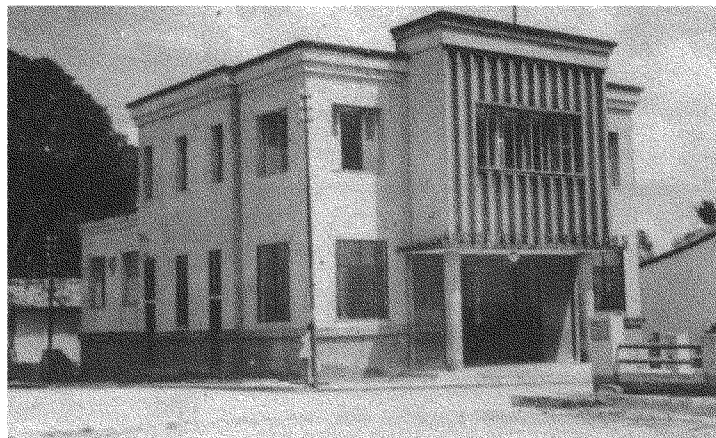
ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município exportou em 1956: fibra uacima (2 425 295 kg, no valor de Cr$ 34 604 760,00); arroz beneficiado (1 141 060 kg, no valor de Cr$ 6 133 830,00); fumo em môlho (285 789 kg, no valor de Cr$ 7 890 781,00); arroz com casca (1 276 686 kg, no valor de Cr$ 4 177 779,00); farinha de mandioca d'água) (7 217 790 kg, no valor de Cr$ 4 083 600,00). O valor total da exportação em 1956 somou Cr$ 64 323 600,00. A pecuária apresenta mais de 15 000 cabeças de gado vacum. A criação de suíno é avultada, havendo regular exportação, da ordem de 2 000 por ano. A pesca para consumo próprio é uma das importantes atividades do município. A indústria é incipiente e sòmente 10 estabelecimentos de mais de 5 operários existem no município. O Censo Agrícola de 1950 encontrou o seguinte rebanho: bovinos 12 663, eqüinos 2 100, asininos 15, muares 91, ovinos 678, caprinos 1 201, suínos 25 746 e aves 268 755.

A produção extrativa mineral é representada pela exploração da argila (barro), tendo atingido em 1956 a quantidade de 5 706 toneladas, no valor de Cr$ 57 060,00; de origem vegetal é constituída do fabrico de carvão vegetal, lenha e casca de mangue, tendo, em 1956, rendido Cr$ 1 069 560,00. A de origem animal, sòmente peixes de diversas espécies, sendo a produção de 1956, da importância de Cr$ 2 737 650,00, correspondente a 182 510 quilogramas.

A cultura da pimenta-do-reino já registra 10 116 pés, conforme levantamento efetuado em agôsto de 1956.

29,8% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo agricultura, pecuária e silvicultura; 5,7% no ramo indústria extrativa; 1,2% no ramo indústria de transformação; 1,7% no ramo prestação de serviço; 1,4% no ramo comércio e mercadorias; o 0,6% no ramo transportes, comunicações e armazenagem.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam em Bragança uma Agência do Banco do Brasil e uma da Caixa Econômica Federal do Pará. Em todo o município conta-se por 300 o número de estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, do tipo comum da Amazônia. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município está ligado à Capital do Estado pela Estrada de Ferro de Bragança (228 km), com um trem diário, e pela rodovia (239 km). Possui campo de pouso, agora servido por uma linha eventual de aviação, ligando a Belém e a algumas cidades do Maranhão. Não tem ligação direta com a Capital Federal. Barcos motores e a vela mantêm ligação com as cidades vizinhas do Maranhão e do Pará.

Correios e Telégrafos

Liga-se a cidade de Bragança com as sedes municipais limítrofes pelos seguintes meios de transporte: *Capanema* — ferroviário 53 km e rodoviário 60 km; *Ourém* — rodoviário 104 km; *Viseu* — marítimo 60 km.

Como vias de comunicações existem na cidade, uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e uma Agência Telegráfica da Estrada de Ferro de Bragança. Na vila de

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bragança conta com 53 logradouros públicos, dos quais 2 inteiramente pavimentados; 1 578 prédios e, conforme o Censo de 1950, 5 495 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 45 logradouros e a domiciliar dispõe de 684 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui 2 hospitais mantidos por particulares, sendo um do tipo maternidade, com 20 leitos (11 gratuitos e 9 para contribuintes), mantendo serviço de obstetrícia, ambulatório, duas salas de parto, uma de esterilização e uma para operações, tendo como corpo clínico um médico e quatro enfermeiros; o hospital contendo 33 leitos (15 gratuitos e 18 para contribuintes) é de clínica geral e executa serviços de cirurgia; possui, um ambulatório, farmácia, aparelho de raios X e sala de operações, tudo sob a direção de um corpo clínico composto de um médico e 6 enfermeiros.

Existem mais um Pôsto de Puericultura e um de Saúde, mantidos pelo Govêrno Estadual. O Pôsto de Puericultura é especializado, atende às necessidades de puericultura, através de um lactário e uma sala para esterilização, tendo como corpo clínico apenas um médico. O Pôsto de Saúde encarrega-se dos serviços gerais de malária, helmintose, sífilis e doenças venéreas, sem dispor porém de qualquer aparelhamento especial, fazendo a profilaxia de Assistência e Prevenção, tendo como corpo clínico apenas dois guardas sanitários.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Assistência Social é representada pela "Conferência de São Vicente de Paulo", fundada em 1952, com 30 associados, destinada a benefícios e auxílios a pobres e indigentes. A "Sociedade Beneficente Artística Bragantina", fundada em 1892, contando com 638 sócios e o "Círculo Operário Bragantino", fundado em 1950, com 593 participantes, distribuindo benefícios e auxílios aos seus membros.

No setor do cooperativismo há a "Cooperativa dos Plantadores de Fumo de Bragança", instalada em 1949 e com 90 associados, operando no ramo de crédito.

Instituto Santa Terezinha

Igreja de São Benedito

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 a existência de 48 086 pessoas, com 5 anos e mais, sendo que 15 492, ou seja 32%, sabiam ler e escrever. Destas, 8 535 eram homens e 6 957 mulheres. Na sede municipal, das 4 791 pessoas de 5 anos e mais, 3 002 sabiam ler e escrever, sendo que 1 455 eram homens e 1 547 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionavam 176 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com 8 125 alunos matriculados. Na sede municipal funcionou um estabelecimento de ensino extraprimário, o Instituto Santa Terezinha, com os cursos: Comercial Técnico, com 6 alunos do sexo masculino e 8 alunos do sexo feminino, e 6 professôres; Pedagógico, com 31 alunos do sexo feminino, e 7 professôres; Ginasial, com 102 alunos do sexo masculino e 93 alunos do sexo feminino e 11 professôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui um jornal semanal, "O Jornal de Caeté", com a tiragem de 500 exemplares; uma biblioteca pública municipal, "Castro de Souza", com cêrca de 3 000 volumes; uma tipografia; 2 cinemas, o "Nazaré" com 250 lugares e o "Getúlio Vargas" com 280 lugares, ambos com quatro sessões semanais. Quatro associações culturais, sòlidamente organizadas, sendo três de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	689	1 620	2 102	1 442	2 162
1951	1 978	1 993	3 042	1 878	3 281
1952	1 777	2 422	4 406	2 055	4 325
1953	1 870	3 011	5 923	2 684	5 216
1954	2 698	3 383	6 231	2 409	7 883
1955	2 432	3 900	6 891	2 888	6 300
1956	2 411	5 355	7 478	5 380	5 352

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na praça Augusto Montenegro, onde se acha edificada a estação da Estrada de Ferro, está a herma dêsse estadista, a quem se deve a conclusão dessa estrada quando governou o Estado, de 1900 a 1908; na praça Major Batista, onde está edificada a Igreja Matriz, existe um obelisco, em mármore, homenagem ao Senado da Câmara, que em 1823 proclamou a adesão do município à Independência do Brasil; em memória a Álvaro de Souza, fundador da

Vegetação de Babaçu

cidade, foi inaugurado na localidade Vila Cuera, um busto, por ocasião do transcurso do primeiro centenário de fundação, em 1954.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas populares do município são: carnaval; festas juninas de 12 a 30 de junho; festejos natalinos, de 18 a 26 de dezembro, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, no segundo domingo de novembro, com afluência de pessoas de Belém e outros municípios.

A principal festa é a de São Benedito, na época natalina, com a "Marujada" (folclore), dando uma especial atenção à cidade. A "Marujada" é um grupo vestido bizarramente, executando danças afro-índias, num barracão ao lado da igreja e, também, desfilando pelo meio da cidade. Desperta a maior animação a "Marujada", pela lembrança que traz da vida das antigas senzalas e dos "terreiros".

VULTOS ILUSTRES — Assinalam-se, na história atual de Bragança, a presença dos seguintes filhos ilustres da terra: Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira, Oficial Superior do Exército, Governador do Território Federal de Rondônia e Deputado à Câmara Federal pelo mesmo; Dr. Amilcar da Silva Pereira, Médico, Governador do Território Federal do Amapá; Augusto Pereira Corrêa, Advogado e Deputado Estadual e o Dr. Lobão da Silveira, Deputado Federal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como particularidades possuidoras de significação e belezas turísticas, destacam-se as praias banhadas pelo Oceano Atlântico, as quais, no verão (setembro a novembro), proporcionam agradáveis temporadas de veraneio.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Bragança é sede da Prelazia do Guamá, ponto terminal da Estrada de Ferro de Bragança, com o pernoite dos trens; possui bastante movimento, sobretudo, nos dias de sábado. É local de trânsito obrigatório para Viseu e para o Maranhão; tem a ponte de "Sapucaia", em concreto armado, com 200 metros de comprimento, sôbre o rio Caeté, no projetado prolongamento da ferrovia para o Maranhão e que é uma bela obra de arte; os bairros com seus nomes característicos: "Aldeia", "Morro", "Ora Bolas", "Alegre"; os seus apreciados banhos de igarapé de água límpida e fria (Chumucuí, Patronato, Ferreira, Rio Branco).

O bragantino, apesar de seu acentuado bairrismo, é, talvez, o povo mais hospitaleiro do interior do Pará. A projeção do município, com 2 deputados federais e 2 deputados estaduais é, sem dúvida, nesse particular, das de maior evidência em todo o interior paraense.

Acha-se em fase inicial o projeto para dotar a cidade de água encanada.

Está sendo construída uma escola profissional de grande porte.

Em Bragança, desfruta-se do custo-de-vida mais razoável de tôda a região amazônica, pois o mercado é farto, sobretudo de peixes e marisco.

Pelo que se vê, os mais variados e sugestivos aspectos dão a Bragança, notoriedade e especial atração.

Os habitantes do município recebem a denominação de "bragantinos". *Bragança*, é topônimo de origem portuguêsa. A derivação etimológica, em Portugal, é controvertida. I. Xavier Fernandes opina pela forma primitiva Brigância, que deu Bregança e, a seguir, Bragança. Outros derivam o topônimo do étimo benquerença. Quer êste, quer Brigância têm realidade histórico-geográfica em Portugal.

O eleitorado é de 21 738 eleitores.

É sede de Comarca com doze distritos Judiciários e dois juízes de Direito:

1.ª Vara: — Cível e Comércio. Órfãos, interditos e ausentes. Provedoria, resíduos e fundações. Menores. Feitos da Fazenda e autarquias. Feitos penais.

2.ª Vara: — Cível e Comércio. Falências e concordatas. Acidentes do Trabalho. Justiça do Trabalho. Registros Públicos. Casamentos e feitos da Família.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Bragança — CNE — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

BREVES — PA

Mapa Municipal na pág. 287 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Na missão dos Bocas residiam os dois irmãos Manuel Breves Fernandes e Angelo Fernandes Breves, de origem portuguêsa, o primeiro solteiro e o segundo casado com Inês de Sousa. Ao primeiro concedeu o Capitão General João de Abreu Castelo Branco, em data de 19 de novembro de 1738, uma sesmaria de duas léguas de frente por uma de fundos, no rio Pararaú, principiando da tapera Pararaú e correndo rio acima, sesmaria confirmada pelo rei de Portugal, em 30 de março de 1740.

Estabeleceu-se Manoel Breves Fernandes no local em que hoje está assente a cidade de Breves, onde fundou um pequeno engenho que denominou Santana e fêz plantações de roças, ficando desde logo conhecido o sítio pela denominação de Lugar dos Breves, porquanto, Angelo Fernandes Breves com sua família acompanharam-no e lá fixaram residência.

Com o falecimento de Manoel Breves Fernandes, sem descendência, passou a sesmaria ao seu irmão Angelo, ao qual, também por morte, sucedeu sua única filha Cata-

rina de Palma, que se casou com Francisco dos Santos Gouveia. Dêste consórcio nasceu Manoel dos Santos Gouveia, que se casou com Ana Maria, e que herdou a sesmaria de Manoel Breves Fernandes. A Manuel dos Santos Gouveia sucedeu seu filho Francisco Antonio dos Santos, que se consorciou com Antonia dos Santos, tendo dela havido os dois filhos João Antonio dos Santos e Saturnina Tereza, a qual por falecimento de seus pais e irmão, achava-se em 1854 como a única proprietária da antiga sesmaria dos Breves, e que nesse ano tentou reivindicar o seu patrimônio, sem nada conseguir.

Esta última representante da família dos Breves era analfabeta, e, depois dela, nada mais conseguiram saber do destino e nomes de seus sucessores.

O rio em que está situada a cidade de Breves é um furo, que, como diversos outros da região paraense dita das Ilhas, tem recebido dos naturais a denominação de rio.

Nos documentos relativamente modernos é chamado Parauaú, ao passo que na carta de sesmaria passada a Manuel Breves Fernandes é designado pelo nome de Pararaú.

Depois da instalação da família dos dois irmãos Breves, em 1738, no furo Pararaú ou Parauaú, outros parentes se lhe foram juntar, dando ao lugar bastante incremento e desenvolvimento, ao ponto de em 1781 Manoel Maria Fernandes Breves, Francisco dos Santos Gouveia, Vitoriano Fernandes Breves, Boaventura Fernandes Breves, João Antonio de Barros, José Ventura de Sousa e Inácio Coêlho da Silva requererem ao Capitão General José de Nápoles Telo de Menezes que fôsse ao sítio concedido o predicamento de lugar, no que foram atendidos, com a Portaria de 20 de outubro daquele ano. A denominação de Lugar de Santana dos Breves, com a faculdade de nêle conservarem suas famílias e de poderem pelo tempo adiante receber mais quaisquer parentes e aliados, foi aos requerentes concedida.

Com aquela categoria oficial atravessou os últimos decênios do período colonial, ao mesmo tempo que se foi desenvolvendo, até a proclamação da Independência, em cujos primeiros 28 anos passou a fazer parte sucessivamente de Melgaço e depois de Portel, quando a Lei provincial n.º 172, de 30 de novembro de 1850, deu-lhe o predicamento de freguesia, com a mesma invocação de N. S.ª Santana dos Breves, sendo no ano seguinte, com a Resolução n.º 200, de 25 de outubro, elevada à categoria de vila, e, portanto, criado o município, ao qual ficou anexado o território da vila de Melgaço, extinta com o mesmo ato.

Não obstante aquela última resolução haver extinto o município de Melgaço e criado a Vila dos Breves, de fato, o citado município não foi extinto; pois, o ofício da presidência da província, de 24 de março de 1852, apenas mandou transferir a câmara de Melgaço para a nova vila, havendo continuado como vereadores Antonio Luiz Balieiro, presidente, e, Álvaro Sanches de Brito, Bernardo Joaquim dos Santos, José Matias de Carvalho, Valentim Antonio dos Santos e Joaquim Gonçalves dos Santos, vereadores, os quais, em ofício de 20 de abril do mesmo ano de 1852, declararam ao presidente da província que não podiam efetuar a mudança da sede do município para Breves, por não existir nesse lugar casa própria para a câmara, para o júri e cadeia, visto como depois dos editais publicados para aluguel de casa, aparecerem dois pretendentes, Joaquim José da Silva Baima, com um prédio de 10$000 mensais de aluguel e Lourenço Cabral que cedia sua casa ùnicamente para o funcionamento das sessões da câmara, por um aluguel módico.

A Câmara havia rejeitado as duas propostas, a primeira por excessivamente cara, a segunda porque ia pagar aluguel de casa sem tê-la.

Em vista dessa circunstância imperiosa, o govêrno provincial permitiu à câmara que continuasse a funcionar em Melgaço.

Aquela vereação foi, portanto, a primeira do município de Breves.

Em conseqüência de sérias reclamações, tanto da câmara de Breves, como da de Muaná, relativamente aos terrenos centrais de ambos os municípios, procurados e explorados de ambos os pontos, a Assembléia Provincial resolveu, com a Lei n.º 416, de 8 de novembro de 1862, marcar os limites dos respectivos territórios na zona de Confinação.

O desenvolvimento crescente e acentuado do rio Anajás e sua região provocou em 1869 a Lei n.º 596, de 30 de setembro, que criou a freguesia de Menino Deus do Anajás, e foi completada pela de n.º 637, de 19 de outubro do ano seguinte, que mandou desde logo incorporar ao município de Breves todo o território da freguesia de Anajás, não obstante as reclamações principalmente de Chaves, a cujo município pertencia o território desligado.

A adesão da câmara à República teve lugar a 24 de novembro de 1889, com o ofício dessa data, assinado em sessão por José Torquato Alho, presidente, e, vereadores, José Maria Cabral, João Alberto Vale dos Santos, Manoel João Pereira da Silva Lameira, e Augusto Batista Prado da Luz.

Com o Decreto n.º 73, de 6 de março de 1890, o govêrno provisório do estado do Pará dissolveu a antiga câmara, criando com o Decreto n.º 74, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual nomeou Joaquim Antonio Lobato de Miranda, presidente e, vogais, João Percorio Corrêa, João Fileto Ferreira, Jerônimo Antonio Bitencourt e Joaquim Henrique de Almeida.

O primeiro conselho municipal eleito constitucionalmente, ficou composto, do intendente, Coronel Ludgero de Almeida Salazar e, vogais, João Alberto Vale dos Santos, Raimundo Ferreira de Carvalho, Antonio Marcelino de Macêdo e Manoel Francisco das Chagas e Silva, para o triênio de 15 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894.

A Lei estadual n.º 1 122, de 10 de novembro de 1909, concedeu foros de cidade à sede do município.

O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, manteve o município de Breves e anexou-lhe, bem como ao de Curralinho, o território do extinto município de Melgaço, que, segundo outra fonte, teria sido extinto e anexado ao município de Portel, pelo Decreto estadual n.º 78, de 27 de dezembro dêsse mesmo ano, o qual confirmou também a existência do município de Breves.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, menciona o nome dos municípios do estado do Pará, figurando entre êles o de Breves, que, nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, passou a constituir-se dos seguintes distritos:

Breves, então sede municipal, Antonio Lemos, Macacos, Mapuá, Jacaré, Ituquara, Mututi, Aramã e Melgaço sendo que êste último, não obstante sua transferência pelo Decreto estadual n.º 78, de 27 de dezembro de 1930, para o município de Portel, figura ainda no de Breves.

Segundo o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, sòmente 4 distritos compõem o município em aprêço: o de Breves, o de Antonio Lemos, o de Ituquara e o de Melgaço.

A divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, apresenta Breves integrado pelos distritos de Breves, Antonio Lemos e de Ituquara. Nessa divisão, o distrito de Melgaço aparece como integrante do município de Portel, sem que o Decreto-lei n.º 3 131, citado, desse qualquer explicação sôbre sua provável transferência, devido talvez à informação de que o mesmo pertencesse de fato a êsse município.

A divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, apresenta o município de Breves com os seguintes distritos: Breves, Antonio Lemos e Ituquara.

Atualmente o município é constituído dos seguintes distritos: Breves, Antonio Lemos, Curumu e São Miguel dos Macacos.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Americo Natalino Carneiro Brasil e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Breves é constituído em grande parte por um incomputável número de ilhas, separadas e recortadas por um labirinto de furos, canais, passagens e estreitos, e fica na região por onde passam as águas turvas do ramo meridional do rio Amazonas, as quais, contornando o sul da grande ilha de Marajó, juntam-se às do rio Tocantins. É por êsses canais, furos ou estreitos de Breves que se faz a navegação a vapor para o rio Amazonas. Localiza-se o município na zona fisiográfica de Marajó e Ilhas. Limita com os municípios de Portel, Gurupá, Afuá, Anajás, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Baía dos Bocas e rio Pará. A cidade fica a 230 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 33.º lugar em ordem de distância de Belém. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 1º 40' 45" de latitude Sul e 50º 29' 15" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 16 metros na sede municipal, sendo o 22.º em ordem de altitude, no estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido.

ÁREA — A área do município é de 9 346 km², sendo o 24.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos dêste município são os seguintes: ilha Mututi, ilha Nazaré, lagoa de Leões, lagoa Macujubim, rio Paranaú, situado entre a Baía das Bocas e o rio dos Macacos, banhando a cidade de Breves e o povoado Corcovado; rio Aramã, principal afluente do rio Mapuá; rio Tajapuru, entre a Baía dos Bocas e o rio Amazonas, banha a vila de Antonio Lemos, indo sair no rio Amazonas, a 40 milhas acima da embocadura do rio Macacos, comunicando-se com o rio Paranau, pelos furos Aturiá, Macujubim e furo de Breves, sendo muito profundo e navegável em todo o seu curso. Rio Macacos: nasce nos poções dos Macacos a leste, recebendo vários tributários inclina-se para o norte, entrando no rio Aramã, até a sua confluência com o rio Jaburu. Rio Jaburu recebe pela margem direita os furos de Aturiá, Pracaxi e Macujubim e pela margem esquerda os rios Curto, Jaburuzinho, Tucupi e outros menores e de pouca importância geográfica. Estreito de Breves formado por um conjunto de pequenos rios existentes no município de pouca importância geográfica, bem como os já enumerados. Tendo em vista que grande parte do território municipal é constituída de ilhas, formam-se entre as mesmas pequenos paranás com denominações diversas. Êsses estreitos são de grande importância para a navegação do Amazonas, porque constituem um encurtamento, ligando o rio Amazonas ao rio Pará, sendo completamente navegáveis, com profundidade accessível a embarcações de grande calado.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras em geral, borracha, sementes oleaginosas, ucuuba e murumuru constituem as riquezas vegetais.

POPULAÇÃO — A população de Breves segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 28 675 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 14 484, mulheres — 14 191; brancos — 10 939, pardos — 16 504, pretos — 1 194 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 15 040, 7 635 eram solteiros; 6 158 casados; 1 226 viúvos e 4 desquitados. Existiam apenas 33 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Religiosamente predominavam os que se declararam católicos romanos que eram 27 784; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 32 322, sendo 4 476 no distrito de Breves, 5 307 no distrito

de Antônio Lemos, 14 516 no distrito de Curumu e 8 023 no distrito de São Miguel dos Macacos.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro aglomerações urbanas — a cidade de Breves com 1 234 habitantes (602 homens e 632 mulheres); a vila de Antônio Lemos com 555 habitantes (299 homens e 256 mulheres); a vila de Curumu, com 59 habitantes (30 homens e 29 mulheres); a vila de São Miguel dos Macacos, com 348 habitantes (199 homens e 149 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e das vilas existe o Povoado de Corcovado, com 100 casas e 500 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção de origem vegetal no município é representada pela extração de borracha, leite de maçaranduba, palha de ubuçu, sementes de andiroba e ucuuba e madeiras em geral, cujo valor da produção em 1956, somou Cr$ 35 531 655,00. A de origem animal, por peles de animais silvestres e peixes diversos, cujo valor da produção em 1956, importou em Cr$ 730 000,00.

A maior atividade econômica do município é a extração de madeira, seguindo-se a borracha e o arroz. A exportação em 1956 foi a seguinte: madeira-dormentes 11 817 m³, no valor de Cr$ 10 255 300,00, madeira beneficiada 4 209 m³ no valor de Cr$ 6 757 600,00, borracha 543 325 kg no valor de Cr$ 16 955 089,00 e arroz 923 264 kg no valor de Cr$ 2 654 572,00.

O valor geral da exportação em 1956, somou Cr$ 37 393 289,00.

Existem no município 25 estabelecimentos industriais assim discriminados: 5 importantes serrarias com portos de embarque de madeira, sendo o maior volume do produto destinado a Portugal; 3 usinas para beneficiamento de arroz; 1 olaria; 1 fábrica para o preparo preliminar da borracha; e 11 pequenos engenhos, além dos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 8,02% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 135 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo, sendo 9 na sede municipal. Funciona uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pelas embarcações das frotas do Baixo Amazonas, Manaus e Peru, através das ligações fluviais das bacias dos rios Pará, Tocantins e Amazonas, os famosos "estreitos de Breves". Dista da Capital do Estado 16 horas em embarcações a motor. Não se comunica diretamente com a Capital Federal.

Liga-se a cidade de Breves com as sedes municipais limítrofes e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: São Sebastião da Boa Vista, fluvial 131 km; Curralinho, fluvial 103 km; Portel, fluvial 101 km; Gurupá, fluvial 229 km; Afuá, fluvial 320 km; Anajás, fluvial 190 km; Capital Estadual, fluvial 271 km. Como vias de comunicações existem no município duas Agências Postais-telegráficas do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Breves conta com 14 logradouros públicos, 239 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950 possui 1 234 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 7 logradouros e a domiciliária conta com 67 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui a cidade um hospital do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), com 13 leitos, e que atende a doentes do município, dos circunvizinhos e dos demais municípios mais afastados. É servido por um médico e 9 enfermeiros.

Além do Hospital funciona na cidade um Pôsto de Higiene do Serviço Especial de Saúde Pública, com ambulatório e atende aos trabalhos profiláticos de imunizações, servido por três auxiliares de saúde.

Funciona uma farmácia com relativo estoque de medicamentos.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 23 283 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 3 811, ou 16%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 615 eram homens e 1 196 mulheres. Na sede municipal, das 1 021 pessoas de 5 anos e mais, 479 sabiam ler e escrever, sendo que destas 240 eram homens e 239 mulheres.

ENSINO — Em 1956, havia no município de Breves 22 unidades escolares de ensino primário fundamental comum e a matrícula geral assinalou 963 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Apenas 3 associações culturais de caráter esportivo existem no município. Como assistência sócio-cultural, há na sede municipal o Internato Evangélico da Amazônia, instituição administrada por protestantes, adventistas e que se vem desenvolvendo eficazmente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	708	214	642	531	636
1951	435	429	1 251	875	1 258
1952	505	408	1 406	1 180	1 519
1953	1 251	508	900	1 000	900
1954	1 052	605	1 944	827	1 944
1955	1 432	920	2 263	1 546	2 263
1956	1 615	735	(1) 2 697	1 594	2 697

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Destacam-se os seguintes: Obelisco com a efígie do Dr. José Carneiro da Gama Malcher, situado na Praça da Matriz; Estátua do Dr. Getúlio Dornelles Vargas, situada na Praça 3 de Outubro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas locais são religiosas, patrocinadas pela Igreja Católica e com festas de arraial. Na sede do município, as de São Sebastião, em janeiro; de Sant'Ana, padroeira da cidade, em julho; de N. S.ª de

Nazaré, em novembro. Na vilá de Antônio Lemos, as de São Sebastião, em janeiro; de N. S.ª de Nazaré, em outubro. Na vila de São Miguel dos Macacos, a de N. S.ª de Nazaré, em dezembro. No rio dos Macacos, festa da Santíssima Trindade, no lugar Capelinha, em junho. Tôdas estas festas terminam com a tradicional procissão do santo festejado, conforme o ritual católico.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os "Estreitos de Breves", impressionantes pela sugestão e beleza, na rota de navegação da bacia de Tocantins para a do Amazonas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "brevenses". O topônimo é de origem nìtidamente portuguêsa e tem a sua fonte etimológica històricamente firmada em o nome dos fundadores da localidade.

É sede de Comarca e Têrmo com 4 distritos judiciários.

O eleitorado é de 5 875 eleitores.

Breves é o principal município das regiões das Ilhas, como é conhecida a parte oeste e sul da Ilha de Marajó. É o caminho natural da navegação fluvial da Amazônia. Desde 1920 que Breves vem à frente da exploração madeireira.

Existem, de uso particular, as seguintes radiotelefonias: Breves Industrial S.A.; Manoel Pedro Madeiras da Amazônia S.A.; Companhia Atlântida de Madeiras S.A. e Alto Tapajós S.A.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Breves — CNE — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

BUJARU — PA

Mapa Municipal na pág. 93 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Bujaru é um dos novos municípios paraenses, situado um tanto próximo de Belém, na chamada região Guajarina.

A sua localização é bastante adequada para um ótimo desenvolvimento.

Sabe-se, quanto aos seus fundamentos originários, que nasceu como distrito no recuado ano de 1758.

Município de recente criação, não fornece elementos descritivos e elucidativos da sua história; o que se sabe a respeito é, apenas, resultado de informes da tradição. Nem na história do município que lhe deu origem são encontradas referências, que possibilitem um melhor conhecimento de seu já bem longo passado como núcleo populacional. No entanto, pelo que foi possível colhêr de mais positivo, Bujaru foi habitado inicialmente por famílias nordestinas, que ali chegaram atraídas pela fertilidade das terras no aproveitamento da agricultura. Essas famílias foram gradativamente aumentando e, ao mesmo tempo, encaminhando progressivamente o local para se constituir no importante município que veio a ser mais tarde.

Provindo de terras, que pertenceram primitivamente ao município de São Domingos do Capim (atualmente Capim), contemporâneamente Bujaru tem a seguinte história.

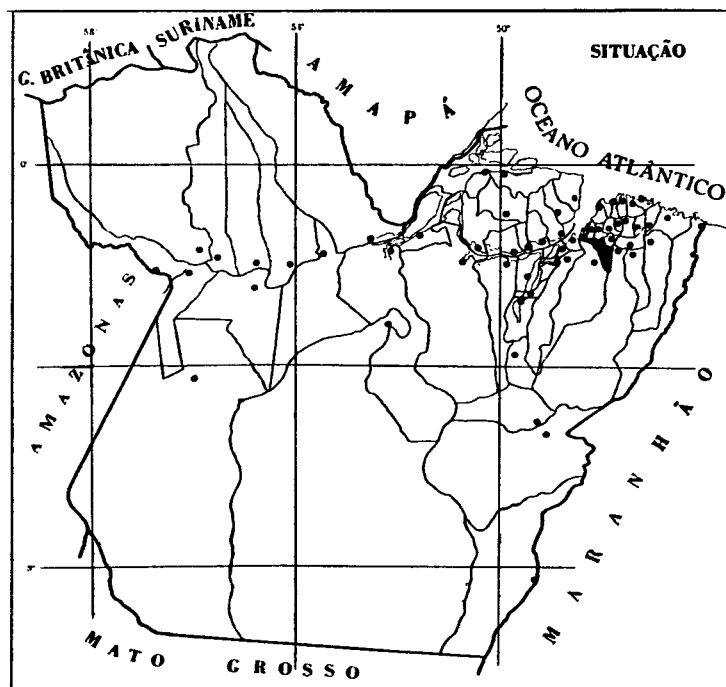
Em 1938 perdeu a qualidade de distrito e passou a figurar como zona do distrito-sede do município de Capim.

Pelo disposto no Decreto-lei n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, foi criado o município de Bujaru, desmembrado do de Capim.

O município tomou a denominação do principal rio que o atravessa — rio Bujaru — cuja significação indígena é "bôca da cobra".

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o sr. Enemezio Martins e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

Atualmente o município é constituído dos distritos de Bujaru e Guajará-Açu.

LOCALIZAÇÃO — Bujaru situa-se na zona fisiográfica Guajarina e limita-se com os municípios de Acará, Ananindeua, João Coelho, Inhangapi e Capim. A cidade fica situada no lugar conhecido como Guaramucu à margem esquerda do rio Guamá, a 83 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 13.º lugar distante de Belém, apresentando as seguintes coordenadas geográficas: 1º 58' 10" de longitude sul e 47º 59' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 25 metros na sede municipal, sendo o 17.º em ordem de altitude no estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido, com período de verão, bem pronunciado de setembro a dezembro.

ÁREA — A área do município é de 1 614 km² sendo o 38.º do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rio Guajará, limita o município de Bujaru com os de João Coelho e Inhangapi, sendo navegável em tôda sua extensão, banha a cidade de Bujaru; Rio Bujaru, atravessa o município de leste para

oeste, banha o povoado de Santana e o lugar denominado Castanheiro, sendo navegável de sua foz no Rio Guamá, até além do povoado de Santana, cinco quilômetros aproximadamente; Rio Guajará-Açu, nasce no lugar São Sebastião, atravessando o distrito do mesmo nome, de leste para oeste, desembocando no rio Guajará e banhando ainda a vila de Guajará-Açu, onde tem uma profundidade média de 10 metros, seguindo daí para diante com 4 metros, até o lugar São Sebastião; Ilha de Mocajuba, situada no rio Guajará em frente à cidade de Bujaru, medindo 1 000 metros de comprimento por 400 de largura, sendo habitada; Ilha de Pernambuco, fica situada no rio Guajará, próxima à cidade de Bujaru, medindo 1 000 metros de comprimento por 400 de largura, sendo também habitada.

RIQUEZAS NATURAIS — A maior riqueza natural de Bujaru é a imensa floresta tropical que cobre quase inteiramente seu território, na exuberância da flora amazônica, a hiléia.

POPULAÇÃO — A população de Bujaru, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 11 826 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 113; mulheres — 5 713; brancos — 1 986; pardos — 9 197; pretos — 609 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 695, 3 029 eram solteiros; 3 114 casados; 549 viúvos e 1 desquitado. Existiam apenas 8 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 11 503; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 13 330 habitantes, sendo 8 474 no distrito de Bujaru e 4 856 no distrito de Guajará-Açu.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui sete aglomerações urbanas: a cidade de Bujaru com 620 habitantes (326 homens e 294 mulheres), a vila de Guajará-Açu com 75 habitantes (40 homens e 35 mulheres) e os povoados de Santana, com 48 casas e 340 moradores; Arraial de Jutaí, com 14 casas e 100 moradores; São Sebastião, com 36 casas e 250 moradores; Arraial Conceição, com 20 casas e 140 moradores; Arraial de São Raimundo, com 38 casas e 270 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como principais produtos agrícolas, conta o município com arroz, mandioca, fibra (guaxima) e milho. A cultura da pimenta-do-reino desenvolve-se auspiciosamente contando já com 8 950 pés.

Tem alta expressão no município, a criação de suínos, cujo rebanho está estimado em 20 000 cabeças. A extração de madeiras em geral somou em 1956 cêrca de Cr$ 720 000,00, correspondente a 1 200 m³.

O município tem na produção de arroz com casca o seu fundamento econômico, tendo a exportação em 1955, atingido a 1 574 880 kg no valor de Cr$ 3 937 200,00, seguindo-se a farinha de mandioca com 3 757 500 kg valendo Cr$ 3 711 260,00, arroz beneficiado com 213 000 kg no valor de Cr$ 958 000,00 e banana com 56 856 cachos no valor de Cr$ 341 286,00, esta destinada ao mercado de Belém. O valor total da exportação em 1955 somou Cr$ 9 885 918,50. Existem no município 2 estabelecimentos industriais, sendo uma olaria e uma usina para

Vista da Cidade

beneficiamento de arroz, além dos que se dedicam à fabricação da farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 43,6% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se 68 estabelecimentos de comércio, atacadistas e varejistas, do tipo comum da região. O comércio mantém transações com a praça de Belém, principal centro de compra e venda de mercadorias e gêneros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Bujaru está ligada a Capital do Estado por via fluvial, com navegação regular (semanal) em motores e lanchas, durando as viagens cêrca de 4 horas, do que decorrem vantagens para seus habitantes.

As distâncias para as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado, pelos meios de transporte da região são: Capim, fluvial, 30 km, emprêsas particulares; Acará, fluvial, 206 km; Inhangapi, fluvial, 131 km, emprêsa particular; Ananindeua, 138 km via Belém; João Coêlho, 147 km via Belém, e Capital Estadual, fluvial 106 km, emprêsas particulares.

ASPECTOS URBANOS — Conta a cidade de Bujaru, com 9 logradouros públicos e 176 prédios para uma população de 620 habitantes, conforme o Recenseamento de 1950. É servida de luz elétrica; a iluminação pública se estende a 8 logradouros e a domiciliária conta com 106 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem na cidade 2 farmácias e 2 farmacêuticos. Funciona 1 pôsto de higiene e 1 subposto de saúde, ambos do Govêrno Estadual.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 9 960 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 3 089, ou 31%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 004 eram homens e 1 085 eram mulheres. Na sede municipal, das 532 pessoas de 5 anos e mais, 306 sabiam ler e escrever, sendo 172 homens e 134 mulheres.

ENSINO — Em 1956, havia 28 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, nas zonas urbana e rural, respectivamente, com a matrícula geral de 1 112 alunos.

21 — 24 640

Vista da Cidade

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Destacam-se como elementos de atuação cultural, cinco associações dedicadas inteiramente às atividades esportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	191	1 100	638	1 105
1951.......	—	332	1 260	754	1 147
1952.......	—	366	1 253	736	1 101
1953.......	—	494	2 005	1 163	1 889
1954.......	—	469	1 609	858	1 492
1955.......	—	560	1 573	1 025	957
1956.......	—	598	(1) 1 665	920	1 665

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monumento à Bandeira, situado na praça da Bandeira, é o único marco comemorativo existente na localidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como em todo o Estado, a manifestação da alma do povo com características mais definidas e acentuadas é ainda a expressão popular dos seus sentimentos religiosos. Bujaru apresenta-se, no tocante, com os tradicionais festejos: de N. S. de Sant'Ana, que se realiza a 26 de julho e consta de missa, procissão, festa de arraial, tendo encerramento com festa dançante, que dura a noite tôda até pela manhã. Além da citada festividade, realiza-se com destaque e afluência o Círio de Santa Maria, na vila de Guajará-Açú, que se caracteriza pela procissão fluvial, cujo percurso se estende da foz do rio Guajará-Açu até a vila do mesmo nome, a 12 km de distância, após o que se fazem as cerimônias idênticas às de Sant'Ana.

Os festejos de São Joaquim e São Raimundo têm lugar na sede municipal, nos dias 16 e 31 de agôsto, respectivamente e têm a duração de 9 dias, durante os quais se rezam novenas, terminando com missa solene, no nono dia, e procissão à tarde, não havendo festa dançante.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dos 7 municípios criados em 1943, o de Bujaru é o que vem apresentando o maior impulso de progresso, com a frente pioneira de devastamento da floresta, para cultivo da terra e aproveitamento dos recursos naturais, em uma penetração de cêrca de 100 km da margem do rio Guamá.

Durante vários anos, a produção local de farinha de tapioca (mandioca granulada) teve acentuada expressão econômica.

A palavra Bujaru, de origem indígena, significa "bôca da cobra". Os moradores locais são conhecidos como "bujaruenses".

O eleitorado é de 2 659.

É Têrmo Judiciário da Comarca de Belém com 2 distritos.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Bujaru — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

CACHOEIRA DO ARARI — PA

Mapa Municipal na pág. 273 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes da região do Arari, segundo ainda vestígios existentes, foram os índios Aruans, também denominados pelos historiadores "Homem do Pacoval", por ser o local, que tem essa denominação, um dos pontos que conserva os vestígios mais acentuados da passagem dos silvícolas da região.

Com a penetração dos jesuítas, a partir de 1700, iniciou-se a colonização da região do rio Arari, fundando-se as fazendas de gado pertencentes à missão em terras do médio e alto Arari.

Com o crescimento demográfico, em função do florescimento da pecuária, já em 1747, foi erguida uma capela à margem esquerda do rio Arari, 22 milhas acima da foz, nas terras da fazenda do Capitão-Mor André Fernandes Gavinho, e assim foi criada a paróquia da Cachoeira com a invocação de N. S.ª da Conceição.

Ao Capitão-Mor André Fernandes Gavinho, portanto, deve a freguesia de N. S.ª da Conceição da Cachoeira a sua fundação em 1747, nos campos da margem esquerda do rio Arari, na dependência da Vila Nova de Marajó.

Em 1811 foi criada a Vila de Cachoeira, nome que teve origem em um desnível do leito do rio Arari, bem em frente à Vila, que no verão, provocava uma precipitação de água em cachoeira.

Como freguesia permaneceu até 1833, quando o Conselho do Govêrno da Província do Pará, nas sessões de 10 a 17 de maio daquele ano, resolveu extinguir a vila de Marajó, origem do município atual, e transferir o seu predicamento para a freguesia da Cachoeira.

No mesmo ano de 1833, com a mesma vereação da vila de Marajó, ficou instalada a vila, sendo a sua Câmara constituída por Benedito Pedro da Silveira Frade, presidente, e vereadores, Raimundo Francisco Ferreira, Crispim Lourenço de Souza, Manoel da Gama da Silveira e Vicente Joaquim de Gusmão.

Os negócios públicos municipais, no período de mudança da sede municipal, não correram plàcidamente e nem tiveram definitiva organização, tanto assim que a eleição da vereação seguinte, que deveria ter lugar no fim do ano

de 1836, não pôde ser feita, mesmo porque a vereação que presidia a instalação da nova vila, deixara algum tanto descuidado o interêsse público, conforme dizem os documentos da época.

Sòmente em 7 de agôsto de 1837, teve lugar a eleição dos vereadores e juízes de paz para o quatriênio de ..... 1837—1840, saindo eleitos Serafim José Soares, Francisco Miguel Aires, Raimundo Antônio Ferreira Ribeiro, Luiz José do Couto Freire, Sabino Francisco Ferreira, Domingos Pereira de Novais e Tomaz Antônio Tavares, que tomaram posse a 6 de setembro seguinte.

As terras patrimoniais da Vila foram doadas em testamento de 25 de outubro de 1747, por Francisco Ezequiel de Miranda, na qualidade de herdeiro presuntivo das terras, tendo o município, após a morte do doador, entrado na posse definitiva de seu patrimônio.

Em 1877, com a Lei n.º 886, de 11 de abril perdeu Cachoeira a categoria de sede do têrmo judiciário respectivo, que passou para Ponta de Pedras, então elevada à vila, tornando-se município independente, com território desmembrado do de Cachoeira. Até 1880 estêve a sede do têrmo judiciário em Ponta de Pedras, passando nesse ano novamente em virtude da Lei n.º 1 010, de 27 de abril, para Cachoeira, que depois foi elevada a comarca. Por efeito da Lei n.º 1 286, de 13 de dezembro de 1886, voltou a sede para Ponta de Pedras.

Nesta comarca serviu como juiz de direito o Desembargador Augusto de Borborema, que, como presidente do Senado Paraense, estêve no govêrno do Estado.

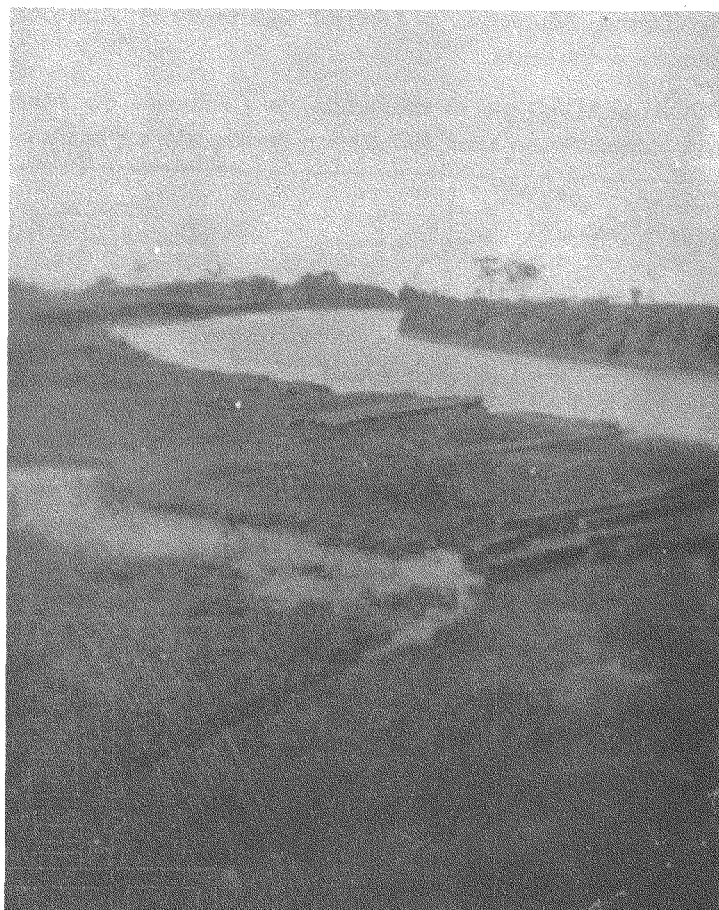
Proclamada a República, a Câmara da Cachoeira fêz a sua adesão em 21 de novembro de 1889, comunicando-a ao govêrno provisório por ofício de 22, assinado por Antônio José Cardoso, presidente, e vereadores, Fernando Joaquim de Matos, Tenente-Coronel Emiliano Pereira da Silveira Frade e Manoel Leopoldino Tavares. Estiveram presentes à sessão de adesão Luiz Firme Lôbo Freire, Urbano Barreto da Silva, Francisco José de Miranda, Marciano Gonçalves de Oliveira, Manoel Nascimento Pereira Gomes.

Com o Decreto n.º 21, de 28 de janeiro de 1890, o govêrno provisório do Estado dissolveu a Câmara Municipal, criando com o Decreto n.º 22, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual, ainda no mesmo dia, nomeou presidente, Raimundo José de Miranda, e vogais, Fernando Joaquim de Matos, José Maria Monteiro de Barros, Guilherme Antônio Pereira Feio e Marciano Antônio da Cunha.

Em vista de não haver a Câmara dissolvida querido aceder ao convite do novo Conselho nomeado, êste empossou-se sem a presença dos antigos vereadores, no dia 6 de fevereiro de 1890.

Do primeiro Conselho Municipal, eleito na República, fizeram parte, intendente, Guilherme Antônio Pereira Feio, e, vogais, Marciano Antônio da Cunha e outros.

Para o triênio de 1914—1916, foi eleito intendente o Dr. Vicente José de Miranda, que, entre outros serviços que prestou ao município de Cachoeira, conta o da iluminação elétrica da sede.

O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, manteve o município de Cachoeira, tendo-lhe anexado, entretanto, o de Ponta de Pedras. Pouco depois, o Decreto estadual n.º 78, de 27 do mês seguinte, confirmando a anexa-

Ilha do Marajó

ção supracitada, suprimiu o município de Cachoeira, e, com êsses territórios, criou o município de Arari.

Em face do Decreto estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, criou-se em Cachoeira uma subprefeitura, e, na relação nominal dos municípios paraenses, apresentada pela Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, incluiu-se nessa categoria, Cachoeira, restaurado, portanto.

Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município de Cachoeira compõe-se de 3 distritos: o da sede e os de Camará e Caracará.

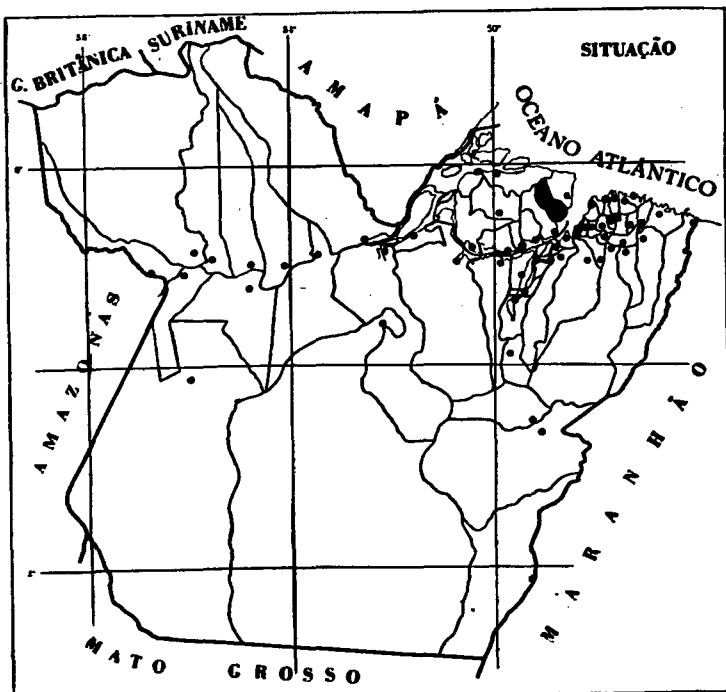
De conformidade com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, bem como a divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio ..... 1939—1943, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º .. 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município em aprêço constituiu-se de apenas o distrito-sede.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. José da Gama e Silva e formada a Câmara Municipal de 7 vereadores.

O município de Cachoeira, por efeito de Decreto-lei n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Arariúna, denominação que perdeu para a atual, de Cachoeira do Arari, em virtude da Lei especial n.º 1 378, de 25 de agôsto de 1956, estatuída pela Assembléia Legislativa do Pará e sancionada pelo Governador do Estado, General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Arariúna, nome tupi, quereria dizer "ararinha preta". Arari tanto pode significar "ararinhas", como "rio das araras": ará + i ou ará + ig.

O seu quadro atual — administrativo e judiciário — por efeio da Lei n.º 158, de 31-12-1948, em vigor, é: Comar-

ca, Têrmo, Município e Distrito; subdistritos: Arariúna, Camará e Caracará.

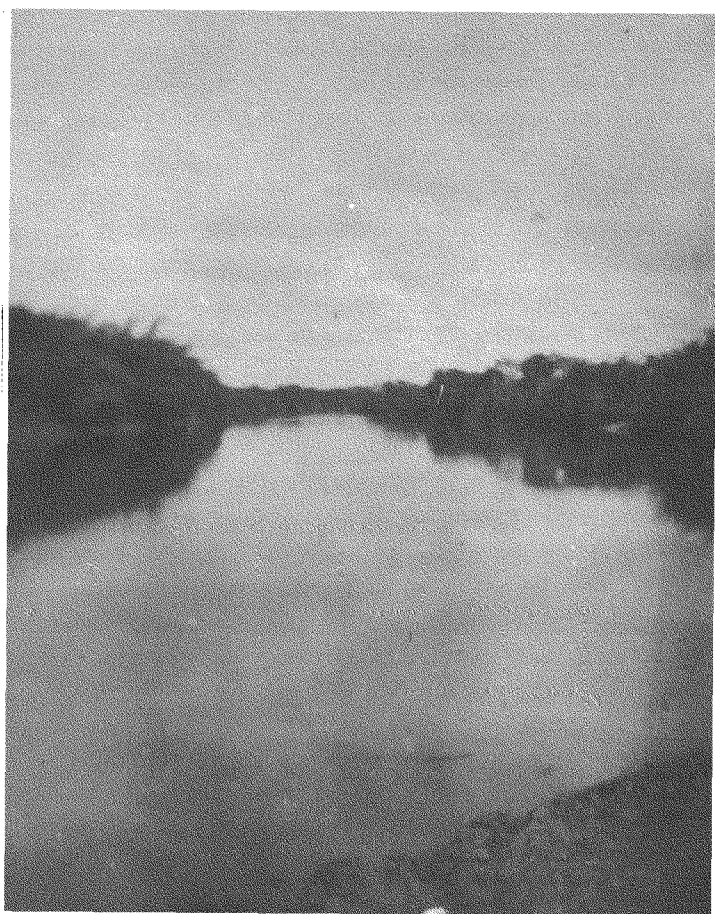
LOCALIZAÇÃO — O município de Cachoeira do Arari está localizado na zona fisiográfica de Marajó e Ilhas e limita com os municípios de Ponta de Pedras, Chaves, Soure, com o Rio Pará e a Baía de Marajó. A sede municipal dista 67 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 9.º lugar em ordem de distância de Belém. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 1.º 00' 23" de latitude Sul e 48º 57' 56" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade de Cachoeira do Arari, está a 20 metros de altitude, sendo o 19.º município em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. A temperatura, tomada através de termômetro, apresenta os seguintes dados: média das máximas 32ºC; média das mínimas 22ºC; média compensada 28ºC.

ÁREA — A área do município de Cachoeira do Arari é de 2 566 km² ocupando o 37.º lugar do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos de maior importância do município, são: os rios Arari, Goiapi, Caracará, Urubuquara e Camará, e os lagos Arari, Santa Cruz e Guajará. O rio Guamá que nasce ao norte do município, próximo ao lago Guajará, descendo em direção ao sul até a baía do Marajó, onde deságua, banha as povoações de Camará e Umarizal, sendo navegável por embarcações de pequeno e médio calado. Seu afluente principal é o rio Quió, que penetra o município em direção oeste. É também a principal linha divisória territorial entre os municípios de Arariúna e Soure; rio Caracará, nasce nos limites centro-sul do município, desaguando na baía de Marajó. Seu curso pequeno de profundidade média permite nas marés altas o tráfego de embarcações a vapor, motor ou vela de calado médio. Serve ao povoado do mesmo nome e seu afluente na margem esquerda é o rio Abaí; rio Goiapi, nasce no lago Santa Cruz, ao norte do município, descendo em direção sul até encontrar o rio Acari, por cuja margem esquerda é o afluente principal. Sua importância reside na grande e variada quantidade de peixes de quase todas as espécies lacustres, das quais é não sòmente reservatório, como viveiro natural, pois a intransponibilidade de alguns trechos torna-o melhor abrigo para os peixes. Em todo o seu curso, òbservam-se lagos intermediários. Rio Arari nasce no lago do mesmo nome, ao norte do município e desce rumo sul até desaguar na baía de Marajó. É o principal rio do município, não só como linha divisória natural em tôda a sua extensão entre os municípios de C. Arari e Ponta de Pedras, como pela sua importância econômica para os dois municípios. Navegável em todo o seu curso por pequenas embarcações a vapor, motor e vela, sendo que pelo inverno pode ser navegado por embarcações de calado médio; seus afluentes principais são o rio Anajás-Miri, pela margem direita e rio Goiapi pela margem esquerda, pertencendo aquêle ao município de Ponta de Pedras; lago Arari, está situado ao norte do município, tendo como seus tributários os rios Genipapocu-Apu e Arari, além de vários igarapés. Abrange uma extensão de duas e meia milhas de largura por dez milhas de norte a sul. No verão, quando as águas escasseiam, torna-se a maior fonte de produção de peixes de tôda a região, concorrendo com um média de ... 60% da exportação total do município, em peixe congelado e beneficiado. Navegável no inverno em pequenas embarcações a motor, vapor ou velas; no verão só as pequenas embarcações de pesca a remo de mão podem por êle transitar. Lago Guajará, situado ao norte do município, nas terras da fazenda do mesmo nome, é ponto de referência de limites entre os municípios de C. Arari e Soure. Sendo totalmente

Ilha do Marajó

Ilha do Marajó

central, é incomunicável no verão, a não ser por via terrestre. No inverno, quando as águas inundam os campos, é possível viajar até o lago em pequenas embarcações a remo de mão. Grande viveiro de peixes de tôdas as espécies, contribui para a produção, no verão, do rio e do lago Arari, de acôrdo com os favores das enchentes que regulam a emigração e imigração. Outros acidentes há de menor importância, não influindo sobremaneira na topografia municipal. Os rios Camará, Arari e lago Arari, servem como linha divisória intermunicipal, entre os municípios de Cachoeira do Arari e os municípios de Soure e Ponta de Pedras.

RIQUEZAS NATURAIS — Borracha, sementes oleaginosas, madeira e lenha constituem as riquezas vegetais. Peixes (peixes do mato, pirarucu, pescada), jacaré, capivara, veado, caititu e quelônios aparecem como principais riquezas animais.

POPULAÇÃO — Cachoeira do Arari contou, em 1950, segundo resultados do Recenseamento, 7 058 habitantes, sendo 3 590 homens e 3 468 mulheres, na densidade de 2,751 habitantes por km²; sendo 74,6% da população localizados no quadro rural, assim distribuídos: 2 738 homens e 2 534 mulheres. Está em 46.º lugar entre os municípios paraenses em ordem decrescente de população.

Segundo, ainda, dados do Censo de 1950, existiam em Cachoeira do Arari: brancos — 897, pardos — 5 746, pretos — 392 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 4 048, 2 401 eram solteiras, 1 354 casadas, 288 viúvas e nenhuma desquitada. Existiam apenas 10 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 6 902; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do muncípio em 31-12-1956, era de 7 956 no distrito de Cachoeira do Arari.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município, que tem um único distrito, possui na sede sua maior aglomeração, com uma população de 1 786 habitantes, sendo 852 homens e 934 mulheres, conforme dados do Recenseamento de ... 1950. Além da cidade existem os seguintes povoados: Camará — com 110 casas e 850 moradores; Umarizal — com 85 casas e 700 moradores; Caracará, com 120 casas e 1 200 moradores; Sabonete, com 36 casas e 300 moradores; Soledade, com 35 casas e 350 moradores; Retiro Grande — com 100 casas e 1 050 moradores; Caraxué — com 40 casas e 350 moradores; Jauacá — com 25 casas e 150 moradores e Jaquira, com 40 casas e 430 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração de origem vegetal é representada pela da borracha, sementes de andiroba, murumuru, tucumã e madeiras em geral, cujo total da produção em 1956 atingiu o valor global de ..... Cr$ 387 730,00. Na extração de origem animal aparecem peles de animais silvestres e pescados no valor global de Cr$ 9 688 000,00.

O município, segundo dados do Recenseamento de .. 1950, contou 140 estabelecimentos agrícolas, dos quais, 83 ocupados exclusivamente com a pecuária, tendo sido apurada a existência de 107 286 bovinos; 3 315 eqüinos, 611 ovinos, 388 caprinos, 4 892 suínos e 6 078 aves domésticas. Atualmente os rebanhos suínos estão muito aumentados, pois que, por ocasião do último Censo, a "Peste Suína" já tinha dizimado os rebanhos na proporção de 70%. Esta epidemia não mais se verificou.

A produção agrícola do ano de 1956, segundo dados constantes do Caderno D, teve seu ponto importante na produção das seguintes culturas: laranja 22 400 centos; cachos de banana — 7 500; abacaxis — 70 000, no valor total de Cr$ 990 000,00.

A atividade econômica de maior importância do município é a pecuária, seguindo-se a pesca e a agricultura. A pecuária contribui anualmente com 75% da receita tributária do município. A exportação nos seus principais produtos apresentou em 1956, o seguinte resultado: gado bovino com 7 698 cabeças valendo Cr$ 15 540 200,00, peixe congelado com 919 000 kg no valor de Cr$ 6 345 000,00, gado suíno com 3 068 cabeças no valor de Cr$ 1 525 412,00 e o queijo com 6 038 kg valendo Cr$ 265 685,00.

O valor total da exportação em 1956, somou .... Cr$ 24 268 152,00.

Existe no município apenas uma fábrica de queijo, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico da farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 18,8% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município tem o maior volume de suas transações com a praça de Belém, de onde importa quase todos os gêneros de consumo mantendo ainda intercâmbio comercial com os municípios de Abaetetuba, Guamá, Igarapé-Mirim, Ponta de Pedras, de onde importa farinha de mandioca, milho, madeira, telha e tijolos, cachaça, etc.

Cêrca da Cidade

Existem atualmente no município 40 estabelecimentos comerciais do sistema de venda por atacado e a varejo, dos quais 14 estão localizados na sede.

A importação comercial do município, no ano de 1956, foi de 629 479 quilos de mercadorias, no valor de .... Cr$ 7 185 972,00, cabendo a Belém 54% do pêso e 74% do valor das mercadorias importadas, segundo resultados do inquérito de Importação.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à cidade de Belém e demais sedes dos municípios limítrofes pelos seguintes meios de transporte: Belém, por via fluvial, em barcos motores do tipo iate, com a distância de 90 km; Ponta de Pedras, por via fluvial, em barcos motores e motor de popa, com 90 km. Soure, por via fluvial com 120 km em barco motor, e via Belém, em navio. A ligação com a cidade de Chaves é feita via Belém, em barco motor.

A comunicação é feita por via postal e telegráfica, (Agência Postal-telegráfica do D.C.T.), com as cidades de Belém, Soure, Chaves e com a Capital Federal. Via postal, com as cidades já citadas e mais a cidade de Ponta de Pedras.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cachoeira do Arari está situada em uma das localidades comuns em diversas partes da região do médio e alto Arari, em terreno plano, apresentando um aspecto urbanístico regular. Conta com 13 logradouros públicos, todos sem pavimentação, e dos quais, a Avenida Barão do Rio Branco, Travessas Dr. Lélio Silva e Dr. Bento Miranda, com sarjetas e meio-fios em alvenaria, em quase tôda a extensão. Contou em 1956, com 344 edificações, e outras construções já se projetaram. Dentre as edificações, destacam-se os prédios da Prefeitura, Internato Rural "José Rodrigues Viana", Pôsto de Inseminação Artifical, Pôsto de Higiene, Lactário, Grupo Escolar, Mercado, todos de alvenaria, com linhas arquitetônicas modernas. A Igreja, cuja construção data de 1928, representa uma obra de importância por seu estilo e segurança.

A cidade é servida de iluminação elétrica, cuja rêde se estende por 10 logradouros públicos, num total de 190 focos, atendendo ainda à iluminação domiciliária com 167 ligações. A produção de consumo de energia elétrica, durante o ano de 1956, foi de 74 825 kWh assim distribuídos: para iluminação pública, 13 877 kWh; para iluminação domiciliária, 60 955 kWh.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem: Lactário, Pôsto de Higiene localizado na sede, Subposto de Higiene no Povoado Camará, mantidos pelo Govêrno Estadual, sendo o Pôsto e o Subposto de Higiene de finalidades gerais e o Lactário de finalidade especializada.

O Pôsto e o Subposto de Higiene mantêm os serviços gerais de malária, esquistossomose, sífilis e outros; possuem apenas ambulatório e executam os trabalhos profiláticos de varíola, febre amarela, etc. tendo cada um, como corpo clínico apenas 1 enfermeiro.

O Lactário mantém o serviço especializado de puericultura, possuindo lactário e sala de esterilização. Tem como corpo clínico 3 enfermeiros.

Há também um serviço de distribuição gratuita de medicamentos, mantido pelo poder municipal, em caráter itinerante, pela zona rural. Não há médicos em caráter permanente.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O lactário, com função muito irregular, distribui alimentação para crianças até a idade de um ano. A Sociedade Brasileira Beneficente São José, fundada em 1940, que congrega em seu seio social 16% da população da sede, ou seja, 292 sócios, tem como finalidade principal prestar aos associados, auxílios financeiros para tratamento de saúde e quota para funeral.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 917 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 2 742, ou 46%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 486 eram homens e 1 256, mulheres. Na sede municipal, das 1 497 pessoas de 5 anos e mais, 966 sabiam ler e escrever, sendo que destas 496 eram homens e 470, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 15 escolas em todo o município, sendo 2 situadas na sede, e as demais na zona rural. Destas 15 unidades escolares, 8 são mantidas pelo Estado e 7 mantidas pelo município. A matrícula inicial apresentou os seguintes resultados gerais: na cidade, 142 homens e 126 mulheres; na zona rural, 287 homens e 276 mulheres, perfazendo o total de 429 homens e 312 mulheres e um total geral de 741 alunos matriculados.

O corpo docente, no ano de 1956, foi de 26 professôras, das quais apenas 2 eram normalistas.

Entre as escolas localizadas na sede, o Internato Rural "José Rodrigues Viana", destinado exclusivamente a receber filhos de vaqueiros e lavradores, tem como finalidades, ministrar o curso primário, bem assim um curso profissional

prático sôbre artes de couros e outros utensílios de uso agrícola, com base na matéria-prima das próprias fazendas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na Povoação Camará, uma Biblioteca Popular, de finalidade geral, contando, em 1956, com 900 volumes fichados. A Prefeitura Municipal possui uma estante, embora sem organização devida, mas contendo mais de 400 volumes. Aí se encontram obras importantes, como de Rui Barbosa, Enciclopédia Brasileira, e grande número de obras avulsas de grande valor cultural. Há, ainda, 2 outras Associações Culturais, sendo ambas de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

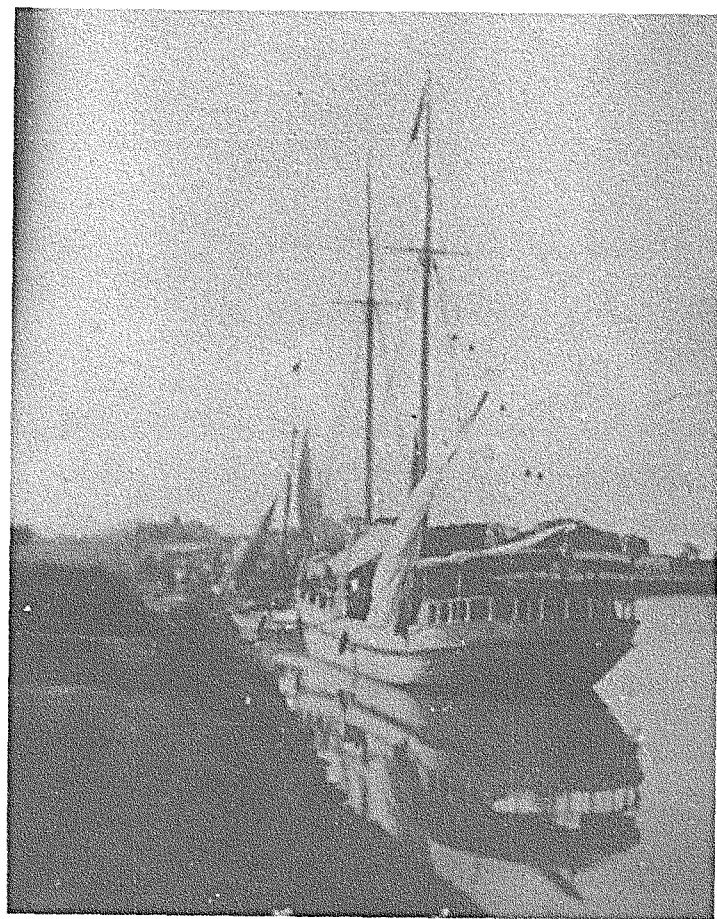
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	165	142	895	618	1 148
1951.......	361	166	919	634	981
1952.......	689	132	1 144	630	1 159
1953.......	428	129	1 320	692	1 237
1954.......	587	145	1 615	782	1 620
1955.......	588	139	1 489	954	1 504
1956.......	1 198	138	2 018	1 108	1 614

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O município tem como particularidade a sua situação na Ilha do Marajó, ocupando parte da região centro-sul, compreendida entre os rios Arari e Camará, com seus campos naturais utilizados para pecuária.

A sede está situada na margem esquerda do rio Arari em posição intermediária entre os extremos norte e sul da região do Arari.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O mastro de São Sebastião é a procissão tradicional, compreendendo um festejo popular. O mastro é caule de uma grande árvore, em forma de mastro. Compreende duas fases distintas: a condução do madeiro do mato até a cidade, feita por populares com grande alaridade, foguetes, banda de música, etc., até a residência do Juiz do Mastro; e o levantamento do mastro, já ornamentado e pintado, carregado por populares com música, foguetes, balanço, bamboleios, etc., em frente à igreja matriz, onde é mantido até o fim dos festejos religiosos em honra a São Sebastião. As datas são: chegada do pau, 3.ª ou 4.ª segunda-feira do mês de dezembro; levantamento do mastro, no dia 10 de janeiro.

Um aspecto religioso característico não só no município como em quase tôda a ilha, é o que se denomina "Comissão". Trata-se de uma das modalidades de catequese dos colonizadores, jesuítas, que utilizavam os silvícolas, já catequizados para fazer, através dos mesmos, a penetração religiosa.

A "Comissão" é um grupo de 3 a 4 homens, conduzindo uma pequena urna de madeira ou flandres, na qual transportam a imagem de um dos Santos festejados no município. Uma bandeira em uma pequena haste é o sinal da "Comissão" nas caminhadas pelos campos. O Grupo com seus instrumentos (violão, viola, reco-reco, e tambor) compõe uma orquestra típica. Dentre os componentes da "Comissão", um, por seus merecimentos e a critério da Diretoria, é designado para dirigir, e recebe a denominação de "Mestre

Barco para o Transporte de Gado

Sala". Suas atribuições, além, da direção geral, compreendem: a condução da urna, o cofre onde são guardados os donativos em dinheiro e ordens de gado, etc. Assim, percorrem fazendas, sítios e onde chegam cantam a "Folia", espécie de hino, cuja música e versos são sempre de autoria do Mestre Sala, de louvores aos Poderes Divinos, etc. Na casa onde pernoitam, é rezada a ladainha, quando os componentes da "Comissão" desempenham papel principal nas invocações e cânticos.

VULTOS ILUSTRES — Visconde do Arari. Outros filhos de Cachoeira podem ser citados, destacando-se José Tomaz Maroja, advogado de larga reputação, já falecido; Dr. Guaraciaba Quaresma Gama, médico conceituado, e Dalcídio Jurandir, escritor de nomeada nacional, ora residindo no Rio.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O município de Cachoeira do Arari, por sua situação, oferece atração turística através

Ilha do Marajó

Ilha do Marajó

de seus campos imensos, pontilhados de pequenas matas, às quais dão a denominação de "Ilhas". A sede, por sua localização, já pode oferecer uma pequena visão dos campos imensos, onde é feita a criação de gado.

Lago Arari — muito piscoso. Mede mais ou menos 20 quilômetros na direção norte-sul e 6 quilômetros na direção leste-oeste. Dista 12 horas de viagem de Belém e 6 a 8 horas de Cachoeira do Arari, em embarcação a motor. No verão, pode-se viajar a cavalo da sede dêste município, gastando-se 5 a 7 horas de viagem.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da Ilha, denominam-se marajoaras, e os habitantes do município de Cachoeira do Arari, denominam-se cachoeirenses.

O nome do município teve origem em um desnível do leito do rio Arari, em frente ao local onde hoje está situada a cidade, e que, no verão, provocava uma precipitação de água em cachoeira. A denominação Arari, de origem tupi, pode ser decomposta nos elementos: *Ara* = *arara* (papagaio) e *ri* (com r eufônico) = i = ig (rio). Significação: "rio das araras".

O Têso do Pacoval marca a passagem dos silvícolas pela Ilha; nêle têm sido encontrados objetos de arte e valor arqueológico. Fica situado à margem esquerda do Lago Arari, na foz do Igarapé das Almas, próximo da Fazenda São Miguel, caracterizando-se por uma pequena elevação considerada artificial, com uma área de 1 000m² aproximadamente na sua parte mais alta. Têso, no Marajó, é uma superfície mais alta, que as águas fluviais não atingem, e são encontrados tesos em todo o município, alguns de grande extensão, dando uma impressão ondulante à topografia dos campos.

O eleitorado é de 2 737 eleitores.

É sede de Comarca com 3 distritos.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Cachoeira do Arari — C.N.E. — 1948. — Histórico de Cachoeira, de João Rodrigues Viana. — Cartório de Cachoeira do Arari. — Arquivo da Prefeitura Municipal. — Censos Demográfico e Econômico do Município, de 1950. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

CAMETÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 99 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Cametá deve sua origem à tribo dos índios Camutás, que faziam parte da família Tupinambá, primitivos habitantes da região. Segundo Jorge Hurley, os índios que os Tupinambás chamavam de Camutás tiveram essa denominação por morarem em casas construídas nos tôpos das árvores. Camutá, palavra *tupi*, provém da junção dos vocábulos *Caá* e *Mutá*. *Caá* significa mato, floresta, bosque, erva. *Mutã* ou *Mutá*, degrau, armação construída no mato para espera de caça. Literalmente, portanto, o significado é degrau no mato — espera da caça ou mato, ou, como afirma ainda Jorge Hurley, os que moravam em mutás de caá.

Logo depois da fundação de Belém, as atenções dos colonizadores se voltaram para a zona do rio Tocantins, principalmente para a parte do planalto central do Brasil, cientes das riquezas guardadas pela região.

Durante as lutas mantidas pelos portuguêses contra os franceses, holandeses e inglêses, todos empenhados na conquista do rio Amazonas e partes adjacentes, Jerônimo de Albuquerque ordenou se continuasse a cataquese dos indígenas, que habitavam as terras do Grão-Pará. Incumbiu disso os Padres capuchos de Santo Antônio, Frei Cosme de São Damião e Frei Manoel da Piedade.

Frei Cristóvão de São José, que fazia parte dêsse grupo, subiu o Tocantins em 1617 e desembarcou numa faixa de terra à margem esquerda do rio. Ali ergueu uma ermida e uma cruz de madeira. Entrou em seguida em contato com a tribo dos Camutás, conhecidos como hábeis construtores de embarcações. Frei Cristóvão visitava diàriamente o aldeiamento dos Camutás e, após árdua catequese, conseguiu o religioso transferir a tribo para junto de sua ermida às margens do Tocantins. Corria o ano de 1620. Nascia assim a povoação dos Camutás e estavam assentados os alicerces da futura Capitania de Feliciano Coêlho de Carvalho.

Em 1633, por Carta de Doação de 14 de dezembro, é concedida a Feliciano Coelho de Carvalho a donataria de Camutá. A Carta Régia de 26 de outubro de 1637 demarcava a extensão geográfica da nova Capitania.

A 24 de dezembro de 1635 era o povoado elevado à categoria de vila, com o nome de Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá, sob a invocação de São João Batista.

Em 1643, os Capuchinhos de Santo Antônio, a quem estava entregue a direção espiritual da vila, foram substituídos

Igreja das Mercês — Instituto N. S.ª Auxiliadora

pelos Frades Carmelitas e êstes pelos Jesuítas em 1655. Os Capuchos da Piedade administraram de 1693 a 1759, quando a vila passou a ser paroquiada pelos Mercedários. Entre os anos de 1670 e 1690 o Padre Jesuíta Manoel Nunes achou por bem mudar a sede da vila para o sítio chamado primitivamente Parajó, distante duas milhas da atual cidade de Cametá.

Em junho de 1754, no reinado de Dom José I, Francisco de Albuquerque Coêlho de Carvalho, descendente do primeiro donatário, cedeu, por uma pensão anual de três mil cruzados, seus direitos sôbre a Capitania de Camutá. Foi a donataria incorporada assim aos domínios da Coroa, quando passou na realidade a gozar das prerrogativas de vila.

Em 1835, após a independência do Brasil, quando ocorreu na Província do Pará a disputa, entre brasileiros e portuguêses, conhecida por Cabanagem, Cametá foi sede do Govêrno da Província e o povo e a Câmara Municipal Cametaenses desempenharam importante papel nessa fase da história do Estado.

A Lei n.º 87, de 30 de abril de 1841, deu a Cametá a categoria de comarca. Sete anos depois, pela Resoluçã n.º 145, de 24 de outubro de 1848, obteve os foros de cidade.

Tornada cidade seguem-se as Câmaras Municipais dos períodos de 1849-1852; 1853-1856; 1857-1860; 1861-1864; 1865-1868; 1869-1872; 1873-1876; 1877-1880. Aí, se deram acontecimentos modificadores no ritmo normal em que vinha a administração municipal.

Foram dissolvidas as Câmaras. Novos intendentes assumiram a direção dos negócios públicos. Vem a efervescência republicana. Com o novo regime dão-se alterações mais ou menos profundas e seguem-se novas administrações.

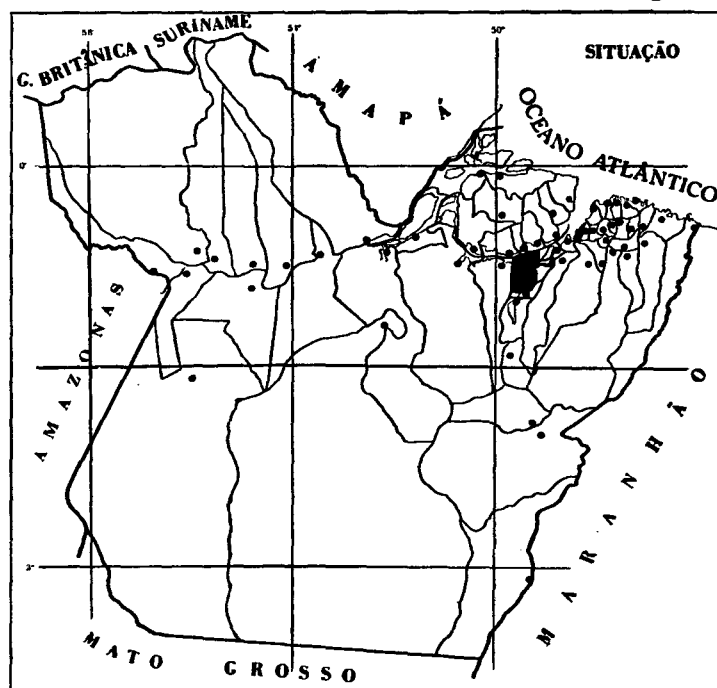
O Decreto n.º 6, de 4 de novembro de 1930, confirmou a existência do município, que foi conservado nas posteriores divisões de 1933, 1935, 1937, 1938, 1939, 1943, 1944 — 1948.

Teve parte de seu território desmembrada para constituir o município de LIMOEIRO DO AJURU, conforme Lei n.º 1 127, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 4 de outubro de 1955. O Govêrno do Estado do Pará, em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente, de acôrdo com a última divisão administrativa, compõe-se dos distritos de Cametá, Carapajó, Curuçambaba, Janua Coeli, Juaba e Muiraba.

Centro de Saúde

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Rui Nelson de Parijós e constituindo-se a Câmara Municipal de 11 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cametá localiza-se à foz do rio Tocantins e é cortado em duas porções, de sul a norte, pela parte mais inferior do mesmo rio, antes de se lançar êste no rio Pará. Está situado na zona fisiográfica

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Tocantina e limita com os municípios de Araticu, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Mocajuba e rios Tocantins e Pará. A cidade de Cametá, à margem esquerda do rio Tocantins, é protegida por um longo cais, cuja construção data dos meados do século XIX e fica a 149 km, em linha reta, da Capital do Estado, estando em 25.º lugar em distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: .... 2º 14' 32" de latitude Sul e 49º 29' 52" de longitude W.Gr.

ALTITUDE — 25 metros, na sede municipal, sendo o 17.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. Há acentuada incidência de chuva no período de janeiro a junho.

ÁREA — 3 833 km². É Cametá o 33.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Tocantins, percorrendo o município de Cametá, de norte a sul, navegável em tôda a sua extensão. Banha a cidade de Cametá e as vilas de Carapajó, Juaba, Moiaba, Curuçambaba e Janua Coeli.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeira de lei em geral, borracha, sernambi, maçaranduba (leite), castanha da terra e sementes oleaginosas constituem as riquezas vegetais. Animais silvestres e conchas de madrepérola, aparecem como riquezas animais. Quanto às riquezas minerais, existe o barro, empregado na confecção de utensílios domésticos.

POPULAÇÃO — A população de Cametá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 46 844 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 23 067; mulheres —

Histórica e Centenária Samaumeira

23 777; brancos — 21 553; pardos — 22 070; pretos — 3 108; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 24 973, 12 478 eram solteiros; 10 697 casados; 1 789 viúvos; 1 desquitado. Existiam apenas 22 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Em religião, predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 46 573; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 52 802, sendo 15 749 no distrito de Cametá; 4 331 no distrito de Carapajó; 3 914 no distrito de Curuçambaba; 10 503 no distrito de Janua Coeli; 12 976 no distrito de Juaba; 5 329 no distrito de Moiraba.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui 18 aglomerações urbanas: — a cidade de Cametá, com 3 538 habitantes (1 665 homens e 1 873 mulheres); a vila de Carapajó, com 542 habitantes (261 homens e 281 mulheres); a vila de Curuçambaba, com 70 habitantes (39 homens e 31 mulheres); a vila de Janua Coeli, com 184 habitantes (125 homens e 59 mulheres); a vila de Juaba, com 656 habitantes (338 homens e 318 mulheres); a vila de Moiraba, com 295 habitantes (141 homens e 154 mulheres); e os povoados de: Pacajá, com 48 casas e 298 moradores; Cametá-Tapera, com 15 casas e 72 moradores; Aldeia de Parijós, com 28 casas e 96 moradores; Hela, com 16 casas e 59 moradores; Pôrto Alegre, com 13 casas e 65 moradores; Limoeiro, com 34 casas e 149 moradores; Murajuba, com 19 casas e 123 moradores; Areião, com 156 casas e 753 moradores; Carmo do Tocantins, com 151 casas e 718 moradores; Catalão, com 15 casas e 96 moradores; Martins, com 13 casas e 63 moradores e Patauá, com 20 casas e 45 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A farinha de mandioca destaca-se como o principal produto de transformação agrícola, representando a maior base econômica do município, e é produzida por um sem-número de pequenos produtores espalhados por todo o município. Há, também, produção de pescado.

Na indústria extrativa, a produção de origem vegetal representa um dos principais fatôres econômicos, destacando-se a borracha, seguida do cacau em fava, castanha-do-pará, sementes oleaginosas (ucuúba e andiroba), madeiras em geral e leite de maçaranduba. Na indústria extrativa mineral, destaca-se apenas a extração de argila (barro para telhas, tijolos e outros artefatos). Na indústria extrativa animal, a produção de pescado, conchas marinhas e peles de animais silvestres.

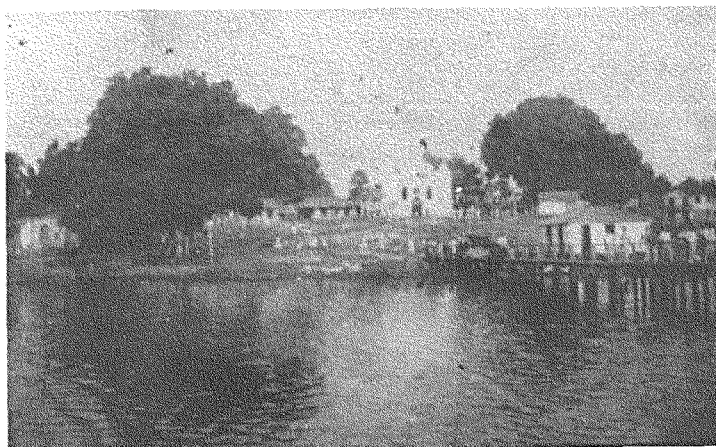
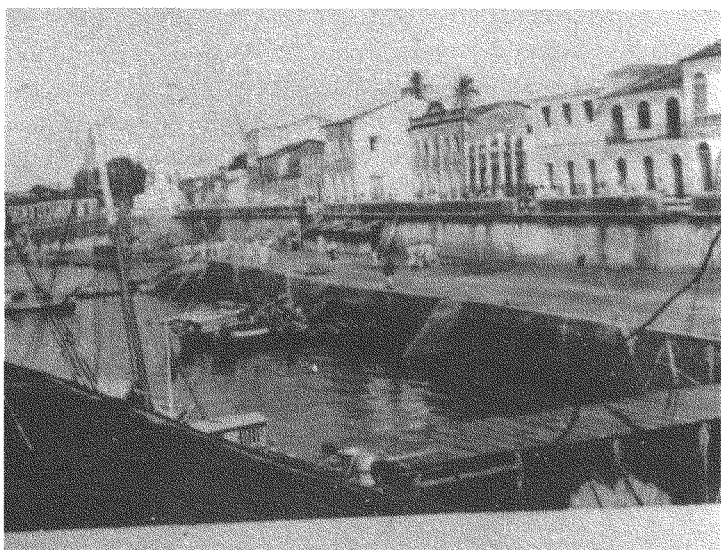
Cametá assenta sua economia, principalmente, no cultivo da mandioca, cuja produção de farinha, em 1956, somou 8 660 000 kg, no valor de Cr$ 43 000 000,00.

Os principais produtos exportados em 1956 foram os seguintes: borracha, com 429 167 kg, no valor de ...... Cr$ 8 041 042,00; cacau em fava, com 311 316 kg, no valor de Cr$ 6 989 112,00; óleo de andiroba, com 122 000 litros, no valor de Cr$ 3 159 050,00; leite de maçaranduba, com 98 630 kg, no valor de Cr$ 1 104 250,00 e semente de ucuúba, com 400 000 kg, no valor de Cr$ 1 010 000,00.

O valor total da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 30 881 153,00.

Existem no município 22 estabelecimentos industriais, sendo 7 usinas para beneficiamento de arroz, 2 serrarias, 2 estaleiros para construção de pequenas embarcações, 3 fábricas de foguetes, 2 fábrícas de bebidas, 3 fábricas de calçados e 3 fábricas de sabão, além do grande número de pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 48% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" e 35% no ramo "indústrias extrativas".

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 163 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Conta ainda com 7 fábricas de beneficiamento de arroz e 3 serrarias. Uma Agência da Caixa Econômica Federal do Pará e outra do Banco de Crédito da Amazônia S.A.

Vista da Vila

Vista do Pôrto

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Cametá está ligada à Capital do Estado e municípios vizinhos por via fluvial, por várias embarcações, inclusive as da linha do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (S.N.A.P.P.), com viagens regulares aos sábados, chegando a Cametá aos domingos, e regressando a Belém nas têrças-feiras. O município é servido, pelos aviões do Correio Aéreo Nacional (C.A.N.). Não se comunica diretamente com a Capital Federal. Possui uma Agência Postal-telegráfica e uma Agência de Correio, do D.C.T.

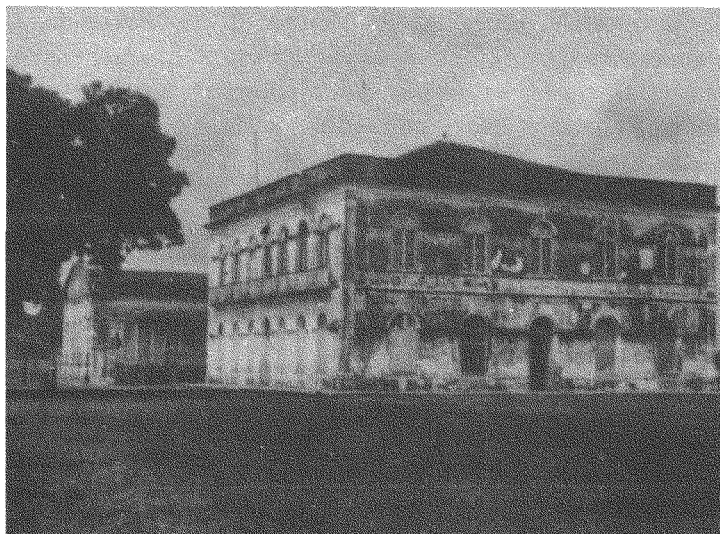
As distâncias com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado, com os respectivos meios de transporte, são as seguintes: Mocajuba: fluvial — 35 km (S.N.A.P.P.); Igarapé-Miri: fluvial — 90 km (S.N.A.P.P.); Araticu: fluvial — 162 km (barcos a vela ou motor); Capital Estadual: fluvial — 180 km (S.N.A.P.P.).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cametá conta com 32 logradouros públicos, dos quais 3 inteiramente pavimentados; 759 prédios e, segundo os dados do Recenseamento de 1950, 3 538 habitantes.

É servida de luz elétrica e água canalizada. A iluminação pública se estende a 31 logradouros e a domiciliária conta com 201 ligações. A rêde distribuidora de água abastece 24 logradouros, com 106 ligações domiciliares.

Vista da Cidade

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem 2 ambulatórios, sendo 1 mantido pelo Govêrno Federal; 1 por particular; e 1 Pôsto de Higiene, do S.E.S.P., todos mantendo os serviços de socorros médicos, distribuição de medicamentos, clínica médica e outros. Foi iniciada a construção de um hospital, com verba federal, mas estão paralizadas as obras. Possui, ainda, o município, 2 farmácias, 2 farmacêuticos, 3 dentistas e 2 médicos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem na cidade de Cametá as seguintes associações: *Dispensário Santa Luíza de Marillac,* fundado no ano de 1942, contando com 12 sócios, e destinado a auxílio e benefício aos seus associados e pessoas estranhas; *Conferência de São Vicente,* também conhecida pelo nome de Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada no ano de 1931, contando com 56 sócios, e destinada a auxílios e benefícios aos pobres e indigentes: *Círculo Operário de Cametá,* fundado no ano de 1951, contando com 940 sócios, e destinado a auxílios funerários e pecuniários aos seus associados; *Sociedade Beneficente São Benedito,* fundada no ano de 1944, contando com 98 sócios, e destinada a assistência médica e auxílio funerário aos seus associados.

Prefeitura Municipal

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 38 450 pessoas, com 5 anos e mais, sendo que 16 762, ou 43,50%, sabiam ler e escrever. Destas, 10 755 eram homens e 6 007 mulheres. Na sede municipal, das 2 996 pessoas de 5 anos e mais, 1 971 sabiam ler e escrever, sendo 1 001 homens e 970 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram, em Cametá, 132 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 4 883 alunos, na cidade e no campo.

Na sede municipal funcionou um estabelecimento de ensino extraprimário; o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com 2 cursos: Regentes de Ensino Primário, com 21 alunos do sexo feminino, 5 professôras, e 1 de Dactilografia, com 6 alunos do sexo masculino e 12 do sexo feminino e 1 professor. Brevemente será inaugurado o "Ginásio Cametaense", de propriedade da Prelazia de Cametá.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem sete (7) associações culturais, com caráter esportivo; uma tipografia; uma biblioteca pública, de propriedade do município, com

mais de 1 000 volumes. Há registro, no município de 3 jornais, com periodicidade quinzenal, o "Jornal de Cametá," "A Luta", "A Voz do Povo", sendo que sòmente êste último circula normalmente, enquanto os outros 2 só funcionam na época das eleições, como instrumento de propaganda eleitoral.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	282	112	985	505	976
1951.......	414	223	1 137	762	1 106
1952.......	435	233	1 083	515	1 070
1953.......	556	219	1 405	547	1 319
1954.......	530	384	1 319	520	1 328
1955.......	999	510	1 715	639	1 416
1956.......	833	551	(1) 1 931	(1) 935	(1) 1 931

(1) Orçamento.

Pôrto "Real"

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como monumentos históricos podem-se citar: — "*Obelisco Pedro Teixeira*", localizado no Pôrto de Pedro Teixeira, e que mede 5,33 m de altura. Numa das faces do obelisco está o medalhão de bronze do homenageado, e, cravadas no mesmo, lêem-se as inscrições: "*Camataenses, foram os teus maiores nativos que ajudaram, efetivamente, a Pedro Teixeira e Bento de Oliveira a levar o Brasil, Amazonas adentro, até a foz do Aguarico*". "*Camataenses*". "*Foram os Camutás e Tupinambás de tuas tabas que, comandados por 70 soldados portuguêses, venceram os "encabelados" e apossaram-se de suas terras, nas linhas castelhanas, para o Brasil*". "*Foi aqui, em Cametá, que Pedro Teixeira aparelhou de homens guerreiros e canoas tripuladas, a expedição da Conquista de Altamazônia*". "*Tricentenário — 1637-1937*". "*Na manhã de 28 de outubro de 1637 partiu de Cametá o bravo lusitano Pedro Teixeira, chefiando a bandeira fluvial da conquista da Amazônia*". Êste obelisco foi inaugurado em 28 de outubro de 1937, sendo seu autor Artur Newton Sá.

"*Monumento aos Cametaenses Ilustres*" — Localizado na Praça dos Notáveis, confeccionado em cimento branco e gêsso, mede 10 metros de altura por 43 de circunferência na base. Ao alto, figura o busto de D. Romualdo Antônio de Seixas. Mais abaixo, está o busto de D. Romualdo de

Vista da Frente da Cidade

Souza Coelho. Circundando o monumento aparecem os bustos do Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, Padre Prudêncio José das Mercês Tavares, Drs. Ângelo Custódio Corrêa e Enéas Martins. Nas quatro faces, acham-se colocados os medalhões dos Srs. Joaquim Corrêa de Freitas, Gentil Bittencourt, Carlos Antônio Redig e Joaquim Felipe Siqueira Mendes. Não tem inscrições. Inaugurado em 15 de fevereiro de 1941 e de autoria de João Pinto Martins.

"*Matriz de São João Batista*" — Construída em 1757, atualmente Catedral, em virtude da criação da Prelazia de Cametá, pelo Vaticano em 29-11-1952, instalada em .... 7-3-1953.

"*Túmulo de Ângelo Custódio Corrêa*" — No cemitério Soledade, mandado erigir pela Lei Provincial n.º 294, de 15-12-1856, o homenageado, sendo o mais votado dos deputados provinciais, foi vice-Presidente do Govêrno da Província e nessas condições tomou posse do cargo, perante o Senado, exercendo as funções até a chegada do titular efetivo. Na qualidade de Presidente foi a Cametá socorrer a população, vitimada por uma epidemia de cólera-morbo, sendo contaminado pelo referido mal e falecendo na mesma cidade em 25-7-1855.

Existe, também, digno de menção, a velha e centenária samaumeira, na Praça da Constituição, representando um marco de civismo e bravura na defesa de Cametá contra a cabanagem, quando Cametá se preparou para resistir ao ataque e assédio dos rebeldes. Com êsse propósito, mandou o Padre Prudêncio construir uma extensa trincheira de madeira de onde se erguiam os baluartes, protegidos na sua estrutura por estacas vigorosas, profundamente fincadas no chão. Terminada a guerra civil, desmontaram o entrincheiramento. Uma das estacas, porém, tendo permanecido no solo, viçou e transformou-se numa árvore frondosa. É a samaumeira, inspiração cívica dos habitantes de Cametá.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos populares, como também religiosos, do município são: a festa de São João Batista, na sede municipal, que se realiza de 14 a 24 de junho, em homenagem ao Orago de Cametá. Nas duas últimas noites, à luz das fogueiras, são exibidos os "bumbás" e "cordões" próprios da época, terminando com o tradicional

Escola Rural

"banho de cheiro", na noite de 23. Festividade de Nossa Senhora do Carmo, no povoado de Carmo de Tocantins, no distrito de Moiraba, de 6 a 16 de julho, comparecendo grande número de romeiros, de todos os quadrantes do município e de outros municípios vizinhos, constituindo espetáculo digno de ser visto. Festa de Nossa Senhora de Pilar, na Vila de Curuçambaba, sempre no primeiro domingo de agôsto. Além destas três, que são as principais, ainda se realizam grandes festas em Carapajó, no último domingo de outubro, em louvor de São Benedito e em Juaba, de 15 a 25 de dezembro em louvor a São José. Tôdas essas festividades terminam com a procissão do Santo festejado.

VULTOS ILUSTRES — D. Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia, Metropolitano e Primaz do Brasil, em 1826; D. Romualdo de Souza Coelho, possuía o hábito da Ordem de Cristo, exerceu os cargos de Tesoureiro dos Pontificais, Vice-Reitor do Seminário, Promotor Eclesiástico, Examinador Sinodal, Lente de Teologia Moral o Mestre de Cerimônias. Cônego Manoel José Siqueira Mendes, 3 vêzes Primeiro Vice-Presidente da Província. Padre Prudêncio José das Mercês Tavares, defensor de Cametá contra a invasão cabana em 1835. Dr. Ângelo Custódio Corrêa foi o deputado mais votado à Primeira Assembléia Provincial do Pará, Vice-Presidente e Presidente da Província do Pará em 1835. Prestou grandes serviços a Cametá, principalmente no combate ao cólera-morbo, em 1855, sendo atingido pelo mal que o vitimou. Dr. Enéas Martins, Secretário do Barão do Rio Branco e Governador do Estado no período de 1913-1917. Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, médico, professor catedrático e autor de livros didáticos, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Sociedades Geográficas de Paris, Lisboa, Rio de Janeiro, das Ciências Médicas de Portugal, Cavaleiro e Oficial da Ordem da Rosa. Dr. Gentil Bittencourt exerceu as funções de maior relêvo na administração do Pará. Em ...... 9-12-1889 foi empossado como Vereador e nomeado para, juntamente com 4 membros, ocupar o primeiro Conselho Municipal da República, no município de Belém. Carlos Antônio Redig, Intendente de Cametá, governando até 1896, tendo efetuado serviços de relêvo na administração municipal. Joaquim Felipe de Siqueira Mendes, Intendente de Cametá no período de 1896 a 1900. Como seu antecessor, fêz grande administração.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Aldeia de Parijós (praia). Dista dois quilômetros da cidade de Cametá, à qual é ligada por boa estrada.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "cametaenses". O topônimo Cametá é de origem tupi e pode suportar a interpretação, que lhe deu o ilustre Dr. Jorge Hurley: *Caá* (mato, floresta) e *mutá* ou *mutã* (palanque armado em galhos de árvores para esperar caça).

O eleitorado é de 17 713 eleitores.

É sede de Comarca com 7 distritos Judiciários.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. Sinopse Estatística do Município de Cametá — C.N.E. — 1948. Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

CAPANEMA — PA

Mapa Municipal na pág. 77 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 68 e 160 do Vol. I

HISTÓRICO — O município de Capanema, primitivamente denominado Quatipuru, ocupa uma área de terras no território paraense de 1 226 km². A mudança da sede do município para a ex-vila de Capanema atribuiu-lhe a denominação que tem hoje. Quatipuru é um nome adulterado de acutipuru, denominação dada ao mamífero roedor "sciurus aestuans" L., e que o doutor Emílio Goeldi classificou em variedades diversas, propondo a designação: var. paraensis. Da abundância dêsses animais (Coatipuru ou Quatipuru) na região veio a denominação ao rio e depois ao município.

Fundado o lugar no sítio de Joaquim da Silva, denominado Arapeua e que fôra o marco inicial do povoamento, não tardou a desenvolver-se com a facilidade provocada pelo resultado da sua agricultura. A Lei n.º 452, de 31 de dezembro de 1863, constituiu-o em Distrito de Paz. Erigida sua igreja dedicada a Nossa Senhora de Nazaré, foi o lugar elevado à categoria de freguesia pela Lei número 591, de 26 de outubro de 1868. O seu desenvolvimento e progresso fizeram com que fôsse constituído o município, passando, assim, à categoria de vila pela Lei número 934, de 31 de julho de 1883.

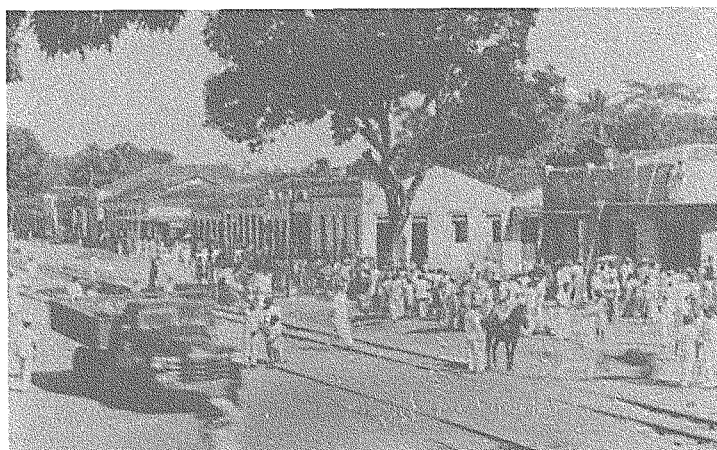
Transporte de Fibra de Malva

Com o advento do regime republicano o Govêrno Provisório do Estado dissolveu, por Decreto n.º 83, de 8 de março de 1890 a Câmara Municipal, criando, porém, por Decreto n.º 84, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, instalando-se em 22 do mesmo mês. As injunções políticas da época fizeram com que fôsse extinto o município de Quatipuru por Lei Estadual n.º 729, de 3 de abril de 1900, anexando o seu território aos dois municípios de Salinópolis (ex-Salinas) e de Bragança. Não tardou porém, que a Lei Estadual n.º 832, de 24 de outubro de 1902 restaurasse o município com os seus antigos limites.

O município de Siqueira Campos pelo Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, teve o seu topônimo mudado para Capanema e continuou no quadro anexo

Avenida Barão de Capanema

ao supracitado Decreto-lei, integrado pelos distritos de Capanema, Mirasselvas, Primavera, Quatipuru e Tauari, assim permanecendo, ainda, na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio de 1949-1953, fixado pela Lei número 158, de 31 de dezembro de 1948. Por fôrça da Lei Estadual n.º 1 127, de 11 de março de 1955, foi alterada a divisão territorial do município para constituir o município de Quatipuru, então, criado pela mesma lei. Suscitada a inconstitucionalidade da lei, o Supremo Tribunal Federal anulou-a, voltando o território municipal ao regime da Lei n.º 158, de 31 de dezembro de 1948.

Capanema foi elevada à categoria de cidade em 8 de novembro de 1933. Antes fôra povoação pela Lei n.º 1 164, de 5 de novembro de 1910 e instalada em 4 de janeiro de 1912, *ex vi* do Decreto n.º 1 862, de 21 de dezembro de 1911. À categoria de vila fôra Capanema elevada pela Lei n.º 1 802, de 4 de novembro de 1919, cuja lei transferiu a

Um Trecho da Avenida Barão de Capanema

Ponte Sôbre o Rio Açaitêua

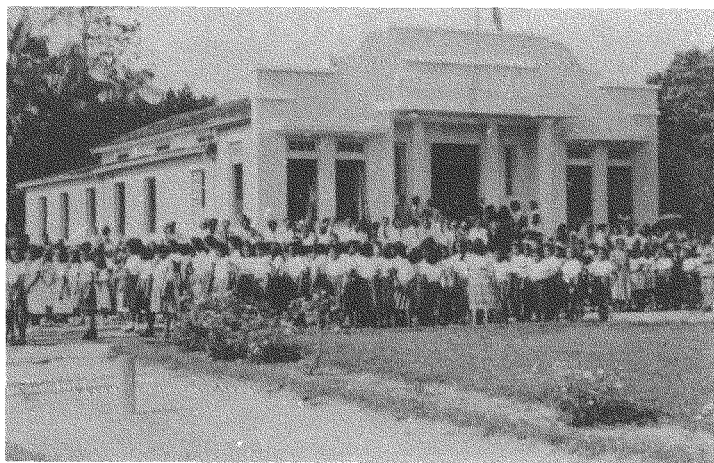
sede do município da vila de Quatipuru para a nova vila de Capanema. O Decreto n.º 3 601, de 2 de janeiro de 1920, marcou o dia 20 seguinte para proceder-se à inauguração da vila de Capanema e transferência da sede do município de Quatipuru para a vila de Capanema. O Decreto número 3 611, de 19 de janeiro de 1920, adiou para 24 de fevereiro seguinte, não só a inauguração da vila como a instalação da nova sede municipal. Não tendo sido procedida a inauguração da vila de Capanema e a instalação da sede do município no dia marcado, o Decreto n.º 3 639, de 23 de fevereiro de 1920, adiou para 7 de março seguinte aquelas cerimônias.

Com a passagem da Estrada de Ferro de Bragança pelo território do município, o Conselho Municipal resolveu transferir a sede municipal para a povoação de Mirasselvas, por Lei n.º 13, de 15 de setembro de 1908 e confirmada

Delegacia de Polícia

pela Lei Estadual n.º 1 052, de 28 de outubro do mesmo ano, sendo instalada em 15 de maio de 1909, *ex vi* do Decreto n.º 1 597, de 6 de março dêsse ano.

Mais tarde, porém, a Lei Estadual n.º 1 327, de 21 de outubro de 1913 aprovou o ato do Conselho Municipal n.º 25, de 23 de agôsto dêsse ano, mudando novamente, a sede do município para a vila de Quatipuru, sendo instalada em 15 de novembro, "ex vi" do Decreto n.º 2 028, de 30 de outubro, tudo de 1913. Perdeu Quatipuru a categoria de sede do município que passou para a vila de Capanema por fôrça da Lei n.º 1 802, de 4 de novembro de 1919 atrás referida.

Antônio Jerônimo de Barros, segundo seu depoimento publicado no jornal "A Província do Pará", de 26 de setembro de 1954, foi um dos primeiros povoadores de Capa-

Prefeitura Municipal

nema. Neste local, que já várias vêzes havia palmilhado, conduzindo boiadas através da mata inculta, ergueu sua primeira barraca em 1907. Nessa época as pontas de trilha da Estrada de Ferro de Bragança não passavam além de Peixe-Boi, de modo que, sòmente em 1908, penetrava essa ferrovia em território do município. Antônio Jerônimo de Barros, foi, também, o introdutor da cultura do algodão no município, o que ocorreu em 1912. Conta, ainda, que, adquirindo tôda a produção dessa malvácea em 1913 e não conseguindo comprador em Belém, a negociou com a firma Fernando Pinto & Cia., estabelecida à rua Portugal n.º 30, em São Luís, capital do Estado do Maranhão, ao preço de 850 réis o quilo em pluma.

Escolas Reunidas Cel. Leandro Pinheiro

Segundo tradição oral a denominação de Capanema vem como empréstimo ao rio do mesmo nome. Ainda baseado nessa tradição, conta-se que a turma encarregada do levantamento e reconhecimento do terreno por onde devia passar a rêde telegráfica Maranhão-Pará, fêz pousada à margem do rio que, mais tarde, veio a denominar-se Capanema em homenagem ao introdutor do telégrafo elétrico no Brasil, que também se encontrava presente no local.

Em virtude do Decreto Estadual n.º 68, de 27 de dezembro de 1930, Capanema, sede de Quatipuru, passou a denominar-se Siqueira Campos, voltando, porém, à primitiva denominação pelo disposto no Decreto Estadual número 817, de 30 de dezembro de 1932, que, entretanto, mudou para Siqueira Campos o nome do município.

No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, constitui o município, ainda com sede na vila de Capanema, um só distrito: Siqueira Campos.

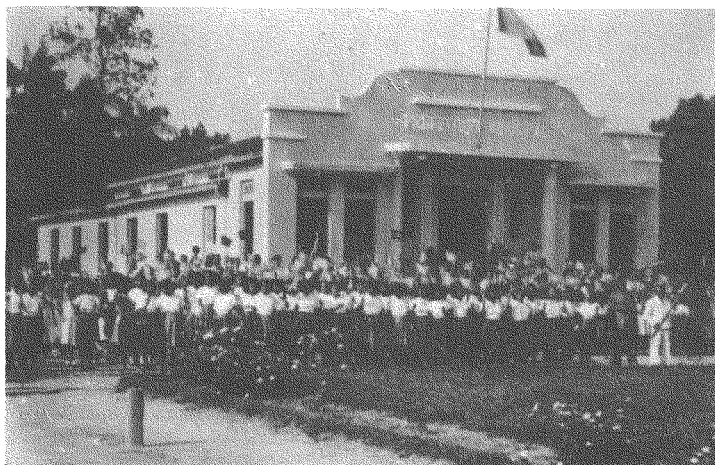
Na relação nominal dos municípios paraenses, apresentada pela Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, inclui-se o de Siqueira Campos.

Consoante os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, compõem o município de Siqueira Campos 5 distritos: Capanema, como sede municipal, Tauari, Mirasselvas, Vila de Quatipuru e Primaveras, devendo notar-se, entretanto, que em 1937, os distritos de Tauari e Vila Quatipuru se denominam: o primeiro Tauari de Capanema e o segundo simplesmente Quatipuru.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município de Siqueira Campos teve o seu topônimo mudado para Capanema e continuou, no quadro anexo ao supracitado Decreto-lei, integrado pelos distritos de Capanema, Mirasselvas, Primaveras, Quatipuru e Tauari, assim pèrmanecendo ainda na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938.

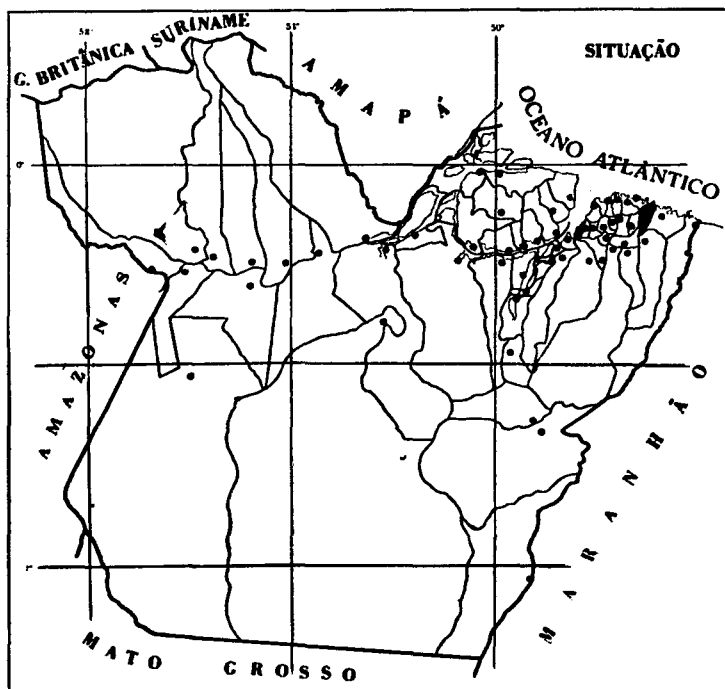
Vista Parcial da Praça Magalhães Barata

Na divisão administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Capanema compõe-se do distrito de idêntico nome e dos de Mirasselvas, Primavera, Quatipuru e Tauari, situação que até hoje perdura.

Capanema teve parte de seu território desmembrado para constituir o município de Quatipuru, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do

Parada Escolar de 7 de Setembro

Pará em Decreto n.° 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

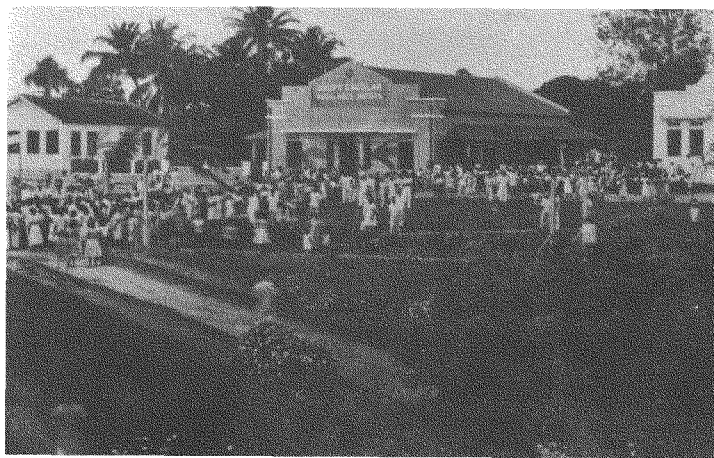
A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Joaquim Rodrigues da Silva e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Capanema situa-se na Zona fisiográfica Bragantina e limita-se com os municípios de Nova Timboteua, Maracanã, Salinópolis, Bragança, Guamá e com o Oceano Atlântico, colocando-se em 24.° lugar em distância de Belém. A cidade dista 146 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 1° 11' 33" de latitude Sul e 47° 10' 38" de longitude W.Gr.
ALTITUDE — 32 metros na sede municipal, sendo o 14.° em ordem de altitude no Estado do Pará.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

CLIMA — O município apresenta o clima natural à Amazônia: equatorial superúmido.

ÁREA — A área do município é de 1 226 km². É Capanema o 41.° município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os seguintes: rio Quatipuru — direção sul-norte, sendo navegável por embarcações a vapor e à vela, de pequeno calado, até Mirasselvas, servindo às localidades de Mirasselvas e Quatipuru. Rio

Trecho da Avenida Joaquim Távora

Inauguração do Grupo Escolar

Morcego — direção sul-norte, navegável por embarcações a vapor e a vela até o lugar Andorinha, servindo às localidades de Morcego, Andorinha e Primavera. Rio Japerica — direção norte-sul, navegável por embarcações a vapor e a vela até Japerica, servindo à localidade de Japerica. Ilha do Taboleiro fica situada entre o continente e o Oceano Atlântico. Ilha da Cebola — situada, também, entre o Continente e o Oceano Atlântico. Ilha da Pescada — situada na foz do rio Japerica. Ilha Ponta de Pedra — situada no rio Quatipuru. Lago da Califórnia, lago Segredo e lago Açu, e ainda os açudes de Santa Rosa, Vatanabe e São José.

RIQUEZAS NATURAIS — Principais riquezas naturais: Argila e pedras calcárias destacam-se como principais riquezas minerais; uacima, babaçu, junco, madeiras em geral

Trav. Dr. João Pessoa

e fibras de buriti constituem as riquezas vegetais. Os animais silvestres aparecem como riqueza animal.

POPULAÇÃO — — A população de Capanema, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 27 480 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 13 860, mulheres 13 620, brancos 9 977, pardos 16 540, pretos 879 e 41 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 14 936, 6 274 eram solteiros, 7 542 casados, 1 104 viúvos e 6 desquitados. Existem apenas 75 estrangeiros e 6 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 26 755. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

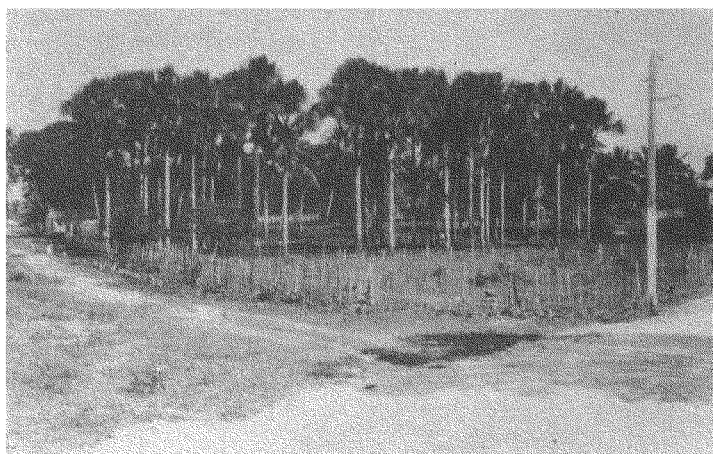
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 30 975, sendo 14 777 no distrito de Capanema, 2 607 no

Trecho da Rodovia Capanema — Salinópolis

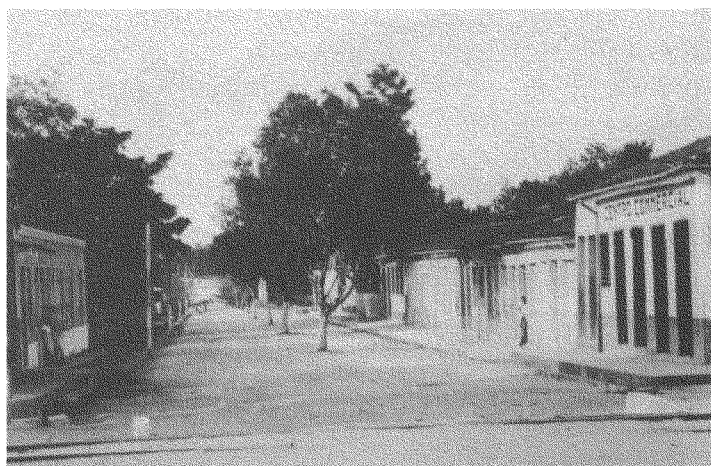
distrito de Mirasselvas, 4 864 no distrito de Primavera, 5 546 no distrito de Quatipuru e 3 181 no distrito de Tauari.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui cinco aglomerações urbanas, principais: a cidade de Capanema com 4 332 habitantes (2 078 homens e 2 254 mulheres), a vila de Mirasselvas com 558 habitantes (263 homens e 295 mulheres), a vila de Primavera com 1 675 habitantes (837 homens e 838 mulheres), a vila de Quatipuru com 748 habitantes (349 homens e 399 mulheres) e a vila de Tauari com 492 habitantes (231 homens e 261 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vilas, existem os seguintes povoados: Jaburu, com 18 casas e 103 moradores; Jaboraca, com 60 casas e 298 moradores; Mata-sêde, com 19 casas e 108 moradores; e Boa Vista, com 78 casas e 391 moradores.

Trecho da Avenida Barão de Capanema

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas em idade ativa no município, 33,8% concentram-se no ramo agricultura, pecuária e silvicultura. Malva, arroz, fumo e peixe são as principais fontes de renda do município, sendo que a cultura da malva representa mais de 50% da produção geral. A exportação de malva atingiu, em 1956, a 3 215 237 quilos, valendo Cr$ 47 980 760,00, seguindo-se arroz beneficiado (2 650 sacos, importando em Cr$ 1 289 590,00, peixe 62 700 kg, com valor de Cr$ 1 248 320,00, fumo em molho 1 958 arrôbas, valor de Cr$ 1 174 800,00, arroz com casca 5 413 sacos com o valor de Cr$ 1 186 220,00. A importância total proveniente da exportação, em 1956, elevou-se a Cr$ 61 466 749,00. A pecuária representa economia muito relativa e em 1956 o município exportou 1 633 cabeças de gado bovino e 60 de suíno. O gado bovino provém do Maranhão e de Goiás, sendo abatido em Capanema, que reexporta o que sobra do abate. Na produção extrativa, tem alguma importância o calcário, argila e a lenha. A pesca constitui uma das atividades econômicas do município, com as seguintes espécies de peixe: tainha, camorim, corvina, bagre, cangatá, cambeua e mero, bem como mariscos, como sejam: caranguejo, sururu e camarão. A produção de origem mineral é representada pela extração de barro, areia, pedra, calcário, cal de pedra e fabricação de tijolos e telhas, cuja produção, em 1956, totalizou a quantia de Cr$ 1 936 900,00. A de origem vegetal é constituída de extração de amêndoa de babaçu, cavaco para cobertura, cipó, fibra de uacima, lenha, junco, madeira bruta e fibra de buruti, cuja produção total, em 1956, importou

Trecho da Rodovia Capanema — Salinópolis

em Cr$ 3 354 27000. A produção de origem animal é representada por cêra de abelha, mel de abelha, peles de animais silvestres, peixes de diversas espécies e camarão, tendo o seu valor, em 1956, somado a quantia de .... Cr$ 8 894 886,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transação especialmente com as praças de Belém, Rio de Janeiro, São Paulo, que são os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município. Outros municípios, além do da Capital, tais como Anhangá, Castanhal, Nova Timboteua e Igarapé-Açu, constituem mercados compradores de gado, principalmente da espécie suína. Possui Capanema 183 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia, atacadista e varejista ao mesmo tempo. Consideram-se mais importantes, não só pelas gran-

Trecho da Travessia Djalma Dutra

des instalações como pelo número de operários empregados, um estabelecimento de produção de farinha panificável, polvilho, etc. e outros de fabricação de cal de pedra e tijolos para construção. A cidade possui, ainda, 2 estabelecimentos bancários, uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia e outra da Caixa Econômica Federal do Pará.

Trecho da Avenida Barão de Capanema

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Capanema é servida pela Estrada de Ferro de Bragança, numa extensão de 31 km e pela rodovia PA-25 (Belém—Bragança). Capanema, como meios de comunicações, possui uma Agência Postal-telegráfica, 3 Agências de Correio e 3 Agências Telegráficas da Estrada de Ferro de Bragança. Possui ainda um serviço de radiotelegrafia, de uso privado do Departamento de Estradas de Rodagem. Liga-se a cidade de Capanema com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Nova Timboteua, ferroviário 28 km, Estrada de Ferro de Bragança, e rodoviário 34 km; Bragança, ferroviário 53 km, Estrada de Ferro de Bragança, e rodoviário 60 km; Salinópolis, rodoviário 70 km; Maracanã, rodoviário 72 km; Guamá, rodoviário 70 km; Ourém, rodoviário 50 km; Capital Estadual, ferroviário 175 km, Estrada de Ferro de Bragança e rodoviário 155 km.

Inauguração dos Serviços de Alto-Falantes

Escola Rural da Vila Tauari

Escola Rural de Miraselvas

Pôsto de Assistência

O município é o "centro-chave" de transportes e comunicações das zonas Bragantina e Salgado.

Inauguração do Edifício do Forum

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Capanema conta com 44 logradouros públicos: 1 564 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 4 332 habitantes.

Praça da Bandeira

É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 28 logradouros e a domiciliária conta com 487 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No campo de assistência médica, o município conta com um Pôsto de

Av. Barão de Capanema

Higiene, na sede, 3 Postos Sanitários no interior e um Pôsto do Serviço Nacional da Malária, também na cidade. O Pôsto de Hiegiene, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), destaca-se não só pela sua clínica

Praça Major Moura Carvalho

geral, como também pelos serviços de higiene infantil, pré-natal e de assistência às nutrizes. Encontram-se, ainda, sediados em Capanema, 4 farmácias, 2 Médicos, 2 Dentistas e 4 Farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade de Capanema, a Sociedade Beneficente São Sebastião, fundada no ano de 1923, contando com 43 sócios e destinada a auxílios funerários e pecuniários aos seus associados.

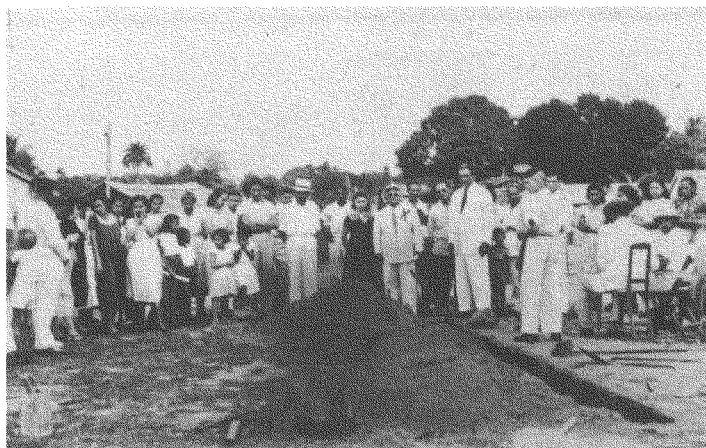
ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, existem 22 743 pessoas de 5 anos e mais,

Praça São Sebastião

sendo que 7 462, ou 32,81%, sabiam ler e escrever. Destas, 4 017 eram homens e 3 445 mulheres. Quanto à sede municipal, das 3 624 pessoas de 5 anos e mais, 1 947 sa-

Mercado Municipal

biam ler e escrever e destas, 941 eram homens e 1 006 mulheres.

ENSINO — Em 1956, havia no município de Capanema, 91 estabelecimentos de ensino primário fundamental co-

Aspecto do Lançamento da Pedra Fundamental do Mercado Público, destacando-se o Prefeito Municipal e à esquerda o secretário da municipalidade

Mercado Municipal

num, com uma matrícula geral de 4 186 alunos. Na sede municipal funcionaram 2 estabelecimentos de ensino extra-primário: "Escola Datilográfica União Terezinha de Jesus", possuindo o curso de datilografia com 2 alunos do sexo masculino e 6 do sexo feminino e 1 professor; e "Curso de Apostolado da Oração", possuindo o Curso de Corte, com 18 alunos do sexo feminino e 1 professor. Os dados referem-se ao ano de 1956.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Biblioteca Municipal, com cêrca de 500 volumes, funciona regularmente numa dependência da Prefeitura Municipal. O "Jornal de Capanema", de periodicidade semanal. Uma tipografia, 1 Advogado e 1 Engenheiro, e 1 Associação Cultural. Dois cinemas, Cinema "Brasília", com 200 lugares e Cinema "Rosa-Mar", com 288 lugares. Existe uma Biblioteca Municipal de caráter geral com aproximadamente 450 volumes, funciona irregularmente numa dependência da Prefeitura Municipal. Uma Associação Cultural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	1 700	1 151	1 890
1951	—	1 046	2 400	1 867	2 347
1952	—	1 313	2 508	1 803	2 312
1953	—	1 278	3 315	2 378	2 415
1954	—	1 345	3 011	1 575	2 242
1955	—	1 474	2 242	1 367	3 949
1956	—	—	2 800	1 793	2 800

Prédio da Firma Salim & Abud

PATICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existem apenas marcos assinalando dados históricos ou melhoramentos públicos. Coluna Rodoviária — na Travessa Djalma Dutra. — Obelisco Rodoviário — situado no povoado de Jaburu. — Herma do Major Moura Carvalho — na Avenida Barão de Capanema.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se na vila de Quatipuru, no terceiro domingo de outubro, a tradicional procissão do Círio de N. S. de Nazaré, que marca o início dos festejos. É uma romaria típica, em louvor da Santa milagrosa. Além dos atos litúrgicos, há os de caráter profano. Êstes desenrolam-se em arraial improvisado em frente ao templo, dando assim, um aspecto mais festivo às solenidades. Ainda

Pavilhão Moura Carvalho

na mesma vila, realiza-se uma procissão fluvial em homenagem ao patrono dos pescadores, no dia 28 de junho. Essa procissão oferece aspectos típicos. Numa embarcação é erguido o altar com a imagem de São Pedro, seguida de outras menores, garridamente enfeitadas, onde em côro, durante todo o trajeto, se entoam hinos e cânticos em louvor ao Santo homenageado. No pôrto de destino, o desembarque se faz sob aclamações do povo. A 26 de dezembro, tem lugar o encerramento dos festejos dedicados a São Benedito. Não há data fixa para o início da festividade, o que ocorre com a elevação de um "mastro votivo" em tôrno do qual, entoando músicas de folclore e cantos outros, um grupo vestido bizarramente, que se denomina "Marujada", desfila executando passos coreográficos. Tôdas as noites,

até o encerramento da festa, êsse grupo se exibe num barracão tôsco, onde as mesmas músicas e as mesmas danças, lembrando a vida das senzalas e dos "terreiros", constituem o atrativo da população. O culto religioso é praticado numa capela improvisada, onde está a imagem de São Benedito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "capanemenses". É topônimo de origem tupi e significa "mato infeliz" — Caá (mato), panema (infeliz). Talvez de preferência mato imprestável.

É sede de comarca com 6 distritos judiciários.

O eleitorado é de 8 744 eleitores.

Capanema é o município de maior desenvolvimento econômico na Zona Bragantina nesta década. A sua privilegiada posição geográfica — meio caminho do Oceano para o rio Guamá —, a valorização da fibra de malva e o auxílio material e moral do Govêrno Moura Carvalho (1947-1950), conduziram a comuna a destacada posição no concêrto das unidades municipais paraenses.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1947); Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Capanema — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

CAPIM — PA

Mapa Municipal na pág. 87 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O nome primitivo do município de Capim foi São Domingos da Boa Vista. A sua origem vem dos tempos coloniais e é devida às primeiras incursões portuguêsas nos rios Guarajá, Guamá e Capim.

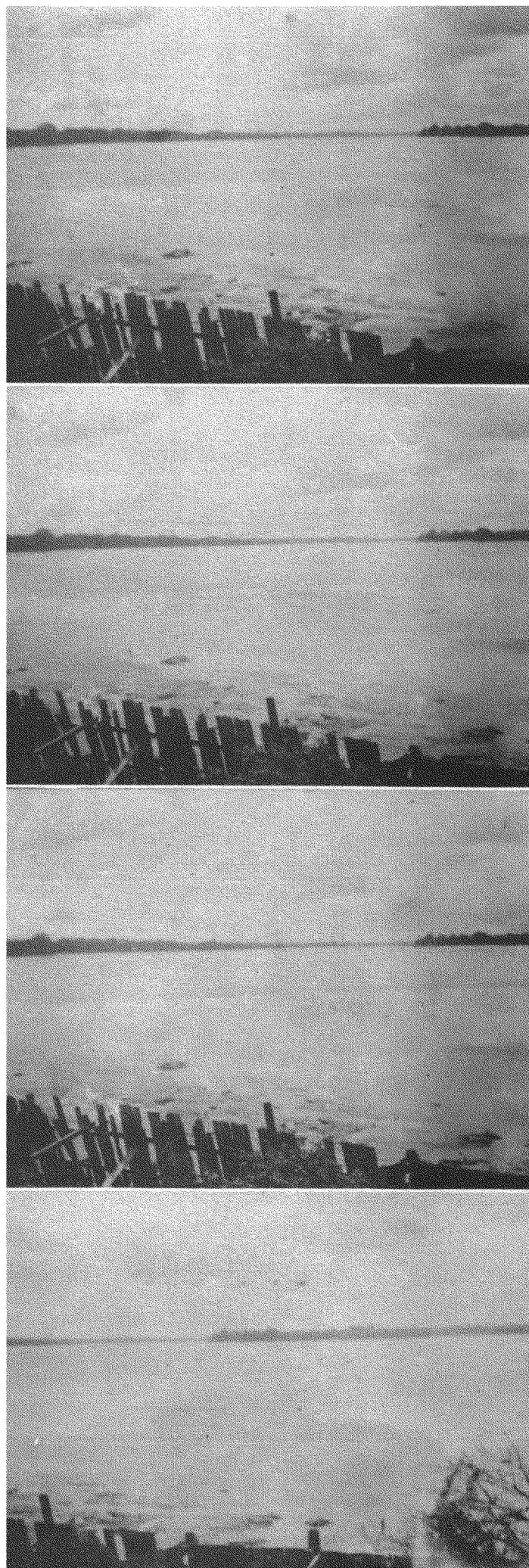
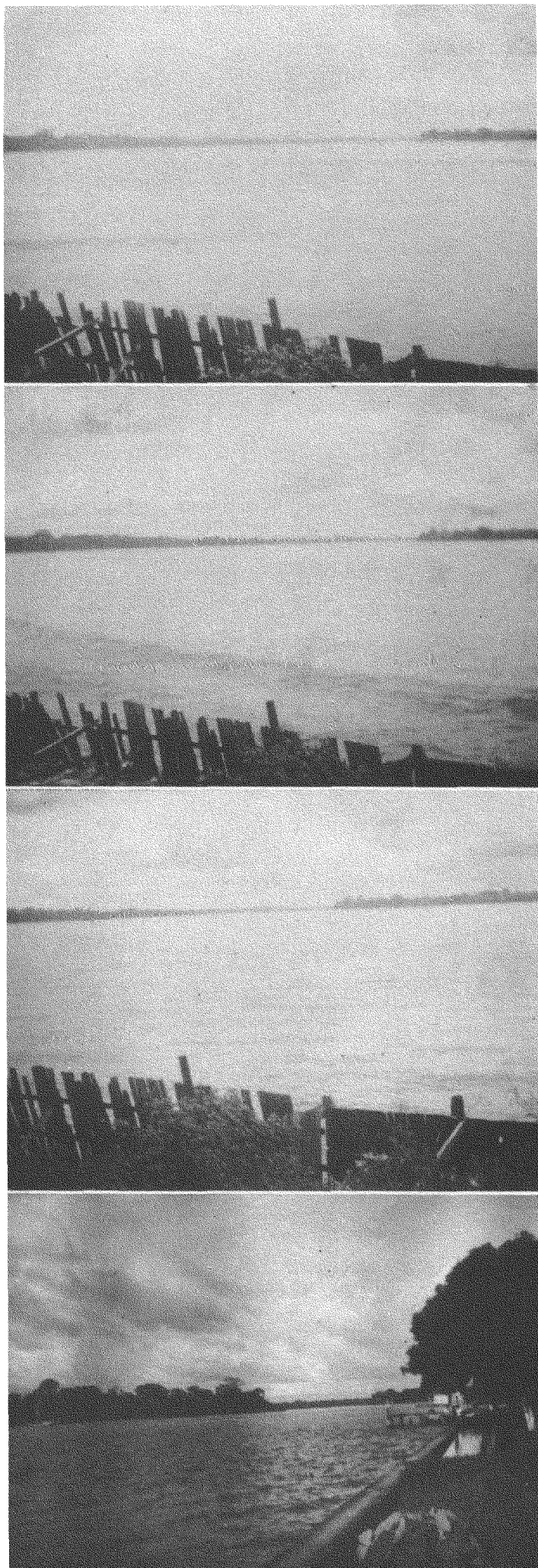
Em 1758, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho, Marquês de Pombal, em cumpirmento à Lei de 6 de julho de 1755, erigiu o pequeno povoado, então existente, em freguesia, sob orago de São Domingos da Boa Vista, com o qual entrou para a Independência.

O local em que estava a vila não permitia um desenvolvimento futuroso, não só por se achar ela cercada de terrenos baixos, como pela erosão constante da pouca terra firme existente, carregada pelas águas dos rios, reduzindo de ano para ano a sua extensão.

Na divisão da província em têrmos e comarcas, nas sessões de 10 a 17 de maio de 1833, a freguesia de São Domingos da Boa Vista ficou fazendo parte do município da capital, indo o seu limite até o Igarapé Jurujaia, afluente esquerdo do rio Guamá.

Como freguesia passou todo o período monárquico, encontrando-a nessa categoria a República.

Com o Decreto legislativo n.º 236, de 9 de dezembro de 1890, o govêrno provisório do Estado do Pará elevou à categoria de vila a sede da antiga freguesia, com a mesma denominação, e pelo decreto n.º 237 da mesma data, constituiu o respectivo território em município.

Do primeiro Conselho Municipal eleito fizeram parte, intendente municipal, Hilário A. Barroso da Silva, e, vogais, Manoel Antônio Rodrigues de Sousa, Felix Antônio

O Fenômeno da Pororoca

O Fenômeno da Pororoca

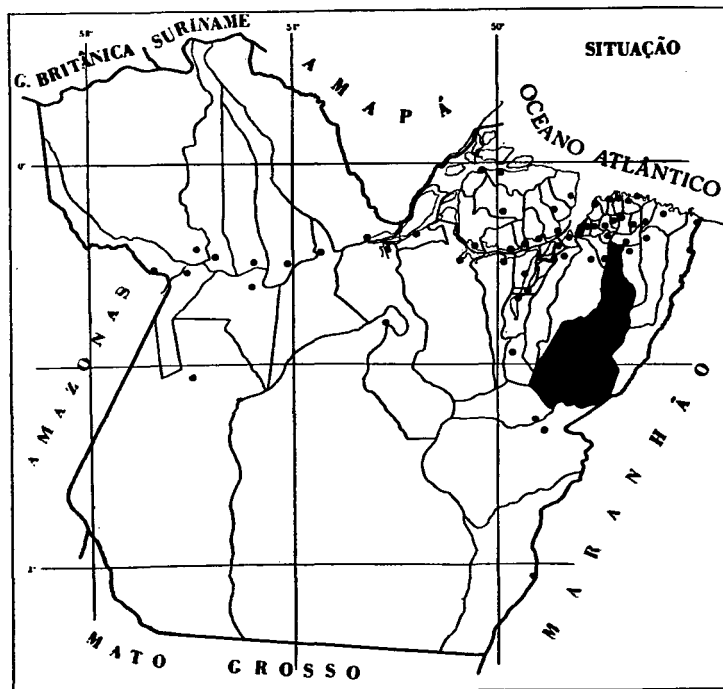
do Nascimento e João Antônio Marcos. Também serviu no cargo de intendente municipal Raimundo Aires Franco Pereira.

Em face do Decreto Estadual n.º 720, de 19 de agôsto de 1932, o município passou a chamar-se São Domingos do Capim, formado sòmente do distrito-sede.

Pelo disposto no Decreto-lei n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município recebeu o topônimo de Capim, simplesmente. Ainda em face dêsse decreto-lei, o referido município perdeu os distritos de Guajará-açu e Bujaru, para o novo município dêsse nome. Conforme essa divisão o município de Capim compreende sòmente o distrito sede, situação que até hoje perdura.

O município de Capim teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Santana do Capim, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Pascoal Bailão da Fonseca e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Capim está localizado na zona fisiográfica Guajarina e limita com os municípios de Marabá, Itupiranga, Tucuruí, Acará, Bujaru, Guamá, Irituia, Viseu e com o Estado do Maranhão. A sede municipal dista 83 km em linha reta, da Capital do Estado, colocando-se em 13.º lugar em ordem de distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: ...... 1° 40' 31" de latitude Sul e 47° 46' 55" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — 25 metros na sede municipal sendo o 17.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido.

ÁREA — A área do município é de 37 612 km². É Capim o 9.º município do Estado em superfície de terra.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rio Guamá, percorre todo o município, servindo de linha limítrofe com o município de Guamá, com boas condições de navegabilidade, margeando a cidade de Capim; rio Capim, começa no rio Guamá, calculadamente uns 300 metros de distância da cidade de Capim, navegável na sua maior extensão e serve ao povoado de Santana.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila destaca-se como principal riqueza mineral; madeiras em geral, a "hevea", extensa mataria, como riqueza vegetal, couros e peles de animais silvestres, aves e peixes diversos, formam a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Capim pelo Recenseamento Geral de 1950, era de 13 793 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 7 052; mulheres — 6 741; brancos — 4 272; pardos — 7 975; pretos — 1 520; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos a mais, em número de 7 325, 3 557 eram solteiros, 3 215 casados, 544 viúvos, 1 desquitado. Havia, sòmente, 6 estrangeiros e nenhum brasileiro naturalizado. Em seitas religiosas, avultaram os que afirmaram ser católicos, com 13 672; as outras seitas acusaram mínima proporção de membros. Conforme os cálculos do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 15 547 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município tem duas localidades urbanas: Capim, com 265 habitantes (140 homens e 125 mulheres) e o povoado de Santana com 50 casas e 200 moradores. Referidos dados advêm do Recenseamento de 1950 e de pesquisas mais novas.

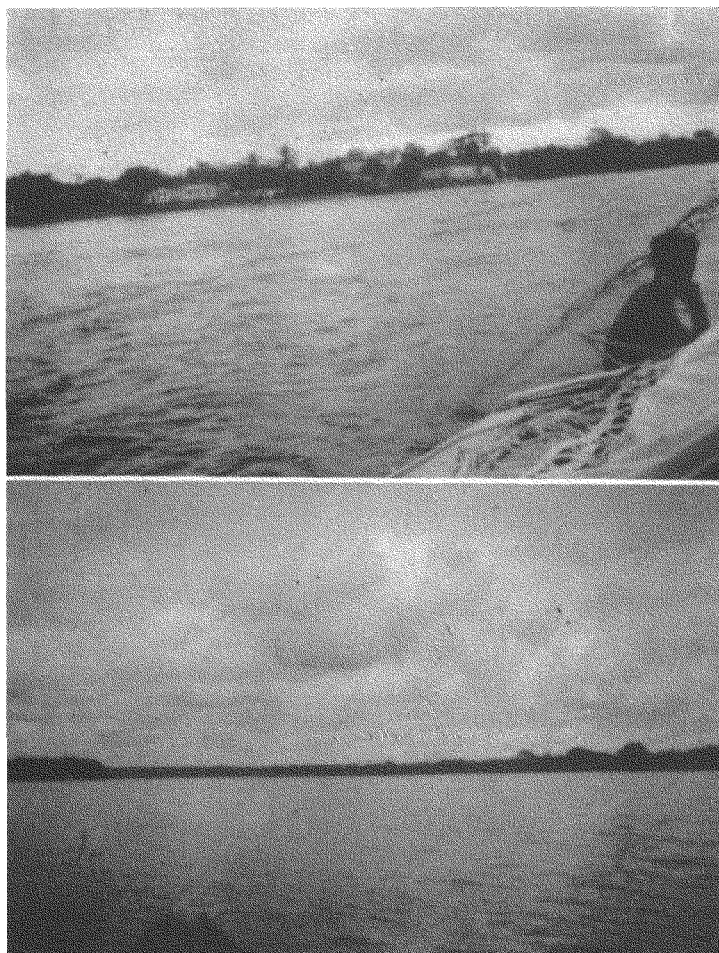
ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de farinha de mandioca, cuja exportação em 1956 atingiu a 2 648 610 kg no valor de Cr$ 5 569 865,00, seguindo-se o arroz com casca com 565 260 kg, valendo Cr$ 2 045 460,00, madeira de lei em tábuas com 2 432 m³, no valor de Cr$ 1 848 000,00, madeira branca em tábuas com 1 669 m³, valendo ...... Cr$ 658 225,00 e castanha-do-pará com 588 kl, cujo valor foi de Cr$ 290 760,00. O valor total da exportação em 1956, somou Cr$ 11 332 239,90.

Existem no município como estabelecimentos industriais, apenas duas serrarias, além dos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 54,7% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Capim com as sedes municipais limítrofes e com a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Acará, fluvial — 196 km; Baião, fluvial — 336 km; Bujaru, fluvial — 30 km; Guamá, fluvial — 40 km; Viseu, fluvial-rodoviário — 224 km; Irituia, fluvial — 70 km; Itupiranga, fluvial — 692 km; Tucuruí, fluvial — 496 km; Capital Estadual, fluvial 136 km. Como via de comunicação há na sede uma Agência dos Correios do Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.).

ASPECTOS URBANOS — Capim tem 7 logradouros; 83 prédios e 265 habitantes. É dotada de luz elétrica servindo a todos os logradouros e atende a 35 ligações domiciliares.

O Fenômeno da Pororoca

O Fenômeno da Pororoca

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta com um subposto de Saúde, do Govêrno do Estado, atendendo com assistência médica aos moradores locais.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950, constatou a existência de 11 413 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 2 561 ou 22,43% sabiam ler e escrever. Destas, 1 817 eram homens e 744 mulheres. Quanto a sede municipal, das 226 pessoas de 5 anos e mais, 144 sabiam ler e escrever, sendo que destas 80 eram homens e 64 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 9 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com matrícula de 386 alunos, na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	103	564	305	605
1951	—	134	843	550	700
1952	—	117	1 317	552	1 422
1953	11	110	1 165	546	1 047
1954	54	76	1 057	537	1 173
1955	—	29	958	399	947
1956	—	376	(1) 1 000	285	1 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Existem duas festas populares, de fundo religioso: a de São Domingos, padroeiro da cidade, que se realiza em dias de julho até o dia 4 de agôsto, que é o principal dia dos festejos; e a de Senhora Santana, que se efetua no Povoado de Santana do Capim, à 26 de julho. Há em ambas, além das cerimônias litúrgicas constantes de missa, novena e procissão, reuniões profanas que se verificam através de leilões, danças e folguedos semelhantes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como especial atração turística, registra-se nos meses de março, abril e setembro, o já famoso e mundialmente conhecido fenômeno da Pororoca, que se evidencia pela sua fôrça e elevação de água acima do nível do rio, podendo atingir uma altura de 3 a 4 metros.

Sua aparição se processa por ocasião da enchente da maré, durante o período da lua cheia, atingindo sua impetuosidade máxima dois dias após esta. Geralmente, ocorre em diversos meses do ano, entretanto, em maio e abril, se destaca dos demais devido às chuvas, que caem em maior quantidade, provocando notável acréscimo no volume de água. Desta maneira, a pororoca alcança nessa época seu ponto culminante.

Sua extraordinária potência chega ao ponto de afundar embarcações e, até mesmo, arrancar árvores, que estejam ao seu alcance. Deve-se salientar que, anualmente, a cidade de Capim é castigada pela erosão, devido à sua localização na confluência dos rios Guamá e Capim, trecho êste, que recebe todo o impulso da singular pororoca. Comumente, após sua passagem, a pororoca ocasiona agitação no rio, denominada, popularmente, de "banzeiro".

Sua origem verifica-se em uma ilha, existente no rio Guamá, acima da cidade de Bujaru, denominada Pernambuco, daí seguindo até à junção com o rio Capim, onde se divide. Para o Guamá avança por uma extensão calculada em 15 km, sempre decrescendo sua violência. Já para o rio Capim, torna-se mais atraente, não só pelo seu tamanho mais vasto (50 km aproximadamente) como, também, pela altura do vagalhão, que se eleva aos limites citados (3 a 4 metros), isto, em uma distância de mais ou menos 30 km, quando, então inicia diminuição no seu potencial.

Nos seus diversos aspectos de beleza, deve-se destacar que a pororoca, nos lugares rasos, põe à mostra tôda a sua energia, bem como altitude, acontecendo o inverso nos fundos, onde se torna pràticamente branda e inofensiva.

Segundo explicação lendaria, diz-se ser a pororoca originada por um pretinho, que a provoca, crença esta, ainda conformada pela maioria da gente inculta dos lugares por onde ela se desenvolve.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem o nome de "capinenses".

É Capim topônimo de origem tupi. *Caá* (mato, fôlha), *pim* = *pyi* (miúdo, fino), segundo Th. Sampaio. Capim significa, pois, "a fôlha miúda, fina, a grama".

É Têrmo Judiciário da Comarca de Guamá, com um distrito. O eleitorado é de 2 519.

Capim está na zona configurada como possuidora de veios petrolíferos, no entanto, a Petrobrás efetuou pesquisa de grande profundidade no local denominado Bedajós, não tendo obtido resultado positivo. Porém, ainda perdura a suposição de, futuramente, vir a ser encontrado o óleo negro naquela zona.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Capim — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

CASTANHAL — PA

Mapa Municipal na pág. 73 do 1.º Vol.
Fotos: págs. 72, 202, 204 e 278 do Vol. I

HISTÓRICO — O Município de Castanhal foi criado em virtude da Lei n.º 600, de 28 de janeiro de 1932. Antes fazia parte da área patrimonial do município de Belém. Foi elevado à categoria de vila de conformidade com a Lei n.º 646, de 6 de junho de 1899, juntamente com os povoados de Benevides, Santa Izabel e Opeú. A instalação solene da vila de Castanhal teve lugar no dia 15 de agôsto de 1901, data comemorativa da adesão do Pará à Independência nacional.

Seus primeiros exploradores foram emigrantes nordestinos que, com a passagem da Estrada de Ferro de Bragança, foram se localizando nas proximidades da estação, formando a povoação de Castanhal.

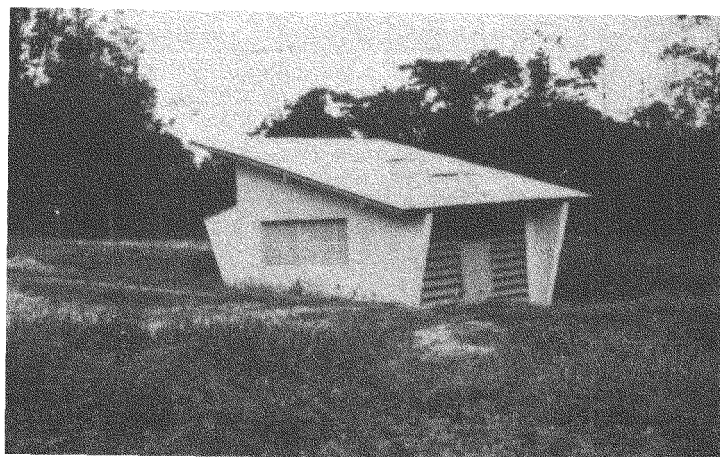
Rua José de Alencar

A origem da denominação Castanhal (segundo a versão) vem de uma frondosa castanheira que fôra encontrada onde deveria ser construída a estação da Estrada de Ferro.

Em 1902, o governador do Estado, Dr. José Paes de Carvalho, mandou dividir o distrito de Castanhal, então circunscrição da Capital, em núcleos coloniais, dando-lhes as denominações de: Colônia José de Alencar, Colôina Anita Garibaldi, Colônia Iracema, Colônia Ianetama, Colônia Inhangapi, Colônia Marapanin e Colônia Antônio Boena.

Em 1903, conseguiu, conforme acôrdo firmado com o govêrno espanhol, a vinda de famílias emigrantes procedentes daquele país, a fim de desenvolver a agricultura nos referidos núcleos, dando-lhes tôda a assistência necessária.

A iniciativa entretanto, não surtiu o efeito desejado, em virtude de os emigrantes não se adaptarem à terra, tendo

Praça da Bandeira

Poço de Abastecimento de Água

o govêrno, de acôrdo com o compromisso assumido, feito regressar ao seu país, às expensas do Estado.

O primeiro prefeito do município foi o comandante Francisco Rodrigues de Assis, cuja administração foi proveitosa para o município.

Foram seus sucessores os senhores Dr. Alberto Ribeiro Pinreiro (1935—1936), Maximino Porpino da Silva, primeiro prefeito constitucional (1936—42), gestão em que foi construído o edifício da Prefeitura Municipal, Francisco Alves de Magalhães (1943—44), José Sicsu (1944), Raimundo Lopes Brasil (1944—46), Dr. João Bento de Souza (1945), Cassiano de Melo Feio (1945—46), Ernani Lameira da Silva (1946-47), Leão Haussler Delgado (1947)

Prefeitura Municipal

Ernani Lameira da Silva, segundo prefeito constitucional (1947—50), Orvácio Bastos, em substituição, na qualidade de vice-prefeito e presidente da Câmara Municipal .... (1950—51), João Soares de Melo, terceiro prefeito constitucional (1951—54) e Vicente Pereira Lima, quarto prefeito constitucional, eleito a 3-10-54 e empossado a 1.º-2-55, atualmente em exercício.

Em 1944, foram desmembrados do município de Castanhal os distritos de Anhanga e Inhangapi que passaram a constituir os municípios dêstes nomes ficando assim Castanhal sòmente com dois distritos, o da sede municipal e o de Apeú.

Dois anos após a formação do município (1934) foi criada a comarca de Castanhal.

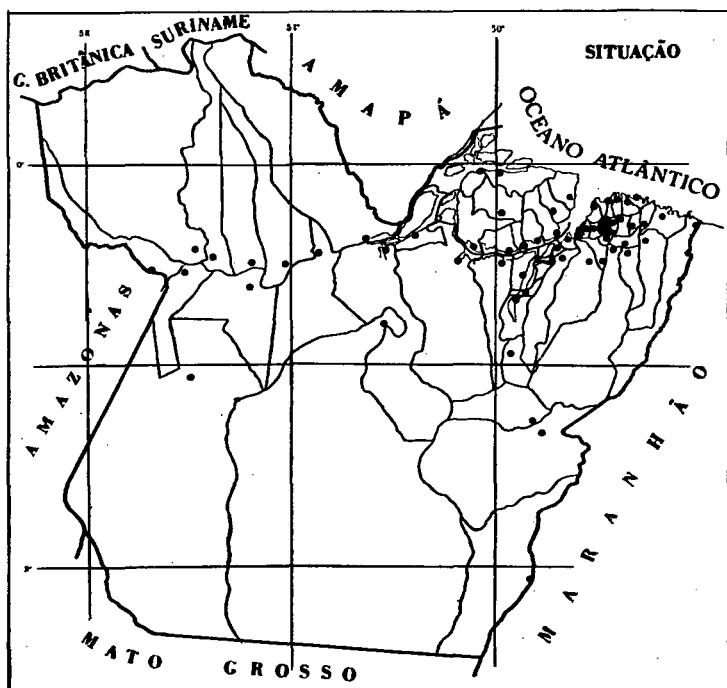
Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de

Estação da E. F. Bragança

1938, Castanhal é constituído de 4 distritos: o da sede, e os de Anhanga, Apeú e Inhangapi, assim permanecendo na divisão administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939—1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938.

Em face do disposto no Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, Castanhal perdeu os distritos de Anhanga e Inahangapi, que foram constituir os novos municípios dêsses nomes. Em tais condições, a divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, supracitado, para vigorar no qüinqüênio 1944—1948, Castanhal integra-se apenas de 2 distritos: Castanhal e Apeú, situação que até hoje perdura.

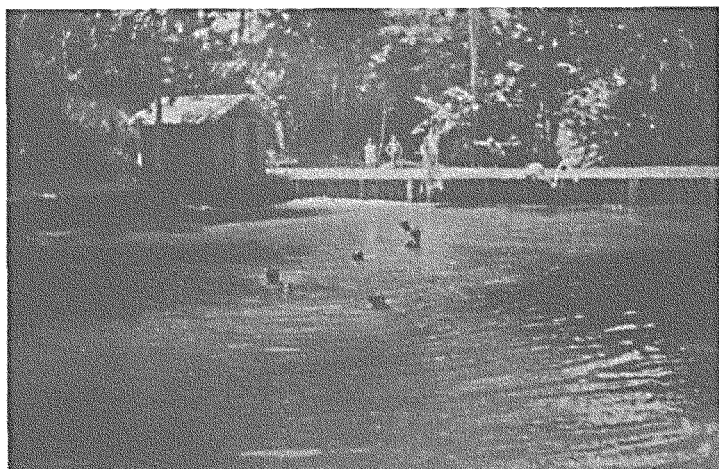
A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Vicente Pereira Lima e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Castanhal está localizado na zona fisiográfica denominada "Bragantina" e limita com os municípios de Inhangapi, João Coelho, Vigia Curaçá, Anhanga, Igarapé-Açú e Guamá. A sede municipal dista 58 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 5.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 17' 46" de latitude Sul e 47º 55' 28" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 50 metros (sede municipal). Está em 4.º lugar em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. É um dos municípios mais chuvosos do Pará, segundo o consenso dos conhecedores da terra paraense.

ÁREA — 1 020 km². É Castanhal o 48.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: rio Inhangapi — nasce a leste e deságua no rio Guamá, no município de Inhangapi, rumo oeste; sua navegação na parte pertencente a êste município é feita em embarcações de pequeno calado, em virtude de sua pouca profundidade, calculada em média de 2,5 m; depois de cêrca de 18 km de curso no município de Castanhal, passa sua margem esquerda a pertencer ao município de seu nome, servindo assim de limite aos dois municípios, até encontrar a foz de seu afluente direito, igarapé Pitimandeua, numa distância de cêrca de 12 km, de onde passa a pertencer inteiramente ao município de seu nome. Igarapé Petimendeua — nasce ao norte e deságua no rio Inhangapi, rumo sul, servindo de limite entre êste município e o de Inhangapi, sendo sua profundidade, no inverno, em média de 2 metros e sua navegabilidade é feita em pequenas montarias (canoas a remo). Rio Apeú — nasce a noroeste e deságua no rio Inhangapi, rumo sul, já na parte pertencente ao município dêste nome. Sua navegação é feita em embarcações de pequeno calado e a sua profundidade no curso dentro dêste município é em média de 3 metros,

Balneário Municipal

Praça da Bandeira

Um Aspecto das Santas Missões

banhando à direita a Vila de Apeú e à esquerda a povoação de Macapá. Rio Americano — nasce a oeste e serve de limite entre êste município e o de Inhangapi, indo desaguar no rio Apeú, rumo leste. Braço Esquerdo do Rio Marapanim — êste rio serve de limite entre êste município e o de Curaçá, nascendo a oeste e num curso de cêrca de 12 km rumo leste, indo desaguar no rio Marapanim; sua profundidade é em média de 5 metros e navegável por embarcações de pequeno calado. Braço Direito do Rio Marapanim — é êste rio o próprio rio Marapanim, que, a esta altura, toma a denominação de "Braço Direito". Nasce a leste e, rumo norte, num curso de cêrca de 15 km, vai encontrar a foz do referido rio "Braço Esquerdo", servindo de limite entre êste município e o de Anhanga, águas acima, até à foz de seu afluente esquerdo rio Caraná; sua profundidade média é de 5 metros, sendo navegável por embarcações de pequeno calado. Rio Caraná — nasce ao sul e deságua no Braço do Marapanim, servindo de limite entre êste município e o de Anhanga; sua profundidade é de cêrca de 2,5 metros. Rio Braço do Caraná — afluente do Rio Caraná,

Ponte Sôbre o Rio Espírito Santo

nasce a sudeste, servindo, também, de limite entre êste município e o de Anhanga.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras em geral, constituem a única riqueza vegetal.

POPULAÇÃO — A população de Castanhal, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 14 261 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 7 421; mulheres — 6 840; brancos — 4 521; pardos — 8 939; prêtos — 785 e amarelos — 4. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 017, 3 232 eram solteiros; 4 152, casados; 621 viúvos e 2 desquitados. Existiam apenas 31 estrangeiros e 5 brasileiros naturalizados. Predominaram os que se declararam católicos romanos que eram 14 017; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 16 075, sendo 14 355 no distrito de Castanhal e 1 720 no distrito de Apeú.

Trapiche Municipal

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas principais: a cidade de Castanhal com 2 969 habitantes (1 500 homens e 1 469 mulheres) e a vila de Apeú com 523 habitantes (257 homens 266 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e da vila, existem os seguintes povoados: Macapá, com 24 casas e 130 moradores; Anhanga Velha, com 17 casas e 85 moradores e Santa Rita, com 24 casas e 100 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção da farinha de mandioca. A exportação dêsse produto atingiu no ano de 1956 a 7 080 960 quilos, valendo Cr$ 19 693 425,00, seguindo-se o arroz descascado com 804 230 quilos no valor de Cr$ 5 945 270,00, a fibra vegetal 422 800 quilos no valor de Cr$ 3 561 068,50 e farelo de arroz com 461 590 quilos no valor de Cr$ 1 075 475,00. O valor da exportação em 1956 somou Cr$ 36 321 806,50. Existem no município 18 estabelecimentos industriais: 3 serrarias, 8 usinas de beneficiamento de arroz, 1 usina para prensagem de fibras e algodão, 4 padarias, 1 fábrica de calçados e 1 fábrica de banha,

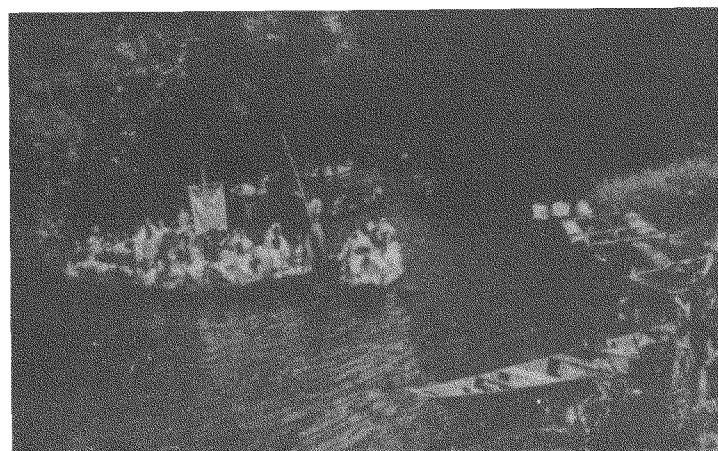
Vista Parcial da Cidade

além dos que se dedicam exclusivamente à fabricação de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 39,7%, estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura. A produção extrativa de origem vegetal é representada por madeiras em geral, beneficiadas por 3 serrarias, cujo valor da produção, em 1956, somou a quantia de .... Cr$ 4 800 000,00, correspondente a 8 000 m^3.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 92 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. Funciona uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Castanhal com as sedes municipais limítrofes e Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Anhanga: ferroviário — 21 km, Estrada de Ferro de Bragança e rodoviário 45 km; Curuçá: rodoviário — 64 km; Inhangapi: rodoviário — 16,7 km; João Coelho: — ferroviário — 25 km (E. F. B.) e rodoviário — 23 km; Capital Estadual: ferroviário — 68 km, (E. F. B.) e rodoviário — 66 km. Como vias de comunicação, existem no município uma Agência postal-telegráfica e uma Agência do Correio ambas do D.C.T., e 3 Agências da Estrada de Ferro de Bragança.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Castanhal conta com 22 logradouros públicos com 1 082 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 2 969 habitantes. É servida de luz elétrica e água canalizada. A iluminação pública se estenne a 17 logradouros e a domiciliária conta com 360 ligações. A rêde distribuidora de água abastece 8 logradouros com 173 ligações domiciliares. Os seus edifícios mais importantes são: Prefeitura Municipal, o Mercado Público e a Estação da Estrada de Ferro de Bragança.

Círio Fluvial de Nazaré

ASSISTÊCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem 1 Pôsto e 1 Subposto de Saúde, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública, com finalidades gerais, desempenhando os serviços gerais de atividades curativas e preventivas. O Pôsto possui ambulatório, farmácia, lactário e gabinete dentário e executa trabalhos profiláticos de imunizações e tem como corpo clínico 2 médicos, 1 dentista, 1 técnico de laboratório, 1 enfermeiro, 2 visitadoras e 2 guardas.

Estrada de Rodagem

O Subposto possui ambulatório e farmácia, executa trabalhos profiláticos de imunização e antivariólica e tem como corpo clínico apenas um guarda sanitário contando com uma visita médica mensal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATISMO — Existem na cidade de Castanhal, as seguintes associações: Sociedade Beneficente São Francisco das Chagas, fundada no ano de 1897, contando com 234 sócios, destinada a prestar auxílios funerários e pecuniários aos seus associados; Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada no ano de 1900, contando com 20 sócios e destinada a benefícios e auxílios a pobres e indigentes; Círculo Operário de Castanhal, fundado no ano de 1952, contando com 175 sócios e destinado a prestar assistência médica, dentária e funerária aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 11 947 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 734, ou 31%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 060 eram homens e 1 674 mulheres. Na sede municipal, das 2 517 pessoas de 5 anos e mais, 1 530 sabiam ler e escrever e destas, 806 eram homens e 724, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 42 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 2 070 alunos.

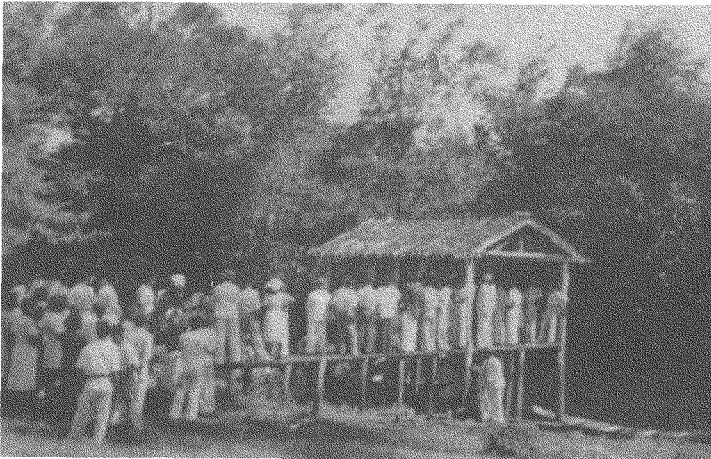
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe um cinema com 400 lugares (o "Cine Argus") e seis Associações Culturais de caráter esportivo.

Chegada do Círio à Cidade

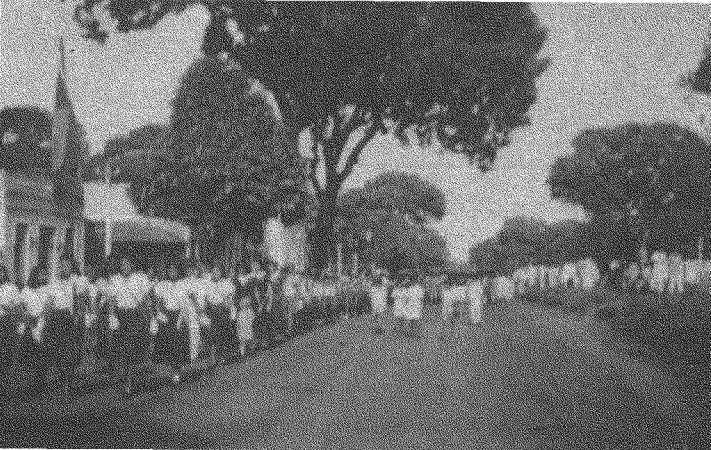
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	611	724	1 884	697	2 031
1951.......	998	899	1 941	...	1 707
1952.......	1 595	1 247	2 136	1 322	1 890
1953.......	2 149	1 511	2 975	1 703	3 053
1954.......	3 770	1 485	2 718	1 476	3 178
1955.......	1 978	1 306	2 394	1 486	2 424
1956.......	2 627	1 891	3 049	1 954	2 904

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Mastro da Bandeira, situado na Praça da Bandeira.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apesar de a cidade de Castanhal ter como padroeiro São José, os festejos mais importantes, que

No Trapiche o Povo Aguarda a Chegada do Círio

Comemoração do 7 de Setembro

se realizam na igreja local, são em louvor a N. S.ª da Providência, promovidos no mês de dezembro (23 a 31) pela Ação Católica de Castanhal, sendo sempre encerrados com suntuosa procissão, que percorre as principais artérias da cidade. Realiza-se também, todos os anos a procissão de Corpus Christi, ato religioso ao qual aflui grande número de fiéis e no próprio dia santificado. Além destas, ainda se destacam as seguintes: festa de São Francisco das Chagas, realizada de 25 de setembro a 3 de outubro, na cidade, tendo como local o largo de São Francisco, onde se acha construída a capela; festa de Nossa Senhora Sant'Ana, padroeira da vila de Apeú, em julho, encerrando-se, como as demais festas religiosas, com missa e procissão; "Círio" de Nossa Se-

Desfile Escolar

nhora de Nazaré, que se realiza na povoação de Macapá, onde é padroeira. Em seu louvor é realizado todos os anos o "círio" (procissão fluvial) que partindo de um pequeno pôrto denominado Boa Vista vai ter ao trapiche da povoação, todo o percurso no rio Apeú. Para esta festa, sempre realizada no mês de agôsto, afluem romeiros de Municípios vizinhos e de Belém.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "Castanhalenses".

O topônimo é português e de fácil compreensão, achando-se a sua origem provável significativamente explicada na versão popular, narrada na parte histórica desta notícia.

O eleitorado é de 4 173 eleitores.

É sede de comarca do mesmo nome, com 3 têrmos judiciários.

Castanhal, como centro de comunicações e transportes para os municípios de Curaçá e Marapanim, da zona do Salgado, e para as comunas de Inhangapi e Bujaru, da zona Guajarina, apresenta acentuado desenvolvimento no setor econômico. É uma das cidades mais movimentadas da zona bragantina, servida por uma rodovia asfaltada para Belém, e tem posição evidente na região.

Ocupa Castanhal o quarto lugar no Estado na plantação de pimenta-do-reino. Segundo o levantamento procedido, em 1956, pela Inspetoria Regional do I. B. G. E. existiam no município 83 produtores com 52 hectares e 82 464 pés de pimenteiras, das quais 71 118 em produção.

Os municípios cujas plantações superam 20.000 pés apresentam-se nesta ordem:

1.º Acará	764 737	pés
2.º Ananindeua	458 718	"
3.º João Coelho	152 165	"
4.º CASTANHAL	82 464	"
5.º Belém	81 277	"
6.º Barcarena	22 900	"

7 de Setembro — Missa

O Estado todo tem, segundo a referida pesquisa, ... 1 665 835 pés de pimenteiras.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz. — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Castanhal — CNE — 1948. — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

CHAVES — PA

Mapa Municipal na pág. 267 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A origem do município de Chaves encontra-se no desenvolvimento da catequese, nos tempos coloniais; derivando de uma aldeia de índios aruans, missionados pelos religiosos capuchos da Província de Santo Antônio.

A costa Norte da ilha de Marajó, região mais alta, vivitada desde os primeiros passos da colonização do Grão Pará, permitiu o assentamento de um centro de catequese, em princípio, e, depois, de vigilância e fiscalização da região Norte do grande Estado, não obstante sofrer a ação erosiva

Chgada no Pôrto de Chaves

das águas Amazônicas, exigindo uma obra de proteção para procurar obstá-la.

Os frades capuchos de Santo Antônio instalaram-se no ponto em que hoje está a cidade de Chaves.

Em conseqüência da Lei de 6 de junho de 1755, teve a aldeia o predicamento de vila, dado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1757.

Em 1765 foi diretor da vila Francisco Rodrigues.

No último têrço do século XVIII, depois da criação do seu Senado da Câmara, serviu de centro militar, dispondo de grande guarnição, em efetividade de serviço ativo, como no-lo mostra os documentos antigos.

Em 1805 foi juiz ordinário da vila Gaspar Roiz Ferraz e Fróis.

O brado de adesão do Pará à Independência do Brasil teve em Chaves um eco solene.

Em 14 de setembro de 1823 a guarnição, em ato solene, realizado no quartel da 8.ª Companhia de Cavalaria e Infantaria, de Legião da 2.ª linha, com a presença do Capitão-Comandante militar e de Polícia, Manoel Carlos Gemaque de Albuquerque, autor da iniciativa da solenidade, e com o comparecimento do Senado da Câmara, como principal representante do povo, deu-se o ato de adesão, com a proclamação de D. Pedro I, Imperador e defensor perpétuo do Brasil.

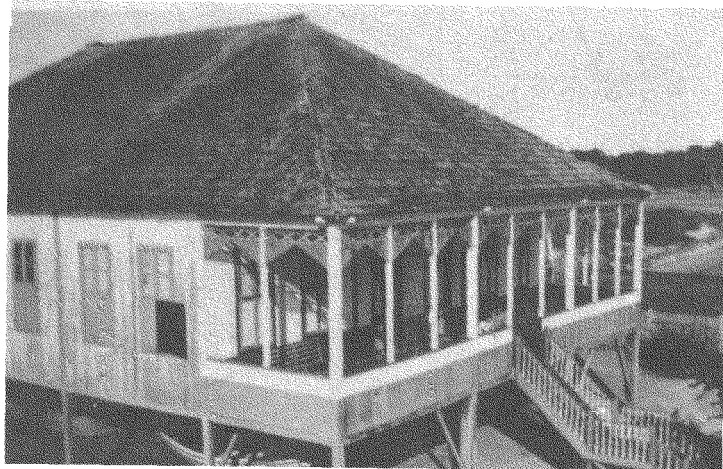
Dos documentos compulsados não constam os nomes dos oficiais do Senado da Câmara que estiveram presentes.

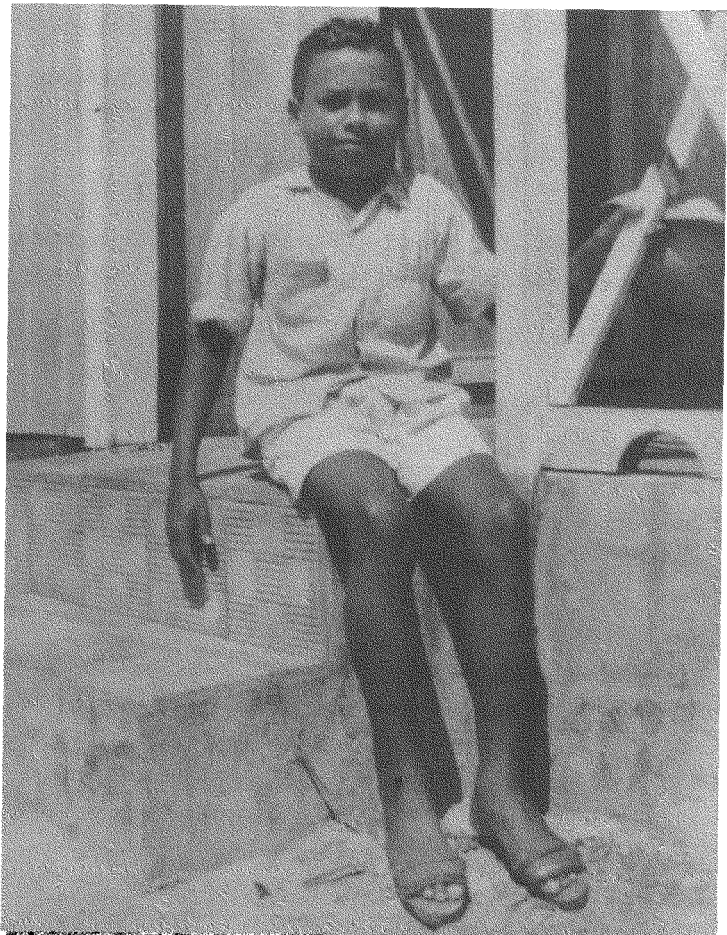
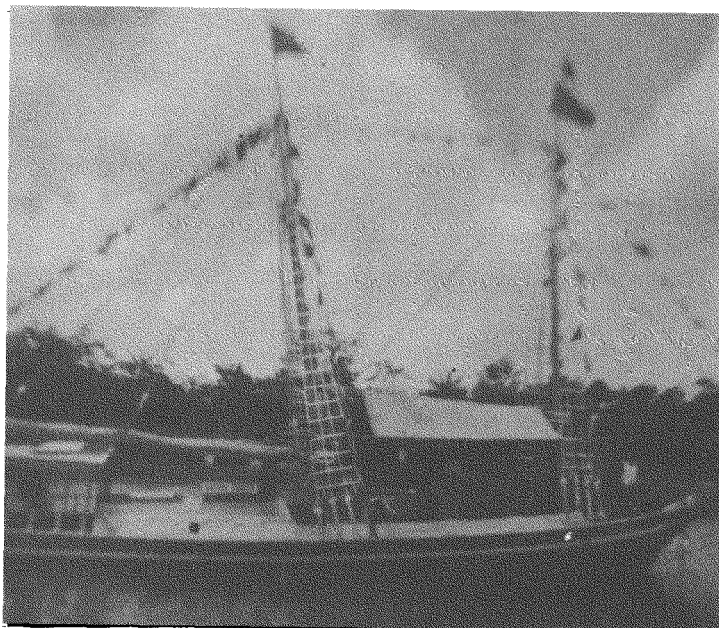
Do último Senado, anterior à Lei de 1828, que organizou os municípios do Império, fizeram parte Felix Henrique, Joaquim Marcelino de Almeida, Antônio de Almeida e João Manoel do Vale.

Praça da Bandeira

Em 1833, o Conselho do Govêrno da Província, no ato da divisão desta em têrmos e comarcas, substituiu a denominação de Chaves, que até então possuía a vila, pela de Equador, nome que conservou até 1844.

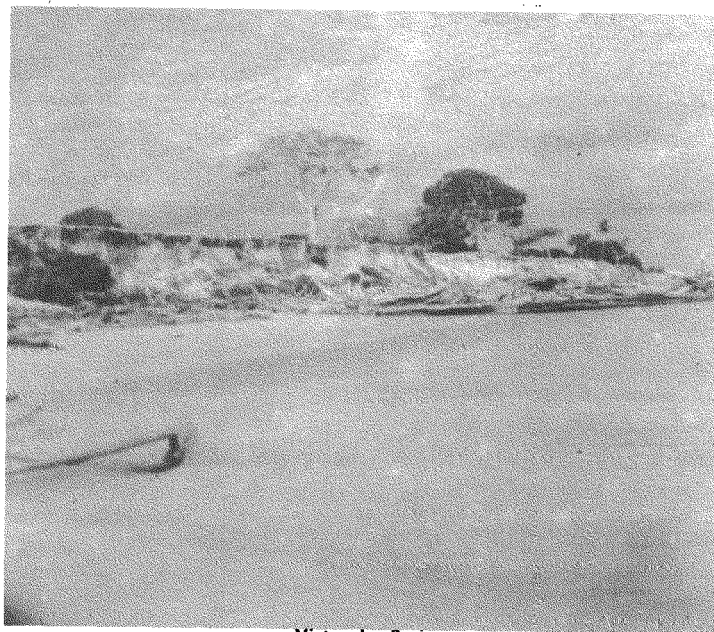
A Resolução n.º 117, de 11 de setembro de 1844, que autorizou o Govêrno da Província a marcar os limites de Chaves, restituiu-lhe o seu antigo nome, que conseguiu vencer a imposição oficial do inculto presidente, que em 1833 fêz o Pará retrogradar de mais de 20 anos com os atos acanhados de uma administração que lançou as sementes da Cabanagem.

A Lei n.º 1 350, de 9 de março de 1889, criou a Comarca de Chaves instalada em 1890, já com a República, nos têrmos da Portaria de 12 de março dêsse ano.

Casa da Fazenda Santa Catarina

Na divisão administrativa, em 1911, o município em aprêço compõe-se de 4 distritos: Chaves, Arapixi, Prainha e Arrozal.

Filho de Um Vaqueiro

Um dos Meios de Transporte

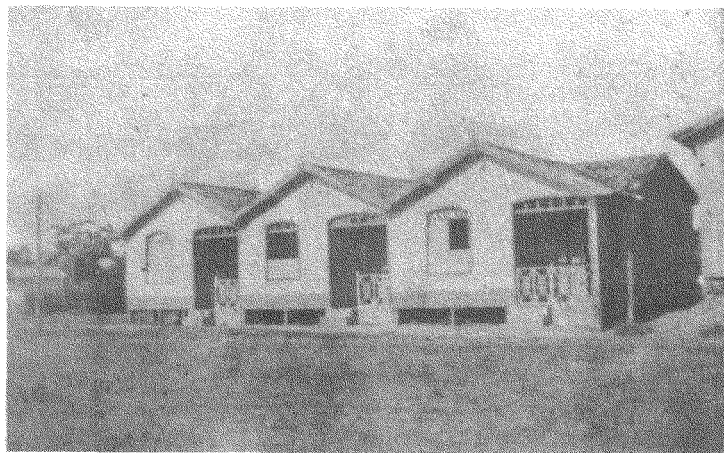
O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, cujos dispositivos foram confirmados pelo de n.º 78, de 27 de dezembro do mesmo ano, manteve o município de Chaves, cujo nome e também de seu distrito-sede foi mudado para Santo Antônio de Aruãs, em virtude do Decreto estadual n.º 668, de 7 de junho de 1932.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, referente ao ano de 1933, o município de Santo Antônio de Aruãs compreende ùnicamente o distrito-sede.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, confirmou também a existência do município de Santo Antônio de

Vista da Praia

Aruãs, que, no quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936, se compõe de 8 distritos: Santo Antônio de Aruãs, Arapixi, Rebordelo, Goiabal, Ganhoão, Arrozal, Ilha Viçosa e Cururu, observando-se o mesmo no datado de 31 de dezembro de 1937.

No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, integra-se o município em aprêço apenas do distrito-sede.

De conformidade com o Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município e seu distrito-sede

Casas na Vila "Magalhães Barata"

voltaram a denominar-se Chaves, perdendo o segundo o território da zona de Ilha Viçosa para constituir o novo distrito de São Sebastião de Viçosa. Dêsse modo, na divisão estabelecida pelo referido Decreto-lei n.º 3 131, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Chaves compõe-se dos seguintes distritos: Chaves e São Sebastião de Viçosa.

Com a criação do Território Federal do Amapá, pelo Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, regulado pelo de número 5 839, de 21 dêsse mês e ano, o município de Macapá foi transferido do Estado do Pará para nova unidade Federada, sem, porém, o distrito de Bailique.

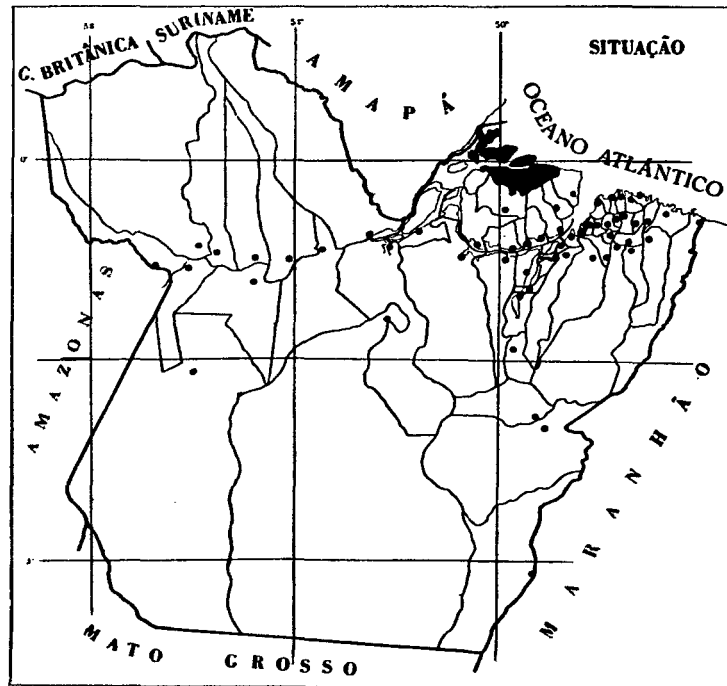
Na divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, é a seguinte a composição distrital do município em aprêço: Chaves, abrangendo os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º subdistritos, São Sebastião de Viçosa e Bailique, êste consignado no qüinqüênio precedente no município de Macapá, então pertencente ao Estado do Pará.

Por fôrça do Decreto-lei federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, deixou o distrito de Bailique de fazer parte do Estado do Pará, sendo reincorporado ao município de Macapá, do Território Federal do Amapá. Refere-se, também, a essa transferência o Decreto n.º 172, de 6 de novembro de 1944.

O município atualmente é constituído dos distritos de Chaves e São Sebastião de Viçosa.

A atual Legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Rodolfo Chermont Júnior e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

Embarque e Desembarque

LOCALIZAÇÃO — O município de Chaves está localizado na zona fisiográfica de "Marajó e Ilhas" e limita com os municípios de Afuá, Soure, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Anajás, Território Federal do Amapá e com o Oceano Atlântico. A sede municipal situada na Ilha de Marajó, dista 223 km, em linha reta, da Capital Estadual, colocan-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

do-se no 32.º lugar em ordem de distância de Belém. Tem as seguintes coordenadas geográficas: 0° 09' 51" de latitude Sul e 49° 58' 46" de longitude W.Gr.

ALTITUDE — É de 4 m a altitude do município, na sede, sendo o 30.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

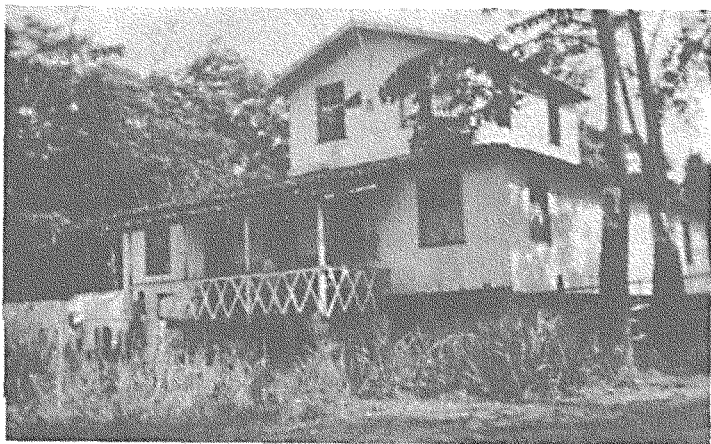
CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. É um dos municípios mais ventilados da Amazônia, pela sua situação na Ilha do Marajó, em frente ao Oeceano Atlântico.

ÁREA — 9 600 km², dando a Chaves a classificação de 23.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os principais acidentes geográficos: *Ilha Caviana*: na foz do rio Amazonas, densamente povoada; *Ilha Mexiana*: na foz do rio Amazonas, também bastante habitada; *Ilha Viçosa*: na foz do rio Amazonas; *Rio Cururu*: nasce a N.E. e se lança a S.O. do rio Amazonas, sendo navegável por embarcações de grande calado, até ¾ de sua extensão, que é de aproximadamente 60 km; *Rio Arapixi*: tem nascente na costa sul da ilha de Marajó e desemboca no rio Amazonas; *Rio Ganhoão*: localizado na zona do Ganhoão, desembocando no rio Amazonas; *Rio Arrozal*: surge dentro da ilha Caviana, percorre a zona do Arrozal, lançando-se depois no rio Amazonas; *Rio Goiabal*: com nascente no centro da ilha Caviana, banha a zona do Goiabal e despeja no rio Amazonas, antes passando pelo povoado de Santa Terezinha; e Lagos *Apuí* e *Arapá*.

RIQUEZAS NATURAIS — Destacam-se as seguintes riquezas naturais: madeira, borracha e sementes oleaginosas

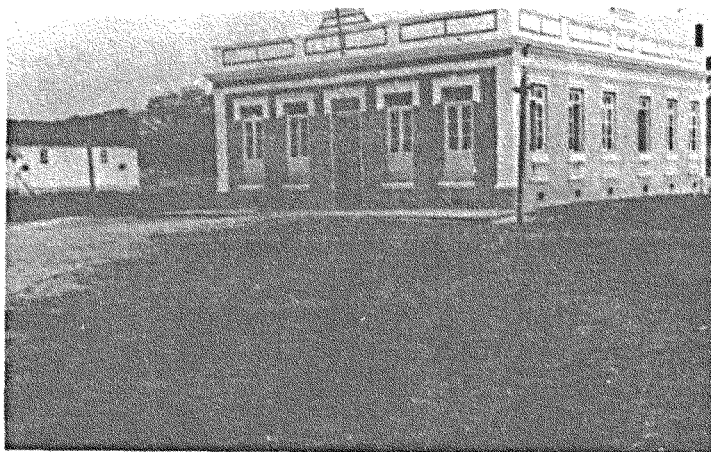
constituem as riquezas vegetais. Peixes e animais silvestres aparecem como riquezas animais. Quanto à riqueza mineral nada há que mereça citação.

POPULAÇÃO — A população de Chaves, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 14 129 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens 7 320; mulheres 6 809; brancos 3 937; pardos 8 079; prêtos 2 061; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 794, 4 913 eram solteiros; 2 414 casados; 446 viúvos; 5 desquitados. Existiam apenas 8 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Religiosamente predominavam os que se declaravam católicos romanos, com um contingente de 13 867 pessoas; as outras religiões possuem adeptos em pequena

Residência de um Comerciante

escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956 era de 15 926 habitantes, sendo 13 347 no distrito de Chaves e 2 579 no distrito de São Sebastião de Viçosa.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui oito aglomerações urbanas: — a cidade de Chaves, com 448 hatantes (239 homens e 209 mulheres); a vila de São Sebastião de Viçosa, com 38 habitantes (21 homens e 17 mulheres); e os povoados: Prainha, com 50 casas e 170 moradores; Bacuri, com 80 casas e 340 moradores; Arapixi, com 140 casas e 650 moradores; São Joaquim, com 50 casas e 220 moradores; Nascimento, com 90 casas e 350 moradores e Santa Terezinha, com 40 casas e 150 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente na pecuária e na indústria extrativa. A exportação do gado bovino atingiu no ano de 1956 o total de 8 723 cabeças, no valor de .... Cr$ 33 269 200,00, e do gado suíno a 10 213 cabeças, valendo Cr$ 1 129 163,00. A de borracha 123 317 kg, no valor de Cr$ 4 260 345,00; a de sementes oleoginosas 113 555 kg, valendo Cr$ 567 745,00. Os peixes secos elevaram-se a 120 320 arrôbas, no valor de Cr$ 824 585,00. O valor total da exportação foi de Cr$ 41 014 927,00. A ausência de estabelecimentos industriais é justificada por tratar-se de município nìtidamente pecuarista. O rebanho bovino, segundo o Censo Agrícola de 1950, é de 132 793, ocupando o segundo lugar na população bovina do Pará. Das pessoas ativas (10 anos e mais) 10,1% estão ocupadas em agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é atacadista e varejista, tanto na zona urbana, como na rural, mantendo tran-

Prefeitura Municipal

sações com a praça de Belém. Os estabelecimentos comerciais contam-se em número de 49, do tipo comum da Amazônia.

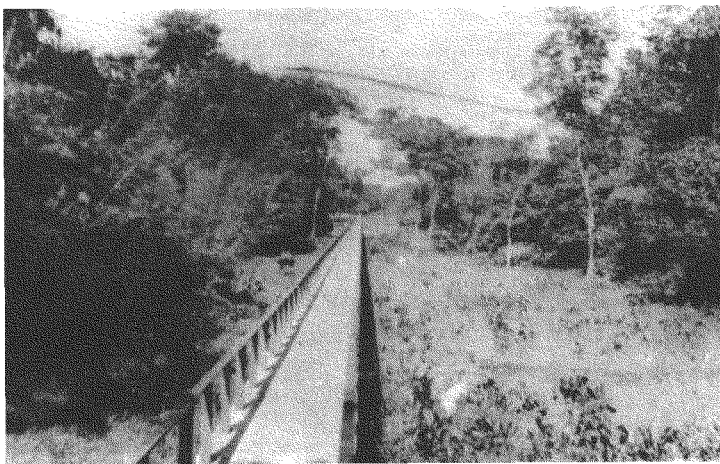
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Chaves com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Afuá*, fluvial, 30 km; *Anajás*, carroça, 116 km; *Cachoeira do Arari*, carroça, 185 km; *Ponta de Pedras*, misto — 185 km até Cachoeira do Arari, carroça, e 55 km via fluvial; *Soure* carroça, 190 km; *Macapá*, via fluvial; *Capital Estadual*, fluvial, 574 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal Telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Chaves conta com 17 logradouros públicos, compostos de 94 prédios, os quais possuem 488 habitantes, conforme os dados do Recenseamento de 1950. É servida de luz elétrica. A iluminação estende-se a tôdas as vias públicas e a domiciliária conta com 52 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um pôsto de higiene, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública, gratuito, mantendo serviços de curativos e aplicação de injeções, bem como um ambulatório de análises clínicas e um de microbiologia, não executando trabalhos profiláticos, e tendo como corpo clínico um técnico de laboratório e um prático de farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 11 777 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 177, ou 26,9%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 870 eram homens e 1 307, mulheres. Na sede munici-

Igreja Matriz

23 — 24 640

Ponte Sôbre o Rio Bacuri

pal, das 381 pessoas de 5 anos e mais, 252 sabiam ler e escrever e destas, 141 eram homens e 111, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram em Chaves, 30 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 016 alunos, na sede municipal e no interior do município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe apenas uma associação cultural, de caráter esportivo, aliás de modelar organização.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	1 043	793	1 240
1951.......	—	—	1 153	837	1 003
1952.......	—	—	1 100	778	844
1953.......	—	—	747	733	877
1954......	—	—	1 111	607	928
1955.......	—	—	1 976	1 284	1 770
1956.......	—	—	2 815	1 935	2 538

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há festividades em honra de Santo Antônio, padroeiro da cidade, que se realizam anualmente a 13 de junho, havendo, porém, durante a quadra junina, festas populares, com exibição de "cordões" ou "ranchos", com as formas típicas da região.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como todo o Amazonas, a natureza oferece sempre atração. A contra-costa da Ilha do Marajó, banhada pelo rio Amazonas, e sob a ação dos ventos marinhos, é um espetáculo, que bem merece ser visto. Na Ilha da Caviana, registra-se a "pororoca", fenômeno comum na região.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "chavenses".

O eleitorado é de 3 511 eleitores.

É sede de Comarca com dois distritos judiciários.

O acesso à cidade de Chaves é penoso, pois, não existindo trapiche ou cais os passageiros são desembarcados das lanchas ou motores em pequenas canoas (catraias) e depois conduzidos a terra nos ombros dos "carregadores", que o fazem dentro de comentários jocosos. Ninguém desembarca calçado.

Chaves é topônimo importado de Portugal, onde a sua origem é vivamente controvertida. "Sôbre a origem dêste topônimo nem sempre se ajustam as opiniões apresentadas" (I. Xavier Fernandes — "Topônimos e Gentílicos").

Pensa êste autor que "o étimo mais aceitável do vocábulo" é Flavis (do ablativo "Aquis Flavis" de Aquae Flaviae", denominação romana de uma fonte existente no local.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Chaves — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA — PA

Mapa Municipal na pág. 413 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A ocupação paraense nos territórios que constituem êste município data dos tempos coloniais. E quando se diz ocupação paraense, deve-se dar a esta expressão a interpretação de haver a zona sido sempre jurisdicionada pelos governos, quer do período colonial, quer do da independência, com sede no Pará, sendo a extensão da primeira a que até hoje tem regido o direito de ocupação territorial dos atuais Estados da República brasileira.

O acôrdo de limites com o Estado de Mato Grosso, já convertido em lei, aprovado pelos dois Estados interessados e pelos poderes competentes da República, marca como referência a linha do Salto das Sete Quedas, no rio São Manuel ou Paranatinga, a ilha do Bananal, no rio Araguaia, nos têrmos da Lei estadual do Pará n.º 757, de 27 de fevereiro de 1901.

A jurisdição do Pará sôbre a margem esquerda do rio Araguaia se tem manifestado, não só com a ocupação efetiva, como por atos legislativos, administrativos e judiciários, desde os mais remotos tempos.

Frei Gil de Vila Nova, o grande apóstolo dos tempos modernos, do Alto Araguaia, erigiu em nova freguesia o povoado de Conceição do Araguaia, utilizando poderes espirituais ou religosos que possuía, a 14 de abril de 1900.

O desenvolvimento do território conduziu o legislativo do Estado do Pará à criação de um novo município, com sede no antigo povoado de Conceição, pela Lei n.º 1 091, de

Índios Carajás dançando o "Aruanan"

Moradores do Local

3 de novembro de 1908, que concedeu àquele lugar a categoria de vila.

O Dr. Carvalho Nobre, por delegação especial do govêrno do Pará, instalou o município de Conceição do Araguaia a 10 de janeiro de 1910, empossando a comissão nomeada, constituída por Diogo de Matos Mourão, Rufino Rodrigues Brasil, Abílio Clementino da Silva, Joaquim Alves Fortaleza e João Martins de Almeida.

Por decreto de 4 de novembro de 1911, o govêrno do Estado nomeou a segunda comissão administrativa para aquêle município, constituída dos seguintes membros: Messias da Rocha, Presidente, e Simplício Pereira da Costa, João Pinheiro, Inácio Soares dos Reis e Rufino Rodrigues Brasil.

Na eleição procedida a 22 de junho de 1912, para o triênio 1913—1915, do primeiro Conselho Municipal eleito, obtiveram votos, para intendente municipal, o Coronel Simplício Costa, e, para vogais, por três anos, Rufino Brasil, Soares dos Reis e Alfredo Olímpio, e para vogais, por seis anos, João Pinheiro, Pedro Pinto e João Arcângelo.

Conceição do Araguaia é sede de uma prelatura, da qual foi primeiro prelado D. Frei Domingos Canerot, da ordem dos pregadores.

Em face do Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, o município em aprêço foi suprimido, ficando o seu território sob a administração direta do Estado, o que foi confirmado pelo Decreto estadual n.º 78, de 27 do mês seguinte.

Na relação das comunas paraenses apresentada pela Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, figura novamente o município de Conceição do Araguaia.

Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município de Conceição do Araguaia constitui-se dos distritos de Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Gameleiras e Santa Tereza do Morro de Areia.

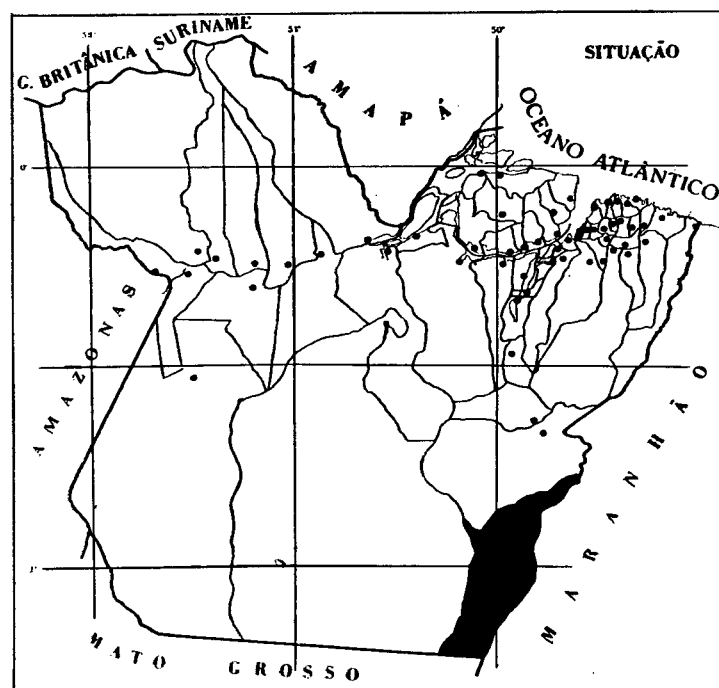
De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município em estudo compreende 3 distritos: Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Santa Tereza do Morro de Areia.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939—1943, o município de Conceição do Araguaia teve suprimido o distrito de Santa Tereza do Morro de Areia, cujo território se anexou ao distrito de Santa Maria das Barreiras, dessa própria comuna, que, conseqüentemente, na citada divisão territorial, se apresenta integrada por sòmente 2 distritos: Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras.

Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, devendo se observar que o distrito-sede não mais se subdivide, como aconteceu na Lei anterior. Esta situação até hoje perdura. O município de Conceição do Araguaia teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Santana do Araguaia, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. João Aires Rêgo Maranhão e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Conceição do Araguaia está localizado na ona Fisiográfica denominada "Zona do Planalto", e limita com os municípios de Altamira e Marabá e, com os Estados de Goiás e Mato Grosso.

A sede municipal dista 759 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 47.º lugar em ordem de distância de Belém e possui as seguintes coordenadas geográficas: 8° 15' 36" de latitude Sul e 49° 16' 53" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 140 metros na sede municipal, sendo o ponto mais alto do Estado.

CLIMA — O município tem o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. A temperatura da cidade

Monumento no Local da 1.ª Missa

apresentou em 1956, os seguintes dados: média das máximas, 26,4ºC; média das mínimas, 20,0ºC e média compensada, 21,4ºC.

A precipitação no ano mencionado atingiu a 290,0 mm.

ÁREA — 42 265 km². É Conceição do Araguaia o 8.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Araguaia, que serve de limite aos Estados do Pará e Goiás e corre de sul para norte; nêle, se encontram, entre outras, as seguintes cachoeiras: *Santa Isabel*, que é também conhecida como cachoeira *São Miguel* tem uma extensão aproximada de 6 léguas, à margem desta cachoeira está situado o povoado de Santa Cruz dos Martírios. *Carreira Comprida* que igualmente banha o povoado Santa Cruz dos Martírios e *Santa Maria Velha* no lugar Santa Maria Velha.

Serras: *São Miguel* que atravessa o município, com extensão calculada em 100 km, medindo 300 metros de altura e *Conceição* merecem ser citadas.

Gruta dos Cadenos, situada a cêrca de 50 quilômetros da cidade, no lugar "Lagero do Cadeno".

RIQUEZAS NATURAIS — O cristal de rocha destaca-se como principal riqueza mineral. A castanha-do-pará e o caucho constituem as principais riquezas vegetais. Peles de animais silvestres aparecem como a principal riqueza animal. A castanha é colhida no inverno; as peles o são em todo o ano; cristal de rocha e diamantes, no verão. Há, também, criação de gado e manufatura cerâmica.

POPULAÇÃO — A população de Conceição do Araguaia, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 6 322 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 3 514; mulheres — 2 808; brancos — 2 656; pardos — 2 158; pretos — 1 482 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 4 304, 1 856 eram solteiros, 2 023 casados, 377 viúvos e 1 desquitado. Existia apenas 1 estrangeiro e nenhum brasileiro naturalizado. Predominavam os que se declaravam católicos romanos, que eram 6 222; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-56, era de 7 126, sendo 4 774 no distrito de Conceição do Araguaia e 2 352 no distrito de Santa Maria das Barreiras.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas principais: a cidade de Conceição do Araguaia com 1 334 habitantes (634 homens e 700 mulheres) e a vila de Santa Maria das Barreiras, com 347 habitantes (159 homens e 188 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950.

Além da cidade e da vila, existem os seguintes povoados: Santa Cruz dos Martírios, com 70 casas e 350 moradores, situado na cachoeira Santa Izabel; Itaipavas, 36 casas com 180 moradores; Sampaio, com 30 casas e 100 moradores; Palmeiras, com 30 casas e 150 moradores; Barreira Branca, com 25 casas e 150 moradores; Barreira de São Félix, com 30 casas e 200 moradores; Barreira de Campo, com 15 casas e 100 moradores; Barreirinha, com 12 casas e 80 moradores; Lago Grande, com 12 casas e 50 moradores e Pedreiras, com 20 casas e 150 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção de origem extrativa vegetal é representada pela extração de madeiras em geral, castanha-do-pará e côco-babaçu, no valor global, em 1956, de Cr$ 3 593 000,00; a de origem mineral pela extração de cristal de rocha, cujo valor total, em 1956, importou em Cr$ 3 720 000,00 e a de origem animal, por peles de animais silvestres, no valor total de Cr$ 600 000,00.

O município assenta sua economia principalmente na produção de castanha-do-pará, cuja exportação, em 1956, atingiu a 5 000 hectolitros, no valor de Cr$ 3 500 000,00, seguida da de couros e peles com 60 000 kg valendo ...... Cr$ 600 000,00.

O valor da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 5 800 000,00.

Existem no município 2 usinas de beneficiamento de arroz, além de pequenos estabelecimentos que se dedicam a fabricação da farinha de mandioca.

Igreja Matriz

A criação vacum tem alguma expressão, pois parte do município está situada na zona pastoril, que abrange os estados do Pará e Goiás.

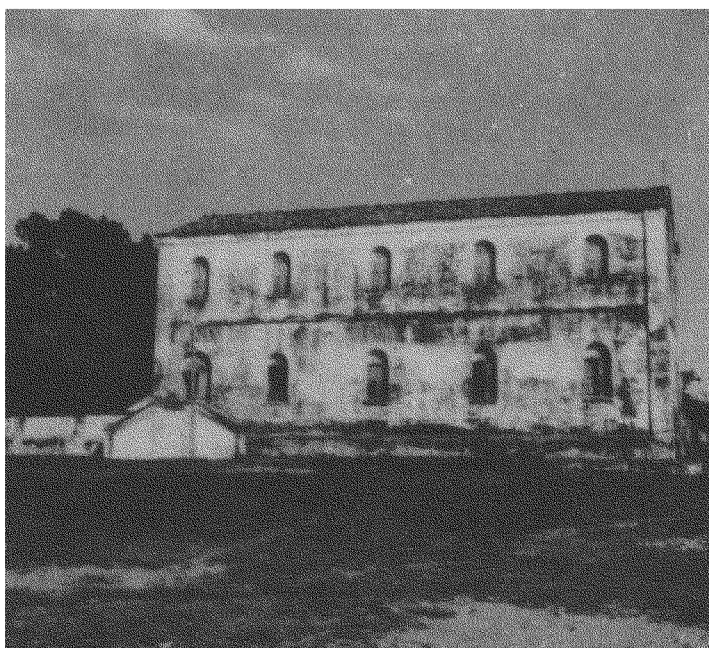
O Censo Agrícola de 1950 encontrou o seguinte rebanho: bovinos 21 503; eqüinos 2 398; asininos 22; muares 32; ovinos 39; caprinos 565 e suínos 2 040.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 23,3% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO — O comércio mantém, principalmente, transações com a praça de Belém, e em menor escala com a de Recife (via Belém) e São Paulo. Há no município 22 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Conceição do Araguaia com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Araguacema—Goiás* — fluvial ..... 120 km (Emprêsa Navegação Rio Araguaia) e aéreo: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul; *Baliza—Goiás* — fluvial 263 km (Emprêsa de Navegação Rio Araguaia); *Araguatins—Goiás* — aéreo 200 km (Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul); *Carolina—Maranhão* — aéreo 310 km (Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul); *Marabá—Pará* — aéreo 415 km (Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul); Capital Estadual — aéreo 759 km (Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul) e fluvial (1 115 km) em viagens demoradas e arriscadas, enfrentando as cachoeiras dos rios Araguaia e Tocantins, efetuadas em motores apropriados à navegação de rios encachoeirados. De Belém a Conceição do Araguaia, por via fluvial, subindo os rios a viagem normal dura vinte (20) dias; de regresso, a favor da corrente, cêrca de dez (10) dias. Liga-se à Capital Federal, por via aérea, rota de Goiás e São Paulo, com a distância de 1 236 quilômetros.

Funciona na cidade uma Agência Postal-telegráfica do D. C. T. e uma Telegráfica da Fôrça Aérea Brasileira (F.A.B.) para o serviço de aviões.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Conceição do Araguaia conta com 19 logradouros públicos; 358 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, possui 1 334 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 15 logradouros e a domiciliária conta com 80 ligações.

Colégio dos Padres Dominicanos

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Subposto de Higiene mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S. E. S. P.), com serviços gerais de Assistência Médica, Vacinação e Imunizações, e Ambulatório Sanitário tendo como corpo clínico apenas um guarda.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade de Conceição do Araguaia a Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo, fundada no ano de 1928, contando com 34 sócios e destinada a prestar auxílio aos necessitados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 555 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 699, ou 30,5%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 032 eram homens e 667, mulheres. Na sede municipal, das 1 159 pessoas de 5 anos e mais, 592 sabiam ler e escrever e destas, 287 eram homens e 305, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram em Conceição do Araguaia 3 estabelecimentos de ensino primário fundamental, comum com a matrícula geral de 240 alunos. No mesmo ano, na sede municipal funcionou um estabelecimento de ensino extraprimário: o "Educandário Santa Rosa", possuindo o Curso Doméstico, com 25 alunos do sexo feminino e 6 professôres. O Ginásio Santo Alberto que pretende reabrir o curso ginasial em 1957.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas Associações Culturais, ambas de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	414	103	573
1951	—	28	397	...	284
1952	—	15	446	...	304
1953	—	31	879	136	454
1954	—	32	756	...	597
1955	—	23	1 048	266	1 490
1956	—	...	1 270	...	1 270

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — "Cruzeiro" — monumento em cimento, erigido em honra ao fundador da cidade, Frei Gil de Vila Nova, inaugurado em 14-4-1897; fica situado à Praça da Matriz.

"Monumento Branco" à Avenida Lauro Sodré, inaugurado em 29-5-1947.

"Monumento Nossa Senhora da Glória", situado à Travessa Goiás, inaugurado a 3-11-1950.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa é a da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, com seu novenário, que termina a 8 de dezembro. A festa religiosa encerra-se com uma procissão, que desfila fervorosamente pelas principais ruas. Sua existência vem desde a fundação da cidade. Além dessa festa, as solenidades da Semana Santa e *Corpus Christi*, merecem destaque.

Cruzeiro no Largo da Matriz

VULTOS ILUSTRES — Dr. Boaventura Cunha, advogado o professor no Colégio Pedro II, no Rio; Dr. José Coelho, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Araguaia, por si só constitui uma atração turística. O formador do Tocantins é, inegàvelmente, um dos mais belos e grandiosos rios da Amazônia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "araguaienses". Os nativos são conhecidos como "carajás", em virtude dos índios que habitam o rio. O nome Conceição é português em homenagem à padroeira da localidade original, N. S.ª da Conceição.

Araguaia é expressão tupi, que Th. Sampaio identifica com *araguay*, cuja decomposição é: *ará* (papagaio), *gua* (vale ou baixada), *y* (rio). Significa "Rio do vale dos papagaios".

É sede de Comarca e Têrmo com 2 distritos judiciários.

O eleitorado é de 770 eleitores.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Conceição do Araguaia — CNE — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1947).)

CURRALINHO — PA

Mapa Municipal na pág. 285 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O lugar era uma fazenda particular, com uma posição e situação muito apropriadas à criação de um centro de população, situado na costa sul da Ilha de Marajó.

A largueza dos proprietários, que também dispunham de muitas relações de comércio, aliada à circunstância de ser seu pôrto uma escala quase obrigatória na subida das embarcações e dos famosos regatões, sucedeu uma localização de pessoas ligadas ao proprietário das terras, em princípio; depois, os interêsses comerciais, de forma a criar-se um centro de população que em 1850 a Lei n.º 172, de 30 de novembro, elevou a freguesia, com a denominação de São João Batista de Curralinho.

Quase 15 anos depois, quando a política da capital da província, querendo aniquilar certos elementos da vila de Oeiras, resolveu transferir, com a Lei n.º 479, de 6 de março de 1865, a sede daquele município para Curralinho, que elevou a vila, determinou o presidente da província, em ofício de 29 de novembro do mesmo ano, que a transferência se fizesse imediatamente, não obstante Curralinho não dispor de casa para a Câmara, nem edifício para a cadeia, tão pouco igreja para servir de matriz.

Ainda assim, em 23 de dezembro seguinte, foi instalada a nova sede, com a presença da Câmara de Oeiras, para o quatriênio de 1865 a 1868, constituída por Joaquim Gonçalves Ribeiro, Presidente, e Vereadores Eulélio襲 Siciliano de Morais Costa, Veríssimo Alves de Macedo, João Vieira Borges, André da Costa Pequeno, Manoel da Costa de Miranda e Joaquim José Alves Barradas.

Em conseqüência da Lei provincial n.º 584, de 23 de outubro de 1870, que restaurou o município de Oeiras, separado do de Curralinho, e, com a eleição procedida para a vereação a empossar-se no novo município, desmembrou-se de Curralinho o respectivo território que, em 4 de julho de 1870, ficou instalado em município.

O Presidente da Câmara de Curralinho, Olímpio José Barreira, votado como vereador para Oeiras, preferiu êste último cargo o que levou à eleição de um novo presidente para aquêle, recaindo a votação no vereador Joaquim Fernandes de Melo.

Com a proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889 e subseqüente adesão do Pará, no dia seguinte, o govêrno provisório do Estado dissolveu, com o Decreto n.º 79, de 6 de março de 1890, a Câmara Municipal, criando o Conselho de Intendência Municipal pelo Decreto n.º 80, da mesma data, para o qual nomeou os cidadãos Manoel dos Anjos Paiva Castro, Presidente, e vogais, Domingos Francisco Cerdeira, Francisco C. Tiago Mendes, Bertino da Costa Baratinha, Antônio Cardoso de Figueiredo, Jorge Gomes de Carvalho e João Nepomuceno Ferreira.

Êste Conselho, com exceção do último que não aceitou a nomeação, tomou posse em 28 de março de 1890.

O primeiro Conselho Municipal, eleito constitucionalmente, ficou constituído do intendente Jorge Gomes de Carvalho, e vogais Leopoldo Lopes da Silva, Sabino Rodrigues Cardoso e Antônio Cardoso de Figueiredo, para servir, o primeiro no período de 15 de novembro de 1891 até 15 de novembro de 1894.

Para o período seguinte, 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1897, foi eleito intendente municipal o Coronel Domingos Francisco Cerdeira.

Por efeito da Lei Estadual n.º 2 116, de 3 de novembro de 1922, foi extinto o município de Oeiras e seu território anexado ao de Curralinho.

Também pelo Decreto Estadual n.º 6, datado de 4 de novembro de 1930, extinguiu-se o município de Malgaço, cujo território foi incorporado aos de Breves e Curralinho,

êste apesar de não figurar na relação dos municípios mantidos pelo citado Decreto n.º 6.

O Decreto Estadual n.º 78, de 27 de dezembro de 1930, mantendo o município de Curralinho, anexou-lhe o território do de Bagre e incorporou ao de Portel o território do de Melgaço.

O Decreto Estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, de acôrdo com seu texto, teria restabelecido Curralinho como subprefeitura.

No quadro da divisão administrativa concernente a 1933, não aparece o município de Curralinho, que, no entanto, se vê entre as comunas do Estado do Pará, consignadas pela Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935.

Nos quadros da divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município de Curralinho compõe-se de 2 distritos: o da sede e o de Piriá, assim permanecendo no anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938.

O Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, desmembrou de Curralinho, para o novo município de Oeiras, o distrito de idêntico topônimo, que, embora constasse nos quadros anteriores como integrante do município de Portel, pertenceria, de fato, ao de Curralinho. Na divisão administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei acima citado, continua Curralinho integrado pelo distrito de idêntico nome e pelo de Piriá, mantendo tal situação o Decreto-lei Estadual número 4 505, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Antônio José de Oliveira e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Curralinho está situado na zona fisiográfica de Marajó e Ilhas e limita com os municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista e com o rio Pará e baía das Bôcas. A sede municipal dista 157 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 26.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 48' 10" de latitude Sul e 49º 47' 40" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 15 metros (sede municipal), sendo o 23.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido, com acentuado período chuvoso de janeiro a junho.

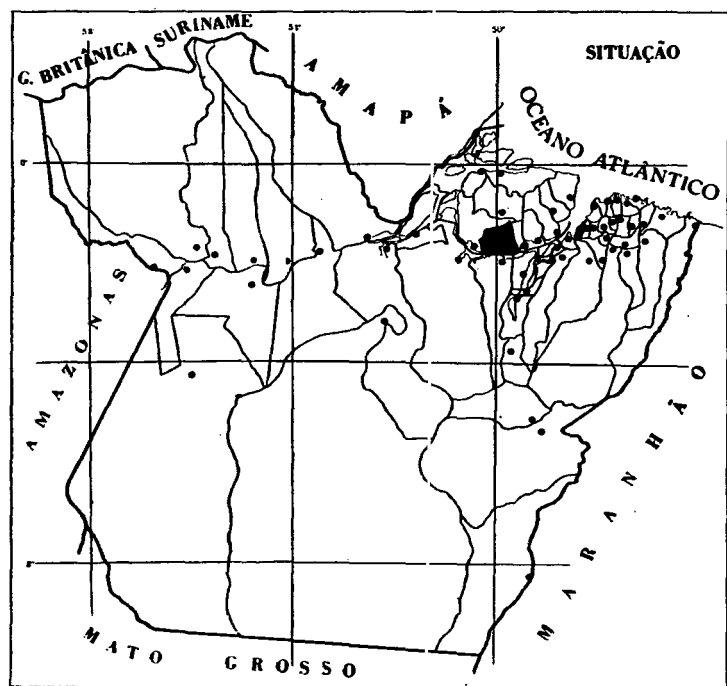
ÁREA — 3 663 km². É Curralinho o 35.º município no Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os seguintes: Baía de Curralinho: rios Canaticu, Mutuacá, Piriá, Caruacá e Guajará, êste navegável em tôda a sua extensão: ilhas de Santa Cruz, Inajatuba, Taboca, Samanajós, Rezende dos Veados, Aararas, Brígida e Caroba. Rio Pará, que banha o município desde os limites com Breves, até alcançar a divisória com o município de São Sebastião da Boa Vista. Êste rio forma as conhecidas baías de Curralinho e das Araras, tendo em seu percurso as ilhas do Martinho, Itaituba, Mucuras, Carioca e todo o imenso arquipélago.

RIQUEZAS NATURAIS — Borracha, madeiras em geral, plantas oleaginosas e leite de maçaranduba constituem as riquezas vegetais. Peixes e peles de animais silvestres aparecem como riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Curralinho, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 7 432 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 3 877; mulheres — 3 555; brancos — 2 890; pardos — 2 382; pretos — 2 080 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 3 938, 2 076 eram solteiros; 1 476 casados; 370 viúvos e 13 desquitados. Existiam apenas 6 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Predominavam os que se declararam católicos romanos que eram 7 413; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 8 377, sendo 4 456 no distrito de Curralinho e 3 921 no distrito de Piriá.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas principais: a cidade de Curralinho com 256 habitantes (118 homens e 138 mulheres) e a vila de Piriá com 426 habitantes (234 homens e 192 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vila, existe o povoado de São José do Mutuacá, com 23 casas e 92 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção extrativa vegetal, cuja exploração em 1956 apresentou: borracha em geral 196 500 kg, no valor de Cr$ 4 726 200,00; madeiras em geral 54 500 m³, valendo Cr$ 7 000 000,00; sementes oleaginosas 220 000 kg, perfazendo Cr$ 450 000,00; couros e peles 750 kg, valendo Cr$ 76 500,00; óleo de andiroba 15 500 kg, valendo Cr$ 450 000,00; azeite de patauá 20 000 quilos, valendo Cr$ 600 000,00. Outros produtos nativos como óleo de andiroba, azeite de patauá, sementes de andiroba e ucuuba, resina breu, resina jutaicica e leite de maçaranduba têm valor apreciável na economia local. A

de origem animal, peixes de diversas espécies e camarão, somou, em 1956, a importância de Cr$ 124 500,00.

Existem no município 4 estabelecimentos industriais, sendo duas serrarias, uma usina de beneficiamento de arroz e uma fábrica de óleos e gorduras vegetais, além de pequenos estabelecimentos, que se dedicam à fabricação de farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 6,7% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 22 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Curralinho com as sedes municipais limítrofes e a capital do Estado pelos seguintes meios de transportes: Breves: fluvial 103 km; São Sebastião da Boa Vista: fluvial 28 km; Capital Estadual: aéreo 150 km e fluvial 168 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Curralinho conta com 9 logradouros públicos; 85 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 256 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a todos os logradouros e a domiciliária conta com 28 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um Pôsto Médico mantido por particular e um Subposto de Saúde mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), ambos de finalidades gerais, mantendo o Pôsto Médico os serviços de curativos e aplicação de injeções e o Subposto de Saúde, os de curativos, aplicação de injeções e socorros de urgência; não possuem qualquer aparelhamento especial e nem executam trabalhos profiláticos, tendo cada um, como corpo clínico, apenas um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 914 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 446, ou 24,4%, sabiam ler e escrever. Destas, 995 eram homens e 451, mulheres. Na sede municipal, das 211 pessoas de 5 anos e mais, 119 sabiam ler e escrever e destas, 64 eram homens e 55, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 6 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 339 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	120	545	282	504
1951	—	180	656	...	652
1952	—	210	758	...	680
1953	—	255	910	308	821
1954	—	268	(1) 905	...	(1) 821
1955	—	272	868	341	700
1956	—	260	(1) 882	...	(1) 882

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como festejos tradicionais do município, registram-se ùnicamente os religiosos, que são: festividade de São Sebastião, realizada em fins de janeiro e princípios de fevereiro de cada ano e a de São João Batista, padroeiro do Município, comumente realizada de 18 a 24 de junho de cada ano, ambas na igreja matriz da sede municipal. Ditas festividades constam de todos os ofícios religiosos habituais, como novenas, procissões, sob a orientação de um padre vindo de Belém, capital do Estado, por não existir vigário no local. Abrilhantam também tais festas bandas de música especialmente contratadas para retretas, que se realizam na praça da matriz. As despesas são cobertas através de coletas, listas, donativos, leilões, etc., por vontade espontânea do povo. A festa de São João Batista, por ser de maior imponência, atrai superior número de romeiros oriundos dos municípios vizinhos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "curralinhenses".

É Têrmo da Comarca de Breves, com dois distritos judiciários.

O eleitorado é de 2 130 eleitores.

O topônimo Curralinho é português: diminutivo de "curral", com o sufixo "inho".

(Bibliografia — Annaes da Biblictheca e Archivo Público do Pará — Tomo Ncno — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Curralinho — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. — Junho de 1957).

CURUÇÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 303 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Data a sua fundação das antigas reduções dos jesuítas, ainda do século XVII, os quais lá fundaram uma fazenda denominada Curuçá, com uma importante feitoria de pesca.

A fazenda foi colocada sob o orago de Nossa Senhora do Rosário.

Com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus dos domínios portuguêses e com a aplicação da Lei n.º .... 1 755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado a elevou, em 1757, à categoria de vila, com o nome de Vila Nova D'El-Rei, havendo mandado o desembargador Ouvidor-Geral fazer a respectiva instalação, desprezando os protestos do padre José de Morais, tudo no ano de 1757.

Instalou o Ouvidor-Geral a sua Câmara; e, esta, dentro dos limites estreitos, que então possuíam essas corporações, dirigiu seus interêsses privados.

Em 1823 era juiz ordinário João Rui Barata.

A independência encontrou o município, que, nos têrmos da Lei de 1828, que deu organização municipal ao Brasil Império, realizou a sua primeira eleição, da qual saíram cotados, para o quatriênio de 1829—1832, presidente da Câmara Bartolomeu Dias Botelho, e, vereadores, José Cândido Pinheiro, Antônio Duarte Gomes, Vitorino José do

Igreja Matriz N. S.ª do Rosário

Vale, Antônio da Silva Real Amoras, Paulino Antônio Coelho e Miguel Arcanjo Corrêa.

Com a nova divisão de têrmos e comarcas, feita nas sessões do Conselho do Govêrno da Província, de 10 a 17 de maio de 1833, perdeu a Vila Nova D'El-Rei o predicamento de vila, havendo o território do município, conjuntamente com o lugar São Caetano e o território do atual município de Marapanim, sido incorporado ao município de Vigia.

Em 25 de abril daquele ano houve no município sérios distúrbios, ocasionados pela efervescência das paixões políticas, tendo seguido para a Vila Nova D'El-Rei o Tenente Boaventura Ferreira Bentes, que conseguiu restabelecer a ordem, ao tempo em que chegou o ato do Conselho do Govêrno Provincial extinguindo a vila, ato que exasperou profundamente os seus habitantes coagidos. Consentiram, embora com protestos, lavrar-se no cartório do juiz de paz de então uma declaração que é um verdadeiro têrmo de bem viver, no qual prometeram conservar a ordem e a paz pública, figurando como signatários os próceres da vila e do município.

Em 25 de junho, ainda de 1833, reuniu a Câmara extinta, constituída por José Rufino das Neves, presidente e vereadores, Manoel Euzébio da Costa, Paulo Antônio Vieira, Fidelis de Jesus dos Passos e Luciano da Luz do Nascimento, para pedir ao presidente da província a revogação do ato de extinção, remetendo-lhe uma representação, assinada por 82 cidadãos, protestando contra a resolução do govêrno provincial, reclamações essas que obtiveram como resposta decisiva um ofício do presidente Machado de Oliveira, declarando que a extinção era motivada por não possuir o município homens capazes de constituir govêrno municipal, resposta, aliás, dada também a Mazagão e Alenquer, extintos na mesma emergência.

A Cabanagem fêz-se sentir em Curaçá com um acervo de desordens e crimes contra a vida e propriedade de seus habitantes e mesmo contra a conservação do seu passado histórico, porquanto destruiu o arquivo da Câmara, havendo apenas escapado um livro de atas, relativo ao período de 1831 a 1833, livro que depois, a datar de 1838, serviu para protocolo do escrivão do juiz de paz da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Marapanim, criada sôbre as ruínas da Vila de Curaçá, no ato de extinção desta.

Até 1850, permaneceu o povoado na obscuridade e indenominação, vindo nessa data a Resolução n.º 167, de 21 de novembro, fazê-la ressurgir, por assim dizer, restituindo-lhe a categoria de vila, reinstalada sòmente em 1.º de janeiro de 1853, com a posse da Câmara, constituída pelo presidente Teotônio de Brito Chucre, vereadores João Manoel Cordovil, Francisco Teixeira Pinto Galvão, João de Assunção Pinto, Pedro Macedo Barata, José Antônio Duarte Amoras e Antônio Barbosa de Lima.

Com a Resolução n.º 269 de 10 de outubro de 1854, foi autorizada a mudança da sede do município para o lugar denominado Ponta do Abade, o que não teve execução, não obstante as tentativas feitas, contra a vontade dos habitantes, que não procuraram dar cumprimento às exigências da lei, para a nova instalação.

Permaneceu, portanto, na vila de Curaçá a sede do município até à proclamação da República.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e subseqüente adesão do Estado do Pará a 16 do mesmo mês, cessaram as dissenções políticas.

A adesão à República foi feita por comunicação de 20 de fevereiro de 1890, pela Câmara constituída pelo Presi-

Prefeitura Municipal

dente Orácio Barbosa de Lima, e, vereadores, Manoel Jerônimo Ferreira Guimarães, Segismundo Pinto de Mesquita, Manoel Honorato Ribeiro, Cândido de Assis da Conceição Lima, João Gomes da Conceição e João Francisco Gomes.

Com a Lei n.º 236, de 14 de maio de 1895, obteve a vila de Curaçá a categoria de cidade, cuja instalação se realizou em 4 de outubro do referido ano.

Em face do Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, o município em aprêço sofreu nova supressão, ficando-lhe o território incorporado aos municípios de São Caetano de Odivelas e Vigia. Teria readquirido sua autonomia, por efeito do Decreto estadual n.º 78, de 27 do mês seguinte, uma vez que o mesmo o manteve nessa categoria, anexando-lhe ainda o território do extinto município de Marapanim. Não obstante, perdeu-a em virtude do Decreto estadual n.º 111, de 21 de janeiro de 1931, sendo seu território possìvelmente incorporado ao município de Marapanim, então restabelecido.

Pelo disposto no Decreto estadual n.º 680, de 27 de junho de 1932, o distrito de Curaçá, que integrava o município de Marapanim, passou à jurisdição do de Castanhal. No seu texto, o Decreto estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, declara ter restabelecido em Curaçá uma subprefeitura.

Por fôrça do Decreto estadual n.º 1 136, de 28 de dezembro de 1933, restabeleceu-se definitivamente, com território desmembrado do município de Castanhal, o de Curaçá, que, no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, figura constituído por apenas o distrito-sede.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando-se entre êles o de Curaçá, que, no quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936, se apresenta subdividido em 5 distritos: Curuçá, Lauro Sodré, Monte Alegre, Ponta de Ramos e Terra Alta, e, no datado de 31 de dezembro de 1937, composto dêsses distritos e do de Santa Luzia.

Segundo o quatro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município constitui-se de 4 distritos: Curuçá, Ponta de Ramos, Monte Alegre e Lauro Sodré.

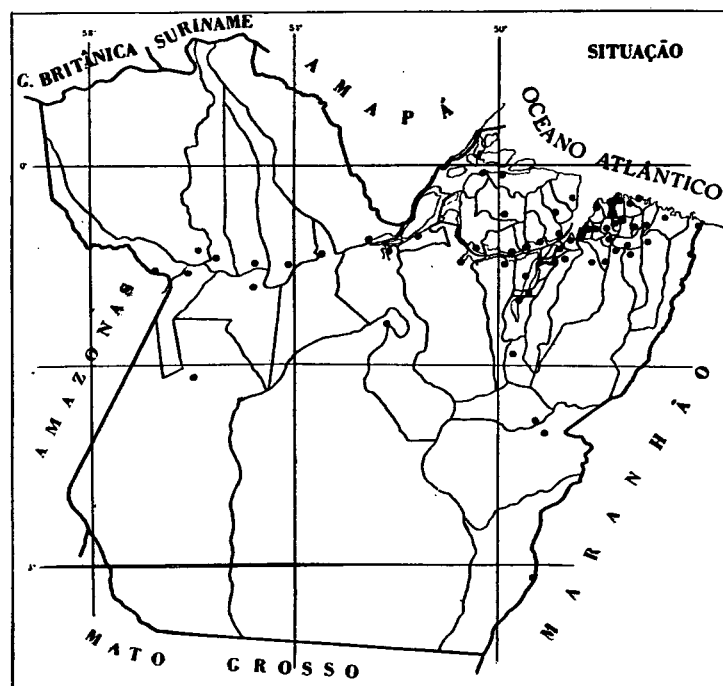
Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939—1943, o município em estudo perdeu, para o de Marapanim, o distrito de Monte Alegre do Maú (ex-Monte Alegre). Por outro lado teve aumentado

Ocasião do Recenseamento Geral

o número de seus distritos, com a criação dos de Santa Luzia e Terra Alta, levada a têrmo com os territórios das zonas dêsses nomes, do distrito de Lauro Sodré. Conseqüentemente, nessa divisão, figura com 5 distritos: Curuçá, Lauro Sodré, Ponta de Ramos, Santa Luzia e Terra Alta. Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944—1948, e estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, notando-se ùnicamente a alteração toponímica sofrida pelo distrito de Santa Luzia, cuja denominação é, agora, Marujá, situação que até hoje perdura.

Curuçá teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Boa Vista do Iririteua, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito prefeito Municipal o Sr. Lourival Cordovil de Ataíde e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Curuçá situa-se na Zona Fisiográfica, denominada do Salgado, e limita com os municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim, Anhanga, Castanhal e com o Oceano Atlântico.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

A sede municipal dista 107 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 17.º lugar em ordem de distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 0º — 43' — 40" de latitude Sul e 47º — 50' e 59" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 3 metros na sede municipal, sendo o 31.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

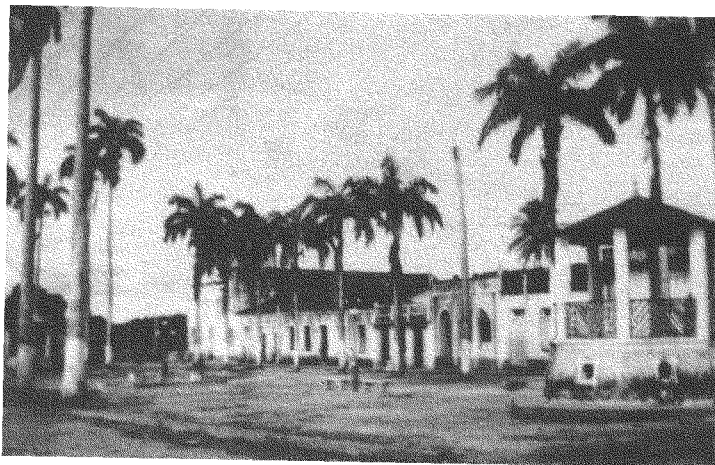
CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. O período chuvoso intenso é de janeiro a junho, notando-se, nos meses de outubro a dezembro, predominância de tempo sêco.

ÁREA — 925 km², sendo, portanto, Curuçá o 50.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos dêste município, são: rio Mocajuba: nasce nos alagadiços do lugar Pimenta e separa os municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas. Corre geralmente para norte, e depois de um percurso de cêrca de 50 quilômetros, deságua na costa do Atlântico. São seus afluentes o Mocajubinha, Cigana, Prata, Tijoca, Candeua, Igaçaba e outros, oferecendo condições de navegabilidade. Rio Curaçá: nasce no lago Miritisal, atravessa a estrada de rodagem Castanhal—Curuçá, no Km 58, banha os lugares Cabeceira, Arapiranga, Coqueiro, Ponta de Ramos e deságua no Atlântico, sendo navegável até o lugar Cabeceira e tem um percurso de 20 km. Rio Muriá: tem uma extensão de 10 km sendo navegável apenas por embarcações a vela, comunicando-se com os rios Mocajuba e Curuçá. Ilha Mutucal: é a maior ilha do município, formada pelos rios Mocajuba, Muriá, Furo Grande e costa do Atlântico, com um litoral de grande centros de exploração de pesca. Ilha Ipemonga: Praia Mariuteua: situada na parte mais setentrional do município, as águas do Oceano Atlântico banham duas das suas faces, sendo ambas percorridas pelas águas do Furo Mariuteua e Melo, tendo uma superfície de cêrca de .... 15 km².

RIQUEZAS NATURAIS — Madeira em geral constitui a única riqueza vegetal em exploração, evidenciando-se a casca do mangue.

POPULAÇÃO — A população de Curuçá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 16 415 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 8 111; mulheres — 8 304; brancos — 2 949; pardos — 13 076; pretos — 376; nenhum de raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 9 305, 5 333 eram solteiros; 3 419 casados; 537 viúvos; 4 desquitados. Existiam apenas 4 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 16 057; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956 era de 18 503, sendo 5 119 no distrito de Curuçá, 2 949 no distrito de Lauro Sodré, 3 350 no distrito de Murajá, 4 406 no distrito de Ponta do Ramos, 2 679 no distrito de Terra Alta.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui dezenove aglomerações urbanas — a cidade de Curuçá, com 2 216 habitantes (1 029 homens e 1 187 mulheres); a vila de Lauro Sodré, com 299 habitantes (147 homens e 152 mulheres), a vila de Murajá, com 546 habitantes (263 homens e 283 mulheres); a vila de Ponta do Ramos, com 209 habitantes (109 homens e 100 mulheres); a vila de Terra Alta, com 275 habitantes (137 homens e 138 mulheres); conforme dados do Recenseamento de 1950, e os seguintes povoados. Boa Vista, com 110 casas e 550 moradores; Vista Alegre, com 50 casas e 250 moradores; São Pedro, com 80 casas e 400 moradores; Nazaré do Mocajuba, com 45 casas e 225 moradores; Caratateua, com 40 casas e 200 moradores; Bom Jesus, com 35 casas e 165 moradores; São Luiz, com 30 casas e 150 moradores; Getúlio Vargas, com 50 casas e 250 moradores; Marauá, 70 casas e 350 moradores; Mutucal, com 90 casas e 450 moradores; Coqueiro, com

Praça Coronel Horácio

50 casas e 250 moradores e Abade, com 25 casas e 160 moradores, Araquaim e Iririteua com cêrca de 250 moradores e 50 casas cada.

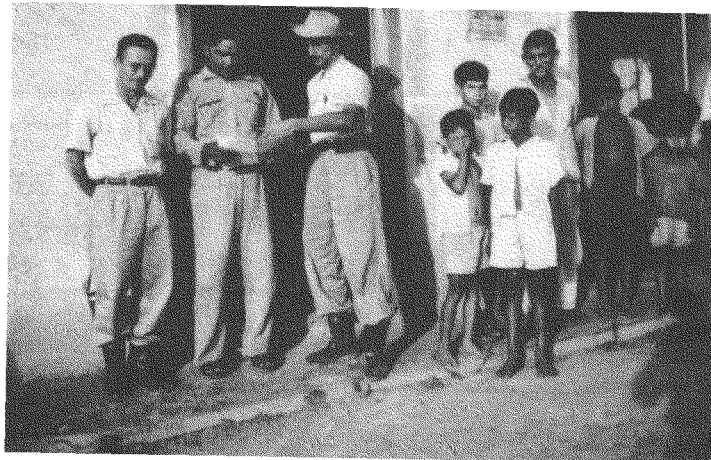
ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura e na pesca. O principal produto agrícola é a fibra vegetal uacima, cujo valor de exportação atingiu no ano de 1956 a 183 658 quilos, valendo Cr$ 1 640 516,00, seguindo-se a farinha de mandioca com 647 870 quilos, no valor de .... Cr$ 1 593 160,00, e o arroz com casca, 534 540 quilos, perfazendo Cr$ 1 154 232,00. Dos produtos de pesca tem o camarão sêco, cuja exportação, em 1956, atingiu 62 665 quilos, no valor de Cr$ 1 294 445,00, seguindo-se o peixe congelado, com 141 850 quilos, valendo Cr$ 1 061 750,00, sendo que o valor da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 8 644 301,00.

A produção de origem vegetal tem, na extração da casca do mangue e de madeiras em geral, sua ativa participação na vida econômica, com o valor de Cr$ 2 075 000,00, em 1956.

A produção de diversas espécies de peixes, inclusive caranguejos, somou Cr$ 8 020 880,00, correspondentes a cêrca de 876 000 quilos.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 52,2% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO — Há no município 113 estabelecimentos comerciais, do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

Com a praça de Belém é que mantém o maior intercâmbio comercial, seguida da de Castanhal, município vizinho.

Recenseamento Geral

Outro Aspecto do Recensamento Geral

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Curuçá com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transportes: Marapanim, rodoviário, 32 km; Castanhal, rodoviário, 64 km; São Caetano de Odivelas, rodoviário, 118 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Curuçá conta com 26 logradouros públicos; 624 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, com 2 216 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a todos os logradouros e a domiciliária conta com 211 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Pôsto Médico, mantido pelo Govêrno Estadual, com serviços gerais de curativos, aplicação de injeções e socorros de urgência, tendo um ambulatório para os trabalhos profiláticos de malária, bouba e coqueluche, servido apenas por um enfermeiro e um atendente.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 13 844 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 7 409, ou 53,5%, sabiam ler e escrever. Destas, 4 200 eram homens e 3 209, mulheres. Na sede municipal, das 1 881 pessoas de 5 anos e mais, 1 220 sabiam ler e escrever e, destas, 592 eram homens e 628, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 59 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 2 280 alunos nas zonas urbana e rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Um cinema, com 120 lugares e 4 associações esportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	619	340	632
1951	—	...	840	467	846
1952	—	282	804	446	900
1953	—	378	1 251	547	1 101
1954	—	440	1 126	567	1 355
1955	—	297	1 116	511	1 113
1956	569	406	1 150	516	1 150

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos de N. S.ª do Rosário padroeira do município, que é venerada desde a fundação da cidade, são realizados todos os anos, constando do Círio no último domingo do mês de setembro, bem como a procissão do encerramento, no primeiro domingo do mês de outubro. Referidos festejos, os principais do município, são de imensa atração para os habitantes locais e dos lugares circunvizinhos. É quando o povo curuçaense tem a oportunidade de demonstrar a grande fé cristã de que é possuidor. No arraial, para divertimento do povo, são instaladas barraquinhas de vendas e realizados tradicionais leilões, acompanhados de música da banda local.

São Benedito, cognominado de "São Benedito Achado", é outro santo muito venerado, desde que a sua imagem foi encontrada nesta cidade, nos últimos anos do século XIX, sendo a sua procissão realizada no terceiro domingo do mês de dezembro, atraindo, também, a maioria dos habitantes locais e de outros municípios, pôsto que é considerado muito milagroso.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "curuçaenses". O topônimo Curuçá é corruptela tupi do português *cruz*.

Cruz = curuzu = curuçá. É como opina Theodoro Sampaio.

Pode-se, no entanto, decompor o têrmo em *curu* = seixos ou cascalhos e *çá* = *çaba* = o em que (sufixo, particípio circunstancial, segundo o Pe. Lemos Barbosa).

Significaria, então, o topônimo "lugar em que há seixos ou cascalhos", assim se expressa o Professor José Coutinho de Oliveira, estudioso do assunto.

O eleitorado é de 7 272 eleitores.

É sede de Comarca com 9 distritos judiciários.

A cultura do sisal foi introduzida recentemente por nordestinos, no município, prometendo bom desenvolvimento.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Curuçá — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — Junho de 1957).

FARO — PA

Mapa Municipal na pág. 129 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Em uma aldeia dos índios Uaboys ou Jamundás teve Faro a sua origem, aldeia essa situada abaixo da confluência do rio Pratucu com o Jamundá, do qual é afluente direito, cabendo aos capuchos da província de N. S.ª da Piedade as honras de primeiros missionários daqueles filhos das selvas.

O local escolhido pelos índios não possuía condições para um desenvolvimento de povoado, não só pela natureza do terreno, como pelo clima, razão pela qual os missionários o transferiram para o Lago, e, colocando-o sob o padroado de São João Batista, deram-lhe a denominação de aldeia dos Jamundás, à qual chamaram também Nhamundá ou Nhiamundá.

Do rio Nhamundá saíram inúmeros índios, nas grandes descidas que no princípio da colonização faziam os portuguêses, não só para a escravidão como para os trabalhos d'El-Rei e do Estado, que mais não eram do que o cativeiro.

Por ordem do governador e Capitão General do Grão Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive, o Ouvidor-Geral e corregedor da Comarca Dr. José Feijó de Melo e Albuquerque, a 21 de dezembro de 1768, fêz a eleição das justiças a servirem nos anos de 1769, 1770 e 1771.

No dia 27 de dezembro de 1768, no meio da praça da vila, com a assistência do Ouvidor-Geral e corregedor da Comarca, Dr. Feijó, como êle se assinava em rubrica; de Frei Francisco de Madalena, vigário da freguesia; do sargento-mor Amaro Pereira da Silva e de outros, teve lgar a cerimônia do levantamento do pelourinho, havendo sido por três vêzes aclamado com vivas El-Rei D. José I.

No mesmo dia 27 de dezembro de 1768, em sessão magna, foram abertos os pelouros, havendo saído eleitos para o primeiro senado da câmara da nova vila de Faro, para servirem no ano de 1769, no cargo de juízes ordinários, Joaquim Pereira e o sargento-mor Amaro Pereira da Silva; para vereadores, o Capitão Simeão Lopes, Canuto Marinho e Roque Monteiro, e, para procurador da câmara Lourenço Pedro, oficiais que, logo depois de exibirem suas fôlhas corridas e cartas de crença e confirmação, prestaram juramento dos Santos Evangelhos de bem e fielmente servirem com suas obrigações, na forma do seu regimento.

Em seguida ao juramento e posse, no mesmo dia, teve lugar a primeira sessão do senado da câmara de Faro, sob a presidência do Ouvidor-Geral Dr. José Feijó de Melo e Albuquerque, na qual foram tomadas diversas deliberações, como a de denominar a praça da vila São João Batista e a votação do primeiro código de posturas municipais.

Marca, portanto, o dia 27 de dezembro de 1769 a data da instalação do município de Faro.

Em 1771 o senado da câmara foi constituído pelo juiz ordinário Sebastião Francisco Pereira, e, vereadores, Lourenço Nunes Pereira, Amaro Pereira da Silva e Simeão Lopes.

Como vila passou Faro para a independência.

A primeira câmara municipal eleita e empossada segundo a Lei de 1828 que organizou os municípios do Império, juramentou-se a 30 de maio de 1829, para o período de 1829 a 1832, com os seguintes cidadãos: Francisco da Costa Tavares, presidente; e, vereadores, Libório Antônio de Menezes, Felipe Tiago Tavares, Miguel Antônio da Silva, Vitorino Pereira Marques e João Antônio de Souza.

Faro sofreu enormemente com as ocorrências da Cabanagem, havendo sido vítima dos bandidos que infestaram o interior da província.

Em sessão extraordinária de 27 de março de 1836, a sua câmara reconheceu a autoridade de Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

Com a proclamação da República, o govêrno provisório do Estado do Pará dissolveu a antiga câmara municipal com o Decreto n.º 51, criando o Conselho de Intendência Municipal, para o qual nomeou, por Ato de 19 de fevereiro de 1890, presidente João Evangelista Guerreiro, e vogais, Capitão Prudêncio das Mercês Coêlho, Antônio Quintino de Sousa Guimarães, Ramiro Campos Azêdo, José Pinto Ribeiro, Inácio Teodomiro da Costa e Torquato Gonçalves Cardoso, os quais tomaram posse em 7 de abril de 1890.

Pôsto Aduaneiro

Faro foi elevado à comarca pela Lei n.º 29, de 30 de julho de 1892, sendo esta instalada em 24 de dezembro seguinte, ficando, pela portaria de 6 de fevereiro do ano seguinte, dividida em duas circunscrições, elevadas a três pelo Decreto n.º 161, de 20 de dezembro de 1895.

Em reunião solene do Conselho Municipal, realizada a 16 de agôsto de 1899, o intendente Antônio Leandro da Costa, e os vogais, Silvestre Fernandes dos Reis, Militão José Paulain, Francisco Antônio Batista, Eduardo Antônio da Costa e Benedito Henrique Pereira protestaram contra a invasão do município de Faro pelas autoridades amazonenses, sem aviso algum do govêrno do Pará, introduzindo a desordem e anarquia em território pacìficamente jurisdicionado pelo Pará e por paraenses, ocupado antes de 1750.

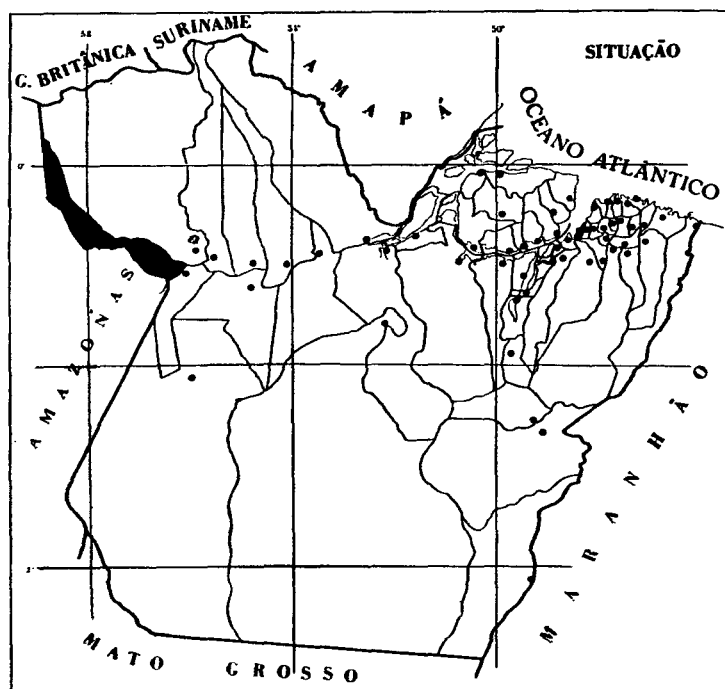
A ocupação das terras pelos amazonenses perdura até hoje sob a denominação de Contestado.

De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município de Faro compõe-se de 2 distritos: Faro e Terra Santa.

Observa-se o mesmo nas divisões vigentes nos qüinqüênios 1939—1943 e 1944—1948, fixadas, a primeira pelo Decreto estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, e a segunda pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, situação que perdura até à presente data.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Wladimir Costa Rossi e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Faro situa-se na zona fisiográfica do Baixo Amazonas e limita com os municípios de Oriximiná e Juruti, Estado do Amazonas e Guiana Inglêsa. É a comuna mais ocidental do Estado do Pará. A sede municipal dista 916 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se no 52.º lugar em ordem de distância de Belém, ou seja, o mais distante, possuindo as seguintes

coordenadas geográficas: 2.° 17' 38" de latitude Sul e 56° 51' 57" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — É de 38 metros a altitude do município, na sede, sendo o 8.° nessa ordem, no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido, com chuvas abundantes na quadra de janeiro a junho e acentuada época sêca de outubro a dezembro.

ÁREA — 15 476 km², sendo, portanto, Faro o 17.° município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Entre os acidentes geográficos destacam-se as Cachoeiras: Porteira, Miriti, Patos, Macaco, Santa Cruz, Escola, Inajá e Fumaça, tôdas situadas no alto rio Nhamundá, sendo a maior a cachoeira de Fumaça; e as serras: Valha-me Deus, Pracuá, Santa Cruz e Serruíba, também situadas no alto rio Nhamundá. Todavia o mais importante acidente é o rio Nhamundá ou Jamundá, afluente esquerdo do rio Amazonas, talvez o mais belo rio da Amazônia, pelos seus variados aspectos naturais. O rio separa os Estados do Pará e Amazonas e sua água é de côr verde. Banha a cidade de Faro, em frente da qual desemboca.

RIQUEZAS NATURAIS — Andiroba, borracha, pau-rosa, breu, coquirana, cumaru, castanha-do-pará, itaúba, jutaicica, maçaranduba, patauá, sôrva e murupita constituem as riquezas vegetais, sendo que a riqueza animal é representada por peles de animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Faro, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 6 292 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 3 165, mulheres — 3 127; brancos 1 299, pardos — 4 890, pretos — 80 e 5 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 3 694, 1 998 eram solteiros, 1 400 casados, 278 viúvos, nenhum desquitado. Existiam, apenas, 22 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Em religião, predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 6 185; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 7 092, sendo 2 555 no distrito de Faro e 4 537 no distrito de Terra Santa.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui nove aglomerações urbanas: a cidade de Faro, com 968 habitantes (464 homens 504 mulheres); a vila de Terra Santa, com 1 050 habitantes (492 homens e 558 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Aliás a Vila de Terra Santa é o mais importante núcleo populacional da comuna. Conta ainda com os povoados: *Tigre*, com 30 casas e 86 moradores; *Ubim*, com 59 casas e 320 moradores; *Maracanã*, com 70 casas e 456 moradores; *Abauçú*, com 58 casas e 298 moradores; *Jamari*, com 40 casas e 413 moradores; *Sapucuá*, com 115 casas e 618 moradores e *Piraruacá* com 80 casas e 416 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa vegetal é representada pela extração da essência de pau-rosa, tendo a sua produção, em 1956, somado a quantia de Cr$ 432 000,00, correspondente a 20 bilhões (tambor de 200 litros); a animal por peles de animais silvestres, na quantia total de Cr$ 52 405,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de fibra de juta amazônica, cuja exportação atingiu, em 1956, a 484 575 kg valendo Cr$ 4 710 849,00, seguindo-se a castanha-do-pará com 1 456 hectolitros, valendo Cr$ 989 800,00; essência de pau-rosa, com 3 600 kg, valendo Cr$ 432 000,00; peles de animais silvestres, com ..... 2 680 kg, valendo Cr$ 52 405,00; cacau em grão, com ..... 1 800 kg, valendo Cr$ 29 376,00.

O global da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 6 296 069,00.

No Município existem, apenas, pequenos estabelecimentos industriais, que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 27,4% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

O município tem relativo desenvolvimento pecuário, constando, segundo o Censo Agrícola de 1950, com o seguinte rebanho: bovinos 7 887; eqüinos 610; asininos 10; muares 16; ovinos 175; caprinos 16 e suínos 1 353.

COMÉRCIO — Há no município 34 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Faro com as sedes municipais limítrofes *Oriximiná* — fluvial 135 km; *Juriti* — fluvial 91 km; *Parintins*: no Estado do Amazonas: *Catrimani* — no Território Federal do Rio Branco e com a *Capital Estadual* — fluvial 1 238 km. Não tem ligação direta com a Capital Federal.

Como via de comunicação possui uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Faro conta com 12 logradouros públicos; 200 prédios e segundo os dados do Recenseamento de 1950 tem 968 habitantes. É servida

de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 11 logradouros públicos e a domiciliária conta com 74 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem dois Subpostos sanitários, mantidos pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S. E. S. P.), sendo um na cidade e outro na vila de Terra Santa, atendendo a certos casos de doenças, tendo cada um, como corpo clínico, um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 339 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 2 211, ou 41,4%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 214 eram homens e 997, mulheres. Na sede municipal, das 815 pessoas de 5 anos e mais, 471 sabiam ler e escrever e, destas, 248 eram homens e 223, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram em Faro 3 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 110 alunos, localizados na sede e no interior.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	(1) 312	(1) 129	(1) 419
1951	—	163	(1) 532	(1) 228	(1) 532
1952	—	195	(1) 532	(1) 228	(1) 532
1953	—	168	1 389	353	587
1954	—	426	(1) 532	(1) 228	(1) 532
1955	—	483	1 155	628	830
1956	—	...	1 507	817	915

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa de Faro é a de S. João Batista, Patrono da Cidade, que se realiza de 14 a 24 de junho. Nos tempos primitivos da fundação do município, consistia esta festividade na peregrinação da Imagem de S. João Batista, levada por um grupo de pessoas que, empunhando grandes bandeiras, batendo caixas, tamborins, gambás (instrumentos feitos de madeira ôca com as extremidades cobertas por couro) e entoando cânticos, iam esmolando pela cidade e levando as "boas vindas" da Imagem aos seus devotos. No regresso, o grupo era recebido pela Diretoria da Festa, constituída de Juízes, Capitães e Mordomos, eleitos por sorteio no ano anterior, e pelo povo em geral. Depois das formalidade de praxe, o Santo era levado para sua Capela acompanhando do canto dos "foliões" e acompanhantes. Atualmente, com a construção da Igreja local, a festa de S. João Batista tomou o aspecto de tôda festa religiosa brasileira, patrocinada pelo Sacerdote que celebra os rituais católicos e pela Diretoria que organiza o programa das comemorações profanas, com quermesses, leilões, etc., revertendo a renda dos mesmos em favor da Igreja.

Festeja-se, também, Santa Izabel, na vila de Terra Santa, com as mesmas características da festa de S. João Batista, festejos realizados de 29 de junho a 8 de julho.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Dionísio Ausier Bentes, que foi Prefeito de Belém, Governador do Estado no quatriênio de 1924—1928 e, por várias vêzes, Deputado Estadual, Federal e Senador da República. Faleceu em 1950, na Capital Federal. Dr. José Flexa Ribeiro, Professor de História das Artes, na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, jornalista e poeta. Reside atualmente na Capital da República.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A beleza sem par do rio Nhamundá ou Jamundá, do lago de Faro, com seus poentes maravilhosos; a viagem ao Lago Espelho da Lua, o Jaciuaruá da lenda das Amazonas; tudo é motivo para situar o município como um futuroso ponto turístico.

O *Muiraquitã*, "artefato talhado em nefrita, com formas várias, às vêzes de batráquios, quelônios, serpentes, etc. e a que se atribuem qualidades de amuleto", com sua lenda de talismã da felicidade é, também, motivo de interêsse e atração para a terra.

O lagos do Maracanã e Ubim, os paranás Sapucuá, do Bom Jardim, e o "Caldeirão" merecem ser vistos, não só pela beleza como pela expressão do poderio aquático da região.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "farenses".

Há uma versão popular na zona do Baixo Amazonas, de que os moradores de Faro são "feiticeiros". Origina-se, sem dúvida, da notícia sôbre o encontro de "Muiraquitãs" no município. A história pitoresca corre mundo, e que o "feitiço" é tão forte que a vítima é colocada a "chocar" caroços de tucumã (um fruto de palmeira da região), como ocorre com os galináceos.

Faro é Têrmo Judiciário da Comarca de Óbidos, com dois distritos judiciários.

Conta com 2 592 eleitores.

Pertence a Faro a região contestada entre os Estados do Pará e Amazonas, litígio êsse que vem se eternizando, sem possibilidade prática de solução. É uma região quase que totalmente dedicada à pecuária, de várzeas exuberantes e que no período de inverno, mormente de abril a julho, fica em grande parte submersa e alagada. Os moradores locais preferem essa situação indefinida, sem muita paixão por qualquer dos contendores. Em verdade, o Contestado está sob o domínio de fato do Estado do Amazonas, que mantém navegação regular e lhe presta assistência muito mais ativa do que o do Pará. A menor distância para Manaus, a facilidade comercial para o Amazonas, as atenções do govêrno amazonense para com o "Contestado" são fatôres preponderantes para a simpatia que pretende obter dos moradores de Faro. O "Contestado" tem uma área de 3 192 km^2, maior que alguns municípios paraenses e a população, que tem sua vida ligada a essa terra tão disputada, é estimada em 10 mil habitantes.

Faro é topônimo francamente português. Sua origem é controvertida em Portugal como no Brasil. I. Xavier Fernandes manifesta-se pelo étimo *Hazune*, árabe, indivíduo que teria legado o nome à povoação da qual proveio Faro, cidade do Algarve.

"Esta origem árabe do topônimo Faro, diz, foi aceita por Dauide Lopes, já citado, por José Joaquim Nunes, algarvio e também professor da Faculdade de Letras de Lisboa, por Agostinho de Campos, igualmente professor da mesma

Faculdade, pelo insigne filólogo e lexicógrafo, padre Augusto Magne, etc." ("Topônimos e Gentílicos", pág. 133).

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916 — Sinopse Estatística do Município de Faro — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — Junho de 1957).

GUAMÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 85 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O nome primitivo do município foi São Miguel do Guamá.

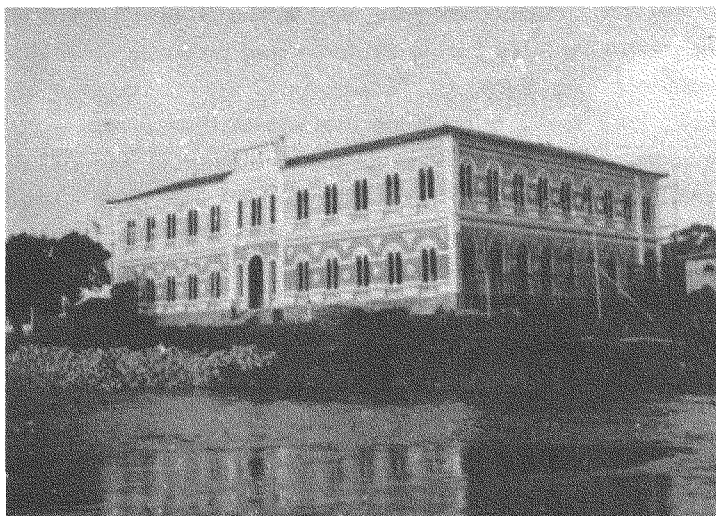
O rio Guamá foi dos primeiros que receberam as incursões dos colonos portuguêses, que depois de 1616 vieram instalar-se na nova Capitania, não só por vir lançar as suas águas junto da cidade de Belém, com o nome de Guajará, como pela uberdade e riqueza em madeiras de lei das terras por êle regadas.

Desde o comêço do século XVII principiaram as ocupações de terrenos nas suas margens, onde o govêrno da Capitania concedeu grande número de sesmarias, entre outras as doadas aos frades do Convento do Carmo onde fundaram a fazenda Pernambuco.

No século XVIII já era sumamente habitado, principalmente depois que Luiz de Mouro o subiu até a vila de Ourém, cujos fundamentos datam da casa forte por êle lá construída em 1727.

Na visita pastoral que o bispo D. Frei Miguel de Bulhões fêz ao interior, parou alguns dias, em 1758, no sítio de Agostinho Domingos de Siqueira, a cujas instâncias criou, no local, uma freguesia sob a invocação de São Miguel, instituída no patrimônio de 60 braças de terras para êsse fim doadas por Siqueira.

Criada a freguesia e provida de vigário, foi constituída a respectiva igreja Matriz, em tôrno da qual principiaram a alinhar-se as casas, e o local a tomar o desenvolvimento de povoado; e êste assim atravessou o resto do período colonial, entrando para a independência ainda como simples freguesia.

Com a nova divisão da Província do Pará em têrmos e comarcas, nas sessões de 10 a 17 de maio de 1833, a freguesia de D. Frei Miguel de Bulhões, também conhecida pela

Instituto Santo Antônio Maria Zacarias

Escolas Reunidas

denominação de São Miguel da Cachoeira, passou a constituir parte integrante do município de Ourém.

Muito sofreu São Miguel com os horrores da Cabanagem, tendo fugido quase todos os seus habitantes, deixando haveres e fazendas, cuidando cada qual ùnicamente da conservação da vida.

Sòmente em 1873 a Assembléia Provincial modificou-lhe a categoria, erigindo-a em vila e criando o respectivo município, com a Lei n.º 663, de 31 de outubro.

Desagradou imensamente à Câmara de Ourém êsse ato, porquanto desmembrava do seu município uma vasta zona, tendo o presidente desta câmara, Eliziario José de Carvalho, protestado contra a desanexação, perante o govêrno provincial.

Não obstante o protesto da Câmara de Ourém, cuidadaram os habitantes de São Miguel de promover imediatamente a instalação do município, que realizou-se no dia 7 de janeiro de 1874, com a juramentação da câmara eleita, pelo presidente da câmara de Ourém, Felix José Rodrigues.

Da primeira Câmara miguelense fizeram parte João Antônio Lopes, presidente, e, vereadores, Antônio Olímpio Nunes, Ladislau Joaquim Rodrigues, Balbino Clarindo de Castro e Servulo da Costa Ataíde, deixando de comparecer Zeferino Neri Siqueira.

Com a proclamação da República, a adesão do município teve lugar em sessão de 15 de março de 1890, comunicada em ofício da mesma data, feita por Gratuliano Frederico Batista da Silva, R. Egidio Nunes, Antônio Pereira de Castro, Joaquim de Santana Gomes e Americo Lopes da Cunha.

Pelo Decreto n.º 105, de 15 de março de 1890, o govêrno provisório do estado dissolveu a câmara municipal, criando o conselho de Intendência municipal pelo Decreto n.º 106, da mesma data, para o qual nomeou, presidente Gratuliano Frederico Batista da Silva, e, vogais, Bernardino Egidio Nunes, Joaquim Santana Gomes e Antônio Pereira de Castro que tomaram posse a 16 de março de 1890.

O Decreto n.º 344, de 30 de maio de 1891, elevou São Miguel à categoria de cidade.

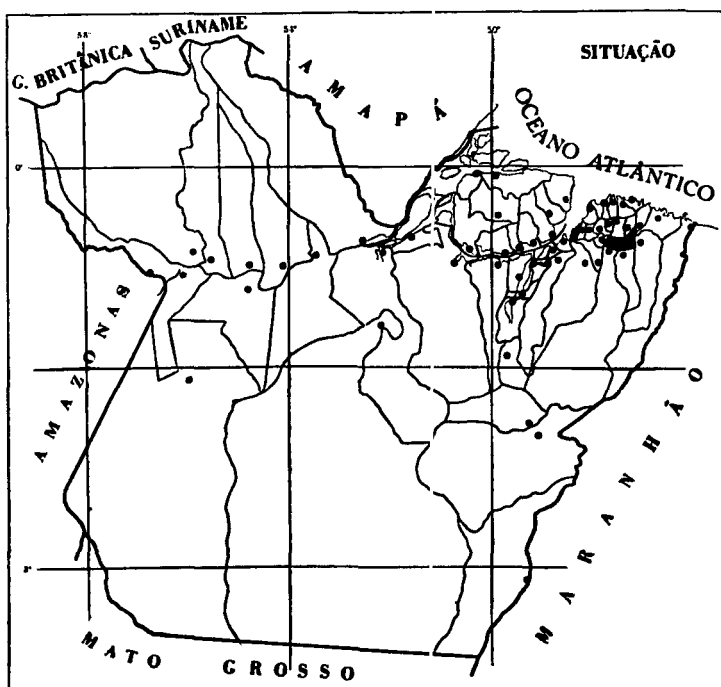
No primeiro triênio constitucional serviram no conselho municipal, como intendente, Jerônimo Ribeiro Tavares, e, como vogais, Simpliciano Patrício de Assunção, Luiz Manoel Pereira, Justino Neto dos Reis e Simplício dos Anjos Lopes.

Em razão do Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município de São Miguel do Guamá passou a denominar-se simplesmente de Guamá.

Guamá teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Bonito, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município é constituído dos seguintes distritos: Guamá, Bonito, Caju, Urucuriteua e Urucuri.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Gilberto Simões de Oliveira e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Guamá situa-se na zona fisiográfica denominada Guajarina e limita com os municípios de Inhangapi, Castanhal, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Capanema, Ourém, Irituia e Capim. A sede municipal dista 111 km em linha reta da Capital Estadual colocando-se no 18.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 42' 10" de latitude Sul e 47º 23' 20" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 30 metros, na sede municipal, sendo o 15.º em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido.

ÁREA — A área do município é de 1 337 km², sendo o 40.º em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: Rio Guamá, nasce no município de Ourém, desaguando na baía de Guajará; rio navegável para embarcações de calado médio, em quase todo o seu curso; Queda de Água Matari, situada no igarapé do mesmo nome, não sendo conhecida sua potência hidráulica ou fôrça, não tendo sido aproveitada para nenhum fim industrial.

Escola Rural, em Construção

RIQUEZAS NATURAIS — Como riqueza mineral, consta a existência de carvão-de-pedra, ainda sem exploração. Madeiras em geral constituem a riqueza vegetal. Quanto a riquezas animais, os animais silvestres são bem representativos.

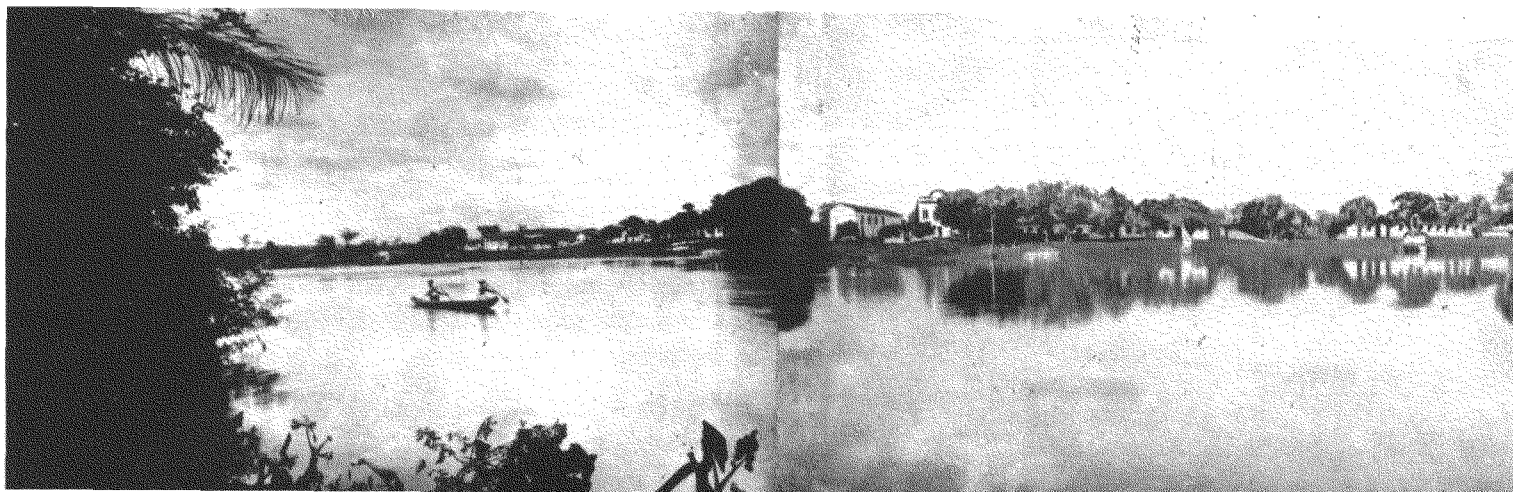
POPULAÇÃO — A população de Guamá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 18 960 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 9 628, mulheres — 9 332, brancos — 4 969, pardos — 11 057, pretos — 1 894 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 156, 4 198 eram solteiros, 5 219 casados, 723 viúvos e 5 desquitados. Existiam apenas 25 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 18 461; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 21 371, sendo 7 375 no distrito de Guamá, 4 133 no distrito de Bonito, 4 349 no distrito de Caju, 4 706 no distrito de Urucuri e 808 no distrito de Urucuriteua.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui nove aglomerações urbanas: a cidade de Guamá com 920 habitantes (461 homens e 459 mulheres); a vila de Bonito com 527 habitantes (282 homens e 245 mulheres); a vila de Caju com 72 habitantes (39 homens e 33 mulheres); a vila de Urucuriteua com 197 habitantes (113 homens e 84 mulheres) e a vila de Urucuri com 62 habitantes (31 homens e 31 mulheres), os povoados de: Santo Antônio do Cumaru, com 48 casas e 240 moradores; Boa Vista, com 36 casas e 180 moradores; Panelas, com 35 casas e 170 moradores e Acari, com 20 casas e 100 moradores.

24 — 24 640

Escola Rural, já concluída

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa é constituída da de origem mineral pela extração de argila.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de fibra de malva, cuja exportação atingiu em 1956 a 900 000 kg, no valor de Cr$ 1 080 000,00, seguindo-se o arroz com casca com 800 000 kg, no valor de ...... Cr$ 2 640 000,00, madeira beneficiada com 1 962 m^3, no valor de Cr$ 2 295 393,00, farinha de mandioca com 540 000 quilos, no valor de Cr$ 1 800 000,00, milho com 10 000 sacos no valor de Cr$ 1 500 000,00, algodão com 7 500 arrôbas, no valor de Cr$ 1 350 000,00, fumo em molho com 2 730 arrôbas, no valor de Cr$ 1 092 000,00 e telhas e tijolos de barro com 370 milheiros, no valor de .... Cr$ 1 007 000,00.

O valor da exportação em 1956, somou .... Cr$ 12 584 393,00.

Conta o município com 4 estabelecimentos industriais, sendo 3 olarias e 1 serraria, além de pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 45,5% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 66 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Guamá com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Capim: fluvial 43 km; Irituia: fluvial 36 km; Ourém: rodoviário 70 km; Capanema: rodoviário 67 km; Nova Timboteua: rodoviário 61 km; Igarapé-açu: rodoviário 72 km; Castanhal: rodoviário 72 km; Inhangapi: rodoviário 112 km; Capital Estadual: rodoviário 145 km, emprêsas particulares. Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal-telegráfica na sede e uma Agência do Correio no interior, ambas do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guamá conta com 15 logradouros públicos, 278 prédios e, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, 920 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 13 logradouros e a domiciliar conta com 99 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe 1 Pôsto Sanitário, mantido pelo Govêrno Estadual, com finalidade geral, e os serviços contra bouba, malária e sífilis. Tem como corpo clínico apenas 1 guarda sanitário.

Vista Panorâmica da Cidade

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade de Guamá o Círculo Operário Guamaense, fundado no ano de 1953, contando com 248 sócios e destinado a prestar beneficência mutuária.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 15 545 pessoas de 5 anos e mais, sen-

Outro Aspecto da Escola Rural

do que 4 273, ou 27,4%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 616 eram homens e 1 657, mulheres. Na sede municipal, das 754 pessoas de 5 anos e mais, 477 sabiam ler e escrever e destas, 255 eram homens e 222, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 45 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 728 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 Associações Culturais, ambas de caráter esportivo, além dos pequenos clubes no interior do município.

O futebol é praticado com muito entusiasmo e são freqüentes as excursões aos municípios vizinhos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	320	286	989	354	1 052
1951	288	550	1 117	845	1 174
1952	291	520	1 916	934	1 738
1953	301	516	2 600	1 367	2 221
1954	312	519	2 067	1 337	2 725
1955	367	495	1 445	794	1 569
1956	(1) 364	665	(1) 1 970	1 260	1 970

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Apesar de ser um dos municípios mais antigos do Pará, não existe nenhum monumento histórico que assinale sua participação na vida paraense.

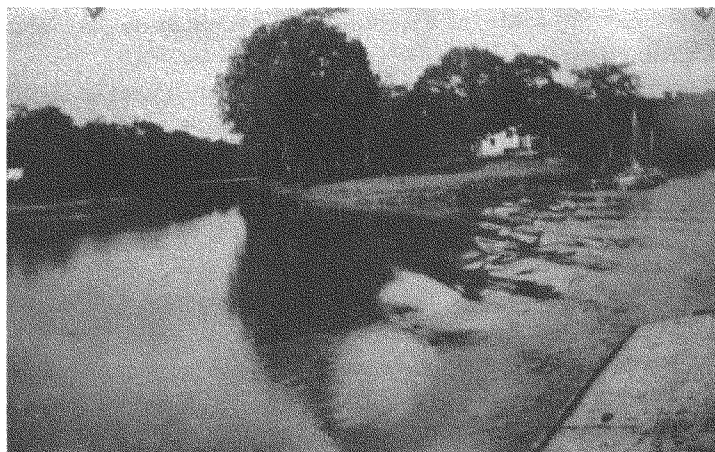
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas mais populares que se realizam no município, são as religiosas, que se observam por ocasião das comemorações do padroeiro do município, São Miguel Arcanjo e que se realizam no dia 29 de setembro, assim como o Círio de N. S.ª de Nazaré, no 3.º domingo do mês de novembro, ambas encerradas pelas tradicionais procissões. São as festas mais concorridas do município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como particularidade de interêsse turístico, observa-se a existência, em frente à cidade de Guamá de um "travessão" no rio Guamá. Na baixa-mar é nítida a presença de cachoeira, cujas enormes pedras afloram à superfície do rio.

Perto da cidade será construída uma grande ponte sôbre o rio Guamá para a Rodovia BR-14, a "Transbrasiliana", que atravessa o território municipal, com cêrca de 40 km de percurso.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "guamaenses". A denominação Guamá é topônimo indígena e pode ser escrito, como o pronuncia o povo ou o caboclo — Guamã.

Guamã, suporta a decomposição u = i = ig (rio) e amã = amana (chuva) — significação: "rio onde chove". A decomposição imediata nos elementos guá = aquêle que, e amã = amana (chuva, com função verbal, chover e não substantiva, chuva) — daria o mesmo resultado: "aquêle que chove", "onde chove".

É sede da Comarca e Têrmo de Guamá com cinco distritos judiciários.

Confluência dos Rios Irituia e Guamá

O eleitorado é composto de 4 561 eleitores.

Guamá é o mais importante município atravessado pelo rio do mesmo nome.

Apesar da modificação oficial do topônimo em face da legislação federal a respeito, ocorrida em 1944, o município continua sendo conhecido como "São Miguel do Guamá". O povo não aceitou a supressão do nome do santo padroeiro.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Guamá — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

GURUPÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 289 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Sabe-se que os inglêses e holandeses precederam de vários anos no conhecimento e visita do estuário amazônico à expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco, porquanto, já em 1610 os segundos possuíam feitorias e postos fortificados no grande rio.

Pelos índios tiveram os portuguêses notícias dessas incursões, além das que já traziam do Maranhão, com o aprisionamento dos franceses naquele Estado.

Depois que os portuguêses firmaram o seu domínio na baía do Guajará e dominaram os índios, cuidaram logo de desalojar os estrangeiros que infestavam as águas amazônicas.

Entre os postos fortificados, criados pelos holandeses, que se encaminharam para os lados do rio Xingu, contava-se o de Mariocaí, à margem direita do rio Amazonas, onde hoje assenta a sede do município gurupaense. Bento Maciel Parente e Luiz Aranha de Vasconcelos, segundo a crônica, foram os heróis desta campanha, na qual as armas portuguêsas, grandemente auxiliadas pelos indígenas, tiveram tôdas as glórias.

Mariocaí foi totalmente arrazado, e, em 1823 Bento Manuel Parente, que nos documentos públicos se intitulava Capitão Maior da conquista do Pará e primeiro descobridor e conquistador do Gurupá e rio Amazonas, honra que lhe disputou Luiz Aranha de Vasconcelos, e que mais justamente caberia a Pedro Teixeira, fundou no mesmo local de Mariocaí o forte de Santo Antônio de Gurupá, que guar-

neceu com 50 soldados e índios, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque.

Em 1629 o forte sofreu a agressão do Capitão inglês Roger North, destroçado por Pedro Teixeira, então em Gurupá; e, em 1639 um patacho holandês tentou a mesma aventura, com idêntico resultado, sendo a derrota reinfligida pelo Capitão João Pereira Caceres, Comandante do forte.

Não obstante as solicitações de Artur Sá de Menezes, Manuel Guedes Aranha e Gomes Freire de Andrade, o primeiro e último, governadores do Pará, e o segundo, em nome da junta dos Negócios do Estado, o forte não teve conservação e terminou com a ruína completa.

Em 1690 o governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, representou ao govêrno da Metrópole sôbre a necessidade da sua reconstrução, sendo então justamente ponedradas as suas razões, havendo a carta régia de 19 de fevereiro de 1691 determinado a reconstrução do forte sob um novo plano, que o ampliou.

Entretanto, desde 1639, Gurupá já era vila.

A obra projetada não ficou concluída; ao contrário, com o abandono, desmoronou-se novamente, não obstante possuir a vila a sua guarnição, e Gurupá ser um pôrto de escala obrigatória a tôdas as embarcações que subiam e desciam o rio Amazonas.

Em 1760 o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro enviou para lá o Major engenheiro Gaspar João Geraldo Gronfelts que projetou em 1761 a reconstrução do forte, cuja direção confiou a Domingos Sambuceti, ao qual sucedeu Clemente de Almeida Pereira, que não logrou concluir os trabalhos projetados.

Uma carta régia determinou também a construção de um hospício, iniciado em 1691 e no ano seguinte concluído, do qual tomaram conta os frades capuchos da província de N. S.ª da Piedade, hospício êsse que em 1760 se achava em completa ruína.

Em 1771 o Coronel Fernando da Costa Ataíde Teive, governador e Capitão-general do Pará, ordenou a reconstrução da fortaleza, então sob o comando do ajudante Antônio José Pinto, que a projetou de novo, não tendo as obras tido seguimento.

A vila de Gurupá, como as demais, possuiu o seu senado da câmara, desde os mais remotos tempos da colonização não se sabendo a data precisa da sua instalação, nem o nome dos seus oficiais.

No ano da adesão do Pará à independência, era juiz ordinário Antônio Rabelo Mendes, que comunicou a emancipação política do Brasil, de Portugal.

A primeira câmara municipal, depois da Lei de 1828, era constituída por José Antônio da Costa Pimentel, Rosendo Marques dos Reis, Florêncio de Sousa Frois, Matias José de Aragão, Luiz Carlos Vieira, Francisco Antônio Nunes e Hermógenes Souto, que serviram no período de 1829 a 1832.

Com a Lei n.º 1 209, de 11 de novembro de 1885, as vilas de Cintra e Gurupá obtiveram o predicamento de cidade.

Da última câmara municipal do regime monárquico, dissolvida pelo govêrno provisório do Estado do Pará, com o Decreto n.º 48, de 19 de fevereiro de 1890, foi presidente, Alípio da Assunção Urbano da Fonseca.

O Decreto n.º 49, da mesma data acima, criou o Conselho de Intendência Municipal, para o qual foram nomeados: Francisco Cardoso Barreto da Fonseca, presidente; e, vogais, Maximiano Rabelo Mendes, Manoel de Jesus Barreto, João Francisco Mugo, Antônio Nunes Cardoso, Pedro Maria da Silva e Benedito Antônio Bragança.

O Decreto Estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, embora não incluísse Gurupá entre os municípios, consigna-o, em seu artigo 2.º, como tendo sido acrescido do território do extinto Pôrto de Moz.

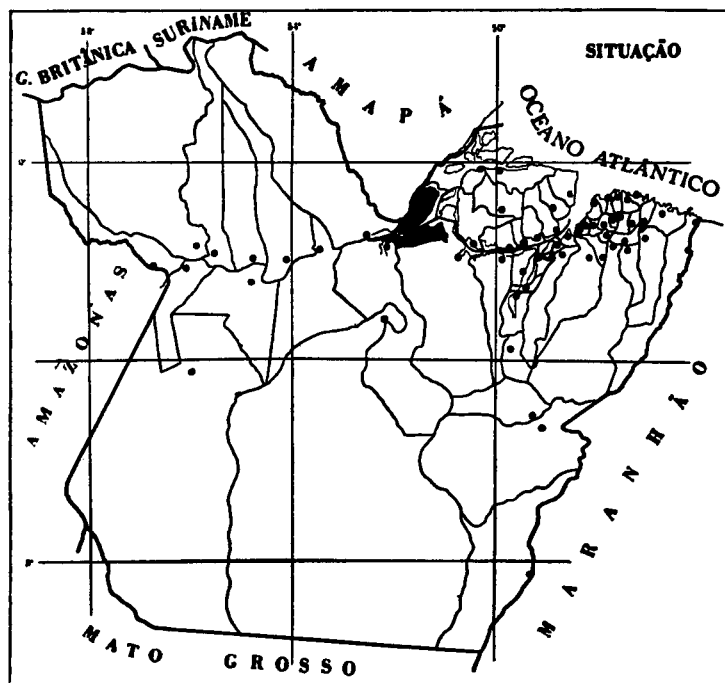
A Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará incluindo entre êles o de Gurupá.

Em cumprimento ao Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de dezembro de 1938, que estatuiu a divisão territorial do Estado a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Gurupá teve aumentado o número de seus distritos, com a criação do de Carrazedo, levada a têrmo com território desmembrado da zona dêsse nome, do distrito-sede. Conseqüentemente, na citada divisão aparece constituído por 2 distritos: Gurupá e Carrazedo.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto Estadual número 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, compõe-se o município de 3 distritos: Gurupá, Carrazedo e Itatupã. Êste último distrito, subordinado, em 1939-1943, ao município de Mazagão passou à jurisdição de Gurupá, quando da transferência do primeiro para o Território Federal do Amapá, criado pelo Decreto-lei Federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, regulamentado pelo de n.º 5 839, de 21 dêsse mês e ano.

No momento presente o município ainda é constituído de 3 distritos: Gurupá, Carrazedo e Itatupã.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Wilson Alfredo de Lima e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Gurupá situa-se na zona do Marajó e ilhas e limita com os municípios de

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Pôrto de Moz, Almeirim, Afuá, Breves, Portel e com o Território Federal do Amapá.

A sede municipal dista 353 km em linha reta da capital estadual, colocando-se em 38.º lugar em ordem de distância de Belém. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 1º 24' 10" de latitude Sul e 51º 38' 45" de longitude W.Gr.

ALTITUDE — 20 m na sede municipal, sendo, portanto, o 19.º município em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. Na quadra de janeiro a junho as chuvas são abundantes.

ÁREA — É o 25.º município do Estado em extensão territorial, com 9 221 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Amazonas, que banha a cidade de Gurupá e o distrito de Carrazedo; Ilha Grande de Gurupá, uma das maiores ilhas do rio Amazonas; Ilha do Urutaí e Ilha Gurupari, também no rio Amazonas.

RIQUEZAS NATURAIS — Plantas em geral, destacando-se a hévea (borracha), maçaranduba, ucuuba e andiroba como principais no reino vegetal. Caititu, queixada, veado, jacaré, maracajá, onça, jacuruxi e peixes aparecem como as de maior amplitude no reino animal.

POPULAÇÃO — Conforme o Recenseamento de 1950, a população de Gurupá, era de 12 419 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 6 275; mulheres — 6 144; brancos — 2 826; pardos — 9 405; pretos — 162 e 1 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 304, 2 696 eram solteiros, 3 052 casados, 542 viúvos e nenhum desquitado. Existiam apenas 7 estrangeiros e nenhum brasileiro naturalizado. Em religião a predominância foi de católicos romanos com 12 353; as outras religiões apresentaram escassos membros.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 14 000 habitantes, sendo 9 455 no distrito de Gurupá; 920 no distrito de Carrazedo e 3 625 no distrito de Itatupã.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro (4) aglomerações urbanas: a cidade de Gurupá, com 629 habitantes (321 homens e 308 mulheres); a vila de Carrazedo, com 43 habitantes (20 homens e 23 mulheres); a vila de Itatupã, com 123 habitantes (56 homens e 67 mulheres) e o povoado de Jocojó, com 32 casas e 150 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção de procedência vegetal é constituída da borracha, madeira bruta e sementes de ucuuba, cujo valor total, em 1956, somou Cr$ 10 330 000,00; a animal, por peles de animais silvestres, no valor total, em 1956, de Cr$ 227 000,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de borracha, cuja exportação em 1955 atingiu a 449 134 kg, valendo Cr$ 6 660 184,70, seguindo-se madeira em bruto com 4 025 m³, valendo Cr$ 2 028 150,00 e sementes de ucuuba com 51 786 kg, valendo Cr$ 363 429,00.

O valor da exportação em 1955 somou .... Cr$ 10 922 754,80.

No município, existem apenas pequenos estabelecimentos industriais que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 9,4% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município, 63 estabelecimentos comerciais, do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Gurupá com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Almerim: fluvial 120 km; Breves: fluvial 229 km; Portel: fluvial 330 km; Pôrto de Mós: fluvial 89 km e Capital do Estado: aéreo 352 km e fluvial 500 km. Como meio de comunicação, existe na sede do Município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Gurupá conta com 13 logradouros; 155 prédios; 629 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 4 logradouros e a domiciliária conta com 68 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um Pôsto de Higiene, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Públca (S.E.S.P.), possuindo um ambulatório, farmácia, gabinete dentário, laboratório de microbiologia, de microscopia e para outros exames, e uma sala de esterilização, atendendo serviço de medicina curativa e preventina. O corpo clínico é composto de um médico, dois enfermeiros, uma visitadora e três guardas sanitários.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 10 136 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 696, ou 16,7%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 169 eram homens e 527, mulheres. Na sede municipal, das 513 pessoas de 5 anos e mais, 203 sabiam ler e escrever e destas, 121 eram homens e 82, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 15 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 534 alunos, na cidade e no interior do município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem três associações culturais, sendo duas de caráter esportivo, que concentram os aficionados pelos esportes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	103	650	245	785
1951	—	135	800	...	406
1952	—	138	881	...	595
1953	—	126	1 242	511	856
1954	—	153	1 224	587	737
1955	—	173	1 273	692	1 029
1956	—	...	1 716	804	1 551

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Forte de Santo Antônio.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Em Gurupá, festeja-se Santo Antônio, padroeiro da cidade, em junho e em dezembro, São Benedito, sendo esta a mais importante festividade religiosa do município. Tem início a 8 de dezembro com a solenidade do levantamento do "mastro" de São Benedito, em frente à Igreja Matriz, ostentando no tôpo uma bandeira com a Imagem do Santo. No dia 25, há missa de Natal, celebrada pelo Bispo Prelado do Xingu; a 27, missa solene pela manhã e procissão à tarde, sendo conduzida a Imagem de São Benedito por grande massa popular e a 28, o encerramento da festividade com a derrubada do "mastro" às 5 horas da tarde.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Forte de Santo Antônio, situado na cidade, cujas origens remontam à época colonial, sendo de alta valia histórica e de merecido relêvo na arte de sua interessante construção.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "gurupaenses".

O eleitorado é de 2 098 eleitores.

É sede de Comarca com 3 distritos judiciários.

O município, um dos mais antigos do Estado, com a derrocada da borracha, sofreu tremenda retrogradação econômica, que se refletiu por vários anos. Ùltimamente é que a extração de madeiras, explorada mais intensamente, permitiu uma melhoria na situação geral da comuna.

Gurupá é topônimo indígena. Gurupá = Curupá = = curu + paba. Plínio Airosa traduz por "o depósito, o amontoado de seixos, o lugar em que se ajunta o cascalho". (Primeiras Noções de Tupi, pág. 143).

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Gurupá — C.N.E. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

IGARAPÉ-AÇU — PA

Mapa Municipal na pág. 59 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 112, 162, 198 e 220 do Vol. I

HISTÓRICO — A criação dêste município data de 1906, com a Lei n.º 985, de 26 de outubro.

A origem da respectiva sede foi o núcleo colonial Jambu-Açu, cuja discriminação estêve a cargo do Engenheiro Pedro Bezerra da Rocha Morais, sendo os trabalhos iniciados em 1895.

Com a decadência completa do município de Santarém Novo, tornou-se necessário extingui-lo e como o respectivo território não podia ser anexado aos vizinhos, sem que adviesse ainda maior decadência para a zona, o Congresso Legislativo do Estado, resolveu criar novo município, tirando parte do município da Capital e deixando parte do antigo para o de Maracanã.

A colonização contou, inicialmente, com o concurso de colonos espanhóis.

A marcha da evolução desta colônia se apresentava lenta, todavia, com o assentamento dos trilhos da ferrovia da Estrada de Ferro de Bragança em 1901, cortando sua parte central de oeste a leste, intensificou-se seu ritmo de colonização.

Acredita-se que as obras de construção da Estrada de Ferro que para sua concretização reclamavam elemento humano, tenham contribuído decisivamente para a fixação de algumas famílias nesse núcleo, famílias estas que se deslocaram das circunvizinhanças das sedes de Santarém Novo e Pôrto Seguro.

Contudo, como aconteceu no início e hoje o fenômeno ainda se repete, não é possível omitir a ação colonizadora do homem nordestino que revestido dos sofrimentos dos flagelos das sêcas periódicas do Nordeste e ainda atendendo a sua formação étnica, alcançaram estas terras e emprestaram suas energias físicas em favor da sua colonização.

A história municipal deve registrar, dentre outros, os primeiros colonos que foram Antônio José de Aquino, Manoel Joaquim, José Nobre e Bento José de Pontes que tiveram papel significativo na formação do município.

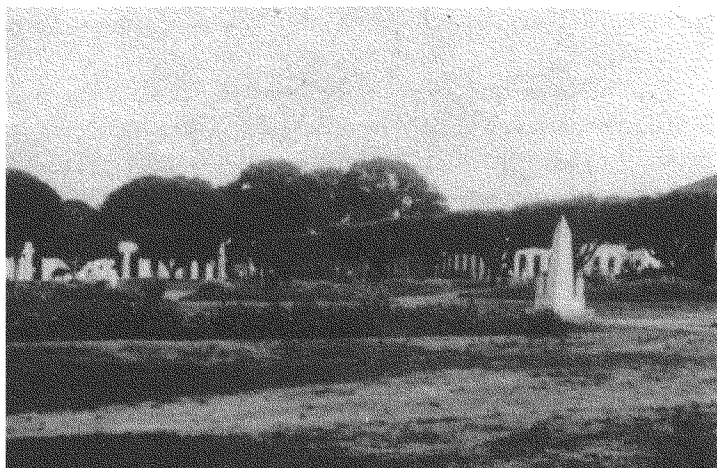
As primeiras construções foram casas de madeira para a instalação da Diretoria da colônia que estava localizada na praça São Sebastião e residência dos colonos, sendo em uma dessas casas que o Sr. Joaquim Sidrim instalou o primeiro estabelecimento comercial, isto no ano de 1898.

Em data de 5 de novembro de 1903, com a Lei estadual n.º 902, criou-se o povoado de Igarapé-Açu, formado pelas terras da antiga colônia de Jambu-Açu, desde o km 99 da Estrada de Ferro de Bragança até o segundo Caripi, posição este, nos limites da Subprefeitura policial do distrito.

Tudo indica que, com a criação oficial em 1903 da povoação de Igarapé-Açu pertencendo, ainda, ao município de Santarém Novo, a marcha para a formação do município estava iniciada.

Assim é que, a 26 de outubro do ano de 1906, o então Governador do Estado, Dr. Augusto Montenegro, assinava a Lei n.º 985 que extinguia o município de Santarém Novo e criava o município de Igarapé-Açu. A própria Lei n.º 985, em um dos seus artigos, elevava a povoação de Igarapé-Açu à categoria de vila.

Solenemente instalado o município em 15 de novembro de 1906 foi fixada a data de 15 de dezembro seguinte para o processamento da escolha por eleição de sua primeira administração, apurada, todavia, sòmente a 31 de dezembro, sendo proclamados os eleitos e em seguida empossados em suas respectivas funções, os seguintes cidadãos: Dr. Ângelo Cesarino Valente Doce, intendente; e os Senhores Dr. Gentil José Ribeiro, Antônio Pinheiro

Avenida João Pessoa

Vista Parcial da Praça Augusto Montenegro

Dantas, Henrique Ferreira Gaia, Bernardino Epifânio da Silva e José Rodrigues da Cunha, vogais conselheiros.

Dirigiu os destinos desta comuna, como 1.º Intendente o Dr. Ângelo Cesarino Valente Doce, no período de 1.º de janeiro de 1907 até o ano de 1915, tendo como 2.º Intendente, de 1915 a 1918, o Sr. Henrique Ferreira Gaia.

Foi por fôrça do Decreto estadual n.º 264, de 4 de abril de 1931, que o município de Igarapé-Açu passou a denominar-se João Pessoa, constituindo êsse ato uma homenagem que o Estado do Pará prestava ao grande vulto da revolução de 1930. Tal denominação, porém, não conseguiu se tornar de uso comum.

Quando o município de Igarapé-Açu recebia a nova denominação de João Pessoa, era Prefeito Municipal o Sr. Guilherme de La-Roque e o Conselho Consultivo do município estava composto de 5 membros que eram: Macário Felipe Antônio, Wilkens de Albuquerque Prado, Francisco de Assis Rios, Antônio Alves Ramos e Dr. Raimundo Gabriel Filho.

Ainda não havia decorrido um ano que o município de Igarapé-Açu havia recebido a denominação de João Pessoa, o então Interventor Federal do Estado baixava, no dia 25 de janeiro de 1932, o Decreto n.º 595 que elevava à categoria de cidade a vila de Igarapé-Açu, sede do município, juntamente com a criação da comarca de João Pessoa.

Como já ficou dito, a população do município regeitara sistemàticamente a denominação de João Pessoa ao município e, tão-só por isto, é que cumprindo as exigências impostas pelo uso e ainda mais consagradas, o então Interventor baixou o Decreto-lei n.º 2 972, de 31 de março de 1938, em cujo texto consta a restauração da denominação oficial de Igarapé-Açu em vez de João Pessoa.

Vista do Açude da Granja Bom Sossêgo

O nome de Igarapé-Açu é derivado de um subafluente do rio Marapanim. O referido igarapé banha a cidade e deu-lhe o nome.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o distrito de Igarapé-Açu, adquiriu a zona de São Jorge do Jabuti, do distrito de Peixe-boi, para o qual perdeu a zona de Taciateua. Dêsse modo, na divisão em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo citado Decreto-lei n.º 3 131, o município de Igarapé-Açu constitui-se dos seguintes distritos: Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-boi, São Luiz e Timboteua.

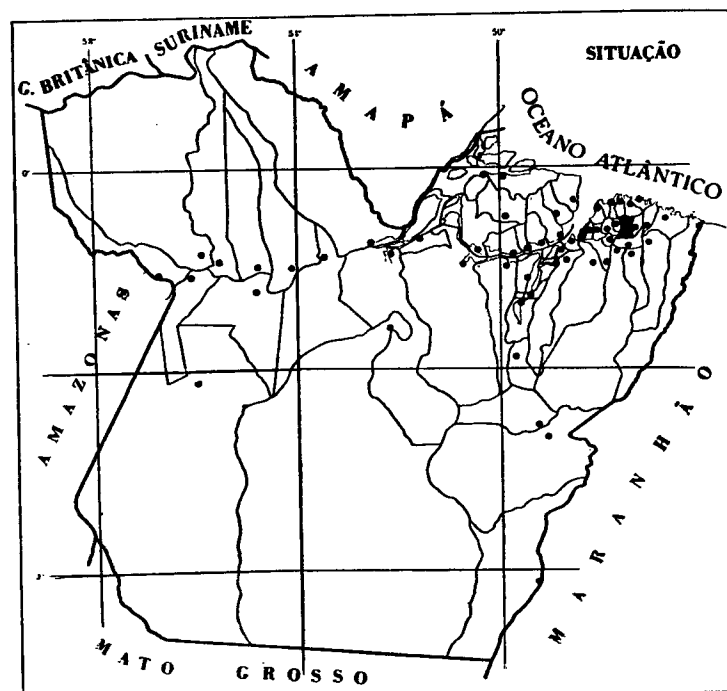
O município de Igarapé-Açu, de acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, perdeu os distritos de Nova Timboteua, Timboteua e Peixe-boi que foram constituir o novo município de Nova Timboteua. Na divisão territorial estabelecida pelo mencionado Decreto-lei n.º 4 505, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município está dividido em 2 distritos: Igarapé-Açu e Caripi.

O município de Igarapé-Açu teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Santa Maria do Pará, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955.

O Govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município ainda é constituído por 2 distritos: Igarapé-Açu e Caripi.

A atual Legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Francisco Miguel Gomes e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Igarapé-Açu, localiza-se na zona fisiográfica Bragantina e limita com os municípios de Anhanga, Marapanim, Nova Timboteua, Guamá e Castanhal. A sede municipal dista 99 km, em linha reta,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

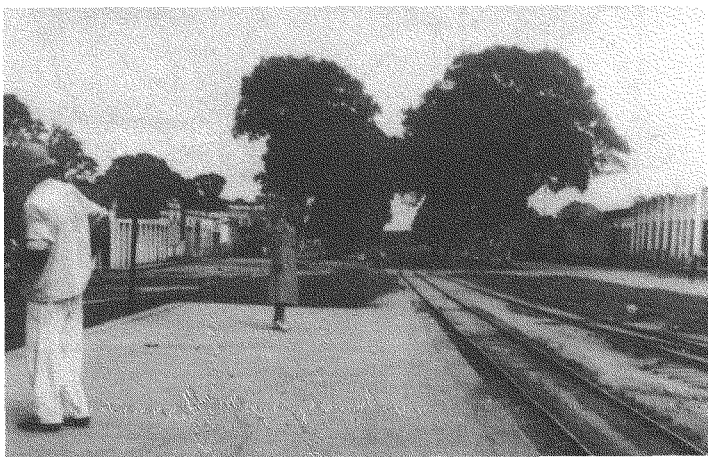
da Capital Estadual, colocando-se no 16.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 07' 41" de latitude Sul e 47º 37' 15" de longitude W.Gr.

ALTITUDE — 39 metros na sede municipal, está em 7.º lugar em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superumido, embora seja considerada a comuna de melhor clima do Pará. Nota-se no verão, de julho a dezembro, acentuada predominância de tempo sêco, com madrugadas muito frias e dias sem grande calor.

ÁREA — 1 216 km², sendo, pois, Igarapé-Açu o 42.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Principais acidentes geográficos do município são: rio Maracanã, que nasce no município de Castanhal e corta o município em direção sul-norte, num percurso de 50 km, servindo de limites entre Igarapé-Açu e o município de Nova Timboteua, banhando as povoações de Livramento e Pôrto Seguro; é navegável por embarcações de pequeno calado; rio Jambu-Açu, nasce no município de Anhanga, corre em direção sul-norte, num percurso aproximado de 20 km no município, servindo de limite entre os municípios de Igarapé-Açu e Anhanga. Banha o povoado de Jambu-Açu, sendo navegável por embarcações de pequeno calado; rio 1.º Caripi, nasce no município de Igarapé-Açu, correndo de sul para norte. Tem uma extensão de 18 km, aproximados, não sendo navegável, devido à sua pequena profundidade; rio 2.º Caripi, nasce no município de Igarapé-Açu, de curso paralelo ao 1.º Caripi, não sendo também navegável; rio Jeju, nasce no município de Guamá e seu curso no município de Igarapé-Açu tem a direção sul-norte, lançando suas águas no rio Maracanã. Não oferece condições de navegabilidade; rio Igarapé-Açu, nasce no município de Igarapé-Açu, cortando com seu curso a cidade de sul para norte, lançando-se à margem direita do rio Jambu-Açu. Não é navegável, dada a ausência de condições específicas; rio do Prata, é um afluente esquerdo do rio Maracanã, e corre no município, na direção oeste-leste, não oferecendo condições de navegabilidade.

RIQUEZAS NATURAIS — Consta a existência de argila como a principal riqueza mineral, mas ainda sem exploração. Fibras de uacima, madeiras, junco e cipós diversos constituem as riquezas vegetais.

Av. Barão do Rio Branco

Parada do Abacate — E.F.B.

POPULAÇÃO — A população de Igarapé-Açu, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 15 370 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 7 857, mulheres — 7 513, brancos — 4 902, pardos — 10 070, pretos — 377 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 745, 3 307 eram solteiros, 4 678 casados, 752 viúvos e 2 desquitados. Existem apenas 48 estrangeiros e 7 brasileiros naturalizados. Predominaram os que se declararam católicos romanos, que eram 14 561; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 17 325, sendo .... 12 993 no distrito de Igarapé-Açu e 4 332 no distrito de Caripi.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui doze aglomerações urbanas: a cidade de Igarapé-Açu, com 2 200 habitantes (1 060 homens e 1 140 mulheres); a vila de Caripi, com 849 habitantes (393 homens e 456 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, e os povoados de: Santa Maria, com 265 casas e 1 325 moradores; São Jorge, com 117 casas e 565 moradores; São Paulo, com 91 casas e 425 moradores; Jambu-Açu, com 50 casas e 250 moradores; Montenegro, com 35 casas e 165 moradores; Curi, com 25 casas e 120 moradores; Pôrto Seguro, com 68 casas e 340 moradores; Livramento, com 40 casas e 234 moradores; Colônia do "24", com 25 casas e 125 moradores e Nova Olinda, com 25 casas e 115 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção da farinha de mandioca. A exportação dêsse produto em 1956, atingiu a .... 4 273 500 kg, no valor de Cr$ 12 840 120,00, seguindo-se a

Vista Parcial do Campo Experimental "Lira Castro"

fibra de malva, com 324 465 kg, valendo Cr$ 3 830 490,00; o milho em grão com 30 850 400 kg, perfazendo .... Cr$ 2 506 030,00 e o arroz com casca, com 226 080 kg, no valor de Cr$ 1 045 270,00. A exportação global, em 1956, atingiu Cr$ 22 978 497,00. Existem no município 8 estabelecimentos industriais, sendo 5 usinas de beneficiamento de arroz, 1 engenho de aguardente e 2 fábricas de banha, além dos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico da farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 32,3%, estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura. A Indústria Extrativa de origem animal é constituída de extração de fibras nativas (malva e uacima), madeira, lenha, junco e cipó de diversas espécies, cujo valor da produção total, em 1956, somou a quantia de .... Cr$ 7 280 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município e com as praças as comunas vizinhas, ao longo da Estrada de Ferro de Bragança. Há no município 72 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia, atacadistas e varejistas ao mesmo tempo, sendo 33 na sede municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Igarapé-Açu com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Anhanga, ferroviário 21 km, E.F.B. e rodoviário 44 km; Marapanim, rodoviário 114 km; Maracanã, rodoviário 54 km; Nova Timboteua, ferroviário 36 km, E.F.B.; Guamá, rodoviário 67 km; Castanhal, ferroviário 44 km, E.F.B. e rodoviário 44 km; Capital Estadual, ferroviário 111 km, E.F.B. e rodoviário 125 km. Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal Telegráfica na cidade e quatro Agências do Correio no interior, tôdas do D.C.T. e quatro Agências da Estrada de Ferro de Bragança.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Igarapé-Açu, tem 22 logradouros públicos; 684 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, conta com 2 200 habitantes. É servida de luz elétrica e água canalizada. A iluminação se estende a 15 logradouros e a domiciliária assinala 266 ligações. A rêde distribuidora de água abastece 6 logradouros com 83 ligações domiciliárias. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se as Praças: Barão do Rio Branco e Augusto Montenegro. Os seus principais edifícios são: a Matriz de São Sebastião, o Grupo Escolar, a Prefeitura Municipal e o Mercado Municipal, êste em forma de Cruz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem dois Postos de Saúde e um Hospital (Colônia do Prata). Um Pôsto de Saúde, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública, com finalidades gerais, mantendo os serviços gerais de saneamento, clínica médica, higiene materna e infantil, possui ambulatório, farmácia, lactário, laboratório de análises clínicas e outro de microbiologia. Executa trabalhos profiláticos de imunização e tem como corpo clínico: 2 médicos, 2 enfermeiras, 3 visitadoras e 2 guardas sanitários. O outro Pôsto de Saúde é mantido pelo Govêrno Estadual, e é de finalidades gerais, mantendo os serviços gerais de distribuição de medicamentos. Tem como corpo clínico apenas um guarda. O Hospital Colônia do Prata é destinado ao internamento de leprosos, é de finalidade especializada no tratamento da lepra, mantém os serviços leprológico, cirurgia, clínica médica e higiene pré-natal; possui ambulatório, farmácia, sala de operações, de esterilização e berço, possui, ainda, 487 leitos, sendo 485 gratuitos e 2 para pessoal técnico do hospital; executa trabalhos profiláticos de imunizações e tem como corpo clínico, 3 médicos, um dentista, um dietista e um prático de farmácia e 5 enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade de Igarapé-Açu, o Ipiranga Futebol Clube, fundado no ano de 1917, contando com 172 sócios, destinado a prestar auxílios funerários e indenização para acidente de atletas e a Caixa Beneficente dos Internados, na Colônia do Prata, fundada no ano de 1937, contando com 459 sócios e destinada a prestar assistência material, cívico-recreativo-esportiva. A Cooperativa Agrícola Mista Igarape-açuense, instalada em 1951 e com 45 sócios, é destinada à produção e crédito.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 12 920 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 4 094, ou 31,6%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 277 eram homens e 1 817 mulheres. Na sede municipal, das 1 856 pessoas de 5 anos e mais, 887 sabiam ler e escrever e destas, 445 eram homens e 442, mulheres.

ENSINO — Em 1956, na sede municipal, funcionaram 2 estabelecimentos de ensino extraprimário: a Escola Municipal de Prendas Cesarina Holanda Pereira possuindo o curso de bordados, com 35 alunos do sexo feminino e 1 pro-

Outro Aspecto do Campo

fessor e o curso Dr. Ângelo Cesarino, possuindo o curso de Dactilografia, com 11 alunos do sexo masculino e 17 alunos do sexo feminino e um professor. No mesmo ano funcionaram 37 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 2 327 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O cinema "Igaçu", com 200 lugares. A Biblioteca "Ipiranga", de caráter geral, propriedade da Associação Esportiva-Cultural Ipiranga Futebol Clube, com 1 000 volumes. Existem 6 associações culturais, sendo 3 de caráter esportivo.

Há acentuado intercâmbio esportivo entre os municípios vizinhos. Aos domingos caravanas de futebolistas, com música e aficionados transportam-se em caminhões às cidades vizinhas para a disputa de prélios do famoso esporte bretão.

É a aproximação mais entusiástica e interessante entre moradores da Bragantina e do Salgado.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	186	480	1 054	655	1 097
1951	227	538	1 326	886	1 205
1952	330	694	1 655	1 094	1 546
1953	351	799	2 158	1 279	2 256
1954	453	753	2 101	1 082	2 101
1955	286	567	1 416	657	1 269
1956	412	843	(1) 1 885	(1) 1 047	(1) 1 885

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Entre os festejos populares profanos, podemos citar os da quadra junina, quando se promovem os célebres cordões de pássaros e bichos e os bailes roceiros ao ar livre. A festa religiosa mais concorrida de fiéis é a de São Sebastião, patrono do município, realizada na Igreja Matriz da sede municipal, de 10 a 20 de janeiro de cada ano, com o tradicional arraial em frente ao templo e uma grande procissão no término da festa.

A festa religiosa e profana realizada, anualmente, em setembro, no povoado Santa Maria, é a maior manifestação popular do município. Milhares de romeiros, vindos de tôda a zona bragantina, a cavalo, em caminhões e mesmo a pé, povoam Santa Maria e lembram pelos seus usos e costumes e linguajar característico, o Nordeste Brasileiro (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte). A festa termina no dia 8 de setembro.

Trecho da Rodovia Igarapé-Açu — Maracanã

Outro Aspecto da Rodovia

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "igarapé-açuenses". É topônimo tupi e significa "igarapé grande". Igarapé—caminho das igaras ou canoas.

O eleitorado é de 4 639 eleitores.

É sede de comarca com dois distritos judiciários.

O município de Igarapé-Açu tem fama de grande salubridade, o que favorece bastante a fixação do elemento humano.

Em Santa Maria, povoado que foi sede de município e voltou à condição anterior, encontra-se a Rodovia BR-14, a "Transbrasiliana", com a Rodovia BR-22, que ligará as Capitais Estaduais Belém, Teresina e Fortaleza.

O município foi até 1940 o mais importante, depois de Bragança, da zona Bragantina. O repartimento de seu território para criação de novas unidades municipais e a passagem distante da cidade das rodovias centrais estacionaram, pràticamente, seu progresso.

(Autoria do histórico —- Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Igarapé-Açu — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

IGARAPÉ-MIRI — PA

Mapa Municipal na pág. 337 do 1.° Vol.

HISTÓRICO — Aos folhetos do Tenente Coronel Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira, intitulados — Crônicas de Igarapé-Miri — se devem algumas referências históricas dêste município e sôbre a fundação de sua sede.

Diz aquêle distinto paraense: "Existia no reinado de D. João V, no lugar onde é assentada a cidade de Igarapé-Miri, uma fábrica nacional para aparelhamento e extração de madeira de construção, servindo também de depósito delas, que daí eram exportadas para Belém, em abundância e das melhores qualidades.

Das fábricas nacionais da província do Grão-Pará, a de Igarapé-Miri era a mais proveitosa e de maior nomeada, concorrendo para isso estar situada em terrenos planos, sólidos e férteis, que se estendiam desde a margem do rio de Santana de Igarapé-Miri, pelo centro, até à descida do rio Itamembuca, numa distância de uma e meia légua, marginando, em sua maior parte, o igarapé Cataiandeua que demorava acima da dita fábrica, e pelo qual fàcilmente desciam as madeiras lavradas no centro; bem como, pela fertilidade de caça, riqueza dos agricultores circunvizinhos à fábrica, como também a ser um lugar salubre, onde não eram conhecidas as febres paludosas, que existiam e existem em grande parte do interior do Estado do Pará.

João de Melo Gusmão conseguiu, em 10 de outubro de 1710, do governador, Capitão General do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire — Senhor de Pancas — a cessão de 2 léguas de terra no Igarapé-Miri, as quais começavam na divisa do Capitão-mor Luiz de Morais Bittencourt, que era o igarapé Cataiandeua, do lado direito, entrando nessa cessão os terrenos em que se achava estabelecida a fábrica nacional, e que se prolongavam até ao rio Santo Antônio, onde completavam as duas léguas cedidas. Não menciona a sesmaria a extensão de fundos da mesma cessão.

Êsse ato do govêrno em favor de quem não residia sequer nos terrenos cedidos, causou grande descontentamento entre os posseiros, agricultores e comerciantes ali estabelecidos e convizinhos, e grande número dêles, prejudicados, dirigiram suas reclamações ao governador que não as atendeu, sendo a sesmaria confirmada por El-Rei D. João V, em 20 de janeiro de 1714.

A demarcação da sesmaria, foi requerida por Melo Gusmão, e contestada por diversos posseiros, que exigiram elevadas indenizações pelas benfeitorias existentes nos terrenos em que eram localizadas; por isso foi Gusmão obrigado a vender-lhes a maior parte dos terrenos, cabendo a Jorge Valério Monteiro, português, agricultor e comerciante, comprar a parte onde era situada a referida fábrica.

Monteiro casou-se com D. Ana Gonçalves de Oliveira, filha do agricultor Antonio Gonçalves de Oliveira, e graças ao seu casamento e à boa compra que fêz, viu prosperar o seu comércio; pelo que mandou erigir uma linda capela em louvor à Senhora Santana, madrinha de sua espôsa, em cuja capela havia anualmente grandes festejos.

Precisando Monteiro educar seus filhos na Europa, resolveu de acôrdo com sua espôsa, vender ao agricultor João Paulo de Sarges Barros, suas propriedades, que constavam da capela, engenho, casas da fábrica e de moradia e retirou-se para a Europa bastante rico, em 1730.

João Paulo de Sarges Barros, sucedendo a Monteiro, prosperou igualmente; e os gêneros de sua produção, como melaço, açúcar, aguardente e tecidos de algodão, tinham a melhor procura.

Barros continuou a festejar a Senhora Santana com maior pompa ainda que seu predecessor, mandando, por isso, abrir uma grande área nas vizinhanças da capela, onde anualmente eram feitas centenas de barracas para receber o povo que concorria às festas ali celebradas.

A fertilidade do solo de Igarapé-Miri, a riqueza de seus habitantes e o brilhantismo dessas festas corriam longe, prendendo a atenção geral, motivo por que para lá imigraram muitos estrangeiros, estabelecendo-se como comerciantes e agricultores.

Tudo isso contribuía para a riqueza de Sarges Barros, que em louvor da Senhora Santana mandou reconstruir a sua capela, dando-lhe então a forma de uma boa igreja.

Tinha Barros um filho nos estudos, e todo o seu empenho e desejo, era que êsse filho de nome João Sarges de Barros, ordenando-se, viesse a ser um dia o vigário de sua adorada igreja; e, neste intuito, ofereceu-a e dela fêz entrega ao bispo — D. Frei Miguel de Bulhões, o qual pela Pastoral de 29 de dezembro de 1752, a erigiu em paróquia colada, sendo secretário da visita de sua Excelência Reverendíssima o padre Manoel Ferreira Leonardo, que escreveu a seguinte Pastoral:

"Achando-nos atualmente em visita e procedendo ao beneplácito e consentimento dos Reverendos Párocos da cidade, e Campinas e às mais formalidades de direito, fundamos e erigimos em paróquia colada esta igreja de Santana de Igarapé-Miri, a qual daqui por diante fica pertencendo ao Padroado Real, cujos limites — principiam desde a bôca do mesmo Igarapé-Miri, no rio Moju, até no rio Piquiarana, inclusive, para a parte do Abaeté; e pelos rios Meruú e Guanapu, até à saída de um e outro na baía do Marapatá, em cuja ereção interpomos a nossa autoridade ordinária e Decreto Judicial."

Sua excelência reverendíssima, o bispo, voltou em visita à paróquia colada de Igarapé-Miri em junho de 1754, e, em sua presença, compareceu João Barros que lhe declarou doar à Senhora Santana o terreno que aí possuía. Dessa doação foi lavrado o competente Têrmo, em 25 de junho do referido ano, sendo testemunhas o beneficiado João Coêlho da Silva, Manuel Caetano d'Azevedo, Manuel Pereira Soares, Pedro Celestino Lobato, Alexandre Luiz da Silva, Antonio Gonçalves d'Aguiar e Romualdo de Sá e Sousa.

Da paróquia colada de Igarapé-Miri, foi primeiro vigário, conforme desejo de seu pai o Reverendo Padre João Sarges de Barros, que faleceu no ano de 1777.

A fundação da paróquia de Igarapé-Miri deu novos elementos de vida e desenvolvimento, de grandeza e prosperidade, concorrendo também para isso, não sòmente a fertilidade do solo mas também a existência de um furo no igarapé Rebibio do rio Moju, que vara no Igarapé-Açu do rio Santana de Igarapé-Miri".

O furo de Igarapé-Miri, na época das águas vivas, dava passagem a barcos até de 4 000 arrôbas e essa passagem concorria para o desenvolvimento da freguesia, pelo fato de constituir um ponto de parada das embarcações que demandavam à cidade de Belém.

A não regularização do regime das águas nessa passagem, pelo abandono em que jaziam os interêsses de serventia pública naqueles tempos, concorreu para a obstrução do furo velho.

Em 1810, segundo diz o Tenente-Coronel Agostinho Oliveira, existia no rio Santana de Igarapé-Miri, uma fazenda agrícola pertencente a Sebastião Freire da Fonseca, mais conhecido pela alcunha de Carambola, natural de Mazagão da África. A êste cidadão é devida a primeira idéia da escavação de um canal, para substituir o obstruído furo

velho, havendo êle próprio escolhido o traçado em linha reta, entre o rio Santana de Igarapé-Miri e o rio Moju. Comunicado o projeto de tão importante obra a D. Antonio José de Sousa Manoel e Menezes Sevarim de Noronha, Conde de Vila Flôr, então governador e Capitão-General do Grão-Pará, animou êle a idéia, que sòmente em 1821 logrou ser iniciada e concluída incompletamente, em novembro de 1823 com o desastre do desabamento da ensecadeira do lado de Igarapé-Miri, arrastando a impetuasidade das águas vários trabalhadores e impedindo a retirada de um veio de pedras moles, existente em uma secção do canal, e que ainda atualmente continua.

Como freguesia, sob a invocação de N. S. Santana, passou Igarapé-Miri para a independência, tendo-se conservado até 1843, quando o Decreto legislativo n.º 113, de 16 de outubro, lhe deu a categoria de vila e com ela criou o município, cuja extensão ficou definida no ano seguinte com o Decreto legislativo de 11 de setembro, sob o n.º 118, que nela incluiu as freguesias de Igarapé-Miri, Abaeté e Cairari.

Recorrendo ainda ao trabalho do Tenente-Coronel Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira, pode-se dizer que os dias da Cabanagem se mostraram funestos em Igarapé-Miri. Em dado momento os habitantes do município, então freguesia, se reuniram em tôrno do juiz de paz José Antonio Pereira de Castro e organizaram séria resistência aos cabanos.

Em agôsto de 1835 as fôrças legais de Igarapé-Miri sofreram os primeiros ataques dos Cabanos, entre os quais, como chefes, podem ser citados Manoel Domingos, Alexandre Carlos, Manoel de Sousa e João Gouvêia.

À traição covarde de um tal José Severino deveu Igarapé-Miri a ocupação do povoado com o assassinato do Comandante-Geral da Resistência, Pina.

À entrada dos Cabanos seguiu-se o sacrifício de muitas vidas, a tiro de arcabuz e facadas, na praça da Matriz, contando-se entre outros João de Lira Lobato e Antonio Joaquim de Lira Lobato.

Felizmente, em 1836 o Tenente João Lima de Castro Gama, auxiliado por José Alves, José Gonçalves Chaves, Ambrósio José da Trindade e outros patriotas, conseguiu libertar a sede da freguesia, dos bandidos que a ocupavam, rechaçando-os para as matas e restabelecendo a ordem pública.

Conquanto a Lei n.º 113, de 16 de outubro de 1843, houvesse criado o município, sòmente quase dois anos depois teve lugar a sua instalação, em 26 de julho de 1845, com a presença do presidente interino da Câmara de Belém, Paulo Maria Perdigão, assistido pelo secretário Julião da Fonseca Freitas, que receberam o juramento e deram posse à primeira câmara, constituída por Vitorino Procópio Serrão do Espírito Santo, presidente; e, vereadores, Pedro Honorato Corrêa de Miranda, João Evangelista Corrêa Chaves, Domingos Borges Machado Acatauassu, Francisco José Corrêa de Miranda e João dos Santos Lopes.

A última câmara da monarquia contou entre os seus membros Francisco Antonio Lobato Frade, presidente; e, vereadores, José dos Passos Corrêa de Miranda, João M. Gonçalves, Vitório Gonçalves de Castro e Sebastião Simpliciano de Lira Lobato.

A câmara municipal foi dissolvida pelo Decreto n.º 60, de 19 de fevereiro de 1890, do govêrno provisório do Estado, sendo, na mesma data, criado pelo Decreto n.º 61, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual nomeou o govêrno estadual, Francisco Antonio Lobato Frade, presidente; e, vogais, Napoleão Manoel Gonçalves, Mariano Antonio Pinheiro, João Prado Lira Pereira e Joaquim de Deus e Oliveira.

Em face do Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, teria o município de Igarapé-Miri sido extinto, incorporando-se seu território ao de Abaeté. O Decreto estadual n.º 78, de 27 de dezembro dêsse mesmo ano, incluindo-o na relação dos municípios por êle mantidos, restaura-o, anexando-lhe ainda o território do extinto município de Moju.

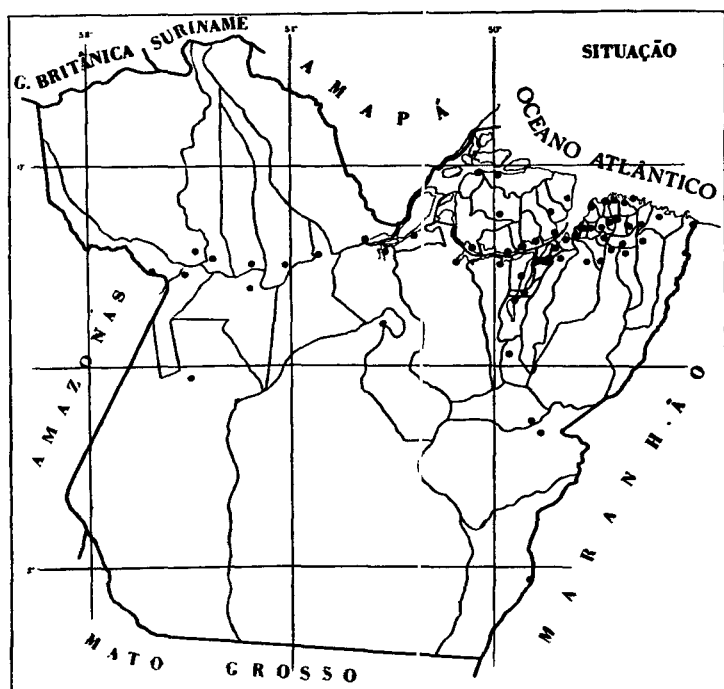
O quadro de divisão relativo a 1933, apresenta-o formado por um só distrito: o de Igarapé-Miri.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando entre êles o de Igarapé-Miri, que, de conformidade com os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, figura subdividido em 4 distritos: o da sede, o de Anapu, Maiauatá e Meruú. De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o citado município constitui-se de apenas o distrito sede, que, todavia, se subdivide em 4 zonas cujas designações coincidem com as dos distritos supramencionados.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Igarapé-Miri passou a abranger mais um distrito, o de Concórdia, criado com o território das zonas de Maiauatá e Anapu, desmembrados do distrito sede. Conseqüentemente, nessa divisão, apresenta-se composto de 2 distritos: Igarapé-Miri e Concórdia.

Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, notando-se, todavia, que ambos os distritos abrangem então 2 subdistritos: 1.º e 2.º, e que o último distrito teve sua denominação mudada para Maiauatá, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Alcides Pinheiro Sampaio e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Igarapé-Miri fica situado à margem direita do rio homônimo, na zona fisiográfica denominada Guajarina, e se limita com os municípios de Cametá, Abaetetuba, Moju e Mocajuba. A cidade dista 78 km, em linha reta, da capital do Estado, colocando-se em 12.º lugar em ordem de distância da mesma capital e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 99' 01" de latitude sul e 48º 57' 49" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 20 metros na sede municipal, sendo o 19.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. Chuvas abundantes caem no período do inverno, isto é, de janeiro a junho.

ÁREA — A área do município é de 1 504 km², sendo Igarapé-Miri o 39.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município, inclusive pela sua feição histórica e pela sua importância em função de ponto inicial da navegação tocantina, é o Canal de Igarapé-Miri, que só se oferece em condições de navegabilidade à preamar, ou marés cheias, em virtude de se apresentar em determinado ponto do seu curso um bloco de pedras que formam uma pequena cachoeira, intransponível a qualquer tipo de embarcação, à baixa-mar, ou de marés sêcas. Êsse canal, cujo leito mede aproximadamente 500 metros, intercomunica os rios Moju e Igarapé-Miri e, em geral, é de relevante valor econômico para a região Tocantina, por isto que dá acesso à navegação dessa região. A particularidade interessante do acidente geográfico em referência é o fato de o mesmo ter sido aberto artificialmente, quando da colonização do atual municpio, em 1821, e, por iniciativa do português Sebastião Freire da Fonseca, por alcunha o "Carambola", sendo a obra executada pelo braço escravo, registrando-se na consecução dêsse ousado empreendimento danos avultados e a perda de algumas vidas, em conseqüência do súbito desabamento de uma das ensecadeiras então utilizadas, que ruiu sob a pressão do ímpeto das águas. A abertura dêsse caminho fluvial constitui um capítulo de relativa saliência na história do município. Outros acidentes geográficos: rio *Igarapé-Miri*, que opera no seu curso uma linha mista entre leste e sudeste, tendo início no canal de Igarapé-Miri e indo desaguar, depois de cobrir uma extensão aproximada de 15 km, na confluência dos rios Meruú e Meruú-Açu, banhando a sede do município, que fica situada à sua margem direita; o rio *Maiauatá*, em cuja foz está situada a vila do mesmo nome, sede do distrito de Maiauatá. Êste rio é francamente navegável, até a embarcações de calado médio, constituindo-se o acidente geográfico de maior expressão econômica do município; *Ilha Maiauatá*: é a maior ilha do município, onde fica situada a vila do mesmo nome; *Ilha Uruá*: é banhada pelas águas dos rios Meruú-Açu, Itanimbuca e do Inferno; ilhas Jacaminhoca, Serraria, Cueca, Cuequinha, Cuecão, Mata-Fome, Rasa, Batuque e Segredo: estas ilhas são banhadas pelas águas do estuário do rio Tocantins ao desaguar na baía Marapatá, que banha tôda a costa dêste município, no trecho compreendido entre os limites de Igarapé-Miri com os municípios de Cametá e Abaetetuba, ou seja, respectivamente, do rio Pindobal Grande ao rio Maúba.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, o barro (argila); no reino animal: animais silvestres, peixe (mapará) e conchas de ostra; no reino vegetal, madeiras em geral, borracha, sementes oleaginosas, palha de ubuçu.

POPULAÇÃO — A população de Igarapé-Miri, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 18 816 habitantes, assim distribuídos: por sexo — homens, 9 415, mulheres, 9 401; pela côr — brancos, 7 025, pardos, 9 648, pretos, 2 013, pelo estado civil, de 15 anos a mais, no total de 10 098 — solteiros, 5 470, casados, 3 895, viúvos, 711, desquitados, 3; por nacionalidade — brasileiros natos, 18 807, brasileiros naturalizados, 3 e estrangeiros, 6; pela religião, predominavam os que se declararam católicos romanos, no total de 18 705. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31 de dezembro de 1956, era de 21 209 almas, sendo 5 892 no distrito de Igarapé-Miri e 15 317 no distrito de Maiauatá.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui 4 aglomerações urbanas, a saber: cidade com 900 habitantes (427 homens e 473 mulheres); vila de Maiauatá, com 432 moradores (221 homens e 211 mulheres); povoado Menino Deus com 6 casas e 36 moradores, e povoado de Santa Maria de Icatu, com 4 casas e 25 moradores, de acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950. A vila de Maiauatá é mais conhecida por vila Concórdia, seu nome antigo, mudado em 1944, em face das disposições legais que proibiram a duplicidade de nomes de cidades e vilas brasileiras.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem por base a produção de aguardente de cana (cachaça), que representa mais de dois terços dessa economia. Em 1956, Igarapé-Miri exportou 2 803 256 litros de aguardente, no valor de Cr$ 37 336 704,00. Também concorrem para essa economia, embora em plano secundário, os produtos seguintes, nomeados pela ordem de importância que obtiveram na exportação do município, no mesmo ano de 1956: madeira em bruto, com 4 559 m³, no valor de Cr$ 2 312 480,00; madeira beneficiada, com 1 781 m³, no valor de Cr$ 1 682 950,00; palha de ubuçu, com 4 937 000 kg, no valor de Cr$ 1 664 000,00; borracha, com 85 944 kg, valendo Cr$ 1 584 672,00. O valor total da exportação do município, em 1956, foi de Cr$ 48 958 540,00.

No momento, Igarapé-Miri conta com 61 estabelecimentos industriais, a saber: 1 fábrica de sabão; 2 fábricas de extração de óleos e gorduras vegetais; 2 serrarias (beneficiamento de madeira); 6 cerâmicas; 48 fábricas de aguardente de cana, conhecidas, tìpicamente, por "engenhos". Existem, ainda, pequenas "engenhocas", que produzem mel de cana e açúcar moreno. Entre as 48 fábricas de aguardente, 3 produzem simultâneamente álcool e 1, álcool e açúcar branco.

A produção extrativa é representada, no município, pela extração de argila (barro), e pela produção de telhas, tijolos e louças de barro, que, em 1956, somou Cr$ 4 850 000,00; pela extração de borracha (borracha fina e sernambi), madeira em geral, óleo de andiroba, sebo de ucuuba, sementes oleaginosas, cacau em grão, lenha e carvão vegetal, cuja produção, no ano referido, ascendeu ao valor de Cr$ 8 395 000,00; por peixes de diversas qualidades, preponderando o mapará, animais silvestres, peles de animais silvestres, couros de boi, sebo de boi ao natural e conchas de ostra, cujo valor de produção, em 1956, totalizou a importância de Cr$ 6 616 000,00.

Na agricultura, podem ser consignadas as seguintes espécies em cultivo: cana-de-açúcar, arroz, mandioca, milho e macaxeira.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se 145 estabelecimentos comerciais em Igarapé-Miri, todos do sistema comum da Amazônia, isto é, ao mesmo tempo atacadistas e varejistas, dos quais 15 estão localizados na sede municipal e os restantes no interior. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase a totalidade das mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte entre Igarapé-Miri, a capital do Estado, e os municípios que lhe são limítrofes é feito exclusivamente por via fluvial, sendo utilizadas embarcações de calado regular, motorizadas e a fogo (motores e lanchas). Há uma linha regular, semanal, mantida pela firma Viúva Raimundo Lopes Sampaio & Filhos, Ltda. Os S.N.A.P.P. também mantêm uma linha, com regularidade semanal, entre Belém e Igarapé-Miri, mas os navios que a realizam não fazem escala na sede municipal, em virtude de navegarem por "fora" (pela baía), só escalando na vila Maiauatá, que é sede distrital no município.

As distâncias com as sedes limítrofes e a Capital do Estado são as seguintes: *Cametá* — 68 km, fluvial; *Moju* — 36 km, fluvial; *Abaetetuba* — 40 km, fluvial; *Mocajuba* — 75 km, fluvial; e *Belém* — 90 km, fluvial.

Quanto às comunicações, o município é servido por uma Agência Postal-radiotelegráfica, mantida pelo D.C.T., com sede na cidade.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Igarapé-Miri conta com 15 logradouros públicos, pelos quais estão distribuídos 252 prédios e 900 habitantes, segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950. É servida de luz elétrica, pública e domiciliária, em todos os seus logradouros, contando, presentemente, com 200 ligações domiciliárias. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se: as ruas 15 de Novembro e 7 de Setembro, que correm à frente da cidade, paralelas ao rio Igarapé-Miri, que banha esta; a travessa Carambolas, que, pela sua situação central, é o ponto mais concorrido da cidade; e a praça da Bandeira, onde está localizado o suntuoso prédio da Municipalidade. Os seus edifícios mais importantes são os que servem de sede à Municipalidade, ao grupo escolar e ao pôsto médico do S.E.S.P.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe na cidade um pôsto de saúde, mantido pelo S.E.S.P., com os serviços de clínica médica geral e possuindo um ambulatório e um laboratório de microscopia, mas não executando trabalhos profiláticos, tendo como corpo clínico: 1 médico, 1 técnico de laboratório, 1 enfermeira, 1 visitadora e um guarda sanitário.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Na cidade, existe o Círculo Operário Igarapemiriense, com mais de uma centena de associados e fins de beneficência. Quanto a cooperativismo, não há o que registrar.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 15 482 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo que, destas, 5 405, ou 34,9%, sabiam ler e escrever. Dêste total, 3 355 eram homens e 2 050 eram mulheres. Na sede municipal, em particular, das 757 pessoas de 5 anos e mais, 456 sabiam ler e escrever e, destas, 240 eram homens e 216 eram mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram, no município, 34 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 469 alunos.

Na sede municipal, há um grupo escolar, sendo que o restante dêsses estabelecimentos está disseminado pelo interior do município, entre os quais duas escolas rurais, situadas no povoado Menino Deus e na vila Maiauatá.

Em construção, acha-se um grande prédio dotado de linhas modernas, que servirá de sede, futuramente, ao Colégio "Nossa Senhora Santana", a ser mantido pela Paróquia, sob a direção das irmãs Vicentinas, cuja chegada ao município está prevista para o mês de fevereiro de 1958, segundo informações prestadas pela supervisora, no Brasil, dessa ordem religiosa, a quando da sua recente visita ao município. Êsse colégio, inicialmente, ministrará ensino primário, para, depois, ampliar as suas atividades ao ensino do curso ginasial.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Vários clubes de futebol na cidade e no interior congregam os aficionados do esporte bretão.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 038	667	1 259	776	1 153
1951	2 051	1 475	1 411	1 095	1 397
1952	2 061	1 203	1 385	1 009	1 222
1953	2 639	1 337	3 207	805	2 540
1954	3 037	1 427	3 098	956	2 690
1955	3 414	1 726	2 426	1 762	2 484
1956	3 935	2 572	3 568	2 668	3 659

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na sede municipal, existe um obelisco comemora-

tivo do 1.º centenário do municípic, ocorrido a 26 de julho de 1945, sendo situado à rua 15 de Novembro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No município se realizam anual e tradicionalmente, várias festividades profano-religiosas (festas de arraial), a saber: na cidade — a de São Benedito, em abril; a do Espírito Santo, na primeira quinzena de junho; a da Santíssima Trindade, na segunda quinzena de junho; a de Nossa Senhora Santana, Padroeira do Município, de 16 a 26 de julho; a de Santa Maria, que é remanescente do folclore típico da região e se realiza num subúrbio da cidade denominado "Boa-Esperança", em agôsto. Na vila Maiauatá — a de Nossa Senhora de Nazaré, em homenagem à Padroeira do Pará, que também o é, em particular, da mesma vila, de 5 a 16 de setembro; a de Nossa Senhora do Rosário, em outubro; e a de São Sebastião, em janeiro. A maior efeméride religiosa e histórica do município é o dia 26 de julho, que assinala o dia da Senhora Santana, Padroeira de Igarapé-Miri, e o aniversário de fundação do município.

VULTOS ILUSTRES — A destacar, sòmente o doutor Geminiano Antônio de Lira Castro, já falecido, que foi Ministro da Agricultura no Govêrno Washington Luís.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O Canal de Igarapé-Miri, já pela sua projeção histórica, já pela sua importância econômica, quase vital para a região à cuja navegação dá acesso, ou, ainda pelo seu aspecto natural, pode ser indicado como atração turística. Aliás, todo o panorama que se descortina nos rios do município e na baía Marapatá, que banha a costa dêste, é interessante de ser observado e inspira uma natural atração àqueles que desejam travar conhecimento com as coisas típicas da região Amazônica.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são chamados "igarapemirienses".

O município é sede da comarca homônima, sendo o outro têrmo judiciário da mesma comarca o município de Moju. São dois os distritos administrativos: o de Igarapé-Miri e o de Maiauatá.

O eleitorado é de 4 817 eleitores.

Nestes últimos dez anos a vida do município se tem caracterizado por um evidente surto de progresso, com irradiação mais ampla na sede municipal, especialmente através de edificações de casas para fins residenciais, num atestado, inclusive, de aumento de população.

Igarapé-Miri é topônimo indígena, de formação conhecida *Igarapé* (caminho de canoas), *miri* ou *mirim* (pequeno). Opõe-se-lhe Igarapé-Açu, outro município do Estado.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957); Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Igarapé-Miri. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Igarapé-Miri — Fases da sua formação histórica, de Ernesto Cruz, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal.)

INHANGAPI — PA

Mapa Múnicipal na pág. 81 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 208, 209 e 236 do Vol. I

HISTÓRICO — Êste núcleo foi fundado no fim do ano de 1898, e estava situado "— em terras da vertente direita do rio Inhangapi, afluente direito do rio Guamá, e ligado à vila de Castanhal, no quilômetro 75, da Estrada de Ferro de Bragança, por uma Estrada de Rodagem de 16 km, e ao rio Inhangapi, pela continuação da mesma Estrada que atravessa o núcleo.

Inhangapi constituiu a 11.ª circunscrição do município de Belém, feita pelo govêrno do Estado, nos têrmos do Decreto n.º 1 267, de 1.º de julho de 1905, que fixou os limites da capital.

As divisas de Inhangapi, de acôrdo com a referida lei, eram as seguintes:

11.ª — Inhangapi — com sede na vila dêste nome, a começar do ponto em que o rio dêste nome corta a estrada telegráfica por uma linha até às cabeceiras do rio Carahateua, descendo por êste, margem direita até o rio Guamá e pela margem direita do Guamá descendo até o rio Jandiaí, subindo por êste, também, margem direita até às suas cabeceiras, daí por uma linha até o ponto em que o rio Americano se lança no rio Apeú, subindo por êste até os terrenos da povoação Macapá, exclusive, daí pelos limites sul e leste do núcleo Inhangapi, pelo limite sul da légua do banco norte e pelo limite sul da colônia Ianetama até encontrar a estrada telegráfica e seguindo por esta até o rio Inhangapi".

Sòmente imigrantes nacionais foram localizados até o ano de 1900, neste núcleo, num total de 117 famílias, com 711 pessoas, sendo 409 adultos e 302 menores. As do sexo masculino eram 346 e do feminino 365.

No ano seguinte o número de colonos tinha ascendido a 890, dos quais 421 do sexo masculino e 469 do feminino.

Foram instalados, para fabricação de farinha, 12 fornos de cobre.

A sede do núcleo era constituída de uma área de 900 000 metros quadrados, tendo — "450 metros de frente na estrada e 2 000 metros de fundo."

Em 1920 Inhangapi era um dos distritos de que se compunha o município de Belém.

Vista da Cidade

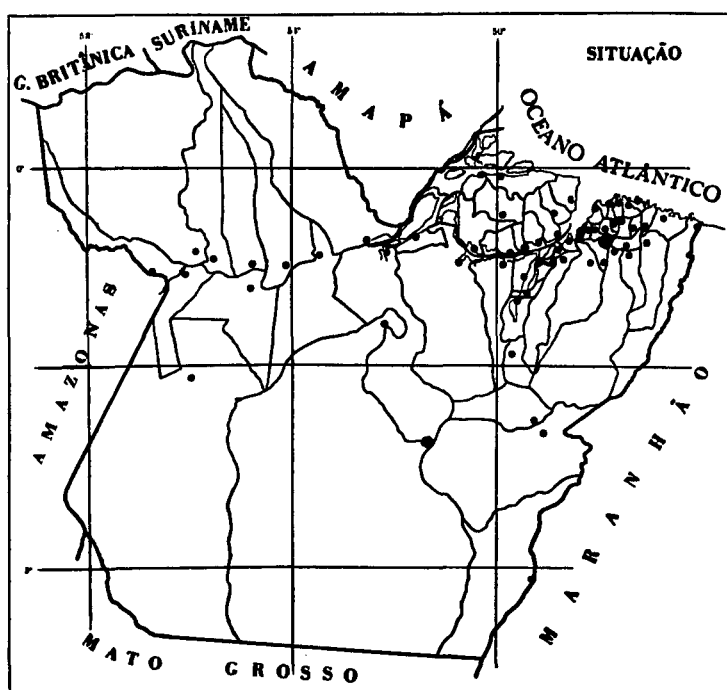
Outro Aspecto da Cidade

Nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, figura como do município de Castanhal, onde permaneceu, de acôrdo com a divisão judiciário-administrativa, fixada pelo Decreto-lei estadual 3 131, de 31 de outubro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943.

O nome Inhangapi é de origem indígena e provém do rio que deu nome ao município.

Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, criou-se o município de Inhangapi, com o distrito dêsse nome, desmembrado do município de Castanhal. Assim, na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, estatuída pelo supracitado Decreto-lei n.º 4 505, o município de Inhangapi forma-se de seu único distrito: o de Inhangapi, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. João Batista Bitencourt Neto e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Inhangapi situa-se na Zona Fisiográfica denominada Bragantina e limita-se com os municípios de João Coelho, Castanhal, Guamá e Bujaru.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

A sede municipal dista 71 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se, no 10.º lugar em ordem de distância de Belém, e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 24' 50" de latitude sul e 47º 52' 40" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 10 metros na sede municipal. É o 26.º município em ordem de altitude no estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido.

ÁREA — 609 km², sendo Inhangapi o 57.º município do Estado em extensão territorial, portanto, um dos menores do Pará.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos no município, são os seguintes: Rio Inhangapi, tem suas vertentes no município de Anhanga, correndo em direção leste oeste. Aos 30 km de percurso, penetra no município de Castanhal e após 20 km alcança o município de Inhangapi, banhando o lugar Cumaru e a sede municipal à esquerda, e o povoado Serraria Inhangapi à direita, tendo sua foz no rio Guamá. Oferece boas condições para

Rio Inhangapi

navegação no trecho compreendido entre a sede municipal e a foz, tendo em média 60 metros de largura por 6 metros de profundidade; rio Apeú, tem suas nascentes no distrito de Apeú, município de Castanhal, correndo em direção norte e sul, banhando a vila de Apeú, onde corta a Estrada de Ferro de Bragança e a povoação Macapá, ambas no município de Castanhal e desaguando no rio Inhangapi, no povoado Serraria Inhangapi, sendo sua extensão calculada em 20 km, com 20 metros de largura e uma profundidade aproximada de 4 metros e igarapés São João e Jandiaí.

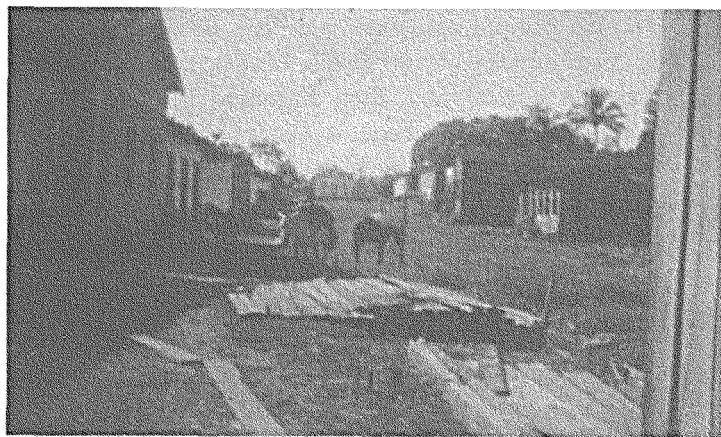
RIQUEZAS NATURAIS — A argila destaca-se como principal riqueza mineral. Borracha, castanha, madeiras e sementes de murumuru, aparecem como principais riquezas vegetais. Quanto a riqueza animal, os animais silvestres merecem referência.

POPULAÇÃO — A população de Inhangapi, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 4 610 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 2 380; mulheres — 2 230; brancos — 1 253; pardos — 2 716; pretos — 628 e nenhum de raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 2 654, 1 201 eram solteiros; 1 217 casados; 231 viúvos e nenhum desquitado. Existiam apenas 3 es-

trangeiros e nenhum brasileiro naturalizado. Predominaram os que se declararam católicos romanos, que eram 4 542, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 5 196 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui uma aglomeração urbana, cidade de Inhangapi, com 140 habitantes (76 homens e 64 mulheres), conforme dados do Recenseamento Geral de 1950. Além da cidade, existem os povoados de Serraria Inhangapi, com 24 casas e 120 moradores; Trindade, com 23 casas e 115 moradores e Carmo, com 18 casas e 90 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção da farinha de mandioca. A exportação dêsse produto em 1955, atingiu a 1 776 000 kg, valendo Cr$ 2 179 340,00, seguindo-se caixas abatidas de madeira com 283 m³ valendo Cr$ 564 000,00, arroz em casca com 191 020 kg, no valor de Cr$ 452 960,00, fibra malva, 16 912 kg, valendo

Vista Parcial

Cr$ 132 646,00. O valor global da exportação em 1955, somou em Cr$ 3 788 574,00.

Existem no município 2 estabelecimentos industriais, sendo uma serraria e uma olaria, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 48,6% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém e a de Castanhal. Há no município 20 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Inhangapi com as sedes municipais limítrofes e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Guamá fluvial; Bujaru, fluvial; João Coelho, rodoviário, 39 km; Castanhal, rodoviário, 16 km; Capital Estadual, rodoviário, 95 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Inhangapi conta com 6 logradouros públicos, 54 prédios e, segundo o Recenseamento Geral de 1950, 140 habitantes. É servida de

Viagem de canoa no rio Inhangapi

luz elétrica. A iluminação pública se estende a 5 logradouros e a domiciliária, conta com 28 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um pôsto sanitário, mantido pelo Govêrno Estadual, com finalidades gerais, contando com os serviços gerais de helmintoses, sífilis, bouba e outros; possui um laboratório, não executa trabalhos profiláticos e tem como corpo clínico, apenas 1 guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 3 871 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 317, ou 34%, sabiam ler e escrever. Destas, 814 eram homens e 503 mulheres. Na sede municipal, das 121 pessoas de 5 anos e mais 91 sabiam ler e escrever e destas, 54 eram homens e 37 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 18 unidades de ensino primário fundamental comum, com matrícula geral de 649 alunos.

Estrada Castanhal-Inhangapi

25 — 24 640

O Prefeito em Companhia do Líder Negro Santa Rosa

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma associação esportiva, o "Inhangapiense Esporte Clube", dedicado a prática de futebol.

O referido clube mantém intercâmbio futebolístico com as agremiações esportivas de Castanhal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	443	...	513
1951.......	—	—	454	...	454
1952.......	—	—	764	...	764
1953.......	—	—	1 024	237	1 159
1954.......	—	—	1 062	296	1 030
1955.......	—	—	776	254	471
1956.......	—	—	1 190	366	902

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas populares do município, são as da Igreja Católica, iniciadas sempre com o levantamento do mastro votivo em louvor ao santo que se vai festejar. Procissões tradicionais e feiras, não são realizadas no município.

A festa do padroeiro do município, São Vicente de Ferrer, é móvel, sendo realizada anualmente em junho e julho com a vinda de romeiros dos municípios vizinhos, que povoam a pequena cidade de Inhangapi, levando à mesma a vibração de fé cristã e animação de festa profana.

As outras festas religiosas, acompanhadas de festejos profanos, traduzem o espírito dos habitantes de Inhangapi, mesclado do misticismo do caboclo paraense e da vibrante expansão do nordestino.

Essas festas não têm grande movimentação.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Guamá, também chamado pelos moradores ribeirinhos de rio Guajará, é, sem dúvida um atrativo turístico ainda sem exploração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Inhangapienses". É Inhangapi, topônimo indígena (tupi) que significa caminho (pi-pé) do diabo (inhanga = anhanga). Traduzindo anhanga por veado — quer dizer caminho de veado. Não nos parece correta a interpretação de pele (pi = pé) do veado ou do diabo (Professor José Coutinho de Oliveira).

É Têrmo judiciário da Comarca de Castanhal, com um único distrito.

O eleitorado é de 1 712 eleitores.

O município apresenta a característica de pertencer de fato a duas zonas, a Guajarina e a Bragantina. Situado à margem do Rio Guamá, a maior parte de seu território localiza-se nas imediações da ferrovia (Belém — Bragança) razão porque mereceu do Conselho Nacional de Geografia, a inclusão na zona Bragantina.

Não dispõe de telégrafo nem de Agência Postal. A cidade dista apenas 16 km de Castanhal, por onde passam a ferrovia e a rodovia. Essa pequena distância permite uma comunicação mais fácil, o que no futuro dará maior possibilidade econômica ao município.

É um dos menores municípios em área territorial do Pará, ocupando o 57.º lugar (superfície de 609 km^2). A sua sede, a cidade de Inhangapi, é a menor cidade paraense em população, tendo o Recenseamento Geral de 1950, encontrado apenas 140 habitantes, dos quais 76 homens e 64 mulheres.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Inhangapi — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

IRITUIA — PA

Mapa Municipal na pág. 91 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Data a origem da sede dêste município da concessão de sesmaria, feita em carta datada de 16 de dezembro de 1725, a Lourenço Ferreira Gonçalves, antecessor de Lourenço de Sousa Pereira, que no sítio de sua propriedade fundou uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Piedade, capela que o bispo D. Frei Miguel de Bulhões erigiu em freguesia em 1754.

Como freguesia entrou Irituia para o 18.º século e para a independência.

Em 1823 possuía um juizado do julgado, um escrivão e um alcaide, e era vigário da freguesia o padre Antonio Portal de Carvalho.

Com a divisão da província em têrmos de comarca, em 1883 nas sessões de 10 a 17 de maio, Irituia, como freguesia, ficou fazendo parte do têrmo de que era cabeça a vila de Ourém, a cujo município passou a pertencer, até

1867, ano em que a Lei provincial n.º 534, de 12 de outubro, conferiu-lhe a categoria de vila, erigindo o seu território em município.

A elevação a vila e a município, do respectivo território, resultou em dissensões políticas no município de Ourém, entre os liberais e os conservadores, conseguindo aquêles, em represália ao fato de haverem perdido a eleição para vereadores no quatriênio de 1865-1868, a concretização da idéia.

Chefiava os conservadores o padre Marcelo Alves de Menezes, e, os liberais Domingos Casimiro Pereira Lima.

Não obstante a vitória dos liberais com a criação do novo município, que redundava em um profundo prejuízo para Ourém, pela diminuição sensível dos créditos municipais, então mesquinhos, não desanimaram os conservadores, que, patrocinados na capital pelo poder, conseguiram, com a Lei n.º 586, de 23 de outubro de 1868, a revogação 534, de 1867, e a volta de Irituia para o domínio do município de Ourém.

Voltando, no quatriênio de 1869 a 1872, para vereação da Câmara de Ourém, o elemento liberal, não mais tratou, por não convir aos interêsses políticos, da emancipação municipal de Irituia, que foi teatro ainda de inúmeras questiúnculas políticas, principalmente por causa do padre Marcelo de Menezes.

Não obstante a oposição da Câmara Municipal de Ourém, Irituia conseguiu de novo, em 1879, a categoria de vila, com a Lei n.º 934, de 31 de junho, sendo o seu território erigido em município, para em 1886, com a Lei n.º 1 286, de 13 de dezembro, ser pela segunda vez extinto, e, rebaixada de predicamento a sua sede.

Entretanto, a Lei n.º 1 399, de 5 de outubro de 1889, restituiu-lhe, pela terceira vez o título de município, havendo sido presidente da nova Câmara José Joaquim Cordeiro.

O município pode contar a sua instalação da data de 7 de janeiro de 1881, às 10 horas da manhã, estando presentes os vereadores de São Miguel do Guamá, Balbino Clarindo de Castro, Izidoro José Romão Corrêa, Felix Antonio Nunes e José Bonifácio Nunes.

O presidente da Câmara de São Miguel, Tenente João Antonio Lopes, abriu a sessão extraordinária e fêz saber que "ia cumprir a Portaria do presidente da província, de 28 de maio de 1880, que mandou instalar a Câmara de Irituia, criada pela Lei 934, de 31 de julho de 1879".

Apresentaram-se os vereadores eleitos Joaquim José Lopes, João Câncio Batista Lopes, Henrique Teles de Pinha, Julião Lopes Corrêa, João Gonçalves de Castilho, Martinho Gonçalves de Lima e Luiz Manoel da Fonsêca, que se juramentaram e se empossaram, ficando instalado o município de Irituia.

Nesse ato solene serviu como secretário o secretário da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, Felipe Santiago Cardoso.

Com o advento da República, o govêrno provisório do Pará extinguiu em Irituia a Câmara recém-criada, com o Decreto n.º 97, de 12 de março de 1890, e com o Decreto n.º 98, da mesma data, criou o Conselho de Intendência Municipal, para o qual foram nomeados os cidadãos Quintino dos Santos Mártires, presidente; e, vogais, Emiliano José da Silva, Daniel Joaquim Cardoso, Manoel Pedro da

Rio Irituia

Costa Soares, Umbelino João de Lima e Francisco José da Rocha, que tomaram posse em 7 de abril de 1890.

A adesão à República foi comunicada ao govêrno do Estado por ofício de 22 de novembro de 1889, votado e assinado em sessão da câmara, da mesma data por José Joaquim Cordeiro, presidente; e, vereadores, João Câncio Batista Lopes, Quintino dos Santos Mártires e Pedro Antonio Vieira, havendo deixado de comparecer à sessão, por causa justificada, Antonio R. de Lima e Olímpio Antonio Manuel Nunes.

Em face do Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, retificado pelo de n.º 78, de 27 do mês seguinte, sofreu o município de Irituia nova supressão, anexando-se seu território ao de São Miguel do Guamá.

Foi restaurado pelo Decreto estadual n.º 560 de 29 de dezembro de 1931, ou, segundo outra fonte, por decreto de 1933, com território desligado de São Miguel de Guamá, figurando no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, constituído ainda por um só distrito: o de Irituia.

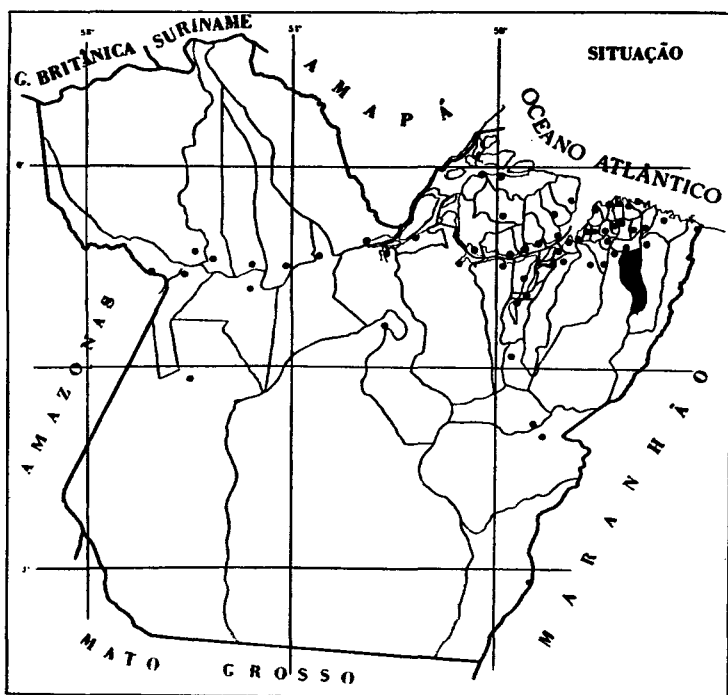
A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando-se entre êles o de Irituia, que, no quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936, aparece composto de 5 distritos: o da sede e os de Mututuí, Santa Rita Durão, São Gregório e Vila Conceição.

Segundo o quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1937, o município em aprêço subdivide-se em 7 distritos: Irituia, Bonito, Caju, Conceição do Irituia, Mututuí, São Gregório e Santa Rita Durão. Já no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, forma ùnicamente o distrito sede, que, no entanto, compreende 5 zonas: Irituia, São Gregório, Santa Rita

Durão, Mututuí e Vila Conceição. Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939--1943, e fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, devendo notar-se apenas que a zona de Mututuí aparece com o seu nome grafado Mututi.

De acôrdo com a divisão territorial que o Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, estatuiu para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Irituia permanece sòmente com o distrito sede, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o sr. Júlio Ribeiro Tavares e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Irituia situa-se na zona fisiográfica denominada Guajarina e limita-se com os municípios de Capim, Guamá, Ourém e Viseu. A sede municipal dista 118 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 20.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 46' 17" de latitude sul e 47º 26' 16" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 40 metros na sede municipal. Ocupa o 6.º lugar em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. As chuvas são abundantes nos primeiros meses do ano. No segundo semestre acentua-se a estação sêca.

ÁREA — 4 990 km². É Irituia o 29.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os seguintes: Rio Irituia nasce ao sul do município, corre em direção ao norte, desemboca na margem esquerda do rio Guamá, quase em frente à cidade do mesmo nome. Navegável por embarcações a motor e a vela de calado médio, numa extensão de 20 quilômetros, servindo às localidades de Santa Rita Durão, (povoado), Vila Pedra (lugarejo) e a sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — A pedra (granito) destaca-se como única riqueza mineral em exploração. Madeiras de lei, em exploração ainda incipientes representam a riqueza vegetal. Os animais silvestres aparecem como riqueza animal, sem grande exploração, a não ser de caça e pesca para sustento dos habitantes.

POPULAÇÃO — A população de Irituia, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 658 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 890, mulheres — 6 768; brancos — 2 463, pardos — 10 129, pretos — 1 050, nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 497, 3 788 eram solteiras, 3 113 casadas, 593 viúvas, nenhuma desquitada. Existiam, apenas, 30 estrangeiros e nenhum brasileiro naturalizado. Em religião, predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 12 904; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 15 395 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui seis aglomerações urbanas — a cidade de Irituia, com 509 habitantes (255 homens e 254 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950 e os povoados seguintes: Conceição, com 36 casas e 324 moradores; Tessalônica, com 32 casas e 288 moradores; Santa Rita Durão, com 34 casas e 316 moradores; Tauari, com 18 casas e 128 moradores e Providência, com 18 casas e 128 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de arroz com casca, cuja exportação, em 1955, atingiu a 1 435 580 kg valendo Cr$ 3 562 074,00, seguindo-se fumo em molho com 12 455 arrôbas, valendo Cr$ 2 495 000,00, farinha de mandioca com 760 140 kg valendo Cr$ 1 028 050,00, fibra de malva com 67 552 kg valendo Cr$ 507 144,00, e algodão em caroço com 14 480 kg valendo Cr$ 39 658,00. O valor da exportação, em 1955, somou Cr$ 7 690 132,00.

Existem no município 3 estabelecimentos industriais, sendo 2 fábricas de fumo em molho, e 1 de extração de pedras, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 53,5% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

A produção extrativa é representada pela extração de pedra-granito, cuja produção, em 1956, importou em Cr$ 5 772 000,00, correspondente a 11 444 metros cúbicos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 46 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia, atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Irituia com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Guamá: fluvial — 30 km (emprêsas particulares) e rodoviário 22 km; Capim: fluvial 70 km (emprêsas particulares); Ourém: fluvial — 80 km; Capital Estadual: fluvial 166 km (emprêsas particulares) e rodoviário — 177 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência do Correio do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Irituia conta com 13 logradouros públicos, 144 prédios e, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, 509 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 13 logradouros e a domiciliária conta com 43 ligações. A imponente Igreja Matriz, cuja construção foi concluída e que será brevemente inaugurada sob a invocação do Divino Espírito Santo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, mantendo serviços gerais de assistência e tendo como corpo clínico um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 11 201 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 2 797, ou 24,9%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 004 eram homens e 793 mulheres. Na sede municipal, das 436 pessoas de 5 anos e mais, 218 sabiam ler e escrever e, destas, 135 eram homens e 83 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 32 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 020 alunos, situados nas zonas urbana e rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas associações culturais de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	194	924	354	946
1951.......	—	296	903	—	708
1952.......	—	396	687	—	687
1953.......	—	375	1 337	545	1 077
1954.......	—	466	1 192	826	1 202
1955.......	—	550	1 126	609	1 097
1956.......	—	744	1 381	822	1 381

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como festejos populares mencionam-se sòmente os de caráter religioso, destacando-se os em honra de São Benedito e Divino Espírito Santo, aquêle a 6 de janeiro e êste a 9 de junho anualmente.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "Irituienses".

O eleitorado é de 2 299 eleitores.

É têrmo judiciário da Comarca de Guamá.

A exploração da pedra-granito, no lugar "Fronteiras", à margem esquerda do rio Guamá, da firma N. Peixoto e Cia. Ltda., merece destaque na vida econômica pelo vulto do empreendimento.

A rodovia nacional BR-14, a "Transbrasiliana", atravessa o município e representa, por certo, um fator de seu desenvolvimento econômico.

A instalação da Associação Rural tem contribuído para grande incentivo à agricultura. Com elevado número de associados, aos quais presta assistência agrícola, social e jurídica, a Associação Rural está desempenhando notável papel no desenvolvimento do município.

Irituia, topônimo indígena de origem tupi. Pode ser decomposto em *I — ri — tuia* ou *iriri = iri tuia*. No 1.º caso: *i* (água, rio), *ri* (que corre), *tuia* (velha) significando: "corredeira velha, antiga". No 2.º caso: *iriri = iri* (ostra), *tuia* significando: "ostras velhas". A primeira interpretação parece mais de acôrdo com a topografia local.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Irituia — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

ITAITUBA — PA

Mapa Municipal na pág. 401 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 88, 398, 400, 402, 406, 408, 409 e 412 do Vol. I

HISTÓRICO — As incursões holandesas, francesas e inglêsas no estuário do rio Amanas trouxeram forçadamente os portuguêses ao Pará, com a expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco, que, em 1616 fundou a cidade de Belém.

Depois das lutas primeiras com os índios, e de vencidas as primeiras dificuldades de instalação, tratou o govêrno da capitania, então fundada, de expelir os estrangeiros que infestavam o delta amazônico, com estabelecimentos provisórios e fortificações ligeiras, além de início de trato com os selvagens.

Para destruir os estabelecimentos estrangeiros várias expedições foram organizadas, fatos que são do domínio da história geral do Pará, que não podem entrar no resumido destas notas rápidas, feitas para amenizar um conjunto de índices de leis e traçados de linhas de limite, áridos por sua natureza.

Dentre essas expedições nos interessa, quanto ao município de Itaituba, a do Capitão Pedro Teixeira, em 1626, que atingiu pela primeira vez o rio Tapajós, na qual entrou em relações amigáveis com os naturais, em um sítio que hoje em dia é considerado como sendo a baía de Alter do Chão.

Em 1639, voltou novamente Pedro Teixeira ao Tapajós.

Descoberto o rio, verificada a praticabilidade da sua navegação em uma grande extensão, vieram em seguida os catequistas, personificados nos jesuítas, aos quais muito devem o Brasil e o Pará, nos primeiros passos da sua colonização e civilização.

Depois de Francisco da Costa Falcão, que iniciou a fundação do forte na foz do rio Tapajós, em 1697, os jesuítas fundaram sucessivamente os aldeamentos de São José ou Matapus, em 1722; São Inácio ou Tupinambaranas, em 1737; e Borari e Arapiuns.

Os aldeamentos jesuíticos do rio Tapajós, foram notáveis pelo seu progresso e desenvolvimento, e pela larga escala de produção que apresentaram, no cômputo da riqueza colonial de então.

A pesquisa de minas tentou o gênio aventureiro de Leonardo de Oliveira e João de Sousa Azevedo, que não duvidaram descer o rio Tapajós, partindo do planalto central do Brasil, região então dita das minas.

Seringal em Fordlândia

O primeiro desceu o rio em 1742 e o segundo em 1747.

De 1754 em diante, com a administração do governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o govêrno civil principiou a afastar os jesuítas da direção das aldeias por êles fundadas e criadas, na zona do Tapajós, com a ereção à categoria de vila, com o nome de Santarém, da aldeia dos Tapajós.

A essa primeira elevação sucederam as de Borari e Arapiuns, em 1757, com os nomes de Alter do Chão e Vila Franca; e, em 1758, as de São Inácio e São José, com os nomes de Boim e Pinhel.

Com Mendonça Furtado o vale do rio Tapajós ficou todo no domínio do Grão-Pará.

Depois de Mendonça Furtado, José de Nápoles Telo de Menezes criou o lugar de Aveiro, em 1781, no qual posteriormente erigiu-se a freguesia de N. S.ª da Conceição.

Em 1797 foram fundados os povoados do Curi e Uxituba, e explorado por ordem e insentivo do govêrno do Grão-Pará, o alto Tapajós, até Mato-Grosso.

Dos documentos históricos que possuímos atualmente publicados, sabe-se que já em 1812 existia o lugar de Itaituba, mencionado na relação da viagem feita por Miguel João de Castro, no rio Tapajós, cachoeiras acima até Mato-Grosso.

O certo é que já em 1812 falou-se no lugar Itaituba, como centro da exploração e comércio de especiarias do alto Tapajós.

É muito possível que nesse ano o lugar não passasse de um entreposto com as barracas que sempre acompanham as instalações comerciais e que, no período, definiam o efetivo esfôrço do povo de Santarém na ocupação do rio Tapajós.

Com o banditismo que desenvolveu-se na então província do Grão-Pará, com os acontecimentos de 1835, tidos na Cabanagem, fundou-se Brasília Legal, em 1836, pôsto de resistência criado em um pequeno lombo de terra firme à margem esquerda do rio Tapajós, onde estacionou um destacamento de voluntários.

Em 1836 Itaituba era um aldeamento de índios, da dependência do Grão-Pará, segundo diz Ferreira Pena, para onde foi enviado um pequeno destacamento.

Entre os nomes que a história pode citar para o município de Itaituba, decerto o do Tenente-Coronel Joaquim Caetano Correia deve vir em primeiro lugar, como um dos grandes precursores do efetivo desbravamento da região tapajônica, de Itaituba para cima, principalmente do alto Tapajós.

É êle o que pode receber a glória de fundador do município.

Até 1853 Itaituba dependeu da freguesia de Pinhel, passando depois para a jurisdição da freguesia de Boim.

Em 1854, com a Lei n.º 266, de 16 de outubro, Brasília Legal recebeu a categoria de vila, indo a sua extensão territorial até Salto Augusto, términos das terras da província do Grão-Pará, que a legislação provincial consagrou, nas divisões judiciárias e policiais.

Não tendo a nova vila correspondido à espectativa e a distinção de sede municipal, que lhe fôra outorgada, a Lei provincial n.º 290, de 15 de dezembro de 1856, transferiu para Itaituba, então florescente, a sede do município, que no primeiro local não chegou a ser instalado.

Esta cerimônia de autonomia territorial, só teve lugar em Itaituba aos 3 dias de novembro de 1857.

Em ofício de 22 de julho de 1857, a Câmara Municipal de Vila Franca, constituída por Antônio José Pereira Pisa, Francisco Gomes Lopes, Francisco Antônio Pereira do Lago, José Francisco Lopes e João Florêncio dos Santos, comunicou ao presidente da província haver recebido seu ofício de 23 de abril passado, determinando as providências para a eleição de vereadores para a Câmara de Itaituba, que realizara-se aquêle pleito em 28 de julho e que convidara o vereador mais votado para, junto a ela, juramentasse, em Vila Franca, município hoje extinto, e do qual desmembrara-se o de Itaituba.

O vereador mais votado, e, como tal, presidente da nova Câmara Municipal, na forma da legislação vigente era Francisco Antônio de Faria, que, atendendo ao convite da Câmara de Vila Franca compareceu para juramentar-se.

No ato da instalação da Câmara de Itaituba, que realizou-se em 3 de novembro de 1857 Francisco Antônio de Faria juramentou Antônio Correia da Costa, que de fato instalou o município itaitubano, com a presença dos vereadores, Bernardino Rodrigues de Oliveira, Joaquim Caetano Correia, Joaquim Lourenço Cardoso, Matias Marinho de Nazaré e Silvério de Albuquerque Aguiar, os dois últimos suplentes, na falta de José Pedro Cordeiro e Vitoriano Anacleto Cardoso.

Com a proclamação da República, procurou o presidente da Câmara, Joaquim Caetano Correia, reuni-la para deliberar sôbre a adesão, não o tendo conseguido, resolvendo por isso e de acôrdo com o vereador Manuel Pedro Ferreira Campos, fazerem os dois, por ofício, de 6 de dezembro de 1889, a adesão do município e da câmara ao novo regime.

O govêrno provisório do Estado, com o Decreto n.º 103, de 13 de março de 1890, dissolveu a câmara, criando com com o Decreto n.º 104, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal para o qual, no mesmo dia, nomeou, presidente, o padre Mateus Augusto da Silva Franco; e, vogais, Joaquim Lages, Miguel Benjamin Pereira Macambira e José Francisco Leite.

O padre Mateus Franco não aceitou a nomeação e indicou para substituí-lo Bernardino Rodrigues de Oliveira, que foi aceito e nomeado pelo govêrno provisório, havendo o Conselho tomado posse em 23 de abril de 1890, e funcionou até 15 de novembro de 1891.

O primeiro conselho municipal, eleito diretamente, para o primeiro triênio municipal, de 15 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, foi constituído pelo Tenente-Coronel Joaquim Lourenço Cardoso, Tenente Leopoldo Augusto de Morais, alferes José Peixoto e Rafael Toledano.

Pelo Decreto n.º 226, de 28 de novembro de 1890, conjuntamente com Afuá, Baião e Mazagão, teve Itaituba a categoria de comarca, instalada em 20 de fevereiro do ano subseqüente, pelo primeiro juiz de direito Dr. José Gomes de Sousa Portugal.

Permaneceu a comarca até 1902, quando a Lei n.º 814, de 2 de outubro a extinguiu.

A Lei n.º 684, de 23 de março de 1900, deu a Itaituba o predicamento de cidade instalado em 15 de novembro seguinte.

Em 1914, com 58 anos, apenas, de fundação, revelou em Londres, numa *Exposição de Produtos Tropicais* ali realizada naquele ano a pujança vigorosa de suas riquezas nativas, senão também, o potencial da fertilização de suas terras ainda incultas das produções agrárias. Itaituba, pode-se afirmar com os produtos exclusivamente de seu solo ubérrimo, representou perfeitamente, todo o Pará.

Itaituba foi a 1.ª comuna brasileira, de sua vasta hinterlândia, que se tornou conhecida na *Europa*. Grandes sociólogos, escritores, cientistas, entre êles com destaque Henry Codreau, escreveram para os povos da civilização contemporânea, o que Itaituba possuía de riquezas nativas, invejável pelas nações mais civilizadas do mundo atual.

O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, manteve o município de Itaituba, o que, entretanto, não se verifica pelo Decreto estadual n.º 78, datado de 27 de dezembro do mesmo ano, que colocou seu território sob a administração direta do Estado.

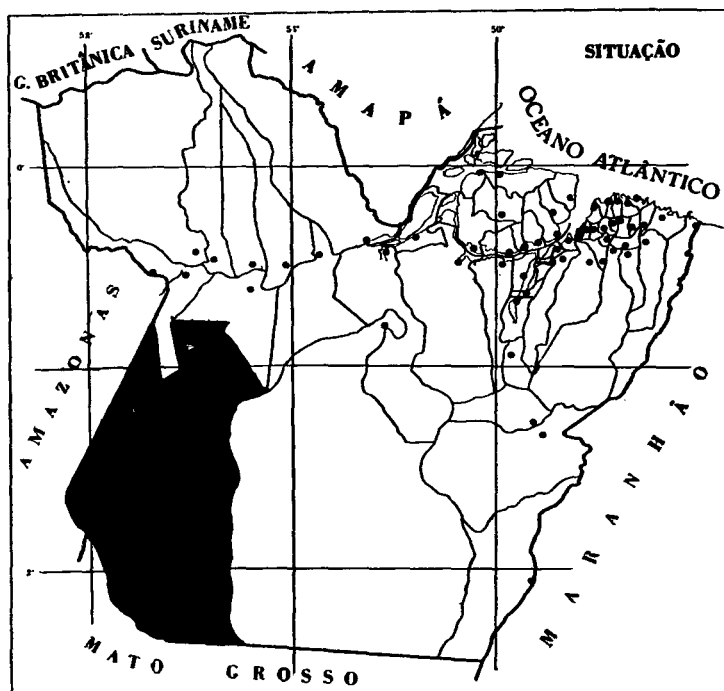
Na relação dos municípios paraenses apresentada pela Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, figura Itaituba novamente como unidade autônoma.

Já no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, apenas 2 distritos compõem o município: Itaituba e Brasília Legal, assim figurando na divisão do Estado em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131 de 31 de outubro de 1938.

Na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, Itaituba permanece constituído de 2 distritos: Itaituba e Brasília Legal, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal, o Sr. Altamiro Ramilo da Silva e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

Itaituba teve parte do seu território desmembrado para constituir os municípios de Jacaré-Acanga e Aveiro, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itaituba está localizado na zona fisiográfica do Tapajós e limita com os mu-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

nicípios de Juriti, Santarém, Altamira e Estados de Mato Grosso e Amazonas. A sede municipal dista 891 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 51.º lugar em ordem de distância de Belém, sendo um dos municípios mais distantes, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 4° 16' 34" de latitude Sul e 55° 99' 06" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 45 metros na sede municipal, sendo o 5.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. A cidade em 1956, teve a seguinte temperatura: média das máximas 35,8ºC e média das mínimas 18,6ºC.

ÁREA — 166 394 km². É Itaituba o 2.º município do Estado em extensão territorial e um dos maiores do Brasil.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Principais acidentes geográficos no município: rio Tapajós, afluente do rio Amazonas, pela margem direita, formado pelas águas dos rios Juruena e São Manoel, com origem em terras do Estado de Mato-Grosso; atravessa o município de Sul a norte, numa extensão de 2 200 quilômetros desaguando no rio Amazonas, a poucos quilômetros abaixo da cidade de Santarém; em seu percurso, no município, banha a cidade de Santarém e a vila de Brasília Legal, os povoados, Pimental, São Luís, Paraná-Miri, Barreirinha, Barreiras e Fordlândia. No chamado alto Tapajós, perímetro compreendido entre o Estado de Mato Grosso e o povoado São Luís, é cortado por cachoeiras que o tornam ùnicamente navegável por "barcaças", até próximo à cidade de Santarém; no inverno, com as grandes enchentes, torna-se fácil a navegação por embarcações de calado maior, não obstante o perigo dos "baixios" e pedras em quase todo seu curso; rio Jamanchim, afluente do rio Tapajós, pela margem direita; rio Cupari, afluente do rio Tapajós pela margem direita; rio Cururu, também afluente do rio Tapajós, pela margem direita e conhecido pela localização em sua margem da Missão Cururu, dos índios Mundurucus, sob a

Seringal no Rio Tapajós

direção dos padres franciscanos, da Província de Santo Antônio (Bahia). A navegabilidade dos rios acima citados, dada a sua pequena profundidade, só é permitida a embarcações de pequeno calado; Ilha Grande do Cururu, a maior ilha do município, situada na foz do rio do mesmo nome. Tem uma extensão calculada em 15 km aproximados; Gruta do Convento, no rio Cupari, está localizada à margem dêsse rio; pouco explorada, são desconhecidas as suas características; Cachoeira Chocarão, com uma altura de mais de 3 metros, tem uma apreciável queda dágua, com bastante fôrça e volume; Cachoeira do Chamão, atravessa o rio Tapajós, de uma margem a outra, com apreciável volume dágua; Cachoeira das Sete Quedas, já nas proximidades do limite com Mato Grosso, oferece belo aspecto, pela fôrça dágua, que demonstra existir em suas quedas.

RIQUEZAS NATURAIS — Principais riquezas naturais: pedras calcárias constituem a riqueza mineral; consta ainda a existência de fonte de águas termais, ainda sem exploração. Madeira e borracha constituem as riquezas vegetais, caititu, queixada, jacaré e veado, aparecem como principais riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Itaituba, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 10 862 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 5 900, mulheres — 4 962, brancos — 1 574, pardos — 8 565, pretos — 626 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 6 261, 2 631, eram solteiras, 3 060 casadas, 532 viúvas e 5 desquitadas. Existiam apenas 39 estrangeiros e 5 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 10 506; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-XII-956, era de 12 244 habitantes, sendo 7 024 no distrito de Itaituba e 5 220 no distrito de Brasília Legal.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas principais: a cidade de Itaituba com 624 habitantes (304 homens e 320 mulheres) e a vila de Brasília Legal com 249 habitantes (132 homens e 117 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vila, existem os povoados de Fordlândia, antiga sede da Cia. Ford Industrial do Brasil, com 250 casas e 1 700 moradores; Barreiras, com 40 casas e 250 moradores; São Luís, com 50 casas e 300 moradores; Paraná-Miri, com 42 casas e 200 moradores; Pimental, com 15 casas e 60 moradores; Barreirinha, com 10 casas e 50 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia principalmente, na produção de borracha, cuja exportação, em 1955, atingiu a 450 398 kg, valendo Cr$ 12 726 069,70, seguindo-se a castanha-do-pará com 2 109 hl, no valor de Cr$ 1 245 845,00 e peles com 2 878 kg perfazendo Cr$ 180 414,00. O valor da exportação em 1955, somou Cr$ 14 813 398,30.

A produção extrativa, de origem mineral, é representada pela extração do cal de pedra, que valeu em 1956, em Cr$ 35 774,00, correspondentes a 1 278 alqueires. A de origem vegetal, por borracha, castanha-do-pará e resina de jutaícica, cuja produção, em 1956, somou em .... Cr$ 15 715 530,00. A de origem animal, por peles de animais silvestres, cuja produção, em 1956, valeu .... Cr$ 504 819,00.

Existem no município 5 estabelecimentos industriais sendo 3 fábricas de cal e 2 para o preparo preliminar de borracha, além dos pequenos estabelecimentos, que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 6,5% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 33 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Itaituba com as sedes municipais limítrofes e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: Santarém, fluvial, 359 km, motor ou navio; Altamira, fluvial, 576 km, motor ou navio; Prainha, fluvial, 444 km, motor ou navio; Capital Estadual, fluvial, 1 210 km, motor ou navio. Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal-telegráfica na cidade e uma Agência do Correio em São Luís do Tapajós ambas do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itaituba conta com 15 logradouros públicos; 186 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, com 624 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 9 logradouros e a domiciliar conta com 102 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem um hospital mantido pelo Govêrno Federal em Fordlândia e um subposto de saúde mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública na cidade. O hospital é de finalidades gerais, mantendo os serviços de cirurgia e clínica médica geral; possui ambulatório, farmácia, gabinete dentário sem raio X; laboratório de análises clínicas, de microbiologia e de microscopia; aparelho de raio X; sala de parto, de operação, de esterilização, 12 berços, 4 caminhas, 65 leitos, sendo 60 gratuitos, 4 para pessoal técnico do hospital e um para simples alojamento; executa trabalhos profiláticos contra endemias rurais e tem como corpo clínico médico, dentista, farmacêutico, técnico de laboratório, 2 práticos de farmácia, 10 enfermeiros e 2 guardas.

O subposto é de finalidade especializada no serviço de saúde pública, mantendo o serviço de distribuição de medicamentos; não possui qualquer aparelhamento especial, tendo como corpo clínico apenas um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 8 942 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 156, ou 35%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 861 eram homens e 1 295 mulheres. Na sede do município, das 535 pessoas de 5 anos e mais, 282 sabiam ler e escrever e destas, 145 eram homens e 137 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 12 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 527 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Itaituba possui duas associações culturais, ambas de finalidade esportiva.

Os encontros futebolísticos são animados, movimentando a população que tem no futebol a única diversão pública.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	234	1 169	358	1 383
1951	—	229	1 680	...	1 269
1952	—	225	1 856	..	1 232
1953	—	322	2 039	773	2 191
1954	—	296	2 488	...	1 824
1955	—	210	1 428	904	1 675
1956	—	...	(1) 1 520	...	(1) 1 520

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Busto do Tenente Joaquim Caetano Guimarães Correia, situado à praça Joaquim Correia.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa de N. S.ª Santana realizada a 26 de julho, é a única procissão de tradição no município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Missão do Cururu (catequese dos índios Mundurucus). A lendária tribo dos Mundurucus, guarda, apesar da catequese, os seus originais costumes indígenas. Partindo-se da cidade de Itaituba, em embarcações a motor, atinge-se o povoado São Luís, prossegue-se a viagem pelo rio Tapajós em barcaças, rio acima, até o lugar desejado, no rio Cururu.

As plantações Ford, de Belterra, antiga Companhia Ford Industrial do Brasil, verdadeira cidade dentro dos seringais de plantações.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "itaitubenses" ou Tapajônios.

Itaituba, em tupi, significa "o lugar de pedregulhos". Ita (pedras) — i — (pequeno) — tuba (lugar de abundância).

O eleitorado é de 3 128 eleitores.

É sede de Comarca, com dois distritos judiciários.

No município situa-se "Jacaré-Acanga", campo de pouso de emergência, construído pela Fôrça Aérea Brasileira (F.A.B.) para apoio de vôo da nova rota aérea Manaus-Rio de Janeiro. Fica à margem esquerda do alto rio Tapajós, entre a foz do rio Tropas e do rio Codariri, ambos afluentes direitos do Tapajós. "Jacaré-Acanga" tornou-se famoso por ter sido o epílogo de revolta havido em fevereiro de 1956.

Jacaré-Acanga, também, fêz parte do grupo de 23 municípios criados em 1955, pela Lei n.º 1 112 de 11 de março, a qual foi anulada pelo Superior Tribunal Federal, em outubro do mesmo ano. Em virtude da distância e das naturais dificuldades de transportes e comunicações, não chegou a se efetuar a instalação do município de Jacaré-Acanga, ao contrário dos demais que tiveram vida administrativa efêmera.

(Bibliografia — Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará — Tomo nono — João Palma Muniz, 1916 — Sinopse Estatística do Município de Itaituba — C.N.E. — 1948 — Arquivo da Agência Municipal de Estatística — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957).)

ITUPIRANGA — PA

Mapa Municipal na pág. 403 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O Estado do Pará estende a sua área até o Araguaia, nos pontos em que êste faz junção com o Tocantins, pelo que, nessa região estão localizados alguns dos seus municípios, como o de Itupiranga, que foi recentemente desmembrado do de Marabá.

As zonas do Tocantins e do Araguaia, no Pará, desde as primeiras penetrações nelas feitas, evidenciaram uma enorme atração de agrupamentos humanos e de atividades de trabalho. Os extensos recursos naturais ali existentes proporcionaram o interêsse de habitar aquêles locais. Cite-se, por exemplo, a castanha e o caucho, que se encontram em apreciável quantidade, sobretudo o primeiro, que é uma fonte de renda valiosa da economia local. Também a vastidão e fecundidade do solo para o cultivo agrícola foram motivos relevantes para o povoamento e progresso das terras citadas.

Nos informes históricos sôbre Itupiranga, sabe-se que a localidade, onde hoje se erige a cidade, foi fundada, mais ou menos, pelo ano de 1896, com o nome de Lago Vermelho, por extratores de caucho, vindos do Estado de Goiás, chefiados por Lúcio de tal, e como era ponto salubre, com a influência do alto preço da castanha, teve logo aumentado o número de seus moradores.

Por essa época pertencia ao município de Baião, que aí fêz criar um Pôsto Fiscal. Em 1908, já com mais algum desenvolvimento, foi instalado um cartório de notas.

Em 1915, foi desmembrado de Baião e passou a fazer parte do novo município de Marabá, como sede de um dos seus distritos.

Finalmente, em 1948, por Lei n.º 62, de 31 de dezembro de 1947, foi criado o município de Itupiranga, sendo instalado em 14 de julho do mesmo ano, tendo sido eleito e empossado o seu primeiro Prefeito, Sr. Gentil Bitencourt Cohen.

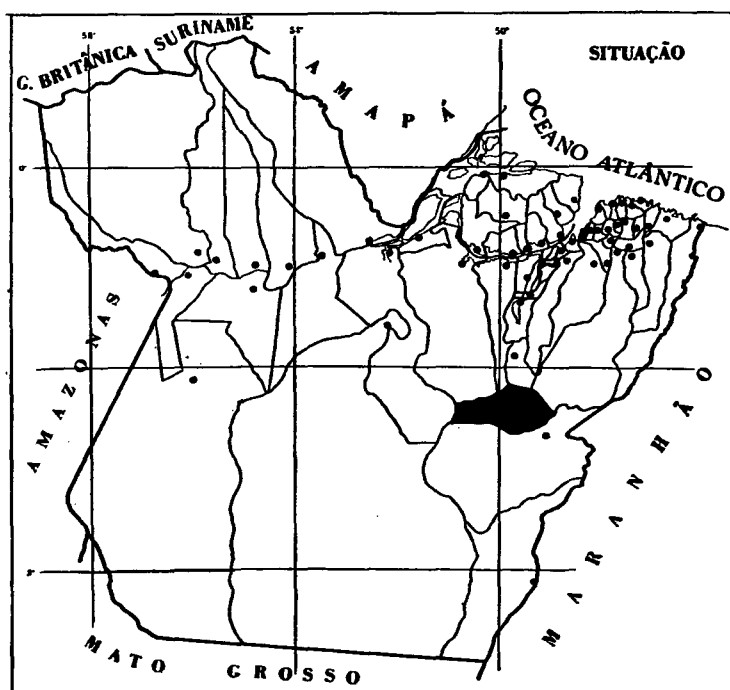
Peixe Pirarucu

O nome de Itupiranga foi adotado em 1932, sendo uma expressão de origem tupi que significa o primitivo nome, isto é, Lago Vermelho, ou melhor, Salto Vermelho ou Cachoeira Vermelha.

A atual legislatura foi instalada em 1955, sendo Prefeito Municipal o Sr. José Soares e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

Itupiranga teve parte de seu território desmembrado para constituir o município de Jacundá, conforme Lei número 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará, em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município é constituído dos distritos de Itupiranga e Jacundá (Lei n.º 158, de 31 de dezembro de 1948).

LOCALIZAÇÃO — O município de Itupiranga está localizado na zona fisiográfica denominada Itacaiunas e limita-se com os municípios de Altamira, Pôrto de Moz, Portel, Araticu, Tucuruí, Capim e Marabá. A sede municipal dista 420 km em linha reta da capital Estadual, colocando-se no 39.º lugar em ordem de distância de Belém e possui as

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

seguintes coordenadas geográficas: 5º 11' de latitude Sul e 49º 18' de longitude W.Gr.

ALTITUDE — A altura do município é de 90 m, na sede municipal, sendo o 2.º do Estado em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido.

ÁREA — 15 045 km^2. É Itupiranga o 18.º município do Estado em vastidão territorial.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: rio Tocantins, que atravessa o município no sentido sul-norte, navegável em tôdas as épocas do ano, por embarcações até 40 toneladas de capacidade, banhando todos os núcleos povoados do município; lagos do Cametaú, Cametaùzinho, Vermelho, Redondo e Prêto; Cachoeiras do Tauirigrande, que é franqueável em tôdas as épocas, com a extensão de aproximadamente 15 quilômetros de comprimento, e a de Itaboca, franqueável à navegação durante o inverno, impedido durante o verão; ilhas de João Vaz, Jacaré, Ipixuna, Frecheiras, Bruno e Cobras, tôdas com um comprimento aproximado de 4 a 10 quilômetros possuindo habitações.

RIQUEZAS NATURAIS — O diamante, destaca-se como riqueza mineral. Castanha-do-pará, borracha, babaçu e madeiras, constituem as riquezas vegetais. Animais silvestres e peixes, aparecem como as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Itupiranga, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 2 901 habitantes e tinha a seguinte posição: homens — 1 756; mulheres — 1 145; brancos — 448; pardos — 2 262; pretos — 180; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 2 158, 1 107 eram solteiros; 892 casados; 153 viúvos; nenhum desquitado. Existem, apenas, 6 estrangeiros e 5 brasileiros naturalizados. Religiosamente, predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 2 848; as outras religiões apresentam adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em ...... 31-12-1956, era de 3 270, sendo 2 251 no distrito de Itupiranga e 1 019 no distrito de Jacundá.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas (2) aglomerações urbanas principais — a cidade de Itupiranga, com 713 habitantes (370 homens e 343 mulheres); e a vila de Jacundá, com 340 habitantes (179 homens e 161 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vila, existem os seguintes povoados: Santa Terezinha do Tauri, com 31 casas e 100 moradores; Ipixuna, com 73 casas e 330 moradores; Bruno, com 15 casas e 70 moradores; Jatobal, com 110 casas e 400 moradores; Areião, com 15 casas e 80 moradores; e Jacundàzinho, com 10 casas e 30 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção da castanha-do-pará, cuja exportação atingiu, em 1956, a 6 359 hectolitros, valendo Cr$ 4 544 200,00, seguindo-se diamantes em bruto, com 1 700 quilates, valendo Cr$ 1 625 000,00, couros e peles, com 1 762 kg, valendo Cr$ 40 950,00. O valor da exportação em 1956 somou Cr$ 5 730 300,00. Existe no mu-

nicípio uma usina para beneficiamento de arroz, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca. A produção de origem mineral é constituída da extração de diamantes em bruto.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 28,5% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 29 estabelecimentos comerciais, do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Itupiranga com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Marabá — fluvial, com 25 km, em barco-motor; Tucuruí — fluvial, com 180 km, em barco-motor; Capital Estadual — fluvial, com 480 km, em barco-motor. Como via de comunicação existe, no município, uma Agência de Correio do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itupiranga conta com 8 logradouros públicos; 218 prédios e 713 habitantes, conforme o Censo Geral de 1950. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 8 logradouros e a domiciliar conta com 45 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe, apenas, um Subposto de Saúde, custeado pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com serviço médico-sanitário e ambulatório, executando trabalhos profiláticos de vacinação, e tendo como corpo clínico um guarda sanitário. Mensalmente é visitado por um médico.

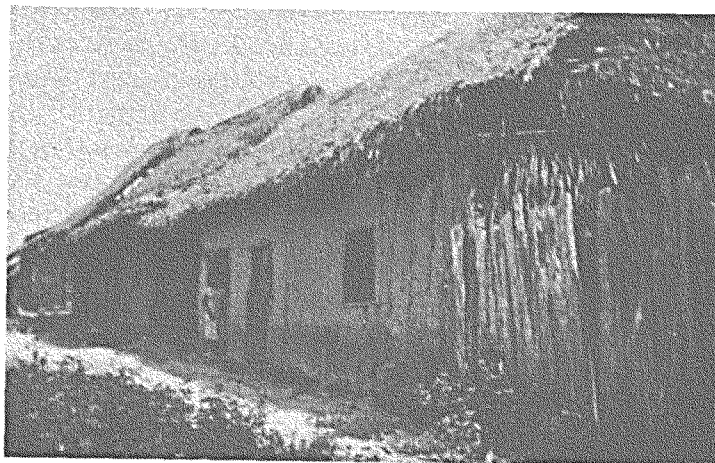
ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 2 595 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 034, ou 39,8%, sabiam ler e escrever. Destas, 635 eram homens e 399 mulheres. Na sede municipal, das 615 pessoas de 5 anos e mais, 315 sabiam ler e escrever e, destas, 164 eram homens e 151 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 8 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 256 alunos, situados na cidade e no campo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	576	328	519
1951	—	95	1 129	...	1 188
1952	—	45	673	...	667
1953	—	34	1 530	825	1 056
1954	—	62	834	331	986
1955	—	70	1 272	725	1 412
1956 (1)	—	...	1 192	...	1 192

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como festa popular de primeiro significado destaca-se a de Santo Antônio, padroeiro do lugar, que se realiza de 1.º a 13 de junho, com novenário, missa e procissão de encerramento.

Casas residenciais

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cachoeira Itaboca, que é a maior do rio Tocantins, intransponível na época das sêcas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "itupiranguenses".

É têrmo judiciário da Comarca de Marabá.

O eleitorado é de 1 405 eleitores.

Itupiranga e Tucuruí são os mais novos municípios paraenses, instalados que foram em 1948. Situada em plena zona de cachoeira do rio Tocantins, a cidade tem apreciável desenvolvimento e o município, cuja base econômica é a castanha-do-pará, tem alguma agricultura. Registra-se em Itupiranga a presença nos lagos, do pirarucu, o famoso peixe amazônico, substituto do bacalhau.

Itupiranga — Topônimo de origem tupi. *Itu* (salto, cachoeira), *piranga* (vermelho). Significa "cachoeira vermelha". O nome primitivo era Lago Vermelho. A versão para o tupi resultou em transformar o lago em cachoeira.

(Bibliografia — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

JOÃO COELHO — PA

Mapa Municipal na pág. 75 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Quanto à origem do nome primitivo do município, existem duas versões: a primeira conta-nos que um agrimensor, encarregado da demarcação dos diferentes lotes de terra da colônia, construiu uma barraca para guarda de seus apetrechos e para moradia provisória; trouxe êle consigo uma mundana, dotada, aliás de tantas e tão excelentes virtudes, que a fizeram desde logo credora de estima e respeito por parte dos trabalhadores ocupados nos serviços de desbravamento do local. Chamava-se ela Izabel e foi a primeira mulher a residir na nova colônia. O agrimensor, ùltimamente, chamava-a de "santa" e assim ela passou a ser tratada também por todos quantos a conheciam, com a diferença de que êstes acrescentavam ao apelido o verdadeiro nome (Izabel). Os viajantes, por seu turno, começaram a fazer pousada na barraca da Santa Izazel e, em conseqüência, a localidade tornou-se assim conhecida.

A segunda versão, completamente diferente, conquanto muito mais verossímil, diz que um dos primeiros colonos lo-

calizados nas terras, espanhol de nascimento, trouxe para sua casa uma imagem, de Santa Izabel à qual todos os demais moradores passaram a venerar; promoviam-se ladainhas em louvor da santa, depois os festejos foram se tornando atraentes e os moradores das redondezas passaram a freqüentá-los e então nasceu e desenvolveu-se o povoado que teve o nome de sua padroeira Santa Izabel, que posteriormente passou a denominar-se João Coelho, já como município.

O município de João Coelho está situado na zona bragantina, sendo, depois de Ananindeua, o mais próximo da capital do Estado.

Criado pelo Decreto Estadual n.º 1 110, de 8 de dezembro de 1933, foi o município de Santa Izabel instalado no dia 7 de janeiro de 1934; o seu território ficou constituído de áreas desanexadas dos municípios de Belém e Castanhal, com limites traçados pelo próprio decreto.

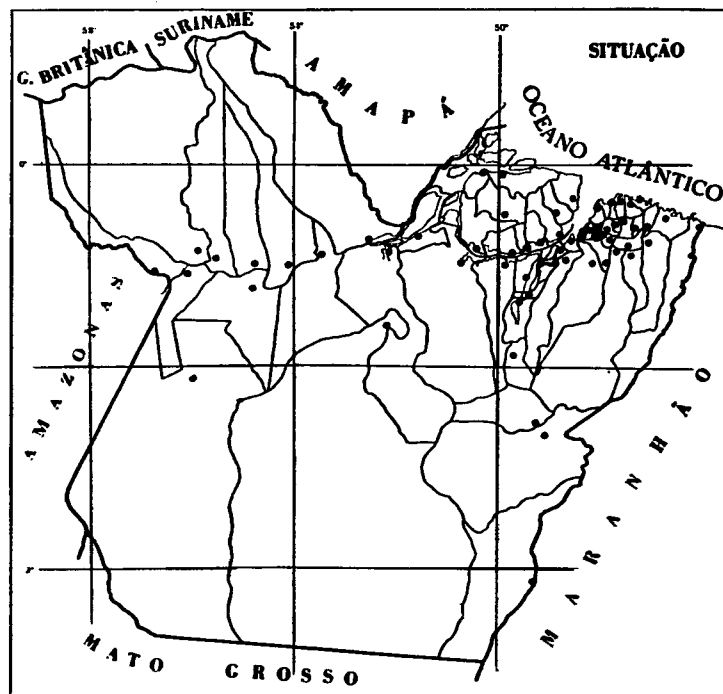
O primeiro Prefeito foi o cidadão Noé de Carvalho que administrou de 7 de janeiro de 1934 a 7 de julho de 1935. A divisão territorial e a organização judiciária e administrativa do Estado para o qüinqüênio de 1939 a 1943, tirou ao município uma parte do território, reincorporando-a ao de Belém. Com a criação de novas unidades municipais pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, foi amputada tôda a área que constituía o distrito de Benevides, para soldar-se à outra desmembrada de Belém e, dêsse modo, constituir-se no município de Ananindeua.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, o primitivo nome de Santa Izabel foi mudado para o de João Coelho, e o município perdeu o distrito de Benevides para o novo município de Ananindeua. Conseqüentemente, na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, estatuída pelo decreto acima mencionado, João Coelho aparece integrado pelos distritos de João Coelho, Americano e Carapapu, situação que perdura até hoje.

João Coelho teve parte do seu território desmembrado para constituir o município de Santo Antônio do Tauá, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 496, de 26 de janeiro de 1956, tomou insubsistente o desmembramento.

Grupo escolar "Sílvio Nascimento"

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Francisco Gonzaga do Nascimento e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de João Coelho está localizado na zona fisiográfica denominada Bragantina e limita-se com os municípios de Ananindeua, Vigia, Castanhal, Inhangapi e Bujaru. A sede municipal dista 38 km em linha reta da capital Estadual, colocando-se no 3.º lugar em ordem de distância de Belém, sendo um dos mais próximos de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1° 17' 51" de latitude Sul e 48° 09' 56" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 21 metros na sede municipal, sendo o 18.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O clima é o comum da Amazônia: equatorial superúmido.

ÁREA — A área do município é de 693 km² sendo o 55.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O único acidente geográfico, digno de menção é o rio Caraparu, navegável por embarcações de pequeno calado e que serve de escoadouro para os gêneros de produção da região do mesmo nome, tem a foz no rio Guamá.

RIQUEZAS NATURAIS — Consta a existência de argila como riqueza mineral, ainda sem exploração. A floresta está quase desaparecida e quanto a riqueza animal encontram-se os animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de João Coelho, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 10 710 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 5 410, mulheres 5 300; brancos 3 502, pardos 6 922, pretos 252 e 31 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 6 115, 2 593 eram solteiros, 3 012 casados, 504 viúvos e 2 desquitados. Existiam apenas 14 estrangeiros e 18 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos

romanos que eram 10 236; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. João Coelho é um dos municípios de menor área do Estado, estando na classificação, em rol decrescente, no 55.º lugar, entre os 59 existentes. Apenas 2 826 de seus habitantes, ou sejam aproximadamente 26%, localizam-se nas zonas urbanas e suburbana, e a maioria, representada por 74%, na zona rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 12 073, sendo 5 332 no distrito de João Coelho, 2 817 no distrito de Americano e 3 924 no distrito de Caraparu.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui três aglomerações urbanas principais: a cidade de João Coelho, com 2 259 habitantes (1 004 homens e 1 255 mulheres), a vila de Americano, com 366 habitantes (196 homens e 170 mulheres) e a vila de Caraparu com 201 habitantes (106 homens e 95 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vilas existe o povoado de Conceição Itá, com 18 casas e 50 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente na produção de pimenta-do-reino, cuja exportação em 1956 atingiu 37 061 kg, valendo Cr$ 2 951 480,00, seguindo-se a farinha de mandioca com 570 960 kg, no valor de Cr$ 1 486 450,00, guaraná refrigerante com 54 000 litros perfazendo Cr$ 702 000,00 e carvão vegetal 1 024 878 kg, valendo Cr$ 614 922,00.

O global da exportação somou Cr$ 7 311 568,50.

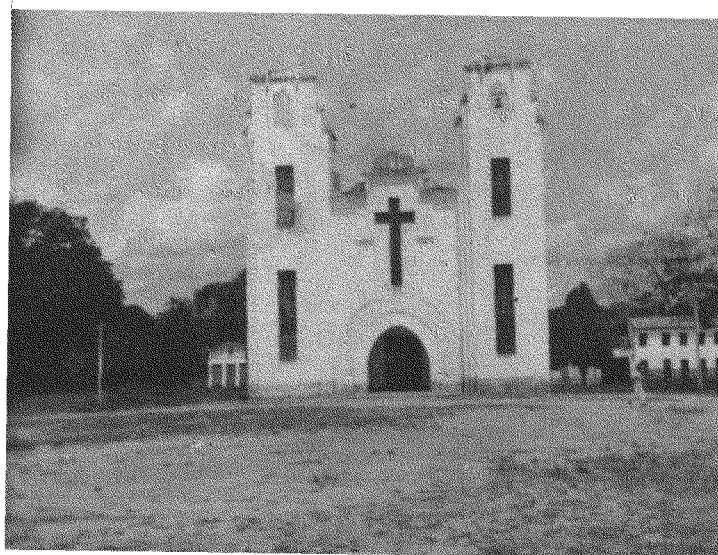
A produção de origem vegetal é representada por extração de borracha, hévea, carvão vegetal e madeira bruta de diversas espécies, cujo valor em 1956, somou a quantia de Cr$ 736 000,00.

Citam-se no município 4 estabelecimentos industriais, sendo 2 usinas, para beneficiamento de arroz, 1 olaria e 1 fábrica de bebidas.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 31,1% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município: Há no município 77 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de João Coelho com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Ananindeua, ferroviário, 27 km, Estrada de Ferro de Bragança, e rodoviário, 29 km; Vigia, rodoviário, 54 quilômetros; Castanhal, ferroviário, 28 km, Estrada de Ferro de Bragança, e rodoviário, 31 km; Inhangapi, rodoviário, 43 km, e fluvial: Capital Estadual, ferroviário, 38 km, Estrada de Ferro de Bragança, e rodoviario 40 km. Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal-telegráfica, na Cidade e uma Agência dos Correios do Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.) no interior, e 2 (duas) agências da E.F.B.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de João Coelho conta com 26 logradouros públicos; 595 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, possui 2 259 habitantes. É servido de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 26 logradouros e a domiciliária conta com 267 ligações.

Igreja Matriz

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe 1 pôsto médico, mantido pelo govêrno estadual e um pôsto de saúde mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública ...... (S.E.S.P.), todos de finalidades gerais. O pôsto médico mantém os serviços gerais de ambulalatório, e tem como corpo clínico apenas 1 guarda sanitário. O pôsto de saúde mantém os serviços gerais de vacinação, possuindo ambulatório, farmácia, lactário, laboratórios de análises clínicas e de microscopia. Executa trabalhos profiláticos de vacinação e tem como corpo clínico, 2 médicos, 1 técnico de laboratório, 1 enfermeira, 1 visitadora e 1 guarda.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem na cidade de João Coelho as associações seguintes: Círculo Operário de João Coelho, fundado no ano de 1952, contando com 106 sócios e destinado a prestar assistência médica, jurídica e pecuniária aos seus associados; Clube Dramático Recreativo e Beneficente Thalia, fundado no ano de 1914, contando com 288 sócios. É destinado a prestar auxílio e assistência a associados e estranhos.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 8 968 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 2 503, ou 27,9%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 315 eram homens e 1 188 eram mulheres. Na sede municipal, das 1 936 pessoas de 5 anos e mais, 1 148 sabiam ler e escrever e destas, 507 eram homens e 641 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram em João Coelho, 24 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 1 461 alunos. No mesmo ano, na sede municipal, funcionou um estabelecimento de ensino extra-primário, a Escola Nornal Regional Antônio Lemos, com os seguintes cursos: Regentes do Ensino Primário, com 92 alunos do sexo feminino e 9 professôres; Corte Geométrico, com 10 alunos do sexo feminino e 1 professor; Datilografia, com 10 alunos do sexo feminino e 1 professor.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 Cinemas, 1 Biblioteca do Clube Dramático Recreativo e Beneficente Thalia, com cêrca de 400 volumes; e 2 Associações Culturais sendo 1 de caráter esportivo.

Cinema

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	..	1 191	393	1 224
1951	—	...	1 359	438	1 283
1952	—	...	1 420	440	1 419
1953	—	813	1 660	593	1 693
1954	—	950	1 848	577	1 881
1955	—	..	1 410	672	1 216
1956	—	831	1 900	841	1 399
1957 (1)	—	(1) —	(1) 1 860	(1) 840	(1) 1 960

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Coluna com mastaréu para içamento do Pavilhão Nacional, situado na Praça da Bandeira; Coluna da Rodovia Dr. José Malcher, localizada na Praça Dr. Getúlio Vargas; Coluna Rodovia Vigia, situada na Praça Getúlio Vargas; Obelisco em homenagem aos heróis da Fôrça Expedicionária Brasileira (F.E.B.), localizada na Praça Dr. Getúlio Vargas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A padroeira do Município é Santa Izabel. Faz-se aqui uma explicação julgada necessária: a padroeira não é Santa Izabel, espôsa de Zacarias e prima de Maria Santíssima e sim Santa Izabel, rainha da Hungria ou de Portugal (há pluralidade de opiniões a respeito do reinado), canonizada no princípio do século XVII. Celebram-se várias festividades religiosas durante o ano. Entre elas destacam-se a da Padroeira, que não tem data fixa e a de N. S. da Conceição, na vila de Caraparu, com início a 8 de dezembro, data em que se realiza a tradicional procissão fluvial pelo rio Caraparu. Essa procissão atrai àquela vila milhares de pessoas de todos os municípios vizinhos, notadamente da Capital do Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Izabelenses", em razão do município anteriormente ser denominado de "Santa Izabel" e "Santa Izabel do Pará". De acôrdo com a formação etimológica dos patronímicos, poderiam, também, ser chamados os habitantes do município "Santaizabelenses". João Coelho é antropônimo, em homenagem ao ex-governador João Coelho, que no lugar possuía uma propriedade agrícola e de recreio.

O eleitorado é de 2 825 eleitores.

Pertence a Comarca de Castanhal, da qual é Têrmo com 3 Distritos Judiciários.

Cortada pela rodovia Belém—Bragança, o município, um dos primeiros locais da colonização nordestina na zona Bragantina, está se transformando em subúrbio da Capital, pela facilidade de transportes e clima saudável. Vários sítios de pessoas abastadas da Capital, são contados no município.

É em João Coelho o entroncamento da rodovia para as cidades de Vigia e São Caetano de Odivelas, localizadas na zona do Salgado.

Segundo o levantamento procedido em 1956, pela Inspetoria Regional do I.B.G.E., cabe a João Coelho, o 3.º lugar no Estado como plantador de pimenta-do-reino, com 124 produtores, em 95 hectares e 152 165 pés, dos quais 52 250 novos e 99 915 em produção.

Os municípios cujas plantações superam 20 000 pés apresentam-se nesta ordem:

1.º	Acará	764 737	pés
2.º	Ananindeua	458 718	"
3.º	JOÃO COELHO	152 165	"
4.º	Castanhal	82 464	"
5.º	Belém	81 277	"
6.º	Barcarena	22 900	"

O Estado todo tem, segundo a referida pesquisa, 1 665 835 pés de pimenteiras.

(Bibliografia — Sinopse Estatística do Município de João Coelho — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

JURUTI — PA

Mapa Municipal na pág. 127 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Juruti foi uma aldeia de índios Mundurucus, fundada, segundo Ferreira Pena, em 1818 e sujeita à direção de um missionário com poderes paroquiais. Possuiu uma pequena igreja construída pelos índios, em tudo dependente do auxílio da Fazenda Pública do Pará. Teve a categoria de freguesia sob a invocação de N.S.ª da Saúde, dada pelo Govêrno provincial do Pará, que, em execução à lei geral do Império, de 29 de novembro de 1832, que promulgou o Código de Processo Criminal, a considerou como

fazendo parte do Têrmo de Faro, nas sessões do Conselho do Govêrno da província do Pará de 10 a 17 de maio de 1833, quando foi feita a divisão da província em têrmos e comarcas.

Com a criação das três comarcas do Grão-Pará, Baixo-Amazonas e Alto-Amazonas, na sessão de 10 a 17 de maio de 1833 daquele Conselho, ficou definitivamente estabelecido o limite ocidental da freguesia de N. S.ª da Saúde de Juruti na serra de Parintins, limite que é o reconhecido, por efeito de jurisdição, até o presente, com os Estados do Pará e Amazonas.

Em 1847 a freguesia de Juruti fazia parte do círculo eleitoral da vila de Óbidos, conjuntamente com Faro, nos têrmos da Portaria do Govêrno provincial do Pará, de 28 de maio daquele ano.

A Lei geral do Império n.º 582, de 5 de setembro de 1850, que criou a província do Amazonas, com os limites da comarca de 1833, veio contribuir mais ainda para a fixação do limite ocidental da paróquia de N. S.ª da Saúde de Juruti, na serra de Parintins, acidente geográfico êste que é atualmente um dos marcos de delimitação entre os Estados do Pará e Amazonas. A serra de Parintins é, por outro lado, a eminência que o Governador e Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado denominou, na sua carta ao Coronel Melo Povoas, de Maracauaçu, nome que então possuía o mesmo acidente, depois de chamado Maracá-Açu Tapera.

Em 1852, com a Portaria do Govêrno provincial do Pará, foi criada a subdelegacia de Juruti, constituída com a freguesia de N. S.ª da Saúde.

Também nesse ano de 1852, a Lei n.º 2 da província do Amazonas, de 15 de outubro, criou o município de Vila Bela da Imperatriz, em substituição à Vila da Rainha, com limites com a freguesia paraense, marcados na serra de Parintins, pela Portaria de 29 de dezembro do mesmo ano de 1852, do Govêrno provincial amazonense em execução à lei.

Em 1855, era Vigário da freguesia de Juruti o Padre João Monteiro da Cunha, que em obediência à Lei geral do Império n.º 601, de 18 de setembro de 1850 e de seu regulamento baixado com o Decreto n.º 1 318, de 30 de janeiro de 1854, recebeu e registrou as declarações de posse de terras na freguesia, com número superior a 300, até na serra de Parintins, cujo livro foi remetido ao Govêrno provincial do Pará e acha-se devidamente arquivado na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará.

Em 1859, a Lei provincial do Pará n.º 339, de 3 de dezembro, transferiu a sede da freguesia de Juruti para a margem do rio Amazonas e marcou o novo outeiro de Maracá-Açu como seu limite com o de Óbidos.

A Lei provincial do Amazonas n.º 132, de 29 de julho de 1865, que marcou os limites das freguesias da Província, referindo-se a Vila Bela da Imperatriz, indica novamente e com um pleno conhecimento de jurisdição, a serra de Parintins, a confinar com Juruti.

Com a Lei provincial do Pará n.º 530, de 23 de setembro de 1867, que criou a comarca de Óbidos, o distrito de Juruti ficou incluído, como dependência de Faro, na jurisdição da nova comarca.

Em execução à Lei provincial do Pará n.º 662, de 31 de outubro de 1870, a Portaria do Govêrno, de 29 de novembro seguinte, criou escolas primárias em Juruti, para o

Residências alagadas

sexo masculino; havendo uma nova portaria, de 7 de julho de 1872, criado as escolas para o sexo feminino.

Nesse ano de 1872, em execução ao Decreto Imperial n.º 1 082, de 18 de agôsto de 1860, a Paróquia de N. S.ª da Saúde de Juruti deu um eleitor para as eleições gerais dêsse ano de 1872.

Com a Lei provincial do Pará n.º 930, de 15 de julho de 1879, Juruti passou a ser ponto de escala da navegação a vapor, subvencionada pela Província do Pará, navegação que estendeu-se posteriormente até Santa Júlia.

Em 1882, as Leis provinciais paraenses n.ºs 1 078, de 2 e 1 123, de 16 de novembro, determinaram a continuação da Igreja Matriz de Juruti, que a Lei n.º 1 230, de 5 de novembro de 1885, mandou que fôsse construída de pedra de cantaria.

O desenvolvimento da freguesia, em número de habitantes e nas indústrias agrícola e pastoril, determinou a sua elevação a município, com a Lei provincial do Pará n.º 1 152, de 9 de abril de 1883, conjuntamente com Chaves e Aveiro.

A Portaria do Govêrno provincial do Pará, de 17 de julho de 1883, marcou dia para a eleição da Câmara e do Juizado de paz do novo município.

Em virtude do ofício de 5 de fevereiro de 1885, do Governador do Pará, marcando dia 9 de março seguinte para a instalação do município de Juruti, o Capitão João Rodrigues, como Presidente da Câmara de Óbidos, e o Secretário desta, José Soares do Rêgo, na casa de residência de Marcionilo Alves Pontes, presentes os Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Juruti, Marcionilo Alves Pontes, José Cavalcante Rodrigues de Souza, Antônio Bertoldo Tôrres de Souza, João Paulo da Silva, Manoel Mâncio de Souza e Inácio José Santarém, deferiu o juramento legal e declarou instalado o novo município paraense.

Outro aspecto da alagação

Rua comercial

À presidência da Câmara assumiu o Vereador mais velho, Marcionilo Pontes; e por haver falecido o Vereador João Hipólito Teixeira, foi substituído por Antônio Bertoldo Tôrres de Souza.

O primeiro secretário da mesma Câmara foi Francisco Rodrigues Lobo Bentes.

A segunda e última Câmara Municipal da monarquia era constituída por Sesino José Tavares, Presidente; e, Vereadores, Joaquim Dionísio Batista, Manoel Maurício de Souza, Manoel Pereira da Costa e José Bento Lobo.

Com a proclamação da República, o Govêrno provisório do Estado do Pará dissolveu, com o Decreto n.º 52, de 19 de fevereiro de 1890, a Câmara Municipal, criando com o Decreto n.º 53, da mesma data, um Conselho de Intendência Municipal, para o qual nomeou Presidente, Dário Rodrigues de Souza; e, vogais, Joaquim Felipe Batista Gonzaga, Joaquim José de Souza, José Bento Lobo, Manoel Pereira da Costa, Sesino José Tavares e José Edmundo Jeffrey.

Do primeiro Conselho Municipal eleito, constitucionalmente, fizeram parte Intendente Municipal, Manoel Pereira da Costa; e, vogais, Manoel José de Melo Sampaio, Salustiano Guimarães de Almeida, José Borges Machado e João Pedro da Silva.

Seguiu o município a sua existência constitucional, sem perturbação alguma.

A Lei estadual n.º 687, de 23 de março de 1900, deu melhoras a Juruti Velho, de categoria, dando-lhe a denominação de Marapinima.

De acôrdo com o Decreto n.º 410, de 8 de outubro de 1891, e com a Lei n.º 82, de 15 de setembro de 1892, foi procedido em todo o município o registro de posse de terras.

Em conseqüência de dissenções políticas no município, conjuntamente com os de Quatipuru e Oriximiná, foi o de Juruti extinto pela Lei n.º 729, de 3 de abril de 1900, que anexou o respectivo território a Faro e a Óbidos até a serra de Parintins, limites com o Estado do Amazonas.

Permaneceu extinto durante treze anos.

O Legislativo estadual do Pará, em 1913, com a Lei n.º 1 295, de 8 de março, sancionada pelo Governador Dr. Enéas Martins, restabeleceu o antigo município de Juruti.

O Decreto de n.º 3 031, de 17 de novembro de 1913, marcou o dia 2 de março de 1914, para a eleição de intendente e vogais do Conselho Municipal de Juruti, data modificada para 1.º do mesmo mês e ano pelo Decreto n.º 3 053, de 31 de janeiro de 1914.

A 3 de maio de 1914, teve lugar a reinstalação do município, marcada pelo Decreto estadual do Pará n.º 3 083, de 23 de abril dêsse ano, com a posse do intendente e vogais eleitos.

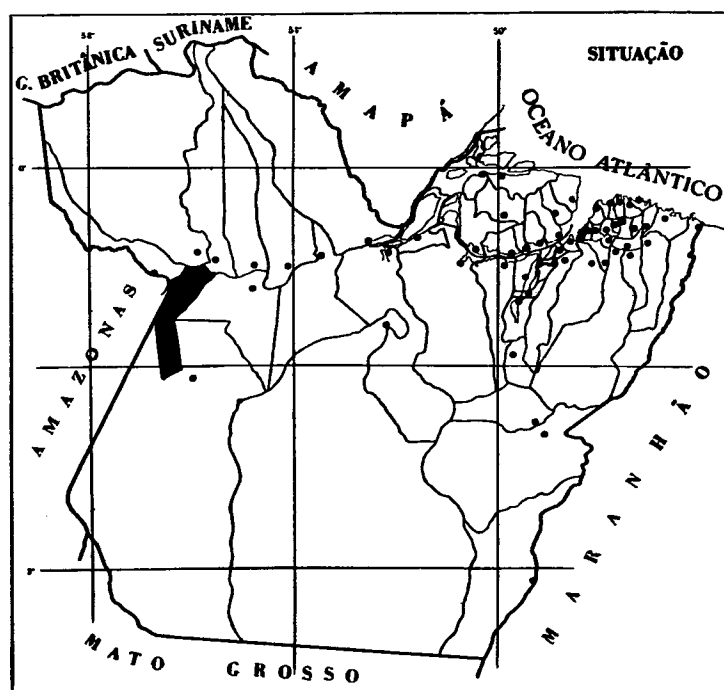
Em 1920, o município de Juruti aparece formado por sòmente o distrito-sede. Sofreu, porém, em face do Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, nova supressão, ficando-lhe o território sob a administração direta do Estado. Tais disposições, confirmou-as o Decreto estadual n.º 78, de 27 de dezembro de 1930. Já a Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, ao relacionar os municípios do Pará, inclui, entre êles, o de Juruti, que, nessa categoria, figura nos quadros da divisão territorial, de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, subdividido em 2 distritos: Juruti e Lago Grande da Vila Franca.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, bem como da divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município de Juruti constitui-se de apenas o distrito-sede, que compreende, todavia, duas zonas: a de Juruti e a do Lago Grande da Vila Franca.

Na divisão territorial que o Decreto-lei estadual .... n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, fixou para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, apresenta-se integrado, como anteriormente, por ùnicamente o distrito-sede, situação que perdura até hoje.

A atual Legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal, o Sr. Firmino Guimarães da Silva, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Juruti localiza-se na zona fisiográfica do Baixo Amazonas e limita-se com os municípios de Faro, Oriximiná, Óbidos, Santarém, Itaituba e com o Estado do Amazonas.

A sede municipal dista 846 km, em linha reta, da Capital Estadual, colocando-se no 50.º lugar em ordem de distância de Belém, uma das mais longinquas da metrópole, como se vê. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 2º 09' 07" de latitude Sul e 56º 03' 59" de longitude W.Cr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

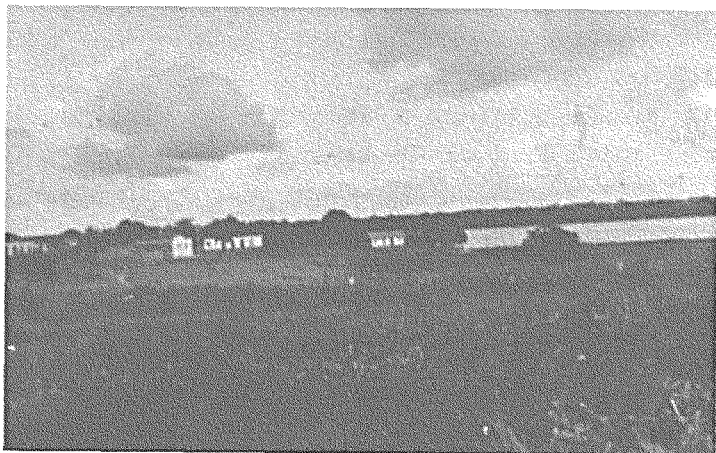
ALTITUDE — 40 metros na sede e o 6.º lugar em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. A temporada de chuvas de janeiro a junho é muito intensa.

ÁREA — 10 067 km². É Juruti o 22.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: *Serra de Santa Júlia*: na margem direita do rio Amazonas, onde passa a linha divisória Pará—Amazonas, com uma elevação calculada em 90 metros; *Igarapé-Açu*: situada à margem esquerda do Lago Salé, com uma altitude aproximada em 80 metros; *Lago Juruti Velho*: situado a sudoeste do município, bastante extenso e largo, sendo navegável por lanchas ou motores, nos meses de janeiro a julho; nos demais só é navegável por pequenas embarcações; sua profundidade varia entre 4 a 8 metros nas épocas da cheia (inverno); *rio Amazonas*: atravessa o município, de oeste para leste. A parte dêste rio, que fica dentro do município, é composta de ilhas, sendo as principais: *Maracá-Açu* e *Santa Rita*. A primeira em frente à sede do município, com cêrca de 10 km de comprimento por 3 de largura, uma das mais importantes ilhas. A segunda, situada no meio do rio Amazonas, em frente ao lugar Ponto Seguro, bôca do Igarapé Curumucuri, sendo calculado o seu comprimento em 11 quilômetros e a sua largura também em 4 quilômetros; *Paraná Dona Rosa*: situado à margem direita do rio Amazonas, e que devido as grandes enchentes tornou-se impraticável para a navegação de embarcações de calado médio, nos meses de agôsto a janeiro, porém, nas outras épocas pode ser navegável por embarcações de tamanho e calado regular; *lago do Balaio*: ao sudoeste do município, é importante por sua extensão e por ser região "piscosa" do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras, palhas e amendoas de curuá, pluma de samaúma, cipós diversos, castanha-do-pará, óleo essencial de pau-rosa, borracha, côco babaçu, óleo de copaíba, resina de breu, leite de sôrva e fava de cumaru, constituem as riquezas vegetais. Peles e couros de animais (jacaré, caititu, capivara, queixada e veado) e pirarucu, aparecem como principais riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Juruti, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 12 603 habitantes, e tinha a seguinte posição: homens — 6 459; mulheres — 6 144;

Vista Parcial

Aspecto parcial

brancos — 3 299; pardos — 8 920; pretos — 258; amarelos — 47. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 093, 3 948 eram solteiros; 2 727 casados; 400 viúvos; nenhum desquitado. Existiam, apenas, 35 estrangeiros e nenhum brasileiro naturalizado. Religiosamente, predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 11 917; as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 14 206 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui aglomerações urbanas — a cidade de Juruti, com 1 142 habitantes (572 homens e 570 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, e o Povoado de Juruti Velho, com 37 casas e 185 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente na produção de fibra de juta, cuja exportação em 1956, atingiu a 408 625 kg, valendo ...... Cr$ 4 375 349,30; gado bovino, com 145 cabeças, valendo Cr$ 440 500,00; peles de jacaré, com 7 220 kg, valendo Cr$ 348 115,00; castanha-do-pará, com 375 hectolitros, valendo Cr$ 290 000,00; madeiras em bruto, com 66 m³, valendo Cr$ 111 550,00. O valor da exportação em 1956, somou Cr$ 5 763 754,30.

A indústria extrativa mineral é representada pela extração de barro (argila), da qual foram produzidos 120 milheiros de tijolos, correspondendo ao valor de .... Cr$ 300 000,00.

A origem vegetal, por extração de essência de pau-rosa, madeiras diversas em pranchas, rolos e caibros, lenhas em achas, pelha de curuá, cipós diversos, pluma vegetal (samaúma), castanha-do-pará, borracha (entrefina e sernambi em rama), resina jutaicita, resina breu, amêndoa de babaçu, amêndoa de curuá e fava de cumaru, cujo valor de produção em 1956, somou a quantia de Cr$ 14 972 550,00. De origem animal, carne e pele de animais silvestres e peixes de diversas espécies, cujo valor de produção em 1956, somou a quantia de Cr$ 570 000,00.

Existem no município apenas uma olaria e pequenos estabelecimentos industriais que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 37,2% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

O rebanho bovino é estimado em cêrca de 20 000 reses.

26 — 24 640

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 59 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de Juruti com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Oriximiná: fluvial — 91 km; Óbidos: fluvial — 91 km; Itaituba: fluvial — 576 km; Santarém: fluvial — 217 km; Faro: fluvial — 91 km; Parintins—Amazonas: fluvial — 91 km; Capital Estadual: fluvial — 1 172 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Juruti conta com 22 logradouros públicos e 274 prédios e, segundo os dados do Recenseamento de 1950, com 1 142 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 17 logradouros e a domiciliária conta com 150 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Subposto de Saúde, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com os serviços de curativos, socorros de emergência e aplicações de injeções, tendo como corpo clínico um guarda sanitário. Entretanto, mensalmente, conta com visita médica que atende à população local.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 10 320 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 639, ou 35,2% sabiam ler e escrever. Destas, 2 288 eram homens e 1 351 mulheres. Na sede municipal, das 945 pessoas de 5 anos e mais, 556 sabiam ler e escrever e destas, 311 eram homens e 245 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 9 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 314 alunos, na cidade e no campo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	267	772	685	681
1951	—	439	1 202	941	1 112
1952	—	402	1 275	679	1 446
1953	—	411	1 452	785	1 298
1954	—	561	1 425	861	1 440
1955	—	998	2 084	1 089	1 737
1956	—	1 594	(1) 3 351	(1) 900	(1) 3 351

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festividades populares sucedem-se como as mais notáveis do município: na sede municipal, em 2 de julho e 5 de outubro, festas da Padroeira Nossa Senhora da Saúde e do Coração de Jesus; no povoado Juruti Velho, em 6 de junho e 10 de novembro, realizam-se os animados festejos de Coração de Jesus e Nossa Senhora da Saúde. Também, anualmente, se verificam festejos populares no mês de junho, quando a população tradicionalmente, brinca no cordão de boi e outros.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — *Cachoeira do Rio Branco*, situada à margem do igarapé Rio Branco; *Lago Curumucuri*, distando 3 horas de viagem, em embarcação a motor, via Rio Amazonas; *Lago de Juruti Velho*, circundado pela verdejante serra de Juruti Velho. Dista 6 horas de viagem, em embarcação a motor.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "jurutienses".

Juruti é topônimo tupi.

Th. Sampaio ensina: corrupção de *yuru-ty*, o colo firme, o pescoço teso. Alusão ao aspecto da pomba dêste nome no ato de cantar (Peristera frontalis).

Também conhecido, o pássaro, por *juriti* e *jeruti*, segundo o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguêsa.

É Têrmo Judiciário da Comarca de Óbidos.

O eleitorado é de 2 547 eleitores.

O município é o extremo oriental do Estado do Pará, limítrofe com o Estado do Pará. Em virtude do "Contestado", faixa de terra em litígio entre Pará e Amazonas, o município de Juruti confronte ao de Faro, não se limita com êste, pois entre as duas comunas, é que se situa o "Contestado", sob a jurisdição de fato do Estado do Amazonas.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Juruti — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

MARABÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 411 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Baião, primitivamente com extensão territorial até Mato Grosso, do qual se apartava por uma linha imaginária, que a convenção do Pará com êsse Estado estatuiu partir da extremidade norte da ilha do Bananal, no rio Araguaia, até o Salto das Sete Quedas, no rio São Manoel, e limitando com o Estado de Goiás pelo álveo do rio Araguaia, desde a ilha do Bananal até sua junção com o Tocantins, e, por êste descendo abaixo, ambas as margens, até os paralelos geográficos da bôca de baixo do rio Marariá e das nascentes do igarapé Mujutapera, desdobrou-se em 4 municípios: Baião, Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia.

Marabá representa a última subdivisão, decorrente do desenvolvimento do rio Tocantins e posteriormente a São João e a Conceição.

A sua sede, Marabá, é de origem recente, devendo a denominação a Francisco Coelho da Silva.

Data de 1905, segundo o Engenheiro Inácio Moura, a origem lendária da denominação.

Mais pesquisado, virá, certamente, o fato real que criou o nome do município.

Trata-se, é certo, de um município situado na importante zona Tocantina, o que já é o suficiente para lhe dar um significado de relêvo na vida social e econômica do Estado, tendo-se em vista as fontes produtoras ali existentes.

Alagação — 1957

Município Pioneiro, campo de variadas atividades de trabalho na agricultura, na indústria e no comércio, sobreleva-se, porém, na produtividade e exportação da castanha-do-pará. Ligado a Belém e a outras localidades do Pará, do Maranhão e de Goiás por via fluvial, como por aviões com pontos diversos dos citados lugares e, de modo especialmente vantajoso, com o resto do País. A Ligação Rodoviária norte-sul, também, irá exercer ali a sua notável influência progressista, na rota Belém—Anápolis. Como se vê, Marabá é um município de lisonjeira atuação e de amplas possibilidades na comunidade paraense.

Passando-se ao seu desenvolvimento histórico, o que de positivo temos é a criação de uma unidade municipal com a Lei n.º 1 278, de 27 de fevereiro de 1913.

Em execução a essa lei, o Dr. Enéas Martins, Governador do Estado, em Ato de 12 de março seguinte, nomeou a comissão organizadora do novo município, que ficou constituída pelo Tenente-Coronel Antônio da Rocha Maia, Presidente, e membros: Capitão Afro Sampaio, Major Quirino Franco de Castro, Cândido Rapôso e Melquiades Peres Fontenele.

A instalação do município de Marabá se deu no dia 5 de abril de 1913, sob a presidência do Capitão Pedro Peres Fontenele, representando o Governador do Estado, na casa de residência do Sr. Raimundo Rocha.

Revestiu-se o ato da maior solenidade, tendo a êle comparecido todos os elementos importantes da vida social local.

O Decreto, sem número, de 17 de março de 1913, havia marcado o dia 25 do dito mês para a instalação do município, data que não pôde ser observada por circunstâncias de fôrça maior.

Organizado o município, realizou-se a primeira eleição, sendo votado e reconhecido intendente municipal o Tenente-Coronel Antônio da Rocha Maia.

A Lei estadual n.º 2 116, de 3 de novembro de 1922, extinguindo o município de São João de Araguaia, anexou-lhe o território ao de Marabá, cuja sede foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 2 207, de 27 de outubro de 1923.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, nela figurando o de Marabá, subdividido em 5 distritos: o da sede e os de Itupiranga, Jacundá, Santa Isabel e São João da Ponta.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município constituiu-se de 3 distritos: Marabá (com a zona dêsse nome e as de Itupiranga e Jacundá), São João da Ponta e Santa Isabel.

Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Marabá passou a abranger os novos distritos de Itupiranga e Jacundá, recém-criados com o território das zonas dêsses nomes, desligados do distrito-sede.

A mesma divisão se verifica para o qüinqüênio ...... 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943.

Pela Lei n.º 62, de 31-12-1947, foram desmembrados de Marabá os distritos de Itupiranga e Jacundá para constituição do novo município de Itupiranga, instalado em 1948. A Lei n.º 158, de 31-12-1948, que altera a de n.º 62, man-

Alagação de 1957

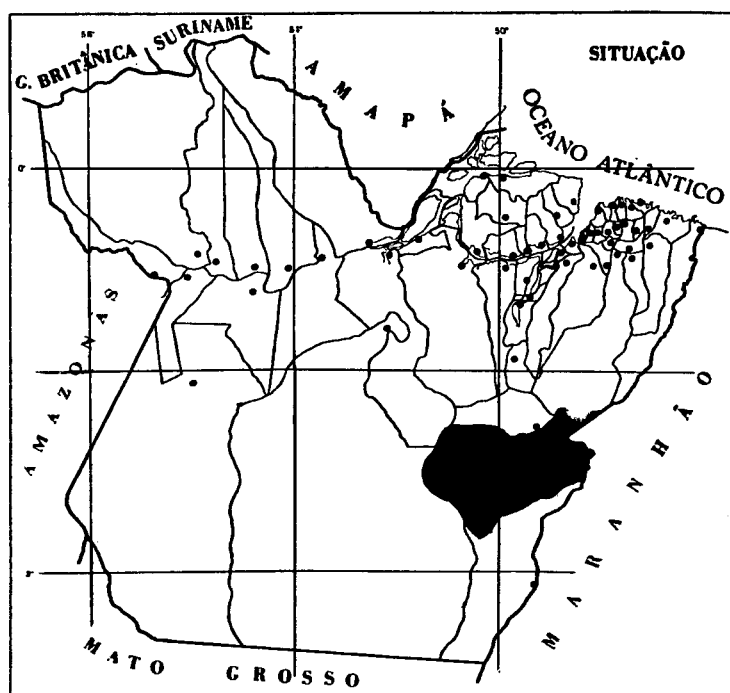
teve a criação do município de Itupiranga, tendo, assim, ficado o de Marabá, despojado dos dois distritos citados.

O município de Marabá teve parte do seu território desmembrado para constituir os municípios de Jacundá e São João do Araguaia, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O Govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente, o município é constituído dos distritos de Marabá, Santa Isabel do Araguaia e São João do Araguaia.

A atual Legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Pedro Carneiro Morais e Silva e constituída a Câmara Municipal de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Marabá localiza-se na zona fisiográfica denominada Itacaiúnas e limita com os municípios de Altamira, Ituperanga, Capim, Conceição de Araguaia e com os Estados do Maranhão e Goiás.

A sede municipal dista 438 km, em linha reta, da Capital Estadual, colocando-se no 41.º lugar em ordem de distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 5º 21' 03" de latitude Sul e 49º 08' 49" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

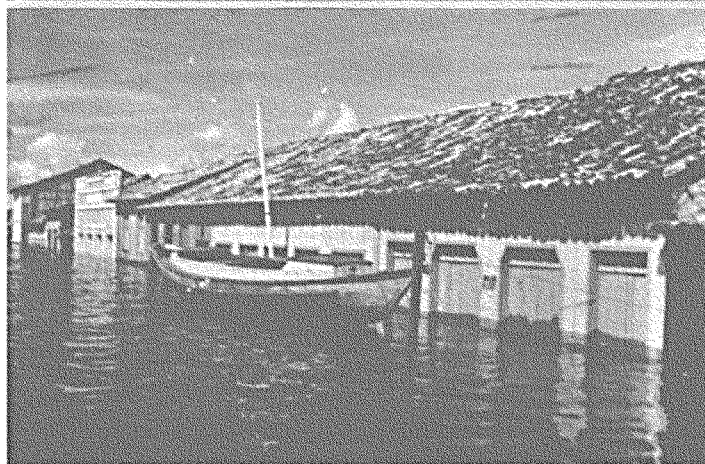
ALTITUDE — 90 metros na sede, sendo o 2.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município tem o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido.

A temperatura da cidade apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 29,1ºC; média das mínimas 24ºC e média compensada 26,5ºC.

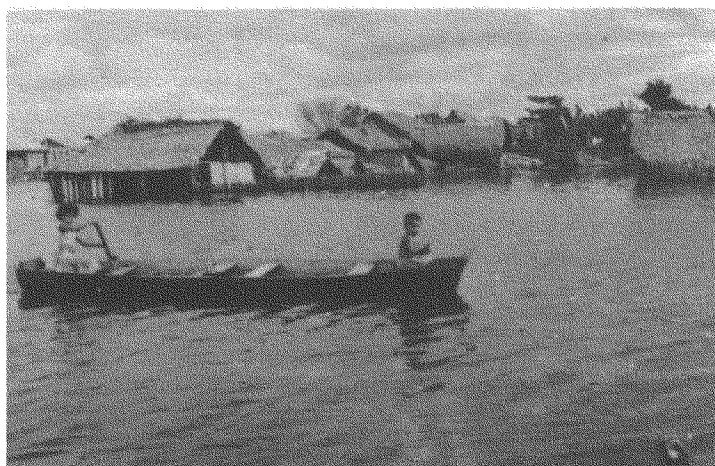
A precipitação no ano de 1956 foi de 1 631,5 mm.

ÁREA — 59 742 km², sendo, portando, Marabá o 5.º município do Estado, em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Tocantins, banha uma parte do município, cortando-o de leste para oeste, sendo navegável em tôdas as épocas, passando, ainda pela

Alagação de 1957

cidade de Marabá e povoados Landi, Geladinho e Mãe Maria; rio Araguaia, percorrendo uma parte do município e servindo de limite entre os Estados do Pará e Goiás, sendo navegável em tôdas as épocas, banhando, ainda os distritos de Santa Isabel do Araguaia, São João do Araguaia e povoado Apinagés; rio Itacaiúnas, permitindo navegação sòmente no inverno, sendo afluente do rio Tocantins, margeando a cidade de Marabá pelo lado sudeste, ficando a mesma situada na confluência dos rios; Cachoeira de Santa Izabel, situada, apenas, em parte no município, desaguando nela à margem esquerda do rio Araguaia, o igaragé "Gameleira", que serve de limite entre os municípios de Marabá e Conceição do Araguaia; Serra Pinhum, na margem esquerda do rio Araguaia, com uma altitude estimada em 300 metros; Serra Campos, com 300 metros; Serra Redenção, Águas Claras e Aquiri, tôdas ao lado esquerdo do rio Itacaiúnas, com altitude de 300 metros a primeira e 200 metros as duas últimas. Ilhas das Colheres, Jacundá, Mineiros, Bacabal, Araras, Flexeiras e Boi, tôdas situadas no rio Tocantins.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — Cristal da rocha, diamante, pedras calcárias e argila, destacam-se como principais riquezas minerais. Castanha-do-pará, caucho, babaçu e madeiras em geral, aparecem como riquezas vegetais. Animais silvestres constituem a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Marabá, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 11 130 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 6 151; mulheres — 4 979; brancos — 3 238; pardos — 6 715; pretos — 1 166 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 722, 4 103 eram solteiros; 2 937 casados;

Alagação de 1957

668 viúvos e 7 desquitados. Existiam, apenas, 52 estrangeiros e 6 brasileiros naturalizados. Em religião predominavam os que se declararam católicos romanos que eram .... 10 821; as outras religiões têm mínimo número de adeptos. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 12 546, sendo 8 755 no distrito de Marabá; 2 187 no distrito de Santa Isabel do Araguaia e 1 604 no distrito de São João do Araguaia.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui sete (7) aglomerações urbanas: a cidade de Marabá, com 4 536 habitantes (2 137 homens e 2 399 mulheres); a Vila de Santa Isabel do Araguaia, com 43 habitantes (19 homens e 24 mulheres); a Vila de São João do Araguaia, com 341 habitantes (166 homens e 175 mulheres) e os povoados de Landi, com 82 casas e 450 moradores; Mãe Maria, com 20 casas e 95 moradores; São Felix do Geladinho, com 45 casas e 200 moradores e Apinagés, com 180 casas e 700 moradores. Os dados são os colhidos no Recenseamento Geral de 1950 e em outras fontes mais atuais.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No município a produção extrativa de origem vegetal é representada por madeiras em geral, castanha-do-pará, amêndoas de babaçu e palhas diversas, dando em 1956 o valor global de .... Cr$ 50 629 156,00; na de origem mineral, pela extração de diamante, cal de pedra, areia e argila, cujo valor global somou, em 1956, Cr$ 4 923 400,00; e na de origem animal por peixe e peles de animais silvestres com o valor global, em 1956, na quantia de Cr$ 440 703,00.

O município assenta sua economia, principalmente na produção de castanha-do-pará, cuja exportação atingiu, em 1956, 62 105 hl, rendendo a importância de .... Cr$ 48 308 900,00, seguindo-se couro bovino, com 94 559 quilos, no valor de Cr$ 1 145 091,60; carne verde, com .... 53 416 quilos, importando em Cr$ 961 488,00; amêndoa de babaçu, com 47 012 quilos, na quantia de Cr$ 612 970,00 e o arroz beneficiado, com 77 040 quilos, no valor de ...... Cr$ 411 480,00. O global da exportação em 1956, perfez Cr$ 51 807 786,60.

Existem no município 15 estabelecimentos industriais, sendo 2 fábricas de calçados, 1 tipografia, 1 fábrica de mosaicos, 1 engenho de rapadura, 1 fábrica de cal de pedra, 5 usinas para beneficiar arroz, 1 fábrica de gêlo, 1 fábrica de móveis, 1 fábrica de bebidas, 1 olaria, além de pequenas instalações que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 27,7% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

A pecuária tem tomado nos últimos anos acentuado desenvolvimento. O Censo Agrícola de 1950, encontrou os seguintes rebanhos: bovinos — 3 110; eqüinos — 162, asininos — 21; muares — 79; ovinos — 167; caprinos — 156 e suínos — 270.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 56 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo, sendo a quase totalidade na sede municipal. Funciona uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S.A. e um correspondente do Banco do Brasil S.A. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

Alagação de 1957

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de Marabá com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Itupiranga, fluvial — 25 km e aéreo (emprêsas particulares); Araguatins—Goiás, fluvial — 165 km e aéreo; Conceição do Araguaia, fluvial — 720 km e aéreo (emprêsas particulares); Capital Estadual, fluvial — 516 km e aéreo — 454 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Marabá conta com 34 logradouros públicos, 1 355 prédios e 4 536 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 32 logradouros e a domiciliária conta com 406 ligações. Entre seus principais logradouros destacam-se: Praça Duque de Caxias, ajardinada e asfaltada; Avenida Marechal Deodoro (bairro Marabazinho), onde fica localizado o grosso do comércio local. Os seus edifícios mais importantes são: Prefeitura Municipal, Colégio Santa Terezinha, Hospital do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), em construção, já tendo sido inaugurado um pavilhão, faltando concluir apenas a parte destinada aos leitos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Pôsto de Saúde, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), dispondo de ambulatório, dispensário, farmácia, lactário, laboratório de análises clínicas, de microbiologia e de microscopia e uma sala de esterilização. Atende a população local com clínica médica, curativos e preventivos. O seu corpo clínico é composto de 2 médicos, 4 enfermeiros, 2 visitadores e 2 guardas sanitários.

Alagação de 1957

Alagação de 1957

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 9 773 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 539, ou 36,2%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 018 eram homens e 1 521 mulheres. Na sede municipal, das 3 911 pessoas, de 5 anos e mais, 2 387 sabiam ler e escrever e, destas, 1 201 eram homens e 1 186 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram em Marabá 14 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 182 alunos, na cidade e no interior do município. Na sede municipal funcionaram 2 estabelecimentos de ensino extra-primário: o Instituto "Santa Terezinha", possuindo o curso ginasial, com 27 alunos do sexo masculino e 43 alunos do sexo feminino e 8 professôres; a Escola de Corte e Costura, da Srta. Denilde Sampaio, possuindo o Curso de corte e costura, com 10 alunos do sexo feminino e 1 professor.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma biblioteca estudantil, de propriedade do Instituto "Santa Terezinha", com 1 063 volumes, e um cinema denominado Marrocos, com 400 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	232	...	2 787	2 330	2 528
1951.......	408	...	2 636	1 937	1 452
1952.......	553	—	2 805	1 740	2 624
1953.......	659	...	3 149	2 736	3 247
1954.......	931	...	4 145	3 438	6 858
1955.......	1 740	1 481	8 084	7 163	8 132
1956.......	1 644	947	7 270	4 940	7 108

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Obelisco na Praça Duque de Caxias, com um busto, em bronze, do soldado que deu o nome do logradouro. Obelisco na mesma praça, com um busto, em bronze, de Francisco Coelho, fundador da cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa de Marabá é a do padroeiro da cidade, São Felix de Valois, festejado a 19 de novembro e as de Santa Terezinha, N.S.ª das Graças, nos meses de setembro e maio, respectivamente.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Tocantins, com sua extraordinária presença no município é um constante atrativo turístico. A safra da castanha, o garimpo de diamantes, a subida e descida nas cachoeiras, são motivos que permitirão no futuro o desenvolvimento turístico.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "marabaenses".

É sede de comarca com 3 distritos.

Dispõe de 8 125 eleitores.

Marabá é topônimo de origem indígena, que poderá ser tupi ou tapuia, pois ambas estas nações perlustraram a região, e seus descendentes ainda lá se encontram.

Se tupi, suporta a decomposição *mara* = *subará* (mar, águas) e *bá* = *bau* (parente, semelhante).

Significação: "semelhante ao mar" — Marabá situa-se em frente à confluência do Tocantins e do Araguaia.

Th. Sampaio dá: "carr. *mair* — *abá*, gente de francês, isto é, oriundo ou filho de francês com mulher índia".

Marabá é um dos mais importantes municípios do Pará, sendo o de maior projeção do vale do Tocantins — Araguaia.

A sua sede, situada numa estreita faixa de terra, entre os rios Tocantins e Itacaiúnas é sujeita a inundações anuais, das quais a de 1926 (maior de tôdas), de 1947 e a dêste ano (1957) marcaram época pela destruição quase total da importante cidade, que passou submersa vários dias.

O município é dos mais futurosos da Amazônia. No inverno, a safra de castanha-do-pará e no verão, o garimpo do diamante e do cristal de rocha.

Servida por várias linhas aéreas, na rota do Tocantins, a cidade de Marabá, pela sua importância comercial é, sem dúvida, fadada a ser um grande empório econômico.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Marabá — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará.)

MARACANÃ — PA

Mapa Municipal na pág. 305 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — As origens dêste município vêm de uma aldeia de índios, que ao tempo da chegada do Padre Antônio Vieira ao Pará, em 1653, fazia parte das missões dos jesuítas, com o nome de Maracanã, que possui até hoje.

Segundo a tradição antiga, progrediu notàvelmente sob a direção daquela ordem religiosa, tendo conseguido foros de freguesia em 1700.

Com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, e em execução à Lei de 6 de junho de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, substituiu-lhe a denominação pela de Cintra, conservando-lhe o predicado de freguesia, sob a invocação de São Miguel, padroeiro que ainda é seu orago, bem como dando-lhe a categoria de vila.

Em 1705 era diretor da vila Belchior Henrique.

Casa de distribuição de água para a Cidade

Quanto à igreja da sede, uma crônica dos tempos diz que estava a cair nesse ano, afora a capela mor.

O primeiro Senado da Câmara de que temos notícia em Cintra, é o de 1763, constituído pelo Juiz Ordinário Anacleto da Costa Vaz e oficiais, Capitão Manoel Das e Alferes Eugênio de Sabóia, e, procurador, João da Costa Vaz.

Falham depois os documentos.

Em 1804, era Juiz Ordinário Teotônio José Alves, Cargo que, em 1805, foi exercido por Januário Onofre Corrêa.

A Independência veio encontrar o município de Cintra presidido pelo Juiz Ordinário Antônio Faustino.

Da 1.ª Câmara, eleita, segundo as disposições da lei de 1828 da organização municipal do Império, fizeram parte Manuel Joaquim, presidente, e vereadores, Eugênio Dias e João Corrêa.

Com a nova divisão de têrmos e comarcas, do govêrno provincial, em 1833, ficou mantida a categoria de vila e da instituição do município a Cintra, que então ficou compreendendo os municípios de Marapanim e Salinas, e parte do de Igarapé-Açú, além do próprio.

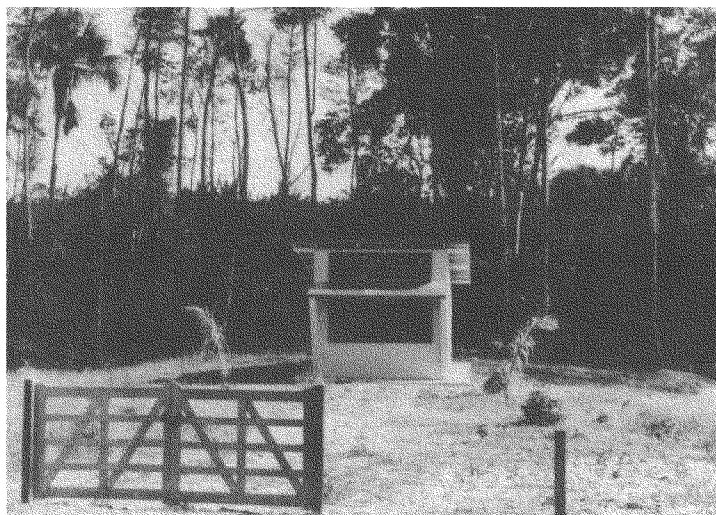
Cintra sofreu muito com as vicissitudes da Cabanagem.

A vida municipal, decorrendo sempre sem movimentação especial, com a cadência monótona do interior de então, só perturbada com a eleição municipal, vou no quadriênio de 1869 a 1872 renovada quase totalmente a câmara. Nesse período serviram: Manuel Antônio da Silva, presidente; e, vereadores, Joaquim Roberto Pimentel, Domiciano Antônio Simões, Antônio José de Nazaré, Antônio Lisboa, José Paulo da Costa Júnior e Joaquim Domiciano Botelho.

A terminação da guerra com o Paraguai, em 1870, constituiu o único fato que abalou a câmara com um ofício de congratulação ao presidente da província.

A criação do município de Marapanim, pela Lei n.º 802, de 4 de março de 1874, desmembrou de Cintra o respectivo território.

No ano seguinte a Lei n.º 845, de 23 de abril, criou a comarca de Cintra, instalada sòmente em 19 de novembro de 1877.

Pela Lei n.º 1 209, de 11 de novembro de 1885 obteve Cintra a categoria de cidade, conjuntamente com Gurupá.

Casa de distribuição de água para a Cidade

Em 5 de janeiro de 1881, para o período 1881—1884, juramentaram-se Francisco Sales, presidente; e vereadores, Manoel Joaquim de Santana, Angelo Custódio da Costa, Francisco Xavier de Sousa, Francisco Figueirêdo Pimentel e João Pedro da Silva.

Ao alvorecer da República, a Câmara Municipal dissolvida com o Decreto n.º 91 de 10 de março de 1890, era representada pelo presidente Antônio Pedro Dias, e, vereadores, João Felipe, Bento José Pedro, Augusto José Guimarães e Silva e Maximiano José do Nascimento.

Para o Conselho de Intendência criado pelo Decreto n.º 92, da mesma data, dá extinção da câmara, nomeou o govêrno provisório, no mesmo dia, os vogais, Benjamin Ardasse Pinto Carrera, presidente, e Joaquim Goularte do Espírito Santo, João José da Costa, Joaquim Estanislau da Penha, Joaquim Evangelista Pinheiro, Pedro José Alves Dias, e Estanislau Cassiano de Loureiro, empossados, em 30 de março de 1891.

O primeiro Conselho Municipal, eleito na República, estêve representado pelo intedente Cantídio Ribeiro Ferreira Guimarães, e pelos vogais José Arcanjo d'Assunção, Vicente Antônio Ferreira, Fortunato da Costa Rodrigues e Angelo Custódio da Costa.

Nomeado vigário de Cintra o Cônego Ulisses de Pennafort, iniciou uma propaganda movimentada, no sentido de substituir o nome da cidade e município de Cintra pela denominação da antiga aldeia que lhe deu origem.

Criou um pequeno periódico, que se constituiu o paladino da causa, cuja discussão acalorada teve eco na capital do Estado e conseguiu interessar ao Dr. José Paes de Carvalho, então governador do Estado.

Ao congresso legislativo do Estado foi endereçado um pedido que teve como resultado a Lei n.º 518, de 28 de maio de 1897, com a qual ficou mudada para Maracanã a denominação do município e cidade de Cintra.

Com a Lei n.º 985, de 26 de outubro de 1906, que extinguiu o município de Santarém Novo e criou o de Igarapé-Açú, ficou o município de Maracanã mais ampliado com uma parte daquele que passou a pertencer-lhe, inclusive a sede do extinto município.

A Lei n.º 1 074, de 7 de novembro de 1908 transferiu a sede da comarca de Maracanã para a vila de Igarapé-Açu.

No período de 15 de novembro de 1897 a 15 de novembro de 1900, ocupou o pôsto de Intendente Municipal Bertoldo João Amaro da Costa, que continuou a ocupá-lo no triênio de 1907-1909 e 1909-1912.

Para o período seguinte foi eleito Timóteo da Costa Alves.

Na divisão administrativa de 1911 o município de Maracanã aparece formado sòmente pelo distrito sede.

O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, ao relacionar os municípios do Pará, omite o de Maracanã, enquanto o de n.º 78, de 27 de dezembro dêsse ano o apresenta entre as comunas por êle mantidas, anexando-lhe ainda o território do município de Salinas.

O município de Maracanã no quadro de divisão relativo a 1933 é constituído apenas pelo distrito de Maracanã.

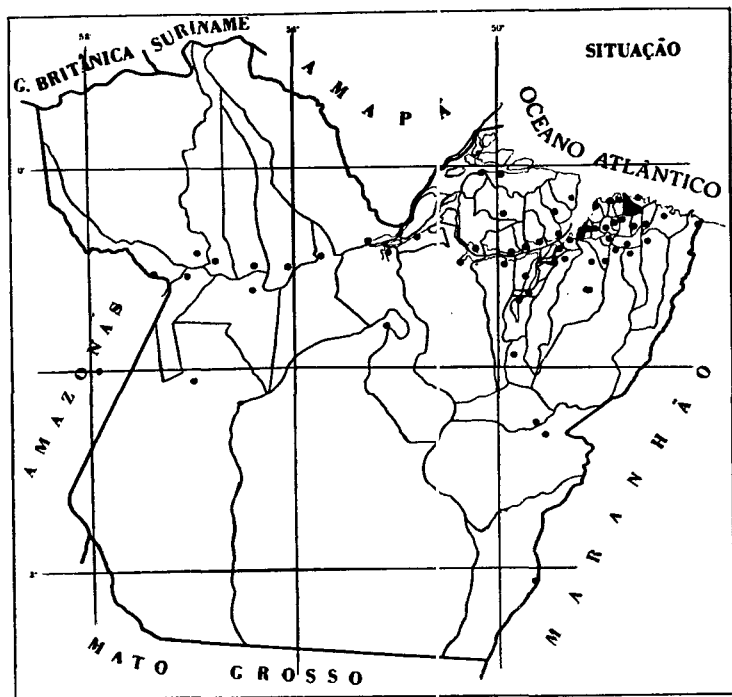
A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando, entre êles, o de Maracanã, que, segundo o quadro de divisão territorial, datado de 31 de dezembro de 1936 e o datado de 31 de dezembro de 1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, se constitui de 2 distritos: o da sede e o de Santarém Novo.

De conformidade com a divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município de Maracanã subdivide-se em 3 distritos: Maracanã, Santarém Novo e São Roberto, êste criado com território desligado dos outros dois distritos. Tal formação distrital, manteve a divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944—1948.

O município de Maracanã teve parte do seu território desmembrado para constituir o município de Santarém Novo, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município é constituído dos seguintes distritos: Maracanã, Boa Esperança, Santarém Novo e São Roberto.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Raimundo Carvalho Raiol e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Maracanã está localizado na Zona Fisiográfica do Salgado e limita com os municípios de Marapanim, Salinópolis, Capanema, Nova Timboteua, Igarapé-Açú e com o Oceano Atlântico. A sede municipal dista 133 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se em 21.º lugar em distância da Capital e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: .... 0° 45' 39" de latitude sul e 49° 27' 13" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 5 metros na sede municipal, sendo o 29.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia; equatorial superúmido.

ÁREA — 1 048 km², sendo Maracanã o 47.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rio Maracanã, nasce no município de Guamá e deságua no Oceano Atlântico, banhando os municípios de Igarapé-Açu e Maracanã; sua direção geral é sul norte, piscoso e navegável em quase tôda sua extensão. Rio Caripi, afluente esquerdo do rio Maracanã, nasce no município de Igarapé-Açu e sua direção geral é sul norte, navegável e piscoso, serve a diversas localidades em seu percurso, inclusive as vilas São Roberto e Boa Esperança. Ilha Algodoal, na margem direita do Rio Maracanã, com calculadamente 3 000 metros de comprimento por 2 000 de largura. Lago Princesa, situado na Ilha Algodoal.

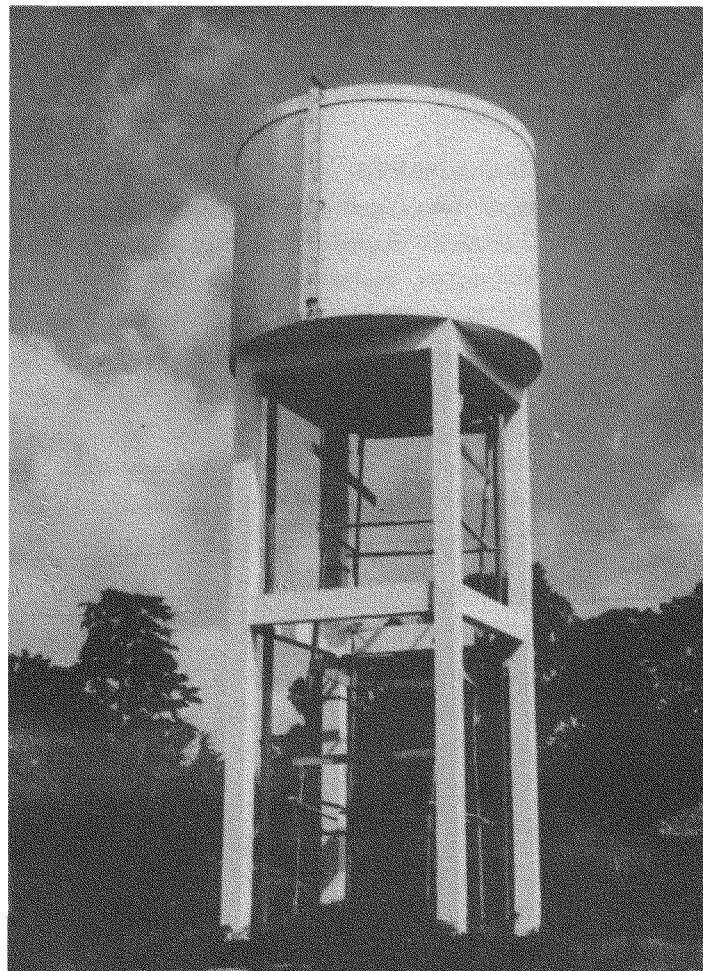
RIQUEZAS NATURAIS — A argila aparece como principal riqueza mineral; está ainda sem exploração. Uacima, borracha, andiroba, tucumã e madeira, em geral, destacam-se como riquezas vegetais. Animais silvestres e peixes constituem riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Maracanã, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 16 351 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 8 111, mulheres 8 240; brancos — 2 281, pardos — 13 351, pretos — 704 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 725, 5 030 eram solteiros, 3 110 casados, 575 viúvos e nenhum desquitado. Existiam apenas 17 estrangeiros e 3 brasileiros naturalizados. Predominaram os que se declararam católicos romanos que eram 15 879; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo a estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 18 431 habitantes sendo 4 453 no distrito de Maracanã, 4 217 no distrito de Boa Esperança, 4 642 no distrito de Santarém Novo e 5 119 no distrito de São Roberto.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro (4) aglomerações urbanas principais: a cidade de Maracanã, com 2 273 habitantes (1 070 homens e 1 203 mulheres); a vila de Boa Esperança, com 294 habitantes (128 homens e 166 mulheres); a vila de Santarém Novo, com 466 habitantes e a Vila de São Roberto com 247 habitantes, conforme Recenseamento Geral de 1950. Além da cidade e vilas, existem os seguintes povoados: Algodoal, com 65 casas e 320 moradores; Beira-Mar, com 31 casas e 150 moradores; Fazendinha, com 19 casas e 90 moradores; Bom Jardim, com 29 casas e 140 moradores; Campinho, com 26 casas e 130 moradores; Martins Pinheiro, com 26 casas e 125 moradores; Pôrto Alegre, com 27 casas e 130 moradores; Santa Maria, com 30 casas e 145 moradores; São João de Peri-Miri, com 39 casas e 190 moradores; Quilômetro 34, com 17 casas e 80 moradores; Quilômetro 26, com 30 casas e 145 moradores; Quilômetro 19, com 15 casas e 70 moradores; Mocooca, com 23 casas e 110 moradores, Moroóca, com 13 casas e 60 moradores, Santo Antônio de Trombeta, com 12 casas e 60 moradores e Brasil Novo, com 29 casas e 140 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Apenas a produção de origem vegetal e a agricultura, aparecem como atividades econômicas do município, onde destaca-se na extração vegetal, sòmente madeiras em geral, e, na agricultura, fibra uacima, fibra malva, mandioca e arroz.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de fibra uacima, cuja exportação em 1956 atingiu a 358 574 kg valendo Cr$ 3 165 982,50, seguindo-se

Caixa d'água da Cidade

Pôsto de Puericultura

a fibra de malva com 219 206 kg no valor de .... Cr$ 3 134 190,00, arroz beneficiado com 231 910 kg valendo Cr$ 1 431 712,00, arroz com casca com 358 680 kg no valor de Cr$ 1 412 300,00 e peixe sêco com 51 105 kg valendo Cr$ 679 785,00. O valor da exportação, em 1956, somou Cr$ 11 523 856,50.

Existem no município 2 estabelecimentos industriais, sendo 2 usinas para beneficiamento de arroz, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 43,3% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município, e com a de Igarapé-Açu. Há no município 87 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à cidade de Maracanã com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Igarapé-Açu, rodoviário, 57 km; Marapanim, marítimo, 63 km; Nova Timboteua, rodoviário e ferroviário, 93 km; Salinópolis, fluvial e marítimo, 65 km; Capanema, rodoviário e ferroviário, 105 km; Capital Estadual, rodoviário e ferroviário, 168 km, e marítimo e fluvial ..... 395 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos (D. C. T.).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Maracanã conta com 27 logradouros públicos, 476 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, com 3 273 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 13 logradouros e a domiciliária conta com 151 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem 2 subpostos de higiene e 1 pôsto de higiene mantidos pelo Govêrno Estadual, com finalidades gerais, mantendo os serviços de curativos e aplicações de injeções; não possuem qualquer aparelhamento especial nem executam trabalhos profiláticos, tendo cada um como corpo clínico, apenas 1 guarda.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 13 464 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 5 436, ou 40,3% sabiam ler e escrever. Destas, 3 294 eram homens e 2 142 mulheres. Na sede municipal, das 1 923 pessoas de 5 anos e mais 1 144 sabiam ler e escrever e destas, 552 eram homens e 592 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 26 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 319 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No município existe, um cinema com o nome do município, com lotação para 300 lugares e 2 associações de caráter esportivo.

São freqüentes as excursões esportivas para a prática do futebol, principalmente com Igarapé-Açu. Caravanas de aficionados, em caminhões, transportam-se às localidades vizinhas e num ambiente de grande entusiasmo são efetuadas as partidas futebolísticas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	216	348	682	458	442
1951	230	366	720	455	634
1952	255	317	742	441	686
1953	306	490	750	432	869
1954	350	501	856	430	1 060
1955	286	498	1 000	300	729
1956	266	554	1 050	679	1 232

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O Círio de Nossa Senhora de Nazareth, realiza-se geralmente no 2.º domingo do mês de novembro. Após esta data realiza-se também uma procissão em louvor à mesma santa. No mês de setembro, é festejado na cidade o Santo Padroeiro, São Miguel Arcanjo, começando os festejos no dia 29 do mesmo mês. Em dezembro é festejado São Benedito, como tradição do município, havendo o chamado carimbó, festa popular de grande animação.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — A praia de Maiandeua com seus belos morros de areia (dunas), situada entre a foz do rio Marapanim a foz do rio Maracanã e o Campo de Mangaba. Vai-se em canoa até o povoado Algodoal e, dêste, a pé, até alcançar a margem do pequeno canal de Furo-Velho, que se atravessa para atingir a aludida praia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar, recebem o nome de "maracanaenses". Maracanã é topônimo indígena e lembra o nome de um pássaro (maracanã propynhura maracana, Vieill), pequeno papagaio de voz berrante. Daí o nome maracá (chocalho), nã=nana, com o 1.º "n" eufônico=falso.

É sede de comarca com 4 distritos judiciários.

O eleitorado é de 4 340 eleitores.

Está projetada a instalação de um entreposto de pesca, com recursos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916 — Sinopse Estatística do Município de Abaetetuba — C.N.E. — 1948 — Arquivo da Agência Municipal de Estatística — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — (Junho de 1957).)

MARAPANIM — PA

Mapa Municipal na pág. 307 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Os padres jesuítas fundaram no local onde assenta a cidade de Marapanim uma fazenda que denominaram Bom Intento, pelos fins do século XVII, fazenda que teve relativa prosperidade, ficando, com a expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, entregue à propriedade particular, chegaram até ao domínio do Padre José Maria do Vale, que dela separou uma parte, doando-a para a criação de uma freguesia.

O povoado do Bom Intento é de existência posterior a 1850.

Em 1833 o território do atual município fazia parte da jurisdição da Vila de Cintra, à qual ficou incorporado até 1869, quando a Lei n.º 610, de 21 de outubro, deu-lhe a categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, ficando, entretanto, como parte integrante daquele município.

A existência do Município de Marapanim data da Lei n.º 802, de 4 de março de 1874.

Quatro anos, porém, esperou o novo município pela sua instalação, porquanto, sòmente em 1877 conseguiu fazer a primeira eleição de vereadores e juízes de paz, na forma da legislação então em vigor.

A sua primeira câmara instalou-se em 15 de janeiro de 1878, havendo sido comissionado o presidente da câmara de Curuçá, Raimundo Gentil de Sousa, para juramentar a câmara eleita, constituída por Manuel dos Santos Carvalho, presidente, e, vereadores, Padre José Maria do Vale, José Joaquim de Castro, alferes Angelo Antônio Ferreira, Fortunato da Paixão Botelho, Jerônimo Miguel da Silva e Francisco das Neves Pinto.

Serviu no cargo de Intendente Municipal, no primeiro triênio da República o Tenente-coronel Diniz Henrique Ferreira Botelho, que, em ofício de 4 de dezembro de 1891, comunicou ao govêrno do Estado, então exercido pelo vice-governador, Dr. Gentil de Morais Bitencourt, que renunciara em favor do município o seu ordenado de intendente, no total de 800$000 anuais; tendo sido o Conselho Municipal constituído pelos vogais Veríssimo Barbosa de Carvalho, Manoel Narciso Lopes, Domingos Antônio Pinto e Fábio Alexandrino de Carvalho.

Ocuparam também o cargo de Intendente Municipal, depois, o Tenente Coronel Herculino Ferreira Bentes e o Coronel Fábio Alexandrino de Carvalho.

Com a proclamação da República, fêz a câmara municipal a sua adesão ao novo regime.

Com o Decreto n.º 63, de 20 de fevereiro de 1890, o govêrno provisório do Estado, dissolveu a câmara municipal, criando, com o Decreto n.º 64, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual, em data de 21 de fevereiro, foram nomeados Diniz Henrique Ferreira Botelho, presidente; e, vereadores, José Joaquim Fernandes Cirne, Camilo José Alves, Forbino de Sousa Negrão, Marciano da Paixão Durão e Gratuliano Soares da Silva.

Em virtude da Lei n.º 324, de 6 de julho de 1895, lei que dividiu o Estado civilmente em cidades, vilas, povoações e estabeleceu a forma de ser elevado qualquer lugar à categoria de povoação, vila ou cidade, recebeu a vila de Marapanim o predicamento de cidade.

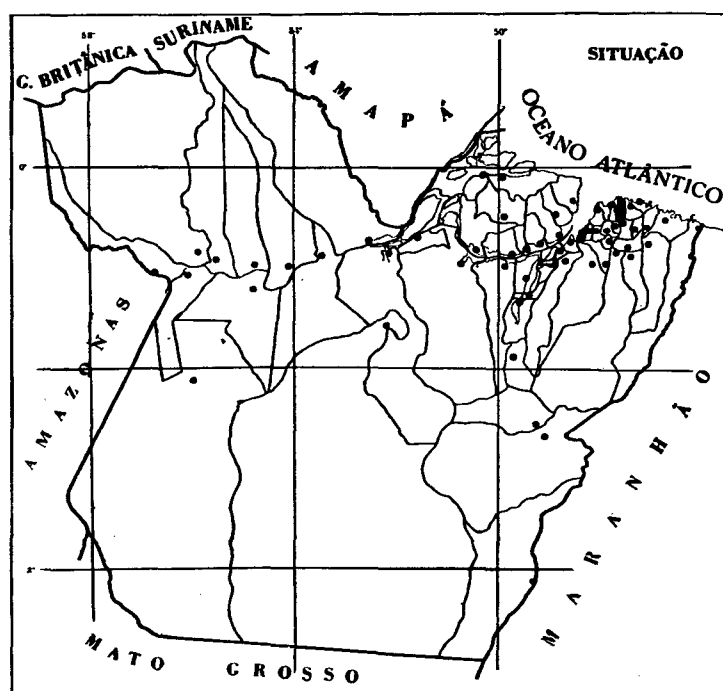
O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, onde se relacionam os municípios que êle mantém e em que dá destino ao território dos municípios extintos, não faz menção ao de Marapanim. Já o Decreto n.º 78, de 27 do mês seguinte incorpora o território de Marapanim ao de Curuçá.

Pelo Decreto estadual n.º 111, datado de 21 de janeiro de 1931, foi restaurado o município de Marapanim, com território desmembrado do de Curuçá, extinto por êsse decreto, ocorrendo-lhe a reinstalação a 3 de fevereiro do mesmo ano.

Em razão do Decreto-lei estadual n.º 1 131, de 31 de outubro de 1938, Marapanim adquiriu do município de Curuçá o distrito de Monte Alegre do Maú e o distrito de Marapanim perdeu o território das zonas de Cuinarana e Matapiquara para os recém-criados distritos dêsses nomes. Assim, na divisão do Estado, fixada pelo Decreto-lei n.º 3 131, supracitado, para vigorar no qüinqüênio 1939—1943, Marapanim constitui-se do distrito-sede e dos de Guinarana, Marudá, Matapiquara e Monte Alegre do Maú.

Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, notando-se, porém, que o distrito de Monte Alegre do Maú se designa simplesmente Maú, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Francisco de Sales Neves e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Marapanim localiza-se na Zona Fisiográfica do Salgado e limita com os mu-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

nicípios de Curuçá, Maracanã, Igarapé-Açú e Anhanga. A sede municipal dista 117 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 19.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 0º 42' 52" de latitude Sul e 47º 41' 54" de longitude W.Gr.

ALTITUDE — 3 metros na sede municipal, ocupa o 31.º lugar em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido, com acentuada predominância da estação sêca, nos meses de outubro a dezembro.

ÁREA — 917 km². É Marapanim o 51.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são *rio Marapanim,* direção norte-sul, nasce no município de Anhanga e corta ao centro o município que lhe deu nome, para desaguar no Oceano, a quatro milhas aproximadamente da cidade, é o rio mais importante e banha a sede do município e várias localidades pertencentes ao mesmo, sendo navegável até o lugar Mossorós em barcos a vela ou a motores até de 25 toneladas; sua profundidade varia de 3 a 8 metros em maré baixa e de 5 a 10 em maré cheia. *Rio Simoa*: com nascente no município de Curuçá, é navegável até à Povoação de Juçateua, pelo qual é banhada, e sua profundidade varia de 2 a 7 metros, servindo ainda de limite entre os municípios de Curuçá e Marapanim, desaguando no Oceano Atlântico. *Rio Cuinarana*: nasce no município de Maracanã, é navegável de maré preamar por embarcação a motor e a vela, até a vila do distrito que lhe deu o nome, tendo uma profundidade variável de 5 a 10 metros, servindo ainda de limite entre o município de Marapanim e Maracanã. *Rio Maú*: nasce neste Município e é navegável por embarcação de pequeno calado até a vila de Maú. Sua profundidade varia de 2 a 10 metros servindo, ainda, de limite com o vizinho município de Curuçá, e indo desaguar no rio Marapinim, três milhas aproximadamente abaixo da cidade. *Rio Pramaú,* nasce no município de Marapanim, acima da Povoação Fazendinha. Tem uma profundidade que varia de 2 a 4 metros e é navegável em tôda sua extensão por pequenas embarcações.

RIQUEZAS NATURAIS — Fibra de uacima, tanino (mangue) e borracha constituem as riquezas vegetais. O peixe aparece como a principal riqueza animal.

POPULAÇÃO — O município de Marapanim, segundo o Recenseamento Geral de 1950, possuía 15 948 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 8 053; mulheres — 7 895; brancos — 1 620; pardos — 14 212; prêtos — 83; amarelo — 1. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 047, 4 659 eram solteiros; 3 703 casados; 680 viúvos; 1 desquitado. Existiam, apenas, 14 estrangeiros e 8 brasileiros naturalizados. Em religião predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 15 779; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-56, era de 17 977 habitantes, sendo 7 325 no distrito de Marapanim, 2 901 no distrito de Cuinarana; 2 986 no distrito de Marudá; 2 993 no distrito de Matapiquara; 1 772 no distrito de Maú.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui 31 aglomerações urbanas — a cidade de Marapanim com 2 296 habitantes (1 134 homens e 1 162 mulheres), a vila de Cuinarana, com 647 habitantes (318 homens e 329 mulheres); a vila de Marudá, com 424 habitantes (208 homens e 216 mulheres); a vila de Matapiquara, com 609 habitantes (306 homens e 303 mulheres); e a vila de Maú, com 528 habitantes (255 homens e 273 mulheres) conforme dados do Recenseamento de 1950 e povoados: Cafèzal, com 120 casas e 800 moradores; Juçateua, com 60 casas e 320 moradores; Vista-Alegre, com 80 casas e 400 moradores; Boa Esperança, com 58 casas e 330 moradores; Ubuçu, com 50 casas e 260 moradores; Maranhão, com 75 casas e 400 moradores; Abaetèsinho, com 50 casas e 250 moradores; Tamarateua, com 60 casas e 300 moradores; Arraial, com 60 casas e 300 moradores; Nazaré do Fugido, com 110 casas e 600 moradores; São Pedro, com 82 casas e 400 moradores; Samambaia, com 75 casas e 380 moradores; Fazendinha, com 90 casas e 500 moradores; Araticu—Miri, com 60 casas e 310 moradores; Arsênio, com 100 casas e 500 moradores; Vila Silva, com 80 casas e 400 moradores; Cruzador, com 60 casas e 300 moradores; Itauaçu, com 90 casas e 500 moradores; Remanso, com 40 casas e 200 moradores; Igarapé-Açu, com 70 casas e 350 moradores; Arapijó, com 45 casas e 250 moradores; Guarajubal, com 50 casas e 250 moradores; Santana do Maú, com 40 casas e 200 moradores; Paraíso, com 50 casas e 250 moradores; Arauá, com 40 casas e 200 moradores; Calafate, com 50 casas e 250 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de fibra uacima, cuja exportação atingiu em 1955 a 542 900 kg, valendo Cr$ 3 513 450,00, seguindo-se a farinha de mandioca com 892 800 kg, valendo Cr$ 1 368 300,00, peixe congelado com 178 080 kg, valendo Cr$ 1 263 450,00, arroz com casca, com 297 900 kg, valendo Cr$ 747 250,00; peixe salgado, com 76 900 kg, valendo Cr$ 738 550,00. O valor da exportação em 1955, somou Cr$ 9 267 900,00. No município existem apenas pequenos estabelecimentos industriais, que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 29,6% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura. A produção de origem vegetal é representada pela extração da fibra uacima, casca de mangue, resina, breu, carvão vegetal e madeira bruta, cujo valor total em 1956 somou Cr$ 5 189 000,00. De origem animal, por peixes de diversas espécies, banha de porco, mel de abelha, cêra de abelha e grude de peixe, cujo valor da produção, em 1956, somou Cr$ 1 661 800,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 113 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Marapanim com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Anhanga: misto: a) rodoviário (96 km) até Castanhal b) ferroviário E. F. B. (20 km) Curuçá: rodoviário (33 km) ou marítimo (104 km) Igarapé-Açu: misto: a)

marítimo (63 km) até Maracanã e b) rodoviário (57 km) Maracanã: marítimo (63 km). À Capital do Estado: rodoviário (163 km) ou marítimo e fluvial (332 km) ou misto a) rodoviário (96 km) até Castanhal e b) ferroviário E. F. B. (69 km).

Uma Agência Postal-telegráfica atende as comunicações do município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Marapanim conta com 23 logradouros públicos; 550 prédios e 2 296 habitantes, segundo o Censo de 1950. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 20 logradouros e a domiciliar conta com 250 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem dois Postos Sanitários, mantidos pelo govêrno Estadual, e um Pôsto de Saúde, pelo govêrno Federal, todos com os serviços gerais de clínica médica. Os Postos Sanitários possuem Ambulatório e executam trabalhos profiláticos de imunizações, tendo como corpo clínico apenas um guarda sanitário, que responde pelos dois, porém, quinzenalmente, são visitados pelo Médico Itinerante, que atende à população local. O Pôsto de Saúde possui Ambulatório e aparelho para Electrocardiografia e executa trabalhos profiláticos de Imunizações, tendo como corpo clínico, apenas, um enfermeiro, sendo, também, quinzenalmente visitado por médico e dentista, que atendem à população local.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município uma associação denominada Sociedade Beneficiente Artística São José, fundada em 1940, contando com 250 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios pecuniários e funerários exclusivamente aos componentes da instituição.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 13 485 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 6 707, ou 49,7%, sabiam ler e escrever. Destas, 4 033 eram homens e 2 682, mulheres. Na sede municipal, das 1 998 pessoas de 5 anos e mais, 1 298 sabiam ler e escrever e, destas, 691 eram homens e 607, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 70 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 3 301 alunos, na cidade e no interior.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas Associações Culturais, ambas de caráter esportivo, além de inúmeros pequenos clubes no interior do Município.

O futebol é praticado com bastante entusiasmo e são freqüentes as excursões aos municípios vizinhos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	587	323	496
1951	—	247	859	476	663
1952	—	281	936	491	835
1953	—	278	1 450	625	1 291
1954	—	305	1 390	559	1 868
1955	—	406	1 167	565	1 097
1956	85	337	1 748	787	1 508

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se anualmente na cidade, com grande pompa, a festividade em louvor a Nossa Senhora da Vitória, padroeira do município. Essa festa de caráter religioso representa para os marapanienses o máximo de sua fé cristã. É uma festa tradicional e popular ao mesmo tempo. Começa com a transladação e o Círio, e termina com procissão, durando a festividade oito dias.

Existe, também no município, uma dança tradicional: o "Carimbó", que é genuìnamente popular. Realizada não só na sede municipal e nas vilas, mas em todos os aglomerados do município, tem início em 1.º de dezembro, prolongando-se até 6 de janeiro. O "Carimbó" significa tambor de origem africana, feito de um tronco escavado, a que se aplica um couro bem têso, onde o tocador, sentado no tronco, bate com as mãos, entoando melodias adequadas ao batuque.

VULTOS ILUSTRES — Colombiano de Souza Negrão, Capitão-de-mar, da Armada Brasileira, onde teve destacada atuação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "Marapanimenses".

Marapanim é topônimo indígena. Se de origem tupi, poderá ser decomposto nos étimos: *mará* = *mbará* (mar, água) e *panim* = *panã* + *i* (borboletinha). Significação — "Borboletinhas d'água ou do mar".

No município, em certa época, afluem borboletas amarelas em grande quantidade.

O eleitorado é de 7 310 eleitores.

É sede de Comarca, com sete distritos Judiciários.

A sede do Município é situada em uma ilha, a qual é ligada a terra firme, pela rodovia, através de uma ponte alçapão, sôbre o furo do "Pagé".

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916 — Sinopse Estatística do Município de Marapanim — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — (Julho de 1957).)

MOCAJUBA — PA

Mapa Municipal na pág. 101 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Formou-se no rio ou furo Tueré, em época incerta, pequeno povoado, em que, também em certa data, se erigiu uma pequena igreja ou capela.

Denominou-se êsse povoado Maxi.

Com o seu desenvolvimento apareceu a necessidade de ser elevado à categoria de freguesia.

A Assembléia Legislativa da província, tomando em consideração a exigência do povoado, criou a resolução número 228, de 20 de dezembro de 1853, que deu-lhe o predicamento de freguesia.

O lugar, porém, não era próprio para um centro futuroso, cedo o conheceram seus habitantes que não duvidaram procurar outro local para sede de sua freguesia.

Possuía João Machado da Silva, um dos propugnadores da mudança, um sítio em situação muito aprazível e em

condições de servir para o desdobramento de um importante núcleo de população, ocorrendo-lhe a idéia de transplantar para lá a sede da freguesia de Maxi.

Denominou-se êsse sítio Mocajuba, que segundo a tradição provém da palavra Mucajá, uma espécie de palmeira que produz muitos frutos.

Prontamente ofereceu e colocou à disposição do govêrno provincial a zona necessária para a criação do novo povoado, no que foi aceito, visto como era gratuita a doação.

A Lei n.º 271, de 10 de outubro de 1854, determinou a mudança, que desde o ano precedente já materialmente se principiara a executar.

A freguesia teve para invocação N. S.ª da Conceição e funcionou, no princípio, no oratório particular de João Machado da Silva, doador do terreno para sede.

Até o ano de 1872 conservou-se como freguesia, categoria que a Lei n.º 707, de 5 de abril lhe substituiu pela de vila, instituindo-se então em município, com a mesma denominação de Mocajuba.

A primitiva igreja matriz da vila, construção de taipa, incendiou-se antes do ano de 1864, época em que o govêrno provincial determinou o prosseguimento da construção do novo templo, então em alicerces.

Com a criação do município instalou-se a câmara municipal.

Em ato solene, no dia 3 de fevereiro de 1873, quando a presidência da província era ocupada pelo vice-presidente Barão de Santarém, foram juramentados e empossados os primeiros vereadores, Jerônimo Antônio de Farias, presidente, e Raimundo Gonzaga da Igreja, Ivo do Espírito Santo Monteiro, Domingos José Monteiro e Lourenço Justiniano de Freitas, presentes à cerimônia de instalação da vila e do município.

Em 7 de janeiro de 1887, foi juramentada e empossada a vereação Jacinto Machado Moreira, Augusto Machado e Silva, Matias José Rodrigues Vieira, João Pinto da Silva e Raimundo Gonzaga da Igreja Filho, que elegeram o primeiro para o cargo de presidente da comuna.

Esta câmara estava no govêrno do município no ato da proclamação da República.

A adesão ao novo regime teve lugar por ofício de 29 de novembro de 1889, resolvido em sessão da mesma data; é assinada pelo presidente da câmara Jacinto Machado Moreira, pelo vice-presidente Augusto Machado e Silva e pelos vereadores João Pinto da Silva, Raimundo H. Vergolino e Raimundo Gonzaga da Igreja Filho.

Proclamada a República, o govêrno provisório do Estado do Pará, dissolveu a câmara municipal com o Decreto n.º 95, de 10 de março de 1890, criando pelo Decreto número 96, da mesma data o Conselho de Intendência Municipal, pouco depois empossado, e constituído pelo presidente Tenente-coronel Jacinto Machado Moreira e pelos vogais Manoel Raimundo Gonzaga da Igreja, Romualdo José Monteiro, Fernando Duarte Lisboa e Cândido de Santana Teixeira e Sousa.

O govêrno provisório do Estado, pelo Decreto n.º 148, de 7 de maio, do mesmo ano, deu existência ao têrmo judiciário de Mocajuba, compreendendo a freguesia de Baião, elevada pelo Decreto n.º 226, de 28 de novembro de 1890, a Comarca com sede na vila de Baião, abrangendo o território do Alto Tocantins.

No período constitucional da República serviram os intendentes e vogais: em 1891-1894: intendente, Tenente-coronel Alexandre de Oliveira Castro; e, vogais, Raimundo Gonzaga da Igreja Filho, José Serrão Moreira, José Mendes Contente e Isaac Menahin Bendelac.

Em 1894-1897: intedente, Tenente-coronel Alexandre de Oliveira Castro e, vogais Bernardino Martins da Cunha e Antônio Coelho de Sousa Pinto.

Em 1897-1899: intendente, Tenente-coronel Alexandre de Oliveira Castro e, vogais Domingos Gonzaga da Igreja, José Joaquim Guerreira e Felix José de Freitas.

Em 1900-1902: intendente, Senador Jacinto Machado Moreira e, vogais Isaac Menahin Bendelac, João David Portilho e Tertuliano Pacheco de Andrade.

Em 1903-1905: intendente, Senador Jacinto Machado Moreira e, vogais Enéas Rodrigues Vieira, Gregório Pereira Mendes e Fernando Duarte Lisboa.

Em 1906-1908: intedente, Hildebrando Augusto Rodrigues Araújo Guimarães; e, vogais, José Dias Estumano, Segismundo Antônio de Seixas, Antônio Cepeda da Silva, Amancio Pereira Dutra e Samuel Prudencio de Sousa Junior.

Em 1909-1911: intendente, Tenente-coronel Alexandre de Oliveira Castro; e, vogais, Samuel Prudêncio de Sousa Júnior, Ovídio Teixeira de Sousa Barros, Luiz Corrêa Teixeira e Romualdo Francisco de Barros.

Em 1912-1914: intendente, Tenente-coronel Alexandre de Oliveira Castro e vogais Antônio Cepedo da Silva, Adriano Pimentel Meireles, Segismundo Antônio de Seixas e Manoel Soares Barbosa.

Em 1915-1918: intendente, Virgílio Fernandes Gonçalves e vogais Tenente-coronel Alexandre de Oliveira Castro, Lázaro Antônio Meireles, Emiliano Cabral de Santa Cruz e Agostinho Inácio de Sousa.

A Lei Estadual n.º 324, de 6 de julho de 1895, elevou a cidade a sede do município de Mocajuba, que, na "Divisão Administrativa em 1911", e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-9-1920, se apresenta constituído por dois distritos: Mocajuba e São Pedro do Viseu.

Em face do Decreto Estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, o município em aprêço foi extinto e seu território anexado ao de Baião, o que foi confirmado pelo Decreto Estadual n.º 78, de 27 do mês seguinte.

O Decreto Estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, por seu artigo 1.º, teria restabelecido Mocajuba na qualidade de subprefeitura.

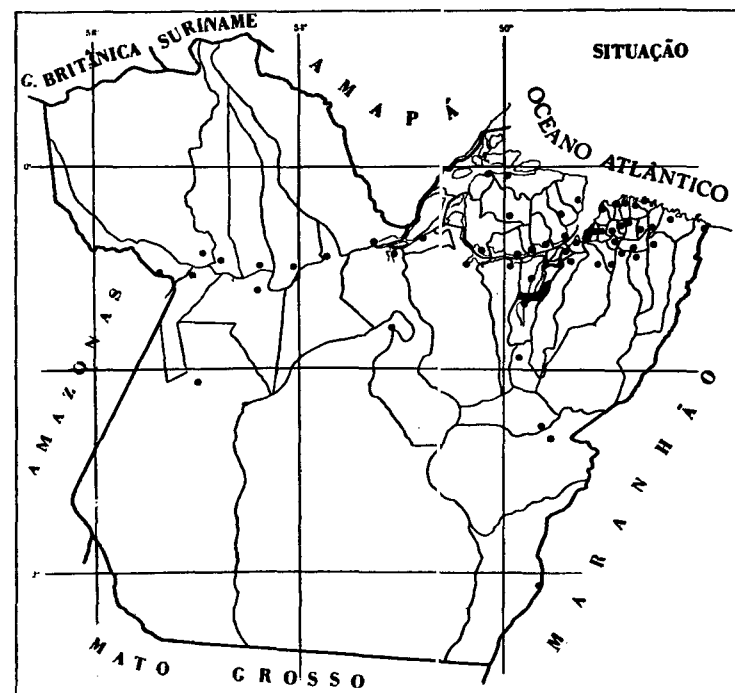
A Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, restaurou o município de Mocajuba, uma vez que o incluiu entre as demais comunas paraenses, por ela mantidas. Nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, Mocajuba figura integrado, como anteriormente, por 2 distritos: o da sede e o de São Pedro do Viseu.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município em estudo se forma de apenas o distrito sede, que, por sua vez, se subdivide em 2 zonas: a de Mocajuba e a de São Pedro do Vizeu.

Na divisão territorial do Estado vigente no qüinqüênio 1939-1943, e estabelecida pelo Decreto-lei Estadual nú-

mero 3 131, de 31 de outubro de 1938, Mocajuba volta a figurar constituído por 2 distritos: o da sede e o de São Pedro do Viseu, êste restaurado com o território da zona de igual nome, desligada do distrito de Mocajuba. Tal formação distrital, manteve-a a divisão administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Miguel Dias de Almeida e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mocajuba situa-se na zona fisiográfica denominada Tocantina e limita com os municípios de Araticu, Cametá, Igarapé-Miri, Moju e Baião. A sede municipal dista 173 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 29.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 2° 34' 46" de latitude Sul e 49° 30' 19" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 30 metros na sede municipal, sendo o 15.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia; equatorial superúmido. Abundantes chuvas caem no período de janeiro a junho.

ÁREA — 787 km², sendo Mocajuba o 53.º município do Estado em vastidão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Tocantins, banhando o território dêste município de sul a norte e onde estão localizadas as ilhas Santana, Jutuba ou Jacarecaia, Rosário, Rufino, Angapijó, Camaleão, penetrando no município de Cametá pelo furo Santana.

RIQUEZAS NATURAIS — Borracha, maçaranduba (leite), madeiras em geral, representam a maior riqueza natural de que dispõe o município.

POPULAÇÃO — A população de Mocajuba, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 6 643 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 3 318; mulheres — 3 325; brancos — 2 284; pardos — 3 611; pretos — 736; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 3 727, 1 611 eram solteiros, 1 820 casados, 294 viúvos e nenhum desquitado. Existiam, apenas, 9 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Em religião predominavam os que se declararam católicos romanos, constantes de 6 624; as outras religiões contam com pouquíssimos adeptos. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em ...... 31-12-1956, era de 7 488 habitantes, distribuídos em 5 123 no distrito de Mocajuba e 2 365 no distrito de São Pedro de Viseu.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui seis aglomerações urbanas — a cidade de Mocajuba, com 687 habitantes (348 homens e 339 mulheres), a vila de São Pedro de Viseu, com 44 habitantes (19 homens e 25 mulheres), conforme Censo de 1950 e os povoados de: Mangabeira, com 95 casas e 475 moradores; São José de Icatu, com 30 casas e 150 moradores; Cantanzal, com 39 casas e 195 moradores, Uxizal, com 35 casas e 175 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de cacau em favas. A exportação dêsse produto, em 1955, atingiu a 45 540 kg, valendo Cr$ 1 073 178,00, seguindo-se a borracha com 37 420 kg, no valor de Cr$ 541 320,00; o arroz com casca com 48 600 kg, por Cr$ 109 985,00, leite de maçaranduba, com 7 779 kg, rendendo Cr$ 90 498,00; a farinha de mandioca, com 30 870 kg, apurando Cr$ 54 640,00. O global da exportação de 1955 somou Cr$ 1 963 044,00. Existe no município, apenas, um estabelecimento industrial, de maior vulto, pois os restantes, em modestas proporções, rotineiramente se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

A produção de origem vegetal é constituída da extração da borracha, sementes oleaginosas, óleo de andiroba e óleo de copaíba, cujo valor em 1956, somou .... Cr$ 3 207 505,00. A de origem animal, por extração de conchas, cuja produção em 1956, importou em .... Cr$ 489 440,00, correspondente a 122 360 kg.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 24,2% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 54 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Mocajuba com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Cametá: fluvial, 35 km; Baião: fluvial, 25 quilômetros; Moju: fluvial, 128 km; Araticu: fluvial, 76 quilômetros; Capital Estadual: fluvial, 215 km, (navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares). Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mocajuba conta com 17 logradouros públicos e 176 prédios, e conforme o Censo de 1950, 687 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 11 logradouros e a domiciliar conta com 80 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Subposto Sanitário, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), mantendo os serviços de combate às doenças tropicais, não possuindo qualquer aparelhamento especial, nem executando trabalhos profiláticos, e tendo como corpo clínico apenas um guarda sanitário.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe, em pleno funcionamento, a Cooperativa Agrícola Mista de Mocajuba, Ltda., instalada em 20 de maio de 1945 e com 55 sócios, tendo como principal finalidade operações de crédito.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 583 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 940, ou 34,7%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 311 eram homens e 629 mulheres. Na sede municipal, das 591 pessoas de 5 anos e mais, 396 sabiam ler e escrever e, destas, 212 eram homens e 184 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram em todo o município 20 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 126 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	43	471	218	307
1951	—	75	602	296	403
1952	—	30	615	228	614
1953	—	247	915	284	676
1954	—	79	909	384	1 250
1955	—	174	1 079	526	718
1956	—	—	(1) 834	310	834

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há um Cruzeiro de mármore, obra de notório valor artístico que remonta a 1930, edificado no adro da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, numa homenagem a esta padroeira, também, no centro da Praça Rio Branco, encontra-se um obelisco confeccionado em alvenaria, com a finalidade de embelezar o logradouro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas religiosas que se realizam neste município são: a de Nossa Senhora da Conceição (Padroeira do Município), com início a 27 de novembro e término a 8 de dezembro, obedecendo ao programa de novenários diàriamente e encerra-se com solene missa e imponente procissão; a da Santíssima Trindade dos Inocentes, na vila de São Pedro de Viseu, com início no dia 16 de setembro e término a 26 do mesmo mês, seguindo mesmo ritmo da primeira. Ambas as festividades atraem, a atenção dos católicos locais, que dão às mesmas autênticas demonstrações de fé e alegria. Em conseqüência das festas religiosas, por ocasião delas, há várias outras de caráter profano, bem freqüentadas e bastante apreciadas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "mocajubenses".

Mocajuba é topônimo tupi. *Mocajá* (fruta de palmeira acrocomia sclerocarpa, Mart.) e *uba* (lugar de, abundância de). "Lugar de Mocajá" — *Mocajá* suporta várias decomposições etimológicas".

Mo = *mbo* (fazer), *cajá* = *cayá* = *acayá* (o caroço cheio, a semente, a amêndoa). Não parece corresponder ao étimo.

Mo = mboy (cobra), cajá (amêndoa), significação: "amêndoa de cobra". É possível.

Mo — *caá* (mato) — *yá* (aquêle que) "aquêle que faz mato" (?), pela abundância da palmeira no local.

Mocajuba tem a mesma formação de mocajatuba.

O sufixo é *uba*. Em mocajatuba, com *t* eufônico.

Aliás, as desinências *uba, eua* ou *iba,* são igualmente, precedidas de "t" ou "d" eufônico. De "t", quando a sílaba precedente é aguda: mocajá-t-uba, mari-t-uba; de "d", quando nasal: ananin-d-eua, maruin-d-eua ou maruin-d-iba.

O eleitorado é de 2 180 eleitores.

É Têrmo Judiciário de Cametá, com 3 Distritos Judiciários.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Mocajuba — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

MOJU — PA

Mapa Municipal na pág. 97 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A sede do município de Moju, está situada à margem direita do rio do mesmo nome, abaixo da saída do canal de Igarapé-Miri, em terrenos doados por Antônio Dornelas de Sousa à Irmandade do Divino Espírito Santo, em julho de 1754.

Quando o bispo D. Frei Miguel de Bulhões, em visita pastoral hospedou-se no sítio dêsse cidadão, correspondendo aos desejos do povo, criou a freguesia sob a invocação do orago da Irmandade existente.

Decaiu o núcleo de povoado, após a sua primitiva criação em freguesia, ao ponto de ser completamente abandonado dos poderes públicos, desaparecendo inteiramente a categoria eclesiástica que lhe fôra concedida, entrando esquecido para o período da Independência.

Em 1839, com a Lei n.º 14, de 9 de setembro, obteve a atual sede municipal a categoria de freguesia novamente, com tôda a jurisdição dos rios Acará e Moju.

A Lei n.º 279, de 28 de agôsto de 1856 criou o município do Moju (elevando a vila a freguesia do Divino Espírito Santo, constituindo com as freguesias do mesmo Divino Espírito Santo, de São José do Rio Acará e de N. S. da Soledade de Cairari a nova comuna.

Entusiasmado com a criação do município, Agostinho José Durão ofereceu expontânea e gratuitamente uma casa de sobrado para o funcionamento da câmara.

Utilizado êsse oferecimento, o presidente da província Tenente-Coronel Henrique Beaurepaire Roham, no mesmo ano de 1856, determinou a câmara municipal de Belém, que providenciasse sôbre a instalação do novo município.

Imediatamente foram dadas as precisas instruções para a solenidade, que não se verificou por haver Agostinho Durão fugido à sua oferta, dizendo que não tinha sido bem explícito, porquanto só podia ceder a casa prometida por um ano, excluídos os baixos; e nesse sentido oficiou a câmara de Belém ao presidente da província em 18 de maio de 1856.

Em vista da falta de cumprimento da palavra dada e da recusa de entrega da casa por parte de Durão, e, por não haver outro prédio que se prestasse para o funcionamento da câmara, ficou adiada a instalação do município, havendo em 1864 a Assembléia Legislativa provincial, julgado necessária uma nova lei, para manter a de 1856; assim foi que votou a de n.º 441, de 20 de agôsto daquele ano, mandando conservar a categoria de vila à freguesia do Moju, tirando ao município criado em 1856 a freguesia do Acará, que incorporou ao município da capital.

Não conseguiram os habitantes da nova vila criada, ainda com a Lei n.º 441, de 1864, a instalação do município, e não obstante já existir essa lei, a Assembléia provincial criou em 1870 uma nova, com o n.º 628, em 6 de outubro, elevando novamente a freguesia do Moju à categoria de vila, com a mesma denominação. Desta vez foram os mojuenses mais felizes, porquanto, foram dadas as providências para a definitiva instalação municipal, ato que teve lugar no dia 5 de agôsto de 1871.

Presidiu-a, recebendo juramento dos vereadores eleitos e dando-lhes posse o padre Félix Vicente de Leão, secretariado pelo Cônego Ismael de Sena Ribeiro Neri, comissionados pela câmara da capital, que devia empossar a primeira câmara do Moju.

Constituíram essa primeira câmara Custódio Pedro de Melo Freire Barata, presidente, e vereadores, Miguel Arcanjo Alves, João José Lameira, Agostinho José Durão, Marcírio Roiz da Costa, presentes ao ato da instalação, que estêve solene e concorrido.

A Lei 628, de 6 de outubro de 1870, modificou em parte a de n.º 441, de 1864, reconstituindo o município do Moju com as freguesias do Divino Espírito Santo do Moju, de São José do Acará e de N. S. da Soledade de Cairari.

Em conseqüência das lutas políticas no município, formada então com as três freguesias de São José do Acará, Divino Espírito Santo do Moju e N. S. da Soledade do Cairari, deixou de haver eleição de vereadores para o período de 1873-1876, na freguesia de São José do Acará.

No ato da apuração os políticos do Acará protestaram contra os diplomas expedidos sòmente com as autênticas das duas outras freguesias, alegando nulidade para o pleito, visto não existirem votos de uma têrça parte do município.

Levada a questão ao presidente da província, êste, em decisão de 9 de novembro de 1872, considerou como legìtimamente diplomados os vereadores reconhecidos, por haverem concorrido à eleição duas têrças partes do município.

Desta câmara fizeram parte Agostinho José Durão, Manuel Crispim Martins, Salvador Antônio dos Santos, Manoel Antônio Corrêa e Narciso Antônio Martins.

As divergências políticas neste município eram profundas e desta época em diante acentuaram-se cada vez mais, ao ponto de trazerem como conseqüência a extinção da comuna em 1887, com a Lei provincial n.º 1 307, de 28 de novembro, que também atingiu o município de Ourém.

Em 1889, entretanto, a Lei n.º 1 399, de 5 de outubro, o restaurou novamente, conjuntamente com o de Irituia e o de Ourém, seu companheiro de extinção.

Não obstante não haver sido reinstalada a câmara do Moju, o govêrno provisório do Estado a extinguiu com o Decreto n.º 38, de 15 de fevereiro de 1890, criando, na mesma data, pelo Decreto n.º 39, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual, em ato do mesmo dia, nomeou, presidente Raimundo Heliodoro Martins, e, vogais, Elesbão José de Brício, Marcílio Rodrigues da Costa, João Raimundo dos Reis e Graciano Antônio do Nascimento, que reinstalaram o município.

Do primeiro conselho municipal eleito fizeram parte Diogo Henderson, intendente municipal, e, vogais, Pedro José Serapião Ribeiro, Manuel Carlos de Lima e Manuel de Castilho e Sousa.

O município de Moju com o Decreto n.º 296, de 9 de abril de 1904, passou a constituir o 1.º distrito judiciário da comarca de Igarapé-Miri, sendo, depois, pela Lei número 1 136, de 27 de outubro de 1910, incorporado ao distrito judiciário da capital, lei essa cumprida com o Decreto n.º 1 796, de 17 de maio de 1911.

Ao Decreto Estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, deve-se a extinção do município de Moju incorporando-se seu território ao de Belém.

O Decreto Estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, declara, em seu texto, ter restabelecido Moju na qualidade de subprefeitura.

A Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, ao relacionar os municípios do Pará, inclui entre êles o de Moju, restaurando-o, pois.

Nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município aparece integrado por 3 distritos: Moju, Cairari e Baixo Moju.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município de Moju compreende apenas 2 distritos: Moju e Cairari.

Em cumprimento ao Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Moju adquiriu para o seu distrito sede, o território da zona de Caeté, do distrito de Barcarena, do município de Baião. Na citada divisão territorial, permanece com dois distritos: Moju e Cairari.

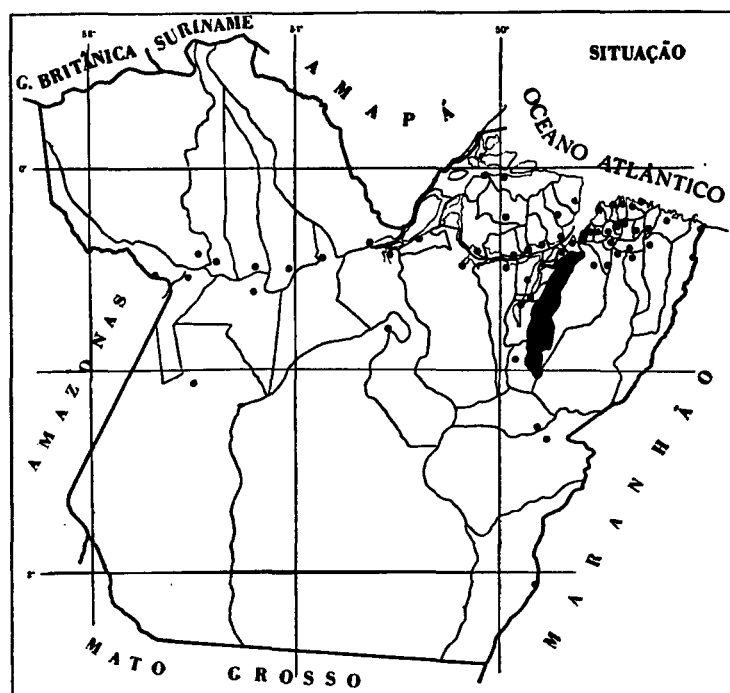
Por fôrça do Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Moju adquiriu do de Cairari o território da zona do Baixo Moju. O município, segundo a divisão territorial do Estado, vigorante no qüinqüênio 1944-1948, e estabelecida por êsse Decreto-lei, continua a constituir-se de 2 distritos: Moju e Cairari, situação que perdura até hoje.

O município de Moju teve parte do seu território desmembrado para constituir o município de São Manoel de Jambuaçu, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribu-

27 — 24 640

nal Federal, em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Firmino da Silva Santos e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Moju situa-se na zona fisiográfica Guajarina e limita-se com os municípios de Tucuruí, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena e Acará. A sede municipal dista 61 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 7.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1° 53' 02" de latitude Sul e ...... 48° 46' 06" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — 18 metros na sede municipal, sendo o 20.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, o equatorial superúmido, com chuvas copiosas na quadra de janeiro a junho.

ÁREA — 11 606 km². É Moju o 20.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes são: rio Moju, cujas nascentes são habitadas por índios e desconhecidos civilizados, depois de atravessar os distritos de Cairari e Moju segue até a foz do rio Acará, sendo navegável por embarcações de calado regular; rio Cairari, afluente do rio Moju pela margem esquerda, tem condições regulares para navegabilidade, tendo as cabeceiras habitadas por índios; rio Ubá: pequeno rio, navegável próximo a cidade de Moju; rio Jambu-açu, navegável por pequenas embarcações.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras em geral, borracha e maçaranduba, constituem as riquezas vegetais. Peles de animais silvestres aparecem como riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Moju, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 153 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 6 966; mulheres — 6 187; brancos — 2 532; pardos — 9 980; pretos — 569; amarelos — 8. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 402, 3 985 eram solteiros; 2 846 casados; 542 viúvos; 1 desquitado. Existiam, apenas 17 estrangeiros e 3 brasileiros naturalizados. Em religião, predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 12 500; as outras religiões possuem escassos prosélitos. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, é de 14 826, sendo 11 733 no distrito de Moju e 3 093 no distrito de Cairari.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui seis aglomerações urbanas: a cidade de Moju com 345 habitantes (180 homens e 165 mulheres); a vila de Cairari, com 53 habitantes (27 homens e 26 mulheres), de acôrdo com o Censo de 1950, e os povoados Caeté, com 30 casas e 159 moradores; Guajaraúna, com 28 casas e 121 moradores; São Manoel, com 20 casas e 86 moradores, e Santana, com 19 casas e 90 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de madeira em bruto, cuja exportação, em 1955, atingiu 5 301 m³, valendo Cr$ 2 678 818,00, seguindo-se arroz com casca, com 296 340 quilos, no valor de Cr$ 689 671,00; leite de maçaranduba, 60 091 kg, somando Cr$ 512 998,00; farinha de mandioca, com 268 110 kg, perfazendo Cr$ 448 259,00; borracha sernambi 15 907 kg, no total de Cr$ 248 532,00. O global da exportação somou, em 1955, Cr$ 5 134 632,00. Existem no município, como estabelecimentos industriais, 3 serrarias, além dos que se dedicam ao fabrico da farinha de mandioca. Das pessoas, em idade ativa (10 anos e mais), 28,8% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura. A produção extrativa de origem vegetal é constituída de extração de madeira bruta, borracha e castanha-do-pará, cujo valor, em 1956, somou Cr$ 6 298 968,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 46 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de Moju com as sedes municipais limítrofes e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Abaetetuba, fluvial — 149 km; Acará, fluvial — 120 km; Baião, fluvial 110 km; Barcarena, fluvial 110 km; Igarapé-Miri, fluvial 30 km; Mocajuba, fluvial 110 km; Capital Estadual, fluvial — 80 km, utilizando a navegação de emprêsas particulares. Como via de comunicação existe no município uma Agência do Correio do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Moju conta com 7 logradouros públicos; 100 prédios conforme o Censo de 1950 e 345 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a todos os logradouros e a domiciliária conta com 28 ligações.

Os seus edifícios mais importantes são: A Igreja Matriz e o imponente edifício da Prefeitura Municipal, recentemente inaugurado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um subposto de Saúde, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com serviços de assistência médica, não possuindo qualquer aparelhamento especial, nem executando trabalhos profiláticos e tem como corpo clínico, apenas, 1 guarda sanitário. Mensalmente é visitado por um médico, que atende à população local.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 10 973 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 245, ou 29,5% sabiam ler e escrever. Destas 2 227 eram homens e 1 018 mulheres. Na sede municipal, das 283 pessoas de 5 anos e mais 177 sabiam ler e escrever e, destas, 98 eram homens e 79 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 15 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 333 alunos, na cidade e no campo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	165	...	...	...
1951.......	—	297	741	359	648
1952.......	—	273	766	467	953
1953.......	—	201	858	435	1 203
1954.......	—	226	1 050	524	1 039
1955.......	—	129	945	388	863
1956.......	—	—	1 480	—	1 480

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realizam-se três festas religiosas populares, em louvor ao Divino Espírito Santo e a N. S. de Nazaré e a São Sebastião. A primeira, destaca-se pela sua originalidade, pois vem sendo realizada desde a fundação da cidade, atraindo grande número de devotos de todos os recantos do município, celebrando-se de acôrdo com a data de Pentecostes, havendo procissão no final. A segunda realiza-se em dezembro, entre as datas de 20 a 26, assistida por inúmeros fiéis. A terceira, realiza-se em janeiro, de 15 a 20, concorrida e animada.

VULTOS ILUSTRES — Diogo Henderson (neto do fundador da cidade), que se destacou no cenário estadual, chegando a ser, por duas vêzes, Deputado, e o Dr. João Antônio Luiz Coelho, Chefe da Revolução que derrubou o Senador Antônio Lemos, em Belém, e que foi governador do Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "mojuenses". *Moju* — Topônimo indígena, de origem tupi. Moju = mogy = mboy-g-y "Rio das cobras". Poder-se-ia, ainda, decompor em mo = mboy (cobra) e ju = yub (esconderijo, pouso) e então: "o esconderijo ou pouso das cobras". Th, Sampaio interpreta: "corr. *mboy-ú* — as cobras comem, onde há cobras; corr. *poyú,* o brejo, o alagadiço".

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Moju — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

MONTE ALEGRE — PA

Mapa Municipal na pág. 113 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 74, 76, 78, 80, 90, 148, 206, 210, 214, 216 e 217 do Vol. I

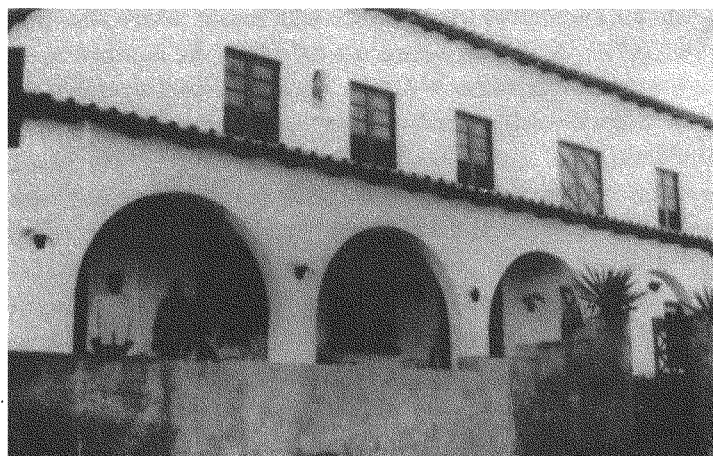
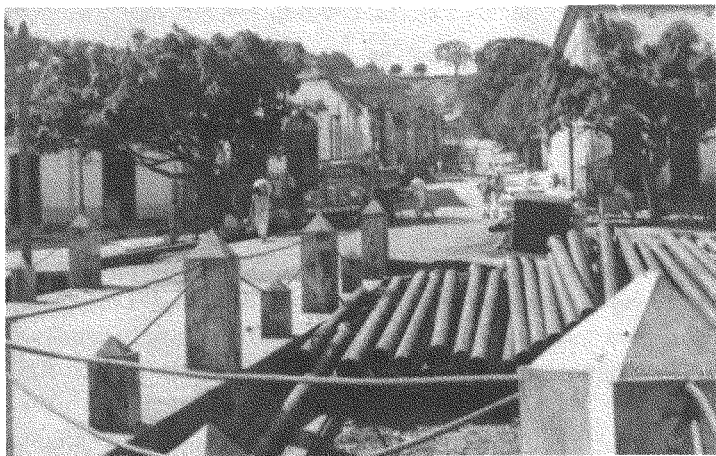
HISTÓRICO — No desenvolvimento da catequese, no início da colonização portuguêsa no Pará, aos religosos da Piedade foi entregue grande parte da zona da margem esquerda do rio Amazonas, para a fundação de missões e reduções de índios, núcleos que constituiram, em número avultado, as primitivas origens dos centros de população da Amazônia.

É provável que o serviço de catequese tenha sido iniciado nas paragens, além do rio Jarí, pelos religiosos da Piedade, que pertenciam à grande ordem fundada por São Francisco de Assis, e que tiravam o seu nome da província religiosa portuguêsa a que pertenciam, antes de 1710, porquanto, uma Carta Régia de 2 de julho daquele ano, entregando o rio Jarí aos padres da Companhia de Jesus, excluiu dêle os religiosos das Mercês e da Piedade, que naturalmente catequizavam já na margem esquerda do rio Amazonas.

A época precisa da fundação do núcleo que deu origem à atual sede do município de Monte Alegre não é conhecida, havendo ficado a tradição de ter sido criado pelos padres da Piedade com índios da aldeia de Gurupatuba, situada à margem do rio do mesmo nome, transferidos para o lugar, em que hoje assenta a cidade de Monte Alegre.

Constituída freguesia sob a invocação de São Francisco de Assis, foi elevada a vila, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com a denominação de Monte Alegre, nome tirado do aspecto topográfico em que assenta.

Estas notas, fornecidas por Ferreira Pena, não se acham, quanto à indicação da ordem religiosa que primeiro missionou a aldeia de Gurupatuba, de acôrdo com o relatório do Bacharel João Antônio Diniz da Cruz Pinheiro, que inspecionou as missões da Amazônia, datado de 1751, no qual consta que aquela aldeia era naquela data missionada pelos capuchos de São José, aliás pertencentes à mesma ordem franciscana, porém, de outra província religiosa, podendo afirmar-se que êstes frades foram os seus fundadores.

Em execução à Lei de 6 de junho de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e Capitão-General do Grão-Pará, na viagem que fez à Barra do Rio Negro, em 1758, outorgou-lhe a categoria de vila em 27 de fevereiro dêsse ano, fazendo-a instalar no mesmo dia com a sua presença.

Casa de Férias "Sagrado Coração de Jesus"

Parte do Trapiche Municipal

Monte Alegre desenvolveu-se muito no período colonial, principalmente por causa do bom clima da sua parte alta e das suas cercanias.

Em 1765 era diretor da vila o Tenente Manoel Lôbo de Almada, que nesse ano concluiu e inaugurou uma olaria para fabricar telhas e tijolos.

O material produzido por essa olaria tinha na época uma magnífica cotação, tendo sido utilizado até na vila de Macapá.

Em 1768 o Tenente Almada teve como substituto na direção da vila, João Guteres de Cartenes, que continuou em 1769.

Dispunha Monte Alegre de uma boa igreja.

Do seu Senado da Câmara poucos nomes nos ficaram.

Em 1805 serviu como juiz ordinário Estevão Felix da Costa, cargo que em 1811 foi desempenhado por Adão José de Meireles, e, em 1815, por Antônio Sanches de Brito.

Como os demais lugares do interior, decaiu um pouco no último período da colonização.

Para a independência passou ainda como vila, sendo essa categoria mantida nas renomadas sessões de 10 a 17 de maio de 1833.

Em 1873, a Lei provincial n.º 772, de 5 de agôsto, criou a comarca de Monte Alegre.

Em 1880, a Lei provincial n.º 970, de 15 de março, conferiu à sede do município a categoria de cidade.

A 17 de julho de 1884, a Câmara, constituída pelo presidente interino Diogo Peres, e, pelos vereadores, João Luiz da Costa, Antero Carneiro Pinto Guimarães, Carlos Augusto Martins Oneti e Romualdo d'Assunção, requereu ao engenheiro civil Dr. Henrique Santa Rosa a medição e demarcação do respectivo patrimônio territorial, concedido pelo Aviso n.º 7, de 11 de setembro de 1877, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, cujo título definitivo de concessão traz a data de 5 de fevereiro de 1887.

Com a proclamação da República e conseqüente reorganização da administração pública, o govêrno provisório do Estado dissolveu a antiga Câmara Municipal pelo Decreto n.º 27, de 3 de fevereiro de 1890, criando pelo Decreto n.º 28, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, havendo sido na mesma data nomeados os novos membros.

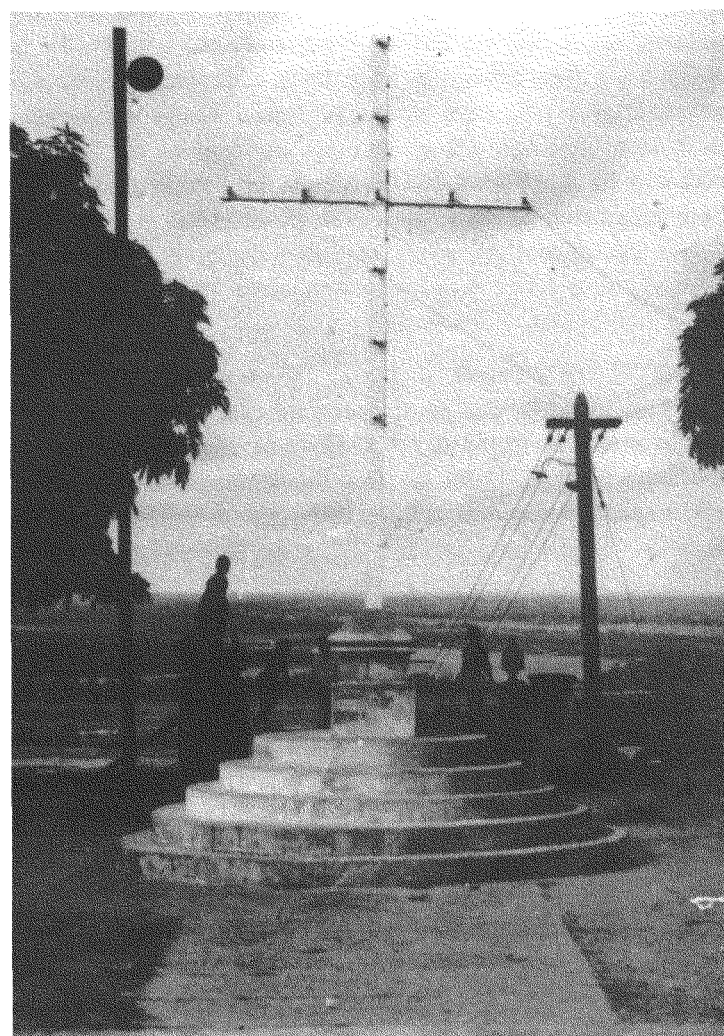
Do primeiro Conselho Municipal eleito fizeram parte o intendente municipal Augusto Teodorico Nunes, e os vogais, Pedro Paulo de Macedo, Miguel Maria A. Lopes, João Antônio Dias de Lima e Veríssimo Ferreira de Morais.

Pelo disposto no Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, foi mantido o município de Monte Alegre, que, tendo confirmado tal disposição teve anexado ao seu território o território do município de Prainha que foi extinto.

No quadro de divisão administrativa relativo ao ano de 1933, sòmente o distrito sede integra Monte Alegre, que figura entre os municípios do Estado do Pará, mencionados pela Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935.

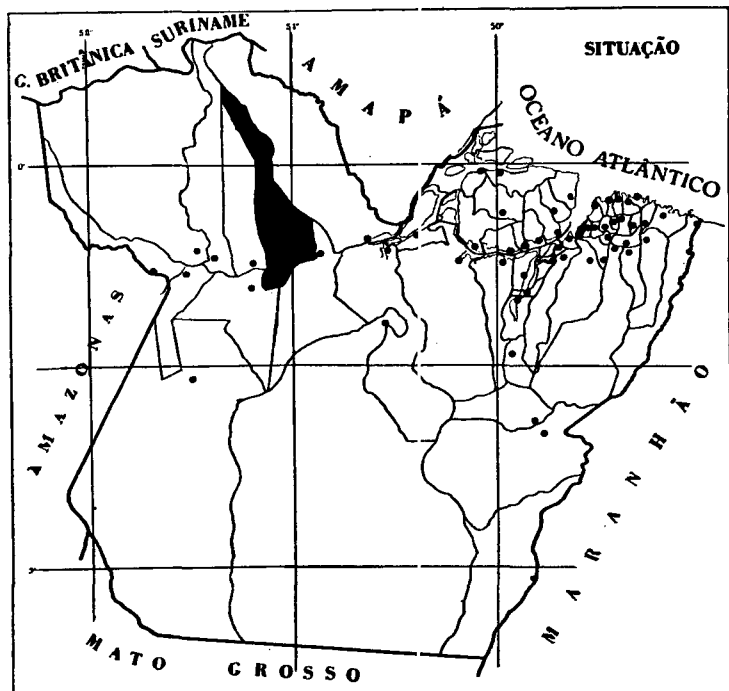
Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, são dois os distritos de que se compõe Monte Alegre: o de igual nome e o de Maicuru, ao passo que, no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, apenas é formado pelo distrito de Monte Alegre, que se divide em 2 zonas: Monte Alegre e Maicuru.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, Monte Alegre adquiriu, para o distrito dêsse nome, parte do território da zona do Tapará, do distrito sede do município de Santarém. Na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939—1943, fixada por êsse Decreto-lei, o município de Monte Alegre continua com um distrito único: Monte Alegre, que passou a abranger 3 zonas: Monte Alegre, Maicuru e Costa do Tapará.

Também na divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944—1948, Monte Ale-

Cruzeiro — Parte Mais Alta da Cidade

gre permanece com distrito de idêntico topônimo, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Carim Jorge Melém e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Monte Alegre situa-se na zona fisiográfica do Baixo-Amazonas e limita com os municípios de Alenquer, Almeirim, Prainha e Santarém. A sede municipal dista 623 km em linha reta da capital, colocando-se em 45.º lugar em ordem de distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: .... 2° 00' 30" de latitude Sul e 54° 04' 13" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — 35 metros na sede municipal sendo o 11.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial, superúmido.

ÁREA — 27 660 km², sendo por isso o 12.º município do Estado do Pará em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio Amazonas: faz percurso pelo município: rio Maicuru: a noroeste da cidade, percorre o território municipal de noroeste e sudoeste, e seu curso é interrompido por várias cachoeiras, que o tornam de difícil acesso à navegação que é feita sòmente por embarcações de pequeno calado; rio Paituna: situado a leste da cidade é uma ramificação do rio Maicuru; Rio Gurupatuba: percorre a cidade pelo lado do sul; lago Grande de Monte Alegre: situado a sudeste da cidade e possui uma extensão estimada em 30 km por 10 de largura. Constitui notável auxílio para a alimentação dos habitantes devido à grande quantidade de peixes que possui; ilha Grande Gurupatuba: em frente à cidade, situada entre os rios Amazonas e Gurupatuba. No seu interior formam diversos lagos, onde abundam peixes de várias espécies; cachoeira Pancada Grande: fica situada no rio Maicuru, distante da cidade; serras Itanajuri, a mais alto do município, com 360 metros, Paituna, Ererê, com uma altitude aproximada a 284 metros e a serra Azul ao norte da cidade, objeto de lendas e histórias entretecidas em seu derredor.

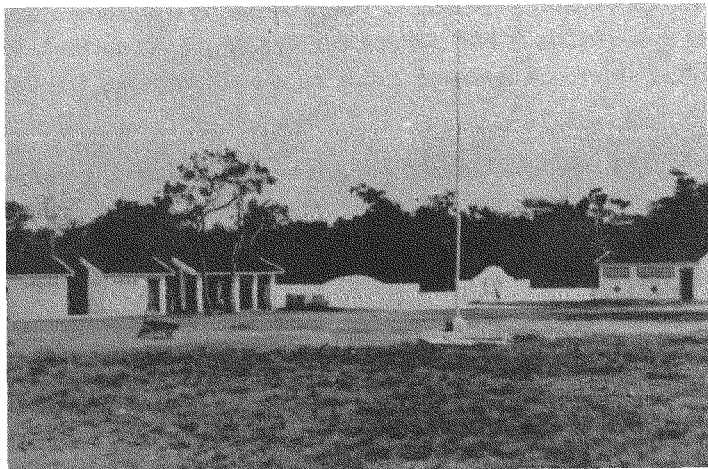
RIQUEZAS NATURAIS — A argila constitui a principal riqueza mineral, entretanto consta a existência de pedras calcárias e fonte de água sulfurosa, esta ainda sem exploração. Balata, fava cumaru, castanha-do-pará, coquirana, semente de babaçu e madeiras em geral destacam-se como riquezas vegetais. Animais silvestres e peixes, inclusive o pirarucu, aparecem como riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Monte Alegre, segundo o Recenseamento de 1950, era de 14 695 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 7 463; mulheres — 7 232; brancos — 6 586; pardos — 7 741; pretos — 339; amarelos — 9. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 8 231, 2 692, eram solteiros; 3 726 casados; 772 viúvos e 1 desquitado. Existiam apenas 44 estrangeiros e 3 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 14 367; as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala.

Segundo a estimativa do Departamento Estadual de Estatística a população do município em 31-12-1956 era de 16 564 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui uma aglomeração urbana importante, a cidade de Monte Alegre com 2 768 habitantes (1 720 homens e 1 498 mulheres), conforme dados do recenseamento de 1950. Além da cidade, existem os seguintes povoados: Inglês de Souza, com 281 casas e 1 400 moradores; Colônia Major Barata, com 209 casas e 1 040 moradores; Maicuru, com 90 casas e 450 moradores; Cuçaru, com 59 casas e 190 moradores; Pariçó, com 68 casas e 340 moradores; Jacarecapá, com 60 casas e 300 moradores; Maxirá, com 99 casas e 480 moradores; Ererê, com 35 casas e 170 moradores; São Diogo, com 80 casas e 400 moradores e Mulata com 91 casas e 450 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção de origem vegetal é representada por balata, amêndoas, babaçu e castanha-do-pará, tendo a produção total somado, em 1956, a quantia de Cr$ 4 722 440,00. De origem mineral, por argila, cuja produção em 1956, somou Cr$ 288 000,00. De origem animal, por peles de animais silvestres e peixes de

Igreja Matriz

Balneário "Maria da Graça"

diversas espécies, cuja produção, em 1956, somou .... Cr$ 1 215 670,00.

A base econômica do município é firmada na produção de fibra de juta amazônica, cuja exportação atingiu, em 1956, a 362 549 kg, valendo Cr$ 4 350 588,00, seguindo-se a balata com 105 485 kg, valendo Cr$ 4 189 425,00; gado bovino, 1 055 cabeças, valendo Cr$ 2 540 000,00; fumo em molho, 4 349 arrôbas, valendo Cr$ 2 045 740,00; o arroz beneficiado, 156 160 kg, valendo Cr$ 1 071 020,00. O valor da exportação, em 1956, somou Cr$ 16 493 638,10.

Existem no município 8 estabelecimentos industriais, sendo 1 usina para beneficiamento de arroz, 2 curtumes, 3 engenhos, 1 olaria e 1 fábrica de calçados, além dos pequenos estabelecimentos, que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 31% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

A pecuária tem significativo desenvolvimento e o Censo Agrícola de 1950 registrou os seguintes rebanhos: bovinos — 24 503, ovinos — 717, suínos — 8 115, eqüinos — 1 269, caprinos — 762.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações diretas com a praça de Belém e do sul do país por intermédio de Santarém. Há no município 80 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. Funciona uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S. A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Monte Alegre com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Santarém — fluvial 109 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares e aéreo 100 quilômetros, Panair do Brasil S. A.; Alenquer — fluvial 166 km, navios do S. N. A. P. P. e emprêsas particulares; Prainha — fluvial 80 km, navios do S. N. A. P. P.; Almeirin — fluvial 226 km, navios do S. N. A. P. P. e emprêsa particular; Capital Estadual — fluvial 846 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D. C. T. Mantém, ainda, ligação com a Capital Estadual, via aérea (623 km) Panair do Brasil S. A.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Monte Alegre conta com 24 logradouros públicos, 691 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, com 2 768 habitantes. É servida de luz elétrica e água canalizada. A iluminação pública se estende a 17 logradouros e a domiciliária conta com 221 ligações. A rêde distribuidora de água abastece 6 logradouros com 93 ligações domiciliares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem 2 Postos de Saúde, um mantido pelo S.E.S.P. e outro pelo Govêrno Federal, todos de finalidades gerais. O Pôsto provido pelo S.E.S.P. ministra os serviços gerais de clínica médica, doenças transmissíveis agudas e saneamento. Possui: ambulatório, laboratório de análises clínicas e de microscopia, executa trabalhos profiláticos de imunização e saneamento e tem como corpo clínco, 1 técnico de laboratório, 1 enfermeiro, 2 visitadores e 1 guarda sanitário. O Pôsto mantido pelo Govêrno Federal proporciona serviços gerais de clínica médica, ambulatório, farmácia, gabinete dentário sem raio X, laboratório de microscopia, sala para parto, para operação e para esterilização; excuta trabalhos profiláticos de verminoses e antimaláricos, tendo como corpo clínico 1 médico, 1 farmacêutico, 1 dentista, 1 técnico de laboratório e 3 enfermeiros.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 12 100 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 5 345, ou seja 44,1% sabiam ler e escrever. Destas, 2 980 eram homens e 2 365 mulheres. Na sede municipal, das 2 257 pessoas de 5 anos e mais, 1 475 sabiam ler e escrever e destas, 684 eram homens e 791 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram em Monte Alegre, 27 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 1 162 alunos. No mesmo ano, na sede municipal, funcionou um estabelecimento de ensino extra-primário, o "Instituto Imaculada Conceição", possuindo o Curso de Datilografia, com 4 alunos do sexo feminino e 4 alunos do sexo masculino e 1 professor e o Curso Doméstico com 18 alunos do sexo feminino e 3 professôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Cinema São Luiz com 300 lugares e o Salão Imaculada Conceição com 400 lugares. Existe a Biblioteca "Euclides da Cunha" de propriedade da Sociedade Recreativa "São Luiz Esporte Clube", pública, com perto de 500 volumes.

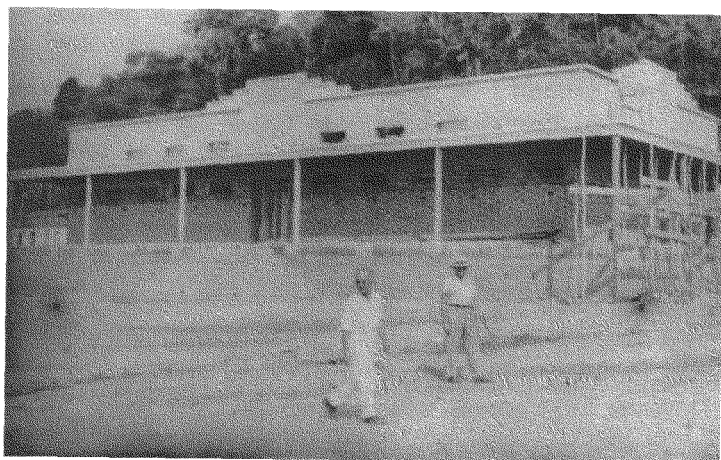
Contam-se 3 associações culturais, sendo 2 de caráter esportivo.

Vista do Pôrto da Cidade

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	243	276	929	489	888
1951.......	245	684	1 333	781	1 084
1952.......	246	460	1 147	721	1 121
1953.......	346	459	1 625	739	1 178
1954.......	252	644	1 682	965	2 473
1955.......	...	821	2 041	1 326	1 843
1956.......	...	1 370	(1) 2 214	1 372	2 214

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa é a do padroeiro da paróquia de São Francisco de Assis, cujos festejos sempre começam no penúltimo domingo de setembro, com o Círio fluvial às 18,00 horas. A imagem do Santo, pela manhã dêsse domingo, é conduzida por terra, para uma capelinha existente no povoado de Surubeju e à tarde é reconduzida à Matriz, transportada em embarcações motorizadas. Daí as celebrações decorrem com festa de arraial até o dia 4 de outubro, dia da festa, que termina com a procissão à tarde e leilão de ofertas feitas ao Santo, à noite. Ainda há no mês de junho, durante as quadras juninas, os cordões de pássaros, que se divertem nas noites e vésperas dos principais Santos do mês, Santo Antônio, São João e São Pedro, a dançar em casas que lhes retribuem com o pagamento de uma quota. Pouco se usa o boi-bumbá do Nordeste, preferindo-se os pássaros da região.

Mercado — Em construção

VULTOS ILUSTRES — Possuiu o famoso médico Dr. Gama Lôbo, que ocupou lugar de destaque no cenário médico nacional do Segundo Império.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Campo do Destêrro: campo natural cercado de montes e serras. Fica a 13 km da sede. É cortado por uma estrada de rodagem; Serra de Paituna, famosa pelos hieroglifos nela gravados, que despertam grande interêsse aos estudiosos. Fica a 30 km da sede, transporte em caminhão, cavalo e carroça de boi; Serra Azul, estima-se em 200 km sua distância da sede municipal, sendo de difícil acesso; Fonte Sulfurosa, fontes termais sulfurosas. Dista 12 km da sede; Serra de Itauajuri, a serra mais alta do município (360 m). Dista 20 km da sede municipal; Serra do Ererê, de belo panorama, fica a 15 km da sede.

Campo do Destêrro

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Pinta-Cuia". Etimològicamente "Monte Alegrenses". O topônimo Monte Alegre é português, de imediata compreensão. A alcunha de Pinta-Cuia, originou-se de que em Monte Alegre é que foi iniciada a pequena indústria doméstica de cuias pintadas, interessante e procurada, ora bem desenvolvida em Santarém.

Monte Alegre é topônimo de origem portuguêsa. Em Portugal, no distrito de Vila-Real existe uma vila com a mesma designação toponímica, cuja grafia, segundo expressão de Xavier Fernandes, "é formada por encurtamento": Montalegre.

A designação terá proveniência estranha à região, ou derivará, provàvelmente, das condições geofísicas locais.

É sede de Comarca com 1 Distrito Judiciário.

O eleitorado é de 4 572 eleitores.

Existe no município um "Núcleo Colonial", antiga "Colônia Agrícola Nacional do Pará (C.A.N.P.) criada pelo Decreto-lei federal n.º 8 871, de 30 de janeiro de 1942, abrangendo a área de 456 000 hectares, com uma população de cêrca de 7 000 habitantes, dos quais 964 são colonos distribuídos em 488 lotes de terras ocupadas. Dista a sede de Colônia, 27 km da cidade, a qual é ligada por uma estrada de rodagem. Atualmente o Núcleo é administrado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

O Instituto Agronômico do Norte (I.A.N.) mantém no lugar "Cacual Grande", a Subestação Experimental de Maicuru, cuja finalidade é o estudo para futuro aproveitamento dos terrenos de várzea. A área é de 200 000 hectares, havendo criação de búfalos, com um rebanho estimado

Campo do Destêrro

em 2 000 cabeças. A Subestação, cujas atividades foram iniciadas em 1949, efetuou várias drenagens de lagos e abriu grandes canais comunicando a água do rio Amazônas para o lago de Maicuru.

A partir de 1953, iniciou-se a vinda de emigrantes japonêses, existindo atualmente mais de 200 famílias localizadas nos lugares "Assaizal" e "Dois Galhos".

Possui o município, famosas fontes de águas sulfurosas, distante apenas 12 km da cidade, no antigo campo de exploração petrolífera. Recentemente foi inaugurado na cidade um Hotel, sob a responsabilidade da Congregação religiosa Irmãs da Imaculada Conceição, para exploração das águas sulfurosas.

Monte Alegre, pelo seu terreno ondulado, com algumas serras, quebrando a monotia da planura amazônica, é conhecida como o "Mirante do Baixo Amazonas".

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916 — "Jornal do Comércio" (do Rio) 31 de agôsto de 1941 — Sinopse Estatística do Município de Monte Alegre — CNE — 1948 — Monte Alegre — Artur Cesar Ferreira Reis — 1949 — Arquivo da Agência Municipal de Estatística — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — (Junho de 1957).)

MUANÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 279 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — As origens do primitivo povoado datam dos tempos coloniais, havendo sido constituído em freguesia no ano de 1757, sob a invocação de São Francisco de Paula, categoria com que entrou para a Independência.

Pode Muaná orgulhar-se de ter sido o teatro em que brilhou com entusiasmo o fogo sagrado da adesão à Independência do Brasil.

Depois da malograda tentativa de 14 de abril de 1823, na capital, em que figuraram, entre outros, João Balbi, Boaventura da Silva, Domingos Marreiros, Diogo Moia, Oliveira Belo, Bernal do Couto, Ferreira Ribeiro, Souza Franco, P. Jerônimo Pimentel, Manoel Evaristo, Honório Santes, Pio Nobre, Joaquim Nobre, Aureliano Costa, João Possidônio, Braz Odorico Pereira e João Pereira da Cunha, êstes três últimos, conjuntamente com mais alguns que puderam escapar à prisão, fugiram para Marajó, homiziando-se na vila de Muaná.

Aspecto da Cidade

O insucesso de 14 de abril, em vez de arrefecer ou apagar o desejo da independência, contribuiu para aumentar o movimento, e os homiziados de Muaná o demonstraram logo no dia 28 de maio seguinte, reunindo-se ao proprietário José Pedro de Azevêdo, que, à frente de 200 homens, proclamou a Independência do Brasil sob D. Pedro I.

Para apagar êste movimento seguiu o Major Francisco José Ribeiro, que depois de um tiroteio de 4 horas conseguiu abafar a revolta e prender diversos, entre outros, Pedro de Azevêdo, os quais foram recolhidos à Cadeia Pública, no meio de apupos dos partidários da sujeição a Portugal, alguns dos quais exibiram nas janelas palmatórias e chicotes.

Para proceder contra os patriotas a Junta Provisória do Govêrno enviou a Muaná o ouvidor Vieira de Melo.

A adesão do Pará à Independência veio depois aniquilar a ação perseguidora iniciada.

Conservou Muaná a sua categoria de povoado ainda por 10 anos.

Nas célebres sessões do Conselho do Govêrno da Província do Pará, de 10 a 17 de maio de 1833, foi elevada a vila e por ato de 5 de junho do mesmo ano determinada a sua instalação, que teve lugar a 2 de dezembro seguinte, havendo sido, pelo presidente da Câmara Municipal de Cachoeira Benedito Pedro da Silveira Frade, juramentada a sua primeira Câmara, constituída por Manuel Antônio Cardoso Amanajás, presidente; vereadores, Angelo Antônio de Matos, Inácio José da Fonsêca, Francisco da Silva, Manuel Pedro dos Anjos, Sabino Antônio de Araújo e Antônio de Deus Coêlho.

Para o quatriênio 1853—1856, foram eleitos Manuel Leonardo do Vale, Fernando José Teixeira Júnior, Antônio Vicente Magno, José Lourenço Ferreira Cantão, João Maria de Oliveira Cardoso, Manoel Antônio Magno e Raimundo Rodrigues da Costa.

No dia marcado pela Lei para a posse, 7 de janeiro de 1853, não se apresentaram os eleitos para tomar posse, pelo que oficiou o presidente interino da Câmara precedente, Manuel João Magno ao presidente da Província, declarando que não havia juramentado a nova Câmara, visto que nem um dos vereadores compareceu na data legal, o último por haver falecido, o terceiro por ser tenente-coronel da Guarda Nacional e ser Comandante em Muaná, além de ser 2.º Suplente de Delegado de Polícia e Delegado da Instrução Pública; o quarto por ser professor de primeiras letras, Escrivão do juiz de paz, Tabelião de Notas e Escrivão da Coletoria Provincial; o quinto, Escrivão da Subdelegacia de Polícia, e os demais sem causa justificada.

Resolvidas as incompatibilidades, foi posteriormente juramentada a Câmara.

Em 1870 o bispo diocesano desanexou da freguesia de São Francisco de Paula de Muaná, para reunir à de São Sebastião da Boa Vista, ambas às margens do rio Procuuba, ato êsse, aprovado pela presidência da província, que trouxe sérios desgostos aos muanaenses, que, pelo órgão da comarca, protestaram contra a desanexação, e pediram para que a respectiva efetividade fôsse sustada até a reunião da Assembléia provincial.

Então possuía o município de Muaná, 650 sítios, 20 fazendas de gado, com um total de 8 930 cabeças de gado bovino, 350 de cavalar, 400 de lanígero e 3 200 de suíno; assim como, um engenho a vapor, 4 hidráulicos e 9 movidos a animal.

Em conseqüência de dissensões políticas, em 19 de outubro de 1885, houve no recinto da Câmara sérias desordens por haver assumido indevidamente a presidência da Câmara, José Alves Maia, a despeito dos protestos do presidente legítimo, que se achava presente na vila, tendo convocado, para funcionarem, o vereador Simão Ferreira Martins e os suplentes César Augusto de Andrade Pinheiro e Caetano José de Morais.

Esta Câmara manteve-se no govêrno do município por algum tempo.

Com a proclamação da República, a adesão da Câmara municipal de Muaná, teve lugar na sessão de 26 de novembro de 1889, comunicada ao govêrno do Estado, por ofício da mesma data, assinado por Caetano José de Morais, presidente; e, pelos vereadores, Pedro da Gama Lôbo da Silveira, Lourenço Gomes Peres, Rodrigo Lopes de Azevêdo e Segisfrêdo da Silveira Góis.

O govêrno provisório do Estado dissolveu, com o Decreto n.° 114, de 22 de março de 1890, a antiga Câmara municipal, criando com o Decreto n.° 115, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual, no mesmo dia, nomeou, presidente, o Coronel Pedro da Gama da Silveira e, vogais Manoel Emídio Marques, José Pereira de Castro, Manoel Izidro da Silva, Valentim Antônio de Oliveira Chaves, Elizio Duarte da Silva Gaspar e André Avelino de Araújo.

Com Decreto n.° 147, de 7 de maio de 1890, criou o govêrno provisório do Estado as comarcas de Muaná, Ponta de Pedras e Curuçá.

O govêrno municipal, no primeiro triênio constitucional, ficou constituído pelo intendente municipal Manuel Emídio Marques e pelos vogais, Antônio Duarte Gaspar, Simão Francisco Monteiro, Manoel Antônio Ribeiro e João Torquato Martins.

Com a Lei n.° 324, de 6 de junho de 1895, obteve a sede do município muanaense a categoria de cidade, instalada a 7 de setembro do mesmo ano.

Ainda no terceiro triênio, exerceu Manoel Emídio Marques o cargo de Intendente Municipal.

Também ocupou por eleição êsse cargo o Coronel Rodrigo Lopes de Azevêdo, durante cuja administração foi medido e demarcado o patrimônio territorial do Município.

A Lei estadual n.° 1 116, de 3 de novembro de 1922, anexou o território do extinto município de São Sebastião de Boa Vista ao de Muaná.

Os Decretos estaduais n.° 6, de 4 de novembro de 1930, e 78, de 27 do mês seguinte, mantiveram o município de Muaná, que, no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, contido no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, permanece constituído por ùnicamente o distrito-sede.

Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.° 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939 a 1943, o município de Muaná teve extintos os distritos de Atatá e Santa Bárbara, anexados, como zonas, ao seu distrito-sede. Êste, por

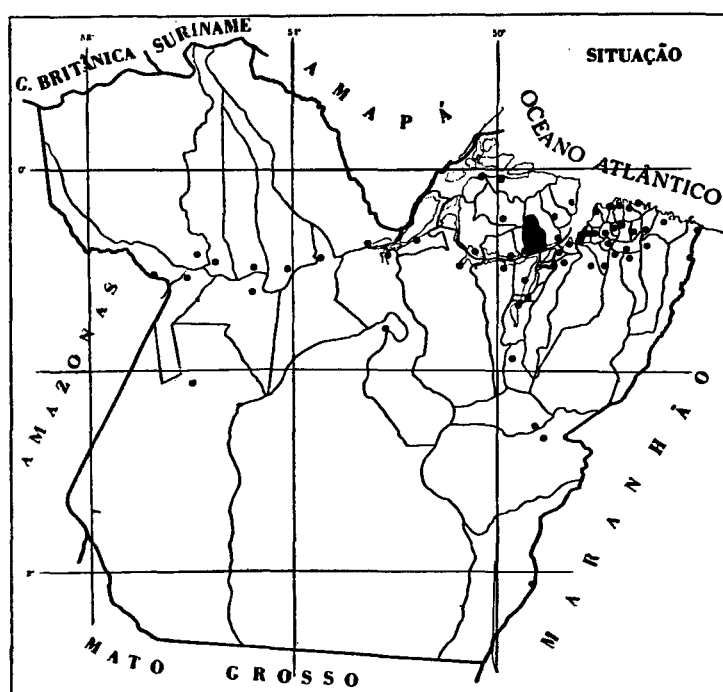
Igreja Matriz

sua vez, perdeu a zona de Pracuuba, transferida para o distrito de São Sebastião de Boa Vista. Na mencionada divisão territorial, Muaná figura, conseqüentemente, integrado por dois distritos: o da sede (com as zonas de Muaná, Atatá, Florentino Frade e Santa Bárbara) e São Sebastião da Boa Vista (com a zona dêsse nome e a de Pracuuba).

Em virtude do Decreto-lei estadual n.° 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município de que se trata perdeu para o de São Sebastião da Boa Vista, recém-criado, o distrito dêsse nome, que, todavia, não se transferiu inteiramente, deixando incorporado ao distrito de Muaná o território de Pracuuba. Apresenta-se, na divisão territorial do Estado, fixada por êsse Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, formado por apenas o distrito de Muaná, dividido nos subdistritos 1.°, 2.°, 3.°, 4.° e 5.°.

Atualmente o município é constituído dos seguintes distritos: Muaná e São Francisco da Jararaca.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Raimundo Massaranduba e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Muaná localiza-se na Zona Fisiográfica de Marajó e Ilhas e limita com os municípos de São Sebastião da Boa Vista, Anajás, Ponta de

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Palheta — Ilha Marajó

Pedras e com a baía de Marajó. A sede municipal, situada na Ilha de Marajó, dista 88 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 14.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1.º 31' 43" de latitude Sul e 49º 13' 00" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 20 metros na sede municipal, sendo o 19.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido.

ÁREA — É Muaná o 36.º município do Estado em extensão territorial, sendo sua área de 3 337 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: *Rio Muaná*, corre na direção norte-sul, desembocando na baía de Marajó, banhando a cidade de Muaná, rio pequeno e dificultoso para entrada de embarcações de grande calado, pelos "baixios" existentes em sua foz. *Rio Atuá*, é o mais extenso rio do Município, percorrendo aproximadamente 50 km na direção norte-sul e desembocando na baía de Marajó, sendo navegável por embarcações de pequeno calado. *Rio Pracuuba*, percorre na direção norte-sul e deságua na baía de Marajó. É navegável e bastante profundo, banhando o povoado de São Miguel do Pracuuba, e serve de limite entre êste município e o de São Sebastião da Boa Vista. *Rio Anabiju*, pequeno rio afluente do rio Atuá e serve de limite entre êste município e o de Ponta de Pedras. *Rio Anajás*, situado ao norte do município, pouco importante, partindo do município de seu nome, serve de limite entre êste município e o de Anajás, estando localizado ao norte do centro da ilha de Marajó. *Rio Guajará*, afluente esquerdo do rio Pracuuba, servindo de limite entre êste município e o de São Sebastião da Boa Vista. *Baía de Marajó*, formada pelo estuário sul do rio Amazonas, conhecida também por rio Pará, banha a parte sudoeste do município. Ilha Mandií, localizada na baía de Marajó em frente à foz do rio Cajuuba, na qual se acha instalado o farol de navegação conhecido por "Farol do Mandií". *Ilha Joroca*, situada na baía de Marajó, distando 3 000 m da costa municipal, próxima à ilha do Mandií. Ilha de *Campopema*, situada na foz do rio Pracuuba, é bastante pequena; nela se acha localizada a vila de São Francisco da Jararaca.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila destaca-se como principal riqueza mineral. Madeiras constituem a riqueza vegetal. Peixes, peles de animais silvestres e mel de abelha aparecem como riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Muaná, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 10 846 habitantes e tinha a seguinte composição: homens: 5 568 — mulheres — 5 278; brancos — 7 559; pardos — 849; pretos — 2 374 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 023, 3 407 eram solteiros; 2 151 casados; 456 viúvos e 3 desquitados. Existiam apenas 8 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos que eram 10 722; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 12 226, sendo 8 781 no distrito de Muaná e 3 445 no distrito de São Francisco da Jararaca.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas principais: a cidade de Muaná, com 451 habitantes (225 homens e 226 mulheres) e a vila de São Francisco da Jararaca, com 298 habitantes (152 homens e 146 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade, existe o povoado de São Miguel do Pracuúba, com 43 casas e 225 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção de origem mineral é representada pela extração da argila, cujo valor total, em 1956, somou a quantia de Cr$ 253 800,00. De origem vegetal, por extração de azeite de patauá, borracha, resina breu, resina áutaicica, cacau em grão, óleo de andiroba, sementes de murumuru, andiroba e ucuuba, lenha, madeira bruta, cuja produção, em 1956, importou em .... Cr$ 17 218 795,00. De origem animal, por peixes de diversas espécies, camarão, mel de abelha, e de animais silvetres, cujo valor, em 1956, somou Cr$ 206 700,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de gado bovino, cuja exportação, em 1956, atingiu a 1 815 cabeças, valendo Cr$ 8 506 400,00 seguindo-se a borracha com 179 945 kg, valendo Cr$ 2 794 620,00, cachaça-aguardente com 135 944 litros, galendo .... Cr$ 2 013 860,00, madeira-dormente com 3 738m³, valendo Cr$ 1 730 751,00 e gado suíno com 1 884 cabeças, valendo Cr$ 1 025 900,00.

O valor da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 18 833 701,00.

Existem no município 12 estabelecimentos industriais, sendo 5 serrarias, 2 engenhos, 1 usina para beneficiamento de arroz, 3 olarias, 1 fábrica de móveis, além de pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

O Censo Agrícola de 1950 encontrou o seguinte rebanho: bovinos — 28 516, eqüinos — 1 473, asininos — 3, muares — 14, ovinos — 305, caprinos — 215 e suínos — 2 815.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 9,2% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município

62 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Muaná com as sedes municipais limítrofes e à Capital Estadual pelos seguintes meios de transporte: *Ponta de Pedras*, fluvial 54 km, canoa a vela; *São Sebastião da Boa Vista*, fluvial 55 km, canoa a vela; *Anajás*, fluvial 60 km, canoa a vela; *Capital Estadual* fluvial 90 km, navios dos S. N. A. P. P.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Muaná conta com 10 logradouros públicos; 101 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 451 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 10 logradouros e a domiciliária conta com 43 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Subposto de Saúde mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), com finalidades gerais, mantendo os serviços gerais de medicação preventiva e com o corpo clínico de um guarda sanitário; entretanto, é visitado mensalmente por um médico que atende à população local.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 8 983 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 252, ou 36,2% sabiam ler e escrever. Destas, 1 991 eram homens e 1 261, mulheres. Na sede municipal, das 378 pessoas de 5 anos e mais, 232 sabiam ler e escrever e destas, 118 eram homens e 114, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 28 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 862 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	674	328	497
1951.......	—	—	779	507	697
1952.......	—	469	874	553	842
1953.......	—	354	1 262	431	1 274
1954.......	—	458	480	445	1 108
1955.......	—	532	1 257	695	920
1596.......	—	700	1 833	966	1 667

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na Praça 28 de Maio um Obelisco com a seguinte inscrição: "Homenagem aos heróis de 28 de Maio de 1823 — Erigido em 28-V-1955 — Cap. Raimundo M. Maués — Prefeito Municipal".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A população de Muaná comemora, como principais festas religiosas: São Francisco de Paula, Padroeiro da cidade, que não possui data fixa: São Benedito, em 30 de dezembro, cujo culto religioso é realizado em sua própria capela; N. S.ª de Nazaré, geralmente em setembro na Matriz de São Francisco de Paula e São Sebastião, de 1.º a 20 de janeiro. Como festas profanas destacam-se o Carnaval, com eleição e coroação da "Rainha do Carnaval" e as festas na roça, na época junina, que se encerram com a cerimônia do casamento caipira, havendo, também, cordões e bois bumbás.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Amazônia é um mundo a explorar em matéria de turismo. Assim em Muaná, além da beleza portentosa da baía de Marajó, o rendilhado de ilhas, porque nesse município começa a zona conhecida como "Ilhas", é motivo para futuras atrações turísticas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Muanaenses".

É sede de comarca com dois têrmos judiciários.

Conta com um eleitorado de 2 643 eleitores.

O município com a maior parte de seu território situado na própria Ilha de Marajó, tem uma pequena parte na região das Ilhas. Dêste modo a pecuária que é o característico da Ilha de Marajó, é contrabalançada pela extração de produtos nativos de origem vegetal, peculiares à região das Ilhas.

A sede é situada em lugar de difícil acesso. Foi planejada a mudança para a margem da própria baía, no lugar chamado Ponta Negra e não obstante as providências administrativas, de origem municipal, nada de concreto foi realizado.

Muaná — Topônimo indígena. Se tupi, talvez suporte a interpretação: *mu* = mo + mboy (cobra). *a*, intermédio eufônico. *ná* = nã + ana — semelhante. "Semelhante a cobra".

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916 — Sinopse Estatística do Município de Muaná — CNE — 1948 — Arquivo da Agência Municipal de Estatística — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — (Junho de 1957).)

NOVA TIMBOTEUA — PA

Mapa Municipal na pág. 79 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Nova Timboteua é um município resultante de terras outrora pertencentes a Belém, embora desmembrado de outro. Fica situado na zona Bragantina, a mais densa e próspera do Estado.

Os primeiros colonos exploradores do município de Nova Timboteua subiram o rio Peixe-Boi e se localizaram na confluência dêsse rio, com os igarapés Timboteua e Jaburu, em 1885, quando pertenciam já ao município de Santarém Novo.

Verificando a qualidade das terras e a extensão das florestas que marginavam aquêles rios e igarapés, Serafim dos Anjos Costa, requereu uma grande área, cujos fundos atingiam o igarapé Timboteua, onde fixou residência, juntamente com Afonso Roberto Pimentel e Manoel Maria. O igarapé citado não tinha essa denominação. Constatada a existência de Timbó em grande quantidade às margens do mesmo, deram-lhe aquêle título, pois a etimologia do tupi-guarani assim descreve: Timbó, do gênero das sapindáceas, também chamado cururu-apé, e, *eua*, que significa abundância, quantidade, muito, donde a formação da palavra "Timbo-eua" ou Timboteua, que traduz timbó em abundância.

Em 1888 foi efetuada a demarcação das terras requeridas por Serafim dos Anjos Costa, o qual localizado jun-

Usina São Germano

tamente com Afonso Roberto Pimentel e Manoel Maria, nos fundos das mesmas, concitou aos demais residentes nas vizinhanças e às margens do igarapé Jaburu, para construírem casas naquela localidade, a fim de edificarem um povoado.

Atendido o convite, com o risco de invasão das residências pelas onças e pelos índios das tribos de Viseu e rio Guamá, os habitantes circunvizinhos se transferiram para as terras de Serafim dos Anjos Costa e erigiram ali um povoado em 1892.

Interessados na construção de uma capela, já que o número de católicos era elevado, Serafim dos Anjos Costa, doou uma parte das suas terras para que fôsse erguido aquêle orago, dedicado a Nossa Senhora do Livramento.

Em 1895, pela Lei Estadual n.º 324, de 6 de julho, foi elevada à categoria de povoação, com instalação a 1.º de dezembro do mesmo ano.

Em 1906, os chefes políticos locais, verificando que a sede do município de Santarém Novo estava perdendo a importância, expuseram o fato ao Dr. Ângelo Valente Cesarino Doce, pleiteando a mudança daquela sede para uma das povoações existentes, de preferência a de Timboteua.

A reinvidicação sofreu a restrição de que a transferência fôsse não para Timboteua, mas para Igarapé-Açu, que estava situado à margem da Estrada de Ferro que iria ligar Belém a Bragança.

O Senado foi favorável ao ponto de vista do Dr. Ângelo Valente Cesarino Doce, com uma preliminar, no sentido de não transferi-lo e sim extingui-lo, para criar o de Igarapé-Açu, o que aconteceu, em decorrência da Lei n.º 985, de 26 de outubro de 1906.

Com a notícia da extinção do município de Santarém Novo, os interessados transportaram o arquivo do referido município para Timboteua, onde julgavam a localização da nova sede municipal. Grande foi a decepção, quando tiveram conhecimento da criação do município de Igarapé-Açu.

Ao tempo da instalação da cidade de Igarapé-Açu, apenas havia passado ali o pico da ferrovia.

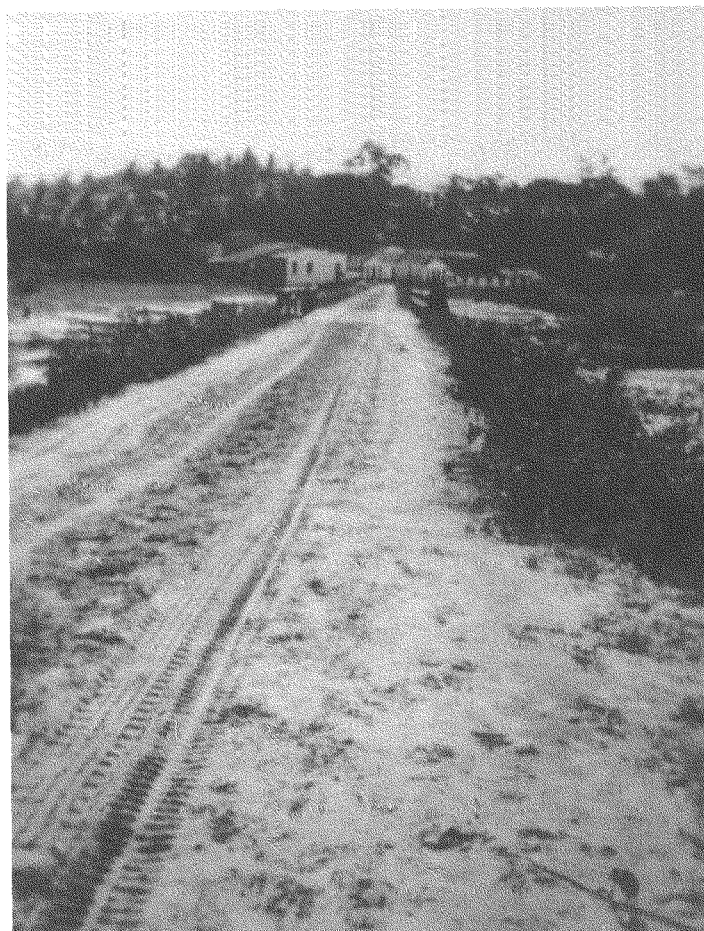
Para acampamento dos trabalhadores e depósitos de materiais da Estrada foram construídos vários barracões, principalmente às proximidades dos rios e igarapés, tais como em Maracanã, Livramento, São Luís, Nova Timboteua e Peixe-Boi.

O govêrno estadual, considerando de grande importância a região explorada, resolveu instalar uma Escola de Beneficiamento Agrícola com o nome de Estação Experimental de Agricultura Prática, depois denominada Estação Experimental Augusto Montenegro que, após a sua passagem para o govêrno federal, foi inaugurada em 11 de julho de 1912 com a denominação de Aprendizado Agrícola Federal de Tomé-Açu. Não tendo dado o resultado que se esperava, voltou novamente para o domínio do Estado, convertido, então, em Estação de Beneficiamento Agrícola.

Tanto para a construção da Estrada como para os trabalhos da Estação e, ainda, para a aquisição de terras para o trabalho agrícola, deslocaram-se para o novo município de Igarapé-Açu levas de trabalhadores vindos de outros municípios e, mais especialmente, do nordeste.

Êsses trabalhadores chegando nos locais onde já havia os barracões da Estrada de Ferro, constituíram as suas habitações, tanto por oferecerem garantias de vida, — livres que estavam das onças e dos índios —, como também por serem servidos de água. Assim surgiram ràpidamente tôdas as povoações localizadas nas margens da Estrada de Ferro, pertencentes ao município de Igarapé-Açu.

A antiga povoação de Timboteua, objeto que fôra de cogitações para a instalação do município, perdia prestígio com as novas explorações, uma vez que tôdas as vistas se voltavam para os novos lugares. Entretanto, em 1907 foi criada a circunscrição judiciária e instalado o Cartório do Registro Civil.

Dentre os primitivos moradores da localidade onde hoje está instalada a cidade de Nova Timboteua, encontrava-se, entre outros, o nordestino Avelino de Oliveira, vindo nas levas de trabalhadores da Estação Experimental, na qual serviu como capataz de turma, nos serviços de limpeza da terra para a instalação da referida Estação. Êsse ci-

Povoado Taciatena

Aspecto Local

dadão, depois de passar algum tempo no local, regressou ao nordeste, só voltando em 1909. Ao chegar, verificando o desenvolvimento do local e a qualidade das terras para o serviço da agricultura, resolveu ir buscar a sua família e fixou residência definitiva em 6 de março de 1910, quando já existiam no povoado 16 barracas e numerosos moradores.

Como o povoado crescia, foi necessária a construção de um cemitério. Adelino de Oliveira, sendo um homem de visão, concitou os outros moradores à consecução da obra, o que se realizou em 1910.

O mesmo Adelino, depois, lançou a idéia da ereção de uma capela, que em 1911 foi inaugurada.

Em 1913, o engenheiro Dr. Palma Muniz iniciou os trabalhos de abertura das travessas de prolongamento para o interior das terras da então Estação Experimental, para assim localizar colonos que desejassem empregar suas atividades na agricultura, sendo crescido o número dos que procuravam fixação definitiva nas travessas.

Nessa época o povoado contava com várias casas de comércio e elevado número de residências, sendo também ponto de parada de trem. Existia um marco da quilometragem da Estrada de Ferro, ao qual os moradores denominavam "Tabuleta" e por êsse motivo também assim era chamado o povoado. Encontram-se pessoas, ainda hoje, que continuam empregando êsse nome.

Em 1915, quando já era bem grande o movimento de colonos, o povoado teve categoria de povoação pela Lei n.º 1 480, de 8 de outubro.

No dia 15 de novembro de 1923 foi criada a Circunscrição Judiciária e instalado o Cartório.

O nome de "Tabuleta" continuou por vários anos, sendo, depois, também usado o de Timboteua, vindo fazer uma certa confusão com a outra vila de Timboteua já existente. Para sanar essa dúvida, e para também ficar dentro das normas legais, tornava-se necessário a mudança do nome de uma das povoações e, nesse caso, seria da povoação mais antiga que conseguira pouco desenvolvimento até então. Assim foi esta chamada de Timborana. Os seus moradores não se adaptaram a êsse designativo pois já estavam habituados com o de Timboteua.

Foi, então, indicado o de Timbó-Açu. Êste também não foi aceito visto que Açu representava qualidade do que é grande e assim ficava melhor para a Timboteua mais nova que obtivera maior desenvolvimento. Resolveram, então, mudar o nome para o de Nova Timboteua que mais tarde passaria a ser chamada Assis Brasil. Entretanto, dado o costume, êsse novo designativo não foi aceito, prevalecendo, mesmo, o de Nova Timboteua.

De 1915 até 1936 manteve-se na categoria de povoação.

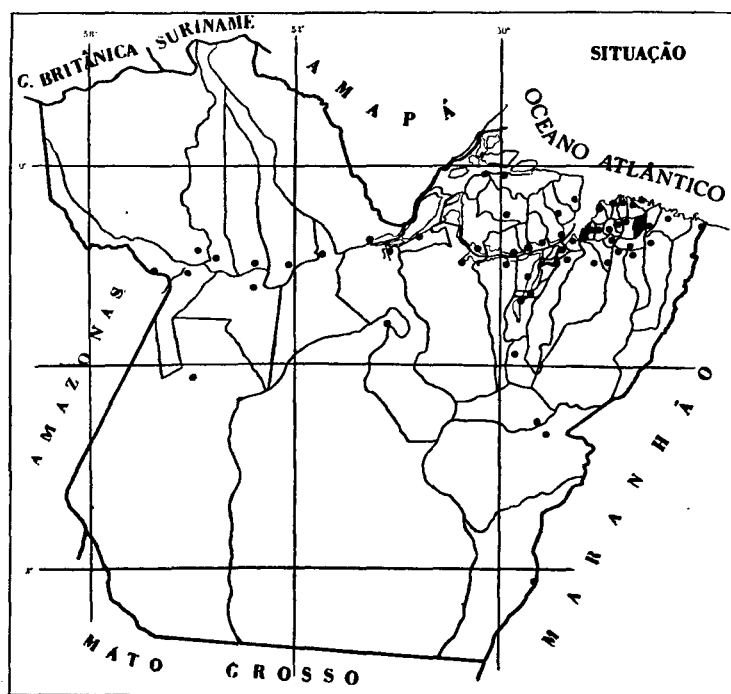
Ignora-se a data de criação do distrito, que, segundo os quadros de divisão territorial, datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, aparece subordinado ao município de João Pessoa, com sede em Igarapé-Açu. Observa-se o mesmo no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, como também na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943, e estabelecida pelo Decreto-lei Estadual número 3 131, de 31 de outubro de 1938, notando-se que o município teve seu topônimo mudado para Igarapé-Açu.

Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, criou-se o município de Nova Timboteua, que, na mencionada divisão, se apresenta subdividido em 3 distritos: o da sede (com os subdistritos 1.º e 2.º) e os de Peixe-Boi e Timboteua, desanexados do município de Igarapé-Açu, situação que perdura até hoje.

O município de Nova Timboteua teve parte do seu território desmembrado para constituir o município de Peixe-Boi, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Pedro Cabral de Melo e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

Atualmente o município é constituído dos seguintes distritos: Nova Timboteua, Peixe-Boi e Timboteua.

LOCALIZAÇÃO — O município de Nova Timboteua localiza-se na Zona Fisiográfica denominada Bragantina e limita com os municípios de Igarapé-Açu, Maracanã, Capanema e Guamá. A sede municipal dista 139 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 23.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1° 11' 50" de latitude Sul ...... 47° 19' 50" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 50 metros na sede municipal, sendo o 4.° em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município tem o clima comum da Amazônia equatorial, que é o superúmido.

A temperatura da cidade apresentou em 1956, os seguintes dados: média das máximas: 31°C; média das mínimas: 19°C e média compensada: 25°C.

ÁREA — É nova Timboteua o 43.° município do Estado em extensão territorial com 1 197 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Maracanã, percorre o município de norte a sul, recebendo águas de vários igarapés, numa extensão de cinqüenta quilômetros, sendo 22 da povoação Livramento até os limites do município de Maracanã, em cuja cidade deságua no Oceano Atlântico, sendo navegável, por seu grande volume de água, desde a foz até o Povoado Livramento, onde é cruzado pela Estrada de Ferro de Bragança (km 135), servindo ainda de limite com o município de Igarapé-Açu; rio Taciteua, percorre o município cêrca de 21 quilômetros e, pelo seu regular volume de água, é navegável por pequenas embarcações até sua foz no rio Maracanã; rio Peixe-Boi, percorre o município de Nova Timboteua, de sul a norte, cêrca de 56 quilômetros, sendo navegável por pequenas embarcações desde a vila de seu nome até sua foz no rio Maracanã; rio Urucuri, Jaburu, Jutaí e Trombetas, todos de pequena profundidade.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeiras em geral e malva constituem as riquezas vegetais. Peixe e animais silvestres aparecem como as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Nova Timboteua, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 14 801 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 7 550; mulheres — 7 251; brancos — 6 633; pardos — 7 128, pretos — 1 006; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 018, 3 158 eram solteiros; 4 233 casados; 617 viúvos; nenhum desquitado. Existiam 14 estrangeiros e 18 brasileiros naturalizados. Em religião, predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 14 138; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em .... 31-12-1956, era de 16 683, sendo 6 579 no distrito de Nova Timboteua; 6 361 no distrito de Peixe-Boi; 3 743 no distrito de Timboteua.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui três (3) aglomerações urbanas importantes: a cidade de Nova Timboteua, com 1 368 habitantes (648 homens e 720 mulheres); a Vila de Peixe-Boi, com 839 habitantes (398 homens e 441 mulheres); a Vila de Timboteua com 296 habitantes (144 homens e 152 mulheres). Além da cidade, e vilas, existem os povoados de Quatro Bôcas, com 29 casas e 157 moradores; e Curva, com 42 casas e 182 moradores, os dados são os fornecidos pelo Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Indústria extrativa — A produção de origem vegetal é constituída de extração de fibra uacima, fibra de malva, cipós, palha de junco, lenha e madeira em geral, cujo valor, em 1956, somou .... Cr$ 1 242 000,00. A de origem animal, por peixes do mato, mel-de-abelha e cêra e peles de animais silvestres, tendo a respectiva produção, em 1956, importado em .... Cr$ 1 135 000,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de fibra de malva, cuja exportação atingiu, em 1956, a 1 293 313 kg, valendo Cr$ 19 109 940,00, seguindo-se a farinha de mandioca, com 632 100 kg, valendo .... Cr$ 1 323 710,00; milho com 367 560 kg, valendo ...... Cr$ 1 216 740,00; arroz com casca com 265 080 kg, valendo Cr$ 1 013 290,00; e arroz beneficiado, com 142 740 kg, valendo Cr$ 757 360,00.

O valor da exportação em 1956, somou .... Cr$ 24 948 150,00.

Existem no município 20 estabelecimentos industriais, assim distribuídos: uma usina para beneficiamento de arroz; 4 fábricas de calçados; 9 fábricas de fumo em molho, 5 engenhos de rapadura e 1 matadouro para abate de reses, além de outros menores que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 40,1% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

Aspecto da Estrada N. Timboteua — Peixe-Boi

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 65 estabelecimentos comerciais, do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Nova Timboteua com as sedes municipais limítrofes e à capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Igarapé-Açu — ferrovia 35 km e rodoviário, 85 km; Capanema — ferroviário, 28 km e rodoviário, 42 quilômetros; Guamá — rodoviário, 64 km; Maracanã — rodoviário, 142 km e fluvial, 22 km; Salinópolis — rodoviário, 117 km; Capital Estadual — rodoviário, 156 km e ferroviário, 146 km.

Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal-telegráfica e uma Agência dos Correios, ambas do D.C.T. e duas Agências da Estrada de Ferro de Bragança.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Timboteua conta com 12 logradouros públicos; 423 prédios e 1 368 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 7 logradouros e a domiciliária conta com 222 ligações. Os dados são os fornecidos pelo Recenseamento Geral de 1950 e outros mais recentes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem 2 subpostos de higiene, custeados pelo Govêrno Estadual; um Pôsto Médico, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.); um Pôsto de Saúde, pertencente ao Departamento de Estrada de Rodagem (D.E.R.). Ambos são gratuitos e prestam serviços de clínica geral, bem como de pequena cirurgia.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 12 248 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 875, ou 31,6%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 050 eram homens e 1 825 mulheres. Na sede municipal, das 1 152 pessoas de 5 anos e mais, 639 sabiam ler e escrever, e destas, 324 eram homens e 365 mulheres.

ENSINO — Em 1955, funcionaram, em Nova Timboteua, 42 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 587 alunos. Em 1956, na sede municipal, funcionou um estabelecimento de ensino extraprimário, o "Curso Datilográfico Roal Sales", com 3 alunos do sexo masculino e 3 alunos do sexo feminino, tendo apenas 1 professor.

Povoado

Ponte em construção

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Um cinema (Cine Continental), com 120 lugares; uma biblioteca pública e outra particular, esta do Vigário local, com aproximadamente 200 volumes, ambas sendo bem freqüentadas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	350	785	502	938
1951	—	498	1 269	930	1 019
1952	—	564	1 474	841	1 308
1953	—	725	1 733	954	1 968
1954	—	697	1 854	877	2 001
1955	—	618	1 260	587	1 116
1956	—	706	2 625	1 691	2 388

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa popular de caráter religioso, é a do padroeiro, São Francisco de Assis, anualmente realizada no mês de outubro, durante a qual é intensa a movimentação da população católica da terra, para assistir com fé e vibração às cerimônias litúrgicas.

Durante a festa do padroeiro, como um complemento que o povo dá à mesma, fazem-se diversões mais variadas, como sejam danças, feiras, leilões e outras práticas semelhantes.

Além da festividade religiosa da sede e de outras em diversos locais do interior do município, há o carnaval, as juninas, estas com as tradicionais "Fogueiras", "Ranchos", "Cordões de pássaros", "Bois Bumbás", etc., em tudo havendo a mais espontânea alegria popular.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os moradores do lugar recebem o nome de "Timboteuenses".

É sede de Comarca e Têrmo com 5 distritos judiciários.

Conta com um eleitorado de 6 070 eleitores.

O topônimo Nova Timboteua é locução híbrida — português e tupi.

O têrmo Nova lhe foi impôsto para distingui-lo do mais antigo, Timboteua — atual vila, sede de distrito.

Timboteua provém de *timbó* (nome de várias plantas tóxicas) e *eua*, com "t" eufônico (lugar de, abundância de). Significa "lugar de timbó, abundância de timbó".

Timbó deriva de ti = i =ig (água) e mbó = mboia (o que se contém), timbó = exalação. (Th. Sampaio).

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Nova Timboteua — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

ÓBIDOS — PA

Mapa Municipal na pág. 119 do 1.° Vol.

Fotos: págs. 126, 172, 174, 194, 196 e 198 do Vol. I

HISTÓRICO — Desde as primeiras explorações do rio Amazonas, além da atual posição da cidade de Óbidos, notaram os portuguêses a relativa diminuição de secção do grande rio naquela paragem, e, conforme as idéias militares de então, reconheceram a necessidade de fortificar o ponto.

O desenvolvimento da catequese também contribuiu em grande parte para a escolha do local da atual sede, de um dos maiores municípios do Estado do Pará.

Subindo o Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1697, o rio das Amazonas, com destino ao Rio Negro, ao passar no estreito canal do grande rio, verificando ser a situação da margem esquerda muito favorável para um pôsto fortificado, determinou a Manuel da Mota e Siqueira, que deixasse de mão a idéia de construir um forte no Ituqui e fôsse edificá-lo acima do rio Tapajós, no rio das Amazonas, onde a passagem se estreita, situando-o na margem norte do rio.

Siqueira imediatamente deu comêço à obra, que, depois de concluída, mal podia montar quatro peças.

Por essa época, 1697, os frades capuchos, da província de N. S.ª da Piedade, dirigiram-se ao local e fundaram, com os índios do rio Trombetas, uma aldeia que denominaram dos Pauxis.

O forte de Mota e Siqueira recebeu o nome de fortaleza dos Pauxis.

A aldeia desenvolveu-se regularmente sob a direção dos capuchinhos e o forte conquanto sempre equipado e

Lago Pauxis

Lago Pauxis

provido de pessoal, servindo de registro para o alto Amazonas, ficou sempre na construção primitiva antiga.

Em 1749, quando sob o comando do Capitão Baltazar Luiz Carneiro, visitado pelo mestre de campo José Miguel Aires, achava-se o forte em ruínas.

Na viagem do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Rio Negro em 1758, ao passar na aldeia de Pauxis, reuniu à fortaleza dos Pauxis, duas aldeias de frades da Piedade, nas proximidades existentes, e, em março daquele ano, sendo sábado de Aleluia, erigiu-as em vila, com a denominação de Óbidos, ficando a freguesia sob o padroado da Senhora Santana.

Em 1762, o estado do forte era já deplorável.

De 1765 a 1767 ocupou cargo de diretor da vila o Tenente Pedro Maciel, que foi substituído de 1768 a 1776, por José Antônio Souto Maior.

O governador Martinho de Sousa e Albuquerque, quando em 1784 por Óbidos passou, encarregou o sargento-mor engenheiro João Vasco Manoel de Braum de examinar o forte, havendo ficado em projeto os bons desejos de reedificá-lo ou pará-lo.

Em 1804 foram juízes ordinários da vila Joaquim José de Castro e Leandro José da Fonseca; em 1805, Paulo José da Fonseca e José Plácido Pagones; em 1806, Manoel Pedro Marinho; em 1808, João Ricardo Picanço; em 1812, José Ricardo Picanço; em 1813, Antônio Rodrigues Vieira Cativo; em 1814, José Plácido Pagones; em 1815, Gabriel Mousinho e Manuel Antônio de Oliveira; e, em 1816, Clemente José do Amaral.

O Senado da Câmara em 1816 era representado por Manuel Aniceto de Oliveira, Gabriel Mousinho, Cosme Damião Figueira e Joaquim José Cardoso.

Como vila entrou Óbidos para a independência.

Em 1823 foi juiz ordinário José Pedro de Andrade.

A primeira câmara municipal empossada segundo a Lei de 1828 era constituída por José Manoel Bentes, presidente; e, vereadores José Manoel da Costa, José Maria Pinto Guimarães, José da Silva Simões, Sebastião José Vieira, Felisberto José Tavares e João Antônio Nunes, que serviram de 1829 a 1832.

Nas sessões do Conselho do Govêrno da Província do Pará, de 10 a 17 de maio de 1833, Óbidos que foi mantida vila, perdeu a sua denominação, substituída por Pauxis, que conservou até 1854.

O município de Óbidos sofreu muito com a Cabanagem, principalmente o interior que foi depredado pelos bandos facínoras, que em seu território fizeram couto, e que sòmente com a interferência do Padre Manoel Sanches de Brito se dispersaram.

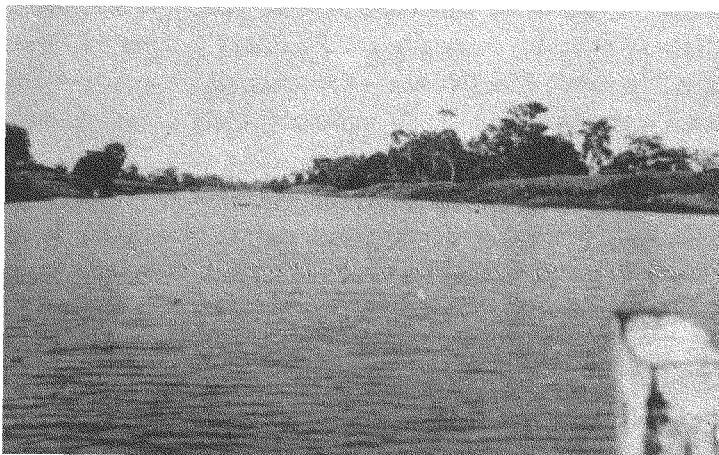
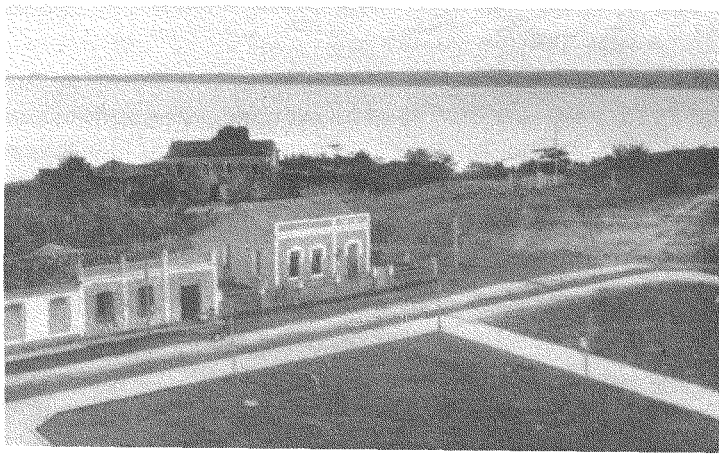
A Resolução n.º 252, de 2 de outubro de 1854, elevou à categoria de cidade a vila de Óbidos, conjuntamente com Bragança e Vigia.

A primeira câmara municipal eleita para a cidade de Óbidos, ficou constituída por Dionísio Pedro Alzier, José Pedro Batista, Firmino Antônio Figueira, Antônio de Andrade Freire, Lourenço Caetano Tôrres, Evaristo Ferreira Gato, Antônio Salgado dos Santos Guimarães, Severino Antônio de Azevedo e João Antônio Nunes Júnior, que deviam preencher o período de 1857 a 1860.

Entrada do Lago Cauxis

Pela Lei n.º 520, de 23 de setembro de 1867, foi criada a comarca de Óbidos.

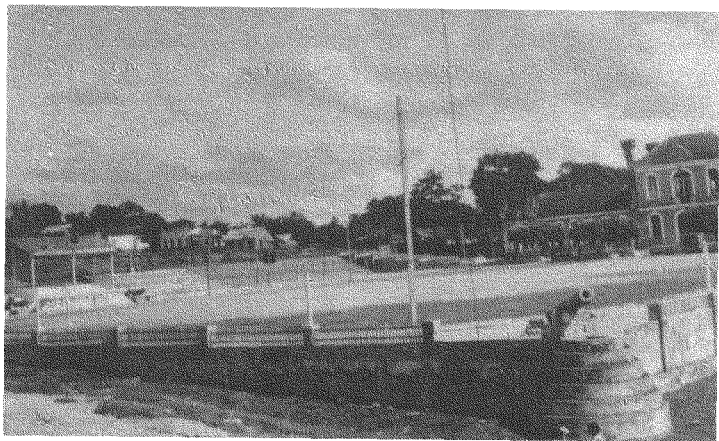
Com a proclamação da República, a câmara municipal de Óbidos fêz adesão ao novo regime com o ofício de 26 de novembro de 1889, assinado por Antônio Rodrigues de Sousa, Manoel Antônio de Matos, Joaquim José da Silva Meireles, Raimundo José de Almeida, Custódio Antônio dos Santos e Teotônio Pereira de Morais Coutinho.

Com o Decreto n.º 44, de 19 de fevereiro de 1890, dissolveu o govêrno provisório do Estado do Grão-Pará a câmara municipal e criou com o Decreto n.º 45, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual, por ato do mesmo dia nomeou presidente o Tenente-Coronel Joaquim José da Silva Meireles, e, vogais Tenente-Coronel Firmino Antônio Figueira, Dr. Marcos Túlio dos Reis Lima, Manoel Antônio de Matos, Vicente

Igarapé do Paru

O Forte Velho, vendo-se o Rio Amazonas

Augusto de Figueiredo, Boaventura de Azevedo Bentes e Francisco Maria Nogueira de Melo, que tomaram posse a 4 de março seguinte, com exceção do último que não aceitou a nomeação.

Do primeiro Conselho Municipal eleito constitucionalmente fizeram parte Joaquim Rodrigues Bentes, Manoel Antônio de Matos, Antônio de Sousa Azevedo, Antônio Pádua Vieira Pena, João Maria Roberto Pimentel e Cândido Antônio dos Santos.

Para o período de 15 de novembro de 1915 a 15 de novembro de 1918, foi eleito intendente municipal o Dr. Graciliano Negreiros, engenheiro militar.

A cidade de Óbidos dispõe de uma guarnição militar federal, estacionada na sua fortaleza reconstruída sob os moldes militares modernos. Foi a terceira cidade do Pará a abastecer a sua população de água potável.

Estádio General Rêgo Barros

Óbidos jamais fugiu à sua predestinação histórica.

Nos movimentos revolucionários de 1924 e 1932, os seus filhos, de armas na mão, corresponderam plenamente aos apelos dos brasileiros que sonhavam com uma pátria melhor e sem vícios.

Assim, pois, troaram os seus canhões em defesa dos ideais que julgavam os melhores e os mais puros.

Em 1924 lutaram para que o Brasil, livre do caciquismo político e das burlas eleitorais, tivesse representantes legìtimamente eleitos pelo povo e como tal fôssem a sua lídima expressão.

Em 1932, lutaram pelo Império da Constituição.

Pelo disposto no Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, foi mantido o município de Óbidos, tendo

28 — 24 640

confirmado tal disposição o Decreto estadual n.º 78, de 27 de dezembro do mesmo ano.

No quadro de divisão administrativa relativo ao ano de 1933, apenas o distrito-sede continua integrando o município de Óbidos, cujo nome figura entre os do Estado do Pará, mencionados pela Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935.

Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, os distritos de Óbidos e Paraná de Baixo são os que compõem o município em aprêço, o qual no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de outubro de 1938, é novamente constituído apenas do distrito de Óbidos, composto, porém de 2 zonas: Óbidos e Paraná de Baixo.

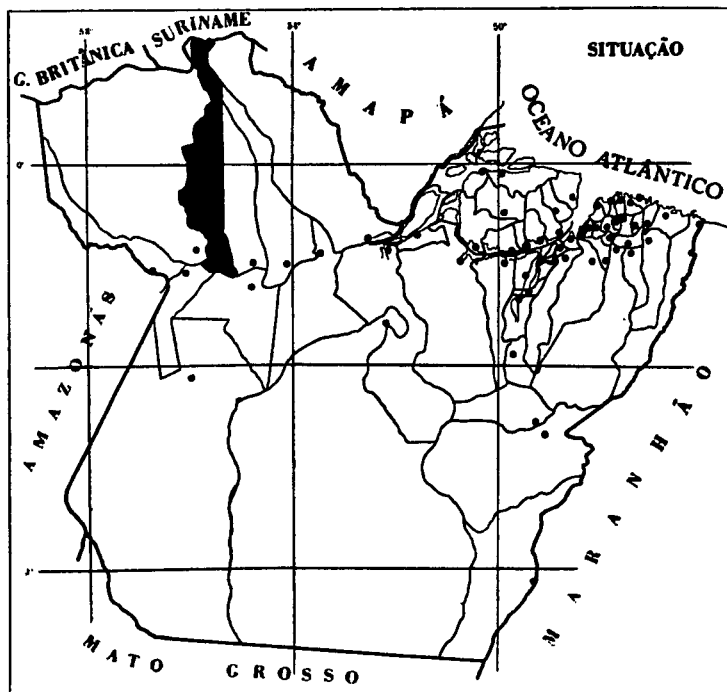
Lago Pauxis

Já na divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município de Óbidos integrado por um só distrito, o da sede, divide-se em 3 zonas, denominadas: Óbidos, Cuminameri e Paraná de Baixo, enquanto, na divisão territorial estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinquênio 1944-1948, o distrito único de Óbidos passou a compreender o primeiro, segundo e terceiro subdistritos.

Atualmente o município de Óbidos é constituído ùnicamente pelo distrito-sede.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Raimundo Lucas Menezes e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

Um Igarapé Em Tempo de Cheia

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na zona fisiográfica do Baixo Amazonas e limita com os municípios de Juriti, Oriximiná, Almeirim, Alenquer, Santarém e com a Guiana Holandesa. A sede municipal dista 779 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 48.º lugar em ordem de distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 54' 58" de latitude Sul e 55º 30' 59" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

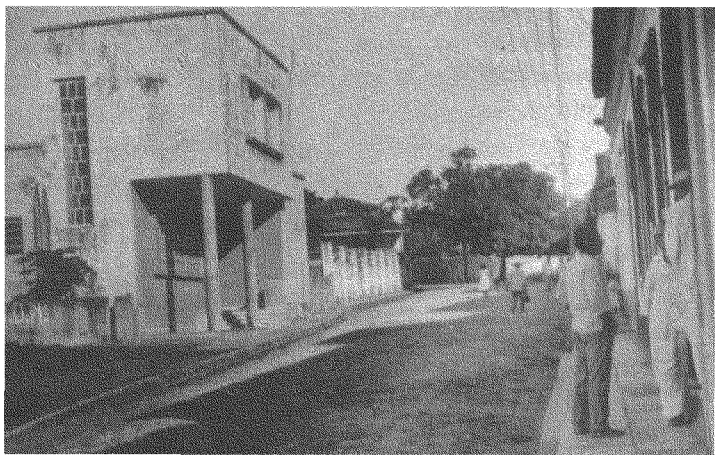
ALTITUDE — 37 metros na sede municipal sendo o 9.º município em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. Os dados referentes a quatro meses de 1956 (setembro a dezembro) indicam na temperatura da cidade: média das máximas 34,4ºC, média das mínimas 21,5ºC, média compensada 27,9ºC e precipitação 519,3 mm.

ÁREA — 28 408 km². É Óbidos o 11.º município do Estado em extensão territorial.

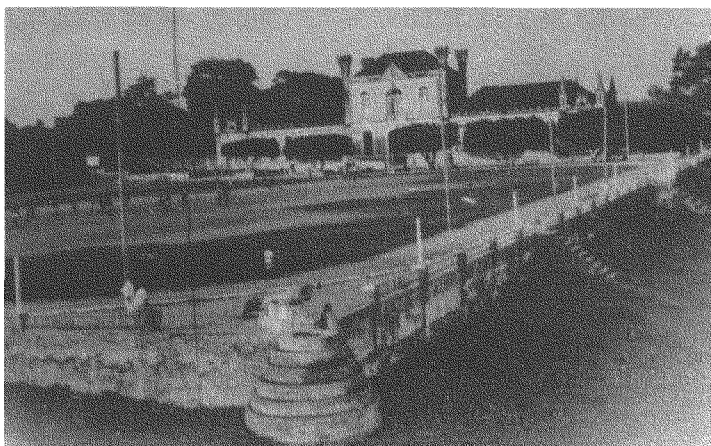
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Principais acidentes geográficos: Rio Amazonas — banha a cidade de Óbidos e a ilha Grande; rio Trombetas — afluente do rio Amazonas; cachoeira Pancada, sem característicos que possam identificar sua extensão; Jaramacaru — com 50 metros de altura e 30 de largura; serra da Escama — ao lado leste da cidade de Óbidos, com uma altura de 60 metros. Nela se encontra instalada a "Fortaleza Gurjão", do Exército Nacional; ilha Grande — situada no Paraná de Baixo, com aproximadamente 20 quilômetros de comprimento.

RIQUEZAS NATURAIS — Principais riquezas naturais: castanha, babaçu, breu, jutaicica, madeiras, sementes oleaginosas, borracha e cumaru aparecem como riquezas vegetais. Caititu, camaleão, capivara, jacaré, maracajá, queixada, veado, quelônios, pirarucu e peixe liso, constituem as principais riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Óbidos, segundo o Recenseamento de 1950, era de 16 083 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 8 009 — mulheres: 8 074;

Correios e Telégrafos

brancos — 5 914; pardos — 9 370; prêtos — 759 e 15 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 702, 4 426 eram solteiras; 3 678, casadas, 589, viúvas e 4, desquitadas. Existiam 54 estrangeiros e 5 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 15 692; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-XII-956, era de 18 129 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui uma aglomeração urbana principal: a cidade de Óbidos com 3 419 habitantes (1 492 homens e 1 927 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade, existem os povoados de Rio Branco, com 280 casas e 1 260

Quartel do Contingente

moradores; Flexal, com 150 casas e 1 020 moradores; Igarapé-Açu, com 210 casas e 1 280 moradores e São José, com 198 casas e 1 130 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — *Indústria Extrativa*: A produção de origem mineral é representada pela extração da argila que, beneficiada nas duas (2) olarias existentes no município, acusou a produção de tijolos e telhas com o valor global de Cr$ 263 937,40, em 1956. A de origem vegetal, por extração de castanha, jutaicica e cumaru, cuja produção total, em 1956, somou a quantia de .... Cr$ 14 495 312,50. De origem animal por pele de jacaré e peles de animais silvestres, cujo valor da produção, em 1956, somou Cr$ 62 178,00.

Todavia, o município assenta sua economia na produção da fibra juta, cuja exportação em 1956, atingiu a 280 700 kg valendo Cr$ 15 851 962,00, seguindo-se a castanha-do-pará, com 24 316 hectolitros, valendo .... Cr$ 14 441 860,00; gado bovino com 183 cabeças, valendo Cr$ 599 500,00; madeiras em bruto com 152 m^3 valendo Cr$ 330 500,00, e conchas de madrepérola com 28 030 kg valendo Cr$ 280 206,00.

O valor da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 32 020 009,50.

Existem no município 8 estabelecimentos industriais, sendo dois para prensagem de juta, duas olarias, uma usina para beneficiamento de arroz, uma fábrica de mosaicos, uma fábrica de calçados e um matadouro para abate de reses, além dos pequenos estabelecimentos, que se dedicam

Igreja Matriz

ao fabrico de farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 31,6% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicicultura.

A pecuária tem alguma evidência e o rebanho bovino é estimado em 20 mil cabeças.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com as praças de Belém, Rio e São Paulo. Há no município 103 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. Funciona uma Agência do Banco do Brasil S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Óbidos com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Oriximiná*: fluvial 22 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares; *Juriti*: fluvial 91 km, navios do

Frente da Cidade na Ocasião da Cheia

S.N.A.P.P e emprêsas particulares; *Alenquer*: fluvial 69 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares; *Santarém*: fluvial 126 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares, e aéreo 109 km, Panair do Brasil S. A.; *Almeirin*: fluvial 461 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares; *Capital Estadual*: fluvial 1 081 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares, navios do Lóide e Costeira, e aéreo, 840 km, Panair do Brasil S. A. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Óbidos conta com 27 logradouros; 950 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, possui 3 419 habitantes. É servida de luz elétrica e água canalizada. A iluminação pública se estende a 27 logradouros e a domiciliária conta com 335 ligações. A rêde distribuidora de água abastece 18 logradouros com 344 ligações domiciliares.

Vista da Cidade

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem um hospital mantido por particular e um pôsto de higiene mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), ambos de finalidades gerais. O hospital tem os serviços gerais de clínica médica, possui ambulatório, farmácia, sala de operações, 12 berços e 32 leitos, sendo 27 gratuitos, 3 contribuintes e 2 para pessoal técnico do hospital. Não executa trabalhos profiláticos e tem como corpo clínico um médico e seis enfermeiros. O pôsto de higiene possui os serviços gerais de clínica médica e saúde pública, possui ambulatório, farmácia, lactário, laboratório de microscopia e aparelhos para outros exames: executa trabalhos profiláticos de imunizações e tem como corpo clínico um médico, quatro enfermeiros, duas visitadoras e um guarda.

Rua Marechal Deodoro

Pôrto da Cidade no Verão

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem no município as seguintes associações: *Associação de Caridade Santa Casa de Misericórdia* — fundada em 1922. contando com 134 sócios e tendo como finalidade auxiliar tôdas as pessoas necessitadas; *Conferência de São Vicente de Paulo* — fundada em 1947, contando com 35 sócios e tendo como finalidade auxiliar todos aquêles que necessitam: *Legião Brasileira de Assistência* — fundada em 1949, e tendo como finalidade dar assistência aos necessitados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 13 278 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 5 287, ou 39,8%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 736 eram homens e 2 551, mulheres. Na sede municipal, das 2 925 pessoas de 5 anos e mais, 1 916 sabiam ler e escrever e destas, 829 eram homens e 1 087, mulheres.

Rua Dr. Corrêa Pinto

ENSINO — Em 1956, funcionaram em Óbidos, 43 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 1 994 alunos. No mesmo ano, na sede municipal, funcionou 1 estabelecimento de ensino extra-primário, o "Educandário São José", com os seguintes cursos: normal regional, com 42 alunos do sexo feminino e 11 professôres; de bordados, com 77 alunos do sexo feminino e 1 professor; música, com 10 alunos do sexo feminimo e um professor; datilografia, com 6 alunos do sexo feminino e 1 professor.

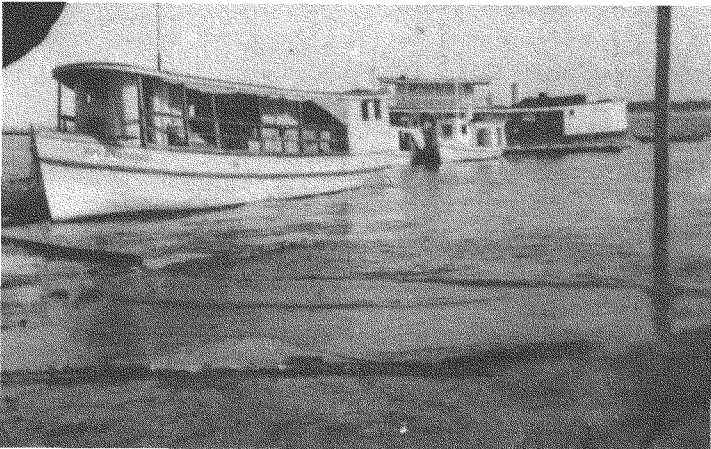
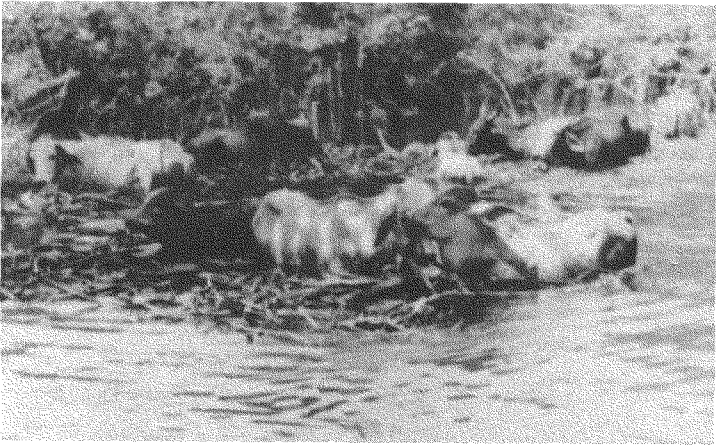
Residência do Agente de Estatística

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O cinema Iracema, na cidade, com 200 lugares. Duas associações culturais, de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

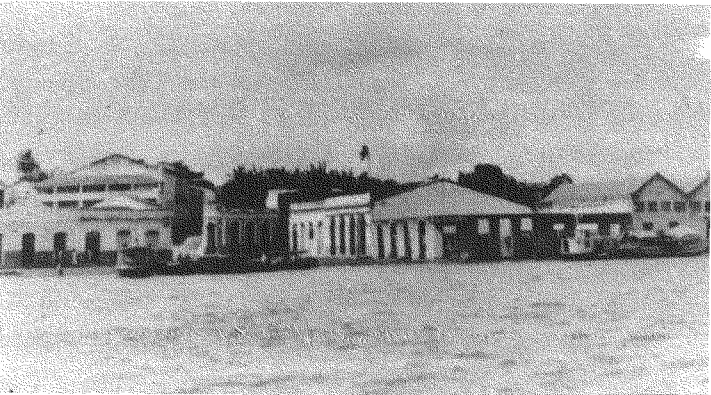
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	702	1 557	811	1 506
1951.......	...	1 212	2 402	1 740	1 636
1952.......	...	1 236	1 778	951	2 123
1953.......	891	1 170	2 442	1 317	2 444
1954.......	1 218	1 785	2 952	1 770	2 415
1955.......	1 637	2 650	3 003	1 953	3 622
1956.......	1 943	3 042	(1) 3 260	(1) 2 089	(1) 3 260

(1) Orçamento.

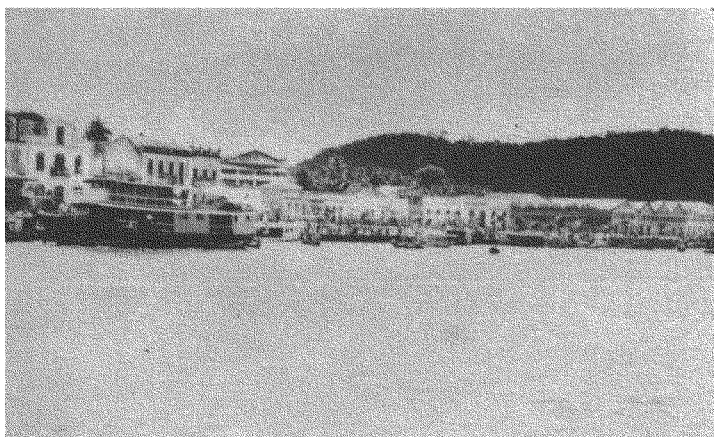
PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O Forte Velho construído em 1854, para defesa

Alagação de 1953

Alagação

da passagem estratégica do rio, está abandonado, de vez que a construção de outro forte na serra da Escama, superou a utilidade do fortim mencionado.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A cidade se movimenta com as comemorações tradicionais da Semana Santa, Santa Maria, em maio, Coração de Jesus e N. S.ª do Perpétuo Socorro, em junho e de S.ª Santana, a padroeira, em julho.

VULTOS ILUSTRES — O escritor José Veríssimo Dias de Matos, educador, jornalista e escritor, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, cujo centenário de nascimento foi celebrado êste ano (1957); Herculano

Alagação em 1957

Inglês de Sousa, político e jurista, escritor, também fundador da Academia Brasileira de Letras; Manoel Francisco Machado, Barão de Solimões, homem de vasta cultura, que exercia a presidência do Amazonas quando se deu a Proclamação da República; Dr. Augusto Correia Pinto, líder político de grande projeção no Pará, antes da Revolução de 1930, tendo sido vice-presidente do Estado por duas vêzes, senador estadual e intendente municipal de Óbidos, onde realizou fecunda e progressista administração, instalando água encanada, luz elétrica, fábrica de gêlo, e construindo mercado, hospital e cais. Grande orador e jurista evidenciou-se no cenário político-administrativo do Estado, como vulto de primeira grandeza.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A passagem apertada do rio Amazonas, em Óbidos, onde se registra a sua menor largura — 1 892 metros — é uma atração turística, pela imponência da paisagem. O maior rio do mundo em vo-

Frente da Cidade — Dia da Padroeira

lume de água, comprime-se na famosa "Garganta do Amazonas", cuja profundidade é estimada em cêrca de oitenta metros. A correnteza atinge o máximo de velocidade, na época da enchente, ultrapassando 7 000 metros por hora, conforme observações do famoso sábio francês Paul le Cointe.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Obidenses" e "Pauxináras", ou simplesmente "Pauxis". O topônimo Óbidos é de origem lusa. Xavier Fernandes, em "Topônimos e Gentílicos", afirma: "sôbre a origem de topônimo Óbidos também são duvidosas, se não inaceitáveis, as afirmações que se têm feito".

É sede de Comarca e Têrmo.

O eleitorado é de 3 702 eleitores.

Óbidos foi talvez o primeiro município do interior paraense a possuir água canalizada em sua sede. Êsse melhoramento urbano data de antes da Revolução de 1930.

Em 1934, a criação do município de Oriximiná, com território pertencente a Óbidos, ocasionou a êste município sério abalo em sua economia, sòmente refeita, ùltimamente, com o aparecimento da cultura da juta indiana, que se tornou a base econômica da comuna.

A guarnição militar de Óbidos é atualmente restrita a um contingente do Exército Nacional. A "Fortaleza Gurjão", na serra da Escama, teve seus grandes momentos de glória, nos movimentos revolucionários de 1924 e 1932. Defendendo a passagem da grande caudal, na famosa *"Garganta do Amazonas"*, a sua história está ligada indiscutìvelmente aos fatos da vida paraense.

Vista da Cidade

A cidade é bem aprazível, ventilada, e seu pôrto servido por navios do Lóide Brasileiro, em intercâmbio direto com o Sul do país, situa-se como um dos mais movimentados da região.

Vista da Cidade

Óbidos, é topônimo de origem portuguêsa; uma das muitas designações que Mendonça Furtado semeou na Amazônia. Os mestres da filologia se não entendem a respeito da origem. I. Xavier Fernandes aceita com reservas a origem latina *ob-id-os*, pela qual deveria ser designada uma entrada do oceano junto à antiga localidade do Distrito de Líria. *Ob-id = por isto, os = bôca.* Comezinha, ginástica filológica produz Óbidos e lhe explica a origem.

Vista da Cidade

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. — Tomo nono. — João Palma Muniz. — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Óbidos. — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957).

ORIXIMINÁ — PA

Mapa Municipal na pág. 123 do 1.º Vol.

Foto: pág. 166 do Vol. I

HISTÓRICO — Datam de 1877 as primeiras notícias do desbravamento feito pelo padre José Nicolino de Souza, natural de Faro, neste Estado, a esta parte de terras firmes, situadas à margem esquerda do rio Trombetas, onde fundou uma povoação, designando-a Uruã-Tapera ou Mura-Tapera, a qual, com a Lei n.º 1 288, de 11 de dezembro de 1886, foi elevada à categoria de Freguesia de Santo Antônio do

Uruã-Tapera, pelo Dr. Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Pará e desembargador do Maranhão.

São imprecisos os dados quanto à vida da freguesia, do período de sua criação até 9 de junho de 1894, quando

Fazenda São Francisco

o então governador do Estado, Dr. Lauro Sodré, elevou-a a categoria de vila, já com a denominação de Oriximiná, criando o município do mesmo nome, cuja instalação deu-se a 5 de dezembro do mesmo ano, e, nomeou para primeiro prefeito o Sr. Pedro Carlos de Oliveira.

Os limites dados ao município foram os seguintes: todo o rio Trombetas, igarapé Sapucuá e Maria-pixi e respectivo lago, até a bôca do igarapé Timbó, seguindo ao centro.

Sucederam o Sr. Pedro de Oliveira no período de 1894 a 1900, os senhores Emídio Martins Ferreira e Manoel Ferreira, não havendo nada concreto referente a êsse período, sabendo-se, no entanto, ter sido normal a vida do município.

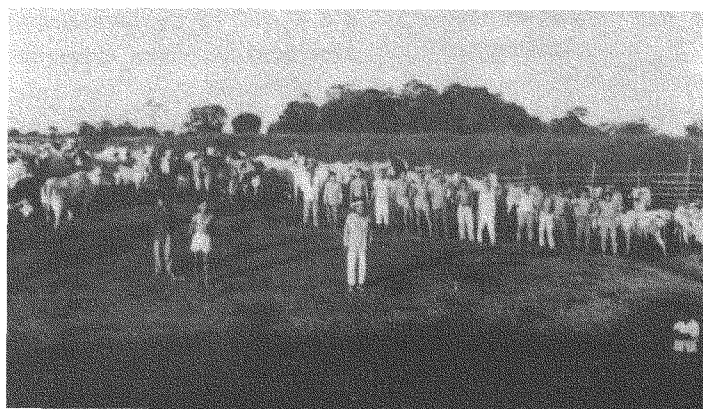
Em data de 3 de abril de 1900, pela Lei n.º 729, já no govêrno do Dr. Paes de Carvalho, por motivos políticos, foi extinto o município, sendo o seu território dividido entre os municípios de Faro e Óbidos, fato que não aconteceu totalmente, pois, foi anexado sòmente ao de Óbidos.

Da data de sua extinção e anexação a Óbidos, muito sofreu Oriximiná em seu desenvolvimento, até a revolução de 1930, mesmo tendo entre outras, as influências de José Gabriel Guerreiro, José Antônio Picanço Diniz, Elizio Pessoa de Carvalho, Carlos Maria Teixeira, José Clementino de Figueiredo, Raimundo José de Almeida, João Guerreiro, Manoel Costa, Antônio Figueira e Antônio de Sousa Bentes

Outro Aspecto da Fazenda

Vista Parcial

que sempre propugnaram pelo engrandecimento dêsse rincão brasileiro.

Vitoriosa a revolução de 30, já alguns políticos da nova geração, entre os quais Antônio Bentes de Oliveira

Um Rebanho de Gado da Fazenda São Francisco

Guimarães, José Gabriel Guerreiro Junior, Enéas de Mendonça Cavalcanti, Helvécio Imbiriba Guerreiro e muitos outros, procuraram restabelecer o município, para tanto,

Escola Rural

expondo ao então interventor federal do Estado, a necessidade de ser restabelecido o município de Oriximiná, argumentando com relatórios, onde provavam com números estatísticos, as possibilidades econômicas da região e que chamou a atenção do interventor, que, com a Lei n.º 1 442, de 24 de dezembro de 1934, restabeleceu o município, e nomeou para primeiro prefeito o Sr. Helvécio Imbiriba Guerreiro, que já vinha ocupando o cargo de subprefeito desde 4 de junho de 1933.

Um Grupo de Alunos da Escola Rural

Não deu o interventor o mesmo território que havia pertencido a Oriximiná.

Tendo sido exonerado o Sr. Helvécio Imbiriba Guerreiro, substituiu-o no cargo o Sr. João Imbiriba Guerreiro, que tomou posse em 8 de agôsto de 1935, e estêve à frente da administração municipal, até o dia 12 de fevereiro de 1936, quando assumiu o Sr. Helvécio Imbiriba Guerreiro, eleito prefeito constitucional, no pleito de 30 de novembro de 1935, quando também foi eleita a primeira câmara municipal, após a reinstalação do município e que foi constituída pelos senhores Martinho de Figueiredo Tavares, José Gabriel Guerreiro Júnior, Antônio Bentes de Oliveira Guimarães, Manoel Rosalino da Silva, Tomaz Evangelista da Silva, Artur de Oliveira Andrade, Francisco Antônio Colores e Joveniano Ferreira de Barros.

Vista do Estaleiro Naval São José

Com o golpe de Estado de 1937, nada sofreu o município em seu surto de progresso pois o interventor José Carneiro da Gama Malcher manteve no exercício o prefeito Helvécio Imbiriba Guerreiro, nomeando-o para o cargo.

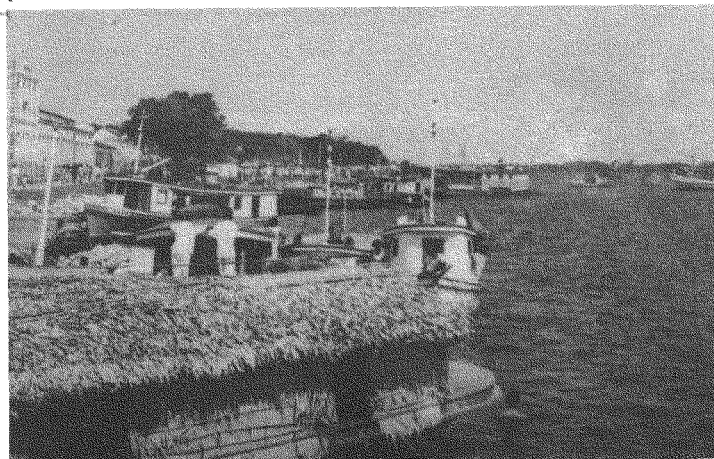
No período de 12 de fevereiro de 1936 a 11 de março de 1943 houve algum progresso, pois o prefeito Helvécio Guerreiro, inaugurou diversos melhoramentos na cidade e no interior, tais como: serviço de luz elétrica, Grupo Escolar, Cadeia Pública, Matadouro Municipal, além da abertura de diversas ruas na cidade e instalações de escolas na zona rural.

De 11 de março de 1943 a 11 de março de 1947 governou o município o Sr. José Gabriel Guerreiro Júnior, nomeado para o cargo por ato do interventor Magalhães Barata.

De 11 de março de 1947 a 29 de fevereiro de 1948, estêve o município entregue ao prefeito Acioli Ramos, que por nomeação do interventor substituiu o Sr. José Gabriel Guerreiro.

De 29 de fevereiro de 1948 a 31 de março de 1951, governou o município o Sr. Guilherme Imbiriba Guerreiro.

A câmara municipal, nesse período, foi constituída pelos senhores José Neves Acioli Ramos, que foi eleito vice-prefeito, José Gabriel Guerreiro, Carlos Calderaro, Raimundo Tavares Gomes e Joveniano Ferreira de Barros.

A 31 de março de 1951, tomou posse do cargo o Sr. Antônio Machado Imbiriba, que estêve à testa dos destinos do

Diversas Construções do Estaleiro São José

município até 31 de janeiro de 1954, data em que tomou posse o atual prefeito José Antônio Picanço Diniz Filho.

Nesse período a câmara municipal foi constituída dos senhores: José Gabriel Guerreiro, Eluzio Pessôa de Carvalho, Antônio Joaquim dos Santos, Joveniano Ferreira de Barros e Pedro Tavares de Oliveira.

São os seguintes os atuais vereadores: Raimundo Muniz de Figueiredo, Cesar Guerreiro, Guilherme Imbiriba Guerreiro, João Batista de Oliveira, Manoel Ramos de Oliveira, Lucelindo Farias Tavares e Luiz Alagio de Sousa que substituiu o Sr. Hilário Simplício de Oliveira Matos, que renunciou o cargo.

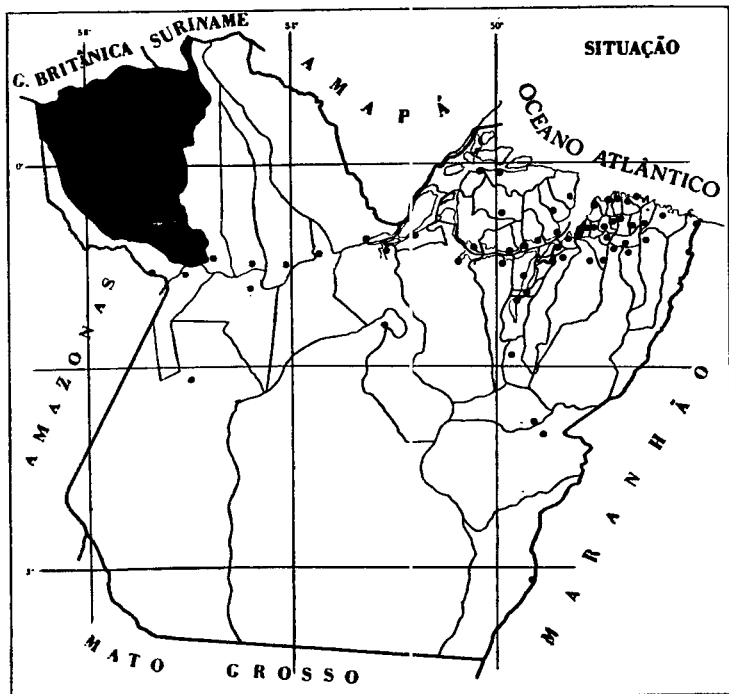
A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando-se, entre êles, o de Oriximiná, que nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972,

Uma Embarcação construída no Estaleiro São José

de 31 de março de 1938, figura formado ùnicamente pelo distrito-sede.

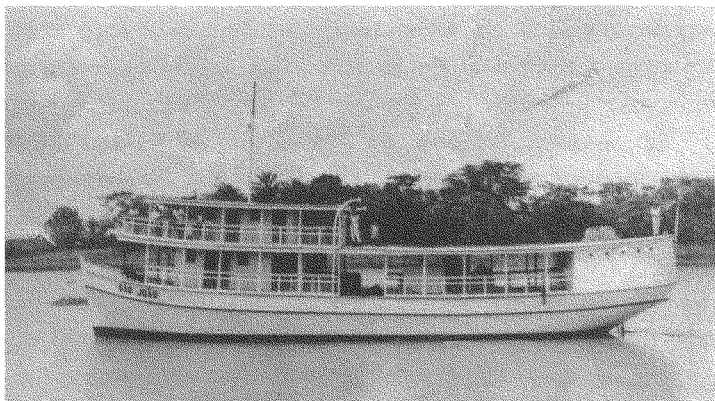
Dá-se o mesmo nas divisões territoriais do Estado, vigentes nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, e fixadas, respectivamente, pelos Decretos-leis estaduais n.os 3 131, de 31 de outubro de 1938 e 4 505, de 30 de dezembro de 1943.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. José Antônio Picanço Diniz Filho e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Oriximiná localiza-se na Zona Fisiográfica do Baixo Amazonas e limita com os municípios de Faro, Óbidos, Juruti e com a Guiana

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Holandesa. A sede municipal dista 819 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se, no 49.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1° 45' 48" de latitude Sul e 55° 22' 09" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 37 metros na sede municipal, sendo o 9.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. As chuvas são abundantes

Outro Barco construído no mesmo Estaleiro

Vista do Estaleiro

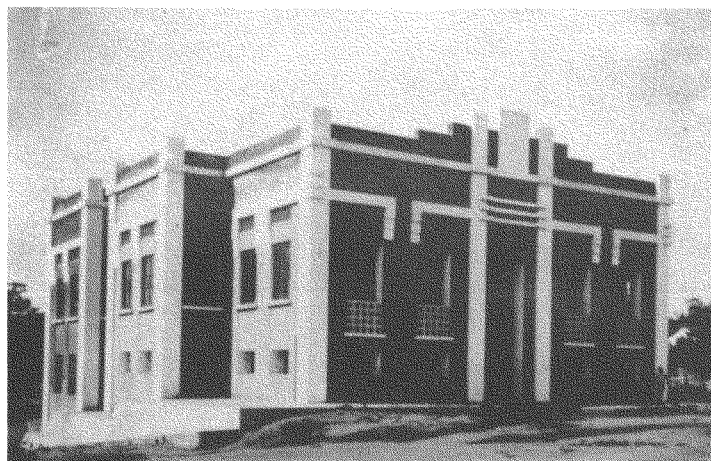
de janeiro a junho, e nota-se, de setembro a dezembro acentuado tempo sêco. A temperatura da cidade em 1956 foi a seguinte: média das máximas: 28°C e média das mínimas: 25°C.

ÁREA — 107 267 km². É Oriximiná o 3.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — *Rio Trombetas*: à margem esquerda dêste rio, está situada a cidade de Oriximiná; segue o rio em direção SE-NO, sendo navegável até a cachoeira Porteira, precisamente 60 milhas, tendo uma profundidade média de 22 metros. *Lago Sapucuá*: é o maior e mais bonito lago do município. *Cachoeira do Jatuarana*: com 27 metros de altura, é objeto de estudos para captação de água e energia elétrica. *Cachoeira Porteira*: no rio Trombetas, ponto terminal dêste rio, não é

Uma Sala de Aula

de muita altitude. *Cachoeira do Chuvisco*: no rio Erepecuru, é a mais bonita cachoeira do município, e em cuja base existe uma gruta; a água se despenha de uma altura aproximada de 26 metros. *Serra de Tumucumaque*: serve de limite entre o Brasil e a Guiana Inglêsa; tem a altura aproximada de 800 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — Argila e pedras de alvenaria, destacam-se como principais riquezas minerais, entretanto consta a existência de ouro, bauxita e cristal de rocha, ainda sem exploração. Madeiras, castanha, borracha, fava de cumaru e leite de maçaranduba constituem as riquezas vegetais. Couros e peles de animais silvestres e peixes, aparecem como as principais riquezas animais.

Grupo Escolar

POPULAÇÃO — A população de Oriximiná, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 12 209 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 167, mulheres — 6 042; brancos — 2 598, pardos — 8 365, pretos — 1 152 e 33 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 033, 3 884 eram solteiras, 2 612, casadas, 524, viúvas, e 3 desquitadas. Existiam 44 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Predominaram os que se declararam católicos romanos que eram 12 157; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-56, era de 13 762 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui uma (1) aglomeração urbana — a cidade de Oriximiná com 2 415 habitantes (1 149 homens e 1 266 mulheres) conforme dados do Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia principalmente na produção da castanha-do-pará, cujo valor da exportação, em 1955, atingiu a 6 939 hectolitros, valendo Cr$ 8 175 146,00, seguindo-se o gado bovino, com 2 100 cabeças, valendo Cr$ 2 467 100,00, essência de pau-rosa, com 16 231 kg, valendo Cr$ 1 835 400,00, madeira beneficiada e aparelhada com 439,7 m^3 valendo Cr$ 1 347 139,00 e conchas de madrepérola com 78 497 kg, valendo Cr$ 321 320,00.

O valor da exportação em 1955, somou ...... Cr$ 19 464 901,30.

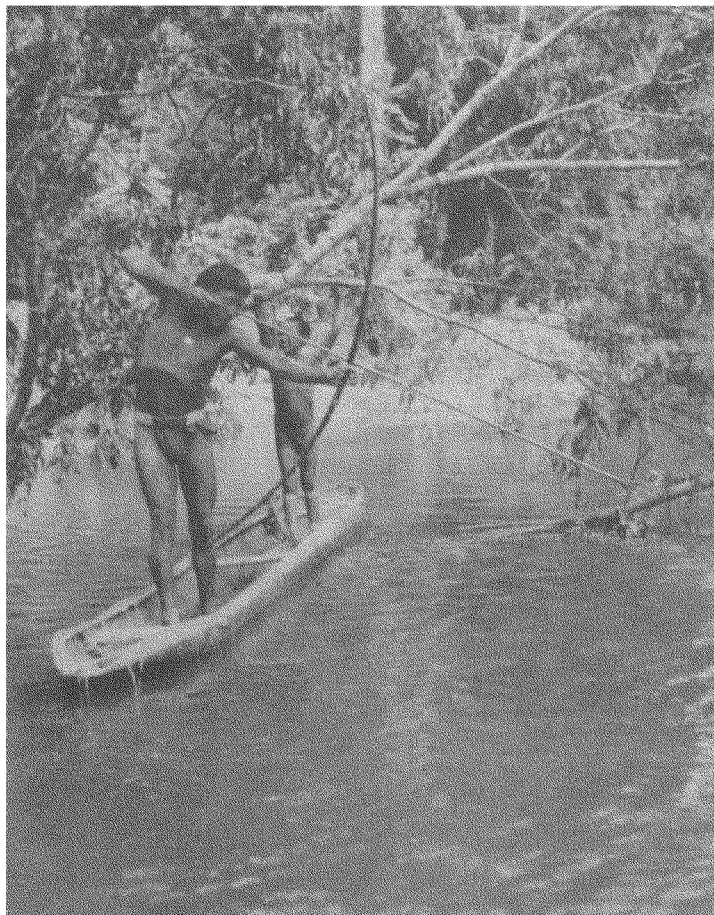
Vista Parcial da Cidade

Existem no município 8 estabelecimentos industriais, sendo 2 serrarias, 1 olaria, 2 estaleiros para construção de pequenas embarcações, 1 usina para prensagem de juta, 1 fábrica de calçados e 1 matadouro para abate de reses, além dos pequenos estabelecimentos, que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 31,1% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura.

A pecuária tem acentuado desenvolvimento e o rebanho bovino é estimado em 30 000 cabeças.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 82 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

Funciona uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S.A.

Um Índio Pescando

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Oriximiná com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Óbidos — fluvial, 50 km; Faro — fluvial, 110 km; Capital Estadual — fluvial, 939 km. Uma linha aérea, semanal, da Panair do Brasil serve o município.

Como via de comunicação, existe no município, uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Oriximiná conta com 16 logradouros públicos; 623 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 2 415 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 11 logradouros e a domiciliária conta 275 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Pôsto de Higiene do Serviço Especial de Saúde Pública, com finalidade geral, mantendo os serviços de assistência médica, higiene materna e infantil, servidos por um médico e uma visitadora.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município uma associação denominada Clube das Mães de Oriximiná, fundada em 1954. Contando com 88 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios e benefícios aos necessitados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 10 339 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, 3 201 ou 30,9% sabiam ler e escrever. Destas, 1 865 eram homens e 1 336, mulheres. Na sede municipal, das 2 068 pessoas de 5 anos e mais, 1 253 sabiam ler e escrever e destas, 639 eram homens e 614, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 32 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 1 478 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas são as Associações Culturais, ambas de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	265	404	1 120	583	1 457
1951	362	971	1 546	1 031	1 377
1952	855	870	1 187	555	1 904
1953	613	761	1 963	847	2 105
1954	857	778	2 213	1 060	2 621
1955	1 353	1 104	2 900	1 546	2 903
1956	1 807	1 571	3 739	2 631	3 313

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O Pavilhão "24 de Dezembro", situado na Praça Santo Antônio.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Tradicionalmente registramos a festa do glorioso Santo Antônio, padroeiro do município, com início no primeiro domingo de agôsto, com um Círio fluvial, e término no terceiro domingo, com uma grande procissão, que percorre, com a imagem do Santo, tôdas as ruas da

Cachoeira "Porteira", no Alto Rio Trombetas

Fazenda São Francisco

cidade. Há festas de arraial, leilões e grande afluência de romeiros.

VULTOS ILUSTRES — Podemos citar, como tendo posição de destaque no cenário nacional, o Coronel de Exército Renato Imbiriba Guerreiro, engenheiro, que foi por muito tempo diretor da Refinaria de Cubatão e, o Major Cantídio Bentes de Oliveira Guimarães, que teve papel saliente na aviação brasileira.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — *Cachoeira da Porteira* — No Rio Trombetas, é o ponto terminal do rio Trombetas. *Praia do Taboleiro* — Dista cêrca de 112 km da cidade e é notável pela desova dos quelônios, de setembro a dezembro. *Cachoeira do Chuvisco* — Com 36 metros de altura; em sua base encontra-se uma gruta. *Lago Sapucuá* — Circundado por serras, praias e campos de criação. É muito farto, principalmente de peixes. *Lago Paru* — Possui imensas campinas que se notabilizam pelo elevado número de bandos de pássaros aquáticos, que aportam pelo verão (setembro a dezembro).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "oriximinaenses".

O eleitorado é de 2 144 eleitores.

É têrmo Judiciário da Comarca de Óbidos.

É o mais novo município da região e seu desenvolvimento é apreciável. A segunda grande guerra (1939/1945) afetou sobremodo a vida econômica de Oriximiná, porquanto os produtos básicos de sua economia, na época, castanha-do-pará e essência de pau-rosa ficaram sem mercado comprador.

Oriximiná, é topônimo indígena, de procedência tupi ou de outra procedência. O étimo *orixi* é de difícil identificação. Poder-se-á, talvez, deduzir, por corrupção, de uruçuí = uriçui = arici = orixi — abelha (uma das espécies), e *miná,* marido, macho. Significaria, então, "o macho da abelha", "o zangão". Frei Protásio Frinckel, o pároco do município, que conhece a região e seus diversos núcleos de habitantes primitivos, inclina-se, segundo informação do agente de estatística, pela derivação de ERUZU-M'NÁ, com a significação de "muitas praias" ou "minas de praias". Deve tratar-se de um dos dialetos indígenas de formação mesclada. À região foram ter várias tribos de diferentes nações e até lá se homiziaram escravos

africanos. Pena é que o criador do topônimo não lhe tenha deixado o significado e a derivação etimológica.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do município de Oriximiná — C.N.E. — 1948; — Arquivo da Agência Municipal de Estatística; — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Esattística do Pará. (Junho de 1957).

OURÉM — PA

Mapa Municipal na pág. 83 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — As origens históricas dêste município remontam ao ano de 1727, quando, no local da atual sede, Luiz de Moura edificou uma casa forte, à custa própria, no intuito de criar-se uma posição oficial e ao mesmo tempo estabelecer-se no rio Guamá.

Em tôrno dessa residência desenvolveu-se um povoado, que, já em 1753, mereceu do então governador e Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a categoria de freguesia, sob o orago do Divino Espírito Santo, e de vila, com a denominação de Ourém, constituindo-a aquêle ilustre governador com 150 índios, tomados a contrabandistas, e com famílias vindas das ilhas dos Açores, para colonizar o Pará.

A instalação do município teve lugar em 29 de maio de 1762 pelo desembargador e corregedor da comarca Feliciano Ramos Nobre Mourão.

A sua Câmara ficou constituída por dois juízes ordinários, dois vereadores e um procurador e dela fizeram parte João da Cunha Corrêa, Belchior Henrique, Francisco de Melo Coelho, Manoel Furtado e Antônio da Silva.

Em 1767 era diretor da vila o alferes Xavier de Siqueira, e, em 1768, ocuparam os cargos de juízes ordinários Afonso Pereira e Marcelino Gomes da Silva.

O Senado da Câmara, em 1804, contou como membros Joaquim José Expíndola, Paulo Marques, Raimundo dos Santos Furtado, José da Silva e João de Deus de Freitas.

Como município entrou para a Independência, figurando em 1823 como juiz ordinário João de Deus e Silva, que à Câmara apresentou a notícia da adesão à Independência. Era vigário da paróquia, nessa emergência, Frei Pedro de Santo Angelo Mazzinghi Pena Fort.

A primeira Câmara, eleita conforme a Lei geral de 1828, era formada por Manoel Raimundo de Macedo, presidente, e, vereadores, Manoel Antônio de Quadros, Venâncio José Reis, Domingos Pestana e Manoel Raimundo Roiz, que exerceram o mandato no quatriênio de 1829-1832.

Sofreu muito êste município com a Cabanagem, pois o seu território foi vítima de inúmeras depredações durante o conflito.

No quatriênio de 1837-1840 participaram da Câmara Inácio Felix Guerreiro, presidente, e, vereadores, Pedro Militão da Cunha, Antério Francisco de Carvalho, Martinho dos Santos Mártires e Domingos Manoel Pestana.

Pouco avançou o município daí em diante até o quatriênio de 1849-1852.

Ourém fêz parte da comarca da capital, primitivamente, tendo, com a criação da comarca de Bragança, passado para ela, para em seguida, pela Lei n.º 337, de 1.º de dezembro de 1859, tornar a ser unido à Câmara da capital.

No quatriênio 1865-1868, o voto colocou na Câmara os cidadãos Padre Marcelo Alves de Menezes, Eliziário José de Carvalho, José de Almeida Peninche, Marcelino Modestino Percio dos Reis, Antonio Manoel Nunes, Domingos Casemiro Pereira Lima e Antônio José Cordeiro.

No período desta vereação conservadora, no intuito de enfraquecê-la, os liberais trabalharam para a constituição do município de Irituia, e, de fato, o conseguiram com a Lei n.º 534, de 12 de outubro de 1867, tendo envidado todos os esforços para levar a efeito logo a instalação da nova vila e criar-se lá uma situação favorável à respectiva corrente partidária.

Não concretizaram, entretanto, pois que, em 1868, com a Lei n.º 586, de 23 de outubro, os conservadores obtiveram a revogação daquela, retornando Irituia ao seu primeiro estado de freguesia, dependente de Ourém e parte integrante do município.

Em fins de 1868 os liberais congregaram as suas fôrças políticas e conseguiram entrar novamente para a Câmara, porquanto, ganharam as tormentosas eleições de vereadores e juízes de paz para o período de 1869-1872.

O partido liberal, nessa ocasião, não obstante guardar como chefe de honra Domingos Casemiro Pereira Lima, era de fato dirigido pelo professor Marcolino Surano Antônio Damasceno, em vista do estado precário de saúde do primeiro; permanecendo os conservadores a ser chefiados pelo padre Marcelo Alves de Menezes.

A luta dêstes, fracassados já em duas eleições, com os liberais, encarniçou-se no ano de 1876, por ocasião da reunião da junta municipal.

Em vista de moléstia incurável, o presidente da Câmara Domingos Casemiro Pereira Lima, achava-se desde 2 anos afastado do exercício do seu cargo, que havia passado a Hipólito José Pestana.

Como a presidência da junta municipal, por lei, era do presidente da Câmara, e achando-se Pestana ligado ao padre Marcelo Menezes, o professor Surano Damasceno, vendo perigar a situação do seu partido, deliberou que o presidente Domingos Lima assumisse a presidência da Câmara, a fim de presidir os trabalhos da junta municipal. Pestana discordou, tendo alegado que o precário estado de saúde do presidente e a natureza da moléstia que o minava, o impediam de funcionar na presidência da Câmara.

Sérios distúrbios se verificaram na vila, então, sendo o presidente da Câmara, Domingos Lima, ameaçado de espancamento até em sua própria residência, pelos correligionários do padre Marcelo e de Pestana.

Contando êstes com o único eleitor da paróquia de Ourém, Lázaro Antônio Picanço, com vários suplentes de vereadores, e achando-se de posse dos livros e demais documentos da junto municipal, resolveram fazer uma duplicata da junta, presidida por Pestana, em contraposição à dirigida por Domingos Lima.

Realizadas ambas e remetido o respectivo resultado ao presidente da província, Dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho, êste reconheceu como legais os trabalhos presididos por Domingos Lima.

Como represália, o padre Marcelo Menezes, que então fundou em Ourém o Partido Católico, reuniu-se aos seus

adeptos e, ambos, trabalharam pela elevação de Irituia a vila e do seu território a município, objetivo que foi alcançado em 1879, com a Lei n.º 934, de 31 de junho, revogada em 1886 pela Lei n.º 1 286, de 23 de dezembro.

Anteriormente, a Lei n.º 1 023, de 1.º de maio de 1880, criara a comarca do rio Guamá, com sede em Ourém, Lei essa depois revogada em 1885 pela Lei de n.º 1 207, de 11 de novembro.

Em conseqüência de dissensões políticas, em 1887, a Lei n.º 1 307, de 28 de novembro, suprimiu-lhe a categoria de vila, extinguindo, *ipso-facto*, o município que em 1889 a Lei n.º 1 399, de 5 de outubro, restaurou.

Com a proclamação da República o govêrno do Estado extinguiu com o Decreto n.º 128, de 7 de abril de 1890, a Câmara Municipal, estabelecendo com o de n.º 129, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual nomeou presidente José Henriques Xavier de Sousa, e, vogais, Veridiano Henriques Reis, Amâncio José Reis e Euzébio José Alves, que o instalaram em 26 de abril de 1890.

A Lei n.º 930, de 25 de outubro de 1904, que reformou a organização judiciária do Estado do Pará, criou a comarca do rio Guamá, cuja sede a Lei n.º 1 031, de 5 de novembro de 1907 transferiu para a vila de Ourém.

No primeiro triênio constitucional serviram, como intendente municipal, Euzébio José Alves, e, como vogais, Veridiano Henriques Reis e Vicente de Paula Rodrigues.

Em 1894 o Conselho Municipal foi constituído pelo intendente Marcos Florindo dos Reis, e pelos vogais Veridiano Henriques Reis, Antonio Roberto Junior, Francisco do Rosário e Sousa e José Silvério do Souto.

De 1910 a 1912 serviu como intendente Manoel Silvino dos Reis; e, de 1913 a 1915, foi eleito Paulo Alves da Silva.

Os Decretos estaduais n.ºs 6, de 4 de novembro de 1930 e 78, de 27 de mês seguinte, mantiveram o município de Ourém, que, no entanto, foi outra vez, extinto, em face do Decreto estadual n.º 564, de 30 de dezembro de 1931. Restabeleceu-se, porém, o de n.º 856, de 23 de janeiro de 1933.

Consoante o quadro de divisão administrativa relativo a 1933, o município de Ourém constitui-se sòmente do distrito de Ourém.

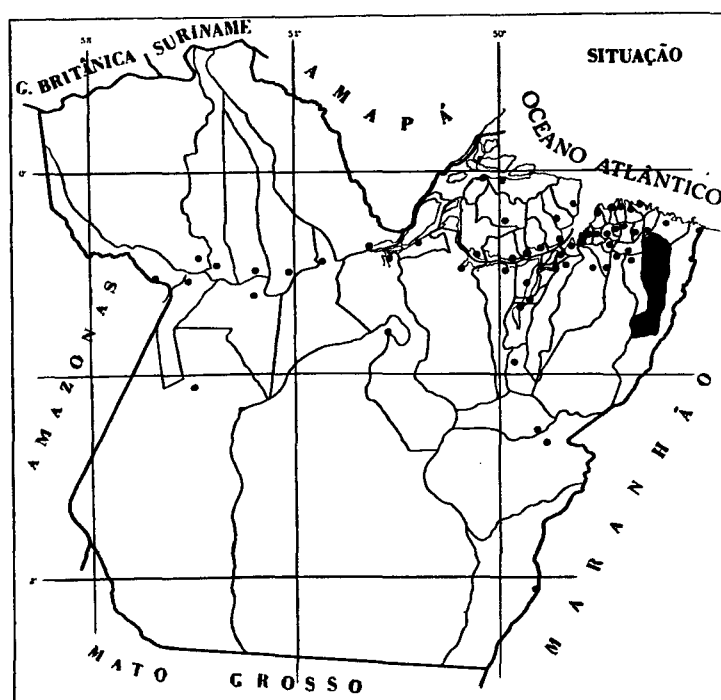
A Lei estadual n.º 8 de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando-se entre êles o de Ourém, que, nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1926 e 31 de dezembro de 1937, aparece integrado de 4 distritos: o da sede e os de Jacarequara, Tentugal e Pinambá.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município de Ourém compreende ùnicamente o têrmo-sede, subdividido, por sua vez, em 4 zonas: Ourém, Tupinambá, Jacarequara e Tentugal.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Ourém passou a abranger novamente o distrito de Tentugal, restaurado com o território da zona dêsse nome, desligada do distrito sede. Conseqüentemente, nessa divisão, se apresenta composto de 2 distritos: Ourém (com as zonas de Ourém, Jacarequara e Tupinambá) e Tentugal.

Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de novembro de 1943. Atualmente o município é constituído dos distritos de Ourém e Tentugal.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Raimundo Carvalho de Siqueira e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ourém localiza-se na Zona Fisiográfica Guajarina e limita com os municípios de Irituia, Guamá, Bragança e Viseu. A sede municipal dista 157 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 26.º lugar em ordem de distância de Belém. Tem as seguintes coordenadas geográficas: 1º 33' 01" de latitude sul e 27º 06' 51" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 45 metros na sede municipal, sendo o 5.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia que é o equatorial superúmido. De janeiro a junho as chuvas são abundantes.

ÁREA — 10 659 km². É Ourém o 21.º município do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Relevam-se como principais acidentes geográficos locais os seguintes: *Rio Guamá* que atravessa o município e em cuja margem direita fica a cidade de Ourém, é francamente navegável durante o inverno, dando acesso a embarcações de regular calado. Durante o verão êste rio só é franqueado à navegação do pôrto Conceição, em face da existência de cachoeiras que cortam totalmente o acesso de embarcações do aludido pôrto em diante. *Rio Caeté*: êste rio é navegável, durante o inverno, de sua foz até o lugar São João do Caeté, para embarcações de pequeno calado; serve de limite entre êste município e o de Capanema — Igarapés Puraquequara e Cafeteua. *Cachoeira Nova Colônia* — com 122 metros

de comprimento, sua área é de 1 415 m², com uma capacidade de água concentrada na estiagem de verão em média de 360 m³, sendo a sua potência em kWh estimada em 2 404; *São José*: situada na antiga aldeia São José, não se conhece características; *Ourém*: situada em frente à cidade do mesmo nome, desaparecendo totalmente na época do inverno.

RIQUEZAS NATURAIS — Consta a existência de cristal de rocha como riqueza mineral; esta ainda sem exploração. Madeiras de lei, borracha e fibras de malva, constituem as riquezas vegetais. Couros e peles de animais silvestres (veado e caititu, queixada e capivara) aparecem como as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Ourém, conforme o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 423 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 909, mulheres — 6 514; brancos — 5 169, pardos — 7 307, pretos — 933 e 1 de raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 326, 2 592 eram solteiros; 4 219 casados; 516 viúvos; nenhum desquitado. Existiam apenas 12 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Religiosamente, predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 13 105 sendo que as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-56, era de 15 130, sendo 12 727 no distrito de Ourém e 2 403 no distrito de Tentugal.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quinze aglomerações urbanas — a cidade de Ourém, com 753 habitantes (374 homens e 379 mulheres), e a vila de Tentugal, com 87 habitantes (43 homens e 44 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, e os seguintes povoados: *Limão*, com 59 casas e 255 moradores; *Arraial do Caeté*, com 70 casas e 264 moradores; *Jacarequara*, com 18 casas e 108 moradores; *Tupinambá*, com 14 casas e 66 moradores; *Pacuí-Claro*, com 18 casas e 86 moradores; *Arraial Santa Terezinha*, com 50 casas e 262 moradores; *Patauateua*, com 18 casas e 76 moradores; *Santo Antônio Maria*, com 80 casas e 90 moradores; *Puraquequarina*, com 65 casas e 320 moradores; *Igarapé-Açu*, com 48 casas e 270 moradores; *São José*, com 26 casas e 74 moradores; *Caraparu*, com 20 casas e 50 moradores; *São João do Caeté*, com 22 casas e 60 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As ocupações de caráter econômico mais evidentes e desenvolvidas no município são as seguintes: produção de fibra malva, cuja exportação em 1956 atingiu a 2 003 395 kg, valendo Cr$ 28 713 760,00, seguindo-se arroz com casca com 1 588 320 kg, valendo Cr$ 4 970 550,00, farinha de mandioca com 304 740 kg, valendo Cr$ 773 069,00, algodão em caroço com 130 530 kg, valendo Cr$ 647 945,00 e arroz beneficiado com 75 900 kg, valendo Cr$ 365 500,00.

O valor geral da exportação somou Cr$ 36 712 806,60.

Existe no município 1 usina para beneficiamento de arroz, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 45,3% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

A abertura de novas colônias agrícolas como a de Capitão Poço, estão situando o município como um dos progressistas em agricultura. A produção de fibra de malva é a base econômica do município.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é distribuído em 50 estabelecimentos do tipo varejista e atacadista, funcionando nas zonas urbana e rural transacionando também com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Ourém com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Irituia*: fluvial; *Guamá*: fluvial e rodoviário, 75 km; *Bragança*: rodoviário, 125 km; *Viseu*: fluvial e rodoviário; *Capanema*: rodoviário, 50 km; *Capital Estadual*: fluvial e rodoviário, 197 km; Como via de comunicações existe no município uma Agência do Correio, do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ourém conta com 15 logradouros públicos, nos quais estão localizados 264 prédios com 753 habitantes, conforme dados do Recenseamento Geral de 1950. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 12 logradouros e a domiciliar conta com 134 ligações.

As suas edificações de maior importância são: o novo edifício da Prefeitura Municipal, a Igreja Matriz, o Pôsto de Puericultura, o Grupo Escolar.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas 1 Pôsto Sanitário, mantido pelo Govêrno Estadual, tendo, além de clínica geral, os serviços gerais de malária, sífilis e verminoses, desprovidos, porém, de qualquer aparelhamento especial; e sob a direção de 1 enfermeiro e 1 guarda.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 10 944 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 2 338, ou 21,3%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 443 eram homens e 895 mulheres. Na sede municipal, das 632 pessoas de 5 anos e mais, 336 sabiam ler e escrever e, destas, 194 eram homens e 142 mulheres.

ENSINO — Em 1955 funcionaram 28 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 914 alunos, espalhados pelas zonas urbana e rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Um teatro de propriedade da Paróquia, onde são realizadas pequenas representações em benefício da ordem religiosa. O teatro é localizado no prédio da Igreja Matriz.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	206	796	522	875
1951	—	512	1 246	979	911
1952	—	520	1 420	1 062	1 478
1953	—	614	2 019	1 625	1 704
1954	—	763	2 901	1 218	3 386
1955	—	735	1 853	1 311	962
1956	132	1 257	2 481	1 639	2 459

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Apesar de ser um dos municípios mais antigos do Pará, não existe nenhum monumento histórico que assinale sua participação na vida paraense.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como tradição religiosa de maior importância é a festa de São Benedito, na Matriz, freqüentada por centenas de pessoas de tôdas as partes vizinhas. Parece que o "Pretinho" (como êles o chamam) é o santo dos impossíveis. Todos os problemas íntimos são confiados às suas graças. A fé e a piedade animam essa festa. A festividade de São Benedito é realizada com um tríduo, que tem início no dia 29 de dezembro e termina a 31.

Deve ser tomado em consideração, também, a festa de Corpus Christi, durante a qual numerosas crianças recebem Jesus pela primeira vez, culminando com uma procissão de Cristo Hóstia, através das ruas principais da cidade.

A festa de Cristo-Rei é, também, significativa, realizando-se no 4.º domingo de outubro, com crescida participação do povo que enfeita grandiosamente as suas casas, portas e ruas, em uma manifestação exterior que se completa com a reparação interior.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como particularidade de interêsse turístico, observa-se a existência, em frente da cidade, da cachoeira de Ourém, no rio Guamá. O alto rio Guamá, que a partir de Ourém, inflete para o sul, mudando seu curso, possui elevado número de cachoeiras, que possibilitarão, no futuro o desenvolvimento turístico.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar são conhecidos como "ouremenses", "ouroenses". Segundo tradição local também são chamados "macacos". Essa alcunha proveio do hábito do venerando padre Ângelo Muretti, construtor da Igreja Matriz, o qual, quando encontrava um habitante do município, lhe metia a mão no bôlso e dizia: *vamos repartir o dinheiro, macaco*. E o nome ficou na história como indicativo do filho do local.

E a Matriz, a maior e mais bela igreja do interior paraense, nas zonas Bragantina, Guajarina e Salgado, nasceu dessa ajuda original.

Ourém — Topônimo de procedência lusa, imposto à localidade por Mendonça Furtado. Sôbre a origem, Xavier Fernandes acredita que terá vindo de *auren*, "designação que lhe foi dada (à povoação portuguesa) no tempo dos Romanos".

É têrmo da comarca de Capanema.

O eleitorado conta com 3 130 eleitores.

O município de Ourém, mercê da valorização da fibra de malva, tem tomado acentuado desenvolvimento. É, talvez, o maior produtor de fibra e a "entrada" pioneira, que o atravessou no Guamá já se distancia cêrca de 50 km da margem.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Ourém — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).

PONTA DE PEDRAS — PA

Mapa Municipal na pág. 275 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Êste município primitivamente denominou-se Mangabeiras, nome que o tempo substituiu pelo de Ponta de Pedras, por causa das pedras que existem no local, lembradas e indicadas principalmente no desenvolvimento da navegação pelas suas proximidades.

As crônicas passadas a indicam como fundada em 1737 com a categoria de freguesia, sob a invocação, que ainda conserva de N. S.ª da Conceição.

Em 1765 a igreja conservava-se ainda coberta de palha, estando a paróquia a cargo de um frade das Mercês.

Era diretor do lugar, em 1775, Salvador Roiz da Costa.

Com o predicamento de freguesia entrou para a Independência; e, no ato da divisão da província do Pará em têrmos e comarcas, nas sessões de 10 a 17 de maio de 1833, foi anexada ao município de Cachoeira, do qual fêz parte até 1877, quando a Lei n.º 886, de 18 de abril, a erigiu em vila e o seu território em município.

Sòmente em 1881 foi a Câmara instalada, em 7 de janeiro, com a juramentação e posse de Antônio Joaquim Gonçalves Lobato, presidente, e, vereadores João Batista Souto Maior, João Batista Marinho, Estevão Marcolino Tavares, José Ferreira Ribeiro e Zeferino Antônio Pereira, para o período de 1881-1884.

A Lei n.º 1 286, de 13 de dezembro de 1886, traneferiu para a vila de Ponta de Pedras a sede da comarca de Cachoeira, que ficou constituída com o município e têrmo da mesma comarca.

Com a proclamação da República, em 1889 a Câmara Municipal de Ponta de Pedras fêz a sua adesão ao novo regime, em sessão solene, realizada às 5 h 30 m da tarde de 24 de novembro daquele ano, havendo sido o ofício de comunicação ao govêrno provincial do Estado do Grão-Pará, do mesmo dia datado, assinado entre outros, pelo presidente da Câmara Antônio Joaquim Gonçalves Lobato, pelos vereadores, Cupertino Vilar, Francisco Antônio dos Navegantes e Antônio Serrão de Castro, pelo juiz de direito da comarca Dr. Augusto de Borborema, pelo secretário da Câmara Franklin Pereira de Sousa, tendo sido as firmas reconhecidas pelo notário interino Arlindo Joaquim Pinheiro. Com a declaração de vencidos assinaram ainda o ofício de adesão Gregório Antônio Tavares e Tomaz Francisco Tavares.

Com o Decreto n.º 85, de 10 de março de 1890, dissolveu o govêrno provisório do Estado a Câmara Municipal, criando com o Decreto n.º 86, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual no mesmo dia nomeou, presidente, Antônio Joaquim Gonçalves Lobato, e, vogais, Antônio Serrão de Castro, Cupertino Vilar, Francisco Antônio dos Navegantes e José Ventura Bulhosa, que tomaram posse a 14 de abril seguinte.

Exerceram o cargo de intendente municipal dêsse município, entre outros, Felipe Benício Aires, Alfredo do Nascimento Pereira, Joaquim Pereira Bulhosa, eleito para o período 1916-1918.

Em virtude do Decreto estadual n.º 78 de 27 de dezembro de 1930, criou-se o distrito de Itaguari, que figura como sede do município de Arari, também criado por efeito dêsse mesmo decreto, com território constituído dos extintos municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira.

De acôrdo com o quadro de divisão administrativa relativo a 1933, o município de Arari forma-se ùnicamente do seu distrito-sede, que é o de Itaguari.

A Lei estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, nomeando todos os municípios, cita o de Arari que no quadro de divisão territorial, datado de 31 de dezembro de 1936, se compõe de 6 distritos: Itaguari, Anajás, Bacabal, Lago Arari, Mutá e Santa Bárbara.

No quadro de divisão territorial de 31 de dezembro de 1937. Arari é integrada por 8 distritos: Itaguari, Anajás do Arari, Anabiju, Bacabal, Lago Arari, Mutá, Santa Bárbara e Santa Cruz.

Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município de Arari, que teve o seu topônimo mudado para Itaguari, passou a formar-se de um distrito, o de Itaguari, composto de 6 zonas: Itaguari, Anajás, Bacabal, Mutá, Santa Cruz e Anabiju, não mais fazendo referência aos antigos distritos do Lago Arari e Santa Bárbara.

Em razão do Decreto-lei estadual n.º 3 131 de 31 de outubro de 1938, o município e o distrito de Itaguari receberam a denominação de Ponta de Pedras. Na divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estatuída pelo Decreto-lei supracitado, Ponta das Pedras permanece formado por um só distrito: o da sede.

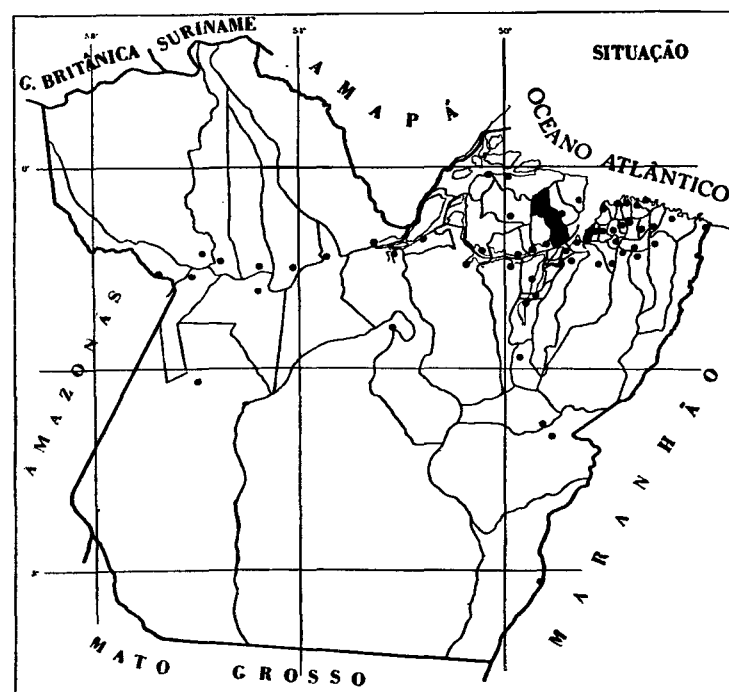
Em face do Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o referido município figura apenas com o distrito-sede.

Atualmente o município é constituído dos distritos de Ponta de Pedras e Santa Cruz.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. João Cabral Noronha e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

Ponta de Pedras teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Santa Cruz do Arari, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ponta de Pedras, localiza-se na zona fisiográfica do Marajó e ilhas e limita com os municípios de Anajás, Chaves, Cachoeira do Arari, Baía do Marajó e rio Pará.

A sede municipal situada na ilha de Marajó, dista 44 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 4.º lugar em ordem de distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 23' 36" de latitude Sul e 48º 52' 14" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 12 metros na sede municipal, sendo o 25.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido.

ÁREA — 3 665 km². É Ponta de Pedras o 34.º município em vastidão territorial do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente é o lago Arari, de forma oval, ao norte do município, no centro da ilha de Marajó, com o comprimento estimado de 18 km e largura aproximada de 6 km. Nêle nasce o rio Arari que banha o município.

RIQUEZAS NATURAIS — O barro destaca-se como a principal riqueza mineral; borracha (hevea brasiliensis), madeiras, sementes oleaginosas e fibras diversas, aparecem como as vegetais. Peixes constituem, em enorme escala, a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Ponta de Pedras, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 12 114 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 6 209; mulheres — 5 905; brancos — 2 286; pardos — 8 986; pretos — 789; nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 825, 4 181 eram solteiras; 2 179, casadas; 440, viúvas; 4, desquitadas. Existiam, apenas, 10 estrangeiros e 4 naturalizados. Em religião predominavam os que se disseram católicos romanos, com 11 966; as outras seitas ofereceram mínimo número de prosélitos. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-XII-956, era de 13 655 habitantes, sendo 10 543 no distrito de Ponta de Pedras e 3 112 no de Santa Cruz.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro aglomerações urbanas: a cidade de Ponta de Pedras com 1 486 habitantes (755 homens e 731 mulheres) e a vila de Santa Cruz com 336 habitantes (164 homens e 172 mulheres), e os povoados de Genipapo, com 210 casas e 1 300 moradores e Mangabeira, com 60 casas e

400 moradores. Os dados são os fornecidos pelo Censo Geral de 1950 e de informes mais novos.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Indústria Extrativa — A produção de origem mineral é representada pela fabricação de tijolos e telhas, cuja atividade, em 1956, rendeu Cr$ 2 436 000,00; a vegetal, por extração de borracha, semente de andiroba, semente de ucuuba, lenha, fibras diversas e madeira bruta, rendendo, em 1956, Cr$ 6 086 500,00; a animal, por peixes de diversas espécies, com uma renda de Cr$ 3 680,00, correspondente a 920 000 quilos.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de gado bovino, cuja exportação, em 1956, atingiu a 8 332 cabeças, valendo Cr$ 2 293 600,00; borracha fina, com 65 874 kg, somando Cr$ 2 265 972,00; peixe congelado, com 327 000 kg, no valor de Cr$ 1 399 000,00; gado suíno com 3 364 cabeças, com um apuro de .... Cr$ 1 473 100,00. O total da exportação em 1956, perfez Cr$ 29 734 960,00.

Existem no município 6 estabelecimentos industriais, sendo 2 serrarias; 2 olarias; 1 engenho; 1 fábrica de sabão. O município não produz farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 13,4% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

O rebanho bovino, de acôrdo com o Censo Agrícola de 1950, era de 133 852 cabeças, sendo, portanto, o primeiro município paraense em população pecuária. O número de eqüinos, conforme ainda o Censo Agrícola de 1950, era de 10 811 cabeças.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, no município 47 estabelecimentos comerciais, do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O comércio mantém transação com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias que abastecem o município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Ponta de Pedras com as sedes municipais limítrofes e com a capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: *Anajás*: terrestre, 150 km, a cavalo; *Chaves*: terrestre, 240 km, a cavalo; *Cachoeira do Arari*: fluvial, 54 km, barco a motor e canoa a vela; e terrestre, a cavalo; *Muaná*: fluvial, 54 km, barco a motor e canoa a vela; *Capital Estadual*: fluvial, 50 km, barco a motor e canoa a vela.

Como via de comunicação, existe no município uma Agência do Correio do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ponta de Pedras conta com 18 logradouros públicos, 326 prédios e 1 486 habitantes. É dotada de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 17 núcleos e a domiciliária conta com 126 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um pôsto médico, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública, possuindo ambulatório; farmácia; lactário; laboratórios de análises clínicas, de microbiologia, sorologia e anatomia patológica. Atende a serviços de clínica médica em geral, de pequena cirurgia e tem como corpo clínico um médico; um técnico de laboratório; um prático de farmácia; um enfermeiro; uma visitadora; e um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 10 025 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 164, ou 31,6%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 799 eram homens e 1 375, mulheres. Na cidade, das 1 245 pessoas de 5 anos e mais, 590 sabiam ler e escrever e destas, 307 eram homens e 283, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 25 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 1 125 alunos, na área urbana e na suburbana, respectivamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	242	984	726	896
1951.......	—	238	1 155	735	1 057
1952.......	—	214	1 115	720	1 166
1953.......	—	218	1 703	875	1 739
1954.......	—	174	1 320	779	1 714
1955.......	—	169	1 503	852	1 494
1956.......	—	225	2 455	1 489	2 031

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe, com alta valia e notória beleza, uma pirâmide de pedra e cimento, na baía de Marajó, onde está colocado um farol para indicar aos navegantes o canal de entrada do rio Marajó-Açu, em cuja margem fica situada a cidade, datando a construção do mesmo do ano de 1896.

Na praça Duque de Caxias, na cidade, existe um Obelisco.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre outros festejos populares tradicionais que se realizam no município, destaca-se o Círio de Nossa Senhora da Conceição, padroeira local, cuja romaria, fruto da fé católica profunda do seu povo, tem uma especial atração dos naturais e dos peregrinos da capital e dos lugares vizinhos.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município que se destacaram por notória atuação em vários setores de importância intelectual e social, figuraram João Malato Ribeiro, jornalista; Oscar Pereira de Miranda, médico de grande conceito e Rui Ferreira dos Santos, clínico em Belém.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A baía do Marajó que é majestosa e reflete o imenso poderio aquático da Amazônia.

O lago Arari, famoso pelas suas pescarias, e pode-se dizer, a clássica beleza da ilha de Marajó.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "ponta-pedrenses". Antigamente o nome do município era Itaguari, razão por que são conhecidos ainda como "Itaguarienses".

É sede de Comarca, uma das mais novas Comarcas paraenses. Conta com três distritos judiciários.

O eleitorado somou 4 087 eleitores.

Ponta de Pedras — Topônimo português, cujá significação é imediata e corresponde à topografia local. O município recebeu a denominação de Itaguari, por efeito

29 — 24 640

do Decreto-lei n.º 2 972, de 31 de março de 1938. Itaguari = *itá* (pedras), *guá* (morador), *ri* ("r" eufônico) (rio). "Rio do morador das pedras". Ou, ainda (rio das barreiras" (itaguá). Ponta de Pedras melhor se traduziria por Itapecum ou por Itapucu.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. — Tomo Nono — João Palma Muniz. — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Ponta de Pedras — C.N.E. — 1948. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. — Junho de 1957).

PORTEL — PA

Mapa Municipal na pág. 295 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — No local onde assenta Portel primitivamente existia uma aldeia de índios, que em 1653 o Padre Antônio Vieira reorganizou, introduzindo nela os índios Nheengaibas, levados da ilha de Marajó, e que ficou sob a direção dos Padres da Companhia de Jesus, com a denominação de Arucará, até a época da expulsão dos jesuítas, em conseqüência da Lei Pombalina, de 6 de junho de 1755.

Depois da expulsão dos regulares, Arucará, que já era freguesia sob a invocação de N.S.ª da Luz, orago que ainda conserva, passou a ser governada por diretores de índios, o que se deu em tôdas as demais aldeias do Estado do Grão Pará.

Vigariava a freguesia em 1759 o Padre Joaquim Antônio Corrêa de Miranda, presbítero do hábito de São Pedro.

Em 1758 obteve a categoria de vila, por ato de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que nessa eventualidade mudou-lhe o nome para Portel, que hoje tem, e pessoalmente instalou o seu Senado em 24 de janeiro daquele ano.

Entre os diretores de índios, que continuaram, depois mesmo da ereção da freguesia em vila, contam-se em 1759 José da Silva Sena que salientou-se pela sua prepotência e excessivo rigor, Plácido José Pamplona, em 1762, que foi destituído por ordem do Govêrno colonial, pelo Capitão Manoel das Neves.

Em 1764 era diretor da vila o Capitão Antônio Infante de Siqueira Lobo, substituto do Capitão Manoel Gonçalves Mininéia, destituído do cargo por ser muito áspero com os índios, que submetia a castigos corporais.

Naquele ano, diz um relatório de 28 de dezembro, existente no Arquivo Público do Estado do Pará, "as casas eram tôdas de jirau e melhores que as de Melgaço e muitas delas se iam já entaipando. A igreja estava muito boa e asseada".

Continuou o Capitão Antônio Infante de Siqueira Lobo como diretor da vila até 1765, quando teve como substituto o Tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos, substituído em 1767 pelo Sargento-mor Aniceto Francisco de Carvalho.

No ano de 1767 serviram, como alcaide, Manoel João Ferreira, e como juiz ordinário Antônio José Malcher.

Possuiu Portel desde 1758 o seu Senado da Câmara, que recebeu com as maiores demonstrações de júbilo a independência.

Em 1820 era constituído pelos seguintes oficiais: Francisco José de Liarte, Miguel Arcanjo, Francisco Pedro de Oliveira, Leonardo de Souza Pires e Antônio José Soares.

Na primeira eleição municipal, feita de acôrdo com a Lei geral de 1828, para o período de 1829-1832, foram votados para a Câmara, Manoel Gonçalves Martins, Domingos José da Costa, Raimundo José Barbosa, Lúcio Antônio, Tomaz de Aquino Palheta, Leonardo de Souza Peres e Francisco Antônio de Pinho.

Com a nova divisão de têrmos e comarcas, feita em 1833, pelo Conselho do Govêrno da Província do Pará, perdeu Portel o predicamento de vila, ficando seu território pertencendo ao município de Melgaço.

A Câmara Municipal, então constituída por João Crisóstomo, Presidente, e, Vereadores, Domingos Pereira Palheta, Elias José da Silva, Jesuino Manoel de Carvalho, Lourenço Justiniano Chaves e João Soares, lavrou enérgico protesto em Câmara contra o ato do Conselho do Govêrno, que, como nos demais casos de extinção, respondeu dizendo que a extinção era motivada pela falta de homens públicos capazes de governar o município.

Dez anos levou Portel reduzido a simples freguesia, pois que sòmente em 1843, com o Decreto n.º 110, de 25 de setembro, foi restaurado, sendo instalado novamente em 7 de janeiro de 1845, com a sua vereação formada por João Pastana de Vasconcelos, presidente, e Manoel Marques Lobo, Rosendo Ribeiro Pinto, João Crisóstomo de Oliveira Frazão e Estácio Manoel de Carvalho, eleitos para o período de 1845-1848.

À Câmara eleita para o período de 1869-1872 deve o município o patrimônio territorial atual, requerido em 9 de maio de 1870 e concedido pelo Govêrno imperial por Aviso de 28 de dezembro de 1880.

Com o advento da República, fêz o município de Portel a sua adesão por intermédio dos Vereadores Manoel Máximo Leal, Francisco Gonçalves Baía, Raimundo Monteiro de Jesus e Manoel Antônio Martins Júnior.

O Govêrno provisório do Estado dissolveu a antiga Câmara com o Decreto n.º 133, de 10 de abril de 1890, criando, com o Decreto n.º 134, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal, para o qual foram nomeados, no mesmo dia, Manoel Máximo Leal, como presidente, e, como vogais, Ambrósio da Costa Tavares, Manoel José da Silva Cardoso, Antônio Dias Ramos e Raimundo Martins de Jesus. O penúltimo foi substituído por Antônio Lopes de Almeida.

O primeiro Conselho Municipal eleito constitucionalmente, na República, teve como membros Manoel Máximo Leal, intendente; e, vogais, Manoel José da Silva Cardoso, Manoel Serrão de Castro Jardim e Antônio Lopes de Almeida.

O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, apesar de omiti-lo na relação dos municípios, cita Portel em um dos seus artigos como tendo sido acrescido do território do extinto município de Bagre. Já o Decreto n.º 78, de 27 do mês seguinte, além de incluí-lo entre aquêles, cuja existência êle confirma, incorpora também ao município de Portel, o território de um dos extintos: o de Melgaço.

O município de Portel, em face do Decreto estadual n.º 399, de 2 de junho de 1931, sofreu outra supressão. Restabelecido posteriormente, com território desmembrado do município de Breves, aparece, no quadro de divisão administrativa relativo a 1933 constituído sòmente pelo distrito-sede.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município de Portel perdeu para o

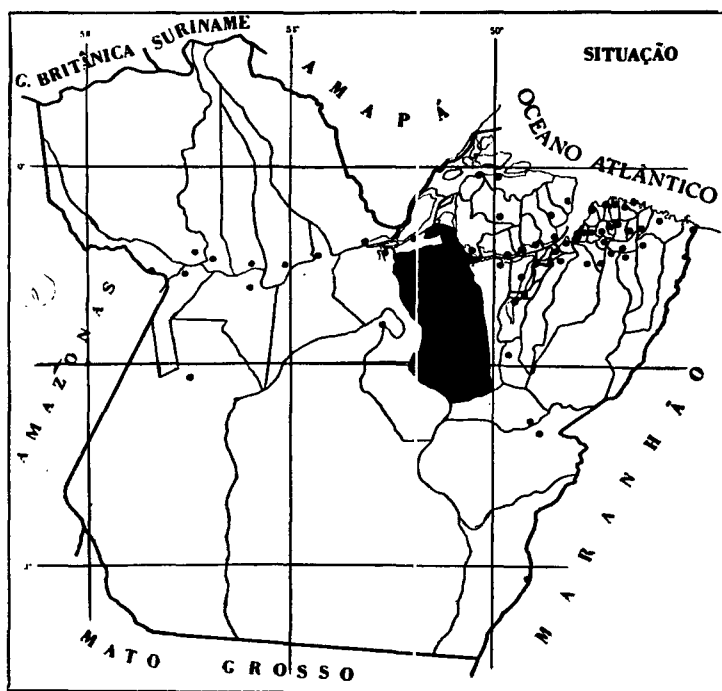
de Oieiras o distrito de Bagre. Assim, nessa divisão, deveria figurar com apenas o distrito-sede, apresentando-se, no entanto, com 2: Portel e Melgaço. Êsse último distrito, que fazia parte, segundo as publicações supracitadas, do município de Breves, passou à jurisdição do de Portel, sem qualquer referência por parte do Decreto-lei n.º 3 131, em virtude talvez da informação de que já pertencesse, de fato, ao município de Portel.

De conformidade com a divisão territorial do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município de Portel continua a constituir-se do distrito-sede e do de Melgaço, o que continua até hoje.

A atual Legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Hugo Carlos de Sabóia e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

O município de Portel teve parte do seu território desmembrada para constituir os municípios de Melgaço e São João de Acangatá, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O Govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

LOCALIZAÇÃO — O município de Portel situa-se na zona fisiográfica denominada Jacundá--Pacajá e limita com os municípios de Pôrto de Moz, Gurupá, Breves, Araticu e Itupiranga.

A sede municipal dista 278 km, em linha reta, da Capital Estadual, colocando-se no 36.º lugar em ordem de distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 56' 14" de latitude Sul e 50º 49' 25" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 17 metros na sede municipal, sendo o 21.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido.

ÁREA — 52 016 km². É Portel o 6.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rio Pacajá, navegável em todo o seu curso, banhando a cidade de Portel, que fica a sua margem direita; rio Camaraipi, dista 3 km da sede municipal, sendo navegável em tôda sua extensão, banhando o povoado de São João de Acangatá, que fica na foz do rio do mesmo nome, afluente do Camaraipi; rio Anapu, dista 4 km da sede municipal, no seu trajeto forma 3 grandes baías, é navegável até o lugar Vila Nova, sendo o rio mais importante dêste município. Cachoeiras: Grande do Curupuí, situada no rio Curupuí, afluente do rio Pacajá; Pimenta, Piranha e Piracuquara, tôdas situadas no rio Curupuí, afluente do rio Pacajá; Pilão, Grande do Tueré e Comprida, tôdas situadas no rio Tueré, afluente do rio Anapu.

RIQUEZAS NATURAIS — Consta a existência de carvão-de-pedra, ouro, cristal de rocha e malacacheta, como principais riquezas minerais, tôdas ainda sem exploração. Borracha, madeira de lei, castanha-do-pará, leite de maçaranduba, resina de jutaicica, raiz de timbó, palha de ubuçu e sementes oleaginosas constituem as riquezas vegetais. Os animais silvestres representam as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Portel, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 11 472 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 096; mulheres — 5 376; brancos — 2 075; pardos — 8 862; pretos — 507 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 467, 3 572 eram solteiros; 2 177 casados; 696 viúvos e 2 desquitados. Existiam apenas 11 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 11 056; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 12 931, sendo 8 910 no distrito de Portel e 4 021 no distrito de Melgaço.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui três aglomerações urbanas: a cidade de Portel, com 456 habitantes (236 homens e 220 mulheres), a vila de Melgaço, com 122 habitantes (68 homens e 54 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950 e o Povoado de São João do Acangatá, com 17 casas e 70 moradores, que foi sede de município criado em 1955 e extinto em 1956.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente na produção de borracha, cuja exportação em 1956 atingiu a 50 119 kg, valendo .... Cr$ 1 918 275,00, seguindo-se o leite de maçaranduba, com 144 024 kg, no valor de Cr$ 1 487 991,00, castanha-do-pará, com 1 336 kg, perfazendo Cr$ 962 050 00, arroz com casca, com 198 638 kg, valendo Cr$ 652 531,00 e madeira bruta, com 10 006 m³, valendo Cr$ 632 606,00.

O valor da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 7 451 594,00.

COMÉRCIO — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 72 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Portel com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Breves — fluvial 30 km, emp. particular; Araticu — fluvial 48 km, emprêsa particular; Pôrto de Moz — fluvial 120 km; Gurupá — fluvial 120 km; Capital Estadual — fluvial 271 km, emprêsa particular.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Portel conta com 7 logradouros públicos, com 110 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, tem 456 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 4 logradouros e a domiciliária conta com 25 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um subposto sanitário, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), mantendo os serviços gerais de combate à malária e verminoses, tendo como corpo clínico apenas um guarda; entretanto, mensalmente é feita visita médica, que atende à população local.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 9 451 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 426, ou 15%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 121 eram homens e 305, mulheres. Na sede municipal, dentre as 384 pessoas de 5 anos e mais, 174 sabiam ler e escrever e, destas, 115 eram homens e 59, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 23 unidades de ensino primário fundameltal comum, com a matrícula geral de 1 160 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Contam-se duas associações culturais, dedicadas às atividades esportivas:

O "Aliança Esportiva Portelense" e o "Meruoca Esporte Clube", agremiação que congrega os empregados da firma "Alto Tapajós S.A." Ambas praticam o futebol.

Os referidos clubes mantêm intercâmbio esportivo com os municípios vizinhos notadamente o de Breves.

Ambas as associações possuem campos de esportes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	145	643	408	605
1951	—	194	950	630	564
1952	—	308	962	772	1 001
1953	—	232	891	747	703
1954	—	125	(1) 1 174	...	(1) 1 174
1955	—	132	1 232	691	895
1956	—	191	2 168	1 281	1 943

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na sede do município um monumento com o busto do Senador Antônio Lemos, erguido em homenagem ao mesmo, quando era Intendente de Belém e por ser grande e estimado chefe político em todo o Estado.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As procissões tradicionais, que se realizam todos os anos, são: de Nossa Senhora da Luz e Nossa Senhora de Nazaré. Nossa Senhora da Luz é padroeira do município. A igreja de Nossa Senhora da Luz foi fundada pelo Padre Antônio Vieira e jesuítas. A de Nossa Senhora de Nazaré é em homenagem à padroeira de Belém. O período das festividades são: a 1.ª, de 25 de junho a 2 de julho e a 2.ª, de 12 de agôsto a 26 do mesmo, isto todos os anos. Os festejos populares são: Carnaval, durante tôda a quadra e o bumbá também com tôda a sua quadra em junho. Existe ainda a festa religiosa de São Miguel Arcanjo, padroeiro da vila de Melgaço, realizada todos os anos no período de 18 de setembro a 29 do mesmo mês.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A paisagem amazônica em Portel é deveras impressionante. A famosa baía de Melgaço, com seus tremendos temporais, no comêço do verão, de julho a setembro; as fozes dos rios Pacajá, Camaraipi e Arapu perto da sidade são bem motivos para futuro aproveitamento turístico.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "portelenses".

É Têrmo da Comarca de Breves com três distritos judiciários.

O eleitorado é de 1 477 eleitores.

Portel — Topônimo de procedência portuguêsa. Significa pôrto pequeno, derivado de pôrto, com o sufixo "el", diminutivo. É como explica razoàvelmente o Dr. I. Xavier Fernandes em "Topônimos e Gentílicos".

(Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Portel — C.N.E. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística; Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — junho de 1957).

PÔRTO DE MOZ — PA

Mapa Municipal na pág. 107 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Com a denominação de aldeamento Maturu, sob a invocação de São Braz, lançaram os capuchos de São José, segundo o relatório do bacharel João Antônio Diniz da Cruz Pinheiro, os fundamentos da atual sede do município de Pôrto de Moz, em uma data que a tradição indica como 1639.

Desenvolveu-se o aldeamento sob o Govêrno dos missionários capuchos, passando para o 18.º século, decorrente da sua existência as primeiras explorações do rio Xingu, na sua parte baixa.

Em virtude da Lei de 6 de junho de 1775, Francisco Xavier de Mendonça Furtado deu-lhe a categoria de vila, fazendo-a instalar em 16 de julho de 1758.

Marcou os limites da nova vila o Ouvidor Pascoal Abranches Madeira Fernandes.

Em 1764 era diretor da vila, José Gonçalves, acumulando também o mesmo cargo em Vilarinho do Monte.

Nesse ano a igreja ainda era coberta de palha.

Serviu como diretor da vila em 1766, o Capitão José Gomes Marques; em 1767, José Gonçalves Marques; em 1768, o alferes Eugênio Ribeiro dos Passos.

Em 1804 foi juiz ordinário da vila Feliciano José Aragão.

Com os limites estabelecidos pelo Ouvidor Madeira Fernandes, permaneceu até 1801, quando, por ordem do Governador e Capitão-general D. Francisco de Souza Coutinho, o Ouvidor Francisco Tames de Araújo, em ofício de 10 de março daquele ano, dirigido à vereação da Câmara, ampliou-os, incluindo no território do município e na sua jurisdição o lugar Boa Vista.

Não obstante a decadência quase geral do interior do Pará nos últimos anos do período colonial, a vila de Pôrto de Moz, que teve êsse nome no ato da sua ereção àquela categoria, chegou a entrar para a independência nesse caráter.

Nas célebres sessões do Conselho do Govêrno da Província do Pará, de 10 a 17 de maio de 1833, conseguiu conservar o seu predicamento, ficando cabeça dos têrmos de Veiros, Pombal e Souzel, rebaixados da categoria de vila.

Da sua primeira Câmara, eleita, segundo a Lei de 1828, fizeram parte, como presidente, Manoel Maria Botelho; e, como Vereadores, Manoel de Jesus Vieira, André Miguel de Aragão, Florentino Coelho Cardoso e Constantino da Cruz.

A não ser a repercussão das lutas partidárias da Capital e de alguns municípios mais importantes, em um eco longínquo, a vida municipal em Pôrto de Moz sempre correu plácida e monótona, não só pela quase nula importância política do município, como pelo interêsse medíocre ligado pelos seus homens às posições de Vereadores e juízes de paz.

No período de 1873-1876, as mudanças políticas levaram à Câmara Vereadores novos, com exceção de dois da precedente. Assim foi que a eleição recaiu nos seguintes: Miguel da Cunha Penalber, Manoel Antônio Pinheiro, João Batista Teixeira, José Joaquim Nunes Moita, Manoel Borda da Fonseca e Juvêncio Ramos de Aragão.

A eleição da Câmara Municipal, para o período seguinte, decorreu tormentosa. Teve ela lugar a 1.º de julho de 1822, havendo saído votados Juvêncio Ramos de Aragão, Zeferino Sanches de Brito, Custódio José de Aragão, em votação incompleta, pelo que determinou o Govêrno provincial novo pleito, realizado em 11 de agôsto do mesmo ano, no qual obtiveram votos Francisco Gomes de Paiva, Manoel Antônio Pinheiro, Manoel Ascenssão Marçal e Jerônimo José de Aragão.

As divergências de idéias políticas no seio da Câmara, que já vinham perturbando a vida municipal, assentuaram-se profundamente em 1885.

As novas eleições não foram regulares, obrigando o Presidente da Província, em ofício de 30 de janeiro daquele ano, a mandar que o Vereador mais votado da Câmara passada assumisse o govêrno da comuna, recaindo a designação em João Batista Ferreira, que se empossou a 11 de fevereiro de 1885.

Convocou êle os Vereadores anteriores para verificar o arquivo da Câmara.

A vida administrativa do município muito sofreu nesse ano.

Manoel Antônio Pinheiro deu posse a João Batista Ferreira; êste deixou logo depois a presidência da Câmara em mão de João Pereira Maciel, que por sua vez a transmitiu a Pedro Lopes Brasil, que não conseguiu reunir em Câmara a vereação, pelo que amargamente queixou-se ao presidente da província, em Ofício de 27 de maio de 1885.

Da última Câmara Municipal da monarquia, dissolvida pelo Govêrno provisório do Estado, por Decreto de 29 de março de 1890, sob número 120, fizeram parte Henrique Maciel de Oliveira, presidente; e, Vereadores, João Torquato Galvão Vinhas, Batista Teixeira, Tiago Lopes Brasil, Guilhermino Rodrigues Pastana, José Pereira de Almeida e adjunto José da Trindade, os quais, em sessão solene, realizada em 4 de março de 1890, reconheceram e aderiram à República.

Pelo Decreto n.º 127, também de 29 de março de 1890, o Govêrno provisório estadual criou o Conselho de Intendência Municipal, para o qual nomeou, na mesma data, Antônio Manoel de Arroxelas Galvão, presidente, e, vogais, Francisco Gomes de Paiva, José Leandro dos Santos Cabral, Manoel João Pereira e José Antônio Tôrres.

Pelo Decreto n.º 218, de 19 de novembro de 1890, concedeu o Govêrno do Estado o predicamento de cidade a Pôrto de Moz.

Para o triênio de 1913-1915 a Lei n.º 1 284, de 1.º de março de 1913, reconheceu intendente municipal o Tenente-coronel Álvaro Augusto Pereira; e, vogais, para a renovação do Conselho Municipal, Secundino Ferreira de Melo, Raimundo de Souza Martins, Vicente Pereira da Silva e Jacó Saragá.

Em face da Lei estadual n.º 2 023, de 3 de novembro de 1921, o município de Pôrto de Moz foi acrescido do território do município de Souzel, que foi extinto.

O Decreto estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, suprimiu o município de Pôrto de Moz incorporando-lhe o território ao de Gurupá.

O Decreto estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, restabeleceu Pôrto de Moz na qualidade de subprefeitura.

Em cumprimento ao Decreto estadual n.º 1 103, de 5 de dezembro de 1933, criou-se a suprefeitura independente do Xingu, formada com os territórios dos ex-municípios de Pôrto de Moz e Souzel, que foram desligados, respectivamente, dos municípios de Gurupá e Altamira, e tendo por sede Pôrto de Moz.

O Decreto estadual n.º 2 805, de 10 de dezembro de 1937, restituiu a Pôrto de Moz a categoria de município.

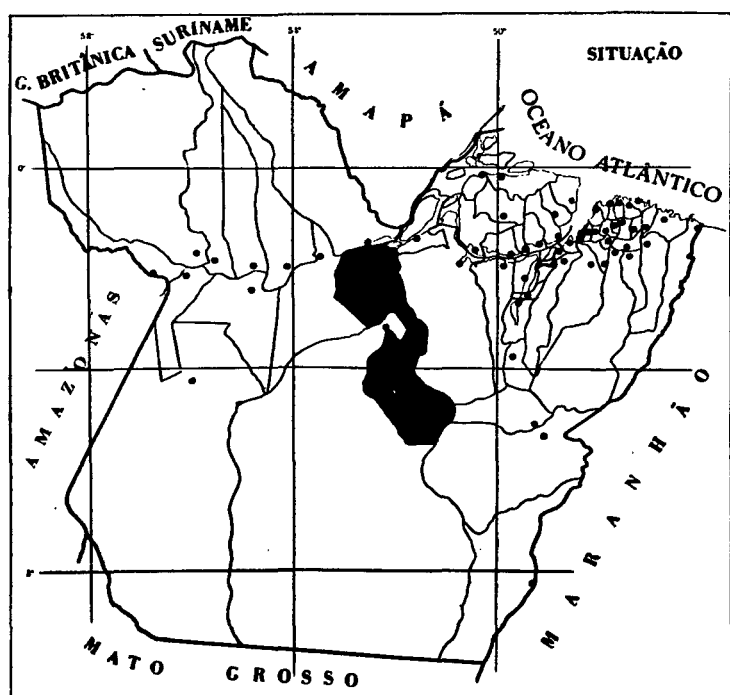
Segundo o quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1937, o município de Pôrto de Moz constituiu-se de 8 distritos: o da sede e os de Alto Xingu, Aquiqui, Souzel, Tapará, Pombal, Veiros e Vilarinho do Monte. Já no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, aparece constituído de sòmente 4 distritos: Pôrto de Moz, Souzel, Vilarinho do Monte e Veiros.

Em razão do Decreto-lei estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o distrito de Pôrto de Moz perdeu, para o de Vilarinho do Monte, o território da zona de Tapará do Xingu (antiga Tapará). O município, nessa divisão permanece dividido em 4 distritos: Pôrto de Moz, Souzel, Veiros e Vilarinho do Monte, situação que perdura até hoje.

Pôrto de Moz teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Souzel, conforme Lei ......

n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O Govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

A atual Legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal, o Sr. José Rodrigues Tenório e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pôrto de Moz localiza-se na zona fisiográfica do Baixo Amazonas e limita com os municípios de Altamira, Prainha, Almeirim, Gurupá, Portel e Itupiranga. A sede municipal dista 421 km, em linha reta, da Capital Estadual, colocando-se no 40.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1° 45' 14" de latitude Sul e 52° 14' 22" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 30 metros na sede municipal, sendo o 15.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. Chuvas abundantes no primeiro semestre do ano. A precipitação em 1956 foi de 2 124 mm.

ÁREA — 49 708 km², sendo, portanto, Pôrto de Moz, o 7.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: o *rio Xingu* — nasce na serra Azul, Estado de Mato Grosso, banha o município de Pôrto de Moz, em quase tôda a extensão dêste. No inverno, é francamente navegável, ocorrendo o contrário pelo verão, quando fica apenas um canal para navegação; desemboca no rio Amazonas, formando um delta. *rio Jaraucu* — é um rio de considerável extensão, ignorando-se suas nascentes; desemboca no furo de Aquiqui, podendo ser navegável por embarcações de pequeno calado. *Rio Acaraí* — bastante extenso, paralelo ao rio Jaraucu, de nascentes desconhecidas; navegável em apreciável extensão. Formando uma espécie de cordilheira, há uma série de serras um tanto elevadas entre os dois rios denominada Iteruçu. *Furo Aquiqui* — sendo uma das bôcas do delta do rio Xingu, recebe águas do rio Amazonas para desaguar no rio Xingu em frente à sede dêste município. É francamente navegável. Sua importância é dar acesso às embarcações, que sobem ou descem para o Amazonas. *Ilha do Aquiqui* — situada em frente à cidade de Pôrto de Moz, é banhada pelos rios Amazonas e Xingu; existem outras ilhas, porém pequenas, que formam o delta do Cujuba, pertencente parte ao município de Gurupá e parte ao município de Pôrto de Moz. *Cachoeira de Itapaiúna* — esta cachoeira está situada no rio Xingu, lugar Belo Monte; no verão, sua queda dágua atinge a altura de mais de 15 metros. *Cachoeira Jaruacá* — também situada no rio Xingu, acima do lugar Belo Monte, na grande volta do rio Xingu. Em largura é a maior de tôdas; no verão sua queda dágua atinge a 10 metros de altura. *Cachoeira de Itamaracá* — é a menor cachoeira do município, pois sua queda dágua é de 7 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — O ouro destaca-se como principal riqueza mineral. Borracha, castanha-do-pará, babaçu, timbó, madeira e maçaranduba constituem as riquezas vegetais. Peles e couros de animais (jacaré, queixada, caititu, veado, capivara, maracajá e ariramba) e peixes aparecem como riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Pôrto de Moz, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 4 952 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 2 575; mulheres — 2 377; brancos — 493; pardos — 4 193; preto — 269 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 2 739, 1 238 eram solteiros; 1 203 casados; 296 viúvos e 1 desquitado. Existiam apenas 4 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Em religião predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 4 937; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 5 582, sendo 3 494 no distrito de Pôrto de Moz, 1 082 no distrito de Souzel, 584 no distrito de Veiros e 422 no distrito de Vilarinho do Monte.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro aglomerações urbanas principais: a cidade de Pôrto de Moz, com 959 habitantes (497 homens e 462 mulheres); a vila de Souzel, com 177 habitantes (94 homens e 83 mulheres); a vila de Veiros, com 135 habitantes (78 homens e 57 mulheres) e a vila de Vilarinho do Monte, com 76 habitantes (37 homens e 39 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vilas, existem os povoados seguintes: *Tapará,* com 32 casas e 250 moradores e *Vila Nova,* com 28 casas e 200 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de borracha, com 110 384 kg, valendo Cr$ 1 772 250,00, seguindo-se o leite de maçaranduba, com 16 188 kg, no valor de .... Cr$ 196 340,00, castanha-do-pará, com 258 hectolitros, perfazendo Cr$ 176 280,00, fibra-juta, com 11 165 kg, no valor de Cr$ 147 120,00 e peles de jacaré, com 1 466 kg, valendo Cr$ 132 200,00. O valor da exportação, em 1956, somou Cr$ 2 779 101,00. Não existem estabelecimentos industriais no município, a não ser pequenos estabelecimentos que

se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 20,7% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

A produção de origem mineral é representada pela extração de ouro, cujo valor, em 1956, totalizou a quantia de Cr$ 360 000,00, correspondente a 6 000 gramas.

Outrora a raiz de timbó teve pêso na produção local.

O rebanho bovino é estimado em 6 000 reses.

COMÉRCIO — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 25 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Pôrto de Moz com as sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Gurupá*: fluvial, 89 km; *Almeirim*: fluvial, 31 km; *Prainha*: fluvial, 117 km; *Altamira*: fluvial, 298 km; *Portel*: fluvial, 419 km; *Itupiranga*: fluvial, 1 209 km; *Capital Estadual*: fluvial 589 km. Como via de comunicação existe no município uma Agência Postal Telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pôrto de Moz conta com 11 logradouros públicos; 167 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 959 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 9 logradouros e a domiciliária conta com 57 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um Subposto Sanitário, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com finalidades gerais, mantendo os serviços de malária e outros e tendo como corpo clínico um guarda.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe no município uma associação denominada Sociedade São Pedro Beneficente dos Pescadores, fundada em 1914, contando 70 sócios, e tendo como finalidade auxílios pecuniários e funerários, bem como assistência médica aos seus componentes.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 4 068 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 799, ou 19,5%, sabiam ler e escrever. Destas, 517 eram homens e 282, mulheres. Na sede municipal, das 781 pessoas de 5 anos e mais, 310 sabiam ler e escrever e destas, 182 eram homens e 128, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 5 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 197 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	54	413	134	345
1951.......	—	74	598	...	(1) 534
1952.......	—	70	598	189	396
1953.......	—	74	912	...	1 049
1954.......	—	62	404	...	446
1955.......	—	61	942	402	717
1956.......	—	...	461	301	(1) 973

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No período de 15 de junho a 24 do mesmo mês, há grandes festejos no município e notadamente na sede municipal, em louvor a São Braz, padroeiro local. A 24 de junho, realiza-se a procissão que percorre tôdas as ruas, a partir da matriz, até os pontos mais distantes da cidade. Durante os festejos há leilões e brincadeiras de bois-bumbás, serviços de alto-falantes etc., em frente à igreja.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — *Cachoeira de Itapaiúna* — situa-se no rio Xingu, tem mais de 15 metros de altura. *Cachoeira de Jurucu* — situa-se no lugar Belo Monte, no rio Xingu, com mais de 10 metros de altura. *Cachoeira de Itamaracá* — com 7 metros de altura.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "pôrto-mozenses". O topônimo é português e significa pôrto em que há moz (plural de mó, pedra). A grafia, portanto, deveria ser Pôrto de Mós e não Pôrto de Moz.

O eleitorado é de 906 eleitores.

É Têrmo Judiciário da Comarca de Gurupá com 1 distrito.

O rio Xingu, em sua foz, banha a cidade, proporcionando esplêndidos banhos de água doce.

(Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Pôrto de Moz — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — junho de 1957).

PRAINHA — PA

Mapa Municipal na pág. 111 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A sede dêste município é de origem colonial, representando o resultado da expansão religiosa na bacia Amazônica.

Primitivamente estêve situado dentro do rio Urubuquara e possuía a denominação de Outeiro, em local que não dava acesso fácil e cômodo, o que levou os seus habitantes a transferi-la para a margem do rio Amazonas.

Como freguesia, data de 1758 e é criação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tendo entrado para a Intendência nessa categoria que conservou até 1869, quando a Lei Provincial n.º 941, de 14 de agôsto, deu-lhe o predicamento de vila, elevando o seu território a município.

Em 7 de janeiro de 1881, às 10 horas da manhã, o presidente interino da Câmara Municipal de Monte Alegre, João d'Anunciação de Oliveira Pantoja, tendo em consideração o Ofício de 6 de novembro de 1880, do presidente da província do Grão-Pará, instalou o município de Prainha, juramentando e empossando a Câmara eleita, constituída por Josué Severo de Castilho, presidente, e, vereadores, Antônio Maria de Sousa, Raulino José da Silva, Manoel Antônio Sanches, Francisco Joaquim de Freitas, João Florenço Furtado de Mendonça e Manoel Canuto dos Santos Melino.

Lavrou a ata de instalação o secretário da Câmara Municipal de Monte Alegre, Bebiano Antônio de Oliveira.

Com a proclamação da República o município de Prainha fêz a sua adesão ao novo regime, em sessão de 28 de novembro de 1889, comunicando-a ao govêrno provisório do Estado, por Ofício da mesma data, assinado por Antônio Maria de Sousa, presidente, e, vereadores, Manoel A. de Oliveira e Leopoldino Ferreira dos Santos.

Pelo Decreto n.º 56, de 19 de fevereiro de 1890, foi a Câmara dissolvida.

O Decreto n.º 57, também de 19 de fevereiro de 1890, criou o Conselho de intendência municipal, para o qual, no mesmo dia, o govêrno nomeou Raimundo da Costa Alvarenga, presidente, e, vogais, Cesário da Silva Figueiredo, João Domingues Pinto Prado, José Joaquim Turibio de Freitas e Joaquim Augusto Ferreira Pena.

Êste último não aceitou o cargo pelo que, por ato de 18 de março de 1890, foi em sua substituição nomeado Francisco de Morais Machado.

Promulgada a constituição do Estado foram eleitos para o triênio de 1891 a 1894: intendente, Cesário da Silva Figueiredo; e, vogais, Raimundo Furtado da Rocha, João Evangelista Pereira, Felipe Miranda de Sousa Serrão e Gustavo Antônio Dias.

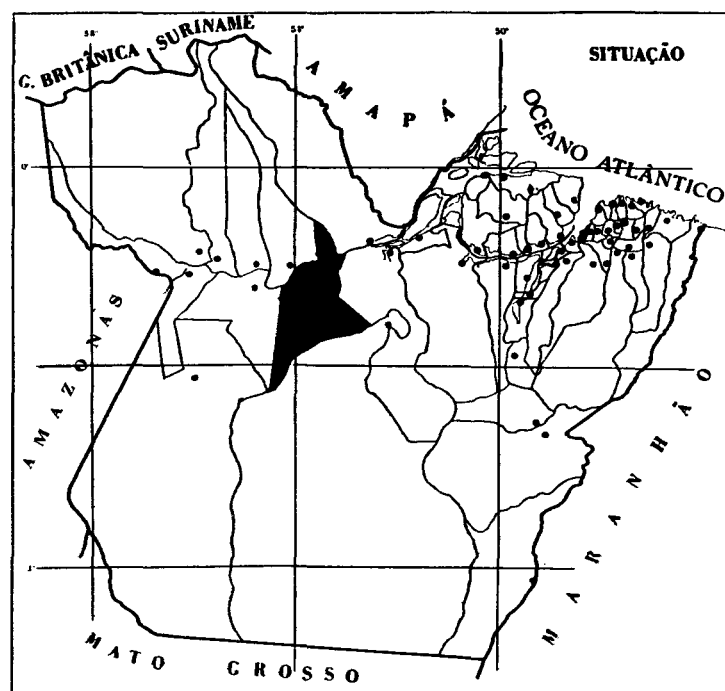
O Decreto Estadual n.º 78, de 27 de dezembro de 1930, suprimiu o município de Prainha cujo território foi anexado ao de Monte Alegre.

A Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, restaurou o município de Prainha, uma vez que o inclui na relação, por ela apresentada, das comunas paraenses. No quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936, Prainha figura formado apenas por 1 distrito: o de idêntico nome ao passo que, no de 31 de dezembro de 1937, êle aparece constituído de 2 distritos: Prainha e Tapará.

Já no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, Prainha voltou a formar-se sòmente do distrito-sede, enquanto, na divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, são dois novamente os distritos que o compõem: Prainha e Pacoval.

Na divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Prainha continua integrado por 2 distritos: o de Prainha e o de Pacoval, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Argemiro Corrêa Lima e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Prainha situa-se na zona fisiográfica do Baixo Amazonas e limita com os municípios de Monte Alegre, Almeirim, Pôrto de Moz e Altamira. A sede municipal dista 558 km em linha reta da capital do Estado colocando-se no 44.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 48' 22" de latitude Sul e 53º 28' 43" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Na sede municipal a altitude atinge 34 m, sendo o 12.º nessa ordem.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. De janeiro a junho chuvas abundantes são freqüentes.

ÁREA — 31 194 km². É Prainha o 10.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Outeiro: situado à margem esquerda do rio Amazonas sendo navegável em tôda a sua extensão, possuindo à sua margem esquerda uma Serra com 400 metros de altura, denominada "Serrinha". Rio Jauari: à margem esquerda do rio Amazonas, dois quilômetros distante da sede, com rumo ao sul; não é navegável para embarcações a vapor, sòmente embarcações de pequeno calado (canoas); rio Guajará: à margem direita do rio Amazonas, com 10 quilômertos de distância da sede, rumo oeste; é navegável por embarcações de calado médio; rio Uruará: situado à margem direita do rio Amazonas, navegável por embarcações de calado médio; rio Curuá do Sul: à margem direita do rio Amazonas, êste também navegável por embarcações de calado médio, principalmente no verão; ilha de Acará-Açu: situada no meio do rio Amazonas, com 20 quilômetros de comprimento por 4 de largura; ilha do Ianduba: situada à margem direita do rio Amazonas, com 20 quilômetros de comprimento por 5 de largura; ilha Futurosa: situada em frente à cidade de Prainha, com 10 quilômetros de comprimento por 4 de largura aproximadamente; ilha de Muiratuba: situada à margem direita do rio Amazonas, com 8 quilômetros de comprimento por 4 de largura.

RIQUEZAS NATURAIS — Breu, castanha e juta constituem as riquezas vegetais. Peles e couros de animais (jacaré, caititu, capivara, queixada) aparecem como as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Prainha, segundo Recenceamento Geral de 1950, era de 4 530 habitantes e

tinha a seguinte composição: homens — 2 373, mulheres — 2 157, brancos — 619, pardos — 3 813, pretos — 83 e 7 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 2 551, 1 213 eram solteiras; 1 048, casadas; 278 viúvas; 3 desquitadas. Existiam apenas 10 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 4 501; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 5 106, sendo 4 120 no distrito de Prainha e 986 no distrito de Pacoval.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui seis aglomerações urbanas — a cidade de Prainha com 420 habitantes (216 homens e 204 mulheres) a vila de Pacoval com 55 habitantes (30 homens e 25 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, e os seguintes povoados: Santa Maria, com 8 casas e 40 moradores; Santa Cruz, com 10 casas e 50 moradores; Santa Luzia, com 8 casas e 40 moradores e Colônia Terra Amarela, com 4 casas e 20 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia principalmente na produção de gado bovino, cuja exportação atingiu em 1956 a 2 425 cabeças valendo Cr$ 2 896 000,00, seguindo-se a madeira em bruto com 3 142 m³, valendo Cr$ 1 466 400,00, peles de jacaré com 2 932 kg, valendo Cr$ 284 850,00 e borracha com 3 600 kg, valendo Cr$ 77 800,00. O valor da exportação, em 1956, somou Cr$ 13 332 095,00. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 20,5% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura. O rebanho bovino, segundo o Censo Agrícola de 1950, era de 19 660 cabeças.

A produção de origem vegetal é constituída de extração de breu da terra, borracha (sernambi), cujo valor, em 1956, somou Cr$ 4 570 020,00. De origem animal, por peles de jacaré, peles de animais silvestres, carne de jacaré e capivara, queixada, peixe pirarucu, peixe liso e concha de madrepérola, cujo valor da produção total, em 1956, somou a quantia de Cr$ 1 263 257,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações comerciais com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 20 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Prainha com as sedes municipais limítrofes e a Capital pelos seguintes meios de transporte: Almeirim, fluvial, 146 km; Pôrto de Moz, fluvial, 177 km; Altamira, fluvial, 425 km e rodoviário 50 km; Monte Alegre, fluvial 80 km e Santarém, fluvial, 189 km.

Como via de comunicação funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona um Pôsto Sanitário mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública, com finalidades gerais, mantendo os serviços de tratamento de doenças transmissíveis e de saneamento; possui um ambulatório, executa trabalhos profiláticos de imunizações e tem como corpo clínico apenas um guarda.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 3 734 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 078, ou 29%, sabiam ler e escrever. Destas, 703 eram homens e 375, mulheres. Na sede municipal, das 350 pessoas de 5 anos e mais, 176 sabiam ler e escrever e destas, 93 eram homens e 83, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 13 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 385 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	494	228	500
1951	—	—	469	199	441
1952	—	—	544	227	540
1953	—	—	966	295	886
1954	—	—	916	334	932
1955	—	—	1 426	877	1 038
1956	—	—	922	432	922

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Placa em homenagem ao Senador Antônio José de Lemos, na Avenida Castilhos França.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas cívicas no dia 7 de setembro em comemoração à Independência do Brasil e as festas religiosas nos meses de janeiro (dedicada a São Sebastião), maio (dedicada a Santa Maria) e agôsto (dedicada a N. S.ª das Graças), com as procissões das referidas imagens, são as mais evidentes manifestações cívico-religiosas do povo de Prainha.

VULTOS ILUSTRES — Padre Antônio Cunha que foi Cura da Sé de Belém—Pará e que se acha sepultado na Capital do Estado, tendo falecido em 1925.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — No Pará, em sua natureza, há sempre uma atração em cada parte, pelo que Prainha apresenta a visão extraordinária da portentosa fôrça do rio Amazonas, que atravessa o município, de oeste para leste. Em seu percurso no território da Prainha o rio Amazonas apresenta várias ilhas e um interessante aspecto é a "dança" das canaranas, ao sôpro do vento geral, (alíseo) que contra a corrente permite a navegação a vela no maior rio do mundo em volume de água.

Os bolseiros de "canarana" que é uma gramínea muito comum na Amazônia, vão descendo o rio levados pela correnteza e ao encontro do vento que na época de verão é muito forte, os bolseiros ficam horas seguidas, como que parados no meio do curso de água, sòmente continuando sua jornada para o oceano, depois que o alíseo abranda, ao cair da tarde.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Prainhenses".

É têrmo da Comarca de Monte Alegre com 2 distritos judiciários.

O eleitorado é de 1 032 eleitores.

Acredita-se que a origem do município (Prainha) derive-se de uma pequena praia que no verão — período da sêca do rio Amazonas — aparece em frente ao local da atual cidade.

O município é servido precàriamente por navegação fluvial. Mensalmente é que encosta na cidade um navio "Gaiola" em viagem de subida ou descida vivendo a população isolada, sem grande contato com o resto do Estado.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Prainha — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará — Junho de 1957).

SALINÓPOLIS — PA

Mapa Municipal na pág. 315 do 1.º Vol.

Foto: pág. 270 do Vol. I

HISTÓRICO — O nome primitivo dêste município foi Salinas.

Data a sua existência do govêrno do Capitão-general do Maranhão e Pará André Vidal de Negreiros, que em 1656 mandou estabelecer pelo Capitão-mor do Pará, Feliciano Corrêa, uma atalaia que, por meio de tiros de canhão, avisasse a direção da entrada da barra de Belém, a fim de evitar os sinistros, que tão dificultosa navegação ocasionava.

A ponta mais saliente de uma ilha, contígua à baía de Virianduba, ofereceu as condições exigidas por Vidal de Negreiros, para tão importante serviço, sendo, desde logo dadas as necessárias providências para a organização da atalaia desejada e ordenada.

Com o andar dos tempos, surgiu um distrito povoado, formado principalmente por homens dedicados exclusivamente à vida do mar, extraordinàriamente peritos no conhecimento da costa oceânica sul do Pará, em todos os seus meandros e recortes, ao ponto de serem considerados os navegadores mais ousados no timão das embarcações de grande e pequeno porte que singravam os mares da nossa costa.

O nome que possuía lhe veio de uma exploração de sal, feita nos tempos coloniais, nas proximidades da atalaia, denominação confirmada pelo governador e Capitão-general José de Nápoles Telo de Menezes, quando em 1781 lhe deu a categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora do Socorro de Salinas.

Rua João Pessoa

A ereção em freguesia não bastaria, para dar ao lugar melhor categoria, se ao ato criador não se juntasse o esfôrço material para correspondê-lo.

Os ofícios do culto foram, a princípio, celebrados em um alpendre provisório, que em pouco tempo se arruinou.

A freguesia não fôra provida de vigário, de forma que, tendia para o desaparecimento, se a tenacidade do velho prático Francisco Gonçalves Ribeiro, não viesse secundar a ação administrativa.

Lutou com grandes dificuldades e nada podendo fazer sòzinho, resolveu em 1793, dirigir-se ao governador e Capitão-general Francisco de Sousa Coutinho, pedindo autorização e auxílio para edificar uma igreja.

Obteve dos armazéns da nação ferramentas de trabalho, diversos materiais, como ferragens e telhas, depois de uma penosa viagem a Belém.

Com o auxílio dos moradores de Salinas, para a mão-de-obra, no fim de 2 anos a igreja estava concluída.

A sua custa Francisco Ribeiro dotou a nova igreja com as alfaias necessárias e conseguiu a ida do Bispo D. Manoel de Almeida Carvalho às Salinas, para o cerimonial da benção do templo.

Em vista de ser a freguesia muito pobre, manteve sempre Francisco Ribeiro o vigário, e, por sua morte, legou vasto terreno para o mesmo fim.

Posteriormente, teve a freguesia o predicamento de vila, com o seu Senado da Câmara e que, com a Independência e a nova divisão da província do Pará em têrmos e comarcas em 1833, perdeu as regalias, ficando reduzida a simples freguesia, até 1882, quando a Lei n.º 1 081, de 2 de novembro, a elevou a vila.

Teve lugar a instalação do município de Salinas a 7 de janeiro de 1884, solenidade realizada depois da juramentação em Cintra, hoje Maracanã, da vereação eleita, constituída por Manoel Pedro de Castro, presidente; e, vereadores, João dos Santos Monteiro, Lourenço Ferreira da Conceição, Vicente Maurício Borges, Marcelino Antônio Soares e Anacleto Antônio da Silva.

Com o Decreto n.º 69, de 3 de março de 1890, o govêrno provisório do Estado dissolveu a sua Câmara Municipal, criando com o de n.º 70, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal que ficou, por nomeação do mesmo dia, constituído pelos cidadãos Serafim dos Anjos Nunes, presidente, e, vogais, João Teotônio de Quadros, Anastácio Teodato de Rezende, Artur Dilon de Barros, João Antônio dos Santos Figueiredo e Manoel Pedro de Castro, que tomaram posse a 17 de março de 1890.

Do primeiro Conselho Municipal, eleito constitucionalmente, fizeram parte o intendente municipal Serafim dos Anjos Nunes, e, vogais, João dos Santos Monteiro, Manoel José de Sousa e Pedro Azevedo dos Santos, para o triênio a findar a 15 de novembro de 1894.

A Lei Estadual n.º 997, de 22 de outubro de 1901, concedeu foros de cidade à sede do município de Salinas.

Em 1930 o município foi extinto ficando o seu território anexado ao de Maracanã.

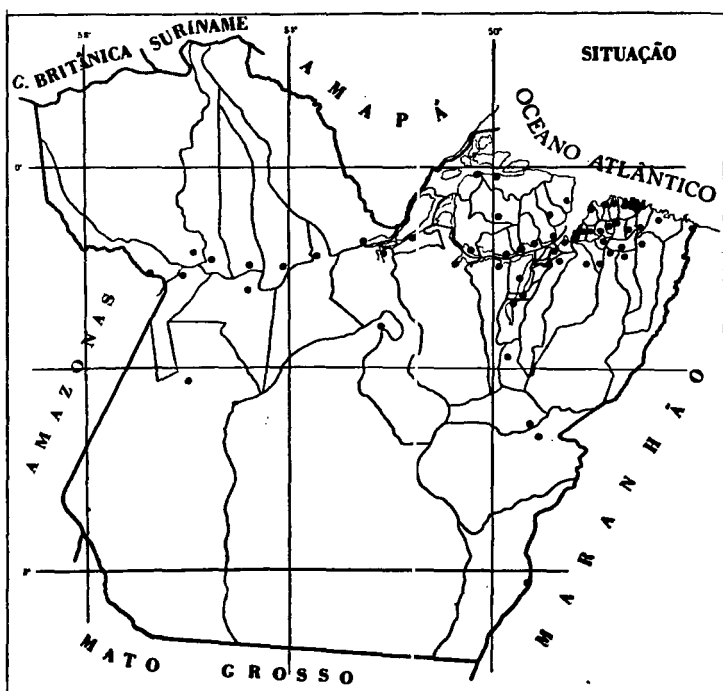
O município de Salinas foi restaurado, com território desligado do de Maracanã, pelo Decreto Estadual n.º 1 002, de 30 de junho de 1933.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, o município e seu distrito-sede tiveram seu topônimo alterado para Salinópolis.

Atualmente o município é constituído de 3 distritos: Salinópolis, Japerica e São João de Pirabas.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Joaquim Luís dos Reis e Sousa e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Salinópolis localiza-se na zona fisiográfica do Salgado e limita com os municípios de Maracanã, Capanema e o Oceano Atlântico.

A sede municipal dista em linha reta da Capital Estadual 157 km, colocando-se no 26.º lugar em ordem de

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

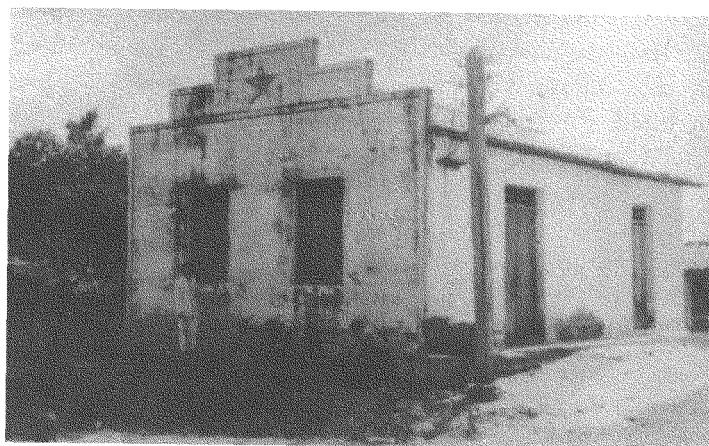
distância de Belém, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 0° 36' 40" de latitude Sul e 47° 18' 30" de longitude W. Gr.

ALTITUDE — 5 metros na sede municipal e está em 29.º lugar em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município tem o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido.

A temperatura na cidade apresentou em 1956, os seguintes dados: média das máximas 30,8 °C; média das mínimas 27,4 °C e média compensada 29,8 °C.

ÁREA — 1 011 km². É Salinópolis o 49.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: rio Urindeua, nasce ao sul do município, correndo na direção norte e desemboca na costa noroeste do Oceano Atlântico, navegável por embarcações de pequeno calado; rio Pirabas, nasce a oeste do município e corre em direção norte, desembocando na baía de Pirabas, navegável por embarcações de pequeno calado; rio Japerica, nasce ao sul do

Vista da Usina de Luz

município e corre em direção norte e desemboca na costa noroeste do Oceano Atlântico, navegável por embarcações de pequeno calado; ilha de Atalaia, situada na costa noroeste do Oceano Atlântico, fica quase em frente à cidade de Salinópolis; ilha de Fortaleza, situada a noroeste do Oceano Atlântico em frente à baía de Pirabas.

RIQUEZAS NATURAIS — O sal e o barro para cerâmica constituem as riquezas minerais. Cal de sernambi aparece como a principal riqueza de origem animal. Quanto à riqueza vegetal, aparecem em plano único madeiras em geral.

POPULAÇÃO — A população de Salinópolis, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 14 109 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 7 193; mulheres — 6 916; brancos — 3 114; pardos — 10 457; pretos — 514 e 1 de raça amarela. As pessoas de 15 e mais anos, em número de 7 893, distribuíam-se da seguinte maneira: 4 698 eram solteiros; 2 693 casados; 488 viúvos e 7 desquitados. Existem apenas 2 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 13 277. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 15 904 habitantes, sendo 9 148 no distrito de Salinópolis, 2 708 no distrito de Japerica e 4 048 no distrito de São João de Pirabas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui três (3) aglomerações urbanas principais: a cidade de Salinópolis, com 1 694 habitantes (848 homens e 846 mulheres); a vila de Japerica, com 174 habitantes (82 homens e 92 mulheres) e a vila de São João de Pirabas, com 507 habitantes (255 homens e 252 mulheres), conforme dados do Recenseamento Geral de 1950. Além das cidades e vilas existem os povoados seguintes: São Bento, com 50 casas e 260 moradores; Santo Antônio de Urindeua, com 70 casas e 350 moradores; Nazaré, com 38 casas e 190 moradores; Santa Luzia, com 64 casas e 320 moradores; Coremas, com 32 casas e 160 moradores e Pariquis, com 27 casas e 135 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa de origem mineral é representada pela extração de cal de sernambi e sal marinho, cujo valor somou, em 1956, a quantia de Cr$ 162 400,00.

Vista Parcial

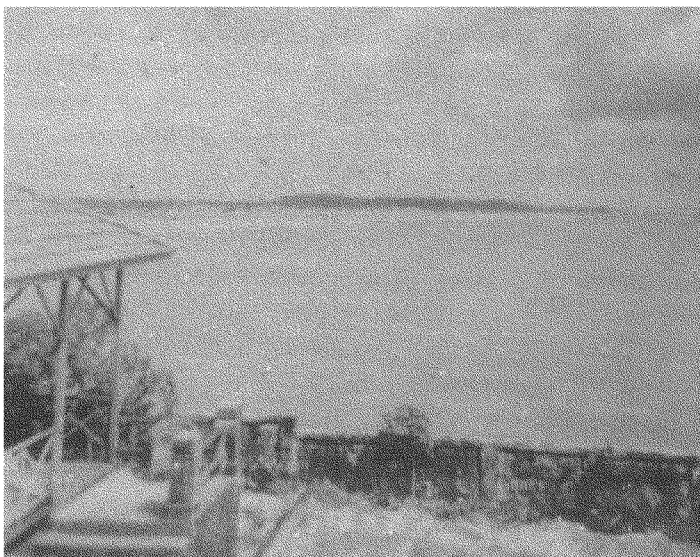
O município assenta sua economia principalmente na produção da fibra malva, cujo valor de exportação atingiu, em 1956, a 575 561 kg, valendo Cr$ 8 473 776,00, seguindo-se o arroz com casca com 528 360 kg, no valor de Cr$ 2 881 471,00, fibra vegetal uacima com 183 082 kg, valendo Cr$ 1 582 069,50, peixe sêco salgado com 117 510 kg, no valor de Cr$ 1 477 342,00 e gado suíno com 1 047 cabeças, valendo Cr$ 376 950,00.

O global da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 15 532 865,00.

Existem no município, 6 estabelecimentos industriais, sendo 4 fábricas de cal, 1 olaria e 1 fábrica de beneficiamento de sal, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 44,1% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

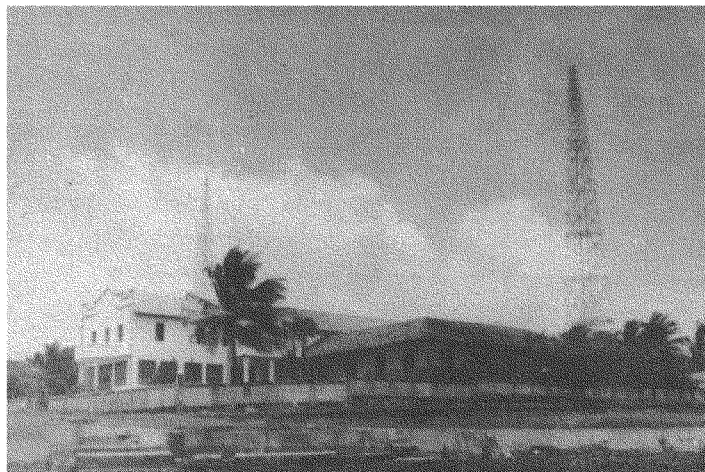
COMÉRCIO — O comércio mantém transações comerciais com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 79 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia :atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de Salinópolis com as sedes municipais

Outro Aspecto

limítrofes e a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Capanema, rodoviário — 70 km; Maracanã, marítimo — 65 km; Capital Estadual, rodoviário — 250 km. Como via de comunicação, existem uma Agência Postal Telegráfica na cidade e uma Agência Postal no interior, ambas do Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.). A Estação de Radiofarol do Ministério da Marinha atende ao serviço de navegação oceânica e orientação para entrada do pôrto de Belém.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Salinópolis conta com 30 logradouros públicos, 580 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, com 1 694 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 22 logradouros e a domiciliária conta com 270 ligações.

É uma cidade moderna, de ruas bem traçadas, à beira do Oceano Atlântico, com belas e ricas moradias de veraneio. É pràticamente a única cidade de turismo existente na Amazônia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem um pôsto de higiene e um subposto de saúde, mantidos pelo Govêrno Estadual, com finalidades gerais; e o Clube das Mães, instituição particular, com finalidades especializa-

Vista do Hotel e Quebra Mar

das. O pôsto e o subposto mantêm os serviços gerais de socorros de emergência, e tem como corpo clínico, o pôsto, um enfermeiro e o subposto, um guarda. O Clube das Mães mantém os serviços especializados de Ginecologia e Obstetrícia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — O Clube das Mães presta alguma assistência social, o mesmo fazendo a Prefeitura Municipal, às vésperas das eleições.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 11 699 pessoas de cinco anos e mais, sendo que 3 265 ou 27,9% sabiam ler e escrever. Destas, 2 123 eram homens e 1 142, mulheres. Na sede municipal, das 1 433 pessoas de 5 anos e mais, 590 sabiam ler e escrever e destas, 316 eram homens e 274, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 37 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 2 080 alunos. As escolas distribuem-se em 12 municipais

com 458 alunos; 2 particulares com 153 e 23 estaduais com 1 469 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dois clubes de futebol e também recreativos funcionam na cidade.

Está sendo construído um belo prédio destinado a moderno cinema.

FINANÇAS PÚBLICAS

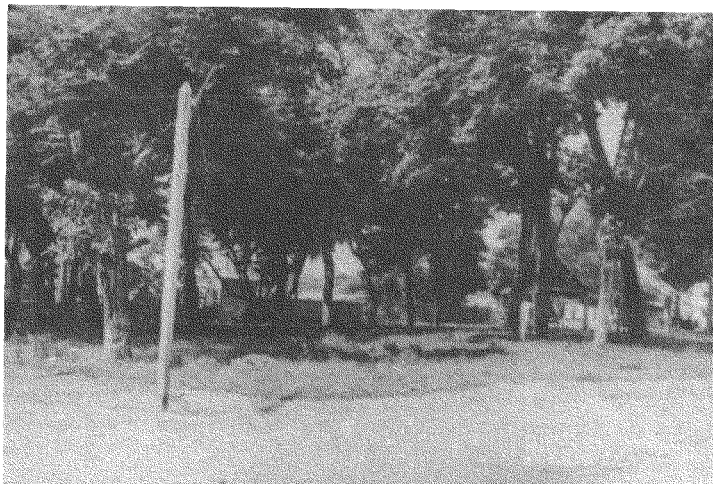
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	148	1 214	339	1 230
1951	—	179	(1) 799	...	799
1952	—	243	962	...	1 001
1953	—	327	890	...	702
1954	—	455	1 908	522	1 933
1955	—	319	1 307	657	1 282
1956	—	...	2 224	1 111	1 897

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A devoção à Virgem do Socorro veio de Portugal com os jesuítas. Essa devoção era de navegantes, pescadores e práticos de navegação, sempre expostos à traição do oceano. Sabe-se que em 1790, ao cogitar-se de uma futura matriz, o prático-mor guardava com amor, numa capela rústica, a estátua de N. S.ª do Socorro. A origem do orago, possìvelmente, teve início, quando, pilotando a embarcação onde viajavam alguns jesuítas, o prático recebeu dêles a imagem para guardá-la em Salinas, que hoje festeja, de 1.º a 8 de setembro, N. S.ª do Socorro, padroeira da cidade, festa que decorre sempre com muito brilhantismo e bastante animação. A população católica comemora, ainda, no dia 8 de dezembro, N. S.ª da Conceição e de 22 a 31, São Benedito, festas que atraem não só os citadinos como também romeiros do interior do município.

Existe, também, uma dança tradicional, o "Carimbó", que é genuìnamente popular. Realizada não só na cidade e nas vilas, mas em todos os aglomerados do município, é efetuada, geralmente, em dezembro e janeiro. "Carimbó" significa tambor de origem africana, feito de um tronco escavado, a que se aplica couro bem têso, onde o tocador, sentado no tronco, bate com as mãos, entoando melodias adequadas ao batuque. Não tem número certo de componentes. É dirigido por um homem e a mulher mais graduada tem o título de "capitoa".

Nas zonas Bragantina, Salgado e Guamá, a música de "Carimbó" mais conhecida é a denominada "Peru da Atalaia". "Carimbó" é o batuque que lembra os tempos do Brasil-colônia, com o seu ritmo e dança africanos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As praias de Salinópolis são inegàvelmente a atração turística do lugar. Em verdade não são as únicas praias oceânicas do Estado do Pará, em condições para veraneio. A cidade dispõe de confortável hotel e várias pensões e no período de verão, que vai de junho a dezembro, é intensamente visitada. Na época das férias escolares, em julho e dezembro, é difícil

Vista da Fonte Caranã

conseguir-se hospedagem em qualquer dos locais a isso destinado. Ônibus especiais, linhas mais ou menos regulares de ônibus para Belém ou para Capanema, estação ferroviária mais próxima (70 km) não dão vencimento ao número de pessoas interessadas em freqüentarem as praias famosas de Salinópolis. A praia do Maçarico, distante 20 minutos a pé, a praia do Atalaia, cêrca de 40 minutos a pé, além da praia da própria cidade, ao lado do hotel, permitem bons e agradáveis banhos de mar.

Existe na cidade a Fonte do Caranã, com água mineral, conhecida como benéfica e de grande consumo.

A cidade com suas quatro tôrres de ação (70 metros de altura) do (D.C.T.) Departamento dos Correios e Telégrafos, e da Marinha, com seu imponente farol de navegação, de cêrca de 30 metros de altura e raio de luz de mais de 20 milhas, apresenta-se agradàvelmente aos visitantes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Salinopolitanos" e "Salinenses". É Salinópolis topônimo de origem portuguêsa, significando "cidade das salinas". Anteriormente, denominava-se Salinas, em virtude da existêcia de algumas salinas no litoral do município. O nome foi mudado, em face da legislação Nacional proibitiva da duplicidade de nomes de cidades e vilas, em 1944, de Salinas para Salinópolis.

É Têrmo judiciário da Comarca de Capanema, com 4 distritos judiciários.

O eleitorado é de 3 128 eleitores.

A nova rodovia, já em adiantado estado de construção, asfaltada, ligando Belém a Salinópolis, e reduzindo a distância para cêrca de 200 km, levará sem dúvida, ao município, notável progresso. A nova estrada de rodagem passará por Nova Timboteua, em vez de Capanema, e facilitará, por certo, o desenvolvimento de novas áreas do território paraense.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Salinópolis — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará junho de 1957).

SANTARÉM — PA

Mapa Municipal na pág. 117 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 86, 88, 89, 158, 170, 192, 206, 232, 240, 242 e 246 do Vol. I

HISTÓRICO — No govêrno de Manoel de Souza, na capitania do Grão-Pará, quando vinha esta saindo das sangrentas perseguições de Bento Maciel Parente aos índios, no intuito da escravização, acobertada com a capa da guerra justa, os resgates se achavam em voga, organizando-se expedições importantes para fazê-los, bafejadas pelo poder, e incorporadas pelos capitães-mores com as fôrças militares da capitania, auxiliadas por numerosos contingentes de índios.

Do número destas foi a de Pedro Teixeira ao rio Tapajós em 1626, assistida por Frei Cristóvão de São José, capucho da província de Santo Antônio, constituída com 26 soldados de tropa e grande número de índios, e que subiu o rio Amazonas.

Informado como se achou aquêle militar, ao chegar na aldeia dos Tapuiuçus, na foz do rio Tapajós, que, acima, nesse grande afluente do Amazonas, existia uma grande nação de índios, com o mesmo nome que o rio, resolveu remontá-lo e entrar em relações com ela, a fim de obter resgates, na persuasão de que seriam êles importantes e valiosos.

A umas doze léguas, mais ou menos acima da foz, ancorou em uma enseada, que se supõe ser a de Alter do Chão, onde estacionava a aldeia procurada, cujos habitantes já o esperavam, prevenidos, como se achavam, pelos Tapuiuçus da foz do rio.

Lá encontrou bom acolhimento, entretendo relações com os índios, no meio dos quais teve oportunidade de reconhecer indivíduos já relacionados com os castelhanos, portanto, não tão ignorantes como esperava.

Além de umas esteiras e várias curiosidades, nem um resgate conseguiu fazer, recolhendo-se a Belém com a glória da descoberta do rio Tapajós.

Os jesuítas, assim que se tornou conhecido o novo rio, cuidaram imediatamente da sua catequese, havendo o padre Antônio Vieira, em 1661, enviado para lá o padre João Felipe Bettendorf.

Com índios descidos fundaram os padres da Companhia de Jesus, na foz do rio, a aldeia dos Tapajós, origem da sede do município santareno, e, foram os primeiros que exploraram o baixo rio, reconhecendo, desde logo, o valor de tão rica zona.

Encontro das Águas dos Rios Tapajós e Amazonas

A catequese continuou com ótimos resultados, havendo aquêles religiosos fundado ainda, em 1722, o aldeamento de Matapus ou São José, em 1737, Tupinambaranas ou Santo Inácio e Borari, em 1738.

Em 1742, Leonardo de Oliveira e João de Sousa Azevedo, em 1747, desceram do planalto central do Brasil, o rio Tapajós, pelos primeiros aldeamentos.

A aldeia dos Tapajós, entretanto, desenvolveu-se desde o início da catequese dos jesuítas, e a sua situação permitiu aos colonizadores a escolha do seu local para pôsto fortificado.

De fato Francisco da Costa Falcão, a sua custa, e sob a própria direção, iniciou a construção de um forte de terra, cuja conclusão, levada a efeito por seu filho, Manoel da Mota e Siqueira, em 1697, não logrou ver. Essa fortaleza, que reais serviços prestou aos portuguêses, já em 1749, na visita que lhe fêz o mestre de campo José Miguel Aires, se apresentava em estado de grande ruína, exigindo reedificação completa.

Pela informação dêsse oficial verifica-se que naquele ano a guarnição existente na aldeia dos Tapajós era constituída pelo Capitão André Miguel Aires, Tenente Manoel da Mota, Sargentos Supriano Ferreira Monteiro e Francisco de Aires, e, soldados Mateus Gomes Pais, José da Costa Botelho, Manoel Fernandes, Matias Afonso, José Teixeira, José Moreira, José Ferreira e José Mesquita.

Possuía a guarnição duas peças de artilharia com 20 balas, 8 arrôbas de balas de mosquetaria e 3 libras de pólvora.

Sob a influência e direção dos padres jesuítas, desenvolveu-se a aldeia, sendo, como era uma espécie de entreposto do rio Tapajós e mesmo de grande parte do baixo Amazonas.

Achava-se em contínuas relações com Belém e com Pauxis, Gurupatuba e Paru, além das missões do rio Tapajós.

Excluídos da direção dos índios os religiosos da Companhia de Jesus, em execução à Lei de 6 de junho de 1755, o governador e Capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando em viagem para o rio Negro, deu à aldeia dos Tapajós o predicamento de vila, com a denominação de Santarém.

O ato da elevação e instalação da vila teve lugar a 14 de março de 1758, com a presença do governador e Capitão-general do Estado e do Grão-pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que logo organizou as respectivas justiças.

O primeiro Senado da Câmara ficou constituído, para 1758, pelos juízes ordinários Paulo de Azevedo e Brito e André Antônio de Siqueira; oficiais, Manoel Correa Picanço, Domingos George Furtado e José de Sousa e Silva, e procurador Domingos Rabelo.

Continuaram os mesmos em 1759, havendo, na sessão da Câmara, de 29 de dezembro dêsse ano, oficiado ao governador do Estado, pedindo que, em vista da "suma pobreza em que estava a Câmara, por modesta e não ter nem rendas que possam receber", fôsse mandada passar "carta de data de uma légua de rialengos para vila fazendo pião no pelourinho para cima meia légua e outra meia para baixo, com uma para dentro".

Em 1760, o Senado da Câmara estêve representado pelo juiz ordinário Manoel Correa Picanço, e pelos verea-

dores, Joaquim da Costa Pedreira, Damião de Lacerda e Manoel José Gois Nogueira.

Segundo manuscrito existente no arquivo público do Estado do Pará, em 1766, era diretor dos índios na vila de Santarém o Tenente Henrique José de Vasconcelos, que continuou até 1769, sendo em princípios de 1770 o cargo ocupado por Pedro Maciel Parente.

No ano de 1766 teve lugar a inauguração de uma olaria oficial na vila, com capacidade para 2 000 telhas e 400 potes. Nesse ano as cotações de venda dos produtos cerâmicos dêsse estabelecimento eram de 3$000 por milheiro de telha, 2$400 por milheiro de tijolos e 80 réis o pote.

Naquele ano, diz o relatório acima indicado que a igreja da vila era coberta de telha e asseada, servindo como vigário um clérigo que fôra jesuíta.

Em 1767, era juiz ordinário Mateus da Fonseca, e, vereadores, Joaquim José Sousa, Domingos Jorge e Domingos Rabelo, e, procurador, Manoel Teixeira.

Santarém, pelo fato de ser um ponto de passagem, não só do rio Tapajós, como do próprio Amazonas, tendeu sempre a se desenvolver.

De 1773 a 1775 ocupou o cargo de diretor da vila o Sargento-mor José Pedro da Costa Souto Maior, substituído em 1776 por Manuel Antônio da Costa Souto Maior, que, em 1777, cedeu o lugar a João da Gama Lôbo.

Nesta última direção, a estatística oficial dos índios, na vila, apresentou as cifras, 175 índios, 228 índias, 161 rapazes e 172 raparigas, no total de 737.

Em 1820, era juiz José Rodrigues dos Santos, e, vereadores, Antônio José Lobato, Manoel Antônio da Costa Souto Maior, José Antônio Ferreira e João Antônio Pinto Cota.

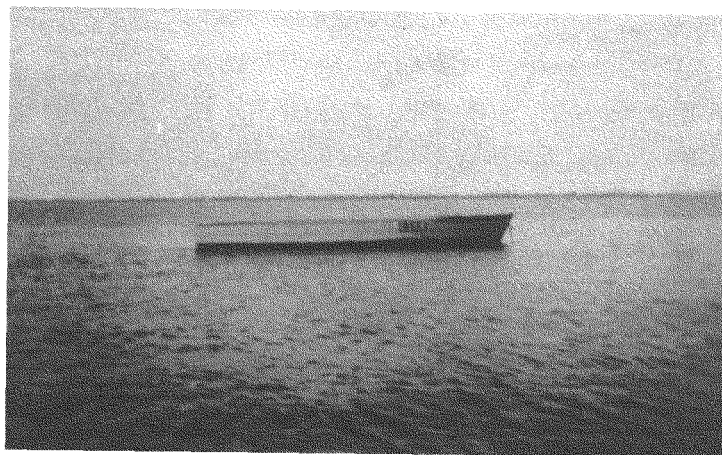
Êste Senado salientou-se pelo Ofício, de 24 de janeiro de 1821, ao Senado da Câmara de Belém, pedindo que desde logo fôsse enviado às Côrtes de Lisboa um representante, para pleitear os direitos do Grão-Pará e ao mesmo tempo significar a lealdade da província ao Rei de Portugal, fato que se relacionava com as ocorrências havidas na capital, por ocasião do juramento da Constituição portuguêsa de 1820.

O juiz que presidiu o Senado da Câmara de Santarém no ano da adesão do Pará à Independência foi Jacinto José Fagundes.

A primeira Câmara Municipal, eleita para o quatriênio de 1829 a 1832, segundo a Lei de 1828, constituiu-se com o padre Raimundo José Alzier, presidente, e vereadores, Belchior Henrique de Melo, Manoel Frutuoso da Costa, Bento José Rabelo, Veloso Pereira, Pedro José de Basto e José de Souza e Silva Seixas.

Com a proclamação da República, o govêrno provisório do Estado do Pará dissolveu, pelo Decreto n.º 81, de 6 de março de 1890, a última Câmara Municipal.

Esta última comunicou a sua adesão ao regime republicano, em Ofício de 22 de novembro de 1889, assinado pelo presidente Francisco Caetano Correa e pelos vereadores José Leopoldo Pereira Macambira, Miguel Batista Belo de Carvalho, José Cláudio da Silva Rabelo, José Veloso Pereira e José Joaquim da Silva.

O govêrno provisório do Estado, pelo Decreto n.º 82, de 6 de março de 1890, criou o Conselho de Intendência Municipal, para o qual, ainda no mesmo dia, nomeou, presidente, Barão de Tapajós, e, vereadores, José Leopoldo Pereira Macambira, Ascendino G. Gentil, Dr. Turiano Lins Meira de Vasconcelos, Joaquim Lopes Bastos e Francisco Caetano Rodrigues dos Santos.

Barco do IBGE no Rio Tapajós

Êste Conselho, com exceção do último membro, que não aceitou a nomeação, tomou posse em 21 de março de 1890.

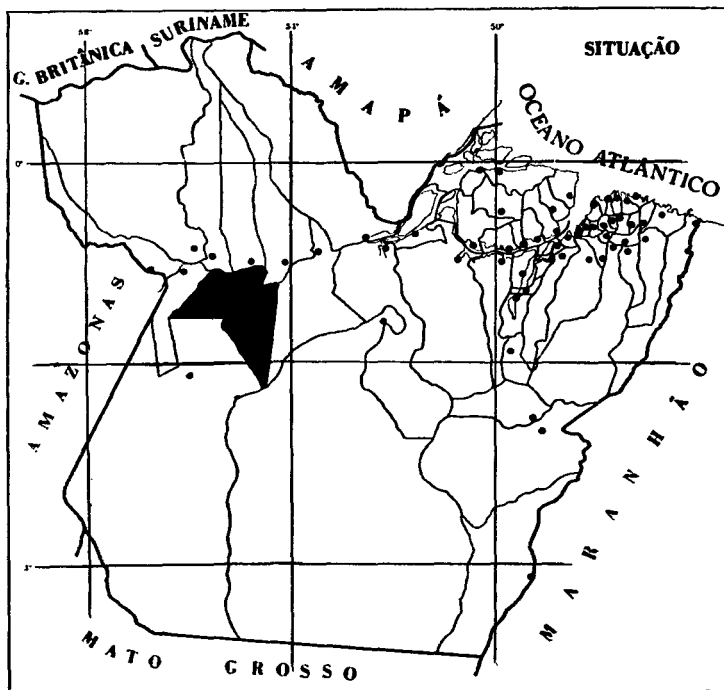
Em 24 de outubro de 1848 Santarém foi elevada à categoria de cidade.

Em cumprimento ao Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, o município de Santarém perdeu parte do território da zona de Tapará para o município de Monte Alegre. Passou, por outro lado, a abranger mais 2 distritos: o de Curuai, criado com o território da zona de igual nome, desligado do distrito de Santarém, e o de Aveiro, instituído com parte do território do distrito de Alter do Chão. Conseqüentemente, na divisão territorial do Estado, fixada por êsse Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, figura integrado por 5 distritos: Santarém, Alter do Chão, Aveiro, Boim e Curuai. Dá-se o mesmo na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943.

Santarém teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Aveiro, conforme Lei número 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956 tornou insubsistente o desmembramento.

Atualmente o município de Santarém é constituído dos seguintes distritos: Santarém, Alter do Chão, Aveiro, Belterra, Boim e Curuai.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Armando Lage Nadler e constituída a Câmara Municipal de 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Santarém situa-se na Zona Fisiográfica do Baixo Amazonas e limita com os municípios de Juruti, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Prainha e Itaituba. A sede municipal dista 701 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 46.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 2° 24' 52" de latitude Sul e 54° 42' 36" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 36 metros na sede municipal, sendo o 10.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município tem o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido.

A temperatura da cidade apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas: 30,3ºC; média das mínimas 22ºC e média compensada 26,4ºC.

A precipitação no ano de 1956 foi de 2 727,6 mm.

ÁREA — 24 057 km². É Santarém o 13.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Amazonas — banha o município de Santarém, desde os seus limites com o município de Óbidos até à linha de limite com o município de Prainha. Em seu curso ficam os distritos Curuai e Santarém. É francamente navegável por embarcações de grande calado em todo o seu curso dentro do município. Rio Tapajós — O rio Tapajós vem do Estado de Mato Grosso, onde nasce; ao penetrar no município banha os distritos de Aveiro, Boim, Alter do Chão, Santarém e Belterra. É bastante caudaloso. Rio Curuá-una — Corre do sul da cidade de Santarém, entre densas florestas. É formado por dois poderosos caudais, o Curuá do Sul e o Una. Cachoeira Aru — Está situada no rio Curuá do Sul, afluente do rio Amazonas, distante da cidade 5 horas de viagem em embarcação a vapor. Cachoeira Aruan — é uma cachoeira de 20 metros de altura. Está localizada no rio Aruan, afluente do rio Arapins e tem grande potencial hidráulico, podendo ser aproveitado para instalações hidrelétricas. Serra do Piquiatuba — ao sul da cidade, onde ficam situadas as terras do mesmo nome; é habitada por cêrca de 12 000 pessoas, ocupando um planalto aí existente, e na quase totalidade nordestinos. Serra Piroça — margem direita do rio Tapajós, próxima à ponta do Cururu, distante da cidade cêrca de 3 horas de embarcação a vapor e perto da vila de Alter do Chão, onde fica o Lago Verde — margem direita do Rio Tapajós, próximo à ponta do Cururu, distando da cidade 3 horas de embarcação a vapor. Lago Grande do Curuai, o famoso lago "Grande da Vila Franca" — margem direita do rio Amazonas entre as cidades de Óbidos e Santarém. Nêle ficam localizados a vila de Curuai e o povoado vila Socorro, grandemente populoso.

Vista do Lago Verde

RIQUEZAS NATURAIS — A argila e arenita granitóide branco aparecem como principais riquezas minerais. Borracha, madeira, essências vegetais, sementes oleaginosas e resinas vegetais destacam-se como riquezas vegetais. Aves, animais silvestres e peixes constituem as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Santarém, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 60 229 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 30 084, mulheres — 30 145; brancos — 12 849, pardos — 45 720, pretos — 1 397 e 61 da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 33 257, 15 755 eram silteiros, 15 127 casados, 2 284 viúvos e 13 desquitados. Existiam 160 estrangeiros e 20 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declaravam católicos romanos, que eram 58 605; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município em 31-12-1956, era de 67 890, sendo 39 852 no distrito de Santarém, 6 000 no distrito de Alter do Chão, 380 no distrito de Aveiro, 8 145 no distrito de Belterra, 3 901 no distrito de Boim e 9 612 no distrito de Curuai.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quinze aglomerações urbanas — a cidade de Santarém com 14 061 habitantes (6 458 homens e 7 603 mulheres); a vila de Alter do Chão com 372 habitantes (182 homens e 190 mulheres); a vila de Aveiro com 190 habitantes (101 homens e 89 mulheres); a vila de Belterra com 3 556 habitantes (1 873 homens e 1 683 mulheres); a vila de Boim com 479 habitantes (226 homens e 253 mulheres) e a vila de Curuai com 555 habitantes (262 homens e 293 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950, e os povoados: Aritapera, com 160 casas e 1 000 moradores; Arapixuna, com 300 casas e 2 500 moradores; Carariacá, com 100 casas e 700 moradores; Aramanaí, com 50 casas e 300 moradores; Sumaúma, com 34 casas e 200 moradores; Pinhel, com 115 casas e 800 moradores; Vila Socorro, com 200 casas e 1 600 moradores; Guajará, com 55 casas e 400 moradores e Vila Franca, com 30 casas e 300 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na produção de fibras, cuja exportação em 1956 atingiu a 4 728 148 kg, valendo ......

Cr$ 67 573 216,00, seguindo-se a borracha com 715 278 kg, valendo Cr$ 31 343 815,00, madeira beneficiada com 7 446 803 m³, valendo Cr$ 27 669 414,00, arroz beneficiado com 43 848 000 kg, valendo Cr$ 4 859 090,00, óleo de pau-rosa com 64 tambores, valendo Cr$ 3 368 822,00, resina de jutaicica com 144 505 kg, valendo Cr$ 2 350 110,00, madeira bruta com 738 759 m³, valendo Cr$ 1 775 596,00, couro verde salgado de boi com 166 150 kg, valendo Cr$ 1 554 037,00, conchas de madrepérolas com 108 874 kg, valendo Cr$ 1 171 152,00, castanha-do-pará com 44 092 hectolitros, valendo Cr$ 685 110,00 e milho com 197 590 quilos, valendo Cr$ 616 550,00. O valor da exportação em 1956 somou Cr$ 147 615 256,00. Exitem no município 37 estabelecimentos industriais, sendo 5 fábricas para preparo preliminar da borracha, 3 serrarias, 4 usinas para beneficiar arroz, 8 fábricas de calçados, 6 fábricas de bebidas, 1 fábrica de mosaicos, 2 fábricas de gêlo, 1 fábrica de malas, 1 fábrica de rêdes de dormir, 1 matadouro para o abate de reses, 1 fábrica de móveis, 2 estaleiros para construção de pequenas embarcações e 2 olarias; além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 29,8% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

A produção extrativa de origem mineral é constituída de extração de barro e arenito granitóide branco, cujo valor total, em 1956, somou Cr$ 16 000,00. De origem vegetal, a borracha (leite de seringa), resina de jutaicica, sementes oleaginosas, madeiras diversas e madeira pau-rosa, tendo a respectiva produção, em 1956, somado a quantia de Cr$ 52 021 190,20. De origem animal, por peixes de diversas espécies e conchas de madrepérola cujo valor total, em 1956, somou a quantia de Cr$ 8 488 952,00.

O rebanho bovino é bem apreciável, contando mais de 30 000 cabeças. O Censo Agrícola de 1950, encontrou o seguinte rebanho: Bovinos 25 785, eqüinos 2 353, ovinos 1 005, caprinos 351.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 462 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo. Funciona uma Agência do Banco do Brasil S. A. e outra do Banco de Crédito da Amazônia S. A. e uma representação de vários bancos do país.

A Agência da Caixa Econômica Federal tem grande movimento.

O Comércio mantém transações principalmente com as praças do Sul do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória), seguindo-se o movimento com a praça de Belém e a de Manaus. Acentuada é a exportação direta para a Europa (Portugal e Inglaterra) e para os Estados Unidos da América.

É a cidade de maior comércio do interior do Estado, com importação direta de mercadorias e exportação de gêneros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Santarém às sedes municipais limtírofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Monte Alegre — fluvial, 109 km, navios do S.N.A.P.P. e emprêsas particulares, e aéreo, 87 km; Alenquer — fluvial, 57 km; Óbidos — fluvial, 126 km, navios do S.N.A.P.P.

Baía de Marajó

e aéreo, 109 km; Juruti — fluvial, 217 km; Itaituba — fluvial, 359 km; Prainha — fluvial, 189 km; Capital Estadual — fluvial, 955 km, navios dos S.N.A.P.P. e emprêsas particulares; aéreo, 710 km, Panair do Brasil S. A., Serviços Aéreos Cruzeiros do Sul e Lóide Aéreo Nacional; fluvial Amazônico, Lóide Brasileiro P. N. e Cia. Nacional de Navegação Costeira P. N.

Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal-telegráfica e uma Agência do Correio na vila de Belterra, ambas do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santarém conta com 53 logradouros públicos, dos quais 3 inteiramente pavimentados; 2 947 prédios e, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, 14 061 habitantes. É servida de luz elétrica e água canalizada. A iluminação pública se estende a 52 logradouros e a domiciliária conta com 1 982 ligações. A rêde distribuidora de água abastece 32 logradouros com 956 ligações domiciliárias.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem um Hospital, um Centro Médico, um Subposto Sanitário, um Pôsto de Saúde e um Lactário. O Hospital, o Centro Médico e o Subposto Sanitário são de finalidades gerais, mantendo serviços de cirurgia e clínica médica em geral; enquanto que o Pôsto de Saúde e o Lactário são de finalidades especializadas, com os serviços de malária. O Hospital Ford, no distrito de Belterra é mantido pelas plantações Ford de Belterra, pertencente ao Govêrno Federal, com 50 leitos. O Centro Médico na cidade é mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com 59 leitos, sendo 56 gratuitos e 3 para pessoal técnico do hospital. O corpo clínico é composto de 5 médicos, 1 dentista e 102 enfermeiros. O Subposto Sanitário também é mantido pelo S.E.S.P. e possui 1 farmácia. O Lactário é mantido pela L.B.A., possui apenas 1 Lactário. O Pôsto de Saúde é mantido pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, com 40 guardas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem no município as seguintes associações: Associação da Pia União de Santo Antônio, fundada em 1910, contando com 220 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios e benefícios aos necessitados; Associação de São Vicente de Paulo, fundada em 1944, contando com 88 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios e benefícios aos necessitados; Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, fundada em 1914; esta instituição não possui sócios e tem como finalidade a assistência escolar; Colônia dos Pescadores, fundada em 1919, contando com 1 375

30 — 24 640

Rio Tapajós, próximo a Alter do Chão

sócios e tendo como finalidade assistência médica, escolar, funerária e pecuniária aos seus componentes; Sociedade Artística Beneficente de Santarém, fundada em 1907, contando com 110 sócios e tendo como finalidade assistência escolar, médica, funerária e mutuária aos seus componentes.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 50 152 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 20 048, ou 39,9%, sabiam ler e escrever. Destas, 10 800 eram homens e 9 248, mulheres. Na sede municipal, das 11 785 pessoas de 5 anos e mais, 7 789 sabem ler e escrever e destas 3 653 eram homens e 4 136, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 91 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 6 392 alunos. Na sede municipal, funcionaram 7 estabelecimentos de ensino extraprimário: 1) Ginásio Santa Clara, possuindo: curso ginasial com 213 alunos do sexo feminino e 10 professôres, curso pedagógico com 28 alunos do sexo feminino e 9 professôres; 2) Ginásio D. Amando, possuindo o curso ginasial, com 175 alunos do sexo masculino e 9 professôres; 3) Escola de Comércio do Baixo Amazonas, possuindo o curso comercial básico, com 39 alunos do sexo masculino e 19 alunos do sexo feminino e 11 professôres; 4) Escola Santa Maria Goretti, possuindo o curso de Canto, Solfejo, Música Instrumental, com 45 alunos do sexo feminino e 3 professôres; 5) Escola Pratt, curso de datilografia, com 43 alunos do sexo masculino e 60 alunos do sexo feminino e 1 professor; 6) Escola Musical de Santarém, possuindo o curso de música instrumental, com 17 alunos do sexo masculino e 1 professor; 7) Ginásio Batista de Santarém, começou a funcionar em 1957.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Teatro Municipal Vitória, o Cine-teatro Cristo Rei (500 lugares) e o Cinema Olímpia, com tela panorâmica e 720 lugares, são os principais estabelecimentos de diversões públicas.

A Biblioteca da Prefeitura Municipal com mais de 2 000 volumes e a Biblioteca da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com mil volumes, ambas de caráter geral, são bastante movimentadas.

Contam-se nove associações culturais de caráter esportivo, realizando-se o campeonato de futebol com grande animação. Além disso, o intercâmbio esportivo com Óbidos, Alenquer e Monte Alegre é bastante acentuado. Também do interior do município vêm à cidade clubes de futebol para animadas partidas.

Merece especial referência o "Centro Recreativo", agremiação cultural-recreativa e dançante, que possui uma moderna e excelente sede social. O "Centro Recreativo", além das festas dançantes promove reuniões de caráter artístico-literário, desenvolvendo na cidade o gôsto pelas artes e letras. Além dessa ímpar agremiação, contam-se por mais de uma dezena, as de menor porte, na cidade e no interior do município.

Existem em Santarém três jornais, mas sòmente dois estão sendo publicados com regularidade e que são: o "Jornal de Santarém", semanário, circulando todos os sábados, a serviço da seção local do Partido Social Democrático e o "Mariano", quinzenário circulando nos dias 15 e 30 de cada mês, jornal católico oficial da Prelazia de Santarém. O outro semanário, "O Baixo Amazonas", pertencente à Emprêsa Gráfica Baixo Amazonas, encontra-se paralisado.

Santarém possui a única radioemissora do interior do Estado do Pará, a estação ZYR-9 — Rádio Clube de Santarém, Ltda., que tem a freqüência de 1 510 kc com 250 W de potência anódica e a mesma potência na antena.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	867	...	3 569	2 196	3 973
1951	2 111	4 821	6 286	3 541	5 774
1952	6 427	4 343	5 221	3 036	5 777
1953	2 978	5 273	7 253	2 951	6 116
1954	3 411	6 154	10 178	3 329	8 663
1955	3 446	7 560	7 435	4 525	7 152
1956	6 833	2 475	(1) 7 361	(1) 4 476	(1) 7 361

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Obelisco da Independência, na Praça Barão de Santarém; Monumento do Centenário, na Praça de Centenário, inaugurado em 24 de outubro de 1948, concepção e execução artística de Manoel Maria Macedo Gentil, filho da terra; Cristo Crucificado, na Igreja Matriz (catedral) de Santarém.

Entre os marcos e objetos históricos e artísticos assinalados, destaca-se com especial significação o referido Cristo Crucificado, cuja crônica pode ser resumida nos seguintes dizeres nêle afixados:

> "O Cavaleiro Carlos Fred. Phil. de Martius, membro da Academia R. das Sciencias de Munich, fazendo de 1817 a 1820 de ordem de Maximiliano José, Rei da Baviera uma viagem scientífica pelo Brasil, e tendo sido aos 18 de Setembro de 1819 salvo por Misericórdia Divina do furor das ondas do Amazonas junto à vila de Santatarém, mandou, como monumento de sua pia gratidão ao Todo Poderoso, erigir êste crucifixo nesta Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1846".

A existência dêsse Cristo Crucificado de Santarém, que mede um metro e setenta e cinco centímetros e é apôsto em uma cruz de madeira, — a sua história, a sua fama, a sua preciosidade correm Brasil afora, — o que se comprova no fato de o então Presidente Getúlio Vargas, ao chegar àquela

cidade em 1940, ter logo nos rápidos instantes de sua passagem visitado o famoso monumento.

A glória de Martius está um pouco, na presença da formosa imagem.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Em Santarém realizam-se várias festas religiosas no decorrer do ano. Apenas quatro merecem destaque: a fervorosa e interessante procissão fluvial de São Pedro, na tarde do dia 29 de junho, formada por grande cortejo de dezenas de embarcações dos mais variados tipos, enfeitadas com bandeiras multicores, acompanhamento de bandas de música, foguetes, etc., um desfile soberbo com bela imagem do Santo, em frente à cidade, no rio Tapajós.

A procissão em homenagem a São Cristóvão, promovida pela Associação dos Choferes de Santarém, a 25 de julho, com a colaboração de todos os veículos existentes na cidade, os quais, acompanhando a imagem instalada em um dêles, percorrem várias ruas da cidade; a procissão da padroeira da cidade, ou seja, Nossa Senhora da Conceição, que atrai para a sede do município grande número de pessoas, quer do interior, quer de cidades vizinhas, tendo início da manhã do terceiro domingo de novembro, com o "Círio" e prosseguindo a festa religiosa e os festejos profanos, até dia 8 de dezembro, data que culmina o festejo; a de louvor a São Raimundo Nonato, com características idênticas à de Nossa Senhora da Conceição, em agôsto.

Além das festividades religiosas, em conseqüência e por ocasião delas são promovidas outras, de caráter profano, constituídas de danças, leilões, comidas e outros folguedos regionais.

No interior do município, registram-se com destaque as festividades religiosas, acompanhadas de festejos profanos efetuados na vila de Alter do Chão, em janeiro, a festa da Padroeira local, Nossa Senhora da Saúde. Nessa festa ainda são observados costumes afro-índios, com desfile pelas ruas da vila, de cordões de homens e crianças, com tambores e bandeiras. Entoando cantigas, mistas de português, latim e língua geral (tupi), entram na igreja, assistem os ofícios religiosos e voltam a desfilar. Depois há o almôço em que cada convidado recebe um prato já preparado, com um bom naco de carne. Bebe-se o "torubá", bebida da terra, preparada de mandioca fermentada. Antigamente o desfile era feito com o "sairé", espécie de instrumento musical, hoje desaparecido; em Boim a festa de Santo Inácio é bem animada; em Curuai, no Lago Grande do mesmo nome, os festejos da padroeira, em setembro, tem grande vibração, com a participação de romeiros dos municípios de Óbidos e Juruti; a festa de São Francisco, em outubro, no distrito de Belterra, no lugar Sumaúna, congrega, também, romeiros das localidades vizinhas, inclusive da cidade.

VULTOS ILUSTRES — Entre aquêles que se projetaram no cenário nacional, citaremos os seguintes: Almirante Flávio de Miranda Correia, da Armada Nacional e relevantes serviços prestados à Pátria; Tenente-coronel Joaquim Rodrigues dos Santos, por muitos anos Comandante da Guarda Nacional, foi vereador e presidente da Câmara em vários períodos ao tempo do segundo Império; Dom Frederico Benício da Costa, primeiro Prelado de Santarém e segundo Bispo do Amazonas; Miguel Pinto Guimarães, Barão de Santarém, vereador e presidente da Câmara em várias legislaturas, desempenhava o cargo de Presidente, há cem anos, quando Santarém foi elevada a cidade, em 1848, foi depois intendente, Senador do Império e como vice-Presidente da Proíncia do Grão-Pará, por duas vêzes estêve na chefia do Govêrno Provincial; Coronel José Caetano Correa, Barão do Tapajós, nascido a 18 de março de 1831, foi várias vêzes, presidente da Câmara, vereador, intendente, já na República, Senador do Estado; Tenente-coronel Antônio Joaquim Rodrigues dos Santos, cidadão de rija envergadura moral, republicano histórico, membro da Constituinte do Pará; em 1890; Coronel Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, engenheiro com destacada atuação na campanha do Paraguai, jornalista, deputado federal pelo Estado do Amazonas, falecido em Santarém em 1907; Alexandre Rodrigues de Sousa, poeta, falecido em Curuzu, quando como tenente do 4.º Batalhão de Artilharia, fazia a campanha do Paraguai.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Panoramas maravilhosos, de inigualável beleza natural, descortinam-se no Lago Verde de Alter do Chão, o "Lago dos Muiraquitans", com a "Serra Piroca", ao lado; no oceano que é o rio Tapajós em Sumaúma e Aramanaí, com cêrca de 16 km de largura, distando apenas três horas em transporte fluvial, da cidade de Santarém; no "sem-fim" das campinas de verão do Lago Grande de Curuai (antigo Lago Grande de Vila Franca), local ideal para equitação, além de proporcionar a caça e a pesca.

A cachoeira do Aruan, situada no rio Aman, afluente do rio Anapiuns, o famoso "rio prêto" do cedro e outras espécies de madeiras, distando 3 a 4 dias de viagem em lancha; a "Serra de Piquiatuba", grande zona de lavoura no extremo norte do planalto central do Brasil, ramificação que corre entre os rios Tapajós e Xingu e vai quase à margem do Amazonas. A "Serra de Piquiatuba" dista meia hora de viagem em veículo motorizado ou duas horas a cavalo.

Belterra, sede das plantações Ford, com grande cultura de seringueiras, distando de 3 a 4 horas de viagem fluvial da cidade de Santarém. Mais de 3 000 000 de seringueiras foram plantadas, numa experimentação em larga escala, pelo famoso industrial americano Henry Ford. Hoje Belterra é uma autarquia do Ministério da Agricultura.

Existe, também, a "Cachoeira Una", no rio Una, possuidora de grande potencial hidráulico.

A pesca do pirarucu no Lago Grande de Curuai e rio Ituqui são motivos de atração turística.

Antigamente a matança de jacarés, no Lago Grande de Curuai era um espetáculo soberbo de coragem e audá-

Vista do Lago Verde

cia. Hoje, com o desenvolvimento do comércio de couros de jacarés, a caça dêsse sáurio tornou-se tão intensa, que não mais se verifica a famosa "matança de jacarés", que anualmente se realizava.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar, santarenos ou santarenenses recebem, também, o nome de "mocorongas". Santarém é topônimo de origem portuguêsa e deriva de Santa Irene, por contração etimológica, segundo I. Xavier Fernandes.

É sede de comarca com dois juízes de direito, correspondentes às varas seguintes:

1.ª vara — Cível e Comércio, Órfãos, interditos e ausentes. Provedoria, resíduos e fundações. Menores. Feitos da Fazenda e autarquias. Feitos penais.

2.ª vara — Cível e Comércio. Falências e concordatas. Acidentes do Trabalho. Justiça do Trabalho. Registros Públicos. Casamentos e feitos da Família.

Conta com 23 856 eleitores, sendo o 2.º colégio eleitoral do Estado, sòmente superado pelo da Capital. O número de eleitores no Pará soma 373 123, colocando-se os cincos maiores colégios na ordem seguinte:

Belém	118 476
SANTARÉM	23 856
Bragança	21 738
Cametá	17 715
Capanema	8 744

A Câmara e Têrmo de Santarém têm os sete seguintes distritos judiciários: Santarém, Arapixuna, Alter do Chão, Aveiro, Boim, Belterra e Curuai. O seu fôro é bem movimentado, contando-se vários advogados e solicitadores.

A incomparável situação geográfica do município de Santarém, servida por dois grandes rios, o Amazonas e o Tapajós, o credenciam para um grandioso destino na comunidade paraense. Em seu território há uma síntese da vida e da atividade amazônica; a pecuária, antiga e moderna; a agricultura, desde o trato rotineiro, manual, ao trabalho moderno, mecanizado; o aproveitamento das várzeas amazônicas (terras ribeirinhas) com a plantação de juta, o desenvolvimento agrícola nas "terras-firmes" do planalto; a pesca, da mais variada espécie, de peixe pequeno ao pirarucu — chamado bacalhau amazônico; a extração de madeiras; a produção de borracha (hevea), empregando-se do sistema antigo ao mais moderno, o próprio preparo do látex; e também o início da era industrial, com suas olarias, cerâmicas, fábricas, serrarias, usinas de beneficiamento de cereais e enfim, tudo que a atividade humana desenvolve, tem neste município, privilegiado, algo de representativo.

Um registro especial é feito à atividade dos Frades Franciscanos, — primeiro os alemães e ùltimamente também os norte-americanos — pelo notável trabalho realizado em Santarém e em tôda a região.

A instrução e educação tiveram no trabalho dêsses abnegados Frades, uma realização admirável.

Igualmente, é digno de menção o Orfanato São José, dirigido pela Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, instalado ao sul da cidade (cêrca de 20 quilômetros), num planalto de terras férteis e saudáveis, o lugar "São José". Destinado a meninas, são as mesmas encarregadas de todos os trabalhos agrícolas do Orfanato, excetuando-se naturalmente, aquêles que por sua natureza não podem ser executados a não ser por homens. Além dos serviços agrícolas, as órfãos aprendem ainda a cozinhar, costurar, bordar e outras prendas domésticas, de par com esmerada educação.

Santarém é berço de uma ordem religiosa: a das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, fundada em 1910, por Dom Amando Bahlmann e Madre Imaculada de Jesus. Essa Ordem religiosa tem hoje várias casas espalhadas em todo o mundo.

A cidade de Santarém é sede da Prelazia do mesmo nome, a qual ocupa a região ocidental do Pará, abrangendo os municípios do Baixo Amazonas, desde Almeirim a Faro e tôda a bacia do rio Tapajós, sendo considerada a maior do Brasil. Seu primeiro Prelado foi Dom Frederico Benício da Costa, natural do município (vila de Boim), depois segundo Bispo do Amazonas. Sucedeu-lhe Dom Amando Bahlmann, que geriu a Prelazia de 1907 a 1939, realizando uma das maiores obras da Igreja Católica no país, tanto pelo lado moral como pelo material. Dom Amando foi o grande obreiro da Prelazia, levando também a catequese aos índios do alto Tapajós, principalmente os Mundurucus. Dom Anselmo Pietrulla, que lhe sucedeu fundou o Ginásio de Santarém, em 1943. Atualmente, o titular de maior Prelazia do país é Dom Floriano Louvenau, sacerdote que durante vários anos perlustrou o território que hoje dirige como pastor.

A cultura da juta indiana, deu uma nova fase de progresso a Santarém. Iniciada em 1940, no ano seguinte a produção assinalou 14 toneladas no valor de quarenta e dois mil cruzeiros. Em 1956, o volume físico da exportação somou 4 728 toneladas, valendo 67 573 mil cruzeiros. Algodão, que era o maior produto agrícola, seguido de arroz e milho perderam a supremacia do mercado. Todavia, a borracha, manteve sua posição e no curso de 16 anos (de 1940 a 1956) a transformação econômico-social foi notável. O estabelecimento do serviço de água canalizada, a construção do Aeroporto, o funcionamento do Hospital do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), trouxeram à cidade uma nova vida. O crescimento da população na zona urbana foi de 100% na década 1940-1950. Da população de 7 527 pessoas do Censo de 1940, o Recenseamento de 1950 encontrou o dôbro, ou seja 14 061. Atualmente é estimada em cêrca de 20 mil pessoas.

Sem dispor ainda de pôrto organizado, isto é, sem a existência de cais para acostamento de embarcações de grande calado, o movimento portuário em 1956 assinalou o descarregamento de 3 146 toneladas de carga, quase todo feito em alvarengas e batelões ao largo, no ancoradouro em frente à cidade. Os navios menores (600 a 800 toneladas) descarregam no trapiche local, instalações de madeira que não atende ao desenvolvimento e progresso da metrópole do baixo Amazonas.

Transformação interessante também se verificou no meio de transporte regional. As canoas a remo e o grande número de veleiros, foram substituídos, pelos motores de pôpa, a gasolina. Santarém muda, dia a dia, no maior índice de progresso da região. Situada entre Belém e Manaus, as mais importantes cidades da Amazônia, é o entre-

posto natural para aquelas capitais, podendo servir como fonte de abastecimento para os dois apreciáveis centros populosos.

E finalizando, há necessidade de uma referência às coisas características da região, as famosas cuias pintadas, as bolas de seringa, os cheiros-cheirosos (raízes, pós, fôlhas, líquidos aromáticos), as pedras e conchas pintadas, os doces de tamarindo e cacau, o licor de cacau; conhecido e saboroso "Paumary"; todos são produtos típicos e que aos visitantes da Amazônia despertam sempre interêsse e acentuada curiosidade. As cuias pintadas de Santarém alcançaram fama em várias partes do mundo, pela sua originalidade, beleza e pela lembrança evocativa da portentosa Amazônia.

No distrito de Alter do Chão estão instalados trabalhos de pesquisas de petróleo, a cargo da Petrobrás. A perfuração é feita na ponta do "Moretá", à margem direita do rio Tapajós, distando de Santarém apenas três horas de navegação fluvial.

(Bibliografia — Annaes da Biblitheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Breve Histórico sôbre Santarém (Jornal "O Momento") — Dr. Anísio Chaves — 1938. — Dados e Informações Gerais do Município de Santarém — Francisco Cronje da Silveira — 1942. — Sinopse Estatística do Município de Santarém — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

SÃO CAETANO DE ODIVELAS — PA

Mapa Municipal na pág. 301 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Iniciada, desde os primitivos tempos da colonização do Pará, a navegação da costa, entre Belém e São Luís, a exploração dos seus complicados meandros, aproveitados na navegação dita por dentro, permitiu os estabelecimentos que deram arigem aos municípios da zona chamada do Salgado.

O rio Mojuin ofereceu, como curso de água importante, condições de situação muito favorável, que foram observadas e aproveitadas pelos jesuítas.

No local da vila de São Caetano fundaram uma importante fazenda com a denominação de São Caetano, fazenda que o desembargador Feliciano Ramos Nobre Moura, que servia de juiz de fora em Belém, seqüestrou, por ordem do governador e Capitão General do Pará, em 1760, em diligência partida da Vigia, para prender os padres da Companhia e seqüestrar os seus bens e documentos, estando compreendida no seqüestro também a fazenda Tabatinga.

Dessa fazenda, entregue à administração de prepostos do govêrno colonial, adveio a atual sede do município de São Caetano de Odivelas.

Em 1765, diz um relatório da época, "as casas de São Caetano são menos más, muito bem situadas, e os moradores com muito fervor e zêlo estão fazendo a sua igreja de que muito necessitam, e o vigário que é clérigo com tôda a diligência assistindo a obra, e já tem a capela-mor acabada e coberta, mas por entaipar e vão continuando a fatura do corpo da igreja".

Em obediência à Lei de 6 de junho de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado concedeu-lhe em 1757 o título de lugar, com o qual viu o sol da independência.

Em 1813 Manoel de Sousa Álvares oficiou ao governador do Estado do Grão-Pará que tinha notícia da existência de um grande mocambo de negros nas cabeceiras do rio Mojuim, os quais faziam depredações nos sítios existentes entre os rios Mojuim e Mocajuba, havendo sido determinada uma grande batida na zona para extingui-lo.

Na divisão da província em têrmos e comarcas, em 1833, ficou como parte integrante do têrmo e município da Vigia, como freguesia sob a invocação de São Caetano, até 1872, quando a Lei n.º 707, de 5 de novembro, outorgou-lhe o predicamento de vila, instituindo o município.

Quase dois anos se passaram sem que tivesse execução aquela disposição legal.

Em 1874, o govêrno provincial determinou à Câmara da Vigia que providenciasse sôbre a instalação do município, não sòmente quanto à eleição de vereadores da Câmara, como quanto à casa e mobiliário condignos, para fiel cumprimento da Lei de 1872.

O presidente da Câmara da Vigia, Antônio José do Carmo Barriga, transportou-se à nova vila, e, em 28 de agôsto de 1874, depois de preenchidas as formalidades legais, em uma casa particular, com mobiliário e casa emprestados, instalou o novo município, juramentando e dando posse ao vereador Inácio Manoel Ferreira, segundo mais votado na eleição para vereadores da nova Câmara.

Êste, sem ter conseguido reunir a Câmara, oficiou ao então presidente da província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo, dizendo que não tinha o município casa para o funcionamento da Câmara, e não tinha réditos a arrecadar em 1874, visto já haver o município de Vigia arrecadado tudo; assim como, que o presidente da Câmara da Vigia, depois de juramentá-lo e empossá-lo, havia se retirado, sem entregar-lhe os livros de qualificação, tendo desmanchado a casa em que lhe havia dado posse.

Sòzinho, sem casa para a Câmara, sem vereadores que o auxiliassem, sem livros e sem dinheiro para as primeiras instalações, o vereador Inácio Maciel Ferreira teve que arcar com uma série infinda de dificuldades, para resolver as quais contou com a surdez do govêrno provincial e com a inércia da Câmara de Vigia, que não lhe restituiu os réditos que arrecadara.

Sòmente em 15 de janeiro de 1875, depois de infinitas horas de desânimo, reuniram-se os vereadores Monoel Joaquim Marques Garça, Francisco das Chagas, Manoel do Carmo de Ataíde e Diniz Joaquim Maciel, sob a presidência de Inácio Maciel Ferreira, o paladino da instalação do município, em uma primeira sessão da nova Câmara, à qual, já quase no fim, compareceu o vereador mais votado, alferes Francisco Antônio da Rocha, que assumiu a presidência, para o encerramento da sessão, depois de nomeado o secretário da Câmara, Bernardo Ferreira dos Santos.

Não obstante o alferes Francisco Antônio da Rocha haver sido o mais votado e por lei o primeiro presidente da Câmara, aquêle que de fato trabalhou para a definitiva instalação do município e que arcou com tôdas as dificuldades iniciais foi Inácio Manoel Ferreira.

Da prmeira vereação eleita fêz parte também Antônio de Paula Gurjão, que, por doente, não comparecera à sessão de 15 de janeiro, mas que muito trabalhou depois.

Com a proclamação da República, enviou o govêrno provisório do Estado um comissário seu a São Caetano, representado pelo cidadão Gonçalo de Lima Ferreira.

Não tendo os vereadores da Câmara se resolvido a fazer a adesão ao novo regime, tomou a iniciativa dêsse fato Domingos Ramos Ferreira das Chagas, antigo vereador, que convocou, para o dia 26 de novembro de 1889, uma sessão popular, que efetivamente teve lugar, sob a sua presidência, com a presença de João Braz de Sousa, secretário da Câmara.

Afim de constituir a mesa da Assembléia, indicou para formá-la os cidadãos João Rodrigues dos Santos, Cipriano F. Dalmácio e Raimundo F. Rodrigues, que convidaram o comissário do govêrno provisório a fazer parte da reunião.

Com grande concorrência de munícipes foi resolvida a adesão do município, imediatamente comunicada ao govêrno do Estado.

O Decreto n.º 100, de 13 de março de 1890, dissolveu a última Câmara Municipal.

O Decreto n.º 101, do govêrno provisório do Estado, também de 13 de março de 1890, criou o Conselho de Intendência Municipal, que tomou posse em 26 do mesmo mês, e, para o qual o govêrno nomeou Antônio Francisco dos Santos, presidente, e, vogais, José Francisco Alves, João Rodrigues dos Santos, Manoel Lima de Ataíde e Manoel Ferreira dos Santos.

A Lei n.º 324, de 6 de julho de 1895, que dividiu o Estado do Pará civilmente em cidades, vilas, povoações e estabeleceu a maneira de elevar qualquer lugar à categoria de povoação, vila ou cidade, concedeu-lhe o predicamento de cidade. O primeiro Conselho Municipal eleito ficou constituído pelo intendente municipal João Rodrigues dos Santos, e, pelos vogais, Manoel Lins de Ataíde, Cecílio Ricardo Pinheiro de Oliveira, Leonírio Antônio de Sousa e André Cursino de Melo.

Pelo Decreto Estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, o município de São Caetano foi extinto incorporando-se o seu território aos municípios de Curuçá e Vigia.

O Decreto Estadual n.º 931, de 22 de março de 1933, restabeleceu São Caetano de Odivelas, na qualidade de subprefeitura.

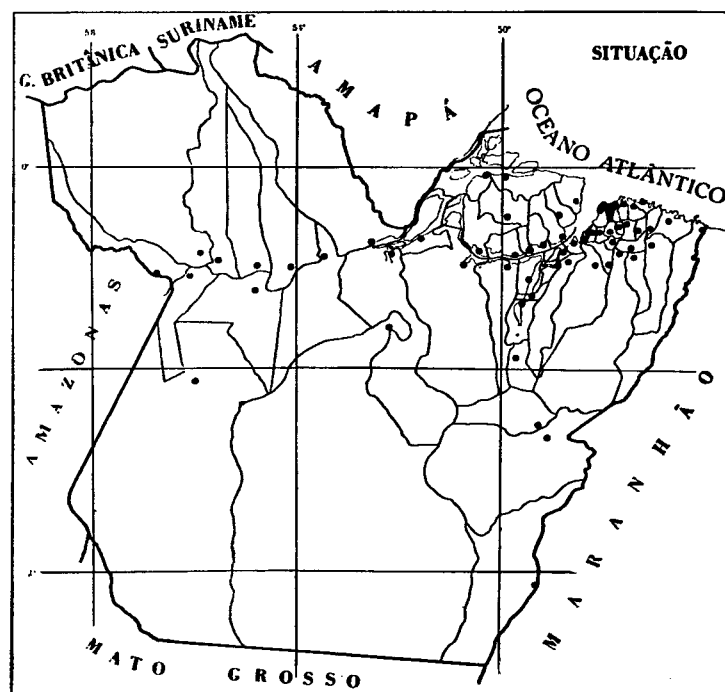
A restauração do município de São Caetano de Odivelas, coube à Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935.

Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, compõem-no 3 distritos: São Caetano de Odivelas, Perseverança e São João da Ponta.

No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 2 972, de 31 de março de 1938, o município em aprêço apresenta-se subdividido em 2 distritos o da sede e o de São João da Ponta.

Pelo disposto no Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de São Caetano de Odivelas passou a abranger mais um distrito, o de Perseverança, instituído com o território da zona dêsse nome, desligado do distrito sede. Conseqüentemente, nessa divisão, o compõem 3 distritos: São Caetano de Odivelas, Perseverança e São João da Ponta, o que se observa ainda na divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, e estabelecida pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Antônio Baltazar Monteiro e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Caetano de Odivelas, situa-se na zona fisiográfica do Salgado, e limita com os municípios de Vigia, Curuçá e Oceano Atlântico. A sede municipal dista 93 km em linha reta da capital estadual, colocando-se em 15.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 0º 44' 58" de latitude Sul e 48º 01' 11" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude do município é de 4 m, na sede municipal, sendo o 30.º em ordem de altitude.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido. Na temporada invernosa, de janeiro a junho, as chuvas são abundantes.

ÁREA — 503 km². É São Caetano de Odivelas o 58.º município em tamanho, sendo, portanto, a penúltima comuna paraense em superfície.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São os principais acidentes geográficos: rio Mocajuba, penetra no município, corre de sul a norte, deságua no Oceano Atlântico, banhando a vila de São João da Ponta e Povoado de Vila Nova, sendo navegável até o lugar Aires, servindo de limite com o município de Curuçá; rio Mojuim, penetra no município pelo sudoeste, deságua no Oceano Atlântico, sendo que ao norte suas águas banham a sede municipal, a vila de Perseveranâa, Pôrto Guarajuba e Marabitana, é

navegável sòmente por pequenas embarcações a vela em virtude dos grandes bancos de areia existentes em sua foz; rio Barreta, penetra no município pela parte sul, correndo em direção norte e desaguando no Oceano Atlântico, banhando as suas águas os Povoados de Monte Alegre e Santa Maria Barreta, sendo poucon evegável em virtude de muitas pedras localizadas em sua foz.

RIQUEZAS NATURAIS — Borracha, madeira em geral, fibra de uacima e casca de mangue, constituem as riquezas vegetais. Peixe e caranguejo, aparecem como as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de São Caetano de Odivelas, conforme o Recenseamento Geral de 1950, era de 9 931 habitantes e tinha a seguinte disposição: homens — 4 795, mulheres — 5 136, brancos — 637, pardos — 9 194, pretos — 80, nenhum da raça amarela. Das pesosas de 15 anos e mais, em número de 5 570, 2 893 eram solteiros; 2 214, casados; 462, viúvos; 1 desquitado. Existiam apenas 2 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Em religião predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 9 796. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 11 194, sendo 4 770 no distrito de São Caetano de Odivelas, 3 201 no distrito de Perseverança e 3 223 no distrito de São João da Ponta.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui doze (12) aglomerações urbanas: a cidade de São Caetano de Odivelas, com 1 192 habitantes (572 homens e 620 mulheres); a vila de Perseverança, com 273 habitantes (122 homens e 151 mulheres); a vila de São João da Ponta, com 546 habitantes (236 homens e 310 mulheres) e os povoados de Guajaratuba, com 22 casas e 132 moradores; Santa Maria da Barreta, com 54 casas e 270 moradores; Pereru, com 53 casas e 265 moradores; Monte Alegre, com 21 casas e 119 moradores; Santíssima Trindade, com 65 casas e 325 moradores; Aê, com 30 casas e 150 moradores; Vila Nova, com 77 casas e 412 moradores; São João dos Ramos, com 64 casas e 415 moradores e Marabitanas, com 34 casas e 170 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa de origem vegetal é representada pela extração de borracha e casca de mangue, cujo valor, em 1956, somou Cr$ 347 434,40. De origem animal, por peixes de diversas espécies e mariscos, cujo valor de produção, em 1956, foi de Cr$ 851 661,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de farinha de mandioca, cuja exportação em 1955, atingiu a 737 940 kg, valendo Cr$ 1 143 768,00, seguindo-se o peixe congelado, com 138 585 kg, valendo Cr$ 815 310,00, arroz com casca, com 424 620 kg no valor de Cr$ 804 780,00 e fibra de uacima, com 47 906 kg, valendo Cr$ 287 504,00.

O valor da exportação, em 1955, somou em ...... Cr$ 3 810 313,00.

No município existem, apenas pequenos estabelecimentos, que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas ativas (10 anos e mais) 31,4% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 67 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O comércio mantém transações comerciais com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de São Caetano de Odivelas com as sedes municipais limítrofes e à capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Vigia, rodoviário, 23 km e fluvial com canoa a vela; Curuçá, rodoviário, 193 km e fluvial com canoa a vela; Capital Estadual, rodoviário, 110 km e fluvial com canoa a vela. Como via de comunicação, existe na cidade, uma Agência dos Correios do Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Caetano de Odivelas, conta com 25 logradouros públicos, 317 prédios e 1 192 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estente a 17 logradouros e a domiciliária conta com 126 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um pôsto médico, do Govêrno Estadual, com serviços de curativos e aplicações de injeções, atendido por um guarda sanitário. Mensalmente um médico itinerante do Estado, visita o município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Prefeitura Municipal, principalmente às vésperas dos pleitos eleitorais, presta alguma assistência social.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 8 245 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 3 196 ou 38,7% sabiam ler e escrever. Destas, 1 779 eram homens e 1 417 mulheres. Na sede municipal, das 1 004 pessoas de 5 anos e mais, 624 sabiam ler e escrever e, destas, 312 eram homens e 312 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 41 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 1 576 alunos, nas zonas citadinas e camponesas, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há quatro (4) associações culturais, sendo duas (2) dedicadas a atividades esportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	135	425	175	472
1951.......	—	146	597	183	558
1952.......	—	166	728	197	599
1953.......	—	170	999	277	1 077
1954.......	—	199	1 020	272	1 000
1955.......	—	98	851	296	800
1956.......	—	147	1 227	329	1 183

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Quatro (4) processões tradicionais são

realizadas anualmente: em louvor a Bom Jesus, no domingo de Pascoa, na Cidade; de São João Batista, no dia 24 de junho, na vila de São João da Ponta; a mais bela, fervorosa e concorrida de tôdas é a de São Caetano, no dia 7 de agôsto por ser o padroeiro local; e a consagrada a Santa Cecília, no dia 22 de novembro, na povoação de Vila Nova.

O característico mais popular são os festejos juninos, em louvor a Santo Antônio, São João e São Pedro. Além dos bumbás, dos "passáros", surgem os mascarados. Cêrca de mais de cem (100) pesosas, fantasiadas e mascaradas, percorrem as ruas de São Caetano de Ovidelas, nas noites de folguedos juninos. Grupos musicais de oito a doze elementos, acompanham os "bichos" em suas evoluções e os mascarados fazem parte do bloco, com a côr bizarra de suas fantasias. O sol clareia a cidade e ainda circulam os "bichos" e seus acompanhantes.

Em dezembro e janeiro, registra-se o "Carimbó", que é o batuque evocativo do Brasil-colônia, com o seu ritmo e dança africanos.

O "Carimbó" é um tambor de origem africana, preparado de um tronco de madeira escavado, a que se aplica couro bem esticado, onde o tocador, sentado no próprio tronco, bate com as mãos, entoando melodias adequadas ao batuque. O número de componentes do "Carimbó" é variado, alguns trajados espalhafatosamente. Atualmente a dança do "Carimbó" é compartilhada por todos, ao contrário do tempo antigo que era restrita ao grupo.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A pesca na zona do Salgado, pelos "currais" ao longo das embocaduras dos rios, nas "bocanhas" é, sem dúvida, um espetáculo para atração turística. O esfôrço do caboclo, pescando pelos métodos mais primitivos, a sua luta incessante e atribulada contra os elementos, merece, sobretudo, uma referência especial.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "odivelenses".

É Têrmo judiciário da Comarca de Vigia.

Conta com o eleitorado de 3 162 eleitores.

São Caetano de Odivelas é topônimo de origem devocional e portuguêsa. A fazenda São Caetano lhe deu nascimento e a festa do padroeiro é a mais solene do município. Sôbre Odivelas, diz Gonçalves Viana ser a sua morfologia ainda problemática. Não será difícil lhe arranjar um étimo como *Ó! linda!* ou *Barca Arena. Ó! de velas!*

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Bibliografia — Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de São Sebastião da Boa Vista — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará).)

SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA — PA

Mapa Municipal na pág. 283 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — As origens do município de São Sebastião da Boa Vista datam dos tempos coloniais. Em execução à Lei de 6 de junho de 1755 Francisco Xavier de Mendonça Furtado concedeu-lhe, em 1758, o predicamento de freguesia, sob a invocação de São Sebastião.

A denominação de Boa Vista segundo a opinião de Ferreira Pena, provém do fenômeno de miragem, que oferece a vista do povoado aos que dêle se aproximam.

Perdeu, em época que a crônica não registrou, a categoria de freguesia, a qual em 1833, nem foi cogitada, nas sessões de 10 a 17 de maio, fazendo então parte do município de Muaná, pertencendo à freguesia de São Francisco de Paula até 1868, quando a Lei n.º 584, de 23 de outubro deu-lhe os foros de freguesia, conjuntamente com Santarém Novo.

Em 1872, a Lei n.º 707, de 5 de abril, concedeu-lhe o título de vila, criando o respectivo município, instalado a 7 de janeiro do ano seguinte, sob a presidência de Passidônio Rodrigues de Manfrêdo, juramentado perante a Câmara de Curralinho.

Fizeram parte dessa primeira vereação (1873-1876) Urbano Xisto Rodrigues, Francisco Antônio da Costa, Manoel Antônio Barbosa, Joaquim Manoel Vieira, Ângelo Vitorino Gonçalves Serrão e Sinfrônio Ribeiro Tôrres.

Na Câmara de 1877-80 serviram Urbano Xisto Rodrigues, Manoel Antônio Barbosa, Joaquim Manoel Vieira, Francisco Celestino Nunes Costa e Manoel da Silva Cravo.

Não logrou esta vereação concluir o quatriênio, porquanto a Lei 944, de 18 de agôsto de 1879 suprimiu à sede a categoria de vila, extinguindo o município que a Lei 903, de 8 de março do ano seguinte restaurou.

A 10 de janeiro de 1881 em cumprimento ao Ofício de 14 de setembro de 1870, do presidente da província, que marcou o dia 7 de janeiro de 1881, para a nova instalação do município, o presidente da Câmara Municipal de Curralinho, Narciso Manoel de Carvalho, acompanhado do secretário desta última, juramentou e deu posse aos vereadores Manoel Antônio Roiz, presidente, e, Estulano Alexandrino da Costa, Hildefonso Ribeiro Tavares, José Antônio da Vera Cruz, Timóteo Ferreira Júnior, Mateus Domingos dos Santos e João Soares de Lima.

Contudo, em 1882, a Iei n.º 1 084, de 6 de novembro, de novo extinguiu o município, havendo ficado esquecido até à República, não obstante a Lei n.º 1 399 de 5 de outubro de 1889, havê-lo restaurado, sem tê-lo instalado.

O govêrno provisório do Estado, pelo Decreto n.º 87, de 10 de março de 1890, dissolveu a Câmara, criando, pelo Decreto n.º 88, da mesma data, o Conselho de Intendência Municipal.

A última Câmara Municipal eleita contou como presidente Hildefonso Ribeiro Tavares e como vereadores Antônio de Freitas Borges Sobrinho, Eugênio Serrão, Joaquim Ferreira da Costa e Miguel Antônio Rodrigues.

O Conselho de Intendência Municipal nomeado tomou posse em 7 de abril de 1890, e ficou composto pelos cidadãos, Eugênio Serrão, presidente, e, vogais, Manoel Antônio Barbosa, Joaquim Ferreira da Costa, Hildefonso Ribeiro Tavares e Manoel João Gonçalves.

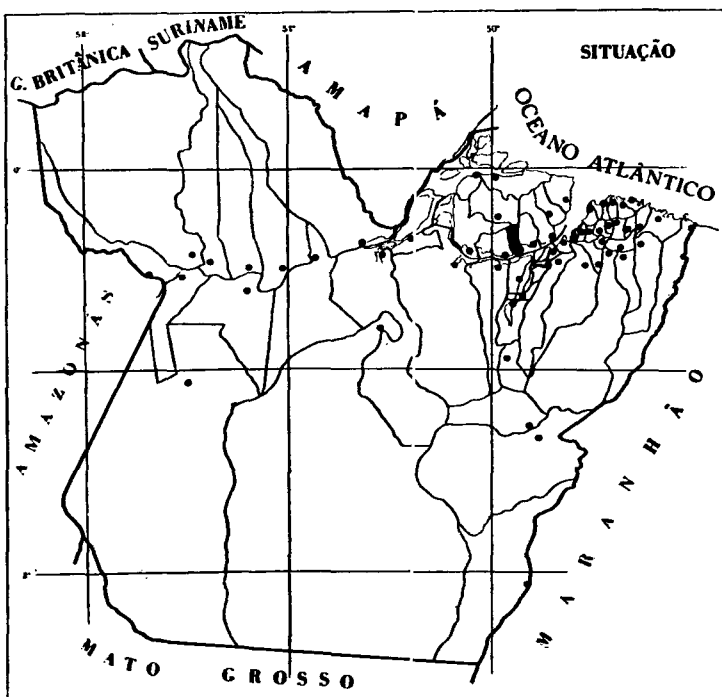
Do primeiro Conselho Municipal eleito fizeram parte o intendente José Ribeiro Tavares, e os vogais Eugênio Serrão, João da Silva Mendes e Joaquim Henrique Mendes.

Pela Lei n.º 2 116, de 3 de novembro de 1922, o município foi novamente extinto, ficando o seu território incorporado ao município de Muaná.

O município foi reinstalado em cumprimento ao Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943.

Atualmente o município é constituído apenas de distrito sede.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Custódio Pereira Ferreira e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Sebastião da Boa Vista localiza-se na zona fisiográfica do Marajó e Ilhas e limita com os municípios de Curralinho, Breves, Anajás, Muaná e rio Pará. A sede municipal dista 136 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 22.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 1º 40' 00" de latitude Sul e 49º 31' 05" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 15 m a altitude do município, na sede, sendo o 23.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superúmido. As chuvas são abundantes no período de janeiro a junho.

ÁREA — 1 194 km². É São Sebastião da Boa Vista o 44.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Pará — Nasce na baía de Marajó e deságua na Baía de Curralinho, sendo navegável em todo o seu curso por navios de qualquer calado, pois é bastante profundo e largo; rio Boa Vista — Nasce no rio Pará e deságua no mesmo. É navegável por navios de qualquer calado dada sua grande profundidade e extensão. É o rio que banha a cidade de São Sebastião da Boa Vista; rio Pracuuba Grande — É o maior rio do município, em extensão. Nasce no rio Saparará, no município de Anajás e deságua no rio Pará. No verão é navegável, por pequenas embarcações, até o lugar Tapera Grande, e o sendo, no inverno, também, por pequenas embarcações até suas nascentes. É raso e obstruído por paus em certas partes de seu curso; Ilha Paquetá — É a maior ilha que o município possui, desconhecendo-se a sua extensão.

RIQUEZAS NATURAIS — Borracha, sementes oleaginosas e madeiras em geral constituem as riquezas vegetais.

POPULAÇÃO — A população de São Sebastião da Boa Vista, segundo o Recenseamento de 1950, era de 6 748 habitantes e tinha a seguinte posição: homens — 3 406; mulheres — 3 342; brancos — 525; pardos — 5 827; pretos — 301 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 3 457, 1 810 eram solteiros; 1 440 casados; 195 viúvos e nenhum desquitado. Existiam, apenas, 3 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados. Religiosamente, predominavam os que se declararam católicos romanos, que eram 6 980; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 7 606 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui uma aglomeração urbana importante — a cidade de São Sebastião da Boa Vista, com 617 habitantes (292 homens e 325 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade, existem os povoados de Cocal, com 138 casas e 250 moradores; Santo Antônio, com 94 casas e 200 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia principalmente na produção de arroz beneficiado, cuja exportação em 1955 atingiu 280 920 kg, valendo Cr$ 1 724 400,00, seguindo-se o beneficiamento de sal de cozinha, com 67 494 kg, valendo Cr$ 1 144 880,00; sabão, com 37 440 kg, valendo Cr$ 574 240; borracha, com 29 156 kg, valendo Cr$ 361 296,00. Na exportação do município constam, ainda, 1 205 848 litros de aguardente de cana (cachaça), no valor de Cr$ 11 675 339,00, a qual não é produzida no município, e apenas engarrafada. O valor da exportação, em 1955, somou .... Cr$ 16 093 328,00.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 1,8% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

Existem no município 15 estabelecimentos industriais, sendo três usinas para trituramento de sal; duas olarias; cinco fábricas de sabão; duas usinas para beneficiamento de arroz; um moinho para moagem de café; uma fábrica de móveis; um estaleiro para construção naval de pequenas embarcações; além de pequenas instalações que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

A produção extrativa vegetal representada pela extração de borracha (sernambi), sementes oleaginosas e madeira em geral, acusou em 1956 o valor de .... Cr$ 3 240 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 25 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo. O Comércio mantém transações comerciais com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de São Sebastião da Boa Vista com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Curralinho: fluvial, de 23 km em lanchas e canoas; Breves: fluvial, de 131 km, em navios do S.N.A.P.P. e lanchas; Muaná: fluvial, de 52 km, em navios de S.N.A.P.P. e lanchas; Capital Estadual — fluvial, de 142 km em navios do S.N.A.P.P. e lanchas. Como via de comunicações, existe no município uma Agência Postal Telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Sebastião da Boa Vista, conforme os dados do Recenseamento de 1950, conta com 617 habitantes, 10 logradouros públicos e 155 prédios. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a todos os logradouros e a domiciliária conta com 58 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um Subposto Sanitário, mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), com serviços de malária e verminose, não pessuindo qualquer aparelhamento especial, nem executando trabalhos profiláticos, e tem como corpo clínico apenas um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 5 444 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 689, ou 31%, sabiam ler e escrever. Destas, 1 086 eram homens e 603 mulheres. Na sede municipal, das 511 pessoas de 5 anos e mais, 282 sabiam ler e escrever e destas 156 eram homens e 126 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 28 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 912 alunos, na sede e no interior.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Contam-se três Associações Culturais, tôdas de caráter esportivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	455	453	461	265	386
1951.......	797	695	579	281	522
1952.......	743	678	667	315	542
1953.......	1 521	765	732	138	553
1954.......	1 571	978	656	167	601
1955.......	2 481	1 453	970	430	1 542
1956.......	3 394	1 876	1 337	509	1 695

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Obelisco Municipal, na Praça Dr. Lauro Sodré.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O festejo popular de maior evidência no município é o realizado no período de 10 a 20 de janeiro de cada ano, em homenagem a São Sebastião, padroeiro da cidade, ao qual aflui elevado número de romeiros, procedentes do interior e de municípios vizinhos. Referida festa é constituída de novenas, missas e procissões, cujas cerimônias religiosas são celebradas por vigário vindo de Belém, capital do Estado, especialmente para êsse fim. As despesas decorrentes são custeadas, exclusivamente pelo povo, através de pagamento de "jóia", oferta de donativos para o leilão, etc. Há, também, música (jazz) no arraial situado em frente à Igreja.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A grande massa aquática do rio Pará, os inúmeros furos e paranás, os rios e igarapés do município, constituem, por certo, atração turística, ainda sem exploração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebm o nome de "Boavistenses". São Sebastião da Boa Vista — Topônimo de formação portuguêsa. Explica-se por si mesmo. Diz-se, no histórico, que Boa Vista, segundo Ferreira Pena, "provém do fenômeno de miragem, que oferece a vista do povoado aos que dêle se aproximam".

É Têrmo Judiciário da Comarca de Muaná.

Seu eleitorado soma 1 438 eleitores.

O engarrafamento de aguardente de cana criou o tipo da cachaça "Cocal", hoje de imenso consumo em tôda a Amazônia.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de São Sebastião da Boa Vista — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

SOURE — PA

Mapa Municipal na pág. 269 do 1.º Vol.

Fotos: págs. 112, 266, 318, 319, 320, 324, 326 e 334 do Vol. I

HISTÓRICO — A cidade de Soure, antiga aldeia dos índios Maruanazes e posteriormente freguesia sob o orago do Menino Deus teve o predicamento de vila outorgado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1757, com o qual entrou para a independência do Império.

A sua decadência levou o Conselho da Província do Pará a suprimi-la, em 1833, sendo o seu território reunido ao da vila de Monsarás, de cujo município fêz parte até 1859, não obstante a Lei provincial n.º 138, de 9 de novembro de 1847 lhe ter concedido o título de vila.

A falta de cumprimento, pelos seus habitantes, do artigo da Lei que determinava a instalação do município sòmente depois de construída a casa da Câmara e a cadeia, demorou de 11 anos a execução da resolução da Assembléia Provincial.

Sòmente em 2 de setembro de 1858 o presidente da Província mandou que a Câmara Municipal de Monsarás marcasse dia para a eleição da nova Câmara de Soure, eleição que ficou apurada em 7 de janeiro de 1859 por aquela Câmara, então constituída por Antônio de Assis Leite Bittencourt, Presidente, e, Vereadores Luiz Henrique de Faria Gaio, Fideles Constantino da Silveira Barros, Francisco de Paula Guemór e Antônio Jerônimo dos Santos.

Em 20 do mesmo mês de janeiro de 1859, teve lugar a solene instalação do município de Soure, havendo comparecido o Capitão Leite Bittencourt, acompanhado do Secretário da Câmara de Monsarás, Raimundo Amâncio Rodrigues. Sendo deferido o juramento legal empossou os primeiros Vereadores de Soure, Cristóvão Antônio de Melo,

Presidente, e, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, Meandro Constante de Figueiredo, Vitor Antônio de Morais Rocha, Bento José de Souza Alves, José Ferreira de Brito Júnior e Padre Ambrósio Henrique da Silva Egues.

Com a proclamação da República, o Govêrno provisório do Estado, pelo Decreto n.º 75, de 16 de março de 1890, dissolveu a Câmara Municipal e criou o Conselho de Intendência Municipal pelo Decreto n.º 76, da mesma data, para o qual nomeou Antônio Bezerra da Rocha Morais, Diocleciano Emiliano da Costa Pereira, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, Olegário M. de Brito e Gustavo Adolfo de Aguiar Nunes.

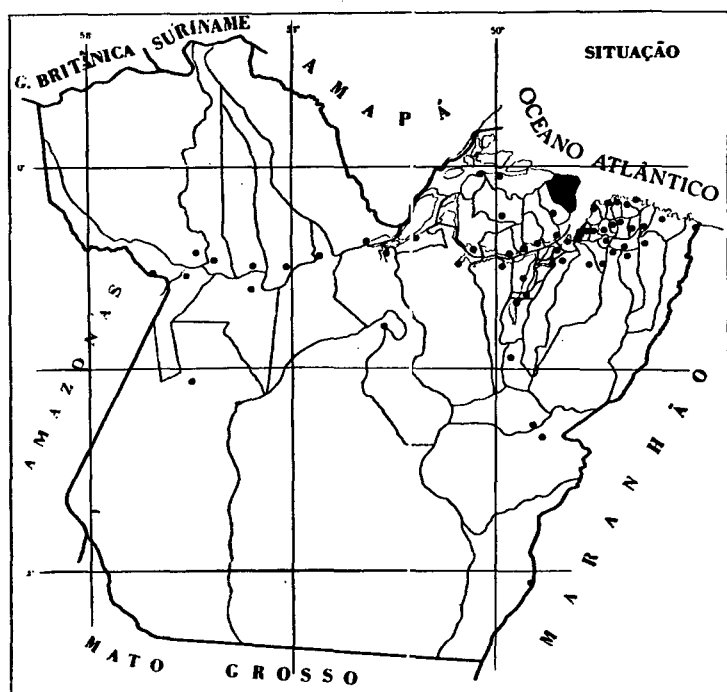
Obteve Soure a categoria de cidade pelo Decreto .... n.º 194, de 19 de setembro de 1890.

Em virtude da Lei n.º 652, de 12 de junho de 1894, que extinguiu o município de Monsarás, o seu território ficou aumentado com uma grande parte dêsse município, restaurado depois com a Lei n.º 1 296, de 8 de março de 1913.

Do primeiro Conselho Municipal, eleito no regime republicano, fizeram parte Raimundo Gonçalves de Figueiredo, Anastácio Antônio da Silva, Antônio de Alcântara Muniz e João Felix Gemaque Pereira de Melo.

Na divisão territorial estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948 o município de Soure é composto de 4 distritos: Soure, Condeixa, Joanes e Salvaterra, situação que perdura até hoje.

A atual Legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Emanuel da Cunha Gusmão Mendes, e constituída a Câmara Municipal de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Soure localiza-se na zona fisiográfica de Marajó e ilhas, e limita com os municípios de Cachoeira do Arari (ex-Arariúna), Chaves e com o Oceano Atlântico, rio Amazonas e baía de Marajó. A sede municipal, situada na ilha de Marajó, dista 83 km em linha reta da Capital Estadual, colocando-se no 13.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 0° 43' 40" de latitude Sul e 48° 31' 02" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vaqueiros da Ilha de Marajó

ALTITUDE — 4 metros na sede municipal, sendo o 30.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município tem o clima comum da Amazônia: equatorial, superumido.

A temperatura da cidade apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 31,8°C; média das mínimas 22,3°C e média compensada 27,9°C.

A precipitação no ano referido atingiu a 2 513 mm.

ÁREA — 3 912 km², sendo, portanto, o 32.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Principais acidentes geográficos: *rio Paracauari*: de grande profundidade, banha a sede municipal e a vila de Salvaterra. Tem suas nascentes próximo ao lago Guajará. *Rio Tartarugas*: serve de limite entre êste município e o de Chaves. *Pesqueiro*: pequeno rio; *Arará-quara*: tem sua foz na contracosta do município de Soure; *Cambu e Condeixa*: pequenos rios, cuja importância é serem piscosos. *Camará*: rio que serve de limite entre Soure e Arariúna; *ilha Machado*: ilha de tamanho regular, habitada exclusivamente por pescadores; *Coroa Grande* e *Coroinha*: pequenas ilhas, sòmente habitadas nas épocas de pesca.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila destaca-se como principal riqueza mineral. Borracha e sementes oleaginosas aparecem como principais riquezas vegetais. Crustáceos, peixes e caças constituem as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Soure, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 17 419 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 8 902; mulheres — 8 517; brancos — 2 067; pardos — 14 286; pretos — 1 011 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 307, 5 958 eram solteiros, 3 583 casados, 747 viúvos e 7 desquitados. Existiam apenas 66 estrangeiros e 10 brasileiros naturalizados. Religiosamente predominavam os que se declararam católicos romanos que eram 17 088; as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 31-12-1956, era de 19 634, sendo 11 735 no distrito de Soure; 1 347 no distrito de Condeixa; 2 003 no distrito de Joanes e 4 549 no distrito de Salvaterra.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui quatro (4) aglomerações urbanas principais: a cidade de Sou-

Casa do Caboclo — Fazenda de Amparo

re, com 5 264 habitantes (2 475 homens e 2 789 mulheres); a vila de Condeixa, com 504 habitantes (240 homens e 264 mulheres); a vila de Joanes, com 456 habitantes (242 homens e 214 mulheres) e a vila de Salvaterra, com 1 609 habitantes (789 homens e 820 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vilas, existem os povoados de Araruna, com 46 casas e 250 moradores; Areião, com 51 casas e 260 moradores; Cajuuna, com 63 casas e 300 moradores; Caldeirão, com 74 casas e 380 moradores; Monsarás, com 52 casas e 280 moradores; Jubim, com 90 casas e 460 moradores e Pesqueiro, com 105 casas e 500 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta a sua economia, principalmente, na produção do gado bovino, cuja exportação, em 1956, atingiu a 7 925 cabeças, no valor de Cr$ 14 818 800,00, seguindo-se o peixe congelado, com 1 012 380 kg, valendo Cr$ 9 448 000,00; o peixe salgado, com 97 035 kg, perfazendo Cr$ 1 349 655,00; o tomate, com 118 562 kg, valendo Cr$ 1 185 620,00 e o côco-da-baía, com 3 747 centos, valendo Cr$ 701 060,00.

A exportação, em 1956, atingiu a Cr$ 31 922 670,00.

A produção de origem animal — mel de abelha, peixe e carangueijos, elevou-se a Cr$ 16 009 500,00, em 1956.

Na sede municipal, quatro fábricas produzem em regular escala, banha de porco e em maior quantidade, chouriço, entre as quais, duas dispondo de boas instalações; na vila de Salvaterra há, também, em atividade, uma fábrica, esta, porém, de modesta produção.

Destaca-se a produção elevada de peixe das mais variadas espécies, quer de água doce, como de mar, valendo por sólida base econômica, por ser desconhecida época de escassez.

Existem no município 8 estabelecimentos industriais, sendo quatro fábricas de calçados, uma olaria, uma fábrica de sabão, um curtume e um matadouro para abate de gado, além de pequenos estabelecimentos, que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 16,2% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

O rebanho bovino, segundo o Censo Agrícola de 1950, era de 102 883, sendo, portanto, o município paraense em população bovina que ocupa o 4.º lugar, como se verifica pelo quadro seguinte:

	Cabeças
1.º — Ponta de Pedras	133 852
2.º — Chaves	132 793
3.º — Cachoeira do Arari	107 286
4.º — Soure	102 883

O número de eqüinos, conforme ainda o Censo Agrícola de 1950, era de 8 400.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 123 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo. Dêsses, 44 estão localizados na sede municipal.

Funciona uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia, S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Soure com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: *Cachoeira do Arari,* marítimo, 102 km; *Chaves,* marítimo, 484 km (sendo possível o meio terrestre, 190 km, mas não utilizado); *Capital do Estado,* marítimo, 87 km, com três viagens semanais do mais luxuoso e confortável navio de turismo existente no País, o "Presidente Vargas", da frota dos S.N.A.P.P.

Como vias de comunicações existem no município uma Agência Postal-telegráfica na cidade e uma Agência do Correio na vila de Salvaterra, ambas do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Soure possui 51 logradouros públicos; 1 391 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, conta com 5 264 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 9 logradouros e a domiciliária assinala 220 ligações.

Particularidade interessante, é o perfeito traçado das ruas e travessas da sede municipal, aquelas no sentido do norte verdadeiro, com apreciável largura, sendo para as ruas o mínimo de 24 metros e para as travessas 16 metros, isto desde a primeira à última.

Outra singular característica da sede municipal, é a designação das ruas e travessas, pela numeração ordinal, excluída a denominação tão comum em tôdas as cidades. Faz-se exceção apenas para as praças. Por imitação, tôdas as vilas e povoados adotam a numeração dos logradouros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um Pôsto Sanitário, um Subposto Médico, um Pôsto de Saúde e uma Casa de Saúde, todos com finalidades gerais, mantendo os serviços de clínica médica em geral. O Pôsto Sanitário e o Subposto Médico, mantidos pelo Govêrno Estadual, possuem ambulatórios, não executam trabalhos profiláticos e têm como corpo clínico um enfermeiro cada um. O Pôsto de Saúde é mantido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), possui ambulatório, farmácia, lactário e laboratório de microscopia; executa trabalhos profiláticos de imunização e tem como corpo clínico três médicos, um técnico de laboratório, um enfermeiro, três visitadoras e dois guardas sanitários. A Casa de Saúde é mantida pelo Círculo Operário de Soure, possui ambulatório, farmácia, lactária e gabinete dentário sem raios X; não executa trabalhos profiláticos e tem como corpo clínico um dentista e um enfermeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem no município as seguintes associações: Sociedade Beneficente Santa Maria, fundada em 1929, contando com 632 sócios e tendo como finalidade prestar ajuda aos doentes e auxílio funerário a todos aquêles que fazem parte da instituição. Sociedade Beneficente Santíssima Trindade, fundada em 1902, contando com 749 sócios e tendo como finalidade conceder auxílio aos doentes e auxílio funerário para pessoas que fazem parte da instituição. Sociedade Operária Artística Sourense, fundada em 1926, contando com 86 sócios e Sociedade Beneficente São Raimundo Nonato, fundada em 1947, contando com 66 sócios, têm como finalidade prestar assistência aos doentes e auxílio funerário exclusivamente às pessoas que fazem parte da instituição. Círculo Operário de Soure, fundado em 1947, contando com 847 sócios, e tendo como finalidade prestar assistência social em geral aos sócios e famílias.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 14 764 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 7 773, ou 52,6%, sabiam ler e escrever. Destas, 3 941 eram homens e 3 832 mulheres. Na sede municipal, das 4 520 pessoas de 5 anos e mais, 2 964 sabiam ler e escrever, 1 399 eram homens e 1 565 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram em Soure, 57 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 2 359 alunos. No mesmo ano, na sede municipal, funcionaram 3 estabelecimentos de ensino extraprimário: a Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, com os seguintes cursos: de bordado à máquina e à mão, com 168 alunos do sexo feminino e 3 professôres; renda Síria, com 25 alunos do sexo feminino e 1 professor; corte, com 12 alunos do sexo feminino e um professor; labirinto, com 22 alunos do sexo feminino e 1 professor; rêdes de dormir, com 9 alunos do sexo feminino e um professor. O Curso Dactilográfico Nossa Senhora de Nazaré, com 2 alunos do sexo masculino e 3 alunos do sexo feminino e um professor e a Escola Datilográfica Milhomens, com 18 alunos do sexo masculino e 14 alunos do sexo feminino e 1 professor.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona um cinema na cidade e existem oito associações culturais, sendo sete de caráter esportivo.

Com sede em Soure, funciona a Liga Sourense de Desportos, que promove o Campeonato Municipal de Futebol, com a participação de seis clubes, tomando parte ainda, com sua seleção, no Torneio Intermunicipal de Futebol, promovido pela Federação Paraense de Desportos, com geral interêsse da população local.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	103	234	1 971	705	2 023
1951	126	514	1 592	1 013	1 450
1952	184	278	1 781	659	1 473
1953	156	308	2 378	865	2 299
1954	191	339	2 500	804	2 439
1955	351	539	1 370	1 012	1 353
1956	397	435	2 604	1 508	2 240

Curral do Gado

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monumento à Independência do Brasil, na Praça da Independência.

Monumento representando a Cruz de Cristo, comemorativo do 25.º aniversário de atividades dos Padres Agostinianos Reccoletos, na Prelazia do Marajó, que tem sua sede na cidade de Soure. Está localizado na Praça Magalhães Barata.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Entre os festejos populares realizados no município, destacamos no mês de junho os bois bumbás, que são na época, os atrativos da população, havendo também outros grupos, êstes, aliás, de comédias de certo enrêdo, usando canções e modinhas que são as de folclore. Seus componentes usam vestimentas características da época junina.

Em dezembro, as pastorinhas ocupar lugar de destaque nas homenagens do Natal de Jesus.

O Carnaval, festa popular brasileira, também é comemorado, havendo desfiles de ranchos carnavalescos, batalhas de confete patrocinadas pela Prefeitura em colaboração com o comércio local e bailes nas sedes dos clubes locais.

Entre as festas tradicionais, destacamos o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que é realizado no segundo domingo do mês de novembro, havendo durante a semana, festejos de arraial, terminando com a procissão da Santa no domingo após o Círio; para assistir esta festa, afluem da Capital do Estado centenas de romeiros.

A partir do ano de 1952, foi iniciada a realização das Exposições-Feiras de Pecuária, sob o patrocínio da Associação Rural de Pecuária do Pará, subvencionadas pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (S.P.V.E.A.) e Govêrno do Estado, havendo classificação dos animais inscritos, com a assistência de técnicos do Ministério da Agricultura, representante da Associação Rural do Triângulo Mineiro e Associação Rural do Pará. Nesta última exposição (1956) foi assinado o convênio do Registro Genealógico. As Exposições-Feiras de Pecuárias, no município, têm influído bastante no desenvolvimento pecuarista da Ilha.

VULTOS ILUSTRES — Natural do município de Soure, é o Doutor Abel Nunes de Figueiredo, atual Deputado à Assembléia Legislativa Estadual, desde há muito milita na política regional, como representante do povo, tendo ocupado,

transitòriamente, as elevadas funções de Governador do Estado, na qualidade de Presidente Legislativo, isto em 1951.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Situada na parte oriental da ilha de Marajó, a cidade de Soure recebe constante ventilação vinda do mar, que é mantido à distância da costa, pela impetuosidade das águas do Amazonas, em cuja foz está a ilha de Marajó, outrora, ilha Grande de Joanes. Tem ótimo clima e belas praias, destacando-se as de Araruna, próximo à cidade e as de Salvaterra e Joanes, nas respectivas sedes distritais. Nas épocas de férias, são estas praias bastante concorridas, pelo elevado número de veranistas que chegam de fora, principalmente, da Capital do Estado.

Constitui também atrativo especial, a realização anual da Exposição-Feira Regional de Pecuária, que tem lugar na primeira quinzena de novembro de cada ano, dando aos seus visitantes significativa mostra do desenvolvimento da pecuária no Arquipélago de Marajó, concorre também para maior intercâmbio turístico. Por ocasião das Exposições, como parte recreativa dos programas, são efetuadas demonstrações da perícia do vaqueiro marajoara, quando, no Rodeio, montam pela primeira vez, poltros bravios, laçam e derrubam, com auxílio de uma corda, garrotes e novilhos; para complemento, há números de luta livre, da modalidade conhecida como "capoeira" e "luta marajoara" em que se empenham os mesmos vaqueiros.

A dança denominada "carimbó", peculiar à região, é de grande efeito, pelo colorido das vestimentas, com saias vistosas e blusas rendadas das dançarinas, pela vivacidade de movimentos e singularidade das toadas, notando-se ùltimamente, neste particular, a influência de músicas modernas e adaptação de outras com relação a fatos e acontecimentos; apesar disso o ritmo da dança dá a impressão de que apenas repete-se a música, em monótono cantochão.

OUTRO ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "sourenses".

É sede de Comarca e Têrmo com cinco distritos judiciários.

Conta com 5 815 eleitores.

O município situado na ilha de Marajó, como centro por excelência da pecuária da grande ilha, tem um promissor futuro. Os fazendeiros marajoaras, imbuídos dos novos sistemas criatórios, vão, dia a dia, melhorando os rebanhos, e certamente em breve a pecuária de Marajó, unirá sua imensa quantidade à melhor qualidade de gado.

Soure — Topônimo de origem portuguêsa. Criação de Mendonça Furtado. Em Portugal, "é uma antiga vila concelhia do distrito de Coimbra, que no tempo dos romanos se chamou Saurium". Em tempos idos, de fato, havia abundância de saurios ou jacarés em Soure e em tôda a costa marajoara. Mera coincidência do nome.

(Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957); Bibliografia — "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará" — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Soure — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará).)

TUCURUÍ — PA

Mapa Municipal na pág. 399 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Tucuruí está situado à margem do rio Tocantins, extremo de sua linha navegável, constituindo grande e movimentado entreposto comercial da região formada pelo Tocantins-Araguaia. De Tucuruí, subindo o rio, a navegação torna-se difícil e mesmo impraticável, devido às grandes cachoeiras que obstruem o curso do rio, não fôsse a perícia, o arrôjo e a coragem dos pilotos regionais, que, em barcos-motores, especialmente construídos, fazem o tráfego até o Estado de Goiás.

A Povoação de Alcobaça foi fundada em 1781, pelo Governador José de Nápoles Telles de Menezes, com duplo caráter fiscal e militar sôbre a navegação do rio Tocantins, como diz a Corografia de Teodoro Braga.

Conforme relata o Tenente-Coronel João Roberto Ayres Carneiro, no seu livro "Itinerário da Viagem de Expedição Exploradora e Colonizadora ao Tocantins", em 1894 essa povoação fôra completamente destruída pelo índio e tornada um deserto.

Em 31 de outubro de 1870, pela Lei n.º 661, o Govêrno provisório do Pará cria a freguesia de São Pedro, no lugar Pederneiras, do município de Baião, onde então se localizava o principal núcleo populoso daquele trecho do Tocantins.

Em 19 de abril de 1875, pela Lei n.º 839, dá à Freguesia de São Pedro de Pederneiras, do Alto Tocantins, a denominação de São Pedro de Alcobaça, denominação essa que perdurou até 1943, quando, pelo Decreto-lei n.º 4 505, de 30 de dezembro, surge a nova e atual denominação de Tucuruí, sendo desconhecida a origem política ou geográfica dessa palavra.

Em 1895, pelo Engenheiro João Vasco Manoel de Bramm, foi escolhido o local para ponto inicial da Estrada de Ferro Tocantins. A escolha recaiu no lugar Alcobaça, pouco além, subindo o Tocantins, do lugar Pederneiras, onde foram construídos alojamentos para trabalhadores, funcionários e técnicos que deveriam iniciar a mencionada ferrovia. A rota planejada para a estrada tinha a extensão de 179 quilômetros, partindo de Alcobaça até a Praia da Rainha, presentemente.

Atualmente só foi construído o trecho até Jatobá, no município de Itupiranga, onde a 19 de setembro de 1946, chegou a Jatobá, ponto terminal da ferrovia, a primeira locomotiva. Grandes festejos foram realizados nesse dia, com a presença do engenheiro administrador da estrada e algumas autoridades.

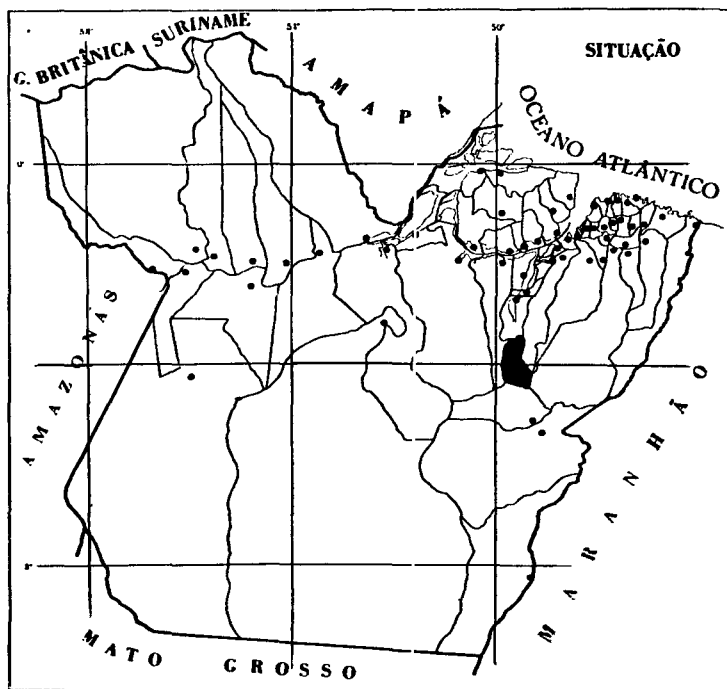
Os serviços da estrada teriam sido começados em setembro do mencionado ano de 1895, e, nessa data, também, foi iniciado o repovoamento do local, com afluência de pessoas que para ali se encaminhavam, a fim de trabalhar na respectiva obra.

Nessa ocasião, no dito local, sòmente habitava uma família conhecida por "Barrosada", visto ser Barroso o sobrenome da mesma.

Em 1947, pela Lei n.º 62, art. 36, de 31 de dezembro, foi criado o município de Tucuruí, sendo seu território desmembrado do município de Baião, do qual fazia parte integrante.

Em 13 de maio de 1948, procederam-se as primeiras eleições municipais para escolha de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores à Câmara Municipal, tendo sido eleitos: Prefeito, Alexandre José Francês; Vice-Prefeito, Nicolau Zumero; e Vereadores, José Aristeu dos Prazeres, Vital Ferreira de Vasconcelos, João Dias da Silva e José Nery Tôrres. Em 29 de maio de 1948, foi instalado o município, quando também foi reunida a Câmara Municipal. Eleita a sua mesa, ficou assim constituída: Presidente, Vice-Prefeito Nicolau Zumero; Vice-Presidente, José Aristeu dos Prazeres; 1.º Secretário, Vital Ferreira de Vasconcelos; e 2.º Secretário, José Nery Tôrres. Foi, em seguida, empossado o Prefeito Constitucional.

Em 26 de julho de 1948, em virtude de a instalação do município, antes procedida, ter sido feita por Pretor em exercício de Juiz de Direito da Comarca de Cametá, ato êsse em desacordo com os dispositivos legais (pois sòmente Juízes de Direito Vitalícios poderiam fazer a instalação), foi determinada a ida àquêle município de um Juiz de Direito, para instalá-lo legalmente, o que foi feito.

LOCALIZAÇÃO — O municpio de Tucuruí situa-se na zona fisiográfica Tocantina e limita com os municípios de Araticu, Baião, Moju, Capim e Itupiranga. A sede municipal dista 280 km, em linha reta, da Capital Estadual, colocando-se no 37.º lugar em ordem de distância de Belém e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 3º 41' de latitude Sul e 49º 43' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 40 metros na sede municipal, sendo o 6.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia, equatorial superumido.

ÁREA — 5 108 km², sendo Tucuruí o 28.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Tocantins: banha o município de sul a norte, sendo navegável em qualquer época do ano; rio Pucuruí: corta o município em direção este-leste, desaguando no rio Tocantins, servindo ainda de divisa interdistrital. Só é navegável na época do inverno por embarcações de pequeno calado; ilha Tauá: banhada pelo rio Tocantins. É preferida pelos criadores de gado; ilha Niterói: também banhada pelo rio Tocantins, habitada. As cachoeiras do Tocantins famosas pela perícia e arrôjo dos navegadores do grande rio, mais conhecidas são: "Mergulhão", "Goiaba", "Volta da Unha", "Fumaça", "Vita Aeterna" e "Taquari".

RIQUEZAS NATURAIS — A argila constitui a principal riqueza mineral, entretanto, consta a existência de ouro, diamante, pedra e areia, ainda sem exploração. Castanha-do-pará e madeira em geral aparecem como riquezas vegetais. Peixes e animais silvestres destacam-se como principais riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Tucuruí, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 2 448 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 1 437, mulheres — 1 011, brancos — 116, pardos — 1 991, pretos — 339 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 1 730, 835 eram solteiros; 758 casados; 136 viúvos e nenhum desquitado. Existiam apenas 9 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Religiosamente predominavam os que se declararam católicos romanos que eram 2 278; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 2 760, sendo 2 354 no distrito de Tucuruí e 406 no distrito de Remansão.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui duas aglomerações urbanas principais: a cidade de Tucuruí, com 1 173 habitantes (675 homens e 498 mulheres) e a vila de Remansão, com 91 habitantes (48 homens e 43 mulheres), conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade, existem os povoados de Nazaré dos Patos, com 11 casas e 48 moradores e Muru, com 25 casas e 85 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Principais gêneros de produção: castanha-do-pará, madeiras, milho, couros e peles, banana, mandioca e peixes. Principais produtos de exportação: castanha-do-pará, madeira, couros, peles e milho. A base econômica do município é a produção de castanha-do-pará, cuja exportação, em 1956, atingiu a 3 077 hectolitros, valendo Cr$ 2 244 700,00, seguindo-se a madeira beneficiada, com 325 m³, no valor de Cr$ 691 750,00, couro de boi, com 7 260 kg, valendo Cr$ 76 460,00; peles de veado,

Ponte do Rio Tucuriú

Granja São José

com 1 209 kg, no valor de Cr$ 73 701,00 e milho, com 19 460 kg, valendo Cr$ 64 080,00.

O global da exportação, em 1956, somou .... Cr$ 3 270 607,00.

Existem no município 2 estabelecimentos industriais, sendo 1 olaria e 1 serraria, além dos pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 70,1% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 18 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadistas e varejistas ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Tucuruí com as sedes municipais limítrofes e a Capital do Estado, pelos seguintes meios de transporte: Itupiranga: fluvial, 196 km e via férrea até Jatobal, povoado pertencente àquêle município, 118 km; Baião: fluvial, 160 km; Moju: fluvial, 313 km; Capim: fluvial, 496 km; Araticu: fluvial, 382 km e Capital do Estado: fluvial, ... 400 km.

Como vias de comunicações, existem no município uma pequena emprêsa telegráfica de propriedade da Estrada de Ferro Tocantins, destinada aos serviços da mesma e uma Agência Postal Radiotelegráfica do D.C.T., localizadas na sede do município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tucuruí conta com 12 logradouros públicos, 302 prédios e, segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 1 173 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 9 logradouros públicos e a domiciliária conta com 98 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um hospital, mantido pela Estrada de Ferro Tocantins, de finalidades gerais, com serviços gerais de clínica médica; possui ambulatório, aparelho de raios X, 11 leitos, sendo 9 gratuitos e 2 para pessoal técnico do hospital, tendo como corpo clínico 1 médico e 7 enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa de Consumo dos Servidores da Estrada de Ferro Tocantins Ltda. foi instalada a 8 de agôsto de 1955 e o número de sócios é de 375, sendo sua principal finalidade: consumo. Existe ainda no município uma instituição denominada Sociedade Beneficente dos Ferroviários, fundada em 1954, contando com 140 sócios e tendo como finalidade prestar assistência médica, hospitalar, funerária, bem como conceder pensões aos seus componentes.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 2 155 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 1 288, ou 59,7%, sabiam ler e escrever. Destas, 855 eram homens e 433 mulheres. Na sede municipal, das 1 035 pessoas de 5 anos e mais, 732 sabiam ler e escrever e destas, 464 eram homens e 268 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 5 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com a matrícula geral de 348 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 clubes: Tucuruí Esporte Clube e Paraíso Esporte Clube, ambos com finalidade esportiva e recreativa.

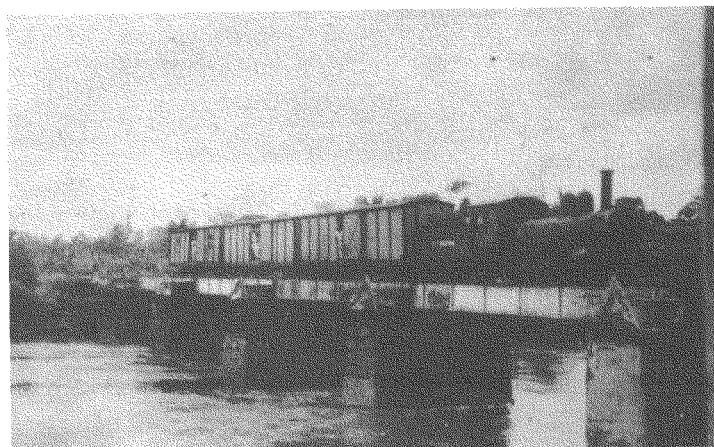
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	28	294	552	82	549
1951	40	76	649	415	889
1952	29	64	551	134	550
1953	41	148	1 129	383	1 130
1954	51	198	742	197	736
1955	75	240	1 325	319	1 320
1956	82	134	(1) 1 200	290	1 200

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa popular é em louvor a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, cujo início é a 29 de novembro: durante os festejos a população do município se reúne na cidade, para participar das cerimônias que terminam a 8 de dezembro com missa solene pela manhã e procissão à tarde, percorrendo as principais ruas da cidade.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O rio Tocantins, cujo trecho encachoeirado inicia-se no município é motivo de atração turística, ainda sem qualquer exploração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "tucuruienses". É Tucuruí topônimo tupi. Pode ser decomposto em tucura (gafanhoto) + i = ig = (rio) = *Rio dos Gafanhotos;* como em tu-

Estrada de Ferro Tocantins

curu = tacuru (espécie de formigas) + i = ig = (rio) = = *Rio das Formigas,* tucuru ou tacuru.

É Têrmo da Comarca de Baião.

Conta 1 486 eleitores.

Tucuruí e Itupiranga são os mais novos municípios paraenses, instalados que foram em 1948. A cidade é situada no início da região encachoeirada do rio Tocantins, sendo o entreposto natural da carga que trafega no rio. A navegação de maior calado chega a Tucuruí, onde se localizam os grandes depósitos de castanha-do-pará, descida dos outros municípios em barcos-motores próprios para navegação nas cachoeiras. Durante a safra de castanha no primeiro semestre do ano o movimento na pequena cidade é intenso.

Registram-se no município tribos de índios bravios, bem como índios já mansos.

A Estrada de Ferro do Tocantins que se inicia na cidade é fator de progresso, quer pelas suas instalações, como pelas possibilidades para o futuro econômico da comuna.

Tucuruí é nome dado em 1944 por ocasião da mudança em todo o País, de nomes de cidades e vilas repetidos. *Alcobaça* era seu nome e foi, nos tempos iniciais da construção da ferrovia, um dos lugares mais famosos da Amazônia pela sua insalubridade, pois o paludismo grassava impiedosamente.

(Bibliografia — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Autoria do histórico — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (junho de 1957).)

VIGIA — PA

Mapa Municipal na pág. 299 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — A origem da cidade de Vigia remonta ao tempo em que o território era ocupado pelos índios Tupinambás, que no local fizeram uma aldeia denominada Uruitá.

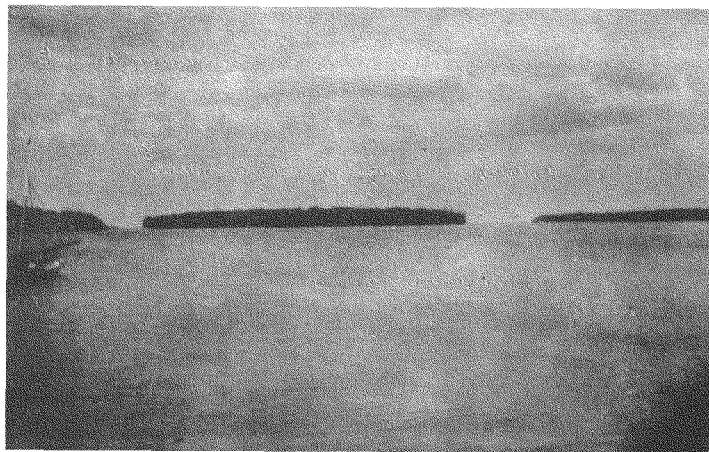
Atendendo à sua posição, o govêrno colonial fêz dela um pôsto fiscal, não só para proteger as embarcações que demandavam Belém, como para fiscalizá-las, prevenindo o contrabando.

Desta utilidade veio-lhe o nome atual de Vigia, pelo fato da existência de um pôsto guarnecido, com essa denominação.

Em 1693 teve os foros de vila, com seu patrimônio territorial concedido por carta de data e sesmaria, de 25 de agôsto de 1734.

Com o ato régio de 11 de maio de 1731 o padre José Lopes, provincial da Companhia de Jesus conseguiu permissão para construir uma casa, que, depois de 1732, levou a efeito, conjuntamente com um templo, que ainda perdura, com os seus quadros antigos, as suas pinturas a fresco e as suas bem modeladas imagens.

No colégio da Mãe de Deus distribuíram os jesuítas a instrução que muito concorreu para o progresso da vila e dos seus habitantes.

Expulsos os jesuítas, pelo efeito da Lei pombalina, uma carta régia de 11 de junho de 1761 erigiu a Vigia em paróquia, secular, funcionando na igreja dos padres da Companhia, sendo também criado um colégio secular, ao qual foram doados os livros dos jesuítas.

Saída Para o Oceano

Conservou a Vigia, que tem uma história muito interessante e movimentada, a sua categoria de vila até a Independência do Brasil.

Em 1753, fizeram parte do Senado da Câmara da Vigia Joaquim Fernandes Ataíde, Francisco da Rocha Ferra e João de Sousa Pinheiro.

A primeira Câmara Municipal, eleita segundo a Lei geral de 1828, foi constituída por Carlos Sebastião Delgado, presidente, e vereadores, Veríssimo José Roiz Barata, Martinho dos Santos Mendes, Francisco Eleutério Palheta, José Coelho Machado Fagundos de Melo, Inácio José de Miranda e José Santiago de Jesus, cujo mandato terminou em 1832.

O período da Cabanagem passou-se no exercício da segunda Câmara (1833-1836), no qual serviram, como presidente, Serafim dos Anjos Ferreira, e, vereadores, Frutuoso José Alves, Pedro Alexandrino Palheta, Pedro Antônio Raiol, Casemiro José Rodrigues e Amâncio Jesé Ferreira.

Com a criação dos têrmos e comarcas da província do Pará, em 1833, ficou o município constituindo um têrmo, compreendendo o Lugar São Caetano, a Vila Nova d'El Rei e a Vila de Colares, que perderam o predicamento, além de Pôrto Salvo e Penhalonga.

Em 1842, pelo Decreto Legislativo n.º 207, de 1.º de agôsto, constituiu têrmo separado sob a jurisdição de um juiz municipal.

A Lei provincial n.º 252, de 2 de outubro de 1845, a elevou a cidade que logo foi instalada.

Em 1871, com a Lei provincial n.º 674, de 21 de setembro, teve a categoria de comarca, classificada de 2.ª entrância.

A Vigia não escapou aos horrores do vandalismo do interior, na época de 1835.

Nos últimos dias de maio de 1835, Bento Ferrão, à frente de um grupo de bandidos e sob a falsa imputação de amigos de Vinagre, apossou-se de armamentos e depôs a Câmara Municipal, então composta, dos cidadãos Frutuoso José Alves, José Caetano de Melo, Pedro Antônio Raiol, José Martinho Ribeiro e Antônio José Ferreira, que buscando o auxílio do Tenente-coronel Raimundo Antônio de Souza Álvares, conseguiu restabelecer a ordem pública e prender o chefe Bento Ferrão.

A maior parte dos sequazes dêste, ao ver-se tomada de chôfre e sem govêrno, fugiu, refugiando-se no mato.

31 — 24 640

Muitos dirigiram-se ao Pinheiro, donde procuraram angariar elementos para uma desforra tremenda, que de fato realizou-se.

Reuniu-se uma expedição de perto de 500 homens, munidos de armamentos bélicos e rumando para Vigia, desembarcaram em Pôrto Salvo, onde executaram o plano de dividirem-se e atacar a vila, por água e por terra.

Avisada a Câmara, tomou providências, que só serviram para dilatar de horas a carnificina que marcou o dia 23 de julho de 1835 e o dia 24 seguinte; pois, nesta data, apresentaram-se os bandidos na vila, tomaram-na de assalto, não obstante uma resistência heróica, em que foram sacrificados todos os seus próceres. Saqueadas as casas de comércio, retiraram-se, deixando atrás de si a desolação e as lágrimas.

O socorro pedido chegou tardiamente e concorreu para o abandono quase completo da vila pelos moradores, receosos de novas investidas dos cabanos que se haviam retirado para Colares.

Com a chegada ao Pará, do Marechal Soares de Andréa, tomada a capital da província, Eduardo Angelin fizera partir, sob o comando de Antônio Pires da Gama, uma fôrça para tomar a vila de Vigia, tendo-a êle encontrado abandonada quase de todo. Em vão procurou angariar a confiança dos habitantes, ainda em luto pelas vítimas dos dias 23 e 24 de julho do ano precedente.

Ainda assim, com os seus, constituiu uma efêmera Câmara e nomeou autoridades.

Em 6 de fevereiro de 1836, o Marechal Soares de Andréa ordenou ao Major Francisco Sérgio de Oliveira, que para lá partisse com o seu batalhão de caçadores. Em 10, tomou a vila, fortificando-a, perseguindo os rebeldes que haviam fugido para as matas.

Com os vereadores sobreviventes reuniu-se a Câmara pela primeira vez, depois destas tristes ocorrências, no dia 8 de março seguinte, em sessão extraordinária, para comunicar ao Marechal Andréa o restabelecimento da ordem e do regime legal.

Os habitantes, pouco a pouco, voltaram aos seus labôres e o município renasceu, prosseguindo no seu desenvolvimento.

A vereação de 1837-1840 ficou constituída por Luiz Esmeraldo Trindade, presidente, vereadores, Ivo José Ferreira, Manoel Sabino da Costa, Francisco do Carmo Barriga, Lucas Evangelista do Rêgo, e Albino Francisco Ferreira Alves.

A vereação do quatriênio 1845-1848, representada por José Estevão Ferreira Guimarães, presidente da Câmara, e, vereadores, Francisco José do Carmo Barriga, Geraldo Francisco Bentes, João Bento de Miranda, Antônio Pedrosa de Melo, Mariano Pedro Ferro da Conceição e Albino Ferreira Alves, teve oportunidade de ver a sede do município elevada à categoria de cidade, em 1845 instalada.

O período seguinte de 1865 a 1868, não obstante as vicissitudes advindas com o início da guerra do Paraguai, em que o interior muito sofreu com o recrutamento, a existência municipal não teve grandes entradas. Para êsse tempo a eleição fêz ascender à Câmara os vereadores Francisco José Dias Botelho, José Raimundo Cardoso, Raimundo José de Souza Modesto, Augusto de Moura Palha, Serafim dos Anjos de Morais, José Joaquim Rodrigues Alves, Felizardo José Ferreira, Manoel de Oliveira Pantoja e Cassiano Antônio de Souza Álvares.

Em 7 de janeiro de 1873, para o quatriênio até 1876, tomaram posse, depois de juramentados, Agostinho Barriga, presidente, e, vereadores, Antônio do Carmo das Chagas Barriga, João Batista da Silva Beckman, Francisco José do Carmo Barriga, Manoel de Oliveira Pantoja, José Veríssimo Ferreira de Miranda e Jerônimo Viana dos Santos.

No primeiro ano de exercício desta Câmara, a cidade da Vigia teve séria perturbação de ordem, motivada por um conflito entre o vigário, padre Dr. Mancio Caetano Ribeiro e o Dr. Juiz municipal e de capelas, por causa dos negócios referentes à confraria de N. S.ª de Nazaré. A extinção chegou ao ponto de desacatos públicos entre os partidários do vigário e do juiz, dando lugar às arruaças e prisões, fechamento do cemitério público, chegando-se até a enterrar cadáveres fora daquele recinto.

A Câmara interveio, pedindo providências ao govêrno provincial contra o vigário, não cabendo nos estreitos limites dêste trabalho a apreciação dêsses fatos e o estabelecimento da justiça às partes que nêles estiveram envolvidas.

Com a Lei n.º 1 152, de 4 de abril de 1883, perdeu a Vigia a freguesia de Colares, constituída em município, depois extinto, e de novo incorporado ao primitivo, pela Lei n.º 752, de 25 de fevereiro de 1901.

Com a proclamação da República, a Câmara Municipal da Vigia fêz a sua adesão ao novo regime em sessão de 24 de novembro de 1889, comunicada ao govêrno provisório do Estado, por ofício da mesma data, subscrito por Afonso José de Farias, Laureano Antônio Gil de Souza, Casemiro José Ferreira, Antônio José do Carmo Barriga e Manoel Luiz da Silva.

Com o Decreto n.º 32, de 5 de fevereiro de 1890, dissolveu o govêrno provisório do Estado, a Câmara Municipal, criando pelo Decreto n.º 33, da mesma data, um Conselho de Intendência Municipal, para o qual, no mesmo dia, nomeou presidente, Francisco de Moura Palha e, vogais, Pedro Ferreira Furtado, João do Espírito Santo Madeira, Manoel Domingos da Costa e Teodoro Antônio Furtado Ataíde.

O Conselho, entretanto, só ficou completo em 25 de fevereiro, com a nomeação de Miguel José Ferreira e Manoel José de Souza.

A Lei n.º 752, de 25 de fevereiro de 1901, extinguindo o município e distrito judiciário de Colares, anexou o respectivo território ao município de Vigia.

Na reforma judiciária do Estado, criada pela Lei número 930, de 25 de outubro de 1904, o município vigiense ficou classificado como comarca de 2.ª entrância.

O Decreto Estadual n.º 6, de 4 de novembro de 1930, em sua relação dos municípios paraenses, omite o de Vigia, que consta, entretanto, em seu artigo 2.º, como tendo sido acrescido de parte do território do extinto município de Curuçá. Já pelo Decreto Estadual n.º 78, de 27 de dezembro dêsse ano, Vigia se inclui entre os municípios mantidos juntamente com o de Curuçá, e ao seu território incorporou-se o do extinto São Caetano de Odivelas.

No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, Vigia figura constituído ainda de sòmente o distrito-sede.

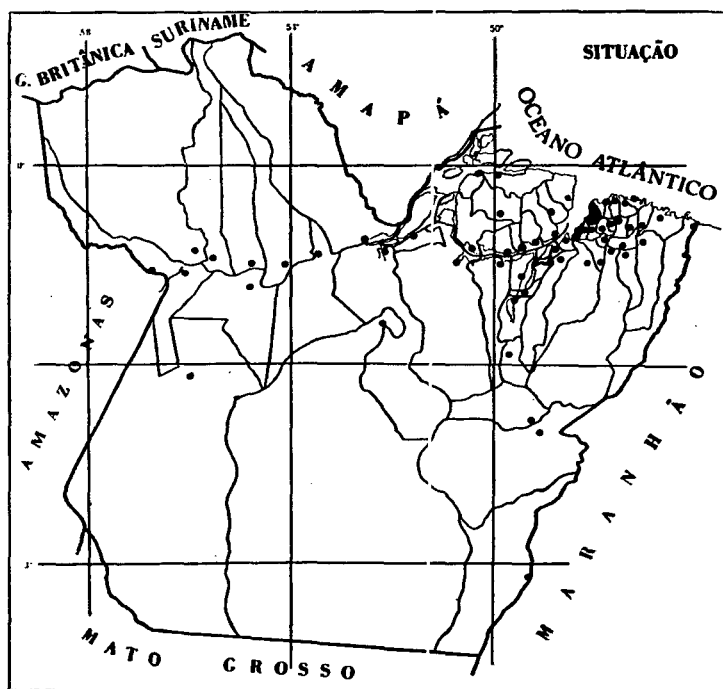
A Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, enumera todos os municípios do Pará, consignando-se, entre

êles, o de Vigia, que, nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei Estadual número 2 972, de 31 de março de 1938, se apresenta composto de 4 distritos: Vigia, Colares, Pôrto Salvo e Santo Antônio.

Dá-se o mesmo nas divisões territoriais do Estado, fixadas pelos Decretos-leis Estaduais números 3 131, de 31 de outubro de 1938, e 4 505, de 30 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. Deve-se observar ùnicamente que, em virtude do último Decreto-lei, o distrito de Santo Antônio passou a chamar-se Santo Antônio do Tauá, situação que perdura até hoje.

O município de Vigia teve parte do seu território desmembrada para constituir o município de Santo Antônio do Tauá, conforme Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em acórdão de 4 de outubro de 1955. O govêrno do Estado do Pará em Decreto n.º 1 946, de 26 de janeiro de 1956, tornou insubsistente o desmembramento.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Rui de Figueiredo Mendonça e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Vigia situa-se na zona fisiográfica do Salgado e limita-se com os municípios de São Caetano de Odivelas, João Coelho, Castanhal e Ananindeua. A sede municipal dista 77 km em linha reta da capital do Estado colocando-se no 11.º lugar em ordem de distância de Belém, e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 0º 51' 16" de latitude Sul e 48º 08' 34" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — 6 metros na sede municipal, sendo o 28.º em ordem de altitude no Estado do Pará.

CLIMA — O município apresenta o clima comum da Amazônia: equatorial superúmido, com muitas chuvas no período de janeiro a junho.

ÁREA — 1 156 km². É Vigia o 45.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Barreta, Açaí, Ubintuba, Tauapará, Tauá, Tupinambá, Guarimã, Furo da Laura ou Guajará-Miri e ilha de Colares. Rio Tauá — Nasce no município de João Coelho, percorre o município de Vigia, numa extensão aproximada de 30 quilômetros, desembocando na baía do Sol. Dentro do Município é navegável para embarcação de pequeno calado, servindo ainda de limites com os municípios de João Coelho e Ananindeua. Rio Baicu — Nasce no Município, o qual percorre com profundidade variável, numa extensão de 18 quilômetros para desembocar no furo Guajará-Miri. É navegável em tôda sua extensão. Rio Tupinambá — Nasce na ilha de Colares, o qual percorre cêrca de 16 quilômetros, para desembocar na baía do Marajó. É navegável por embarcações de pequeno calado, numa extensão aproximada de 10 quilômetros; Rio Guarimã — Nasce no distrito de Pôrto Salvo, serve de limites entre êste distrito e o distrito de Vigia, desemboca no furo Guajará-Miri. É navegável para embarcações de pequeno calado. Furo Guajará-Miri — Situado entre a ilha Colares, distrito de Pôrto Salvo e Vigia, tendo aproximadamente 20 quilômetros de extensão. Serve a cidade de Vigia e a Vila de Pôrto Salvo. É navegável em tôda sua extensão. Ilha de Colares — Tem aproximadamente 600 quilômetros quadrados, limitando ao norte e a leste com o furo Guajará-Miri, ao sul com a baía do Marajó. Encontram-se nesta ilha os rios Tupinambá e Tauapará, bem como a Vila de Colares, os povoados Jaçarateua, Mocajuba, Ariri, Maracajó, Fazenda e Guajará. Forma ainda dita ilha o distrito de Colares.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila destaca-se como principal riqueza mineral. Madeira em geral constitui a riqueza vegetal. Peixes como a gurijuba, piramutaba, pirapema, pescada, camorim, xaréu e uritinga, constituem a mais importante riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Vigia segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 23 768 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 11 818; mulheres — 11 950; brancos — 5 325; pardos — 18 159; pretos — 276 e nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 13 571, 6 794 eram solteiros; 5 811 casados; 956 viúvos e 2 desquitados. Existiam apenas 20 estrangeiros e 6 brasileiros naturalizados. Predominavam os que se declaravam católicos romanos que eram 23 543; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956 é de 26 792, sendo 8 337 no distrito de Vigia, 5 539 no distrito de Colares, 6 298 no distrito de Pôrto Salvo e 6 618 no distrito de Santo Antônio de Tauá.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui dezesseis aglomerações urbanas — a cidade de Vigia, com 4 920 habitantes (2 256 homens e 2 664 mulheres), a vila de Colares, com 796 habitantes (395 homens e 401 mulheres), a vila de Pôrto Salvo com 712 habitantes (321 homens e 391 mulheres) e a vila de Santo Antônio de Tauá com 379 habitantes (205 homens e 174 mulheres) conforme dados do Recenseamento de 1950, e os povoados de Espírito Santo do Tauá ("vila do Prego"), com 120 ca-

sas e 600 moradores; Juçarateua do Tupinambá, com 120 casas e 600 moradores; Mocajutuba com 100 casas e 500 moradores; Fazenda, com 95 casas e 450 moradores; Borralhos, com 80 casas e 450 moradores; Ariri, com 80 casas e 450 moradores; Baiacu, com 70 casas e 400 moradores; Itapuá, com 70 casas e 400 moradores; Janipaúba da Laura, com 65 casas e 350 moradores; Tracuateua da Ponta, com 60 casas e 350 moradores; Santa Maria do Guarimã, com 60 casas e 300 moradores e Maracajó, com 70 casas e 400 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia principalmente na produção de peixes, cuja exportação em 1955 atingiu a 318 705 kg, valendo .... Cr$ 3 187 050,00, seguindo-se a farinha de mandioca com 723 760 kg, valendo Cr$ 1 206 600,00, arroz beneficiado com 125 700 kg, valendo Cr$ 754 200,00, caranguejo com 9 770 centos, valendo Cr$ 488 500,00.

O valor da exportação em 1955, somou .... Cr$ 7 625 970,00.

Existem no Município 8 estabelecimentos industriais, sendo uma serraria, duas olarias, uma usina de beneficiamento de arroz, duas fábricas de calçados e duas fábricas de foguetes; além de pequenos estabelecimentos que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 27,5% estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

A produção de origem vegetal, é representada pela extração de semente de andiroba, semente de açaí, madeira e lenha, cujo valor em 1956, somou Cr$ 1 337 000,00. De origem animal, por peixes de diversas espécies e grude de peixe, cujo valor total em 1956 somou Cr$ 6 354 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações comerciais com a praça de Belém, de onde importa quase tôdas as mercadorias consumidas no município. Há no município 134 estabelecimentos comerciais do sistema comum da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo, sendo 52 na sede municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Vigia às sedes municipais limítrofes e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: São Caetano de Odivelas: rodoviário, 24 km; João Coelho (ex-Santa Izabel): rodoviário, 54 km; Castanhal: rodoviário, 86 km; Ananindeua: rodoviário, 82 km; Capital Estadual: rodoviário, 91 km. O município não se comunica diretamente com a Capital Federal da qual dista 2 328 km. Existem uma Agência Postal-telegráfica, uma Agência Postal-telefônica e uma Agência do Correio do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Vigia que fica à margem oriental do Furo da Laura ou Guajará-Miri, conta com 39 logradouros públicos, 1 237 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, 4 920 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 25 logradouros e a domiciliária conta com 315 ligações. Entre os seus principais logradouros públicos destacam-se as Avenidas Comandante Castilhos, João Pessoa, General Gurjão e Rio Branco; Praças da Independência e Monsenhor Argemiro Pantoja e as ruas de Nazaré e Generalíssimo Deodoro. Os seus edifícios mais importantes são: Matriz de N S.ª de Nazaré, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar, Pôsto Médico, Ginásio Bertoldo Nunes e Colégio N. S.ª das Neves.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Saúde de finalidade geral, mantido pelo govêrno do Estado e um Pôsto Médico de finalidade especializada de combate às helmintoses, mantido pela Divisão de Organização Sanitária, prestam assistência médica à população. Exercem a profissão na cidade: um médico, um enfermeiro, três guardas, um técnico de laboratório, dois farmacêuticos práticos licenciados. No interior do município existem três Postos Sanitários atendendo às necessidades da população local com um guarda em cada Pôsto.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe na cidade de Vigia um Pôsto da Legião Brasileira de Assistência.

Existem no município as seguintes instituições: Sociedade Beneficente 21 de Outubro, fundada em 1947, contando com 149 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios pecuniários aos seus associados; Sociedade Literária e Beneficente 5 de Agôsto, fundada em 1871, contando com 257 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios pecuniários aos seus componentes; Sociedade Beneficente São Sebastião, fundada em 1901, contando com 282 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios pecuniários aos seus associados; Grêmio Marítimo Vigiense, fundado em 1927, contando com 195 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios pecuniários aos seus componentes. Sociedade Beneficente Artística Vigiense, fundada em 1925, contando com 402 sócios e tendo como finalidade prestar auxílios pecuniários aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 20 023 pessoas de 5 anos e mais sendo que 7 492, ou 37,4%, sabiam ler e escrever. Destas, 4 092 eram homens e 3 400, mulheres. Na sede municipal, das 4 153 pessoas de 5 anos e mais 2 378 sabiam ler e escrever e destas 1 105 eram homens e 1 273, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram em Vigia 29 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum com a matrícula geral de 1 770 alunos. No mesmo ano, na sede municipal, funcionaram dois estabelecimentos de ensino extra-primário: o Ginásio Bertoldo Nunes, possuindo o Curso Ginasial, com 19 alunos do sexo masculino, 23 alunos do sexo feminino e 8 professôres e o Educandário N. S.ª das Neves, possuindo o Curso de Bordados, com 30 alunos do sexo feminino e 1 professor.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 7 associações culturais sendo 3 de caráter esportivo; 1 cinema com capacidade para 300 lugares; 1 biblioteca pública com 500 volumes e 1 jornal com periodicidade mensal, denominado "Avante". Existe a Liga Esportiva Municipal Vigiense (L.E.M.V.) composta de 5 clubes que promovem o campeonato municipal de futebol e toma parte no torneio intermunicipal do Estado, despertando interêsse da população.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	154	269	711	398	730
1951	189	287	943	466	842
1952	183	298	1 242	668	1 212
1953	220	274	2 387	753	1 779
1954	269	217	1 307	741	2 491
1955	.	370	1 355	728	1 161
1956	...	(1) 399	...	...	...

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como monumentos históricos podemos citar a Igreja Matriz de N. S.ª de Nazaré de Vigia, situada à Praça Monsenhor Argemiro Pantoja. Sua construção conforme escritos existentes, data de 11 de junho de 1702, pelos padres da Companhia de Jesus e constitui uma obra de arte inequívoca. Esta Igreja está incorporada ao Serviço de Patrimônio Histórico Nacional e nela funcionou também o Colégio da Mãe de Deus, onde os jesuítas ensinavam além das primeiras letras, o latim, a filosofia racional e moral e tôdas as matérias necessárias ao sacerdócio. Presos os jesuítas e remetidos para Portugal, a coroa real incorporou seus bens por carta régia de 11-VI-1761 e a mesma se erigiu em paróquia. As maiores curiosidades históricas do município estão encerradas na construção e nas relíquias dêste templo. Existem, também, na sede municipal, 2 colunas, a primeira situada na Praça do Expedicionário erigida em homenagem à Fôrça Expedicionária Brasileira e a segunda, na Praça da Bandeira em homenagem aos filhos ilustres da Vigia.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa do município, é a de N. S.ª de Nazaré, padroeira da cidade de Vigia, que data de 1750, conforme se verifica do compromisso da antiga irmandade, sendo uma das mais tradicionais e populares não só do Pará como de todo o Brasil. Iniciada no segundo domingo do mês de setembro com a romaria denominada "Círio" nela figuram além da Berlinda de Nossa Senhora de Nazaré, carros alegóricos evocando milagres da mesma santa e o escaler São João Batista, reconstituição do naufrágio de uma barca portuguêsa do qual, por intercessão de N. S.ª de Nazaré, foram salvos seus tripulantes.

VULTOS ILUSTRES — Vigia, especialmente no século XIX, foi berço da intelectualidade paraense e seus filhos ilustres elevaram-na a uma projeção florescente no cenário da literatura brasileira, chegando a receber o honroso título de "Atenas Paraense". Os grandes vultos que galardoam a sua história de inteligência são: Domingos Antônio Rayol (Barão de Guajará), Presidente da Província do Ceará e da Província de São Paulo, Deputado Provincial do Pará e Deputado Geral pelo Pará, sendo o primeiro vigiense que pisou na Câmara Alta do País. A êsse escritor deve o Pará a conservação, em grande parte, de sua história política na primorosa obra "Motins Políticos", em 5 volumes e na "História Colombial do Pará", inacabada; Vilhena Alves, poeta, educador e filósofo; Bertoldo e Francisco Quintino de Araújo Nunes, professôres de nomeada e fundadores do colégio "Ateneu Paraense"; Cândido Holanda de Lima, cônsul da Bolívia; Diogo Holanda de Lima; Engenheiro Inocêncio Holanda de Lima; Professor Augusto Ramos Pinheiro; Teodoro Rodrigues, poeta e professor; Evaristo Ferreira, poeta e historiógrafo; Abrahão Ataíde, educador e historiógrafo; José Augusto Corrêa, escritor de nome mundial; Laureano Gil de Sousa, orador fluente e político prestigioso; Alves de Sousa, bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Academia de Recife, Deputado Federal pelo Pará, Secretário-Geral do Estado no Govêrno João Coelho, jornalista e diretor do grande órgão que circulou na capital da República "O País"; professôres Otávio Pires e Otávio Pires Júnior que juntamente com Teodoro Rodrigues fundaram o colégio Santana Nero, na cidade de Manaus; Monsenhor Argemiro Maria de Oliveira Pantoja; professor Tertuliano Brasil; professor Cândido Vilhena e Francisco Henrique e Antônio Botelho de Moura Palha, políticos prestigiosos e outros.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A secular Igreja Matriz de N. S.ª de Nazaré, com alicerces lançados em 11 de junho de 1702, pelos Padres da Companhia de Jesus, representa uma jóia de arquitetura antiga no seu fino estilo barroco.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "vigienses". Vigia é topônimo de étimo português. Da criação de um pôsto fiscal na antiga aldeia de Uruitá, lhe veio a denominação de Vigia.

Os naturais se chamam "vigienses" e as embarcações provenientes de Vigia — "vigilengas".

"Uruitá", a aldeia original, sofre as decomposições: *Uru* — *itá* que significaria "pedra de galinha", sem sentido, e *uru* — *etá*, "galinhas" ou "conjunto de galinhas", provável.

O eleitorado é de 7 481 eleitores.

É sede de Comarca, com 8 distritos judiciários.

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Vigia — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará. (Junho de 1957).)

VISEU — PA

Mapa Municipal na pág. 321 do 1.º Vol.

HISTÓRICO — Os franceses foram os primeiros europeus que pisaram no atual município de Viseu, quando, no comêço do século XVII, estabeleceram-se no Maranhão. Mantiveram êles relações com os Tupinambás no rio Piriá.

Em 1613, com a vinda de Diogo de Campos e de Jerônimo de Albuquerque, mandado por Gaspar de Souza para desalojar os franceses, insistiu o primeiro com o último para fortificar o Piriá e pela aliança com os índios Tremembés, inimigos dos Tupinambás, que eram amigos dos franceses.

O primeiro povoado dêste município, fundado em 1620, por ordem de Francisco Coelho de Carvalho, era uma aldeia de índios Apitiangas, e se assentou à margem do rio Gurupi.

O território de Viseu fêz parte da Capitania de Gurupi, doada por Felipe III de Espanha, por carta de data de 9 de fevereiro de 1622, a Gaspar de Souza, governador

geral que fôra do Brasil, de 1612 a 1616, capitania que estendia-se do rio Caeté ao rio Turiaçu, com 20 léguas de fundos.

Francisco Coelho Carvalho, na viagem que fêz a Belém, entrou no rio Gurupi, para visitar a povoação de Vera Cruz, e desrespeitando a carta régia de Felipe III, doou, nesse ano, a seu filho Feliciano de Carvalho a mesma capitania.

A côrte de Madrid, entretanto desaprovou o ato do governador Francisco de Carvalho, a requerimento de Álvaro de Souza, filho de Gaspar de Souza e seu herdeiro.

A Feliciano Coelho de Carvalho, em compensação, foram doadas as terras do Camutá, onde êle fundou a vila Viçosa de Santa Cruz.

Álvaro de Souza fundou Souza do Caeté à margem do rio Caeté, lançando os alicerces da atual sede de Bragança, erigida depois, acima da antiga vila do primeiro donatário.

O povoado de Vera Cruz pouco se desenvolveu.

Já em 1758 era criada a freguesia de N. S.ª da Conceição de Viseu.

Como freguesia passou para a Independência.

Com a divisão de têrmos e comarcas da província do Pará, nas sessões de 10 a 17 de maio de 1833, do conselho do govêrno provincial, as freguesias de Viseu, Piriá e São José do Gurupi, foram incorporadas ao município de Bragança, do qual fizeram parte até 1856, quando a Lei número 301, de 22 de dezembro, deu à freguesia de Viseu a categoria de vila, erigindo seu território em município.

Em ofício de 22 de junho de 1857, o presidente da província Tenente-coronel Henrique Beaurepaire Rohan determinou à Câmara Municipal de Bragança, então constituída, entre outros, por Joaquim Inocêncio Santiago, presidente, e, vereadores, Manoel Antônio da Silveira, Francisco

Igreja Matriz

Antônio da Cunha, Francisco Antônio Martins e João Manoel Conde, que desse as providências necessárias para as eleições de vereadores, a fim de dar cumprimento à Lei 301, de 1856 e instalar o mais breve possível o novo município criado.

Com a proclamação da República, o govêrno provisório do Estado do Pará dissolveu a Câmara Municipal pelo Decreto n.º 116, de 26 de março de 1890 criando pelo Decreto n.º 117, da mesma data, Conselho de Intendência Municipal.

Em ato ainda de 26 de março de 1890, foram nomeados para o Conselho de Intendência Municipal, José Lopes de Queiroz, presidente, e, vogais, Pedro Fernandes Alves, Otávio Antônio Pinheiro, José dos Santos Ferreira, Francisco Amorim Travassos, Marcos dos Reis e Silva e Olímpio José Pereira.

No triênio (1915-1918), exerceu o cargo de intendente municipal Bruno de Oliveira Lisboa.

A Lei n.º 28, de 30 de julho de 1892, criou a comarca de Viseu, que a Portaria de 9 de dezembro, do mesmo ano, mandou instalar no dia 10 do mesmo mês.

Teve Viseu os foros de cidade pela Lei n.º 324, de 6 de julho de 1895, sendo instalada a 16 de novembro seguinte, conforme o Decreto n.º 146, de 4 de novembro de 1895 também.

Os Decretos Estaduais números 6, de 4 de novembro de 1930 e 78, de 27 do mês seguinte, suprimiram o município de Viseu, cujo território ficou sob a jurisdição direta do Estado. Restaurou-o, porém, a Lei Estadual n.º 8, de 31 de outubro de 1935, ao consigná-lo em sua relação dos municípios existentes no Pará.

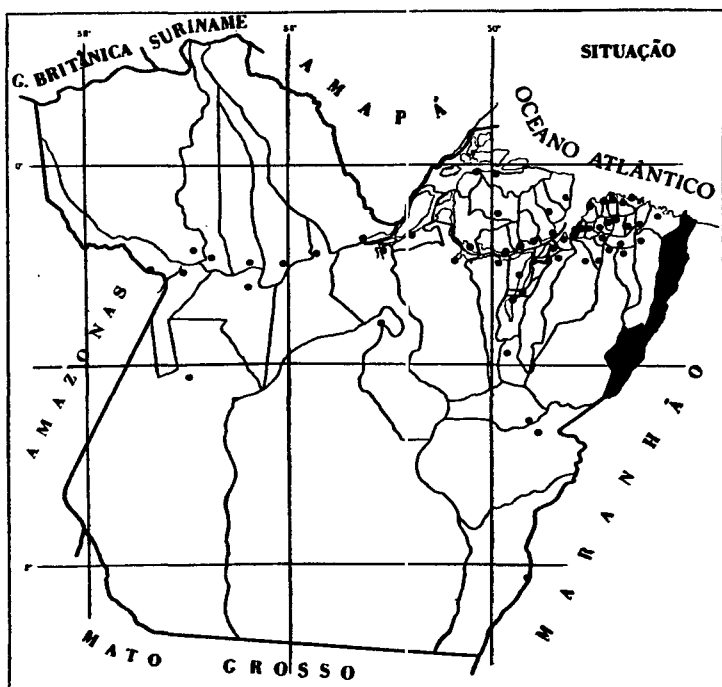
Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937 o município em aprêço subdivide-se em 4 distritos: Viseu, Emboramunga, São José do Gurupi (Gurupi, simplesmente, de 1936) e São José do Piriá (em 1936, São João do Piriá). Mais tarde o distrito de Emboramunga passou a chamar-se Fernandes Belo.

Pelo disposto no Decreto-lei Estadual n.º 3 131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Viseu passou a abranger mais um distrito, o de Camiranga, criado com território desligado do de São José do Gurupi. Assim, nessa divisão o compõem 5 distritos: Viseu, Camiranga, Fernandes Belo, São José do Gurupi e São José do Piriá, o que também se observa na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei Estadual n.º 4 505, de 30 de dezembro de 1943, situação que perdura até hoje.

A atual legislatura foi constituída em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Raimundo Moacir Bogéa e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Viseu situa-se na Zona Fisiográfica do Gurupi e limita-se com os municípios de Capim, Ourém, Bragança e com o Oceano Atlântico e o Estado do Maranhão. A sede da comarca dista 263 km em linha reta da Capital Estadual e fica em 35.º lugar em escala de distância de Belém, tendo as coordenadas geográficas de 1º 12' 34" de latitude Sul e 46º 08' 17" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

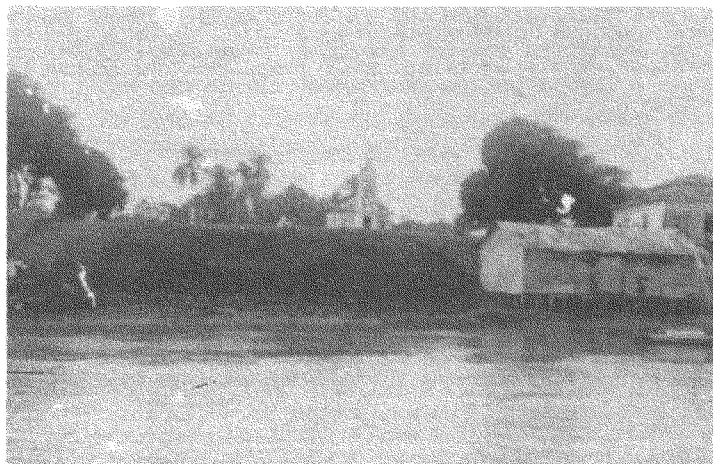
Aspecto da Frente da Cidade

ALTITUDE — O município registra a maior altura na sede, com 8 metros, sendo o 27.º em ordem de altitude no Estado.

CLIMA — O município apresenta o clima natural da Amazônia, superúmido. Sem estação meteorológica no município, não foi calculada a temperatura.

ÁREA — 17 312 km². É Viseu o 15.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Principais acidentes geográficos: rio Gurupi, nasce no Estado do Maranhão; corre em direção norte, deságua no Oceano Atlântico; é navegável por lanchas a motor de maior calado até o distrito de São José do Gurupi e até Camiranga por pequenas embarcações; suas águas banham Viseu e os distritos de São José do Gurupi e Camiranga, localidades marginais; serve de limites do Pará com o Maranhão; rio Piriá, nasce ao sul do município; corre rumo norte e desemboca no Oceano Atlântico; navegável por pequenas embarcações, até a sede distrital de São José do Piriá; rio Emboranunga, nasce ao sul do município; corre para norte, desaguando no Oceano Atlântico; navegável por pequenas embarcações até o povoado de Açaiteua; suas águas passam pelo referido povoado e outros lugarejos; é limite com o município de Bragança. Cachoeiras: de Santo Antônio; Algibeira, Tapi--Açué, Itacupém, tôdas com uma média de 200 a 300 metros de comprimento. Serras: do Piriá com uma elevação chamada Peito de Môça (500 metros).

RIQUEZAS NATURAIS — O ouro aparece como principal riqueza mineral; madeiras em geral constituem as vegetais. Peles de animais silvestres destacam-se como a animal.

POPULAÇÃO — A população de Viseu, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 19 893 habitantes e tinha a seguinte distribuição: homens — 10 411, mulheres — 9 482, brancos — 1 993, pardos 17 568, pretos — 294, nenhum da raça amarela. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 164, 6 606 eram solteiros; 4 840 casados; 704 viúvos e 2 desquitados. Existiam apenas 9 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Religiosamente predominam os que se confessaram católicos romanos, que eram 19 636; as outras religiões acusam ínfimo número de adeptos.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 31-12-1956, era de 22 423, sendo 6 857 no distrito de Viseu; 1 749 no de Camiranga; 6 085 no de Fernandes Belo; 1 170 no de São José do Gurupi e 6 562 no de São José de Piriá.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município possui cinco aglomerações urbanas principais: a cidade de Viseu com 1 189 habitantes (547 homens e 642 mulheres); a vila de Camiranga com 189 habitantes (96 homens e 93 mulheres); a vila de Fernandes Belo com 666 habitantes (345 homens e 321 mulheres); a de São José do Gurupi com 427 habitantes (232 homens e 195 mulheres) a de São José do Piriá, com 824 habitantes (397 homens e 427 mulheres) conforme dados do Recenseamento de 1950. Além da cidade e vilas, existem os seguintes povoados: Fazenda Real, com 30 casas e 160 moradores; Limondeua, com 62 casas e 400 moradores; Brasília, com 70 casas e 350 moradores; Açaiteua, com 600 casas e 2 500 moradores; Braço Verde, com 90 casas e 300 moradores; Itá-Açu, com 40 casas e 200 moradores; Centro Alegre, com 20 casas e 100 moradores.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa está assim constituída: de origem vegetal — madeiras em geral; mineral — sòmente ouro; animal — peixes e peles de animais silvestres.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de fibras, cuja exportação em 1956 atingiu a 371 925 kg, no valor de CrS 3 483 660,00, seguindo-se o gado suíno com 1 797 cabeças, rendendo CrS 687 210,00; arroz com casca com 131 940 kg, somando CrS 425 494,00; gado bovino, com 90 cabeças, perfazendo CrS 306 500,00; e farinha de mandioca, com 67 655 kg, atingindo ...... CrS 267 650,00.

O valor global da exportação, em 1956 somou ...... CrS 5 759 732,00.

Existem no município 8 estabelecimentos industriais, sendo uma serraria, dois engenhos para fabricação de aguardente, uma fábrica de sabão, três pequenos curtumes e uma olaria, além das pequenas instalações que se dedicam ao fabrico de farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 30,4% estão ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações comerciais com as praças de Bragança e Belém, no Pará e Carutapera, no Maranhão. Há no município 49 estabelecimentos comerciais do sistema natural da Amazônia: atacadista e varejista ao mesmo tempo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Viseu comunica-se com os municípios limítrofes: Bragança: 108 km, marítimo e fluvial; Carutapera, no Maranhão: por via marítima; Capital Estadual: 336 km, marítimo, fluvial e ferroviário, via Bragança. Para suas comunicações conta com uma Agência Postal-telegráfica na cidade e outra do Correio no interior, ambas do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Viseu tem 24 logradouros públicos; 306 prédios e segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, conta com 1 189 habitantes. É servida de luz elétrica. A iluminação pública se estende a 17 logradouros e a domiciliária conta com 120 ligações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um Pôsto Sanitário, mantido pelo Govêrno Estadual, para os serviços de assistência médica em pequena escala, por um guarda sanitário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 verificou a existência de 16 770 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, 4 063, ou 24,2%, sabiam ler e escrever. Destas, 2 360 eram homens e 1 703, mulheres. Na cidade das 1 031 pessoas de 5 anos e mais, 597 sabiam ler e escrever, e destas, 251 eram homens e 346, mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 65 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula total de 4 189 alunos, na cidade e no campo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Contam-se vários clubes de futebol na cidade e no interior do município. As dificuldades de transporte e comunicações não permitem maior intercâmbio esportivo, com os municípios vizinhos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	852	327	653
1951	—	81	686	...	626
1952	—	141	895	...	719
1953	—	129	1 536	294	1 245
1954	—	133	1 295	246	1 706
1955	—	117	1 159	528	993
1956 (1)	—	...	1 037	383	1 037

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa religiosa tradicional de Viseu é o "Círio" de Nossa Senhora de Nazaré, realizado em novembro e que atrai os católicos de todo o município e dos vizinhos. Festeja-se, também, São Benedito e São Sebastião que, embora tradicionais, contam apenas com os romeiros da cidade.

VULTOS ILUSTRES — Destaca-se o Dr. Mariano Antunes, Bacharel em Direito e jornalista, que ocupou por muitos

Usina Elétrica

anos o cargo de Juiz de Direito em várias Comarcas do interior e na Capital do Estado. Em 1938, presidiu a Comissão Revisora de Divisão Territorial do Estado.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A baía da foz do Piriá com o famoso e temido "quebra-pote", agitação provocada pelo encontro das águas do rio com as do oceano, é sem dúvida motivo de interêsse turístico.

A foz do rio Emboranunga, limite municipal com Bragança é um belo espetáculo. As praias do município, prin-
gança, é um belo espetáculo. As praias do município, prin-
(transferido para Salinópolis) são de grande beleza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "viseuenses".

É sede de comarca e têrmo com cinco distritos judiciários.

O eleitorado conta com 5 093 eleitores.

Viseu é o município mais oriental do Estado, e é vizinho do Maranhão. A influência dos costumes maranhenses é bem acentuada. A vida é relativamente barata, quanto a alimentação, bem farta de peixes e mariscos, embora escassa de carne de gado bovino.

A ausência de ligação terrestre com o resto do Estado, ainda não permitiu maior desenvolvimento no município. Sòmente por via fluvial e marítima, em embarcações de pequeno calado (motores, lanchas e canoas veleiras) é feito o transporte entre Bragança e Viseu, em mais de doze horas de viagem enfrentando o oceano. A futura rodovia, já em construção (BR-22), proporcionará fugir da atual situação de isolamento.

Viseu — topônimo de origem lusa. Quer significar "lugar *alto* ou *elevado*", de onde se avista ao longe. "As formas documentadas *Veseo*, século VII, *Veseum*, durante o califado de Córdova (séculos VIII e seguintes) e *Viseo*, no século X, mostram a evolução morfológica do vocábulo e que êle deve ser escrito com "s" e não com "z". (I. Xavier Fernandes — Topônimos e Gentílicos).

(Bibliografia — Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará — Tomo Nono — João Palma Muniz — 1916. — Sinopse Estatística do Município de Viseu — C.N.E. — 1948. — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. — Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Pará; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Pará (Junho de 1957).)

Índice Geral

Índice dos Municípios

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldone.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Mário G. Cavalieri, Heinzelman Almeida, João Brand, Walter Odilon, Venício Coutinho, Nilson Vicente, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Augusto Gimenez, Reginaldo de Sousa Leal, Mário Freitas, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Jayr Calhau, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Pierret de Souza, Miguel Paixão, Joaquim G. Marques Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE DÉCIMO QUARTO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 21 DE OUTUBRO DE 1957, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF — BRASIL.